

13^a MOSTRA ACADÊMICA UNIMEP

Universidade e Cidadania

Inserção, Participação e Responsabilidade Social



VOLUME 2



EDITORA
UNIMEP

ANAIS 13^a MOSTRA ACADÊMICA UNIMEP

13^o Congresso de Pós-Graduação

XIV Jornada Wesleyana



**EDITORA
UNIMEP**

**PIRACICABA
2015**



INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA – IEP

Presidente do Conselho Diretor

Paulo Borges Campos Jr.

Superintendente da Rede Metodista de Educação

Robson Ramos de Aguiar

Diretor-Geral

Robson Ramos de Aguiar

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA

Reitor

Gustavo Jacques Dias Alvim

Profa. Dra. Cláudia da Silva Santana

Coordenadora de Graduação

Profa. Dra. Renata Cristina Oliveira Barrichelo Cunha

Coordenadora de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Dr. Josué Adam Lazier

Coordenador de Extensão e Assuntos

Comunitários

EDITORA UNIMEP

Conselho de Política Editorial

Gustavo Jacques Dias Alvim (Presidente)

Josué Adam Lazier

Pedro Bordini Faleiros

Guanis de Barros Vilela Junior

Victor Hugo Tejerina Velásquez

Lauriberto Paulo Belem

Thiago Borges de Aguiar

Maria Rita Pontes Assunção

Nancy Alfieri Nunes

Ely Eser Barreto César

Editor Executivo/Executive Editor

Rodrigo Ramos Sathler Rosa

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIMEP
Bibliotecária: Carolina Segatto Vianna CRB-8/7617

M916a	Mostra Acadêmica UNIMEP (13. : 2015 : Piracicaba, SP) Anais da 13. Mostra Acadêmica UNIMEP, Piracicaba, SP, Brasil, 27 a 29 out., 2015 / Universidade Metodista de Piracicaba. – Piracicaba : UNIMEP, 2015. 647 p. : il. ; 30 cm. Tema central: Universidade e sociedade: inserção, participação e responsabilidade social. ISBN - 978-85-85541-78-1 1. Comunidade e universidade. I. Universidade Metodista de Piracicaba. II. Título. CDU – 303:378.4
-------	--



Apresentação

A Mostra Acadêmica da Unimep, desde 2003, é momento privilegiado de valorização e socialização do conhecimento produzido nas várias instâncias da universidade.

Nesse sentido, os anais de sua 13^a edição reúnem os resumos de atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas por alunos, docentes e funcionários da Unimep, bem como colaboradores e comunidade externa, oferecendo um retrato da pluralidade de experiências e reflexões vividas na universidade e apontando seus compromissos.

O tema da 13^a Mostra Acadêmica - **Universidade e Sociedade: inserção, participação e responsabilidade social** – pretende, justamente, valorizar a articulação entre a produção e socialização de conhecimento, reafirmando o princípio de que nenhuma das atividades da universidade pode ser organizada à margem das questões que emergem da própria sociedade.

Os resumos dos trabalhos apresentados no Simpósio de Ensino de Graduação, decorrentes dos trabalhos de conclusão de curso e monografias, projetos de estágio, monitoria e experiências de ensino, como se poderá observar, superam a ideia de ensino associado ao reprodutivismo do conhecimento na medida em que a intencionalidade e articulação entre método e conhecimento são problematizadas em suas múltiplas determinações.

A Universidade, na concepção de sua Política Acadêmica, é geradora de questionamentos e propostas que busquem respostas científicas a problemas situados na comunidade a que deve servir. Esse compromisso exige permanente análise da relação sociedade/universidade de maneira que a produção do saber responda às exigências de nossa realidade e reafirme, permanentemente, o princípio ético de que só haverá sociedade digna onde for possível o mais amplo compartilhar do bem comum.

Nesse sentido, além da sala de aula, das práticas de estágio e da elaboração de monografias, a pesquisa se faz presente na graduação por meio da Iniciação Científica que, entre outras oportunidades, oferece ao aluno a possibilidade de ampliar sua postura crítica perante a ciência.

A iniciação científica da Unimep, por meio dos Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (bolsas PIBIC, PIBIC-EM e PIBIT), do Fundo de Apoio à Iniciação Científica (bolsas FAPIC), vinculado ao Fundo de Apoio à Pesquisa – FAP/UNIMEP e contando com a participação de alunos voluntários nos projetos de pesquisa de docentes, busca ampliar o acesso e a integração do estudante à cultura científica e apoiar a formação de futuros pesquisadores da pós-graduação em todas as áreas do conhecimento. Nos



Congressos de Iniciação Científica da Unimep, portanto, é possível conhecer o universo de temáticas e os resultados de pesquisas que integram a graduação e pós-graduação.

As práticas investigativas dos alunos de pós-graduação *lato e stricto sensu* e de docentes da Unimep podem ser conhecidas no Congresso de Pós-Graduação e Congresso de Pesquisa. Partindo de áreas de conhecimento e matrizes epistemológicas diversas, esses encontros dão a dimensão da importância do conhecimento produzido e sistematizado na academia.

Na Jornada Wesleyana, especificamente, são apresentadas reflexões, práticas e estudos sistemáticos sobre a história da proposta Metodista de Educação na perspectiva de sua confessionalidade.

É fundamental destacar a importância do Seminário de Extensão que, dando visibilidade às ações, projetos e programas desenvolvidos pela comunidade acadêmica da Unimep, reforça a importância da prática extensionista indissociável ao processo de ensino e de pesquisa e, sobretudo, reafirma o compromisso com as lutas de transformação social e construção da cidadania como patrimônio coletivo da sociedade.

O Simpósio de Práticas Educativas na Educação Básica, anteriormente organizado pelo Colégio Piracicabano da Igreja Metodista, veio enriquecer o evento em 2015 aproximando educadores de vários níveis de ensino e oportunizando novos debates sobre a importância da escola básica como instância de trabalho e formação docente.

São muito bem-vindos os alunos de graduação e pós-graduação de outras instituições, bem como docentes do ensino superior e da educação básica, que se integram a nós na 13^a Mostra Acadêmica, potencializando as discussões sobre o papel e as práticas da universidade na relação com a sociedade. Na Mostra também poderão ter contato com as muitas atividades de arte e cultura envolvendo música, teatro, cinema, literatura, fotografia, entre outras.

Oportuno agradecer também a todos que estiveram envolvidos com a realização da 13^a Mostra Acadêmica e que contribuíram não só para que o evento fosse realizado, mas, sobretudo, para que a própria Unimep pudesse colocar, mais uma vez, suas questões e práticas em discussão.

Profa. Dra. Renata Cristina Oliveira Barrichelo Cunha
Coordenadora de Pesquisa e Pós-Graduação

Profa. Dra. Cláudia da Silva Santana
Coordenadora de Graduação

Prof. Dr. Josué Adam Lazier
Coordenador de Extensão e Assuntos Comunitários



SUMÁRIO

ALGUMAS APROXIMAÇÕES ENTRE LAZER, CULTURA E CORRIDA DE RUA.....	13
SABERES DOCENTES E SABERES DOCENTES DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA.....	16
FUNDAMENTOS TEÓRICOS DE T. W. ADORNO PARA INVESTIGAR A EXPERIÊNCIA FORMATIVA DE UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA	23
AVALIAÇÃO DO CICLO DE VIDA DE SISTEMA FV EM COMUNIDADE ISOLADA DO ESTADO DO AMAZONAS	28
SISCOSERV E FRETE INTERNACIONAL: A OBRIGAÇÃO DO REGISTRO NO SISTEMA PELOS IMPORTADORES E EXPORTADORES BRASILEIROS	33
ÉTICA UM AMBINETE CINZENTO NO PROCESSO DE AUDITORIA OPERACIONAL	38
ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DO CENTRO DE PRESSÃO (COP) NO EQUILÍBRIO COM OLHOS ABERTOS E FECHADOS EM MULHERES NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO.....	44
VALIDAÇÃO PARCIAL DO SOFTWARE HERGOS: ALCOOLISMO E TABAGISMO.....	51
BRASIL QUINHENTISTA 1549 A 1599: FÉ E EDUCAÇÃO NA CATEQUESE	57
AS ATUAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO FRENTE O INGRESSO DE MIGRANTES HAITIANOS PELO ESTADO DO ACRE	61
A ESCOLA NOVA E O ENSINO PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE NO BRASIL.....	64
A IMPLANTAÇÃO DO SINGLE WINDOW : OS BENEFÍCIOS E A COMPETITIVIDADE DE UM PAÍS.....	69
A TERCEIRIZAÇÃO NO BRASIL: A APROVAÇÃO PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO PROJETO DE LEI Nº 4.330/2004.....	74
MODELO DETERMINÍSTICO DISCRETO DE APOIO AOS PROCESSOS DE LOGÍSTICA INDUSTRIAL INTERNA EM SISTEMAS CYBER-FÍSICOS.....	77
O CONGRESSO DE VIENA DE 1815 E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A ABOLIÇÃO DO TRÁFICO NEGREIRO: ELEMENTOS DE DIREITOS HUMANOS	84
A ECONOMIA DE COMUNHÃO COMO MODELO DE GESTÃO EMPRESARIAL	89
ADOÇÃO DA COOPETIÇÃO COMO PRÁTICA DE GESTÃO COLABORATIVA EM CADEIAS DE SUPRIMENTOS.....	93
EFEITO DO ALONGAMENTO PASSIVO EXTENSIVO NA REALIZAÇÃO DE SÉRIES MÚLTIPLAS NO SUPINO RETO.....	98



O USO DA FOTO BIOELETROGRÁFICA NA COMPARAÇÃO ENTRE MAMA COM CÂNCER E MAMA SAUDÁVEL	104
CURRÍCULO INTEGRADO NO CURSO DE PEDAGOGIA: PERSPECTIVAS PARA O DEBATE	111
LOGÍSTICA REVERSA: UM ESTUDO SOBRE AS PRINCIPAIS PESQUISAS REALIZADAS NO PERÍODO 2010-2015	116
ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS MECÂNICAS DE DIFERENTES MODELOS DE BANDA ELÁSTICA DE JOELHOS E EFEITOS NO TREINAMENTO DE FORÇA.	123
UM MODELO DE UTILIZAÇÃO DE COMPUTAÇÃO EM NUVENS PARA EMPRESAS ATUANDO EM CADEIAS DE SUPRIMENTOS OPERANDO NO BRASIL	126
RESÍDUOS DE PESTICIDAS EM ALIMENTOS: TÉCNICAS CROMATOGRÁFICAS DE DETECÇÃO E QUANTIFICAÇÃO.....	133
MANUTENÇÃO CORRETIVA: UM PROCEDIMENTO PARA ESTABELECIMENTO DE INDICADORES PARA GESTÃO DE AÇÕES NA ÁREA DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÕES	137
A TRADIÇÃO ORAL E A INTER-RELAÇÃO HISTÓRIA E MEMÓRIA A PARTIR DAS LEITURAS DE HAMPATÉ BÂ	143
O PONTO DE INTERSECÇÃO ENTRE A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E A PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL: UM ESTUDO COM PROFESSORES INICIANTES.....	147
AVALIAÇÃO DA FLEXIBILIDADE ATIVA EM JOGADORES DE FUTEBOL PARA AMPUTADOS.....	152
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE MARXISTA SOBRE O (NÃO) LUGAR DO DEFICIENTE.....	157
PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DE MULHERES EM PROCESSO DE ENVELHECIMENTO	162
ADORNO E A DIALÉTICA NEGATIVA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES	166
SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO.....	171
O PROCESSO SUCESSÓRIO DA EMPRESA FAMILIAR: PROPOSTA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CARREIRA DO SUCESSOR NA PERSPECTIVA DO MODELO ARCO-ÍRIS DE CARREIRA.....	178
AMBIENTE VIRTUAL E CYBERBULLYING	180
ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DO CENTRO DE PRESSÃO (COP) NAS TAREFAS DE TRANSFERÊNCIA BIPODAL-UNIPODAL COM OLHOS ABERTOS E FECHADOS EM MULHERES FISICAMENTE ATIVAS NO ENVELHECIMENTO.....	185
TIJOLO ECOLÓGICO - PROPOSTA DE USO DE MATERIAIS RECICLADOS EM TIJOLOS DE SOLO CIMENTO	192
EXPLORANDO A LINGUAGEM CARTOGRÁFICA A PARTIR DO ESTUDO DO MEIO E LEITURA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	198



DISCUSSÕES SOBRE ALFABETIZAÇÃO: A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM ESCRITA NA ESCOLA.....	203
DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS – APLICABILIDADE E IMPLEMENTAÇÃO PELO JUDICIÁRIO, LIMITES E POSSIBILIDADES	208
PREPARAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE FIBRAS DE VISCOSE ATIVADA	213
EFEITO IMEDIATO DA MANIPULAÇÃO TORÁCICA ALTA SOBRE A INTEGRAL DO SINAL ELETROMIOGRÁFICO DOS MÚSCULOS MASTIGATÓRIOS EM MULHERES COM DISFUNÇÃO TEMPOROMANDIBULAR: ESTUDO PILOTO	218
DETERMINAÇÃO DO POSICIONAMENTO TRIDIMENSIONAL DA CÚPULA ACETABULAR EM PACIENTES DE ARTROPLASTIA TOTAL DO QUADRIL.....	223
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O DIREITO À EDUCAÇÃO NOS CAMPOS DE REFUGIADOS E NOS PAÍSES DE ACOLHIMENTO O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AS CONTRIBUIÇÕES	229
DA TEORIA HISTÓRICO- CULTURAL.....	232
A APLICAÇÃO DA MANUTENÇÃO PRODUTIVA TOTAL (TPM) VISANDO A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA GERAÇÃO DE AR COMPRIMIDO	237
MEDIAÇÕES SIGNIFICATIVAS NA BRINCADEIRA: INQUIETAÇÕES, REFLEXÕES E POSSIBILIDADES DE UMA EDUCADORA.....	243
ANÁLISE DO USO DE FERRAMENTAS DE MANUFATURA ENXUTA BASEADO NA SIMULAÇÃO DE EVENTOS DISCRETOS PARA AUMENTO DE PRODUTIVIDADE – ESTUDO DE UMA INDÚSTRIA QUÍMICA.....	246
EDUCAÇÃO CONTINUADA NO ENSINO SUPERIOR: (RE)SIGNIFICANDO O ENSINO DO MÉTODO DAS PARTIDAS DOBRADAS NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS.....	250
O INÍCIO DA DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR MILITAR: DILEMAS E DESAFIOS DO INSTRUTOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA INICIANTE NA CASERNA	255
O INÍCIO DA DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR MILITAR: DILEMAS E DESAFIOS DO INSTRUTOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA INICIANTE NA CASERNA.....	260
EYE TRACKING NO FACEBOOK PARA PERCEPÇÃO DO CONSUMIDOR.....	266
VIVÊNCIAS DE JOGOS COOPERATIVOS OU JOGOS COMPETITIVOS: O QUE PENSAM OS ALUNOS DE UMA TURMA DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	270
A LINGUAGEM CINEMATOGRAFICA NA ESCOLA: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS.....	274
ZHUANGZI E EDUCAÇÃO: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?.....	279
JOGOS E BRINCADEIRAS EM MATEMÁTICA: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA EM REVISTAS DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	284



A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM LICENCIATURA: A PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR E SUAS INDAGAÇÕES	289
TRABALHO E OBRA EM HANNAH ARENDT: AS ATIVIDADES HUMANAS E SUAS TRANSFORMAÇÕES	294
LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	298
A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO SOB A PERCEPÇÃO DE LÍDERES E LIDERADOS DE UMA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA	302
GOVERNANÇA CORPORATIVA: QUAIS AÇÕES PODEM SER IMPLANTADAS PARA QUE HAJA BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES?	309
O JOGO DE FAZ-DE-CONTA NO ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS: TEMPOS E ESPAÇOS DESTINADOS AO BRINCAR.....	314
LOGÍSTICA REVERSA DE MEDICAMENTOS: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO	319
CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO DISCURSO COMO METODOLOGIA QUALITATIVA PARA A PESQUISA DE MARKETING.....	327
FILOSOFIA E PROSTITUIÇÃO: A IMAGÉTICA DA ALCOVA NA FILOSOFIA DE NIETZSCHE E CIORAN	334
MODELO DE TRANSIÇÃO E APLICAÇÃO DO LEAN THINKING PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE SOFTWARE QUE UTILIZAM METODOLOGIA SCRUM	337
A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA DE ENDOMARKETING: ESTUDO DE CASO DO GRUPO QUADIX.....	345
TEIXEIRA DE FREITAS: UM EDUCADOR DO DIREITO NO IMPÉRIO BRASILEIRO	351
AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE E SUAS REPERCUSSÕES NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES CENTRADA NA ESCOLA.....	356
A REFORMA DO ESTADO E AS IMPLICAÇÕES NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	362
COMO MELHORAR A EFICIÊNCIA NA CADEIA DE SUPRIMENTOS DOS COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS?	367
CONTEXTO ATUAL DO ENSINO DA MÚSICA ESCOLA E DEMANDAS FORMATIVAS	373
O QUE DIZEM AS ENFERMEIRAS SOBRE A ATUAÇÃO PROFISSIONAL E AS RELAÇÕES COM A FORMAÇÃO INICIAL	378
SIMULAÇÃO DO MAPEAMENTO DO FLUXO DE VALOR: ESTUDO E APLICAÇÃO	383



A NÃO-FETICHIZAÇÃO DO CONCEITO NA DIALÉTICA NEGATIVA DE THEODOR ADORNO.....	389
ANALISE CRÍTICA DE ATENDIMENTO AOS ITENS DE MANUTENÇÃO DO MANUAL DE CONTROLE DE PROCESSOS ESPECIAIS NO PROCESSO DE GALVANIZAÇÃO DE CROMO DURO	393
PROCESSOS FORMATIVOS EM CURSOS DE PEDAGOGIA SOBRE A DOCÊNCIA EM MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I	400
MODELO DE TOMADA DE DECISÃO MULTICRITÉRIO PARA PROCESSOS GERENCIAIS UTILIZANDO TÉCNICAS ESTATÍSTICAS DE ANÁLISE MULTIVARIADA	405
AVALIAÇÃO DA SECREÇÃO INSULÍNICA EM ILHOTAS PANCREÁTICAS IN VITRO ISOLADAS E INCUBADAS SOBRE O SUPLEMENTO NUCLEOCELL	411
PROPOSIÇÃO DE UM SISTEMA DE INDICADORES PARA AVALIAR UMA LINHA DE USINAGEM BASEADO NA ECÔNOMIA CIRCULAR.....	415
ANÁLISE SISTEMÁTICA DA VISÃO BASEADA EM RECURSOS: ESTUDO DE PUBLICAÇÕES DAS BASES DE DADOS WEB OF SCIENCE E SCOPUS	419
DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E SCM: UM ESTUDO DE CASO NA INDÚSTRIA CALÇADISTA.....	430
SISTEMAS DE INFORMAÇÕES LOGÍSTICAS: UM ESTUDO DE CASO DE UMA EMPRESA DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS INTERESTADUAL	436
PRÁTICAS EXTRACURRICULARES NO ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE, NO SETOR DE ESPORTES E LAZER, DE UM INSTITUTO FEDERAL EM MINAS GERAIS: SUGESTÕES DOS ALUNOS	444
O DIREITO A INFORMAÇÃO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI 13.105/15), E SUA ADEQUAÇÃO CONSTITUCIONAL	448
A COMPREENSÃO FENOMENOLÓGICA DO MMA PARA DAR SUPORTE AS ESTRATÉGIAS MERCADOLÓGICAS DO MARKETING ESPORTIVO.....	452
MARKETING VERDE E CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA NO SETOR AUTOMOTIVO BRASILEIRO	456
GRUPO DE DISCUSSÃO DOCENTE: UM INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM PARA PROFESSORES QUE ATUAM EM LICENCIATURA EM MÚSICA NA MODALIDADE EAD	459
RELAÇÃO DO LIMAR DA VARIABILIDADE DA FREQUÊNCIA CARDÍACA COM A ATIVAÇÃO PARASSIMPÁTICA EM REPOUSO DE MULHERES ADULTAS SAUDÁVEIS	463
O PROJETO EDUCACIONAL METODISTA EM UM ESTUDO DE CASO: O COLÉGIO AMERICANO DE TAUBATÉ/SP (1890-1894).....	469
INFLUÊNCIA DO EXERCÍCIO DE NATAÇÃO E DA LASERTERAPIA DE BAIXA INTENSIDADE (LLLT) NA RECUPERAÇÃO DO TECIDO CONJUNTIVO DO MÚSCULO TIBIAL ANTERIOR DE RATAS SUBMETIDAS À CRIOLESAO	474



AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS E A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA	480
TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: BASES LEGAIS	486
EFEITO DE DIFERENTES SESSÕES DE TREINAMENTO DE FORÇA SOBRE O CURSO TEMPORAL DA RECUPERAÇÃO DE PARÂMETROS DE PERFORMANCE NEUROMUSCULAR	491
FATORES DETERMINANTES E RESULTANTES DA CAPACIDADE DE INOVAÇÃO DAS EMPRESAS: ESTUDO DE CASO "RESERVA"	497
TRANSIÇÃO DE CARREIRA COM BASE NOS ESTUDOS DOS SETÊNIOS E MENTORING	503
A APLICABILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS FRENTE ÀS DIFERENÇAS RELIGIOSAS E CULTURAIS	508
ALINHAMENTO ENTRE ESTRATÉGIA EMPRESARIAL E ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO EM UMA EMPRESA TEXTIL DE PEQUENO PORTE	514
PRESENÇA DO DIREITO INTERNACIONAL NO PLANO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS	519
VISÃO BASEADA EM RECURSOS: A FUSÃO ENTRE A AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA E A RUMO LOGÍSTICA SA	526
EXERCÍCIOS ACERCA DA DIALÉTICA E DA HISTÓRIA.....	532
BIG DATA E CLOUD COMPUTING PERPECTIVAS DE USO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DE 2004 - 2014.....	536
SIMULAÇÃO DO PROCESSO DE USINAGEM UTILIZANDO O CONCEITO DE FÁBRICA DIGITAL	542
MAPEAMENTO DE INSTITUIÇÕES QUE ATUAM NA ÁREA DE ONCOLOGIA NO MUNICÍPIO DE PIRACICABA-SP	548
DESENVOLVIMENTO DE UM MÉTODO PARA MIGRAÇÃO DE UMA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA PARA OS REQUISITOS DO PROGRAMA INDUSTRIE 4.0	552
PROPOSTA DE MÉTODO DE APRENDIZAGEM DE DESENHO TÉCNICO PARA O ENGENHEIRO DO SÉCULO 21.....	557
EDUCAÇÃO INFANTIL E PREVENÇÃO DA OBESIDADE: UMA CONSTRUÇÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLA.....	561
ANALISAR SE OS CONSUMIDORES PERCEBEM AS INOVAÇÕES IMPLEMENTADOS NOS AUTOMÓVEIS: UM ESTUDO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA DO PARANÁ.....	565
O PROFESSOR SUPERVISOR NO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID) E SUA CONSTITUIÇÃO COMO COFORMADOR DE PROFESSORES	570
VISÃO BASEADA EM RECURSOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA	574



PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO (FCS) EM PROJETOS LEAN MANUFACTURING	580
IMPORTÂNCIA, FREQUÊNCIA E INTENSIDADE DE ATIVIDADES OFERECIDAS POR PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM INSTITUIÇÕES INFANTIS	585
PERCEPÇÃO DE DESCONFORTO, ATRAVÉS DO DIAGRAMA DE CORLETT, NA POSIÇÃO SENTADA DE ESCOLARES	590
CONTRIBUIÇÕES DO MARKETING PARA UNIDADES DE INFORMAÇÃO.....	595
A PESQUISA-AÇÃO-PARTICIPATIVA: UMA ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES DA REVISTA “PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL”	601
O ENSINO DOS MOVIMENTOS DA TERRA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS DO PNLD	606
ASPECTOS DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL SOB O PRISMA DA INIMPUTABILIDADE COMO CLÁUSULA PÉTREA, ARGUMENTOS FAVORÁVEIS E CONTRAS E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	613
A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL.....	618
CARACTERIZAÇÃO DA REGRA DE PROPORCIONALIDADE.....	623
“CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA COMO PATRIMÔNIO COLETIVO DA SOCIEDADE CIVIL” – A IDENTIDADE DA UNIMEP NO MOVIMENTO DE SUA POLÍTICA ACADÊMICA	626

13^a MOSTRA
ACADÊMICA
UNIMEP
27 a 29 de outubro
de 2015

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE:
inserção, participação e responsabilidade social





ALGUMAS APROXIMAÇÕES ENTRE LAZER, CULTURA E CORRIDA DE RUA

Autor(es)

LETÍCIA FERNANDA FEITOSA MASSON

Orientador(es)

CINTHIA LOPES DA SILVA

INTRODUÇÃO

A corrida de rua tem demonstrado ser um fenômeno sociocultural contemporâneo, fato este, devido ao grande número de adeptos a esta prática, por onde andamos observamos alguém praticando a corrida de rua. Ao nos reportarmos a corrida de rua, não estamos apenas descrevendo uma atividade física, mas sim ampliando o conhecimento sobre esta prática corporal e considerando os significados que os sujeitos atribuem a tal prática. Esses significados podem ser diversos, alguns correm por estética, outros por lazer, outros pela possibilidade de convívio social, por qualidade de vida e até mesmo por desafio. Esta prática contribui para uma formação de uma nova cultura. Nesse sentido, pode-se apontar a facilidade de vivenciar esta prática, considerando que não depende de equipamentos específicos, ou um espaço físico adequado, por ser praticada a qualquer hora, e em qualquer lugar. A prática da corrida de rua pode ser vivenciada como uma atividade de lazer, atualmente a busca de algumas práticas se faz necessário no cotidiano da vida das pessoas, é fundamental que os conteúdos do lazer não sejam vivenciados apenas nos períodos de férias, mas sim, que sejam inclusos no dia a dia. Contudo, é necessário que estes momentos sejam desprovidos das obrigações profissionais, familiares, educacionais, religiosas, políticas, entre outras. Marcellino (2007), ressalta os 3Ds do lazer, sendo eles o divertimento, o descanso e o desenvolvimento pessoal e social, o autor destaca a dificuldade das pessoas em associarem o desenvolvimento aos 3Ds do lazer, apresentando-se com maior evidência o divertimento e o descanso. Desta forma, é fundamental que as pessoas tenham acesso a ações baseadas na educação pelo e para o lazer, uma vez que tais ações poderão ampliar as concepções e os diferentes valores atribuídos a esta vivência. Podemos descrever os conteúdos culturais do lazer para ampliar os conhecimentos das reais possibilidades das vivências de lazer, sendo eles citados por Dumazedier (1980), os físicos, os sociais, os intelectuais, os artísticos, manuais acrescentados posteriormente por Camargo (1986), os turísticos. É possível atrelar a corrida de rua não apenas a um único conteúdo cultural do lazer, mas sim envolvendo-a em mais de um dos conteúdos, como o físico e o social. Durante a corrida é um momento que acontece a auto avaliação dos corredores, é o momento que o corredor percebe se o seu tempo melhorou, se a sua performance está satisfatória, é o momento onde alguns sentimentos afloram, por meio da alegria e da superação. Entretanto, os comportamentos, as conversas os grupos de corridas, os familiares proporcionam o desenvolvimento pessoal e social. A corrida pode ser apontada como um espaço não formal de educação, é uma modalidade que permite o contato social, seja ele direto ou indireto, uma vez que a rua passa a ser um cenário carregado de signos, e para cada corredor, existe uma subjetividade envolvendo a manifesta-



13º Congresso de Pós-Graduação

ção cultural, é o momento oportuno para troca de experiências e para o desenvolvimento tanto pessoal quanto social.

Geertz (1989 p. 15), esclarece a cultura como:

[...] o conceito de cultura que eu defendo é essencialmente semiótico. Acreditando como Max Weber, que o homem é um animal à teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo estas teias e sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. Os significados atrelados à prática da corrida de rua se fazem uma narrativa do modo de ser e existir, envolve a cultura e o convívio social. Geertz (1989), define a cultura como teia de significados que os grupos estabelecem entre si. Entretanto, descrever a cultura implica em interpretar esses significados. Magnani (1993), descreve a corrida de rua como: um suporte de sociabilidade para os corredores, a rua adquire significados para além do senso comum. Ela se estabelece como o ponto de encontro entre desconhecidos e do reconhecimento de uma diversidade de usos e costumes proporcionados pela desigualdade social e cultural. É assim que o corredor tem a rua como palco e cenário de sua manifestação, possibilitando a tais sujeitos o fenômeno da sociabilidade urbana e promovendo o rompimento da barreira intraclasse social (de gênero, faixa etária, estereótipo etc.).

OBJETIVOS

Identificar e analisar a corrida de rua como uma manifestação cultural e de lazer.

DESENVOLVIMENTO

A metodologia utilizada neste trabalho é a pesquisa bibliográfica, tendo como base as ideias de Severino (2007), sendo efetuada a partir de um levantamento bibliográfico nos Sistemas de Bibliotecas da UNIMEP, correspondente às obras de autores da Antropologia, Sociologia e da Educação Física que se centram em um referencial sociocultural. Para a realização deste levantamento temos consultados livros, dissertações, teses e periódicos e utilizado as palavras-chave: lazer, cultura e corrida de rua, combinadas entre si. Quanto a pesquisa bibliográfica de acordo com Severino (2007, p.122) caracteriza-se como: Aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses e etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhada por outros pesquisadores e devidamente registradas. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. A importância da pesquisa bibliográfica neste trabalho, pode favorecer um maior entendimento entre os temas estudados. Contudo, justificou-se a análise deste tipo de pesquisa para o tema em estudo, na tentativa de identificar e analisar a corrida de rua como um ambiente de construção de significados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na contemporaneidade a corrida de rua demonstra ser um fenômeno sociocultural, carregado de valores e significados, o aumento do número de corredores e



de eventos destinados a esta prática se deve a algumas peculiaridades da corrida, por ser uma modalidade que não exige uma habilidade específica, por sua fácil acessibilidade, baixo custo e grande independência para os adeptos. Além dos vários benefícios físicos, psíquicos e emocionais proporcionados pela prática, possibilitando também o desenvolvimento pessoal e social. Entretanto, instiga a um estudo destinado a expressão da sociedade contemporânea, marcada por uma multiplicidade de valores e significados. Nesse sentido, constitui a relevância de uma reflexão destinada aos diferentes valores atribuídos a esta prática, que inclui a experiência dos sujeitos com a prática da corrida, grupo social e sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do levantamento bibliográfico realizado até o momento, verificou-se o aumento do número de corredores nas últimas décadas, envolvendo diversos valores e significados. Portanto, mesmo considerando os diversos valores atrelados a prática da corrida de rua, observou-se a necessidade da educação pelo e para o lazer, aumento assim, o conhecimento das inúmeras possibilidades dessas vivências, sendo elas o convívio social e a prática do conteúdo físico do lazer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMARGO, L.O. de L. O que é lazer. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DUMAZEDIER, J. Valores e conteúdos culturais do lazer. São Paulo: Sesc, 1980.
- GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- MAGNANI, J. G. C. A rua e a evolução da sociabilidade. Cadernos de História de São Paulo 2, Jan/Dez, 1993.
- MARCELLINO, N.C. Lazer e cultura: algumas aproximações. In: MARCELLINO, N. C. (org.). Lazer e cultura. Campinas: Editora Alínea, 2007.
- SEVERINO, A.J. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Editora Cortez, 2007.



SABERES DOCENTES E SABERES DOCENTES DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Autor(es)

SIMONE DE PAULA TEODORO MOREIRA

Orientador(es)

BRUNO PUCCI

INTRODUÇÃO

O estudo sobre os saberes docentes é parte da tese de doutorado em educação, em desenvolvimento, que discute o tema sobre a interação na formação do docente de Matemática na modalidade a distância.

O tema se justifica diante de alguns fatos que levam à percepção da predominância de transposição de conteúdos específicos na formação de professores de Matemática, onde privilegia-se a racionalidade técnica. Nesse viés, entende-se como relevante identificar os saberes docentes e os saberes docentes específicos para o professor de matemática para buscar, em trabalhos futuros, a relação entre esses saberes e a prática docente adotada nesses cursos. Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica. Sobre a luz dos autores Tardif, Gauthier, Shulman e Fiorentini, essa revisão buscou elencar as diferentes formas de classificação dos saberes docentes. Enquanto Shulman propõe distinguir o conhecimento em três categorias (conteúdo da matéria ensinada; conteúdo pedagógico da matéria e conhecimento curricular) Tardif (2002) situa o saber do professor a partir de seis fios condutores: saber e trabalho; diversidade do saber; temporalidade do saber; experiências de trabalho, saberes humanos a respeito de saberes humanos e saberes e formação profissional. Já Fiorentini, além de dialogar direta ou indiretamente com esses autores, ainda relaciona esses saberes docentes com os saberes docentes do professor de matemática. Fiorentini destaca ainda que, para os professores de matemática, a prioridade histórica de uma escrita técnica e formal acabou criando uma dificuldade de estabelecer uma comunicação escrita e efetiva que possa ser compreendida na interlocução com o aluno. No entanto, o que se vê como uma discussão central é que todos os autores aqui em questão investigam os saberes dos professores vendo-os como sujeitos que possuem histórias de vida pessoal e profissional e são capazes de produzirem e mobilizarem saberes no exercício da prática.

OBJETIVOS

Compreender como a temática dos saberes docentes é tratada na literatura específica e identificar diferenças, se existirem, quando a delimitação discutir saberes docentes para o professor de matemática.

DESENVOLVIMENTO

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, do ponto de vista da forma de abordagem do problema ela pode ser classificada como uma qualitativa, visto que o “processo e seu significado



são os focos principais de abordagem” onde busca-se “a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados” e houve uma tendência de “analisar seus dados indutivamente” (GIL, 1991).

Do ponto de vista de seus objetivos é uma pesquisa descritiva, pois “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 1991).

No que diz respeito aos procedimentos técnicos é uma pesquisa bibliográfica, pois foi “elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet” (GIL, 1991).

No Brasil, a temática “Saberes Docentes” sempre foi tratada indiretamente por diversas obras de diferentes autores como Antônio Nóvoa, P. Perrenoud e K. Zeichner. Diretamente essa temática foi introduzida no país a partir das obras de Tardif e depois vieram as obras de Gauthier e Shulman. Esse detalhamento é tratado no tópico a seguir.

Resultados e Discussões

Os saberes necessários para que um professor exerça sua profissão são classificados de forma diferente por Tardif, Shulman e Gauthier.

Tardif (2002) classifica esses saberes em quatro categorias: os saberes da formação profissional (das ciências da educação e da ideologia pedagógica); os saberes curriculares; os saberes experienciais; e os saberes disciplinares.

Ao buscar a relação dos saberes docentes com o contexto da interação na formação do docente temos, inicialmente, Gauthier (1998, p. 331) afirmando que “O saber é considerado como resultado de uma produção social, sujeito a revisões e reavaliações, fruto de uma interação entre sujeitos, fruto de uma interação linguística inserida num contexto e que terá valor na medida em que permite manter aberto o processo de questionamento”.

Para Tardif a relação do docente com os saberes não se restringe à transmissão de conhecimentos, uma vez que a prática docente é integrada por diferentes saberes e diferentes relações entre eles. O autor define o saber docente “[...] como um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais” (TARDIF, 2002, p. 36). Para Tardif (2002, p. 11) não seria possível falar sobre o saber do professor sem considerar o contexto do trabalho docente. “Saber é sempre o saber de alguém que trabalha alguma coisa no intuito de realizar um objetivo qualquer”. A docência é compreendida como “uma forma particular de trabalho sobre o humano [...] no modo fundamental da interação humana”. Sobre o desenvolvimento cognitivo do professor, Shulman (1986) sugere fazermos a distinção em três categorias de conhecimentos: subject knowledge matter (conhecimento do conteúdo da matéria ensinada); pedagogical knowledge matter (conhecimento pedagógico da matéria) e curricular knowledge (conhecimento curricular). A primeira fonte do knowledge base que é o conhecimento do conteúdo da matéria que será ensinada, Shulman (2004) diz que: “Esse conhecimento repousa em dois fundamentos: a literatura acumulada na área e o conhecimento filosófico e histórico sobre a natureza do conhecimento no campo de estudo. O autor explica que o professor tem responsabilidades especiais em relação ao conhecimento do conteúdo, servindo como fonte



primária do entendimento do aluno com a relação à disciplina. Isso significa que o modo pelo qual esse entendimento é comunicado leva ao aluno o que é essencial sobre um assunto e o que é periférico. (SHULMAN, 2004 apud ALMEIDA, BIAJONE, 2007, p. 287). Um segundo tipo de conhecimento é o conhecimento pedagógico do conteúdo (pedagogical knowledge matter), que vai além do conhecimento do assunto por si só à dimensão do conhecimento do assunto para o ensino, considerando a forma de torná-lo compreensível para os alunos. Nesse segundo tipo de conhecimento, Shulman (1986) ainda fala de conhecimento de conteúdo, no entanto, de uma forma particular de conhecimento de conteúdo que incorpora os aspectos de conteúdo mais pertinente ao ensino e à docência, que inclui uma compreensão do que torna a aprendizagem de temas específicos fácil ou difícil. O curricular knowledge (conhecimento curricular) dispõe-se “a conhecer a entidade currículo como o conjunto de programas elaborados para o ensino de assuntos e tópicos específicos em um dado nível, bem como a variedade de materiais instrucionais disponíveis relacionados àqueles programas” (ALMEIDA, BIAJONE, 2007, p. 288). Gauthier (1998) destaca que o desafio da profissionalização docente é evitar o ofício sem saberes e saberes sem ofício e reconhece que a existência de um repertório de conhecimentos reflete um olhar de ressignificações para o professor, que passa a ser visto como um “[...] profissional, ou seja, como aquele que, munido de saberes e confrontando a uma situação complexa que resiste à simples aplicação dos saberes para resolver a situação, deve deliberar, julgar e decidir com relação à ação a ser adotada, ao gesto a ser feito ou à palavra a ser pronunciada antes, durante e após o ato pedagógico” (GAUTHIER, 1998, p. 331). O quadro 1 traz as classificações tipológicas e particularidades das pesquisas de Gauthier, Tar-dif, Shulman, resumida por Almeida e Biajone (2007).



1 Quadro: Classificação Tipológica

Gauthier	Tardif	Shulman
<ul style="list-style-type: none"> • Saber disciplinar • Saber curricular • Saber das ciências da educação • Saber da tradição pedagógica • Saber da experiência • Saber da ação pedagógica 	<ul style="list-style-type: none"> • Saber disciplinar • Saber curricular • Saber da formação profissional (Ciências da Educação) • Saber da experiência 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento do conteúdo da matéria ensinada • Conhecimento curricular • Conhecimento pedagógico da matéria

Centro da
Discussão

Todos se dedicam a investigar a mobilização dos saberes das ações dos professores. Professores são sujeitos com histórias de vida pessoal e profissional, produtores e mobilizadores de saberes no exercício de sua prática.

Gauthier

- "Ofício feito de saberes"
- Construir Teoria Geral da Pedagogia

Tardif

- Epistemologia da prática profissional dos professores. Ênfase no trabalho docente.

Shulman

- Conhecimento que os professores têm dos conteúdos de ensino e o modo como estes se transformam no ensino.

Fonte: (ALMEIDA, BIAJONE, 2007, p. 289)



Tardif (2002) situa o saber do professor a partir de seis fios condutores, representados no quadro 2, adaptado de Almeida e BIAJONE (2007, p. 284)

2 Quadro: Fios condutores do saber docente por Tardif (2002)

1) Saber e trabalho	<ul style="list-style-type: none">• Diz respeito ao saber do professor que deve ser compreendido em íntima relação com o trabalho na escola e na sala de aula: são as relações mediadas pelo trabalho que fornecem princípios para enfrentar e solucionar situações cotidianas.
2) Diversidade do Saber	<ul style="list-style-type: none">• Entende que o saber dos professores é plural, compósito, heterogêneo, por envolver, no próprio exercício da ação docente, conhecimentos e um saber-fazer bastante variados e, normalmente, de natureza diferente.
3) Temporalidade do saber	<ul style="list-style-type: none">• Aqui reconhece o saber dos professores como temporal, uma vez que o saber é adquirido no contexto de uma história de vida e de uma carreira profissional.
4) Experiência de trabalho enquanto fundamento do saber	<ul style="list-style-type: none">• Focaliza os saberes oriundos da experiência do trabalho cotidiano como alicerce da prática e da competência profissionais. É no contexto em que ocorre o ensino que o docente desenvolve o habitus, que são certas disposições adquiridas na e pela prática real.
5) Saberes humanos a respeito de saberes humanos	<ul style="list-style-type: none">• Expressa a ideia de trabalho interativo, um trabalho em que o trabalhador se relaciona com o seu objeto de trabalho fundamentalmente por meio da interação humana.
6) Saberes e formação profissional	<ul style="list-style-type: none">• É decorrente dos anteriores, ou seja, expressa a necessidade de repensar a formação para o magistério, considerando os saberes dos professores e as realidades específicas de seu trabalho cotidiano.

Fonte: Adaptado (ALMEIDA, BIAJONE, 2007)



Entre os saberes necessários para a formação de professores, destaca-se também na literatura, como prioritária para autores como Perrenoud (2000), o saber utilizar novas tecnologias, como uma possibilidade de que professores e alunos sejam sujeitos criativos e construtores de conhecimento.

A crítica da dicotomia da formação de professores em teoria e prática, que vem desde as propostas de currículos dos cursos de formação de professores, é feita por vários autores como Masetto, Fiorentini e Tardif.

Tardif (2002, p. 271) afirma que “Ao pressupor que a docência se resume à transmissão, ao ensino e à aplicação de saberes construídos por quem não vive as práticas escolares, esse modelo ‘aplicacionista do conhecimento’ sugere a ideia de que o ‘conhecer e o fazer são dissociados e tratados separadamente em unidades de formação distintas e separadas’ e que o fazer está subordinado temporal e logicamente ao conhecer, pois ensina-se aos alunos dos cursos de formação de professores que, para fazer bem feito, eles devem conhecer bem e em seguida aplicar seu conhecimento ao fazer”.

Para Masetto (1998) o que se vê nos primeiros anos dos currículos de formação de professores é a ênfase aos conteúdos específicos e no final dos currículos surgem as disciplinas pedagógicas, como se houvesse a possibilidade de trabalhar esses dois conjuntos de conhecimentos de forma separadas. O autor completa ainda que prevalece a “crença de quem sabe, automaticamente, sabe ensinar” (MASETTO, 1998, p. 11).

Posto o levantamento teórico que discute os saberes docentes de forma geral, faz-se necessário para essa pesquisa um refinamento identificando os saberes docentes do professor de matemática. É preciso compreender se, além dos saberes docentes para a formação geral do professor, são necessários outros saberes na formação do docente em matemática. Na pesquisa pela identificação de saberes específicos para a formação do professor de matemática, na grande maioria dos trabalhos levantados para análise, depara-se com uma convergência para os saberes pesquisados para formação de professores de forma geral. Em Freitas (2000, apud FREITAS e FIORENTINI, 2008, p. 139), “verificamos que os futuros professores de matemática apresentam dificuldade em colocar no papel suas reflexões e seus pensamentos, o que leva a supor que os cursos de graduação em matemática pouco enfatizam e exploram as interações mediadas pela escrita discursiva”. O trecho indica certa dificuldade dos alunos de licenciatura em matemática em estabelecer uma comunicação escrita e efetiva que possa ser compreendida na interlocução entre os pares (alunos e professores) e nos permite entender esse contexto como uma consequência da prática que dá prioridade para escrita técnica e formal, ao invés da discursiva, compreensiva e interpretativa sobre o conteúdo que está em sendo trabalhado. Shulman (1986, apud FIORENTINI, 2005, p. 109), diz: “É enfático ao afirmar que saber Matemática para ser um Matemático não é a mesma coisa que saber Matemática para ser professor de Matemática. [...] Se, para o bacharel, é suficiente ter uma formação técnico-formal da Matemática [...], para o futuro professor isso não basta”. Szatajn (2002) fez uma revisão dos artigos publicados nos periódicos de língua inglesa de 1993 a 2000 e apresentou um modelo para estudar o saber do professor de Matemática, o qual inclui: conhecimento de Matemática, conhecimento pedagógico, conhecimento dos processos cognitivos dos alunos ao aprenderem a disciplina. Os conhecimentos relacionados por Szatajn nos remete aos conhecimentos já citados por Shulman em 1986.



Ao buscar identificar os saberes para formação do docente de matemática, percebe-se na literatura vários pontos já percorridos no contexto de saberes da formação geral de professores, nesse momento, percebendo-se certa ênfase para o uso das tecnologias. Na literatura que se diz específica sobre os saberes docentes para o professor de matemática, também se encontra, com frequência, a defesa de que a teoria não pode estar desvinculada da prática e que conhecer o conteúdo é apenas um dos saberes necessários ao professor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os autores referenciados nesse trabalho ressaltam o quanto os estudos sobre a formação de professores ainda persistem em separar a formação e o cotidiano do professor. Com muita frequência criticam a incoerência da dicotomia teoria e prática, a predominância da racionalidade técnica no ensino, a negligência em não destacarmos o conhecimento curricular e reforçam a necessidade de repensarmos a forma como preparamos os professores para o uso das tecnologias, uma vez que continuamos usando os meios convencionais de ensino. Mesmo não sendo o interesse central para essa pesquisa em questão, para dar continuidade ao estudo, seria relevante analisar um grupo de professores de matemática, considerando sua formação inicial e continuada, buscando identificar como os saberes docentes se constroem ao longo de sua formação e qual a influência da universidade nessa construção. Em seguida, analisar sua prática docente, a partir de seus planejamentos e a observação de suas aulas, relacionando os saberes docentes com seu dia a dia em sala de aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de; BIAJONE, Jefferson. Saberes docentes e formação inicial de professores: implicações e desafios para as propostas de formação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.33, n.2, p. 281-295, maio/ago. 2007 (281-295)
- FIORENTINI, D. A formação matemática e didático-pedagógica nas disciplinas da Licenciatura em Matemática. *Revista de Educação PUC-Campinas*, Campinas, n. 18, p. 107-115, jun. 2005.
- FREITAS, Maria Teresa Menezes e FIORENTINI, Dario. Desafios e potencialidades da escrita na formação docente em matemática. *Revista Brasileira de Educação* v. 13 n. 37 jan./abr. 2008 (p. 138-189)
- GAUTHIER, C. *Por uma teoria da Pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente*. Ijuí: Unijuí, 1998.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1991.
- MASETTO, M. T. "Professor universitário: um profissional da educação na atividade docente". In: MASETTO, M. T. (org.). *Docência na universidade*. Campinas, SP, Papyrus. 1998.
- SHULMAN, L. S. Those who understand: knowledge growth in teaching. *Educational*, v. 15, n. 2, p. tional 4-14, 1986. Disponível em SHULMAN, L. S. *The wisdom of practice: The wisdom of practice essays on teaching and learning to teach*. San Francisco: Jossey-Bass, 2004.
- SZATAJN, P. (2002). O que precisa saber um professor de matemática? Uma revisão da literatura americana dos anos 90. *Educação matemática em revista*. *Revista da Sociedade Brasileira de Educação Matemática*. São Paulo, n. 11a (abr.), pp. 17-28.
- TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.



FUNDAMENTOS TEÓRICOS DE T. W. ADORNO PARA INVESTIGAR A EXPERIÊNCIA FORMATIVA DE UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA

Autor(es)

LUIZ CARLOS ANDRADE DE AQUINO

Orientador(es)

BRUNO PUCCI

INTRODUÇÃO

A reflexão sobre o ensino superior brasileiro contemporâneo tem produzido rica análise para compreender sua múltipla e diversa realidade e apontar seus dilemas e perspectivas dentro do complexo quadro histórico de transformações socioeconômicas, políticas e culturais ocorridas nas últimas duas décadas (Dourado, 2002; Cunha, 2007; Sguissardi, 2008). No Brasil, a partir dos anos 90 do século passado, estas transformações tiveram efeitos em todo o conjunto das relações sociais, aí incluída a educação e, em particular, o ensino superior. A expansão, diversificação e massificação do ensino superior brasileiro e o crescente quadro de sua privatização nesse período, refletem o movimento global de ampliação das relações econômicas de caráter mercadológico que, antes de representar aspectos de uma crise estrutural do capitalismo, aparecem como processo natural de seu desenvolvimento. Renovar criticamente a compreensão sobre os efeitos desses processos na universidade comunitária é um desafio para a atual pesquisa educacional. Acreditamos que a abordagem teórica de Adorno ainda é capaz de contribuir para um olhar renovado e crítico desta realidade.

OBJETIVOS

O objetivo é apresentar os fundamentos teóricos da proposta de tese em desenvolvimento no Programa de Doutorado em Educação da Unimep. A intenção é evidenciar a importância da filosofia dialética de Adorno e outras formulações teóricas presentes em seu pensamento, como princípio norteador para a pesquisa em educação, em tela aqui o ensino superior comunitário na atualidade. Convivendo de forma dramática no Brasil com a expansão do ensino superior privado com fins lucrativos, as instituições universitárias comunitárias têm despertado o interesse de pesquisadores educacionais (BITTAR, 1999; SGUISSARDI, 2008; SCHIMIDT, 2010) que procuram compreender esse novo contexto e seus efeitos para as práticas e finalidades dessas instituições. Sugerimos que a pesquisa educacional, na área da filosofia da educação, ao se utilizar da filosofia dialética de Adorno, amplia e renova o olhar para a natureza e atual identidade dessas instituições. Assim, apresentamos sucintamente a problematização e a hipótese da pesquisa em andamento e os fundamentos teóricos de Adorno que utilizaremos em nossa futura análise.

DESENVOLVIMENTO

O problema da pesquisa é: Como a investigação sobre a experiência formativa proporcionada pelas Instituições Comunitárias de Ensino Superior - ICES, através do seu fazer universitário comunitário, pode contribuir para compreender o conteúdo de sua ambígua identidade? A hipóte-



se inicial será a de que as tensões entre adaptação e autonomia presentes no fazer universitário comunitário, oriundas de uma experiência formativa que se afasta dos postulados legais e teóricos das ICES, constituem atualmente o núcleo da identidade dessas instituições. Buscaremos apontar e investigar os paradoxos e contradições que o fazer universitário comunitário de uma particular ICES apresenta quando confrontado com seu conceito legal e ideal. Embora Adorno não tenha vivido e produzido no contexto de um capitalismo de acumulação flexível, neoliberal e financeiramente globalizado, evidenciaremos a atualidade da crítica adorniana, presentes nas categorias e modelos críticos de sua Dialética Negativa, em Teoria da Semiformação e em Educação e Emancipação, para investigar um aspecto da realidade educacional brasileira: a experiência formativa da universidade comunitária. Na Introdução de sua Dialética Negativa, no aforismo Sobre a possibilidade da filosofia, Adorno afirma que a filosofia, depois do idealismo que a colonizou, só é possível se souber fazer a crítica a si mesma, e essa crítica deve se fundamentar numa dialética cuja contradição não está voltada para uma positividade, mas, isto sim, para a negatividade. A contradição, para Adorno, “[...] é o indício da não-verdade da identidade” (2009, p. 12). No aforismo Desencantamento do conceito, Adorno escreve que “Em verdade, todos os conceitos, mesmo os filosóficos, apontam para um elemento não-conceitual porque eles são, por sua parte, momentos da realidade que impele a sua formação – primeiramente com o propósito de dominação da natureza” (2009, p. 18). Se o conceito se identifica com a realidade, essa identificação é construída em contraposição aos elementos “não-idênticos” que esta realidade apresenta e que são rechaçados pela formulação conceitual. É interessante perceber como Adorno sustenta esta reflexão nesse aforismo, quando apresenta o exemplo do conceito de “ser” em Hegel: “Conceitos como o conceito de ser no começo da Lógica hegeliana denotam de início um elemento enfaticamente não-conceitual; para usar uma expressão de Lask, eles visam a algo para além de si mesmos. É constitutivo de seu sentido que eles não se satisfaçam com sua própria conceitualidade; e isso apesar de, por meio do fato de incluírem o não-conceitual como seu sentido, tenderem a torná-lo idêntico a si mesmos e, dessa forma, permanecerem fechados em si” (2009, p. 18). Os elementos não-conceituais, ou seja, os elementos e aspectos contidos nessa realidade particular que o conceito quer agarrar e não consegue, expressariam as tensões que apontam para um possível teor de verdade da educação comunitária? O fazer universitário comunitário expressa momentos que estão no conceito, porém, o que mais esta prática expressa que o conceito não dá conta de exprimir? Quais tendências existem nessa realidade que a reproduzem e quais são as tendências reprimidas que apontam para sua possível transformação? Correlata a essa discussão, a filosofia negativa de Adorno aborda a relação entre essência e aparência da realidade, no aforismo Essência e aparência. Conforme Adorno, a essência de algo ou de uma realidade ganha uma conotação histórica, uma vez que no objeto encontra-se sedimentada as relações sociais que o determinam historicamente, condicionando o seu movimento de reprodução e transformação da realidade. A essência é o cofre que guarda o segredo da realidade, ali onde está a tensão que constitui seu movimento histórico. No ensaio Teoria da Semiformação (2010), onde discute a formação cultural, Adorno afirma que “Apesar de toda ilustração e de toda informação que se difunde (e até mesmo com sua ajuda) a semiformação passou a ser a forma dominante da consciência atual, o que exige uma teoria que seja abrangente.” (2010, p. 9). Adorno elabora aqui uma das mais contundentes críticas ao processo de formação educativa levada a termo pela sociedade capitalista moderna. Os ideais da cultura burguesa, como liberdade e igualdade não se realizaram para todos, pois, como observa Adorno: “Os dominantes monopolizaram a formação cultural numa sociedade formalmente vazia. A desumanização implantada pelo processo capita-



lista de produção negou aos trabalhadores todos os pressupostos para a formação e, acima de tudo, o ócio. As tentativas pedagógicas de remediar a situação se transformaram em caricaturas. Toda a chamada “educação popular” — a escolha dessa expressão demandou muito cuidado — nutriu-se da ilusão de que a formação, por si mesma e isolada, poderia revogar a exclusão do proletariado, que sabemos ser uma realidade socialmente constituída” (2010, p. 14). Segundo Adorno (2010), o ideal burguês de autonomia pressupõe uma necessária formação cultural voltada para a constituição de indivíduos livres numa sociedade sem exploração. No entanto, no capitalismo tardio e com o surgimento da indústria cultural, a formação tornou-se semiformação ao se apresentar como adaptação e integração ao sistema liberal. Como observa Adorno, “Por inúmeros canais, se fornecem às massas, bens de formação cultural. Neutralizados e petrificados, no entanto, ajudam a manter no devido lugar aqueles para os quais nada existe de muito elevado ou caro. Isso se consegue ao ajustar o conteúdo da formação, pelos mecanismos de mercado, à consciência dos que foram excluídos do privilégio da cultura — e que tinham mesmo que ser os primeiros a serem modificados” (2010, p. 16). No livro Educação e Emancipação, Adorno afirma que a educação não é a “modelagem de pessoas” e nem a “mera transmissão de conhecimentos”, a educação seria, isso sim, a “produção de uma consciência verdadeira”, cuja ideia se traduz numa “exigência política”, pois “uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito, demanda pessoas emancipadas” (Adorno, 1995, p. 141-142). Porém, próprio Adorno admite que a ideia de emancipação, numa sociedade assim constituída, “é ela própria ainda demasiado abstrata, além de encontrar-se relacionada a uma dialética” que, por sua vez, “precisa ser inserida no pensamento e também na prática educacional” (1995, p. 143). Assim, Adorno (1995) assinala dois problemas a serem considerados quando tratamos de emancipação: “Em primeiro lugar, a própria organização do mundo em que vivemos e a ideologia dominante — hoje muito pouco parecida com uma determinada visão de mundo ou teoria —, ou seja, a organização do mundo converteu-se a si mesma imediatamente em sua própria ideologia. Ela exerce uma pressão tão imensa sobre as pessoas, que supera toda a educação. Seria efetivamente idealista no sentido ideológico se quiséssemos combater o conceito de emancipação sem levar em conta o peso imensurável do obscurecimento da consciência pelo existente. No referente ao segundo problema, devera haver entre nós diferenças muito sutis em relação ao problema da adaptação. De um certo modo, emancipação significa o mesmo que conscientização, racionalidade. Mas a realidade sempre e simultaneamente uma comprovação da realidade, e esta envolve continuamente um movimento de adaptação” (p. 143). Para Adorno a educação “seria impotente e ideológica se ignorasse o objetivo de adaptação e não preparasse os homens para se orientarem no mundo”, porém, “ela seria igualmente questionável se ficasse nisto, produzindo nada além de well adjusted people, pessoas bem ajustadas, em consequência do que a situação existente se impõe precisamente no que tem de pior” (1995, p. 143). Nesse sentido, Adorno resalta a ambiguidade no conceito de educação orientada para a formação consciente e racional dos homens. No entanto, e aqui está um dos pontos centrais de sua reflexão filosófica, Adorno critica o conceito de racionalidade e de consciência visto em geral “como capacidade formal de pensar”, contrapondo a isso um sentido mais profundo de consciência: “Este sentido mais profundo de consciência ou faculdade de pensar não é apenas o desenvolvimento lógico formal, mas ele corresponde literalmente a capacidade de fazer experiências. Eu diria que pensar é o mesmo que fazer experiências intelectuais. Nesta medida e nos termos que procuramos expor, a educação para a experiência é idêntica a educação para a emancipação” (Adorno, 1995, p. 151).



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os fundamentos teóricos de Adorno abrem a possibilidade de uma crítica imanente da realidade educacional comunitária, buscando compreender as tensões entre ideal e prática produzida e, a partir delas, os limites e potenciais de transformação nela contidos. Assim, podemos propor uma interpretação da relação entre essência e aparência que aponte o fazer universitário comunitário em sua lógica e movimento, buscando em suas contradições elementos que revelem esse movimento histórico pela tensão entre reprodução e autonomia que esta realidade apresenta e, assim, melhor compreender o conteúdo da identidade da ICES atualmente. A reflexão de Adorno sobre a semiformação, a nosso ver uma formação universitária voltada, quando muito, somente ao atendimento do atual mercado de trabalho, representa a semiformação em estado puro, ou seja, a reprodução das relações sociais do capitalismo contemporâneo. Assim, compreender a experiência formativa de uma universidade comunitária é perceber as tensões entre adaptação e autonomia que essa experiência possa revelar, constituindo isso o próprio fazer universitário comunitário como possível núcleo da identidade da ICES. Ao considerarmos as reflexões do filósofo frankfurtiano sobre educação e emancipação, encontramos outra sólida fundamentação para nossa pesquisa. Ao buscarmos investigar o fazer universitário comunitário, visando compreender a identidade de uma ICES e os limites e possibilidades de uma formação voltada para a emancipação, devemos olhar detidamente para as particulares experiências praticadas em sua realidade (ensino, pesquisa, extensão e gestão), buscando elementos que possam qualificar essas experiências, tanto no sentido de adaptação à realidade quanto de sua possível transformação e superação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apontamos aqui alguns dos principais elementos teóricos da filosofia de Adorno que deverão fundamentar uma investigação sobre a experiência formativa de uma universidade comunitária. Nossa investigação buscará compreender as contradições presentes no fazer universitário comunitário, uma vez que o conceito formal e legal que caracteriza essas instituições, fundamentados em valores comunitários, não garante por si só uma experiência formativa que os realizem efetivamente. Assim, procuramos deixar claro que a abordagem teórica adorniana representa uma rica contribuição para a compreensão da universidade comunitária na atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. W. Teoria da semiformação. Tradução de Newton Ramos-de-Oliveira. In: PUCCI, B.; ZUIN, A. A. S.; LASTÓRIA, L. A. C. N. (Orgs.). Teoria Crítica e Inconformismo: novas perspectivas de pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2010.
- ADORNO, T. W. Dialética negativa. Tradução de Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009.
- ADORNO, T. W. Educação e emancipação. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BITTAR, M. Universidade comunitária: uma identidade em construção. São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1999.



CUNHA, L. A. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o Estado e o mercado. In: Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 809-829, 2007.

DOURADO, L. F. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil dos anos 90. In: Educação e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, p. 235-253, 2002.

SCHMIDT, J. P. O comunitário em tempos de público não estatal. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 9-40, 2010.

SCHMIDT, J. P. O caráter público não-estatal da universidade comunitária: aspectos conceituais e jurídicos. In: Revista do Direito, n. 29. Santa Cruz do Sul: UNISC, jan-jun, 2008. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/658/455>>. Acesso em 02 fev. 2015.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. In: Educação e Sociedade, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, 2008.



AVALIAÇÃO DO CICLO DE VIDA DE SISTEMA FV EM COMUNIDADE ISOLADA DO ESTADO DO AMAZONAS

Autor(es)

ANDRÉ JUN MIKI

Orientador(es)

APARECIDO DOS REIS COUTINHO

INTRODUÇÃO

Os sistemas de eletrificação utilizados na Amazônia são baseados na importação de combustíveis fósseis, em vez de serem implementados por fontes renováveis de energia. Além disso, a eletrificação rural nas comunidades isoladas na Amazônia é viabilizada pela disponibilidade de recursos energéticos locais, pertinentes por possibilitar o acesso universal à eletricidade. A região pode ser o local de soluções energéticas disponíveis, considerando as suas vocações e necessidades, que podem ser implementadas em pequena escala para sistemas elétricos descentralizados e isolados, por meio de fontes renováveis, como exemplo, pelo sistema de geração FV (GOMÉZ; SILVEIRA, 2012).

OBJETIVOS

A questão da investigação está direcionada para o sistema de geração FV, instalado em comunidades isoladas, na região do médio Rio Negro, localizada na latitude Sul de $-2,621389^{\circ}$; longitude Oeste de $-60,9444167^{\circ}$, no Estado do Amazonas. O sistema é composto por 4 arranjos de 40 módulos individuais de $0,85 \text{ m}^2$, ocupando uma área de 200 m^2 . Cada um dos arranjos possui potência de $4,20 \text{ kWp}$, que totaliza $16,80 \text{ kWp}$ de potência instalada em módulos FV's (E.A.E, 2015). A rede de distribuição é constituída por quatro circuitos de 3 kW para prédios comunitários, incluindo o suprimento de eletricidade para dez residências rurais. O objetivo do trabalho trata da aplicação do método de cálculo do payback de energia (EPBT), pelo consumo e produção anual de eletricidade e as emissões de CO_2 . Isso envolve as fases de produção e reciclagem dos componentes da miniusina FV, destinado por suprir a demanda de energia elétrica para a comunidade, em regime contínuo, por meio da gestão remota de créditos pré-pagos de energia consumida (BLASQUES; PINHO, 2012; DAS; BALAKRISHNAN, 2012). A comunidade isolada do médio Rio Negro, situada no município de Novo Airão, foi escolhida pelo presente estudo, por se tratar de uma área de proteção ambiental integral localizada entre o Parque Nacional de Anavilhanas e o Parque Estadual do Rio Negro - Setor Norte. Sua população é de 17.199 habitantes e a área possui uma dimensão territorial de $37.771,246 \text{ km}^2$, inadequada para a geração de eletricidade por combustíveis fósseis. Outro aspecto encontra-se pela sua permanência na forma de sistema elétrico isolado e descentralizado, mesmo após a integração à malha elétrica nacional pelo SIN do município de Manaus (IBGE CIDADE, 2015).

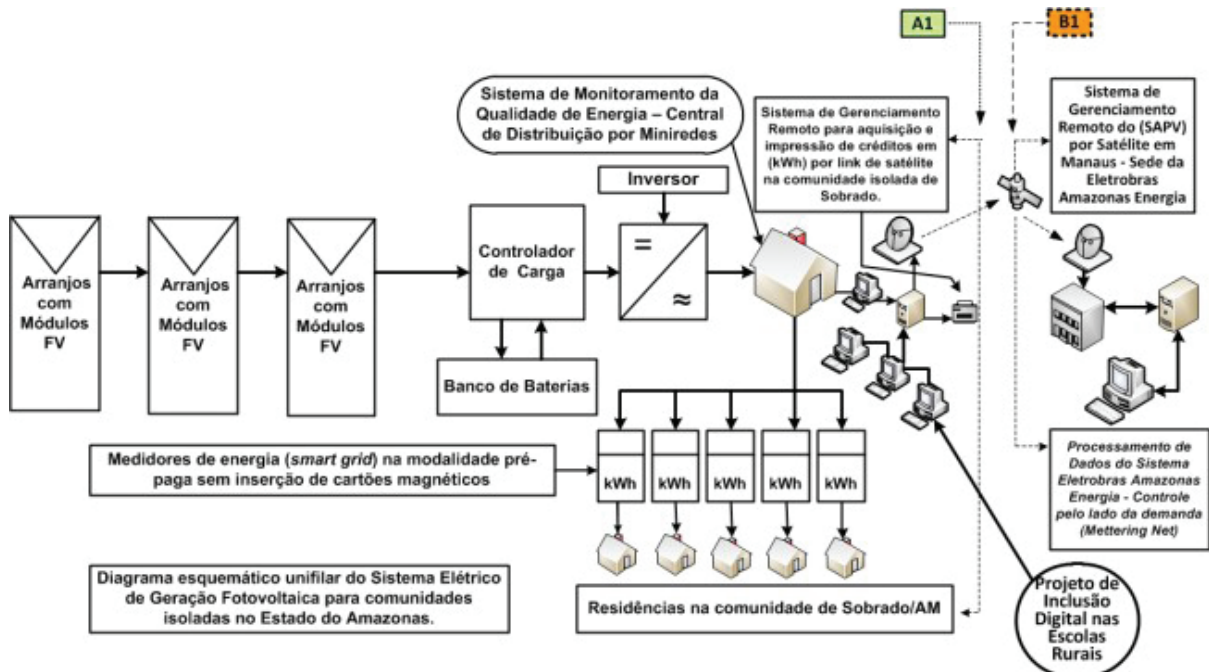


Figura 1. Diagrama do sistema elétrico da miniusina FV instalada na comunidade isolada do médio Rio Negro/AM (E.A.E, 2015)

DESENVOLVIMENTO

O presente estudo, conforme Lakatos e Marconi (2011), utilizou uma abordagem comparativa, pois consiste na investigação e na explicação de fatos a partir de similaridades e singularidades pela detecção do que é comum a duas ou mais séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais ou de outras áreas do saber, para o sistema de geração FV da comunidade. A ACV tem como objetivo analisar os dados a partir do balanço de massa e energia, envolvendo a energia requisitada no processo de manufatura dos componentes, a produção de energia e a avaliação do impacto ambiental do ciclo de vida pelo sistema FV. A fase de interpretação inclui as inovações na aplicação de novos métodos, envolvendo a avaliação do ciclo de vida para as unidades funcionais na manufatura de módulos FV's cristalinos, pela evolução do percurso teórico, de acordo com Fthenakis e Kim (2011). Há ainda o detalhamento dos sistemas de geração FV, referentes ao balanço de massa e energia, incluindo a matéria-prima e energia requerida no processo de manufatura dos módulos FV, estruturas e suporte metálicos de aço galvanizado, controlador de carga, banco de baterias, inversor, cabos elétricos de cobre de força e de dados pertencem a fase de interpretação da ACV. A avaliação da produção de energia foi realizada pela caracterização do *payback* de energia para o sistema de geração FV, a partir da distribuição de energia térmica incorporada e convertida em energia elétrica, pela aplicação do fator de conversão termoelétrica (η_{th-el}) de 35%, considerando a energia total incorporada dos componentes eletroeletrônicos do sistema FV, em equivalente elétrico [$E_{EMB,el}$] (GARCÍA-VALVERDE et al., 2009). O *payback* da energia (EBPT) relaciona o consumo anual de energia elétrica da carga instalada, como mostra a Eq. (1), pela razão [$E_{EMB,el}/E_{USE}$], onde [E_{USE}] corresponde ao consumo anual de energia solicitados pela unidade consumidora (GARCÍA-VALVERDE et al., 2009).

$$EBPT = E_{EMB',nth-el} / E_{USE,el} \quad (1)$$



A produção anual de energia elétrica é calculada pela Eq. (2), onde o termo H_i corresponde a irradiação anual recebida pelo gerador FV, G_{STC} corresponde à irradiação e P_{STC} é a potência nominal do gerador fotovoltaico (GARCÍA-VALVERDE *et al.*, 2009). $E_{USE,pr} = PR.(H_i.P_{STC}/G_{STC})$ (2)

O cálculo do *payback* da energia foi realizado pelo método da produção e consumo anual de energia elétrica ($E_{USE,pr}$) e ($E_{USE,el}$), utilizado na universidade de Murcia na Espanha, e aplicado para a comunidade do médio Rio Negro/AM e em um sistema de geração FV de 10 kWp para uma residência do tipo *home office* em Manaus/AM, por meio da aplicação da Eq. (1) e (2) (ITO *et al.*, 2010). A estimativa de produção anual da eletricidade ($E_{USE,pr}$) para o sistema FV ocorre a partir de um valor atribuído ao (PR), demonstrado pela Eq. (2), sobre a (E_{USE}), para a geração FV em Murcia, viabilizado pelas medições climáticas realizadas na fase de operação da usina FV, possibilitando o monitoramento da eletricidade gerada e demandada pela carga, determinando o fator de desempenho médio (PR) em 0,62 adequado para as instalações FV's da região (GARCÍA-VALVERDE *et al.*, 2009). O fator de desempenho (PR) adotado para a comunidade do médio Rio Negro/AM, foi de 0,77^b, conforme as recomendações para módulos FV's, considerando as perdas elétricas nos circuitos de conversão CC-CA (NREL, 2015). A avaliação do impacto ambiental aplicado na comunidade isolada do médio Rio Negro/AM considerou as emissões dos gases de efeito estufa (GEE) por CO₂, incluindo as características climáticas de irradiação média, conforme a metodologia de García-Valverde *et al.* (2009) e Peng *et al.* (2013). Assim, foram feitas comparações de dados sobre as taxas de emissões de CO₂ em relação a outras opções de suprimentos de energia elétrica, como o sistema diesel-elétrico isolado e a geração FV em sistemas isolados e descentralizados (em Murcia, na Espanha, e Rio Negro, no Estado do Amazonas). O cálculo das taxas de emissões em CO₂ foram aplicados conforme o método de Peng *et al.* (2013), especificamente para sistemas FV's a partir da Eq. (3).

$$GEE_{e-rate} = GEE_{e-total}/E_{ACV-SAÍDA} = GEE_{FV} + GEE_{BOS}/E_{ACV-SAÍDA} \quad (3)$$

onde, GEE_{e-rate} é a taxa de emissão de CO₂, pela energia elétrica gerada por meio do sistema FV com unidade em [kgCO₂ - eq.kWh⁻¹]; $GEE_{e-total}$ é a quantidade total de emissões de GEE em todo o ciclo de vida em (kg CO₂-eq.); $E_{ACV-SAÍDA}$ é a energia elétrica total gerada pelo sistema FV durante seu ciclo de vida estimado em 20 anos, conforme García-Valverde *et al.* (2009) e Peng *et al.* (2013). O GEE_{FV} são as emissões totais de GEE em relação ao balanço de massa para as emissões de CO₂ referentes aos módulos FV's, e o GEE_{BOS} é o balanço de massa para as emissões de CO₂, incluindo os componentes eletroeletrônicos do sistema, como controlador de carga, banco de baterias, inversor, cabos elétricos, suportes e estruturas metálicas (PENG *et al.*, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A distribuição da energia incorporada, considerada na instalação fotovoltaica, inclui a produção dos componentes eletroeletrônicos, a energia envolvida nas fases de produção, construção, descomissionamento pela operação de transporte e fase de reciclagem. A distribuição de energia destaca o uso de energia primária, usada em maior proporção na fase de produção dos componentes eletroeletrônicos dos sistemas de geração fotovoltaica, com maior intensidade energética, relacionada ao processo de transformação de matéria-prima, por meio do uso de energia térmica para a produção das baterias e os módulos FV's. O Quadro 1 compara os resultados da ACV obtidos pela aplicação do método de cálculo do *EPBT* e para as emissões de CO₂,



considerando os fatores pertinentes para os sistemas de geração FV como o nível da irradiação solar, eficiência dos módulos, tipos de instalação, tecnologia de manufatura, que influenciam na obtenção do *payback* de energia, envolvendo exclusivamente a tecnologia de silício monocristalino (mc-Si), resultando em um *EPBT* de 1,75 anos, com uma estimativa de 30 anos de geração para os módulos FV's. O *EPBT* mais longo foi obtido com uma variação de 7,40 anos até 12,10 anos, para 20 anos de geração estimado para os módulos FV's. O presente estudo obteve o *EPBT* calculado em 2,84 anos, com estimativa para a fase de utilização para os módulos FV's em 20 anos, por meio da substituição das baterias de chumbo ácido, de 8 a 10 anos, para a comunidade do médio Rio Negro/AM. O *EPBT* pode atingir 1,46 anos, por se tratar de um sistema FV conectado à rede elétrica de 10kWp em Manaus/AM, com uma estimativa de geração de 20 anos, conforme Quadro 1. O *EPBT* obtido no Japão foi de 8,90 anos, para 20 anos de geração para os módulos FV's monocristalinos. De forma similar, o *EPBT* obtido para a universidade de Murcia foi de 8,99 anos, com o ciclo de vida dos módulos estimado em 20 anos. O tempo de geração estimado em 30 anos para os módulos FV's foram considerados para as regiões do sul da Europa com um *EPBT* de 2,60 anos e 2,10 anos e para a Suíça foi obtido o *EPBT* de 3,30 anos, com tempo de geração estimado em 30 anos. A combinação de fontes mostradas no Quadro 1 corresponde aos dados obtidos com a aplicação do método detalhado na seção 3, para taxa de emissão de CO₂. O presente estudo considerou a irradiação média anual para a comunidade do médio Rio Negro/AM, conforme a escala solarimétrica do atlas brasileiro de energia solar para uma faixa de: 4.800 - 5.000 [kWh.m⁻².ano⁻¹], e confirmados pelos dados obtidos pelo CRESESB (2015) e NREL (2015), para uma média anual de radiação $H_i = 4.920$ [kWh.m⁻².ano⁻¹]. O maior impacto ambiental é mostrado pelo número do resultado 11 do Quadro 1, com uma elevada emissão de GEE, atribuída para o gerador diesel em 1,270 kg de CO₂/kWh_e, incluindo as fases de extração, refino do petróleo, produção de óleo diesel, fabricação do gerador, transporte de combustível, conversão térmica do combustível em energia mecânica e elétrica, para a condição de geração diesel isolada sem conexão elétrica com a rede convencional ou penetração por sistemas geração por fontes renováveis, configurando a pior circunstância de geração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O método de cálculo do *payback* de energia *EPBT*, para a comunidade isolada do médio Rio Negro/AM comparada a uma residência *Home Office* em Manaus/AM, permitiu verificar que: i) A instalação da miniusina FV de 16,80 kWp, para a comunidade isolada do médio Rio Negro/AM e para a residência *Home Office*, atingiu respectivamente uma redução de 7,45 anos e 3,07 anos, pelo consumo anual de energia elétrica de 24.528 MWh_{el}/ano e 59.568 MWh_{el}/ano, considerando a baixa e alta estação no armazenamento de alimentos. ii) A aplicação da produção anual de energia elétrica com um *payback* de energia foi em 2,84 anos para a comunidade do médio Rio Negro e 1,46 anos para residência *Home Office*, incluindo as fases de produção e reciclagem dos componentes da miniusina FV. Os módulos FV's e as baterias são os componentes eletroeletrônicos que apresentam maior impacto ambiental, pois exigem grande quantidade de energia desde o processamento da matéria-prima até o estágio de produto manufaturado. As baterias de chumbo-ácido, com inspeção eletrolítica, são recomendadas pelo seu longo ciclo de uso estimado em um intervalo de 8 a 10 anos. Mesmo assim, ainda são considerados os componentes eletroeletrônicos que apresentam o maior impacto ambiental, devido ao uso



intensivo energia na fase de produção, construção e descomissionamento pela operação de transporte e na fase de instalação, descomissionamento e reciclagem dos componentes da miniusina FV, assim como no balanço de massa pelas emissões de CO₂. A combinação de energéticos, destinada aos processos de produção e à demanda de energia elétrica, demonstra uma forte viabilidade ambiental para os sistemas FV's, pela sua reduzida emissão de GEE por CO₂, em relação aos geradores diesel elétrico que operam em regime contínuo, sem a penetração das fontes renováveis de energia por meio dos sistemas FV's.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLASQUES, L.C.M; PINHO, J.T. Metering systems and demand-side management models applied to hybrid renewable energy systems in micro-grid configuration. *Energy Policy*, (45), 721-729, 2012.
- CRESESB - Centro de Referência para Energia Solar e Eólica Sergio de Salvo Brito. Disponível em: . Acessado em: 08 julho 2015.
- DAS, A.; BALAKRISHNAN, V. Sustainable energy future via grid interactive operation of spv system at isolated remote island. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, (16), 5430-5442, 2012.
- ELETROBRAS Amazonas Energia. Programa Luz Para Todos. Disponível em: . Acessado em: 15 julho 2015.
- FTHENAKIS, V.M.; KIM, H.C. Photovoltaics: Life-cycle analyses. *Solar Energy*, (85), 1609-1628, 2011.
- GARCIA-VALVERDE, R.; MIGUEL, C.; BÉJAR, R. M.; URBINA, A. Life cycle assessment study of a 4.20 kWp stand-alone photovoltaic system. *Solar Energy*, (83), 1434-1445, 2009.
- GÓMEZ, M. F.; SILVEIRA, S. Delivering off-grid electricity systems in the Brazilian Amazon. *Energy for Sustainable Development*, (16), 155-167, 2012.
- IBGE Cidades@. Região Norte. Censo demográfico do Estado do Amazonas 2010. Disponível em: . Acessado em: 25 maio 2015.
- ITO, M.; KOMOTO, K.; KUROKAWA, K. Life-cycle analyses of very-large scale PV systems using six types of PV modules. *Current Applied Physics*, (3), 10 - 271, 2010.
- NREL, How change Parameters. DC Ratings; DC-to-AC Derate Factor. Disponível em: . Acessado em: 20 julho 2015.
- PENG, J.; LU, L.; YANG, H. Review on life cycle assessment of energy payback and greenhouse gas emission of solar photovoltaic systems. *Renewable and sustainable energy reviews*, (19), 255-274, 2013.
- PEREIRA, E. B.; MARTINS, F. R.; ABREU, S. L. de; RÜTHER, R. Atlas Brasileiro de Energia Solar. São José dos Campos. INPE, 1 - 64, 2006.



SISCOSERV E FRETE INTERNACIONAL: A OBRIGAÇÃO DO REGISTRO NO SISTEMA PELOS IMPORTADORES E EXPORTADORES BRASILEIROS

Autor(es)

DENISE COLPANI

Orientador(es)

ROGÉRIO TEIXEIRA DA CRUZ

INTRODUÇÃO

Após tanto tempo sem regulação específica, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, juntamente com a Receita Federal e o Banco Central Brasileiro, criaram o SISCOSERV (Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio), afim de utiliza-lo como ferramenta para o aprimoramento das ações de estímulo, formulação, acompanhamento e aferição das políticas públicas relacionadas a serviços e intangíveis bem como para a orientação de estratégias empresariais de comércio exterior de serviços e intangíveis (MDIC, 2012). No entanto, o sistema não tem um funcionamento simples, o que fez com que se tornasse um tema extremamente polêmico entre empresas que praticam os tipos de atividades nele enquadradas, sendo o frete internacional um dos temas mais discutidos desde o início da vigência do sistema. Assim, este artigo tem por objetivo identificar a responsabilidade do registro da aquisição do transporte internacional de cargas pelos importadores e exportadores brasileiros e onde estão as principais causas da complexidade no entendimento da legislação do SISCOSERV no que diz respeito a este serviço, utilizando como método a pesquisa bibliográfica a partir de referências teóricas já publicadas em meios escritos e eletrônicos, permitindo entender o que já foi pesquisado por outras fontes sobre o assunto, bem como a pesquisa documental feita por meio de documentos oficiais, relatórios e outras fontes diversificadas.

OBJETIVOS

A pesquisa tem como objetivo entender a dificuldade das empresas importadoras e exportadoras brasileiras em entender a necessidade do registro de aquisição dos fretes internacionais por ela e não pelos agentes de carga brasileiros, bem como fundamentar com base na legislação e pesquisa documental tal necessidade.

DESENVOLVIMENTO

O SISCOSERV

O Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (SISCOSERV) é um sistema informatizado, desenvolvido pelo Governo Federal como ferramenta para o aprimoramento das ações de estímulo, formulação, acompanhamento e aferição das políticas públicas relacionadas a serviços e intangíveis bem como para a orientação de estratégias empresariais de comércio exterior de serviços e



intangíveis. O sistema guarda conformidade com as diretrizes do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (AGCS, do inglês GATS - General Agreement on Trade in Services) da Organização Mundial do Comércio (OMC), aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994 (MDIC, 2012). O frete internacional nas importações e exportações é um dos pontos que gerou mais polêmica com a implantação do sistema em 2012. Isso porque, na rotina e prática do comércio exterior brasileiro, não são bem delimitados os papéis dos intervenientes na operação de transporte internacional, subentendendo-se, do ponto de vista do contratante residente e domiciliado no Brasil, que o frete internacional é contratado do agente de carga brasileiro que é contatado para a organização do embarque e que é o responsável por fazer chegar ao importador ou exportador todos os detalhes do embarque e do transporte. No entanto, o que os importadores e exportadores não se atentavam é que possuíam, ao contratar o transporte internacional de suas cargas, um contrato de transporte celebrado entre eles e um transportador e que, na maioria das vezes, este transportador não era residente e domiciliado no Brasil, resultando em uma das premissas básicas do SISCOSERV. Até que essa relação fosse notada e explicitada pelos intervenientes na operação, muitas empresas importadoras e exportadoras deixaram de declarar aquisições de fretes internacionais, gerando um passivo enorme junto à Receita Federal e demais órgãos que regulamentam o SISCOSERV.

O PAPEL DO AGENTE DE CARGAS DOMÉSTICO

No Comércio Exterior mundial, o transportador de carga nem sempre é o dono do veículo que irá transportá-la, ou seja, aquele que assume o compromisso de transportar a carga pode subcontratar uma empresa que possui ou opere um veículo transportador. O transportador de fato é a parte que firma contrato assumindo o transporte de um ponto a outro e emitindo o conhecimento de embarque da carga (MARTINS, 2008)

Surge então a figura do agente de carga, que, segundo Parágrafo primeiro do Artigo 37 da Lei nº 10.833 de 29 de dezembro de 2003, figura como “qualquer pessoa que, em nome do importador ou do exportador, contrate o transporte de mercadoria, consolide ou desconsolide cargas e preste serviços conexos [...]”.

Para SOARES (2014), o agente de carga é a pessoa jurídica contratada no âmbito doméstico para prestar um serviço que compreende, a cotação de fretes; a reserva de espaço para embarque da carga; a contratação do serviço de transporte; a instrução de emissão e/ou emissão do documento de transporte; a efetivação de pagamentos domésticos e internacionais; contratação de outros terceiros que não o transportador; e prestação de serviços conexos ao serviço de transporte ao transportador. Assim, para SOARES (2014), o agente de carga tem um nome equivocado, pois se forem analisadas as funções exercidas por ele e a definição do mesmo pela legislação, ele executa muito mais do que a função de agente comercial do prestador do serviço de transporte. Caso ele configurasse como tal, como consta nos termos da definição de agente do Código Civil, ele faria somente a venda e o restante seria efetuado pelo transportador.

Além disso, se o agente de carga fosse apenas um “representante comercial” do transportador na venda do serviço de transporte, o faturamento deveria ocorrer diretamente do transportador ao importador ou exportador, como acontece, por exemplo, no conceito de agente do Código Civil (SOARES 2014).

Em suma, SOARES (2014) define o agente de carga como mandatário do importador/exportador, que contrata serviço de terceiros em seu próprio nome para efetuar o serviço.



13º Congresso de Pós-Graduação

A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA TRANSPORTES

Na legislação brasileira, os contratos de transporte, de modo geral, são regidos pelos artigos 730 a 733 e 743 a 756 do Código Civil juntamente com as legislações especiais, o código comercial brasileiro e alguns acordos internacionais sobre o assunto, além dos Decretos 14.473/30 e 20.454/31. Conforme cita o Artigo 744 do Código Civil Brasileiro, “Ao receber a coisa, o transportador emitirá conhecimento com a menção dos dados que a identifiquem, obedecido o disposto em lei especial.”, ou seja, a emissão do conhecimento de transporte é obrigatória. Ainda, conforme Artigo 730 do Código Civil, emite contrato de transporte aquele que assume a responsabilidade, mediante retribuição, de transportar pessoas ou coisas. Sendo assim, o conhecimento de embarque emitido conforme Artigo 744 do CC figura como o contrato de transporte. O contrato de transporte é a evidência do serviço de transporte contratado e suas diversas formas de emissão tratam exclusivamente da divisão de responsabilidade civil entre o contratante e o transportador em relação ao importador e exportador (SOARES, 2014).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme menciona a Solução de Consulta de número 257, publicada em 26 de setembro de 2014, no transporte de coisas, quem assume a obrigação de transportar deve emitir o conhecimento de carga (conforme cita também o artigo 744 do Código Civil), ou seja, ao analisar o conhecimento de transporte como contrato para identificar se há necessidade ou não de registro no SISCOSERV, deve-se analisar quem é o emissor de tal conhecimento. Uma vez emitido por pessoa jurídica residente e domiciliada no exterior contra o contratante do frete pessoa jurídica residente e domiciliado no Brasil, o processo é passível de registro no sistema. Para PEREIRA (2014) é na operacionalização prática do transporte internacional de cargas que surge a dificuldade em identificar a relação jurídica entre a pessoa brasileira e a residente e domiciliada no exterior, pois a contratante utiliza de um agente de cargas, residente e domiciliado no Brasil, para a compra do transporte. Este agente de cargas tem o papel de, como o próprio nome diz, agenciar cargas, ou seja, uma de suas funções principais é intermediar a compra deste frete entre a empresa brasileira e a empresa no exterior, assim a empresa brasileira acaba possuindo um contrato de transportes emitido por um transportador que sequer conhece o endereço ou telefone, mas sendo este, muitas vezes desconhecido, o responsável pelo cumprimento deste contrato. Com a existência do agenciamento de carga é essa a interpretação das empresas importadoras e exportadoras no Brasil, por isso a dificuldade em compreender a necessidade de declarar a aquisição de fretes internacionais quando se tem como contato somente uma empresa brasileira e nenhum agente estrangeiro.

No entanto, tal interpretação se dá apenas para casos em que a contratação do frete é de responsabilidade da pessoa física ou jurídica residente e domiciliada no Brasil. Para os casos em que o frete deve ser contratado pelo residente e domiciliado no exterior, a pessoa brasileira deverá se atentar a condição em que o frete é posicionado na fatura comercial emitida pelo exportador.

Conforme consta no parágrafo terceiro do artigo primeiro da Portaria Conjunta da Receita Federal e Secretaria de Comércio de Serviços que instituiu o SISCOSERV, “a obrigação de registro prevista no caput não se estende às transações envolvendo serviços e intangíveis incorporados



13º Congresso de Pós-Graduação

aos bens e mercadorias exportados ou importados, registrados no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex). ”.

Assim sendo, para os casos em que a fatura comercial emitida pelo exportador o frete fizer parte do custo dos bens e mercadorias, não há necessidade do registro mesmo. No entanto, para os casos em que o frete não estiver incorporado no custo dos produtos, a declaração de aquisição é necessária. Tão grande a dificuldade das empresas em compreender a necessidade do registro de aquisição do frete internacional por elas enquanto importadoras e exportadoras e não do agente de carga brasileiro, desde o início do sistema muitas empresas tem protocolado soluções de consulta junto à Coordenação Geral de Tributação e Divisões de Tributação da Superintendência Regional da Receita Federal pedindo esclarecimentos sobre a utilização do Sistema, tendo sido respondidas até o momento por estes órgãos responsáveis 68 dessas consultas (SIJUT, 2015). Essa quantidade alta de esclarecimentos feitos pela Receita Federal e até mesmo as 9 edições pelas quais os manuais oficiais do sistema passaram mostram a complexidade de operação do sistema e interpretação da legislação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível constatar que apesar das empresas inicialmente não compreenderem que mantinham relação contratual de transportes internacionais com uma empresa no exterior, pois subentendiam que sua relação era estritamente com o agente de cargas brasileiro, através da implantação do SISCOSEV e de todos os esclarecimentos divulgados posteriormente pela Receita Federal Brasileira e seus departamentos responsáveis por esclarecimentos da legislação tributária, ficou evidenciado, que o responsável pelo serviço de frete é o agente emissor do conhecimento de transporte e não o agente de carga que o representa no Brasil para executar os trâmites legais do transporte no país.

As empresas brasileiras estão acostumadas a lidar o tempo todo com uma legislação complexa e em constante alteração, enfrentando isso como o principal vilão para seu pleno e correto funcionamento. Daí então surgem as dificuldades e até desconhecimentos na interpretação da mesma. Talvez seja necessária uma mudança cultural tanto para as empresas, em estarem atentas as alterações da legislação e buscarem compreender melhor como essa mesma legislação trata cada ponto de suas atividades, quanto uma mudança cultural das próprias autoridades que instituem tais legislações sem compreender a dificuldade das empresas em passar a vê-las como benéficas para a economia do país e não com a visão que eles possuem nos dias de hoje, de que as empresas estão a todo momento querendo obter vantagens sobre o Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Secretaria de Comércio de Serviços. Receita Federal do Brasil. Portaria Conjunta RFB / SCS nº 1908 de 19 de julho de 2012. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=38371>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.833.htm>. Acesso em: 27 jul 2015.



BRASIL. Sistema de Informações Jurídico-Tributárias (SIJUT). Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/consulta.action?facetsExistentes=tipoAtoFacet&orgaosSelecionados=&tiposAtosSelecionados=72&lblTiposAtosSelecionados=SC&tipoAtoFacet=Sol u%E7%E3o+de+Consulta&siglaOrgaoFacet=&anoAtoFacet=&termoBusca=siscoserv+frete&numero_ato=&tipoData=2&dt_inicio=&dt_fim=&ano_ato=&x=0&y=0&p=1>. Acesso em: 09 ago 2015.

MARTINS, E.M.O. Curso de Direito Marítimo – Volume II: Vendas marítimas – 2ª edição. Barueri: Manole, 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). Histórico do Sistema de Apuração e Disseminação. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1086>>. Acesso em: 20 abr 2015.

MDIC. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. SISCOSERV. 2012. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=4&menu=2234>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

MDIC. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Manuais do Siscoserv. 2012. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=4&menu=3407>>. Acesso em: 21 abr. 2015

MDIC. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Receita Federal e Secretaria de Comércio e Serviços editam versão 1.1 da NBS e NEBS. 2013. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=4¬icia=12905>> . Acesso em: 20 maio 2015.

PEREIRA, G. SISCOSERV e o Contrato de Transporte Internacional Marítimo. 2014. Disponível em: <<https://www.becomex.com.br/artigos/2014/05/siscoserv-e-o-contrato-de-transporte-internacional-maritimo>>. Acesso em 20 maio 2015.

PEREIRA, G. SISCOSERV e o conhecimento de transporte internacional marítimo de carga (BL). 2014. Disponível em: <<http://canaladuaneiro.com.br/site/siscoserv-e-o-contrato-de-transporte-internacional-maritimo-de-carga-bl/>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

PEREIRA, G. SISCOSERV: digas com quem contratas e eu te direi quem declara! 2014. Disponível em: <<http://www.comexblog.com.br/siscoserv/siscoserv-digas-com-quem-contratas-e-eu-te-direi-quem-declara>>. Acesso em: 02 ago 2015.

SOARES, C.C. Siscoserv e agentes de carga – 2. 2014. Disponível em: <<http://www.exportmanager.com.br/noticia.php?id=143#.VckSNvlVikp>>. Acesso em: 20 maio 2015.



ÉTICA UM AMBINETE CINZENTO NO PROCESSO DE AUDITORIA OPERACIONAL

Autor(es)

FRANCO KAOLU TAKAKURA JUNIOR

Orientador(es)

MAURO VIVALDINI

INTRODUÇÃO

As funções de auditorias têm estado em um momento de procura e implantação nas empresas, momento este definido pela necessidade de mais controle e planejamento. As mudanças econômicas, culturais e sociais que ocorrem no Brasil e nos demais países desenvolvidos e emergentes, solicitam uma mudança no perfil das empresas em relação à implantação dos controles internos pela auditoria. Pois, atualmente, as empresas pela sua cultura ainda cria resistência para a funcionalidade deste departamento. A oferta de serviços de auditoria é bastante diversificada, contém desde o tradicional serviço de certificação das demonstrações contábeis como fundamentado num profundo conhecimento dos negócios verificando processos, pessoas e sistema do processo de gestão da corporação. E também, são analisados os riscos aos quais está sujeito, passando por uma gama de serviços direcionados para empresas de médio e pequeno porte até serviços de auditoria ambiental que compreendem grandes empresas e multinacionais. O parecer do auditor deve obedecer a critérios éticos, se apoiando nas verdades declaradas que os documentos lhe oferecem. Os auditores devem seguir normativas, estas estão relacionadas com o que chamamos de valores morais, não basta seguir as normas técnicas, há necessidade do exercício da ética, os auditores são responsáveis não só perante a administração da organização a que prestam serviços, mas também perante muitos usuários das atividades dessa organização: O mercado, a sociedade, etc. O auditor possui responsabilidade sobre os relatos, mesmo quando a expressão da solicitação de se opinar seja sobre pequenos fatos.

OBJETIVOS

Este artigo tem o objetivo de apresentar como a auditoria e a ética profissional tendem a mitigar os riscos nos processos evitando a ocorrência de erros e fraudes nas empresas, ressaltando a importância do papel que esses dois elementos desempenham nas organizações e para a sociedade de forma geral, proporcionando transparência e segurança.

DESENVOLVIMENTO

A ÉTICA

O padrão sobre ética no cenário atual tem sofrido inversão de valores, quando a ética e a moralidade são praticados recebem lugares de destaques e há condecorações de mérito pela atitude. O que deveria ser a normalidade e o padrão da sociedade tem se tornado a exceção comportamental do ser humano no meio em que vive.



Diante disso, será verificado o significado da ética e um comparativo com a ética profissional. “Vivemos hoje grave crise mundial de valores. É difícil para grande maioria da humanidade saber o que é correto e o que não é. Esse obscurecimento do horizonte ético redundará numa insegurança muito grande na vida e numa permanente tensão nas relações sociais que tendem a se organizar ao redor de interesses particulares do que ao redor do direito e da justiça”. (BOFF, 2014, pp. 27).

ÉTICA PROFISSIONAL

A profissão, como prática habitual no exercício laborativo, proporcionam uma relação entre necessidade e utilidade, no âmbito pessoal, exigindo uma conduta específica para o sucesso de todas as partes envolvidas.

Assim, a ética tem como função relatar, analisar e descrever o comportamento das pessoas, com o objetivo de compreender a adequação do comportamento no ambiente inserido. Neste sentido, a ética, embora não possa ser confundida com as leis, está relacionada com o sentimento de justiça social, que analisada no ambiente corporativo, gera melhora no clima entre os colaboradores apresentando resultados intangíveis da empresa. É imprescindível a ética para o bom funcionamento do processo de auditoria, tendo os valores e procedimentos aplicados no modelo de gestão, como geradores de transparência e confiança para os funcionários e sociedade local.

AUDITORIA OPERACIONAL

Auditoria operacional é composta por um conjunto de normas e procedimentos que visam avaliar as atividades operacionais executadas pela organização. A auditoria revelará as não conformidades das atividades e procedimentos e esse apontamento servirá de base para que o administrador busque as soluções cabíveis para cada uma das não conformidades.

Com a importância da auditoria operacional, diversas definições surgem.

Attie (2009) define que a auditoria operacional é uma função independente de avaliação, criada para examinar e avaliar as atividades da empresa, ela auxilia os membros da administração a desincumbirem-se eficazmente de suas responsabilidades. A auditoria deve fornecer análises, avaliações, recomendações assessoria e informações relativas às atividades examinadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

METODOLOGIA

Pesquisa de campo, exploratória, explicitar no procedimento metodológico. Sendo realizado três entrevistas em três níveis diferentes de auditoria: 1) diretor de auditoria com mais de 30 anos de experiências; 2) Gerente de auditoria com 10 anos de experiência e 3) uma auditora plena com três anos de experiências. Explicitar no procedimento metodológico:

Elaboração de roteiro semi dirigido com base na literatura sobre o tema e objetivo de pesquisa.

Entrevista com uso de gravador com autorização do entrevistado.

Descrição literal das entrevistas.



Leitura das entrevistas para identificar os trechos de entrevistas em núcleos temáticos em categorias analíticas.

Elaboração de núcleos temáticos com as convergências dos trechos das entrevistas.

Elaboração de quadro de síntese com as categorias analíticas e as respectivas partes e trechos ou unidade de sentido que convergem para mesma.

Dessa forma, analisou-se a posição e percepção de cada profissional da auditoria e sua funcionalidade diante da ética na execução do seu papel de trabalho. Corroborando em partes com o relatado pela doutrina. A ética como ferramenta fundamental da auditoria é estar em harmonia com o pensamento é não deixar que fatos estranhos à matéria auditada influenciem na execução dos trabalhos, com o intuito de beneficiar a terceiros. Após estas análises, fica evidente que a responsabilidade pelo respeito à ética por parte dos Auditores é fundamental para a plena execução das suas atividades com o devido profissionalismo que estes trabalhos necessitam.

Quadro 1: Ética na auditoria interna.

	DIRETOR DE AUDITORIA	GERENTE DE AUDITORIA	AUDITOR PLENO
POSICIONAMENTO ÉTICO DA AUDITORIA	<p>1) O posicionamento ético dirigi determina os resultados dos processos de auditoria, para executar o trabalho de auditoria é necessário a competência com zelo profissional na realização da funções delegadas.</p> <p>2) O zelo profissional e a competência será o diferencial da auditoria em seus resultados. Esses dois itens são questões éticas que trará resultado tangível ao relatórios de auditoria.</p>	<p>1) O posicionamento ético é subjetivo, o que é ética para uma pessoa pode não ser para outra pessoa. Em relação ao resultado, o excesso da ética e o cumprimento exato dos processos pode ser prejudicial em seu fechamento a ética tem que estar ligado diretamente a política corporativa subjetiva da organização. O que pode parecer ser ético para o auditor pode não parecer estar sendo ético para o stakeholder. O que se pode estar se pautando pela ética para poder entender que aquilo é de um resultado de trabalho aquilo pode não parecer ético.</p> <p>2) É preciso combinar ética e uma navegação política absurda dentro da companhia para que se consiga atingir resultados. Então os resultados que se podem mensurar de um posicionamento ético é um posicionamento ético alinhado a navegação política, quando se menciona navegação político é habilidade política de se movimentar dentro da corporação para que os processos de auditoria não seja interrompido.</p>	<p>1) Uma conduta ética pode trazer qualidade ao trabalho de auditoria solicitado pelas empresas e reduzindo os riscos nas falhas do processos. O comportamento ético trás confianças dos proprietários e dos colaboradores auditados gerando um senso de melhoria continua e não de demissão em massa por erros cometidos.</p> <p>2) Resultados comprovado e apoiado pelo conselho deliberativo é resultado conquistado pelos princípios éticos.</p>



<p>ÉTICA E MITIGAÇÃO DE RISCOS</p>	<p>1) Os princípios básicos fundamentais da ética como integridade, objetividade, competência, zelo profissional, confidencialidade, comportamento profissional esses princípios se colocados em pratica mitigam os riscos de um processo de auditoria.</p>	<p>1) Para diminuir os riscos no processo de auditoria, pautado pela ética, um dos principais pontos em relação a ética é a descrição e discríção sobre o que esta sendo visto e auditado. As informações devem ser documentadas e sigilosas se colocado esses dois conceitos como prioridade os riscos de insucesso diminuem consideravelmente.</p>	<p>1) Quando está realizando um processo de auditoria ele envolve diversa áreas e pessoas, para mitigar os riscos há necessidade de assistentes e parceiros qualificados dando parecer de outras áreas. Esses pareceres devem ser checados fontes e informações no processo de auditoria. Há participação e conferência do processo de auditoria é a principal ferramenta para redução de risco de insucesso. 2) O fazer parte do processo como elemento cumprindo os princípios éticos da competência, comportamento e zelo os riscos diminuirão e muito.</p>
<p>CARACTERÍSTICAS DO CANDIDATO A AUDITORIA</p>	<p>1) É exatamente o que vem de encontro aos princípios você tem que ser honesto, profissional mas não adianta ser você tem que parecer honesto você tem que deixar transparecer que você é profissional.</p>	<p>1) O auditor é um profissional solitário são pessoas mais introspectivas com poucos amigos, fala pouco, até a forma de se vestir é diferente da maioria, o auditor tem que entender que a profissão que ele escolheu não vai trazer muitos amigos ele vai ser sempre uma pessoa solitária, não muito bem remunerado, também porque não faz parte das áreas chaves da organização ele está focado nas atividades meio é muito importante para organização mais seu foco é atividade meio o que o empresário tem como prioridade. O auditor tem que ter um caráter muito ilibado, e também admirado a postura ríspida pode ser notado mais o caráter nunca questionado. O caráter produz a ética.</p>	<p>1) A formação comportamental está ligado a ser questionador, curioso, de conhecer processos e fluxogramas do início ao fim, ser correto e incorruptível esses é o mínimo para ser um auditor.</p>
<p>FORMAÇÃO DO AUDITOR INTERNO</p>	<p>1) A formação do auditor não é apenas educacional, pois hoje em dia auditor interno não se prende só a parte contábil não necessariamente é um contador. Então a formação de um auditor interno esta ligado muito a área de atuação que é muito ampla.</p>	<p>1) Primeiro o auditor tem que ter domínio de números e analise tem que ter uma visão analítica muito interessante e tem que vir até de uma formação de vida de aptidão. Formação acadêmica deveria ser a contabilidade, administração e gestão falando de auditoria interna de empresa se fosse externa ou pública seria interessante a formação jurídica. O bom auditor deve ter o curso básico de bacharel ou tecnólogo é essencial uma pós graduação em auditoria e controladoria, se possível um mestrado é muito importante a formação do auditor pois se torna mais critico aos trabalhos realizados dele mesmo.</p>	<p>1) A formação do auditor deve estar ligados a diversas áreas que irá atuar, atualmente se atual em áreas multifuncionais assim o auditor deve ter um raciocínio lógico, analista e exato os cursos que tem proporcionado essas características são engenharia, economia, administração, contabilidade, direito entre outros, ser conhecedor das leis dos processos, dos modelos de gestão é fundamental para a pré seleção do auditor.</p>



13º Congresso de Pós-Graduação

Após pesquisa realizada em campo, constatou-se, que de fato a ética gera resultados, o procedimento e princípios corretos pautado na ética apresentam valores tangíveis significativos. Identificou-se também resultados operacionais e valoração intangível da corporação como a seriedade e credibilidade em relação aos produtos ou serviços oferecidos. Um fato marcante é o mencionado pelo gerente de controladoria e auditoria quando menciona que a ética em sua integralidade quando colocada em prática pode ser prejudicial a organização, pois os princípios éticos se não estiver ligados as políticas da alta gestão da corporação poderá ser prejudicial nos papéis de trabalho da auditoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A auditoria operacional é uma prática nova no Brasil que visa a avaliação do desempenho de todos os procedimentos e atividades executadas e tem o intuito de auxiliar a administração das organizações na gestão empresarial, nas tomadas de decisão, proporcionando recomendações para promover melhorias em toda a empresa. A ética deve estar alinhada com a política corporativa, cultura organizacional e a forma de comunicação de expressar a todos os níveis administrativos que os procedimentos são éticos. O mercado e a concorrência existente, exige produtos e serviços de qualidade juntamente com transparência no processo, além de uma gestão que proporcione a conscientização para o aprimoramento contínuo e eliminação de toda e qualquer falha ou desperdício existentes nos processos. Com os estudos realizados houve evidências que a auditoria quando implantada proporciona benefícios nas corporações, quando pautado de princípios éticos a qualidade das informações e dos resultados são superiores aqueles não regidos pela ética. Deve-se difundir cada vez mais à ética entre as pessoas, e principalmente na categoria de auditores internos, para melhoria: das corporações; da sociedade de forma geral e organização das entidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Marcelo Cavalcante. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 6. ed. São Paulo, 2009.
- ARAUJO, Inaldo Paixão dos Santos. **Introdução à Auditoria Operacional**. 3. ed. Rio de Janeiro, FGV, 2006.
- ATTIE, William. **Auditoria interna**. 2. ed. São Paulo, Atlas, 2009.
- BOFF, Leonardo. **Ética e moral: a busca dos fundamentos**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BOYNTON, William. C.; JOHNSON Raymond.N.; KELL Walter. G. **Auditoria**. tradução José Evaristo dos Santos, São Paulo, Atlas, 2002.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- FRANCO, Hilário. MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil: Normas de Auditoria, procedimentos, papéis de trabalho, programas de auditoria, relatórios de auditoria**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1992.



LISBOA, L.P. **Ética Geral e Profissional em Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1997.

PADOVESE, Clovis Luís. **Controladoria estratégica e operacional: conceitos estrutura e aplicação.** 2. ed. São Paulo, Cengage Learning, 2009.

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética profissional.** 9 Ed. – 6 reimp. São Paulo, SP: Atlas, 2014.

SÁ. Antonio Lopes. **Curso de auditoria.** 10. ed. São Paulo, Atlas, 2007.



**ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DO CENTRO DE PRESSÃO (COP)
NO EQUILÍBRIO COM OLHOS ABERTOS E FECHADOS
EM MULHERES NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO**

Autor(es)

**FABIO DA SILVA FERREIRA VIEIRA
VALTER ROBERTO DE MORAES
RAUL MARCEL CASAGRANDE
LEANDRO BORELLI DE CAMARGO
KLEBER ADAMS DOS SANTOS LEAL
KELMERSON HENRI BUCK
HELEISE FARIA DOS REIS DE OLIVEIRA
GUSTAVO CELESTINO MARTINS
FERNANDA TURRIONI COSTA
CLAUDIO NOVELLI
BRUNA PEREIRA MATTOS
ANDERSON EVARISTO DA SILVA**

Orientador(es)

GUANIS DE BARROS VILELA JUNIOR

INTRODUÇÃO

O equilíbrio corporal é a capacidade de manter o corpo em alguma postura com o mínimo de oscilação em condições estáticas ou dinâmicas (ZEMKOVA e HAMAR, 2010), no processo de envelhecimento, quando não eficaz pode comprometer tarefas cotidianas (SANGLARD et al., 2007), e ainda, segundo Maciaszek et al., (2006) idosos podem ser acometidos por dificuldades oriundas da redução da capacidade visual, implicando em maior suscetibilidade para manter-se em pé.

A estabilidade postural apresenta a magnitude da oscilação postural, que é a quantidade de movimento do centro de pressão (COP), entendido como a posição média da pressão sobre os pés, baseados em uma média ponderada das forças verticais sobre os pés e seus pontos de aplicação (ONAMBELE et al., 2006; HUMPHREY et al., 2013).

Vários pesquisadores biomecânicos têm usado plataforma de força para determinar o deslocamento do COP (COLLINS e DE LUCA, 1992; BALTICH et al., 2014), porém uma opção de avaliação é o sistema da Wii Balance Board (WBB) que vem sendo apontada como promissora ferramenta revelando resultados confiáveis e seguros para obtenção de dados, com conexão via Bluetooth, baixo custo, portátil e validada para diferentes análises tanto em cenários clínicos quanto em pesquisas recaindo em implicações na autonomia de execução de tarefas diárias (VILELA JUNIOR et al., 2010; GIL GOMEZ et al., 2011; GONZÁLES et al., 2012; CHANG et al., 2014; LEACH et al., 2014).



OBJETIVOS

Analisar as variações da área do COP no equilíbrio bipodal com olhos abertos e fechados assim como o Quociente de Romberg (QR) e o Percentual da Diferença de Balanço (PDB) em mulheres em processo de envelhecimento.

DESENVOLVIMENTO

Caracterizado como pesquisa qualitativa-quantitativa com caráter descritivo e transversal este estudo teve amostra de conveniência e não probabilística (THOMAS e NELSON, 2002), composta por 35 mulheres saudáveis, participantes de um programa de atividade física (caminhadas e alongamentos) regular a mais de 3 anos, com frequência de 2 sessões por semana, com duração de 90 minutos cada sessão.

A WBB foi calibrada com um sólido padronizado pesando 20kg, ajustada e configurada com o Software Labview, possibilitando obter o valor da massa corporal (kg) no próprio equipamento, a estatura (m) foi medida por uma fita métrica, com resolução de 5mm.

A coleta ocorreu na cidade de Campinas no ano de 2014 em um ginásio poliesportivo, com estrutura adequada para a pesquisa. A realização da anamnese possibilitou verificar possíveis ocorrências de situações que pudessem evidenciar problemas de saúde ou patologias que viessem a impedir ou dificultar a participação no estudo.

Foram excluídas da pesquisa as voluntárias que possuíam alguma disfunção nos sistemas vestibular, sensorial, visual e/ou neurológico, que tivessem alguma lesão osteomioarticular que não permitisse a execução da tarefa, assim como as que utilizavam próteses ou órteses, além das que faziam uso de fármacos influentes na capacidade de equilíbrio.

A presente pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) sob o protocolo n.º32/13, respeitando também a resolução normativa 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Foi realizado um processo de familiarização quando as voluntárias foram orientadas dos procedimentos acompanhado de explicação, exemplificação e sequencialmente as mesmas realizavam a tarefa no solo e posteriormente na plataforma. Todas as etapas do experimento foram executadas com os pés descalços.

A tarefa de equilíbrio foi realizada com as voluntárias posicionadas com apoio bipodal sobre a WBB, pés apoiados sobre linhas demarcatórias de acordo com as recomendações de Patton et al., (1999). Com os olhos abertos (BOA – Bipodal com Olhos Abertos), ou com os olhos fechados por uma venda (BOF – Bipodal Olhos Fechados), ordem que era determinada aleatoriamente pela realização de um sorteio realizado com fichas ocultas em um objeto, em que continham o nome da tarefa: “BOA” e “BOF”. Este procedimento foi realizado 3 vezes, com duração de 30 segundos cada, e um intervalo de 1m entre as tentativas.

Os membros superiores puderam ficar relaxados em uma posição confortável, e que, durante a realização da tarefa as mesmas permanecessem quietas. As voluntárias foram orientadas a manter o foco da visão em um ponto fixo distado 4m da avaliada.

Foi desenvolvido um software através do Labview 2013® para aquisição de dados da posição do COP em função do tempo via Bluetooth, com taxa de aquisição de 40Hz. Para a filtragem o filtro usado foi o Butterworth de 4ª ordem, passa-baixa de 10Hz (MARCHETTI et al., 2014). A



partir de então calculou-se a distância percorrida pelo COP nas direções médio-lateral (ML) e anteroposterior (AP) e a área do COP durante a tarefa.

A análise estatística foi realizada com os softwares SPSS 20.0 e ORIGIN Pro 8, apresentando os dados em estatística descritiva, a normalidade foi atestada com o teste de Shapiro-Wilk, posteriormente o teste de Kruskal-Wallis, a homogeneidade com o teste de Levene. Adotando o valor de $p < 0,05$.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As voluntárias apresentam média de idade em 61 anos, a massa corporal, 71,5kg, estatura, 155,3cm e IMC, 29,6kg/m², indicando sobrepeso segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) (WHO, 1995), usando o critério para indivíduos acima de 65 anos, as mesmas estariam com excesso de massa corporal (LIPSCHITZ, 1994).

Os resultados da área do COP (mm²) e Δ SCOP (mm) durante as tarefas BOA e BOF são apresentados em valores de mediana e intervalos interquartílicos conforme as figuras 1 e 2.

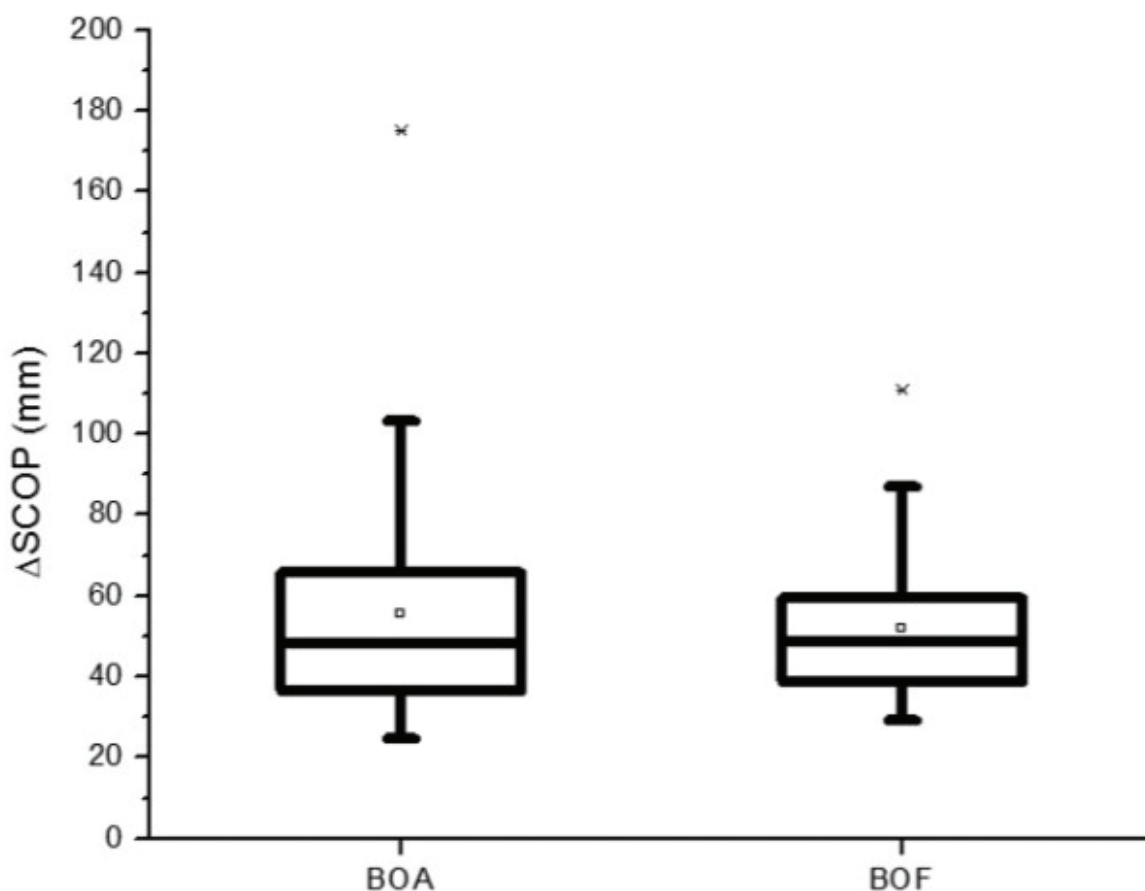


Figura 1. Área do COP nas tarefas BOA e BOF

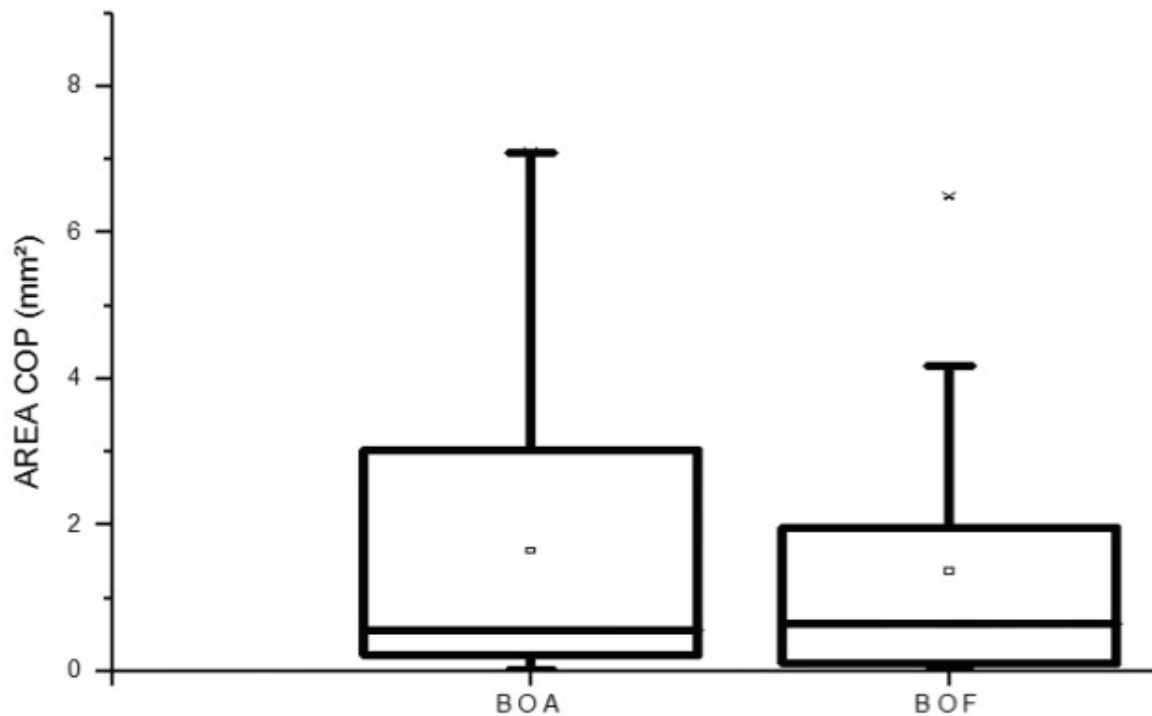


Figura 2. Δ SCOP nas tarefas BOA e BOF

Os resultados se assemelham ao estudo de Masani et al., (2007) ao avaliarem idosos nas mesmas situações, Newell et al., (1997) mencionam que a faixa etária pode determinar a movimentação do COP, ao analisarem idosos a área do COP foi menor que jovens e crianças, condição essa que pode ser motivada pelo fato destes realizarem movimentos evitando possíveis quedas, refletindo estratégias de manutenção do equilíbrio (HUANG et al., 2013).

Os resultados do Δ SCOP das voluntárias foram bem acentuados, ainda que não existiu diferença significativa estatisticamente, porém, aumento nos parâmetros da trajetória, área, deslocamento e velocidade do COP não necessariamente pode estar associado à instabilidade postural (YU et al., 2008). Imagama et al., (2013) encontraram o Δ SCOP menor em condições de olhos abertos e fechados quando comparados ao presente estudo, avaliando idosos com ou sem histórico de quedas (figura 2).

Lin et al., (2007), Jorgensen et al., (2013) e Lai et al., (2013) mostram que a área do COP com olhos abertos e fechados também mostrou concordância com o presente estudo, diferenciando-se apenas de que no presente analisou-se mulheres no processo de envelhecimento o que pode alterar os dados da área do COP, no que tange a quantidade de experiências motoras e físicas condicionantes à diferentes mecanismos de manutenção do equilíbrio corporal.

Para a verificação da influência da visão sobre os parâmetros de performance da postura, utilizou-se o Quociente de Romberg (QR), também são apresentados os valores referentes ao Percentual da Diferença de Balanço (PDB) que serve para verificar a diferença nas tarefas (CHIARI et al., 2000), conforme pode ser visto na tabela 1.



13º Congresso de Pós-Graduação

Tabela 1. Quociente de Romberg (QR) e Percentual da Diferença de Balanço (PDB)

	Mediana	Percentil		
		25%	50%	75%
QR COP	0,43	0,13	0,43	2,15
QR ΔSCOP	1,09	0,85	1,09	1,31
PDB COP	-39,74	-76,49	-39,74	36,70
PDB ΔSCOP	4,63	-7,56	4,63	13,71

QRCOP (Quociente de Romberg da área do COP); QRΔSCOP (Quociente de Romberg do ΔSCOP); PDB COP (Percentual da Diferença de Balanço da Área do COP); PDB ΔSCOP (Percentual da Diferença de Balanço do ΔSCOP)

Os resultados do QR mostram que este trabalho é similar neste parâmetro com o estudo de Aoki et al., (2012), enquanto o trabalho de Lê e Kapoula (2008) não apresentou diferença no QR entre jovens e idosos, Menegoni et al., (2011) também não encontraram diferenças no QR de sujeitos obesos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível concluir que o fator idade afeta o padrão de movimentação do COP, outrossim, em se tratando da capacidade de equilíbrio em apoio bipodal com olhos abertos e fechados, na população estudada, não se encontrou diferença significativa nas variáveis do COP, porém, fica evidente a necessidade da manutenção da capacidade de equilíbrio durante o processo de envelhecimento, o que pode ser conseguido com a adoção de práticas de exercícios físicos regulares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AOKI, H.; DEMURA, S.; KAWABATA, H.; SUGIURA, H.; UCHIDA, Y.; XU, N.; MURASE, H. Evaluating the effects of open/closed eyes and age-related differences on center of foot pressure sway during stepping at a set tempo. *Advances in Aging Research*, v.1, p.72-77, 2012.
- BALTICH, J.; TSCHARNER, V.V.; ZANDIYEH, P.; NIGG, B. M. Quantification and reliability of center of pressure movement during balance tasks of varying difficulty. *Gait & Posture*, v. 40, n.2, p. 327-332, jun. 2014.
- CHANG, J.O.; LEVY, S.S.; SEAY, S.W.; GOBLE, D.J. An Alternative to the Balance Error Scoring System: Using a Low-Cost Balance Board to Improve the Validity/ Reliability of Sports-Related Concussion Balance Testing. *Clinical journal of sport medicine*, v.24, n.3, p.256-62, 2014.
- CHIARI, L.; CAPPELO, A.; LENZI, D.; DELLA CROCE, U. An improved technique for the extraction of stochastic parameters from stabilograms. *Gait & Posture*, v.12, n.3, p.225-234, 2000.
- COLLINS, J.J.; DE LUCA, C.J. The effects of visual input on open-loop and closed-loop postural control mechanisms. *Experimental Brain Research*, v.103, p.151-163, 1992.
- GIL GÓMEZ, J.A.; LLORÉNS, R.; ALCAÑIZ, M.; COLOMER, C. Effectiveness of a Wii balance board-based system (eBaViR) for balance rehabilitation: a pilot randomized clinical trial in patients with acquired brain injury. *Journal of NeuroEngineering and Rehabilitation*, v.8, n.30, 2011.



13º Congresso de Pós-Graduação

- GONZÁLEZ, A.; HAYASHIBE, M.; FRAISSE, P. Estimation of the center of mass with Kinect and Wii balance board. International Conference on Intelligent Robots and Systems, Portugal, October 2012.
- HOF, A.L. The equations of motion for a standing human reveal three mechanisms for balance. *Journal of Biomechanics*, v.40, p.451-457, 2007.
- HUANG, M.H.; BROWN, S.H. Age differences in the control of postural stability during reaching tasks. *Gait & Posture*, v.38, p.837-842, 2013.
- HUMPHREY, L.R.; HEMAMI, H. A computational human model for exploring the role of the feet in balance. *Journal of Biomechanics*, v.43, p.3199-3206, 2013.
- IMAGAMA, S.; ITO, Z.; WAKAO, N.; SEKI, T.; HIRANO, K.; MURAMOTO, A.; SAKAI, Y.; MATSUYAMA, Y.; HAMAJIMA, N.; ISHIGURO, N.; HASEGAWA, Y. Influence of spinal sagittal alignment, body, muscle strength, and physical ability on falling of middle-aged and elderly males. *European Spine Journal*, v.22, p.1346-1353, 2013.
- JORGENSEN, M.G.; LAESOE, U.; HENDRIKSEN, C.; NIELSEN, O.B.F.; AAGAARD, P. Intra-rater reproducibility and validity of Nintendo Wii balance testing in community-dwelling older adults. *European Geriatric Medicine*, v.4, n.87, 2013.
- LAI, C.H.; PENG, C.W.; CHEN, Y.L.; HUANG, C.P.; HSIAO, Y.L.; CHEN, S.C. Effects of interactive video-game based system exercise on the balance of the elderly. *Gait & Posture*, v.37, n.4, p.511-515, 2013.
- LÊ, T.T.; KAPOULA, Z. Role of ocular convergence in the Romberg quotient. *Gait & Posture*, v.27, p.493-500, 2008.
- LEACH, J.M.; HAYES, T.L.; MANCINI, M.; HORAK, F.B.; PETERKA, R.J. Validating and calibrating the Nintendo Wii balance board to derive reliable center of pressure measures. *Sensors*, v.14, n.10, p.18244-18267, 2014.
- LIN, M.R.; WOLF, S.L.; HWANG, H.F.; GONG, S.Y.; CHEN, C.Y. A randomized, controlled trial of fall prevention programs and quality of life in older fallers. *Journal of the American Geriatrics Society*, v.55, p.499-506, 2007.
- LIPSCHITZ, D.A. Screening for nutritional in the elderly. *Primare Care*, v.21, n.1, p.55-67, 1994.
- MACIASZEK, J.; OSINSKI, W.; SZEKLICKI, R.; SALOMON, A.; STEMPLEWSKI, R. Body balance parameters established with closed and open eyes in young and elderly men. *Biology of Sport*, v.23, n.2, 2006.
- MARCHETTI, P.H. LIMA, B.N., LUCARELI, P.R., GOMES, W.A., SILVA, J.J., BLEY, A.S., HARTIGAN, E.H. The acute effects of unilateral ankle plantar flexors static-stretching on postural sway and gastrocnemius muscle activity during single-leg balance tasks. *Journal of Sports Science and Medicine*, v.13, p. 559-565, 2014.
- MASANI, K.; VETTE, A.H.; KOUZAKI, M.; KANEHISA, H.; FUKUNAGA, T. POPOVIC, M.R. Larger center of pressure minus center of gravity in the elderly induces larger body acceleration during quiet standing. *Neuroscience Letters*, v.422, p.202-206, 2007.
- MAULDER, P.; CRONIN, J. Horizontal and vertical jump assessment: reliability, symmetry, discriminative e predictive ability. *Physical Therapy in Sport*, v.6, n.2, p.74-82, 2005.



MENEGONI, F.; TACCHINI, E.; BIGONI, M.; VISMARA, L.; PRIANO, L.; GALLI, M.; CAPO-DAGLIO, P. Mechanisms underlying center of pressure displacements in obese subjects during quiet stance. *Journal of NeuroEngineering and Rehabilitation*, v.8, 2011.

NEWELL, K.M.; SLOBOUNOV, S.M.; SLOBOUNOVA, E.S.; MOLENAAR, E.M. Stochastic processes in postural center-of-pressure profiles. *Experimental Brain Research*, v.113, n.1, p.158-164, 1997.

ONAMBELE, G.L.; NARICI, M.V.; MAGANARIS, C.N. Calf muscle-tendon properties and postural balance in old age. *Journal of Applied Physiology*, v.100, n.6, p.2048-2056, 2006.

PATTON, R., SINCLAIR, P., MIDDLETON, J. Accuracy of center of pressure measurement using a piezoelectric force platform. *Clinical Biomechanics*, v.14, p.357-60, 1999.

SANGLARD R.C.F.; PEREIRA J.S.; HENRIQUES G.R.P; GONCALVES G.B. A influência do isostretching nas alterações do equilíbrio em idosos. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, Brasília, v.15, n.2, p.63-71, 2007.

THOMAS, J.R.; NELSON, J.K. *Métodos de Pesquisa em Atividade Física*. 3 ed. – Porto Alegre: Artmed, 2002.

VILELA JUNIOR, G.B.; MARTINS, G.C.; ROCHA, T.B.X.; BERGAMO, F.D.; MANZATTO, L.; GRANDE, A. J.; REVERDITO, R.S.; LEME, L.C.G. Qualidade de vida e capacidade de equilíbrio durante o processo de envelhecimento de mulheres praticantes de atividade física. *Revista Brasileira de Qualidade de Vida*, v.02, n.02, 2010.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Physical status: the use and interpretation of anthropometry*. Geneva: WHO; 1995.

YU, E.; ABE, M.; MASANI, K.; KAWASHIMA, N.; ETO, F.; HAGA, N.; NAKAZAWA, K. Evaluation of postural control in quiet standing using center of mass acceleration: comparison among the young, the elderly, and people with stroke. *Archives of Physical Medicine Rehabilitation*, v.89, p.1133-9, 2008.

ZEMKOVA, E.; HAMAR, D. The effect of task-oriented sensorimotor exercise on visual feedback control of body position and body balance. *Human Movement*, v.11, n.2, p.119-123, 2010.



VALIDAÇÃO PARCIAL DO SOFTWARE HERGOS: ALCOOLISMO E TABAGISMO

Autor(es)

**HELEISE OLIVEIRA
ANDERSON EVARISTO DA SILVA
CLAUDIO NOVELLI
EMERSON OLIVEIRA BATISTA
FÁBIO DA SILVA FERREIRA VIEIRA
FERNANDA TURRIONI COSTA
JOSÉ RICARDO LOURENÇO DE OLIVEIRA
KELMERSON HENRI BUCK
LEANDRO CAMARGO BORELLI
RAUL MARCEL CASAGRANDE
VALTER ROBERTO MORAES**

Orientador(es)

GUANIS DE BARROS VILELA JUNIOR

1. INTRODUÇÃO

A indústria tem sido alavancada nos últimos tempos, pelo aumento do consumo e pela facilidade econômica na aquisição de bens e serviços. Nessa voraz corrida pela produção a demanda industrial tem requerido muita mão de obra, dessa forma, nunca se contratou tanta gente e se produziu. Por consequência de tudo isso, o colaborador, centro de todo este processo, tem se exaurido, a ponto de sofrer diminuição de sua saúde e qualidade de vida.

Conforme Vilela Júnior (2004), o desenvolvimento de novas tecnologias, fazem sentido quando esta direciona para novas possibilidades e avanços, conseqüentemente, proporcionando uma melhoria na qualidade de vida do indivíduo.

Em vista das evidências apontadas esta pesquisa pretende criar uma ferramenta de fácil acesso ao colaborador e a empresa, a fim de quantificar e elucidar os aspectos: psicossociais; fisiológicos e de saúde, bem como, a biomecânica e a ergonomia ligada ao ambiente organizacional e suas relações com o ser humano.

A necessidade de evidenciar o tema; Qualidade de Vida do Colaborador (QVC) surge no sentido de demonstrar como esta tem sido desequilibrada, sobretudo pelo trabalho exaustivo; de turnos e jornadas prolongadas direcionando o colaborador a problemas, tais como: absenteísmos; acidentes de trabalho; falta de atenção; motivação; irritabilidade; apatia e muito outros, itens considerados agentes de risco ergonômico.

Não obstante, empresas e governo esforcem-se para melhorar e equilibrar, bem como, harmonizar o ambiente organizacional. Desta forma, pesquisadores e Institutos de Pesquisas, Órgãos do Governo Federal e ou Estadual, têm voltado suas atenções para o bem-estar do colaborador, por meio de pesquisas e elaborações de instrumentos capazes de apontar a QVC, de forma mais dinâmica.



Os estudos como os de Siqueira e Coleta (1989); Moraes et al. (1990); Carvalho e Souza (2003), Mourão, Kilimnik e Fernandes (2005); Adorno, Marques e Borges (2005) e outros apontam para pontos fracos, existentes na literatura sobre QVC e recomendam um modelo que seja mais flexível e contemple características culturais brasileiras e agrupe todos os pontos trabalhados em alguns modelos existentes.

Sendo assim, propõem-se a soma de conteúdo a um tema que embora muito explorado, careça de estudos mais aprofundados sobre a temática, pois conforme Kilimnik; Moraes; Ramos (1994) e Medeiros; Oliveira (2007), as pesquisas sobre o assunto encontram-se em estágio intermediário, necessitando de um aprofundamento. Desta forma, a questão norteadora é: qual a consistência interna dos instrumentos utilizados em ambiente virtual; para averiguar o risco de hábitos de vida como: o alcoolismo e tabagismo? Para o Teste de AUDIT - Alcohol Use Disorder (Álcool), este protocolo foi desenvolvido e validado pela OMS (Organização Mundial de Saúde), como instrumento de rastreamento para uso problemático de álcool (BABOR et al., 2003).

Este instrumento é composto por 10 itens, cada um com margem de 0 a 4 pontos, possibilitando um espectro de pontuação de 0 a 40.

Ao responder os itens do AUDIT, o sujeito atinge uma pontuação, a qual permite classificar o uso da substância em: Zona I (baixo risco) – 0 a 7 pontos; Zona II (uso de risco) – 8 a 15 pontos; Zona III (uso nocivo) – 16 a 19 pontos; Zona IV (provável dependência) – 20 a 40 pontos. Quando o profissional identifica as zonas de risco, é possível que as orientações sejam voltadas para o consumo individual, viabilizando a conceituação de prevenção do uso de álcool, a qual permite o distanciamento do estigma pautado na dependência por dicotomizar os pacientes em: dependentes e não dependentes.

Desta forma, instituem-se padrões gradativos do uso. Mormente, as Zonas Contínuas permitem um enfoque na prevenção, já que o paciente é sensibilizado a reduzir o uso do álcool e instigado a ingressar em uma Zona de menor risco.

Para o teste de Fagerstrom (tabaco), para Dependência à Nicotina, este instrumento contém 6 questões, e já possui validação no Brasil. Suas questões são utilizadas para avaliar a gravidade da dependência do tabaco e seus pontos de corte são: leve: 0-4; moderada: 5-7; alta: 8-10 (FAGERSTRÖM, 1978).

Sendo assim, quando a soma ocorrer acima de 6 pontos, isto poderá indicar que o paciente sentirá desconforto (síndrome de abstinência), ao deixar de fumar.

Quanto aos graus de nicotino-dependência e sua percentagem de frequência, segundo a pontuação do Teste de Fagerström, são:

0-1 – Cerca de 20% - fraca nicotino-dependência e leves sintomas da Síndrome de Abstinência (SA). Difícilmente estes pacientes precisam de ajuda para abandonar o tabaco.

2-3 – Cerca de 30% - certo grau de nicotino-dependência. Podem ocorrer sintomas mais acentuados da SA, mas com certa frequência, espontaneamente o tabaco é deixado. O tratamento é de ajuda.

4-5 – Cerca de 30% - a nicotino-dependência é acima da média. Fracos sintomas de SA. Frequentemente, o tratamento apresenta resultados positivos.

6-7 – Cerca de 15% - a nicotino-dependência é intensa, assim como, também, a SA, o que eleva



os danos à saúde, necessitando de um tratamento mais prolongado e enérgico. O tratamento deve ser mais firme e mais prolongado que o geralmente recomendado, pois é necessário um suporte psicológico, principalmente na ocorrência do estresse e alto consumo de álcool.

8-10 – Cerca de 5% - a nicotino-dependência é irrefreável e grave o quadro da SA. Sendo de suma importância a ajuda psicológica e o tratamento farmacológico com vários medicamentos associados. Os resultados são negativos na maioria desses fumantes. Fase comumente associada a; enfermidade, ansiedade, depressão e alto consumo de álcool.

No caso dos fumantes com pontuação até três, um simples aconselhamento, geralmente é suficiente para abandonar o tabaco, totalizando cerca de metade dos tabagistas.

OBJETIVOS

2.OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Validar parcialmente o software HERGOS® para avaliação da qualidade de vida do colaborador.

2.2. Objetivos Específicos

- Calcular a consistência interna no módulo Phisios do instrumento AUDIT na referida plataforma.
- Calcular a consistência interna no módulo Phisios do instrumento Fagerstrom na referida plataforma
- Comparar a consistência interna dos instrumentos virtuais supracitados através de dois diferentes métodos estatísticos.

DESENVOLVIMENTO

3. JUSTIFICATIVA

A importância da validação dos referidos instrumentos em ambiente virtual é fundamental, pois estudos mostram que os mesmos, apresentam resultados distintos quando aplicados presencialmente e virtualmente, uma vez que na forma virtual (on line) o pesquisado, em tese, provavelmente estará menos estressado pelo fato de estar sendo avaliado, além de poder realizar tal avaliação no horário que for mais conveniente. Some-se a isto que o processo de avaliação on line minimiza a possibilidade de erros ao realizar a tabulação dos dados, uma vez que todo o processo é realizado via banco de dados do HERGOS.

4. MATERIAL E MÉTODOS

4.1 Casuística

Esta pesquisa caracteriza-se por um estudo exploratório com a intenção de análise quanti-qualitativa do processo de validação parcial de módulos (AUDIT e Fagerstrom) do software HERGOS®.

4.2. População e Amostra

A população, universo desta pesquisa foi escolhida aleatoriamente e constou de 16 colaboradores com idade centesimal entre 18 e 73 anos, pertencentes há empresas públicas e ou privadas e também, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba, os quais permanecem



estudando e trabalhando em jornada de 6 a 8 horas; nas posições; sentada e ou, em pé. Antes de iniciar o estudo todos foram informados dos procedimentos e riscos envolvidos na pesquisa e assinaram um termo de consentimento, livre e esclarecido para a realização dos questionamentos e testes realizados com o Software Aplicativo Móvel HERGOS. A tramitação do projeto de pesquisa passou pela apreciação do Comitê de Ética da (UNIMEP) Universidade Metodista de Piracicaba, sendo aprovado sob o protocolo nº 50/2014.

4.3. Critérios de Inclusão

Colaboradores que sejam proficientes com a utilização de softwares em ambientes multiplataformas.

4.4. Critérios de Exclusão

Sujeitos considerados analfabetos digitais, ou seja, que não sabem usar eficientemente as tecnologias da informação.

4.5. Eventuais Riscos

São mínimos os riscos para esta pesquisa, entretanto a pesquisadora se comprometeu a reparar danos, desconfortos, constrangimentos ou despesas que fossem reportados pelos sujeitos.

4.6. Instrumentos

Como instrumento metodológico, optou-se pela construção de um Aplicativo baseado na Web, internet, por meio da nuvem (cloud). Não obstante, o usuário final também, poderá instalar uma opção para desktop, notebook via Windows de modo a não depender da nuvem, visto que o Brasil possui pontos cegos e com baixa acessibilidade a internet.

O Aplicativo foi desenvolvido na linguagem HTML5 e/ou CSS3 para fornecer a facilidade de interação com o aplicativo dentro de um navegador da Web. O instrumento HERGOS, conta com formulários e protocolos validados, além de equações para determinação de variáveis da biomecânica ocupacional, o qual pretende verificar a Saúde e Qualidade de Vida do Colaborador, sob os aspectos; psicossociais, saúde e ergonomia. Como forma de proteção do anonimato o software não possui nenhuma forma de identificação do avaliado, preservando sua identidade.

5. ANALISE ESTATÍSTICA

Para calcular a consistência interna dos instrumentos virtuais AUDIT e Fagerstrom, foi obtido o Alfa de Cronbach, ferramenta estatística que avalia a consistência interna das respostas obtidas em um questionário, tido como o principal estimador de confiabilidade de questionários (VILELA JUNIOR, 2004). Além deste, foi calculado também, para o mesmo fim o Lambda de Guttman. Foi utilizado o teste de normalidade Shapiro Wilk que identificou a não normalidade dos dados e a significância adotada foi de $P < 0,05$. Os resultados dos dois testes de consistência interna (Cronbach e Guttman) foram correlacionados através do cálculo do Rho de Spearman.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

6. RESULTADO E DISCUSSÃO

A amostra foi composta por 50% de mulheres e 50% de homens; a idade média de 43,56 ($\pm 12,7$) anos e Índice de Massa Corporal (IMC) médio de 24,49 ($\pm 3,3$) Kg/m². Todos com estudo superior completo. Para efeitos de categorização da consistência interna (CI) pelos dois métodos foram considerados os valores de referência apresentados na tabela 1.



Tabela 1- Valores de corte para categorização da Consistência Interna (CI)

Baixa CI	Moderada CI	Elevada CI	Excelente CI
< 0,25	0,25 – 0,50	0,51 – 0,75	>0,75

Fonte: Dados da análise estatística.

Os resultados para avaliar a consistência interna das respostas obtidas no AUDIT foram: Alpha de Cronbach de 0,60 e Lambda de Guttman de 0,62. Tais resultados apresentaram consistência interna considerada elevada em ambos os métodos. O Rho de Spearman para avaliar a associação dos resultados obtidos pelos dois indicadores da consistência interna foi de 0,86, significativa para $P < 0,01$. Estes sujeitos apresentaram risco baixíssimo de dependência alcoólica. Não obstante, é bastante provável que a CI das respostas do AUDIT aumente; à medida que aumentarmos, em estudos futuros, o tamanho da amostra. Em relação ao Teste de Fagerstrom, não foi encontrada dependência à nicotina para esta amostra. O coeficiente Alpha de Cronbach foi de 0,72 e o Lambda de Guttman de 0,73; ambos considerados de elevada CI, conforme Tabela 1. O Rho de Spearman entre ambos os métodos foi de 0,88, valor significativo para $P < 0,01$. Também neste teste, é bastante provável que a CI atinja a categoria Excelente; à medida que aumentarmos o número amostral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos, ainda que parcialmente, que os instrumentos virtuais para avaliar a dependência ao álcool e à nicotina, presentes no software Hergos®, apresentaram elevada CI, tanto pelo método de Cronbach quanto pelo de Guttman; entretanto, temos como hipótese a ser testada em estudos futuros, que a CI aumentará à medida que aumentarmos o tamanho da amostra, uma vez que é sabido que a CI tende a ser baixa ou moderada, para amostras pequenas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, R.D.; MARQUES, A.L.; BORGES, R.S.G. A LDB/96 e a qualidade de vida no trabalho: com a palavra os docentes da rede pública de belo horizonte. In: Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 29, 2005, Brasília/DF. Anais... Brasília: ANPAD, 2005. 1 CD-ROM.
- BABOR, T. F.; HIGGINGS-BIDDLE, J. C.; SAUDERS, J.B.; MONTEIRO, M. G. AUDIT: teste para identificação de problemas relacionados ao uso de álcool: roteiro para uso em atenção primária. Ribeirão Preto: Programa de Ações Integradas para Prevenção e Atenção ao Uso de Álcool e Drogas na Comunidade; 2003.
- FAGERSTRÖM, K.O. Measuring degree of physical dependency to tobacco smoking with reference to individualization of treatment, Addictive behaviors (1978),3, 235-24.
- KILIMNIK, Z.M.; MORAES, L.FR.; RAMOS, W.M. O atual estado da arte da qualidade de vida no trabalho no Brasil. In: Anais... do XVIII Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração. Curitiba/PR: ANPAD, 1994. p. 305-325.



MEDEIROS, J.P.; OLIVEIRA, J.A. Uma viagem à produção científica em qualidade de vida no trabalho (QVC) nos anos 2001 a 2005: estudo nos anais do Em ANPAD. In: Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, 2007, Natal/RN. Anais... Natal: ANPAD, 2007. 1 CD-ROM.

MORAES, L.F.R. et al. Qualidade de vida no trabalho: uma pesquisa de diagnóstico com administradores cujo trabalho é mediado pelo computador. In: Anais... do XIV ENANPAD Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração. Florianópolis/SC: ANPAD, 1990, p.343-366.

MOURÃO, T.J.L.O.; KILIMNIK, Z.M.; FERNANDES, E. Qualidade de vida no trabalho: um estudo de caso na pró-reitoria de pessoal da Universidade Federal do Rio de Janeiro. In: Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 29, 2005, Brasília/DF. Anais... Brasília: ANPAD, 2005, 1 CD-ROM.

SIQUEIRA, M. COLETA, J. Metodologia para investigação da qualidade de vida no trabalho. Arquivos Brasileiros de Psicologia. Rio de Janeiro, v.41, n.3, p.51-66, 1989.

VILELA JUNIOR, G. B. Modelo de inclusão digital para construção do conhecimento em qualidade de vida e atividade física. (Tese de Doutorado), Campinas - UNICAMP, 2004.



BRASIL QUINHENTISTA 1549 A 1599: FÉ E EDUCAÇÃO NA CATEQUESE

Autor(es)

ADMILSON GONÇALVES DE ALMEIDA

Orientador(es)

JOSÉ MARIA DE PAIVA

INTRODUÇÃO

Portugal através de seus colonizadores chegou à nova terra, que no futuro se chamaria Brasil. Depois de verificar a presença de índios gentis, o rei reconhece que a catequização poderia ser de profunda valia para a coroa portuguesa, assim como para a fé católica. Segundo Paiva (1982, p.11) “A principal cousa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente dela se convertesse à nossa santa fé católica”.

Diante desse propósito e com a expansão marítima crescendo em larga escala nesse período, novas regiões são descobertas pelos desbravadores. Esses desbravadores muitas vezes padres jesuítas, que tiveram a missão de lançar a semente da religião e da fé cristã, tinham uma visão de mundo sustentada na crença cristã na qual tudo pertence a Deus.

No Brasil, a origem das instituições escolares pode ser localizada com a chegada dos jesuítas que criaram na então colônia portuguesa a primeira escola brasileira. Estamos considerando a educação jesuítica como confessional, pois estava diretamente agregada à fé católica; a catequese era uma metodologia do processo educacional.

Os padres jesuítas acreditavam nas transformações comportamentais dos índios através desse processo metodológico. Para os padres jesuítas, educação é transformação. A passagem para essa mudança era a prática educativa. Esse recurso foi a porta utilizada pela ordem de Loiola para modificar uma sociedade tribal em uma outra mais organizada pela disciplina e pelo trabalho.

Os jesuítas ao se envolverem com os índios, observaram que esses nativos precisavam ser humanizados e se propuseram a torná-los homens educados, segundo a perspectiva europeia, homens que não fizessem uso da antropofagia, do canibalismo, da nudez, da poligamia, da feitiçaria entre outros hábitos selvagens.

Esse processo envolvia a aprendizagem e o desenvolvimento de novos hábitos, principalmente na alimentação, na higiene, no cuidado com saúde e realização de alguns ofícios; como tocar o sino, plantar e colher e acima de tudo rezar.

Na colônia a relação de convivência priorizava a criança, pois essa se mostrava atraída pelo novo e para os jesuítas se constituía uma passagem mais curta para alcançar o objetivo proposto. Essa estratégia aplicada pelos padres jesuítas gradativamente proporcionava ao indígena um caráter de um verdadeiro cristão e servidor dos novos senhores. Aprendiam atitudes ligadas à religiosidade cristã, cooperação, ordem e disciplina.

Há uma profunda percepção, que para mudar o indígena em um ser culto, europeu, inteligente e civilizado era necessária uma prática ou um método de ensino a longo prazo, permanente e repetitivo sempre na perspectiva de construção de novos hábitos culturais.



Os métodos pedagógicos desenvolvidos pelos inicianos são aspectos da história que merecem uma atenção especial. Para isso o presente trabalho além de descrever, também vai analisar as atuações dos jesuítas a partir da concepção educacional. Foi justamente por esse viés que eles contribuíram com as modificações de uma realidade antropológica, cultural e social.

Com base nessa fundamentação educacional os missionários católicos foram responsáveis pela criação e manutenção da primeira rede de ensino confessional no país, com objetivo de integração da cultura local com a cultura europeia e pela manutenção da fé católica.

OBJETIVOS

O objetivo dessa pesquisa diz respeito ao aponta para o trabalho dos padres jesuítas na conquista de novas almas para o cristianismo. O que de fato eles faziam e como faziam para levar a educação e a catequese (fé), para os índios no Brasil no período de 1549 a 1599? Esses por sua vez, como a receberam? Quais foram as principais reações e transformações diante do novo?

A partir dos resultados das questões, a pesquisa pretende conhecer as possíveis mudanças ocorridas no cotidiano dos índios, na vida social, religiosa e familiar, principalmente dos que viviam nas aldeias construídas pela ordem inaciana e a contribuição da fé à essa nova forma de comportamento.

Para fundamentar todo esse processo utilizamos de informações oriundas das cartas escritas pelos primeiros jesuítas no Brasil, a partir de 1549 até 1599, como por exemplo os relatos de Anchieta, Nóbrega e dos escritos de outros autores pesquisadores do período colonial brasileiro.

DESENVOLVIMENTO

Nas cartas jesuíticas é relatado que, quinze dias após a chegada na cidade de Salvador, já funcionava uma escola de ler e escrever. Essa visão política educacional era defendida pelo padre Manoel da Nóbrega, que foi o responsável pela primeira missão da Companhia de Jesus no Brasil. Inaugurou com a ajuda de cinco companheiros, a primeira escola brasileira na Bahia. Seu objetivo era unir o ensino da doutrina cristã a uma escola de ler e escrever, (fé e educação, catequese e instrução).

Esse colégio foi fundado na Bahia, inicialmente para receber somente meninos, mais tarde foi elevado a colégio canônico, com nome de colégio de Jesus. Oliveira (2011, p.4) ressalta que “Nóbrega se empenhou na sua realização, determinando desde 1550 que se construíssem casas para se recolherem e ensinarem os moços e em benefício da catequese e pelo sossego da terra”.

Os colégios estabelecidos pelos padres jesuítas, formam centros de desenvolvimento da doutrina por meio dos missionários que percorreram centenas de quilômetros visitando as aldeias. Os padres jesuítas demonstraram bastante criatividade no processo de educação e catequização dos índios brasileiros, as cartas jesuíticas relatam que usavam como recurso didático, as danças, músicas e representações indígenas.

Foi o padre Anchieta que contribuiu com o processo educacional do homem indígena, por sua quantidade de obras. Fontes primárias, como as cartas dos primeiros jesuítas, indicam que ele utilizava o teatro como uma ferramenta didática pedagógica a serviço da educação e da propagação da fé.



13º Congresso de Pós-Graduação

Conhecemos por meio das cartas que o ideal jesuítico era a propagação da fé e assim como toda a Companhia de Jesus usavam um método de ensino o próprio, conhecido como *Ratio Studiorum*. Esse foi o primeiro sistema de educação minucioso organizado pela igreja na idade Moderna, com objetivos bem definidos: aplicar, desenvolver e estimular os princípios pedagógicos que visam formar e educar um cristão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo educacional será o principal meio de evangelização utilizado pela Companhia de Jesus para manter a fé e a hegemonia da igreja em todos os lugares da terra. A igreja católica altamente preocupada com propagação do evangelho e da fé, começa a explorar novos horizontes na perspectiva de evangelizar novos fieis. A educação é um processo fortemente marcado pela igreja católica. Esse modelo educacional é totalmente adotado de forma oficial por Portugal, mesmo sofrendo críticas dos intelectuais escolásticos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fé e a educação no Brasil quinhentista, no período de 1549 a 1599, nos proporcionou um amplo conhecimento sobre o papel da Companhia de Jesus na catequese dos índios que aqui habitavam. A Fé dos padres jesuítas, exercendo um intenso trabalho para doutrinar, ensinar e catequizar essa população dentro de uma cultura europeia, foi uma missão que sem dúvida envolveu o processo educacional, mas o que realmente moveu esse processo foi a fé, pois a mesma sem obras é considerada morta.

Os jesuítas que aqui chegaram trazendo em suas bagagens a missão e a obra de modificar pela pregação cristã o mundo novo em um mundo cristão católico, receberam total apoio da igreja e do estado, pois um dos objetivos dessas instituições consistia sobretudo na sustentação da fé, proporcionando assim a plena continuidade do reino da graça de Deus.

Essa era a fé dos jesuítas, ensinar o caminho da salvação, ensinar sobre o reino de Deus, não deixar os indígenas sem conhecer o que eles conheciam e acreditavam. Foi a educação a ferramenta usada para o desenvolvimento da catequese.

A proposta desse trabalho é, justamente nessa direção, mostrar a educação e a fé no século XVI e suas raízes no Brasil quinhentista. Iniciando pela Europa, pelos movimentos religiosos que abriram caminhos para uma reforma religiosa, pelo papel do Concílio de Trento, pela criação da Companhia de Jesus, que formou homens que desbravaram o mundo para conquistar novas almas para a continuidade do cristianismo católico. Para conhecer essa realidade foi necessário fazer uso das documentações jesuíticas e dessa forma foi possível conhecer a organização social, os costumes, os valores indígenas e, acima de tudo o encontro com os portugueses.

E a partir desse processo conhecer mais sobre o conceito de fé e como a mesma pode movimentar a vida de pessoas, com o único propósito: obedecer ao mando de Deus que se constitui em levar a verdade a todos os povos em qualquer lugar.

Assim foi a construção desse trabalho, mergulhar nos documentos históricos, nesse caso específico, nas cartas produzidas pelos jesuítas, para conhecer a realidade, a cultura e visão desses desbravadores, que, sem medo de enfrentar o desconhecido ou seja pela fé, se lançaram integralmente no cumprimento da missão.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANCHIETA, José de. *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões*. Itatiaia; Edusp, SP.1988.

COSTA, Célio J. A racionalidade jesuítica em tempos de arredondamento do mundo: o império português (1540-1599). *Tese de doutorado* Programa de Pós-graduação em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Piracicaba, SP 2004.

NÓBREGA, M. da. *Cartas do Brasil*. Itatiaia; Edusp, SP 1988.

OLIVEIRA, Amanda M B. de. *Ação educacional jesuítica no Brasil colonial*. *Revista Brasileira de história das religiões*. Universidade estadual de Maringá PR. 2001.

PAIVA, José M de. *Colonização e Catequese, 1549 - 1600*. Autores Associados: Cortez São Paulo 1982.



AS ATUAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO FRENTE O INGRESSO DE MIGRANTES HAITIANOS PELO ESTADO DO ACRE

Autor(es)

**JULIANA GIOVANETTI PEREIRA DA SILVA
LAIS GIOVANETTI**

Orientador(es)

MIRTA GLADYS LERENA DE MISAILIDIS

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca estudar as recentes atuações do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Trabalho em face do Governo Federal, devido à intensa violação dos direitos humanos fundamentais dos migrantes haitianos que vêm ingressando pela fronteira do Acre. Do ponto de vista metodológico adotou-se o método indutivo, além da utilização da revisão da legislação nacional e estrangeira, bem como da análise de ações civis públicas intentadas pelo Ministério Público e decisões proferidas pelos órgãos do Poder Judiciário brasileiro para obtenção das considerações finais.

Nesse contexto, após o terremoto que devastou o Haiti, em 2010, deixando milhares de mortos e desabrigados, iniciou-se um intenso deslocamento desta população para os demais países da América Latina, dentre eles o Brasil. Assim, os migrantes haitianos, predominantemente, ingressam ao país através da fronteira do estado do Acre. Lá estes buscam apenas permanecer por um curto período, vez que ingressam com pedido de refúgio ao Estado brasileiro, bem como buscam retirar sua carteira de trabalho, para deslocarem-se aos demais estados do território nacional em busca de trabalho (MAMED; LIMA, 2015). Ressalta-se, que grande parte destes haitianos ingressam e permanecem em situação de irregularidade.

Assim, diante da inexistência de previsão de refúgio ambiental – artigo 1º, Lei nº 9.474/1997 -, o Estado brasileiro concede aos haitianos visto permanente por razões humanitárias, pelo período de dois anos, condicionada sua renovação a comprovação de exercício de atividade laborativa.

OBJETIVOS

O presente trabalho tem por objetivo a análise das atuações do Ministério Público Federal e Ministério Público do Trabalho, diante das violações de direitos humanos fundamentais dos migrantes haitianos que se encontram no estado do Acre, cometidas pelo Governo Federal. Assim, analisa-se algumas Ações Civis Públicas intentadas pelo Ministério Público visando resguardar direitos básicos dos migrantes haitianos.

DESENVOLVIMENTO

Após estas considerações introdutórias, passaremos a verificar a atuação do Ministério Público na defesa dos migrantes haitianos, que representam uma categoria extremamente vul-



13º Congresso de Pós-Graduação

nerável em seus mais amplos aspectos. Desta maneira, as atribuições no Ministério Público encontram-se no artigo 129 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 75/1993, cabendo-lhes a defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis ao cidadão, dentre outras atribuições.

Nesse sentido, o Ministério Público Federal do estado do Acre instaurou inquérito civil para apurar as condutas do Governo Federal diante dos haitianos que estavam no país, buscando resguardar os direitos humanos fundamentais. Assim, constatou-se q imensa desídia por parte da União na proteção de tais indivíduos, mesmo diante dos compromissos assumidos pelo governo, além das disposições constitucionais e instrumentos internacionais que asseguram proteção aos migrantes. Apurou-se a morosidade do funcionalismo público em apreciar e conceder os pedidos de registro e concessão de documentos básicos para o exercício labora. Sem deixar de mencionar, as péssimas condições de habitação, alimentação e higiene a que estes se encontravam expostos, provocando até mesmo a disseminação de doenças, demonstrando uma intensa violação de direitos humanos. Mesmo após diversas recomendações por parte do MPF ao Governo Federal, os infortúnios permaneceram, fazem-se necessária o ingresso da Ação Civil Pública nº 0000723-55.2012.4.01.3000 para resguardar a proteção aos direitos humanos fundamentais dos migrantes haitianos, além da determinação de que o Estado brasileiro preste assistência humanitária aos mesmos

Quanto ao Ministério Público do Trabalho, este também demonstra intensa atuação na defesa dos direitos humanos e trabalhistas dos imigrantes haitianos, dando-se como exemplo a Ação Civil Pública nº 0000384-81.2015.5.14.0402, com fundamentos e objetivos similares ao processo anteriormente mencionado, onde foi determinado, em caráter liminar, que a União assumisse os abrigos de acolhimento aos imigrantes estrangeiros, garantindo-se, também, atendimento médico aos trabalhadores migrantes, além do Governo Federal ter que assumir a responsabilidade do transporte dos trabalhadores imigrantes, de Brasília e de Assis Brasil até Rio Branco e da capital acreana a outros estados através da Força Aérea Brasileira – FAB ou de ônibus fretado. A partir disso, diante da constatação da violação de direitos humanos fundamentais por parte do Governo Federal, o que se buscou foi à promoção de políticas públicas voltadas à proteção dos direitos difusos e coletivos dos migrantes e de toda sociedade brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Verifica-se, que o fenômeno migratório acarreta diversas implicações na sociedade contemporânea em seus mais variados aspectos, assim como ocorre com os migrantes haitianos que vêm ingressando no Brasil desde 2010. Em decorrência disso, as autoridades governamentais não podem se manter silentes, devendo se mobilizarem para prestação de auxílio humanitário aqueles indivíduos tão vulneráveis, que necessitam dos auxílio mais básicos, como moradia, saúde, alimentação, expedição de documentos para poderem exercer uma atividade laboral, dentre outros. Porém, o que se verifica é que a União Federal fecha aos olhos a estes indivíduos, perpetuando a violação de direitos humanos.

Diante dessa situação, não cabe ao Ministério Público conduta diversa, senão acioná-los judicialmente para tentar frear essa situação de desamparo e a partir disso, obrigar ao Estado brasileiro a prestação de ações humanitárias aos migrantes aqui alocados, na tentativa de impedir a continuação das violações de direitos humanos fundamentais.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, pode-se denotar que os migrantes haitianos que ingressam no Brasil através da fronteira do Acre, demonstram-se como extremamente vulneráveis e ensejadores de proteção, principalmente por parte da União, contudo esta não foi à realidade constatada pelo Ministério Público Federal e Ministério Público do Trabalho, que se mobilizaram em busca da proteção dos direitos humanos fundamentais destes migrantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. 2ª Vara do Trabalho de Rio Branco/RO. Decisão Liminar em Ação Civil Pública nº 0000384-81.2015.5.14.0402. Autor: Ministério Público do Trabalho da 14ª Região. Réu: União. Juíza do Trabalho: Silmara Negrett Moura. Rio Branco, 26 jun. 2015. Disponível em: . Acesso em 20 jul.2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jan. 2012. Disponível em: . Acesso em 22 jul. 2015.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: . Acesso em 30 jun. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.474 de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 jul. 1998. Disponível em: . Acesso em 30 mai. 2015.

BRASIL. Ministério Público Federal do Acre. Petição inicial Ação Civil Pública Refugiados Haitianos nº 0000723-55.2012.4.01.3000. 26 jan. 2012. Disponível em: . Acesso em 21 jul. 2015.

MAMED, Letícia Helena; LIMA, Eunice de Oliveira. O movimento internacional de trabalhadores: o fluxo contemporâneo de caribenhos e africanos pela Amazônia sul ocidental. In Anais do XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro – CONLAB / 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa – AILPCSH. Portugal: 2014.



A ESCOLA NOVA E O ENSINO PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE NO BRASIL

Autor(es)

ANTONIO CARLOS GOMES JUNIOR

Orientador(es)

ANTONIO CARLOS GOMES JUNIOR

INTRODUÇÃO

A contabilidade como ciência social é um dos ramos mais antigos e tradicionais da área do conhecimento humano. Dessa forma, o seu ensino acompanha uma longa trajetória paralela com a vida econômica do homem. E, neste caminhar, construiu a sua história e que, muitas vezes, revendo a sua memória, ainda nos permite, alguma interlocução.

OBJETIVOS

Neste contexto, este estudo propõe um recorte temporal em seu percurso e a investigar indícios de alguma repercussão do ideário do movimento da Escola Nova no ensino profissional comercial de contabilidade. Assim, este estudo reporta-se a uma pesquisa de revisão bibliográfica sobre a história deste ensino no Brasil (RAUPP e BEUREN, 2003).

DESENVOLVIMENTO

Os primeiros movimentos do ensino comercial no Brasil foi com a chegada da família Real em terras brasileiras no ano de 1808 com as Aulas de Comércio no Rio de Janeiro em 1809 (ROSELLA; PETRUCCI; PELEIAS; HOFER, 2006). No quadro de incremento das atividades comerciais e de organização do setor público, requisitava um quadro de pessoal formado e preparado para estes tempos. O primeiro reconhecimento oficial do ensino profissional comercial brasileiro ocorreu no período republicano no ano de 1905. Trata-se do Decreto nº 1.339, de 9/01/1905 – DOU de 11/01/1905, que declara de utilidade pública a Academia de Comércio do Rio de Janeiro e reconhece seus diplomas como de caráter oficial (VIEIRA, 1957). Assim, esta regulamentação de 1905, de iniciativa do Congresso Nacional, no governo de Rodrigues Alves, mandato 1902/1906, reconhece-se oficialmente os diplomas expedidos pelas escolas de comércio, a Academia de Comércio do Rio de Janeiro (atual Universidade Cândido Mendes) e a Escola Prática de Comércio de São Paulo (atual Fundação Álvares Penteado - FECAP). Estas duas escolas de comércio de origem particular e fundadas em 1902, passaram a ser consideradas oficialmente instituições de ensino comercial com reconhecimento público. Fato que marca o ensino de contabilidade no Brasil que firma sendo comuns as iniciativas deste ensino ligadas ao setor privado ou particular e o setor público com a presença de legislar e normatizar (CARVALHO, 1965). Com este reconhecimento e oficialização pode-se aceitar entre os fatos que contribuíram para este avanço o desenvolvimento das relações comerciais, suas normativas e necessidades de controle dos profissionais e sua formação. Com o Decreto nº 4.724-A, de 23 de agosto de 1926, de iniciativa do Congresso Nacional, ocorre uma abertura e estende-se o reconhecimento e oficialização de diplomas de ensino comercial para outras escolas de comér-



13º Congresso de Pós-Graduação

cio no país (VIEIRA, 1957). Para tanto, desde que os seus programas seguissem rigorosamente os mesmos programas dos cursos de comércio das duas escolas de comércio reconhecidas e oficializadas em 1905. Em seguida, com o Decreto nº 17.329, de 28/05/1926, de iniciativa do poder executivo, o governo implanta o regulamento para o ensino comercial que reconhece oficialmente todas as escolas de comércio e seus diplomas expedidos, bem como, a sua fiscalização no cumprimento integral do referido regulamento (VIEIRA, 1957). Foi um fato isolado na educação brasileira quando naquele momento o governo dispensa esse tratamento apenas para o ensino profissional comercial. Antes de um privilégio um reconhecimento da necessidade desta regulamentação a partir de 1905. Com o Decreto nº 20.158, de 30/06/1931, a Reforma Francisco Campos, ocorre a organização do ensino comercial e a regulamentação da profissão de contador (VIEIRA, 1957). Trata-se da normatização uniforme deste ensino aplicável a todo o país. Em um outro olhar, neste período o campo da educação estava influenciado pelo movimento da Escola Nova. Foi um movimento na educação que buscava uma renovação no cotidiano de todos os envolvidos no processo de educação atrelados às mudanças sociais da época (GADOTTI, 2006). Com origens na Europa e nos Estados Unidos no final do século XIX, propunha mudar o rumo da educação tradicional, elitista, de cunho intelectual e livresco, permitindo espaços para um sentido vivo e ativo, centrado no aluno ativo, este assumindo uma posição de destaque no processo de aprendizagem (LUZURIAGA, 1985). No Brasil este movimento da educação conseguiu adeptos, entre eles os nossos intelectuais, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho. Foi um momento de perspectivas, esperanças e possibilidades da educação brasileira que ficou conhecido como entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico (NAGLE, 1978). Assim, com o Decreto 20.158, de 30/06/1931, em que o ministro Francisco Campos adepto da Escola Nova, permitiu incorporações dessas inovações (ARANHA, 2006). Em seguida, foi publicado o seguinte documento “Instruções sobre Organização e Fiscalização do Ensino Comercial”, de 27/11/1933 (VIEIRA, 1937); e, também, “Instruções sobre a fiscalização do Ensino Commercial – Circular Complementar”, de 20/03/1934 (VIEIRA, 1937). Documentos assinados pelo então superintendente do Ensino Comercial, Sr. Vitor Viana. Esta regulamentação tratava-se de todos os procedimentos e aspectos para o reconhecimento das escolas de comércio e seus cursos comerciais. Entre inúmeras recomendações estava o laboratório: ESCRITÓRIO-MODELO, com a proposta de reproduzir em sala de aula o ambiente do mundo dos negócios em que o aluno assumia diversas empresas, tanto como, uma vez proprietário e outra como colaborador. Assim, assumia responsabilidades de resolver os problemas no cotidiano desta administração. A proposta “não basta nas escolas, definir, dizer como se faz, descrever: - é preciso fazer”. Ainda ao longo deste documento cita-se o estudioso belga das escolas profissionais Omer Buyse (1891-1943) defensor do método “learning by doing - aprender fazendo/agindo” para os cursos profissionais. Em suas idéias o seu pensamento em ênfase no trabalho experimental, curso teórico versus experimentos, reproduzindo a realidade (RCE, 2000). Confirma-se estes ideais da Escola Nova nesta modalidade de ensino no discurso proferido pelo ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado, na abertura do II Congresso Brasileiro de Ensino comercial realizado na cidade de Belo Horizonte MG em 21 a 27/07/1957. Este expressa em sua fala amplo apoio e interesse do governo no sucesso deste ensino. Reafirma apoio e expectativas com as experiências em andamento nas escolas comerciais em um sistema de ensino funcional ou de classes-empresas, com aplicação de programas de orientação pedagógica que procura trazer para dentro da escola e de cada



classe, os problemas da vida profissional (RBEP, n. 68-1957). Esta proposta é inovadora uma vez que o aluno é o centro do aprendizado onde aprende observar, pesquisar, perguntar, pensar, construir e a propor soluções em um ambiente maior (LOURENÇO FILHO, 1974). Portanto, com este recorte na história do ensino profissional comercial de contabilidade no Brasil pretendeu-se verificar indícios da presença e repercussões dos ideais do escolanovismo em seus regulamentos. Percebe-se a presença dos ideais da Escola Nova defendidos pelos nossos intelectuais Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho entre outros. Um ideal de formar e construir um homem social com o cuidado de não moldá-lo restrito ao mundo do trabalho e a educação como um caminho para a construção de um país melhor.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Destas considerações, então é possível encaminhar algumas reflexões sobre este ensino. Com início de sua oficialização em 1905, no contexto daquele momento político, econômico e social do Brasil, permite-se considerar dois fatos. Primeiro, pode-se referir à urgência em atender a demanda da sociedade em se qualificar e dispor de melhores condições de vida e trabalho e das empresas com o desenvolvimento da economia e seus negócios. Um segundo fato, tratar-se de uma legislação permeada com os ideais do movimento da Escola Nova. Mesmo assim, pode-se elencar ainda, outros fatores que contribuíram para avanço e expansão deste ensino. Em 1931, o ensino comercial de contabilidade deixa o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e passa a ser incorporado no quadro geral da educação brasileira pelo Ministério da Educação e Saúde Pública. Ocorre a sua organização e a regulamentação da profissão contábil. Mas para um curso nos moldes recomendados pela legislação, a montagem e existência de um laboratório Escritório-Modelo, exigia investimentos em instalações físicas, compras de equipamentos e materiais quanto a formação e capacitação de professores para o ensino profissional. Condição que por conta das escolas particulares não entusiasmava seus proprietários. Para tanto, também haveria de existir planejamento de políticas públicas de educação para investimentos em expectativas de um horizonte de tempo maior. Nota-se assim, um distanciamento entre a fala e a prática, legislação e o cotidiano, e que se confirma quando no ano de 1942 com a Reforma Gustavo Capanema (Decreto-Lei nº 6.141, de 28/12/1943, que trata da Lei Orgânica do Ensino Comercial) foi criada uma estrutura de ensino profissional paralela e fora de rede pública escolar que foi a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, no ano de 1946 - Decreto-Lei nº 8.621, de 10/01/1946 – DOU de 12/01/1946 (VIEIRA, 1957). Nesta reforma Capanema (1943) este ensino profissional ficou como ensino de segundo grau e que para estudos mais avançados na área por conta então do ensino superior. Desta forma, criou-se o curso superior de ciências contábeis e atuariais conforme o Decreto-Lei nº 7.988, de 22/09/1945 e o Conselho Federal de Contabilidade CFC conforme o Decreto-Lei nº 9.295, de 27/05/1946 (VIEIRA, 1957). Confirma-se, portanto, uma posição do governo em considerar este ensino voltado para atender a classe trabalhadora. Entre propostas, reformas e regimentos, desde 1809, permaneceu a condição do imediato ou curto prazo; atender a urgência dos anseios das pessoas que percebiam na educação uma via para acesso a uma melhor condição de vida e a formação de um quadro pessoal preparado para o crescimento e desenvolvimento das empresas. Ainda assim, nota-se a presença do ideal da Escola Nova, mesmo que a distância, ou seja, em discursos e documentos regimentais.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, foi um ensino profissional que com suas centenas de escolas de comércio espalhadas por este imenso território, muitas originadas na mobilização da comunidade local, com todas as limitações, não mudou o mundo. Mas, no cotidiano favoreceu, contribuiu e promoveu mudança para muitas pessoas. Mesmo distantes de grandes centros regionais, idealistas, profissionais de apoio e professores com muitos sonhos e esperanças depositados na educação brasileira, fizeram existir em algum tempo, uma escola de comércio na sua comunidade. Famílias que não mediram esforços para o sucesso de seus filhos e muitos jovens que perceberam com este ensino de cursos noturnos, a oportunidade de abrir portas para passar o difícil acesso do mercado de trabalho. Portanto, o ensino profissional comercial de contabilidade brasileiro está no quadro da história da educação brasileira. Vivenciou como os outros ramos da educação brasileira, o mesmo tratamento do poder público para com a educação. Foi uma trajetória de avanços, vanguarda, retrocessos e desafiadora para a sociedade, que ainda hoje, continua na busca da concretização do ideal de educação para o seu povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Oscar. Enciclopédia das couzas do Ensino Fundamental, Complementar, Comercial e Superior. Rio de Janeiro: Escritório de Serviços Pedagógicos "OSCAR DE ALMEIDA", 1937.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil. 3ª ed. – ver. e ampl. – São Paulo: Moderna, 2006.
- CARVALHO, Manoel Marques de. Situação Atual e Tendências do Ensino Técnico Comercial no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos-MEC/INEP. Jul-Set., 1965 – nº 99 – vol. XLIV.
- GADOTTI, Moacir. História das Idéias Pedagógicas. São Paulo: Editora Ática, 2006 – 8ª Ed.
- LOURENÇO FILHO, M. B. Introdução do Estudo da Escola Nova: Bases, sistemas e diretrizes da Pedagogia contemporânea. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1974 – 11ª ed.
- LUZURIAGA, Lorenzo. História da Educação e da Pedagogia. Tradução de Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Pereira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985. 16ª Ed.
- NAGLE, Jorge. A Educação na Primeira República. História Geral da Civilização Brasileira – sob a direção de Boris Fausto com relação ao período republicano. TOMO III O Brasil Republicano – 2º Volume Sociedade e Instituições (1889-1930) – Livro Primeiro – Movimentos Sociais e Sociedade – Capítulo VII – A Educação na Primeira República – 2ª ed. - Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL/DIFUSÃO EDITORIAL S.A, 1978.
- RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática. – André Andrade Longaray ... [et al.] - Ilse Maria Beuren (org.). São Paulo: Atlas, 2003.
- REVISTA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO. Anísio Teixeira: alguns apontamentos em comemoração ao centenário de seu nascimento. Edição: 2000 – Vol. 25 – nº 02. Disponível em: www.coralx.ufsm.br/revce/2000/02/a1.htm . Acesso em 16 jul.2015.
- ROSELLA, Maria Helena; PETRUCCI, Valéria Bezerra Cavalcanti; PELEIAS, Ivam Ricardo; HOFER, Elza. O ensino superior no Brasil e o ensino da Contabilidade. Didática do Ensino da Contabilidade Aplicável a outros Cursos Superiores. Ivam Ricardo Peleias. São Paulo: Saraiva, 2006.



SALGADO, Clóvis. Discurso do Sr. Ministro da Educação no II Congresso Brasileiro de Ensino Comercial. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS/INEP – Vol. XXVIII – out-dez., 1957 n° 68.
VIEIRA, Francisco de Assis. Legislação do Ensino Comercial. Francisco de Assis Vieira (org.) – Serviço de Documentação do Ministério da Educação e cultura – Departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1957.



A IMPLANTAÇÃO DO SINGLE WINDOW : OS BENEFÍCIOS E A COMPETITIVIDADE DE UM PAÍS

Autor(es)

JÚLIO CÉSAR FALEIROS PINHEIRO

Orientador(es)

MÁRIO CÉSAR BARRETO PÓLIS

INTRODUÇÃO

O modelo proposto visa mostrar como a implantação e evolução de portais únicos de comércio eletrônico no mundo, podem trazer inúmeros benefícios para o comércio exterior do País. Em sua fase inicial de portal único (Single Window), um sistema de facilitação para o comércio exterior é criado para que aconteça a interface entre o governo e o comércio, possivelmente também entre as várias empresas envolvidas no comércio internacional e logística, incluindo também bancos e companhias de seguros. Além disso, há um mecanismo de coleta do governo para as informações relacionadas com o comércio exterior, que são armazenadas e controladas eletronicamente, sendo possível dessa maneira autorizar o pagamento de direitos e demais imposições durante o processo de registro da importação ou exportação (UNECE, 2005). A escolha do tema poderá auxiliar o leitor a entender como funciona o conceito do single window em outros países, através de dados que ajudem a compreender porque isso é importante para o Brasil, que está em fase de implementação do portal único. O tema também sugere ao leitor uma reflexão de como a questão da sustentabilidade vem refletindo no trabalho do profissional de comércio exterior, Roy (1998) estima que uma transação aduaneira envolva uma média de 29-30 partes diferentes, 40 documentos, 200 elementos de dados (30 dos quais são repetidos pelo menos 30 vezes) e a redigitação de 60-70% de todos os dados, pelo menos uma vez. Da mesma forma, Sohn e Yang (2003) referem-se a uma estimativa segundo a qual, em média, os procedimentos de importação exigem mais de 60 documentos diferentes, com 80% das informações necessárias a serem duplicadas em vários documentos. A metodologia que foi utilizada para a pesquisa, consiste em artigos científicos, sites governamentais e outras instituições de natureza idônea escolhidas por trazerem uma abordagem clara para o leitor a respeito do tema que está sendo abordado.

OBJETIVOS

O objetivo do artigo é mostrar como o conceito do Single Window dentro do contexto de comércio exterior remete uma ideia moderna e facilitadora a partir de um sistema de janela única capaz de realizar a interface do governo com o comércio exterior trazendo redução no tempo de resposta dos órgãos competentes além de outros benefícios.

DESENVOLVIMENTO

O termo Single Window, também conhecido no Brasil como portal único, tem por conceito ser uma ferramenta moderna e facilitadora no âmbito do comércio exterior cuja premis-



sa é a partir de uma única janela acessível através da Internet, o usuário conseguir enviar todos os documentos necessários para as autoridades competentes, acompanhar todo o processo de desembaraço da carga, registrar a sua declaração de Importação e através da comunicação do portal com os órgãos anuentes solicitar documentos como a licença de Importação e o certificado de origem, quando previsto a obrigatoriedade (WELLNER, 2014). Segundo define o Centro das Nações Unidas para Facilitação de Comércio e Negócios Eletrônicos (UN/CEFACT) na sua Recomendação 33, o portal único é uma facilidade que permite às partes envolvidas no comércio e no transporte apresentar informações padronizadas e documentos em uma única entrada para atender todas as exigências regulatórias de importação, exportação e trânsito. Como a informação é eletrônica, os elementos de dados individuais devem ser enviados somente uma única vez. Em janeiro de 1989 foi colocado em modo operacional o TradeNet, portal acessível por qualquer computador conectado a uma rede de Internet possibilitando o envio de documentos as autoridades governamentais. No final do mesmo ano de operação do TradeNet, 45% de toda a documentação marítima e aérea de Singapura era gerenciada por esse portal único (WORLD BANK, 2013). Os primeiros obstáculos enfrentados foram convencer os usuários a mudar a declaração para a declaração eletrônica. Esses passos foram dados de maneira cautelar, primeiro foi implementado o processamento eletrônico e aprovações de mercadorias que não eram tributáveis, enviados para o TradeNet, depois foi estendido para as mercadorias tributáveis (WORLD BANK, 2013). Segundo Jonathan (2011), a implantação do portal único trouxe benefícios tanto para o governo como para o profissional do comércio exterior, já que este terá um melhor gerenciamento de riscos, melhoria dos níveis de segurança e aumento da produtividade de receita. Para o despachante, poderá beneficiar da interpretação transparente e previsível além das aplicações das normas e melhor utilização dos recursos humanos, financeiros, cujo resultado aparece em ganhos apreciáveis de produtividade e competitividade (TSEN, 2011).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

ANÁLISES DO SINGLE WINDOW NOS EUA/ ALEMANHA/ JAPÃO

Nesse capítulo serão apresentados três cases bem sucedidos na implantação do Single Window, os fatores que foram levados em conta para a escolha dos países foram, seu grau de desenvolvimento e o PIB.

Com a globalização da economia mundial, as corporações internacionais ativas desenvolveram um novo modelo de negócios a partir da gestão integral de distribuição em execução partindo da aquisição para as atividades de vendas, assim chamado de gestão da cadeia de abastecimento (UNECE, S/D).

Do single window nos EUA

De acordo com a UNECE (2006), os Estados Unidos da América (EUA) em 1996 lançaram o programa conhecido como International Trade Data System (ITDS), que foi o resultado de um relatório de uma força-tarefa especial, conhecido como o Relatório de Equipe do Futuro da Automação Comercial e Ambiental (FACET Reporte). Após terem sido aprovados os termos contidos no ITDS, o próximo passo foi a Alfândega e Proteção de Fronteiras (CBP) redesenhar seu atual Sistema Comercial Automatizado (ACS) e desenvolver o novo Ambiente Comercial Automatiza-



do (ACE), com todas as características de uma janela única de navegação (CBP, 2014). A facilitação do comércio eletrônico pode conduzir os comerciantes a uma economia substancial. Por exemplo, um relato da UNECE (2006), mostrou como o resultado da mudança do papel para as soluções eletrônicas no processamento de embarque aéreo só nos EUA trouxe uma economia anual de um bilhão de dólares. Em uma escala global, essa economia pode alcançar facilmente a faixa de centenas de bilhões de dólares por ano. O fornecimento de informações (eletronicamente ou em papel) gera um custo em dinheiro para o governo, que geralmente são repassados aos consumidores. Agora quando o fornecimento de dados é feito apenas uma vez, de modo eletrônico, ficaram reduzidos os custos e os encargos de elaboração de relatórios (UNECE, 2006). Com o passar do tempo e o crescimento dos vários sistemas que foram adotados pelo governo, houve um acúmulo de solicitações de documentos, requisitos, formulários, etc. O ACE conseguiu diminuir esse volume de documentos e simplificou por meio de uma janela única, operações que antes eram necessárias trata-las individualmente com cada órgão competente, agora podem ser feitas numa mesma tela (CBP, 2014).

Do single window na Alemanha

A Alemanha desde 1982 vem utilizando uma interface conhecida como Eletronic Data Interchange (EDI), uma plataforma de acesso do governo para envio de informações semelhante ao Siscomex no Brasil, após um grupo de operadores de cais se reunirem para discutir os problemas que estavam ocorrendo, eles concordaram que havia uma necessidade urgente de acelerar o fluxo de informações dentro do porto de Hamburgo, utilizando o EDI eles evitariam a dupla digitação de documentos, erros, e ainda poupariam tempo e dinheiro (UNECE, 2006). O Dakosy, Single Window utilizado na Alemanha, é um grupo privado formado por 3 empresas. Está interligado com os sistemas de clientes e autoridades por meio do EDI (DAKOSY, 2014).

Atualmente conta com 1360 usuários, sendo os principais armazéns e departamentos de logística das indústria, além de empresas de manufatura (DAKOSY, 2014).

Dentre as facilidades que a utilização do Dakosy traz para o usuário, há destaque para o fluxo de informação acelerado, maior visibilidade e melhor controle da cadeia de transporte e menos documentos (UNESCAP, 2002).

Os principais desafios encontrados foram convencer as empresas no início da implantação sobre as vantagens em utilizar esse novo portal. A partir de resultados satisfatórios hoje essas empresas não sabem como seria se não existesse o Dakosy (UNECE, 2006). A implementação do portal único na Alemanha trouxe resultados positivos nos últimos anos, como o aumento significativo no volume de bens que foram exportados, apontados pelo relatório anual de estatísticas do International Monetary Fund (IMF, 2015). O Dakosy prevê mais desenvolvimento em serviços de valor agregado ao longo dos anos, tais como a integração de mais Exportadores e Importadores e mais inteligência para a cadeia de informação com os E-Docs (UNECE, 2006).

Do single window no Japão

Em 2001, o Ministro das Finanças do Japão propôs uma reforma na logística Internacional a qual incluía a atual Nippon Automated Cargo Clearance System (NACCS), portal único implantado no Japão em 2003 (WORLD CUSTOMS JOURNAL, 2008). A NACCS é financiado pelo governo e o setor privado. Todos os usuários, importadores, exportadores,



tadores, agentes alfandegários, armazéns, operadoras de navios ou seus agentes, pagam uma taxa para cada tipo de transação utilizada no portal, essa taxa é revertida em manutenção do sistema e tecnologia (UNECE, 2006).

O portal permite aos usuários maior facilidade para obter os procedimentos de importação, este serviço tem grande contribuição na redução da duração do tempo de liberação de carga (UNECE, 2006). Além disso as transportadoras, navios ou seus agentes conseguem reduzir o custo da comunicação reduzindo também o seu custo pessoal (UNECE, 2006).

Após a implantação da NACCS, o comércio exterior no Japão obteve um aumento significativo tanto no volume de bens como no volume de serviços que foram exportados, conforme o International Monetary Fund divulgou em seu relatório anual (IMF, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação de um portal único, leva a inúmeros benefícios potenciais. Esses benefícios podem ser mais bem compreendidos e apreciados quando se percebem os custos e os impedimentos que são envolvidos na abordagem tradicional, baseados em papel para transações comerciais internacionais e contôles.

Estratégias para um comércio eletrônico sem papel devem levar em conta não apenas os custos de tal transação, mas também como os custos devem ser partilhados entre todas as partes envolvidas na cadeia de abastecimento.

Dessa forma, conclui-se que a implantação do portal único no Brasil, deverá fortalecer os laços tanto com o mercado exterior como os mercados em que possui acordos internacionais, a implantação deve garantir mais agilidade no desembaraço das mercadorias oriundas do exterior, uma redução na espera de repostas dos órgãos anuentes, um controle mais eficiente permitira a Receita Federal, a fiscalização de todas as mercadorias que entram e saem do País. Uma economia em relação a quantidade impressa de documentos, quando comparado a abordagem tradicional além de uma interface facilitadora poderá garantir maiores chances de sucesso para as pequenas empresas nacionais que estão começando a exportar seus produtos para o mundo inteiro, trazendo em números, maior volume ao PIB do País. A maior dificuldade encontrada na pesquisa foi procurar material atual para compor a metodologia, uma vez que os países apresentados nos cases implantaram o Single Window há bastante tempo, dificultando uma procura por material atualizado com informações que comprovam sua eficácia no âmbito do comércio exterior. Esse artigo durante toda sua elaboração, pode me agregar mais conhecimento dentro do mundo do comércio exterior, o que vai me ajudar muito profissionalmente na minha área de atuação e na minha vida pessoal também pode me auxiliar a entender melhor uma questão que podemos levar para a vida toda, a sustentabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IMF. International Monetary Fund Disponível em: . Acesso em: 18 jun. 2015.

Implementing a Single Window: to enhance the efficient exchange of information between trade and government, 2006 Disponível em: . Acesso em: 16 jun. 2015.



PORTAL SISCOMEX. O Portal Siscomex. Disponível em: . Acesso em: 22 jun. 2015.

Roy, J. Trade Facilitation – The World Bank Experience. WTO Trade Facilitation Symposium, 9-10 March. Geneva: World Trade Organization, 1998. Disponível em: Acesso em: 17 jun. 2015.

TSEN, J. K. T. Ten Years of Single Window Implementation: Lessons Learned for the future. s.n. 2011. Disponível em: . Acesso em: 16 jun. 2015.

UNECE. United Nations Economic Commission for Europe. Case Studies on Implementing a Single Window. Working Draft. New York and Geneva: s.d. CBP. Customs and Border Protection. ACE - Automated Commercial Environment Technical Information. Disponível em: . Acesso em: 29 jun. 2015.

UNECE. United Nations Economic Commission for Europe. Japan, 2006. Disponível em: . Acesso em: 16 jun. 2015.

UNECE. United Nations Economic Commission for Europe. Recommendation and Guidelines on Establishing a Single Window. New York and Geneva, 2005. Disponível em: Acesso em: 14 jun. 2015.

UNECE. United Nations Economic Commission for Europe. United States of America, 2006. Disponível em: Acesso em: 16 jun. 2015.

UNESCAP. United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific. Trade Facilitation Handbook for the Greater Mekong Sub-region. New York, 2002. Disponível em: . Acesso em: 22 jun. 2015.

WELLNER, D. Abordagem Single Window para o Portal Único de Comércio Exterior. SEBRAE, 2014. Disponível em: . Acesso em: 17 jun. 2015.

World Bank. Doing Business 2014: Understanding Regulations for Small and Medium-Size Enterprises. Ed. 11, 2013. Disponível em: Acesso em: 23 jun. 2015.

World Customs Journal. University of Canberra, Australia, v. 2, n. 1, abr. 2008. Disponível em: . Acesso em: 02 ago. 2015.



A TERCEIRIZAÇÃO NO BRASIL: A APROVAÇÃO PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO PROJETO DE LEI Nº 4.330/2004

Autor(es)

LAIS GIOVANETTI

JULIANA GIOVANETTI PEREIRA DA SILVA

Orientador(es)

MIRTA GLADYS LERENA DE MISAILIDIS

INTRODUÇÃO

A ideia da terceirização surgiu após o fim da Segunda Guerra Mundial, junto com os novos modelos de produção e organização industrial, principalmente o toyotismo. Foi a partir dos anos 80 que começou a ganhar expressão no capitalismo mundial.

Já no Brasil, os programas de terceirização, de qualidade total, entre outras práticas de gestão empresarial do modelo toyotista, foram incorporados, durante a década de 90, em praticamente todos os setores da economia privada, expandindo-se sistematicamente também no setor público.

Infelizmente, esse tipo de contratação de trabalhadores através de empresa terceira, vem se tornando prática crescente nas relações de trabalho, por ser uma das novas tendências do capitalismo que se sedimenta à revelia de direitos fundamentais sociais.

O argumento para a utilização por parte das empresas do fenômeno da terceirização é a redução de custos. Todavia, é extremamente difícil defender o suposto ganho de produtividade e eficiência da terceirização, sem vinculá-la a uma maior exploração do trabalho humano, e à precarização das condições de trabalho. A suposta redução dos custos é obtida não por uma inovadora técnica de gestão, mas pela atávica negligência quanto aos custos sociais e trabalhistas, as externalidades do sistema de produção. No entanto, a redução de custos não pode prosperar sobre o vilipêndio da dignidade humana.

Destarte, tais contratações não encontram, hoje ainda, limites legais bem definidos e, por vezes, têm sido causadora de prejuízos sociais a direitos e garantias fundamentais dos trabalhadores envolvidos.

Na Legislação Pátria houve com o passar dos anos alterações jurídicas promovidas tanto pelo Poder Legislativo quanto pelo Poder Judiciário no tocante a terceirização que a princípio proibiram-na (por ser contrária ao ordenamento jurídico pátrio) e a seguir foram cedendo espaço para a sua utilização até que alcançasse o estado atual de ampla disseminação, alterando o posicionamento então vigente.

Todavia, apesar das alterações jurídicas promovidas, nenhuma com forte relevo à consolidação e regulamentação da prática, a terceirização está à míngua de uma regulamentação mínima efetiva, o que prejudica os trabalhadores terceirizados não especializados tanto no aspecto salarial, quanto de benefícios negociados por seu sindicato de classe.

Neste sentido, importante mencionar que com relação à regulamentação jurídica do tema apesar da existência da Súmula 331 do C. TST que determina alguns limites na contratação por terceirização há no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 4.330/2004 que trata da terceiri-



13º Congresso de Pós-Graduação

zação no país, o qual teve a aprovação do texto principal pela Câmara dos Deputados no dia 08/04/2015 (quarta-feira). O projeto busca a regulamentação da terceirização no país e permite que as empresas terceirizem qualquer ramo de sua atividade.

Do ponto de vista metodológico, adotou-se o método indutivo, além da revisão da literatura nacional e legislação nacional, para obtenção das considerações finais.

OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo analisar o Projeto de Lei nº 4.330/2004, que busca regulamentar a terceirização, seus limites, efeitos jurídicos, impactos e o possível retrocesso a tutela dos direitos sociais fundamentais dos trabalhadores no país caso seja também aprovado pelo Senado Federal.

DESENVOLVIMENTO

O tema de estudo ora proposto refere-se ao Projeto de Lei nº 4.330/2004, que a Câmara dos Deputados aprovou no dia 08/04/2015 (quarta-feira), com texto principal a regulamentação da terceirização no país. O projeto permite que as empresas terceirizem qualquer área de sua atividade.

Será abordado no trabalho o contexto histórico de surgimento da terceirização, bem como seu conceito e aplicação atualmente pelas empresas.

Apontar-se-á as mudanças e os impactos provocados pela aprovação do projeto pela Câmara em relação à forma de terceirização utilizada pelas empresas hoje em dia, como será garantido aos terceirizados os direitos trabalhistas e se realmente a terceirização precariza as condições de trabalho no país.

Tratar-se-á da responsabilidade e obrigações trabalhistas das empresas contratantes (prestadoras e tomadoras) frente à licitude ou ilicitude da terceirização e no tocante a possibilidade de terceirização pela Administração Pública, frente à aprovação pela Câmara dos Deputados do Projeto de Lei nº 4.330/2004.

Analisar-se-á os posicionamentos de quem apoia o projeto e os motivos, assim como daqueles que são contra a terceirização da forma como prevê o projeto de lei.

E por fim, serão ventilados os riscos, preocupações, vantagens e desvantagens da aprovação do projeto de lei que ainda aguarda aprovação pelo Senado e sanção pela Presidente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Serão discutidos os principais pontos modificados com o Projeto de Lei nº 4.330/2004, no tema terceirização de serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo ora proposto demonstra que a terceirização de serviços muitas vezes conforme ela é executada implica em diversas consequências que incidem muito além do aspecto econômico e trabalhista, vez que atinge o íntimo daqueles trabalhadores que são submetidos a tais condições laborais.



No Brasil, hoje a terceirização é regulamentada pela Súmula 331 do C. TST, mas o texto principal do Projeto de Lei nº 4.330/2004 aprovado pela Câmara dos Deputados visa regulamentar o tema e delimitar as hipóteses de contratação, as obrigações das partes envolvidas entre outros questionamentos, que serão abordados neste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CATHARINO, José Martins. Neoliberalismo e sequela: privatização, desregulação, flexibilização, terceirização. São Paulo: Ltr, 1997.

CHOHFI, M.C. Capítulo: A terceirização de mão de obra no Brasil". Subtítulo: Prejuízos sociais decorrentes da contratação da forma como hoje é realizada. In: CHOHFI, M.C, A representação sindical na terceirização de serviços não especializados, sob a óptica dos direitos fundamentais, Mestrado Direito, Universidade Metodista de Piracicaba, Ano 2013.

CHOHFI, M.C. Capítulo: Tutela dos direitos fundamentais. Subtítulo: Direitos fundamentais sociais. In: CHOHFI, M.C, A representação sindical na terceirização de serviços não especializados, sob a óptica dos direitos fundamentais, Mestrado Direito, Universidade Metodista de Piracicaba, Ano 2013.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em 10 de fev. de 2015.

CUT - CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Terceirização e Desenvolvimento: uma conta que não fecha. Dossiê sobre o impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos São Paulo: DIEESE/CUT, 2011. Disponível em: http://www.sinttel.org.br/downloads/dossie_terceirizacao_cut.pdf. Acesso em: 20 jan. 2015.

DE BRITTO PEREIRA, R.J.M. Terceirização e ativismo judicial. Em que direção? Trabalho, Constituição e Pesquisa. Grupo de Pesquisa, 14 ago.2014.

Disponível em: <http://trabalho-constituicao-cidadania.blogspot.com.br/2014/11/terceirizacao-e-acao-civil-publica.html>. Acesso em: 15 dez.2014.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 5 ed. São Paulo: LTr, 2006.

DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 7^a. ed. São Paulo: LTr, 2008. Citando: Uma análise sociopolítica da terceirização no mercado de trabalho brasileiro encontra-se em MARTINS, Heloísa de Souza e RAMALHO, José Ricardo. Terceirização – Diversidade e Negociação no Mundo do Trabalho. São Paulo: HUCITEC/CEDI/NETS, 1994.

LEITE, Gisele. Considerações sobre a terceirização no direito brasileiro. JusBrasil. Ano 2014. Disponível em: <http://giseleleite2.jusbrasil.com.br/artigos/121943876/consideracoes-sobre-a-terceirizacao-no-direito-brasileiro>. Acesso em 21 jan.2015.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. Curso de direito do trabalho: Teoria geral do direito do trabalho, volume I. São Paulo: LTr, 2011.p. 145.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Disponível em: http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_301_350.html#SUM-331. Acesso em: 20 jan. 2015.



MODELO DETERMINÍSTICO DISCRETO DE APOIO AOS PROCESSOS DE LOGÍSTICA INDUSTRIAL INTERNA EM SISTEMAS CYBER-FÍSICOS

Autor(es)

GLEISON MELHADO MATANA

Orientador(es)

ALEXANDRE TADEU SIMON

INTRODUÇÃO

A competição global atual direciona os esforços das empresas para um alto grau de diversificação e personalização dos produtos, onde o ciclo de vida é cada vez mais reduzido, com lotes de fabricação menores e atendimento das necessidades imediatas dos clientes ao menor custo. Para se obter altos níveis de qualidade e eficiência nas operações fabris, e consequentemente um baixo custo operacional, utiliza-se os conceitos de processos enxutos, onde a identificação e eliminação de desperdícios ao longo da cadeia de valor é a base dessa filosofia (WOMACK; JONES, 1996). Os processos fabris capazes de manufaturar produtos em diferentes quantidades, personalizados e com tempos adequados às necessidades dos clientes são conhecidos como operações flexíveis, onde admite-se um custo relativamente maior para garantir essa capacidade da operação em se adaptar às necessidades dos clientes (SHANG; SUEYOSHI, 1995). Dessa forma, para se destacar nesse mercado competitivo mundial deve-se adotar essas duas filosofias, enxuta e flexível, mesmo que essas divirjam em alguns conceitos, adaptando e balanceando suas técnicas para obter o melhor desempenho das operações da empresa. Portanto, encontrar o grau ótimo de operação de um processo enxuto e flexível é garantia de desempenho competitivo de classe mundial.

As empresas manufatureiras são compreendidas por um grupo de funções coordenadas para a transformação da matéria-prima em produto. Cada função contribui para o produto final adicionando valor e custo. Como as funções de manufatura são independentes é necessário compreender e gerenciar a integração dos vários sistemas do processo, com foco óbvio nos que mais adicionam valor aos clientes e nos que mais agregam custo ao produto. A logística interna da empresa é uma função significativa da manufatura no produto, podendo compreender 25% da quantidade de empregados da empresa, 55% do espaço da fábrica, 60% do tempo de produção e representar entre 20% a 50% do custo total de manufatura (TOMPKINS et al., 1996 apud LASHKARI; BOPARAI; PAULO, 2004). Com isso, vê-se que uma operação de logística interna eficiente é de grande relevância para a satisfação do cliente e obtenção dos resultados estratégicos da empresa.

Portanto, dada a importância devida ao processo logístico interno de uma empresa busca-se o “desempenho excelente”, sendo esse o grau ótimo de operação sob a filosofia das operações enxutas e flexíveis atingindo níveis de classe mundial.

Operação Enxuta – Logística Enxuta de Classe Mundial

O modelo gerencial que auxilia a empresa a atingir resultados operacionais com menos recursos, tempo e custo, contemplando todos agentes da cadeia e alinhando o



fluxo de operação sem, ou quase sem, nenhuma interrupção da sequência de atividades que geram valor é denominado processo enxuto (WOMACK; JONES, 1996).

Logística enxuta está apresentada como o aumento da velocidade e do fluxo do material através das atividades logísticas, reduzindo o inventário ao máximo possível, sem prejudicar as operações, atendendo às necessidades imediatas do cliente, além de melhorar continuamente a produtividade, qualidade e prazos reduzindo os custos através do planejamento prévio das operações (GOLDSBY; MARTICHENKO, 2005). Para se conseguir um planejamento eficiente das operações logísticas torna-se necessário a gestão das informações de forma precisa e seus decisores alicerçados em indicadores de desempenho (CHOW; HEAVER; HENRIKSSON, 1994). Os indicadores de desempenho definem como as unidades de negócio criam valor para seus clientes com o melhor desempenho, de forma eficaz e eficiente, por meio do controle de suas variáveis (BOWERSOX; CLOSS; COOPER, 2007).

Tabela 1 – abrangência do processo de medição de desempenho logístico pelos principais autores

Autores	Abrangência dos indicadores de desempenho logístico
Chow, Heaver e Henriksson (1994)	Medição de desempenho das atividades logísticas é multidimensional e deve contemplar o papel da empresa na cadeia de suprimentos
Lambert, Stock e Vantine (1998)	Medição de desempenho é fundamentada no controle financeiro das empresas
Beamon (1999)	Medição de desempenho deve estar baseada nas dimensões tempo, qualidade e flexibilidade e em três tipos de medidas: recursos (níveis de eficiência), saídas (níveis de serviço ao cliente) e flexibilidade (habilidade de responder a mudanças)
Griffis et al. (2007)	Sistemas de medição de desempenho das atividades logísticas devem ser estruturados em medidas operacionais e medidas estratégicas
Christopher (2007)	Avaliação de desempenho das atividades logísticas deve ocorrer com base em <i>benchmarking</i> e custo
Bowersox, Closs e Cooper (2007)	Classificam as medidas de desempenho em internas e externas, contemplando as dimensões custo, serviço ao cliente, qualidade, produtividade e gerenciamento de ativos

Observa-se (Tabela 1) que não há um consenso entre os autores quanto aos indicadores de desempenho logísticos, porém há recomendações comuns entre os estudos, indicando a necessidade da medição de desempenho com dimensões de flexibilidade do serviço, gestão dos ativos e do custo (financeiro). Os Indicadores de Desempenho de Classe Mundial garantem, através dos seus valores objetivos, o alvo do resultado para as empresas operarem, de forma excelente, maximizando as suas metas estratégicas (SCHONBERGER, 1986). Portanto, os valores objetivos dos indicadores logísticos de classe mundial são os melhores resultados, possíveis de se alcançar, para que o sistema seja excelente e os propósitos corporativos alcançados (CLM, 1995).



A automação logística é a aplicação de programas computacionais e/ou maquinário automático aos processos, desenvolvendo-se componentes ajustáveis e programas adaptáveis para as respectivas variáveis, obtendo-se eficiência e flexibilidade das operações logísticas (SCHOLZ-REITER et al., 2011).

Os sistemas cyber-físicos são caracterizados pela integração da computação e dos componentes físicos com as capacidades de comunicação em rede (LEE, 2008). A conexão das capacidades físicas e dos programas com os outros sistemas através da comunicação do cyber-espço garantem a essa tecnologia uma atuação eficaz e eficiente de forma flexível autônoma (BROY, 2010). Os sistemas logísticos cyber-físicos (CPLS – cyber-physical logistic systems), são caracterizados por máquinas inteligentes, sistemas de estoque e de produção autônomos que são capazes de se comunicarem para decidirem sobre as ações a serem executadas e controladas (LAI et al., 2014). Nesse contexto, os produtos inteligentes atuam sobre os equipamentos cyber-físicos para adaptar seus respectivos processos de forma automática às necessidades da operação garantindo uma produção de pequenos lotes a baixos custos (ACATECH, 2011; ANDERL; PICARD; ALBRECHT, 2013). Assim, os sistemas cyber-físicos, pela sua característica de adaptação dos componentes físicos, análises e simulações computacionais e a ampla capacidade de comunicação (IoT – Internet of Things, RFID – radio-frequency identification, BarCode – código de barras, etc), não somente melhoram o fluxo de materiais, mas também a eficiência energética dos dispositivos e equipamentos logísticos, pela sincronização da informação através da cadeia de suprimentos, tornando os processos flexíveis e eficientes (KRAMP; KRANENBURG; LANGE, 2013).

OBJETIVOS

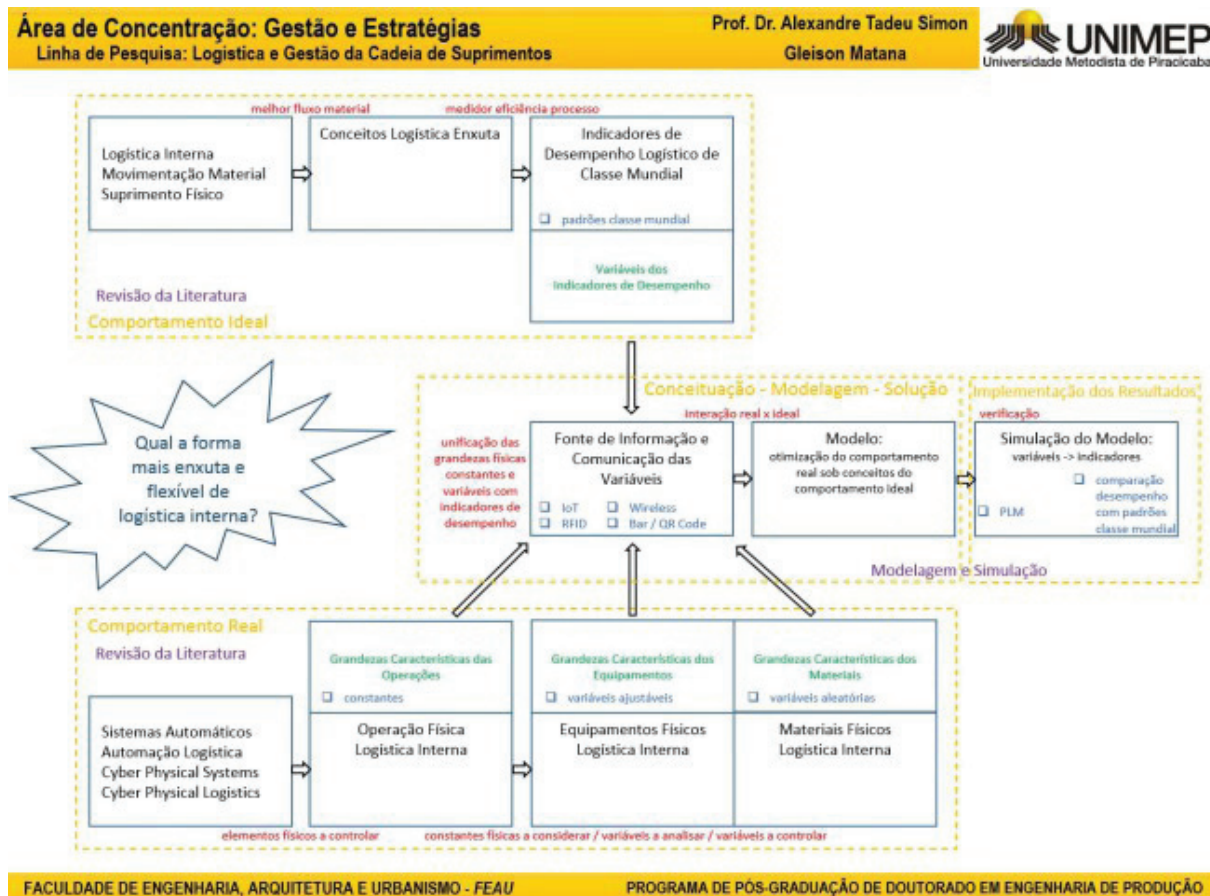
Satisfazer o cliente e atingir os resultados estratégicos da empresa é garantia de sucesso no mercado competitivo global. Para isso, encontrar formas de controlar as atividades logísticas da empresa para obter desempenho de classe mundial é fundamental para a sobrevivência e crescimento. Então, busca-se nos processos logísticos internos reais a aplicação do desempenho de um processo ideal, compreendido como o menor custo operacional (processo enxuto) que atenda o cliente em sua totalidade (processo flexível). O objetivo deste trabalho é apresentar um modelo determinístico discreto no tempo para apoiar o elemento computacional de controle do sistema logístico cyber-físico que resulte na maneira mais enxuta e flexível da operação de logística interna de uma indústria. Para isso, deve-se determinar quais são os indicadores de desempenho, e suas respectivas variáveis, que reflitam uma operação logística enxuta e flexível e seus níveis de comportamento ideal de classe mundial. Também, é necessário estabelecer quais são as variáveis do comportamento real dos sistemas cyber-físicos aplicados nas operações de logística interna de uma empresa e suas variáveis aleatórias, de medição e de controle. Para análise do modelo, pretende-se simular através de software específico (Plant Simulation) o desempenho desse modelo em diferentes arranjos físicos industriais (com seus respectivos sistemas de operação e equipamentos), diversos cenários produtivos (volumes de produção) e variados produtos (materiais). Os resultados desse desempenho serão comparados com os valores objetivos dos indicadores de classe mundial para obtenção da eficiência do modelo proposto.



DESENVOLVIMENTO

As metodologias de revisão sistemática da literatura, para determinação da linha de conhecimento dos sistemas logísticos internos e dos sistemas cyber-físicos, e de modelamento e simulação, para criação do modelo e análise dos resultados de desempenho serão utilizadas (Figura 1). A classificação desta pesquisa é de natureza aplicada, de objetivos exploratórios normativos e de abordagem quantitativa. A Revisão da Literatura é uma importante atividade para identificar, conhecer e acompanhar o desenvolvimento das pesquisas permitindo uma mais ampla abrangência de fenômenos do que aqueles que poderiam ser pesquisados diretamente (MIGUEL, 2007). Então, pretende-se executar uma revisão sistemática da literatura, para a identificação dos conceitos de logística interna enxuta e dos indicadores logísticos de classe mundial que são a base de informações para definição do comportamento ideal do sistema, e para a identificação dos conceitos de funcionamento e aplicação dos sistemas cyber-físicos e das grandezas variáveis dos processos de logística interna (operações, equipamentos e materiais), que definem a base de informações do comportamento real do sistema.

Figura 1 – fluxograma do trabalho proposto





A Modelagem é o emprego de técnicas para descrever o comportamento de um sistema ou parte desse. Por sua vez, a Simulação é o uso de ferramentas computacionais para analisar o funcionamento dos sistemas produtivos a partir dos modelos (MIGUEL, 2007). Pretende-se utilizar o método de modelagem e simulação de Mitroff et al. (1974 apud BERTRAND; FRANSSOO, 2002) para o desenvolvimento do modelo (Figura 2).

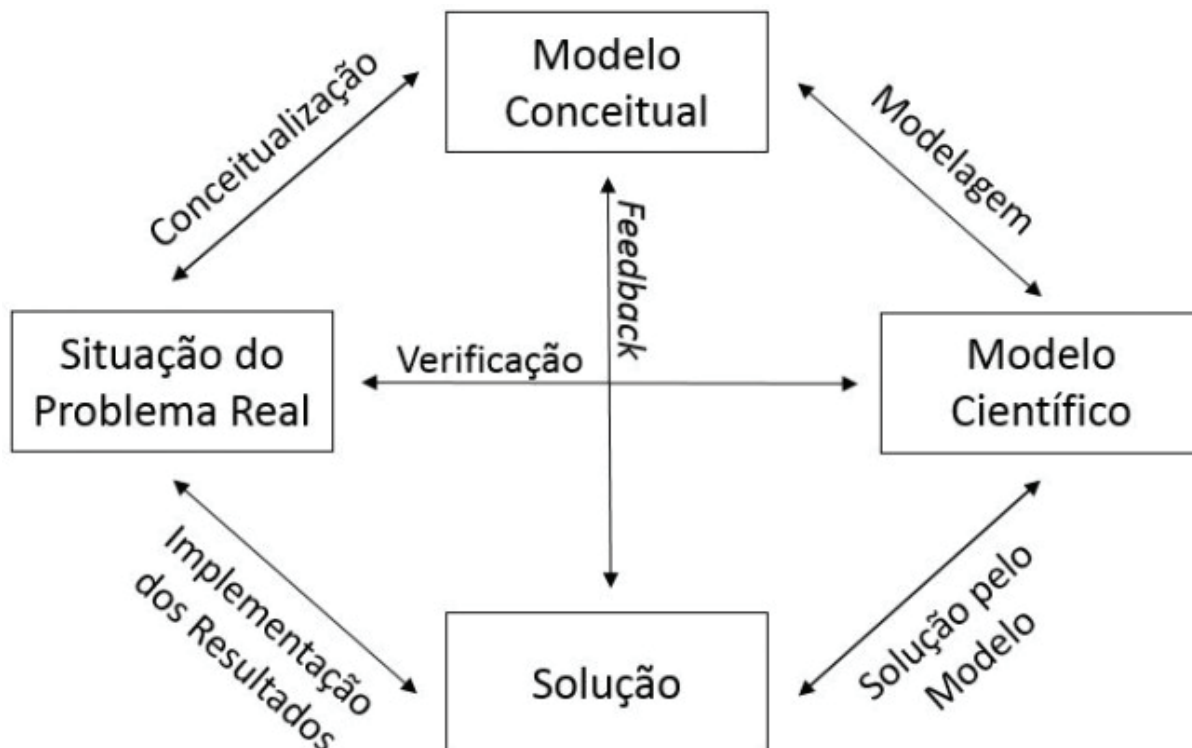


Figura 2 – modelo de pesquisa de modelagem e simulação de Mitroff et al (1974)

Uma das fases da metodologia de modelagem e simulação é a Conceitualização, onde pretende-se definir as variáveis do sistema, os conceitos fundamentais de funcionamento, os objetivos e resultados necessários e as decisões inerentes do sistema. Na fase de Modelagem define-se o modelo, o software simulador, os elementos e a amplitude das variáveis e processos e os recursos empregados. Para a fase de Solução pelo Modelo executa-se a simulação do modelo ajustando a fórmula do comportamento dos processos, se necessário, a partir do Feedback dos dados analisando os erros de sintaxe e semântica. Na fase de Implementação dos Resultados pretende-se comparar o comportamento real com o ideal, aplicando variações nos parâmetros de entrada dos processos e verificando o desempenho das saídas, apresentando os resultados encontrados (MITROFF et al., 1974 apud BERTRAND; FRANSSOO, 2002; ROBINSON, 2004).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o trabalho pretende-se desenvolver um modelo de operação das atividades logísticas internas industriais aplicados aos sistemas cyber-físicos logísticos em que o de-



sempenho e eficiência do processo autônomo alcance níveis mínimos de classe mundial. A operacionalização dos sistemas logísticos cyber-físicos se dá em uma ampla gama de processos em diferentes arranjos físicos industriais e seus respectivos sistemas de operação e equipamentos, sendo impossível contemplar todas essas possibilidades durante sua simulação ou implementação em um sistema real. Pretende-se contribuir cientificamente, elevando o conhecimento sobre sistemas cyber-físicos aplicados aos processos logísticos, e sócio-economicamente, melhorando o desempenho e eficiência dos processos logísticos fabris.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho irá estudar os processos internos de logística de uma indústria de manufatura, englobando os processos desde o recebimento da matéria-prima até a expedição do produto acabado. A proposta do trabalho é a elaboração do modelo de controle dos sistemas logísticos cyber-físicos, restringindo-se ao componente computacional e não contemplando as tecnologias dos elementos de controle físico e de comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACATECH. Cyber-Physical System: Innovationsmotor für Mobilität, Gesundheit, Energie und Produktion. Acatech Position: Springer, Heidelberg, 2011, p.48.
- ANDERL, R.; PICARD, A.; ALBRECHT, K. Smart Engineering for Smart Products. Smart Product Engineering: Springer, Heidelberg, 2013, p.1-10.
- BEAMON, B. Measuring supply chain performance. Int. J. Operations and Production Management, v.19, 1999, p.275-292.
- BERTRAND, J.; FRANSOO, J. Modeling and Simulation: operations management research methodology using quantitative modeling. Int. J. Operations and Production Management, v.22, 2002, p.241-264.
- BOWERSOX, D.; CLOSS, D.; COOPER, M. Gestão Logística de Cadeias de Suprimentos. Porto Alegre, 2007, p.528.
- BROY, M. Cyber-Physical Systems. Innovation durch Software-Intensive Eingebettete Systeme. Acatech Diskutiert: Springer, Heidelberg, 2010, p.17-31.
- CHOW, G.; HEAVER, T.; HENRIKSSON, L. Logistics Performance: Definition and Measurement. Int. J. Physical Distribution & Logistics Management, v.24, 1994, p. 17-28.
- CHRISTOPHER, M. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: criando redes que agregam valor. São Paulo: Thompson Learning, 2007, p.308.
- CLM – Council of Logistics Management. World Class Logistics: the challenge of managing continuous change. Pennsylvania: CLM, 1995, p.423.
- GRIFFIS, S.; GOLDSBY, J.; COOPER, M.; CLOSS, J. Aligning logistics performance measures to the information needs of the firm. Journal of Business Logistics, v.28, 2007, p.35-56.
- GOLDSBY, T.; MARTICHENKO, R. Lean SixSigma Logistics. Florida: J.Ross Publishing, 2005, p.304.



KRAMP, T.; KRANENBURG, R.; LANGE, S. Introduction to the Internet of Things. In: Enable things to talk, Heidelberg: Springer, 2013, capítulo 1, p.1-12.

LAI, M.; YANG, H.; YANG, S.; ZHAO, J.; XU, Y. Cyber-Physical Logistics Systems-based vehicle routing optimization. *Journal of Industrial and Management Optimization*, v.10, 2014, p.701-715.

LAMBERT, D.; STOCK, J.; VANTINE, J. Administração estratégica da logística. São Paulo: Vantine Consultoria, 1998, p.912.

LASHKARI, R.; BOPARAI, R.; PAULO, J. Towards and integrated model of operation allocation and material handling selection in cellular manufacturing systems. *Int. J. Production Economics*, v.87, 2004, p.115-139.

LEE, E. Cyber Physical Systems: design challenges. In: 11th IEEE Symposium on Object Oriented Real-time distributed computing, Orlando, 2008, p.363-369.

MIGUEL, P. Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007, p.280.

ROBINSON, E. Simulation: the practice of model development and use. Inglaterra: John Wiley and Sons, 2004, p.339.

SCHOLZ-REITER, B.; ECHELMAYER, W.; HALFAR, H.; SCHWEIZER, A. Automation Logistic Processes by means of locating and analyzing RFID. *Dynamics Logistics*, 2011, p.323-327.

SCHONBERGER, R. World Class Manufacturing: the lessons of simplicity applied. Michigan: Free Press, 1986, p.252.

SHANG, J.; SUEYOSHI, T. A unified framework for the selection of a Flexible Manufacturing System. *European J. Operational Research*, v.85, 1995, p.297-315.

WOMACK, J.; JONES, D. Lean thinking: banish waste and create wealth in your corporation. NY: Simon & Schuster, 1996, p.396.



O CONGRESSO DE VIENA DE 1815 E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A ABOLIÇÃO DO TRÁFICO NEGREIRO: ELEMENTOS DE DIREITOS HUMANOS

Autor(es)

JORGE LUÍS MIALHE

KARINA CAETANO MALHEIRO

Orientador(es)

JORGE LUÍS MIALHE

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende discutir a contribuição do Congresso de Viena, no ano do seu bicentenário, para a formulação de princípios de jus cogens no âmbito dos Direitos Humanos, sobretudo a partir da análise do Anexo No. 15 da Ata Final do Congresso de Viena de 9 de junho de 1815.

OBJETIVOS

Deseja-se investigar qual teria sido o significado do referido Anexo para o desenvolvimento dos direitos humanos nas relações internacionais na primeira metade do século XIX e, sobretudo, a sua relevância para a evolução da legislação antitráfico de escravos africanos. O método utilizado foi o dedutivo, com técnica histórica.

DESENVOLVIMENTO

O Congresso de Viena foi realizado, segundo Lessa (2005), com o objetivo de resolver as questões emergenciais após as guerras napoleônicas, como também para decidir sobre o novo arranjo de poder que passaria a nortear as relações internacionais a partir de então. A ideia fundamental era a da legitimação das políticas de intervenção de modo concertado pelas grandes potências, pelo qual não se admitiria doravante os exercícios de hegemonia individual e consagrava, pela primeira vez, o entendimento entre as potências, como em um condomínio de poder, para a manutenção da paz e do equilíbrio entre as potências na Europa, para a estabilidade e para a gestão compartilhada e negociada das relações internacionais, não apenas no continente europeu, mas, também, em nível global. (LESSA, 2005, p.53-55) Nesse sentido, no Anexo No. 15 da Ata Final do Congresso de Viena de 9 de junho de 1815 prevê a abolição do tráfico negreiro nos seguintes termos: “Os plenipotenciários das potências que assinaram o Tratado de Paris de 1814, reunidos em conferência, levando em consideração que o comércio conhecido sob o nome de tráfico de negros da África foi visto pelos homens esclarecidos de todos os tempos como repugnante aos princípios de humanidade e de moral universal” (...) “Que, por um artigo em separado do último Tratado de Paris, a Grã-Bretanha e a França se engajaram em reunir seus esforços no Congresso de Viena para fazer pronunciar, por todas as potências da cristandade, a abolição universal e definitiva do tráfico de negros.” (VIENNE, 1815) Tal iniciativa pode ser em boa medida atribuída ao movimento da *Society for Effecting the Abolition of the Slave Trade*, liderada por William Wilberforce (1759-1833). Conforme Drescher



(2010), antes do Congresso de Viena houve “uma cruzada internacional sistemática” condenando o tráfico negreiro. Na Inglaterra, a campanha foi impressionante: um total de 1.370 petições, com 750.000 assinaturas, chegou ao parlamento de acordo com as estimativas dos abolicionistas. Porém em estudo publicado em 1994, elevou aquele número para 1.375.000 assinaturas, número considerável “para uma nação com não mais de 4 milhões de homens acima de 16 anos, entre um quinto e um terço dos que estavam habilitados para assinar registraram os seus nomes no apelo”. A onda peticionária “lançou a Grã-Bretanha em uma campanha internacional, moral e política de longo prazo contra o tráfico transatlântico de escravos. Foi um evento pioneiro da ligação que se forjava entre os termos do discurso público e a mobilização da opinião pública.” (DRESCHER, 2010, p.324-325)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Anexo No. 15 da Ata Final do Congresso de Viena, reflete os anseios do movimento abolicionista que havia gerado a *Society for Effecting the Abolition of the Slave Trade* (ONG pioneira na defesa dos direitos humanos, e mudado substancialmente o entendimento das potências centrais sobre o futuro da escravidão enquanto instituição. Nesse sentido, a grande mobilização popular foi “suficiente para levar o governo britânico a transformar o abolicionismo em uma prioridade da política externa.” (DRESCHER, 2010, p.325) Nota-se, todavia, que não foi prevista a abolição da escravidão no Anexo No. 15 da Ata Final do Congresso de Viena. Seu único comentário nesse sentido foi a declaração de condenação do tráfico negreiro como um direito natural. Portanto, à luz do Direito Internacional clássico, a mera declaração não é *jus cogens*, vale dizer, não é uma norma imperativa de Direito Internacional geral que não permite nenhuma derrogação. De acordo com Rodas (1974): “O fato de o *jus cogens* ser constituído exclusivamente por normas de direito internacional geral realça seu caráter universal. O *jus cogens* exprime valores éticos, que só se podem impor com força imperativa se forem absolutos e universais. Uma norma de *jus cogens* pode ser modificada por outra de mesma natureza, pois ele evolui em função das transformações da situação sócio-histórica da sociedade internacional e das modificações das concepções políticas, éticas, filosóficas e ideológicas. (RODAS, 1974, p.128) Catani (1976), citando Bethell, informa que, com a independência brasileira, D. Pedro I assinou com a Inglaterra um tratado antitráfico a 23 de novembro de 1826, estabelecendo que a partir de março de 1830 seria ilegal para os súditos do imperador brasileiro dedicar-se ao comércio de negros africanos, sendo tal atividade passível de ser julgada como pirataria. Como este tratado praticamente havia sido impingido ao Brasil (assinado sem consulta alguma à Câmara) o descontentamento foi geral, por duas razões bastante óbvias: em primeiro lugar, a Câmara já havia rejeitado várias propostas para extinguir o tráfico negreiro dentro de um prazo mais razoável (por exemplo: Vergueiro propusera a abolição após seis anos); segundo, a Câmara discordava do fato de ser o tráfico de escravos tratado como pirataria, negando, conseqüentemente, aos cidadãos brasileiros, descobertos traficando, o acesso aos seus próprios tribunais, além de sujeitá-los à jurisdição de tribunais britânicos. Era, nas palavras de Clemente Pereira, “o ataque mais direto que se poderia fazer à Constituição, à dignidade nacional, à honra e aos direitos individuais dos cidadãos brasileiros”. (CATANI, 1976, p.73). Entretanto, se os protestos não resultaram em nada de concreto, praticamente o mesmo poderia se afirmar com relação ao cumprimento do tratado por parte do Brasil. Basta dizer que só no ano



de 1837 entraram ilegalmente mais de 46 mil escravos, apenas nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. (CATANI, 1976, p.73). Em 1838, Lord Palmerston, ministro do exterior, ampliou os poderes britânicos e autorizou sua marinha a apresiar todos os navios de bandeira portuguesa encontrados transportando escravos ou equipamentos para o tráfico de escravos. Em breve, porém, tais medidas também acabam por ser válidas, na prática, para os navios com bandeira brasileira. Assim é que em 1839 foram apreendidos e levados perante à comissão anglo-brasileira de Serra Leoa nove barcos, sendo toda a tripulação condenada. No período compreendido entre meados de 1839 até meados de 1841 foram apresados em Freetown mais 27 navios brasileiros. Em 1845, em apenas quatro meses, outros 15 barcos tiveram a mesma sorte. Era evidente, portanto, a eficiência britânica no combate a repressão ao tráfico de escravos. (CATANI, 1976, p.73). Em 08 de agosto de 1845, foi promulgado o Slave Trade Suppression Act ou Aberdeen Act, mais conhecido no Brasil como Bill Aberdeen. Tratava-se de uma lei que autorizava os ingleses a aprisionar qualquer navio suspeito de transportar escravos no oceano Atlântico. Proposta pelo Parlamento do Reino Unido, a lei, de autoria do ministro George Hamilton-Gordon (Lord Aberdeen), visava o combate ao tráfico de escravos no Atlântico Sul, atribuindo às embarcações da *Royal Navy* o direito de apreender quaisquer navios negreiros que porventura se dirigissem ao Império do Brasil, buscando com isto efetivar na prática o cumprimento, mais uma vez, de tratados internacionais assinados que colocavam o tráfico de escravos como pirataria e, nessa condição, sujeito à repressão. (ALMEIDA, 2001, p. 322) Durante a década de 1840, a marinha britânica aprisionou centenas de embarcações, cada qual carregando centenas de escravos. Estes, eram conduzidos de volta a África, a cidades portuárias como Freetown, em Serra Leoa ou Monróvia na Libéria, onde era tentado um repatriamento, ou adaptação dessas pessoas àquelas localidades. (AJAYI, 2010, p.94) Pressionado pelo governo britânico, o Brasil concordou que o tráfico negreiro fosse transformado em pirataria, conforme previsto no Bill Aberdeen de 1845, permitindo assim que o Reino Unido se valesse do artigo 1.º do tratado assinado em 1826. Por meio dele, aquele país adquirira o direito de ordenar a captura de todos os súditos brasileiros encontrados em alto mar traficando com escravos, de penalizá-los como se fossem piratas e de dispor de seus barcos e das mercadorias encontradas a bordo. Seus tripulantes seriam presos e julgados por um tribunal inglês. Começa-se, então, por parte do governo britânico, a emissão de novos mandatos para a busca e captura de navios brasileiros engajados no tráfico negreiro - e, ainda mais, em qualquer fase de sua viagem, já que aos olhos dos britânicos, todo e qualquer equipamento encontrado a bordo constituía prova conclusiva de intenções de tráfico negreiro e os navios apresados seriam colocados a serviço do Reino Unido ou demolidos e vendidos publicamente em lotes separados. Assim, os navios de guerra britânicos encarregados da patrulha antitráfico nunca haviam gozado de poderes tão grandes, podendo capturar não apenas navios negreiros brasileiros como os “sem nacionalidade” em qualquer ponto do alto-mar e em qualquer fase de sua viagem. No período entre 1845 e 1850 os navios da esquadra britânica da África Ocidental e eventualmente os da base do Cabo capturaram quase 400 navios brasileiros. Entretanto, o tráfico de escravos continuou firme, devido principalmente ao grande desenvolvimento da cultura do café. Entre 1846 e 1849 entraram ilegalmente no Brasil aproximadamente 60 mil escravos por ano. (CATANI, 1976, p.73). Em 04 de setembro de 1850 o projeto de lei antitráfico de Eusébio de Queiroz foi aprovado, não sem antes ter sofrido muita oposição na Câmara e no Senado. A lei estabelecia que todo



navio brasileiro, onde quer que fosse encontrado (e os navios estrangeiros descobertos em portos, baías, ancoradouros e águas territoriais do Brasil) e que estivesse transportando escravos ou ainda que estivesse aparelhado para o tráfico negreiro, era passível de captura pelas autoridades e navios brasileiros; que a importação de escravos para o Brasil era declarada ilegal e os “principais” envolvidos no crime (o proprietário, o capitão, o mestre, bem como os “cúmplices”, tripulação e quem ajudasse no desembarque) eram passíveis de punição pela lei de 1831 e pelo Código Criminal; que todos os navios capturados seriam vendidos e o produto dividido entre os captores. Além do mais, as autoridades brasileiras realmente estavam fiscalizando o cumprimento da legislação de forma mais rigorosa. Assim, o tráfico de escravos para o Brasil começou a agonizar. Algumas tentativas de desembarque de escravos transportados ilegalmente foram realizadas, mas a maioria foram descobertas pelas autoridades. (CATANI, 1976, p.73). Finalmente, em abril de 1869 o governo britânico revogou o Bill Aberdeen.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escravidão não foi extinta a partir da adoção dos princípios estabelecidos no Anexo No. 15 da Ata Final do Congresso de Viena de 9 de junho de 1815. Todavia, o seu conteúdo – mesmo não sendo de *jus cogens* - influenciou profundamente a política externa britânica que, pressionada pela opinião pública e pela *Society for Effecting the Abolition of the Slave Trade*, pioneira das ONGs de direitos humanos, conseguiu que o parlamento promulgasse o *Slave Trade Suppression Act* ou *Aberdeen Act* e garantiu a sua aplicação no oceano Atlântico, até a sua revogação em 1869, com traços de jurisdição universal. Os seus efeitos incidiram direta e positivamente sobre as reformas legislativas do Império brasileiro acerca da matéria e contribuíram para o substancial enfraquecimento do tráfico de escravos africanos para o Brasil. Infelizmente, a escravidão como instituição legal sobreviveu até o século XX: a Maurítânia, em 1984, foi o último Estado a aboli-la formalmente. Contudo, uma missão das Nações Unidas, em novembro 2009, chefiada pelo Relator Especial Gulnara Shahinian, denunciou práticas escravistas naquele país. O relatório dirigido ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (UNHRC) concluiu que apesar das leis, programas e mudanças na opinião pública, de fato, a escravidão na Maurítânia continua a existir. (ZANGHI, 2013, p.542; UNHRC, 2009, p.21)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AJAYI, J. F. Ade (ed.) História Geral da África. vol. VI. África do século XIX à década de 1880. Brasília: UNESCO, 2010.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Formação da diplomacia econômica no Brasil. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.
- CATANI, Afrânio Mendes. Resenha bibliográfica. Leslie Bethell. A abolição do tráfico de escravos no Brasil - A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869. Revista de administração de empresas vol.16 no.4 p. 72-74. São Paulo, FGV, Jul./Ago. 1976
- DRESCHER, Seymour. Abolição: uma história da escravidão e do escravismo. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.
- LESSA, Antonio Carlos. História das Relações Internacionais. Petrópolis: Vozes, 2005.



RODAS, João Grandino . Jus Cogens. Revista da Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo, v. 69, p. 125-136, 1974.

VIENNE. Acte du Congrès de Vienne du 9 juin 1815 avec ses annexes. Disponível em:< <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k91227n>>. Acesso em: 20 jun. 2015

UNHRC. Report of the Special Rapporteur on contemporary forms of slavery, including its causes and consequences, Gulnara Shahinian. Addendum. Mission to Mauritania. Disponível em:< http://www2.ohchr.org/english/issues/slavery/rapporteur/docs/A.HRC.15.20.Add.2_en.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2015.

ZANGHÌ, Claudio. Protezione internazionale dei diritti dell'uomo. 3ª. ed. Turim: G. Giappichelli Editore, 2013.



A ECONOMIA DE COMUNHÃO COMO MODELO DE GESTÃO EMPRESARIAL

Autor(es)

PEDRO TADEU BERTTO

FERNANDO CELSO DE CAMPOS

Orientador(es)

FERNANDO CELSO DE CAMPOS

INTRODUÇÃO

Introdução: O texto aborda a Economia de Comunhão na Liberdade (EdC), movimento criado, no Brasil, em 1991, a partir da proposta de Chiara Lubich aos membros e empresários reunidos em assembleia do Movimento do Focolares (MF) na Mariápolis Ginetta, em Vargem Grande Paulista, na região metropolitana de São Paulo. Segundo a proposta original, a EdC deveria se configurar como um modelo diferenciado de gestão de negócios, cujas empresas participantes (novas ou que aderissem ao projeto) deveriam ter como meta a transformação das práticas de gestão, com impactos no sistema de produção e distribuição de riqueza já existentes na economia de mercado porém fundamentadas na doutrina e na ética cristãs. Essas transformações deveriam contemplar uma gestão mais humanizada e a tri-repartição dos lucros, que deveriam ser canalizados para três diferentes destinos: um terço para a própria empresa, a fim de garantir sua sustentabilidade e a continuidade dos lucros; um terço para a formação de pessoas em uma nova cultura – a da partilha e, finalmente, um terço para a ajuda às pessoas mais necessitadas. Acolhida com entusiasmo, na ocasião de sua proposta, a EdC está presente, hoje, nos cinco continentes e possui mais de 800 empresas operando sob os princípios do projeto. Decorridos quase vinte e cinco anos de seu surgimento, não pode e não deve, pois, ser considerada como um simples “modismo”.

OBJETIVOS

Objetivo: o estudo teve por objetivo identificar as peculiaridades da gestão das empresas pertencentes à Economia de Comunhão na Liberdade (EdC), a partir das Linhas Gerais para a gestão de uma Empresa de EdC, que *escritas à luz da vida e da reflexão de milhares de empresários e trabalhadores consolidam o modo de conceber e praticar a vida associada ao “carisma da unidade”, do qual a EdC é expressão. Nessas linhas gerais estão contempladas sete dimensões: i – relacionamento entre empresários, empregados e empresa; ii - relacionamento com os clientes, os fornecedores, os financiadores, a sociedade civil e os sujeitos externos; iii - Espiritualidade e Ética; iv - Qualidade de vida, felicidade e relações; v - Harmonia no ambiente de trabalho; vi - Formação, instrução, sabedoria e vii – Comunicação. É à luz dessas dimensões que os resultados devem ser interpretados. Para tanto, optou pela realização de um estudo de caso em uma das empresas de EdC, de modo a identificar especificidades de sua gestão que pudessem ser inferidos como pressupostos para as demais empresas de EdC.*



DESENVOLVIMENTO

Método de Pesquisa: para o alcance do objetivo optou-se por um estudo de caso em uma empresa do setor metalmeccânico, coligada da EdC (empresa que se localiza fora dos Polos Industriais de EdC), sediada no interior do estado de São Paulo, tendo como finalidade a identificação de diferenciais de sua gestão em relação a outras empresas não pertencentes ao projeto e, ao mesmo tempo, consoantes os pressupostos da EdC. A escolha da empresa, cujos proprietários possuem estreita ligação com o MF, como objeto do estudo de caso, se deu em função de seu pioneirismo e tradição no projeto e pelo fato de ter sido apontada, em várias publicações nacionais como exemplo de empresa de EdC. Para a coleta de informações foi utilizada entrevista semiestruturada com um dos sócios-proprietários e visita às instalações da fábrica, com observação direta por parte do pesquisador.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Resultados e discussões: quanto à primeira dimensão os resultados indicam que na empresa em foco, de fato, forte coerência entre os pressupostos da EdC e a prática empresarial. Baseando-se em uma gestão mais horizontalizada e utilizando-se de mecanismos de comunicação interna, prioritariamente diretos e apoiados na conversa e no diálogo, a empresa realiza assembleias semestrais e, em alguns períodos, até mesmo bimestrais, para que os colaboradores possam tomar conhecimento da situação da empresa, manifestar suas inquietações e, enfim, participar, mesmo que indiretamente, da gestão da empresa. Estes encontros, preconizados como necessários na teoria sobre a EdC, propiciam a todos o compartilhamento dos objetivos da empresa. A empresa expressa, assim, em seus relacionamentos internos, a “comunhão” como um dos seus valores fundamentais. Há clara definição de funções e papéis e a empresa se preocupa em compartilhar, por meio de reuniões periódicas, com seus colaboradores, seus objetivos e resultados. Há um conjunto de benefícios oferecidos aos colaboradores, tais como: alimentação subsidiada pela empresa, participação nos lucros, empréstimos sociais viabilizados por uma caixa beneficente mantida pela empresa, seguros de vida em grupo e descontos nas despesas com farmácia. Questionado sobre a questão da destinação dos lucros nos moldes da EdC, o entrevistado foi enfático ao responder que a empresa tem conseguido atender satisfatoriamente a este princípio, atuando sempre com liberdade e responsabilidade. Relevante se faz destacar, neste ponto, que um dos valores fundamentais da EdC é justamente a garantia da liberdade de cada empresário no momento de tomar decisões relacionadas à destinação dos lucros, sendo este um dos principais diferenciais das empresas do Economia de Comunhão. No que tange à segunda e terceira dimensões, percebe-se, na realidade da empresa, especial cuidado na relação com seus *stakeholders*, expressos pela prática de uma política de qualidade de seus produtos, (comprovada pelas certificações de qualidade que possui) e na manutenção de relações de cordialidade e respeito com a entidade sindical representativa de seus colaboradores e com demais instituições e entes da sociedade, atuando sempre com lealdade e dentro de princípios éticos e procurando contribuir para seu melhoramento. São incentivados a participação em congressos e encontros da EdC visando o compartilhamento de suas experiências. Conforme relatou o empresário entrevistado e conforme se pôde confirmar durante a visita, a empresa se constitui, de fato, numa pequena comunidade (quarta dimensão), onde todos são chamados a contribuir para a melhoria da qualidade de vida, inclusive com a prática de colóquios entre patrões e empregados para a verificação e melhoria da qualidade do rela-



13º Congresso de Pós-Graduação

cionamento. A mentalidade vigente é de que a qualidade de vida no trabalho é essencial para a realização pessoal e profissional do ser humano. Há, também, uma perfeita compreensão por parte do dirigente de que as dificuldades enfrentadas por uma empresa de EdC, em nada diferem das empresas não vinculadas ao projeto, sendo apontados, como exemplo, os efeitos devastadores do “fenômeno China” sobre o setor, com reflexos diretos nos planos de investimentos da empresa e na diminuição (praticamente a zero) do volume de suas exportações. Foi fácil perceber que os colaboradores, mesmo em um ambiente fabril e marcado pela rusticidade das atividades, demonstram satisfação com o trabalho realizado. Percebeu-se na empresa, claramente, um clima de cordialidade e alegria entre as pessoas, expressos em gestos de gentileza e respeito, independentemente do nível hierárquico que ocupem. Preocupada com o meio ambiente, a empresa destina grande parte de seus resíduos sólidos (no caso a areia utilizada no processo de fundição), para outras empresas, que a misturam a outros componentes na fabricação de asfalto. Não há na empresa, segundo seu proprietário, nenhuma forma de emissão de poluentes da água, sendo a emissão de poluentes do ar muito discreta. Conforme preconiza a quinta linha de gestão, a beleza e a harmonia dos lugares de trabalho são o primeiro cartão de visita da empresa de EdC, já que a comunhão é também beleza, sem a necessidade do luxo, e com discrição. Os ambientes são expressão da harmonia dos relacionamentos, bem como, parte das relações empresariais. A higiene, a limpeza, a ordem são parte da cultura da EdC, de forma que a sua harmonia faça os trabalhadores, proprietários, clientes, fornecedores e visitantes sentirem-se bem. Foi possível observar que as instalações da empresa são confortáveis e agradáveis, porém não se percebe luxo ou ostentação em suas dependências administrativas. Á área externa é bem cuidada e sinalizada, havendo ao lado de seus escritórios um pequeno estacionamento para visitantes e veículos da própria empresa. O ambiente da fábrica apresenta características próprias de uma indústria de base, com equipamentos de grande porte, entre os quais se destacam pontes rolantes, fornos e moldes metálicos para a fundição e usinagem de peças. Produtos acabados, matérias primas e moldes possuem locais separados para seu armazenamento. Pode-se observar que todos os colaboradores estavam usando equipamentos de proteção individual, além da empresa também disponibilizar equipamentos de proteção coletiva. Quanto à formação, instrução e sabedoria (sexta dimensão) a primeira escola de formação deve ser sempre a comunidade empresarial, nos seus diversos relacionamentos e quanto a este aspecto a empresa, conforme já relatado tem cumprido integralmente sua missão. No caso específico da empresa, existe incentivo para a formação e para o desenvolvimento de pessoas, sendo o *turnover* considerado muito baixo. A maioria de seus colaboradores possui o ensino médio completo e vários deles têm curso superior. A empresa tem, também, cumprido seu papel no que se refere à sétima e última linha de gestão (Comunicação). Seus proprietários, engenheiros e membros do MF participam ativamente dos eventos promovidos na EdC, no Brasil e no mundo. O entrevistado, além de possuir trabalhos publicados sobre e EdC, foi presidente da Espri SA (empresa responsável pela manutenção do Polo Spartaco, em Vargem Grande Paulista/SP), é colaborador da Revista Eletrônica de Econômica de Comunhão (REDEC) e um dos sócios fundadores da Associação Nacional por uma Economia de Comunhão (ANPECOM). Seu entusiasmo pelo projeto é contagiante, porém, comedido e respeitoso com a liberdade de cada um em aceitar, ou não, a proposta de Chiara Lubich. Na empresa são utilizados modernos meios de comunicação, tanto interna quanto externamente e há estreita ligação com as outras empresas de EdC, bem como com os órgãos de direção do movimento, no Brasil e no mundo.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações finais: Apontada por alguns estudiosos como uma possível “terceira via” aos modelos econômicos já vigentes, a proposta de Chiara Lubich (1991), se dá no sentido de um resgate do ser humano no processo econômico, onde a comunhão, a destinação dos lucros segundo os objetivos de seu projeto e a cultura da partilha são as bases para uma nova forma de pensar e de agir economicamente. Foi possível verificar o potencial do projeto, que embora ainda em sua juventude, se faz presente em diferentes continentes e países, mantendo, contudo características de um movimento local, marcando-se pela unidade e comunhão entre seus participantes. Pelo que se pôde observar há uma estreita ligação e coerência entre a prática da empresa e o que preconiza a teoria correspondente. Deve-se levar em consideração, entretanto, que a empresa é uma das mais evoluídas no projeto de EdC e que seus proprietários detém intrinsecamente a espiritualidade dos focolarinos, que são pessoas que procuram viver e aplicar, em seus empreendimentos, à luz dos ensinamentos do Evangelho, a fraternidade, a partilha e a comunhão, considerados como valores fundamentais de suas vidas. Os resultados obtidos, embora não conclusivos, apontam para factíveis mudanças comportamentais, que, a exemplo das práticas de gestão das empresas de EdC poderiam ser aplicadas em outras empresas, mesmo que não vinculadas ao projeto, de forma a contribuir significativa e positivamente para sua gestão.



ADOÇÃO DA COOPETIÇÃO COMO PRÁTICA DE GESTÃO COLABORATIVA EM CADEIAS DE SUPRIMENTOS

Autor(es)

VALDIR ANTONIO VITORINO FILHO

Orientador(es)

SILVIO ROBERTO IGNACIO PIRES

INTRODUÇÃO

O cenário econômico atual é caracterizado por um mercado globalizado, em que as empresas buscam cada vez mais competitividade, maior desenvolvimento tecnológico, maior oferta de produtos e serviços adequados aos seus clientes. Elas também têm sido muito cobradas quanto à colaboração para maior desenvolvimento humano e social. Nesse sentido, cada vez mais a competição entre empresas individuais cede espaço para a competição entre Cadeias de Suprimentos (CHRISTOPHER, 1997; CHRISTOPHER; TOWILL, 2001). Algumas frentes teóricas explicam essa mudança no escopo da competição entre empresas para o nível da Cadeia de Suprimentos (Supply Chain – SC), afirmando que: (a) a competição em canais de vendas está mais acirrada e com poucas chances para faltas de produtos; (b) tem diminuído o ciclo de vida dos produtos, por conta da competição e inovações tecnológicas; (c) empresas têm realizado parcerias com fornecedores em diversas partes do mundo, transformando suas Cadeias de Suprimentos, tornando-as geograficamente mais dispersas (CHRISTOPHER; TOWILL, 2001; COX, 2004; VIVALDINI; SOUZA, 2006; GOMES; RODRIGUEZ, 2008). Assim, Cadeias de Suprimentos que conseguirem estruturar, coordenar e gerenciar os seus relacionamentos com parceiros, tornando-se cadeias comprometidas com relacionamentos mais estreitos e mais ágeis com seus clientes finais, terão melhores retornos perante seus concorrentes (CHRISTOPHER, 1997; CHRISTOPHER, TOWILL, 2001; COX, 2004; VIVALDINI, SOUZA, 2006). A competição entre Cadeias de Suprimentos gera, entre outros fatores, a colaboração recíproca dos parceiros na cadeia, para alcance de melhores resultados e posição de destaque e vantagem competitiva em relação aos concorrentes (CHRISTOPHER, 1997; CHRISTOPHER; TOWILL, 2001). A Gestão Colaborativa em Cadeias de Suprimentos pode ser entendida como duas ou mais empresas trabalhando em conjunto para planejar e executar operações, de maneira mais eficaz do que se o fizessem sozinhas (COOPER, LAMBERT, PAGH, 1997; CHRISTOPHER, TOWILL, 2001; SIMATUPANG, WRIGHT, SRIDHARAN, 2002; BARRATT, 2003; BARRATT, 2004; COX, 2004). No contexto da Gestão Colaborativa em Cadeias de Suprimentos, além das práticas envolvendo o uso da tecnologia de informação e comunicação (TIC), podem-se destacar outros elementos como: (a) a criação de uma visão ampliada da SC; (b) a gestão da demanda, em termos de planejamento e monitoramento, bem como de atividades desenvolvidas em todo o processo operacional; (c) a propensão para um ambiente culturalmente colaborativo (SIMATUPANG, WRIGHT, SRIDHARAN, 2002; BARRATT, 2003; BARRATT, 2004; COX, 2004). Com a adoção de práticas de Gestão Colaborativa em Cadeias de Suprimentos, surge também a possibilidade de cooperação e competição acontecerem ao mesmo tempo, numa prática rotulada de coopetição. Nela tem-se que empresas concorrentes (porque fazem parte de Cadeias de Su-



primentos que competem entre si), em determinados processos, optam pela colaboração mútua. Esta pesquisa aborda a adoção da coopetição como forma de cooperação e competição em SC, podendo-se destacar como principais modelos teóricos de coopetição: (a) a rede de valores (NALEBUFF; BRANDENBURGER, 1996); (b) modelo de comportamento rent-seeking (LADO; BOYD; HANLON, 1997); (c) diferentes tipos de relações de coopetição entre concorrentes (BENGTSSON; KOCK, 2000); (d) o framework da tipologia da coopetição (GARRAFFO, 2002); (e) o nível da cadeia de valor e o número de firmas (DAGNINO; PADULA, 2002). Dos motivadores para adoção da coopetição, destacam-se estes: acesso a novos mercados, abertura a financiamento e crédito, alcance de novas tecnologias, redução de custos de compra, complementaridade de recursos (LEÃO, 2004); inovações em produto, processo, distribuição e gestão (GOLLO, 2006); adaptabilidade e alinhamento, novas formas de controle e padronização dos processos, confiança e comprometimento (NEVES, 2009); melhorias na qualidade do produto, formação de preço, busca de novos sistemas de produção (WINCKLER, 2010). Com relação aos principais resultados alcançados com a adoção da coopetição, destacam-se: crescimento das vendas, maior lucratividade, crescimento da produção (LEÃO, 2004); desenvolvimento e lançamento de novos produtos (GOLLO, 2006); construção de relacionamento colaborativo, maior capacidade de adaptação, padronização de posturas (NEVES, 2009); competição entre produtores (WINCKLER, 2010).

OBJETIVOS

O objetivo principal da pesquisa foi propor um modelo para guiar o processo de adoção da coopetição em Cadeias de Suprimentos.

Com base no exposto acima, os objetivos específicos da pesquisa foram:

Investigar a adoção de práticas de coopetição como forma de gestão colaborativa em Cadeias de Suprimentos;

identificar e analisar os principais fatores considerados para sua adoção em diferentes processos de negócios da SCM.

DESENVOLVIMENTO

Devido a diversas mudanças que as organizações estão enfrentando na última década, especialmente por causa do crescimento da integração dos mercados e do aumento da exigência dos consumidores, a Gestão da Cadeia de Suprimentos (Supply Chain Management - SCM) tem demonstrado ser capaz de gerar vantagens competitivas importantes. Nesse sentido, a integração de processos e a cooperação/colaboração entre empresas da Cadeia de Suprimentos se tornaram elementos básicos de uma efetiva SCM (PIRES, 2004). Na revisão de literatura para o desenvolvimento desta pesquisa estudou-se os conceitos e definições para os seguintes temas: (a) Gestão da Cadeia de Suprimentos; (b) a integração da Cadeia de Suprimentos; (c) a Gestão Colaborativa em Cadeia de Suprimentos; (d) iniciativas e práticas colaborativas em Cadeia de Suprimentos; (e) coopetição.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo para adoção da coopetição inicia-se com os principais motivadores que levam as empresas a realizar essa prática, os quais podem ser de ordem financeira, capacidade produtiva, de pessoas, tecnológica, ou ainda, para obter algum tipo de vantagem sobre demais concorrentes e aumentar ou manter a vantagem competitiva.

Os diversos motivos que podem fazer com que uma empresa adote a coopetição podem variar muito em cada caso, mas todo tipo de parceria irá gerar no futuro (seja em curto, médio ou longo prazo) uma expectativa para com os resultados dessa parceria, que serão efetivamente confrontados com os resultados reais alcançados (definição de medidas de desempenho individual e/ou coletivo).

Em seguida, é preciso definir em quais dos processos de negócio (planejar, abastecer, produzir, entregar e retornar) acontecerá a coopetição, pois nesse momento acontece a efetiva decisão para adoção dessa prática. Caso uma das empresas decida pela não adoção da coopetição, ambas seguem competindo individualmente no mercado.

Após os motivadores e a decisão pela coopetição, acontece a etapa de implementação da coopetição no(s) processo(s) de negócio definidos. Nessa etapa, ocorre uma intensa movimentação, envolvendo as pessoas ligadas com os processos que passam a ser realizados em conjunto, um alinhamento entre tecnologia da informação e comunicação, bem como a definição de medidas de desempenho para acompanhamentos futuros sobre o andamento das atividades e operações realizadas.

Ocorre, também, a gestão de toda a SC em torno da coopetição e, ainda, o acompanhamento dos resultados que vêm sendo obtidos. Por exemplo, se estão atendendo às expectativas iniciais (criadas na etapa de motivação), para determinar a manutenção da coopetição. Caso a decisão seja pela não manutenção da parceria, as empresas voltam a competir individualmente no mercado e, se houver a decisão pela manutenção da coopetição, as empresas criam novas metas e objetivos em um horizonte de tempo pré-definido para o desenvolvimento conjunto de atividades e operações no(s) processo(s) de negócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento entre as empresas é importante para o entendimento entre a competitividade e a parte cooperativa, na divisão e gerenciamento das atividades/operações (BENGTSSON; KOCK, 2000). A coopetição vem a ser uma extensão da cadeia de suprimentos, em que os concorrentes ativamente trabalham juntos para criar algo que não poderiam realizar isoladamente (NALEBUFF; BRANDENBURGER, 1996).

Sobre as aplicações em coopetição, pode-se dizer que elas são inúmeras para as empresas e derivam essencialmente da aplicação de sinergias distintas em partes do processo, podendo ser um aumento na capacidade de produção, a busca por redução dos esforços de investimentos, maior capacidade de flexibilidade nos processos produtivos, maiores investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovações tecnológicas, a racionalização dos canais de distribuição, a possibilidade de acesso a novos mercados, entre outras atividades. Por outro lado, há alguns riscos, tais como: dificuldades no entendimento dos direitos e obrigações entre as empresas, falta de “espírito cooperativo”, riscos na exposição de seu know-how para outras empresas.



A SCM enfrenta desafios cada vez mais complexos, que ocorrem em virtude das mudanças oriundas da ampliação de mercados, do desenvolvimento de novas tecnologias e das relações nos diversos processos de negócios se tornarem cada vez mais difíceis. Consequentemente, a adoção da coopetição vem sendo utilizada como forma de aperfeiçoamento da colaboração na SCM e de aumento da competitividade. Assim, a adoção da coopetição é um conjunto de etapas que pode auxiliar no melhor desenvolvimento e exploração do potencial que compreende as cinco etapas dos processos de negócio. Além disso, é possível concluir que as empresas que adotarem a coopetição como forma de gestão colaborativa na SCM terão potencial de melhorar os resultados financeiros (crescimento de vendas, diminuição de custos e aumento da lucratividade), além de poderem criar mecanismos de gestão e controle e compartilhar novos conhecimentos e habilidades. Nesse sentido, esta pesquisa sugere que o modelo proposto para adoção da coopetição seja adicionado ao entendimento da Gestão Colaborativa em Cadeia de Suprimentos. As empresas em uma Cadeia de Suprimentos podem adotar a coopetição como forma de colaboração com seus concorrentes para criar, entre outras possibilidades, maior competitividade em relação a outras Cadeias de Suprimentos, com economias de escala em compras e/ou vendas conjuntas, suprir a falta de capacidade produtiva, minimizar os custos em P&D, desenvolvimento de novos produtos ou processos, bem como suprir limitações tecnológicas. Isso porque se sabe que Cadeias de Suprimentos concorrentes enfrentam desafios semelhantes. Observando-se as análises dos estudos de caso e a investigação teórica, constata-se a importância de ressaltar que a coopetição, de maneira geral, está mais propensa a acontecer se essas empresas produzirem o mesmo tipo de produto (ou muito similar), se forem concorrentes com uma capacidade produtiva e perspectiva de vendas parecidas e se houver um contrato formal para reger tal colaboração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRATT, M. Positioning the Role of Collaborative Planning in Grocery Supply Chains. *International Journal of Logistics Management*, v.14, n.2, p.53-66, 2003.
- BARRATT, M. Understanding the meaning of collaboration in the supply chain. *Supply Chain Management: An International Journal*, v. 9, n. 1, pg.30-42, 2004.
- BENGTSSON, M.; KOCK, S. Coopetition in Business Networks – to Cooperate and Compete Simultaneously. *Industrial Marketing Management*, v. 29, p. 411–426, 2000.
- CHRISTOPHER, M. *Logística e gerenciamento da Cadeia de Suprimentos*. São Paulo: Pioneira, 1997.
- CHRISTOPHER, Martin; TOWILL, Denis. An integrated model for the design of agile supply chains, *International Journal of Physical Distribution & Logistics Management*, v. 31, n. 4, p. 235-246, 2001.
- COOPER, M. C.; LAMBERT, D. M.; PAGH, J. D. Supply Chain Management: more than a new name for logistics. *The International Journal of Logistics Management*, v. 8, n. 1, 1997.
- COX, A. The art of possible: Relationship management in power regimes and supply chains. *Supply Chain Management: An International Journal*, v. 9, n. 5, p. 346-356, 2004.



13º Congresso de Pós-Graduação

- DAGNINO, G. B.; PADULA, G. Coopetition Strategy: a new kind of interfirm dynamics for value creation. In: II Annual Conference of Euram on: "Innovative Research Management". Track: "Coopetition Strategy: Towards a new kind of interfirm dynamics". Stockholm: may 9-11, 2002.
- GARRAFFO, F. Types of Coopetition to Manage Emerging Technologies. In: II Annual Conference of Euram on: Innovative Research Management. Stockhol, may 9-11, 2002.
- GOLLO, S., S. Framework para Análise das Inovações e das Estratégias de Cooperação Competitiva – Coopetição: Estudo de Caso da Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos – Serra Gaúcha/RS. In: XXX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD – Set., 2006.
- GOMES, S. M.; RODRIGUEZ, C. M. T. Configuração de Cadeia de Suprimentos: estudos de casos em ambiente dinâmico de competição. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia (SE-GET), 2008.
- LADO, A. A.; BOYD, N. G.; HANLON, S. C. Competition, Cooperation, and the Search for Economic Rents: a syncretic model. *Academy of Management Review*, n. 1, p. 110-141, 1997.
- LEÃO, D., A., F. de, S. Coopetição: Tipologia e Impactos no Desempenho das Empresas da Indústria de Cachaça de Alambique do Estado de Minas Gerais. 2004. 144 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós Graduação em Administração, 2004.
- MELO, D. B. de. Análise da Rede de Valor Voltada para os Negócios Internacionais: estudo de caso da empresa líder do setor de calçados do Ceará. 2009. 150 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de Fortaleza, 2009.
- NALEBUFF, B. J.; BRANDENBURGER, A., M. Co-opetition: A revolutionary mindset that combines competition and cooperation – The Game Theory strategy that changing the game of business. *Currency Book, Doubleday, New York*, 1996.
- NEVES, M., P., S. das. Análise da Coopetição em Redes Horizontais de Pequenas e Médias Empresas do RS na Percepção dos Gestores das Redes. 2009. 154 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- PIRES, S. R. I. Gestão da Cadeia de Suprimentos: conceitos, estratégias, práticas e casos – Supplychain management. 1^a ed., São Paulo: Atlas, 2004.
- SIMATUPANG, T. M.; WRIGHT, A. C.; SRIDHARAN, R. The collaborative supply chain. *International Journal of Logistics Management*, v. 1, n. 13, p. 15-30, 2002.
- VIVALDINI, M.; SOUZA, Fernando Bernardi de. O relacionamento colaborativo na Cadeia de suprimentos do McDonald's. In: XIII SIMPEP, Bauru/SP, 2006.
- WINCKLER, N., C. A Coopetição entre propriedades rurais da cadeia produtiva do leite no Oeste Catarinense. 2010. 90 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.



EFEITO DO ALONGAMENTO PASSIVO EXTENSIVO NA REALIZAÇÃO DE SÉRIES MÚLTIPLAS NO SUPINO RETO

Autor(es)

ENRICO GORI SOARES

Orientador(es)

PAULO HENRIQUE MARCHETTI

INTRODUÇÃO

É prática comum entre atletas e praticantes recreacionais de atividades físicas a incorporação de exercícios de alongamento e de força a fim de melhorar a amplitude de movimento (ADM), força e hipertrofia muscular (Behm e Chaouachi, 2011; Marchetti, Oliveira Silva et al., 2014). Tipicamente as sessões de treinamento de força, uma alta intensidade associada a um elevado número de séries, é necessária a fim de exaurir a musculatura e consequentemente promover os ajustes agudos e adaptações crônicas necessárias (Zatsiorsky e Kraemer, 2008; Lin e Chen, 2012). Normalmente, indivíduos treinados realizam entre 20 e 25 series para cada grupo muscular em uma única sessão. Adicionalmente a prática do treinamento de força, a fim aumentar a amplitude de movimento, a realização de alongamento passivo é frequente entre os praticantes. Entretanto, a literatura científica demonstra que a realização de alongamento passivo extensivo tem sido relacionada a um déficit no desempenho de atividades força-dependentes (Behm e Chaouachi, 2011). Os possíveis mecanismos responsáveis pela redução da força após a realização do alongamento são: (i) a inibição dos estímulos excitatórios do motoneurônios alfa, via estimulação das terminações nervosas III, IV e órgão tendinoso de Golgi, (ii) aumento do atraso eletromecânico devido a maior complacência da unidade musculo-tendínea, (iii) alteração na relação comprimento-tensão da unidade musculo-tendínea, e (iv) isquemia local devido ao menor fluxo sanguíneo e acúmulo de metabólitos (Behm e Chaouachi, 2011; Marchetti, Oliveira Silva et al., 2014). Coletivamente, os efeitos destacados diminuem o desempenho das atividades em que um alto recrutamento de unidades motoras e necessário como nos testes de força máxima ou exercícios dependentes da utilização ciclo alongamento-encurtamento, saltos e arremessos (Torres, Kraemer et al., 2008; Marchetti, Oliveira Silva et al., 2014). Entretanto, diferentemente de testes máximos, sessões de treinamento empregam a execução de exercícios com sobrecargas submáximas executados até a falha muscular concêntrica. Poucos estudos investigaram o efeito do alongamento passivo extensivo no desempenho de séries múltiplas. Nelson et al. (Nelson, Kokkonen et al., 2005), observaram uma redução no número total de repetições no exercício cadeira flexora após a realização de um protocolo de alongamento. Entretanto, seu estudo investigou apenas o efeito do alongamento em uma única serie, sendo que, como descrito previamente, sugere-se o emprego de series múltiplas para a melhora da resistência de força, potencia e força máxima. Posteriormente, Ribeiro et al., (Ribeiro, Romanzini et al., 2013) não observou diferença no número de repetições máximas realizadas no exercício supino após a realização do alongamento. Entretanto, o estudo utilizou somente 30 segundos de alongamento para os grupos musculares alvo. Possivelmente, os efeitos neuromecânicos tempo-dependentes do tecido biológico não tenham ocorrido. A literatura indica que durações totais superiores a 90 segundos devem ser empregadas para serem observadas alterações na força.



OBJETIVOS

O objetivo do presente estudo foi determinar o efeito do alongamento passivo extensivo no desempenho de repetições máximas em series múltiplas no treinamento de força.

DESENVOLVIMENTO

A amostra foi composta por 12 homens saudáveis (idade: 24±4 anos, estatura: 176±5 cm, massa: 82±11 kg, distância biacrômial: 37±1 cm, 10RM no supino: 679±177 N). Todos os sujeitos incluídos eram treinados em musculação a pelo menos um ano, e com experiência na realização do exercício supino reto, e sem qualquer acometimento ósteomioarticular (lesão/cirurgia) prévio no membro superior e/ou tronco. Todos os sujeitos foram informados dos procedimentos experimentais, leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Metodista de Piracicaba. Os voluntários apresentaram-se no laboratório em três sessões, espaçadas de no mínimo 72 horas. Na primeira sessão foram obtidos dados antropométricos e dados pessoais. Após a avaliação inicial, os sujeitos foram familiarizados com os procedimentos experimentais e com o exercício utilizado. Um teste de 10 repetições máximas (10RM) no supino reto foi realizado. As duas sessões seguintes foram aleatorizadas entre os sujeitos, onde ambas consistiram na realização de seis séries até a falha muscular concêntrica no supino reto utilizando a sobrecarga pré-determinada de 10RM. As sessões foram distinguidas pela inclusão (COMA), ou não (SEMA) de um protocolo de alongamento extensivo antes das séries múltiplas do exercício supino reto. Todas as seis séries foram realizadas com cadência definida por metrônomo a 40bpm, e um intervalo de um minuto de descanso foi fornecido entre séries utilizando 10RM em todas as séries. O protocolo de alongamento foi realizado para os adutores horizontais do ombro e consistiu de seis séries de 45 segundos de duração com 15 segundos de intervalo entre cada alongamento. A intensidade foi de 70-90% da percepção subjetiva de desconforto (PSD), sendo 0 = “sem desconforto de alongamento” e 100% = “o máximo desconforto de alongamento imaginável” (Behm e Chaouachi, 2011; Marchetti, Oliveira Silva et al., 2014). A intensidade do PSD foi perguntada para todos os sujeitos durante o protocolo de alongamento estático extensivo. Durante todos os alongamentos, a ADM foi reajustada a 70-90% do PSD quando necessário. A carga total foi calculada a partir do produto do número de séries, repetições, sobrecarga utilizada no teste de 10RM, foi priorizado a manutenção da sobrecarga em todas as séries. Cinco análises de desempenho foram realizadas: (i) comparação das condições SEMA e COMA no número de repetições máximas em cada uma das seis séries do supino reto; (ii) comparação do índice de fadiga entre a primeira e última série de cada uma das condições; (iii) comparação da carga da primeira série de cada um dos protocolos (SEMA e COMA) com o valor do teste de 10RM (T10RM); (iv) comparação da carga total das condições SEMA e COMA e (v) comparação do número total de repetições realizadas das condições SEMA e COMA. Uma análise de variância (ANOVA) (2x6) com medidas repetidas foi utilizada para comparar o número de repetições em cada série. Uma One-way ANOVA foi utilizada para comparar a carga da primeira série de cada condição (T10RM/SEMA/COMA). O teste-t de Student foi utilizado para comparar a carga total, o número total de repetições e o índice de fadiga. O cálculo do effect size baseou-se nos seguintes critérios: <0,35 efeito trivial; 0,35-0,80 pequeno efeito; 0,80-1,50 efeito moderado; e >1,50 grande efeito, para sujeitos treinados recreacionalmente.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

RESULTADOS

O desempenho em número de repetições é apresentado na figura 1. Foi verificada uma redução significativa no número máximo de repetições entre a primeira série e as demais nas condições SEMA e COMA ($P < 0,01$). Entretanto, comparando-se a primeira série entre condições não foram observadas diferenças significantes ($P > 0,05$; TE = 0,73 [efeito pequeno]; $\Delta\% = 15,9\%$). O número de repetições da segunda série na condição SEMA foi significantemente maior que séries seguintes na mesma condição ($P < 0,05$). Na condição COMA a segunda série foi significantemente maior somente da sexta série na mesma condição ($P < 0,01$). Entretanto, similarmente à primeira série não foram observadas diferenças entre condições ($P = 0,36$; TE = 1,16 [efeito moderado]; $\Delta\% = 29,1\%$). Somente a terceira série da condição SEMA foi significantemente maior que a sexta série na mesma condição ($P < 0,05$). Não foram observadas diferenças significantes entre condições na terceira ($P < 0,05$; TE = 0,25 [efeito trivial]; $\Delta\% = 10,6\%$), quarta ($P = 1,0$; TE = 0,07 [efeito trivial]; $\Delta\% = 3,5\%$), quinta ($P = 1,0$; TE = 0,06 [efeito trivial]; $\Delta\% = 3,5\%$) e sexta série ($P < 0,05$; TE = 0,06 [efeito trivial]; $\Delta\% = 4,0\%$). O cálculo do índice de fadiga não diferiu entre condições (SEMA: $80,21 \pm 15,81\%$, COMA: $73,05 \pm 16,87\%$; $P = 0,23$; TE = 0,43 [efeito pequeno]; $\Delta\% = 8,9\%$). Não foram observadas diferenças significantes na primeira série entre as condições (T10RM: 6794 ± 1773 N; SEMA: 6791 ± 1533 N; COMA: 5715 ± 2156 , $P > 0,05$). O cálculo do tamanho do efeito revelou um efeito trivial (TE = 0,001; $\Delta\% = 0,05\%$) entre as condições T10RM e SEMA. Um pequeno efeito foi observado na comparação entre as condições T10RM e COMA (TE = 0,54; $\Delta\% = 15,8\%$) e SEMA e COMA (TE = 0,57; $\Delta\% = 15,8\%$). A carga total não diferiu significantemente entre condições (SEMA: 17406 ± 3311 N e COMA 15191 ± 3322 N, $P = 0,12$; TE = 0,66 [efeito pequeno]; $\Delta\% = 12,7\%$). Foi verificada diferença significativa no número total de repetições (somatória do número de repetições realizadas nas seis séries) entre as condições (SEMA: 25 ± 3 RM e COMA: 22 ± 3 RM; $P = 0,01$; TE = 1,0 [efeito moderado]; $\Delta\% = 12,0\%$).

DISCUSSÃO

O objetivo do presente trabalho foi determinar o efeito do alongamento passivo extensivo no desempenho de séries múltiplas no treinamento de força. Verificou-se uma diminuição do número total de repetições entre as condições COMA e SEMA. Apesar de não ter sido significantemente diferente, a carga total levantada na condição COMA foi 12,7% menor em relação à condição SEMA. Tais resultados assemelham-se à estudos prévios da literatura. Nelson et al., (Nelson, Kokkonen et al., 2005) reportaram um decréscimo de 24% no número de repetições máximas realizadas no exercício mesa flexora utilizando uma sobrecarga de 60% da massa corporal, após a realização de quatro séries de 30 segundos de alongamento passivo para os isquiotibiais com a intensidade ajustada ao ponto de desconforto dos sujeitos. Adicionalmente, quando o exercício foi realizado com 40% do peso corporal foi observada redução de 9% no número de RM comparado com sua realização sem o alongamento prévio. Já Paulo et al., (Paulo, Ugrinowitsch et al., 2012) reportaram uma redução no número de repetições máximas utilizando 70% de 1RM no exercício supino reto quando os mesmos foram precedidos de um protocolo composto de seis exercícios de alongamento passivo utilizando três séries de 30 segundos com para os principais grupos musculares envolvi-



dos em cada tarefa, totalizando 18 minutos de alongamento para cada segmento corporal. As alterações mecânicas e neurofisiológicas decorrentes da realização do alongamento têm sido reportadas como os principais mecanismos responsáveis pela queda de desempenho nas atividades força-dependentes. Dentre as alterações mecânicas, a redução da rigidez da unidade músculo tendínea (UMT) causada pelo alongamento (Behm e Chaouachi, 2011; Taniguchi, Shinohara et al., 2015) pode ter reduzido a transferência de energia entre as fases excêntricas e concêntricas do exercício, bem como ter alterado as relações de comprimento-tensão da UMT afetadas pelo alongamento estático. Quanto aos efeitos neurofisiológicos, uma inibição da atividade muscular tem sido observada após a realização de protocolos de alongamento estático (Behm e Chaouachi, 2011). Sendo os principais fatores responsáveis pela queda relacionados à inibição dos motoneurônios alfa, possivelmente influenciada pelo disparo dos órgãos tendinosos de Golgi e/ou pelos receptores tipos III e IV (Marchetti, Oliveira Silva et al., 2014).

Apesar de pequenos efeitos de tamanho ter sido observado nas séries iniciais do protocolo se séries múltiplas, os mesmos não atingiram diferença significativa. Da mesma forma, a comparação da carga levantada na primeira série entre as condições T10RM, SEMA e COMA, bem como no índice de fadiga não diferiram significativamente. Coletivamente, tais resultados sugerem que os maiores efeitos deletérios do alongamento foram observados nas séries iniciais do protocolo, mas podem ser diluídos ao longo do tempo. Possivelmente, a característica submáxima da tarefa, o retorno da atividade muscular, associada ao aumento gradual da rigidez da UMT pode ter contribuído para a similaridade entre resultados observados nas séries finais do protocolo de séries múltiplas no exercício supino reto (Fowles, Sale et al., 2000; Bradley, Olsen et al., 2007; Taniguchi, Shinohara et al., 2015).

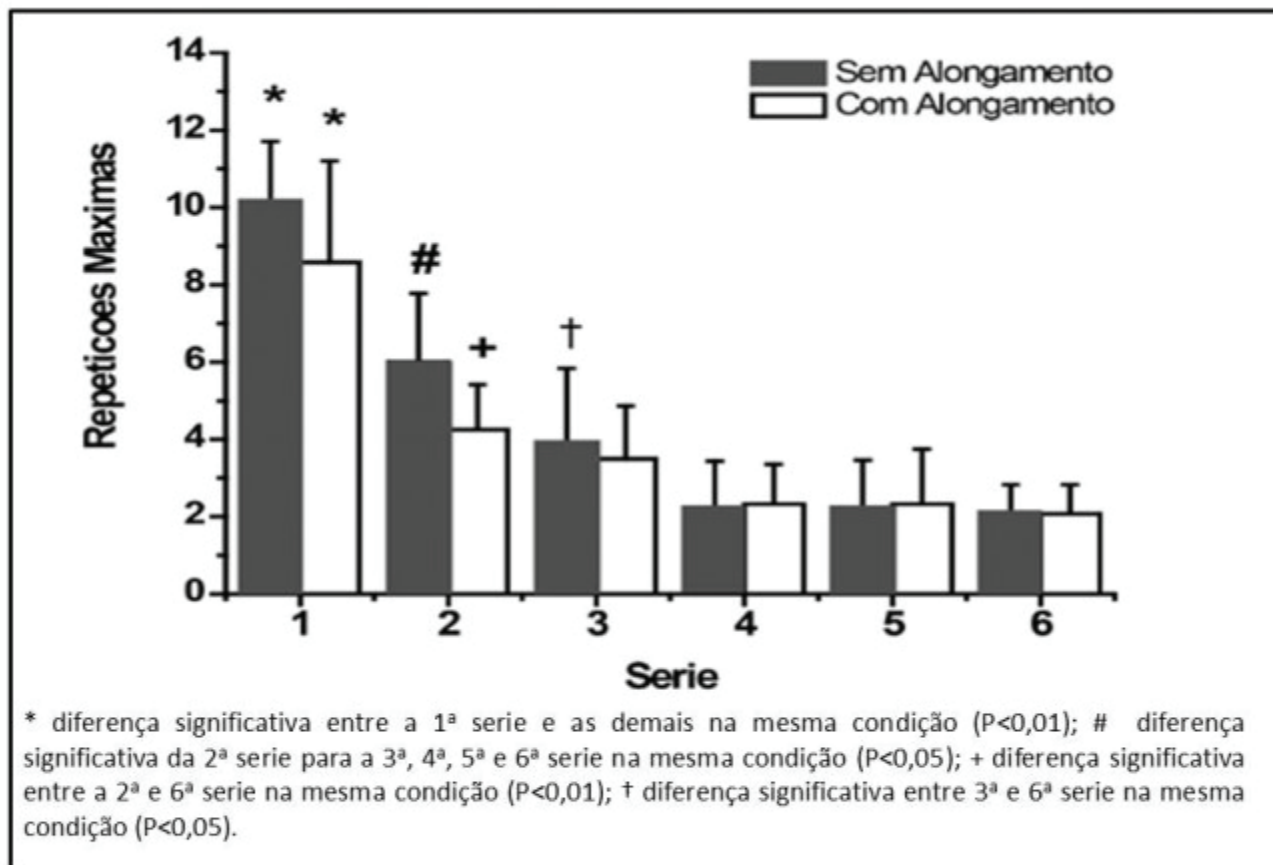


Figura 1. Media e desvio padrão do numero máximo de repetições realizadas nas condições com alongamento (COMA) e sem alongamento (SEMA), n =12.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo conclui que o número total de repetições no protocolo de séries múltiplas é diminuído após a realização do alongamento estático extensivo. Porém, o número de repetições em séries múltiplas é diminuído na mesma magnitude com e sem a realização do alongamento prévio, além de não alterar a carga total levantada em homens treinados em força.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHM, D. G.; CHAOUACHI, A. A review of the acute effects of static and dynamic stretching on performance. *European Journal of Applied Physiology*, v. 111, p. 2633-2651, 2011.

BRADLEY, P. S.; OLSEN, P. D.; PORTAS, M. D. The effect of static, ballistic, and proprioceptive neuromuscular facilitation stretching on vertical jump performance. *Journal of Strength and Conditioning Research*, v. 21, n. 1, p. 223-226, 2007.

DUFFEY, M. J. A biomechanical analysis of the bench press. 2008. (Doctor of Philosophy). Department of Kinesiology, The Pennsylvania State University



FOWLES, J. R.; SALE, D. G.; MACDOUGALL, J. D. Reduced strength after passive stretch of the human plantarflexors. *Journal of Applied Physiology*, v. 89, p. 1179-1188, 2000.

LIN, J.; CHEN, T. Diversity of strength training methods: A theoretical approach. *Strength and Conditioning Journal*, v. 34, n. 2, p. 42-49, 2012.

MARCHETTI, P. H. et al. Upper limb static-stretching protocol decreases maximal concentric jump performance. *Journal of Sports Science and Medicine*, v. 13, p. 945-950, 2014.

NELSON, A. G.; KOKKONEN, J.; ARNALL, D. A. Acute muscle stretching inhibits muscle strength endurance performance. *Journal of Strength and Conditioning Research*, v. 19, n. 2, p. 338-343, 2005.

PAULO, A. C. et al. Efeito agudo dos exercícios de flexibilidade no desempenho de força máxima e resistência de força de membros inferiores e superiores. *Motriz*, v. 15, n. 2, p. 345-355, 2012.

RIBEIRO, A. S. et al. Static stretching and performance in multiple sets in the bench press exercise. *Journal of Strength and Conditioning Research*, v. 28, n. 4, p. 1158-1163, 2013.

TANIGUCHI, K.; SHINOHARA, M.; KATAYOSE, M. Acute decrease in the stiffness of resting muscle belly due to static stretching. *Scandinavian Journal of Medicine and Science in Sports*, v. 25, p. 32-40, 2015.

TORRES, E. M. et al. Effects of stretching on upper-body muscular performance. *Journal of Strength and Conditioning Research*, v. 22, p. 1279-1285, 2008.

ZATSORSKY, V. M.; KRAEMER, W. J. *Ciência e prática do treinamento de força*. 2a edição. São Paulo: Phorte Editora, 2008.



O USO DA FOTO BIOELETROGRÁFICA NA COMPARAÇÃO ENTRE MAMA COM CÂNCER E MAMA SAUDÁVEL

Autor(es)

**KELMERSON HENRI BUCK
GUANIS DE BARROS VILELA JUNIOR
VALTER ROBERTO MORAES
RODRIGO RIBAS DIAS DOS REIS
RAUL MARCEL CASAGRANDE
LEANDRO CAMARGO BORELLI
HELEISE FARIA DOS REIS DE OLIVEIRA
GUSTAVO CELESTINO MARTINS
FERNANDA TURRIONI COSTA
FÁBIO DA SILVA FERREIRA VIEIRA
CLAUDIO NOVELLI
ANDERSON EVARISTO DA SILVA**

Orientador(es)

GUANIS DE BARROS VILELA JUNIOR

INTRODUÇÃO

A eletrografia consiste na imagem obtida da emissão de fótons e elétrons (EFE) da superfície dos materiais quando estes são colocados sob a influência de um campo eletromagnético com características específicas. Quando os materiais são biológicos dá-se o nome de bioeletrografia (KOROTKOV et al 2010; KOSTYUKA et al 2009, YAKOVLEVA et al 2010).

A bioeletrografia aplicada ao organismo humano baseia-se na atividade elétrica deste organismo. Os elétrons e conseqüentemente os fótons mensurados na bioeletrografia têm origem, principalmente, na transferência de elétrons em estado estimulado ao longo das cadeias de moléculas de albumina e nos radicais livres formados no sangue e nos tecidos (Voeikov, 2001, WILLIANS, 2006).

Na condição patológica, a atividade elétrica do corpo humano é alterada em relação ao estado saudável. Estando a atividade elétrica alterada, o fluxo de elétrons entre as diversas partes do corpo também estará alterada e, portanto, a EFE do organismo em estado patológico mostrará um padrão que difere do organismo em estado saudável (KOROTKOV et al. 2010, YAKOVLEVA et al 2013, WILLIANS, 2006). Atualmente a bioeletrografia é reconhecida pelo ministério da saúde Russo como técnica médica.

A medicina tradicional chinesa (MTC) admite a existência de uma rede de canais por onde há fluxo de energia. Estes canais, também denominados meridianos, conectam a superfície do corpo com os órgãos internos, sendo que estes canais têm a função de transportar a energia através de todo o corpo (YAMAMURA, 2001; LANGEVIN et al 2002).

Há evidências experimentais de que estes meridianos correspondem ao tecido conectivo. O tecido conectivo intersticial, incluindo o tecido subcutâneo, constitui uma rede contínua que



envolve todos os músculos, ossos e tendões, estendendo-se até as áreas mais internas do corpo, permeando todos os órgãos, nervos, vasos sanguíneos e linfáticos. (SUNG et al. 2008; KIM et al. 2008; AHN et al. 2005; STUX et al. 2005; LANGEVIN et al. 2002; MATSUMOTO, 1988; OSCHMAN 1993; HO e KNIGHT 1998; SIMON, 1998; KOVACS et al. 1996; SUNG et.al. 2008; Kim et.al. 2008).

Os meridianos principais originam-se dos dedos dos pés ou das mãos e conectam-se com os demais meridianos; uma vez que estes canais de energia ligam-se aos órgãos e sistemas do corpo humano, são utilizados milenarmente na MTC para restabelecer a homeostase corporal; foi a partir deste raciocínio que surgiu o diagrama (Figura 1) relacionando setores das fotos bioeletrográficas (FB) das pontas dos dedos das mãos ao estado de saúde dos órgãos e sistemas do corpo humano (KOROTKOV, 2014; MANDEL, 1986).

No Brasil, as taxas de mortalidade por câncer de mama (CM) são elevadas devido ao diagnóstico tardio; em 2014 estima-se que tenham ocorrido 57.120 novos casos de CM e no ano de 2011 foram registrados 13.345 óbitos devido ao câncer de mama, sendo 120 em homens e 13.225 em mulheres. (INCA, 2014; INCA, 2004)

O CM, quando diagnosticado e tratado precocemente, tende a ter bom prognóstico. Um dos exames de rastreio é a mamografia, cujos equipamentos, de alto custo e grande demanda, nem sempre estão ao alcance de toda a população (Silva et al., 2012).

Uma alternativa à mamografia pode ser a bioeletrografia. Uma vez que esta técnica tem sido utilizada na avaliação do estado de saúde de órgãos e sistemas, é possível que haja correlação significativa entre os dados das FB e a existência ou inexistência do câncer de mama.

Este estudo justifica-se pela necessidade da implementação de novas técnicas a baixo custo e fácil acesso para o rastreio do câncer de mama.

OBJETIVOS

Este trabalho tem como proposta a comparação entre os dados das FB do setor do dedo mínimo, correspondente à glândula mamária afetada pelo câncer, com o setor do dedo contralateral, correspondente à mama saudável.

DESENVOLVIMENTO

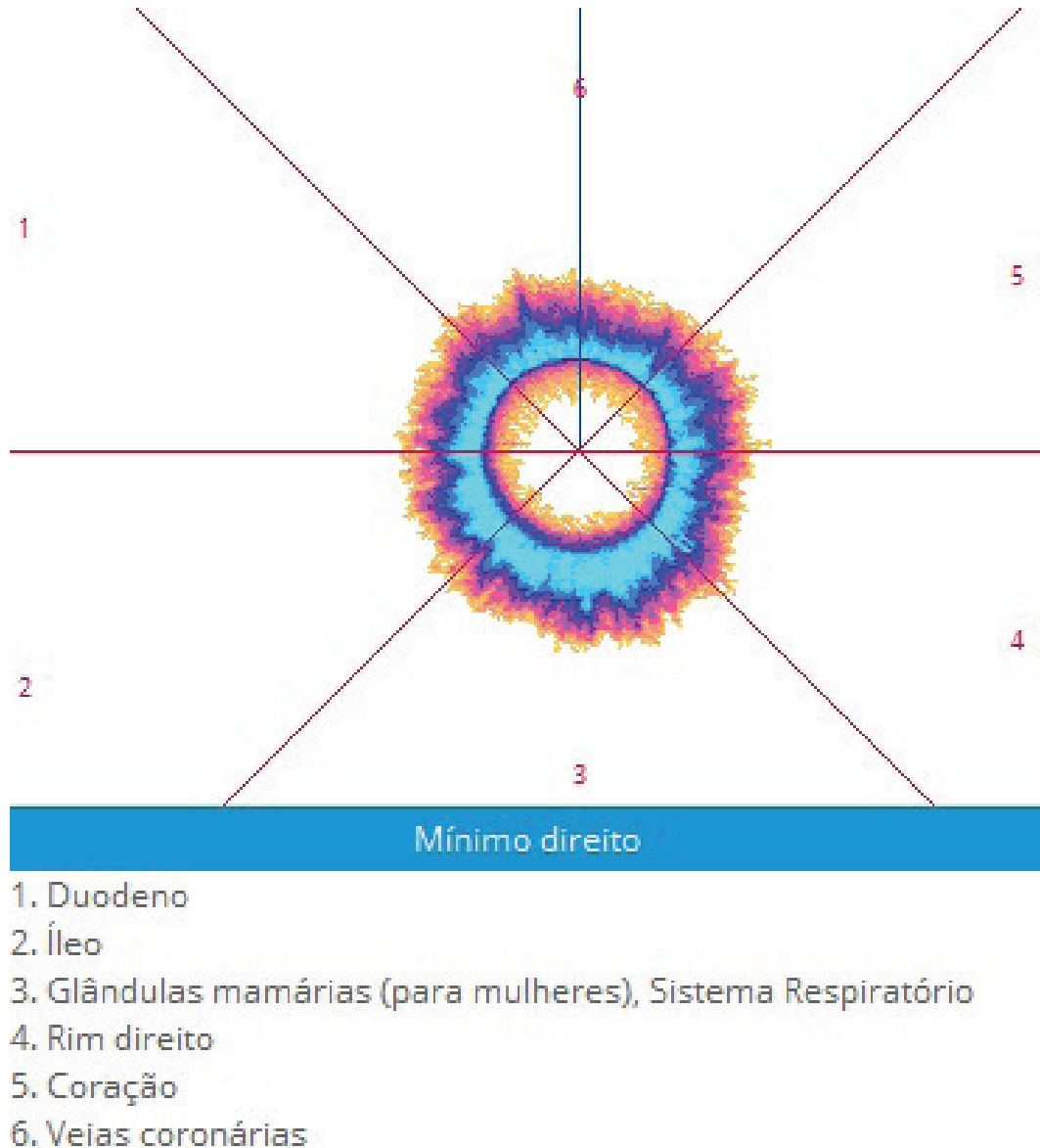
Este resumo trata-se de um estudo de caso, sendo parte de um projeto de maior abrangência, tendo este projeto aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UNIMEP (protocolo 88/2015). Para este estudo foram coletadas as FB do dedo mínimo da mão direita (Dmd) e esquerda (Dme) de uma mulher com câncer de mama, sendo o diagnóstico de câncer dado através da biópsia.

A paciente de 65 anos é portadora de carcinoma ductal invasivo – nódulo palpável no quadrante superior lateral da mama esquerda com diâmetro máximo entre 1 cm e 2 cm e metástase em linfonodo axilar homolateral, móvel, ambos identificados por ultrassonografia. O diagnóstico foi confirmado através de biópsia por agulha. Não há metástase à distância.

A paciente encontrava-se em jejum de 3hs, não faz uso de álcool e não é fumante, nas 24hs antecedentes a coleta não fez uso de medicamentos. Nos 15 minutos antecedentes a coleta a paciente foi colocada em uma maca em ambiente calmo e permaneceu deitada e acordada.



Figura 1 - Foto bioeletrográfica do dedo mínimo e setores correspondentes aos órgãos.



As fotos foram obtidas através do equipamento da marca Bio Well com as seguintes características: pulso de corrente com duração de 10 mcs; frequência de repetição de 1000 Hz; intervalo de indução de 1 s; amplitude do pulso de voltagem abaixo de 3,5 kV e resolução da imagem de 380 * 285 pixels.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tabela 1 E – setor do dedo mínimo esquerdo correspondente à glândula mamária esquerda da paciente, D – setor do dedo mínimo direito correspondente à glândula mamária direita da paciente, Es - setor do dedo mínimo esquerdo correspondente à glândula mamária esquerda de uma mulher saudável, Ds - setor do dedo mínimo direito correspondente à glândula mamária direita de uma mulher saudável, Dif% - Diferença percentual, N – dentro dos padrões de uma pessoa saudável, SP – Não há parâmetros estabelecidos

	Área Normalizada (AN)	Ruído Interno (%) (RI)	Energia (10 ⁻² Joules) (En)	Coefficiente de Forma (CF)	Coefficiente de Entropia (CE)
E	3,12	0,38	8,09	1,36	2,23
D	2,62	0,29	5,65	1,3	2,05
Es e Ds	1,3<AN<2,5	0,1<RI<0,3	5<En<8	SP	SP
Dif % E x D	16,03%	23,68%	30,16%	4,41%	8,07%
Dif % E x Es	24,80%	26,67%	1,13%		
Dif % D x Ds	4,80%	N	N		

A AN referida na tabela1 (tab1) é dada pela razão entre a área do halo luminoso (figura1) que se forma ao redor do dedo e a área interna ao halo, sendo a AN dependente da quantidade de elétrons emitidos. Quanto maior a atividade metabólica de determinado órgão ou região do corpo, maior será a quantidade de elétrons emitidos pelo setor correspondente no dedo. (KOROTKOV, 2014; VOEIKOV, 2000; WILLIANS, 2006; Yakovleva et Al. 2013)

O câncer encontra-se na mama esquerda e observando a tab. 1 a AN de E é maior 16,03% em relação à AN de D e a AN de E é 24,8% maior em relação ao limite superior da AN de Es; quando comparada a diferença entre a An de D e Ds esta é de apenas 4,8%.

O RI é dado em pixels e mede a quantidade de luz emitida na região interna ao halo luminoso, quanto mais luz nesta região maior a atividade fisiológica de determinado órgão (KOROTKOV, 2014). O RI de E é maior 23,68% em relação ao RI de D e o RI de E é 26,67% maior em relação ao limite superior do RI de Es. Quanto ao RI de D este encontra-se dentro dos limites esperados para uma pessoa saudável.

A En é a energia da luz emitida pelo halo luminoso ou determinado setor deste halo e é dada em Joules (10⁻² Joules). A En de E é maior 30,16% em relação à En de D e a En de E é 1,13% maior em relação ao limite superior da En de Es. Quanto a En de D, esta encontra-se dentro dos limites esperados para uma pessoa saudável.

O CF é dado pela fórmula $CF = a \times L2 / S$ onde:

a – medida angular, em graus, do setor do halo a ser analisado.

L – perímetro externo total do halo em mm

S – área total do halo mm²



O CF é característica da complexidade da imagem, quanto maior o CF maior o número de órgãos e sistemas envolvidos na busca da homeostase para determinado processo fisiológico (KOROTKOV, 2014). O CF de E é maior 4,41% em relação ao CF de D.

O CE é dado pela razão entre o perímetro externo e interno do halo. No organismo representa o quão desregulado encontra-se o funcionamento fisiológico de determinado órgão ou sistema, indica ainda o nível de exigência imposta a um processo fisiológico (KOROTKOV, 2014). O CE de E encontra-se 8,07% aumentado em relação ao CE de D. As diferenças entre os lados direito e esquerdo dos parâmetros apresentados demonstram maior emissão de fótons, como consequência do maior fluxo de elétrons, no setor do Dme correspondente a mama esquerda, quando comparado ao setor do Dmd correspondente a mama direita.

O câncer é o crescimento celular de forma desordenada e acelerada, gerando maior atividade metabólica das células tumorais, o que ocasiona maior fluxo de elétrons (INCA, 2004; KOROTKOV, 2014; VOEIKOV, 2000; WILLIANS, 2006; Yakovleva et Al. 2013). Devido a maior emissão de fótons, no setor do dedo correspondente a área tumoral, quando comparado ao mesmo setor do dedo contralateral (lado saudável), parece existir correlação positiva entre a emissão de fótons e atividade cancerígena.

Estes achados corroboram com os encontrados por Gagua (2004), no qual as FB dos Dme e Dmd de 140 mulheres com CM foram comparadas com as de 44 mulheres saudáveis, sendo encontrados maiores níveis, estatisticamente significativos, nos parâmetros An, CE e CF das mulheres com CM.

Garinov (2012) comparou as FB de 100 pacientes com câncer de próstata, encontrando diferenças, estatisticamente significativas, na En. Os pacientes em estágio mais avançado do câncer apresentaram maior En em relação aos que se encontravam no estágio inicial da doença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados neste estudo de caso apontam para uma possível correlação positiva entre a existência do CM e a An, RI, En, CF, e CE do setor do Dmd e Dme, correspondentes às glândulas mamárias.

São hipóteses a serem investigadas:

- 1) Existência de correlação entre o estado de avanço do CM e os dados das FB.
- 2) Utilização da bioeletrografia como exame de rastreio do CM, uma vez que o equipamento é de baixo custo, se comparado ao utilizado na atualidade.

Pesquisa futura terá como objetivo comparar as técnicas de rastreio do câncer de mama através da mamografia e bioeletrografia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHN. A.C., Wu J, Badger GJ, Hammerschlag R, Langevin HM. Electrical impedance along connective tissue planes associated with acupuncture meridians. BMC Complement Altern Med. 2005; 5:10.



13º Congresso de Pós-Graduação

Gagua PO, Gedevanishvili EG, Kapanidze A, et al. Experimental study of the GDV Technique application in oncology. In: Korotkov KG eds. Measuring Energy Fields: State of the Science. Fair Lawn: Backbone Publishing Co., 2004:43-51.

Garinov G., Korotkov K. Prostate Cancer Groups Statistics Pilot Study. In: Proceedings of XVI International Scientific Congress on Bioelectrography. St Petersburg 2012:56-57.

Ho MW, Knight DP. The acupuncture system and the liquid crystalline collagen fibers of the connective tissues. 1998; Am J Chin Med26: 251-263.

Instituto Nacional do Câncer (INCA). Controle do Câncer de Mama – Documento de Consenso 2004, Ministério da Saúde do Brasil. Disponível em: <http://www1.inca.gov.br/publicacoes/ConsensoIntegra.pdf>. Acesso em 06 Junho 2015.

Instituto Nacional do Câncer (INCA). Estimativa do número de novos caso no ano de 2014. Disponível em: http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/acoes_programas/site/home/nobrasil/programa_controle_cancer_mama/deteccao_precoce. Acesso em: 06 Junho 2015.

Kim, J.; Ogay, V.; Lee, B. C.; Kim, M. S.; et al. Catecholamine-Producing Novel Endocrine Organ: Bonghan System. Medical Acupuncture 2008, 20, 2: 97-102

Korotkov, K., Matravers P, Orlov D.V., et al. Application of electrophoton capture (EPC) analysis based on gas discharge visualization (GDV) technique in medicine: a systematic review. Journal of Alternative and Complementary Medicine, vol. 16, no. 1, pp. 13-25, 2010.

Korotkov, K. Energy Fields Electrophotonic Analysis in Humans and Nature. 2a Edição, 2014 ISBN-13: 978-1499216264; ISBN-10: 1499216264.

Kostyuk N., Rajnarayanan R. V., Isokpehi R. D., Sims J., Williams B, Korotkov K, Howcroft S, Yeager M, Mann H, Cohly H. H. Bioelectrographic method in detecting heterogeneity and unique features in autism. Int. J. Environ. Res. Public Health 2009, 6

Kovacs, FM; Gotzens, V; Garcia A; et al. Radioactive pathways of hypodermically injected technetium-99m. Am J Chin Med.; 24: 101-102. 1996.

Langevin HM, Yandow JA. Relationship of acupuncture points and meridians to connective tissue planes. Anat Rec (New Anat)269: 257-265, 2002.

Mandel P. Energy Emission Analysis; New Application of Kirlian Photography for Holistic Medicine. -Synthesis Publishing Co., Germany. 1986.

Matsumoto K, Birch S. H. Diagnosis: Reflections of the sea. Brookline: Paradigm Publications; 1988.

Oschman JL. . A biophysical basis for acupuncture. Proceedings of the First Symposium of the Committee for Acupuncture Research,1993.

Silva R. C. F.; Hortale V. A. Rastreamento do Câncer de Mama no Brasi Revista Brasileira de Cancerologia. V. 58(1), p. 67 - 71, 2012.

Stux,G.,Hammerschlag R. Acupuntura Clínica, Ed. Manole S.Paulo,2005

Sung, B.; Kim, M. S.; Lee, B.; et al. Naturwissenschaften 95:117-124. 2008.

Voeikov V. Active Oxygen, Water, Photons, and Life. Rivista di Biologia/Biology Forum; 94 (2), pp. 237-258. 2001.



Voeikov V, "Mitogenetic radiation, biophotons, and non-linear oxidative processes in aqueous media," in Integrative Biophysics, Biophotonics, F. A. Popp, L. Belousov, editors, Kluwer Academic Publishers, Dordrecht/Bosont/London, 2003 pp. 331-360.

Voeikov V, "Processes Involving Reactive Oxygen Species are the Major Source of Structured energy for Organismal Biophotonic Field Pumping," in L. Belousov, F-A. Popp, V. Voeikov, and R. Van Wijk, editors, Biophotonics and Coherent Systems, Proceedings of the 2nd Alexander Gurwitsch Conference and Additional Contributions, Moscow University Press, Moscow, 2000.

Willians B. How does gas discharge visualization technique assess a body? Emerging models of energy and control in biophysics and physiology. In: Proceedings of X International Scientific Congress on Bioelectrography. St Petersburg 2006:211-214.

Yakovleva, E. G.; Korotkov, Konstantin. Electrophotonic Analysis in Medicine, GDV Bioelectrography Research (2013). ISBN 978-1481932981.

Yamamura, Y. Acupuntura Tradicional: A Arte de inserir. 2^a ed. São Paulo: Roca, 2001.



CURRÍCULO INTEGRADO NO CURSO DE PEDAGOGIA: PERSPECTIVAS PARA O DEBATE

Autor(es)

AFONSINA MARIA FERREIRA

Orientador(es)

RENATA CRISTINA OLIVEIRA BARRICHELO CUNHA

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa de mestrado tem como temática a organização do currículo no curso de Pedagogia problematizando a integração das disciplinas. O contexto da pesquisa, bem como a proposta de currículo que será investigada, é o curso de Pedagogia oferecido pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), uma instituição pública. Como docente do curso, meu interesse de pesquisa nasce das reflexões cotidianas sobre a dinâmica de organização desse currículo.

A UEMG reestruturou o currículo do curso de Pedagogia caracterizando-o como “currículo integrado” em 1998. A proposta desta reestruturação partiu do Conselho Departamental da Faculdade de Educação depois de analisar os efeitos negativos de especialização (Supervisão Pedagógica, Orientação Educacional, Inspeção Escolar e Administração Escolar) na formação e na atuação do egresso desse curso, na medida em que a visão fragmentada da realidade impedia o entendimento do processo educacional numa perspectiva de totalidade o que, por sua vez, comprometia uma atuação coerente e consequente com a realidade. O currículo integrado, nessa proposta, é orientado por uma formação teórica e interdisciplinar que busca restituir a unidade entre teoria e prática; é fruto de um trabalho coletivo e interdisciplinar e baseado na gestão democrática; e prioriza a pesquisa como elemento essencial na formação profissional.

Para a consecução dessa proposta foram definidos eixos temáticos que contêm toda a Base Comum Nacional para a Formação de Educadores e buscam a superação da organização curricular disciplinar tradicional, tornando as práticas de formação mais integradas. Para a elaboração desse currículo considerou-se a integração como fator inerente ao seu desenvolvimento. Com efeito, para fortalecer a perspectiva integrada do currículo criou-se uma disciplina específica chamada “Atividades Integradas Pedagógicas” (AIP).

Essa disciplina AIP constitui-se como o eixo articulador da proposta e se caracteriza como um momento de integração curricular em sala de aula em que todos os professores da turma de um determinado semestre se reúnem com os alunos, semanalmente, para desenvolver um trabalho conjunto. Sua realização está vinculada à elaboração e desenvolvimento dos projetos de ação das Práticas Pedagógicas de Formação e é também momento de equacionamento e problematização de questões de formação e aspectos relacionados ao desenvolvimento das atividades curriculares previstas para o semestre, de orientação aos alunos, bem como de apresentação final de trabalhos monográficos. A pesquisa é instrumento de transversalização de conhecimentos e articulação curricular, no sentido de possibilitar ao aluno aprofundar-se na problematização de questões e na busca de novas análises.



A partir do momento em que comecei a participar das AIP me deparei com a dificuldade que é trabalhar uma disciplina com vários outros colegas professores reunidos em sala de aula. Concomitantemente, esta angústia que sentia articulava-se com a necessidade de continuar os estudos em nível de Pós-Graduação Mestrado. Assim sendo, após a entrada no Mestrado e com a busca incessante dos referenciais bibliográficos levantados sobre o tema - currículo integrado - pudemos compreender que a problemática da integração entre disciplinas é bastante valorizada na literatura acadêmica nacional e internacional, mas poucas são as pesquisas que documentam e discutem experiências inovadoras sobre o currículo integrado no ensino superior. Para Lopes e Macedo (2011) muitas são as definições propostas para o termo currículo integrado, como: currículo global, metodologia de projeto, currículo interdisciplinar, currículo transversal. Estas diferentes denominações são agrupadas em três modalidades: “integração pelas competências e habilidades; integração de conceitos das disciplinas mantendo a lógica dos saberes disciplinares de referência; integração via interesse dos alunos e buscando referência nas demandas sociais e políticas mais amplas” (LOPES e MACEDO, 2011, p.123). William Kilpatrick foi o precursor dessa proposta de currículo integrado. Em 1918 ele estabeleceu um método para o desenvolvimento do currículo integrado. No entanto, este foi interpretado como teoria de organização de qualquer currículo. Esse método propõe que os alunos em sala de aula possam resolver problemas do cotidiano. “O projeto é desenvolvido em quatro etapas: definição do objetivo; definição do plano de trabalho para solucionar o projeto; execução do plano; avaliação do projeto realizado” (LOPES E MACEDO, 2011, 125).

As autoras enfatizam que:

“Essas etapas estão relacionadas às perguntas: como o aluno aprende? Como a aprendizagem contribui para uma vida melhor? Que tipo de vida é melhor? As atividades são organizadas pelos alunos, em função de suas necessidades pessoais, cabendo ao professor orientar a inter-relação dos saberes necessários à solução das questões colocadas” (LOPES e MACEDO, 2011, p.125).

Entretanto, Hirst e Peters, 1972 apud Lopes e Macedo (2011) fazem críticas ao currículo integrado, pois eles acreditam que o currículo nesta perspectiva de integrado, perde a especificidade do conhecimento e, conseqüentemente, estabelece uma ligação artificial. Todavia, consideram que a integração, pode acontecer quando uma disciplina absorve objetivos de conhecimentos diferentes e articulados. Assim, a integração possibilita as inter-relações entre os objetivos.

Nas leituras, a ideia de currículo integrado aparece relacionada ao conceito de interdisciplinaridade. Este conceito, de acordo com Japiassú (1976 apud FAZENDA, 2002, p.14), “consiste num trabalho em comum tendo em vista a interação das disciplinas científicas, de seus conceitos, diretrizes, de sua metodologia, de seus procedimentos, de seus dados e da organização de seu ensino” No entanto, “a interdisciplinaridade ainda se encontra relegada ao ostracismo em nosso sistema de ensino. Isto se deve aos arraigados preconceitos positivistas e cientificistas que ainda cultivam, sobretudo em nossas universidades, todo tipo de epistemologia da dissociação e do esfacelamento do saber [...] a ciência ensinada em nossas universidades PE bastante alienada. Ensina-se um saber em processo de cancerização galopante. Por que seus horizontes epistemológicos são cada vez mais reduzidos” (JAPIASSÚ, 1976 apud FAZENDA, 2002, p.14).



OBJETIVOS

O objetivo desta pesquisa é compreender os sentidos que os alunos de um curso de Pedagogia atribuem à integração do currículo no contexto da disciplina de Atividades de Integração Pedagógica (AIP).

DESENVOLVIMENTO

Para atender ao objetivo da pesquisa, além da revisão bibliográfica, foi realizado um trabalho de campo baseado na aplicação de 65 questionários com três perguntas abertas a licenciandos de diferentes semestres do curso. As questões foram: 1) Quais as contribuições das AIP para a integração das disciplinas do Curso de Pedagogia? 2) Quais as dificuldades que precisam ser sanadas? 3) Qual AIP, independente do Núcleo em que você esteja, foi mais significativa para você e por quê?

Os sentidos que os licenciandos atribuem à integração do currículo no contexto da disciplina de AIP estão em processo de sistematização e formulação de categorias de análise. Até o presente momento foi possível organizar os resultados da revisão bibliográfica sobre currículo, que constitui um dos conceitos centrais da dissertação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da revisão bibliográfica sobre currículo apontam que a fonte mais antiga do conceito de currículo, segundo Hamilton (1980 apud GOODSON, 2013, p.32) é o Oxford English Dictionary, de 1633. Neste conceito já se faz presente o senso de disciplina ou de ordem estrutural do currículo que, segundo o autor, é decorrente das ideias de John Calvin (1509-1564).

As pesquisas de Martins (1992) apontam que as edições de 1812 do Barclays Universal Dictionary e do Webster não registram o vocábulo currículo. Segundo o autor, este termo só vai aparecer em 1856, em dicionários com conteúdos especiais, significando pista de corrida; lugar para correr; carreta de corrida; curso em geral usado especialmente para referir-se a estudos universitários.

Para Silva (2000, p.18), há antecedentes, na história da educação ocidental moderna, institucionalizada, de preocupações com a organização da atividade educacional e com a atenção consciente à questão do que ensinar. Sustenta o autor que a “Didática Magna”, de Comenius, é um desses exemplos. A própria emergência da palavra curriculum, no sentido que modernamente atribuímos ao termo, está ligada à preocupação de organização e método, como ressaltam as pesquisas de David Hamilton.

Para Silva (2000, 2004), Lopes e Macedo (2011), Goodson (2013), e Martins (1992) o termo curriculum, no sentido que entendemos hoje- grade curricular com disciplinas, atividades, cargas horárias, conjunto de ementas e os programas das disciplinas, atividades, planos de ensino dos professores, experiências propostas e vividas pelos alunos- só passou a ser utilizada em países europeus como França, Alemanha, Espanha, Portugal, muito recentemente, sob influência teórica norte-americana.

Lopes e Macedo estabelecem a definição de currículo como: o conceito de currículo pressupõe a ideia de organização, prévia ou não, de experiências, situações de aprendizagem desenvolvidas pelos professores e redes de ensino de forma a levar a cabo um processo educativo. Sob



tal definição, no entanto, se esconde uma série de outras questões e que vem sendo objeto de disputas na teoria curricular (LOPES e MACEDO, 2011, p.19).

Algumas destas disputas são explicitadas por Young (2014) ao apontar o currículo como conhecimento dos poderosos: um sistema de relações sociais e de poder com uma história específica e interessada na manutenção das desigualdades sociais ou ao currículo como conhecimento poderoso, isto é, como um corpo complexo de conhecimento especializado [...] capaz de prover os alunos de recursos para explicações e para pensar alternativas, qualquer que seja a área de conhecimento e a etapa da escolarização” (YOUNG, 2014, p.201).

De acordo com o autor, é neste momento que entra a teoria do currículo, possibilitando-nos analisar e criticar suas diferentes formas, desenvolver e propor alternativas do mesmo. Neste aspecto, poderíamos descrever os teóricos do currículo como especialistas específicos de conhecimento aplicado.

Assim sendo, consideramos relevante apresentar as diferentes concepções que subjazem à teoria curricular.

A concepção tecnicista do currículo tem como filosofia subjacente o positivismo e “está inserida em uma racionalidade técnica de origem epistemológica herdada deste, que prevaleceu ao longo de todo o século XX, servindo de referência para a educação e socialização dos profissionais em geral e dos docentes em particular” (PÉREZ GÓMEZ, 1992).

Para Silva (2004) o currículo surge como campo profissional e especializado nos Estados Unidos como resultado da industrialização. Não obstante, este novo contexto precisa ser reorganizado tanto nos aspectos sociais, quanto educacionais. E a escola é desenhada para atender aos novos problemas sociais originários desta industrialização.

Ressalta o autor, que em 1960, muitos críticos reivindicam uma nova teorização para o currículo. Aparecendo desse modo, o movimento denominado de reconceptualização. “Da mesma forma, a literatura inglesa reivindica a prioridade para a chamada Nova Sociologia da Educação (NSE), um movimento identificado com o sociólogo inglês Michel Young” (SILVA, 2004, p.29).

Estes grupos identificados como “movimento de reconceptualização” não aceitavam o currículo com perspectivas técnicas e administrativas, considerando que estas, não se adaptavam às concepções de fenomenologia, hermenêutica, marxismo e com a teoria crítica da Escola de Frankfurt. “Aquilo que, nas perspectivas tradicionais, era entendido como currículo era precisamente o que de acordo com aquelas teorias sociais, precisava ser questionado e criticado” (SILVA, 2004, p.37).

De acordo com o autor, para as teorias críticas o importante não é desenvolver técnicas de como fazer o currículo, mas desenvolver conceitos que nos permitam compreender o que o currículo faz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A síntese da pesquisa bibliográfica apresentada neste trabalho vem favorecendo a ampliação de reflexões acerca do currículo integrado nos moldes propostos pelo curso que é tomado como contexto de investigação e provoca a questão se basta a integração de professores de diferentes disciplinas em sala de aula para se instituir um currículo integrado crítico. A inte-



gração ou interdisciplinaridade não pode ser associada à superação da fragmentação quando está relacionada à instrumentação técnica, por exemplo.

A análise dos questionários poderá apontar os sentidos e os efeitos do currículo integrado na formação dos licenciandos e as condições para que ele se efetive numa perspectiva emancipadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FAZENDA. Ivani Catarina Arantes. Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia? 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- GOODSON, I. F. Currículo: teoria e história. 14^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- LOPES, A. C., MACEDO, E. F. Teorias do currículo. São Paulo: Cortez, 2011.
- MARTINS, Joel. Um enfoque fenomenológico do currículo: educação como poíeses. São Paulo: Cortez Editora, 1992.
- GÓMEZ, A. P. O pensamento do professor: a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, António. Os professores e a sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992 (vários capítulos).
- UEMG- Universidade do Estado de Minas Gerais. Curso de Pedagogia Organização Curricular. Belo Horizonte, 2000.
- YOUNG, M. Teoria do Currículo: o que é e por que é importante. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v.44, n.151, p.190-202. Jan/mar, 2014.



LOGÍSTICA REVERSA: UM ESTUDO SOBRE AS PRINCIPAIS PESQUISAS REALIZADAS NO PERÍODO 2010-2015

Autor(es)

FABIANO MARTIN TIOSSI

Orientador(es)

ALEXANDRE TADEU SIMON

INTRODUÇÃO

Com as novas tendências de mercado, a logística reversa tem conquistado lugar de destaque devido sua contribuição para o desenvolvimento sustentável das organizações e da sociedade. Com o crescimento das operações e as constantes evoluções do cenário organizacional, questões ambientais foram inseridas na pauta administrativa das empresas em virtude dos impactos que os processos produtivos e a prestação de serviços causaram e ainda causam no meio ambiente, sendo as empresas apontadas como as principais responsáveis por esses impactos (LEMES JÚNIOR e PISA, 2010). Uma preocupação crescente foi a de atender às exigências governamentais que por meio de leis disciplinaram o descarte inadequado de resíduos decorrentes do processo produtivo, bem como a sensibilidade dos consumidores em contribuir com a diminuição desses impactos ambientais ao consumir e adquirir produtos de empresas engajadas no trato ambiental. Para Rogers e Tibben-Lembke (1999, p.2) a logística reversa é definida como o “processo de planejamento, implementação e controle da eficiência, do custo efetivo do fluxo de matérias-primas, estoques de processo, produtos acabados e as respectivas informações, desde o ponto de consumo até o ponto de origem, com o propósito de recapturar valor ou adequar o seu destino.” Dentre os impactos causados pelos processos da logística reversa no contexto organizacional, destacam-se a proteção ao meio ambiente; a diminuição dos custos; a melhora na imagem da empresa perante o mercado; aumento da competitividade e conseqüentemente o aumento dos lucros, retenção e fidelização de clientes; e o atendimento às questões legais impostas pelo governo e sociedade (LEITE, 2009).

OBJETIVOS

Este estudo tem como objetivo apresentar um levantamento bibliográfico sobre a logística reversa, de forma a identificar as principais pesquisas realizadas na área no período de 2010 a 2015.

DESENVOLVIMENTO

Para a apresentação dos resultados, foram pesquisados 250 estudos incluindo artigos científicos, teses e dissertações sobre o tema. Para atender ao objetivo do trabalho utilizaram-se filtros visando identificar se o resultado encontrado apresentava relação com o tema principal. Na busca pela literatura nacional utilizou-se o termo logística reversa, tendo como fonte central de pesquisa o Portal de periódicos da Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e sites de instituições de ensino federais e estaduais no país. Nas referências interna-



cionais, a pesquisa foi feita pelo termo reverse logistics. Após o levantamento, identificou-se a classificação Qualis-Capes dos artigos científicos, estabelecendo como referências os que apresentavam A1, A2, B1 e B2. Foram utilizados como ponto de referência os principais periódicos que abordam o assunto: European Journal of Operational Research (EJOR), Journal of Cleaner Production (JOCP), International Journal of Production Economics (IJPE), Resources, conservation and Recycling (RCR), Waste Management (WASTE) e Revista Gestão e Produção (G&P). A tabela 1 apresenta a origem, classificação e distribuição anual da literatura utilizada.

PUBLICAÇÃO	ORIGEM	CLASSIFICAÇÃO QUALIS-CAPEs	DISTRIBUIÇÃO DE LITERATURA					
			2015	2014	2013	2012	2011	2010
EJOR	Internacional	A1	01	01	01	01	-	-
JOCP	Internacional	A2	01	-	04	-	01	-
RCR	Internacional	B1	03	-	02	01	01	-
WASTE	Internacional	A2	01	-	-	-	-	-
IJPE	Internacional	A1	-	01	05	03	-	-
G&P	Nacional	B2	-	-	01	01	-	-
TOTAL DE PUBLICAÇÕES			06	02	13	06	02	-

Tabela 1: Origem, classificação e distribuição dos periódicos.

Fonte: O autor.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nos resultados, nota-se que a logística reversa tem conquistado grande espaço tanto na área acadêmica quanto empresarial. Diversos são os estudos que abordam o tema. De acordo com a metodologia utilizada, os resultados levantados diferenciam-se entre os autores, com múltiplas abordagens apresentadas no quadro 1- partes A e B.



JOURNAL	AUTORES	PRINCIPAIS ABORDAGENS
EJOR	Govindan, Soleimani e Kannan (2015)	Revisão bibliográfica sobre as últimas publicações na área de logística reversa e cadeia de suprimentos fechada, abordando o estado da arte.
	Niknejad e Petrović (2014)	Apresentam uma proposta de otimização de redes integradas de logística reversa com diferentes rotas de recuperação do produto, incluindo reparação e remanufatura.
	Soleimani e Govindan (2014)	Estudo sobre um projeto de rede de logística reversa e seu planejamento utilizando valor condicional em risco. Apresentam uma proposta de desenvolvimento de uma aversão ao risco por meio de uma medida estocástica no projeto ou planejamento da logística reversa.
	Alumur, Nickel, Saldanha da Gama e Verter (2012)	Proposta de modelo de estrutura de modelagem para a maximização do lucro e solução dos problemas de rede da logística reversa de máquinas de lavar e secadoras na Alemanha.
JOCP	Baenas, Castro, Bastistelle e Gobbo Junior (2011)	Estudo sobre a gestão do fluxo da logística reversa nas indústrias de baterias de veículos no centro-oeste do estado de São Paulo (Brasil), com proposta de uma nova estrutura de logística reversa para os pequenos fabricantes de baterias.
	Nikolaou, Evangelinos e Allan (2013)	Apresentação de um quadro de avaliação da logística reversa baseado na abordagem <i>triple bottom line</i> .
	Guarnieri et al (2015)	Estudo sobre o desafio de seleção e avaliação de fornecedores terceirizados de logística reversa, analisando especificamente um estudo de caso brasileiro.
	Bai e Sarkis (2013)	Pesquisa voltada à flexibilidade na logística reversa por meio de um quadro com abordagem avaliativa separando a flexibilidade em operacional e estratégica.
	Mafakheri e Nasiri (2013)	Apresentam uma proposta de partilha de receitas na logística reversa de fabricantes de cartuchos de impressoras com revendedores, apresentando incentivos aos consumidores para devolução do produto usado.
	Silva et al (2013)	Estudo de caso no Brasil por meio de uma comparação de embalagens descartáveis e retornáveis de cabeças usinadas de motor, elaborando um modelo de retorno de embalagens retornáveis a fim de substituir as descartáveis.
RCR	Zhou e Zhou (2015)	Projeção de uma operação <i>multi-escala</i> na logística reversa de rede por meio de um estudo de caso de papel de escritório em Pequim. Proposta de um modo de operação por meio de uma aliança estratégica entre a logística reversa de terceiros, organizações sem fins lucrativos e produtores de papel de escritório.
	Agrawal, Singh e Mustafa (2015)	Revisão sistemática de literatura e perspectivas sobre a logística reversa. Identificação de lacunas na literatura para oportunidades de pesquisas futuras.
	Mahmoudtradeh, Mansour e Karimi (2103)	Apresentam um novo modelo de logística reversa visando minimizar os problemas causados pelo fim do ciclo de vida de veículos.
	Kor e Udm (2013)	Apresentam um estudo na Malásia sobre a logística reversa buscando investigar seus efeitos voltados para práticas de gestão verde da cadeia de suprimentos, descrevendo os impactos causados pela geração de resíduos de equipamentos elétricos e eletrônicos.
	Kannan et al (2012)	Apresentação de um modelo de projeto de rede de logística reversa com base na pegada de carbono. O modelo proposto visa minimizar as alterações climáticas (especificamente, a pegada de CO ₂).
	Kalic, Cebeci e Ayhan (2015)	Elaboração de um sistema de logística reversa para resíduos de equipamentos elétricos e eletrônicos na Turquia e um modelo de algoritmo que pode ser utilizado para otimizar a estrutura da rede de reciclagem dos REEE.
	Coelho e Gobbo Júnior (2011)	Apresentação de um modelo de logística reversa para a reciclagem de resíduos pós-consumo de embalagens PET no Brasil, com oportunidades e desafios.

QUADRO 1: Principais abordagens sobre o tema de acordo com os autores. PARTE A

Fonte: O autor.



JOURNAL	AUTORES	PRINCIPAIS ABORDAGENS
WASTE	Ferri, Chaves e Ribeiro (2015)	Análise de viabilidade da instalação de pontos de coleta dos resíduos sólidos urbanos com a participação de associações e cooperativas de catadores por meio de uma rede de logística reversa.
IJPE	Abdulrahman, Gunasekaran e Subramanian (2014)	Proposta de um modelo de implementação teórica e empírica sobre a logística reversa, identificando entraves significativos no que se refere à gestão financeira, política e infra-estrutura na indústria de fabricação chinesa, como na automobilística, elétrico-eletrônica, plásticos, aço/construção, têxtil e produtos à base de papel.
	Ye, Zhao, Prahinski e Li (2013)	Investigam os efeitos de três pressões institucionais na postura de gerenciamento da implementação da logística reversa chinesa: do governo, dos clientes e dos concorrentes e demonstram que pressões institucionais têm uma influência estatisticamente positiva sobre posturas gerenciais no processo de implementação da logística reversa.
	Lai, Wu e Wong (2013)	Descrevem que as ações de logística reversa representam uma importante e emergente tendência nas práticas de manufatura chinesa, considerando a abordagem <i>triple bottom line</i> . Fabricantes chineses têm integrado as práticas de logística reversa em suas operações como forma de desenvolver uma vantagem competitiva sustentável.
	Bogataj e Grubbstrom (2013)	Estudo de atrasos de transporte na logística reversa. Aplicação da teoria MRP, considerando especificamente atividades de transporte. A análise inclui uma oferta de cadeia incluindo quatro sub-sistemas: fabricação, distribuição, consumo e logística reversa.
	Zerhouni, Gayon e Frein (2013)	Investigam o impacto da dependência entre retornos e demandas em um contexto de logística reversa. Os autores consideram dois modelos: um com retornos independentes da demanda e outro, com retornos dependentes da demanda. Para cada modelo, são consideradas equações numéricas que visam mensurar resultados específicos.
	Govindan et al (2012)	Análise de um provedor terceirizado de logística reversa de pneus usando uma modelagem estrutural interpretativa que pode ser usada em conjunto de empresas ou individual.
	Nativi e Lee (2012)	Estudam os impactos das estratégias RFID em uma cadeia de suprimentos descentralizada com operações de logística reversa. É considerada uma cadeia de fornecimento com um fabricante e dois fornecedores diferentes, sendo um de material reciclado e outro de matéria-prima.
	Das e Chowdhury (2012)	Proposta de uma abordagem integrada de planejamento de logística reversa da cadeia de suprimento de empresas que produzem e comercializam produtos em diferentes níveis de qualidade. Consideram um modelo de programação inteira mista para formular o processo de planejamento global necessário para maximizar o lucro, considerando um montante de produtos devolvidos, a recuperação de módulos e a proporção do mix de produtos em diferentes níveis de qualidade.
G&P	Hernández, Marins e Castro (2012)	Proposta de um modelo de gerenciamento da logística reversa de produtos eletrônicos, atendendo as especificidades legais do Brasil.
	Araújo et al (2013)	Desenvolvem um estudo de caso sobre a logística reversa no meio eletrônico e descrevem seu processo do maior varejista virtual do mercado brasileiro, sem identificar a empresa. Pelos resultados, apresentam que uma tendência futura para o mercado seja mudar para um modelo de gestão de logística reversa multiclientes.

QUADRO 1: Principais abordagens sobre o tema de acordo com os autores. PARTE B

Fonte: O autor.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o avanço das tecnologias, o crescimento de consumo de produtos e sua redução do ciclo de vida, as autoridades governamentais começaram a desenvolver um processo rigoroso de acompanhamento e controle do descarte de bens, em especial dos que afetam diretamente o meio ambiente. Nesse processo, a logística reversa tem ocupado papel de destaque no mercado, em especial com as empresas que se preocupam em desenvolver ações que preservem o meio ambiente e contribuam para o desenvolvimento sustentável, tanto no ambiente nacional quanto internacional. Pelos resultados da pesquisa, percebe-se que há uma grande preocupação na realização de estudos voltados à área pela comunidade acadêmica internacional.

O ano de 2013 foi o que apresentou maior número de publicações sobre o tema, seguido de 2015. No entanto, destaca-se o ano de 2015 pelo número de estudos encontrados até o primeiro quadrimestre. Nas publicações nacionais, a última se deu em 2013. Das pesquisas realizadas no Brasil, o maior enfoque deu-se para embalagens PET, embalagens descartáveis e retornáveis, e de aparelhos eletrônicos.

Todos os estudos demonstram a importância da logística reversa tanto para o meio ambiente quanto como fator que contribui para o desenvolvimento organizacional sustentável e grande parte das pesquisas consideram que as pressões legislativas são consideradas como um dos fatores de maior destaque para implementações de estratégias de logística reversa nos negócios, além da importância para o triple bottom line.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDULRAHMN, M. D.; GUNASEKARAN, A.; SUBRAMANIAN, N. Critical barriers in implementing reverse logistics in the Chinese manufacturing sectors. *Int. J. Production Economics*, 2014.

AGRAWAL, S.; SINGH, R. K.; MURTAZA, Q. A literature review and perspectives in reverse logistics. *Resources, Conservation and Recycling*, 2015.

ALUMUR, S. A.; NICKEL, S.; SALDANHA DA GAMA, F.; VERTER, V. Multi-period reverse logistics network design. *European Journal of Operational Research*, 2012.

ARAUJO, A.C.; MATSUOKA, E.M.; UNG, J.E.; HILSDORF, W.C.; SAMPAIO, M.. Logística reversa no comércio eletrônico: um estudo de caso. *Gest. Prod., São Carlos*, v. 20, n. 2, p. 303-320, 2013.

BAENAS, J.M.H.; CASTRO, R.; BATTISTELLE, R.A.G.; Gobbo Junior, J.A. A study of reverse logistics flow management in vehicle battery industries in the midwest of the state of São Paulo (Brazil). *Journal of Cleaner Production*, 2011.

BAI, C.; SARKIS, J. Flexibility in reverse logistics: a framework and evaluation approach. *Journal of Cleaner Production*, 2013.

BOGATAJ, M.; GRUBBSTROM, R. W. Transportation delays in reverse logistics. *Int. J. Production Economics*, 2013.



BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J. Logística empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimentos. Tradução: Equipe do Centro de Estudos em Logística, Adalberto Ferreira das Neves. São Paulo: Atlas, 2001.

CARDOSO, S. R.; BARBOSA POVOA, A. P. F.D.; RELVAS, S. Design and planning of supply chains with integration of reverse logistics activities under demand uncertainty. *European Journal of Operational Research*, 2013.

COELHO, T.M.; CASTRO, R.; GOBBO Jr, J.A.. PET containers in Brazil: Opportunities and challenges of a logistics model for post-consumer waste recycling. *Resources, Conservation and Recycling*, 2011.

DAS, K.; CHOWDHURY, A. H. Designing a reverse logistics network for optimal collection, recovery and quality-based product-mix planning. *Int. J. Production Economics*, 2012.

FERRI, G. L.; CHAVES, G. L. D.; RIBEIRO, G. M. Reverse logistics network for municipal solid waste management: The inclusion of waste pickers as a Brazilian legal requirement. *Waste Management*, 2015.

GARCIA-RODRIGUEZ, F. J.; CASTILLA-GUTIERREZ, C.; BUSTOS-FLORES, C. Implementation of reverse logistics as a sustainable tool for raw material purchasing in developing countries: The case of Venezuela. *Int. J. Production Economics*, 2013.

GUARNIERI, P.; SOBREIRO, V. A.; NAGANO, M. S.; SERRANO, A. L. M. The challenge of selecting and evaluating third-party reverse logistics providers in a multicriteria perspective: a Brazilian case. *Journal of Cleaner Production*, 2015.

GOVINDAN, K.; SOLEIMANI, H.; KANNAN, D. Reverse logistics and closed-loop supply chain: A comprehensive review to explore the future. *European Journal of Operational Research*. 2015.

GOVINDAN K.; PALANIAPPAN, M.; ZHU, Q.; Kannan, D. Analysis of third party reverse logistics provider using interpretive structural modeling. *Int. J. Production Economics*, 2012.

HERNANDEZ, C. T.; MARINS, F. A. S.; Castro, R. Ce. Modelo de Gerenciamento da Logística Reversa. *Gest. Prod., São Carlos*, v. 19, n. 3, p. 445-456, 2012.

KANNAN, D.; DIABAT, A.; ALREFAEI, M.; GOVINDAN, K.; YONG, G. A carbon footprint based reverse logistics network design model. *Resources, Conservation and Recycling*, 2012.

KHORA, K. S.; UDINB, Z. M. Reverse logistics in Malaysia: Investigating the effect of green product design and resource commitment. *Resources, Conservation and Recycling*, 2013.

KILIC, H. S.; CEBECI, U.; AYHAN, M. B. Reverse logistics system design for the waste of electrical and electronic equipment (WEEE) in Turkey. *Resources, Conservation and Recycling*, 2015.

LAI, K.; WU, S.J.; WONG, C.W.Y. Did reverse logistics practices hit the triple bottom line of Chinese manufacturers? *Int. J. Production Economics*, 2013.

LEITE, P.R. Logística reversa: meio ambiente e competitividade. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

MAFAKHERI, F.; NASIRI, F. Revenue sharing coordination in reverse logistics. *Journal of Cleaner Production*, 2013.

MAHMUDZADEH, M.; MANSOUR, S; KARIMI, B. To develop a third-party reverse logistics network for end-of-life vehicles in Iran. *Resources, Conservation and Recycling*, 2013.



NATIVI, J. J.; LEE, S. Impact of RFID information-sharing strategies on a decentralized supply Chain with reverse logistics operations. *Int. J. Production Economics*, 2012.

NIKNEJAD, A.; PETROVIC, D. Optimisation of integrated reverse logistics networks with different product recovery routes. *European Journal of Operational Research*, 2014

NIKOLAOU, I. E.; EVANGELINOS, K. I.; ALLAN, S. A reverse logistics social responsibility evaluation framework based on the triple bottom line approach. *Journal of Cleaner Production*, 2013.

SILVA, D. A. L.; RENO, G. W. S.; SEVEGNANI, G.; SEVEGNANI, T. B.; TRUZZI, O. M. S. Comparison of disposable and returnable packaging: a case study of reverse logistics in Brazil. *Journal of Cleaner Production*, 2013.

SOLEIMANI, H.; GOVINDAN, K. Reverse logistics network design and planning utilizing conditional value at risk. *European Journal of Operational Research*, 2014.

YE, F.; Zhao, X.; Prahinski, Carol; Li, Y. The impact of institutional pressures, top managers' posture and reverse logistics on performance—Evidence from China. *Int. J. Production Economics*, 2013.

ZERHOUNI, H.; GAYON, J.-P.; FREIN, Y. Influence of dependency between demands and returns in a reverse logistics system. *Int. J. Production Economics*, 2013.

ZHOU, X.; ZHOU, Y. Designing a multi-echelon reverse logistics operation and network: A case study of office paper in Beijing. *Resources, Conservation and Recycling*, 2015.



ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS MECÂNICAS DE DIFERENTES MODELOS DE BANDA ELÁSTICA DE JOELHOS E EFEITOS NO TREINAMENTO DE FORÇA.

Autor(es)

**WILLY ANDRADE GOMES
ADRIANE DE MEDEIROS FERREIRA
PAULO HENRIQUE MARCHETTI**

Orientador(es)

PAULO HENRIQUE MARCHETTI

INTRODUÇÃO

Atualmente várias modalidades esportivas vêm utilizando diferentes tipos de acessórios com o intuito de aumentar a segurança e/ou o desempenho de atletas e sujeitos treinados em força. Dentre tais modalidades destaca-se o powerlifting, o qual apresenta acessórios de treino específicos, e divididos em quatro grupos: roupas suporte (macacão para agachamentos, macacão para levantamento terra, colete para supino, colete eretor e calções para agachamento), faixas/bandas (faixa para punhos, faixas para joelhos), cintos (cintos para levantamentos) e outros como protetores bucais e calçados anti-derrapantes (GROVES, 2002; COUTINHO, 2011). Dentre tais acessórios, destacam-se as bandas elásticas de joelhos (BE) que de acordo com a literatura é capaz de aumentar o desempenho durante o agachamento isométrico máximo por volta de 21 e 25% (HARMAN e FRYKMAN, 1990; GOMES et al. 2014) e de 19% durante o agachamento dinâmico (COUTINHO, 2011). Em teoria, a melhora do desempenho baseia-se no efeito mecânico dos componentes elásticos da banda, as quais aumentam a capacidade de carregamento dos sujeitos que a utilizam. Porém, o mercado esportivo dispõe de dois modelos distintos de banda elástica de joelhos, sendo uma considerada “soft” e outra “hard”, no entanto, pouco se sabe sobre as características mecânicas e as diferenças no padrão de auxílio de diferentes modelos de bandas elásticas de joelho.

OBJETIVOS

Sendo assim, objetivo do presente estudo foi quantificar e comparar as propriedades mecânicas dos dois modelos de BE a partir de um teste de tração e mensuração de suas tramas.

DESENVOLVIMENTO

O experimento visou realizar testes mecânicos de deformação dos diferentes tipos de banda elástica (Hard e Soft) da marca Maba Murphy Confecções Ltda, ambas novas. Inicialmente, as diferentes bandas elásticas de joelho foram fotografadas através de um estereoscópio (Zeiss, modelo Discovery V8) com resolução de 1000µm, visando observar as diferenças no espaçamento das tramas. Então, foi utilizada uma máquina universal de ensaio (EMIC, modelo DL-10000) visando mensurar as características mecânicas (curva de tensão-deformação) de cada tipo de banda elástica de joelho.



Os corpos-de-prova para os ensaios mecânicos foram preparados com dimensões similares à 12mm de comprimento x 6mm de largura x 2 mm de espessura. Antes de serem ensaiadas, as amostras foram pesadas através de uma balança semi-analítica (Shimadzu, modelo BL 320H, Japão) e condicionadas em uma câmara climática (CIENLAB, modelo CE - 300/350 - U, Brasil) em ambiente com umidade relativa de 53% com temperatura entre 23-26 °C até atingirem massa constante após aproximadamente 15 dias). As dimensões dos corpos-de-prova foram determinadas utilizando-se um paquímetro (Digimess analógico, modelo Stainless Hardened, Brasil) com precisão de 0,05mm. Então, os corpos-de-prova foram ensaiados em uma máquina universal de ensaio, com célula de carga (5kg de pico de carga) e uma velocidade de 50mm/min.

A resistência à tração máxima, alongamento na ruptura e módulo de elasticidade foram determinadas a partir das curvas tensão-deformação (σ versus ϵ) das amostras analisadas (Figura 5 e 6). Foram realizados sete ensaios mecânicos para cada tipo de banda, conforme preconizado por ASTM D 683M (2011). Para a aquisição dos dados do módulo de elasticidade (E) foram utilizados os valores referentes a 3% do início da curva de tensão-deformação, para ambas as variáveis: resistência à tração máxima, e alongamento na ruptura. Então, foi aplicada a seguinte equação 1: $E = \sigma / \epsilon$.

Para a análise estatística, a normalidade e homogeneidade das variâncias foram verificadas utilizando o teste de Shapiro-Wilk e Levene. Todos os dados foram reportados através da mediana e amplitude do intervalo interquartil. Um teste de Wilcoxon Mann-Witney para amostras independentes foi utilizado para comparar as diferenças entre valores para cada variável analisada. Significância de 5% foi utilizada para todos os testes estatísticos, através do software SPSS versão 21.0.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O objetivo do presente experimento foi observar as características físicas e quantificar as propriedades mecânicas dos diferentes tipos de banda elástica de joelhos, a partir de um teste de tração. A banda elástica pode ser caracterizada como um compósito, já que é composta por dois materiais (CALLISTER, 2008), sendo: 70% poliéster e 30% de elastodieno. O poliéster pode ser caracterizado como um polímero resistente com características mecânicas de deformação menores do que as apresentadas pelos elastômeros (COWIE e ARRIGUI, 2008). O elastômero também pode ser classificado como um polímero, no entanto, é considerado um material de grande capacidade elástica (COWIE e ARRIGUI, 2008).

As informações obtidas através das fotografias digitais mostraram que as diferentes bandas apresentaram diferenças nas distâncias entre tramas, sendo que para a banda soft, a distância entre tramas foi duas vezes maior do que a banda hard, confirmando nossa hipótese inicial.

No teste mecânico, foi possível observar uma diferença significativa no módulo de elasticidade e no alongamento de ruptura entre os tipos de banda (Hard e Soft). A banda hard apresentou um módulo de elasticidade 42,3% maior do que a soft, sendo que o alongamento até o ponto de ruptura da banda soft apresentou uma deformação de 41,15% maior do que a banda hard. Possivelmente, a banda soft apresentou maiores valores de alongamento na ruptura, devido à maior distância nos arranjos de suas tramas como verificado na figura 4. De acordo com Callister (2008) fatores como o arranjo e a orientação das fibras podem alterar a resistência e outras propriedades dos compósitos.



No caso da tensão para ruptura entre as bandas, não foi verificada diferença significativa entre as mesmas, e portanto, para essa variável, nossa hipótese inicial não foi confirmada. Provavelmente, os valores verificados para a tensão na ruptura foram determinados pelo poliéster devido à sua menor capacidade de deformação quando comparado ao elastômero (COWIE e ARRIGUI, 2008). Assim, quando os corpos de prova foram testados o poliéster rompeu primeiro do que o elastômero. Apesar de não verificarmos diferença para a tensão máxima na ruptura entre as bandas, foi observada diferença significativa para a deformação na ruptura e para o módulo de elasticidade.

Sendo assim, acredita-se que a distância entre as tramas seja o limitador da deformação e o poliéster o responsável pelo limite de tensão máxima das bandas elásticas analisadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os diferentes tipos de banda elástica de joelhos (Hard e Soft) apresentaram características físicas (distância entre tramas) e mecânicas diferenciadas, com exceção para a tensão máxima na ruptura. Portanto, verificou-se que a distância entre as tramas foi um fator determinante nas características de alongamento máximo na ruptura e no módulo de elasticidade, e o poliéster o responsável pelo limite máximo de tensão das bandas elásticas analisadas. Assim, recomenda-se que em condições competitivas, a BE "hard" parece ser mais adequada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALLISTER, J. W. D. (2008). *Ciência e engenharia de materiais: uma introdução*. Rio de Janeiro, LTC.
- Coutinho, M. (2011). *De volta ao básico: powerlifting - treinamento funcional, esporte de alto rendimento e prática coporal para todos*. São Paulo, Editora Phorte.
- Cowie, J. M. G. and V. Arrighi (2008). *Polymeres: chemistry and physics od modern materials*. Boca Raton, 3.
- Gomes, W. A., E. P. Serpa, et al. (2014). "Acute effects on maximal isometric force with and without knee wrap during squat exercise." *International Journal of Sports Science* 4(2): 47-49.
- Groves, B. (2002). *Powerlifting: Levantamentos básicos. Técnica e treinamento para o desempenho muscular atlético*. São Paulo, Editora Phorte.
- Harman, E. and P. Frykman (1990). "The effects of knee wraps on weightlifting performance and injury." *Nat. Strength Cond. J.* 12: 30-35.



UM MODELO DE UTILIZAÇÃO DE COMPUTAÇÃO EM NUVENS PARA EMPRESAS ATUANDO EM CADEIAS DE SUPRIMENTOS OPERANDO NO BRASIL

Autor(es)

JOÃO BATISTA DE CAMARGO JUNIOR

Orientador(es)

SILVIO ROBERTO IGNACIO PIRES

INTRODUÇÃO

O ambiente empresarial vem enfrentando, nos últimos anos, mudanças significativas quanto às formas de competição, conquista e manutenção de clientes. Nesse contexto, a integração direta com fornecedores e clientes participantes da cadeia de suprimentos (*Supply Chain* - SC) tem demonstrado ser de grande valia nos esforços de diferenciação das empresas, uma vez que viabiliza uma visão holística dos processos necessários para entrega do produto ou serviço ao consumidor. Despontada em meados da década de 1990, a gestão da cadeia de suprimentos (*Supply Chain Management* - SCM) se propõe justamente a auxiliar na administração de todos os processos que perpassam a SC (PIRES, 2004). Entre os itens importantes para a consecução dos objetivos da SCM têm-se o fluxo de informações entre organizações viabilizado pela estrutura de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC). Porém, os membros de uma SC enfrentam problemas na busca por um eficiente fluxo de informações, como a falta de alinhamento entre as estratégias de informação e a falta de compreensão sobre os benefícios que podem ser atingidos (HARLAND et al., 2007). Nesse contexto, uma emergente tecnologia denominada *Cloud Computing* (Computação em Nuvens - CN) aparenta ter potencial para poder responder positivamente a diversas dessas barreiras. Todavia, devido à contemporaneidade do tema, ainda pairam diversas dúvidas sobre sua efetividade para facilitar a troca de informações entre parceiros e sobre as formas de suplantar os desafios do conceito (CEGIELSKI et al., 2012).

OBJETIVOS

A CN pode auxiliar no correto fluxo de informações na SC ao se apresentar como uma solução multifuncional de aquisição de recursos computacionais mais simples que as opções tradicionais. Entretanto, embora a CN ofereça vantagens significativas para a aquisição e disponibilização de informações nas cadeias, as organizações ainda se mostram hesitantes em adotar essa abordagem para integrar suas operações conjuntas. Conforme notado por Cegielski et al. (2012), as preocupações com a segurança, confidencialidade e integridade dos dados e a qualidade do suporte de fornecedores de serviço demonstram ainda ter grande efeito na intenção de adoção da tecnologia. Desse modo, tendo em vista a oportunidade para colaborar com as teorias na área de Gestão de Operações e a partir da análise das características da CN e das oportunidades advindas de sua utilização para a SCM, tornou-se possível elencar a seguinte questão de pesquisa: Como fatores tecnológicos e de gestão podem influenciar as empresas operando no Brasil que objetivam implantar a Computação em Nuvens em seus esforços de integração de suas cadeias de suprimentos?



Para responder essa questão, o objetivo principal desta pesquisa foi desenvolver um modelo de utilização de Computação em Nuvens para empresas atuando em cadeias de suprimentos operando no Brasil.

DESENVOLVIMENTO

Para atingir o objetivo da pesquisa, o método escolhido foi o qualitativo, especialmente porque a CN é uma tecnologia emergente e muito poucas empresas estão implementando o conceito em suas operações conjuntas. Portanto, optou-se pelo estudo avaliativo de multicasos, procedimento que envolve a compreensão profunda e exaustiva de alguns objetos de estudo que possam contribuir com os objetivos do trabalho (GIL, 2010). Assim, foram selecionadas sete cadeias de linhas de negócios diferentes de duas empresas de acordo com critérios preestabelecidos, como estarem utilizando ou implementado a CN para a condução de suas operações através de nuvens públicas. Considera-se que essas unidades de análise são relevantes pois as organizações são pioneiras na implementação do conceito no Brasil, permitindo opiniões mais embasadas sobre a CN aplicada em território nacional. Do mesmo modo, os casos demonstram ser emblemáticos por se tratarem de uma grande empresa foco atuando em quatro cadeias complexas, e de um PSL que agrupa e distribui um grande volume de informações nas diversas cadeias em que atua. Em cada uma dessas empresas foram entrevistados os gestores de tecnologia responsáveis pelo projeto de CN, totalizando um entrevistado em cada empresa. Desse modo, em relação à seleção dos profissionais entrevistados, a presente pesquisa caracteriza-se como uma amostra por contraste. Nesse tipo de amostra o objetivo do pesquisador deve ser garantir a presença de ao menos um representante de cada grupo pertinente em relação ao objeto de investigação. Assim, não se torna necessário obter uma representatividade numérica em relação ao universo de análise para se chegar a resultados significativos (PIRES, 2012).

As entrevistas foram conduzidas por meio de um questionário semiestruturado e a análise dos dados contou com uma estrutura aproximada à sugerida por Miles e Huberman (1984). Após a apresentação dos dados e de sua análise, o trabalho se voltou à criação da proposição de pesquisa, que foi realizada com a ajuda de consultores de tecnologia. No processo de compreensão dos dados e discussões com os consultores, entendeu-se que era importante que o modelo para utilização da Computação em Nuvens para empresas atuando em SCs operando no Brasil se dividisse em duas partes.

A primeira delas considera os aspectos tecnológicos da CN e procura agrupar as alternativas computacionais para utilizar o conceito em cadeias de suprimentos. Já a segunda parte leva em conta as referências de processos de nível 1 do modelo SCOR (Planejar, Abastecer, Produzir, Entregar e Retornar), permitindo a tradução de aspectos tecnológicos em aspectos funcionais e voltados à SCM.

Após a finalização da criação da proposição da pesquisa, a próxima fase foi a condução da avaliação empírica do modelo. Para tanto, a proposta foi reapresentada às organizações estudadas, ou seja, retornou-se às empresas elencadas como unidades de análise para a apresentação e avaliação do modelo.

Foram ouvidos dois gestores de processos de cadeias de suprimentos, um em cada organização. A Figura 1 apresenta detalhes do fluxo do método de pesquisa utilizado.



Figura 1: Fluxo do Método da Pesquisa



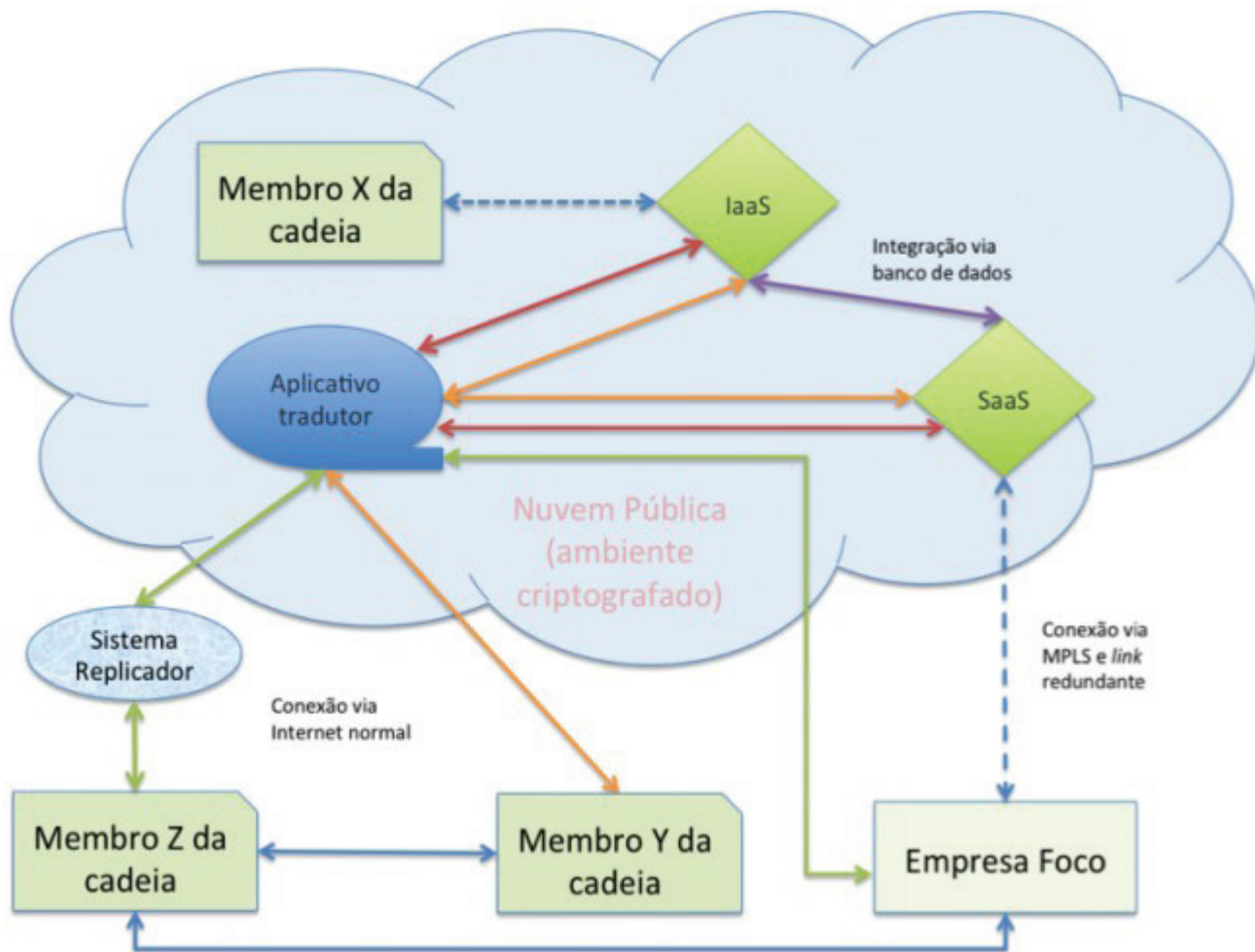
Fonte: desenvolvido pelo Autor

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao considerar as categorias de análise elencadas para esta pesquisa, e tomando por base a revisão bibliográfica, o estudo dos casos, a contribuição dos consultores de tecnologia e a avaliação da primeira forma do modelo pelas empresas estudadas, tornou-se possível propor o modelo final para utilização da CN para empresas atuando em cadeias de suprimentos operando no Brasil. A primeira parte do modelo visa abordar os aspectos tecnológicos da CN no intuito de agrupar as possibilidades computacionais para utilização do conceito em SCs e pode ser vista na Figura 2.



Figura 2: Modelo Tecnológico de Utilização de Computação em Nuvens



Fonte: desenvolvido pelo Autor

Já a segunda parte se volta para os aspectos da SCM a fim de considerar o funcionamento de empresas de uma forma holística e integrada e é demonstrada no Quadro 1.



Quadro 1: Modelo ajustado de processos de SCM para utilização de Computação em Nuvens

Processos	Características do Fluxo de Informações	Tecnologia Aplicada	Barreiras ao Fluxo de Informações
Planejar	Empresa foco recebe e envia dados estratégicos através das nuvens.	IaaS quando possível e SaaS. Sistemas ERP, APS, CRM, BI e replicador quando pertinente.	Empresa foco mantém sistemas de planejamento nas nuvens com acesso de gravação para parceiros, evitando a utilização de diversos <i>softwares</i> .
Abastecer	Empresa foco envia solicitações de abastecimento através das nuvens e recebe dados de fornecedores através de aplicativo tradutor ou compartilhamento de banco de dados.	IaaS quando possível e SaaS. Sistemas ERP, SRM e replicador quando pertinente.	Pedidos de abastecimento fluem pelas nuvens e passam pelo aplicativo tradutor para facilitar o fluxo de informações.
Produzir	Empresa foco mantém seus dados de produção nas nuvens.	IaaS quando possível e SaaS. Sistemas ERP e APS e replicador quando pertinente.	Oferecimento de acesso aos dados em ambiente de CN, evitando distorções ou perda de informações no envio e recebimento.
Entregar	Empresa foco envia dados do processo a partir das nuvens.	IaaS quando possível e SaaS. Sistemas WMS, TMS e replicador quando pertinente.	Alinhamento estratégico de informações através de envio automático dos dados em ambiente de CN.
Retornar	Empresa foco recebe dados de retorno nas nuvens, e os processa no mesmo ambiente.	IaaS quando possível e SaaS. Sistemas ERP, CRM e replicador quando pertinente.	Conexão direta desde o último elo da cadeia até o primeiro elo responsável pelos retornos através do ambiente de CN, garantindo o funcionamento do processo.

Fonte: desenvolvido pelo Autor



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou responder como fatores tecnológicos e de gestão podem influenciar as empresas operando no Brasil que objetivam implantar a CN em seus esforços de integração de suas cadeias de suprimentos. O trabalho justificou-se dado a possibilidade de compreensão sobre como a CN aplicada à SCM pode agir para a melhoria do fluxo de informações em operações conjuntas, e também por conta de uma carência na literatura da área sobre pesquisas que proporcionem a gestores de SC modelos de utilização de CN (CEGIELSKI *et al.*, 2012). Conclui-se que o objetivo do trabalho foi alcançado ao se propor um modelo teórico de utilização de CN que é composto por duas partes. Em conjunto, os dois componentes demonstram possíveis formas de utilização da CN em SCs operando no Brasil. Os profissionais entrevistados no processo de avaliação da proposição dessa pesquisa entenderam que o modelo teórico proposto é passível de ser aplicado em suas operações atuais.

Assim, identificou-se que o modelo tem potencial para promover a redução de custos operacionais através da implementação do fluxo de informações de cadeias de suprimentos nas nuvens, reduzindo investimentos em infraestrutura como *hardware*, sistemas operacionais, banco de dados, entre outros.

Do mesmo modo, a proposta poderia facilitar a comunicação entre os elos da SC através de um aplicativo tradutor e um aplicativo replicador, que também simplificariam a integração de novas empresas no fluxo de informações. Outras potenciais vantagens do modelo englobam a agilidade para expansão de recursos TIC, o menor tempo de implementação de novos sistemas e o maior foco dos membros da cadeia em seu negócio principal. Considera-se que o sentido de generalidade recomendado para pesquisas qualitativas foi alcançado por esta pesquisa. Isso porque o sentido de generalidade deve ser reconhecido em termos de teoria gerada (KETOKIVI; CHOI, 2014) e, nesse sentido, entende-se que foi possível alcançar uma proposição teórica geral devido ao rigor do método de pesquisa. Como sugestão para trabalhos futuros, propõe-se que sejam investigados os impactos gerados pela CN nos processos da SCM em termos de resposta ao cliente final e aumento de efetividade das ações colaborativas, incluindo consumidores e fornecedores na coleta de dados. Também se sugere que sejam identificados outros fatores que influenciam a intenção de adoção da CN em cadeias de suprimentos, como o papel da empresa foco, as barreiras culturais de elos menores e/ou mais fracos da cadeia, o impacto do tipo de indústria na aplicação do modelo e o receio dos gestores sobre as questões de segurança do ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CEGIELSKI, C. G.; JONES-FARMER, L. A.; WU, Y.; HAZEN, B. T. Adoption of cloud computing technologies in supply chains: an organizational information processing theory approach. *International Journal of Logistics Management*, v. 23, n. 2, p. 184-211, 2012.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- HARLAND, C. M.; CALDWELL, N. D.; POWELL, P.; ZHENG, J. Barriers to supply chain information integration: SMEs adrift of eLands. *Journal of Operations Management*, v. 25, n. 6, p. 1234-1254, 2007.
- KETOKIVI, M.; CHOI, T. Renaissance of case research as a scientific method. *Journal of Operations Management*, v. 32, n. 5, p. 232-240, 2014.



MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M. Qualitative data analysis: a sourcebook of new methods. Newbury Park: Sage Publications, 1984.

PIRES, A. P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: Poupart J.; Deslauriers, JP; Groulx, L.H.; Laperrière, A., Mayer, R.; Pires, A.P. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 3. ed., p.154-211. Petrópolis: Vozes; 2012.

PIRES, S. R. I. Gestão da Cadeia de Suprimentos (Supply Chain Management): Conceitos, Estratégias, Práticas e Casos. São Paulo: Atlas, 2004.

SHEU, C.; YEN, H. R.; CHAE, B. Determinants of supplier-retailer collaboration: evidence from an international study. International Journal of Operations and Production Management, v. 26, n. 1, p. 24-49, 2006.



RESÍDUOS DE PESTICIDAS EM ALIMENTOS: TÉCNICAS CROMATOGRÁFICAS DE DETECÇÃO E QUANTIFICAÇÃO

Autor(es)

**KASSIO FERREIRA MENDES
KARLA FERREIRA MENDES
ANDREIA CORREIA DA SILVA**

Orientador(es)

VALDEMAR LUIZ TORNISIELO

INTRODUÇÃO

Com intuito de alimentar a população crescente do planeta, cientistas e especialistas estão buscando formas de aumentar a produção de alimentos, em um sistema de agricultura convencional. Diante de inúmeras doenças, pragas e plantas daninhas que atacam as lavouras são necessárias medidas de controle para produção de alimentos de qualidade em larga escala. Para tal, entra o uso contínuo dos pesticidas. O uso de pesticidas no processo de produção agrícola e a consequente contaminação dos alimentos têm sido alvo de constante preocupação no âmbito da saúde pública (LONDRES, 2011; JARDIM et al., 2009). A exposição da população aos pesticidas pode ser atribuída ao consumo de alimentos oriundos da produção agropecuária e ao contato direto, no caso dos aplicadores rurais e ou manipuladores, ou ainda indireto, como no caso das populações que estão sujeitas à aplicação de pesticidas para controle de vetores das endemias. Os pesticidas podem ser divididos quanto ao modo de ação entre sistêmicos e de contato (MAPA, 2015). Os sistêmicos são aqueles que, quando aplicados nas plantas, circulam através da seiva por todos os tecidos vegetais, de forma a se distribuir uniformemente e ampliar o seu tempo de ação. Os de contato são aqueles que agem externamente no vegetal, tendo necessariamente que entrar em contato com o alvo biológico. E mesmo estes são também, em boa parte, absorvidos pela planta, penetrando em seu interior através de suas porosidades. Uma lavagem dos alimentos em água corrente só poderia remover parte dos resíduos de pesticidas presentes na superfície dos mesmos. Os pesticidas sistêmicos e uma parte dos de contato, por terem sido absorvidos por tecidos internos da planta, caso ainda não tenham sido degradados pelo próprio metabolismo do vegetal, permanecerão nos alimentos mesmo que esses sejam lavados. Neste caso, uma vez contaminados com resíduos de pesticidas, estes alimentos levarão o consumidor a ingerir resíduos de pesticidas. Soluções de hipoclorito de sódio (água sanitária ou solução de Milton) devem ser usadas para a higienização dos alimentos na proporção de uma colher de sopa para um litro de água com o objetivo apenas de matar agentes microbiológicos que possam estar presentes nos alimentos. Duas colheres de sopa de vinagre para cada litro de água por meia hora irá ajudar a degradar alguns pesticidas que não são estáveis em meio ácido, além de ajudar a eliminar outros tipos de contaminações que podem ocorrer como, por exemplo, contaminantes microbiológicos.



OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é destacar os principais problemas de contaminação de alimentos com resíduos de pesticidas em alimentos e relatar as técnicas cromatográficas de detecção e quantificação encontradas na literatura especializada.

DESENVOLVIMENTO

O trabalho é resultado de uma pesquisa de natureza bibliográfica que se baseia na análise de informações científicas sobre resíduos de pesticidas em alimentos contidas em artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais de alto impacto, com destaque para o tratamento do tema no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os Limites Máximos de Resíduos (LMR's) estabelecidos na maioria dos países existem para impedir impactos adversos na saúde pública e para promover boas práticas na agricultura (FERNANDES et al., 2011). Estes limites são estabelecidos, principalmente, através da análise dos teores de resíduos que permanecem nas culturas após a aplicação do pesticida segundo as dosagens recomendadas pelo rótulo e bula. São levados em conta também os dados sobre a Ingestão Diária Aceitável (IDA) dos produtos. O risco potencial que os pesticidas oferecem aos consumidores, devido a uma exposição crônica diária, determinou que LMR's fossem estabelecidos para diferentes combinações cultura/pesticida. Os métodos de análise de pesticidas são bem onerosos, por dependerem de equipamentos de alta tecnologia e mão-de-obra qualificada. Um método que apresenta alta eficiência na quantificação de múltiplos resíduos de pesticidas é por meio de cromatografia líquida ou gasosa acoplada à espectrometria de massas, LC-MS/MS e GC-MS/MS respectivamente (WALORCZYK et al., 2013). Conjuntamente para otimizar a sua eficiência, utiliza-se no preparo das amostras o método QuEChERS. Este método apresenta elevados índices de recuperação, maiores que 80% para diversos pesticidas com propriedades distintas, além da exatidão e precisão do método, que também permite correções pelo padrão interno. A principal desvantagem está relacionada ao pequeno volume final do extrato contendo amostra (QUEIROZ et al., 2012; PRESTES et al., 2009). Para um monitoramento eficiente é necessário utilizar métodos de determinação eficientes, preferivelmente multiresíduos, em que três etapas importantes fazem parte de um bom método: disponibilizar os pesticidas no solvente de extração, solvente apropriado; fazer a remoção de interferentes coextraídos; e realizar a identificação e quantificação que vai depender da natureza do pesticida (propriedades físico-químicas). Por isso, há a necessidade do desenvolvimento e ampliação das técnicas cromatográficas líquidas ou gasosas, principalmente com o acoplamento de detectores de massa (IGLESIAS, 2012). Espectrometria de massas é um sistema com alta sensibilidade assim como alta seletividade, boa resposta a um grande número de classes de compostos e habilidade na detecção de misturas complexas permitindo um elevado rendimento (IGLESIAS, 2012). É também indispensável o detector pelo fato de poder ser utilizado em análises quantitativas. Em função disto, vários países possuem programas de monitoramento dos níveis de resíduos de pesticidas a fim de garantir a segurança alimentar. Existem diversas formas pelas quais essa contaminação de pesticidas pode ocorrer, entretanto cabe às entidades regulamentadoras, como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2015), garantir o contro-



le de qualidade dos produtos aos consumidores. No Brasil ainda existem irregularidades na produção, comercialização, fiscalização e monitoramento de produtos alimentícios, o que tem comprometido a expansão nacional do setor (LONDRES, 2011). A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) implantou em 2001 o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) que tem como finalidade a coleta de alimentos (grãos, frutas, legumes e verduras) para análise laboratorial de resíduos de pesticidas. O principal objetivo do PARA é verificar se os alimentos que chegam à mesa da população apresentam níveis de resíduos de pesticidas dentro dos LMRs estabelecidos pela ANVISA. Também verifica se os pesticidas utilizados estão devidamente registrados no país, se foram aplicados exclusivamente nas culturas legalmente autorizadas e contribui para o controle de riscos e proteção da saúde através do consumo de alimentos de qualidade e a prevenção das doenças crônicas não transmissíveis secundárias à ingestão cotidiana de quantidades perigosas de pesticidas. Em 2009, o PARA (2015) monitorou 20 alimentos: abacaxi, alface, arroz, banana, batata, cebola, cenoura, feijão, laranja, maçã, mamão, manga, morango, pimentão, repolho, tomate, uva, couve, beterraba e pepino. Nas amostras destes produtos foram investigados até 234 diferentes ingredientes ativos de pesticidas, dependendo da cultura analisada. Os casos mais problemáticos foram os do pimentão (que apresentou 80% das amostras insatisfatórias), uva (56,4%), pepino (54,8%) e morango (50,8%). Das 3.132 amostras analisadas pelo PARA em 2009, 914 (29,2%) foram consideradas insatisfatórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que os métodos de determinação de resíduos em alimentos ainda que muito precisos e eficientes, são também muito onerosos, limitando o monitoramento tanto de produtos, como de áreas contaminadas com pesticidas. O monitoramento de riscos potenciais de contaminação de alimentos com pesticidas, discriminando potenciais fontes de resíduos, deve ser implantado como estratégia mínima do governo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FERNANDES, V. C., DOMINGUES, V. F., MATEUS, N., DELERUE-MATOS, C. Organochlorine pesticide residues in strawberries from integrated pest management and organic farming. *Journal of Agricultural and Food Chemistry*, v. 59, n. 14, p. 7582-7591, 2011.
- IGLESIAS, A. H. Introdução ao Acoplamento Cromatografia Líquida – Espectrometria de Massas. São Carlos: EMBRAPA Pecuária Sudeste, p.1-13, 2012.
- JARDIM, I. C. S. F.; ANDRADE, J. A.; QUEIROZ, S. C. N. Resíduos de agrotóxicos em alimentos: uma preocupação ambiental global - Um enfoque às maçãs. *Química Nova*, v. 32, n. 4, p. 996-1012, 2009
- LONDRES, F. Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida. Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011. 190 p.
- MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: . Acesso em: 22 de agosto de 2015.



PARA - Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos. Disponível em: . Acesso em: 05 de setembro de 2015.

PRESTES, O. D., FRIGGI, C. A., ADAIME, M. B., ZANELLA, R. QuEChERS – Um método moderno de preparo de amostra para determinação multirresíduo de pesticidas em alimentos por métodos cromatográficos acoplados à espectrometria de massas. *Química Nova*, v. 32, n. 6, p. 1620-1634, 2009.

QUEIROZ, S. C., FERRACINI, V. L., ROSA, M. A. Validação de método multirresíduo para determinação de pesticidas em alimentos empregando QuEChERS e UPLC-MS/MS. *Química Nova*, v. 35, n. 1, p. 185-192, 2012.

WALORCZYK, S., DROŹDŹYŃSKI, D., KOWALSKA, J., REMLEIN-STAROSTA, D., ZIÓŁKOWSKI, A., PRZEWOŹNIAK, M., GNUSOWSKI, B. Pesticide residues determination in Polish organic crops in 2007–2010 applying gas chromatography–tandem quadrupole mass spectrometry. *Food Chemistry*, v. 139, n. 1, p. 482-487, 2013.



MANUTENÇÃO CORRETIVA: UM PROCEDIMENTO PARA ESTABELECIMENTO DE INDICADORES PARA GESTÃO DE AÇÕES NA ÁREA DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÕES

Autor(es)

JOSE CARLOS ALVES CORDEIRO

Orientador(es)

MARIA RITA PONTES ASSUMPÇÃO ALVES

INTRODUÇÃO

As empresas de manufatura enfrentam um ambiente de alta competitividade, desta forma necessitam melhorar constantemente seu desempenho das suas atividades produtivas. Em função disto é necessário à integração nos processos de decisão dos diferentes níveis organizacionais para formulação e implementação de suas estratégias de negócio, com alinhamento das estratégias funcionais. Neste contexto, a gestão da área de manutenção torna-se centralmente relevante para uma empresa manter-se produtiva e rentável. A competitividade e o desempenho das empresas de manufatura dependem da disponibilidade, confiabilidade e produtividade do seu equipamento de produção. Este reconhecimento levou a uma drástica mudança de percepção sobre a manutenção ao longo das últimas décadas, evoluindo de um "mal necessário" para um valor acrescentando atividade. A fim de garantir um bom desempenho da planta de produção, gerentes de manutenção precisam de uma boa visão geral dos processos de manutenção (VAN HORENBEEK; LILIANEPINTELON, 2013). A tradicional atividade de manutenção com base na abordagem de combate a "incêndios" (corrigir; quando quebra), também chamada manutenção reativa, deixará de satisfazer as necessidades do atual cenário competitivo que as empresas atuam. Portanto, o desenvolvimento, a adoção e a prática da nova manutenção com estratégias com foco em como aumentar o tempo produtivo, maximizando disponibilidade e prevenindo avarias imprevistas, tornou-se essencial na gestão de muitas empresas, que possuem estratégias com foco em como aumentar o tempo produtivo, maximizando disponibilidade, tornou-se essencial (SHARMA; KUMAR; KUMAR, 2006). Um estudo que colabora com a necessidade de estabelecimento de indicadores para entendimento correto da área da manutenção, pode ser encontrado em Salonen e Deleryd (2011), onde demonstram o problema do custo da manutenção deficiente, como um conceito para gerenciar a melhoria do desempenho de manutenção na indústria de manufatura. Também em outro trabalho de Salonen e Bengtsson (2011) mostraram melhorias substanciais em três empresas nas áreas de manutenção por meio de indicadores de desempenho relacionados com um desenvolvimento estratégico da área de manutenção e destacam também o reconhecimento da área de manutenção como um contribuinte para a competitividade da empresa. No estudo de Reis, Costa e Almeida (2009) apresentaram resultados positivos de uma investigação que teve como objetivo promover o conhecimento sobre questões relacionadas com a área de manutenção, ou seja, o comportamento das empresas de fabricação que consideram a manutenção como uma fonte de vantagem competitiva. O desempenho e a competitividade das empresas de manufatura dependem da confiabilidade, disponibilidade e produtividade de suas instalações de produção. Para garantir que a planta



atinja o desempenho desejado, gerentes de manutenção precisam de um bom controle de desempenho no processo de manutenção (MUCHIRI et al., 2010).

Uday et al. (2013), reforçam que manutenção deve garantir a necessária confiabilidade, disponibilidade, eficiência e capacidade de todo o sistema de produção Hopp e Spearman (2013) destacam a importância de definir indicadores para que a gestão de operações monitore a contribuição da produção à estratégia da empresa. Eles destacam a variabilidade nos processos de fabricação, utilizando coeficientes de variação para análise e suporte a tomada de decisão.

Tomadores de decisão de manutenção muitas vezes vêm para a melhor conclusão utilizar heurísticas, apoiados por avaliação qualitativa, apoiada por medidas quantitativas (UDAY et al., 2013). Os principais desafios enfrentados pelas organizações é a escolha de estratégias mais eficientes e eficazes para melhorar as capacidades operacionais continuamente, para reduzir os custos de manutenção e para alcançar competitividade na indústria em questão. Portanto, além de formulação de políticas e estratégias de manutenção para a manutenção de ativos, é importante para avaliar a sua eficiência e eficácia (UDAY et al., 2013).

OBJETIVOS

O objetivo desse trabalho foi mostrar um procedimento utilizando métodos estatísticos para categorização dos equipamentos com intuito de estabelecer prioridades na gestão para área da manutenção de uma empresa de corte e distribuição de aço, que possui em seu parque industrial equipamentos com características e tempos de vida diferentes. Para isto foi sistematizado um procedimento com uso de ferramentas estatísticas para agrupamento dos equipamentos conforme suas características e histórico de manutenção.

DESENVOLVIMENTO

O caso em estudo é de uma empresa de corte e distribuição de bobinas de aço. No seu processo, a empresa possui equipamentos que executam cortes transversais e longitudinais, sendo o produto final destes processos constituindo de chapas, rolos e tiras de aço, que são comercializadas pela empresa para clientes industriais que utilizam internamente em seus processos fabris ou revendem para outros mercados.

A empresa atua em um segmento muito competitivo e seus produtos possuem baixa margem de lucro, precisando ter economias de escala para melhoria de rendimento (retorno sobre as vendas). Os critérios qualificadores de pedido são preço e confiabilidade. Os critérios ganhadores de pedido são: disponibilidade (produtos mais padronizados) e prazo (produtos sob especificação definida pelo cliente). Diante desse contexto, a função produção da empresa tem papel de suporte à estratégia empresarial buscando ter disponibilidade de estoques de produtos com maior procura e rapidez no atendimento a pedidos sob encomenda.

Para manter a disponibilidade de produtos e prazos de entrega confiáveis é fundamental manter seus equipamentos produtivos com alta disponibilidade de produção, portanto a manutenção tem destaque e deve manter os equipamentos em condições que deverão apoiar as metas da organização.



Seu parque industrial é composto por um híbrido de equipamentos novos e antigos, 9 equipamentos de corte transversal (LCT) e 6 longitudinais (LCL) e um híbrido (LPT) e possuem 47 pontes rolantes que atendem estes equipamentos para carga e descarga da matéria prima e produto acabado. A complexidade e tamanho dos equipamentos são outra característica, são equipamentos de grande porte, necessitam de mão de obra especializada para execução das atividades e com pouca interação do operador na sua manutenção devido principalmente a questões de segurança e complexidade.

Segundo Miguel (2011) o estudo na área gestão de operações é uma ciência social e a pesquisa a ele relacionada deve estudar os processos empresariais com objetivos de desenvolver teorias para entendê-los, desta forma é defendido o exame de dados empíricos na pesquisa de operações. Por meio de um procedimento este trabalho utiliza o uso de técnicas matemáticas para descrever o comportamento de um sistema produtivo.

Bussad (2010) explica que quando se procede a uma análise de dados, busca-se alguma forma de regularidade ou padrão ou, ainda modelo, presente nas observações. Além das análises descritivas de dados como as de medidas de posição e variabilidade, outras duas ferramentas importantes muito utilizadas nas análises de dados podem ser destacadas que são o uso da lei de Pareto e o coeficiente de variação.

A proposta é a utilização de métodos estatísticos para categorização dos equipamentos que tem como objetivo auxiliar no problema para construção de indicadores de desempenho e critérios para priorização de ações para área da manutenção da empresa estudada.

Esta categorização também tem como objetivo auxiliar no problema de planejamento e previsão de disponibilidade no uso da capacidade da máquina, buscando uma previsão mais aproximada da disponibilidade dos equipamentos onde são determinadas pela quantidade de tempo disponível para produção.

Também é possível conhecer o comportamento de cada equipamento e estabelecer métricas e objetivos mensuráveis baseados em dados históricos.

Os dados foram coletados por meio de relatórios de controle da produção, no período de 38 semanas e foram consideradas somente as paradas relacionadas com manutenção corretivas.

São destacadas as paradas relacionadas ao processo de manutenção dos equipamentos produtivos, objetivo deste estudo onde se destacam as paradas não programadas, representando 79% do total das de horas gastas com manutenção.

Foram observadas um total de 21.750 horas gastas com manutenção mecânica, 10.676 horas gastas com manutenção elétrica e 8.608 horas gastas com manutenção preventiva.

Segregados os dados relacionados às paradas de manutenção mecânicas e elétricas foram calculados a média, desvio padrão, coeficiente de variação, frequência de cada ocorrência. Foram separados inicialmente todas as paradas com frequência inferior e superior a 12 meses. Dentro desta separação foram agrupados os equipamentos que possuíam coeficiente de variação maior e menor que 1.

Para classificação dos grupos foram relacionados com a média mensal de paradas onde foram separadas em duas condições, tempo de parada maior e menor que 3 horas, dado estabelecido empiricamente por especialistas.



O quadro 1 demonstra como foram relacionados os dados de frequência, coeficiente de variação e média mensal de paradas para categorização dos equipamentos.

Quadro 1 - Critérios de categorização

		Média Mensal de parada < 3 hs	Média Mensal de parada >= 3 hs
Frequência de paradas inferior a 12 meses	Coeficiente de variação ≤ 1	GMR1	GMR4
	Coeficiente de variação > 1	GMR2	GMR6
Frequência de paradas superior a 12 meses	Coeficiente de variação ≤ 1	GMR3	GMR7
	Coeficiente de variação > 1	GMR5	GMR8

Fonte: elaboração própria (2015)

Baseados nos critérios de categorização foram estabelecidos os indicadores conforme quadro 2:

Quadro 2 - Indicadores de Manutenção

Grupos Manutenção de Riscos de Paradas				Meta
	Qtd de paradas	Tempo médio de paradas	Periodo de paradas	Indicador
GMR1	Baixa variabilidade	Baixo tempo manutenção	Baixa frequência de manutenção	Bom
GMR2	Alta variabilidade	Baixo tempo manutenção	Baixa frequência de manutenção	Médio
GMR3	Baixa variabilidade	Baixo tempo manutenção	Alta frequência de manutenção	Médio
GMR4	Baixa variabilidade	Alto tempo manutenção	Baixa frequência de manutenção	Médio
GMR5	Alta variabilidade	Baixo tempo de Manutenção	Alta frequência de manutenção	Ruim
GMR6	Alta variabilidade	Alto tempo de Manutenção	Baixa frequência de manutenção	Ruim
GMR7	Baixa variabilidade	Alto tempo manutenção	Alta frequência de manutenção	Ruim
GMR8	Alta variabilidade	Alto tempo de Manutenção	Alta frequência de manutenção	Péssimo

Fonte: elaboração própria (2015)

Baseado na tabela de indicadores de manutenção e nos dados dos equipamentos foi estabelecido os critérios de categorização indicando o estado atual para análise para cada equipamento, em relação a sua variabilidade, tempo de parada e frequência.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Aplicando o critério de categorização, estabelecido no quadro 2, para os equipamentos analisados no estudo de caso, foi possível estabelecer os indicadores conforme indicado no quadro 3, onde foram observados os seguintes resultados:

Do total de dezesseis equipamentos avaliados, para o coeficiente de variação, verifica-se que treze equipamentos apresentaram um “baixo” valor frente aos 3 que apresentaram um valor “alto”, significando que em sua maioria (81%), apresentam baixa variabilidade em relação a



13º Congresso de Pós-Graduação

definição apresentada no quadro 2. Para o tempo médio de manutenção 10 apresentaram valor baixo em relação aos 6 que apresentaram valores altos, considerando como média de 3 horas como referência, valores considerados pelos especialistas como padrão para este tipo de processo. Na frequência que mede a quantidade de paradas em relação a um período analisado, 9 equipamentos apresentaram o valor alto e 7 apresentaram um valor baixo.

Observa-se que do total de 16 equipamentos analisados, 5 equipamentos estão com critério “bom” (31%), 6 equipamentos estão com critério ruim ou péssimo (37%) e 4 estão com critério “médio” (25%).

Desta forma utilizando-se as três variáveis em conjunto, os equipamentos foram classificados conforme indicado no quadro 3.

Quadro 3 - Categorização dos equipamentos

Equipamento	Frequência	Média	desvio padrão	coeficiente de variação	Qt paradas	Tempo	Período ocorrência	Indicador
					coeficiente	média	frequencia	Classificação
LCL-01M	38	10,79	6,38	59%	baixo	alta	alta	Ruim
LCT-23M	32	8,38	6,33	76%	baixo	alta	alta	Ruim
LCT-22M	35	6,89	7,76	113%	alto	alta	alta	Péssimo
LCT-35M	36	6,36	7,78	122%	alto	alta	alta	Péssimo
LCT-21M	35	6,17	4,45	72%	baixo	alta	alta	Ruim
LCT-25M	34	5,94	4,21	71%	baixo	alta	alta	Ruim
LCT-26M	38	5,03	3,95	79%	baixo	baixa	alta	Médio
LPT-01M	36	4,17	3,70	89%	baixo	baixa	alta	Médio
LCL-05M	31	4,32	2,83	66%	baixo	baixa	alta	Médio
LCT-43M	27	4,19	3,62	86%	baixo	baixa	baixa	Bom
LCL-03M	29	3,55	3,60	101%	alto	baixa	baixa	Médio
LCL-02M	24	2,33	2,12	91%	baixo	baixa	baixa	Bom
LCT-24M	20	1,90	1,25	66%	baixo	baixa	baixa	Bom
LCL-06M	18	1,94	1,66	85%	baixo	baixa	baixa	Bom
LCL-07M	5	1,20	0,45	37%	baixo	baixa	baixa	Bom
LCT-42M	2	2,00	1,41	71%	baixo	baixa	baixa	Bom

Fonte: elaboração própria (2015)

Com estes dados à área de manutenção pode estabelecer critérios de prioridades de ação para iniciar seu processo de planejamento de paradas preventivas, identificar necessidades de investimentos e até discussões sobre continuidade e sugerir novos investimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi mostrar um procedimento para gestão da área de manufatura e consequentemente indicadores de gestão para área de manutenção de uma empresa de corte e distribuição de aço, que possui em seu parque industrial equipamentos com tempos de vida e características quanto à complexidade diferentes. Para isto foi sistematizado um procedimento com uso de ferramentas estatísticas para agrupamento dos equipamentos conforme seus históricos de manutenção corretiva. Este método resultou na determinação e caracterização de cada equipamento quanto ao seu estado atual em relação ao tempo e quantidade de paradas. Esse trabalho demonstrou a viabilidade do uso de um modelo de classificação dos equipamentos para uma melhor visualização do estado particular de cada equipamento.



Esse trabalho também permitiu que a área de manutenção possa estabelecer estimativas de previsões de paradas baseados em experiências anteriores podendo inclusive estabelecer padrões estatísticos de serviços.

Os resultados podem ser utilizados tanto para suportar a decisões nas áreas de manutenção como em planejamento da produção. Também demonstrou que a análise estatística permite que as decisões sejam tomadas em função dos principais itens que tem maior impacto no processo e que apresentam menor grau de variabilidade utilizando o conceito do coeficiente de variação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUSSAD, W. O.; MORETTIN, P. A.. Estatística Básica. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- HOPP, Wallace J; SPEARMAN, Mark L. A Ciência da Fabrica. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. Tradução de: Paulo Roberto Migliavacca.
- MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick. Metodologia de Pesquisa em Engenharia de Produção. São Paulo: Campus, 2011.
- MUCHIRI, Peter et al. Development of maintenance function performance measurement framework and indicators. Int. J. production economics, Belgium, v. 131, n. 1, p.295-302, 04 maio 2010.
- REIS, Ana Carla Bittencourt; COSTA, Ana Paula Cabral Seixas; ALMEIDA, Adiel Teixeira de. Planning and competitiveness in maintenance management: An exploratory study in manufacturing companies. Journal Of Quality In Maintenance Engineering. Brazil, p. 259-270. jan. 2009.
- SALONEN, Antti; DELERYD, Mats. Cost of poor maintenance: A concept for maintenance performance improvement. Journal Of Quality In Maintenance Engineering. Sweden, p. 63-73. jan. 2011.
- SHARMA, Rajiv Kumar; Kumar, Dinesh; Kumar, Pradeep. Manufacturing excellence through TPM implementation: a practical analysis. Industrial Management & Data Systems, India, p. 256-280. 2006.
- Uday Kumar, Diego Galar, Aditya Parida and Christer Stenstrom; Luis Berges. Maintenance performance metrics: a state-of-the-art review, Journal of Quality in Maintenance Engineering Vol. 19 No. 3, 2013 pp. 233-277
- VAN HORENBEEK, Adriaan; PINTELON, Liliane. Development of a maintenance performance measurement framework—using the analytic network process (ANP) for maintenance performance indicator selection. Omega, Belgium, v. 1, n. 42, p.33-46, 25 fev. 2013



A TRADIÇÃO ORAL E A INTER-RELAÇÃO HISTÓRIA E MEMÓRIA A PARTIR DAS LEITURAS DE HAMPATÉ BÂ

Autor(es)

VIVIANE MARINHO LUIZ

Orientador(es)

ANNA MARIA LUNARDI PADILHA

INTRODUÇÃO

1. Introdução: trazendo os leitores para mais perto de nossos objetivos

Esta pesquisa é decorrente das leituras acerca das contribuições do historiador Hampaté Bâ, importante referência para os interessados na discussão sobre o tema da tradição oral africana. Hampaté Bâ (1900-1991) acreditava ter nascido em 1900, foi escritor, filósofo, historiador e etnólogo nascido no oeste da África, em Bandiagara, no Mali. Formado na escola corânica e na Universidade de Sorbonne, na França, ocupou cargos na UNESCO com trabalhos voltados a preservação das culturas orais africanas, tema ao qual dedicou meio século de pesquisa. É referência no meio intelectual, sobretudo entre os pesquisadores sobre a África. Esse texto trata dos apontamentos e da discussão que compõem um dos textos da tese de doutoramento cujo tema central é a matriz oral com foco na inter-relação história e memória. Traz o embasamento epistemológico da expressão “memória africana” considerando as contribuições de Bâ como um dos principais interlocutores, a partir das características da tradição oral e dos estudos sobre história e memória, reconhecendo que, ao falar de memória africana faz-se necessário sinalizar o espaço geográfico estudado e delimitar o campo da pesquisa. A tese mencionada trata-se de estudo no contexto do quilombo Ivaporunduva, comunidade tradicional quilombola, de matriz oral, situada na região do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo.

OBJETIVOS

2. Objetivo do trabalho

O objetivo deste trabalho é o de socializarmos o resultado dos estudos e das reflexões realizadas e que resultaram em um texto que compõe a tese, provisoriamente intitulada “**Estudos sobre a Memória tendo como campo os territórios tradicionais: a tradição oral como referencial teórico-metodológico**”.

Importa tratar da memória da diáspora africana tal como o fazem os pesquisadores FONSECA (2014) e PAULA JUNIOR (2014) interligando-a aos conhecimentos produzidos na história da humanidade.

DESENVOLVIMENTO

A investigação sobre as questões voltadas para a história e a memória, as referências e o modo de pesquisar tomaram rumos diferentes dos estudos pautados nos elementos da ci-



ência moderna, cartesiana e positiva, uma vez que tal concepção acerca da memória nega aos antepassados dos sujeitos afro-brasileiros o lugar concreto de sujeitos históricos. Considerando a história impreterivelmente restrita e subordinada à escrita, boa parte dos historiadores secundarizam os povos de tradição oral, reduzindo-os à adjetivação de a-históricos acabando por negar às culturas de matrizes orais o lugar da cognição e da civilização. Hampaté Bâ fala das marcas da tradição oral africana apontando as grandes constantes. Vejamos: Quando se fala da “tradição africana”, nunca se deve generalizar. Não há *uma* África, não há *um* homem africano, não há *uma* tradição africana válida para todas as regiões e todas as etnias. Claro, existem grandes constantes (a presença do sagrado em todas as coisas, a relação entre os mundos visível e invisível e entre os vivos e os mortos, o sentido comunitário, o respeito religioso pela mãe etc.), mas também há numerosas diferenças: deuses, símbolos sagrados, proibições religiosas e costumes sociais delas resultantes variam de uma região a outra, de uma etnia a outra; às vezes, de aldeia para aldeia. (HAMPATÉ BÂ, 2003, p.14). Por ter como campo da pesquisa comunidades tradicionais de matriz oral é imprescindível buscarmos conhecimentos que caminhem a contrapelo de uma visão equivocada que destitui e desqualifica a natureza epistêmica de matriz oral, rotulando os povos de matrizes orais pejorativamente como “*primitivos*” – não no sentido de primeiros ou reportando a ancestralidade da civilização humana em África.

O expansionismo epistêmico do mundo europeu, sobretudo no que diz respeito ao branqueamento do processo de conhecer, inter-relacionou a produção da memória e a produção dos registros escritos e esse processo contribuiu para cristalizar a negação do conhecimento africano - ou o que se denomina de epistemicídio africano - significando qualificar a mentalidade africana como dotada de uma série de ausências: de memória, de senso de verdade e de capacidade de abstração.

No Brasil, o branqueamento é frequentemente considerado como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais.

Na descrição desse processo o branco pouco aparece, exceto como modelo universal de humanidade, alvo da inveja e do desejo dos outros grupos raciais não brancos e, portanto, encarados como não tão humanos. Na verdade, quando se estuda o branqueamento constata-se que foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, embora apontado por essa mesma elite como um problema do negro brasileiro. Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a auto-estima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. O outro lado dessa moeda é o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua auto-estima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais. (CARONE, BENTO, 2002, p. 25-26).

O papel do corpo foi substituído pelo cientificismo europeu carregado da “objetividade”, da separação teológica corpo-alma-razão e pelo reducionismo do corpo e do movimento na medida em que ocorreu a legitimação do “Penso, logo existo” de René Descartes. “Ao falarmos nas sociedades de matriz oral podemos fazer uma analogia com as expressões: “Me movimento, logo existo”; “Narro, logo existo”, Conto minha história, logo existo”. Nesse sentido, ao pontuar as características do pensamento moderno, explicitamente em rela-



ção ao racionalismo, Aranha (1989, p. 131) explicita:

Vimos como o homem moderno, desde o Renascimento, opõe ao critério da fé e da revelação o *poder exclusivo da razão* de discernir, distinguir e comparar. Ao dogmatismo, opõe a possibilidade da dúvida. Desenvolvendo a mentalidade crítica, questiona a Igreja e a filosofia aristotélica, rejeitando o princípio da autoridade. Assume uma atitude polêmica perante a tradição. Busca a laicização do saber e luta contra os preconceitos e a intolerância. O processo acima vem acompanhado por uma tendência antropocêntrica, ou seja, um resgate da dimensão propriamente humana sob todos os aspectos. Um desses aspectos é a preocupação dominante na Idade Moderna em compreender o *sujeito que conhece*. São colocadas importantes questões a respeito do conhecimento e filósofos como Descartes, Bacon, Locke, Hume, Spinoza ocupam-se com o *problema do método*, isto é, com os procedimentos da razão na investigação da verdade.

A forma de conhecer das culturas de matrizes orais não trabalha com dicotomias, tampouco diminui o corpo em prol da cognição e da objetividade.

Ao elucidar as relações de poder existentes na legitimação da escrita, Fonseca (1988, p. 136) nos aponta que: Uma das formas de linguagem que se apresenta hegemonicamente entre nós é a palavra em sua forma escrita ou falada. Damos maior peso atualmente à palavra escrita do que a falada, isto não deixa de ser um movimento de legitimação dos registros manuscritos que se transformaram em papéis carregados de “verdade”. Esta forma de linguagem resguarda e fortalece os segmentos sociais letrados e dominantes na medida em que os tornam difusores da “verdade histórica e científica”. A palavra escrita é tornada domínio de grupos, portanto veículo de poder.

A civilização ocidental sobrepôs a escrita em detrimento da oralidade, além de restringir a memória a uma lógica que não lhe é condizente, pois não se deve categorizar a história oral pelos valores da cultura letrada. (PAULA JUNIOR, 2014, p.80). “De acordo com Ki Zerbo (2010), não se faz história da África sem levar-se em conta a oralidade e a oralidade é pautada na memória.” (Idem, 2014, p.68).

Diante das implicações pautadas na inter-relação oralidade, história e memória há de ser considerada a necessidade de revisões profundas no que diz respeito à hegemônica historiografia oficial.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O historiador Hampaté Bâ aponta contribuições aos que pretendem compreender além do hegemônico redirecionando o olhar para a história que, sem negar a primeira civilização existente, ultrapassa e avança no conhecimento. Vale ressaltar que ultrapassar no conhecimento não significa excluir os conhecimentos produzidos pela humanidade no que diz respeito aos povos de matriz oral. É importante destacar que “os historiadores tradicionais, orientados por documentos, buscam três qualidades em suas fontes, nenhuma das quais os dados orais manifestamente possuem” (PRINS, 1992, p.170). São elas: “a precisão da forma; a precisão cronológica e registro marcado (escrito) capaz de proporcionar comparação e comprovação”. (PAULA JUNIOR, 2014, p.70). Nesse sentido é preciso legitimar a tradição oral sem nenhuma hierarquização como o fizeram os colonizadores europeus. Pelo contrário, o movimento é pela valorização da produção humana, daquilo que foi historicamente produzido pelas sociedades orais e suas histórias, como atestou o historiador Adam Schaff (1991) em sua obra *História e Verdade*, ao afirmar que todo povo tem história.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pesquisa em andamento, as questões apontadas até aqui demandam aprofundamento nos ensinamentos do mestre tradicionalista Hampaté Bâ, uma vez que para ele: A tradição oral é a grande escala da vida, e dela recupera e relaciona todos os aspectos. Pode parecer caótica àqueles que não lhe descortinam o segredo e desconcertar a mentalidade cartesiana acostumada a separar tudo em categorias bem definidas. Dentro da tradição oral, na verdade, o espiritual e o material não estão dissociados [...]. Ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação, uma vez que todo pormenor sempre nos permite remontar à Unidade primordial. Fundada na iniciação e na experiência, a tradição oral conduz o homem à sua totalidade [...]. (HAMPATÉ-BÂ, 2010, p.168). Trata da educação do olhar de quem estuda e escreve e de quem lê, pois, não deixa de ser contraditório – nem por isso menos rigoroso cientificamente – estudar sobre a memória oral, deixando as marcas deste estudo e dessa memória na forma escrita para que se perpetue e permaneça legítima. A subserviência não tem lugar na tradição oral. Nem a vergonha de seu pertencimento étnico. O conhecimento do que foi acumulado pela humanidade e que, portanto, pertence à história desta mesma humanidade, abre caminhos para fugirmos da opressão em direção à libertação e emancipação. Rompemos a lógica da circunscrição e da subordinação dos povos de matriz oral garantindo-lhes possibilidades outras, como por exemplo, a busca pela democratização da escrita, da alfabetização e da educação de qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.
BENTO, Maria Aparecida Silva, CARONE, Iray. (orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira, 2004b.
FONSECA, Dagoberto José. A presença-ausência afro-brasileira: escola e livro didático. In: SOUZA Junior, V.C. (org.). **Uma dívida, muitas dívidas: os afro-brasileiros querem receber**. São Paulo: Atabaque – Cultura negra e teologia, 1998.

_____, Protagonismo quilombola: seus sujeitos e seus saberes influenciando a educação. Comunicações – Revista do Programa de Pós-Graduação da Universidade Metodista de Piracicaba, ano 21, n.1, jan.-jun.2014.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. A Tradição Viva. In: **História Geral da África: I. Metodologia e Pré-história da África**. São Paulo: Ática / UNESCO, 1982, pp. 181-218.

LEITE, Fábio Rubens da Rocha. Prefácio In BÂ, Hampaté. **Amkoullel, o menino fula**. São Paulo: Casa das Áfricas/Palas Athena, 2003. p.9-12.

PAULA JUNIOR, Antônio Filogênio de. **Educação e oralidade no oeste africano pela representação de Amadou Hampaté Bâ**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP, Piracicaba, 2014.

SCHAFF, Adam. **História e verdade, 1913**. 5. ed. São Paulo: Martins fontes, 1991.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In: **História Geral da África I**. KI ZERBO, Joseph (org.). Brasília: MEC/UNESCO, 2010.



**O PONTO DE INTERSECÇÃO ENTRE A PEDAGOGIA
HISTÓRICO-CRÍTICA E A PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL:
UM ESTUDO COM PROFESSORES INICIANTE**

Autor(es)

GABRIELA XAVIER PEREIRA POLON

Orientador(es)

ANNA MARIA LUNARDI PADILHA

INTRODUÇÃO

Ensinar é uma forma de relação humana que compreende o trabalho docente, a atividade de ensino, a prática, bem como o cotidiano do professor. E, diante de seus sucessos e insucessos, possibilidades e impossibilidades de realização existem sempre grandes discussões e intensos estudos a respeito. O presente trabalho busca então, apreender o papel da escola e a formação de professores perante as contradições próprias da totalidade que se apresenta a sociedade capitalista, partindo do seguinte questionamento: *se a escola tem como função específica ensinar, por que temos alunos na escola sem aprender e professores que se dizem sem condições de ensinar?* Neste sentido, se tem como objeto de estudo a Pedagogia Histórico-Crítica como fundamento para as práticas de ensino, realizando-o a partir de encontros com professores iniciantes na profissão a fim de estudar os princípios e métodos da Pedagogia Histórico-Crítica. Este tema referente à pedagogia e às práticas pedagógicas relaciona-se com as queixas de professores e alunos: de um lado há um contingente de alunos na escola sem aprender, desmotivados, aceitando as condições de fracasso na/da instituição, internalizando a culpa por ele. Por outro lado, a desvalorização do diploma que põe em relevo a própria desvalorização do saber científico sistematizado. Concomitante a essas questões, as práticas pedagógicas têm revelado concepções acerca do papel da escola - e do processo de ensinar e aprender - apresentadas como princípios das teorias do desenvolvimento humano e das teorias pedagógicas neoliberais do aprender a aprender. Portanto, neste trabalho se considera que a Psicologia Histórico-Cultural e a Pedagogia Histórico-Crítica oferecem, a partir do materialismo histórico e dialético, bases epistemológicas e metodológicas para a discussão sobre a formação de professores e a aprendizagem escolar, uma vez que o ideário neoliberal e pós-moderno em educação têm negado à escola: a existência de um conhecimento objetivo a ser transmitido; a autoridade do professor e; a intencionalidade do ato educativo (Duarte, 2004, p. 223).

OBJETIVOS

O objetivo é realizar um estudo tendo em vista os princípios e fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica como forma de superação das teorias pedagógicas relativistas e neoliberais em Educação que, hegemônicas no ideário pedagógico, secundarizam o ensino e a socialização de conhecimentos em níveis mais elevados para os alunos das escolas públicas. Assim, este trabalho parte do seguinte, ainda que único, mas crucial questionamento diante da educação escolar brasileira: *se a escola tem como função específica ensinar, por que temos alunos na escola sem aprender e professores que se dizem sem condições de ensinar?*



DESENVOLVIMENTO

Este trabalho busca a partir do *materialismo histórico e dialético* de Karl Marx, compreender as contradições presentes nas práticas pedagógicas atuais e na formação de professores, bem como trazer contribuições para a superação da lógica vigente da totalidade capitalista no âmbito educacional brasileiro. Visto que este método de compreensão da realidade concreta e objetiva entende que além de compreendê-la se faz necessário modificá-la, e tem como princípios: a totalidade, o movimento e a contradição diante do objeto de análise. Desse modo, este estudo preconiza tais princípios na tentativa de, e perante os limites deste, alcançar o singular, o particular e o universal em relação ao já exposto objeto de investigação. Para tanto, considera-se os pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural, uma vez que esta investigação parte do reconhecimento e análise das principais funções psicológicas superiores implicadas no processo de aquisição dos conceitos baseando-se nas contribuições de L. S. Vigotski (1995; 2001), A. Luria (1991) e A. Leontiev (1978), bem como na identificação e análise do papel da escola e dos professores na formação da consciência e aquisição de conhecimentos escolares, assumindo os princípios da Pedagogia Histórico-Crítica com Dermeval Saviani (2013) e seus seguidores que têm assumido em seus estudos, como afirma Martins (2013, p.311) a “defesa dos conhecimentos clássicos, historicamente sistematizados, ou então, do ensino dos verdadeiros conceitos, quais sejam, científicos.”. Visto que o estudo destes pressupostos oferecem subsídios teóricos para a discussão acerca do desenvolvimento das funções superiores, da formação de conceitos, do papel da escola e da formação de professores desenvolve-se, para fins desta investigação, com um grupo de professores iniciantes na profissão. Com eles serão realizados encontros semanais dedicados ao estudo com vistas à superação das pedagogias e práticas relativistas que determinam o papel da escola e a formação de professores no Brasil. Os encontros serão todos eles audiogravados e alguns deles videogravados, pois, dessa forma, há maior possibilidade de análise detalhada dos encontros, bem como possibilita aos participantes reverem os encontros e, dessa forma, elaborarem relatórios que evidenciem os avanços na compreensão e nas propostas de trabalho em sala de aula.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este estudo fundamenta-se na Psicologia Histórico-Cultural e na Pedagogia Histórico-Crítica, uma vez que, além de oferecerem embasamentos teóricos marxistas, ambas as abordagens, segundo Martins (2013), privilegiam a educação escolar defendendo o ensino dos conhecimentos clássicos, historicamente sistematizados, ou seja, o ensino dos verdadeiros conceitos científicos que são realmente necessários para o aluno de qualquer período escolar, seja na educação infantil, no ensino fundamental ou no ensino médio. A Psicologia Histórico-Cultural amplia significativa e profundamente o entendimento sobre o psiquismo humano, uma vez que, diferentemente de outras abordagens, que na atualidade, para as práticas pedagógicas têm se configurado hegemônicas enquanto teorias pedagógicas relativistas – as chamadas pedagogias do “aprender a aprender” –, esta não determina o desenvolvimento do indivíduo através da estimulação do ambiente, da adaptação do organismo ao meio, ou de modelos biológicos. Assume que as características especificamente humanas “[...] não se transmitem de modo algum por



hereditariedade biológica, mas adquirem-se no decurso da vida por um processo de apropriação da cultura criada pelas gerações precedentes.” (LEONTIEV, 1978, p. 267). Além disso, esta teoria destaca ainda que a atividade humana é mediada por instrumentos, sendo eles técnicos e psicológicos. Esses instrumentos são o produto histórico da humanidade e regulam as ações humanas que transformam a natureza e o próprio ser humano. O uso e as novas formas de uso desses instrumentos são condições essenciais para a constituição humana e para a formação das funções psicológicas superiores. Essas funções surgem a partir do coletivo, das relações humanas e podem desenvolver a compreensão e a transformação dos homens sobre a realidade. O desenvolvimento das funções superiores é fundamental para a formação da consciência humana e conseqüentemente, o pensamento por conceitos é o que possibilita a consciência do ser humano. Assim, a formação de conceitos é proeminente na perspectiva histórico-cultural, pois está ligada tanto ao desenvolvimento quanto a aprendizagem (FACCI, 2006). Contudo, deve-se esclarecer um ponto importante. Segundo Pasqualini (2013): “A psicologia não tem como objeto o processo pedagógico e a organização do ensino.” Assim, embora a Psicologia Histórico-Cultural seja um fundamento amplamente considerável na educação escolar, e neste sentido o objeto da psicologia são os princípios pelos quais conduzem o desenvolvimento do psiquismo humano. Portanto, se faz necessário destacar como explica Duarte (2003) a necessidade de uma teoria pedagógica, isto é, a Psicologia Histórico-Cultural é um dos fundamentos de uma pedagogia e não a própria teoria pedagógica.

Além disso, Martins (2013) aponta também que tanto a Psicologia Histórico-Cultural quanto a Pedagogia Histórico-Crítica: [...] não são indiferentes à análise das condições objetivas que, em uma sociedade de classes, reservam para diferentes indivíduos condições desiguais de humanização. Mais do que não serem indiferentes, essas teorias evidenciam a necessidade de superação da ordem econômica fundada na propriedade privada dos meios de produção, isto é, da posse privada dos produtos do trabalho humano, no que se inclui o produto do trabalho intelectual. (MARTINS, 2013, p. 272).

Segundo Saviani (2013), a escola se tornou um mercado de trabalho concorrido por diferentes profissionais e uma nova lógica atua: de agência destinada a atender o interesse da população pelo acesso ao saber sistematizado, a escola passa a ser uma agência a serviço de interesses corporativistas ou clientelistas. De tal forma que se anula mais uma vez, porém de outra maneira, o papel fundamental da escola no processo de democratização. O processo de transmissão-assimilação de conhecimentos sistematizados na escola pouco é trabalhado, e dessa forma a atividade nuclear da escola, ou seja, a transmissão dos instrumentos de acesso ao saber elaborado tem sido extinguida.

Tendo em vistas a superação deste cenário atual marcado pelas contradições próprias da sociedade capitalista, a Pedagogia Histórico-Crítica tem como elemento central o saber objetivo, metódico, sistemático, ou seja, científico, pois a função específica da escola é a passagem dos conceitos cotidianos para os científicos, não se tratando apenas de iniciar a aprendizagem do aluno a partir dos conteúdos cotidianos em vistas dos conteúdos científicos, mas que a escola enquanto instituição promotora da apropriação dos conhecimentos historicamente sistematizados estabeleça no aluno essa passagem, a partir de um “[...] trajeto contrário, isto é, do geral para o particular, do abstrato para o concreto, do não cotidiano para o cotidiano, pautando-se em conceitos, propriamente ditos, a serviço da superação da síntese do aluno.” (MARTINS, 2013, p. 294). Enquanto uma proposta de trabalho educacional, o fazer pedagógico pautado pela Pedagogia



13º Congresso de Pós-Graduação

Histórico-Crítica preconiza a articulação entre a prática social do aluno com a teoria, tendo como objetivo o desenvolvimento da consciência crítica do aluno sobre a realidade concreta. Esta prática didática é dividida em cinco passos: a *prática social inicial* – conhecimentos já adquiridos pelos alunos e professores; a *problematização* – explicitação sobre os problemas fundamentais da prática social; a *instrumentalização* – ações didático-pedagógicas para a aprendizagem; a *catarse* – novo entendimento elaborado sobre a prática social e; a *prática social final* – nova proposta de ação através do conteúdo aprendido (GASPARIN, 2009; SAVIANI 2012). Assim, tanto a Pedagogia Histórico-Crítica quanto a Psicologia Histórico-Cultural evidenciam que a escola deve auxiliar o aluno na aquisição de elementos que possam torná-lo humanizado possibilitando a tomada de conhecimento objetivo. Por isso a finalidade escolar deve se pautar na ampliação da humanidade e consciência histórica do indivíduo, sendo assim um processo de transmissão de conhecimentos intencionados e sistematizados que superam os conhecimentos cotidianos. Essa superação se estabelece através do desenvolvimento cultural que favorece o desenvolvimento geral do indivíduo e conseqüentemente transforma tanto sua vida particular quanto sua prática social, pois o indivíduo conhece sua realidade de forma crítica. (FACCI, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho preconiza que o professor deve conduzir o conhecimento desorganizado, sincrético do aluno para o conhecimento sistematizado, organizado pela prática social. Escola e professor necessariamente precisam amparar e contribuir para o desenvolvimento dos alunos que sozinhos não o adquirem. No aluno, é indispensável que o professor faça originar funções psíquicas ainda não formadas, proporcionando o desenvolvimento em uma relação de colaboração e interação por ambos. Assim, somente uma interação sistêmica e organizada pode transmitir o aluno à aprendizagem, conduzindo o ensino ao desenvolvimento máximo de suas capacidades. Em síntese, escola e professor têm como função desenvolver os processos psicológicos superiores com base em conhecimentos científicos e sistematizados nos conteúdos curriculares (FACCI, 2006). No entanto, é possível considerar ainda parcialmente que, na formação de professores, faltam estudos rigorosos sobre o desenvolvimento das funções psicológicas superiores e sua relação com o ato educativo na escola, estudo dos fundamentos filosóficos da educação, uma análise crítica da sociedade capitalista e da lógica reprodutiva do capital que afetam diretamente a escola. E ainda, tem sido possível questionar o conhecimento frágil dos métodos de ensino, indiciando a falta de apropriação dos conhecimentos da Pedagogia Histórico-Crítica como instrumento para o professor lidar com o aluno concreto da sala de aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DUARTE, N. A rendição pós-moderna à individualidade alienada e a perspectiva marxista da individualidade livre e universal. In: DUARTE, N. (Org.). *Crítica ao fetichismo da individualidade*. Campinas: Autores Associados, 2004, p.219-242.
- DUARTE, N. Vigotski e a pedagogia histórico-crítica: a questão do desenvolvimento psíquico. *Nuances: estudos sobre educação*. v. 24, n. 1, p. 19-29, jan./abr. 2013.
- FACCI, M. G. D. Vigotski e o processo ensino-aprendizagem: a formação de conceitos. In: MENDONÇA, S. G. L.; MILLER, S. (Orgs.). *Vigotski e a escola atual: fundamentos teóricos e implicações*. Araraquara: Junqueira&Marin, 2006. p. 123-147.



GASPARIN, J. L. *Uma didática para a pedagogia histórico-crítica*. Campinas: Autores Associados, 2009.

LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Horizonte, 1978.

LURIA, A. *Curso de Psicologia Geral Vol. I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MARTINS, L. M. O papel da educação escolar no desenvolvimento psíquico. In: MARTINS, L. M. *O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica*. Campinas: Autores Associados, 2013. p. 269-319.

PASQUALINI, J. C. Periodização do desenvolvimento psíquico à luz da escola de Vigotski: a teoria histórico-cultural do desenvolvimento infantil e suas implicações pedagógicas. In: MARSIGLIA, A. C. G. (Org.). *Infância e Pedagogia Histórico-Crítica*. Campinas: Autores Associados, 2013. p. 71-97.

SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. 42 ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11 ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2013.

VIGOTSKI, L.S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKI, L.S. *Obras Escogidas Vol. III*. Madrid: Visor, 1995.



AVALIAÇÃO DA FLEXIBILIDADE ATIVA EM JOGADORES DE FUTEBOL PARA AMPUTADOS

Autor(es)

**JOSÉ RICARDO AURICCHIO
RENE COSTA QUINTAS OLIVEIRA
NATHALIA BERNARDES**

Orientador(es)

MARLENE APARECIDA MORENO

INTRODUÇÃO

O futebol de amputados é uma variação do futebol convencional criada em 1980, porém os jogadores de linha devem necessariamente ter alguma amputação de um dos membros inferiores e o goleiro deve ter uma amputação de um dos membros superiores. As amputações podem ser congênicas ou traumáticas (SIMIM, 2014). O goleiro por apresentar eficiência motora sobre os jogadores de linha, não pode sair da sua área de atuação, e também não pode usar o coto para segurar ou desviar a bola intencionalmente. O tiro de meta é cobrado com o pé e deve obrigatoriamente tocar seu campo de defesa, antes de passar o meio de campo (YAZICIOGLU, 2007; SIMIM, 2014). Os jogadores de linha utilizam muletas canadenses para se deslocarem, utilizadas bilateralmente para manter o equilíbrio necessário durante a prática esportiva, na hora de correr e chutar (YAZICIOGLU, et al. 2007; SIMIM et al., 2013, SIMIM, 2014).

O futebol de amputados é uma modalidade relativamente nova, não pertencente as modalidades paralímpicas que contam com apoio do Comitê Paralímpico Brasileiro para pesquisas que melhorem o desempenho dos atletas e diminuam o índice de lesões.

Flexibilidade é a aptidão máxima para mover uma articulação por uma variação de movimento (FONTOURA, 2013). A avaliação da flexibilidade tem importância fundamental por ser um importante componente de aptidão física, sendo a baixa flexibilidade na região sacro-ilíaca em combinação com pouca força muscular, responsável direta por dores na região lombar (PITANGA, 2008).

No levantamento bibliográfico realizado nas bases de dados Pubmed e Bireme foram encontrados poucos artigos sobre avaliações realizadas em times de futebol para amputados. Desta forma torna-se relevante o desenvolvimento de estudos com maior rigor metodológico que possam subsidiar programas de treinamento para times de futebol de amputados desde a iniciação ao alto rendimento, melhorando o desempenho dos jogadores e conseguindo uma melhor adesão de novos praticantes, ampliando o acesso das pessoas com deficiência motora a prática esportiva do futebol.

OBJETIVOS

Avaliar o índice de flexibilidade apresentado pelos jogadores de futebol para amputados do time SMEL MOGI, na região da coluna lombar e dos músculos posteriores da coxa.



DESENVOLVIMENTO

Desenho do estudo e aspectos éticos

Trata-se de um estudo transversal aprovado pelo comitê de ética da Universidade Metodista de Piracicaba sob o número 092015.

CASUÍSTICA

Foram selecionados 17 jogadores do time do SMEL MOGI, sendo todos do gênero masculino, jogadores de linha e amputados unilateralmente de membro inferior, conforme os seguintes critérios:

- Critérios de inclusão: praticar de forma regular futebol para amputados há no mínimo três meses; ser jogador de linha; ter idade compreendida entre 18 e 50 anos.
- Critérios de exclusão: presença de alterações cardiovasculares ou respiratórias; presença de alterações motoras ou cognitivas que impossibilitassem a execução dos testes; ser goleiro; não ter funcionalidade nos dois braços.

LOCAL DA PESQUISA

As avaliações foram realizadas nas dependências do SESI na cidade de Mogi das Cruzes, estado de São Paulo, local da etapa de treinamento.

PROCEDIMENTOS EXPERIMENTAIS

Foi realizado o teste de flexão de tronco (Sentar-alcançar) de acordo com o protocolo da ACSM (2000). Para este teste foi utilizado uma caixa padrão como ilustrado na Figura 1, onde os atletas deviam apoiar os dois calcanhares na caixa a uma distância de aproximadamente 25cm. Para a população de amputados utilizamos a adaptação do teste proposta por GORLA, CAMPANA e OLIVEIRA (2009): “ Realiza-se o teste avaliando o membro existente, tomando cuidado para manter o quadril alinhado. ”

Foi realizado o teste de flexão de tronco (Sentar-alcançar) de acordo com o protocolo da ACSM (2000). Para este teste foi utilizado uma caixa padrão como ilustrado na Figura 1, onde os atletas deviam apoiar os dois calcanhares na caixa a uma distância de aproximadamente 25cm. Para a população de amputados utilizamos a adaptação do teste proposta por GORLA, CAMPANA e OLIVEIRA (2009): “ Realiza-se o teste avaliando o membro existente, tomando cuidado para manter o quadril alinhado. ”

Figura 1. Caixa padrão para teste de sentar-alcançar.



Análise dos dados

Os dados desta pesquisa estão apresentados de forma descritiva, em médias e desvios-padrões.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados relacionados a caracterização da amostra foram obtidos através da ficha de avaliação individual de cada jogador. Para os resultados da avaliação da flexibilidade foram utilizadas as tabelas de interpretação dos dados dos testes fornecidas no manual da ACSM (2000).

Na Tabela 1 estão apresentados os dados de caracterização da amostra em média e desvio padrão. Na Tabela 2 os dados relacionados a avaliação da flexibilidade e a comparação com a média de idade, média do tempo de deficiência e média do tempo de prática.

Tabela 1. Caracterização da amostra

Tabela 1. Caracterização da amostra

Variável	MD	DP
Idade (anos)	29,47	7,38
Tempo de deficiência (anos)	10,93	9,97
Tempo de prática (anos)	5,26	6,21

Tabela 2. Avaliação da flexibilidade

Tabela 2. Avaliação da flexibilidade

Variável	Superior	Excelente	Bom	Razoável	Pobre	Muito pobre
F	53%	0	0	12%	6%	29%
MI (anos)	30,2	0	0	29,5	19	30,2
MTD (anos)	14,4	0	0	6	8	7,2
TP (anos)	5,8	0	0	2	4	5,5

F= Flexibilidade; MI= Média de Idade; MTD= Média do tempo de deficiência; MTP= Média do tempo de prática



F= Flexibilidade; MI= Média de Idade; MTD= Média do tempo de deficiência; MTP= Média do tempo de prática

DISCUSSÃO

De acordo com os resultados apresentados, os principais achados deste estudo foram: a) a maioria dos atletas tem nível de flexibilidade superior ao predito para a idade; b) a média de idade foi a mesma nos limites muito pobre e superior da avaliação; c) a média de tempo de deficiência maior caracterizou uma melhor avaliação da flexibilidade; d) a média do tempo de prática foi similar nos limites muito pobre e superior da avaliação.

Os achados do presente estudo corroboram os de Simim et al (2014), que tiveram como resultado excelentes níveis de flexibilidade.

No presente estudo a média de idade e tempo de prática da modalidade foi a mesma para a melhor e para a pior avaliação, não concordando com os resultados apresentados por Tritschler (2003), o qual refere que à medida que envelhecemos e quanto mais sedentários, nos tornamos menos flexíveis.

Diversos benefícios são associados ao desenvolvimento da capacidade flexibilidade: melhor desempenho esportivo, contribuição para execução de movimentos com menor gasto energético, facilitação na aquisição de gestos técnicos, aumento da amplitude de movimentos, prevenção de lesões, entre outros (SIMIM et al, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com este estudo que os jogadores com maior tempo de amputação apresentam maior flexibilidade e queixam-se menos de dores na coluna e nos membros inferiores. Considera-se ainda que os resultados deste estudo subsidiarão programas de treinamento específicos para a melhora da flexibilidade dos jogadores de futebol de amputados, diminuindo assim as queixas de dores e por consequência um melhor desempenho na atividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSM American College of Sports Medicine. Teste de esforço e prescrição de exercício. Rio de Janeiro, Revinter: 2000
- FONTOURA, A.S.; FORMENTIM, C.M.; ABECH, E.A. Guia prático de avaliação física: uma abordagem didática, abrangente e atualizada.-2.ed.-São Paulo: Phorte, 2013
- GORLA, J.I.; CAMPANA, M.B.; OLIVEIRA, L.Z. (Org). Teste e avaliação em esporte adaptado. São Paulo, Phorte: 2009
- PITANGA, F.J.G. Testes, medidas e avaliação em educação física e esportes. -5.ed.- São Paulo, Phorte, 2008
- SIMIM, M.A.M.; SILVA, B.V.C.; JUNIOR, M.M.; MENDES, E.L. Anthropometric profile and physical performance characteristic of the Brazilian amputee football (soccer) team. Motriz, Rio Claro, v.19 n.3, p.641-648, jul/sep. 2013
- SIMIM, M.A.M. Exercício, esporte e inclusão: a formação do profissional de educação física e o esporte adaptado. In: NOCE, F. ORG. O profissional de educação física na área da saúde. Belo Horizonte: EEFPTO, 2014.



SIMIM, M.A.M.; OLIVEIRA, C.C.E.S.; CUNHA, R.G.; SILVA, B.V.C.; MOTA, G.R. Comparação da flexibilidade ativa e passiva em jogadores de futebol para amputados. *Conscientia e Saude* 2014:13 (Suplemento "I Simpósio Paradesportivo Paulista"):89-92.

TRITSSCHLER, K.A. Medidas e avaliação em educação física e esportes de Barrow e McGee.-5. ed.- Barueri, SP: Manole, 2003

YAZICIOGLU, K. The Rules of Amputee Football In C. o. E.D. A. Terrorism (Ed.), *Amputee Sports for Victims of Terrorism* (pp. 94-99). Ankara, Turkey, 2007

YAZICIOGLU, K.; TASKAYNATAN, M.A.; GUZELKUCUK, U. & Tugcu, I. Effect of Playing Football (Soccer) on Balance, Strength, and Quality of Life in Unilateral Below-Knee Amputees. *American Journal of Physical Medicine & Rehabilitation*, 86(10), 800-805, 2007.



EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE MARXISTA SOBRE O (NÃO) LUGAR DO DEFICIENTE

Autor(es)

JOSIANE MARIA BONATTO BRAGIN

Orientador(es)

MARIA INÊS BACELLAR MONTEIRO

INTRODUÇÃO

A educação do deficiente historicamente vem sendo descrita como uma conquista pautada nos princípios de igualdade sobre os direitos e oportunidades educativas e acesso à educação. Estão presentes ainda, nos próprios documentos oficiais<!--[if !supportFootnotes]-->[1]<!--[endif]--> os discursos sobre a igualdade de direitos de todos os homens e também sobre o respeito às diferenças, prevalecendo uma visão universalista que é marca da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Os alunos têm direitos iguais, independente das características, interesses e necessidades individuais, que são diferentes. A alienação é um conceito central na obra de Marx e também ponto crucial para realizarmos a discussão sobre o (não) lugar do deficiente na escola. A alienação em todas as suas esferas (religiosa, política, econômica e educacional) encerram a ideia comum de que o Homem havia falhado a alguém ou alguma coisa que era essencial à sua natureza. Em todas essas diferentes formas, alguma outra entidade obtinha o que deveria caber ao Homem e o seu direito do controle sobre suas próprias atividades. Nas condições do capitalismo, a educação é realizada em circunstâncias tão alienantes que se torna um processo de desumanização. Ao realizar uma análise sobre as contribuições do pensamento marxista sobre a educação, no que se refere às questões sobre alienação, sobre o pensamento histórico e dialético, passamos a pensar sobre a questão nuclear da desigualdade social típica da sociedade capitalista e das tendências que marcam o processo de globalização que não nos deixa dúvidas em relação aos valores que são privilegiados e aos modos como se organiza. Desta forma, passo a fazer a relação entre as categorias marxistas de trabalho, alienação e as contradições existentes nos espaços educativos ditos inclusivos. Os parâmetros de homem ideal dentro do sistema capitalista são aqueles identificados como o de homem competitivo, produtivo e protagonista, o papel da escola dentro desta condição, seria então, o de educar e formar somente esse tipo ideal. É possível afirmar, diante destas questões que não há lugar na sociedade, nem na escola, para os diferentes. Este artigo tem a expectativa da formação de novos diálogos acerca da inclusão escolar em relação aos direitos dos alunos deficientes e sua real efetivação e aproveitamento.

A legislação e as políticas educacionais inclusivas atualmente vigente e os documentos oficiais fazem menção explícita à Declaração de Salamanca.

OBJETIVOS

A proposta de uma educação inclusiva tem sido discutida e implementada sobre o discurso das necessidades encontradas dentro da atual dinâmica social. Em um cenário onde as desigualda-



des sociais são caracterizadas pelo modelo econômico capitalista e competitivo, a constituição da educação especial enquanto uma perspectiva de educação inclusiva, através de suas políticas e documentos oficiais, nos remete a pensar criticamente sobre o local, objetivos e fins da educação. Procuo realizar neste artigo, uma análise entre as evidencias, tensões, conflitos e contradições que estão presentes nos espaços educativos que dizem ser inclusivos. Pautado nas contribuições de Marx, este estudo procura também contribuir para uma análise sobre qual é o papel da escola na sociedade, tendo em vista a necessidade de propiciar a discussão acerca de como a escola colabora para a manutenção desta sociedade, e como a inclusão do aluno deficiente ainda encontra-se sobre a crença na igualdade de oportunidades nas sociedades capitalistas. Conclui-se que a escola cumpre um papel ideologizante e que através de uma imposição pouco visível, leva os alunos a adquirir uma visão de mundo compatível com a sociedade de classes e que a escola está a serviço dos interesses dos grupos e pessoas que monopolizam o poder econômico, social, político e cultural. As análises aqui apresentadas, mesmo que de maneira preliminar, indicam possibilidades de novas discussões e reflexões sobre os caminhos das possíveis mudanças.

DESENVOLVIMENTO

O discurso educacional em diferentes momentos da história tem se caracterizado por difundir ideologia e mistificar a realidade. A atribuição e responsabilidade pelo fracasso dos alunos se caracteriza através da inversão da culpabilidade, as quais servem para patologizar e naturalizar as causas destes fracassos. Isso ocorre porque, na prática, a escola frequentemente situa o problema do fracasso no aluno, considerando-o como portador de algum tipo de “anormalidade”, partindo do pressuposto de que a escola e a sociedade são boas e, assim, aquele que fracassa deverá corrigir-se de seu “desvio”. No caso dos deficientes a concepção de ensino, aprendizagem e de desenvolvimento, estão pautadas em estudos e concepções de desenvolvimento humano que enfatizam a dimensão biológica e por consequência, as práticas educativas para o aluno deficiente, passam a ser restritas. Muitas vezes as ações pedagógicas se tornam exclusividade da ação do Professor de Apoio Educacional Especializado (AEE), quando ainda, estes executam corretamente suas atribuições.

Em seu aspecto mais amplo, a política de educação inclusiva, mostra um certo compromisso com as pessoas deficientes, em outros momentos, parece prevalecer a questão quantitativa de atendimento mais compatível com a política de resultados para justificar compromissos governamentais no âmbito internacional.

É evidente que o discurso apresentado nestas políticas, não fazem referência às principais causas da desigualdade existente e acaba criando uma ilusão de que a educação a faz gerir, e conseqüentemente, de que a mudança nas formas de organização dos sistemas de ensino pode, sozinha, reverter esta situação.

Contextualizando a crítica histórica / social de Marx, e suas contribuições para elucidar as problemáticas apresentadas, inicialmente é necessário relacionar suas concepções com o pensamento social e político que se basearam em uma transformação e síntese de duas tradições: o idealismo alemão, exemplificado pela obra de Hegel e o radicalismo filosófico, expresso no materialismo de Feuerbach.



Para Marx, o trabalho é a atividade humana essencial, somente os homens são capazes de agir deliberadamente sobre o mundo, mudando-o. Isso contradiz com Adam Smith (1981), para quem o ócio era o estado ideal do homem, e o trabalho era uma atividade coerciva. Marx nega essa posição e afirma que o trabalho realiza a espontaneidade humana e tem o mais alto valor potencial. Marx argumenta ainda ser da natureza do Homem produzir objetos nos quais ele se reflete, cercar-se de um universo feito pelo homem. Mas os objetos, os produtos da atividade auto realizadora e criativa do trabalhador, são a este tomados. Essa alienação do homem a seu produto também implica a sua alienação em relação aos outros homens. Ao tomar o capítulo intitulado “Trabalhos alienados”, nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844, sobre as relações básicas de alienação, e ao tentar aplicar tais relações à educação, esta seção sobre o ensino e a alienação se baseia, em grande parte, na aceitação de suas proposições. Um modo de produção, segundo Marx (2007), não deve ser considerado simplesmente como a reprodução da existência física dos indivíduos. É antes uma forma definida de atividade desses indivíduos, uma forma definida de expressar sua vida, um modo de vida definido de sua parte”. Para Marx, isso significa uma expressão da alienação das relações sociais dentro e através do capitalismo. A educação torna-se assim reificada, passa a ser considerada como um poder sobre e acima do homem, e portanto, fora de qualquer possibilidade de modificação. A alienação e a desigualdade têm suas raízes não na natureza humana, não na tecnologia, não no sistema educacional, mas na estrutura da economia capitalista. Na verdade, integrando as novas gerações na ordem social, as escolas são obrigadas a justificar e reproduzir a desigualdade, em lugar de corrigi-la. A principal função econômica do ensino escolar é facilitar a estratificação da força de trabalho. O sistema educacional estimula e legitima a desigualdade econômica proporcionando um mecanismo claro e meritocrático para destinar os indivíduos a posições econômicas desiguais. O ensino desigual, perpetua uma estrutura de desigualdade econômica que tem origem, fora do sistema escolar, nas relações sociais da economia capitalista. A educação é parte da produção e reprodução da estrutura de classes e um sistema escolar mais igualitário não criará uma sociedade mais igual.

Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770 - 1831), acreditava que a explicação se faz em termos de causas mentais, que as ideias, e não os objetos, tem maior importância.

Ludwig Andreas Feuerbach (1804 - 1872) argumentava que Hegel acreditava que o pensamento era o sujeito, e a existência o mero objeto ou predicado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A percepção que se tem é a de que a exclusão social está agravando-se com a dinâmica capitalista. Os conceitos de inclusão e de exclusão social, não se configuram da mesma forma em todos os tempos e lugares com naturezas diferentes. No âmbito escolar, o conceito de inclusão teve sua “inspiração” a partir de alguns documentos oficiais e muitos outros movimentos internacionais. Esta inspiração ganha força e as políticas inclusivas, passam a ser uma realidade. A rede comum de ensino, faz com que haja uma nova realidade nas escolas que deveriam encontrar a melhor maneira de educação onde a obtenção do êxito seria para todos os alunos, inclusive para os deficientes.



Apesar de conotar um discurso democrático, é preciso lembrar que uma escola “igual” para todos, pode abrir espaço para as questões discriminatórias, uma vez que as pessoas são diferentes em suas condições biológicas, sociais e culturais.

O posicionamento geral sobre seus objetivos, estão ligados com a necessidade de formar cidadãos para atuar em sociedade, cumprindo seus papéis, ou seja, atuando em suas tarefas demandadas por nossa sociedade capitalista.

Sobre estes aspectos, o lugar do deficiente na escola, deve ser questionado na medida que caminham juntos com as concepções lineares, hierarquizadas de ensino e currículo, assim como as concepções psicométricas ou homogeneizantes de alunos, aliadas a concepções patologizantes de qualquer dificuldade ou fracasso escolar, não mais contribuem com as ações que estão sendo requeridas para a inserção escolar dos alunos com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo, foi o de mostrar como a alienação se manifesta em diferentes aspectos da vida escolar, como a desigualdade e a injustiça surgiram e são mantidas. O discurso inclusivo, se contradiz à realidade educacional brasileira, caracterizada em sua grande maioria por classes superlotadas, instalações físicas de acessibilidade insuficiente e falta de professores com formação adequada. Essas condições nos levam a questionar em si a ideia de inclusão como política que simplesmente, insira alunos nos contextos escolares existentes. É preciso muito mais que discutir direitos, sensibilizar profissionais, equipar as escolas e fazer com que os dirigentes comecem a se preocupar com as questões da inclusão sobre a perspectiva de uma questão de implantação de políticas. São necessárias novas discussões, reflexões e de imediato, repensar o papel da escola e suas práticas educativas para além das concepções positivistas predominantes nos sistemas de ensino para iniciarmos um processo de possíveis mudanças. Precisamos pensar sobre uma concepção dialética das relações entre consciência e estrutura, uma teoria na qual, a atividade humana seja modelada pelas estruturas sociais, mas seja também a criadora de novas formas que desafiem e superem essas mesmas estruturas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL (1984). **Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial**. Brasília, Ministério da Educação (MEC) / Centro Nacional de Educação Especial (CENESP).
- _____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE).
- ENQUITA, M. F. **Trabalho, escola e ideologia. Marx e a crítica da educação**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.
- FERREIRA, M. C. C. **A prática educativa e a concepção de desenvolvimento psicológico de alunos com deficiência mental**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1994.
- JANNUZZI, G. S. de M. **As políticas e os espaços para a criança excepcional**. In: FREITAS, M. C. (org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo, Cortez, Universidade São Francisco (USF).
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.



_____. **A Ideologia Alemã.** São Paulo, Martin Claret, 2007.

SMITH, A. **Riqueza das Nações.** Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

SCHULTZ, T. **O valor econômico da educação.** Rio de Janeiro, Zahar, 1962.



PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DE MULHERES EM PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

Autor(es)

**GUSTAVO CELESTINO MARTINS
VALTER ROBERTO DE MORAES
RAUL MARCEL CASAGRANDE
LEANDRO BORELLI DE CAMARGO
KELMERSON HENRI BUCK
HELEISE FARIA DOS REIS DE OLIVEIRA
FERNANDA TURRIONI COSTA
FABIO DA SILVA FERREIRA VIEIRA
CLAUDIO NOVELLI
ANDERSON EVARISTO DA SILVA**

Orientador(es)

GUANIS DE BARROS VILELA JÚNIOR

INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países com as maiores taxas de envelhecimento do mundo, fruto, provavelmente, da melhoria nos serviços de saúde e da melhoria da renda média nos últimos anos (MARTINS et al, 2010). Não obstante, presenciamos um descompasso entre tais indicadores e a necessidade de mais conhecimentos sobre o processo de envelhecimento. Mais importante que simplesmente envelhecer, o importante é que este processo tenha seus efeitos deletérios minimizados no que tange à percepção da qualidade de vida (QV). Na atualidade os idosos têm buscado uma melhor QV no seu cotidiano, visando um estilo de vida mais ativo e melhoria nas capacidades funcionais. Segundo Martins et al (2010), a prática dos exercícios físicos regulares permite obter respostas favoráveis que colaboram com o envelhecimento saudável e melhora na QV. Por exemplo, a obesidade é um fator relevante no envelhecimento no sentido de prejudicar a performance motora, flexibilidade e capacidade cardiorrespiratória, isso sem dúvida prejudica ainda mais a qualidade de vida, além das doenças crônicas degenerativas associadas. As exigências físicas e motoras são fatores que acometem os idosos na execução de suas principais tarefas pessoais, profissionais, na locomoção, nos trabalhos no lar, e nos momentos de lazer. Uma boa percepção de QV nos idosos permite que eles possam ter uma melhor forma de viver, relacionando, portanto, saúde, educação, transporte, moradia, trabalho e participação nas decisões que lhes dizem respeito e determinam como vivem o mundo (VILELA JÚNIOR et al, 2010). A Organização Mundial da Saúde define QV como “a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto de sua cultura e no sistema de valores em que vive, em relação a suas expectativas, seus padrões e suas preocupações”; a complexidade do tema necessita de uma compreensão multidimensional e subjetiva, onde se pode compreender a QV como o “resultado da mediação que as pessoas fazem entre aquilo que tem e aquilo que são” (VILELA JUNIOR, G.B., 2010). Este estudo justifica-se pela necessidade de construção de conhecimento relativo à terceira idade.



de, em um país cuja população envelhece rapidamente e que carece de políticas públicas específicas.

OBJETIVOS

Geral: Avaliar a percepção de qualidade de vida de mulheres praticantes de atividade física regular.
Específicos: A) Avaliar a percepção de QV nos diferentes domínios do World Health Organization Quality of Life (WHOQOL). B) Correlacionar os domínios do WHOQOL para refletir sobre possíveis associações entre os mesmos.

DESENVOLVIMENTO

A amostra foi composta por 35 mulheres que se auto relataram saudáveis, com idades média de 61 anos ($\pm 7,27$), que participavam de um programa de atividade física regular a mais de três anos, onde realizavam alongamento, ginástica e caminhadas, duas vezes por semana sendo uma hora e meia cada dia de atividade, sendo então classificadas como fisicamente ativas, conforme os critérios estabelecidos pelo Questionário Internacional de Atividade Física (International Physical Activity Questionnaire – IPAQ) (BENEDETTI et al., 2007). Foi aplicado o questionário WHOQOL-BREVE que busca avaliar aspectos relacionados a qualidade de vida dos indivíduos, e é composto por 26 questões e considera os últimos quinze dias vividos. Duas questões referem-se à percepção individual a respeito da qualidade de vida e as demais 24 estão subdivididas em quatro domínios: Domínio I - Físico, com ênfase nas seguintes facetas: dor e desconforto, energia e fadiga, sono e repouso, mobilidade, atividades da vida cotidiana, dependência de medicação ou de tratamentos e capacidade de trabalho; Domínio II – Psicológico, focalizando as seguintes facetas: sentimentos positivos, pensar, aprender, memória e concentração, autoestima, imagem corporal e aparência, sentimentos negativos, espiritualidade, religião e crenças pessoais; Domínio III – Relações sociais, abordando as facetas: relações pessoais, suporte (apoio) social, atividade sexual; Domínio IV – Meio ambiente, com as facetas: segurança física e proteção, ambiente no lar, recursos financeiros, cuidados de saúde e sociais: disponibilidade e qualidade, oportunidade de adquirir novas informações e habilidades, participação e oportunidades de recreação/lazer, e ambiente físico (poluição, ruído, segurança pública, lazer, trânsito, clima e transporte, dentre outros). A Organização Mundial da Saúde recomenda a utilização de uma sintaxe específica para a pontuação do WHOQOL-BREVE que utiliza uma escala de entre 0 e 100 pontos para cada um dos quatro domínios do mesmo, onde, quanto mais próximo de 100 pontos, melhor será a percepção da QV. Para análise estatística, foi feito a correlação de Spearman para dados não-paramétricos, utilizando o programa estatístico SPSS 17.0, com $p < 0,01$. A pesquisa foi submetida no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) e aprovada sob o protocolo n°:32/13. A metodologia deste trabalho respeitou a resolução normativa 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Todas as avaliadas assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, aceitando participar como sujeito da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sabe-se que a pontuação de corte do questionário é 70 pontos, onde abaixo desse valor pode-se considerar uma QV insatisfatória e acima do mesmo uma QV satisfatória (VILELA JÚ-



NIOR, 2006). Entre os quatros domínios, apenas o domínio relacionado ao meio ambiente não atingiu uma pontuação satisfatório, obtendo uma média de 58,53 pontos. Provavelmente tal fato decorre da precariedade do local onde a atividade é realizada além de outros fatores que podem interferir diretamente nesse resultado, como os espaços públicos para lazer e esportes, ou seja, mais opções de realizações dessas atividades, não necessariamente apenas o ginásio que elas fazem aula; sem contar com a qualidade que as mesmas possuem tanto de moradia, como saneamento básico e a disponibilidade e qualidade de água potável que chegam até suas casas. Por ser um bairro sem infra-estrutura adequada, pode-se considerar a qualidade e disponibilidade de transportes públicos para que essas pessoas possam ter acesso a toda parte da cidade. Os outros domínios foram considerados como satisfatórios, sendo para o domínio físico uma pontuação de 71,49 pontos, valor esse que podemos ressaltar com relação a prática dessas atividades, que tem uma influência nesse resultado; para o domínio psicológico 73,08 pontos, o que nos mostra salutar a realização do referido projeto, pois provavelmente a pratica regular da atividade apresenta influencia positiva na saúde psicológica das pessoas. O domínio social foi o que apresentou maior pontuação com 75,60 pontos, que possivelmente possui uma impacto na sociabilização entre as mesmas. Em relação as correlações entre os domínios, constatou-se que o domínio físico possui uma correlação significativa com o domínio psicológico em 0,477, pode-se inferir que a pratica da atividade física, seja salutar para a saúde mental das mesmas. Outra correlação significativa do domínio físico, foi com o domínio meio ambiente em 0,609, provavelmente as condições ambientais como qualidade de moradia, transporte público, segurança pública, espaços públicos para a pratica de lazer e esportes, interfira na pratica da atividade física e atividades diárias. O domínio psicológico possui uma correlação significativa com o domínio meio ambiente em 0,544, pode-se inferir que esta correlação talvez esteja associada a precariedade do meio ambiente como qualidade de transporte público, qualidade de moradia, saneamento básico, qualidade dos locais públicos para lazer/esportes e da influencia deletéria deste meio ambiente na qualidade de vida delas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir através deste estudo, que o domínio meio ambiente foi o que mais comprometeu a QV das alunas estudadas, e com isso, destaca a necessidade de investimentos relativos à questão ambiental, tais como melhoria de espaços públicos para realização de lazer ativo, qualidade da moradia, acesso a cultura, segurança pública, melhoria do transporte urbano, dentre outros. Conclui-se que são necessários mais estudos junto a essa população, para que as propostas de intervenção para promoção da qualidade de vida sejam mais adequadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Martins, GC et al. Qualidade de Vida de Mulheres Idosas Praticantes de Atividade Física. Coleção Pesquisa em Educação Física, v.9, p.227-232, 2010.

O grupo WHOQOL. Desenvolvimento de Instrumento de Avaliação da Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde WHOQOL-BREVE. Psychol. Med.; 28(3):551-558,1998.



Vilela Júnior, GB. Qualidade de vida de idosos apesar da perda da capacidade funcional. Qual. Vid. Esp. Socie.; v2, n.68, 2006.

Vilela Júnior, GB. et al. Qualidade de Vida e Capacidade de Equilíbrio durante o Processo de Envelhecimento de Mulheres Praticantes de Atividade Física. Revista Brasileira de Qualidade de Vida, v.2, p.18-25, 2010.

World Health Organization. Quality of life assessment: annotated bibliography. Geneva; 1994.



ADORNO E A DIALÉTICA NEGATIVA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Autor(es)

LEANDRO ELIEL PEREIRA DE MORAES

Orientador(es)

BRUNO PUCCI

INTRODUÇÃO

Dentre os teóricos da Escola de Frankfurt, Adorno foi quem mais levou adiante a perspectiva de resgatar a filosofia como uma trincheira de resistência teórica diante um mundo desumanizado. Nesse sentido, o objetivo neste texto é compreender que tipo de relação entre teoria e prática Adorno estabeleceu na formulação da Dialética Negativa, elemento fundamental para a pesquisa desenvolvida no doutorado, em curso.

OBJETIVOS

Compreender a relação entre teoria e prática estabelecida por Adorno, fundamentalmente na obra Dialética Negativa, tendo como perspectiva uma análise comparativa com o Materialismo Histórico e Dialético.

DESENVOLVIMENTO

Dialética Negativa: elementos iniciais de análise

Adorno, no Prefácio, inicia sua obra afirmando que a dialética negativa subverte a tradição, pois, desde Platão a resolução das contradições dialéticas produziam um momento positivo, uma síntese. Seu intento é libertar a dialética dessa positividade. Em seguida, no primeiro parágrafo da Introdução, o autor inicia suas reflexões com um diálogo crítico com Marx, que afirmou que “os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (2007, p. 535, grifo do autor). Para Adorno,

A filosofia, que um dia pareceu ultrapassada, mantém viva porque se perdeu o instante de sua realização. O Juízo de que ela simplesmente interpretou o mundo e é ao mesmo tempo deformada em si pela resignação diante da realidade, torna-se um derrotismo da razão depois que a transformação do mundo fracassa. (2009, p. 11).

Adorno reforça os elementos da negatividade dialética afirmando que a contradição não pode ser confundida com a identidade produzida pelo idealismo absoluto de Hegel, que a contradição é o indício da não-verdade da identidade, é negação. “A dialética é a consciência consequente da não-identidade” (2009, p. 13). Adorno aponta, criticamente, na dialética hegeliana um impulso para a pretensão de totalidade, de identificação, de superação daquilo que não é idêntico. Portanto, o que é diferenciado é divergente, dissonante, negativo, sendo superado pelo movimento consciente da positividade, da conciliação. Se em Kant no conceito havia um dualismo entre a subjetividade e objetividade, em Hegel o movimento dialético (tese-antítese-síntese) produz uma identidade absoluta entre sujeito e objeto, como que um ponto de chegada. Não há como avançar para além do absoluto. Além disso, Adorno critica a lógica formal



13º Congresso de Pós-Graduação

inserida nesse movimento em que a lógica matemática serve de amparo, ou seja, negação com negação produzindo a positividade. É contra essa dialética que Adorno se insurge, apontando o interesse de sua filosofia para “[...] o âmbito do não conceitual, do individual e particular; aquilo que desde Platão foi alijado como perecível e insignificante e sobre o que Hegel colou a etiqueta de existência pueril”. (2009, p. 15).

Perius assim explica a definição de conceito em Adorno: “A consciência da separação entre conceito (pensar) e a coisa (pensado) resulta, a partir disso, da insuficiência do pensamento, da insuficiência dos princípios metafísicos em explicar a realidade”. (2008, p. 108). Os conceitos apontam para o não conceitual porque refletem momentos da realidade e não a sua totalidade. É isso que escapa ao conceito, ao conciliado, ao definido, ao identificado que a filosofia crítica de Adorno busca. O que escapa ao conceito é exatamente o seu questionamento: “A filosofia que reconhece esse fato, que extingue a autarquia do conceito, arranca a venda de seus olhos”. (2009, p. 19). Nesse sentido é que Adorno propõe que o “desencantamento do conceito é o antídoto da filosofia”, impedindo “o seu supercrescimento” (2009, p. 19).

Apontar os limites do conceito não significa negá-lo. Por isso, “o esforço de ir além do conceito por meio do conceito” (2009, p. 22) e “A identidade não desaparece por meio de sua crítica; ela se transforma qualitativamente. Vivem nela elementos da afinidade com o seu pensamento” (2009, p. 130). O conceito pode representar parcialmente o objeto, mas não se confunde com ele, nem é absoluto. Adorno não nega a necessidade de buscar a verdade e o sentido do real, afirmando que “a consciência da não-identidade contém a identidade” (2009, p. 130) e que “A dialética negativa não faz desaparecer a identidade e sim a muda qualitativamente. Nela, a identidade é ponto de partida, enquanto falsidade, e o ponto de chegada, enquanto possibilidade de verdade” (ZUIN et alii, 2008. p. 79, grifo meu). O destaque aqui na possibilidade é importante como negação da absolutização do conceito e como afirmação da possibilidade de compreensão do objeto, ainda que aproximativamente. Afirmação e negação: esse é o sentido e a tensão contidos no conceito. “Não confundir e não separar. Eis a regra negativa e reflexiva, que a Dialética Negativa observa da primeira à última frase.” (TÜRCKE In: ZUIN et alii, 2004, p. 57). Adorno parece repetir o tempo todo em sua obra o significado da dialética negativa, quando na verdade ele aplica seu próprio método na construção do texto, ou seja, a dialética negativa (e outras definições) é cercada a todo momento por uma miríade de conceitos. A busca pela compreensão do conceito não pode ser acessada “[...] por meio de uma única chave ou de um único número, mas de uma combinação numérica” (2009, p. 142). Dialética é negação, afirmar sua positividade é negar a própria dialética. Zanolta (2007) alerta que isso não significa afirmar que exista somente o caráter negativo da dialética e que a identidade e a síntese não existam, o que ele propõe é o exercício crítico da dialética, a negação. Nesse sentido, recorrendo a Horkheimer, concorda que “cada conceito deve ser visto como fragmento de uma verdade total em que encontra o seu significado”. (HORKHEIMER apud ZANOLLA, p. 67). A crítica de Adorno (e de Horkheimer e Marcuse) ao conceitual não deve ser vista na mesma direção do relativismo, ela expressa a tensão entre a positividade do conceito e a sua própria negação. Assim também deve ser analisada com atenção a noção adorniana de totalidade, cuja relação com o conceito, ao mesmo tempo que não é a sua expressão, relaciona-se com ela. Portanto, não se trata de absolutizar os polos dessa relação: “O indivíduo particular deve ao universal a possibilidade de sua existência” (ADORNO, 1995, p.187). Adorno afirma que um não existe sem o outro, que o particular deve sua existência como determinação universal, ao mesmo tempo que o universal existe como determinação particular. “Ambos são e não são. Este é um dos motivos mais fortes de uma dialética não-idealista” (Idem p. 199).



A PRÁXIS

É nesse sentido que Adorno realiza seu diálogo crítico com o conceito de práxis, do qual, segundo o autor, o marxismo dogmático subtraiu a teoria crítica, transformando-a numa irracionalidade, numa má práxis. Esta, entendida somente em seu sentido positivo deve ser desmistificada por meio de seu resgate histórico e filosófico. Adorno adverte que a idealização da práxis levou a uma falsa compreensão de sua exclusiva dimensão prática, tornando-se prática alienada. “A exigência da unidade entre práxis e teoria rebaixou irresistivelmente a teoria até torná-la uma serva; ela alijou da teoria aquilo que ela teria podido realizar nessa unidade” (DN, p. 125). Num ambiente político dominado pelo pragmatismo, à direita e à esquerda, a teoria foi secundarizada e a prática supervalorizada: “Onde a experiência é bloqueada ou simplesmente já não existe, a práxis é danificada e, por isso, ansiada, desfigurada, desesperadamente supervalorizada” (ADORNO, 1995, p. 203-4). Assim como a subjetividade abstrata é ineficaz, a prática espontânea também. Nesse sentido, a necessidade de uma filosofia crítica que não esteja reduzida a sua dimensão instrumental, que reconquiste sua autonomia. Aqui está presente um elemento importante da compreensão de Adorno na relação entre prática e teoria: a necessidade de autonomia da teoria para o bem da própria práxis, se ela puder se realizar. É nesse sentido também que o autor recusa a superioridade do coletivo (Partido) sobre o indivíduo, afirmando que o dissidente pode ver mais que os mil olhos do Partido no poema de Brecht, que a urgência da ação prática esconde a repressão ao pensamento crítico. Diante disso, e das dificuldades de transformação social, haveria algum agente portador da prática correta? Buck-Morss afirma que “Em sua teoria ‘dialética’ e ‘materialista’ estava sempre ausente a concepção marxiana de consciência de classe como experiência política, e em seu lugar Adorno desenvolveu uma concepção de consciência individual como sujeito da experiência cognitiva” (1981, p. 177, tradução minha), recuperando o noção kantiana de um “espontâneo sujeito individual do conhecimento”, mas, indo além de Kant, propondo o fortalecimento do indivíduo. Para a autora, as reflexões de Adorno sobre o sujeito estavam desprovidas das origens de classe e de sua posição no processo de produção. Mantendo a coerência com seu método, Adorno não identificava indivíduo e classe social, ainda que não desconheça as influências de classe sobre o indivíduo, o que ele questiona é a supressão da individualidade pela identificação, conciliação, síntese que o conceito de classe poderia produzir. Da mesma forma que as tensões anteriormente analisadas, havia uma tensão entre indivíduo e classe social: “Se o sujeito, tanto particular e concreto, estava determinado por circunstâncias sócio históricas, era certo também que sua particularidade (em oposição ao princípio de troca) o fazia único e insubstituível” (BUCK-MORSS, 1981, p. 180, tradução minha). Para uma experiência filosófica verdadeira, o indivíduo devia confrontar-se com sua não identidade em relação ao mundo, ainda que esse mundo o influenciasse. Além disso, Buck-Morss avalia outro aspecto importante na diferenciação entre a filosofia de Adorno e de Marx: a ausência de uma teoria de ação política. Para Adorno a atividade intelectual era uma atividade prática. Na sociedade burguesa tudo é transformado para a expansão econômica e, no entanto, tudo permanece como está. Qualquer pensamento desviante desse curso é amputado. Diante disso, o que fazer? Em Adorno - naquele momento histórico (anos 1968-1970) - não encontramos uma resposta fácil nem animadora. Para o autor, o agente livre e autônomo não existe mais, a pseudo-atividade é a expressão objetiva das forças produtivas técnicas, o que condena essa prática à ilusão. Diante de uma nova dinâmica social, Adorno afirma que as leis econômicas não oferecem, por si, explicações suficientes, devendo-se buscalas



nos aspectos psicológicos, ou melhor, na psicanálise, no inconsciente, na dinâmica pulsional: Ainda diante da pergunta “o que fazer?”, Adorno finaliza seu texto recuperando Marx contra os marxistas: em *O Capital*, Marx não apresentou nenhum caminho prático para a revolução, buscou interpretar o funcionamento da sociedade burguesa. Nesse sentido, podemos, utilizando um termo provocativo, sintetizar a saída para Adorno: a teoria como resistência e como intervenção.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos objetivos apresentados, a tese, que está em desenvolvimento, tem como hipóteses: a) A teoria social desenvolvida por Marx e Engels não pode ser compreendida sem a inter-relação entre o método dialético, a perspectiva da revolução e sua teoria sobre o modo de produção capitalista (a teoria do valor). Adorno procura manter elementos do método materialista histórico e dialético como instrumento teórico de análise da realidade, distanciando-se da práxis marxiana; b) Nas reflexões educacionais de Adorno é possível encontrar os maiores distanciamentos de suas perspectivas com o materialismo histórico e dialético, não só pela valorização da psicanálise, mas também pela supervalorização das possibilidades emancipatórias que a educação promove ao indivíduo. Nesse sentido, o percurso da pesquisa compreende: 1) A história da Escola de Frankfurt e a trajetória de Adorno; 2) A Dialética Negativa de Adorno; 3) O materialismo histórico e dialético; 4) Análise comparativa entre a Dialética Negativa e o Materialismo Histórico e Dialético.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o presente momento, tenho como resultados: a revisão bibliográfica do item 1; a revisão bibliográfica do item 2 e a produção dos resultados parciais da pesquisa; a revisão bibliográfica e a produção do texto final do item 3. Com a finalização destes itens e alguns apontamentos sobre a análise comparativa, item 4, a qualificação da tese está prevista para maio de 2016. Em seguida, com as orientações recebidas, pretendo aprofundar a análise e produzir o texto final da tese e defendê-la em março de 2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T.W. *Dialética negativa*. Tradução de Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

ADORNO, T. W. *Palavras e Sinais: modelos críticos 2*. Tradução de Maria Helena Ruschel. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

BUCK-MORSS, S. *Origen de La dialéctica negativa: Theodor W. Adorno, Walter Benjamin y El Instituto de Frankfurt*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 1981.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Trad. Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

PERIUS, O. *Esclarecimento e Dialética Negativa: sobre a negatividade do conceito em Theodor W. Adorno*. Passo fundo: IFIBE, 2008.

TÜRCKE, C. “Pronto-socorro para Adorno: fragmentos introdutórios à dialética negativa”. In ZUIN, A.A.S.; PUCCI, B.; RAMOS-de-OLIVEIRA, N. (Orgs.). *Ensaio Frankfurianos*. São Paulo: Cortez Editora, 2004, p- 41-60.



ZANOLLA, S.R.S. Teoria Crítica e Epistemologia: o método como conhecimento preliminar. Goiânia: Editora da UCG, 2007.

ZUIN, A.A.S.; PUCCI, B.; RAMOS-de-OLIVEIRA, N. "A potencialidade e a atualidade da dialética negativa". In ZUIN, A.A.S.; PUCCI, B.; RAMOS-de-OLIVEIRA, N. Adorno: o poder educativo do pensamento crítico. Petrópolis: VOZES, 4^a. Edição. 2008, p. 75-94.



SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO

Autor(es)

MARCELO MARTINS REZENDE

Orientador(es)

ANNA MARIA LUNARDI PADILHA

INTRODUÇÃO

Estudos a respeito do preconceito e da discriminação em relação à homossexualidade têm sido realizados no Brasil e em outros países nos últimos anos. Há mais de 50 anos a Declaração Universal dos Direitos Humanos condena todas as formas de discriminação, além de diversas emendas constitucionais proibindo o preconceito e a discriminação. Inúmeras são as tentativas de diminuir o preconceito contra os homossexuais se observarmos o crescimento no número de participantes da parada Gay, no Brasil, bem como se atentarmos para “o programa Brasil sem Homofobia, lançado em 2004, [como] resposta aos altos índices de discriminação” contra os grupos de homossexuais em suas mais diferentes formas de expressão. (FLEURY; TORRES, 2007, p.477). Apesar de todos esses esforços, Maria Berenice Dias (2011, p.163), ex-desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em um de seus artigos críticos destacou a pesquisa realizada pelas fundações Perseu Abramo e Rosa Luxemburgo que revelou o surpreendente dado: “99% dos brasileiros têm algum tipo de preconceito, ainda que velado, contra homossexuais”. Segundo suas análises, o silêncio legislador nega a aprovação de leis que garantam à população de lésbicas, gays, travestis e transexuais (LGBTs) os direitos de serem respeitados, e o que é pior, não criminaliza a homofobia. O desinteresse das demandas relacionadas à população LGBTs ganharam forças quando a bancada fundamentalista religiosa tomou conta do Congresso Nacional, nas últimas décadas. Ceccarelli e Franco (2010, p.121) em seu artigo “Homossexualidade: verdades e mitos” nos ensinam que o conceito de homossexualidade foi construção histórico-cultural e, portanto, alterou-se no tempo e no espaço, influenciando diretamente as relações concretas de vida social, “deliberando o que é normal e o que é patológico, em termos das práticas sexuais dos indivíduos”.

Seria a escola, enquanto instituição que deve possibilitar às novas gerações o acesso ao conhecimento sistematizado produzido pela humanidade, capaz de intervir na construção desses valores e nos seus modos de expressão? Ela é espaço de construção de identidades, de formação política ou cidadania, mas nela, também encontramos a realidade social marcada pela discriminação e pelo preconceito.

De acordo com Rezende e Padilha (2014, p.3), “na escola encontra-se a presença concreta de um universo multifacetado e diverso; nela estão - e se não estão deveriam estar” – todos, independentemente das diferenças que apresentam. Presenças que revelam a diversidade humana e que convivem tanto harmônica ou conflituosamente.

Mesmo com toda a diversidade presente na escola, bem como na sociedade em geral, presenciamos muitas pessoas que são excluídas por não viverem de acordo com os padrões impostos



por essa sociedade. Nota-se que predominam relações de poder e aqueles que são diferentes da maioria sofrem preconceitos e discriminações. Há uma quantidade muito grande de preconceitos para serem discutidos, porém, neste trabalho manteremos como temática central a preocupação do preconceito em relação à homossexualidade.

OBJETIVOS

O objetivo nesta investigação é examinar e analisar alguns elementos históricos e culturais constitutivos da homofobia e como a homofobia afeta a vida de sujeitos que se autodeclararam homossexuais, principalmente no interior da escola.

Para se alcançar esse objetivo foi necessário delimitá-lo e para isso foram estabelecidos alguns objetivos específicos que contribuíram na elaboração da pesquisa. São eles: a) destacar da literatura alguns elementos constitutivos da homofobia; b) compreender como a homofobia afeta a vida de sujeitos homossexuais; c) promover discussões acerca dos preconceitos e encontrar pistas que apontem para uma possibilidade de intervenção frente a atitudes homofóbicas na escola. Espera-se que esse trabalho contribua de forma teórica e metodológica com a constituição social dos sujeitos de direitos e fortaleça esses sujeitos para o enfrentamento da violência e da discriminação LGBT.

DESENVOLVIMENTO

Para estudar os aspectos da vida tal como o preconceito contra homossexuais foi necessária a escolha de um modo de olhar para o problema. Escolhemos o materialismo histórico e dialético, método de estudo científico utilizado por Karl Marx e comprometido com a transformação social. A escolha desse método exige uma atitude de busca constante por conhecimento e olhar atento para a realidade, partindo da experiência empírica presente nas relações intersubjetivas: “são os homens, que desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam, com a realidade que lhe é própria, seu pensamento e também os produtos do seu pensamento”. (MARX, 2002, p. 20).

A busca dos elementos históricos e culturalmente constitutivos dos preconceitos nos instiga aos estudos da história da família, da propriedade, da igreja, da sexualidade e de suas transformações no tempo; a contribuição do saber médico-científico na determinação da normatividade; e a abordagem da psicologia social acerca do preconceito. Será necessário, igualmente, um olhar mais atento aos dizeres dos sujeitos, a fim de promover discussões acerca dos preconceitos e encontrar pistas que apontem para uma possibilidade de intervenção frente a atitudes homofóbicas. Se inicialmente nosso propósito era o de olhar o preconceito principalmente no interior da escola, descobrimos que os dados encontrados ultrapassaram os muros escolares.

Os dados empíricos foram observados no período entre 2013 e 2014 em dois momentos, audiogravados e com registro em caderno de campo. No primeiro momento, foram realizados dois encontros com jovens, alunos e ex-alunos do ensino médio de escolas públicas do interior do estado de São Paulo que se autodeclararam homossexuais e alguns encontros individuais. Nesses encontros, os jovens relataram sobre sua orientação sexual, sua percepção ou não do preconceito em relação à própria homossexualidade ou de outrem e narraram episódios sobre as condições sociais vividas tanto fora como dentro da escola para apreender o movimento das relações que se estabelecem na constituição de si e do preconceito. No segundo momento fo-



ram realizados encontros com quatro adultos gays, sendo três militantes e um ex-militante do movimento de LGBT que também se autodeclararam homossexuais. Todos os encontros foram individuais e as indagações e desdobramentos das conversas seguiram a mesma perspectiva.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dos estudos teóricos podem-se captar alguns elementos históricos e culturais constitutivos da homofobia, ainda que pelos limites deste texto tenhamos que apresentá-los muito brevemente. É importante destacar que sabemos as diferenças teóricas dos autores escolhidos para este estudo, porém possibilitaram melhor compreensão do fenômeno estudado.

Dos estudos de Friedrich Engels (2002), apreendemos como se deu o processo de transformação da família, passando por diferentes fases – consanguínea, punaluna, sindiásmica - até chegar ao modelo da família monogâmica tal como conhecemos hoje. Foram aspectos econômicos e a divisão social do trabalho que impulsionaram essas transformações. A divisão sexual do trabalho gerou “o primeiro antagonismo de [gêneros] entre homens e mulheres” (ENGELS, 2002, p. 65-66) e contribuiu, a nosso ver com uma concepção social machista, sexista e homofóbica.

Outro teórico que nos auxiliou na compreensão dos elementos constitutivos da homofobia, foram os estudos de Michael Foucault (2001, p.205) que nos ensinou que o saber psiquiátrico buscou, durante toda a história ocidental moderna, identificar e corrigir “as condutas anormais” e entre eles estavam os sujeitos homossexuais. Nesse contexto, com o aval da tradição cristã, a heterossexualidade foi inscrita como sexualidade normal e as demais manifestações sexuais como periféricas, ou melhor, como marginais.

De acordo com os ensinamentos de Heller (1970, p.35), é na vida cotidiana que tudo acontece, inclusive o preconceito. Na medida em que aprendemos estar no mundo, formamos “juízos provisórios”, que quando baseados “na fé” se cristalizam em preconceitos, provocando grandes tragédias na vida de inúmeros sujeitos.

Além de os preconceitos surgirem durante esse processo de socialização, eles estão relacionados aos processos psíquicos que revelam o “medo frente ao desconhecido”, indicando aquilo que queremos negar em nós mesmos e que se apresenta “por meio dos outros”. (CROCHÍK, 2011, p.17).

A partir dos estudos teóricos e dos discursos dos sujeitos desta pesquisa foi possível identificar quatro categorias de análise: hierarquia das sexualidades; normal e desviante; mundo público e vida privada e internalização da homofobia. Esta última relaciona-se com o sofrimento imposto pelo esforço de parecer ser e pelo sentimento de culpa que foram indiciados durante os relatos dos jovens e adultos. Essas categorias se entrecruzam e se entrecruzam nos dizeres dos sujeitos.

Apresentamos apenas um pequeno excerto de uma das falas registradas no primeiro momento da pesquisa, com um jovem, ex-aluno da escola estadual, com a análise da categoria internalização da homofobia relacionando com o sofrimento imposto pelo esforço de parecer ser e sentimento de culpa. Vejamos um trecho da fala de João:

Se você quer respeito, acho que você tem que respeitar primeiro pra depois ser respeitado. Eu não vejo necessidade de todo mundo falar que hétero pode sentar num banco, beijar, abraçar.



Eu, como homossexual, se eu estou passando e vejo dois caras num banco se beijando, eu que sou homossexual ia achar meio absurdo, eu acharia. Não é que eu tenho preconceito, eu acho assim, o que é sua privacidade os outros não têm que saber. Porque no caso de um homem e uma mulher, como se diz, já é um padrão, se é um homem com homem se beijando, não é que é feio. Eu só acho que vai de você; se a pessoa se sente bem assim, ótimo, só que ela sabe que está correndo risco ali, entendeu? Ela tá correndo risco. Então eu me guardo, prefiro me guardar, ter meus momentos íntimos com meu parceiro entre quatro paredes, num quarto ou numa festa GLS (...).

Nos relatos de João é possível identificar a internalização da homofobia ao dizer: eu que sou homossexual ia achar meio absurdo, ao ver dois homossexuais se beijando em público. Essa fala revela o quanto João aprendeu no processo de socialização o lugar que deve ser ocupado pelos homossexuais, o esconderijo e a privacidade.

Borrillo (2010, p. 101), nos auxilia a compreender esse sentimento de João, pois de acordo com o autor, diante da supremacia e naturalização da heterossexualidade, parece difícil aos homossexuais escaparem da “interiorização dessa violência”. O preconceito aparece de diferentes formas: através de “insultos, afirmações desdenhosas, condenações morais”, envolvendo um grande número de homossexuais a rejeitarem sua própria homossexualidade.

O sofrimento imposto pelo esforço de parecer se revela quando João afirma: Então eu me guardo, prefiro me guardar, ter meus momentos íntimos com meu parceiro entre quatro paredes, num quarto ou numa festa GLS. Na intimidade, quando ninguém vê, é possível ser o que se é, evitando qualquer punição por parte dos que estão de acordo com os chamados padrões de normalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lutar contra a homofobia não é tarefa fácil, pois exige o esforço de desconstrução das ideologias dominantes construídas historicamente. Se o preconceito é algo aprendido durante a etapa de socialização, em que a educação de modo geral e o sistema escolar podem contribuir nessa direção? Talvez se a escola realizar sua função, que é de contribuir com que todos atinjam a consciência para-si, alcançando a genericidade humana, estaremos no caminho de superação desse machucado que afeta a todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORRILLO, D. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. [tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira]. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- CECCARELLI, P. C.; FRANCO, S. Homossexualidade: verdades e mitos. In: *BAGOAS – estudos gays, gênero e sexualidade*. Natal. [online]. 2010, vol. 4, n. 5, pp. 119-129. ISSN 2316-6185 <<http://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2315/1748>> Acesso em 23 ago. 2015.
- CROCHÍK, J. L. *Preconceito, Indivíduo e Cultura*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.
- DIAS, M. B. Legislação brasileira e homofobia. IN: VENTURI, G., BOKANY, V. (Orgs.) *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 163 - 174.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Centauro, 2002.
- FLEURY, A. R. D.; TORRES, A. R. R. Análise psicossocial do preconceito contra homossexuais. *Es-*



tudos de Psicologia. (Campinas) [online]. 2007, vol. 24, n.4, pp. 475-486. ISSN 1982-0275. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2007000400007&script=sci_arttext > Acesso em 23 ago. 2015.

FOUCAULT, M. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

HELLER, A. *O cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*; [Introdução de Jacob Gorender]; Trad. Luis Cláudio de Castro e Costa. 3^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

REZENDE, M.M.; PADILHA, A.M.L. Preconceito em relação à sexualidade vivenciado na escola e suas marcas na vida de jovens homossexuais. IN: 11^º ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE. 2014. Minas Gerais, *Anais...* Minas Gerais: Universidade Federal de São João Del-Rei. 2014. Disponível em: <https://anpedsudeste2014.wordpress.com/eixo-6-posteres/>. ISSN 2175-2087. Acesso em 23 ago. 2015.



O PROCESSO SUCESSÓRIO DA EMPRESA FAMILIAR: PROPOSTA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CARREIRA DO SUCESSOR NA PERSPECTIVA DO MODELO ARCO-ÍRIS DE CARREIRA

Autor(es)

LEANDRO DE OLIVEIRA FERREIRA

Orientador(es)

DALILA ALVES CORREA

INTRODUÇÃO

O conceito de empresa familiar não é algo estabelecido definitivamente na literatura da gestão; isto porque além de comportar uma grande variedade de definições (JESUS, 2009) há também variações inerentes à própria constituição nuclear sobre esse tipo de empreendimento (fundador, primeira geração, segunda geração, grau de parentesco etc.) Nesse campo, marcado por diferentes enfoques, identifica-se o conceito de Gersick et. al. (1997) como o que tem grande aplicabilidade em estudos dessa abordagem. Para esses autores a “empresa familiar é um sistema de empreendimento caracterizado pela intersecção entre os subsistemas propriedade, família e gestão” (GERSICK et. al. 1997, p.6). Para estabelecer um vínculo da empresa familiar com o processo sucessório, Lodi (1998, p. 6) concebe a empresa familiar como o empreendimento que “nasce com a segunda geração de dirigentes”. Para representação da magnitude deste tipo de empresa, recorre-se a dados do Sebrae (2010), a partir dos quais se constata que, no Brasil, elas chegam a representar 90% das empresas constituídas; com uma contribuição para o PIB que pode chegar a 50%. De acordo com o IBGE (2010), 85% das micro e pequenas empresas no país é familiar e, segundo o Sebrae (2010), ela emprega 70% da mão de obra contratada no país. Segundo a revista Exame, em 2012 verificou-se que dos 300 maiores grupos empresariais no país, 265 são familiares. Conforme afirma Grzybovski (2007, p.2), os estudos organizacionais apontam a empresa familiar como “um tipo especial de organização e com rupturas evidenciadas pelos problemas de sucessão de dirigentes por meio das gerações dos membros da família proprietária, em especial no estágio dois do ciclo de vida da empresa”.

OBJETIVOS

O estudo é de natureza qualitativa. Um estudo de múltiplos casos caracterizado como um estudo híbrido convergindo os tipos descritivo e interpretativo. Integra o estudo uma investigação empírica, de natureza qualitativa, realizada junto a um grupo de empresas familiares da cidade de Barretos/SP.

Objetivo Geral - Articular o modelo arco-íris de carreira ao modelo tridimensional de desenvolvimento para dar suporte epistemológico à proposta de formação e desenvolvimento da carreira do sucessor de empresas familiares.



Objetivos Específicos

- a. Identificar e descrever os elementos constituintes dos subsistemas/eixos da propriedade, empresa e família integrantes do modelo tridimensional de desenvolvimento (GERSICK et. al., 2006) em relação às empresas participantes;
- b. Descrever e explicar os elementos das dimensões latitudinal (life-space) e longitudinal (life-span) que integrarão a formação e o desenvolvimento da carreira do sucessor; a partir do modelo arco-íris de carreira (SUPER, 1980);
- c. Integrar o modelo de arco-íris de carreira (SUPER, 1980) ao modelo tridimensional de desenvolvimento (GERSICK et. al., 2006).

DESENVOLVIMENTO

Diante da relevância que a empresa familiar tem para as economias locais, regionais e nacionais, bem como da importância crítica que o processo sucessório assume nesse cenário, revelam-se lacunas que estimulam propostas de estudo no sentido de avançar a condução e a gestão desse processo. Uma dessas lacunas é mote do presente estudo ao identificar uma oportunidade para tratá-lo sob o enfoque da formação e desenvolvimento de carreira do sucessor.

Compartilha-se que a vocação profissional ao ser amparada por uma orientação formal ajuda um indivíduo a promover uma autoavaliação sobre “quem sou eu? e o que quero” (MELO-SILVA, 2011, p.162), no entanto nos parece que esta visão não é suficiente para dar respostas à

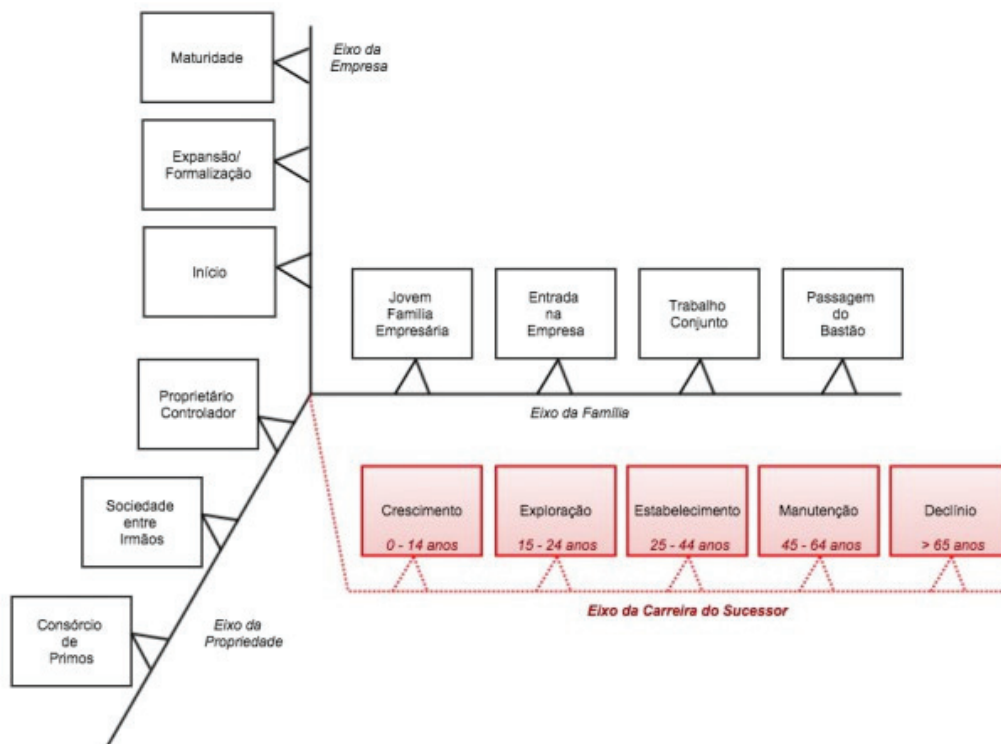


Ilustração 1: Modelo quadridimensional de desenvolvimento da empresa familiar
Elaborado pelo autor



complexidade inerente a um processo sucessório em empresa familiar que demanda considerações de desenvolvimento na linha do tempo através de ciclos e considerações sobre papéis.

À luz da proposta do presente estudo, estas oportunidades permeiam todo o ciclo de vida da pessoa que se constituirá no sujeito de fato do processo sucessório da empresa familiar e, basicamente tais oportunidades se manifestam na fase inicial deste ciclo, na infância deste sujeito e, já está recebendo influência dos processos de socialização desenvolvidos junto aos demais membros da família, principalmente, na figura de seus pais e, particularmente do pai (sucedido).

Nesta linha o conceito de carreira de Super (1983, p.7) parece atender bem aos propósitos do estudo ao defini-la como “uma sequência de posições ocupada por uma pessoa ao longo da sua vida pré-profissional, profissional e pós-profissional. Inclui papéis relacionados com o trabalho, tais como os de estudante, trabalhador, pensionista ou reformado”.

A fragilidade e a complexidade inerentes ao processo sucessório na empresa familiar e, apresentadas anteriormente permite apurar duas considerações distintas: (1) a necessidade de introduzir na literatura deste processo um arcabouço teórico para dar suporte à formação e desenvolvimento do sucessor e (2) a necessidade de realizar a prática desse processo com maior rigor científico.

Diante desse contexto, o presente estudo se orienta pela seguinte questão de pesquisa: A articulação do modelo arco-íris de carreira ao modelo tridimensional de desenvolvimento pode contribuir para dar suporte epistemológico a uma proposta de formação e desenvolvimento de carreira para o sucessor?

A questão de pesquisa evoca as duas abordagens conceituais-chave do estudo centradas no modelo tridimensional de desenvolvimento (GERSICK et. al., 2006) e no modelo arco-íris de carreira (SUPER, 1980).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do modelo conceitual do estudo (Gersick et. al., 2006 e Super, 1980), bem como do material empírico apurado pela investigação realizada junto a empresas familiares, viabilizou-se a proposição da carreira para o sucessor da empresa familiar. À articulação pretendida no objetivo geral do estudo ocorreu pelo acoplamento de um quarto subsistema/eixo ao modelo tridimensional de desenvolvimento da empresa familiar. Este subsistema/eixo foi aqui denominada “carreira do sucessor” e está sustentado pelas perspectivas temporal e de papéis inerentes ao modelo arco-íris de carreira. Assim proposto, o subsistema/eixo da carreira do sucessor foi alocado abaixo do subsistema/eixo “família” e paralelo ao subsistema/eixo “propriedade”. A justificativa para situá-lo abaixo do subsistema/eixo “família” repousa na consideração de, ser o processo sucessório um fenômeno cultural e socialmente construído, que se desenvolve ao longo da vida das pessoas/família e pelo desempenho de diferentes papéis historicamente vivenciados por elas. A justificativa de situá-lo paralelamente ao subsistema/eixo “propriedade” apoiou-se na dinâmica das mudanças naturais que ocorrem no comando da empresa familiar, na medida em que o processo sucessório acontece.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo gerou conhecimento para responder de modo factível a questão de pesquisa, na medida em que identificou a abordagem teórica e, o material empírico para consubstanciá-la e justificá-la e, assim elaborou-se conforme apresentado na ilustração 1, o quarto subsistema/eixo o qual foi integrado ao modelo tridimensional de desenvolvimento de Gersick et. al. (1997, 2006) e denominado: eixo da carreira do sucessor.

A elaboração deste eixo está sustentada pelos seguintes pilares: (a) arcabouço teórico do estudo teoria desenvolvimentista de carreira de Donald Super (1980) e teoria tridimensional do desenvolvimento de Gersick et. al. (1997, 2006). (b) investigação empírica desenvolvida junto a sete empresas familiares atuando em diferentes tipos de comando, envolvendo sete sucedidos, sete sucessores e três contadores. (c) referencial teórico de sustentação da estrutura da proposta de carreira: teoria do desenvolvimento psicossocial de Erik Erikson (1950, 1987), teoria da aprendizagem sócio-cognitiva de Albert Bandura (1977) e outros autores.

A presente pesquisa limitou-se ao modelo desenvolvimentista de carreira de Donald Super e, não abordando assim outras perspectivas de carreira e, da psicologia vocacional e, pela instituição família a qual possui valores, crenças e culturas diferentes entre si e, mutuamente excludentes por sua formação e desenvolvimento, a família por si só, não permite uma generalização, mas sim fatores culturais compatíveis e, coincidentes entre algumas famílias. Diante do exposto como forma de ampliar os estudos a indicação é de replicá-lo em empresas de outras cidades e regiões do país. Justifica-se esta recomendação, por se tratar da variável – família – que é alicerçada na cultura e, assim potencializar a generalização do subsistema/eixo carreira do sucessor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GERICK, Kelin E.; DAVIS, John A.; HAMPTON, Marrion M.; LANSBERG, Ivan. De geração para geração: ciclos de vida da empresa familiar. Tradução de Nivaldo Montingelli Jr. São Paulo: Negócio, 1997, 2006.
- GRZYBOVSKI, D.; ANDRADE, J. B. Conceito de família e o dilema metodológico nos estudos sobre empresas familiares. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, São Paulo: ANPAD, 2004.
- JESUS, Marcos J. F.; MACHADO, Hilka V. P.; JESUS, Anderson F.; Sucessão Familiar: um estudo de caso no setor de turismo. Revista Turismo Visão e Ação – eletrônica v. 11, nº 2. p. 142 – 156, maio/ago. 2009
- LODI, João Bosco. A empresa familiar. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1978, 1986, 1994, 1998.
- MELO-SILVA, Lucy Leal. Intervenção e avaliação em orientação profissional de carreira. In Compêndio de orientação profissional e de carreira. Vol. 2, São Paulo: Vetor, 2011.
- POUPART, J.; DESLANDIERS, J.; GROULX, L.; LAPERRIERE, A.; MAYEK, R.; PIRES, A. A Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução Ana Cristina Arantes Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008.
- SUPER, D. E. A Life-span, Life-space approach to career development. Journal of vocational behavior, 16, 282-298, 1980.
- SUPER, D. E. Assessment in career guidance: Toward truly developmental counseling. Personnel and Guidance Journal, 61, 555-562, 1983.



AMBIENTE VIRTUAL E CYBERBULLYING

Autor(es)

WESLEY MARQUES DA SILVA

Orientador(es)

CINTHIA LOPES DA SILVA

INTRODUÇÃO

Este trabalho se justifica frente ao surgimento de um novo espaço de lazer no século XXI, o lazer no ambiente virtual, que precisa ser questionado quanto ao uso ético. A expansão tecnológica proporcionou uma mudança social, profissional e cultural, perceptível pela visão atual de mundo, que o homem interliga ao uso das TIC's (técnicas de comunicação e informação), notória na utilização do computador e em específico da internet. Esse novo momento histórico marcado pelas relações no espaço virtual é tratado por Castells (2002) como o fenômeno da "sociedade em rede", caracterizada pelo processo de relações estabelecidas através da informação e da sua capacidade de processamento e de geração de conhecimentos. A sociedade em rede é analisada por Lévy (1996) através do codinome "*cibercultura*". Onde, segundo o autor, na cultura cibernética os seres passam a apresentar uma nova dinâmica de interação, pautada na nova relação espaço-tempo.

Esse ciberespaço surgiu como uma forma de interesse militar e somente atingiu o âmbito social em 1960, sendo um espaço marcado pela congregação de diversos grupos de rede. Entre os principais compreendem-se o computador, as pessoas e as informações, formando uma cultura de vivências, encontros e interações, sem a necessidade da presença física. Segundo Fraga e Silva (2010, p. 3):

A partir do momento que foi disponibilizada para a sociedade, deixa de ser ferramenta destinada apenas para a segurança e passa a ser utilizada para vários fins, de acordo com cada interesse, tornando assim um caminho de interação entre pessoas no mundo virtual.

Essa interação sem corpo presente, através da internet, resultou em um isolamento cibernético, fazendo nascerem novos tipos de laços de amizade. Castells (2002, p.470), afirma que: "Com relação à sociabilidade, a avaliação feita é pelo tipo de laços fracos e fortes, sendo que é predominante na rede o desenvolvimento de múltiplos laços fracos". Eles são resultantes, segundo o autor, pelo baixo custo nas trocas de informações, colocando "estranhos" em igualdade de interação, e assim, o mesmo acesso que acaba com amizades instantâneas, massifica outras.

O aspecto principal que deve ser observado, no que diz respeito a esse espaço virtual, é o processo de comunicação, onde a vida em sociedade torna-se possível, "sendo as novas sociabilidades e relações com espaço e tempo que demarcam a vida contemporânea" (SIMÕES, 2009, p.10). Para Castells (2002), o desaparecimento do "lugar" geofigura como forma de sociabilidade não é um fator recente, e não restringe ao aparecimento da internet, pois, entre outros, os meios de transportes e comunicação (cartas escritas), já eram responsáveis pela desterritorialização dos laços sociais.

Esse processo de reações corporais, na interação abstrata, sem vivência corporal propria-



mente dita, pode resultar em experiências concretas, e levar a atos de violência, caracterizados por *cyberbullying*, ato crescente de crueldade social, onde o mau uso do ambiente virtual resulta em atos violentos, nas relações interpessoais (FANTE, 2010). Em uma pesquisa realizada pela Safernet-Brasil, ONG (organização não governamental), voltada para segurança das crianças na internet, foi constatado que 38% das crianças ouvidas tem um amigo que passou por *cyberbullying*, e cerca de 16% das crianças entrevistadas consideram o *cyberbullying* um dos maiores risco do uso da internet. A pesquisa foi realizada em 2010, com 2.160 crianças e adolescentes com idades entre 10 e 17 anos (CARPANEZ, 2010). Outra pesquisa realizada, nas cinco regiões do Brasil, pela ONG Plan Brasil, revelou que o *cyberbullying* tornou-se a forma de violência mais frequente que o *bullying*. Segundo LLo-vatte (2010, p.1) “Dos 5.168 alunos que participaram da pesquisa, 10% já sofreram ou praticaram bullying, enquanto 16,8% foram vítimas e 17,7% praticaram o *cyberbullying*”. O *cyberbullying* tem se tornado uma prática preocupante e tomando grandes proporções em todo o mundo. Baseada em pesquisas, Fante (2008, p. 50), cita que: O *cyberbullying* ganha proporções alarmantes em todo o mundo. Estudos revelam que na Inglaterra 25% das meninas são vítimas por meio de celulares. Nos Estados Unidos, um dado surpreendente foi divulgado pela imprensa: 20 % dos alunos são alvos desse tipo de violência. Um estudo sobre o fenômeno divulgado em 2006, pela rede social MSN, indica que 13% dos adolescentes entrevistados consideram essa prática pior que o *bullying* físico. Em estudos realizados no Brasil, em específico no Distrito Federal, pelo Centro Multidisciplinar de Estudos e orientação sobre o *bullying* escolar (Cemeobes), com um grupo de 530 alunos do primeiro ano do ensino médio da rede privada de ensino, indicaram, que 20% foram vítimas de ataques on-line. Desses 63% eram do sexo feminino.

Calgaro (2013, p.1), em uma pesquisa realizada pela Ditch The Label, organização não governamental *antibullying* no Reino Unido, onde foram entrevistadas 10 mil pessoas entre 13 e 22 anos, sendo 67% delas moradoras do Reino Unido, 17% dos Estados Unidos, 12% Austrália e 4% de outros países, constatou que:

Cerca de quatro entre dez pessoas sofre *bullying* pela internet com grande frequência. As redes sociais mais usadas pelos perseguidores são o *Facebook* (mais da metade disse sofrer *cyberbullying* pelo site), *You Tube*, *Twitter* e *Ask*. Além disso, os jovens têm duas vezes mais chances de sofrer perseguição pelo *Facebook* do que por outras redes sociais. As vítimas foram perguntadas ainda sobre qual impacto o *cyberbullying* tinha em suas vidas. Em uma escala de um a dez, em que o valor máximo indica “impacto extremamente severo”, a nota média dada por elas foi 7,5. Os dados das pesquisas demonstram que o *cyberbullying* tornou-se um problema social, e que seu uso, como forma de violência, pode atingir qualquer pessoa, sem diferenciação de nível econômico, cor, raça ou etnia, seja como agressor, vítima ou testemunha. Sua prática entre jovens em grande parte é oriunda das escolas, e massificada pelos meios tecnológicos. Almeida (2008, p. 20), cita que o *cyberbullying* ocorre quando:

Utilizam-se das modernas ferramentas da internet e de outras tecnologias de informação e comunicação, móveis ou fixas, elucidando, em sites de relacionamento ou programas de conversa em tempo real, com o intuito de maltratar, humilhar, constranger ou difamar. Temos claramente exemplos no *MSN (Messenger)*, *Orkut* (site de relacionamentos). É uma forma de ataque perversa que extrapola em muito os muros da escola, ganhando dimensões incalculáveis. De acordo com Almeida (2008), as vítimas do *cyberbullying* sofrem com humilhações, mesmo bus-



cando outra escola, cidade, ou país, decorrente em sua grande maioria, da difusão da rede mundial de computadores, e o uso da internet, torna-o um ato ainda mais cruel do que o *bullying* tradicional. Santomauro (2010, p.2) cita três razões que tornam o *cyberbullying* uma prática mais perversa que o *bullying*:

- 1- No espaço virtual, os xingamentos e as provocações estão permanentemente atormentando as vítimas. Antes, o constrangimento ficava restrito aos momentos de convívio dentro da escola. Agora é o tempo todo.
- 2- Os jovens utilizam cada vez mais ferramentas de internet e de troca de mensagens via celular e muitas vezes se expõem mais do que devem.
- 3- A tecnologia permite que, em alguns casos, seja muito difícil identificar o(s) agressor(es), o que aumenta a sensação de impotência.

Acrescentam-se as ideias de Santomauro (2010), o fato de o *cyberbullying* ser um fenômeno sem face, onde o anonimato e a impunidade expõem a vítima a atos de crueldade. Ao abordar a temática, Silva (2010) compara o anonimato virtual, a brincadeira do amigo oculto, onde as pessoas se expressam sem necessidade de identificação. Segundo a autora: No caso do *cyberbullying*, a natureza vil de seus idealizadores e/ou executores ganha uma “blindagem” poderosa pela garantia de anonimato que eles adquirem. Sem qualquer tipo de constrangimento, os bullies cibernéticos (ou virtuais) se valem de apelidos (nicknames), nomes de outras pessoas conhecidas ou de personagens famosos de filmes, novelas, seriados. Os *bullies* virtuais são, a meu ver, verdadeiros covardes mascarados de valentões, que se escondem nas redes de “esgoto” do universo fantástico dos grandes avanços tecnológicos da humanidade (SILVA, 2010, p.126).

O grande desafio a ser enfrentado quanto à evolução tecnológica, é a utilização ética deste ambiente pela população. A criação de um espaço seguro contra crimes virtuais é um grande passo contra a prática do *cyberbullying*.

Nível econômico, cor, raça, ou etnia, são entendidas nesse caso, em seu sentido mais amplo, como uma forma de diferenciar uma mesma espécie biológica, indeferindo o preconceito, onde a cor da pele e origem social ganham sentidos, valores e significados distintos, no intuito de encontrar explicação para a diversidade humana (MUNANGA, 1999).

OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo a revisão de literatura sobre ambiente virtual e seu uso como lazer, considerando o contexto social, a civilização e as novas tecnologias, como eixo norteador da produção do novo lazer do século XXI. Na busca do entendimento desse novo lazer, utilizamos como base a internet, entendendo-a como um espaço de interação, vivência e encontros sem o contato presencial, que necessita ser questionado como seguro ou não?

DESENVOLVIMENTO

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, com base em Severino (2002), sendo realizadas as análises textual, temática e interpretativa. O levantamento bibliográfico ocorreu no ambiente virtual Google Acadêmico, nos sistemas de bibliotecas da UNIMEP e UNICAMP. As palavras-chave utilizadas foram: civilização, lazer, ambiente virtual, sociedade contemporânea e *cyberbullying*.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Salientado o novo sistema de lazer de jovens do século XXI, torna-se necessário que os envolvidos em seu processo educacional estejam atentos ao uso ético deste espaço e que possam orientar e acompanhar quanto a identificação de casos, sejam eles através de mudanças de atitudes, visualizadas através da baixa auto-estima, dificuldades de socialização, isolamento infundado, estresse, má alimentação entre outros, por parte da vítima, ou, em casos de viabilização de um agressor dar o aporte, visto que suas atitudes possivelmente são baseadas pela falta de apoio familiar, o que gera uma criança que busca firmar-se frente ao outro pela falta de auto-estima e autoconfiança (FANTE, 2005). No entanto fica claro que algumas atitudes devem ser tomadas na tentativa de diminuição de casos de cyberbullying, quando esta prática se constata. Truzzi (2012, p.8), cita as principais: Armazenar sempre as provas eletrônicas (emails, SMS, fotos, recados deixados em redes sociais, publicações feitas em sites), mantendo sua integridade. Vale arquivar as capturas de tela dessas provas ("print-screen"), manter os emails originais e se necessário, dirigir-se até um Cartório de Notas a fim de lavrar uma Ata Notarial do conteúdo difamatório; Registrar um Boletim de Ocorrência na Delegacia de Polícia mais próxima;

Buscar acompanhamento psicológico, se necessário;

Procurar um advogado, para verificar a necessidade de medidas extrajudiciais ou judiciais (notificação extrajudicial, representação criminal, instauração de inquérito policial, ação de indenização por danos morais e materiais, etc.);

Nunca revidar às agressões. Lembre-se: "não faça justiça com o próprio mouse!".

Como salientado anteriormente o espaço virtual é uma ferramenta de lazer que pode ser usada tanto para práticas saudáveis como destrutivas, nosso pensamento é que este ambiente é tão quanto importante ao lazer de corpo presente, o que precisa ser salientado é seu uso de forma ética.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa crítica não é baseada numa visão romântica das atividades de lazer. O tempo é outro, e o ambiente virtual é irreversível. Mas, o seu uso como lazer, não precisa ser único e exclusivo. Ele precisa ser questionado, e um dos pontos de questionamento é a posição enganadora de colocá-lo como um novo espaço mais seguro para a prática do lazer. Ele pode dar início à violência das mais variadas formas, com um simples click. Que lugar seguro é esse, onde hackers atacam redes, prejudicando e escancarando a vida pessoal de seus membros. O lazer deve ser também vivenciado nesse meio, mas não só nele, pois as trocas de experiências e a busca da identidade corporal podem ser alcançadas através do corpo vivido e não apenas na janela de vidro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. **O que sabemos da violência na escola e como podemos intervir.** In: Fundação Prodiginate (ed.) Seminário nacional contra a violência. Lisboa: Contexto, 2008.

CALGARO, F. **Sete em cada dez jovens no mundo sofrem cyberbullying, aponta estudo.** Disponível em: <http://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/10/02/sete-em-cada-dez-jovens-no-mundo-sofrem-ciberbullying-aponta-estudo.htm#comentarios>. UOL, São Paulo, 02/10/2013. Acessado em 03/10/2013, 2013, p.1.



CARPANEZ, J. **Cyberbullying preocupa 16% dos internautas jovens no Brasil.** UOL, São Paulo, 10/12/2010. Disponível em: <http://tecnologia.uol.com.br/seguranca/ultimas-noticias/2010/02/10/cyberbullying-preocupa-16-dos-jovens-brasileiros-diz-pesquisa.jhtm> acessado em: 20/07/2013.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** A era da informação: economia, sociedade e cultura. V.1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

FANTE, C. Bullying no ambiente escolar. Brasília: **Revista Jurídica Consulex**, ano XIV, 2010. disponível em <http://inov.org.br/site/artigos/9.pdf> acessado em 05/08/2013.

_____. **Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz.** Campinas: Verus editora. 2005.

_____. **Os danos do cyberbullying.** Porto Alegre: Pátio, 2008.

FRAGA, E. A. M; SILVA C. L. Comunidades virtuais de internet: atualização do debate sobre lazer. Belo Horizonte: **Licere**, vol 13, n.4, 2010.

LÉVY, P. **O que é o virtual?** Rio de Janeiro, Editora 34, 1996.

LLOVATTE, N. **Cyberbullying é mais frequente que bullying diz estudo pioneiro.** IG, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://jovem.ig.com.br/oscuecas/noticia/2010/04/14/cyberbullying+e+mais+frequente+que+bullying+diz+estudo+pioneiro+9457728.html>. Acessado em 26/07/2013.

MUNANGA, K. **Resdiscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Ed. vozes, 1999

SANTOMAURO, B. Cyberbullying: A Violência Virtual. Rio de Janeiro: **Revista Nova Escola**, v.233, p. 1 à 8, 2010.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 22. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, A. B. B. **Bullying: Mentas perigosas nas escolas.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SIMÕES, I. A. G. A sociedade em Rede e a Cibercultura: dialogando com o pensamento de Manuel Castells e de Pierre Levy na era das novas tecnologias de comunicação. **Temática**, vol 05, n.05, 2009.

TRUZZI, G. Cyberbullying, Cyberstalking e Redes Sociais: Os reflexos da perseguição digital. São Paulo, **Revista de Criminologia e Ciências Penitenciárias**, vol 2 n. 3, 2012.



**ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DO CENTRO DE PRESSÃO (COP)
NAS TAREFAS DE TRANSFERÊNCIA BIPODAL-UNIPODAL COM OLHOS
ABERTOS E FECHADOS EM MULHERES FISICAMENTE
ATIVAS NO ENVELHECIMENTO**

Autor(es)

**CLAUDIO NOVELLI
VALTER ROBERTO DE MORAES
RAUL MARCEL CASAGRANDE
LEANDRO BORELLI DE CAMARGO
KELMERSON HENRI BUCK
HELEISE FARIA DOS REIS DE OLIVEIRA
GUSTAVO CELESTINO MARTINS
FERNANDA TURRIONI COSTA
FABIO DA SILVA FERREIRA VIEIRA
ANDERSON EVARISTO DA SILVA**

Orientador(es)

GUANIS DE BARROS VILELA JUNIOR

INTRODUÇÃO

As mudanças no avançar da idade (PRADO, 2008) podem afetar tarefas humanas de movimentos, dificultando o equilíbrio corporal (EC). As análises sobre EC de idosos tornam-se ferramentas preditivas de quedas (JARNLO, 2003) pela análise do comportamento do centro de pressão (COP) em posições em pé.

A dificuldade em manter o EC é queixa de 85% daqueles acima de 60 anos (BITTAR, 2000). Quedas podem levar a danos secundários, óbitos ou comorbidades (KIRKWOOD et al., 2011). O EC é a capacidade de manter-se em uma postura com o mínimo de oscilação em condições estáticas ou dinâmicas (ZEMKOVA e HAMAR, 2010), por reações musculares às mudanças somatosensoriais (CHANDLER, 2002). O Wii Balance Board (WBB) mostra resultados confiáveis e seguros na obtenção de dados avaliativos (GIL GOMEZ et al., 2011).

A distribuição das coordenadas isoladas do COP sob os pés direito e esquerdo nas posições anteroposterior e mediolateral não têm sido exploradas (WANG et al., 2013), o que se fez neste estudo.

OBJETIVOS

Analisar as variações da área (COP95%), da distância percorrida do COP (Δ SCOP), o Quociente Romberg (QR) e o Percentual da Diferença de Balanço (PDB) durante a tarefa de transferência de bipodal para unipodal, com olhos abertos e fechados.



Variáveis do COP	TOA	TOF
COP95% (mm ²)	7831,95 (±5275,69)	8586,01 (±6315,53)
ΔSCOP (mm)	83,18 (±36,34)	96,58 (±28,77)

Tabela 1: Resultados do COP95% e da ΔSCOP (média+1desvio padrão).

COP95%: Área definida por uma elipse na qual concentram-se 95% dos pontos percorridos pelo COP.

ΔSCOP: Distância percorrida pelo COP.

TOA: Tarefa de transferência com olhos abertos.

TOF: Tarefa de transferência com olhos fechados.

DESENVOLVIMENTO

O presente estudo é uma pesquisa qualitativa-quantitativa, descritiva e transversal (THOMAS e NELSON, 2002), com amostra de conveniência não probabilística (LAKATOS & MARCO-

Variável	QRTRANSF	PDBTRANSF%
COP95%	1,09	4,59
ΔSCOP	2,25	38,47

Tabela 2: Resultados do QRTRANSF (Quociente de Romberg na tarefa de transferência) e do

PDBTRANSF (Percentual da Diferença de Balanço na tarefa de transferência) em COP95% e ΔSCOP.

COP95% : Área definida por uma elipse onde concentram-se 95% dos pontos percorridos pelo COP.

ΔSCOP: Distância percorrida pelo COP.

NI,1996) de 35 voluntárias de 47 a 79 anos fisicamente ativas em acordo com os parâmetros do Questionário Internacional de Atividade Física (BENEDETTI et al., 2007), a saber: prática de atividade vigorosa 3 dias/semama e 20min ou mais por sessão; ou atividade moderada ou caminhada por 5 ou mais dias/semana e 30min ou mais por sessão; ou qualquer atividade somada por 5 ou mais dias/semana e 150min ou mais por semana. Consideraram-se a frequência semanal e a intensidade das atividades, mas não o tempo de adesão das voluntárias, às quais aplicaram-se os testes foram aplicados em um ginásio poliesportivo, verificando-se problemas de saúde impeditivos.

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Metodista de Piracicaba aprovou esta pesquisa sob o protocolo nº 32/13. A metodologia respeitou a resolução normativa 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

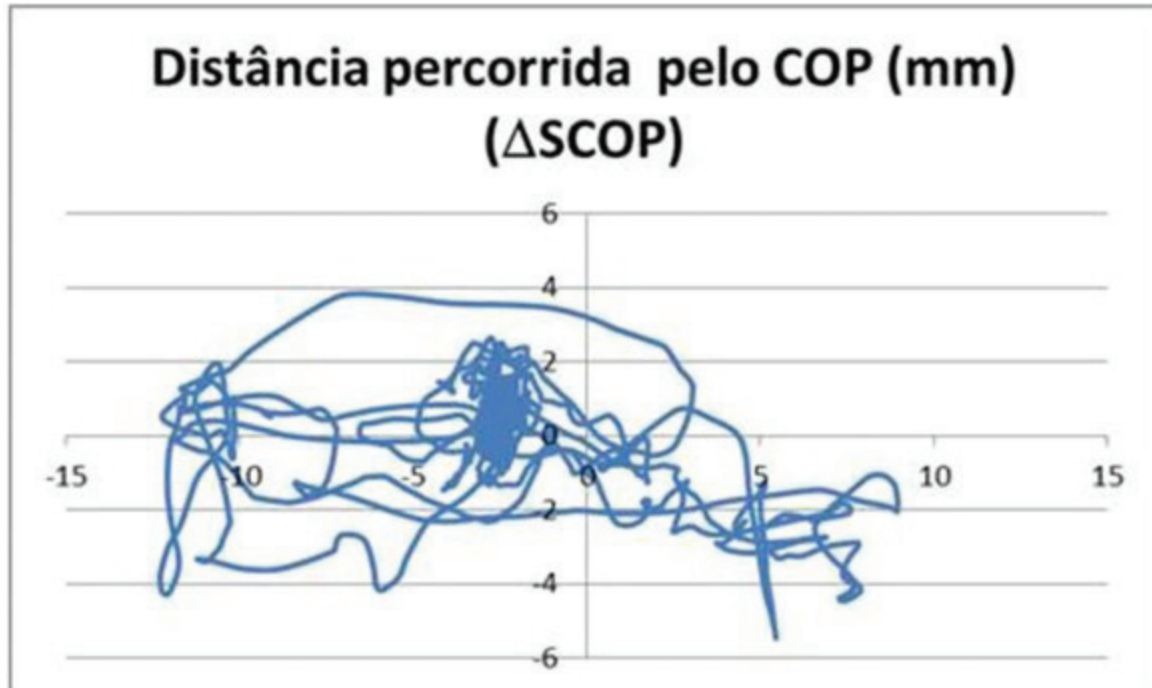


Figura 1: Gráfico representativo do Δ SCOP nas direções anteroposterior e mediolateral. Δ SCOP: Distância percorrida pelo COP.

A tarefa de transferência da posição bipodal para unipodal foi realizada após sorteio: grupo de transferência de olhos abertos (TOA) e de transferência de olhos fechados (TOF). Iniciaram a tarefa em posição bipodal, transitando o apoio da perna não dominante à altura do maléolo da outra; o oposto em seguida, encerrando na volta à bipodal. Tomou-se a média de três tentativas, garantidos 30s de duração nas bipodais. As transferências respeitaram as respostas neuromusculares. Calibrou-se a WBB com um objeto de 20kg. Ajustada e configurada com o software Labview, forneceu a massa corporal das voluntárias em kg. A estatura foi adquirida em cm por um estadiômetro Welmy.

Foi desenvolvido um software através do Labview 2013® para aquisição de dados da posição do COP em função do tempo, com filtro Butterworth de 4ª ordem, passa-baixa de 10 Hz (MARCHETTI et al., 2014), gerando dados para o cálculo da COP95% e Δ SCOP.

Após familiarização, seguiram-se tarefas aleatorizadas (OLIVEIRA et al., 2010). As voluntárias foram posicionadas (PATTON et al., 1999) olhando um ponto fixo 4m à frente de seus olhos por toda a tarefa.

Os dados descritivos apresentam média, desvio padrão da média, mediana, valores mínimos e máximos. A normalidade foi analisada (CIRILLO e FERREIRA, 2003), testada e avaliada pelo teste de Shapiro Wilk (SEN e SRIVASTAVA, 1990), não havendo normalidade.

Por Kruskal Wallis (MARÔCO, 2011) checou-se a diferença independente entre cada tarefa. A homogeneidade das variâncias foi atestada pelo teste de Levene. A Correlação de Spearman checou diferenças entre Δ SCOP e COP95% nas tarefas com IMC e estatura. Apenas em TOA e



TOF para Δ SCOP foi encontrado efeito tamanho 0,30, moderado segundo Cohen (1988). A significância foi de 5% em todos os testes nos softwares SPSS 20.0 e ORIGIN Pro 8.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Participaram 35 voluntárias (95,12% destros); idade $61 \pm 7,27$ (anos), mín 47anos, máx 79anos; massa corporal $71,56 \pm 10,14$ (kg), mín 50kg, máx 96kg; estatura $155,36 \pm 0,05$ (cm), mín 146cm, máx 168cm. O IMC $29,68 \pm 4,17$ (kg/m²) indica sobrepeso (WHO, 1995).

O QR verificou a influência da visão sobre o desempenho em COP95% e Δ SCOP (CHIARI et al., 2000a). Os valores do PDB parametrizam a diferença na transferência bipodal-unipodal (CHIARI et al., 2000b).

Buscou-se avaliar o comportamento do COP na transferência bipodal-unipodal com olhos abertos e fechados, adotando COP net (WINTER et al., 1995). Não há consenso na literatura quanto às mensurações apropriadas para transferência (MERCER et al., 2009).

Não houveram diferenças significantes entre TOA e TOF, corroborando Masani et al. (2007), Liaw et al. (2009), Jorgensen et al. (2013) e Lai et al. (2013).

Newell et al. (1997) e Kim et al. (2010) corroboram estes achados, indicando que idosos têm movimento do COP rápido, frequente e mais potente do que jovens. A variabilidade individual na Δ SCOP foi acentuada (Figura 3), embora sem diferenças significantes e não necessariamente ligada à instabilidade postural (YU et al., 2008), já que Imagama et al. (2013) apresentaram resultados da Δ SCOP de idosos com histórico de quedas menores do que a média deste estudo.

As tarefas de EC que alteram a estabilidade podem ser alteradas pela distribuição de forças sob os pés (BRAUER et al., 2000), mas corroborando Chu et al. (2009), a etapa de transferência não teve significância no COP95%, parecendo parecer resultar de uma sincronização na atividade neuromuscular que permite ao indivíduo conseguir responder às demandas de EC (MBOUROU et al., 2003), cujas tarefas não tiveram correlação significativa com IMC e estatura, corroborando Hergenroeder et al. (2011) e Menegoni et al. (2011). Já Mainenti et al. (2011) observaram correlação positiva e significativa do IMC com o número de contatos necessários para evitar quedas em posição unipodal. O QR checkou a interferência da visão (LÊ et al., 2008), contrariando estes últimos autores e mostrando similaridade com Aftab et al., (2012). O PDB (CHIARI et al., 2000a; CHIARI et al., 2000b) foi maior em Δ SCOP (38,47%) do que em COP95% (4,59%), evidenciando influência da visão. Pode haver limitação pela quantidade de sujeitos. Entretanto, avaliar a fase de transferência é um esforço para ajudar na compreensão desta variável, ainda sem um padrão de análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos que TOA e TOF demandam grandes exigências para a sustentação do centro de massa em limites seguros de estabilidade, reduzindo a possibilidade de quedas. As voluntárias acima de 59 anos necessitam de uma COP95% maior, talvez a fim de melhorar seu EC. Concluímos que o estudo demonstrou a importância do EC no processo de envelhecimento.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENEDETI, T.R.B.; ANTUNES, P.C.; ANEZ, C.R.R.; MAZO, G.Z.; PETROSKI, E.L. Reprodutibilidade e validade do Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ) em homens idosos. *RBME*, v.13, n.1, jan/fev, 2007.
- BITTAR, R.S.M.; PEDALINI, M.E.B.; SZINIFER, J.; FORMIGONI, L.G. Reabilitação Vestibular: Opção terapêutica na Síndrome do desequilíbrio do idoso. *Gerontologia* v.8, n.1, p. 9-12, 2000.
- BRAUER, S.G.; BURNS, Y.R.; GALLEY, P. A prospective study of laboratory and clinical measures of postural stability to predict community-dwelling fallers. *Journal of Gerontology*, v.55, n.8, p.469-476, 2000.
- CHANDLER J.M. Equilíbrio e Quedas no Idoso: Questões sobre a Avaliação e o Tratamento. In: Guccione AA. *Fisioterapia Geriátrica*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan; . p. 265-77, 2002.
- CHIARI, L.; BERTANI, A.; CAPPELO, A. Classification of visual strategies in human postural control. *Human Movement Science*, v.19, p.817-842, 2000a.
- CHIARI, L.; CAPPELO, A.; LENZI, D.; DELLA CROCE, U. An improved technique for the extraction of stochastic parameters from stabilograms. *Gait & Posture*, v.12, n.3, p.225-234, 2000.
- CHU, Y.H.; TANG, P.F.; CHEN, H.Y.; CHENG, C.H. Altered muscle activation characteristics associated with single volitional forward stepping in middle aged adults. *Clin Biomech*, v.24, p.735-743, 2009.
- CIRILLO, M.A.; FERREIRA, D.F. Extensão do teste para normalidade univariado baseado no coeficiente de correlação quantil-quantil para o caso multivariado. *Rev. Mat. Estat.*, São Paulo, v. 21, n.3, p.67-84, 2003.
- COHEN, J. *Statistical power analysis for the behavioral sciences*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1988.
- GIL GÓMEZ, J.A.; LLORÉNS, R.; ALCAÑIZ, M.; COLOMER, C. Effectiveness of a Wii balance board-based system (eBaViR) for balance rehabilitation: a pilot randomized clinical trial in patients with acquired brain injury. *Journal of NeuroEngineering and Rehab*, v.8, n.30, 2011.
- HERGENROEDER, A.L.; WERT, D.M.; HILE, E.S.; STUDENSKI, S.A.; BRACH, J.S. Association of body mass index with self-report and performance-based measures of balance and mobility. *Phys Ther*, v.91, n.8, 2011.
- IMAGAMA, S.; ITO, Z.; WAKAO, N.; SEKI, T.; HIRANO, K.; MURAMOTO, A.; SAKAI, Y.; MATSUYAMA, Y.; HAMAJIMA, N.; ISHIGURO, N.; HASEGAWA, Y. Influence of spinal sagittal alignment, body, muscle strength, and physical ability on falling of middle-aged and elderly males. *Eur Spine J*. v.22, p.1346-1353, 2013.
- JARNLO, G.B. Functional balance tests related to falls among elderly people living in the community. *Eur J Geriatr*, v.5, n.1, p.7-14, 2003.
- JORGENSEN, M.G.; LAESSOE, U.; HENDRIKSEN, C.; NIELSEN, O.B.F.; AAGAARD, P. Intra-rater reproducibility and validity of Nintendo Wii balance testing in community-dwelling older adults. *Eur Geriatr Med*, v.4, n.87, 2013.
- KIM, J.W.; EOM, G.M.; KIM, C.S.; KIM, D.H.; LEE, J.H.; PARK, B.K.; HONG, J. Sex differences in the postural sway characteristics of young and elderly subjects during quiet natural standing. *Geriatr. Gerontol. Int.*, v.10, p.191-198, 2010.



KIRKWOOD, R.N.; TREDE, R.G.; MOREIRA, B.S.; KIRKWOOD, S.A.; PEREIRA, L.S.M. Decreased gastrocnemius temporal muscle activation during gait in elderly women with history of recurrent falls. *Gait & Posture*, v.34, p.60-64, 2011.

LAI, C.H.; PENG, C.W.; CHEN, Y.L.; HUANG, C.P.; HSIAO, Y.L.; CHEN, S.C. Effects of interactive video-game based system exercise on the balance of the elderly. *Gait & Posture*, v.37, n.4, p.511-515, 2013.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. *Técnicas de pesquisa*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996, p.231.
LÊ, T.T.; KAPOULA, Z. Role of ocular convergence in the Romberg quotient. *Gait & Posture*, v.27, p.493-500, 2008.

LIAW, M.Y.; CHEN, C.L.; PEI, Y.C.; LEONG, C.P.; LAU, Y.C. Comparison of the static and dynamic balance performance in young, middle-aged, and elderly healthy people. *Chang Gung Med J*, v.32, p.297-304, 2009.

MAINENTI, M.R.M.; RODRIGUES, E.C.; OLIVEIRA, J.F.; FERREIRA, A.S.; DIAS, C.M.; SILVA, A.L.S. Adiposity and postural balance control: Correlations between bioelectrical impedance and stabilometric signals in elderly Brazilian women. *Clinics*, v.66, n.9, p.1513-1518, 2011.

MARCHETTI, P.H. et al. The acute effects of unilateral ankle plantar flexors static-stretching on postural sway and gastrocnemius muscle activity during single-leg balance tasks. *Journal of Sports Science and Medicine*, v.13, p. 559-565, 2014.

MARÔCO, J. *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. 5ª edição, Pero Pinheiro, 2011.

MASANI, K.; VETTE, A.H.; KOUZAKI, M.; KANEHISA, H.; FUKUNAGA, T. POPOVIC, M.R. Larger center of pressure minus center of gravity in the elderly induces larger body acceleration during quiet standing. *Neuroscience Letters*, v.422, p.202-206, 2007.

MAULDER, P.; CRONIN, J. Horizontal and vertical jump assessment: reliability, symmetry, discriminative e predictive ability. *Phys Ther in Sport*, v.6, n.2, p.74-82, 2005.

MBOUROU, G.A.; LAJOIE, Y.; TEASDALE, N. Step length variability at gait initiation in elderly fallers and non-fallers, and young adults. *Gerontology*, v.49, p.21-26, 2003.

MENEGONI, F.; TACCHINI, E.; BIGONI, M.; VISMARA, L.; PRIANO, L.; GALLI, M.; CAPODAGLIO, P. Mechanisms underlying center of pressure displacements in obese subjects during quiet stance. *Journal of NeuroEngineering and Rehab*, v.8, 2011.

MERCER, V.S.; FREBURGUER, J.K.; HSIU, S.; PURSER, J.L. Measurement of paretic-lower-extremity loading and weight transfer after stroke. *Phys Ther*, v.89, n.7, p.653, 2009.

NEWELL, K.M.; SLOBOUNOV, S.M.; SLOBOUNOVA, E.S.; MOLENAAR, E.M. Stochastic processes in postural center-of-pressure profiles. *Experimental brain research*, v.113, n.1, p.158-164, 1997.

NEWELL, K.M.; VAN EMMERIK, R.E.A.; LEE, D.; SPRAGUE, R.L. On postural stability and variability. *Gait & Posture*, v.4, p.225-230, 1993.

OLIVEIRA, M.A.P.; PARENTE, R.C.M. *Entendendo Ensaio Clínicos Randomizados*. *Bras. J. Video-Sur*, v. 3, n.4, p.176-180, 2010.

PATTON, R. et al. Accuracy of centre of pressure measurement using a piezoelectric force platform. *Clin Biom*, v.14, p.357-60, 1999.

PRADO, J.M. *Controle postural em adultos e idosos durante tarefas duais*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo – SP, 2008.



SEN, A.; SRIVASTAVA, M. Regression Analysis: theory, methods, and applications, Ed. Springer, New York, 1990.

THOMAS, J.R.; NELSON, J.K. Métodos de Pesquisa em Atividade Física. 3 ed. – Porto Alegre: Artmed, 2002.

WANG, Z.; MOLENAAR, P.M.C.; NEWELL, K.M. The effects of foot position and orientation on inter- and intra- foot coordination in standing postures: a frequency domain PCA analysis. Experimental Brain Research, v.230, n.1, p.15-27, 2013.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. Physical status: the use and interpretation of anthropometry. Geneva: WHO; 1995.

WINTER, D.A. Human balance and posture control during standing and walking. Gait & Posture, v.3, p.193-214, 1995.

YU, E.; ABE, M.; MASANI, K.; KAWASHIMA, N.; ETO, F.; HAGA, N.; NAKAZAWA, K. Evaluation of postural control in quiet standing using center of mass acceleration: comparison among the young, the elderly, and people with stroke. Arch Phy Med Rehab. v.89, p.1133-9, 2008.

ZEMKOVA, E.; HAMAR, D. The effect of taskoriented sensorimotor exercise on visual feedback control of body position and body balance. Human Movement, v.11, n.2, p.119-123, 2010.



TIJOLO ECOLÓGICO - PROPOSTA DE USO DE MATERIAIS RECICLADOS EM TIJOLOS DE SOLO CIMENTO

Autor(es)

ALESSANDRO CAMPOS

Orientador(es)

FERNANDO CELSO DE CAMPOS

INTRODUÇÃO

O crescimento desorganizado das cidades brasileiras origina um processo que gera um problema visível, a geração de Resíduos Sólidos Urbanos, acarretando a dificuldade para seu descarte adequado. Interessantes propostas de reaproveitamento destes materiais incidem como alternativa para minimizar estes problemas, e pode se enquadrar como proposta a reciclagem com alternativas de aproveitamento, tais como borracha de recauchutagem, serragem, cascas de arroz, areias de fundição, pó de mármore, lodo de esgoto, entre outros. Aplicados em concretos ou argamassas, podem gerar materiais e modelos apropriados nos conceitos da produção baseada no desenvolvimento sustentável, inclusive com custo mais atraente.

A busca em desenvolver produtos alinhados aos modelos já lançados no mercado, para obter parâmetros conforme normas e procedimentos do processo, tornando-se mais acessível e com embasamento técnico para desenvolvimento deste produtos, que aqui se refere a produção de tijolos ecológicos, alavancando o conceito de utilização de menor quantidade de materiais naturais não renováveis (neste caso o solo) em sua composição ao agregar materiais residuais como raspas de pneus (CANOVA et al, 2017).

Com base em dados empíricos, os ensaios experimentais podem determinar parâmetros para verificar e validar teorias e indicar novas hipóteses, e desta forma reproduzir o processo produtivo para obter resultados confiáveis, pois conforme Montgomery (1991), ao planejar e permitir o aprimoramento dos processos, a minimização das variações de tempo de produção, de análises, de custos empregados e dos resultados. O método de pesquisa dedutivo trilha para as consequências, chegando a conclusão do geral para o particular, classificando uma pesquisa como teórico-conceitual, pois a partir de discussões conceituais da literatura, das revisões bibliográficas e das análises conceituais, espera-se resultar em novas teorias (NAKANO 2010 e MIGUEL, 2007).

O procedimento técnico geral deve estar embasado na pesquisa bibliográfica, a qual Gil (2010) menciona como o elemento mais importante para a identificação de um delineamento e da pesquisa experimental.

Ao adequar a cada área de pesquisa com o método experimental, tal que Gil (2010) afirma ao determinar um objeto de estudo e selecionar as variáveis capazes de influenciá-lo, irá definir as formas de controle e de observação das consequências que esta variável causa no objeto, pois a pesquisa experimental ou também conhecida como pesquisa de laboratório se aplica na manipulação e observação do objeto de pesquisa (CANDIOTTO, 2011).

Para estudar o desempenho do produto, elabora-se uma mistura experimental com substâncias



13º Congresso de Pós-Graduação

tuição parcial do solo natural por materiais provenientes de descarte, sempre utilizando uma mistura ou traço de referência. Esta medida será adotada como parâmetro (neste caso um recipiente plástico), para que todas as misturas tenham os mesmos parâmetros para poder replicar os procedimentos.

Esta proposta pretende alcançar um resultado com desempenho e qualidade conforme sugere as normas brasileiras (ABNT), alinhando o produto às tendências atuais e os princípios do desenvolvimento sustentável (ELKINGTON, 2012).

Desta forma visa gerar menor impacto ambiental na sua produção, pois pretende alcançar a viabilidade ao apresentar redução na quantidade de solo utilizada na produção dos tijolos substituídos por materiais provenientes de descartes.

OBJETIVOS

O estudo tem como objetivo geral a proposição de produção de tijolos de solo cimento com adição de material reciclado (no caso, raspa de pneus), a partir dos princípios desenvolvimento sustentável, contrastando com o método tradicional de produção de grande parte das organizações do setor de construção civil, ao propor a utilização destes materiais visando se diferenciar dos concorrentes sustentadas no tripé da sustentabilidade.

DESENVOLVIMENTO

Para estudar o desempenho do bloco de solo cimento adicionando as raspas de pneus, foi elaborado um programa experimental utilizando uma mistura referência com um traço inicial para adicionar parcial e gradativamente as raspas de pneus na porção de solo, obtendo-se diferentes traços. Os materiais utilizados foram: cimento Portland CP32VII, solo proveniente da fazenda escola da Universidade Católica Dom Bosco (Campo Grande - MS), raspas de pneus proveniente da recauchutagem de pneus, pó de mármore e água proveniente da rede pública de abastecimento. Foi utilizada a fração de raspas de pneus passante na peneira de arroz (peneira nº5), produzidas com aro de madeira e tela de arame galvanizado malha 10 (abertura # 2,18mm), sendo indicada pelo menos utilizar a peneira # 4,8 mm (nº4), sendo passante 100% dos materiais a ser utilizados na produção dos tijolos. Foi descartada a fração retida nesta peneira. Ao término do amassamento, foi avaliada a consistência da massa pelo através de verificação manual, e na sequência, procedeu-se a moldagem manual dos corpos de prova para, na sequência da cura dos mesmos, fossem realizados os ensaios de resistência à compressão.

Após determinado o traço para a produção da mistura, foram moldados os corpos de prova cilíndricos para avaliação da mistura endurecida, através de testes de resistência a compressão através de prensa hidráulica, para verificar sua resistência à compressão, após os 7 dias em câmara úmida. A resistência sugerida pela norma à compressão aos sete dias, determina que os corpos de prova devam suportar pelo menos uma carga de 2,00 MPa, sendo que o traço M 01, com SEIS partes de solo apresentou média de 2,14 Mpa, o traço M 02, com SETE partes de solo apresentou média de 2,58 Mpa, e o traço M 03, com OITO partes de solo apresentou média de 3,19 Mpa.

Embasado nestes traços, foram confeccionados corpos de prova com a mesma proporção para moldagem em prensas hidráulicas e verificar suas características.

Ao utilizar esta mistura, percebeu-se que o tijolo sofre deformação, pois como a prensa tem



capacidade de 6ton/força para moldar os tijolos, a borracha se retraia dentro da prensa. Deste modo, no momento do desmolde, a borracha volta ao seu estado natural, desaglutinando todos os materiais da mistura, ou seja, resulta em um produto não estabilizado. Desta forma, o melhor traço com relação à quantidade de massa de borracha adicionado na mistura aumentando a quantidade de solo sem perder qualidade em resistência a compressão simples, foi o traço de M 03, servindo como parâmetros para produção dos tijolos em série na prensa hidráulica, conforme a tabela 01.

Os traços M01, M02 e M03, foram confeccionados inspirados no sistema ADOBE, considerado um dos antecedentes do tijolo de barro e seu processo construtivo é uma forma rudimentar, moldados em fôrmas por processo artesanal, e o traço M04 foi confeccionado na prensa hidráulica (PreHid). Observando-se os resultados de resistência anteriores, decidiu-se a partir das premissas do DS a adição de um novo material também proveniente de descarte, que são os resíduos de marmoraria, pois o recorte da matéria prima gera um pó fino.

Devido a estas constatações, o pó coletado em marmorarias foi utilizado como elemento aglutinador na mistura, como intuito de diminuir os materiais naturais empregados com o aumento de materiais descartados nesta mistura.

Foi constatado que nas misturas denominadas MM01, as peças foi se estabilizaram com mais facilidade, e foi observado também que os corpos de prova apresentaram melhor aparência superficial, sendo que os tijolos MM01 apresentou melhor acabamento em seu aspecto superficial. Os tijolos apresentaram resultados com valores abaixo dos valores de referência aos estabelecidos pela norma brasileira, em contrapartida, os tijolos se romperam em linhas diagonais, o que demonstra que a mistura estava bem homogênea.

TABELA 01 – Resultado do ensaio de resistência à compressão.

CORPOS DE PROVA	M 01 - TRAÇO 1:6:2 1950ml (Adobe)	M 02 - TRAÇO 1: 7:2 2600ml (Adobe)	M 03 - TRAÇO 1: 8:2 3200ml (Adobe)	M 04 - TRAÇO 1:7,5:0,5 1250ml (PreHid)	MM 01 TRAÇO 1: 7: 0,5: 2,5 1250ml (PreHid)
CP 01	1,94 MPa	2,81 MPa	3,04 MPa	2,26 MPa	1,46 MPa
CP 02	2,42 MPa	2,62 MPa	3,71 MPa	2,64 MPa	1,22 MPa
CP 03	2,06 MPa	3,00 MPa	2,76 MPa	2,56 MPa	1,22 MPa
CP 04	1,74 MPa	1,82 MPa	3,02 MPa	2,60 MPa	1,31 MPa
CP 05	2,64 MPa	2,52 MPa	3,26 MPa		1,25 MPa
CP 06	2,11 MPa	2,23 MPa	3,16 MPa		
CP 07	2,23 MPa	2,33 MPa	3,49 MPa		
CP 08	1,99 MPa	3,00 MPa	2,94 MPa		
CP 09		2,93 MPa	2,95 MPa		
CP 10			3,56 MPa		
MEDIAS	2,14 MPa	2,58 MPa	3,19 MPa	2,51 MPa	1,30 MPa



13º Congresso de Pós-Graduação

Foi constatado que alguns traços foram heterogêneos e não se estabilizaram com facilidade, alguns nem se estabilizando inicialmente, tornando difícil a avaliação do produto quando prensados na prensa hidráulica.

Foi observado também que os corpos de prova submetidos à prensa hidráulica apresentaram pior aparência superficial, pois devido o fato de haver maior força de compactação exercida para adensamento nos corpos de prova, percebeu-se que na hora de retirá-los da prensa, estes demonstraram mais fragilidade, inclusive com perdas de peças. Isto evidencia que tanto o processo manual quanto o hidráulico de moldagem das peças são viáveis e atendem as necessidades de quem pode investir mais em equipamentos quanto aqueles que não possuem capital para estes investimentos.

Os teores de materiais aplicados apresentam características muito particulares da borracha com as deformações no processo produtivo ao ser comprimida e voltar ao seu estado natural após cessar a compressão, causando “inchamento” do produto, podendo variar a capacidade produtiva do equipamento empregado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme todos os dados apresentados com relação a dosagens para determinação do traço na confecção dos tijolos de solo cimento alinhado ao DS, a proposta deste trabalho fundamentou-se em desenvolver um produto com menor utilização de materiais não renováveis e inclusão de materiais reciclados em sua composição. Ao utilizar a dosagem dos nos traços com adição de raspas de pneus, foram constatados que quanto maior a quantidade de resíduos incorporados, maior a proporção de água adicionada para ajustar a trabalhabilidade.

E estudos devem ser aprofundados utilizando novas proporções de raspas de pneus adicionadas na mistura, visando o aumento de resíduos ao teor de solo nas misturas, para maior rendimento na produção dos tijolos e blocos de solo-cimento e desta forma, melhorar o desempenho mecânico destes elementos. Foi constatado que uma destinação de forma ambientalmente adequada e segura dos RSU's, a reciclagem pode ser um meio adequado para a aplicação deste material.

E a reciclagem de pneus se apresenta como um meio adequado para a aplicação de mudança de paradigmas, ao propor o descarte adequado e seguro do ponto de vista ambiental. O sistema ADOBE tem menor custo, porém tem gasto energético dos trabalhadores com o uso da força humana para prensar os tijolos, e ao utilizar prensa hidráulica tem menor quantidade de pessoas na linha de produção, porém os custos são mais altos com os equipamentos.

Isto evidencia que tanto o processo manual quanto o hidráulico de moldagem das peças são viáveis e atendem as necessidades de quem pode investir mais em equipamentos quanto aqueles que não possuem capital para estes investimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda e qualquer iniciativa no aproveitamento dos RSU's, resulta em processos ecologicamente mais adequados, e a proposta se apresentou viável e demonstrou ser possível a redução de materiais não renováveis na produção de tijolos de solo-cimento para construção civil aliado aos princípios do DS.



E utilizar as raspas de pneus apresentou-se resultados satisfatórios no que se refere às normas estabelecidas pela ABNT, com potencial como alternativa para a construção civil.

Além da vantagem de ser um material regional o solo é utilizado in natura, gerando maior receita para o setor produtivo com menor custo no processo produtivo. A proposta alinhada a menor impacto ambiental é contemplada ao se utilizar raspas de pneus na mistura do tijolo solo-cimento, assim como o impacto econômico pode ser minimizado ao propor uma produção utilizando equipamentos de baixo custo e de fácil operação.

Estas duas características apresentadas influenciam o impacto social porque cria a possibilidade de geração de empregos, geração de renda e organização em formato de cooperativas ou pequenas empresas na comunidade.

A proposta objetiva não apenas uma linha de produção de tijolos solo cimento totalmente equalizada e balanceada a partir dos princípios do DS, mas a melhor aplicação na composição de materiais utilizados a fim de obter o melhor proveito nos princípios de produção utilizando materiais provenientes de reuso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **MB-3361**: Solo-cimento – Ensaio de compressão simples de corpos de prova cilíndricos. Rio de Janeiro, 1990. 2p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 7182**: Solo – Ensaio de compactação. Rio de Janeiro, 1986. 10 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 8491**: Tijolo maciço de solo-cimento: especificação. Rio de Janeiro, 1984. 4 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 8492**: Tijolo maciço de solo-cimento: determinação da resistência à compressão e da absorção d'água. Rio de Janeiro, 1984. 5 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10832**: Fabricação de Tijolo Maciço de solo-cimento com a utilização de prensa manual. Rio de Janeiro, 1989. 3p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10833**: Fabricação de tijolo maciço e bloco vazado de solo-cimento com utilização de prensa hidráulica. Rio de Janeiro, 1989. 3p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12023**: Solo-cimento – Ensaio de compactação. Rio de Janeiro, 1992. 6 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12024**: Solo-cimento – Moldagem e cura de corpos de prova cilíndricos. Rio de Janeiro, 1992. 5 p.

CANDIOTTO, C.- Fundamentos da pesquisa científica: teoria e prática / Cesar Candiotto, Cleversos Leite Barros, Kleber B. B. Candiotto – Petropolis, Rj: Vozes, 2011.

CANOVA, J.A.; BERGAMASCO, R.; NETO, E G. A. - Utilização de resíduos de pneus inservíveis em argamassa de revestimento. Acta Scientiarum. Maringa, v. 29, n. 2, p. 141-149, 2007.

ELKINGTON, J. Sustentabilidade, canibais com garfos e faca. São Paulo. M. Books do Brasil Editora Ltda, 2012.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MIGUEL, P.A.C. Estudo de caso na engenharia de produção: estruturação e recomendações para sua condução. Revista Produção. v. 17, n. 1, p. 216-229, Jan./Abr. 2007.

MONTGOMERY, D. C. Design and analysis of experiments, 5th Edition, 1991.

NAKANO, D.N. Métodos de pesquisa adotados na Engenharia de Produção e Gestão de Operações. In: Metodologia de Pesquisa em Engenharia de Produção e Gestão de Operações. Cap. 4. Paulo A. C. Miguel (org.). Rio de Janeiro: Elsevier. 2010.



EXPLORANDO A LINGUAGEM CARTOGRÁFICA A PARTIR DO ESTUDO DO MEIO E LEITURA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Autor(es)

**CHRISTIANE FERNANDA DA COSTA
JOÃO PEDRO PEZZATO**

Orientador(es)

JOÃO PEDRO PEZZATO

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata de uma investigação que articulou o ensino, a pesquisa e a extensão. Intitulada “Geografia e Cartografia Escolar: discussão a respeito da representação do espaço vivido por escolares”, a pesquisa está associada a um projeto amplo vinculado ao grupo de pesquisa Geografia e Cartografia Escolar. Ao discutir a articulação entre os saberes escolares e os saberes cotidianos de alunos dos primeiros anos do ensino fundamental, seu objetivo principal foi discutir a potencialidade da articulação do letramento com o estudo da localidade. Os alunos foram instigados a produzir representações a respeito do bairro, do município e, a partir de uma sequência didática, com o estudo do meio, tais produções, expressas por diferentes modalidades textuais, foram analisadas.

Duas questões nortearam a investigação, a saber: Como alunos do 3º ano do Ensino Fundamental representam o espaço vivido? Qual o potencial das expressões comunicativas da localidade quando são associadas ao ensino da cartografia escolar, da leitura e da escrita nessa etapa inicial de escolarização?

Alguns pesquisadores apontam que os mapas desenhados pelos alunos expressam concepções a respeito dos lugares vivenciados e experienciados, como Castelar (2011) e Callai (2005), por exemplo. Por esse motivo, defendem que o ensino da Geografia escolar deve fazer parte do processo de alfabetização e letramento.

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Marcello Schmidt, localizada no município de Rio Claro, estado de São Paulo, Brasil. Compreendeu a elaboração e proposição de uma sequência didática de atividades, planejadas em 10 encontros ocorridos entre março e julho de 2014. A sequência didática foi planejada objetivando o desenvolvimento da linguagem cartográfica nos anos iniciais, explorando dessa forma a leitura e escrita a partir estudo da localidade.

OBJETIVOS

Teve como objetivo central discutir o ensino da linguagem cartográfica no contexto do ensino de leitura e da escrita, mediado pelo estudo da localidade. Para o desenvolvimento do programa proposto, foi necessário elaborar um plano de trabalho interdisciplinar, explorando conteúdos afeitos ao currículo desse nível de ensino, seguindo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).



DESENVOLVIMENTO

Foram trabalhadas as disciplinas de História, Língua Portuguesa, Ciências, Matemática e Geografia, na perspectiva didática de um estudo do meio. Inúmeros textos, escritos, imagens (paradas e em movimento) e sons foram produzidos por 58 alunos do Ensino Fundamental, 2 classes do 3º ano.

Os materiais, compilados, classificados e registrados, formaram um banco de dados para serem analisados. Tal análise teve como perspectiva “pensar a educação a partir do par “experiência/sentido”, como aponta Larrosa (2002, p. 20).

Os registros dessas atividades seguiu a orientação da pesquisa qualitativa. Foram empregados os procedimentos de estudos denominados observação participante e, para a análise, o paradigma indiciário. Em relação à observação participante, segundo Lüdke e André (1986, p. 26) “a observação ocupa um lugar privilegiado nas novas abordagens de pesquisa educacional”, uma vez que, usada como o principal método de investigação ou associada a outras técnicas de coleta, a observação possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado. Essa pesquisa buscou indícios para descrever uma realidade complexa a partir de dados singulares do cotidiano dos alunos observados. Por isso a opção pela observação participante, posto que seja a metodologia mais apropriada para coleta de dados em situações em que as pessoas se encontram desenvolvendo atividades em seus cenários naturais. Para o estudo do meio, foi elaborado um roteiro e um cronograma de atividades. É importante destacar que esta pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos dia 19/12/2013, CAAE: 19246413.8.0000.5465. Os alunos foram orientados a observar o trajeto e, posteriormente, realizaram atividades referentes à experiência do passeio didático. O estudo do meio é “uma atividade não livresca que começa e termina na sala de aula” (BALZAN, 1974, p. 130). Explorou-se a linguagem cartográfica e o letramento por meio de produção textual e leitura de mundo. Para Freire (1989, p. 11) “a leitura de mundo precede a leitura da palavra”, ou seja, antes da criança aprender a decodificar, ela lê implicitamente a partir das experiências no mundo. Consequentemente: leitura de mundo é tudo aquilo que tem significado para o indivíduo e são acumulados na nossa vivência e experiência diária, ou seja, são os olhares, os cheiros, os toques, os gostos, os saberes, entre outros, construímos assim, relações que levam ao aprendizado. Em virtude da leitura da palavra só ganhar significado se ela vier intrinsecamente apreendida com a leitura de mundo do educando e socializada com o coletivo da turma, para que vivenciada as diferenças, aconteça à aprendizagem, então “[...] aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade” (FREIRE, 1989, p. 7). Partindo do princípio que lemos o mundo muito antes de ler a palavra, é de suma importância o trabalho com linguagem cartográfica a partir do estudo do meio, pois, “se, quando se lê a palavra, lendo o mundo, está-se lendo o espaço, é possível produzir o próprio pensamento, fazendo a representação do espaço em que vive” (CALLAI, 2005, p. 233). Desta forma, as atividades de ensino estiveram relacionadas à produção de registros escritos e gráficos com narrativas a respeito das experiências com o espaço geográfico. Para a produção das atividades, foram programadas atividades que exploraram diferentes linguagens, principalmente com representação de imagens e produção textual em diferentes gêneros.



Eis que chegou o dia mais esperado pelos estudantes, o estudo do meio, excursão didática ou passeio pedagógico que ocorreu no período previsto no cronograma. Para sua realização, contamos com a programação denominada Estação Turismo, oferecida pela Prefeitura Municipal de Rio Claro, por meio da Secretaria Municipal de Turismo. O projeto conta com o oferecimento de um meio de transporte (jardineira) disponibilizado para atividades culturais, mediante agendamento preliminar. O veículo percorre pontos significativos do município e conta com uma monitora para orientação do trajeto. O trajeto programado pela atividade que faz um percurso pela cidade, o “Estação Turismo”, tem início com uma “contação” de histórias envolvendo a antiga estação ferroviária, marco histórico de Rio Claro. Um dos primeiros pontos de parada é o Jardim Público. Nele são exploradas as histórias e os significados dos monumentos que ali se encontram, como o Anjo da Concórdia, o coreto, o Recanto da Saudade, a estátua da deusa Diana, o chafariz do índio e o que restou da antiga gruta do leão.

O passeio prossegue em direção da Floresta Estadual Navarro de Andrade, local dos mais importantes do município, uma das áreas verdes mais significativas do estado de São Paulo. No “berço do eucalipto no Brasil”, os visitantes conhecem o Casarão da Fazendinha, onde está a sede administrativa da floresta, as casas da colônia na vila principal da floresta, o Sobrado Amarelo, o Solar Navarro de Andrade, o Museu do Eucalipto, a “trilha da saúde”, o lago, o centro de convivência e a capela Santo Antônio dos Eucaliptos.

O principal objetivo deste passeio foi fazer com as crianças aprendessem a ler, pensar e refletir sobre o espaço geográfico, expressando, por meio de diferentes produções de textos e linguagens seus olhares do espaço vivido.

A autora continua defendendo seu ponto de vista que relaciona o “olhar geográfico” com a leitura de mundo. Esta é uma perspectiva para se estudar o espaço, ou seja, olhando em volta, percebendo o que existe, sabendo analisar paisagens como o momento instantâneo de uma história que vai acontecendo.

Durante e após o passeio, ou estudo do meio, foram observados alguns aspectos da configuração do espaço geográfico. Posteriormente foi proposta a produção de uma narrativa em forma de história em quadrinhos com personagens do cartunista Mauricio de Sousa, conhecidos pelos alunos. Nas narrativas dos alunos são contemplados aspectos importantes do trajeto realizado no estudo do meio. Os pequenos textos revelam a autoria na redação e expressam aspectos relevantes dos conteúdos abordados. Há o registro de pontos turísticos do município, de problemas com o meio ambiente, como na Figura 1, e apontado o significado de um dos monumentos localizado na praça central de Rio Claro, Figura 2. Com essa atividade, os alunos foram autores de uma narrativa que exigia a síntese, a observação, a descoberta e interpretação de dados e experiências. Os textos, em geral, apresentaram coerência e coesão.



Figura 1 - O passeio da Turma da Mônica



Fonte: Dados de pesquisa, 2014.

Figura 2 - Nossa escola vai a Praça



Fonte: Dados de pesquisa, 2014.



13º Congresso de Pós-Graduação

A proposta do passeio teve como objetivo incentivar o pensamento, a reflexão e, principalmente, explorar as ideias das crianças com relação ao espaço geográfico, pois, “dar uma oportunidade para que as crianças pensem significa partir de suas idéias, reconhecer sua lógica, mostrar-lhes suas limitações, trazer-lhes informação nova que as ajude a pensar mais e melhor” (CURTO, MORILLO, TEIXIDÓ, 2000, p. 68).

Os lugares são repletos de história e compreender o lugar em que se vive nos encaminha a conhecer a história de cada lugar e, de tal modo, procurar entender o que ali acontece. Segundo Callai (2005) aprender a observar, descrever, comparar, estabelecer relações e correlações, tirar conclusões, fazer sínteses são habilidades necessárias para a vida cotidiana. Conhecer e representar os espaços vividos são habilidades desencadeadas como instrumentos para dar conta de algo maior, ou seja, leitura de mundo.

O estudo do meio possibilitou fazer um trajeto por diversos pontos do município, alguns, ou muitos deles, possivelmente conhecidos por parte significativa dos alunos. Um dos objetivos dessa atividade foi apresentar informações contextualizadas do local que, em outras circunstâncias, raramente estariam disponíveis. Trabalhamos com a ideia de que essa experiência poderia promover um olhar diferente a respeito da localidade vivida pelos participantes. Além disso, estivemos mobilizados pela concepção de que a produção de textos com narrativas das experiências do estudo do meio podem promover a mobilização de operações comunicativas. Tais ações possuem grande potencial de mobilização e promoção do pensamento, da reflexão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A produção de narrativas, sínteses, explicações, caracterizações e formulação de conceitos, mesmo que elementares, são a expressão de operações comunicativas.

O projeto de extensão - denominado Geografia e Cartografia Escolar: discussão a respeito da representação do espaço vivido por escolares - promoveu a articulação entre as atividades da universidade e as da comunidade local. Mais especificamente, envolveu o trabalho de pesquisadores, discentes de graduação e de pós-graduação, alunos e professores do ensino básico da escola pública. O recorte aqui apresentado buscou divulgar parte das diversas atividades relativas ao projeto acima mencionado. O texto discute uma experiência de estudo do meio, em que se fez um percurso, aproveitando o programa denominado “Estação Turismo”, oferecido pela Prefeitura Municipal de Rio Claro, por meio da Secretaria Municipal de Turismo. Tal programa apresenta um trajeto selecionado para uma história da formação espacial do município de Rio Claro - SP. Com ele pudemos desenvolver uma série de atividades que evidenciam a riqueza da articulação entre a comunidade e a universidade. Nesse sentido, o trabalho destaca a relevância de projetos que articulam a pesquisa, o ensino e a extensão. Tal projeto reafirma a importância de atividades que criam vínculos entre a universidade e demais instituições sociais, em especial as escolas públicas, pois permite apresentar a fecundidade de tais atividades para o ensino e para a pesquisa em diferentes níveis de complexidade e processos formativos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises dos registros nos permitem afirmar que foi vencido o desafio lançado preliminarmente no projeto inicial. Aprender a observar, descrever, comparar, estabelecer relações e correlações, tirar conclusões, fazer sínteses são habilidades necessárias para o currículo escolar em diferentes faixas etárias e, também, diferentes níveis de ensino. Conhecer e representar os espaços vividos são ações que podem desencadear operações que contribuam significativamente para dar conta de algo maior, ou seja, fazer uma leitura do mundo. Os lugares são repletos de histórias. Compreender o lugar em que se vive encaminha-nos a conhecer a cultura, a história, a geografia, do lugar, de tal modo que pode nos levar a procurar entender o que ali acontece.

Esse trabalho destacou a importância de projetos de extensão que articulam as atividades do município com as demais instituições sociais, em especial as escolas de ensino básico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALZAN, N. C. Estudo do meio. In: CASTRO, A. D. de e outros. Didática para a escola de 1.o e 2.o graus. 3.a ed. São Paulo, Pioneira, 1974, p. 129-139.
- CALLAI, H. C. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. Cad. CEDES. Vol. 25 nº 66. Campinas. Maio/Ago. 2005. Disponível em: Acesso em: 15 abr 2014.
- CASTELLAR, S. V. A cartografia e a construção do conhecimento em contexto escolar. In: ALMEIDA, R. D. de. Novos rumos da cartografia escolar: Currículo, linguagem e tecnologia. São Paulo: Contexto, 2011.
- CURTO, L. M.; MORILLO, M. M.; TEIXIDÓ, M. M. Escrever e ler: como as crianças aprendem e como o professor pode ensiná-las a escrever e a ler. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2000
- FREIRE, P. A importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989
- LARROSA B, J. Notas sobre a experiência e o saber experiência. Revista Brasileira de Educação. n.19, jan - abr. 2002. Disponível em: . Acesso em: 05 jan 2013.
- LARROSA B, J. Literatura, experiência e formação. In: VEIGA NETO, A., Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. Porto Alegre: Mediação, 1996.
- SILVERIO, L. B. R. Histórias em quadrinhos – gênero literário e material pedagógico – Maurício de Sousa em foco. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2012.
- SMOLKA, A. L. B. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.



DISCUSSÕES SOBRE ALFABETIZAÇÃO: A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM ESCRITA NA ESCOLA

Autor(es)

PATRÍCIA MARIA GUARNIERI RAMOS

Orientador(es)

ANNA MARIA LUNARDI PADILHA

INTRODUÇÃO

Introdução: a relevância do tema e suas implicações

A temática da alfabetização é assumida por muitos pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento que atuam na Educação, tais como: psicologia, pedagogia, linguística, história, fonoaudiologia, neurologia e neurolinguística, entre outras, pois o processo de aquisição da linguagem escrita, de fato, abrange estudos de várias áreas do conhecimento, configurando a pesquisa como um trabalho complexo.

A presente pesquisa prevê articular o campo da Psicologia e da Pedagogia, contudo, as contribuições de demais áreas devem, de certo modo, serem consideradas na composição deste estudo. Cercamo-nos das áreas da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica por serem esses os campos teóricos e metodológicos que nos parece dar conta de aspectos mais amplos do conhecimento acerca do desenvolvimento humano e o papel da escola no aprendizado da leitura e da escrita.

Considerando a complexidade do campo é preciso perguntar sobre a necessidade de se propor um estudo sobre alfabetização. Nesse sentido, a relevância pauta-se por dois âmbitos: de um lado o interesse pessoal que vem da experiência profissional, como Coordenadora Pedagógica no Ensino Fundamental I, estando diretamente em interação com crianças no período escolar de aquisição da linguagem e, identificar, como esse é um momento de significativa transformação da relação das crianças com sua realidade cultural. De outro lado, o fato da relevância social da leitura e da escrita em uma sociedade letrada.

Diante da grande importância para a criança e para o processo de seu desenvolvimento é urgente que se desenvolvam, de fato, estratégias para melhor desempenho da escola na função de alfabetizar seus alunos nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Sobre os resultados em alfabetização, é frequente tomarmos ciência por meios impressos, on-line ou televisivos, sobre as baixas colocações que o país se encontra nas avaliações internacionais. Segundo dados da UNESCO, o Brasil, está entre os 53 países que ainda não atingiram e nem estão perto de atingir os objetivos de Educação para Todos até 2015 (MORTATTI, 2013, p.20). No entanto, retomando a complexidade da questão, mesmo considerando os índices negativos divulgados sobre a alfabetização no país, os próprios dados são contraditórios.

Em acesso recente ao site do IBGE - censo demográfico 2000/2010, pode-se destacar que nos resultados da década entre 2000 e 2010, os percentuais de analfabetismo caíram, em todas as regiões do país. Considerando os municípios com número maior de 500.000 habitantes têm-



-se os seguintes resultados: Região Norte em 2000, 5,6% de analfabetos, em 2010, 3,6%. Na Região Nordeste em 2000, 10,4% em 2010, 7,0%. Na Região Sudeste, em 2000, 5,0% em 2010, 3,2%. Na Região Sul, em 2000, 8,6% em 2010, 2,5% (Fonte: IBGE, 2011).

Acreditamos que é de suma importância que esses dados sejam considerados dentro de uma perspectiva histórica de construção do objeto de estudo, pois os dados obtidos, em si, não representam todas as determinações sobre o objeto. Isto é, o quanto as crianças e adolescentes, na escola pública, usufruem do domínio de sua língua materna, com perspectivas de que desenvolvam suas funções psicológicas superiores ou culturais?

Com esse intuito a pesquisa vem revisitando a leitura sobre a temática considerando autores que tenham se preocupado e se ocupado com estudos acerca do problema, isto é, estudos que tratam dos fundamentos históricos, políticos, filosóficos, psicológicos e pedagógicos da alfabetização. Uma das autoras é Maria do Rosário Mortatti (2000, 2004, 2009, 2010, 2013), que problematiza o silenciamento em relação à discussão sobre a compreensão do conceito de alfabetização. E, o quanto, esse silenciamento está em consonância com o modelo neoliberal de governo, que fundamenta as políticas públicas sobre a educação em geral e, a alfabetização, em específico (2013, p.15).

Sobre os índices de analfabetismo e analfabetismo funcional Mortatti (2013) afirma que, apesar de constatar que não são poucos os esforços e investimentos financeiros dedicados a fim de superar as metas, ainda a universalização da educação primária não tem significado concretamente a universalização do acesso aos conhecimentos básicos. Isto é, não tem representado avanços na aquisição da linguagem escrita para as crianças que estão na escola pública frequentando as séries iniciais do ensino fundamental (p.21).

OBJETIVOS

Objetivo do trabalho: aquisição da linguagem escrita como função psicológica superior. Nosso estudo tem como objeto de investigação a alfabetização de crianças no processo de escolarização no início do ciclo de Ensino Fundamental I, problematizando, também, os resultados de fracasso da aquisição da linguagem escrita no âmbito das instituições regulares de ensino público. Faz parte deste estudo a discussão teórico-metodológica a partir das seguintes questões: o conceito de alfabetização, como pudemos acompanhar com os estudos de Mortatti (2000, 2004, 2009, 2010, 2013) e o impacto dessas discussões na formação de professores. Ainda, a premissa de que se faz necessária a defesa de um método, que se caracterize como um processo escolar, sistematizado e intencional para ensinar a linguagem escrita, não devendo prescindir de uma perspectiva teórico-metodológica, visando sequências planejadas e organizadas para que o professor ensine e o aluno aprenda (MORTATTI, 2009, p.111).

Como perspectiva epistemológica e metodológica a pesquisa assume a Psicologia Histórico-Cultural e a Pedagogia Histórico-Crítica, afirmando que ambas ancoradas num mesmo solo epistemológico - o materialismo histórico-dialético - oferecem fundamentação sólida para esta discussão. Com essa relação, busca-se a justa posição que afirma Martins: "o ponto de intersecção entre a psicologia histórico-cultural e a pedagogia histórico-crítica reside na defesa dos conhecimentos clássicos, historicamente sistematizados, ou então, do ensino dos verdadeiros conceitos, quais sejam, científicos" (2013, p.311). O princípio comum entre esses estudos é de fundamental importância para a constru-



ção de um conceito de alfabetização que garanta, de fato, o uso adequado da linguagem escrita para o desenvolvimento das funções psicológicas dos alunos da escola pública. Considerando esses pressupostos, esta investigação se propõe reconhecer e analisar as principais funções psicológicas superiores implicadas no processo metódico e sistemático de aquisição da linguagem escrita recorrendo às contribuições de L. S. Vigotski, A. Luria e A. Leontiev e a função da escola e do ensino assumida pela Pedagogia Histórico-Crítica.

DESENVOLVIMENTO

Desenvolvimento: o caminho metodológico do estudo

Com relação à Psicologia Histórico-Cultural pode-se considerar como conceitos importantes para a pesquisa o desenvolvimento dos *conceitos espontâneos e científicos*, encontrados na obra de L.S. Vigotski que, em certa medida, expressa a contribuição do autor para estudar o processo de aquisição da linguagem escrita. A aquisição da linguagem escrita exige, portanto, ações que caminhem na direção de proporcionar à criança que está sob esse processo, uma relação vertical, ou seja, a aquisição da linguagem não é repertório que ela domine pela experiência imediata, precisa ser ensinado para se tornar um recurso do psiquismo. Sua estrutura precisa passar do domínio externo para o domínio deliberado e interno do indivíduo (VIGOTSKI, 2014). Concomitante aos estudos e aprofundamentos sobre os conceitos fundamentais da Psicologia soviética para a aquisição da linguagem escrita, encontra-se na Pedagogia Histórico-Crítica uma proposta contra-hegemônica de Educação. Ao reconhecer a importância dos modos organizados intencionalmente e rigorosamente fundamentados para alfabetizar, resulta em uma escola que assuma o seu papel intransferível de ser responsável pela transmissão do conhecimento socialmente existente (DUARTE, 1996).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Resultados e discussão: perspectivas que fazem avançar a discussão sobre alfabetização.

Como primeiros resultados pode-se formular que para a aquisição da linguagem escrita é preciso ir além da sua experiência imediata com o mundo letrado. É preciso que se tenham métodos eficientes para conduzir as crianças para a apreensão desse sistema de códigos; que se possa oferecer à criança um instrumento para estabelecer uma relação abstrata e superior com a sua função psicológica de escrita da língua materna. Nesse sentido, ao atribuir à alfabetização o domínio de uma função psicológica superior altamente complexa fica dispensável falar em letramento ou, ao menos, não se deveria atribuir a esses termos uma correlação necessária. Indivíduos alfabetizados podem ser leitores e produtores de diferentes gêneros textuais. Pela perspectiva assumida nesta investigação, a linguagem escrita, como função psicológica superior é produto histórico, originária da relação com o trabalho, conforme Luria (1979) e só faz sentido como prática social. Qualquer atribuição à aquisição da linguagem que não signifique uma unidade de sentido nas práticas sociais pode ser compreendida como alienação. Assim como, para Marx, trabalho alienado é “não trabalho”, alfabetização alienada e “não alfabetização”. (MARTINS, L.M.; MARSIGLIA, A. C., 2015, p.74). Deste modo, parte-se do pressuposto que a aquisição da linguagem escrita não se dá espontaneamente e essa só poderá ter melhor êxito quando compreendida como um processo de elevação e abstração, que vai além da simples transposição da linguagem oral; como um pro-



duto social, da qual as gerações mais capazes tem a responsabilidade de transmitir as gerações futuras às vistas de garantir sua evolução. Tal como Leontiev afirma que para um indivíduo humano se tornar um indivíduo da sua espécie, não basta nascer; para ser um representante da espécie humana é necessário adquirir o que foi alcançado no decurso histórico da sociedade humana, é preciso *se tornar* um homem (LEONTIEV, 1978 – grifo nosso). É preciso que nossa sociedade assuma a responsabilidade de providenciar todas as condições necessárias para a aquisição da linguagem escrita, por parte das gerações que estão em formação, para que essa possa prosseguir com o processo de evolução da sociedade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a presente pesquisa espera-se contribuir para uma contínua e permanente discussão sobre alfabetização, que almeje uma proposição, cada vez mais eficiente, no que se refere às contribuições. E, ainda, que se possa colaborar e intensificar a caminhada de muitos pesquisadores que vêm militando na luta pela educação pública e de qualidade para os filhos da classe trabalhadora. Espera-se, também, discutir sobre as determinações que compõe o objeto de estudo, no caso, a linguagem escrita, de um modo crítico e multideterminado pela realidade concreta da sociedade capitalista, desenvolvendo um corpo teórico-metodológico consistente que possa atuar de modo contra-hegemônico frente às políticas públicas conservadoras. Como perspectiva futura é possível aprofundar a análise no que diz respeito à formação inicial do professor, na medida da sua instrução, quanto à metodização do ensino da linguagem escrita, visto que as políticas públicas trazem de modo hegemônico, perspectivas que visam à sua desmetodização. Pois, o professor que alfabetiza deverá conhecer as particularidades da língua escrita (...), deverá estruturar um ensino escolar organizado em conteúdos e métodos que permitam às crianças assimilarem com êxito os saberes produzidos historicamente. (FRANCIOLI, 2010, p. 157).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUARTE, N. *A escola de Vigotski e a educação escolar: algumas hipóteses para uma leitura pedagógica da psicologia histórico-cultural*. Psicologia USP, São Paulo, v.7, n.1/2, p. 15-50, 1996. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34531>. Acesso em 19 de setembro de 2014.

FRANCIOLI, F.A. S. O trabalho do professor e a alfabetização. In: MARTINS, L.M., and Duarte, N., (orgs). *Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias*(online). São Paulo: Editora UNESP, 2010. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/ysnm8/pdf/martins-9788579831034-09.pdf>. Acesso em 10 de julho de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais_tab_pdf.shtm. Acesso em 18 de junho de 2015.

LEONTIEV, A. O homem e a cultura. In. LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do Psiquismo*. Lisboa: Livros Horizontes, 1978, p. 261-284.



LURIA, A.R. A atividade consciente do homem e suas raízes histórico-social. In: LURIA, A.R. *Curso de Psicologia Geral*, vol. 1 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 71-84.

MARTINS, L. M. *O desenvolvimento do Psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica*. Campinas: Autores Associados, 2013.

MARTINS, L. M.; MARSGLIA, A.C.G. *As perspectivas construtivistas e histórico-crítica sobre o desenvolvimento da escrita*. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

MORTATTI, M.R.L. A “querela dos métodos” de alfabetização no Brasil: contribuições para metodizar o debate. *Acolhendo a Alfabetização nos países de Língua Portuguesa*, São Paulo, v. 3, p.91-114, 2009.

_____, M.R.L. Um balanço crítico da “década da alfabetização” no Brasil. *Cadernos. CEDES*, Campinas. v. 33, n. 89, p. 15-34, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v33n89/a02v33n89.pdf>. Acesso em 19 de setembro de 2014.

_____. *Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados*. *Revista Brasileira de educação*, Rio de Janeiro, v. 15, n.44, p. 329-341, 2010.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*, 11ª edição revisada, 2011. Campinas: Autores Associados.

VIGOTSKII, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A.N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Ícone, 2014.

VIGOTSKI, L. S. *A Construção do Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

_____. *Psicologia Pedagógica*. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1ª edição, 2001.

_____. *Obras escogidas III*. Madri, Centro de Publicaciones Del M.E.C. y Visor Distribuciones, 1995.



DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS – APPLICABILIDADE E IMPLEMENTAÇÃO PELO JUDICIÁRIO, LIMITES E POSSIBILIDADES

Autor(es)

BRUNO BERTOLOTTI

Orientador(es)

JOSÉ ANTÔNIO REMÉDIO

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 inovou e colocou os direitos sociais dentre os direitos fundamentais. Ocorre que após 27 anos da promulgação da Constituição, aqueles que têm o dever de implementar os direitos sociais e suprir as necessidades básicas do cidadão quedam-se inerte e, neste cenário, surge o Judiciário que passa a protagonizar na implementação de políticas públicas que vão de encontro com os interesses sociais.

A atuação do Judiciário não agrada a todos, isso fica evidente com a fala do presidente do Senado e do Congresso Nacional, à época Garibaldi Alves Filho, que expressou o desconforto institucional do Poder Legislativo brasileiro diante de práticas adotadas pelos outros Poderes que lhe ameaçam a primazia do desempenho de uma de suas funções primordiais, a de legislar. José dos Santos Carvalho Filho afirma que nos dias atuais o Judiciário não julga tão somente as típicas querelas entre particulares ou entre estes e o Estado, sobretudo o Supremo Tribunal Federal, que passou a intervir diretamente nas questões políticas.

Claro, essa discussão não pode passar ao largo da separação de poderes, já que temos um poder (Judiciário) desempenhando o papel de outro (Executivo e Legislativo), e tais ações põem em xeque a tradicional teoria, ou seja, a clássica separação de poderes não comporta as ações tomadas pelo judiciário nos dias atuais onde existem mudanças drásticas nos papéis dos Poderes;

RAMOS, Elival da Silva. *Ativismo judicial: Parâmetros dogmáticos*. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 21.
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2014-jun-14/razoes-ordem-juridica-social-propiciam-ativismo-judicial-pais#author>. Acesso em 14 jul. 2015.
ACKERMAN, Bruce. *A nova separação de poderes*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris. 2009. p. 237.

OBJETIVOS

Pretende-se com o presente trabalho demonstrar a fundamentalidade dos direitos sociais e que embora a Constituição Federal tenha elencado um rol de direitos a serem implementados, os tutelados ainda não têm suas necessidades básicas satisfeitas, e essa situação transforma a Constituição em um documento ideológico. Invariavelmente o poder público evoca para se esquivar dos seus deveres a escassez de recursos, tese consubstanciada na teoria da reserva do possível. Neste contexto busca-se estudar as possibilidades e limites da atuação do judiciário como Poder implementador das ações sociais consagradas pela Constituição, sabendo que isso seria uma blasfêmia à clássica separação dos poderes.



DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento do presente trabalho se dará pela revisão da literatura já produzida. A intenção é demonstrar a evolução dos direitos fundamentais sociais e que chegou-se a um ponto que não se admite retrocesso, e tentar dar uma resposta sobre qual seria a melhor maneira de tutelá-los. Embora Bobbio afirme que “o problema fundamental em relação aos direitos do homem hoje, não é tanto de justificá-los, mas o de protegê-los”<!--[if !supportFootnotes]-->[1]<!--[endif]-->, também é essencial um referencial teórico que fundamente as lutas sociais arraigadas em todo o país.<!--[if !supportFootnotes]--><!--[endif]--><!--[if !supportFootnotes]-->[1]<!--[endif]--> BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campos, 1992, p.24.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A maioria dos autores sustentam que os direitos fundamentais têm uma longa história. Existem defensores de várias teses a respeito do seu surgimento, alguns afirmam seu surgimento na Babilônia, outros que seus fundamentos encontram-se na Grécia antiga, enquanto alguns defendem que sua raiz esteja na teologia cristã, mas tais opiniões carecem de fundamento histórico.

Certo é que nos séculos XVII e XVIII as teorias contratualistas vieram enfatizar a submissão da autoridade política à primazia que se atribui ao indivíduo sobre o Estado, existindo certo número de direitos preexistentes ao próprio Estado, os quais resultam da própria natureza humana. O Estado então deve servir ao cidadão, é instituição concatenada para lhes garantir os direitos básicos.

A transição para o Estado de Direito acabou por positivizar os direitos fundamentais, ou então podemos dizer que agora está obrigado a normas objetivas, “o Estado de direito significa que o poder político está preso e subordinado a um direito objetivo”.

Ao olharmos para os direitos sociais fundamentais podemos afirmar que desde a Constituição de 1934 costumava-se alocar os direitos sociais no capítulo da ordem econômica e social, o que na visão de Sarlet “reduzia sua eficácia e efetividade, ainda mais que consagrados sob a forma de normas programática”. Mas ao analisarmos a Constituição de 1988, percebemos um grande avanço e conquista quando se trata os direitos sociais dentro do título II: “Dos direitos e das garantias fundamentais”. Dessa forma, os direitos sociais que sempre foram relegados a um segundo plano, passaram a obter o status de direitos fundamentais, e por esse motivo gozam da mesma proteção e tratamento que estes. De igual modo, demonstrando e reforçando a importância dos direitos sociais que aparecem no preâmbulo da constituição, quando da afirmação que o Estado Democrático instituído pela Assembleia Nacional constituinte é “destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais (...)”.

Da mesma forma, o artigo 3º da Constituição Federal, em seu inciso I, prescreve que são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, constituir uma sociedade livre, justa e solidária, e isso somente é possível por meio da promoção dos direitos sociais, não existindo outro meio hábil para chegar ao ponto pretendido se não pelo mandamento supracitado.



13º Congresso de Pós-Graduação

Robert Alexy divide os direitos fundamentais em a) direitos a algo, como direitos a uma abstenção ou a uma prestação positiva por parte do Estado; b) liberdades, ligado à permissão para uma atividade; e c) competências, ou poder do indivíduo de modificar sua situação jurídica.

Em última análise, é o princípio da Dignidade da Pessoa Humana que concede fundamentalidade material para os direitos sociais fundamentais. Sendo assim podemos dizer que Estado hoje existe para servir o homem e não o contrário, “já que o homem constitui a finalidade precípua, e não meio da atividade estatal”.

Muito embora afirmado como direitos fundamentais, os direitos sociais ainda são demasiadamente relegados por parte do poder público, e a desculpa para isso na grande maioria das vezes é a falta de recursos, razão por que buscou-se na jurisprudência e doutrina alemã a teoria da reserva do possível, a qual por exigência de síntese não teremos espaço para abordar em seus contornos originais. Fernando Facury Scaff afirma que “todo orçamento possui um limite que deve ser utilizado de acordo com exigências de harmonização econômica Geral”.

Para Ana Paula Barcellos “a expressão reserva do possível procura identificar o fenômeno econômico da limitação dos recursos disponíveis diante das necessidades quase sempre infinitas a serem por elas supridas”.

Para solucionar o dilema, de um lado o cidadão clamando pelos direitos sociais, de outro o Estado alegando falta de recurso, quadro em que o Judiciário passa a desempenhar papel cada vez mais ativo no cenário dos direitos sociais fundamentais. Luiz Roberto Barroso afirma que após a Segunda Guerra Mundial é possível verificar nos países ocidentais um avanço da justiça constitucional sobre o espaço da política majoritária, entendendo por política majoritária aquela que é feita no âmbito do Executivo e Legislativo, a qual tem por combustível o voto popular.

o solucionar um problema cria-se outro, que consiste basicamente na possibilidade de o Judiciário desempenhar esse papel e qual seria o seu limite, já que habitualmente caberia ao Judiciário somente controlar a legalidade dos atos administrativos e não o mérito.

Paulo Bonavides dá ênfase quanto à relevância do papel judiciário, na efetivação dos direitos fundamentais, já que o referido órgão não deve somente interpretar, mas, principalmente, concretizar. Daí porque “o juiz constitucional, tendo por incumbência proteger os direitos fundamentais, faz da concretização tarefa essencial”.

Para Ana Paula Barcellos, a legitimidade dos tribunais é no sentido de determinar as prestações necessárias à satisfação do mínimo existencial, o qual corresponde ao conjunto de situações materiais indispensáveis à existência humana digna. Entende, assim, que o mínimo existencial é composto por quatro elementos, três materiais e um instrumental, quais sejam: educação fundamental, saúde básica, assistência aos desamparados e o acesso à Justiça. Reconhece, ainda, que essas prestações poderão ser exigidas judicialmente de forma direta, caracterizando-se verdadeiros direitos subjetivos.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. Teoria dos direitos fundamentais. 5º ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2014, p. 10.

DIMOULIS; MARTINS, 2014, p. 10.

“Todos os homens nascem igualmente livres e independentes, têm direitos certos, essenciais e naturais dos quais não podem, pôr nenhum contrato, privar nem despojar sua posteridade:



tais são o direito de gozar a vida e a liberdade com os meios de adquirir e possuir propriedades, de procurar obter a felicidade e a segurança”. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/dec1776.htm>. Acesso em 6 jul. 2015.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. 14^a ed. – São Paulo: Saraiva, 2012, p.20.

SARLET, Ingo Wolfgang. Disponível em: http://www.direitopublico.com.br/pdf_seguro/revista-dialogo-juridico-01-2001-ingo-sarlet.pdf. Acesso em 9 jul. 2015.

“Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL”.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 193.

SARLET, I. W. A Eficácia dos direitos fundamentais. 7ª ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007, p. 112-113.

SCAFF, Fernando Fecury. Sentenças aditivas, direitos sociais e reserva do possível. 151. In SARLET, Ingo Wolfgang; TIMM, Luciano Benetti (organizadores). Direitos fundamentais: orçamento e “reserva do possível”. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010. p. 150.

BARCELLOS, Ana Paula de. A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana. 3º ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011, p. 276.

BARROSO, Luiz Roberto. Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade Democrática. Disponível em: http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/12685_Cached.pdf. Acesso em 15 jul. 2015.

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 1998, p. 558

BARCELLOS, Ana Paula de. A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana. 3º ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011, p. 230, 257 e 288

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Federal inovou e ao inovar avançou; no entanto, para que este avanço se materialize algumas mudanças são necessárias, uma delas é a releitura da tradicional teoria da Separação de Poderes, a qual estabelece papéis muito bem definidos para cada órgão estatal.

Por outro lado, existem discussões quanto ao conteúdo dos direitos fundamentais, dentre os quais estão presentes os Direitos Sociais, a tendência é no sentido da sua fundamentalidade deixar de ser rechaçada, já que ao que tudo indica o próprio legislador constituinte lhe conferiu esse status, sendo que a tipologia constitucional é um dos critérios que nos leva a essa conclusão.



Evidencia-se que pós Segunda Guerra Mundial e com o fortalecimento do Estado Democrático de Direito, o Poder Judiciário ganhou relevo no cenário sociopolítico e deixou de fazer somente a subsunção da norma ao fato concreto e passou a ser o garantidor dos Direitos Sociais quando da omissão do Estado.

Embora não sejam os magistrados eleitos para desempenharem mandatos eletivos isso não macula a democracia. Devemos entender que o controle jurisdicional de políticas públicas não impõe vitória a um dos litigantes e derrota a outra, mas sim uma decisão que beneficia a sociedade como um todo diminuindo as diferenças sociais e por reflexo fortalecendo o sistema democrático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACKERMAN, Bruce. A nova separação de poderes. Rio de Janeiro: Lúmen Júris. 2009.
- ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
- BARCELLOS, Ana Paula de. A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana. 3º ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.
- BARROSO, Luiz Roberto. Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade Democrática. Disponível em: http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/12685_Cached.pdf.
- BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campos, 1992.
- BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 1998.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2014-jun-14/razoes-ordem-juridica-social-propiciam-ativismo-judicial-pais#author>.
- Declaração dos Direitos da Virgínia. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/dec1776.htm>. Acesso em 15 ago. 2015.
- DIMOULIS, Dimitri e MARTINS, Leonardo. Teoria dos direitos fundamentais. 5ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2014
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- RAMOS, Elival da Silva. Ativismo judicial: parâmetros dogmáticos. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: Uma teoria geral dos direitos fundamentais. 10 ed. rev. atual e ampliada ; Porto Alegre, Livraria do Advogado
- _____. Reserva do possível, mínimo existencial e direito à saúde: algumas aproximações Disponível em: http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/index.htm?http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao024/ingo_mariana.html
- SCAFF, Fernando Fecury. Sentenças Aditivas, direitos sociais e reserva do possível. In SARLET, Ingo Wolfgang; TIMM, Luciano Benetti (organizadores). Direitos fundamentais: orçamento e “reserva do possível”. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora.
- SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 24ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005.



PREPARAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE FIBRAS DE VISCOSE ATIVADA

Autor(es)

ANA CAROLINA DE OLIVEIRA PLENS

Orientador(es)

APARECIDO DOS REIS COUTINHO

INTRODUÇÃO

Fibras naturais, artificiais e sintéticas são usadas como matéria prima para a produção de fibras de carbono ativada com alta capacidade de adsorção.

A fibra de viscosa tem com principais propriedades a retenção de 150% de umidade em relação ao seu peso seco, com alta tensão e resistência ao calor de 190°C sem apresentar alteração em sua coloração. Além disso, as fibras de viscosa destacam-se por apresentar sensibilidade química que conduzem ácidos e é proporcional ao aumento da concentração e temperatura da solução; resistência à deterioração na presença de agentes oxidantes, na presença de agentes de redução; e mostrar nenhuma degradação quando usado em solventes de limpeza a seco [1,2].

A utilização de fibras de viscosa é abrangente no setor têxtil, sendo aplicadas nos processos industriais, por exemplo, para a produção de filtros para remover corantes, gases (NO_x, SO_x e VOC) e impurezas.

ATIVAÇÃO DE FIBRAS SINTÉTICAS

O processo de ativação tem por objetivo desenvolver e criar novos poros em materiais carbonosos, proporcionando alta capacidade de adsorção, devido ao aumento de microporos. A preparação de materiais carbonosos ativados (MCA) envolve degradação térmica, que ocorre por meio do processo de pirólise, seguido de ativação física utilizando agentes oxidantes como dióxido de carbono, vapor ou ar atmosférico. As fibras de carbono ativadas (FCA) são preparadas por meio do processo de carbonização e ativação em altas temperaturas, que promovem a decomposição física em que os átomos de carbono, fracamente ligados, reagem na presença de um agente oxidante, resultando no aumento da estrutura porosa [3-5]. A pré-carbonização das fibras envolve a oxidação em atmosfera inerte entre as temperaturas de 180 - 300°C. Essa etapa promove a modificação da estrutura inicial da fibra, que proporcionam alta resistência a altas temperaturas durante o processo de carbonização, em que há completa eliminação dos componentes voláteis. Durante a estabilização térmica, a proporção de oxigênio presente no material está entre 8 - 12%. Em casos onde a presença de oxigênio é abaixo de 8% a estabilização resulta na baixa quantidade de carbono e acima de 12%, causa deterioração na qualidade da fibra [3-5]. Após a estabilização, as fibras são submetidas à carbonização em atmosfera inerte entre as temperaturas de 400 - 1100°C, que afeta o teor de carbono excedendo em 90%. No processo de carbonização, baixas temperaturas de aquecimento resultam no aumento de rendimento da quantidade de carbono fixo, altos valores de tensão superficial e volume de microporos. O processo de carbonização das fibras resulta em materiais com



pouca estrutura de poros desenvolvidas devido à predominância de carbonos amorfos. O processo de ativação ocorre entre as temperaturas de 800 – 1100°C na presença de atmosfera oxidante. A primeira etapa consiste na reação dos carbonos amorfos com a atmosfera oxidante, proporcionando a formação e criação de novos poros, os quais resultam no aumento de microporos que atuam como sítios ativos.

Adsorção de SO_x

As FCA são excelentes adsorventes devido a sua alta superfície de contato, flexibilidade e capacidade de adsorção tanto de contaminantes gasosos como líquidos. Suas propriedades físicas específicas proporcionam novas aplicabilidades nos processos de adsorção, catalises e outros campos onde o carvão ativado apresenta limitações nos processos de remoção de poluentes. Nesse sentido, as FCA produzidas e comercializadas, apresentam maiores taxas de adsorção e dessorção quanto comparadas aos carvões granulares ativados (CGA) [6]. Uma das características importantes das fibras sintéticas ativadas é a distribuição uniforme de poros, com predominância microporosa, que em contato direto com os poluentes NO_x e SO_x, promovem maior adsorção dos poluentes em comparação aos CGA [7-13].

OBJETIVOS

Preparação e caracterização de fibras de viscose ativadas para a remoção de SO_x.

DESENVOLVIMENTO

Amostras de FVA foram produzidas em processo estático em uma única etapa de carbonização/ativação. O material foi cortado em formato de tiras com 530 mm de comprimento e 70 mm de largura e inseridas no forno. O sistema experimental foi composto de um forno tubular estático, posicionado verticalmente, e um reator de quartzo com 800 mm de comprimento e 560 mm de diâmetro, ao qual foi acoplado um sistema de controle de fluxo dos gases (N₂ e CO₂). A partir das informações obtidas da literatura, as condições de produção foram alteradas para a obtenção de materiais com maiores valores de rendimento em massa (η), contração (C) e densidade real (dr). Os experimentos foram desenvolvidos em atmosfera inerte com vazão de 300 ml.min⁻¹, fluxo de CO₂ de 100 ml.min⁻¹ e taxa de aquecimento de 1°C.min⁻¹ até a temperatura de 200°C e 2,5°C.min⁻¹ até a temperatura de 600°C, com estágio isotérmico de 2 horas. Os experimentos para a obtenção da isoterma de adsorção/dessorção das FVA foram desenvolvidos por meio da aplicação da técnica BET, em atmosfera inerte de N₂ em 77K. As análises de dr das amostras (tanto original quanto ativada) foram realizadas por meio da picnometria de gás hélio.

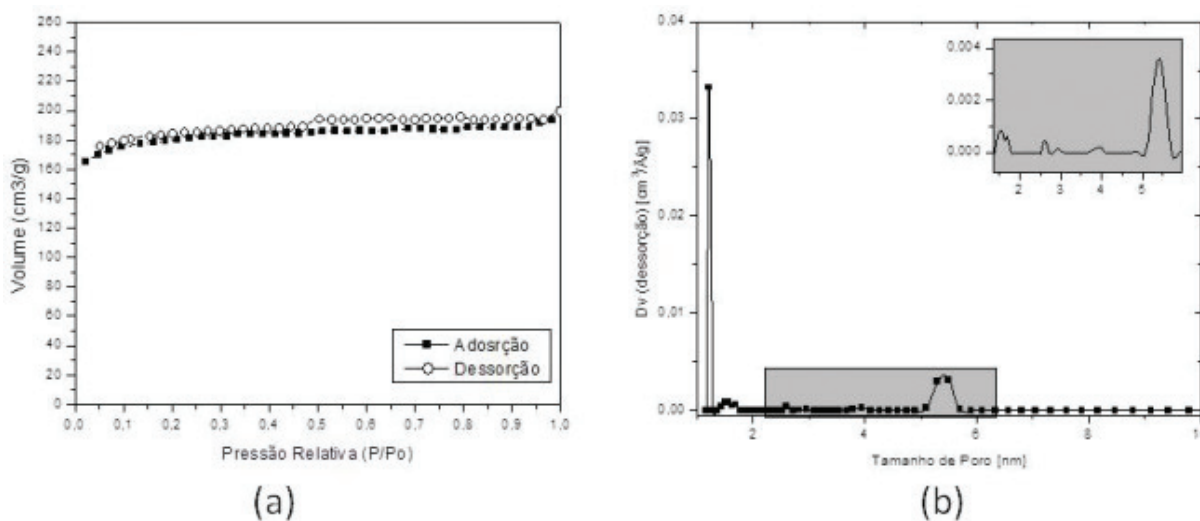
Adsorção de SO_x

Os ensaios de adsorção foram desenvolvidos com a utilização de SO_x comercial, dissolvidos em 2000 ppm de N₂, para obter concentração de 190 ppm. As análises foram feitas em equipamento de análise de gases.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

As amostras de FVA apresentaram valores médios de rendimento em massa de 19,2%, contração de 33% e densidade real de $1,47\text{g}\cdot\text{cm}^{-3}$. Referente ao desenvolvimento de poros, as amostras apresentaram valor médio de área superficial específica de $520\text{ m}^2\cdot\text{g}^{-1}$ (A_{BET}) e volume total de poros de $0,280\text{ cm}^3\cdot\text{g}^{-1}$ (V_{T}). Isoterma de adsorção/dessorção. As amostras apresentaram valores similares de desenvolvimento de poros (A_{BET} de $520\text{ m}^2\cdot\text{g}^{-1}$ e V_{T} de $0,280\text{ cm}^3\cdot\text{g}^{-1}$), sendo assim apenas uma isoterma foi escolhida para discussão dos resultados, apresentada na Figura 1.



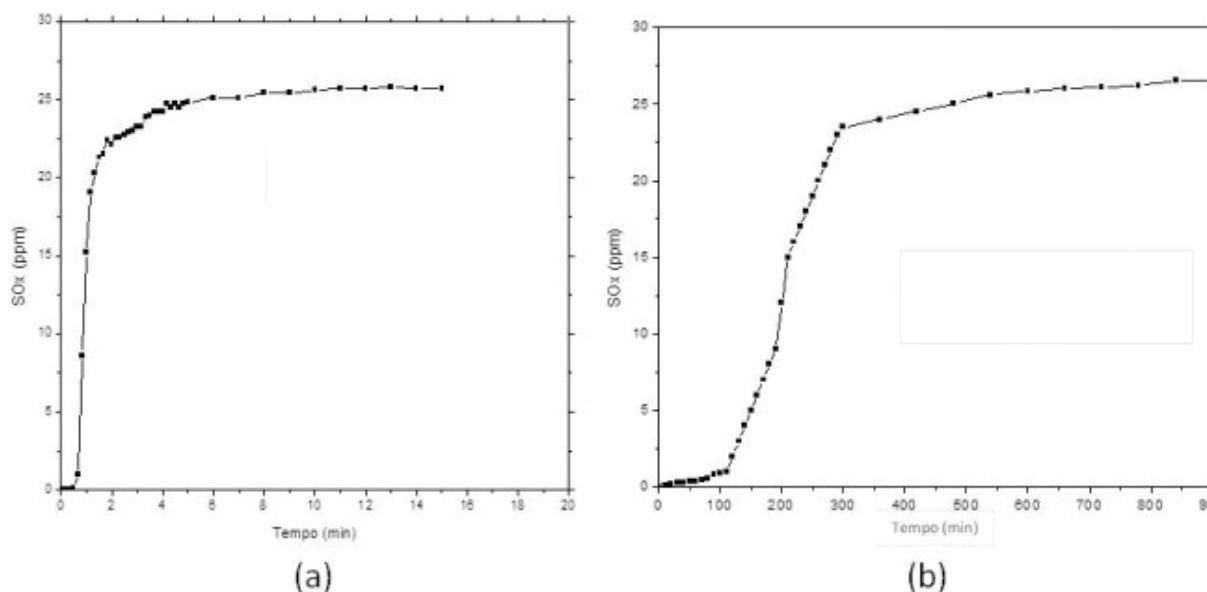
A Figura 1. (a) apresenta comportamento de isoterma de tipo I devido à adsorção iniciar em pressões relativas baixas menores que 0,2 P/P₀. O nível correspondente ao preenchimento completo dos microporos é proporcional ao volume de microporos. Observa-se também presença de um fenômeno de histerese, associada com diferentes pressões na condensação do vapor de saturação e a evaporação do líquido no interior dos poros devido à geometria dos poros da amostra.

Utilizando o método DFT/Monte Carlo, que não considera a geometria do poro e pode ser aplicada para micro e mesoporos, é possível observar a distribuição de poros da FVA na Figura 1. (b). Observa-se pico predominante na região de poro de 1 nm (correspondente a região de microporos) e a incidência de poros de 5,4 nm de diâmetro que corresponde aos mesoporos existentes na estrutura do material. Dessa forma, constata-se que o material produzido apresenta estrutura microporosa com fração de 90%, característica importante para adsorção dos contaminantes ambientais.



ADSORÇÃO DE SO_x

A Figura 2 apresenta a evolução de adsorção de SO_x para as amostras de fibras original e ativada, caracterizada na isoterma de adsorção/dessorção.



A fibra de viscosa original apresenta estágio único de adsorção abrupta em 1, aproximadamente, 1 min com aumento significativo da adsorção de SO_x, atingindo saturação completa em 6 min. Este comportamento é justificado devido à ausência de sítios ativos devido a inexistência de poros que favorecem a adsorção do poluente. A FVA apresentou frente de adsorção de 100 min, com crescimento gradativo da adsorção de SO_x, atingindo seu limite em 300 min, o qual caracteriza a saturação completa do seu leito. As demais amostras preparadas apresentaram comportamento semelhante, com frente de adsorção entre 100 – 200 min e saturação completa entre 300 – 400 min, o qual é justificado devido ao desenvolvimento da estrutura microporosa no material, os quais favorecem a adsorção do SO_x.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados para as FVA preparadas indicaram o desenvolvimento de estrutura microporosa do material, com área superficial específica de 520 m².g⁻¹ e volume total de poros de ordem de 0,280 cm³.g⁻¹. Os ensaios de adsorção de SO_x apontam para um material propício para aplicar nos processos de remoção do poluente, uma vez que apresentaram frentes de adsorção de 100 min e saturação completa superior à 4 horas.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] YOUNG, R.A. **Fibers**, In: Kirk-Othmer Encyclopedia of Chemical Technology, 2001, electronic version.
- [2] LEWIN, M.; PEARCE, E.L. **Handbook of Fiber Chemistry**. 1998, Macel Dekker, NY.
- [3] PASTOR, A.C.; RODRÍGUEZ-REINOSO, F.; MARSH, H.; MARTINEZ, M.A. **Preparation of activated carbon cloths from viscous rayon**. *Carbon*, 1999, 37, 1275–1283.
- [4] SMISEK, M.; CERNY, S. **Active Carbon**, 1970, Amsterdam, Elsevier.
- [5] GONZALES, M.T.; SEPULVEDA-ESCRIBANO, A.; RODRIGUEZ-REINOSO, F. **Correlation between surface-areas and micropore volume adsorption and immersion calorimetry**. *Langmuir*, 1995, 11, 2151–2155.
- [6] MOCHIDA, I.; KORAI, Y.; YASUTAKE, A. **Removal of SO_x and NO_x over activated carbon fibres**. *Carbon*, 2000, 38, 227–239.
- [7] GUO, J., LUA, A.C. **Adsorption of hydrogen sulphide (H₂S) by activated carbons derived from oil-palm shell**. *Carbon*, 2007, 45, 330–336.
- [8] DAVINI, P. **Adsorption and desorption of SO₂ on active carbon: the effect of surface basic groups**. *Carbon*, 1990, 28, 565–571.
- [9] YASUTAKE, A. **Removal of SO_x and NO_x over activated carbon fibres**. *Carbon*, 2000, 38, 227–239.
- [10] SHIRAHAMA, N.; MOON, S.H.; CHOI, H. **Mechanistic study on adsorption and reduction of NO₂ over activated carbon fibers**. *Carbon*, 2002, 40, 2605–2611.
- [11] MOCHIDA, Y.; KURODA, K.; KAVANO, S. **Catalytic activity of PAN ACF heat treated at 800 °C**. *Carbon*, 1997, 76, 533–536.
- [12] HUMERES, E., MOREIRA, R.F.P.M., PERUCH, M.G.B. **Reduction of SO₂ on different carbons**. *Carbon*, 2002, 40, 751–760.
- [13] PLENS, A.C.O.; MONARO, D.L.G.; COUTINHO, A.R. **Adsorption of SO_x and NO_x in activated viscose fibers**. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, 2015, 87, 1149 – 1160.



EFEITO IMEDIATO DA MANIPULAÇÃO TORÁCICA ALTA SOBRE A INTEGRAL DO SINAL ELETROMIOGRÁFICO DOS MÚSCULOS MASTIGATÓRIOS EM MULHERES COM DISFUNÇÃO TEMPOROMANDIBULAR: ESTUDO PILOTO

Autor(es)

ELISA BIZETTI PELAI

PAULO FERNANDES PIRES

Orientador(es)

DELAINE RODRIGUES BIGATON

INTRODUÇÃO

A disfunção temporomandibular (DTM) caracteriza-se por um conjunto de alterações clínicas que envolvem os músculos mastigatórios, a articulação temporomandibular (ATM) e estruturas associadas (TVRDY, 2007). É considerada como a causa mais comum de dor orofacial, sendo seus principais sinais e sintomas a dor, limitação da amplitude de movimento (ADM) mandibular, ruídos articulares (DYM E ISRAEL, 2012), dor cervical (SIPILÄ et al., 2011) e dor de cabeça (OHRBACH et al., 2011). Sua prevalência é maior em indivíduos do gênero feminino (BAGIS et al., 2012). A coluna torácica estabelece relação anatômica, biomecânica e neurológica com a coluna cervical, da mesma forma que a coluna cervical possui ligação muscular, neurológica e postural com a ATM (LAU, CHIU E LAM, 2011). A manipulação torácica tem como objetivo restabelecer a mecânica normal do segmento manipulado e romper o arco reflexo nociceptivo instalado no segmento com restrição de movimento (ARMIJO OLIVO E MAGEE, 2006). Fato este, que justifica o presente estudo que busca observar, após a aplicação da manipulação torácica alta, a atividade eletromiográfica dos músculos mastigatórios em mulheres com disfunção temporomandibular.

A hipótese do estudo é que uma aplicação de manipulação na coluna torácica alta seja capaz de reduzir a atividade mioelétrica dos músculos mastigatórios em repouso e aumentar suas atividades mioelétricas na contração voluntária de máximo apertamento dental em mulheres com DTM.

OBJETIVOS

Avaliar o efeito imediato da manipulação na coluna torácica alta sobre a atividade dos músculos mastigatórios, avaliada por meio da integral do sinal eletromiográfico em repouso e na contração voluntária de máximo apertamento dental.

DESENVOLVIMENTO

Foram avaliadas cinco mulheres com disfunção temporomandibular (DTM), com idade média de $21,4 \pm 3,4$ anos recrutadas por meio de convite verbal e propaganda intranet na UNIMEP, campus Taquaral.



13º Congresso de Pós-Graduação

Como critério de inclusão, as voluntárias deveriam apresentar disfunção temporomandibular segundo o Eixo I do Critério de Diagnóstico para pesquisa da disfunção temporomandibular (DWORKIN E LERESCHE 1992).

Foram excluídas da amostra as voluntárias com doença sistêmica, histórico de trauma na face e ATM, luxação articular, uso de aparelho ortodôntico e uso de medicação analgésica e/ou antiinflamatória e aquelas que tinham experiência prévia com manipulação nos últimos dois meses (LAU, CHIU E LAM, 2011).

A atividade eletromiográfica foi obtida por meio de um eletromiógrafo (BIO-EMG 1000-Lynx Tecnologia Eletrônica Ltda) com conversor analógico-digital, com software de Aquisição de dados (AqDados 7.2). Foram utilizados cinco eletrodos de superfície ativos diferenciais simples (Lynx Eletrônica Ltda) com duas barras de prata pura retangulares (10 x 1 mm) e paralelas, com distância inter-eletrodos fixa de 10 mm, ganho de 20 vezes ($\pm 1\%$), modo de rejeição comum (CMRR) maior que 100 dB com taxa de ruído do sinal menor que 3 μ V RMS. A frequência de amostragem utilizada para coleta foi de 2000 Hz, o filtro utilizado foi do tipo Butterworth, 4ª ordem de 2 polos, com passa-alta de 10 Hz e passa-baixa de 500 Hz, determinados diretamente no equipamento eletromiográfico previamente as coletas.

Durante o registro eletromiográfico, as voluntárias permaneceram sentadas em uma cadeira, com o dorso completamente apoiado, olhos abertos, pés paralelos apoiados no solo sobre um tapete de borracha e braços apoiados sobre a região anterior das coxas. Os eletrodos foram posicionados no ventre dos músculos supra-hióideos, masseter e na porção anterior do músculo temporal bilateralmente, permanecendo paralelos em direção às fibras musculares (CRAM, KASMAN E HOLTZ, 1998). Quando necessários, a pele foi previamente tricotomizada, e limpa com álcool 70%, a fim de reduzir sua impedância e eliminar eventuais interferências produzidas por pelos ou secreções. O eletrodo de referência foi fixado sobre o manúbrio esternal com gel interposto. Para fixação dos eletrodos foram utilizadas tiras de esparadrapos, que foram colocadas sobre os eletrodos e fixados à pele das voluntárias, permitindo uma maior fixação durante a coleta, diminuindo assim o risco de movimentação dos mesmos. A coleta do sinal eletromiográfico deu-se por 5 segundos na condição de repouso dos músculos avaliados e após, por 5 segundos de duração, na situação de contração voluntária de máximo apertamento dental, na qual a voluntária apertava o material Parafilme®, localizado entre os dentes pré-molares, primeiro e segundo molar inferior e superior bilateralmente. Todo o procedimento de coleta (em repouso e na contração voluntária de máximo apertamento dental) foi repetido por 3 vezes para avaliação dos músculos mastigatórios nas respectivas condições. Todo o processamento do sinal eletromiográfico para na análise da atividade dos músculos mastigatórios foi realizado de forma off-line no software Matlab® 8.3 (R2014a), no domínio da amplitude, por meio do RMS EMG utilizando janelamento móvel (root mean square – RMS, janela de 150 ms sobreposta ponto a ponto) e, após, o RMS foi integrado (IEMG). Cabe ressaltar que o 1º e último (5º) segundos dos sinais foram descartados, sendo utilizados os 3 segundos restantes para o processamento da IEMG e comparações futuras.

As voluntárias receberam a aplicação de uma manipulação no segmento torácico alto (T1 a T4). Para realização da manipulação foi solicitado que a voluntária deitasse em posição supina e entrelaçasse as mãos sobre a coluna cervical baixa, em seguida o terapeuta posicionou sua mão estabilizadora em pistol grip na região entre T1 a T4, e empurrou os braços da voluntária



para baixo a fim de gerar uma flexão na coluna torácica alta. Uma vez tomada a posição pré-manipulativa, a voluntária foi instruída a respirar profundamente, e no final da expiração a técnica foi aplicada gerando uma força contra os braços da voluntária que estavam em contato com o esterno do terapeuta, resultando em um impulso de alta velocidade e baixa amplitude.

O intuito da manipulação foi gerar cavitação audível no segmento torácico alto (T1-T4) e foi aplicada por no máximo 2 tentativas em cada voluntária. Caso ocorresse cavitação audível após a 1ª tentativa de manipulação, esta era dada por encerrada. Caso não ocorresse a cavitação após a 1ª tentativa, a voluntária era reposicionada e a manipulação repetida no mesmo nível segmentar. Se não houvesse cavitação após a 2ª e última tentativa, o segmento era considerado como manipulado (SSAVEDRA-HERNÁNDEZ et al., 2011).

A intervenção foi realizada por um terapeuta especializado em Osteopatia e com experiência de 7 anos;

A análise dos dados foi realizada por meio do teste de normalidade Shapiro-Wilk, sendo utilizado o teste t de student para as comparações da média do valor IEMG obtido das 3 repetições realizadas em cada condição (repouso e contração voluntária) e em cada músculo mastigatório, entre os períodos pré-manipulação e pós-imediato. Os dados foram apresentados em média, desvio-padrão e diferença média entre os períodos e intervalo de confiança a 95% da diferença média. O processamento dos dados foi realizado através do software SPSS 20.0 (Chicago, IL), adotando-se um nível de significância de $p \leq 0,05$. Os procedimentos do estudo foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIMEP, sob protocolo nº 62/11.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atividade eletromiográfica dos músculos mastigatórios em repouso das voluntárias com disfunção temporomandibular está descrita na Tabela 1. Não foi verificada diferença significativa na comparação entre o momento pré-manipulação e pós-imediato ($p > 0,05$). A atividade eletromiográfica dos músculos mastigatórios na contração voluntária máxima de apertamento dental está descrita na Tabela 2. Foi observada diferenças significativas apenas no músculo masseter esquerdo após aplicação da manipulação torácica alta (aumento do valor IEMG). A literatura sobre os efeitos de técnicas de manipulação espinal na atividade muscular é escassa. Lehman (2012) demonstra que essa técnica promove mudanças a curto prazo na amplitude do sinal eletromiográfico, sendo que músculos próximos ao segmento manipulado geralmente apresentam 50 redução na atividade eletromiográfica enquanto que os músculos distantes à região manipulada apresentam aumento na sua atividade. Além disso, alterações na atividade muscular são mais facilmente observadas durante tarefas simples ou estáticas.



13º Congresso de Pós-Graduação

Tabela 1 – Comparação dos valores de IEMG dos músculos temporais (TEMP), masseteres (MASS) e supra-hióideos no repouso, no período pré-manipulação e pós-imediato.

	PRÉ MANIPULAÇÃO (média ± desvio-padrão)	PÓS MANIPULAÇÃO (média ± desvio-padrão)	Diferença média (IC - 95%)	p valor
TEMP E (µV.s)	23,78 ± 8,02	30,64 ± 12,54	6,85 (-6,42 20,14)	0,22
TEMP D (µV.s)	23,38 ± 10,19	23,74 ± 15,52	0,36 (-7,97 8,70)	0,91
MASS E (µV.s)	8,09 ± 1,15	9,78 ± 3,56	1,69 (-3,29 6,68)	0,39
MASS D (µV.s)	8,79 ± 3,96	8,19 ± 3,61	-0,60 (-4,53 3,32)	0,69
SH (µV.s)	11,66 ± 4,01	15,05 ± 9,26	3,39 (-3,94 10,73)	0,26

* diferença significativa; teste t de student.

Tabela 2 – Comparação dos valores de IEMG dos músculos temporais (TEMP), masseteres (MASS) e supra-hióideos na contração voluntária de máximo apertamento dental, no período pré-manipulação e pós-imediato.

	PRÉ MANIPULAÇÃO (média ± desvio-padrão)	PÓS MANIPULAÇÃO (média ± desvio-padrão)	Diferença média (IC - 95%)	p valor
TEMP E (µV.s)	277,98 ± 103,07	347,56 ± 148,50	69,58 (-10,92 150,08)	0,07
TEMP D (µV.s)	299,56 ± 175,19	289,95 ± 129,61	-9,60 (-115,06 95,85)	0,81
MASS E (µV.s)	191,70 ± 92,24	271,73 ± 65,61	80,02 (6,33 153,72)	0,03*
MASS D (µV.s)	180,04 ± 87,23	241,57 ± 109,61	61,53 (-10,92 150,08)	0,07
SH (µV.s)	26,79 ± 5,79	30,16 ± 9,24	3,37(-10,92 150,08)	0,28

* diferença significativa; teste t de student.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese do presente estudo foi parcialmente confirmada, já que de acordo com a metodologia utilizada e com os resultados, constatou-se que uma aplicação de manipulação na coluna torácica alta foi capaz de aumentar significativamente apenas a IEMG do músculo masseter



esquerdo na contração voluntária máxima de apertamento dental. Durante o repouso, após a aplicação da manipulação torácica alta, não foi observada alteração significativa para nenhum dos músculos mastigatórios avaliados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARMIJO-OLIVO, S. et al. Patients with temporomandibular disorders have increased fatigability of the cervical extensor muscles. *Clin J pain*, v. 28, n. 1, p. 55-64, 2012.
- ARMIJO-OLIVO, S; MAGEE, DJ; PARFITT, M. The association between the cervical spine, the stomatognathic, system and craniofacial pain: a critical review. *J Orofac Pain*, 20(4) p.271-87, 2006
- BAGIS, B. et al. Gender difference in prevalence of signs and symptoms of temporomandibular joint disorders: a retrospective study on 243 consecutive patients. *Int J Med Sci*, v. 9, n. 7, p. 539, 2012.
- CRAM, J.R.; KASSMAN, G.S.; HOLTZ, J. *Introduction to surface electromyography*. Gaithersburg, Maryland: Aspen Publication, 1998.
- DWORKIN, S.; LERESCHE, L. Research diagnostic criteria for temporomandibular disorders: review, criteria, examinations, and specifications, critique. *J Cranio Mandib Dis Fac Oral Pain*. v. 6, p. 301-355, 1992.
- DYM, H.; ISRAEL, H.. Diagnosis and treatment of temporomandibular disorders. *Dent Clin North Am*, v. 56, n. 1, p. 149-161, 2012.
- LAU H.M.C.; CHIU T.T.W.; LAM T. The effectiveness of thoracic manipulation on patients with chronic mechanical neck pain: a randomized controlled trial. *Man Ther.*, v. 16, p. 141-47, 2011.
- LEHMAN, G. Kinesiological research: the use of surface electromyography for assessing the effects of spinal manipulation. *J Electromyogr Kinesiol*, v. 22, n. 5, p. 692-696, 2012.
- OHRBACH, R. et al. Clinical findings and pain symptoms as potential risk factors for chronic TMD: descriptive data and empirically identified domains from the OPPERA case-control study. *J Pain*, v. 12, n. 11, p. T27-T45, 2011.
- SIPIÄ, K. et al. Association of clinical findings of temporomandibular disorders (TMD) with self-reported musculoskeletal pains. *Eur J Pain*, v. 15, n. 10, p. 1061-1067, 2011.
- SSAVEDRA-HERNÁNDEZ M.; CASTRO-SÁNCHEZ A.M.; FERNÁNDEZ-DE-LAS-PEÑAS C.; CLELAND J.A.; ORTEGA-SANTIAGO R.; ARROYO-MORALES M. Predictors for identifying patients with mechanical neck pain who are likely to achieve short-term success with manipulative interventions directed at the cervical and thoracic spine. *J Manipulative Physiol.*, v. 34, p. 144-52, 2011.
- TVRDY, P. et al. Methods of imaging in the diagnosis of temporomandibular joint disorders. *Bio-med Pap Med Fac Univ Palacky Olomouc Czech Repub*, v. 151, n. 1, p. 133, 2007.



**DETERMINAÇÃO DO POSICIONAMENTO TRIDIMENSIONAL
DA CÚPULA ACETABULAR EM PACIENTES DE ARTROPLASTIA
TOTAL DO QUADRIL**

Autor(es)

**RAUL MARCEL CASAGRANDE
VALTER R. MORAES
THIAGO CAMPOSTRINI
RAFAELLA V. B. CASAGRANDE
LEANDRO B. CAMARGO
KELMERSON F.R. OLIVEIRA
HELEISE F. R. OLIVEIRA
GUSTAVO C. MARTINS
FERNANDA T. COSTA
FÁBIO S. F. VIEIRA
EDUARDO G. MACHADO
CLAUDIO NOVELLI
ANDERSON E. DA SILVA**

Orientador(es)

GUANIS B. VILELA JUNIOR

INTRODUÇÃO

A artroplastia total do quadril (ATQ) permanece como um dos mais bem-sucedidos procedimentos ortopédicos. Apesar disto, a área da cirurgia do quadril continua enfrentando desafios constantes. Atualmente está ocorrendo um aumento no número de ATQ advindo da melhoria da expectativa de vida do ser humano e pela modernização dos materiais ortopédicos, fazendo com que cirurgias substitutivas do quadril sejam indicadas em pacientes cada vez mais jovens. Apesar da grande evolução das técnicas e dos materiais ortopédicos, ainda existem inúmeras controvérsias a respeito da confiabilidade e do desempenho dos implantes. Os resultados das ATQ mostraram-se excelentes em pacientes mais idosos, porém apresentam piores resultados em pacientes mais jovens. (HARKESS et al., 2008; HUO et al, 2010; QUIMTANA et al., 2000) A ATQ é uma intervenção que provoca dramática melhora no estado funcional e também, na qualidade de vida do indivíduo, especialmente em casos de artrite degenerativa severa. Qualidade de vida (QV), relacionada à saúde foi definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como um modelo multidimensional que inclui; bem-estar físico, material, social, ambiental e emocional, estando altamente correlacionada com a autonomia dos sujeitos e a capacidade de realizarem as atividades da vida diária. (WHOQOL, 1998) Obter resultados mais confiáveis nesse tipo de procedimento cirúrgico é uma tarefa considerada difícil e os desfechos das ATQ eram avaliados unicamente pela análise das taxas de morbidade, mortalidade, desgaste dos implantes e de complicações operatórias. A abordagem moderna dos resultados das cirurgias ortopédicas de substituição articular não é mais baseada



apenas em sucesso ou falha do implante e o foco está direcionado para a satisfação do paciente e o nível de QV atingido. (AHMAD et al., 2011). Portanto, fica claro que para um procedimento que visa, em última instância, melhorar a QV do indivíduo, medir estes índices tornou-se necessário para uma melhor compreensão dos efeitos desta intervenção. (XU et al., 2011) No início, o planejamento pré-operatório das ATQ não era bem entendido e utilizado, pois os desenhos e os tamanhos das próteses eram muito limitados. (CHARNLEY et al., 1979; PANIEGO et al., 2004)

Atualmente, a variedade de desenhos e o número de tamanhos dos componentes têm aumentado consideravelmente e transformaram a ATQ em um procedimento mais complexo. O planejamento pré-operatório permite a escolha adequada do tamanho dos componentes, a equalização dos membros e a redução do tempo de cirurgia. (PANIEGO et al., 2004) Não obstante, foi demonstrada a importância do estudo com radiografia (RAD) pré-operatória, para a escolha do tamanho correto dos componentes da prótese, além de enfatizar a importância da restauração da anatomia normal do quadril, com posicionamento dos componentes em ângulos próximos aos fisiológicos. Esse último está diretamente relacionado com a estabilidade da artroplastia. (CHARNLEY et al., 1979; BONO et al., 2004; EGGLI et al., 1998) A posição dos componentes na ATQ em relação ao fêmur e à pelve, são importantes no prognóstico da cirurgia. (CHARNLEY et al., 1979) A inclinação e a anteversão do componente acetabular, foram definidas por Murray (MURRAY et al., 1993) em relação a três diferentes perspectivas: radiográfica, cirúrgica e anatômica. Existem na literatura vários trabalhos que demonstram a importância de se conseguir uma inclinação e anteversão apropriada, assim como conseguir suas medições (MURRAY et al., 1993; PARVIZI et al., 2008). Uma variedade de métodos matemáticos, trigonométricos e fluoroscópicos foram descritos para determinar a posição do componente acetabular nas RAD convencionais. (MURRAY et al., 1993). Foi proposto que a imagem radiográfica ideal, seria um componente acetabular com anteversão de 15° (DP 10°) e abdução de 40° (DP 10°) no intuito de prevenir impacto e luxação. (LEWINNEK et al., 1978) Luxação é uma complicação frequente após ATQ com uma frequência relatada de 0,1% a 9 %, sendo que o principal fator de risco relacionado à falha é o posicionamento incorreto do componente acetabular, não respeitando sua posição fisiológica e não restaurando a biomecânica adequada ao quadril. (BOZIC et al., 2009; AMSTUTZ et al., 1991; PARVIZI et al., 2008). Alguns estudos avaliaram a posição da cúpula acetabular no pós-operatório imediato a ATQ (LABRONICI et al., 2012), mensurando qual o ângulo de inclinação (abdução) do acetábulo e qual a anteversão acetabular. A posição do componente acetabular é então medida de acordo com a técnica de Murray. (MURRAY et al., 1993). Esse estudo faz uma avaliação desse ângulo no período de pós-operatório, ficando o cirurgião limitado no caso de um posicionamento incorreto da cúpula acetabular. (LABROCINI et al., 2012) A taça acetabular deverá estar em anteversão, quanto ao grau exato, não havendo consenso na literatura. O mau posicionamento desse componente, especialmente a sua retroversão, poderá tornar-se uma causa significativa de instabilidade. O ângulo de anteversão ou retroversão acetabular nem sempre pode ser mensurado através de RAD simples (MIAN et al., 1992), devido principalmente a falta de estudos e desenvolvimento de instrumentos para solucionar esse problema. A avaliação do ângulo de inclinação e anteversão acetabular durante a programação cirúrgica irá trazer benefícios para o procedimento de ATQ, uma vez que com os ângulos já mensurados o cirurgião poderá realizar um procedimento com mais segurança e eficácia. A restauração da biomecânica funcional para o paciente é o segredo para uma cirurgia de sucesso.



OBJETIVOS

Avaliar os ângulos de posicionamento acetabular em ATQ, mensurando o ângulo de inclinação e anteversão da cúpula acetabular. Correlacionar os resultados com estudos prévios da literatura.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com Lakatos et al. (1996), trata-se de uma pesquisa de laboratório, pois “descreve e analisa o que será ou ocorrerá em situações controladas” como é o caso de uma situação pós-operatória. A amostra intencional foi composta por dez pacientes do ambulatório de Ortopedia do Hospital São Vicente de Paulo (HSVP) na cidade de Jundiaí. Pacientes que fizeram retorno pós-operatório programando para o mês de maio e junho.

As avaliações radiográficas dos pacientes foram realizadas no ambulatório da especialidade de quadril no HSVP. Esses pacientes já estão em estágio pós-operatório tardio, ou seja, já possuem mais de 6 meses de ATQ.

Foram realizadas RAD digitais anteroposteriores (AP) da pelve, para avaliação do quadril afetado e contralateral. Esta RAD em AP de pelve é realizada com paciente em decúbito dorso horizontal e rotação interna dos membros inferiores (cerca de 15°), sendo a radiografia centrada a 2 cm acima da sínfise púbica.

As RAD foram transferidas para o software Corel Draw, onde foram mensurados os ângulos de inclinação, através de uma linha de referência traçada na base dos ísquios.

Outra linha foi traçada passando pela borda superior e inferior da cúpula acetabular. Com o cruzamento dessas linhas, foi evidenciado o ângulo de inclinação acetabular.

Foram então traçadas duas linhas, uma delas do fundo da cúpula acetabular até a extremidade da borda posterior da cúpula (TL), e outra linha traçada entre a extremidade da borda anterior e da borda posterior da cúpula acetabular. Foi elaborada uma planilha no EXCEL e no SPSS 20.0 para determinação do ângulo anteversão e tratamento estatístico com nível de significância de $P < 0,05$. Através do Teste de Shapiro Wilki foi testada a normalidade dos dados e o Teste de Bartlett, para avaliar a homogeneidade da variância. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da UNIMEP (protocolo 59/2015) e de acordo com a normativa 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e solicitada autorização ao conselho ética médica do HSVP. Todos os pacientes foram informados sobre o estudo e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

RESULTADOS

Foram avaliados 10 ATQ, sendo que 80% dos sujeitos eram homens e 60% realizaram ATQ no lado esquerdo. A média de idade foi de 70,70 anos, com DP+/- 13,76 anos. Foi evidenciado uma inclinação média da cúpula acetabular de 45,82°, com um DP+/- 3,85. O ângulo de anteversão acetabular teve uma média de 25,22°, com DP+/- 3,00. Não foram evidenciadas luxações ou quadro de instabilidade da ATQ nos sujeitos estudados. Não apresentaram queixas álgicas ou relacionadas ao arco de movimento. Todos os pacientes disseram estar satisfeitos com procedimento cirúrgico, relatando melhora da QV e funções diárias.



DISCUSSÃO

A RAD é o melhor método para diagnóstico e acompanhamento após ATQ. É de baixo custo e pode ser feita em qualquer hospital. Enquanto a inclinação do acetábulo pode ser medida pelas radiografias convencionais, o cálculo da anteversão ainda apresenta problemas, necessitando de mais e melhores estudos para avaliação fidedigna do ângulo de anteversão. A variação segura da posição da cúpula acetabular é uma anteversão de 15° (DP 10°) e abdução de 40° (DP 10°), porém baseada em somente nove luxações. (LEWINNEK et al., 1978)

A fim de prevenir o impacto e a luxação, determinaram que a variação segura para a posição da cúpula era de 30° a 50° de abdução e 20° a 40° de flexão da horizontal. (MCCOLLUN et al., 1990). Foi considerado mau posicionamento da cúpula, uma anteversão menor do que 15° ou maior do que 30° e um ângulo de abdução maior do que 55°.

Para se obterem valores de anteversão verdadeiros, adicionaram 5° no ângulo medido sobre a radiografia da pélvis em anteroposterior. (DORR et al, 1998) Um estudo graduou radiograficamente a anteversão do componente acetabular que excedia 15°, foi considerado que ficava muito vertical se o ângulo de abdução excedia 50°. (ALI KHAN et al., 1981)

Outro estudo demonstrou não haver uma variação segura para a posição do componente acetabular e que a anteversão de 15° e inclinação de 45° apresentavam menor risco de luxação quando usavam o acesso anterolateral. (BIEDERMANN et al., 2005)

Paterno não pode estabelecer uma associação entre o ângulo de anteversão ou inclinação do componente acetabular e o risco de luxação. Concluíram, então, que a importância do ângulo de inclinação como fator de risco de luxação pode ter sido exagerada em estudos preliminares. Foi demonstrado neste estudo que a aferição da anteversão e do ângulo de inclinação acetabular, quando a ampola do aparelho de radiografia estiver corretamente centrada sobre o quadril e usando a fórmula trigonométrica, é altamente precisa, fácil de ser calculada e apresenta grande confiabilidade. Segundo a literatura, o ângulo de inclinação varia entre 33° a 50° e o de anteversão entre 15° a 30°. (PATERNO et al., 1997)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstrou que o ângulo de inclinação ficou em média 45,8° e de anteversão em 25,22°. Portanto, como demonstrado nos resultados, não houve uma variação significativa do ângulo de inclinação. Porém, em relação ao ângulo de anteversão, houve uma tendência de ocorrer grande variação nos casos estudados, sendo necessários estudos adicionais para conclusões definitivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AHMAD, M.A.; et al. Measuring hip outcomes: common scales and checklists. **Injury**. V.42, n.3, p.259-64, 2011.
- ALI KHAN, M.A.; BRAKENBURY P.H.; REYNOLDS, I.S.; et al. Dislocation following total hip replacement. **J Bone Joint Surg Br**. V. 63, N. 2, p. 214-218, 1981.



- AMSTUTZ, H.C.; et al. Dislocation and subluxation. New York: Churchill Livingstone. **Hip arthroplasty**. v.4, n. 1, p.100-429; 1989.
- BIEDERMANN R.; et al. Reducing the risk of dislocation after total hip arthroplasty. The effect of orientation of the acetabular comp. **J Bone Joint Surg Br**. v. 87, n. 6, p.762-9, 2005.
- BONO, J.V.; et al. Digital templating in total hip arthroplasty. **J Bone Joint Surg Am**. v. 86, n. 2, p.118-22, 2004.
- BOZIC, K.J.; et al. The epidemiology of revision total hip arthroplasty in the United States. **J Bone Joint Surg**. v.91, n. 2, p. 91-128, 2009.
- CHARNLEY, J.; et al. Low friction arthroplasty of the hip. New York: Springer-Verlag. **Hip arthroplasty** v. 1, n. 1, p.100-429; 1979.
- DORR, L.D.; et al. Causes of and treatment protocol for instability of total hip replacement. **Clin Orthop Relat Res**. n. 355, p.144-51,1998.
- EGGLI, S.; et al. The value of preoperative planning for total hip arthroplasty. **J Bone Joint Surg Br**. v. 80, n. 3, p.382-90, 1998.
- HARKESS, J.W.; et al. Campbell's operative orthopaedics. **Arthroplasty of the hip**. v. 1, n.1, p. 312-481. 2008.
- HASSAN, D.M.; et al. Accuracy of intraoperative assessment of acetabular prosthesis placement. **J Arthroplasty**. v. 13, n. 1, p. 80-4, 1998.
- HILL, J.C.; et al. Photographic measurement of the inclination of the acetabular component in total hip replacement using the posterior approach. **J Bone Joint Surg Br**. v. 92, n. 9, p.1209-14, 2010.
- HUO, M.H.; et al. What's new in total hip arthroplasty. **J Bone Joint Surg Am**. v. 92, n. 18, p. 2959-72, 2010.
- LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 3ª ed, p.231, 1996.
- LABRONICI, P.J.; et al. Posicionamento do componente acetabular em próteses cimentadas – cálculo radiográfico. **Revista Brasileira de Ortopedia**. v. 1, n. 1, p. 92-132, 2012.
- LEWINNEK G.E.; et al. Dislocations after total hip-replacement arthroplasties. **J Bone Joint Surg Am**. v. 60, n 2, p. 217-20, 1978.
- MCCOLLUM, D.E.; et al. Dislocation after total hip arthroplasty: causes and prevention. **Clin Orthop Relat Res**. n. 261 p.159-70, 1990.
- MIAN, S.W.; et al. Computed tomography measuament of acetabular cup anteversion and retroversion in total hip arthroplasty. **Orthop. Relat. Res**. n. 276, p.206-99, 1992.
- MURRAY, D.; et al. The definition and measurement of acetabular orientation. **J Bone Joint-Surg Br**. v. 75, n. 2, p. 228-32, 1993.
- PANIEGO, G.; et al. Utilidad e predictibilidad de um método de planeamiento preoperatorio para la artroplastia total de cadera. **Rev Asoc Argent Ortop Traumatol**. v. 69, n. 1, p. 6-12, 2004.
- PARVIZI J.; et al. Revision total hip arthroplasty for instability: surgical techniques and principles. **J Bone Joint Surg Am**. v. 90, n. 1, p.113-123, 2008.
- PATERNO, S. A. et al. The influence of patientrelated factors and the position of the acetabular component on the rate of dislocation after total hip replacement. **J Bone Joint Surg Am**. v. 79, n. 8, p. 1202-10, 1997.



QUINTANA, J.M.; et al. Evaluation of explicit criteria for total hip joint replacement. **J Clin Epidemiol.** v. 53, n. 12, p. 1200-8, 2000.

The World Health Organization Quality of Life Assessment (WHOQOL): development and general psychometric properties. **Soc Sci Med.** v. 46, n. 12, p.1569-85, 1998.

XU, M.; et al. Classifying health-related quality of life outcomes of total hip arthroplasty. **BMC Musculoskelet Disord.** v. 6, n. 1, p. 6-48, 2005.



BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O DIREITO À EDUCAÇÃO NOS CAMPOS DE REFUGIADOS E NOS PAÍSES DE ACOLHIMENTO

Autor(es)

ADRIANA FERREIRA SERAFIM DE OLIVEIRA

Orientador(es)

JORGE LUIS MIALHE

INTRODUÇÃO

A presente comunicação integra um estudo aprofundado e relevante do Grupo de Estudos sobre Refugiados e Migrantes (GERM) da Universidade Metodista de Piracicaba, englobando na parte acadêmica, alunos, ex-alunos, professores e ex-professores da pós-graduação em Direito, da graduação em Direito, da graduação em Relações Internacionais e da graduação em Negócios Internacionais, os quais realizam discussões semanais sobre as pesquisas bibliográficas e de campo sobre refugiados e migrantes.

As manchetes jornalísticas dão conta diariamente sobre seres humanos migrantes entre Estados, fugitivos das guerras civis, catástrofes ambientais e da extrema pobreza a que estão condenados a sobreviver desde seu nascimento até sua morte em países considerados pela ONU como economicamente subdesenvolvidos.

Assim, esse tema inquietante e atual carece de estudos aprofundados nas áreas das ciências humanas e sociais aplicadas, pois o objeto de estudo do tema é formado por seres humanos, nesta pesquisa, os refugiados.

OBJETIVOS

Essas considerações objetivam discutir o tema e demonstrar que embora a temática sobre refugiados e direitos humanos esteja desenvolvida nos tratados internacionais de direitos humanos desde o início do século XX, na prática, a garantia desses direitos e entre eles, o direito de ter direito à educação, encontram obstáculos políticos e culturais e para tanto o estudo analisou obras na área do direito internacional dos direitos humanos, publicações da Organização das Nações Unidas (ONU), tratados internacionais e artigos científicos. Para tanto, a pesquisa valeu-se do método dedutivo normativo conforme ensina Bittar (2005, p. 19).

DESENVOLVIMENTO

Tratados internacionais referentes aos refugiados

Aos deslocados são garantidos direitos expressos nos tratados internacionais de direitos humanos, inclusive os direitos sociais, como à saúde e à educação.

Os primeiros tratados internacionais a respeito de refugiados foram os Ajustes de 12 de maio de 1926, de 30 de junho de 1928, as Convenções de 28 de outubro de 1933, de 10 de fevereiro de 1938 e o Protocolo de 14 de setembro de 1939. A mais recente discussão sobre refugiados baseia-se na Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e no Protocolo de 1967. (www.acnur.org).



Os seres humanos considerados refugiados são segundo o art. 1º, letra A, nº 2 da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, seres humanos que em consequência de guerras, catástrofes e por temor à perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, estão fora do país de sua nacionalidade e que não podem ou por causa de seu temor, não valem-se da proteção desse país e não podem ou não querem retornar a seu país de origem. (Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, 1951). A competência para promoção de instrumentos internacionais para proteção dos refugiados é do Alto Comissariado das Nações Unidas para refugiados (ACNUR). Ao ratificarem a Convenção e ou o Protocolo, tratados internacionais, os Estados signatários aceitam cooperar com o ACNUR no desenvolvimento de suas funções, especificamente na supervisão e aplicação das provisões desses documentos internacionais.

Os campos de refugiados e as assistências humanitárias

O campo de refugiados é um local construído provisoriamente por organizações internacionais (OI) ou organizações não-governamentais (ONGs), como por exemplo, a ONG “Médicos Sem Fronteiras” ou a OI “Cruz Vermelha Internacional”, para receber seres humanos considerados refugiados de seu país de origem. Geralmente são territórios de fronteiras entre países em conflito ou neutros ou ainda, nem se trata de um campo, podendo ser o território de um país de acolhimento.

Esse lugar social, em tese, seria temporário, com provisões básicas necessárias para a sobrevivência com a prestação de serviços humanitários, entretanto, a realocação dos migrantes nem sempre é possível e o caráter provisório dos campos perde-se, pois passa a ser residência de milhares de pessoas.

A assistência humanitária mais visada pelos refugiados ao dirigirem-se aos campos de refugiados é a proteção. O setor de proteção é onde primeiramente as dimensões burocrático-administrativa e assistencial-humanitária atravessam-se. Esse programa legitima a categoria jurídica de refugiado e confere a esse sujeito a possibilidade de uma documentação que o identifica e ainda permite que seja incluído como beneficiário dos auxílios. A partir do momento em que esse sujeito é categorizado como refugiado, ou provisoriamente como solicitante de refúgio, que ele pode ser visto como um alvo da intervenção assistencial e humanitária. (JUBILUT, 2007, p. 190-210).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A assistência auxilia os refugiados e solicitantes de refúgio a suprirem principalmente suas necessidades mais imediatas com saúde, moradia e alimentação, com recursos advindos do financiamento de projetos como o ACNUR, por exemplo.

O programa de integração dos refugiados está focado em duas questões principais: o trabalho e a educação. Esse programa, no entanto, adiciona mais dois elementos à composição do refugiado como sujeito de direito pleno, que são suas principais frentes de atuação: a busca por trabalho formal e a formação educacional.

A diversidade cultural, religiosa e de idioma podem causar conflitos quanto a inclusão dos refugiados no mercado de trabalho e na continuidade de sua formação educacional, também pela falta de comprovantes.



13º Congresso de Pós-Graduação

No Brasil, na cidade de São Paulo, o escritório do ACNUR somado a outras entidades assistenciais prestam auxílio quanto à integração dos refugiados por meio do encaminhamento aos cursos técnicos e profissionalizantes, os cursos de educação formal e do ensino da língua portuguesa, o que ocorre por meio de convênios e ou projetos, inclusive em universidades públicas federais que reservam vagas em seus vestibulares para refugiados já reconhecidos legalmente. A busca por recuperar os direitos e a dignidade que teriam sido perdidos por esses sujeitos é o etos que informa o processo de constituição dos refugiados e dos solicitantes de refúgio como sujeitos de direito plenos, pela dimensão assistencial-humanitária apresentada. Outro exemplo, no Sudão do Sul, mais da metade das crianças estão fora da escola. A situação é semelhante com as que estão entre os cerca de 130 mil refugiados sudaneses que buscam refúgio na antiga região sul do país. Um desses locais é o campo de refugiados de Madan, onde os esses seres humanos, dentro das possibilidades técnicas e materiais disponíveis, tem procurado investir tempo e esforço na educação, pois apostam na educação como uma forma de permitir que as crianças que vivem no local tenham um futuro melhor. (MIGRAMUNDO, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acolher os refugiados não é apenas um ato de solidariedade, mas tem a transcendência de um conceito humanitário que vem sendo construído historicamente, o da dignidade humana, conceito amplo e complexo, abrangente e diversificado em culturas diversas. Com as legislações disponíveis e as práticas apresentadas, o ACNUR tem por fim aumentar as perspectivas de refúgio e de proteção para os refugiados, considerando as peculiaridades culturais de cada indivíduo, que podem dificultar, ou até mesmo impedir, uma adaptação no país de acolhimento. Apesar de bem desenvolvida, a temática dos refugiados ainda é dependente da vontade política dos Estados, pois a efetivação da proteção se faz com a participação dos Estados por meio da ratificação dos documentos internacionais relativos ao tema e da elaboração de leis nacionais sensíveis aos documentos que ratificaram. Portanto, a educação é um direito dos refugiados, tanto os que estão em campos como os que estão nos países de acolhimento, contudo, na prática, questões culturais, religiosas, falta de comprovantes da formação, diversidade de línguas, investimentos insuficientes, são obstáculos a vencer para então se efetivar o exercício do direito à educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BITTAR, Eduardo. **Metodologia da pesquisa jurídica**. São Paulo: Saraiva, 4. ed, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no orçamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Método, 2007.
- MIALHE, J.L.; OLIVEIRA, Adriana F S. Para além da semântica: Os refugiados ambientais e a proteção dos direitos fundamentais. In: Álvaro Sanchez Bravo; Mirta Lerena Misailidis. (Org.). **Os Direitos Fundamentais dos Refugiados (Deslocados) Ambientais e da Exclusão Socioeconômica**. 1. ed. São Paulo: Verbatim, 2012, v. 1, p. 29-43.
- MIGRAMUNDO. Em busca de um futuro melhor refugiados buscam educação em campo do Sudão do Sul. **Migramundo**, 2015. Disponível em: . Acesso em 22.ago.2015.
- ONU. **ACNUR**. Disponível em: . Acesso em 20.ago.2015.



O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA HISTÓRICO- CULTURAL

Autor(es)

JESSICA BARBOZA CASAROTTE

Orientador(es)

MARIA NAZARE DA CRUZ

INTRODUÇÃO

O ambiente escolar é um espaço privilegiado de intensas relações sociais, as quais são construídas no dia-a-dia na relação estabelecida com o outro. Além disso, é o único espaço em que o sujeito tem acesso ao conhecimento sistematizado, produzido pela humanidade ao longo da história. A educação infantil é etapa fundamental no desenvolvimento do sujeito, é um direito da criança que deve ser garantido com qualidade, contemplando um quadro de funcionário qualificados preocupados com o ensino nessa primeira infância, pois a mediação construída entre a criança e o objeto de conhecimento requer responsabilidade docente.

OBJETIVOS

O presente texto tem por objetivo discutir a importância do brincar no processo de desenvolvimento humano, baseando-se na perspectiva histórico-cultural.

DESENVOLVIMENTO

BREVE RESGATE HISTÓRICO DA INFÂNCIA

O sentimento de infância que as sociedades compreendem neste século é resultado de transformações ocorridas ao longo da história. Ariès (2006), buscou nas obras de arte a compreensão de infância em diferentes séculos. Constatou que, durante o século XI e XII, a criança era compreendida como um adulto em miniatura, suas pinturas eram representadas por anjos em corpo de homem com um tamanho reduzido, não havia uma preocupação em retratar a infância, pois ela era considerada apenas uma passagem. Por volta do século XIII, encontravam-se anjos de idade maior, eram os ajudantes das igrejas, os meninos destinados aos seminários e a vida religiosa. Já no século XIV o menino Jesus era representado nas obras, ele era como as outras crianças uma redução do adulto, mas se tratava de uma figura importante. A representação era da pureza, a criança era alguém que estava por se construir, posteriormente a infância deixou de retratar apenas a vida do menino Jesus e surgiu então, a infância da Virgem, a posteriori as figuras de outras mulheres santas com seus filhos. As imagens passaram a reproduzir cenas cotidianas de crianças com ou sem suas mães, para então reproduzir a criança em diferentes situações e contextos, essas obras sugerem que as crianças estavam nos mesmos círculos que os adultos, participavam das mesmas atividades, contrário ao sentimento moderno de infância que temos hoje, onde cada qual, criança e adulto tem seu espaço e suas atividades. Devido ao alto índice de mortalidade infantil, os adultos não se apegavam as crianças, pois eram criaturas frágeis que podiam vir-a-ser uma perda eventual. A mortalidade infantil justifica as obras do século XVI, as quais retratavam crianças mortas.



O século XVII foi de grande importância, pois os retratos que mostravam as crianças sozinhas foram se tornando comuns, a criança tornou-se o centro das imagens, ocupando uma posição e um significado especial.

Segundo Ariès (2006), a descoberta da infância começou no século XIII, contudo os sinais de interesse em relação às crianças tornaram-se significativos durante o século XVII. Talvez esse longo processo de reconhecimento da infância justifique a pouca serenidade que as sociedades têm em relação a esse período da vida. Embora o sentimento de ajuda e a participação dos pais no desenvolvimento da criança tenham aumentado, ainda hoje encontramos crianças tentando sobreviver a condições precárias de vida.

É preciso engajamento para que a criança protagonize a história e não mais seja testemunha ocular dela.

O BRINCAR E A EDUCAÇÃO INFANTIL

O brincar apoiado na teoria histórico cultural é a atividade principal da criança, porque é na brincadeira que ela assume papéis sociais, tentando compreender as relações estabelecidas em seu contexto sociocultural.

Mesmo sendo sua atividade principal é importante compreender que nem sempre é uma atividade prazerosa, pois alguns jogos causam frustrações.

Para Vigotski (2007), a criança não brinca de qualquer coisa com qualquer coisa, o objeto precisa apoiar suas ações, isso quer dizer que a criança não brinca, por exemplo, de cavallinho com uma caneta, mas pode fazê-lo com um cabo de vassoura e mesmo consciente de que aquele objeto é um cabo de vassoura. Graças ao significado que atribuiu, por meio da linguagem, ela enxerga no cabo de vassoura um cavalo. No entanto, ela não realizará essa ação se anteriormente não viu alguém usando o cabo da vassoura para andar a cavalo. Sendo assim, é importante investir na diversidade de brinquedos no ambiente escolar, não sendo qualquer objeto capaz de apoiar suas ações, as crianças precisam de diferentes brinquedos. Para um ambiente mais rico essa diversidade é importante, assim elas têm condições de aproximar suas ações do real, afinal suas brincadeiras contemplam situações dos contextos onde estão inseridos. Segundo Rocha (2005), as ações das crianças originam suas brincadeiras, o papel assumido se apoia em brinquedos que possuam um conteúdo e que sugerem um sentido humano as ações realizadas, na brincadeira a criança imita o adulto para compreender sua realidade. Cruz e Fontana (1997), relatam um episódio em que algumas alunas da pré-escola realizavam uma atividade de alinhavo, a partir dessa atividade que se assemelha a ação da costurar, surge o diálogo de que elas eram costureiras e que sentiam dores nas costas, mas que precisavam terminar seus vestidos para o baile como a Cinderela. Nesse momento foi possível observar que elas usavam elementos de seus cotidianos reais, como também, elementos dos contos de fadas que provavelmente estudavam na escola para compor a brincadeira. Esse momento revela claramente a ação das alunas originando a brincadeira.

A BRINCADEIRA DE FAZ-DE-CONTA E O JOGO DE REGRAS

Segundo Rocha (2005), a brincadeira de faz-de-conta segue um conjunto de regras, embora essas regras não sejam determinadas previamente a brincadeira elas compõem o jogo. A criança cria uma situação imaginária, mas compreensível do real, quando ela assume o papel de mãe se preocupa em ser fiel as características que compõem a personagem, é claro que



a mãe que ela representa é uma mãe presente em seu contexto social. Ao brincar de mamãe a criança controla suas ações e vontades para submeter-se a regras que compõem o contexto da brincadeira.

O jogo de faz-de-contas é fundamental durante toda a infância da criança, pois é na brincadeira que ela reelabora suas impressões vivenciadas, a fim de compreender os papéis assumidos em seu contexto social e cultural.

Já o jogo de regras tem suas regras estabelecidas previamente, porque sem elas o jogo perde o sentido.

Os jogos de regra são utilizados no espaço escolar com diferentes fins, controle do corpo ou desenvolvimento de alguma habilidade corporal, submissão a regras, discussões sobre princípios éticos e morais, entre outros.

O PAPEL DO PROFESSOR NA BRINCADEIRA

O professor tem o papel de enriquecer as experiências do aluno para ampliar seu universo cultural e isso só é possível a partir de um domínio da teoria. Ele pode enriquecer a brincadeira apresentando novos elementos as crianças, colocando obstáculos e problematizando-a, com o objetivo de ampliar o repertório da brincadeira e possibilitar que as crianças permaneçam na mesma por mais tempo.

Segundo Vigotski (2004), o cérebro humano é um órgão capaz de conservar e reproduzir nossas experiências, como também combiná-las e reelaborá-las, originando novas situações e novos comportamentos. O homem tem a capacidade de modificar o presente projetando o seu futuro a fim de transformá-lo. Assim, é um equívoco dizer que as crianças são mais criativas do que os adultos, pois o adulto tem mais experiências e conseqüentemente um repertório cultural maior. “Quanto mais rica a experiência da pessoa, mais material esta disponível a imaginação dela” (p. 22).

Quanto mais a criança viu, ouviu e vivenciou, mais ela sabe e assimilou; quanto maior a quantidade de elementos da realidade de que ela dispõe em sua experiência, mais significativa e produtiva será a atividade de sua imaginação (VIGOTSKI, 2004, p.23).

É importante compreender que a criança não nasce sabendo brincar, assim como as outras atividades ela aprende a brincar com o amigo mais experiente, familiares e com o professor. De acordo com Cruz (2015), é importante que o professor ensine os alunos a brincar, observe as brincadeiras e em alguns momentos brinque junto, essas possibilidades de atuação promovem o desenvolvimento das atividades, a criança constrói enredos mais elaborados e assume as ações da personagem de forma significativa. A brincadeira para Vigotski (2007), cria uma zona de desenvolvimento proximal, pois a criança se comporta de modo mais elaborado, ela controla suas ações para interpretar a personagem. Esse momento lúdico pode ser colocado em outro patamar a partir de uma mediação intencional. O professor ao estudar suas crianças brincando pode inserir elementos a brincadeira. A partir dos conhecimentos reais dos alunos ele pode elevá-los a um nível de conhecimento potencial. Ao criar um problema na brincadeira, a criança passa por uma crise para tentar resolvê-lo e é essa crise, em relação aos seus conhecimentos reais, que a possibilita alcançar um conhecimento potencial.

Toda a evolução mental da criança é marcada por conflitos (...) a cada etapa vencida a criança acumula possibilidades que promovem a aprendizagem de atividades para superar a etapa seguinte,



que traz novas necessidades. É o mundo organizado pelos adultos, os problemas a ele inerentes, as escolhas ou ajudas que possibilitam a evolução mental da criança (ALMEIRA, 1999, p. 100). O desenvolvimento do sujeito não é um processo linear, a criança não amadurece para aprender, nem supera fases de desenvolvimento. Na perspectiva histórico cultural aprendizagem e desenvolvimento é um processo em espiral, ela avança a partir de uma mediação do outro, e pode ser que ela regrida e depois avança novamente. A partir daquilo que ela já sabe, ou seja, seu desenvolvimento real, o professor constrói com ela aquilo que ela pode aprender e leva a criança ao seu desenvolvimento potencial. Quando o professor acredita que todas as crianças são capazes de aprender e estabelece uma relação que proporciona um desenvolvimento potencial, sua mediação esta oferecendo estrutura para uma mudança no pensamento do aluno e conseqüentemente no seu desenvolvimento. Sendo assim, o que hoje uma criança realiza com ajuda, amanhã ela poderá resolver sozinha.

A AFETIVIDADE NA SALA DE AULA

O mesmo processo acontece com as emoções, Vigotski (2007), defendeu que há uma evolução das emoções primárias para experiências emocionais superiores. Para o autor, é na relação com o outro que as emoções ganham mais complexidade. As relações estabelecidas na sala de aula são repletas de sentimentos, o sentimento de afeto esta presente nas relações entre o professor e o aluno e entre os alunos. Pressupõe-se então, que uma relação de qualidade arquiteta um ensino e uma aprendizagem de qualidade. Em relação ao aspecto motor, muitas vezes esse é confundido com indisciplina e interpretado como agitação, por isso o primeiro passo é tentar conter o aluno e sessar seus movimentos, como se isso pudesse assegurar sua aprendizagem. Os movimentos são grandes revelações, pois tem a capacidade de representar emoções, logo, é importante prestar atenção a eles. Quando um aluno esta muito feliz seus movimentos tendem a expressar sua felicidade, quando esta desmotivado e com dificuldades de aprendizagem tendem a se retrair ou demonstrar desinteresse, fazendo bagunça e agitando os colegas. Por essa razão, é importante que os professores estejam atentos aos movimentos nas brincadeiras e durante as atividades, pois eles podem indicar estados emocionais que precisam de atenção no contexto da sala de aula. Os alunos expressam suas emoções na sala de aula e a infância é a fase emocional por excelência, afinal as crianças estão se apropriando da linguagem, seus símbolos e significados. Interpretar suas expressões emocionais é importante para investigar seus conflitos, seus medos e até mesmo para compreender a forma que a criança melhor aprende.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em acordo com a teoria histórico-cultural, a dicotomia afeto e cognição deve ser superada. A escola e o professor assumem o papel social de compreender o aluno na sua dimensão humana. É por meio dos signos e símbolos culturalmente produzidos, que o professor em um trabalho em conjunto com o estado e a comunidade escolar, ensina os conteúdos historicamente produzidos ao longo da humanidade.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos mencionados, fica clara a importância do brincar na educação infantil e o papel do professor em conhecer e enriquecer as brincadeiras para formar alunos mais criativos. Como também a importância em considerar indissociável a afetividade e a cognição para a aprendizagem e desenvolvimento dos sujeitos. Suas emoções são expressas de diferentes formas em diferentes momentos e o professor precisa saber interpretá-las para uma prática pedagógica de maior qualidade. Espera-se que o texto contribua para o estudo de leitores interessados na educação infantil e profissionais que atuam na área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. R. S. **A emoção na sala de aula**. Campinas: Papyrus, 1999.
- ARIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2.ed. - Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- CRUZ, Nazaré. O brincar na educação infantil e o desenvolvimento cultural da criança. In **Vamos brincar de quê?** Cuidado e educação no desenvolvimento infantil. São Paulo: Summus, 2015.
- FONTANA, Roseli; CRUZ, Nazaré. **Psicologia e trabalho pedagógico**. 1. ed. São Paulo: Atual, 1997.
- ROCHA, Maria Sílvia Pinto de Moura Librandi. **Não brinco mais: a (des)construção do brincar no cotidiano educacional**. Ed. Unijuí, 2005.
- VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7ª ed.- São Paulo: Martins Fontes, 2007. Tradução de Paulo Bezerra.
- VIGOTSKI, L. S. **A imaginação e a criação na infância: ensaio psicológico: livro para professores**. São Paulo: Ática, 2009.



A APLICAÇÃO DA MANUTENÇÃO PRODUTIVA TOTAL (TPM) VISANDO A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA GERAÇÃO DE AR COMPRIMIDO

Autor(es)

ARIOVALDO GHIRARDELLO

Orientador(es)

ANDRE LUIS HELLENO

INTRODUÇÃO

Por ser uma importante forma de energia, o ar comprimido é utilizado em diversos tipos de indústrias e em inúmeras aplicações, entre elas compressores rotativos de parafuso, que são equipamentos de movimentação a ar e transformação de energia elétrica em energia pneumática. No entanto, calcula-se que, em média, o ar comprimido representa 15% dos custos energéticos de uma indústria, atingindo até 80% em alguns casos (MEIO FILTRANTE, 2013). Dessa forma, como o principal insumo para a geração do ar comprimido é a energia elétrica, o consumo de ar comprimido causará um impacto direto no consumo de energia elétrica. A energia elétrica, por ser um insumo presente em todos os segmentos da sociedade, principalmente o produtivo, possui uma relação direta com o comportamento da economia. A disponibilidade de eletricidade dentro de parâmetros adequados e sob preços coerentes é um fator fundamental para o desenvolvimento e crescimento da economia bem como da produção industrial, sendo também um fator decisivo para a competitividade do país (FIRJAN, 2011). A energia permeia a vida humana, sua utilização de forma racional, pode representar a continuidade da existência da espécie humana, sobre a terra. Os padrões de consumo de energia crescem a cada dia e conforme Geller (2003) não são sustentáveis, há que se buscar uma maior eficiência energética, pois esta reduziria o crescimento do consumo de energia, diminuiria a demanda de investimento e melhoraria os serviços de energia para as nações e famílias mais carentes. Na empresa analisada, existe um setor dedicado a geração e tratamento do ar comprimido distribuído a planta. Existe atualmente um total de cinco compressores com potências que variam de 50HP a 250HP, além de filtros e secadores. No nosso estudo, será levado em conta apenas os dados relacionados aos compressores, conforme relacionados na tabela 1.

Tabela 1- Relação dos compressores instalados na empresa estudada.

Tipo de compressor	GA 37 AFF VSD	GA 37+ 100P	GA 75 + VSD FF	GA 110 + 100 AFF	GA 1407
Produção Efetiva (m ³ /h)	302,8	417,6	795,6	1269	1608
Potência do Motor (CV)	50	50	100	150	250
Consumo real Medido (kWh)	40,5	43,1	97,2	144,0	165,1
Relação Produção/Consumo (m ³ /kW)	7,48	9,69	8,18	8,81	9,74



Conforme deduzido a partir da tabela 1, a potência total instalada para geração de ar comprimido e de 600CV, sendo que capacidade de produção efetiva de ar comprimido da planta é de 4.400 m³/h.

Havendo a necessidade da ampliação da disponibilidade do volume de ar comprimido para a planta estudada, e face as dificuldade técnico-econômicas para esta ampliação, optou-se por realizar um trabalho de Eficiência Energética neste setor, através da eliminação de vazamentos nos equipamentos produtivos.

Como o sistema de Manutenção Produtiva Total (TPM) estava em fase de implantação, porém ainda não totalmente inserido na cultura da empresa, foi utilizado o pilar Manutenção Autônoma para auxiliar a implantação do projeto de eficiência energética (Nakajima, 1989) (Suzuki,1992) (Moraes, 2004) (Kardec e Nascif, 2001).

Este artigo procura relatar a experiência observada durante a implantação e realização deste projeto, tendo tido resultado extremamente favoráveis, tanto no sentido econômico, quanto no sentido de mostrar que a manutenção autônoma apresenta reais vantagens quando corretamente implementada.

OBJETIVOS

Este trabalho tem o objetivo de analisar a utilização da sistemática TPM para a eliminação de vazamentos de ar comprimido em máquinas do setor produtivo, reduzindo assim:

o consumo de energia elétrica;

o custo de manutenção dos sistemas de compressores (filtros, lubrificantes, manutenção preventiva, etc);

eliminar-se a necessidade imediata da ampliação da capacidade do sistema de compressão atual.

DESENVOLVIMENTO

A implantação do projeto aqui estudado, se deu em um momento em que realizou-se um estudo visando a ampliação da capacidade do sistema de geração de ar comprimido da planta. Na época, a capacidade de produção efetiva nominal era de aproximadamente 4.400 m³/h, valor este que já se mostrava insuficiente em momentos de pico. Realizava-se uma análise técnica e comercial para instalar-se mais uma unidade com capacidade de produção de 800 m³/h. A principal dificuldade para esta implementação era relacionado com a indisponibilidade de capacidade na subestação de energia elétrica que alimentava o setor de utilidades. Seria necessário a disponibilização de pelo menos 100KVA, obrigando o remanejamento de algumas cargas para outra subestação interna da empresa, inviabilizando comercialmente o projeto, por exigir a parada da planta por um longo período. Este problema coincidiu com a implantação no grupo ao qual a empresa pertence, a nível mundial, de um projeto de Eficiência Energética, onde o foco era a eliminação de desperdício em todos os níveis produtivos. Um dos comitês formados para aquele projeto apontou um alto índice de pequenos vazamentos de ar comprimido em toda a empresa, porém, ainda não se tinha valores de sua relevância. Durante uma parada programada da planta foi possível obter-se um va-



lor aproximado do desperdício de ar. Mesmo com toda a planta parada, conforme relatado pelo coordenador do departamento de produção em uma das entrevistas realizadas, um dos compressores ainda ficava operando a 70% de sua capacidade, apesar de equipamento algum estar consumindo ar comprimido para sua operação. Este fato foi crucial para que fosse iniciado um projeto visando a redução desses vazamentos. Como os pontos de atuação eram muitos e a equipe de manutenção possuía um quadro enxuto, considerou-se utilizar a sistemática da TPM, em fase de implantação na empresa. Através do pilar Manutenção Autônoma, o próprio operador poderia contribuir com a eliminação dos vazamentos.

Tal solução foi parcialmente barrada pelo regulamento interno de segurança da empresa, que proibia pessoas não legalmente habilitadas a executarem serviços onde houvesse a presença de algum tipo de energia potencial acumulada (elétrica, pressão, etc). Após reuniões entre os envolvidos na questão, optou-se por envolver a produção e manutenção no projeto, onde a produção ficaria responsável por localizar e indicar os pontos de vazamento e uma equipe devidamente treinada e habilitada da manutenção realizaria os devidos reparos. Após análise pelos departamentos de segurança industrial e jurídico da empresa, além do aval do sindicato da categoria, a solução foi aprovada e colocada em prática. Após esta aprovação, o processo de implantação do projeto se deu por meio das seguintes etapas: Treinamento dos operadores envolvidos na identificação de vazamentos de ar comprimido, realizado pelos coordenadores de TPM;

Utilizando-se dos conhecimentos adquiridos, os operadores treinados indicam por meio da etiqueta TPM o local de vazamento da máquina;

O coordenador de TPM emite o “Pedido Interno de Serviço” para eliminação do vazamento para a equipe responsável e faz seu acompanhamento usando status PDCA (Plan – Do – Check – Act);

A equipe de manutenção designada elimina o vazamento e encerra o “Pedido Interno de Serviço”;

O coordenador de TPM monitora mensalmente o número de vazamentos eliminados;

Os dados de eliminação de vazamento são enviados ao líder do projeto de Eficiência Energética, que avalia aspectos como redução de energia elétrica e diminuição da emissão de CO₂.

Após a realização dos serviços necessários pela equipe de manutenção é anotado no “Pedido Interno de Serviço”, a relação das horas utilizadas para a execução, bem como o material utilizado. Estas informações servirão de dados para a análise do custo final do projeto.

O projeto executivo teve início no mês de Setembro de 2013, tendo sido este o marco separador das etapas do presente estudo. A conclusão da primeira etapa se deu quatro meses depois, sendo que após Fevereiro de 2014, o projeto passou a fazer parte das atividades rotineiras do sistema de manutenção autônoma da empresa. Este projeto apresentou resultados positivos não só considerando-se os aspectos ambientais e redução de custos, como também para a fidelização do conceito de “manutenção autônoma”, que está em fase de implantação na empresa.

Para a quantificação da economia obtida, foram realizadas medições reais em cada compressor, utilizando-se um analisador de qualidade de energia da P600 do fabricante IMS, onde obteve-se, entre outros dados, a relação real de consumo/volume produzido (kW/m³) de cada compressor, conforme já apresentado na tabela 1.



13º Congresso de Pós-Graduação

De posse dos valores dos horímetros de cada compressor, onde fica registrado o tempo real de funcionamento de cada equipamento, foi feito um levantamento do valor total de energia elétrica consumido para geração de ar comprimido para a planta, antes e após a implantação do projeto. Foi também relacionado o total consumido pelos compressores, com o consumo total de energia da empresa no mesmo período, obtido do sistema de gerenciamento de energia elétrica instalado na empresa.

Os dados obtidos antes da implementação estão apresentados na tabela 2. Os dados obtidos após a implementação estão apresentados na tabela 3.

Tabela 2 - Dados de utilização e consumo antes da implantação do projeto

Antes da implantação do projeto (02/01/13 a 31/08/13 = 241 dias)						
Compressor	Consumo real (kW/h)	Horas trabalhadas em 2012	Horas totais disponíveis	Consumo total Compressores (kWh)	Consumo total da planta (kWh)	% consumo dos compressores
GA 37 AFF VSD	40,5	4.287	5.784	173.623,50		
GA 37 + 100P	43,1	3.889	5.784	167.615,90		
GA 75 + VSD FF	97,2	4.051	5.784	393.757,20		
GA 110 + 100 AFF	144	4.426	5.784	637.344,00		
GA 1407	165,1	1.340	5.784	221.234,00		
Total		17.993	28.920	1.593.575	15.420.896,3	10,33%
Percentual de horas trabalhadas		62,2%				
Consumo médio mensal (kWh)		198.370				
Valor médio do kWh		R\$ 0,21				
Custo medio Mensal		R\$ 41.657,76				

Tabela 3 - Dados de utilização e consumo após a implantação do projeto

Após implantação do projeto (01/09/13 a 12/10/14 = 406 dias)						
Compressor	Consumo real (kW/h)	Horas trabalhadas após	Horas totais disponíveis	Consumo total Compressores (kWh)	Consumo total da planta (kWh)	% consumo dos compressores
GA 37 AFF VSD	40,5	8.596	9.744	348.138,00		
GA 37 + 100P	43,1	5.915	9.744	254.936,50		
GA 75 + VSD FF	97,2	1.849	9.744	179.761,68		
GA 110 + 100 AFF	144	8.294	9.744	1.194.336,00		
GA 1407	165,1	336	9.744	55.473,60		
Total		24.990	48.720	2.032.646	25.001.670,4	8,13%
Percentual de horas trabalhadas		51,3%				
Consumo médio mensal (kWh)		150.196				
Valor médio do kWh		R\$ 0,21				
Custo medio Mensal		R\$ 31.541,06				



13º Congresso de Pós-Graduação

Analisando a tabela 3, percebe-se que o percentual médio de utilização dos compressores durante o período analisado foi de 62,2%. Apesar de parecer um valor favorável, em momentos de pico a capacidade disponível se tornava insuficiente, chegando a ser utilizado próximo de 100% da capacidade instalada. Após a implantação e conclusão do projeto, este percentual de utilização caiu para 51,3%, conforme observado na tabela 4. Mesmo durante períodos de pico de consumo de ar comprimido pela planta fabril, este valor demonstrou-se mais que suficiente. Esta redução do fator de utilização de 62,2% para 51,3% se destacou como uma redução do consumo mensal em relação ao consumo total da planta de 10,33% para 8,13% (-2,2%). Tomando-se o valor da tarifa médio pago pela empresa (em agosto/2014 = R\$ 0,21) houve uma redução mensal média de R\$ 10.116,70 na conta de energia.

Analisando pelo lado da economia de energia, houve uma liberação média de 48.175kWh mensais para o sistema, economia esta suficiente para alimentar 400 residências que consomem em média 120kWh/mês.

Para a realização dos serviços, foram gastos R\$ 68.000,00 entre materiais e mão de obra (hora/homem). Considerando-se a economia mensal de R\$ 10.116,70 na conta de energia, pode-se grosseiramente considerar que o investimento foi pagos em sete meses.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente artigo apresentou um estudo de caso realizado em uma empresa metalúrgica fabricante de condutores elétricos, que está passando pelo processo de implantação da sistemática TPM, onde foi utilizado o pilar Manutenção Autônoma para atingir um importante objetivo no setor de Eficiência Energética. Avaliando-se as melhorias implementadas e a tendência positiva dos índices estudados, pode-se verificar que houve uma redução significativa no consumo de energia elétrica para a produção de ar comprimido, com a simples eliminação de pequenos vazamentos existentes pela planta fabril. Todo o processo de localização dos vazamentos foram executados pela equipe de produção e indicados através das etiquetas de TPM, sendo posteriormente corrigidos pela equipe de manutenção, uma vez que o regulamento de segurança interno da empresa, não permite a realização deste tipo de serviço por pessoas não legalmente habilitadas. Ao final do processo de execução, que durou quatro meses, obteve-se uma economia mensal de 48MWh, sendo que o impacto do consumo de energia elétrica para produção de ar comprimido caiu de 10,33% para 8,13% do consumo total da empresa.

Esta redução de consumo de ar comprimido, além de proporcionar a economia citada, eliminou também a necessidade da instalação de mais um compressor, que já se fazia necessário naquela unidade fabril.

Todo o investimento financeiro realizado para a realização deste projeto, foi devidamente pago no período de sete meses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das limitações apresentadas por ser um estudo de caso único, não podendo ser generalizado, ele serve de base para novos estudos afim de analisar-se a viabilidade da utilização da Manutenção Autônoma como ferramenta para a melhoria da Eficiência Energética, já que ambas tem como base a redução de desperdícios.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO DE JANEIRO – FIRJAN.** Quanto custa a energia elétrica para a indústria no Brasil?, Rio de Janeiro, 2011.
- GELLER, HOWARD STEVEN.**, Revolução Energética: Políticas para um futuro sustentável. Rio de Janeiro: Relume Dumará, USAid, 2003. 299p.
- KARDEC, A.; NASCIF, J.** Manutenção: Função Estratégica. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.
- MORAES, P. H. A.** Manutenção produtiva total: estudo de caso em uma empresa automobilística. Taubaté, 2004
- NAKAJIMA, S.** Introdução ao TPM – Total Productive Maintenance. IMC Internacional Sistemas Educativos, 1989.
- REVISTA E PORTAL MEIO FILTRANTE**, Fabricante de equipamentos de ar comprimido reduz em 40% consumo de energia. Dezembro/2013. Disponível em <http://www.meiofiltrante.com.br/noticias.asp?action=detalhe&id=15924#relative>. Acessado em novembro/2014
- SUZUKI, T.** New Directions for TPM. Massachusetts: BookCrafters, 1992.



MEDIAÇÕES SIGNIFICATIVAS NA BRINCADEIRA: INQUIETAÇÕES, REFLEXÕES E POSSIBILIDADES DE UMA EDUCADORA.

Autor(es)

ALESSUZE CARNEIRO

GLÁUCIA ULIANA PINTO

Orientador(es)

EVANI ANDREATA AMARAL CAMARGO

INTRODUÇÃO

A partir das ideias de Vigotski, é possível compreender que o desenvolvimento da criança ocorre a partir das relações significativas que são estabelecidas entre ela e os outros. Especificamente no contexto da educação infantil, o brincar assume função central para se compreender as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. Entretanto, há um grande paradoxo entre a importância atribuída ao brincar e os modos de agir nessa esfera de atividade na educação infantil, expressas pela desvalorização do brincar por parte do próprio professor, mostrando que o desconhecimento teórico, muitas vezes faz com que o profissional não coloque em prática a brincadeira como atividade fundamental, por isso deixam as crianças livres e investem pouco em seu funcionamento, descartando sua dimensão criativa e imaginativa.

Embora haja pesquisas sobre o brincar de faz de conta, é necessário mais estudo para compreender e melhor trabalhar nessa esfera de atividade. Rocha (1994) mostra que da forma como o brincar acontece na educação infantil, é instrumentalizado, com fins pedagógicos exclusivos para letramento.

Vigotskii (1987) destaca a função imaginativa e a capacidade criadora presentes nessa atividade e seus vínculos com o real, analisando a imaginação presente na brincadeira como função psíquica superior. Leontiev (1986) destaca a brincadeira como atividade principal da infância considerando as ações e operações da criança ao agir nessa esfera de atividade e de que maneira o uso de “instrumentos lúdicos” transforma o psiquismo. A partir de tais pressupostos, o tema desta pesquisa, que é parte do trabalho de mestrado da primeira autora, foi escolhido considerando-se que a educação infantil, como modalidade de ensino, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 (BRASIL, 1996), pode e deve propiciar aos alunos possibilidades efetivas de aprendizagem. Assim, o trabalho procura contribuir com a investigação e compreensão dos modos de mediação do brincar no contexto da educação infantil a partir das inquietações da pesquisadora (primeira autora) perante as interdições da brincadeira na educação infantil e sua participação na atividade, enquanto professora de educação física da turma. A partir destas reflexões, que possibilitaram novas formas de atuação na brincadeira, quais possibilidades de mediação significativa podem ser apontadas, considerando a brincadeira como uma das mais importantes atividades para o desenvolvimento na infância.



OBJETIVOS

O objetivo do trabalho é discutir, a partir das constatações e inquietações da pesquisadora perante a interdição do brincar na educação infantil, modos de superá-la atuando na brincadeira simbólica, analisando como mediações significativas favorecem o desenvolvimento da criança na escola.

DESENVOLVIMENTO

O estudo foi realizado em uma escola da rede privada de ensino que atende alunos da educação infantil, ensino fundamental e médio. Os sujeitos participantes foram 20 alunos de ambos os sexos da educação infantil, entre 4 e 5 anos e a própria pesquisadora, que atua como professora de psicomotricidade nessa escola há 10 anos.

A pesquisadora, ao brincar com as crianças, fazia intervenções que objetivavam encorajar o jogo imaginário e a participação do grupo nesse tipo de brincadeira. As filmagens foram realizadas em um pátio aberto, muito grande e após algumas sessões a pesquisadora sugeriu a professora da sala que usassem a sala de psicomotricidade. Por ser um ambiente menor, favoreceu a observação e filmagem do brincar simbólico que contou com a ajuda da professora da sala e uma estagiária.

A pesquisa é de cunho qualitativo, explicitando interpretativamente a partir dos dados e do referencial teórico assumido os processos em ocorrência. Para análise das situações evidenciadas na pesquisa, a pesquisa baseou-se na abordagem microgenética, que valoriza detalhes de acontecimentos interativos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Brincar com as crianças envolvendo-se no jogo imaginário propiciou reflexões das autoras no sentido de pensar em intervenções pedagógicas favorecedoras e como essas intervenções traziam ganhos para a criança a partir da atividade: atuação com os objetos de modo a atribuir-lhes significados diferentes, elaborações de situações cotidianas (ser mãe, super-herói), controle do comportamento perante desentendimentos entre os colegas a partir das regras do brincar. Compreender a função imaginativa que acontece na brincadeira relacionada às experiências vivenciadas pela criança é o primeiro passo para uma leitura do brincar na educação infantil e a busca de incentivá-lo. Por tais compreensões, o papel da pesquisadora/professora modificou-se na brincadeira. Gonçalves (2008) reforça no seu trabalho que a pré-história da escrita passa pelo gesto, pelo desenho e pelo jogo de faz de conta. Sendo assim, os educadores não precisam levar em consideração somente a escrita das letras, mas possibilitar vivências e experiências significativas para as crianças, por isso é necessário olhar o processo de aprendizado e não só o resultado, ou seja, o que a criança precisa ter desenvolvido para que possa ler e escrever com desenvoltura – nesse caso, são fundamentais os processos de abstração que podem se desenvolvidos pelo jogo simbólico. No faz de conta, a criança dá significados diferentes aos objetos, ajudando futuramente na escrita, que é também dar significados diferentes aos traços.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou apontar algumas reflexões realizadas durante o processo da pesquisa de campo constatando a importância do professor se apropriar de conhecimentos que o possibilite refletir sobre a prática. Olhar para o brincar simbólico através de ações simples das crianças como necessário e que essa brincadeira aconteça e se enriqueça pela ação pedagógica. O professor pode e deve brincar à medida que compreende melhor essa atividade e entra no jogo com a criança, provocando e permitindo que ela se expresse e elabore conhecimentos significativos para a vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL, **Ministério da Educação, Lei de Diretrizes e Bases 9394/1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> acesso em: 20/05/2014.
- GONÇALVES, M. F. C. A pré-história da escrita: um estudo na educação infantil. **Plures Humanidades**. Ribeirão Preto, n. 09, jan-jun 2008, p. 100-112.
- LEONTIEV, A. N. Os princípios psicológicos da brincadeira pré-escolar. In: LEONTIEV A. N.; LURIA, A. R.; VIGOTSKI, L. S. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone/Edusp, 1986, p. 119-142.
- ROCHA, M. S. P. M. L. **A constituição social do brincar: modos de abordagem do real e do imaginário no trabalho pedagógico**. 1994. 178f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós – graduação em Educação da UNICAMP. Campinas, 1994.
- VIGOTSKII, L. S. **Imaginacion y el arte em La infancia**. México: Ediciones y Distribuciones Hispánicas, 1987.



ANÁLISE DO USO DE FERRAMENTAS DE MANUFATURA ENXUTA BASEADO NA SIMULAÇÃO DE EVENTOS DISCRETOS PARA AUMENTO DE PRODUTIVIDADE – ESTUDO DE UMA INDÚSTRIA QUÍMICA

Autor(es)

GRAZIELA L. BARALDI

Orientador(es)

ANDRE LUIS HELLENO

INTRODUÇÃO

ANÁLISE DO USO DE FERRAMENTAS DE MANUFATURA ENXUTA BASEADO NA SIMULAÇÃO DE EVENTOS DISCRETOS PARA AUMENTO DE PRODUTIVIDADE – ESTUDO DE UMA INDÚSTRIA QUÍMICA

Graziela Luzia Baraldi; André Luis Helleno

Estudante do Curso de Mestrado do campi de Santa Bárbara D'Oeste da Universidade Metodista de Piracicaba; E-mail: graziela.baraldi@gmail.com

Professor do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Metodista de Piracicaba; E-mail: alhelleno@unimep.br

1. Introdução

As empresas para se manterem competitivas e precisam de um sistema organizacional. Ao busca a mudança na prática de gestão dos negócios e na gestão de operações, para melhorar a qualidade e gerenciar de maneira mais eficaz o sistema produtivo uma das alternativas é o uso da manufatura enxuta.

A manufatura enxuta tem como foco a redução do desperdício.

Este trabalho busca analisar a simulação de cenários com a implantação de ferramentas de manufatura enxuta em uma indústria química.

A busca na simulação é definir cenário ideal visando diminuir a quantidade de estoque em processo (Work in Process – WIP), definição do fluxo do material, o kanban, e a redução de set up, buscando a eficácia da produção, com aumento da flexibilidade, redução de custo e melhorar a velocidade de atendimento ao cliente.

O tema deste trabalho é propor uma análise para melhorar o sistema de produção baseado na integração das ferramentas de manufatura enxuta com o uso da simulação de eventos discretos. Os sistemas de produção precisam ser otimizados, devendo as melhorias ser planejadas e executadas a partir da identificação das perdas (Wastowski, 2001).

OBJETIVOS

2. Objetivo do trabalho

As indústrias precisam se tornar cada vez mais competitivas frente a globalização. Com isto, as



indústrias buscam desenvolver sistemas administrativos eficientes e ágeis de forma a assegurar sua sobrevivência e seu crescimento. Este trabalho busca avaliar os impactos da implantação de ferramentas de manufatura enxuta em uma indústria química através da simulação de eventos discretos visando o aumento da sua produtividade. A implementação de ferramentas de manufatura enxuta em empresas químicas tem característica diferente de outras indústrias, por serem indústrias de reações químicas, transformações como processos de separação, como as destilações, além de transformações por aquecimento ou por outros métodos envolvendo o processamento ou alteração de matérias-primas.

Esta simulação visa determinar qual o melhor cenário do fluxo do material, as estratégias de saída dos produtos e as estratégias de espera para ser escolhido tomando como base a variedade de produtos.

Neste trabalho propõem-se:

- Desenvolver um modelo de simulação que represente o processo produtivo real e futuro da indústria química multipropósito.
- Obter uma visão sistêmica do fluxo de processo de uma empresa química multipropósito e propor alterações de fluxos.
- Definir maiores perdas do processo, tempos de set up e reduzir quantidade de estoques de uma forma geral.
- Identificar o(s) gargalo(s) do processo produtivo e sua melhor performance.
- Comparar cenários alternativos para o processo produtivo, bem como analisar a viabilidade de novos projetos.

DESENVOLVIMENTO

3. Desenvolvimento

O estudo será desenvolvido a partir de uma revisão bibliográfica por meio e pesquisas em artigos e livros recentes sobre os temas: manufatura enxuta e suas ferramentas e simulação de eventos discretos.

A aplicação será analisada por meio da simulação de eventos discretos com o uso de ferramentas da manufatura enxuta em uma indústria química. A metodologia é aplicada em duas situações: no sistema atual da empresa e no sistema novo, simulado, permitindo a comparação entre os dois sistemas à luz das melhorias propostas e comparação entre eles. Sendo usado para lidar com a incerteza e criar pontos de vista dos níveis de estoque e utilização diferentes máquinas para sugestão de uso do estado futuro.

A iniciativa para a construção de um simulador para a empresa química é baseada nas justificativas apresentadas por Law e Kelton (1991), que suportam a criação de modelos matemáticos que representem as lógicas e relações quantitativas, podendo ser manipulados e analisados por meio de simulação. E defendem que a simulação é um modelo matemático, geralmente aplicado por meio de computadores, que representa um sistema real. Ver figura 1.1.



sistema -> experimento com um modelo do sistema -> modelo matemático -> simulação

Figura 1.1: Maneiras de estudar um sistema (Law e Kelton , 1991).

A idéia é aproximar ao máximo possível a condição simulada da condição real, e através desta simulação de eventos discretos propor melhoria de sistema de produção com as ferramentas da manufatura enxuta.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

4. Discussões

A simulação de eventos discretos que tem por finalidade aplicar as ferramentas da manufatura enxuta pode ser utilizada para analisar diferentes óticas. Desde a utilização de estudo para redução de estoques (Erjavec, Gradisar e Trkman, 2012), análise de rotas flexíveis para definição de equipamentos a serem utilizados na produção (Joseph e Sridharan -2011), Chee, Chong e Chin (2012) utilizaram simulação e o VSM para avaliar as melhorias da implantação do kanban e da técnica do milk-run, Rodrigo Ferro (2014), propôs um método para melhorar sistemas de produção baseado na integração das ferramentas de simulação de eventos discretos com a filosofia da manufatura enxuta em quatro casos.

No presente trabalho, visa-se analisar o uso das ferramentas da manufatura enxuta baseado na utilização de simulador de evento discreto para o aumento de produtividade em uma empresa química.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

5. Considerações Finais

Após a conclusão deste trabalho pretende-se implantar as ferramentas da manufatura enxuta e avaliar seu real desempenho.

Uma oportunidade seria usar a base para o desenvolvimento de testes de hipóteses, como, por exemplo, ferramentas que estão mais amplamente aplicadas pelas organizações no Brasil em outras empresas químicas de mesmo porte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abdulmalek, FA ; Rajgopal, J. Analyzing the benefits of lean manufacturing and value stream mapping via simulation: A process sector case study. International Journal Of Production Economics, 2007 May, Vol.107(1), pp.223-236 [Periódico revisado por pares] Web of Science
Chee, S. L., Chong, M. Y. e Chin, J. F. 2012. Milk-run kanban system for raw printed circuit board withdrawal to surface-mounted equipment. Journal of Industria Engineering and Management. 2012, pp. 382-405.



13º Congresso de Pós-Graduação

Erjavec, J., Gradisar, M. e Trkman, P. 2012. Assessment of stock size to minimize cutting stock production costs. *Int. J. Production Economics*. 2012, pp. 170-176.

Ferro, R. Proposta de um método para melhoria de sistemas de produção baseada na simulação de eventos discretos e manufatura enxuta. Tese de mestrado. Unimep, Santa Bárbara. 2014

Foerstl, K. ; Reuter, C. ; Hartmann, E. ; Blome, C. Managing supplier sustainability risks in a dynamically changing environment—Sustainable supplier management in the chemical industry. *Journal of Purchasing and Supply Management*, 2010, Vol.16(2), pp.118-130

Joseph, O.A. e Sridharan, R. 2011. Effects of routing flexibility, sequencing flexibility and scheduling decision rules on the performance of a flexible manufacturing system. *Int. J. Adv. Manuf. Technol.* 27 de June de 2011, pp. 291-306.

Law, A. M. e Kelton, D. *Simulation Modeling and Analysis*. s.l. : McGraw-Hill, 1991.

Monks, T. ; Robinson, S. ; Kotiadis, K. Learning from discrete-event simulation: Exploring the high involvement hypothesis. *European Journal of Operational Research*, 2014, Vol.235(1), pp.195-205

Rother, M., & Shook, J. (2003). *Aprendendo a Enxergar: Mapeando o Fluxo de Valor para Agregar Valor e Eliminar Desperdício*. São Paulo: Lean Institute Brasil.

Slack, N. *Vantagem Competitiva em Manufatura*. São Paulo: Editora Atlas, 1993.

Singh, A. K.; Sisodiya, R.S.; Bisht, R.; Maheshwar, A. Use of Information System and lean manufacturing to reduce the waste in the process industry. *International Journal of Electronics and Computer Science Engineering*, Vol2, Iss 2, Pp 778-786 (2013). *Directory of Open Access Journals (DOAJ)*

Womack, J.P.; Jones, D.T., 1998, *A Mentalidade Enxuta nas Empresas*, 4 ed. Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda.



**EDUCAÇÃO CONTINUADA NO ENSINO SUPERIOR:
(RE)SIGNIFICANDO O ENSINO DO MÉTODO DAS PARTIDAS
DOBRADAS NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Autor(es)

WAGGNOOR MACIEIRA KETTLE

Orientador(es)

ROSELI PACHECO SCHNETZLER

INTRODUÇÃO

Esta investigação evidencia a qualificação da prática docente quanto ao método das partidas dobradas (MPD), dada a importância para a formação de profissionais da Contabilidade. Questionou-se sobre possíveis dificuldades enfrentadas no ensino. Algumas conclusões prévias em relação ao docente: a) visão essencialmente simplista e derivada da racionalidade técnica; b) preocupação centrada na técnica e no conteúdo; e, c) preocupação com a relação teoria-prática. A investigação se justifica pelo fato de considerar o perfil dos docentes e, que eles constituem-se um campo fértil de atuação no âmbito da educação continuada, e, são poucos os estudos voltados para a educação contábil que focalizam o ensino do MPD. Algumas possíveis contribuições para: a) os docentes participantes das interações verbais de sua prática; b) o próprio curso em questão; c) a instituição sugerida para o estudo; d) outras instituições de ensino superior. O MPD constitui-se em temática fundamental, por ser alicerce da escrituração contábil, e, que continua a ser componente indispensável na compreensão e na construção dos relatórios de natureza fiscal e gerencial. Refere-se a um método de registro adotado pela ciência contábil no decorrer de sua história. Tais registros são mencionados por estudiosos como equivalentes às mais antigas formas de registro da civilização humana. No Brasil, Sá (2008) comenta: “Os signos, desenhos e pinturas que foram identificados nas grutas de Montalvânia, no Vale do Peruaçu, em Minas Gerais, aquelas das lápides em Pedra Furada no Parque das Antas no Piauí, evidenciam uma vida primitiva muito antiga, (...)” (p. 16). A Escola Norte-Americana apresentou-se no Brasil, segundo Iudícibus (2002), “basicamente introduzida pela obra Contabilidade Introdutória, por uma equipe de professores da FEA/USP, o que trouxe representativa simplificação para o estudante de Contabilidade (...)” (p. 242). Admite-se a existência da conta mediante o razonete (figura/signo em forma de T) na qual os registros são feitos em contas individualizadas. Assim, em vez de se chamar “lado esquerdo do razonete”, denomina-se débito; em vez de se chamar “lado direito do razonete”, denomina-se crédito. O método desenvolvido pelo Frei Luca Pacioli, na Itália (século XV), dá início a uma nova fase para a Contabilidade e perdura até os dias atuais. A formação docente requer diversas vertentes no processo de profissionalidade. Duas delas no cenário globalizado são: o componente da investigação e o componente da docência. O componente da investigação, conforme Cunha (2010a, p. 31), “representa a concepção de que o professor é, especialmente, um produtor de conhecimento e que a universidade, para dar conta do seu perfil acadêmico, precisa estar alicerçada numa forte tradição investigativa”; o componente da docência “deposita nos professores a tradicional tarefa da educação escolarizada, que se expressa pela socialização e distribuição do conhecimento. Os dois componentes



compõem a condição da profissionalidade do professor da educação superior”. Segundo Hoyle (1980, p. 49), a profissionalidade restrita refere-se a uma “condição intuitiva, centrada na sala de aula e baseada na experiência, em detrimento da teoria. Nessa concepção o profissional é sensível ao desenvolvimento de cada aluno, é um professor criativo e um hábil gestor da aula”. Por não refletir de forma sistemática e teórica, “distancia-se dos padrões conceituais de qualidade, não compara o seu trabalho com o dos outros, nem tende a compreender as atividades de sala de aula num contexto mais alargado”. A profissionalidade ampla insere o ensino da sala de aula num contexto educacional mais alargado, onde o professor compara seu trabalho com os demais avaliando, de forma sistemática, o seu próprio trabalho e colaborando com outros professores (HOYLE, 1980, p. 49). A prática docente pautada na racionalidade técnica mencionada por Cunha (1998) é um risco no qual todos os que lidam com o ensino correm, contudo, pode ser potencializado principalmente, naqueles que não passaram pela formação inicial em cursos de licenciatura, ou que nunca tiveram oportunidades e/ou condições para participarem de algum processo pedagógico com vistas à qualidade do ensino e à prática reflexiva. Pérez-Gómez (1992, p. 96) explica a racionalidade técnica valendo-se da “(...) metáfora do professor como técnico”, o qual tem suas raízes na “(...) concepção tecnológica da atividade profissional (prática), que pretende ser eficaz e rigorosa, no quadro da racionalidade técnica (Schön, 1983)”. Trata-se, segundo Pérez-Gómez (1995, p. 97), de “(...) uma concepção epistemológica da prática, herdada do positivismo, que prevaleceu ao longo de todo o século XX, servindo de referência para a educação e socialização dos profissionais em geral e dos docentes em particular”. O processo reflexivo deve ser contínuo, pois a cada nova situação exige-se do docente uma nova forma de observar o problema e refletir sobre ele e sobre aquilo que deve ser feito. O chamamento à prática docente reflexiva é feito no sentido de oferecer ao docente uma formação tal que o ajude a enfrentar as dificuldades de uma sociedade em mudanças, bem como no contexto das diferenças sociais, tecnológicas e de relacionamento humano. Vieira (2008) assim expressa seu pensamento em relação à “(...) necessidade de desenvolvimento de novas competências a fim de melhor atenderem às exigências de formação de seus discentes (...) Espera que o professor apresente uma prática reflexiva; saiba trabalhar em equipe, em projetos nos quais tenha conhecimento de pedagogias diferenciadas; (...) administre sua própria formação contínua” (p. 33-34). O processo ensino-aprendizagem é permeado de signos que tem na palavra o meio mais autêntico da relação social. Contudo, há de se considerar a existência de outros signos que compõem o cenário do processo de relação social: gestos, ilustrações, sons, sinais, dentre outros, e todos com seu significado para a compreensão mental. Foucault (1987), assim se expressa: “Certamente os discursos são feitos de signos: mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os tornam irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (p. 75). Para o ensino do MPD é muito comum encontrar docentes valendo-se de uma gama de signos na tentativa de fazer fruir o ensino-aprendizagem, aliás, esse conjunto de alternativas simbólicas faz parte, naturalmente, do processo de ensinar o MPD em suas diversas perspectivas.

OBJETIVOS

Considerando este tema vital para a formação dos contadores, surge a questão: Quais (re)significações do ensino do método das partidas dobradas podem ser promovidas num coletivo docente de um curso de Ciências Contábeis?



A hipótese principal para tal (re)significação consiste na alteração da postura docente, em relação ao processo de reflexão no que tange ao por que ensino como ensino? As bases históricas dos termos débito e crédito seriam utilizadas como alicerce para melhor compreensão e aplicação do tema. Assim é que o objetivo é promover, junto aos docentes do curso focalizado, um processo de (re)significação no ensino do método das partidas dobradas no que se refere ao curso de Ciências Contábeis em suas diversas nuances. Agregam-se os objetivos específicos: a) discutir sobre o trabalho docente valorizando o processo reflexivo; b) conceber a importância do trabalho coletivo como elemento essencial para o aperfeiçoamento da visão sobre o ensino; c) problematizar, à luz do referencial teórico, o método das partidas dobradas, com o fim de aperfeiçoar seu ensino.

DESENVOLVIMENTO

A formação do grupo de discussão docente foi vital para a investigação, de tal forma que procurou-se valorizar a participação dos componentes do grupo, em sua ênfase na reflexão oriunda do debate sobre a prática docente e aspectos relacionados, bem como o desenvolvimento profissional dos docentes e a disponibilidade de tempo para as reuniões periódicas. Pode-se inferir que a investigação está ancorada numa abordagem qualitativa descritiva, na qual as informações coletadas se traduzem em documentos (94 provas das disciplinas de Contabilidade e correlatas), depoimentos de 22 alunos (1º ao 4º ano) e textos que demonstram o processo de interação, transcritos a partir das reuniões com os professores do curso. O estudo de caso dividiu-se em cinco etapas: a primeira, questionando os docentes quanto às dificuldades percebidas junto aos alunos; a segunda, coletando as provas dos alunos que tiveram dificuldade com a adoção do MPD; a terceira, entrevistando alunos no intuito de ouvir quanto às dificuldades enfrentadas no tocante ao tema; a quarta, constituiu-se nas reuniões gravadas em áudio e devidamente transcritas; e a quinta, com a análise e interpretação das informações. No grupo, assumi a função de mediador, gestor do processo de debate e reflexão, bem como de emissor de meu pensamento quanto aos pontos analisados, uma vez que, além da coordenação do curso, também ministro aulas. As reuniões ocorreram com o intuito de refletir, debater e sugerir sobre a iniciação na docência, textos oriundos de artigos sobre educação contábil no Brasil. Sempre após as reuniões, um breve relato foi feito com as impressões gerais, contendo: compreensão da pauta, equívocos identificados, confusões instauradas e concordâncias coletivas.

As pautas dos encontros foram planejadas, tendo em mente as propostas e necessidades dos professores, sempre com o objetivo de criar um ambiente favorável, no sentido do grupo se sentir à vontade para exprimir suas opiniões.

O grupo realizou 10 reuniões (até 12/08/2015) com um tempo aproximado de 60 minutos cada, com a previsão de ocorrer ainda mais três reuniões.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram definidas categorias temáticas para a análise dos fatos que dão indicativos de que os professores têm potencial para alargar seus sentidos e significados e, dessa forma, refletir sobre possibilidades quanto ao rompimento com algumas práticas, ou mesmo, a transformação de atitudes pautadas na racionalidade técnica rumo à prática reflexiva:



13º Congresso de Pós-Graduação

a) Quanto aos problemas apontados pelos professores em relação ao MPD: pressão do processo avaliativo; imaturidade do aluno; contexto socioeconômico; falta de dedicação e estudo fora da sala de aula; falta de conhecimento da área escolhida; dificuldades de cognição; falta da medida certa e pouca objetividade dos professores.

Os professores compreendem que o processo ensino-aprendizagem requer amadurecimento, em menor ou maior tempo, para cada estudante. Oliveira Bolfer (2008) reforça isto fazendo referência ao aluno que tem um ritmo diferente dos demais e que precisa de mais tempo para o aprendizado. Isso inclui tanto a contextualização da área de conhecimento escolhida, quanto as temáticas atinentes ao curso.

Quanto ao papel do docente: motivador do processo de formação, interessado no seu aprendizado, facilitador no ensino e fazê-lo com prazer e esmero.

Para que o trabalho docente exerça seu papel no processo ensino-aprendizagem no âmbito do ensino superior, quer seja a formação profissional e a formação para vida é necessário que o professor conheça e tenha clareza epistemológica dos conceitos que ele está ensinando. Se ele não conhece claramente o conteúdo que ensina, dificilmente ele saberá outro “caminho” para alcançar o aluno.

Quanto à concepção que se tem dos alunos: na primeira fase do curso, apresentam-se com dificuldades de raciocínio lógico, de interpretação de texto e com boa dose de passividade e valorização da prática em detrimento da teoria; na segunda parte do curso, já passam a ser mais questionadores e demonstram amadurecimento com as questões do mundo do trabalho. A abordagem tradicional de ensino pressupõe um verbalismo exacerbado com o objetivo maior que se traduz em “passar” o conteúdo. Considera, assim, o aluno como “cabeça vazia”, onde o professor ensina e cobra na prova. Esse é o modelo transmissão x recepção. Noutras abordagens há novas concepções que apontam para uma reconstrução de aprendizagem, de conhecimento, de interação, de professor e do significado de ser professor e como ele vê o aluno. Tais concepções não se referem tão somente a uma mudança de metodologia, mas, acima de tudo, mudança de atitude no processo de ensino-aprendizagem.

Quanto ao “poder” das técnicas: plano de contas comum, repetição e revisão, técnica mista entre Balanços Sucessivos e a Tradicional.

A teoria é dada como uma das técnicas para se apresentar os conteúdos de Contabilidade que, de forma gradativa, forma uma concepção ampliada da área do saber, incluindo as partidas dobradas em seus desdobramentos e que, sobremaneira, apontam para o crescimento profissional do futuro egresso.

Quanto ao processo de reflexibilidade: (em construção).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretende-se retomar o objetivo mais amplo do estudo: promover, junto aos docentes do curso focalizado, um processo de (re)significação no ensino do método das partidas dobradas no que se refere ao curso de Ciências Contábeis em suas diversas nuances. Apresentar também outras reflexões sobre a educação continuada e a relevância do coletivo no processo de (re)significação do ensino do método das partidas dobradas no contexto da IES focalizada na investigação.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CUNHA, M. I. da. O professor universitário na transmissão de paradigmas. Araraquara, SP: JM Editora, 1998.
- _____. A Docência como Ação Complexa. In: CUNHA, M. I. da. (Org.). Trajetórias e Lugares de Formação da Docência Universitária: da perspectiva individual ao espaço institucional. Araraquara, São Paulo: Junqueira & Marin Editores, 2010a.
- FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- HOYLE, E. Professionalization and professionalization in education. In: HOYLE, E.; MEGARRY, J. (Eds.). The professional development of teachers: world yearbook of education 1980. London: Kogan Page, 1980. p. 45-60.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. Introdução à Teoria da Contabilidade. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- PÉREZ-GÓMEZ, Angel. In: NÓVOA, A. (Org.) O Pensamento Prático do Professor: A Formação do Professor como Profissional Reflexivo, Lisboa, 1992.
- _____. O Pensamento Prático do Professor: A Formação do Professor como Profissional Reflexivo. In: NÓVOA, A. (Org.). Os Professores e a sua Formação. Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote - Instituto de Inovação Educacional, 1995.
- SÁ, A. L. de História Geral da Contabilidade no Brasil. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.
- VIEIRA, M. G. As competências e as habilidades requeridas aos professores de contabilidade. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, n. 169, 2008, p. 31-41.



**O INÍCIO DA DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR MILITAR:
DILEMAS E DESAFIOS DO INSTRUTOR DE EDUCAÇÃO
FÍSICA INICIANTE NA CASERNA**

Autor(es)

TAMARA ARETTA MAUERBERG TECHE DE FARIAS

Orientador(es)

IDA CARNEIRO MARTINS

INTRODUÇÃO

A educação militar no nível superior é regida pelo art.83 da LDB 9394/96, o qual considera que este deve ser ministrado seguindo regulamentação própria e possibilitando a equivalência dos estudos, tendo suas próprias regras.

No entanto, uma das motivações para a escolha desse estudo se deu por ser militar, instrutora de Educação Física e ter a oportunidade de desenvolver um estudo numa instituição onde poucos têm acesso, na qual existem peculiaridades no processo de ensino e que, certamente, difere das demais instituições do país.

Encontramos inúmeras pesquisas que discutem o início da docência, nas diferentes esferas de ensino, porém nenhuma refere-se ao instrutor de Educação Física de uma Academia Militar, pouco se sabe sobre o início da docência nesta esfera de ensino, e sobre esse universo hierarquizado, que tem seu próprio código de honra.

Em relação ao referencial teórico, busca-se referências em autores que discutem a história da Educação Física no Brasil, com ênfase na educação física militar, tais como Marinho (1980), Ghiraldelli (1991) e Castellani Filho (2013).

Marinho (1980) em seu Livro “História Geral da Educação Física”, apresenta dentro do contexto da Educação Física e desportos brasileiros, três fases, sendo: Colônia, Império e República, na presente pesquisa focaremos no período da república, a partir de 1906, visto que é onde inicia-se o envolvimento da Educação Física nos ambientes militares.

Em 1907, a Missão Militar Francesa, foi contratada para ministrar instruções militares à Força Pública do Estado de São Paulo, sendo fundada uma sala de armas, destinada ao ensino e prática da Esgrima, sendo o mais antigo estabelecimento especializado de todo o Brasil. (MARINHO, 1980, p. 170)

Segundo Marinho (1980) em 1922, o Ministro da Guerra, baixou uma portaria, criando o Centro Militar de Educação Física, cuja finalidade específica era dirigir, coordenar e difundir o novo método de Educação Física Militar e suas aplicações desportivas. Castellani Filho (2013) em seu livro “Educação Física no Brasil: A história que não se Conta”, também nos apresenta uma abordagem bem consistente dos diferentes momentos históricos, referentes a Educação Física no Brasil e suas principais tendências. O autor resgata a influência sofrida das instituições militares e da categoria profissional dos médicos, na área.

Ghiraldelli (1991, p. 16), resgata em sua obra cinco tendências da Educação Física Brasileira: a Educação Física Higienista (até 1930); a Educação Física Militarista (1930-1945); a Educa-



ção Física Pedagógica (1945-1964); Educação Física Competitivista (após-64); e a Educação Física Popular.

A Educação Física Higienista, se alicerça nas atividades capazes de garantir a aquisição e manutenção da saúde individual, se prende ao lema “mente sã em corpos sã”. Nesta tendência o indivíduo pode e deve adquirir saúde, devendo estar livre das doenças infecciosas e dos vícios deteriorados a saúde. (GHIRALDELLI, 1991). As Instituições Militares, principalmente as Academias, foco da pesquisa, vivenciam essa concepção, os Cadetes necessitam de uma manutenção da saúde, devendo adquirir corpos sã, livres de doenças. Para tanto, os Cadetes são submetidos a constantes inspeções médicas e Testes de Aptidão do Condicionamento Físico (TACF), que ocorrem duas vezes ao ano, com atribuição de menções de acordo com os índices apresentados.

Hoje, as instituições militares não perderam suas origens, continuam enraizadas na coragem, honra, dever e pátria, sendo seus pilares. A Educação Física Militar, tem um objetivo fim, sendo a preparação para o combate.

Para embasar as discussões acerca da formação dos professores de Educação Física, serão apresentadas as ideias de Nascimento (2006), Martins e Batista (2006), Taffarel e Santos Júnior (2010). Nascimento (2006), Martins e Batista (2006) e Taffarel e Santos Júnior (2010) discutem sobre a separação licenciatura-bacharelado. Para Martins e Batista (2006) a divisão não se justifica, visto que o professor de educação física, precisa ter habilidades e competências para desenvolver processos educativos relacionados a ambos, o professor deve mediar e integrar em sua ação profissional a teoria e a prática, para os autores o professor em qualquer área de atuação precisa ter uma boa formação pedagógica.

A formação acadêmica do profissional de educação física e sua atuação posterior apresentam dificuldades a serem superadas, sendo: o descompasso entre a formação teórica e a ação cotidiana de intervenção do professor. (MARTINS e BATISTA, 2006, p. 163) Taffarel e Santos Júnior (2010), discutem a fragmentação da licenciatura-bacharelado, retratando que cinde a formação do professor estabelecendo rupturas já no processo de formação. Para os autores entre os argumentos utilizados para sustentar a proposta de fragmentação da formação estão a diferença entre os locais de atuação profissional, e de que o licenciado deveria ter, predominantemente, uma formação pedagógica, e o bacharel, uma formação enfatizada cientificamente.

Para Nascimento (2006), na formação inicial destaca-se a falta de convívio intelectual e isolamento das disciplinas, frequente mal estar no ambiente acadêmico, estado de manutenção adiada da infraestrutura, falta de melhor qualidade da atuação docente e discente, fragilidade dos conteúdos na formação inicial e fragmentação disciplinar.

Dentro da caracterização do ambiente militar e concepções pedagógicas que permeiam esse campo, serão apresentadas as ideias de Demo (2006) e Kirsch (2013). Segundo Demo (2006, p.83), pensando em torno das modificações para o ensino superior, tais como aproximação teoria-prática e o ensino com pesquisa, observa-se que as características da AFA são de uma instituição muito voltada ao tecnicismo pedagógico, presa às amarras da transmissão, memorização e aplicação do conhecimento.

Kirsch (2013) ressalta que o ensino e a aprendizagem no meio militar identificam-se com o teórico Skinner, onde traz o aprendizado como mudança de comportamento, sendo este men-



surável, e nos apresenta as especificidades do processo de ensino e de aprendizagem dos instrutores militares, formados pela academia militar, tendo como foco os aviadores. Talvez este ensino tecnicista e as especificidades do ensino militar podem tornar um dilema para o instrutor de educação física iniciante nesta instituição.

Diversos estudos têm apontado a importância da investigação de aspectos relativos à etapa de iniciação à docência. Para enveredar este estudo, busca-se referência teóricas em autores que discutem essa temática, tais como Huberman (1992), Cavaco (1995), Marcelo Garcia (1999) e Corrêa (2013).

Os autores consideram o início da carreira como o período de descobertas, com características próprias, sendo essa fase potencialmente problemática, tendo em vista as implicações que essa fase tem para o futuro profissional, em termos de autoconfiança, experiência e de identidade profissional, eles apontam que um dos principais desafios e dilemas dos professores iniciantes estão relacionados a problemas indisciplinados.

Marcelo Garcia (1999) ressalta que, devido à necessidade de considerá-lo como uma etapa que possui características próprias, o período de iniciação à docência precisa também ser analisado de forma singular.

Huberman (1992) retrata sobre o desenvolvimento profissional, o autor procurou analisar, entre outros tópicos, a existência de fases comuns aos diversos professores, os melhores e piores momentos do ciclo profissional. O autor concluiu que há diversas constantes ou itinerários-tipo que caracterizam o percurso profissional de certos grupos de professores e cada um desses grupos é caracterizado por sequências específicas de desenvolvimento profissional ao longo das cinco fases que distinguiu na carreira docente (exploração, estabilização, dinamismo, conservadorismo e desinvestimento). Cavaco (1991) considera que as condições iniciais da profissão docente podem causar insegurança e instabilidade, intensificando ainda mais as dificuldades desta fase, considerada de sobrevivência. Huberman (1992) também faz referência à esta fase, ao reconhecer que a iniciação na docência, é um período de aprendizagens intensas, que pode traumatizar e despertar no professor a necessidade de sobreviver aos desafios da profissão. Para o autor além do choque da realidade, outros desafios fazem parte desta etapa como a sobrevivência e a descoberta. Diante dessa discussão, Corrêa (2013, p.26) organiza as dificuldades apontadas pelos professores iniciantes em dois eixos: sendo o primeiro o controle de classe e o domínio de conteúdo, envolvendo sentimentos como medo, desespero, impotência; e o segundo o isolamento docente, envolvendo a solidão e não pertencimento ao grupo.

OBJETIVOS

Analisar a formação inicial e o processo de desenvolvimento profissional dos instrutores de Educação Física iniciantes no ensino superior militar, em uma Academia Militar, identificando quais são os dilemas e desafios vivenciados no início da docência. Busca-se respostas para a pergunta: Quais são os principais dilemas e desafios enfrentados pelo Instrutores de Educação Física no início da docência no ensino superior militar em uma Academia Militar?

DESENVOLVIMENTO



13º Congresso de Pós-Graduação

A pesquisa será realizada na Academia da Força Aérea, na Seção de Educação Física, no município de Pirassununga-SP.

O grupo de estudo será composto por quatro instrutores militares, formados em Educação Física, em instituições de ensino civis, pertencentes a Seção de Educação Física da Academia da Força Aérea, sendo dois ingressantes na instituição militar, em outubro de 2013 e dois em outubro de 2014, ou seja, os indivíduos possuem aproximadamente entre nove meses a um ano e nove meses de início à docência no ensino superior militar. Consideraremos o início da carreira docente, o período de até três anos de experiência docente, assim como descrito por Huberman (1992).

O presente projeto de pesquisa terá como proposta metodológica três abordagens de pesquisa, a saber: bibliográfica, documental e pesquisa de campo.

Na pesquisa de campo utilizaremos os procedimentos da História Oral, Oral (AMADO e FERREIRA, 2006) utilizando-se de entrevistas individuais, apoiando-se em roteiro semiestruturado, sendo apresentado antecipadamente, de modo que o entrevistado possa se preparar para a mesma. Serão utilizadas gravações (áudio), transcrições e análises das entrevistas. Para análise dos dados, pretendemos a partir das falas dos indivíduos, criar eixos temáticos para as análises que permitirão estabelecer discussões a luz dos aportes teóricos selecionados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O início à docência no ensino superior militar é marcado por inúmeros dilemas e desafios, tais como: o choque de realidade (instituição com predominância tecnicista; hierarquizada e doutrinária); a falta de domínio de conteúdo específicos da disciplina e inerentes ao militarismo; a falta de conhecimento da estrutura do ensino superior militar; dúvidas quanto ao que ensinar, como ensinar e para quem ensinar, ou seja como conduzir o processo de ensino e de aprendizagem; entre outros.

Diferente do que é encontrado na literatura, acreditamos que a indisciplina e as condições físicas e materiais não serão apontadas pelos instrutores enquanto um desafio, visto que os pilares da caserna são a hierarquia e a disciplina. Acreditamos que a pesquisa poderá contribuir à melhor compreensão sobre a formação inicial dos indivíduos da pesquisa, o estágio de adaptação militar e os dilemas e desafios vivenciados pelos instrutores, já que poucas são as pesquisas que tratam sobre o tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que os dados coletados possa oferecer contribuições para futuras pesquisas que abordem este contexto, ampliando o conhecimento científico, filosófico e militar, contribuindo de maneira significativa para a expansão das pesquisas dentro do âmbito educacional e da Força Aérea Brasileira, bem como, reflexões sobre os dilemas e desafios vivenciados pelos instrutores iniciantes na caserna, sobre a formação inicial em educação física e o estágio de adaptação militar, oferecido pela instituição em foco.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9394/96, de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em:. Acesso em: 18 jun. 2015.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. 19. ed. Campinas: Papirus, 2013. 175 p. (Coleção Corpo & Motricidade).

CAVACO, Maria Helena. Ofício do Professor: o tempo e as mudanças. In: NÓVOA, Antônio (Org.). **Profissão Professor**. Porto: Porto Editora, 1995. p. 155-191.

CORRÊA, Thiago Henrique Barnabé. **Os anos iniciais da Docência em Química: Da Universidade ao Chão da Escola**. 2013. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Unimep, Piracicaba, 2013.

DEMO, Mauricéia. Aparecida de Oliveira. **A formação de oficiais e as políticas educacionais da Academia da Força Aérea**. 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fgv, 2006. 304 p.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo et al (Org.). **Educação Física Progressista: A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos e a Educação Física Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1991. 10 v.

HUBERMAN, M. **O Ciclo de vida profissional dos professores**. In: NÓVOA, Antônio. (Org.). **Vidas de professores**. 2. ed. Portugal: Porto Editora, 1992

KIRSCH, Deise Becker. **Processo de ensinar e de aprender: os instrutores militares e os cadetes da aeronáutica**. 2013. 164 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

MARCELO GARCIA, Carlos. **Formação de Professores: para uma mudança educativa**. Porto: Porto, 1999. (Ciências da Educação Século XXI).

MARINHO, Inezil Penna. **História Geral da Educação Física**. 2. ed. São Paulo: Cia Brasil, 1980. 212 p.

MARTINS, Ida Carneiro; BATISTA, José Carlos de Freitas. Educação Física, Formação e Prática Profissional. In: MARCO, Ademir de (Org.). **Educação Física: Cultura e Sociedade**. Campinas: Papirus, 2006. p. 157-170

NASCIMENTO, Juarez Vieira do. Formação do profissional de educação física e as novas diretrizes: reflexões sobre a reestruturação curricular. In: SOUZA NETO, et al. **Formação Profissional em Educação Física: Estudos e Pesquisa**. Rio Claro: Bioética, 2006. p. 59-75.

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke; SANTOS JUNIOR, Cláudio de Lira. Formação humana e formação de professores de Educação Física: para além da falsa dicotomia licenciatura X bacharelado. In: TERRA, Dinah Vasconcellos; SOUZA JÚNIOR, Marcílio (Org.). **Formação em Educação Física & Ciências do Esporte: políticas e cotidiano**. Goiânia: Hucitec, 2010. p. 13-47.



**O INÍCIO DA DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR MILITAR:
DILEMAS E DESAFIOS DO INSTRUTOR DE EDUCAÇÃO
FÍSICA INICIANTE NA CASERNA**

Autor(es)

TAMARA ARETTA MAUERBERG TECHE DE FARIAS

Orientador(es)

IDA CARNEIRO MARTINS

INTRODUÇÃO

A educação militar no nível superior é regida pelo art.83 da LDB 9394/96, o qual considera que este deve ser ministrado seguindo regulamentação própria e possibilitando a equivalência dos estudos, tendo suas próprias regras.

No entanto, uma das motivações para a escolha desse estudo se deu por ser militar, instrutora de Educação Física e ter a oportunidade de desenvolver um estudo numa instituição onde poucos têm acesso, na qual existem peculiaridades no processo de ensino e que, certamente, difere das demais instituições do país. Encontramos inúmeras pesquisas que discutem o início da docência, nas diferentes esferas de ensino, porém nenhuma refere-se ao instrutor de Educação Física de uma Academia Militar, pouco se sabe sobre o início da docência nesta esfera de ensino, e sobre esse universo hierarquizado, que tem seu próprio código de honra. Em relação ao referencial teórico, busca-se referências em autores que discutem a história da Educação Física no Brasil, com ênfase na educação física militar, tais como Marinho (1980), Ghiraldelli (1991) e Castellani Filho (2013). Marinho (1980) em seu Livro “História Geral da Educação Física”, apresenta dentro do contexto da Educação Física e desportos brasileiros, três fases, sendo: Colônia, Império e República, na presente pesquisa focaremos no período da república, a partir de 1906,

visto que é onde inicia-se o envolvimento da Educação Física nos ambientes militares. Em 1907, a Missão Militar Francesa, foi contratada para ministrar instruções militares à Força Pública do Estado de São Paulo, sendo fundada uma sala de armas, destinada ao ensino e prática da Esgrima, sendo o mais antigo estabelecimento especializado de todo o Brasil. (MARINHO, 1980, p. 170)

Segundo Marinho (1980) em 1922, o Ministro da Guerra, baixou uma portaria, criando o Centro Militar de Educação Física, cuja finalidade específica era dirigir, coordenar e difundir o novo método de Educação Física Militar e suas aplicações desportivas Castellani Filho (2013) em seu livro “Educação Física no Brasil: A história que não se Conta”, também nos apresenta uma abordagem bem consistente dos diferentes momentos históricos, referentes a Educação Física no Brasil e suas principais tendências. O autor resgata a influência sofrida das instituições militares e da categoria profissional dos médicos, na área.



Ghiraldelli (1991, p. 16), resgata em sua obra cinco tendências da Educação Física Brasileira: a Educação Física Higienista (até 1930); a Educação Física Militarista (1930-1945); a Educação Física Pedagogicista (1945-1964); Educação Física Competitivista (após-64); e a Educação Física Popular.

A Educação Física Higienista, se alicerça nas atividades capazes de garantir a aquisição e manutenção da saúde individual, se prende ao lema “mente sã em corpos são”. Nesta tendência o indivíduo pode e deve adquirir saúde, devendo estar livre das doenças infecciosas e dos vícios deteriorados a saúde. (GHIRALDELLI, 1991).

As Instituições Militares, principalmente as Academias, foco da pesquisa, vivenciam essa concepção, os Cadetes necessitam de uma manutenção da saúde, devendo adquirir corpos são, livres de doenças. Para tanto, os Cadetes são submetidos a constantes inspeções médicas e Testes de Aptidão do Condicionamento Físico (TACF), que ocorrem duas vezes ao ano, com atribuição de menções de acordo com os índices apresentados. Hoje, as instituições militares não perderam suas origens, continuam enraizadas na coragem, honra, dever e pátria, sendo seus pilares. A Educação Física Militar, tem um objetivo fim, sendo a preparação para o combate.

Para embasar as discussões acerca da formação dos professores de Educação Físicas, serão apresentadas as ideias de Nascimento (2006), Martins e Batista (2006), Taffarel e Santos Junior (2010).

Nascimento (2006), Martins e Batista (2006) e Taffarel e Santos Júnior (2010) discutem sobre a separação licenciatura-bacharelado. Para Martins e Batista (2006) a divisão não se justifica, visto que o professor de educação física, precisa ter habilidades e competências para desenvolver processos educativos relacionados a ambos, o professor deve mediar e integrar em sua ação profissional a teoria e a prática, para os autores o professor em qualquer área de atuação precisa ter uma boa formação pedagógica.

A formação acadêmica do profissional de educação física e sua atuação posterior apresentam dificuldades a serem superadas, sendo: o descompasso entre a formação teórica e a ação cotidiana de intervenção do professor. (MARTINS e BATISTA, 2006, p. 163) Taffarel e Santos Júnior (2010), discutem a fragmentação da licenciatura-bacharelado, retratando que cinde a formação do professor estabelecendo rupturas já no processo de formação. Para os autores entre os argumentos utilizados para sustentar a proposta de fragmentação da formação estão a diferença entre os locais de atuação profissional, e de que o licenciado deveria ter, predominantemente, uma formação pedagógica, e o bacharel, uma formação enfaticamente científica. Para Nascimento (2006), na formação inicial destaca-se a falta de convívio intelectual e isolamento das disciplinas, frequente mal estar no ambiente acadêmico, estado de manutenção adiada da infraestrutura, falta de melhor qualidade da atuação docente e discente, fragilidade dos conteúdos na formação inicial e fragmentação disciplinar.

Dentro da caracterização do ambiente militar e concepções pedagógicas que permeiam esse campo, serão apresentadas as ideias de Demo (2006) e Kirsch (2013). Segundo Demo (2006, p.83), pensando em torno das modificações para o ensino superior, tais como aproximação teoria-prática e o ensino com pesquisa, observa-se que



as características da AFA são de uma instituição muito voltada ao tecnicismo pedagógico, presa às amarras da transmissão, memorização e aplicação do conhecimento. Kirsch (2013) ressalta que o ensino e a aprendizagem no meio militar identificam-se com o teórico Skinner, onde traz o aprendizado como mudança de comportamento, sendo este mensurável, e nos apresenta as especificidades do processo de ensino e de aprendizagem dos instrutores militares, formados pela academia militar, tendo como foco os aviadores. Talvez este ensino tecnicista e as especificidades do ensino militar podem tornar um dilema para o instrutor de educação física iniciante nesta instituição. Diversos estudos têm apontado a importância da investigação de aspectos relativos à etapa de iniciação à docência. Para enveredar este estudo, busca-se referência teóricas em autores que discutem essa temática, tais como Hurberman (1992), Cavaco (1995), Marcelo Garcia (1999) e Corrêa (2013).

Os autores consideram o início da carreira como o período de descobertas, com características próprias, sendo essa fase potencialmente problemática, tendo em vista as implicações que essa fase tem para o futuro profissional, em termos de autoconfiança, experiência e de identidade profissional, eles apontam que um dos principais desafios e dilemas dos professores iniciantes estão relacionados a problemas indisciplinados. Marcelo Garcia (1999) ressalta que, devido à necessidade de considerá-lo como uma etapa que possui características próprias, o período de iniciação à docência precisa também ser analisado de forma singular.

Huberman (1992) retrata sobre o desenvolvimento profissional, o autor procurou analisar, entre outros tópicos, a existência de fases comuns aos diversos professores, os melhores e piores momentos do ciclo profissional. O autor concluiu que há diversas constantes ou itinerários-tipo que caracterizam o percurso profissional de certos grupos de professores e cada um desses grupos é caracterizado por sequências específicas de desenvolvimento profissional ao longo das cinco fases que distinguem na carreira docente (exploração, estabilização, dinamismo, conservadorismo e desinvestimento).

Cavaco (1991) considera que as condições iniciais da profissão docente podem causar insegurança e instabilidade, intensificando ainda mais as dificuldades desta fase, considerada de sobrevivência.

Huberman (1992) também faz referência à esta fase, ao reconhecer que a iniciação na docência, é um período de aprendizagens intensas, que pode traumatizar e despertar no professor a necessidade de sobreviver aos desafios da profissão. Para o autor além do choque da realidade, outros desafios fazem parte desta etapa como a sobrevivência e a descoberta. Diante dessa discussão, Corrêa (2013, p.26) organiza as dificuldades apontadas pelos professores iniciantes em dois eixos: sendo o primeiro o controle de classe e o domínio de conteúdo, envolvendo sentimentos como medo, desespero, impotência; e o segundo o isolamento docente, envolvendo a solidão e não pertencimento ao grupo.

OBJETIVOS

Analisar a formação inicial e o processo de desenvolvimento profissional dos instrutores de Educação Física iniciantes no ensino superior militar, em uma Academia Mi-



litar, identificando quais são os dilemas e desafios vivenciados no início da docência. Busca-se respostas para a pergunta: Quais são os principais dilemas e desafios enfrentados pelo Instrutores de Educação Física no início da docência no ensino superior militar em uma Academia Militar?

DESENVOLVIMENTO

A pesquisa será realizada na Academia da Força Aérea, na Seção de Educação Física, no município de Pirassununga-SP.

O grupo de estudo será composto por quatro instrutores militares, formados em Educação Física, em instituições de ensino civis, pertencentes a Seção de Educação Física da Academia da Força Aérea, sendo dois ingressantes na instituição militar, em outubro de 2013 e dois em outubro de 2014, ou seja, os indivíduos possuem aproximadamente entre nove meses a um ano e nove meses de início à docência no ensino superior militar.

Consideraremos o início da carreira docente, o período de até três anos de experiência docente, assim como descrito por Huberman (1992). O presente projeto de pesquisa terá como proposta metodológica três abordagens de pesquisa, a saber: bibliográfica, documental e pesquisa de campo.

Na pesquisa de campo utilizaremos os procedimentos da História Oral, Oral (AMADO e FERREIRA, 2006) utilizando-se de entrevistas individuais, apoiando-se em roteiro semiestruturado, sendo apresentado antecipadamente, de modo que o entrevistado possa se preparar para a mesma. Serão utilizadas gravações (áudio), transcrições e análises das entrevistas.

Para análise dos dados, pretendemos a partir das falas dos indivíduos, criar eixos temáticos para as análises que permitirão estabelecer discussões a luz dos aportes teóricos selecionados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O início à docência no ensino superior militar é marcado por inúmeros dilemas e desafios, tais como: o choque de realidade (instituição com predominância tecnicista; hierarquizada e doutrinária); a falta de domínio de conteúdo específicos da disciplina e inerentes ao militarismo; a falta de conhecimento da estrutura do ensino superior militar; dúvidas quanto ao que ensinar, como ensinar e para quem ensinar, ou seja como conduzir o processo de ensino e de aprendizagem; entre outros. Diferente do que é encontrado na literatura, acreditamos que a indisciplina e as condições físicas e materiais não serão apontadas pelos instrutores enquanto um desafio, visto que os pilares da caserna são a hierarquia e a disciplina.

Acreditamos que a pesquisa poderá contribuir à melhor compreensão sobre a formação inicial dos indivíduos da pesquisa, o estágio de adaptação militar e os dilemas e desafios vivenciados pelos instrutores, já que poucas são as pesquisas que tratam sobre o tema.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que os dados coletados possa oferecer contribuições para futuras pesquisas que abordem este contexto, ampliando o conhecimento científico, filosófico e militar, contribuindo de maneira significativa para a expansão das pesquisas dentro do âmbito educacional e da Força Aérea Brasileira, bem como, reflexões sobre os dilemas e desafios vivenciados pelos instrutores iniciantes na caserna, sobre a formação inicial em educação física e o estágio de adaptação militar, oferecido pela instituição em foco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9394/96, de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em:. Acesso em: 18 jun. 2015.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. 19. ed. Campinas: Papyrus, 2013. 175 p. (Coleção Corpo & Motricidade).

CAVACO, Maria Helena. **Ofício do Professor: o tempo e as mudanças**. In: NÓVOA, Antônio (Org.). **Profissão Professor**. Porto: Porto Editora, 1995. p. 155-191.

CORRÊA, Thiago Henrique Barnabé. **Os anos iniciais da Docência em Química: Da Universidade ao Chão da Escola**. 2013. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Unimep, Piracicaba, 2013.

DEMO, Maurícia. Aparecida de Oliveira. **A formação de oficiais e as políticas educacionais da Academia da Força Aérea**. 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fgv, 2006. 304 p.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo et al (Org.). **Educação Física Progressista: A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos e a Educação Física Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1991. 10 v.

HUBERMAN, M. **O Ciclo de vida profissional dos professores**. In: NÓVOA, Antônio. (Org.). **Vidas de professores**. 2. ed. Portugal: Porto Editora, 1992

KIRSCH, Deise Becker. **Processo de ensinar e de aprender: os instrutores militares e os cadetes da aeronáutica**. 2013. 164 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

MARCELO GARCIA, Carlos. **Formação de Professores: para uma mudança educativa**. Porto: Porto, 1999. (Ciências da Educação Século XXI).

MARINHO, Inezil Penna. **História Geral da Educação Física**. 2. ed. São Paulo: Cia Brasil, 1980. 212 p.

MARTINS, Ida Carneiro; BATISTA, José Carlos de Freitas. **Educação Física, Formação e Prática Profissional**. In: MARCO, Ademir de (Org.). **Educação Física: Cultura e Sociedade**. Campinas: Papyrus, 2006. p. 157-170

NASCIMENTO, Juarez Vieira do. **Formação do profissional de educação física e as novas diretrizes: reflexões sobre a reestruturação curricular**. In: SOUZA NETO, et al. **For-**



mação Profissional em Educação Física: Estudos e Pesquisa. Rio Claro: Bioética, 2006. p. 59-75.

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke; SANTOS JUNIOR, Cláudio de Lira. Formação humana e formação de professores de Educação Física: para além da falsa dicotomia licenciatura X bacharelado. In: TERRA, Dinah Vasconcellos; SOUZA JÚNIOR, Marcilio (Org.). **Formação em Educação Física & Ciências do Esporte:** políticas e cotidiano. Goiânia: Hucitec, 2010. p. 13-47.



EYE TRACKING NO FACEBOOK PARA PERCEPÇÃO DO CONSUMIDOR

Autor(es)

GISELE ELIOS DA SILVA
ROSANA BORGES ZACCARIA

Orientador(es)

GUSTAVO BENEVIDES

INTRODUÇÃO

Com o propósito de se evitar o desperdício de “dardos atirados”, como recursos financeiros e esforço de trabalho, há que se estudar o mercado de atuação, entender suas peculiaridades e identificar os potenciais consumidores. Para públicos cada vez mais disputados e exigentes, a mensagem dirigida com formato e linguagem específicos aos grupos de interesse gera maior interação, identificação, atratividade e, consequentemente, produz os efeitos desejados.

Partindo destas premissas, no intuito de se avaliar como podem ser desenvolvidos tais estudos de percepção do consumidor e contribuir na produção científica da área, pretende-se conhecer a utilização da ferramenta *Eye Tracking* para a melhoria da compreensão de codificação de mensagem na *Web*, entre conteúdo e receptor. A projeção de ofertas mais assertivas e eficazes, que sejam soluções às expectativas dos consumidores, definida pela busca da compreensão do seu funcionamento cerebral na tomada de decisão de compra, tende a estimular atenção à oferta. A organização deve dialogar com o consumidor e extrair deste diálogo melhores formas de comunicar-se com ele, acolhendo suas necessidades e respeitando sua individualidade.

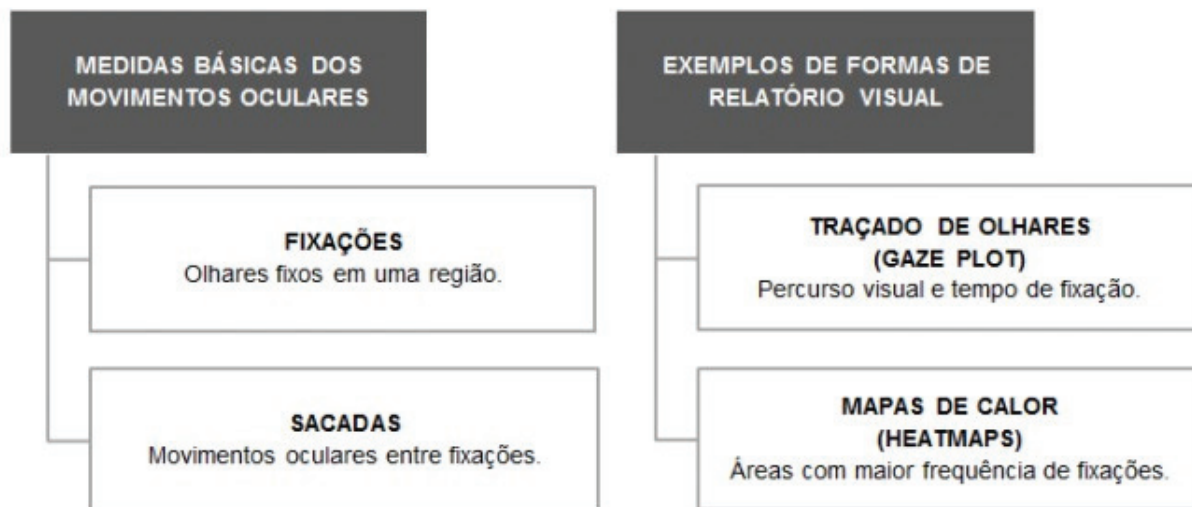
Diversos estudos de neurociência têm sido realizados para entender os aspectos relacionados às escolhas dos consumidores, como por exemplo, através da utilização do *Eye Tracking* que, em determinado conteúdo da *Web*, torna possível analisar os pontos de interesse e a hierarquia e frequência de atenção. Bem como, investigar dificuldades de decodificação da mensagem e quanto tempo se leva para a busca da próxima informação.

O *Eye Tracking* trata-se, como afirma Barreto (2012, p. 168-169), do “conjunto de tecnologias que permite medir e registrar os movimentos oculares de um indivíduo perante a amostragem de um estímulo”. Tal ferramenta, conforme apontado pela autora, determina em que áreas e por quanto tempo o indivíduo fixou sua atenção (volume de fixações e eventuais padrões de comportamento visual).

Quanto ao campo das ciências da comunicação, Barreto (*loc. cit.*) destaca que o *Eye Tracking* tem possibilitado às organizações não só compreender o comportamento visual do indivíduo, mas também direcionar suas estratégias de acordo com os resultados obtidos. O quadro 1 e as definições a seguir destacam alguns aspectos da análise de movimentos oculares na utilização do *Eye Tracking*.



Quadro 1 – Movimentos oculares e relatório visual na utilização do Eye Tracking



Fonte: Adaptado de Barreto (2012, p. 176-178)

Fixações: Numa tarefa de codificação (por exemplo, navegando numa página *Web*), a maior frequência de fixação numa determinada área pode ser indicativa de maior interesse no destino ou pode ser um sinal de que a tarefa é complexa e de difícil codificação. (JUST, CARPENTER, 1976ab; JACOB, KARN, 2003 *apud* BARRETO, *loc. cit.*)

Sacadas: Consistem no movimento ocular que ocorre entre fixações. A regressão (ou sacada regressiva), isto é, a sacada que volta atrás em direção ao texto, por exemplo, que já foi visualizado, pode agir como medição de dificuldades durante a decodificação. (RAYNER, POLLATSEK, 1989 *apud* BARRETO, *loc. cit.*)

Traçado de Olhares (*Gaze Plot*): Análise do comportamento visual dos participantes, de forma individual, indicando os movimentos sacádicos e sua sequência (percurso visual), a respectiva ordem e duração (tempo de fixação).

Mapas de Calor (*Heatmaps*): Nestas representações, as áreas “quentes” ou de maior intensidade sinalizam os locais onde os usuários fixaram a sua atenção com maior frequência, ou seja, as áreas com elementos mais atrativos e onde se gerou maior volume de fixações visuais.

As diretrizes de produção de conteúdo alinhadas às informações de público são elementos essenciais para a eficácia da mensagem. A discussão sobre a investigação dos componentes comunicacionais e sua decodificação pelo consumidor, também é abordada por Garret (2011, p. 137 *apud* Kawano, Furtado e Batista, 2015, p. 88) propondo alguns questionamentos, dentre eles:

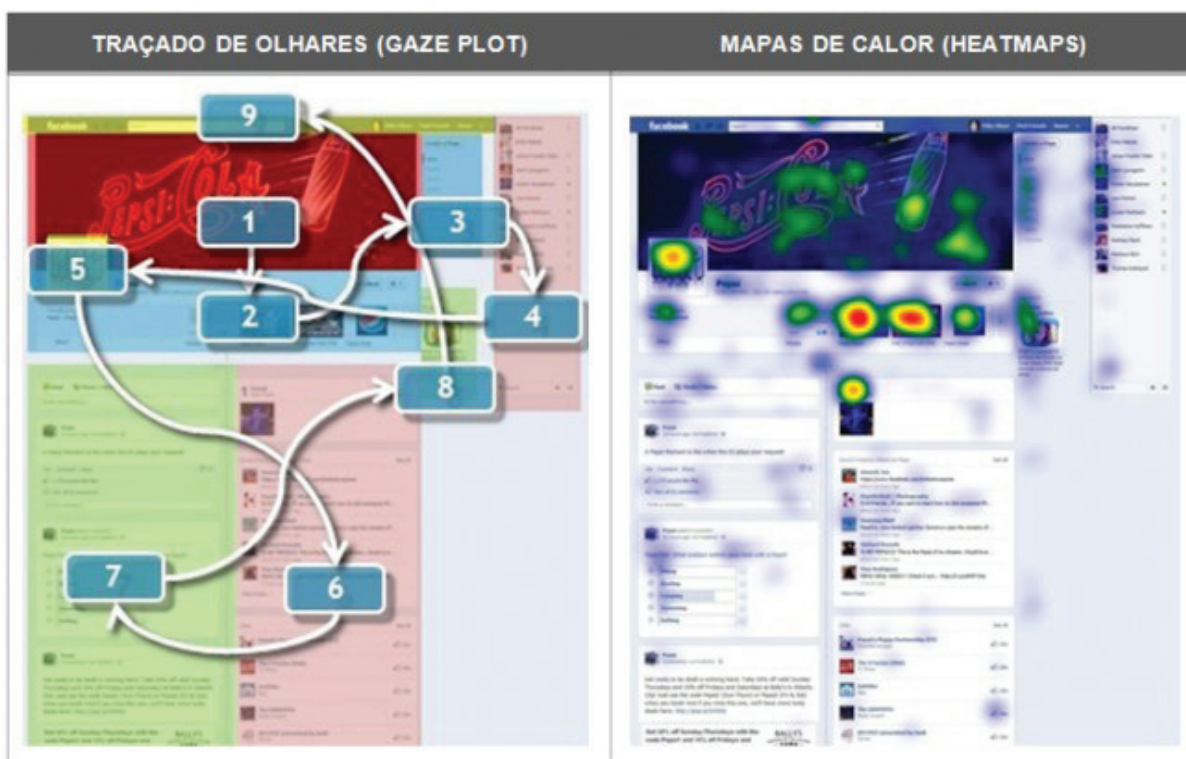
- Qual é o primeiro elemento visualizado?
- Esse objeto atraiu a atenção conforme inicialmente planejado ou há outro elemento que atuou como distração?
- Os consumidores são atraídos para algo dentro dos objetivos estratégicos propostos?



Garret (2011, p. 12) aborda também sobre o principal objetivo do conteúdo da *Web*: comunicar eficazmente. Inference que “não é suficiente apenas exibir informações, mas apresentá-las de forma que as pessoas possam compreendê-las e absorvê-las”. O referido autor (*Ibid.*, p. 42) ainda salienta que “as necessidades do consumidor são diversificadas e para atendê-las é preciso entender quem são estes consumidores, realizando pesquisas e observando seu comportamento”.

Em estudo realizado pela empresa “Mashable” no ano de 2012, da utilização do *Eye Tracking* na rede social *Facebook*, foram registrados movimentos oculares de 30 participantes. Em páginas desta rede social, registraram-se a ordem e o tempo de fixação dos olhares dos participantes. Relatórios visuais do estudo são expostos no quadro 2.

Quadro 2 – Utilização do *Eye Tracking* na rede social *Facebook*



Fonte: Adaptado de Mashable (2012)

OBJETIVOS

Como objetivo pretende-se conhecer a utilização do *Eye Tracking* na *Web*, especialmente na rede social *Facebook*, para percepção do consumidor.

DESENVOLVIMENTO

Para atingir o propósito, optou-se pelos instrumentos: levantamentos bibliográficos e outros estudos ora realizados.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Baseando-se nos quadros e demais conceitos apresentados, acentua-se que na tomada de decisão a partir do que se visualiza, o consumidor busca aquilo que adere aos seus interesses e este comportamento sugere suas intenções. Estes experimentos de comportamento visual dos consumidores proporcionam a percepção de oportunidades de ofertas e otimização do conteúdo de comunicação, levando às empresas a aprenderem com o consumidor em como estimular ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização do *Eye Tracking* na *Web* para percepção do consumidor se destaca como relevante ferramenta de dimensão comportamental e provoca os profissionais de comunicação aos estudos da interação humano-computador. Novos questionamentos e reflexões poderão surgir a partir deste, de forma a gerar conhecimentos importantes para explorar o direcionamento da comunicação aos interesses dos consumidores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, A. M. **Eye Tracking como método de investigação aplicado às ciências da comunicação**. Revista Comunicando. v. 1, n. 1, dez. 2012.

GARRETT, J. J. **The Elements of User Experience: User-Centered Design for the Web and Beyond**. 2 ed. New Riders, 2011.

_____. 2011. In: KAWANO, D. R.; FURTADO, E. J. C.; BATISTA, L. L. Design, publicidade e neurociência: Uma reflexão interdisciplinar em tempos de convergência midiática. Revista Geminis UFSCAR. n. 1, p 79-100, 2015.

JACOB, R.; KARN, K. 2003. In: BARRETO, A. M. Eye Tracking como método de investigação aplicado às ciências da comunicação. Revista Comunicando. v. 1, n. 1, dez. 2012.

JUST, M. A.; CARPENTER, P. A. 1976ab. In: BARRETO, A. M. Eye Tracking como método de investigação aplicado às ciências da comunicação. Revista Comunicando. v. 1, n. 1, dez. 2012.

MASHABLE. **Facebook Timeline Changed the Way We See Brand Pages**. Disponível em: . Acesso em: 21 ago. 2015.

RAYNER, K.; POLLATSEK, A. 1989. In: BARRETO, A. M. Eye Tracking como método de investigação aplicado às ciências da comunicação. Revista Comunicando. v. 1, n. 1, dez. 2012.



**VIVÊNCIAS DE JOGOS COOPERATIVOS OU JOGOS COMPETITIVOS:
O QUE PENSAM OS ALUNOS DE UMA TURMA DO 4º ANO
DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Autor(es)

SIMONE CASTRO DOS SANTOS

Orientador(es)

IDA CARNEIRO MARTINS

INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, a competição e a concorrência entre os indivíduos é muito acentuada, portanto, a difusão dos jogos cooperativos como estratégia de cooperação, pode promover melhorias significativas nas relações sociais. Neste sentido, os jogos cooperativos surgiram da necessidade de propagar princípios como a solidariedade, a inclusão, a compreensão e o espírito de equipe, pois esses valores parecem estar cada vez mais ofuscados pelo individualismo presente na sociedade atual. Segundo Soler (2008), a proposta dos jogos cooperativos é de “unir pessoas, reforçar a confiança em si mesmo e nos outros”. Brotto (1999), considerando os estudos da antropóloga Margaret Mead que analisou diferentes tipos de sociedades, concluiu que competição e cooperação são determinadas pela estrutura social. Orlick (1978) realizou, estudos sobre a relação entre jogo e sociedade em diferentes culturas e pode perceber comportamentos coletivos entre os povos, bem como sociedades que viviam em harmonia, nas quais uns eram complacentes com outros. No entanto, o ser humano na atualidade construí, gradativamente, um cenário de degradação social, sendo o capitalismo advento desta sociedade degradada.

Neste sentido o autor comenta que a destrutividade e a crueldade em larga escala passaram a existir com o aumento da produtividade, a divisão do trabalho, a formação dos grandes excedentes da produção e a criação dos Estados com hierarquias e elites. (Orlick, 1978, p. 17).

Para Orlick (1978), os indivíduos foram criados em uma cultura industrializada e competitiva, na qual a corrupção e a distorção dos valores humanos são vistas frequentemente, bem como, a competição e o desejo de vencer, tornou-se tão intenso, que está ameaçando destruir as relações sociais dos grupos nos quais se vive. Essa condição está se expandindo das cidades para os subúrbios, dos subúrbios para a zona rural, das sociedades perturbadas para as sociedades mais calmas. Assim, segundo Orlick (1978, p.12) “Se não detivermos esse movimento, seremos rapidamente engolidos pela insanidade competitiva, e a vida não valerá a pena ser vivida: e o autor complementa:

Quando as decisões importantes de uma sociedade são baseadas no lucro material, em vez de lucro de caráter humanitário, não é de surpreender que estejamos nos afastando dos valores humanos, (ORLICK, 1978, p. 13).



Entretanto, existe no ser humano o potencial para a cooperação. Sendo que o mesmo, se mostra por meio de atitudes afetuosas, amorosas e compassivas. Neste contexto, justifica-se a introdução dos jogos cooperativos, com uma prática educativa e de socialização, proporcionando aos indivíduos uma educação capaz de transformá-los e torná-los reflexivos em relação ao contexto no qual está inserido, proporcionando mudanças para uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, Brotto (1999), afirma que por intermédio de jogos cooperativos, pode-se estimular a autoestima e desenvolver habilidades interpessoais positivas, bem como, potencializar valores e atitudes capazes de favorecer a sociedade, baseadas no respeito mútuo e focada no bem-estar comum.

Embora muitos autores, se posicionem a favor da cooperação, acredita-se que a educação tem papel fundamental nas situações cooperativas e competitivas, podendo propiciar um espaço de equilíbrio, apresentando comportamentos cooperativos nos jogos de competição. Neste sentido, Brotto (1999), aponta que para Spencer Kagan, “as crianças não jogam jogos competitivos, elas os obedecem”, e explica que o motivo provavelmente se dá, pela orientação transmitida por uma parcela significativa de professores, pais e meios de comunicação, não oferecendo alternativas cooperativas a serem experimentadas. Portanto, considera-se que a competição é inserida no mundo das crianças de forma puramente negativa. Assim, julga-se necessário visualizar a competição, não como vilã nos jogos, tão pouco encorajar a competição exacerbada e agressiva, pois sabe-se que a competitividade não é inerente ao homem, e sim um comportamento apreendido nas relações sociais.

Diante do exposto, esses jogos tem sido alvo de críticas de pesquisadores, que afirmam que a cooperação é a solução encontrada para reverter/combater a competição. Acredita-se ser necessário, a aplicação dos jogos cooperativos em ambientes educativos, pois, eles podem contribuir para o despertar de relações cooperativas entre os alunos, bem como, para o aprendizado de normas e valores tais como, respeito, solidariedade, amizade, autonomia, dentre outros.

Assim pensamos, no entanto, como pensam as crianças sobre a participação em jogos cooperativos e competitivos? Práticas educativas que considerem os jogos cooperativos podem servir enquanto fomentadores de do equilíbrio entre a competição exacerbada e cooperação?

OBJETIVOS

Considerando que o ser humano nasce em uma sociedade competitiva, o presente projeto, tem como objetivo geral analisar os depoimentos de crianças de uma turma do 4º ano do ensino fundamental sobre as vivências de jogos cooperativos e competitivos, buscando identificar em suas falas os sentidos que atribuem às vivências destes dois tipos de jogo

DESENVOLVIMENTO

Para o desenvolvimento do projeto, propõe-se a realização de uma pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A revisão bibliográfica está sendo realizada a partir da



análise de artigos científicos, livros, dissertações, teses, visando à obtenção de embasamento científico a respeito de jogos cooperativos e de competição, buscando uma forma crítica de pensar os fatos e as relações sociais entre os seres humanos.

Para a pesquisa de campo, num primeiro momento, será feito o contato com uma escola municipal na cidade de Piracicaba, São Paulo para uma pré-seleção dos sujeitos para a pesquisa. Após, uma reunião sobre o projeto para os pais e alunos, para que os procedimentos de pesquisa sejam explicitados.

Num terceiro momento se desenvolverão práticas educativas que envolvam os jogos cooperativos e competitivos. Essas práticas, serão ministrados para um grupo pertencente ao 4º ano do Ensino Fundamental. Após estas vivências, os alunos serão entrevistados por meio de um roteiro de semi-estruturado, as quais serão transcritas para análise interpretativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Brotto (1999) e Orlick (1978), estabelecem a crítica aos jogos competitivos no processo educativo pois acreditam que estes enfatizam a rivalidade, a agressividade, a individualidade, entre outras características que impedem a cooperação. Já os jogos cooperativos são promissores no sentido de permitir o alcance do resultado final por todo o grupo. Portanto, esses autores visam um processo educativo que seja capaz de modificar comportamentos competitivos em alternativas cooperativas.

Todavia, pensamos que é possível desenvolver uma consciência cooperativa, não deixando de lado a competição, mas, propondo uma análise reflexiva sobre as atitudes manifestadas durante o jogo, valorizando a integração e o desenvolvimento de compartilhamentos de habilidades.

A competitividade não é inerente ao homem, mas sim um comportamento apreendido nas relações sociais. Portanto, considera-se que a competição é inserida no mundo das crianças de forma negativa. Assim, julga-se necessário inserir ambos os jogos, no processo educativo.

O presente trabalho encontra-se em andamento e tem como objetivo analisar depoimentos de crianças do 4º ano do ensino fundamental de uma escola municipal de uma cidade no interior do estado de São Paulo sobre as vivências de jogos cooperativos e competitivos, buscando identificar nas falas se estas estabelecem diferenças nas manifestações vivenciadas nos dois tipos de jogos.

Esperamos compreender com este trabalho, observando as características dos dois tipos de jogos, que contribuições podem trazer ao processo educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a competição é constituída em nosso meio social como, necessariamente, negativa e que não se vê nelas possibilidades de processos educativos cooperativos, propomos neste trabalho a repensar as possibilidades do trabalho com jogos cooperativos e competitivos, a partir de depoimentos das crianças. No entanto, julga-se necessário não excluir a competição inserindo os jogos cooperativos como



substitutos. Acredita-se que os jogos competitivos não são vilões no campo dos jogos, e sim a forma como é transmitido. Por outro lado, os jogos cooperativos podem ser utilizados nos ambientes educativos, a fim de contribuir para um despertar cooperativo e ser um instrumento de equilíbrio entre a competição adequada e exacerbada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROTTO, F.O. Jogos cooperativos: o jogo e o esporte como um exercício de convivência. Santos, SP: Projeto cooperação, 2001.

BROTTO, F.O. Jogos Cooperativos: o jogo e o esporte como um exercício de convivência. São Paulo: SESC, 1999.

ORLICK, T. Vencendo a Competição. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

SOLER, R. Brincando e aprendendo com os Jogos Cooperativos. 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2008.



A LINGUAGEM CINEMATOGRAFICA NA ESCOLA: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS

Autor(es)

CLAUDINEI CÉSAR DE ARRUDA

Orientador(es)

IDA CARNEIRO MARTINS

INTRODUÇÃO

Este resumo apresenta uma revisão bibliográfica acerca da articulação entre o cinema e a educação. O interesse pela temática decorre de experiências vivenciadas ao longo de meu percurso de formação e na condição de professor de ciências para o segundo ciclo do Ensino Fundamental em uma escola da rede pública municipal na cidade de Charqueada/SP. Entre as inquietações que suscitaram o desenvolvimento da pesquisa de mestrado em andamento, está o fato de não termos no município uma sala de exibição, fomentando o desejo de instaurar na escola um cineclube, possibilitando o encontro de alunos para que possam ver, compreender, dialogar e debater sobre o cinema.

É crescente o número de trabalhos que abordam as possíveis interlocuções entre o cinema e a educação, apontando para a relevância da inserção da linguagem cinematográfica na escola. O artigo de Bruzzo (2004), por exemplo, apresenta um panorama histórico da interlocução entre o cinema e a escola em âmbito nacional, evidenciando as ações empreendidas nas décadas de 20 e 30. Entre as ações recentes promovidas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Ministério da Cultura (MinC), destacam-se alguns projetos e programas que possibilitam o diálogo com o cinema e a sua linguagem. Entre eles, “O Cinema Vai à Escola”, integrado ao “Programa Cultura é Currículo” e o “Cine Mais Cultura”.

A linguagem cinematográfica vem ganhando notoriedade no âmbito de diferentes espaços educativos, sobretudo os formais, embora esta relação não seja atual e date dos primórdios da década de 1920, situada inicialmente no movimento escolanovista. Para além de sua utilização na ilustração de conceitos, o cinema pode servir de ponto de partida para o fomento de discussões de valores éticos e morais.

Segundo Teixeira e Barboza (2013, p. 68), o cinema possibilita o contato com diferentes valores, desde os mais nefastos até as demonstrações de atos de generosidade. No cinema “nos vemos e revemos, nos percebemos e nos projetamos, nos surpreendemos e interrogamos”. A partir da história que é contada, podemos revisitar inúmeras questões que dizem respeito ao nosso cotidiano.

Para Lopes (2006, p. 40), ao mesmo tempo em que um filme e o cinema podem ser considerados enquanto uma obra de arte e, portanto, “uma fonte de conhecimentos, de expressão e de leituras sobre vários temas”, eles não são neutros e podem revelar apenas a visão de mundo de seus idealizadores. Ainda com o autor, o cinema pode ser imprescindível na formação humana dos sujeitos. De tal modo, “a experiência estética se encontra e se aproxima de elementos éticos, ou melhor, da formação e do exercício da ética”.



Compete ao professor a tarefa de escolha do filme e o acompanhamento de todo o processo que inclui desde a projeção até a sua recepção por parte dos discentes. Trata-se de uma atividade dirigida e que necessita de planejamento, possibilitando a promoção de situações que favoreçam a interlocução e o posicionamento crítico dos sujeitos envolvidos na atividade. Logo, as inúmeras possibilidades de criação e de manifestação coletiva dos alunos, situadas em âmbito escolar, devem ser reconhecidas e valorizadas.

Espera-se que outras experiências, como as de caráter criativo, individual e coletivo, próprias do contato com a linguagem cinematográfica em constituição, sejam temas constantes de debates para que possam, desta forma, compor o currículo e o Projeto Político Pedagógico da escola – aqui considerada no singular, como fonte empírica no desenvolvimento desta pesquisa –, disposta a ressignificar a relação cinema/educação no âmbito das novas tecnologias de informação.

Sabe-se que os jovens de hoje se encontram familiarizados com o meio audiovisual e com as ferramentas que possibilitam a obtenção, a edição de imagens e a produção de filmes. Deve-se investir, portanto, em iniciativas que visem identificar as formas de utilização destas ferramentas e estimular a apropriação da linguagem cinematográfica na escola, no sentido de potencializar a recepção, sobretudo crítica dos filmes assistidos. O cinema, quando pensado e produzido por alunos pode ser uma importante ferramenta de expressão artística, social e de diferentes visões de mundo.

OBJETIVOS

O objetivo desta investigação é analisar as práticas educativas desenvolvidas junto aos alunos de uma escola pública estadual, no âmbito das oficinas de cinema que tem como finalidade a produção coletiva de um curta-metragem. A partir destas experiências, buscaremos apreender por meio dos depoimentos conferidos pelos alunos as possíveis relações estabelecidas entre a linguagem cinematográfica e as suas concepções pertinentes ao grupo social do qual fazem parte.

DESENVOLVIMENTO

O trabalho em andamento, de natureza qualitativa, será elaborado a partir de consultas à literatura acumulada acerca da temática, da análise de excertos das práticas educativas desenvolvidas durante as oficinas realizadas, das entrevistas concedidas pelos sujeitos e do material produzido por eles.

Ao percorrermos acerca das relações estabelecidas entre os sujeitos da pesquisa – professores e alunos – com o cinema, em específico, com os processos de aquisição da linguagem cinematográfica por parte dos discentes, teremos como referência a abordagem histórico-cultural de Vigotski (1982, 1984 e 1987) cujo princípio geral diz respeito ao desenvolvimento das funções mentais superiores ou culturais, a partir das relações sociais e dos processos de produção e de apropriação da cultura.

Sob a luz dos pressupostos sobreditos, torna-se evidente a relevância da educação: assegurar às gerações posteriores a transmissão e a aquisição do constructo cultural elaborado pela humanidade ao longo da história. Concordamos com Saviani (2008, p.



13) quando este define o ato educativo como responsável por produzir a humanidade nos sujeitos. Humanidade esta que é “produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens”.

De acordo com Cervo e Bervian (2005, p. 65), a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir da revisão da produção teórica pertinente à temática. Envolve a busca pelo legado de diferentes autores que se debruçaram sobre o tema e a análise de suas contribuições.

Em consonância com Fonseca (2002, p. 32), a pesquisa bibliográfica permite a identificação daquilo que já foi produzido acerca da temática e o acúmulo de conhecimentos prévios relacionados ao problema que carece de respostas, como no caso de pesquisas desenvolvidas unicamente a partir do levantamento bibliográfico.

Para Pádua (2007, p. 90-91), a análise do material bibliográfico reunido também pode apontar para aspectos ainda não considerados, fomentando o desenvolvimento de novas pesquisas.

Serão realizadas entrevistas com alunos visando compreender a relação dos mesmos com o universo do cinema e, sobretudo com sua produção nos espaços escolares. De acordo com Minayo (2012, p. 64), as “entrevistas podem ser consideradas conversas com finalidade e se caracterizam pela sua forma de organização”. Sob o resguardo das classificações apresentadas pela autora, optaremos pela entrevista “semiestruturada” que “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”. Acompanharemos um grupo de alunos de um 3º ano do Ensino Médio ao longo de um semestre nos encontros semanais promovidos na unidade escolar. As aulas/oficinas serão registradas e filmadas. Posteriormente, as videografias serão revisitadas com o intuito de selecionarmos trechos que farão parte da composição dos quadros de análise, evidenciando os processos e os indícios que possam revelar a apreensão da linguagem cinematográfica pelos discentes. Recorreremos à análise interpretativa dos dados a partir dos pressupostos apresentados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Revisitando excertos da história do cinema educativo no Brasil, percebemos que as primeiras tentativas de interlocução entre o cinema e a educação não se distanciam em muito das práticas observadas nos dias de hoje.

Em consonância com Miranda, Coppola e Rigotti (2005), desde a consolidação da indústria cinematográfica, os profissionais associados à sétima arte perceberam o potencial do constructo cinematográfico no que diz respeito às possibilidades de instrução em massa. A relação entre o cinema e a educação não se restringia apenas às experiências realizadas em espaços formais de ensino. Para Bruzzo (2004, p. 160), uma das primeiras experiências envolvendo a utilização do cinema em espaços formais, remonta ao ano de 1910, quando em São Paulo, a empresa Serrador organizou “sessões de filmes ‘focalizando assuntos instrutivos’ para alunos de escolas, a pedido de um professor da Escola Normal”. O conteúdo dos filmes exibidos compreendiam temáticas próprias das disciplinas de ciências e de geografia.



Esta tendência se fortaleceu a partir da participação de Egdar Roquette-Pinto nas atividades de documentação fílmica de diferentes grupos sociais, assistidos pelas expedições promovidas pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, em 1912. Novas discussões são retomadas em 1928, sob a chancela de Fernando de Azevedo.

Paixão, Barroso e Freire (2011) situam no movimento da Escola Nova, em espaços formais de ensino, o uso do cinema a favor da educação, atrelado, sobretudo aos ideais políticos vigentes neste período.

Ainda hoje, esta parece ser a única forma de interlocução possível entre o cinema e educação na escola: o uso associado ao complemento ou à ilustração de conceitos circunscritos em disciplinas que constituem os currículos em vigência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração o fato de não termos até o presente momento os dados provenientes da pesquisa em campo, inferimos a partir de algumas experiências iniciais – aquelas que suscitaram o desenvolvimento deste trabalho – que o cinema encontra no âmbito escolar um espaço bastante específico: o da sala de aula. Entretanto, questionamos a utilização do mesmo quando destinado exclusivamente ao complemento de conteúdos curriculares, em detrimento ou subvalorização de outras formas de utilização, como por exemplo, a apropriação da linguagem cinematográfica e a possibilidade de criação coletiva e individual.

A apropriação dos elementos que constituem a linguagem cinematográfica – enquanto um processo contínuo – pode potencializar ou contribuir para o desenvolvimento do senso crítico de alunos e professores, no que diz respeito à recepção do constructo cinematográfico. A instauração de um cineclube pode contribuir neste sentido, além de suprir a ausência de uma sala de cinema no município em questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUZZO, Cristina. Filme “ensinante”: o interesse pelo cinema educativo no Brasil. *Pro-Posições*, Campinas, v. 15, n. I (43), jan./abr. 2004. Disponível em: . Acesso em: 17 ago. 2015.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia científica*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
- FONSECA, João José Saraiva da. *Metodologia da pesquisa científica*. UECE: Fortaleza, 2002. Apostila. Disponível em . Acesso em: 17 ago. 2015.
- LOPES, José de Souza Miguel. *Cinema e experiência estética*. A página da educação, Porto, n. 153, fev. 2006. Disponível em: . Acesso em: 17 ago. 2015.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MYNAIO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2012.



MIRANDA, Carlos Eduardo Albuquerque; COPPOLA, Gabriela Domingues; RIGOTTI, Gabriela Fiorin. A educação pelo cinema. Educação e cinema, Campinas, 2005. Disponível em . Acesso em: 20 ago. 2015.

PAIXÃO, Pablo Boaventura Sales; BARROSO, Rita de Cássia Amorim; FREIRE, Valéria Pinto. A escola nova e o cinema educativo: educação para quê? V Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade": 2011 set. 21-23; São Cristóvão, SE; 2011. Disponível em . Acesso em: 20 ago. 2015.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2008.

TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro; BARBOZA, Maria das Graças Auxiliadora Fidelis. Educar o olhar – 100 filmes para o professor. Presença pedagógica, Belo Horizonte, Editora Dimensão, v. 19, n. 110, mar./abr. 2013.

VYGOTSKI, Lev Semenovitch. Obras escogidas. Obra completa. Moscú: Editorial Pedagógica, 1982.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. Formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1987.



ZHUANGZI E EDUCAÇÃO: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?

Autor(es)

CARLOS ALBERTO BENTO CORRÊA

Orientador(es)

THIAGO BORGES DE AGUIAR

INTRODUÇÃO

- Justificativa: esse trabalho inicia a discussão de minha dissertação de mestrado, que versará sobre o autor chinês Zhuangzi. Tradicionalmente relacionado ao chamado Daoismo. É pouco estudado no Brasil. Merecendo, assim, um estudo sobre sua obra;
- Relevância do trabalho: mostra que a educação chinesa não possui somente a proposta de base confucionista. Ora, se há algum interesse na educação chinesa, este pode ser reduzido a somente uma abordagem. No entanto, citando Chan (2004) e Shue (2004), o pesquisador português, José Domingues (2010) destacou a repressão que o governo chinês impõe ao movimento chamado ‘falun gong’ – que mistura “confucionismo, budismo, taoísmo e exercícios físicos da tradição qigong” – por considerá-lo ameaçador. Logo, se percebe que a China não teria, então, somente propostas confucionistas para a educação contemporânea. E sim, um amplo referencial a ser explorado. Nesse caso, uma proposta daoísta;
- Revisão bibliográfica do tema: o pesquisador Sylvio Horta (2010), que é da área da Educação, possui alguns artigos discutindo muito sucintamente o pensamento de Zhuangzi. Porém, sem fazer uma relação explícita com educação. Já Inty Mendoza (2007) publicou alguns artigos discutindo Laozi, Daoismo e Educação. E a relação de Zhuangzi com Educação parece ausente. Mas posso citar uma terceira referência. José Bizerril (2005, p. 87) faz um interessante estudo etnográfico do Daoismo no Brasil, analisando

A dimensão performática constitutiva da transmissão da tradição em uma linhagem taoísta no Brasil, partindo de uma perspectiva baseada na antropologia da experiência. A idéia de conhecimento no taoísmo baseia-se em uma noção pragmática: conhece-se por experiência pessoal corporificada o legado da tradição. A possibilidade de conhecer está fundada em uma relação pessoal entre mestre e aprendiz, inserida em uma cadeia dialógica e genealógica.

É um artigo que considero muito esclarecedor e que traz atores históricos como Liu Pai Lin (1904-2000) e os trabalhos de Wu Jyh Cherng (1958-2004). Mas que parece discutir o ‘ensinar’ e o ‘aprender’ reduzidos ao conceito de ‘experiência’. Além disso, somente Laozi é rapidamente citado, e Zhuangzi está ausente. Em outro artigo, menciona outros atores históricos: a Sociedade Taoista do Brasil e o “movimento transnacional do mestre Mantak Chia” (2010, p. 289). Entretanto, são trabalhos que podem facilmente provocar interpretações exotéricas ou esotéricas por parte dos leitores acadêmicos. Reduzindo, assim, Zhuangzi e o Daoismo ao campo antropológico ou o



campo das chamadas 'religiões orientais'. Portanto, sendo possível afirmar que há poucos estudos sobre Zhuangzi que vão além destes campos de pesquisa, e que não há ainda um estudo satisfatório sobre seus escritos na área da Educação.

OBJETIVOS

- Proposta da pesquisa: ampliar os estudos sobre Zhuangzi no Brasil, destacando os possíveis aspectos educacionais de sua obra;
- Questões de investigação: discutir sobre como Zhuangzi é pouco estudado no Brasil e que o tema da educação pode ser pensado a partir de seus escritos.

DESENVOLVIMENTO

- Descrição da metodologia utilizada: cruzamento de dados quantitativos com dados qualitativos;
- Como a pesquisa foi realizada: foram feitas consultas recentes nos sites das bases Scielo, Scielo Educa, Hottopos e Acta Scientiarum Education. A partir da palavra 'Oriente', verificou-se 148 artigos no Scielo, 9 no Scielo Educa, 226 no Hottopos, e nenhum na Acta Scientiarum Education. Com a palavra 'China', verificou-se 864 no Scielo, 9 no Scielo Educa, 33 no Hottopos, e nenhum na Acta Scientiarum Education. Dentre estes números, somente 42 artigos podem ser relacionados ao campo da educação. Tendo como prioridade os textos clássicos do Confucionismo, que estão ligados a figura de Confúcio. E dentro dessa quantidade, 6 ou 7 podem ser relacionados a personagens do Daoismo. Entre eles, o mais conhecido é Laozi. E somente 1 pode ser relacionado a Zhuangzi. Além disso, foi feita a leitura integral dos 7 primeiros capítulos do livro deste autor;
- Materiais: para consultas ao Zhuangzi, em chinês, foram utilizadas as fontes digitalizadas do site Chinese Text Project (2006-2015). A tradução privilegiada foi de Hamill e Seaton (2000). Que apresenta uma leitura poética da obra, não se limitando aos aspectos filosóficos, literários ou religiosos. Possibilitando, assim, novas abordagens.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Contextualizando Zhuangzi como autor, elucidado o período em que teria vivido, os chamados Estados Combatentes (V-III a. C.). Que, segundo o sinólogo brasileiro Ricardo Joppert (1978, p. 167), foi um período de "transformações econômico-sociais que causaram desde o V séc. (...) profundas mudanças na mentalidade chinesa referente ao modelo político". Tendo como principal consequência a unificação da China no séc. III a.C., pelo Estado de Qin.

Além disso, segundo a sinóloga sino-francesa Anne Cheng (2009, p. 121-155), há pelo menos três pontos básicos a serem aprofundados sobre o Zhuangzi como livro, e também o termo Daoismo. Ou seja: o fato de que o texto pode não ser posterior ao texto de Laozi, o 'Dao De Jing'. E que Daoismo seria um 'rótulo' confucionista do séc. II a. C., referente à corrente 'Huang Lao', "dedicada (...) às técnicas e às estratégias de poder e a busca da imortalidade. Temas visíveis às vésperas do império e mais centrais no



Laozi do que no Zhuangzi”. Sobre um terceiro ponto, destaca-se que o Zhuangzi seria “uma compilação (...) [que representaria] correntes bastante diversas, que vão desde a época do próprio Zhuangzi (fim do séc. IV a. C.) até os Han (fim do séc. III a. C.)”.

Assim, se a época de Zhuangzi era um período de crise e grandes conflitos, quais seriam as prioridades de seu texto? Seria com a política ou economia? Se sim, então qual seria o lugar de ideias ou conceitos referentes ao tema da educação? Vejamos.

A partir de Cheng (2009, p. 121-155), há dois conceitos básicos no Zhuangzi que seria preciso, ao menos, mencionar antes de verificar se há ligações com educação. Primeiramente, o “caminho” (dao 道). O qual pode ser importante destacar as palavras que a autora dedica ao seu sentido, especialmente no Zhuangzi:

Para Zhuangzi existe o Dao, ou seja, a realidade como totalidade, e existem daos, ou seja, recortes parciais desta realidade. Acontece que o termo chinês cobre as duas acepções: designa o Caminho, mas também os caminhos entendidos como métodos, técnicas ou abordagens particulares a esta ou àquela corrente e, em sua acepção verbal, significa também ‘falar’ ou ‘dizer’. Em relação à realidade original e totalizante que é o Dao, os daos não são senão os recortes humanos e sociais operados pelo discurso. Recorte: é precisamente este o sentido primeiro do termo ‘bian’ (...) que designa a atividade favorita dos ‘argumentadores’ contemporâneos de Zhuangzi.

O segundo é o “não-agir” (wuwei 無為). Ou “o agir-que-segue a natureza, que não impõe nenhuma coação”. Em outras palavras, algo que não prioriza “tudo aquilo que no homem quer, analisa, constrói, faz distinções (em suma, tudo aquilo que entraria na definição do ego) não [representaria] senão a parte periférica de seu ser”. Elenca essas duas ideias, esclareço também que o foco da pesquisa será os chamados ‘capítulos internos’ do livro. Textos que, segundo Cheng (2009, p. 123), poderiam ter ligação ‘direta’ com o nome Zhuangzi. Vale salientar também que os capítulos internos correspondem aos sete primeiros num total de trinta e três da edição atual. Assim, mencionados pontos básicos, apresento os primeiros dados da leitura direta (em chinês) dos capítulos internos.

Numa leitura inicial, verifica-se uma média de cinco a seis historietas por capítulo. E, dentre elas, parece haver pouco conteúdo dedicado ao que hoje tomamos como conceitos básicos para a educação. Como ‘ensinar’ (jiao 教), que aparece quatro vezes; ‘aprender’ (xue 學), que aparece seis vezes; ou ‘escola’ (jia 家), aparecendo somente duas vezes. Além disso, pode ser curioso notar também que ensinar e aprender aparecem juntos somente uma vez em uma mesma historieta. Também parece ser relevante elucidar Confúcio como o principal personagem a figurar nas historietas em que o ensinar e o aprender aparecem. Em alguns momentos, Confúcio parece ser alvo de piadas. Já em outros momentos parece ser homenageado. Sendo assim, o que estes dados poderiam significar?

Ora, se existiram críticas no Zhuangzi, elas eram realmente endereçadas a Confúcio, ou usar seu nome seria um meio eficaz de atingir os que utilizavam inadequadamente a doutrina confucionista? Ou ainda: se o Confucionismo é a Escola dos Letrados, então o letramento da população não seria o suficiente para manter o bom caminhar da China daquela época? De todo modo, parece ser pertinente aprofundar estas questões



e tentar identificar qual é a relação entre Zhuangzi e Confúcio. E tentar entender o que Zhuangzi poderia chamar de educação. Pois é válido acrescentar, também, que ele é considerado, pelos sinólogos, um contador de histórias, um literato, um filósofo, um professor e um poeta. Além de sua obra conter, de forma refinada, o humor, o sarcasmo e a ironia. Permitindo-nos, assim, propor a seguinte questão a ser também debatida na dissertação: se Zhuangzi não queria uma educação para ser somente um letrado, então qual educação poderíamos supor dentro de sua obra?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se enfatizar ainda, que a discussão sobre Zhuangzi e o tema da educação abordará prioritariamente as categorias educacionais vigentes no período dos Estados Combatentes. Portanto, as categorias e conceitos históricos ou filosóficos, tanto chineses como ocidentais, serão abordados em favor do entendimento do leitor às possíveis críticas que Zhuangzi poderia ter feito à situação educacional de sua época. Outro ponto importante a ser ressaltado, é que o zi ‘子’ (normalmente traduzido como ‘mestre’) será uma das categorias educacionais principais a serem debatidas. Isso porque a suspeita é de que esta categoria possa ser o ponto principal que conecta o autor (mestre) ao seu livro (discípulos).

O que é relevante destacar também, é que este estudo debaterá com vários outros autores especialistas. Tais como os franceses Marcel Granet (história e pensamento), François Jullien e François Billeter (especialistas que divergem sobre Zhuangzi). Brasileiros, como André Bueno (sobre Confúcio), Luzia Mara (sobre Yin e Yang na Educação) ou Wu Jyh Cherng (sobre o Daoísmo). E, fundamentalmente, os chineses, como Xiaogan Liu (conceitos principais sobre Zhuangzi) ou Yu Kuang Chu (sobre linguagem e pensamento). Configurando – assim se pretende – um debate aberto a respeito de uma obra considerada aberta e didática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHAN, C. S. “The rise and fall of the falun gong in China: a sociological perspective”. *China Quarterly*, 179, 2004, p. 665-683.
- CHENG, A. *História do pensamento chinês*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- CHINESE TEXT PROJECT. Zhuangzi. Disponível em: <<http://ctext.org/zhuangzi>>. Acesso em: 16/07/2015.
- DOMINGUES, J. M. “O confucianismo e a China de hoje”. *Análise Social*, vol. XLV (195), Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2010, 355-365.
- HAMILL, S; SEATON, J. P. *Chuang Tzu - Ensinaamentos Essenciais*. Trad. Eduardo Pereira e Ferreira. São Paulo: Cultrix, 2000.
- HORTA, S. R. de G. “Chuânncio: uma outra forma de pensar”. *Notandum (USP)*, v. 14, p. 71-74, 2010.
- JOPPERT, Ricardo. *O Alicerce Cultural da China*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.
- MENDOZA, I. S. “Lao-tsé, a Linguagem e a Educação”. In: Luiz Jean Lauand. (Org.). *Filosofia e Educação - Estudos*. 1ed. São Paulo: Factash, 2007, v. 3, p. 61-66.



NETO, J. B. “Mestres do Tao: tradição, experiência e etnografia”. Horizontes Antropológicos. vol. 11 no.24 Porto Alegre July/Dec. 2005.

_____. “O caminho do retorno - envelhecer à maneira taoista”. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 287-313, jul./dez. 2010.

SHUE, V. “Legitimacy crisis in China?”. In: GRIES, P. H.; ROSE, S. (orgs.). State and Society in 21st China. Crisis, Contention, and Legitimation. Nova Iorque: Routledge Curzon, 2004, p. 24-49.



JOGOS E BRINCADEIRAS EM MATEMÁTICA: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA EM REVISTAS DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

Autor(es)

LUIS CARLOS CLARO

Orientador(es)

MARIA GUIOMAR C. TOMASIELLO

INTRODUÇÃO

As provas Brasil e Saesp vêm indicando deficiências em conhecimentos matemáticos por parte dos alunos brasileiros. E cada vez mais os professores são incentivados a utilizar novas estratégias, novas práticas pedagógicas para o ensino de matemática. Uma delas é o jogo, considerado como uma atividade lúdica, prazerosa. Segundo orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais os jogos são muito importantes, pois:

Por meio dos jogos as crianças não apenas vivenciam situações que se repetem, mas aprendem a lidar com símbolos e a pensar por analogia (jogos simbólicos): os significados das coisas passam a ser imaginados por elas. Ao criarem essas analogias, tornam-se produtoras de linguagens, criadoras de convenções, capacitando-se para se submeterem as regras e a dar explicações (PCN, BRASIL, 2001, p. 48)

Grando (2000) considera que a criança quando chega à escola já conhece inúmeros jogos e brincadeiras, que se repetem durante o recreio, mas nunca em sala de aula. Os jogos, segundo o autor, dariam oportunidades aos alunos de resolverem problemas, analisarem regras, estabelecerem relações entre os elementos do jogo e os conceitos matemáticos. Por isso Grando (2000, p.3) sugere a introdução desses mesmos jogos no ensinamento de conceitos.

Será que não poderíamos pensar em desenvolver um trabalho com esses jogos visando a construção de alguns conceitos e/ou habilidades matemáticas, tradicionalmente trabalhados pela escola? Será que estas crianças não ficariam muito mais interessadas a aprender se fosse através das próprias brincadeiras que elas estão acostumadas a fazer, ou de atividades semelhantes?

Na visão de Smole, Diniz e Milani (2007) o jogo possibilita uma situação de prazer e aprendizagem significativa nas aulas de matemática.

Como podemos constatar, o jogo é associado a atividades prazerosas, lúdicas. No dicionário português online (disponível em: <http://dicionariportugues.org/pt/ludico>) lúdico significa “Que tem o divertimento acima de qualquer outro propósito. Que faz alguma coisa simplesmente pelo prazer em fazê-la.” Será que todo jogo pode ser considerado como uma atividade lúdica? Seria o divertimento a sua primeira função? A resposta é negativa, pois, em geral, os jogos educacionais perdem essa característica essencial, que é o prazer, o divertimento, a liberdade.



O professor ao fazer adaptações das regras, direcionamentos para a aprendizagem de conceitos específicos, ao exigir a participação dos alunos, ao liderar a formação dos grupos, acaba por transformar os seus objetivos naturais.

A intencionalidade educativa modifica a direção das interações lúdicas e o conhecimento que nelas se produz. Esses conhecimentos (...) passam a sofrer a interferência direta da opinião do adulto (...) mudando não só os rumos da interação mas a sua própria substância: já não se trata mais de interações lúdicas, mas sim de interações educativas. (MACHADO, 1994 apud JELINEK, 2005, p.30).

Mas para o professor, muitas vezes o jogo educativo é considerado como uma brincadeira, quando na verdade este perdeu todo o seu aspecto lúdico. Alguns autores alertam para as diferenças entre os termos brincar, brincadeira e jogos. Bujes (2000, apud Jelinek, 2005, p.42) estabelece diferenças entre os termos brincar, brinquedos e brincadeira.

o brincar seja considerado amplamente como uma atividade “natural” da criança, algo que faz parte de uma “essência infantil” – espontâneo, prazeroso, ativo, desinteressado – com um fim em si mesmo [...], os brinquedos – e também as brincadeiras – são característicos de cada cultura e de cada momento histórico, ainda que alguns guardem um caráter de notável sobrevivência.

Por sua vez, Macedo, Petty e Passos (2005, apud JELINEK, 2005, p.32) destacam a semelhança entre as brincadeiras e os jogos. Ambos envolvem “alegrias e sofrimentos desencadeados pelo exercício de certas habilidades e da transposição de determinados limites”. Segundo os autores, as crianças não jogam ou brincam com a intenção de adquirir mais inteligência ou de aprender uma matéria da escola, mas pelo fato de ser divertido, desafiador, com disputas entre os colegas, mesmo que os resultados sejam frustrantes. Para Kishimoto (2003), o brinquedo é um objeto, suporte para a brincadeira, brincadeira como uma descrição de uma conduta estruturada, com regras e o jogo infantil para designar tanto o objeto e as regras do jogo da criança. (KISHIMOTO, 2003, p.7) Em síntese, os jogos podem ser analisados sobre dois enfoques: o lúdico e o prático-utilitário (MACHADO 2002). Tem uma dimensão, segundo o autor, de divertimento, brincadeira se analisado sob o aspecto lúdico e, sob uma perspectiva prática-utilitária, nos remete a conceitos matemáticos, exercícios e fixação de temas definidos previamente.

Outra função do jogo é o de *contribuir significativamente com o entendimento de conceitos matemáticos, à medida que proporciona melhora na capacidade de abstração do aluno e contribui com o pensamento matemático.* (PFIFFER e LENARTOVICZ, 2013, p.1259).

As autoras consideram que com os jogos, os alunos têm oportunidade de fazer ligações entre as formas algébricas, gráficas e aritméticas de representar um objeto, ou seja, é proporcionado a eles um maior número de representações semióticas e de possibilidades de conversão entre elas. Semiótica é o estudo das relações dos signos (sinais). Signo, por sua vez, segundo Peirce (apud PATRÍCIO e ALMEIDA, 2011, p.3) *é alguma coisa que representa algo para alguém.*

E, em matemática, as representações semióticas são necessárias ao desenvolvimento da atividade matemática e não somente indispensáveis para fins de comu-



nicação, segundo Duval (2009, apud PFIFFER e LENARTOVICZ, 2013, p.1260). Em função da importância dos jogos no ensino de matemática e de seus diferentes enfoques, interessou-nos investigar quais são os jogos mais utilizados e/ou sugeridos para uso em aulas de matemática do ensino fundamental e os seus propósitos.

OBJETIVOS

Este trabalho tem por objetivo apresentar o resultado de uma investigação, de natureza bibliográfica/documental, de parte da produção acadêmica nacional presente em revistas de educação matemática que têm como tema jogos e brincadeiras, utilizados em sala de aula de matemática do ensino fundamental, como estratégia para a melhoria do processo de ensino aprendizagem.

DESENVOLVIMENTO

Foram selecionadas algumas revistas de Educação Matemática (Educação Matemática em Revista, Revista Eletrônica de Educação Matemática) e a partir das palavras-chave jogo, brincadeira, foram identificados artigos e analisados quanto ao tipo de jogo utilizado; o enfoque dado (lúdico e/ou prático-utilitário); o objetivo da atividade; o(s) conceito (s) explorado (s); referenciais teóricos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram selecionadas algumas revistas de Educação Matemática (Educação Matemática em Revista e Revista Eletrônica de Educação Matemática) e a partir das palavras-chave jogo, jogos, brincadeira, vários artigos foram identificados.

Após a leitura de todos os resumos dos trabalhos selecionados, foram separados para análise os que atendiam aos objetivos da pesquisa, sendo 3 artigos da "Educação Matemática em Revista" e 7 da Revista Eletrônica de Educação Matemática Revista Eletrônica de Educação Matemática <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revemat/index>.

Os textos foram lidos e categorizados quanto ao tipo de jogo utilizado e objetivo educacional; o enfoque dado (lúdico e/ou prático-utilitário); o(s) conceito (s) explorado (s); a série do ensino fundamental e as teorias da aprendizagem adotadas pelos autores, conforme quadro 1 e quadro 2 anexos.

A análise dos artigos mostrou que os jogos mais utilizados são os jogos de treinamento, nas séries iniciais do ensino fundamental, para auxiliar na memorização e entendimento de conceitos e de técnicas operatórias e jogos de introdução, nos quais o docente inicia um assunto.

O enfoque é prático-utilitário, com exceção de um trabalho dentre os 10 analisados. Os referenciais teóricos de ensino-aprendizagem não são explicitados pelos autores, em sua maioria.



13º Congresso de Pós-Graduação

QUADRO 1- ARTIGOS DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA EM REVISTA
<http://www.sbem.com.br/revista/index.php/emr>

Artigo	Teoria da aprendizagem	Jogo utilizado/sugerido	Tipo de jogo e objetivo educacional	Conceitos matemáticos envolvidos/série	Enfoque
Trabalhando com a Soma Através do Jogo da Memória Número 35 - Março, 2012	Não explicitada	Jogo da memória	Jogo de treinamento: Trabalhar com a operação da adição	Adição/1ª e 2ª anos do ensino fundamental	Prático/útilitário
Uso de Jogos a Partir de Análise de Erros de Alunos de 8º Ano do Ensino Fundamental Número 36 - Agosto, 2012	Não explicitada	Jogo da Memória; Jogo da Potenciação; Jogo da Potenciação Estrelar e Dominó Triangular.	Jogo de treinamento: Usar os jogos para detectar erros na aprendizagem de álgebra	Álgebra/8º ano ensino fundamental	Prático/útilitário
O Jogo das Sete Cobras Número 41 - Março, 2014	Não explicitada	Jogo das sete cobras	Jogo de construção e de treinamento: desenvolver cálculo mental e aprender adição	Adição/ 2º ano ensino fundamental	Prático/útilitário

QUADRO 2- ARTIGOS DA REVISTA ELETRÔNICA DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/wemat/index>

Artigo	Teoria da aprendizagem	Tipo de jogo utilizado/sugerido	Tipo de jogo e objetivo educacional	Conceitos matemáticos envolvidos/série	Enfoque
Uma aplicação de jogos na análise de erros em educação matemática V2.6, p.107-117, UFSC: 2007	Não explicitada	Criação de 2 jogos: Quarto das Frações Algébricas e o Vira e Confere.	Jogo de aprofundamento e de treinamento: para desenvolver compreensões de frações algébricas	1º jogo: frações algébricas/7ª série do ensino fundamental e 2º jogo: qualquer conteúdo	Prático-útilitário
A Análise do Uso dos Jogos para o Desenvolvimento do Pensamento Lógico-Matemático nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental v. 6, n. 2, p. 67-80, 2011.	Abordagem interacionista de Piaget	Jogos para : Classificação: Pega varetas Sequência: 8 maluco(cartas) Simbolização: Dominó Correspondência: O mais alto e mais baixo Avaliação: Boliche	Treinamento: Verificar como os jogos contribuem para o ensino de matemática.	Conjuntos; ordenação; numerais, sinais, medidas, quantidades, relações como peso, tamanho, Cor, formas	Prático-útilitário
Elaborando jogos com alunos do 8.º ano do ensino fundamental e aprendendo matemática v. 08, n. 1, p. 301-315, 2013	Não explicitada	Os alunos criaram 8 jogos com variações de jogos conhecidos de tabuleiro, roleta e jogo de Damas. Criaram as regras e jogaram o jogo produzido por outros grupos	Jogo de construção e de treinamento: Promover o aprendizado de matemática, desenvolver raciocínio e criatividade; melhorar a escrita (redação).	Confeccionar e interpretar tabelas e gráficos; contagem, operações básicas; decodificar regras/8.º ano do Ensino Fundamental	Lúdico
Jogos interativos: recurso pedagógico no processo de ensino e aprendizagem Matemática v. 08, n. 2, p. 245-260, 2013.	Vertente sócio interacionista (Vygotsky)	Jogo eletrônico: Triple Thrill Pack Rollercoast para os alunos relacionarem a matemática com atividades práticas do seu cotidiano	Jogo de construção: aprenderem matemática por meio de resolução de situações-problemas do cotidiano	representações gráficas, mapas, unidades de medida, perímetro, área de figuras planas. Instaurar relação com o sistema monetário em situações-problemas	Prático-útilitário
A construção de conceitos da geometria plana com o uso de materiais concretos e digitais: uma experiência com Tangram v. 08, n. 1, p. 179-198, 2013.	teoria de Van Hiele (os alunos avançam de acordo com uma sequência de etapas através da compreensão dos conceitos.	Jogo do Tangram construído no software Geogebra	Jogo de construção e de aprofundamento	Geometria, Conceitos de perímetro e área de figuras planas no ensino fundamental/4º ano ensino fundamental	Prático-útilitário
Jogando com bolinhas de gude e aprendendo matemática no 2.º ano do ensino fundamental v.9, n. 1, p. 108-118, 2014.	Não explicitada	Bolinhas de gude em um jogo chamado "bola largada".	Jogo de construção e de treinamento: Introduzir conceitos e rever outros	Número natural; contagem, pareamento, estimativa e correspondência de agrupamentos; valor posicional; gráficos e tabelas/2º ano do ensino fundamental	Prático-útilitário
Padrões e jogos matemáticos V3.3, p.30-40, UFSC: 2008.	Não explicitada	Xadrez, Semáforo, Hex e Amazonas	Jogos de aprofundamento: Relação entre jogos matemáticos e a capacidade de resolver problemas com padrões	padrões numéricos ou geométricos/3 ao 6º ano	Prático-útilitário

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, os autores consideram as aulas com jogos prazerosas e lúdicas. Assim o fazem em função do maior envolvimento dos alunos, do interesse demonstrado. E também pelo fato do jogo se distanciar da aula tradicional de matemática, com lousa e giz, com listas de exercícios, sem significados aos alunos. Nos trabalhos, a melhoria da aprendizagem é entendida pelos docentes em função do maior interesse dos discentes durante as atividades. São relatadas as trocas de experiências entre os alunos, o entusiasmo, a alegria, as surpresas advindas do jogo, mas em nenhum momento os autores se reportam às representações semióticas, às possibilidades de conversão entre elas, que possivelmente melhoram a aprendizagem em matemática.

Concordamos com (PIFFER e LENARTOVICZ, 2013, 1262) que um jogo pode colaborar com a compreensão que um aluno possui sobre algum conteúdo matemático, uma vez que, durante o jogo ele precisará realizar diversas vezes, conversões entre a



representações matemáticas, e isso de forma rápida e espontânea, o que fará com que desenvolva seu raciocínio lógico e a sua capacidade de abstração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF,1998

GRANDO, R.C. **O conhecimento matemático e o uso de jogos na sala de aula**. Tese. Doutorado. Universidade de Campinas. Campinas: Unicamp, 2000.

MACHADO, Nilson J. **Matemática e Educação**: alegorias, tecnologias e temas afins. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PFIFFER, C.da.S. e LENARTOVICZ, I.G. O jogo como recurso na aprendizagem das representações semióticas das funções de 1º grau. CONGRESO IBEROAMERICANO DE EDUCACIÓN MATEMÁTICA. CIBEM, VII. **Actas del VII CIBEM**. Montevideo/Uruguai, 2013. Disponível em: <http://www.cibem7.semur.edu.uy/7/actas/pdfs/558.pdf> Acesso: 5/09/2015

SMOLE, K.S.; DINIZ, M.I.; MILANI, E. **Jogos de matemática do 6º ao 9º ano**. Cadernos do Mathema. Porto Alegre: Artmed 2007

PATRÍCIO, R. S., ALMEIDA, M. da S. O Papel das Representações Semióticas no Ensino de Matemática. CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA II. **Atas**. UNIJUÍ, 2011.



A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM LICENCIATURA: A PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR E SUAS INDAGAÇÕES

Autor(es)

BIANCA GRANZOTO

Orientador(es)

IDA CARNEIRO MARTINS

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a pesquisa sobre formação de professores tem crescido quantitativa e qualitativamente. Coerente a essas condições, a pesquisa sobre a formação do docente tem acarretado contribuições significativas para a reflexão do trabalho docente (MARCELO, 1998).

Pesquisar sobre a formação dos professores é enfrentar os problemas existentes na atualidade, buscando entender, refletir e construir estratégias que possam auxiliar na compreensão dessa profissão que é complexa e com condições singulares de trabalho. Sendo assim, esse estudo encontra-se entre aqueles que propõe discutir a formação inicial dos professores, em particular dos professores de Educação Física. Ao pesquisar sobre a formação do professor de Educação Física em Licenciatura pretendemos compreender os aspectos pedagógicos que fundamentam a formação dos futuros licenciados em Educação Física, para o que utilizaremos como base as novas Diretrizes Curriculares de formação de professores.

A nossa investigação se inicia com a análise da promulgação do parecer CNE/CP 009/2001 e as Resoluções CNE/CP 1/2002 e CNE/CP 2/2002, que estabeleceram novas diretrizes curriculares para todos os cursos de formação de professores. A nova proposta promulgada garante em termos uma formação mais sólida e consistente referente à formação pedagógica dos cursos de Licenciatura. Faz-se necessário o apontamento que as novas resoluções para a formação dos professores ocasionaram a criação da Resolução CNE/CES 007/2004 específica para a Educação Física, na qual se originou a separação da Licenciatura e do Bacharelado (MARTINS; BATISTA, 2006).

Nessa nova perspectiva a formação do professor licenciado é contemplada com 2.800 horas, contendo dentre essas, 400 horas para as práticas como componente curricular; 400 horas para o estágio curricular supervisionado; 1.800 horas de conteúdo curricular de natureza científico-cultural; e 200 horas para as atividades complementares. Uma das mudanças mais significativas nas resoluções apresentadas para a formação de professores corresponde à separação entre a prática de ensino e o estágio supervisionado, sendo este o nosso objeto de investigação para a melhor compreensão da formação pedagógica nos cursos de Educação Física em Licenciatura. Essa nova proposta não apresenta uma simples adequação nos currículos, mas sim, uma reestruturação que compreende a articulação da teoria-prática, reconhecendo as dimensões da prática como componente curricular (SOUZA NETO; ALEGRE; COSTA, 2006).



A nova prática como componente curricular será articulada por todo o processo de formação, do início até o seu término. O parecer CNE/CP 009/2001 explicita a ideia de superar o estágio como componente prático e a sala de aula como responsável pela teoria. Sendo assim, a prática de ensino sob a forma de estágio supervisionado deixa de existir para se constituir dois componentes curriculares distintos, prática curricular e estágio supervisionado: Assim, a prática na matriz curricular dos cursos de formação não pode ficar reduzida a um espaço isolado, que a reduza ao estágio como algo fechado em si mesmo e desarticulado do restante do curso. Isso porque não é possível deixar ao futuro professor a tarefa de integrar e transpor o conhecimento sobre ensino e aprendizagem para o conhecimento na situação de ensino e aprendizagem, sem ter oportunidade de participar de uma reflexão coletiva e sistemática sobre esse processo (CNE, 2001, p. 57). Segundo o parecer CNE/CP 28/2001 entende como prática curricular a prática que produz algo no âmbito educacional, ela acontece em articulação com o estágio e as atividades de trabalho acadêmico para a formação da identidade do professor educador. Constitui-se na correlação entre teoria e prática, sendo esse o movimento constante do saber e fazer, na busca de significações do trabalho docente.

As Diretrizes Curriculares Nacionais discutidas possibilitam a inserção da prática como componente curricular configuradas em duas possibilidades. A primeira permite a criação de uma disciplina única responsável por contemplar a prática na formação do futuro professor; a segunda proporciona a distribuição das 400 horas de práticas, em várias disciplinas que contemplam a matriz curricular do curso de formação. De acordo com Oliveira (2006) a segunda proposta é mais vantajosa, pois, na medida em que a prática é distribuída em várias disciplinas o futuro professor aproxima-se da realidade do contexto escolar, evitando a dicotomia da teoria e prática. Todavia, se faz necessário o entendimento dos docentes sobre a prática como um componente curricular, para que os mesmos possam se orientar a construção de planejamentos que comportem as necessidades e contextos educacionais, que serão vivenciados pelos futuros professores. Em concordância com Marcon, Nascimento, Graça (2007) os cursos de formação de professores necessitam superar a concepção de uma formação construída apenas pelo acúmulo de disciplinas e conhecimento. A formação de um professor requer um trabalho de reflexão crítica sobre sua prática, juntamente com a reconstrução de suas ações. As práticas pedagógicas em Educação Física necessitam constituir o eixo da formação do futuro professor (BETTI, 2006), garantindo a vivência de experiências diversificadas, para que os mesmos possam construir os conhecimentos pedagógicos que irão auxiliá-los em sua profissão docente (MARCON; NASCIMENTO; GRAÇA, 2007).

As práticas curriculares devem proporcionar à formação possibilidade de reflexões sobre os conhecimentos, para que os futuros professores, em especial os professores de Educação Física, possam compreender “o ver, o ser, o fazer, o conhecer, o compreender e o conviver de uma ação profissional, que respeite o princípio da rigorosidade, que esteja em sintonia com o contexto sócio-histórico-cultural de seus alunos” (MARTINS; BATISTA, 2006, p.164).

Tratando de considerar a prática como componente curricular não apenas como uma disciplina que compõe a matriz curricular, mas sim como um pilar que sustenta e tran-



sita por toda a formação do professor de Educação Física (MOREIRA; PEREIRA, 2007), esta pesquisa traz enquanto questões norteadoras: Qual a concepção que os docentes dos cursos de Educação Física têm sobre a prática como componente curricular? Como os docentes em Educação Física desenvolvem suas práticas educativas em relação a esse componente curricular?

As principais motivações para a realização dessa pesquisa será oferecer uma compreensão de como as práticas como componentes curriculares são desenvolvidas na formação dos futuros professores de Educação Física em Licenciatura, assim como, abarcar a complexidade da inserção dessa nova prática no currículo de formação de professores em Educação Física.

OBJETIVOS

Essa pesquisa visa investigar a concepção que os docentes do curso de Educação Física em Licenciatura têm sobre a prática como componente curricular e os modos como os docentes desenvolvem as suas práticas educativas no contexto da formação inicial de professores.

DESENVOLVIMENTO

Essa pesquisa busca explorar a dimensão da prática como componente curricular do trabalho docente, assim como as práticas educativas que os docentes realizam. Na tentativa de pesquisar o trabalho cotidiano vivenciado na formação inicial de professores, o presente estudo terá uma abordagem qualitativa, porque não se buscam regularidades do fenômeno da prática como componente curricular, senão a compreensão dos agentes envolvidos daquilo que os levou singularmente a agir e como agiram. O que só é possível se os sujeitos forem ouvidos a partir da sua lógica e exposição de razões, no contato do pesquisador com os seus participantes (GODOI; BALSINI, 2006; LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Para a fase de coleta de informações, propor-se-á como instrumento um roteiro para entrevistas semiestruturadas, pois a expectativa é de que os pontos de vista dos sujeitos da pesquisa sejam expressos em uma situação de entrevista com um planejamento aberto (FLICK, 2009), na qual as informações sejam construídas num processo dialógico entre entrevistado e entrevistador.

Assim, a princípio, propõe-se a entrevista com 10 docentes das disciplinas que contemplam a prática como componente curricular dos cursos de formação de professores em Educação Física.

Quanto à análise dos dados obtidos, optar-se-á por estratégias de análises qualitativas interpretativistas, baseadas em autores da área de Ciências Humanas e Sociais como Minayo (2008) e Flores (1994). No entanto, caso as entrevistas realizadas rendam grau de riqueza maior em seus detalhes, poder-se-á utilizar a análise do discurso, que tem seu foco na forma como a língua é produzida e interpretada em um dado contexto (MINAYO, 2008).



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por se tratar de uma pesquisa em andamento os resultados obtidos até agora por meio da revisão de literatura e exploração inicial dos documentos demonstram a importância da prática como componente curricular nos cursos de Licenciatura em Educação Física, auxiliando para uma formação de maior consistência na inter-relação da teoria e a prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos estudos desenvolvidos até o presente momento, acreditamos que a prática como componente curricular necessita ter atenção especial nas ações educativas da formação do professor de Educação Física, fortalecendo sua compreensão e aprendizagem sobre seu futuro campo de atuação.

Espera-se verificar o entendimento da prática como componente curricular, assim como o registro de práticas significativas que auxiliem o futuro professor na elaboração de novos conhecimentos expressivos para a sua atuação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BETTI, Mauro. Concepções teóricas e formação profissional no campo da educação física. In: SOUZA NETO, Samuel de; HUNGER, Dagmar. Formação Profissional em Educação Física: estudos e pesquisas. Rio Claro: Biblioética, 2006. Cap. 5. p. 77-85.
- BRASIL. Parecer CES/CNE 09/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília (DF): MEC, 2001.
- BRASIL. Parecer CES/CNE 28/2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena (DF): MEC, 2001.
- BRASIL. Resolução CES/CNE 07/2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Brasília (DF): MEC, 2004.
- BRASIL. Resolução CNE/CP 01/2002. Institui Diretrizes Curriculares para os Cursos de formação de professores para a Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília (DF): MEC, 2002.
- BRASIL. Resolução CNE/CP 2/2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 9.
- FLICK, U. Desenho da Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre: Bookman Artmed, 2009.
- FLORES, J. G. Análisis de datos cualitativos: aplicaciones a la investigación educativa. Barcelona: PPU, 1994. p. 7-107.



GODOI, C. K.; BALSINI, C. P. V. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (org.) Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006. 460p.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. 128p.

MARCELO, Carlos. Pesquisa sobre a formação de professores: o conhecimento sobre aprender a ensinar. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, p.51-75, set. 1998. Disponível em: . Acesso em: 02 jul. 2015.

MARCON, Daniel; NASCIMENTO, Juarez Vieira do; GRAÇA, Amândio Braga Santos. A construção das competências pedagógicas através da prática como componente curricular na formação inicial em educação física. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, São Paulo, v. 21, n. 1, p.11-25, jan. 2007.

MARTINS, Ida Carneiro; BATISTA, José Carlos de Freitas. Educação Física, formação e prática profissional. In: MARCO, Ademir de. Educação Física: cultura e sociedade. Campinas: Papirus, 2006. Cap. 8. p. 157-170.

MINAYO, M. C S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São Paulo: Hucitec. 2008. 408p.

MOREIRA, Evandro Carlos; PEREIRA, Raquel Stoilov. Novos olhares para as práticas de ensino e possíveis contribuições na formação de professores de Educação Física. Lecturas, Educación Física y Deportes: Revista Digital, Buenos Aires, v. 12, n. 108, p.1-8, maio 2007. Disponível em: . Acesso em: 01 jul. 2015

OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de. A formação profissional em Educação Física: legislação, limites e possibilidades. In: SOUZA NETO, Samuel de; HUNGER, Dogmar. Formação Profissional em Educação Física: estudos e pesquisa. Rio Claro: Bibliométrica, 2006. p. 17-32.

SOUZA NETO, Samuel de; ALEGRE, Atílio de Nardi; COSTA, Áurea. A prática como componente curricular e o estágio curricular supervisionado: que rumo tomar?. In: SOUZA NETO, Samuel de; HUNGER, Dagmar. Formação Profissional em Educação Física: estudos e pesquisas. Rio Claro: Bibliométrica, 2006. Cap. 2. p. 33-42.



TRABALHO E OBRA EM HANNAH ARENDT: AS ATIVIDADES HUMANAS E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Autor(es)

ANDREA STEFANIA MASCARELLO

Orientador(es)

BRUNO PUCCI

INTRODUÇÃO

Os principais conceitos desenvolvidos pela pensadora Hannah Arendt (1906-1975) se encontram na sua obra *A condição humana*, publicada em 1958. Nessa obra – um excelente convite à tarefa de compreender a era moderna – Arendt sustenta suas discussões acerca da condição humana a partir de três conceitos: trabalho, obra e ação. Essas atividades são fundamentais para a *vida activa* do homem, pois, cada uma delas é responsável por propiciar condições básicas para a manutenção da vida do homem na Terra. Todavia é dentro desta perspectiva, alinhada a discussões pedagógicas, que se pretende desenvolver a dissertação de mestrado intitulada “Educar para (sobre) viver: trabalho, obra, ação e educação em Hannah Arendt”.

OBJETIVOS

As discussões iniciais no desenvolvimento da pesquisa priorizam esses três conceitos, pois se entende primeiramente que está em discussão nesses conceitos a compreensão da dignidade humana, que implica reconhecer cada indivíduo, seu lugar no mundo e sua contribuição para o mundo comum; e posteriormente, toma-se a educação como um bem cultural, portanto mundano, produzido e mantido pelo homem. Faz-se então essencial a interpretação desses termos para pensarmos a responsabilidade da humanidade nos processos de constante construção e manutenção desse bem que é a educação.

A discussão se desenvolve priorizando esses três conceitos, analisados a partir da revisão crítica da obra *A Condição Humana*, bem como de outros escritos da pensadora e seus comentadores, construindo assim perspectivas de uma ampla compreensão dos estudos de Arendt, reafirmando a atualidade de seus escritos. Pretende-se, durante o desenvolvimento da dissertação, problematizar a responsabilidade da humanidade nos processos de manutenção e construção da educação, fazendo-se pertinente a discussão do conceito de trabalho no que tange ao trabalho docente, bem como a atualidade de uma educação que visa apenas a formação para o mercado de trabalho. Para a realização deste projeto de pesquisa, de natureza bibliográfica, está se realizando a revisão bibliográfica das obras de Hannah Arendt, ampliando-se cada vez mais este universo para comentadores e teóricos da educação, a fim de construir análises que possibilitem a compreensão, como dito, destes conceitos no âmbito da educação.



DESENVOLVIMENTO

O conceito do Trabalho é trazido por Hannah Arendt como posto já em nosso nascimento, pois somos condicionados, por nossa própria vida biológica, a trabalharmos a fim de suprir nossas demandas corporais impostas pelo processo vital da sobrevivência, sendo essa atividade uma resposta ao fato de estarmos vivos e é essencialmente uma atividade realizada no espaço privado do lar. É denominado por ela como *animal laborans* aquele que trabalha na medida em que consome, não sendo esta uma atividade que se coloca como um diferencial entre os homens e os demais animais, sendo os primeiros apenas mais desenvolvidos do que o segundo, e sendo, portanto, uma atividade desempenhada por qualquer outra espécie de ser vivo.

Esta também é uma permanente necessidade do homem (e dos demais seres vivos), visto que o ciclo do trabalho é um ciclo interminável na medida em que é também interminável a saciedade pela vida. Para Arendt esse ciclo é quebrado apenas quando entra em cena o *homo faber*, aquele que irá atenuar mais ainda o ciclo do trabalho, porém, apresentando ao mundo uma série de bens de durabilidade, através da sua capacidade de fazer, fabricar, produzir, gerando uma saliência da espécie humana diante das demais espécies. Podemos assim destacar a afirmação de Arendt (2010): “a redenção da vida, sustentada pelo trabalho, é a mundanidade, sustentada pela fabricação” (p.294).

Já o conceito de Obra é compreendido por Arendt como aquela atividade que corresponde à própria condição humana, portanto, a própria humanidade do homem. Essa humanidade cobra do homem um mundo de coisas artificiais, que denotam a individualidade e são produzidos e consumidos essencialmente pelos homens, onde não se destaca somente a espécie humana como um todo. Assim não se trata apenas de suprir as necessidades da manutenção da vida humana, mas toda uma construção de bens essencialmente humanos, criando um mundo artificial para abrigar todas as individualidades dos homens. Arendt denomina esse ser fabricante de coisas humanas como *homo faber*, aquele cuja atividade está na não-naturalidade da existência humana, que não está prevista no ciclo vital dos homens e que justamente, por essa condição de mortal, distribui em seus produtos sua identidade, almejando uma certa imortalidade. Esse é um modo de proceder que está no plano da cultura, do homem cultural e não meramente biológico, daquele homem que supera sua condição de vivente, estabelecendo múltiplas relações com a natureza, edificando assim um mundo humano capaz de abrigar todas as individualidades. “O tempo excedente do *animal laborans* jamais é empregado em algo que não seja o consumo, e quanto maior é o tempo de que ele dispõe, mais ávidos e ardentes são os seus apetites. O fato de que esses apetites se tornam mais sofisticados, de modo que o consumo já não se restringe às necessidades da vida, mas, ao contrário, concentra-se principalmente nas superfluidades da vida, não altera o caráter dessa sociedade, mas comporta o grave perigo de que afinal nenhum objeto do mundo esteja a salvo do consumo e da aniquilação por meio do consumo. (ARENDR, 2010, p.165-166)

O *homo faber*, para fabricar seus produtos, que são essencialmente para consumo, não estabelece nenhum metabolismo com a natureza, mas a viola para extrair materiais necessários para a atividade do fabricar, e, para isto, necessita de conhecimentos



prévios para que esses produtos possam ter uma durabilidade distinta dos bens do *animal laborans*, e, é a partir dessa durabilidade que emerge a independência desses produtos em relação aos seus fabricantes, sendo ela necessária para o movimento desses materiais no espaço público desse homem fabricante. Esse movimento proporciona uma relação das coisas mundanas com os homens, que a partir da identificação com esses materiais, passam a construir suas próprias identidades. Os produtos do *animal laborans* são destinados para o uso, dentro do mesmo espaço de fabricação, onde os autores da produção também são os consumidores. Para Arendt o *animal laborans* tem uma vida sem mundo e em grupo, onde é incapaz de construir um mundo público, um mundo humano, com espaço para as singularidades.

Vale ressaltar que, pela condição do *homo faber* de produzir bens de consumo, bens duráveis, eles acabam por adquirir um caráter utilitarista, perdendo de certa forma seu significado, sua razão, pois, a necessidade de produzir esses bens gera no mundo artificial um movimento das coisas, mas não uma objetividade das coisas. Dessa forma, Arendt (2010, p.192) aponta que, “a perplexidade do utilitarismo é que ele é capturado pela cadeira interminável de meios e fins sem jamais chegar a algum princípio que possa justificar a categoria dos meios e fins, isto é, a categoria da própria utilidade”.

Assim essa ausência de significado é resultado de uma insana rotina de produção, pois para o consumo do *homo faber*, um produto sempre necessita de outro para ter significado e utilidade, portanto, a subjetividade do homem em relação aos produtos que ele fabrica fica restrita a sua posição de consumidor, reduzindo a natureza e o mundo das coisas a meros espaços de consumo, sem nenhum valor intrínseco, onde a utilidade das coisas é levada como significado último para a vida dos homens. Dessa forma, a nossa necessidade por consumir, nos leva a “devorar, por assim dizer, nossas casas, nossa mobília, nossos carros, como se estes fossem as “coisas boas” da natureza que se deteriorariam inaproveitadas se não fossem arrastadas rapidamente para o ciclo interminável do metabolismo do homem com a natureza. É como se houvésemos rompido à força as fronteiras distintivas que protegem o mundo, o artifício humano, da natureza, tanto o processo biológico que prossegue dentro dele quanto os processos naturais cíclicos que o rodeiam, entregando-lhes e abandonando-lhes a sempre ameaçada estabilidade de um mundo humano”. (ARENDR, 2010, p.156)

Dessa forma Arendt aponta que os ideais do *animal laborans* foram sacrificados em prol dos ideais do *homo faber*, que visam permanência, estabilidade e durabilidade dos bens produzidos por ele. A pensadora reflete ainda que, na nossa sociedade moderna, uma sociedade de trabalhadores, visamos o trabalho como um meio de fertilidade, de possibilidade de produção, em que a obra já não existe, pois até os mais simples trabalhadores prestaram-se à divisão do trabalho, que privilegia uma estabilidade artificial, sempre a partir do mundo humano e a partir das coisas humanas, não mais a partir do homem.

Assim, o humano fabrica artefatos, objetos de uso e espaços que não se destinam para utilização imediata, mas que serão úteis algum dia, e essa utilidade, visada em longo prazo, é que proporciona a sensação de estabilidade, por ele criar uma natureza “não-



-natural”, um lar onde se sente seguro, pois tem suprimentos que irão atender suas necessidades no futuro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dessas atividades, derivadas da sua releitura do conceito de Vita Activa, o trabalho e a ação tomam-se como centrais. Agir, para a pensadora, significa iniciar, tomar iniciativa, começar. Dessa forma, ser capaz de agir confere ao homem a característica do inesperado: a singularidade.

Assim, ação e discurso estão estreitamente relacionados, pois sem o discurso a ação deixaria de ser ação, sendo que é através da palavra que o homem-ator se identifica, se revela, significa seus atos e suas intenções. Dessa forma, a ação é a atividade política por excelência e o discurso é o que faz do homem um ser político.

Se entendermos, portanto, que a educação escolar pode oferecer muito mais do que um mero treinamento, para a aquisição de determinadas habilidades, podemos entender, portanto, a decadência dos processos educacionais. Pois, em um momento em que cada vez menos partilhamos os nossos valores e saberes, parece então não fazer sentido ensinar alguma coisa aos mais novos. Como aponta Arendt, a suposta “liberdade” da era moderna pode ter feito com que cada indivíduo possa fazer suas escolhas, mas ao mesmo tempo, marginalizou a educação e a isentou de sua responsabilidade ética e política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses novos pressupostos modernos contaminaram também a educação, com práticas educacionais que seguem a mesma norma: mais utilitarista e específica, e menos humana. Dessa forma, Arendt ressalta ainda mais que, diante dessa crise, as questões e os problemas que envolvem a educação não são mais restritos aos pais e aos pedagogos, mas sim devem ser uma preocupação de todos, devido ao lugar fundamental que a educação ocupa no mundo.

Arendt não quer dizer com isso que os planos individuais devem ser excluídos da educação escolar, pelo contrário, já que ela defende uma educação que privilegie a singularidade de cada criança. Contudo, é necessário antes de tudo que a educação seja um projeto comunitário, pois o mundo exige de cada um de nós um esforço educacional para que ele possa ter continuidade. Enquanto os interesses individuais são imediatos, as necessidades vitais são permanentes, e assim para que nem um e nem outro seja aquilo de mais valioso no mundo, é necessário um equilíbrio entre as duas extremidades, um equilíbrio construído a partir da educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDRT, Hannah. A condição humana. Tradução: Roberto Raposo, 11ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. Entre o passado e o futuro. Tradução: Mauro W. Barbosa. 7ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.



LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Autor(es)

**VINÍCIUS DE SORDI VILELA
PAULA COVAS DE MELLO SAAD**

Orientador(es)

JOSÉ LUIZ GAVIÃO DE ALMEIDA

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta breves considerações acerca da liberdade de expressão e seus consectários no ordenamento constitucional brasileiro, apontando a dificuldade doutrinária em conceituar referida liberdade, mediante a exposição cronológica doutrinária e respectiva evolução legiferante, inclusive sob a ótica do direito comparado. Alude à visão do Pretório Excelso acerca da ponderação realizada quando envolta a questão da liberdade de expressão.

OBJETIVOS

A pesquisa realizada teve por finalidade demonstrar, mediante uma análise profunda acerca da temática nas constituições brasileiras, a dificuldade da doutrina em conceituar e delimitar o campo de abrangência desta garantia constitucional, ante as diversas correntes doutrinárias existentes, apontar os limites trazidos pelo Constituinte segundo o período político vivenciado e, ao final, apresentar o entendimento do Guardião da Constituição ao analisar um dos casos mais expressivos, o qual exigiu de seus Ministros um profundo conhecimento sobre a temática ora *sub judice*.

DESENVOLVIMENTO

Inicialmente, necessário se faz um breve introito a fim de delimitar o conceito do direito fundamental à liberdade de expressão, haja vista que, atualmente, parafraseando Pérez Luño, tornou-se um paradigma de equivocidades, o qual não é descortinado pela doutrina nacional no decorrer da história, haja vista os diversos conceitos ofertados, dificultando a compreensão e amplitude de sua abrangência. Araújo Castro, ao analisar o preceito análogo ao do inciso IV, artigo 5º, da atual Constituição Federal brasileira, (artigo 113 da Constituição de 1935), sustentava a “livre comunicação dos pensamentos e das opiniões”. Pontes de Miranda ao comentar preceito análogo (artigo 141, §5º, da Constituição de 1946), denominava “liberdade de emissão do pensamento” o “direito de liberdade do indivíduo em suas relações com os outros”. Nelson Hungria, por sua vez, compreendia-o como liberdade de expressão. Na vigência da Constituição de 1967, assim como da Emenda Constitucional de 1969 que, apesar de não ter alterado o direito fundamental da liberdade de expressão, acresceu ao final do artigo 141, §5º, a proibição de propaganda de guerra, de subversão da ordem ou preconceitos de raça ou classe, Pontes de Miranda manteve sua aceção



anterior. Entretanto, outros doutrinadores - Sahid Maluf, Evandro Lins e Silva, Carvalho Pacheco, Guido Fidélis, Manuel Alceu Affonso Ferreira e Paulo Lúcio Nogueira - divergindo de tal posicionamento, vislumbravam, no preceito constitucional em apreço, a liberdade de manifestação do pensamento, sendo certo que, Antônio Evaristo de Moraes sustentava que esta liberdade era “inseparável do direito de opinião”, frisando que Antonio Costella se utilizava do termo “liberdade de comunicação”. A liberdade de expressão, garantia constitucional, é a base das democracias ocidentais, sendo irrompido como direito de 1ª geração ou dimensão, com o fito de contrapor-se ao arbítrio do Estado. Tadeu Antonio Dix Silva, analisando o dispositivo constitucional em apreço, sustenta que a liberdade de expressão “é confundida com o direito a informação, com a liberdade de imprensa e outras liberdades conexas, e utilizada nesta acepção desvirtuada por diversos segmentos sociais, com fins políticos, religiosos, e até mesmo comerciais”. Atualmente, André Ramos Tavares interpreta o direito fundamental em apreço como um “direito genérico, que finda por abarcar um sem-números de formas e direitos conexos e que não pode ser restringido a um singelo externar sensações ou intuições, com a ausência da elementar atividade intelectual, na medida em que a compreende. Dentre os direitos conexos presentes no gênero liberdade de expressão podem ser mencionados aqui: liberdade de manifestação de pensamento, de comunicação; de informação; de acesso à informação; de opinião; de imprensa, mídia, de divulgação e de radiodifusão”. Feu Rosa interpreta o direito fundamental à liberdade de expressão como “liberdade de opinião”, que compreende a liberdade de pensamento e a liberdade de expressão, salientando que esta é considerada pelo autor como livre manifestação do pensamento. Por derradeiro, sob sua ótica, a liberdade de opinião é a “liberdade que o homem tem de possuir convicções e crenças pessoais, independência de ideias, podendo ser até mesmo inconformado: no Estado Democrático goza do direito de manifestar esse inconformismo, essas ideias e convicções através de palavras, escritos ou até mesmo por seu comportamento em vida pública.” Pinto Ferreira utiliza indistintamente as expressões liberdade de manifestação do pensamento, liberdade de expressão do pensamento e liberdade de comunicação e de expressão ao referir-se ao inciso IV, artigo 5º da Constituição Federal. Noutra senda, Luiz Alberto David Araújo e Vidal Serrano Nunes Júnior afirmam que o “direito de manifestação do pensamento, reconhecido no artigo 5º, IV, Constituição Federal, imprime existência jurídica ao chamado direito de opinião. Este é também de forma direta ou indireta resguardado por diversos dispositivos de nossa Constituição, como o inciso VIII do mesmo artigo 5º, que especifica o direito à escusa de consciência; o artigo 37, caput, que indica a impessoalidade como princípio vetor da Administração Pública, e assegura, de maneira indireta, o valor-indiferença do direito de opinião, que também é objeto de proteção quando veiculados pelos meios de comunicação”. Para Celso Bastos e Gandra Martins, a expressão liberdade de expressão do pensamento é também denominada liberdade de opinião, assumindo, necessariamente, “múltiplas formas, por força da óbvia razão de que são muitos os planos em que o pensamento se exercita como também são múltiplas as formas e os meios de que se vale para comunicar-se”. Nessa senda, para esses doutrinadores, “surgem liberdades como: a de opinião, a de religião, a de informação, a de imprensa, a de telecomunicações, etc.”.



13º Congresso de Pós-Graduação

Afirmam, ainda, que se a exteriorização do pensamento não ocorrer “entre presentes, surge o direito derivado que protege o sigilo de correspondência”, sendo certo que, dessa liberdade, advém igualmente “o direito de expressar-se para pessoas indeterminadas, o que pode ser feito através de livros, jornais, rádio e televisão”. É salutar, ante sua importância no cenário jurídico, ofertar o posicionamento do doutrinador José Afonso da Silva, o qual sustenta que “a liberdade de manifestação do pensamento é um dos aspectos externos da liberdade de opinião, que se exterioriza pelo exercício das liberdades de comunicação, de religião, de expressão intelectual, artística, científica e cultural, e de transmissão e recepção do conhecimento”. Para ele, o preceito constitucional em apreço consiste “num conjunto de direitos, forma e processos e veículos, que possibilitam a coordenação desembaraçada da criação, expressão e difusão do pensamento e da informação, como se extrai dos incisos IV, V, IX, XII e XIV do artigo 5º combinados com os artigos 220 a 224 da Constituição”. O senhor Ministro Luís Roberto Barroso sustentou, no julgamento da ADI 5136 MC/DF, que, “do ponto de vista do seu valor intrínseco, a liberdade de expressão é uma manifestação da dignidade da pessoa humana e, do ponto de vista do seu valor instrumental, ela é também uma forma de expressão para realizar este fim último da democracia.” Já o senhor Ministro Marco Aurélio afirmou, no julgamento do HC nº 82.424/RS, que “o específico direito fundamental da liberdade de expressão exerce um papel de extrema relevância, insusplantável (sic), em suas mais variadas facetas: direito de discurso, direito de opinião, direito de imprensa, direito à informação e a proibição da censura. É por meio desse direito que ocorre a participação democrática, a possibilidade de as mais diferentes e inusitadas opiniões serem externadas de forma aberta, sem o receio de, com isso, contrariar-se a opinião do próprio Estado ou mesmo a opinião majoritária”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Isto é, o denominado paradigma de equivocidade demonstrado acima, advém da ausência de critérios normativos hábeis a delimitar a dimensão e representação das liberdades constitucionais - liberdade de pensamento, liberdade de expressão, liberdade de imprensa, liberdade de informação, liberdade de comunicação, liberdade de palavra, liberdade religiosa, dentre outras.

Por tal motivo Tadeu Antonio Dix Silva sustenta que “esse panorama torna inevitável que se pesquise a liberdade de expressão de modo a aclarar sua real dimensão e representação – na acepção linguística deste termo – a partir de três perspectivas: dimensão de historicidade, fundamentação filosófica e consequências jurídico-normativas: a primeira fornece o sentido desta liberdade no de um enfoque social-cronológico, e interliga-se à segunda perspectiva, a qual proporciona as diversas justificações filosóficas que a liberdade de expressão teve no transcorrer histórico, o que, por sua vez, implica a terceira perspectiva, os reflexos jurídico-normativos desses processos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exteriorização do pensamento é imprescindível para o surgimento dos efeitos jurídicos, uma vez que, como bem assinalado por José Antônio Pimenta Bueno, “a liber-



dade de pensamento em si mesmo, enquanto o homem não manifesta exteriormente, enquanto não o comunica, está fora de todo poder social, até então é do domínio somente do próprio homem, de sua inteligência e de Deus”, afirmando, ainda: “O homem, porém, não vive concentrado só em seu espírito, não vive isolado, por isso mesmo que por sua natureza é um ente social. Ele tem a viva tendência e necessidade de expressar e trocar suas ideias e opiniões com os outros homens, de cultivar mútuas relações, seria mesmo impossível vedar, porque fora para isso necessário dissolver e proibir a sociedade”. Corroborando tal entendimento, Gregório Badeni, logrou êxito em afirmar que “para o homem, a liberdade de pensamento resulta insuficiente no âmbito de sua vida espiritual. Devido a sua natureza social necessita, além de pensar, poder comunicar o seu pensamento a outros e conhecer o conteúdo do pensamento das pessoas com as quais convive no marco das inumeráveis comunidades e sociedades que integra”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- SILVA, Tadeu Antônio Dix. Liberdade de expressão e direito penal no estado democrático de direito. São Paulo: IBCCRIM, 2000, p. 68.
- CASTRO, Araújo. A nova constituição brasileira. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1935.
- MIRANDA, Pontes de. Comentários à Constituição de 1946. Vol. IV. São Paulo: Max Limonad, 1953, p. 146.
- HOFFBAUER, Nelson Hungria. A nova lei de imprensa. Revista Forense, Rio de Janeiro, vol. 162, ano 52, fascículos 629 e 630, 1956, p. 9-15.[1] MIRANDA, Pontes de. Comentários à Constituição de 1967. Tomo V. São Paulo: RT, 1967.
- MALUF, Sahid. Direito Constitucional. São Paulo: Sugestões Literárias, 1983. P. 410 e ss.
- SILVA, Evandro Lins e. Volta ao júri, na plenitude. Arquivos do Ministério da Justiça, Brasília, n. 165, set. 1985, p. 19-27.
- PACHECO, J. E. de Carvalho. Crimes de Imprensa. Curitiba: Juruá, 1976.
- FIDÉLIS, Guido. Crimes de Imprensa. São Paulo: Sugestões Literárias, 1977.
- FERREIRA, Manuel Alceu Affonso. Um caso exemplar. Arquivos do Ministério da Justiça, Brasília, n. 165, set. 1985, p. 61-64
- NOGUEIRA, Paulo Lucio. Lei de Imprensa. Em: NOGUEIRA, P. L. Leis Especiais (aspectos penais). São Paulo: Leud, 1986, p. 75.
- MORAIS, Antonio Evaristo de. Liberdade e crime de imprensa. Arquivos do Ministério da Justiça, Brasília, n. 165, set. 1985, p. 28-33.
- COSTELLA, Antonio. Direito da Comunicação. São Paulo: RT, 1976, p. 24.
- TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional, 6ª Ed, Ed. Saraiva, 2008, p. 577.[1] ROSA, Antônio José Miguel Feu. Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 1998, p. 162-163.
- LOPES, Vera Maria de Oliveira Nusdeo. O direito à informação. São Paulo: RT, 1998.
- GOMES, Luiz Flávio. Liberdade de Imprensa e Respeito à pessoa. In: Gomes, L. F. Estudos de Direito Penal e Processo Penal. São Paulo: RT, 1999, p. 227-231.
- ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 1998, p. 73.[1] NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. A proteção constitucional da informação e o direito à crítica jornalística. São Paulo: FTD, 1999, p. 29.



A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO SOB A PERCEPÇÃO DE LÍDERES E LIDERADOS DE UMA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Autor(es)

INAYÁ DE OLIVEIRA GONÇALVES MANTOVANI

Orientador(es)

DALILA ALVES CORREA

INTRODUÇÃO

Em virtude do processo de globalização e de seus atuais desdobramentos no cotidiano dos negócios e das empresas, o mercado de trabalho tornou-se altamente competitivo e dinâmico. As empresas dependem de resultados (sejam eles financeiros ou não) para a sua sobrevivência, os quais são gerados pelos colaboradores, razão pela qual se afirma que o maior capital é o humano.

Neste contexto, as empresas esperam que os colaboradores atuem com qualidade, sem desperdícios e no menor tempo possível. Esta dinâmica demanda acompanhamento do trabalho realizado pelas pessoas no sentido de observar se, de fato, está ocorrendo dentro dos padrões desejados.

As organizações utilizam a avaliação de desempenho para fazer este acompanhamento, a qual representa uma importante ferramenta de gestão e de estimativa de aproveitamento do potencial individual das pessoas no contexto do trabalho. Um programa formal de avaliação de desempenho tem como principais objetivos (PONTES, 2008, p. 29 e 30): a) melhorar o desempenho e as competências das pessoas e da empresa; (b) permitir o desenvolvimento das pessoas; (c) manter estabelecidos os objetivos (resultados) esperados das pessoas na organização; (d) obter o comprometimento das pessoas em relação aos resultados desejados pela empresa; (e) melhoria da comunicação entre os níveis hierárquicos; (f) estabelecer clima de confiança, motivação e cooperação entre os membros das equipes; (g) servir como importante instrumento coadjuvante em decisões de carreira e salários, subsidiando promoções, transferências, desligamentos e programas de remuneração variável; (h) servir como instrumento para levantamento das necessidades de treinamento; (i) auxiliar os colaboradores nas oportunidades de desenvolvimento pessoal; (j) identificar talentos.

É certo, no entanto, que o desempenho de um colaborador não depende exclusivamente de si próprio. Há fatores que fogem ao seu controle e que podem influenciar seu desempenho, como a infraestrutura, a qualidade do relacionamento entre os colaboradores, a motivação, a escolaridade, o conhecimento teórico, o estilo de gestão e de liderança, entre outros. O desempenho humano depende de uma complexidade de fatores que interagem entre si. Assim, de certa forma, “pode-se dizer que o desempenho é consequência do estado emocional e do esforço individual” (CHIAVENATO, 2002, p. 200).



Neste contexto, o artigo apresenta uma pesquisa realizada no contexto de trabalho de uma organização pública cujo objetivo foi investigar a percepção de um grupo de colaboradores, entre líderes e liderados, sobre a forma como eles compreendem a avaliação de desempenho praticada na referida organização.

OBJETIVOS

Analisar o sistema de avaliação de desempenho praticado numa organização pública, com foco sobre os aspectos do ambiente e do contexto de trabalho que podem influenciar nos resultados desta atividade.

DESENVOLVIMENTO

A avaliação de desempenho 360 graus (PONTES, 2008) é aplicada a todos os colaboradores da organização e, consiste num processo de geração de feedback entre pares, sendo acompanhado pelos líderes. A metodologia se desenvolve a partir de um formulário padrão, o qual contém os requisitos/competências traduzidos em comportamentos desejados dos colaboradores. Junto a estes requisitos existe uma escala de observação a qual utilize números para identificar a variação dos comportamentos. Para cada requisito/competência requerida é elaborada uma lista de comportamentos. Esta lista é apresentada ao avaliador o qual deverá indicar a sua nota que expressa sua avaliação em relação ao desempenho do avaliado. Exemplificando: para a competência “produtividade de vendas” um dos comportamentos esperados é “sugere maneiras de alavancar as vendas”; se o colaborador apresentar este comportamento com frequência (em 95 a 100% das vezes) deve-se atribuir a nota máxima da escala. Este sistema é aplicado de forma sistemática e é feito periodicamente (anual). Para investigar este processo na organização, foi realizada uma pesquisa qualitativa (GODOI, et.al., 2010) com um grupo de 08 colaboradores que atuam na área administrativa de uma organização pública, representando pouco mais de 50% do total de empregados desta unidade, sendo 04 (quatro) que exercem cargos de liderança e 04 (quatro) que não exercem. Esta amostra foi definida pelo critério não probabilístico, por tipicidade, sendo selecionados os colaboradores considerados representativos da população-alvo. O enfoque da investigação foi captar a percepção deste público sobre o sistema de avaliação de desempenho praticado pela organização. O instrumento de pesquisa foi aplicado aos dois públicos, com exceção de uma questão que foi apropriada a cada categoria de participante. Desse modo, os liderados manifestaram a sua percepção quanto à preparação do líder para realizar a avaliação e, os líderes manifestaram sobre a sua preparação para realizar a avaliação. Os dados foram analisados pela apuração das frequências absoluta e relativa e, após, interpretados qualitativamente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Questionados acerca da **percepção do nível de conhecimento dos colaboradores sobre metas e objetivos da empresa**, os líderes em unanimidade optaram pela alternativa “nem todos os colaboradores conhecem integralmente as metas e objetivos”



- esta respostas também foi apontada por três liderados. O outro liderado respondeu que “uma minoria dos colaboradores conhece integralmente as metas e objetivos”. Com relação ao **conhecimento que os colaboradores têm sobre as competências requeridas**, a resposta unânime dos líderes e dos liderados é de que “nem todos os colaboradores conhecem as competências necessárias para o desenvolvimento das suas atividades”.

Quanto à **definição que melhor expressa o conceito sobre a avaliação de desempenho praticada na empresa**, três líderes optaram pela resposta “momento para realizar formalmente avaliações sobre o desenvolvimento, o desempenho e o comportamento do colaborador” – esta resposta também foi apontada por um liderado. O quarto líder apontou “processo no qual se realiza verificações sobre o desempenho do colaborador” – este conceito foi também apontado por dois liderados. Já para o quarto liderado, a avaliação de desempenho “é uma ferramenta que visa estabelecer contato com os colaboradores referente aos resultados desejados pela organização, acompanhar os desafios propostos, corrigir os rumos e avaliar os resultados”. No tocante aos **objetivos/finalidades da avaliação de desempenho praticada pela empresa**, cada colaborador poderia assinalar até 03 (três) opções de resposta. A opção mais selecionada, por três dos quatro líderes, foi a de que: “a avaliação busca verificar o quanto o colaborador se adapta aos objetivos da empresa e as demandas e exigências do trabalho”. Também foram selecionadas outras 08 opções. A de que o objetivo da avaliação de desempenho é fornecer subsídios para decisões quanto à promoção ou não do colaborador, obteve duas indicações. As opções a seguir obtiveram uma indicação: (a) avaliar o sistema de gestão de pessoas da empresa; (b) manter a motivação e o compromisso dos colaboradores; (c) diferenciar os colaboradores visando a recompensas; (d) Identificar a necessidade de treinamentos; (e) fornecer feedback de desempenho; (g) identificar os pontos fortes e a desenvolver do colaborador; (h) buscar a melhoria da produtividade do colaborador. Dentre os quatro liderados, a alternativa mais indicada por três deles foi “a avaliação busca fornecedor feedback de desempenho”. Também foram selecionadas outras 06 opções. A de que o objetivo da avaliação de desempenho é identificar os pontos fortes e a desenvolver do colaborador obteve três indicações. A opção “buscar a melhoria global do desempenho” obteve duas indicações. As opções a seguir obtiveram uma indicação: (a) manter a motivação e o compromisso dos colaboradores; (b) identificar a necessidade de treinamentos; (c) fornecer subsídios para decisões quanto à promoção ou não do colaborador. Sobre o **Plano de Desenvolvimento Individual (PDI)**, a resposta unânime dos líderes e dos liderados foi que “poucos colaboradores da empresa fazem o PDI”. Dois líderes responderam que não existe este plano e os outros dois responderam que o realizam. No caso destes dois, um apontou que a frequência de revisão do plano é semestral e, o outro disse não haver periodicidade prevista. Na visão dos liderados, um deles manifestou-se negativamente, afirmando não possuí-lo. Os outros três participantes afirmaram que possuem PDI, sendo que um deles procede revisão semestral e, os outros dois disseram não haver uma periodicidade prevista. **Ao realizar a avaliação dos liderados** um dos líderes antecipadamente analisa e



revê o PDI; os outros três antecipadamente conversam com outras pessoas a fim de obter mais informações. Já na visão dos liderados, dois participantes acreditam que o líder antecipadamente verifica o seu resultado da avaliação anterior e, outros dois acreditam que o líder não se prepara antecipadamente para a avaliação. **Na condição de avaliador, todos os líderes** se consideram parcialmente aptos, pois apesar de conhecerem as atividades desenvolvidas pelo avaliado, as vezes ocorrem dúvidas quanto a frequência com que apresenta os comportamentos avaliados. Na percepção dos liderados, dois participantes se consideraram parcialmente aptos, pois entendem que seria necessário um acompanhamento mais próximo das atividades desenvolvidas pelo avaliado e os outros dois afirmam que apesar de conhecer as atividades desenvolvidas pelo avaliado, às vezes ocorrem dúvidas quanto a frequência com que apresenta os comportamentos esperados. Os participantes foram indagados sobre **se aquilo que esta “fora do avaliado” poderia influenciar o seu desempenho**, ou seja, se os aspectos do contexto e das condições de trabalho podem interferir no desempenho da pessoa. Para obter a resposta ofereceu-se um quadro contendo a relação destes aspectos, os quais deveriam ser ponderados a partir de uma escala de variação desta interferência. A seguir apresenta-se a síntese das respostas obtidas, através de dois quadros representando o posicionamento dos líderes (quadro 1) e dos liderados (quadro 2).



O quadro 1 mostra o posicionamento dos líderes em relação a esta questão:

Fatores externos ao avaliado	Grau de influência do fator no resultado da avaliação de desempenho de um colaborador		
	Elevado	Baixo	Não influencia
Cultura da empresa	XXX	X	
Clima organizacional	XXXX		
Uso de materiais e equipamentos adequados	X	XXX	
Plano de cargos da empresa	X	XXX	
As metas estabelecidas	XXXX		
Comunicação empresarial	XXXX		
Burocracia		XXXX	
Tolerância a erros	XX	XX	
Prazos estabelecidos	XXX	X	
Quantidade de atividades sob sua responsabilidade	XXXX		
A natureza da tarefa (desafiante, instável, rotineira)	XXX	X	
Grau de autonomia do colaborador	XXXX		
O estilo de liderança	XX	XX	
Conhecimento/preparo do avaliador quanto aos trabalhos desenvolvidos pelo liderado	XXXX		
Preparação antecipada ou não do avaliador para fazer a avaliação	XX	XX	
Estereótipos	XXX	X	
Localização territorial do trabalho		XXXX	
Parcialidade		XXX	X
Orientação/ informação recebida pelo avaliado	XXX	X	
Experiências pessoais do avaliador	X	XX	X
A comparação entre os colaboradores	X	XXX	
Sociabilidade	XXXX		
Grau de relacionamento do avaliado com os colegas	X	XX	X
Grau de relacionamento do avaliado com o líder	X	XXX	
Boatos	X	XX	X
Outra:			



O quadro 2 mostra o posicionamento dos liderados:

Fatores externos ao avaliado	Grau de influência do fator no resultado da avaliação de desempenho de um colaborador		
	Elevado	Baixo	Não influencia
Cultura da empresa	XX	XX	
Clima organizacional	XXXX		
Uso de materiais e equipamentos adequados	XX	X	X
Plano de cargos da empresa	XX	XX	
As metas estabelecidas	XXX	X	
Comunicação empresarial	XXXX		
Burocracia	XXX		X
Tolerância a erros	XXX	X	
Prazos estabelecidos	XXX	X	
Quantidade de atividades sob sua responsabilidade	XXX	X	
A natureza da tarefa (desafiante, instável, rotineira)	XX	XX	
Grau de autonomia do colaborador	XXX	X	
O estilo de liderança	XXXX		
Conhecimento/preparo do avaliador quanto aos trabalhos desenvolvidos pelo liderado	XXXX		
Preparação antecipada ou não do avaliador para fazer a avaliação	XXX	X	
Estereótipos	XXX	X	
Localização territorial do trabalho		XXX	X
Parcialidade	XXXX		
Orientação/ informação recebida pelo avaliado	XXX	X	
Experiências pessoais do avaliador	XXX	X	
A comparação entre os colaboradores	XXX	X	
Sociabilidade	XX	XX	
Grau de relacionamento do avaliado com os colegas	XXX	X	
Grau de relacionamento do avaliado com o líder	XXXX		
Boatos	XX	X	X
Outra:			

Ao realizar um processo de avaliação todos os líderes afirmaram que consideram os aspectos externos indicados na questão anterior, os quais influenciam na avaliação. Três liderados responderam que consideram parcialmente os aspectos externos indicados na questão anterior, a depender da pessoa a ser avaliada e da situação, sendo analisado cada caso pontualmente. O outro participante considera os aspectos externos indicados na questão anterior, os quais julga que influenciam na avaliação. Sobre **o método de avaliação de desempenho utilizado pela empresa**, todos os líderes e três liderados entendem que o método retrata parcialmente a realidade do desenvolvimento de cada colaborador. O quarto liderado afirma que não consegue retratar a realidade do desenvolvimento de cada colaborador.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostrou que a avaliação de desempenho é um tema importante da gestão de pessoas das organizações e, que a sua gestão deve ser sistematicamente planejada de modo que os envolvidos possam conhecer bem cada uma de suas etapas. Pode-se observar pela pesquisa realizada que nem todos os colaboradores conhecem integralmente as metas e objetivos da empresa e, as competências necessárias para o desenvolvimento das suas atividades, fatores estes que precisam ser amplamente divulgados e reforçados com os colaboradores. A pesquisa mostrou que o desempenho do colaborador não depende exclusivamente dele, mas que estabelece relações com outros aspectos do contexto e ambiente de trabalho. Compete às organizações identificar e gerenciar tais aspectos, bem adotarem as práticas necessárias a minimizar a sua influência, para que a avaliação de desempenho possa se desenvolver numa dimensão mais ampliada e retratar fielmente a realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHIAVENATO, Idalberto. Gerenciando pessoas: como transformar gerentes em gestores de pessoas. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

GODOI, K.C.; DE-MELLO, B.R.; DA SILVA, B.A. Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Ed.Saraiva, 2^a.ed., 2010

PONTES, Benedito Rodrigues. Avaliação de Desempenho. São Paulo: LTr, 2008.



GOVERNANÇA CORPORATIVA: QUAIS AÇÕES PODEM SER IMPLANTADAS PARA QUE HAJA BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES?

Autor(es)

**EDUARDO VIEIRA DO PRADO
ADAIL JOSÉ DE SOUSA
FABIO CHAVES NOBRE
CARLOS EDUARDO FRANCISCHETTI
LUIZ GUSTAVO CAMARANO NAZARETH
ANDRÉ LUIZ BERTASSI**

Orientador(es)

CLOVIS LUIS PADOVEZE

INTRODUÇÃO

A complexidade envolvendo as práticas da gestão empresarial e os recentes escândalos de corrupção vêm alavancando o clamor por boas práticas de Governança Corporativa em nosso país, pois administradores devem gerenciar adequadamente as suas estratégias de negócios levando em consideração suas oportunidades e ameaças, para que possam maximizar o valor de seus empreendimentos a seus acionistas.

Eiteman et al (2013) afirmam que o objetivo prioritário da Governança Corporativa é a otimização, ao longo do tempo dos retornos aos acionistas. Para isso, o conselho de administração deve desenvolver e implementar uma estratégia que garanta o crescimento da empresa e o aumento do valor de seu patrimônio, e ao mesmo tempo, garantindo um bom relacionamento com os demais stakeholders.

Desta forma, este tema possui grande relevância para a gestão empresarial e sua pesquisa deve ser continuamente estimulada.

OBJETIVOS

Nesta pesquisa, objetiva-se abordar as boas práticas de Governança Corporativa que podem ser implantadas por administradores para que possam proteger e agregar valor aos negócios.

As seguintes questões de pesquisa são levantadas: Como ainda podem existir empresas com estrutura tão frágil de governança corporativa como as que foram citadas nos escândalos do Mensalão e da operação Lava Jato no Brasil? Quais as ações que podem ser promovidas por empresas para efetivamente implantarem boas práticas de Governança Corporativa?

Como metodologia de pesquisa, adota-se o estudo prático com base na literatura e artigos técnicos publicados por empresas especializadas.



DESENVOLVIMENTO

Não se pode deixar de conceituar Governança Corporativa sem citar o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) (2009), o qual afirma que os princípios e práticas da boa Governança Corporativa aplicam-se a qualquer tipo de organização, independente do porte, natureza jurídica ou tipo de controle. O IBGC aborda que Governança Corporativa é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, e órgãos de governança como Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria. As boas práticas de Governança Corporativa visam alinhar interesses com a finalidade de proteger e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para sua perenidade.

Já Andrade e Rossetti (2012) afirmam que a compreensão, a internalização e o exercício da Governança Corporativa são elencados como os principais desafios da gestão há cerca de 25 anos. Estes são processos fundamentais para o desenvolvimento seguro das companhias, e para torna-las menos expostas a riscos externos ou de gestão.

Um bom sistema de governança ajuda a fortalecer as empresas, reforça competências para enfrentar novos níveis de complexidade, amplia as bases estratégicas para criação de valor, é fator de harmonização de interesses e ao contribuir para que os resultados das companhias se tornem menos voláteis, aumenta a confiança dos investidores, fortalece o mercado de capitais e é fator coadjuvante para o crescimento econômico sustentável. Prova destas observações foi à recuperação dos mercados no triênio 2003-2007, exatamente quando as práticas de boa governança passaram a ser amplamente consideradas devido à exigência de regulamentações como a americana Sarbanes & Oxley (ANDRADE e ROSSETTI, 2012).

A tese do mercado eficiente sustenta que toda informação está incorporada aos preços das ações e, por isso, esses preços apresentam valores justos. Um bom entendimento do mercado eficiente pode ajudar a melhorar a imagem de uma empresa e evitar atitudes desfavoráveis do investidor. Os administradores devem fornecer informações rápidas e favoráveis sobre as mudanças esperadas para o futuro. Uma empresa deve dedicar mais tempo para a melhoria de sua imagem, ou seja, suas práticas de Governança Corporativa (GROPPELLI e NIKBAKHT, 2010).

Uma premissa básica da administração financeira é a de que existe um tradeoff entre retorno e risco. O retorno e o risco são, na verdade, os principais determinantes do preço da ação, que representa a riqueza que os proprietários têm investido na empresa. Maior fluxo de caixa costuma estar associado a um maior lucro por ação. Maior risco tende a resultar em menor preço por ação, por que o acionista exige ser remunerado pelo risco adicional (GITMAN, 2010).

Desta forma, nota-se que a Governança Corporativa vem se desenvolvendo nos últimos anos, como uma prática que pode proteger as organizações e consequentemente seus proprietários. Esta proteção pode ser alcançada por meio de um ambiente de controle que gerencie adequadamente os riscos da organização, para que a mesma possa alcançar seus objetivos e manter sua continuidade.



Nesta linha, Oliveira et al (2002) destacam que o controle permanente é uma função gerencial de relevância essencial para o sucesso de qualquer empreendimento. Ignorar esse fato, ou mesmo menosprezar sua importância pode ser comparado a pilotar uma aeronave sem acesso constante às referências que indicam a que velocidade ou altitude se está voando, quanto de combustível resta no reservatório ou até mesmo se a rota está conforme o que foi planejado. Desta forma, a função de controle deve ser preocupação contínua dos responsáveis das organizações, visto que por melhor que sejam o planejamento ou coordenação, pode-se assegurar que os objetivos pretendidos podem ser alcançados.

Crepaldi (2013) cita a lei americana Sarbanes e Oxley promulgada em 2002, na esteira dos maiores escândalos empresariais da história daquele país, que foi concebida como forma de proteger os acionistas das empresas de capital aberto e endureceu o sistema de controles internos nas empresas, trazendo benefícios como processos mais seguros e eficientes.

Por outro lado, Araújo e Arruda (2012) destacam que o ambiente de controle inclui as funções de governança e administração e as atitudes, consciência e ações dos responsáveis no que se refere ao controle interno e sua importância. Este estabelece a forma de conduta de uma organização e influencia a consciência de controle das pessoas que dela participam e pode reduzir o risco de fraude. Por outro lado, deficiências no ambiente de controle podem prejudicar a eficácia dos controles, especialmente no que se refere à fraude. O ambiente de controle adequado é embasado por: Comunicação e aplicação dos valores de integridade e ética; Compromisso com a competência; Participação dos responsáveis pela Governança; Atribuição de autoridade e responsabilidade; Existência de políticas e práticas formalizadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Há muitos desafios para implementação das boas práticas de Governança Corporativa e fatos recentes demonstram que apesar da importância destas práticas, muitas empresas parecem não adotá-las.

Dentre os exemplos recentes de nossa país, podemos citar o esquema do Mensalão e operação Lava Jato.

O escândalo do Mensalão foi um esquema ilegal de financiamento político organizado pelo PT para corromper parlamentares e garantir apoio ao governo Lula no Congresso em 2003 e 2004, logo após sua ascensão ao poder. Este esquema foi apoiado por várias empresas como o Banco Rural e agências de publicidade e demonstrou falhas no processo de gestão e controle (FOLHA DE SÃO PAULO, 2012).

Já a operação Lava Jato, a qual foi deflagrada em 17 de março de 2014 pela Polícia Federal, investiga um esquema bilionário de desvio e lavagem de dinheiro envolvendo a empresa Petrobras e suas parceiras Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, UTC, Mendes Júnior, Engevix, OAS e Galvão Engenharia. A Polícia Federal estima em R\$ 19 bilhões o prejuízo na estatal. Deste montante, Petrobrás já admitiu que possa ter sofrido perdas com corrupção de R\$ 6,2 bilhões em balanço divulgado em abril de 2015 (PORTAL GLOBO G1, 2015).



Estes escândalos demonstram a grande corrupção existente em nosso país e o desafio existente para que boas práticas de Governança Corporativa possam ser efetivamente implementadas no poder público e empresas privadas.

Prado et al (2014) destacam as boas práticas que devem ser sempre estimuladas dentro das organizações:

Reforçar a estrutura de Governança Corporativa e seus órgãos de controle, como Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria.

Processo contínuo de identificação e mensuração dos riscos que podem afetar o negócio (como: imagem, concorrência, perdas financeiras, entre outros).

Implantação de um sistema efetivo de Controles Internos que minimize os riscos que envolvem a organização. Para isso, áreas como Controladoria e Auditoria Interna podem desempenhar papel importante.

Implantação de Programas de Compliance, no qual a Administração deve estipular regras claras para que os diversos níveis organizacionais cumpram todas as regulamentações e procedimentos internos que envolvem as mais diversas operações do negócio. Ao implementar programas de Compliance, a organização se compromete a investigar e punir duramente práticas que quebram as regras de Compliance. Neste programa deve existir um processo de conscientização e comunicação contínuo das regras e possíveis penalidades para o não cumprimento a todos os níveis organizações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que há um longo caminho a ser percorrido por organizações para fomentar e aprimorar suas práticas de Governança Corporativa, as quais devem ser estabelecidas pela Alta Administração que deve estar alinhada com os interesses dos investidores (representados pelo Conselho de Administração).

Como resultado deste processo de promoção de boas práticas, os administradores podem evitar perdas e aproveitar oportunidades, e conseqüentemente atingir os objetivos estabelecidos em suas organizações. Além disso, pode levar à maximização de valor para os investidores fazendo com que haja um alinhamento dos interesses dos stakeholders (partes interessadas) e da Administração da companhia, fator este que é primordial para que haja efetivas práticas de boa governança.

As colocações acima respondem as questões da pesquisa, visto que ainda há necessidade de reforço das práticas de Governança Corporativa nas organizações como: alinhamento de interesses, processo contínuo de identificação dos riscos, implantação de um sistema de controles internos e de um programa de Compliance. Portanto, este trabalho contribuiu para demonstrar a relevância do tema, estimular sua discussão, bem como fomentar boas práticas de gestão e Governança Corporativa.

Finalmente, entende-se que pesquisas adicionais sobre o tema Governança Corporativa terão valor fundamental para a perenidade das organizações e solidificação da economia, como, por exemplo, impacto de boas práticas de Governança Corporativa no controle de fraudes e corrupção dentro das organizações.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, A.; ROSSETTI, J. P. Governança Corporativa: Fundamentos, Desenvolvimento e Tendências. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- ARAÚJO, I. P. S.; ARRUDA, D.G. Fundamentos de Auditoria. São Paulo: Saraiva, 2012.
- CREPALDI, S. A. Auditoria Contábil: Teoria e Prática. 9ª edição. São Paulo: Atlas, 2013.
- EITEMAN, D. K.; STONEHILL, A. I.; MOFFETT, M. H. Administração Financeira Internacional. 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- GITMAN, L. J. Princípios de Administração Financeira. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- GROPPELLI, A. A.; NIKBAKHT, E. Administração Financeira. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. 4.ed. / Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. São Paulo, SP : IBGC, 2009.
- FOLHA DE SÃO PAULO. O julgamento do mensalão. Agosto-2015. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/especial/2012/ojulgamentodomensalao/ojulgamento/o_esquema.shtml> Acesso em: 22. Ago. 2015.
- PRADO, E.V.; CAMARGO, S.H.C.R.V; PADOVEZE, C.L.; GIULIANI, A.C. A Relevância de Boas Práticas de Governança Corporativa para a Gestão Empresarial. Revista Universitas - Ano 7 - Nº 13 - Julho/Dezembro 2014. Disponível em: <<http://revistauniversitas.inf.br/index.php/UNIVERSITAS/article/view/174>> Acesso em: 22. Ago. 2015.
- PORTAL GLOBO (G1). Entenda a operação lava jato. Agosto-2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/04/entenda-operacao-lava-jato-da-policia-federal.html>> Acesso em: 22. Ago. 2015.
- OLIVEIRA, L. M., PEREZ JR., J. H. e SILVA, C. A. S. Controladoria Estratégica. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.



O JOGO DE FAZ-DE-CONTA NO ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS: TEMPOS E ESPAÇOS DESTINADOS AO BRINCAR

Autor(es)

BRUNA DA SILVA

Orientador(es)

IDA CARNEIRO MARTINS

INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta a preocupação com o desenvolvimento das crianças de 6 (seis) anos a partir da mudança proposta na educação básica brasileira, a qual ampliou o ensino fundamental para nove anos, ou seja, definindo o atendimento neste nível de ensino para alunos de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos.

Isto se deu a partir da Lei no 11.274 de 06 de fevereiro de 2006 (BRASIL, 2006) que, alterando a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), dispôs sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.

Tal mudança nos faz observar as necessidades e as especificidades que a criança de 6 (seis) anos possui, considerando-se o seu período de desenvolvimento. Dentre estas encontramos o jogo de faz de conta, apresentado enquanto atividade principal da criança desta faixa etária. (FACCI, 2004; PASQUALINI, 2009)

Neste texto, consideraremos a teoria histórico-cultural pelos estudos de Vigotski (1998), Leontiev (2014) e de autores que nele se apoiam, para a compreensão do desenvolvimento da criança.

OBJETIVOS

Neste texto temos enquanto objetivo discutir o jogo de faz-de-conta no primeiro ano do ensino fundamental, observando as necessidades das crianças segundo o período de desenvolvimento em que se encontram, assim como, o que dizem os documentos oficiais como sendo necessário ao primeiro ano deste ciclo de ensino.

DESENVOLVIMENTO

Com o intuito de subsidiar as considerações propostas, o primeiro ponto de destaque deste estudo destina-se a compreender as orientações apresentadas pelos documentos oficiais, em especial, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica - Ensino Fundamental de 9 anos (BRASIL, 2013), assim como as Orientações Gerais - Ensino Fundamental de 9 anos (BRASIL, 2004).

Esses documentos se apresentam como “orientações que devem ser necessariamente observadas na elaboração dos currículos e dos projetos político-pedagógicos da escola” (BRASIL, 2013, p. 104). Considerando essa afirmação, pode-se perceber que as



sugestões apresentadas devem servir como norteadoras para as ações empreendidas na escola, em especial, no modo de tratar a criança de 6 (seis) anos, agora pertencente ao ensino fundamental.

Diante do conteúdo disposto nos documentos oficiais, a ampliação do Ensino Fundamental para 9 (nove) anos, se deu especialmente em virtude de, na maior parte do século XX, o ensino fundamental ser o nível de ensino que a população obteve maior índice de acesso. Como a universalização do acesso à escola deste nível de ensino estava praticamente assegurada, a tentativa de assegurar este direito para crianças de 6 anos se desponta como um intuito educacional. Para isso, a maneira sugerida que se despontou foi a ampliação do Ensino Fundamental, sendo que diante esta mudança o atendimento as crianças abrangem dos 6 a 14 anos. Dessa forma, o Ensino Fundamental de 9 anos permite, segundo a intenção expressa nos documentos, que a criança de 6 anos usufrua do direito à educação.

Além dos aspectos voltados para a ampliação da oferta deste nível de ensino, este estudo caminha no sentido de possibilitar que o desenvolvimento da criança de seis anos seja enfatizado, de tal modo que entendamos como os documentos oficiais consideram essa criança de seis anos pertencente ao Ensino Fundamental.

Utilizando-nos das noções apresentadas pela perspectiva histórico-cultural, sobretudo com base nos estudos de Vigotski (1998), é que se entende a importância de se considerar o indivíduo enquanto ser histórico, já que os modos de organização social e cultural, suas rupturas, transformações e contradições, são imprescindíveis para a constituição do sujeito.

Tendo como preocupação o jogo de faz de conta no primeiro ano do ensino fundamental nos apoiaremos em utilizaremos Elkonin (1998) que afirma:

As observações fizeram-me supor que no jogo das crianças em idade pré-escolar o principal é o papel que assumem. No processo de interpretação do seu papel, a criança transforma suas ações em atitude diante da realidade. (ELKONIN, 1998, p.2-3)

Assim, o atual estudo tem como foco os tempos e os espaços em que o jogo de faz de conta pode se efetivar, ou não, nos primeiros anos escolares, uma vez que segundo este teórico, esta é a atividade principal neste período de desenvolvimento, ou seja, é por meio da atividade principal que as crianças relacionam-se com o mundo, porém em cada período formam-se novas necessidades.

Facci (2004, p. 67), apoiando-se nos estudos de Vigotski, Leontiev e Elkonin, aponta que os principais períodos do desenvolvimento humano são: “comunicação emocional do bebê; atividade objetual manipulatória; jogo de papéis; atividade de estudo; comunicação íntima pessoal; e atividade profissional/estudo”.

Visto assim, o jogo se apresenta como reconstrutor das atividades sociais, isto significa que por meio da ação de jogar a criança se relaciona com o mundo, incorporando os papéis sociais, potencializando o desenvolvimento infantil que, calcado na perspectiva histórico-cultural, se caracteriza como um processo gradual, repleto de evoluções e involuções, as quais contribuem para que saltos qualitativos sejam alcançados. Neste movimento, o jogo se estabelece como “elemento decisivo para explicar o desenvolvimento psíquico infantil, por meio da relação criança-sociedade”. (PASQUALINI, 2013, p. 76)



Considerando que as crianças de 6 anos estão no período do desenvolvimento psíquico denominado por jogo de papéis, é de suma importância entender a atividade dominante. De acordo com Leontiev:

[...] ocorrem as mais importantes mudanças no desenvolvimento psíquico das crianças, e dentro da qual se desenvolvem processos psíquicos que preparam o caminho da transição da criança para um novo e mais elevado nível de desenvolvimento. (LEONTIEV, 2014, p. 122)

Por isso, a ideia não se restringe a ofertar unicamente o jogo de faz de conta no ambiente educacional, pois não se necessita que esta atividade abarque maior quantidade de tempo. O intuito é de lançar uma reflexão para a importância que a escola possui no sentido de proporcionar tempos e espaços onde esta atividade ocorra, uma vez que é no interior delas que as maiores mudanças serão alcançadas nesse período.

Diante dos argumentos apresentados resta-nos a indagação sobre qual tem sido a maneira com a qual a criança pequena se relaciona com o mundo na escola, uma vez que os espaços e tempos destinados à sua atividade principal estão cada vez mais limitados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Focalizando a preocupação no desenvolvimento da criança de 6 anos, alguns excertos serão analisados na busca de compreender qual a concepção adotada pelos documentos.

Sendo assim, é possível identificar por meio do discurso apresentado que os documentos partem de uma concepção histórica (BRASIL, 2013) para primeiramente compreender o aluno, e em seguida explicar o desenvolvimento segundo a concepção adotada. Isso pode ser identificado no seguinte excerto:

Como sujeitos históricos que são, as características de desenvolvimento dos alunos estão muito relacionadas com seus modos próprios de vida e suas múltiplas experiências culturais e sociais, de sorte que mais adequado seria falar de infâncias e adolescências no plural. (BRASIL, 2013, p. 110)

Por meio de tal afirmação é possível entender que os documentos oficiais apresentam uma concepção do desenvolvimento calcado na perspectiva histórico-cultural. No entanto, ao tratar da criança de seis anos, em nenhum momento é trazido algo sobre a atividade principal, visto que esta atividade é a maneira pela qual a criança estabelece relações mais significativas com o seu contexto. Por isso, os aspectos para a modificação das estruturas do Ensino Fundamental, não se vinculam primeiramente ao desenvolvimento psíquico dos alunos, mas sim a ampliação da oferta deste nível de ensino.

Além das razões vinculadas à universalização e ampliação, tal mudança também contempla a preocupação em, de certo modo, “preparar” as crianças para a alfabetização e letramento. Isso é visível na seguinte asserção “(...) beneficiando-se de um ambiente educativo mais voltado à alfabetização e ao letramento, à aquisição de conhecimentos de outras áreas e ao desenvolvimento de diversas formas de expressão (...)”. (BRASIL, 2013, p. 109).



Com a ênfase voltada para a possibilidade de um ambiente mais voltado a alfabetização e letramento, muitas indagações suscitam, uma vez que a atenção recai sobre o desenvolvimento dos alunos. Por essa razão, nos atentaremos para os estudos de teóricos da abordagem histórico-cultural, com o qual estudaremos o período de desenvolvimento em que as crianças de 6 e 7 anos se encontram.

Atentar-se a estes aspectos é de grande valia para o trabalho do professor, sobretudo para o professor de 1º ano, que lidará com crianças de 6 anos. Tentar adequá-las as normas escolares vigentes de forma prematura, possivelmente causará enclausuramento dos alunos frente à escola, e de certo atuará do mesmo modo com os professores, levando-os a utilizarem-se do autoritarismo para adequar os alunos que até então pertenciam à Educação Infantil e utilizavam-se com maior frequência de jogos e brincadeiras para relacionar-se e interpretar o mundo.

Muito se espera das crianças de 6 anos no primeiro ano, já que este momento será voltado primariamente para a aprendizagem da alfabetização e letramento. Essa confiança depositada nos alunos por vezes é fracassada, visto que aos seis anos as crianças, mesmo que já elaborem alguns esboços de leitura e escrita, embora estejam aquém das expectativas da escola. Isso porque a atividade principal é o jogo de faz-de-conta, que subsidiará a atividade de estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto escolar, o jogo de faz-de-conta é importante, uma vez que permite que o professor trabalhe na zona de desenvolvimento proximal, além de propiciar a conquista da abstração, tão necessária para as aprendizagens subsequentes. Desse modo, “neste processo, o professor tem papel destacado como mediador entre o aluno e o conhecimento, cabendo a ele intervir na zona de desenvolvimento próximo dos alunos, conduzindo a prática pedagógica”. (FACCI, 2004, p.78)

Ainda que os documentos apresentem uma perspectiva que aponte para a teoria histórico-cultural, visto que para se tratar dos alunos os documentos afirmam considerá-los enquanto sujeitos históricos, sendo que seu desenvolvimento é dependente de fatores culturais e sociais, eles não tratam da importância da atividade principal, e nem tampouco se referem ao jogo de faz-de-conta.

Ao tornar as situações do jogo mais complexas, inserindo elementos e ações ao seu enredo, o professor possibilita que as funções mentais superiores sejam adquiridas, as quais são imprescindíveis para as exigências quanto a alfabetização e a escrita que a escola espera dos alunos. Em consonância com este fato, Marcellino (2010, p.53) aponta que “sem deixar de levar em conta esses fatores, penso que a ‘pobreza’ de linguagem e imaginação está, diretamente, ligada à ‘pobreza’ de experiência de vida humana, e nela, a restrição do lúdico.

Contudo, o lúdico cada vez mais é negado na escola em nome de uma preparação para o futuro. Essa preparação prioriza os conteúdos ao invés do jogo de faz de conta, num período onde o jogo expressa maiores significados para as crianças. Essa negação realizada pela escola significa a negação da própria criança, da sua cultura e de suas necessidades. E nessa dinâmica, a criança busca corresponder às exigências dos adultos,



pois se isso não se realiza o aluno é tido como incapaz ou indisciplinado, e para isso, deixa de viver a sua própria faixa etária, de forma mais acentuada no 1º ano do Ensino Fundamental, em que se espera tantas competências do aluno que se relaciona com o mundo pelo jogo.

A atividade principal de cada período significa a atividade que permite a criança estabelecer maiores contatos com a sociedade, e por meio desses contatos internalizarem os papéis sociais, além de serem importantes meios auxiliares na formação da conduta. E neste panorama, o papel do professor se faz imprescindível, uma vez que é por meio dele que os alunos tornarão as situações mais complexas, sendo que isso se caracteriza como necessário para o desenvolvimento dos alunos.

Superar os paradigmas impostos socialmente pela instituição escolar se faz necessário, de tal modo que a cultura da criança e suas necessidades em cada faixa etária, se defina como parte integrante dos currículos e projetos político pedagógicos das escolas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei n. 11.274, de 6/2/2006. Altera a redação dos art. 29, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394, de 20/12/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12624:ensinofundamental&Itemid=859>. Acesso em: 20 ago. 2015.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Brasília: 2013.

BRASIL. Ensino Fundamental de 9 anos: Orientações Gerais. Brasília: 2014.

ELKONIN, D. B. Psicologia do jogo. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FACCI, M. G. D.. A periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva de Leontiev, Elkonin e Vigotski. Caderno Cedes, Campinas, v. 62, n. 24, p.64-81, abr. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

LEONTIEV, A. N.. Os princípios psicológicos da brincadeira pré-escolar. In: VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, Alexis N.. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 12. ed. São Paulo: Ícone, 2014. p. 119-142. Tradução: Maria da Pena Villalobos.

MARCELLINO, N. C. Pedagogia da Animação. 10. ed. Campinas: Papirus, 2011.

PASQUALINI, J. C.. A perspectiva histórico-dialética da periodização do desenvolvimento infantil. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 1, n. 14, p.31-40, jan./mar. 2009.

PASQUALINI, J. C.. Periodização do desenvolvimento psíquico à luz da escola de Vigotski: a teoria histórico-cultural do desenvolvimento infantil e suas implicações pedagógicas. In: MARSIGLIA, A. C. G. Infância e Pedagogia Histórico-Crítica. Campinas: Autores Associados, 2013. p. 71-116.

VIGOTSKI, L. S. A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.



LOGÍSTICA REVERSA DE MEDICAMENTOS: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

Autor(es)

GISELE FERREIRA LIMONTA

Orientador(es)

ALEXANDRE TADEU SIMON

INTRODUÇÃO

A logística envolve todas as operações que estão relacionadas com planejamento e controle de produção, movimentação de materiais, embalagem, armazenagem, expedição, distribuição física, transportes e sistemas de comunicação que, quando realizadas de modo sincronizado, podem fazer com que as empresas agreguem valor aos serviços oferecidos aos clientes e também propicia um diferencial competitivo perante a concorrência (BALLOU, 2006).

sustentabilidade é um assunto muito discutido, e que ainda está na teoria, uma vez que o meio ambiente aos poucos manifesta o resultado da falta de consciência existente. Neste aspecto, a Logística Reversa se faz presente, pois seu significado correlaciona-se à ideia de que preservar o meio ambiente é essencial para as próximas gerações. A Logística Reversa está cada vez mais em destaque nas indústrias de diversos ramos de produção. Trata-se de um processo de planejamento, implementação e controle do fluxo dos resíduos com o produto já acabado, sendo necessário seu fluxo de informação do ponto de consumo até o ponto de origem, isto é, o caminho contrário da cadeia produtiva (SANTOS, 2013). O principal objetivo do processo é recuperar valor ou realizar um descarte adequado, ou até mesmo um reaproveitamento do produto. Porém, tudo envolve processos e métodos. Não basta apenas ter uma ideia; toda uma estrutura tem de ser preparada para que o resultado seja satisfatório e para que as perdas durante o processo sejam reduzidas. Além disso, trata-se de um investimento, que gera custo, mas que também pode e deve gerar lucro; o contrário, não seria útil para qualquer organização.

Os medicamentos evoluem de forma constante, apesar de suas inúmeras vantagens no combate às patologias, deve-se também levar em consideração os sérios problemas advindos de sua fabricação e utilização. O acúmulo de medicamentos nas residências dos usuários com posterior perda do prazo de validade é causado pelas sobras de tratamentos anteriores, dispensação de medicamentos em quantidade superior ao tratamento devido prescrição incompleta ou incorreta, e pela impossibilidade de fracionamento de alguns desses. Os medicamentos, administrados na própria residência, quando vencidos podem trazer riscos e danos à saúde no caso de ingestão não acidental e acidental por idosos ou crianças. Outro problema grave é a degradação do meio ambiente causada pelo descarte indevido por falta de informação. O lixo comum ou vaso sanitário não são os destinos corretos para eliminação desses produtos, e há falta de conscientização da população acerca deste assunto (EICKHOFF; HEINECK; SEIXAS, 2009).



A logística reversa para medicamentos em desuso ainda é um tema muito recente no Brasil, mas de grande importância, uma vez que a implementação de um sistema eficaz de gerenciamento de resíduos provenientes de serviços de saúde e da comunidade contribui para a redução de riscos à saúde imediata e ao meio ambiente (BARCELOS, 2011). O gerenciamento de resíduos no Brasil possui abordagens generalistas ou específicas para determinados setores da cadeia de produção farmacêutica, como exemplos da RDC nº 306/2004 da ANVISA, Resolução nº 358/2005 do CONAMA (Gerenciamento e Destinação Final de RSS) e na RDC n.º 17/2010 da ANVISA (Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos). É importante ressaltar que estas normas não estão perfeitamente alinhadas ao novo marco regulatório, a PNRS de 2010. Diversos estados e municípios também possuem legislação própria, as quais não são muito claras, sendo às vezes conflitantes, provocando dúvidas e impossibilitando a adoção de normas práticas e eficazes em todo o país (JOÃO, 2011).

OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo apresentar um estudo bibliométrico das publicações referentes ao tema “Logística Reversa de Medicamentos”, a fim de identificar quais os principais termos de pesquisa, os anos com maior número de publicações; fontes; autores; países, tipos de documentos, áreas de interesses e as principais redes de citações.

DESENVOLVIMENTO

A bibliometria tornou-se uma ferramenta indispensável na avaliação da produção de instituições, áreas, temas e para pesquisadores (CAMPBELL, 2010). Conforme De Bellis (2009), a bibliometria usa algumas ferramentas estatísticas e softwares, das quais destaca-se o excel, o bibexcel, e o pajek, programas que permitem construir a rede de colaboração entre autores e trabalhos citados, a relação de quantidade de publicações por ano, a quantidade de publicações por autores, tipos de periódicos, etc. Foi realizada uma pesquisa bibliométrica sobre logística reversa de medicamentos, composta por trabalhos dos últimos dez anos (2004 a meados de julho de 2015). Levantou-se as publicações científicas no banco de dados Scopus utilizando para pesquisa descritores no idioma inglês conforme o Quadro 1, onde foram especificados o número de artigos encontrados com o respectivo descritor. Procurou-se pelos descritores nos títulos, resumos e palavras chaves dos documentos.



Quadro 1: Número de documentos encontrados na base de dados Scopus conforme o descritor

Descritor	Número de Documentos Encontrados
“Reverse” and “Logistics” and “Drugs”	672
“Reverse” and “Logistics” and “Medicine”	53
“Reverse” and “Logistics” and “Remedy”	2
“Reverse” and “Logistics” and “Medicament”	1
“Discard” and “Drugs”	265
“Discard” and “Medicine”	90
“Discard” and “Remedy”	17
“Discard” and “Medicament”	0

Foram considerados como publicações válidas para a pesquisa artigos de periódicos e eventos, capítulos de livros, editoriais e relatórios. Para extrair os dados foi utilizada a ferramenta BibExcel e para visualizar os dados e a formatação dos gráficos foi utilizado os programas Pajek, Excel e a base Scopus. O descritor “Reverse” and “Logistics” and “Drugs” encontrou o maior número de documentos, desta forma, foi escolhido para a realização da bibliometria.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Figura 1 mostra o número de publicações por ano desde 2004 até meados de julho de 2015. O ano de 2011 se destaca pelo maior número de publicações, seguido por 2014, 2012 e 2013. O período de 2010 a 2014 representa 58,04% do total de documentos publicados no assunto. A linha de tendência demonstra a evolução no número de publicações e a expectativa de crescimento da área. A partir de 2010 é possível observar um crescimento exponencial de publicações acerca de logística reversa de medicamentos, indicando que se trata de um assunto atual e de certa relevância. O ano de 2015 é pouco relevante para essa estatística uma vez que grande parte das publicações é esperada para o final do ano. Tem-se também o gráfico dos principais autores com maior número de publicações. É possível destacar os autores Cavassini, M. e Bernasconi, E., com 11 publicações cada acerca do assunto logística reversa de medicamentos. Dentre as áreas do conhecimento que geram mais publicações sobre o tema, destaca-se a Medicina com 576 trabalhos representando 53% do total das áreas de interesse. A engenharia enquadra-se dentro de (outros) representando cerca de 1% do total.

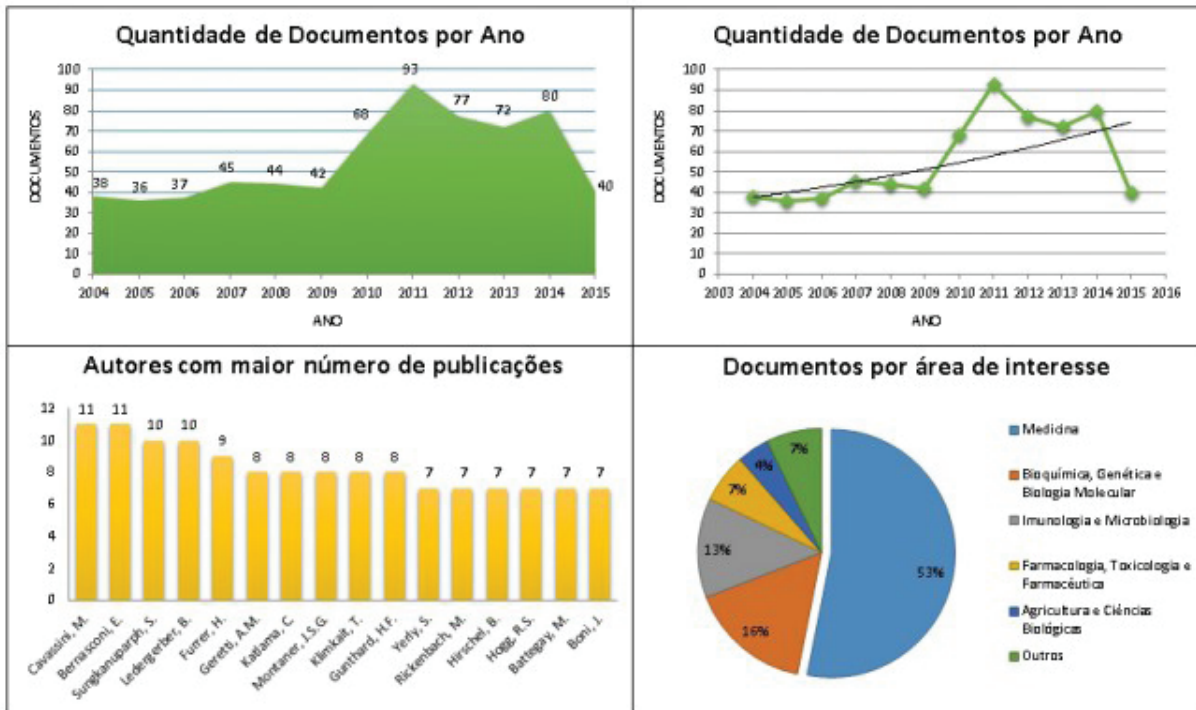


Figura 1 - Gráficos de publicações por ano, de publicações por ano com linha de tendência, dos autores com maior número de publicações e de publicações por área de conhecimento

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Na figura 2, no gráfico que diz respeito aos tipos de publicações, é possível ver que os artigos representam quase a totalidade das publicações com 641 (95,40%) documentos. Destacam-se entre os países com maior número de publicações, os Estados Unidos, a China e o Reino Unido com 216, 79 e 73 publicações respectivamente. Também é possível observar que Jornais/Revistas representam em grande massa o tipo de fonte de publicação. Quanto às publicações por instituição a liderança com 18 trabalhos pertence à Inserm (Instituto Nacional de Pesquisa Médica e de Saúde na França) seguida da Harvard School of Public Health (nos estados Unidos) com 17 publicações e da VA Medical Center (nos Estados Unidos) com 17 publicações também.

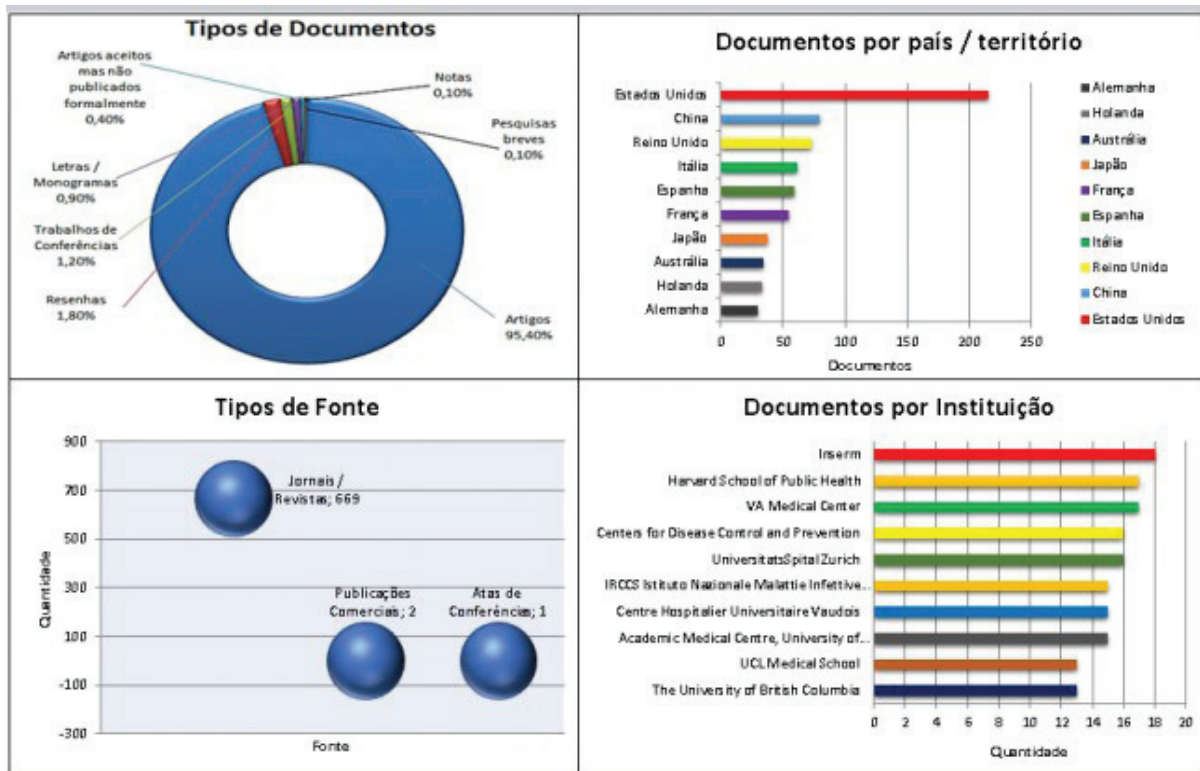


Figura 2 - Gráficos com os tipos de publicações, de países, dos tipos de fonte de publicação e de publicações por instituição.

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Na Figura 3 tem-se o gráfico das principais publicações por fonte, o destaque com maior número de publicações é da Plos One, que se trata de uma revista científica de acesso livre disponível apenas online, publicada pela Public Library of Science, seguida da AIDS (Journal of the International AIDS Society). Também, através da ferramenta Bibexcel e do programa Pajek foi possível traçar a rede de citações dos trabalhos que tiveram 50 ou mais citações.

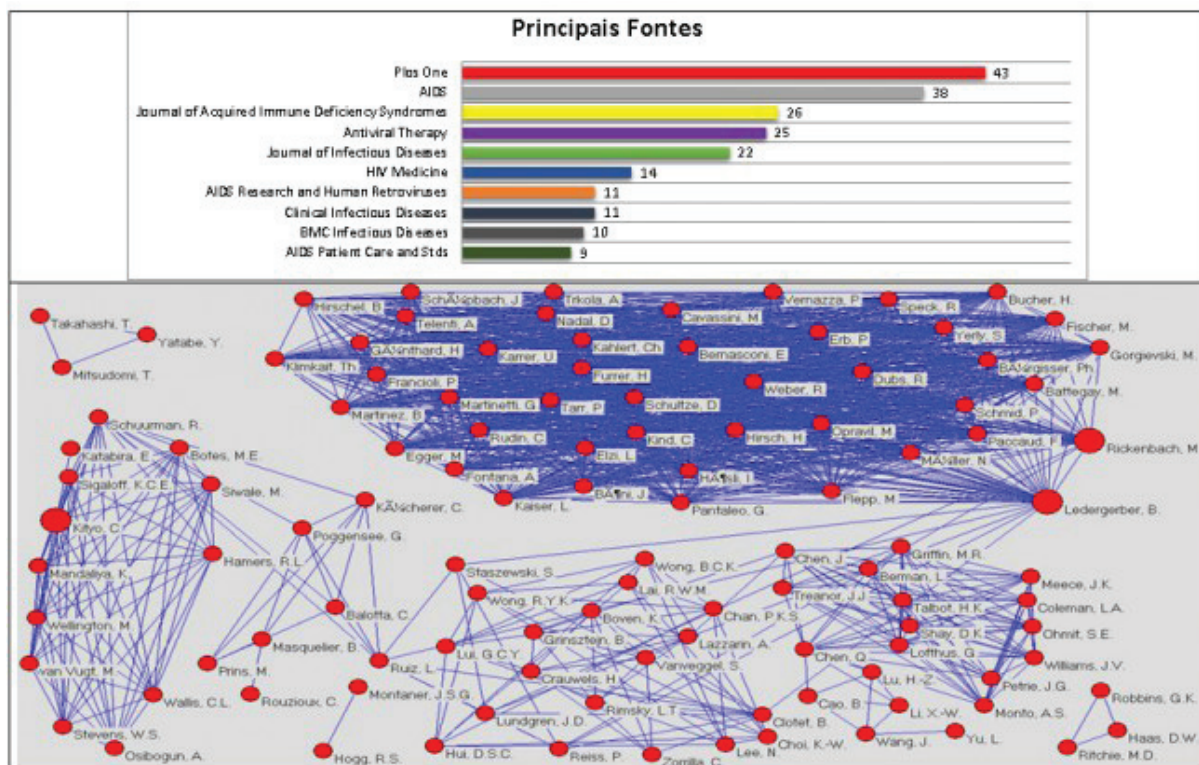


Figura 3– Principais fontes de publicação e Rede de co-citação dos principais autores de todas as áreas de conhecimentos da pesquisa.

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

É possível observar que 45 pesquisadores se destacam numa grande rede quase que fechada, como Ledergerber, Rickenback, Battegay, Paccaud, Flepp, etc. O quadro 2 apresenta as principais fontes de publicação analisadas na Figura 9, com seus respectivos número de publicações, o estrato do sistema WebQualis (quando existir), a área de avaliação do estrato (quando existir) e o ISSN.



Quadro 2: Revistas Científicas

Revista / Periódico	Nº Pub.	Estrato	Área	ISSN
Plos One	43	A1 A1	Engenharias III Farmácia	1932-6203
Journal of the International AIDS Society	38	-	-	1758-2652
Journal of Acquired Immune Deficiency Syndromes	26	-	-	1525-4135
Antiviral Therapy	25	-	-	1359-6535
Journal of Infectious Diseases	22	B1	Farmácia	1201-9712
HIV Medicine	14	-	-	1464-2662
AIDS Research and Human Retroviruses	11	B1	Farmácia	0889-2229
Clinical Infectious Diseases	11	A1	Farmácia	1058-4838
BMC Infectious Diseases	10	A2	Farmácia	1471-2334
AIDS Patient Care and Stds	9		-	1087-2914

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

È possível observar no Quadro 2 que a revista Plos One além de possuir o maior número de publicações acerca do assunto logística reversa de medicamentos, é a única que possui classificação A1 nas duas áreas de interesse estudadas (Engenharia de Produção e Farmácia).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o objetivo de analisar publicações do tema Logística Reversa de Medicamentos através de um estudo bibliométrico e evidenciar os artigos mais acessados, as publicações por ano, as principais fontes, os autores mais citados, as instituições de pesquisa, países, tipos de documentos mais frequentes, áreas de conhecimentos e as citações entre pesquisadores.

Pode-se observar que a partir de 2010 houve um crescimento exponencial de publicações acerca do tema, indicando que se trata de um assunto atual e relevante. Entre os principais autores com maior número de publicações é possível destacar Cavassini, M. e Bernasconi. A medicina é a principal área de conhecimento que publica assuntos relevantes sobre o tema. Os artigos representam quase a totalidade das publicações (95,40%). Os Estados Unidos destaca-se como o país com maior número de publica-



ções, seguido da China e do Reino Unido. Jornais/Revistas representam em grande massa o tipo de fonte de publicação. O Inserm (Instituto Nacional de Pesquisa Médica e de Saúde na França) é a instituição que mais publica sobre o assunto seguida da Harvard School of Public Health (nos estados Unidos) e da VA Medical Center (nos Estados Unidos). Dentre as principais publicações por fonte, o destaque com maior número de publicações é da revista Plos One, que também é o único periódico que possui classificação A1 nas duas áreas de interesse estudadas (Engenharia de Produção e Farmácia). Em relação à rede de co-citações 45 pesquisadores se destacam num grande grupo quase que fechado, como Ledergerber, Rickenback, Battegay, Paccaud, Flepp, etc. A contribuição deste trabalho associa-se ao fato de apresentar um estudo sobre a evolução do assunto Logística Reversa de Medicamentos do ponto de vista bibliométrico e orientar novas pesquisas auxiliando na escolha de temas e no referencial teórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BARCELOS, M. N.; et. al. Aplicação do método FMEA na identificação de impactos ambientais causados pelo descarte doméstico de medicamentos. Revista Engenharia Ambiental: Pesquisa e Tecnologia, v. 8, n. 4, p.62-68,2011.

CAMPBELL, D. et al. Bibliometrics as a performance measurement tool for research evaluation: the case of Research Funded by the National Cancer Institute of Canada. Disponível em: American Journal of Evaluation, N/A, v. 31, n. 1, p. 66-83, mar. 2010.

DE BELLIS, N. 2009. Bibliometrics and citation analysis: from the Science citation index to cybermetrics. Plymouth: Scarecrow Press.

EICKHOFF, Patrícia; HEINECK, Isabela; SEIXAS, Louise J. Gerenciamento e destinação final de medicamentos: uma discussão sobre o problema. Rev. Bras. Farm., Rio Grande do Sul, v. 90, n. 1, p. 64-68, 2009. Disponível em: http://www.abf.org.br/pdf/2009/RBF_R1_2009/pag_64a68_208_gerenciamento_destinacao.p df. Acesso em: 10 de agosto de 2015.

JOÃO, Walter da Silva Jorge. Descarte de medicamentos. Pharmacia Brasileira. n.82, 2011.

SANTOS, Daniel Ferreira, et. al. A logística reversa como estratégia de sustentabilidade e redução de custos. Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade, v. 4, n. 2, p. 226-242, 2013.



CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO DISCURSO COMO METODOLOGIA QUALITATIVA PARA A PESQUISA DE MARKETING

Autor(es)

THEL AUGUSTO MONTEIRO

Orientador(es)

ANTONIO CARLOS GIULIANI

INTRODUÇÃO

Nas pesquisas de Charaudeau (1983, 2005b, 2008b), é notável perceber que, com a denominação “Análise Semiolinguística do Discurso”, o autor ao mesmo tempo em que marca uma diferença nas formas de apresentar seu conceito entre sua teoria e demais correntes francesas da Análise do Discurso, indica também a sua postura teórica de entender que não só a materialidade verbal, mas outros sistemas semióticos – como o icônico e o gestual, além de dados extralinguísticos como a identidade psicossocial dos sujeitos participantes da troca comunicativa e a conjuntura histórica – estão envolvidos na construção do sentido do discurso. Nesse sentido, é a partir dos conceitos de ato de linguagem que Charaudeau (1984, 1997, 2005a, 2006a) elabora sua teoria dos sujeitos dentro da Análise Semiolinguística do Discurso. Valendo-se dessa teoria, Machado (2001) assevera que o sujeito não é totalmente individual, já que, sendo um ser social, criado ou condicionado pela cultura do lugar, repete discursos pré-construídos. Nos trabalhos de Charaudeau (2005b) e Machado (2005), pode-se perceber que a Análise Semiolinguística do Discurso busca conectar várias disciplinas e áreas do conhecimento, ao questionar e relacionar seus elementos mais externos, como ações e influências sociais, e os mais internos, como a construção do sentido e do texto propriamente dito. De acordo com a pesquisa de Pádua (2002), na perspectiva da análise do discurso, a linguagem pode ser compreendida como atividade, como processo de produção do sentido, numa dada formação sócio-discursiva, em dadas condições histórico, político e sociais, ou seja, deixa de ser, como na linguística tradicional, mero instrumento de comunicação que o sujeito pode utilizar para suas necessidades. Orlandi e Guimarães (1988) confirmam esse ponto de vista, ao explicar que, na análise de discurso, o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. Para esses autores, as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas tiram seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.

OBJETIVOS

Esta pesquisa visa entender como a análise do discurso pode ser utilizada como metodologia qualitativa nas pesquisas de marketing, e que utilizam a comunicação publi-



citária como foco de pesquisa. Uma vez que as relações entre os indivíduos e as trocas de mercadorias estão pautadas na dimensão simbólica do consumo, a comunicação da organização interage com o cotidiano dos indivíduos de uma forma singular, que merece ser investigado.

DESENVOLVIMENTO

A perspectiva teórica de Charaudeau (2008) abrange a psicologia social, pois é trabalhada em mídia de massa, através de dois elementos: externo (psicossocial) e interno (o dizer). Pires (2008) aponta que a Teoria Semiolinguística é entendida como um processo de interpretação e produção em que se destaca a base social do discurso e o psicossocial do ato de linguagem, deixando em evidência a encenação de diversos atores sociais num determinado contexto, por intermédio dos sujeitos que aí se constituem. Conforme o autor, os sentidos são construídos tanto na produção quanto na recepção de enunciados e são resultados da interação entre sujeitos por meio da relação entre a forma do texto e o sentido que ele proporciona. Para Charaudeau (2001), a Teoria Semiolinguística considera conceitos e fatores psicossociais de linguagem da comunicação que são determinantes na geração de significados e funcionam com o verbal e o icônico. Assim, o objetivo do texto publicitário passa a ser como identificar essas modificações e verificar de quais formas podem interferir no sentido do texto tanto para o locutor quanto para o interlocutor. Considerando Barthes (1997) e Santaella (2001) no que diz respeito ao desenvolvimento de textos para aplicação em peças publicitárias acadêmicas, fica evidente que o conjunto de textos e roteiros publicitários detém o registro de um determinado momento que deve ser compreendido, se bem observadas essas mudanças de se pensar o mundo ao redor, de se realizar pesquisa e de se promover as diversas possibilidades de comunicação. Dessa forma, o registro da compreensão do discurso desses textos precisa considerar a convergência das mídias e a digitalização imperativa deles. Em virtude do que foi relatado, o estudo sobre os ambientes da comunicação apresenta uma inquietação no sentido de saber como essas mudanças podem beneficiar os acadêmicos no estudo da publicidade. Charaudeau (2009) aponta que os estudos do ato de linguagem precisam ser analisados a partir de seu contexto histórico-social e que não se deve buscar a finalidade do ato em sua configuração verbal, mas na relação entre essa configuração e seu sentido implícito. Para o autor, há duas condições para que o ato de linguagem possa ser produzido e interpretado: (a) a relação que o sujeito enunciatador e o sujeito interpretante mantem em face ao propósito languageiro; (b) a relação que esses sujeitos mantem um diante do outro. O espaço de relação se configura como o modo em que sujeito falante estabelece suas relações, sejam elas de força ou de aliança. Uma vez que não se pode abordar tudo que se deseja nas trocas comunicativas, os dados externos e internos são imprescindíveis para estabelecer as condições de restrição dos atos comunicativos. Nesse sentido, os elementos situacionais e discursivos são necessários, pois auxiliam os sujeitos durante os encontros presenciais ou nos intercâmbios com os meios de comunicação. Já no espaço de tematização ocorre o momento em que o sujeito falante decide qual será seu posicionamento em relação ao tema, e escolhe um modo de intervenção e um modo de organização do próprio discurso, seja ele descritivo, narrativo ou argumentativo.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

O DISCURSO DESCRITIVO

Segundo Charaudeau (2009), a identificação do discurso baseia-se em códigos sociais e na finalidade do ato de comunicação. Essa identificação por ser relativizada de acordo com a decisão do sujeito descritor. O modo de organização descritiva é constituído de três componentes: nomear, localizar-situar e qualificar. Para nomear um ser é necessário perceber em que ele se difere e se assemelha dos demais, formando o princípio da classificação. Como tanto a percepção quanto a classificação dependem do sujeito, pode-se afirmar que é ele quem constrói e estrutura a visão de mundo. Sobre o componente localizar-situar, pode-se dizer que significa determinar o lugar que um ser ocupa no espaço e também no tempo. A posição espaço-temporal de um ser é o que determina sua existência e função. Charaudeau (2009, p. 114) assevera que “a localização-situação aponta para um recorte objetivo do mundo, mas sem perder de vista que esse recorte depende da visão que um grupo cultural projeta sobre esse mundo”. Por fim, qualificar é o componente do modo descritivo responsável em atribuir a um ser uma característica, uma qualidade que o caracteriza e o especifica. Difere de nomear, pois a qualificação é feita de maneira relativamente objetiva. Não há um percurso obrigatório para a construção do modo descritivo.

O DISCURSO NARRATIVO

O modo de organização narrativo caracteriza-se pela organização da lógica narrativa e da encenação narrativa. A primeira está voltada para a construção de uma sucessão de ações centradas no mundo referencial. Já a segunda constrói o mundo narrado a partir da ação do sujeito narrador unido ao destinatário da narrativa pelo contrato de comunicação.

A organização da lógica narrativa é composta por variáveis atuantes, processos e sequências. As variáveis atuantes desempenham papéis relacionados à ação da qual dependem; por meio de processos, se unem entre si e formam as sequências que constituem a finalidade narrativa. No entanto, a pesquisa de Charaudeau (2009) destaca que toda narrativa depende de uma encenação narrativa, que é articulada em dois espaços de significado: um espaço extratextual – em que se encontram o autor (sujeito falante) e o leitor (receptor-interpretante) reais, um espaço intratextual – em que o narrador (enunciador) e o leitor-destinatário (destinatário do dispositivo geral da comunicação) estão inseridos.

Para Pires (2008) e Charaudeau (2009), o dispositivo de encenação narrativa está representado de tal forma que é possível perceber quatro sujeitos unidos em dois pares de modo não simétrico, mas unidos igualmente entre si. Isso indica que esses sujeitos podem estar presentes em uma mesma narrativa de maneira explícita, como é ilustrado na Figura 1.



Figura 1 – Dispositivo de encenação narrativa



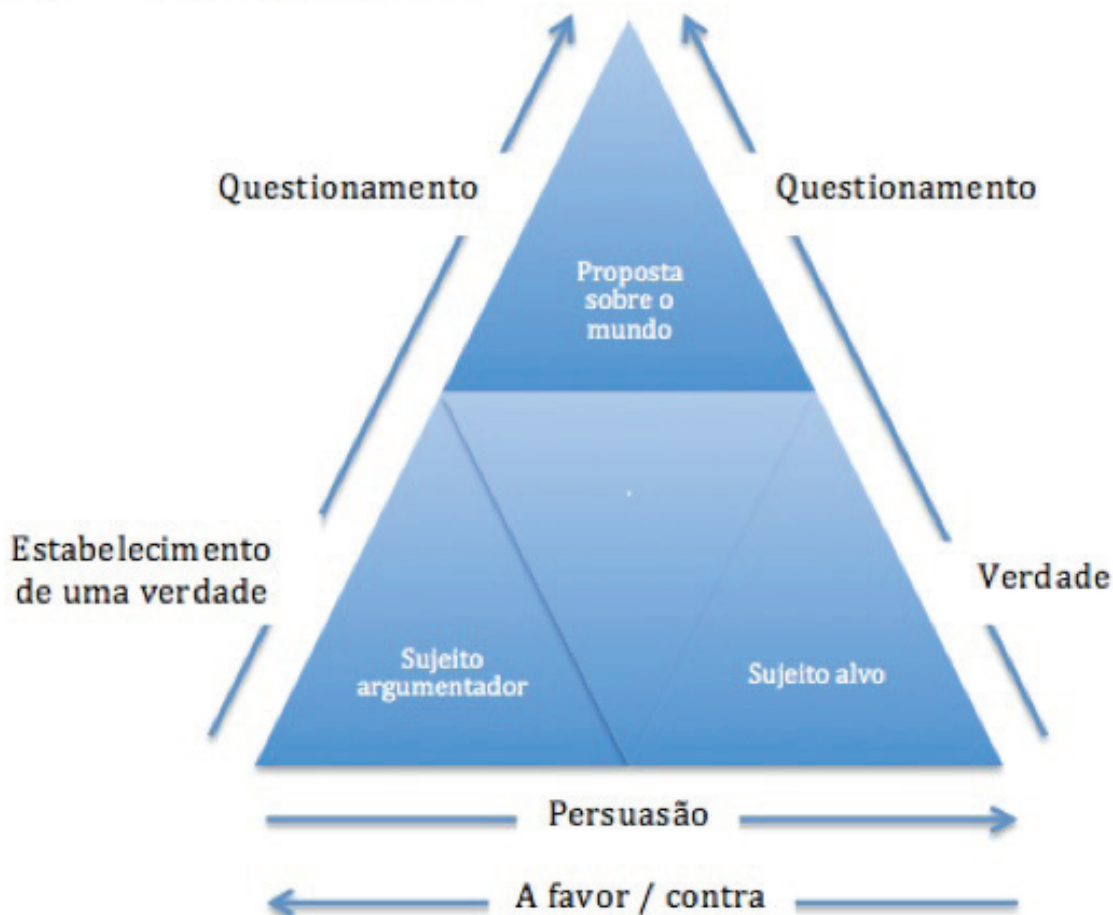
Fonte: Adaptado de Charaudeau (2009, p. 184).

O discurso argumentativo

O estudo de Charaudeau (2009) mostra que a argumentação pode ser sustentada em três pilares: a proposta sobre o mundo, o sujeito argumentador e o sujeito alvo. A proposta sobre o mundo configura-se como um despertar de questionamentos quanto à sua legitimidade. O sujeito argumentador é aquele que deve engajar-se nesses questionamentos, tomando uma posição favorável ou desfavorável em relação à proposta inicialmente colocada. O sujeito alvo é aquele que poderá tanto concordar com o argumentador quanto discordar dele, embora o objetivo do argumentador seja sempre persuadir o sujeito alvo, como é explicado na Figura 2.



Figura 2 – Esquema argumentativo



Fonte: Adaptado de Charaudeau (2009, p. 205).

Para isso, é necessário compreender que a linguagem publicitária pode utilizar a análise semiolinguística como base de sua construção e interpretação. A linguagem publicitária recorre ao modo de organização argumentativo e tem como função informar, persuadir e seduzir. Quanto a isso, Silva e Luíndia (2010) destacam que textos publicitários raramente são explícitos em sua configuração argumentativa, ou seja, mais sugerem do que afirmam. O quadro 1 apresenta esta abordagem.

Quadro 1 – Procedimentos da análise semiolinguística do discurso

Categorias de informação	Categorias de persuasão	Categorias de sedução
(Proposta) Uma ou mais afirmações que geram polêmica.	Mensagem verbal: Análise do texto descrito nas propagandas.	Função poética da linguagem.
(Tese) Informação e sugestão.	Mensagem visual: Exame de cores.	A palavra além do significado.
(Argumentos) Informar o público-alvo.	Psicologia, símbolos e imagens.	Racionalidade versus Emoção.

Fonte: Adaptado de Silva e Luíndia (2010, p. 7).



Como descrito anteriormente, a primeira categoria, informação, composta pelos elementos constituintes do texto argumentativo proposta, tese e argumentos, significa informar ao público-alvo o que o produto pode oferecer a ele. Por essa razão, textos explicativos sobre o produto, enunciados ou títulos são alguns dos elementos que serão analisados nas propagandas do presente estudo. A segunda variável, persuasão, formada pelas categorias mensagem verbal e mensagem visual, consiste em despertar no consumidor a aceitação do produto oferecido por meio da análise do texto utilizado nas propagandas e da análise dos elementos visuais que compõem a peça publicitária. A terceira variável, sedução, formada pelas categorias função poética da linguagem, a palavra além do significado e racionalidade versus emoção, visa levar o público-alvo à compra ou adesão do produto ou serviço oferecido pela empresa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qual seria o ponto de partida da análise de discurso? Conforme afirma Orlandi (1999), a análise de discurso começa por um recorte, que consiste na identificação de fragmentos de corpus dotados de sentido (associações semânticas). Dessa forma, como ferramenta metodológica, ao se pretender analisar os discursos de gestores interculturais sobre sua trajetória de vida profissional, o corpus podem ser entrevistas, das quais se selecionam os fragmentos que se referem aos sentidos desta trajetória. Por outro lado, se o objetivo de uma pesquisa é analisar a estratégia discursiva de propagandas de uma determinada linha de produtos de uma ou mais organizações, o corpus será as frases, palavras e demais elementos textuais e visuais que estejam coerentes com o contexto da pesquisa. Guilhaumou (2002), no entanto, defende que o ponto de partida é o trajeto temático e não a seleção de discursos que sejam interessantes a serem analisados por si mesmos. O trajeto temático diz respeito aos discursos que sejam representativos. A representatividade está relacionada à homogeneidade de ocorrência no espaço e no tempo e também à ideologia que dá suporte. No âmbito da gestão intercultural o trajeto temático poderia ser constituído pela produção científica e publicações midiáticas sobre o tema, e não somente a partir de entrevistas com os próprios gestores, ao ter em conta que é corpus bastante restrito. Além disso, a teoria da análise semiolinguística do discurso oferece ao pesquisador uma ferramenta crítica através do conceito de desconstrução que pode equilibrar as suas orientações de marketing. Pode-se apontar, portanto, que a metodologia da análise do discurso não é algo pronto e acabado. O que se apresenta é a sua utilização como ferramenta diferenciada na prática da pesquisa, com o objetivo de evidenciar as diferentes vozes nos textos. A apropriação e a materialização da análise do discurso, fornecem um abundante material de estudo que pode ser usado na práxis da pesquisa rica nos textos (orais e escritos) e também em mensagens visuais.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTHES, R. Elementos de Semiologia. Trad. Izidoro Blinkstein. São Paulo: Ed. Cultrix, 1997.
- CHARAUDEAU, P. Langage et discours: elements de sémiolinguistique. Paris: Hachette. 1983.
- CHARAUDEAU, P. Une théorie des sujets du langage. Langages et Société, Paris, v. 1, n. 28, jun., p. 37-52. 1984.
- CHARAUDEAU, P. Le discours d'information médiatique: la construction du miroir social. Paris: Nathan. 1997.
- CHARAUDEAU, P. Les médias et l'information: l'impossible transparence du discours. Bruxelles: De Boeck Université. 2005a.
- CHARAUDEAU, P. Uma análise Semiolingüística do texto e do discurso. In: Maria Pauliukonis; Sigrid Gavazzi (Orgs.). Da língua ao discurso: reflexões para o ensino. Rio de Janeiro: Lucerna. 2005b.
- CHARAUDEAU, P. Discurso das mídias. São Paulo: Contexto. 2006a.
- CHARAUDEAU, P. Linguagem e discurso: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: Gláucia Lara; Ida Machado; Wander Emediato (Orgs.). Análises do Discurso hoje. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna, vol. 1, p. 11-30. 2008b.
- CHARAUDEAU, P. Linguagem e discurso: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2009.
- GUILHAUMOU, Jacques. Le corpus em analyse de discours: perspective historique. Corpus, Número 1. Corpus et recherche linguistiques – novembro 2002
- MACHADO, I. Algumas considerações sobre a Teoria Semiolingüística de Patrick Charaudeau. In: Ida Machado; João Santos; William Menezes (Orgs.). Movimentos de um percurso em Análise do Discurso. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, p.19-32. 2005.
- ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. Unidade e Dispersão: uma questão do texto e do sujeito. Cadernos PUC. São Paulo: Educ, n. 31, 1988.
- PÁDUA, E. M. M. Análise de Conteúdo, Análise do Discurso: questões teórico-metodológicas. Revista de Educação PUC Campinas. n.13, p. 21-30. 2002.
- SANTAELLA, L. Comunicação e Pesquisa: projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker Editores, 2001.
- SILVA, T. M. LUÍNDIA, L. E. Análise da Linha Ekos da Natura: responsabilidade socioambiental ou publicidade? Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXIII congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Caxias do Sul, novembro. 2010.



FILOSOFIA E PROSTITUIÇÃO: A IMAGÉTICA DA ALCOVA NA FILOSOFIA DE NIETZSCHE E CIORAN

Autor(es)

JUNIOR TAVERNARD

Orientador(es)

BRUNO PUCCI

INTRODUÇÃO

Este trabalho explora o conceito originário de filosofia e sua relação com a prostituição, como metaforizado por Cioran, no Breviário de Decomposição (1949). Busca, ainda, a associação de sua filosofia com o pensamento paradoxal e crepuscular de Nietzsche, e suas possíveis imbricações, aventado no Crepúsculo dos Ídolos (1888). Neles, reverbera a crítica àquilo em que a sophia se transfigurou: numa fábrica de ídolos. Ambos tratam de reabilitar sua imagem subversiva, detentora de um espírito desdogmatizante, formulação que a tradição filosófica obliterou e soterrou.

OBJETIVOS

Perspectivar o conceito de shopia a partir de sua base matricial, em correspondência à filosofia de Nietzsche, postulada no Crepúsculo dos Ídolos (1888). Também, dialoga e estabelece sincronia com o aforismo Filosofia e Prostituição, de Cioran, capitulado no “Breviário” (1949).

DESENVOLVIMENTO

No aforismo intitulado **Filosofia e Prostituição**, o filósofo Cioran engendra talvez a metáfora mais provocativa e perspicaz de toda a história da tradição filosófica. A um só tempo, faz a correlação entre *filosofia* e *prostituição*. Advoga, nesse aforismo, que a vocação originária da sophia fundamenta-se na ideia de procrastinação (subversão). Este trabalho parte dessa intuição cioraniana, em articulação com a filosofia de Nietzsche. Em ambas elaborações filosóficas, os grandes sistemas filosóficos modificaram substancialmente o verdadeiro éthos estruturante da filosofia. Jungida em sistemas convencionais e modelos pétreos de explicitação do real, a *sophia*, como se disse, foi convertida em ídolos. Nestes autores, toda a tradição ocidental, desde os gregos, é acusada de arquitetar um atentado contra a Grande razão. A filosofia Socrática é o antítipo clássico desse ideal de “decadance” racional: ora, “reconheci em Sócrates sintomas da decadência, instrumentos da decomposição grega, pseudogregos, antigregos” (NIETZSCHE, s/d, p. 28). E Nietzsche completa: “Tudo nele era exagerado, bufão, caricaturesco (...) tento entender de que idiossincrasia teria podido surgir a equação: razão=virtude=felicidade: a mais bizarra equação que possa haver e que tem contra ela, em particular, todos os instintos dos antigos helenos” (NIETZSCHE, s/d, p. 29). Em Sócrates, máscara de Platão nos Diálogos, a razão é produtora de dogmas concei-



tuais, crenças e doutrinas metafísicas, e que serão filosoficamente beatificadas. Tudo em nome de um tipo ideal de “verdade” (alheiteia), da busca de uma essência ideal, que se tenta alcançar racionalmente. No caso de Cioran, e sua crítica à filosofia, trata-se de emanações que brotam da consciência de um filósofo insone, que concebe tempo e espaço fora das categorias kantianas tradicionais. O mal da insônia o leva desde aos 22 anos, às ruas de Paris. Passava toda a madrugada em boates e cabarés; ladeado por porteiros, beberrões e prostitutas. Desse convívio experimental (e potencialmente criativo ao gênio filosófico), extrai a metáfora mais radical sobre o papel da filosofia. A verdadeira *shopia*, parafraseando-o, deveria mimetizar a atitude prevaricante das prostitutas. Filosofia e prostituição são coirmãs e não raro, sucedâneas. Uma baliza a atitudinalidade da outra. Vale retomar, *ipsis literis*, a analogia de Cioran: “o filósofo, desiludido dos sistemas e das superstições, mas ainda perseverante nos caminhos do mundo, deveria imitar o pirronismo de ‘trottoir’ que exhibe a criatura menos dogmática: a prostituta. Desprendida de tudo e aberta a tudo; esposando o humor e as idéias do cliente; mudando de ton e de rosto em cada ocasião; disposta a ser triste ou alegre, permanecendo indiferente (...) ela propõe ao espírito um modelo de comportamento que rivaliza com o dos sábios. Não ter convicções a respeito dos homens e de si mesmo: tal é o elevado ensinamento da prostituição, academia ambulante de lucidez, à margem da sociedade como a filosofia” (CIORAN, 1989, P. 86). Ora, o que exatamente essa metáfora quer nos dizer? Qual o motivo dessa relação aparentemente espúria e perniciosa? O que teriam de convergência? O que há de comum entre elas? No exercício de sua profissão, a meretriz é, para Cioran, o ser menos dogmático existente sobre a face da terra. Envolve-se com todos seus clientes: sem pré-conceitos, sem pré-juízos, sem discriminações. E o coração delas não se enternece. Permanece incólume à tentação da paixão. O páthos não se arrefece mesmo quando se exaure a pulsão sexual. Logo, é capaz de enamorar-se de todos os indivíduos, sejam homens ou mulheres; conviver com todos eles, conhecê-los profundamente, já que a alcova é confessionário de almas queixantes. Porém, o coração da prostituta não possui senhorio, nunca pertencerá a ninguém. Espírito elevado somente captado pela arte, como na canção (poema) dos Tribalistas, nos remetendo a essa questão analógica: “*Eu sou de ninguém. Eu sou de todo mundo e Todo mundo é meu também*”. Convicções são prisões, é isto, no fundo, de que trata e alerta a metáfora. O filósofo (aqui o cético), à feitura das prostitutas, deve enamorar-se de todas as doutrinas e conceitos, sem, contudo, apaixonar-se por elas. Toda vez que uma verdade se estabelece, uma doutrina solidifica-se, representa o esfacelamento e até a morte da *shopia*.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com efeito, a reflexão acerca da noção originária de Sophia e seu aspecto anti-dogmatizante, apoiada tanto na filosofia ‘deambulante’ e cética de Emil Cioran, cuja iconoclastia precipita o pensar à beira do abismo conceptual e ao pirronismo de “trottoir”, bem como alicerçada sobre o pilar perspectivista e paradoxal de Nietzsche, nos fez perceber o quanto o pensamento desses autores são atuais e impactantes. Ao evocar a antípoda mais ‘condizente’ com o espírito reacionário da filosofia: a prostituta; Cioran, cheio de sarcasmo e ironia, tão a gosto da maiêutica socrática, promove um abalo



sísmico em todo edifício teórico-filosófico que o caracterizou. O sábio, nesse patamar de interpretação, não é o filósofo, mas as “prostitutas”, a quem devem imitar. A filosofia, assim, teria muito mais a aprender com a atitude desapegada e prevaricadora decorrente da prostituição do que ao contrário. Filosofia e prostituição compartilham, portanto, de uma mesma sabedoria latente - ou deveriam -, que somente a concretude da vida pode sorver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, ao problematizar a noção atinente à Sophia, Nietzsche e Cioran ‘devolvem’ à filosofia o que dela fora expropriada: o *cultivo do equívoco* e a *prevaricação da razão*, em cuja base repousa a reflexão teorética. Por analogia, compele ao filósofo especializar-se na arte da promiscuidade: “fazer da filosofia um grande experimento, ser um promíscuo das ideias”, tal é a empresa do filósofo. Não pode, contudo, deixar-se possuir-se por elas; não caindo na cilada fetichista da idolatrização do conceito. O pensamento, nessa categoria analítica, tanto em Nietzsche quanto em Cioran, deve “estar aberto a todas as experiências reflexivas possíveis”, ser “um libertino da razão”, um Sade reacionário, dado ao caráter deambulante e subversivo em que foi erigido o edifício conceitual produzido nas coletividades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CIORAN, Emil. Filosofia e prostituição. In: Breviário de Decomposição. 2ª Ed., Trad. José Thomaz Brun. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- NIETZSCHE, Friedrich. Crepúsculo dos ídolos ou como filosofar a marteladas. 2ª Ed., Trad. Antonio Carlos Braga. São Paulo: Escala, s/d.
- PIVA, Paulo J. de Lima. Odium fati: Emil Cioran, a hiena pessimista. In: Cadernos Nietzsche, São Paulo, 2002, Nº 13.



MODELO DE TRANSIÇÃO E APLICAÇÃO DO LEAN THINKING PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE SOFTWARE QUE UTILIZAM METODOLOGIA SCRUM

Autor(es)

CAMILO CÉSAR PERUCCI

Orientador(es)

FERNANDO CELSO DE CAMPOS

INTRODUÇÃO

O mundo moderno não poderia existir sem o software (SOMMERVILLE, 2011). Os softwares estão envolvidos em todos os aspectos da vida das pessoas e das organizações empresariais.

A Engenharia de Software é essencial para garantir o funcionamento desses produtos e proporcionar alternativas para que sua produção seja cada vez mais eficiente, econômica e de qualidade.

A evolução de metodologias e aplicação de práticas acerca de Engenharia de Software tem se mostrado constante em todas suas disciplinas.

Nesse contexto, surge a proposta da aplicação do Lean Thinking, utilizado originalmente no setor automobilístico, para a área de tecnologia de informação (TI), ficando conhecido como Lean IT.

De acordo com Cantanhede (2014), o Lean Thinking tem sido utilizado como uma forma da indústria de TI se diferenciar e buscar solução para alguns dos seus problemas. Uma das áreas de aplicação do Lean IT é a área de desenvolvimento de software, conhecida como Lean Software Development (LSD).

De acordo com Poppendieck e Cusumano (2012) o Lean Software Development (LSD) se popularizou com o esforço de associação com o termo “ágil” para o desenvolvimento de produtos de software.

A abordagem Lean Software Development (LSD) não segue um modelo rígido prescrito, mas propõe uma forma iterativa e adaptativa em que a equipe possa rapidamente aprender e resolver problemas (CANTANHEDE, 2014).

Poppendieck e Cusumano (2012) analisam que os preceitos do Manifesto Ágil, documento criado por um grupo de profissionais que encoraja o uso de melhores métodos para desenvolver sistemas de software, são compatíveis com os princípios Lean e recomendam que as organizações comessem com algumas práticas como XP (Extreme Programming) ou SCRUM.

De acordo com Sbrocco e Macedo (2012), a metodologia SCRUM, foi fortemente influenciada por boas práticas da indústria japonesa, em especial por princípios do Lean Thinking implementados pelas companhias Honda e Toyota.



A metodologia SCRUM, segue os princípios do manifesto ágil e devido à sua característica iterativa e incremental, não se aplica exclusivamente a desenvolvimento de software, embora seja amplamente utilizado nesse segmento.

De acordo com Sommerville (2011) a abordagem SCRUM é um método ágil geral, mas seu foco está no gerenciamento do desenvolvimento iterativo, ao invés de técnicas específicas de engenharia de software ágil; e de acordo com Poppendieck e Cusumano (2012), o desenvolvimento Lean não tem foco em processos, mas enfatiza princípios de Lean para desenvolvimento de software.

A partir desse contexto o problema que se apresenta é como sistematizar a integração das práticas de gerenciamento de projetos de software definidas na metodologia SCRUM e os princípios Lean para melhorar a produtividade e qualidade.

Portanto para resolver esse problema apresenta-se uma questão para pesquisa: “Como a aplicação de princípios Lean pode contribuir para melhoria dos processos de produção de software em equipes que utilizam gerenciamento de projetos com abordagem SCRUM ?”.

OBJETIVOS

Para responder ao questionamento apresentado, o objetivo proposto será desenvolver um modelo de transição e aplicação dos princípios Lean em equipes que utilizam a metodologia SCRUM para gerenciamento de projetos de software, aplicar o modelo e analisar os resultados obtidos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- a) Identificar os princípios e conceitos da abordagem Lean Software Development (LSD);
- b) Coletar informações e experiências da aplicação Lean Software Development (LSD) em equipes de desenvolvimento de software;
- c) Identificar os princípios, conceitos e aplicação da metodologia SCRUM;
- d) Coletar informações e experiências da aplicação da metodologia SCRUM em equipes de desenvolvimento de software.
- e) Coletar informações e experiências sobre a aplicação de Lean Thinking e processos de produção de software.

DESENVOLVIMENTO

METODOLOGIA

Nesse capítulo será descrito o Projeto Metodológico da Pesquisa, quanto aos aspectos da abordagem, objetivos, método de pesquisa, procedimentos técnicos (visão geral, classificação de revisão bibliográfica, técnica de coleta de dados), técnicas de análise dos dados e também a caracterização das empresas investigadas. A pesquisa está orientada, pelo que relata Gil (2009) quanto ao plano geral, como sendo um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científi-



co, pois para o conhecimento ser considerado como científico é necessário identificar (e declarar em registros adequados) as operações mentais e técnicas que vão possibilitar uma futura verificação. Mesmo existindo uma diversidade de procedimentos de pesquisa, existe um consenso nos processos adotados tais como: planejamento, coleta de dados, análise e interpretação e redação do relatório. A abordagem geral dessa pesquisa, pelo que apresenta Martins (2010) foi classificada como QUALITATIVA, pois apresenta um delineamento do contexto do ambiente da pesquisa, é uma abordagem não muito estruturada, tem múltiplas fontes de evidências e destaca a importância da concepção da realidade organizacional. A pesquisa quanto aos objetivos é classificada como EXPLORATÓRIA, porque proporciona maior familiaridade com o problema, aprimorando ideias ou a descoberta/confirmação de intuições. Além disso, este tipo de método tem um planejamento flexível, de modo a considerar os mais variados aspectos relativos ao fato estudado. De acordo com GIL (1999), as pesquisas exploratórias tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para formular novos problemas ou hipóteses para serem estudados em novas pesquisas. O método de pesquisa adotado é classificado, a partir de Nakano (2010) e Miguel (2007), como sendo TEÓRICO-CONCEITUAL, parte-se de discussões conceituais a partir da literatura, revisões bibliográficas e modelagens conceituais. Quanto ao procedimento técnico será utilizado a PESQUISA BIBLIOGRÁFICA e PESQUISA-AÇÃO. Em relação a pesquisa bibliográfica, Gil (2009) menciona como o elemento mais importante para a identificação de um delineamento, porém será também aplicado o procedimento PESQUISA-AÇÃO, de acordo com Thiollent (2000), é um tipo de pesquisa concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo e participativo. Quanto à técnica de coleta de dados, nos moldes descritos por Gil (2011), utilizou-se: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO, ENTREVISTAS E OBSERVAÇÃO. O levantamento bibliográfico já foi justificado anteriormente, quanto às entrevistas, esse mesmo autor apresenta uma caracterização de que ela deve ser feita com um roteiro previamente definido e que, este roteiro poderá conter perguntas estruturadas, semi-estruturadas ou questões abertas, ou uma mescla dos três tipos, conforme a necessidade e a facilidade posterior de se analisar o fenômeno pesquisado e quanto à observação, é definido como o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano. Quanto à técnica de análise dos dados, para abordagem qualitativa desenvolvida pela pesquisa-ação, uma das etapas de seu ciclo de execução já prevê a análise comparativa entre os dados tabulados com a teoria envolvida no tema pesquisado. A etapa final dessa análise dos dados gerará um plano de ação com recomendações para a solução dos problemas, responsáveis e prazo de implantação (MELLO et al., 2012). A tabulação dos dados, será o processo de agrupar e contar as situações que foram desenvolvidas ao longo da aplicação do Modelo (adaptado de GIL, 2011). Portanto, para a apresentação dos resultados serão utilizados os recursos de tabelas e gráficos.



PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Pesquisa Bibliográfica é desenvolvida a partir de um material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, nos estudos exploratórios é comum a utilização dessa estratégia de pesquisa por permitir que o pesquisador ganhe mais cobertura do que faria pesquisando diretamente (GIL, 2011). Esse projeto terá como principais fontes, as publicações científicas disponíveis nas bases de dados via Portal de periódicos da CAPES limitando o período de pesquisa entre 2004 a 2015, focando nas palavras chaves: Lean Thinking, SCRUM, Software e Processos de Produção. O método de pesquisa que será adotado é a Revisão Sistemática de Literatura (RSL), de acordo com Kitchenham e Charters (2007), uma revisão sistemática da literatura é um meio de identificar, avaliar e interpretar todas as pesquisas disponíveis relevantes para uma determinada questão, ou tópico de uma área, ou fenômeno de interesse. Para a coleta de dados os métodos utilizados serão observação assistemática e observação do participante e entrevista individual.

PESQUISA-AÇÃO

Pesquisa Ação é a metodologia de pesquisa com base empírica e que está associado à ação, em que o pesquisador está envolvido na pesquisa de modo cooperativo (THIOLLENT, 2003). O objetivo é fazer com que a ação torne mais eficaz e ao mesmo tempo construa um corpo para o conhecimento científico. A pesquisa ação pode ser vista de duas maneiras: uma sequência de eventos e uma abordagem para a resolução de problemas. Uma sequência de eventos é constituída por ciclos interativos que tem os processos divididos em: coleta de dados, divulgação, análise dos dados, planejamento da ação, ação e avaliação da ação e nova coleta de dados. Uma abordagem para resolução de problema é a aplicação de um método científico para a localização dos fatos que requererem uma ação na busca de solução, em que o pesquisador é membro do grupo (COUGHLAN e COUGHLAN, 2002). Para esse trabalho será utilizado o modelo de planejamento da pesquisa-ação adaptado der Miguel (2012). A FIGURA 1 apresenta um modelo adaptado considerando os objetivos dessa pesquisa.



FIGURA 1 - Estrutura da Pesquisa-Ação. Fonte: Adaptado de MIGUEL (2012).



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para atender aos objetivos dessa pesquisa foi realizado uma Revisão Sistemática de Literatura para evidenciar se a aplicação de Lean Thinking em processos de desenvolvimento de software é viável e está sendo utilizada atualmente, para isso foi utilizada uma revisão sistemática da literatura buscando identificar trabalhos científicos que relacionam os temas: “Lean Thinking” e “Processos de Produção de Software.” A Figura 2 apresenta a evolução das publicações por ano, onde mostra que o tema foi discutido nos últimos 10 (dez) anos e mantém-se recente observando a maior concentração de publicações a partir do ano de 2011.

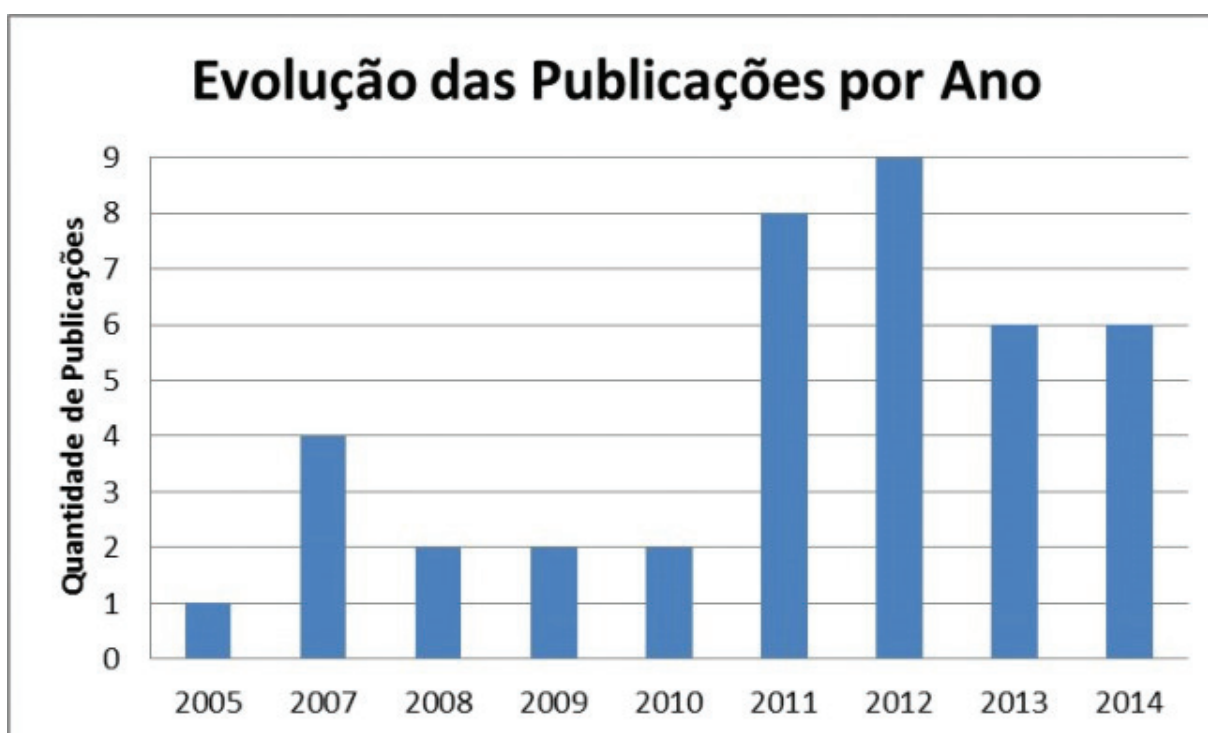


FIGURA 2 - Evolução das Publicações por Ano. Fonte: Elaborado pelo autor.

A Figura 3 apresenta a proporção de publicações por segmento. A maior concentração de trabalhos acerca do tema está nos segmentos da Ciência da Computação, com 58% das publicações e no segmento de Engenharia com 27% das publicações, apresentando pertinência para área computacional e engenharia.

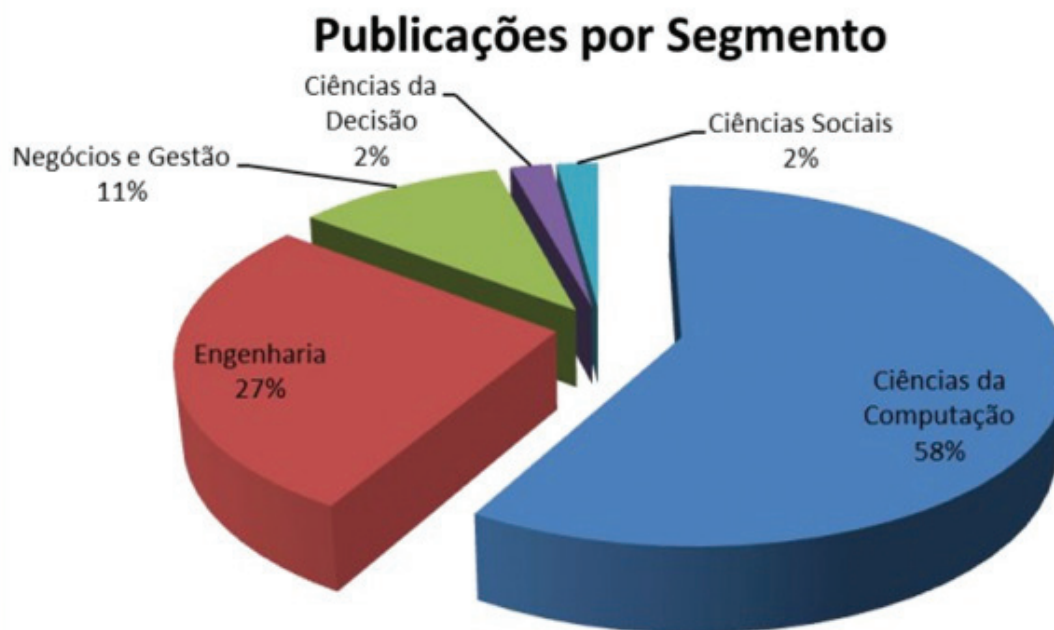


FIGURA 3 – Publicações por Segmento. Fonte: Elaborado pelo autor.

O resultado dessa pesquisa evidenciou que a aplicação de Lean Thinking em processos de desenvolvimento de software é viável e está sendo utilizada e debatida atualmente em trabalhos científicos.

Todos os trabalhos selecionados para discussão abordaram diretamente a aplicação de Lean em processos de desenvolvimento de software, apoiando o gerenciamento de projetos, reduzindo prazos de entrega, melhorando a qualidade, o fluxo de processos e interação entre as pessoas, facilitando assim a comunicação e o aprendizado. Além disso, essa pesquisa também identificou uma relação de Lean Thinking com metodologias ágeis de desenvolvimento de software.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão sistemática de literatura realizada evidenciou que a aplicação de Lean Thinking em processos de produção de software é viável e está sendo utilizada atualmente, fortalecendo a relevância desse projeto.

As próximas pesquisas pretendem buscar trabalhos correlatos de aplicações de Lean Thinking em processos de produção de software que utilizam metodologias ágeis, para aprofundar o conhecimento e identificar as dificuldades e soluções encontradas para fundamentar esta pesquisa.

Com o desenvolvimento deste trabalho pretende-se ainda alcançar os seguintes resultados:

- Contribuir com pesquisas sobre Lean Software Development (LSD) na literatura;
- Desenvolver um Modelo de Transição e Aplicação de Lean em equipes SCRUM;



- c) Evidenciar ou não a eficácia da integração de Lean com SCRUM para produção de software;
- d) Aumentar a amostragem de resultados obtidos com a aplicação Lean Software Development (LSD).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CANTANHEDE, M.A.D. Lean Thinking em Desenvolvimento de Software Estudo e Aplicação de Ferramenta para Avaliação do Lean em Software. Faculdade de Tecnologia da Universidade Estadual de Campinas, 2014. Dissertação Mestrado em Tecnologia.
- COUGHLAN, P.; COUGHLAN, D. Action research for operations management. *International Journal of Operations & Production Management*. v. 22, n. 2, p. 220-240, 2002.
- GIL, A.C. Como elaborar projeto de pesquisa. São Paulo: Editora Atlas, 2009.
- GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.
- GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Editora Atlas, 2011.
- MELLO, C.H.P.; TURRIONI, J.B.; XAVIER, A.F.; CAMPOS, D.F. Pesquisa-ação na engenharia de produção: proposta de estruturação para sua condução. *Revista Produção*, v. 22, n. 1, p. 1-13, jan/fev 2012.
- MIGUEL, P.A.C.. Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações. 2012.
- NAKANO, D.N.. Métodos de pesquisa adotados na Engenharia de Produção e Gestão de Operações. In: Metodologia de Pesquisa em Engenharia de Produção e Gestão de Operações. Cap. 4. Paulo A. C. Miguel (org.). Rio de Janeiro: Elsevier. 2010.
- KITCHENHAM, B.; CHARTERS, S. Guidelines for performing Systematic Literature Reviews in Software Engineering. EBSE Technical Report, version 2.3. School of Computer Science and Mathematics, Keele University, UK, 2007.
- POPPENDIECK, M.; CUSUMANO, M. A. Lean Software Development: A Tutorial. *IEEE Software*, September/October 2012, p. 26-32, 2012.
- SBROCCO, J. H. T. C.; MACEDO, P.C. Metodologias Ágeis: Engenharia de Software sob Medida. 1. ed. São Paulo: Érica, 2012.
- SOMMERVILLE, I. Engenharia de Software. 9. ed. São Paulo: Pearson, 2011.
- THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-Ação. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2000



A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA DE ENDOMARKETING: ESTUDO DE CASO DO GRUPO QUADIX

Autor(es)

ROGÉRIO TEIXEIRA DA CRUZ

Orientador(es)

CHRISTIANO FRANÇA DA CUNHA

INTRODUÇÃO

De acordo com Silva et al. (2009), a comunicação organizacional tem ocupado um cenário de destaque no universo organizacional nos últimos anos, favorecida pelo advento da globalização, assim como a necessidade das empresas e organizações de atrair e reter talentos, melhorar seus produtos e satisfazer seus clientes, gerando-se, com isso, a busca de um ciclo de crescimento e fortalecimento de seus objetivos. Percebe-se que se trata de um mercado em constante transformação e a comunicação passa a figurar como um diferencial competitivo, pois retrata a troca de informações com funcionários ou colaboradores, que já não podem mais atuar de forma descomprometida, mas, devem ser vistos como fatores influentes, decisivos e integrados aos processos organizacionais (SILVA et al., 2009). Quando se fala em ações de endomarketing, é interessante ressaltar que não existem limitações de uso ou emprego por tamanho de empresa; diferentemente disto, o endomarketing pode ser adequado a todas as realidades corporativas. Segundo Grönroos (2003), é possível traçar um perfil da necessidade de se implementar aos clientes internos (funcionários e outros) uma prática de marketing que desenvolva o perfil de comportamento e comprometimento com os objetivos corporativos. Propõe-se com este estudo, identificar a comunicação organizacional como ferramenta de endomarketing para a melhoria da comunicação interna de pequenas empresas brasileiras.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Diagnosticar como as ações de endomarketing auxiliam na comunicação interna nas pequenas empresas brasileiras é o objetivo principal desta pesquisa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- a) Analisar a importância da comunicação organizacional para o perfil das pequenas empresas brasileiras;
- b) Estudar se as ferramentas de endomarketing, utilizadas de forma estratégica, podem proporcionar melhorias nos processos de comunicação interna.



DESENVOLVIMENTO

COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

Segundo Jacomini (2011), as organizações estão inseridas em universos vulneráveis, sujeitos a constantes mudanças, exigindo, a partir da volatilidade das informações, agilidade e competitividade para terem seu desempenho valorizado pela qualidade e eficiência dos processos organizacionais. Neste universo, a comunicação corporativa ganha destaque e importância estratégica. A comunicação não é mais um conjunto de atividades fragmentadas, mas se caracteriza como um processo integrado, que orienta as ações da empresa com os públicos aos quais se relaciona (BUENO, 2003). Kunsch (2003) apresenta as várias possibilidades de comunicação existentes dentro do universo organizacional, relacionando-as da seguinte forma: Vive-se na atualidade, um período de grandes transformações, mudanças e rearranjos nos processos e formas de trabalho, principalmente em decorrência dos movimentos de globalização, que trouxeram consigo, além da velocidade com que as ações devem acontecer, a necessidades e novos conceitos, formas e qualidade para produtos e serviços (PELLISSARI, 2007). Neste universo de transformação, as empresas de todos os portes e campos de atuação veem-se, cada vez mais, necessitadas de um processo de comunicação eficaz, que atenda suas premissas básicas de negócios, e as conduza para uma ação estratégica de crescimento, ou mesmo da busca de qualidade dos seus processos atuais (CAMARGOS, 2003). Segundo Pelissari (2007), por vezes, as grandes corporações acabam por resolver os problemas de comunicação com grandes investimentos, direcionamento estratégico de suas ações e um rearranjo organizacional que atenda a suas necessidades, diferentemente do que acontece, muitas vezes, com as pequenas empresas brasileiras. Daft (2008) retrata que a atividade e a frequência da comunicação aumentam, na medida em que se intensificam as ações e tarefas do cotidiano. Quando as tarefas ou atividades exigem um maior grau de atenção e análise, as formas escritas e estatísticas de comunicação são necessárias para as organizações, tais como relatórios, normas, regras e memorandos. Quando as tarefas ou atividades não exigem um alto grau de análise, a forma utilizada é mais direta, como uma conversa entre as partes, um telefonema ou mesmo uma reunião em grupo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerando-se os dados apresentados anteriormente, é possível relacioná-los a um universo comum, que orienta de forma objetiva o conteúdo total desta pesquisa. A importância do tema da comunicação interna nas empresas, independentemente do seu porte, leva em consideração certos resultados, que foram verificados na presente pesquisa. O estudo de caso, que orientou a pesquisa, demonstrou que, conforme relata Bueno (2003), a comunicação já não é mais um conjunto de atividades fragmentadas. Quando não tratada de forma estratégica e ordenada, a comunicação pode apresentar situações que são perceptíveis no universo dos funcionários e colaboradores das empresas, como ficou evidenciada na insatisfação com a comunicação interna, que registrou um indicador de 66% de descontentamento com as políticas de comunicação das empresas, em 2012. O estudo de caso do grupo Quadix foi vital para responder os



questionamentos desta pesquisa e orientaram, ainda, sobre outros universos de importância, dos quais foram levantados questionamentos neste estudo. Considerando-se a primeira fase do estudo de caso, que compreendeu a aplicação dos questionários em 2012 e 2013, ficou evidenciado que, à partir do momento que ferramentas de endomarketing são empregadas de forma estratégica para a correção de problemas de comunicação interna, é possível se constatar melhorias significativas e ganhos para a organização como um todo. Já a segunda fase do estudo de caso, com a aplicação de novo questionário no ano de 2014, mostrou que as ações implementadas se mantêm na percepção do público alvo, formando uma cultura de colaboração para que este fato se torne concreto. Os resultados obtidos, com o questionário aplicado em 2014, deixam claro que os respondentes consideram boa a comunicação nas empresas do grupo, que a comunicação interna é importante para as empresas e que ferramentas de endomarketing, como as empregadas, auxiliam na melhoria da comunicação interna das empresas, que tais ferramentas são boas; porém, ainda recebem informações confusas sobre a empresa apontam que existe a possibilidade de melhoria da comunicação interna nas empresas. Os cruzamentos apresentados demonstraram, também, análises importantes a serem consideradas, principalmente no que diz respeito ao universo de que as informações hoje recebidas. Os respondentes avaliam que são confusas e que podem melhorar por meio de processos simples e objetivos. Após a análise dos dados, são apresentadas as considerações finais com limitações de pesquisa e possibilidade de estudos futuros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal contribuição deste estudo para a literatura da área são os dados e informações relativos à aplicação de ferramentas de endomarketing, para a melhoria dos processos de comunicação interna nas empresas de forma estratégica, à luz do estudo de caso das empresas do grupo Quadix. Com base na literatura estudada, pesquisas realizadas e dados do estudo de caso, foi possível se desenvolver um trabalho, no qual se destacou a importância da comunicação interna para as empresas, seus reflexos e possibilidades, principalmente a partir de ferramentas de endomarketing, que poderão possibilitar o seu emprego em realidades semelhantes. Assim sendo, este estudo contribui para o enriquecimento das pesquisas já existentes sobre o universo do endomarketing e da comunicação organizacional, evidenciando possibilidades para outras pesquisas, linhas de estudo ou reflexões que complementem a pesquisa apresentada. A contribuição para o autor desta pesquisa é a possibilidade de maior especialização na área da comunicação organizacional, na implementação de ferramentas de endomarketing, visando a melhoria dos processos de comunicação e a necessidade de formulação estratégica de ações para os cenários corporativos, independentemente do porte das empresas. Uma vez constatados os resultados do estudo de caso, ficou evidenciado também que as ações e ferramentas de endomarketing, tais como mural, boletim, reuniões de informação, blog e outros, contribuem significativamente para a melhoria da comunicação interna das pequenas empresas brasileiras, como resposta ao problema de pesquisa formulado. Porém, para que estas ferramentas possam ser utilizadas de forma funcional, é necessário também que sejam amparadas por um



processo estratégico que primeiro identifique as necessidades situacionais a serem trabalhadas, em vista da necessidade de se construir um propósito de resultados definidos. Vale mencionar a importância da continuidade das ações, sendo imprescindível evitar ações sem planejamento e que sejam descontinuadas, pois as ferramentas, independentemente de sua natureza, se consolidam com o tempo na cultura organizacional, gerando credibilidade e confiança por parte de seus interlocutores (internos ou externos). Se tais ferramentas são implementadas e rapidamente interrompidas, podem gerar desconfiança e descrédito dos processos, planejamentos e práticas que visem melhorar a comunicação interna. Para as pequenas empresas, que desejam implementar e acompanhar essas ferramentas de endomarketing, tais como boletins, murais, informativos, blogs, reuniões de informação e outros, o autor recomenda que sejam apoiadas na literatura sobre o assunto ou ainda – de forma mais relevante – que sejam contratados profissionais especializados que acompanhar a eficácia de sua implementação e a sua continuidade. Como demonstrado na revisão de literatura, as pequenas empresas brasileiras, em sua grande maioria, apresentam dificuldades quanto ao universo organizacional, sendo que práticas, como as iniciativas e as ações de comunicação, não devem se restringir aos diretores ou proprietários das empresas, pois podem dificultar a produção dos resultados de forma satisfatória, ou mesmo pode não haver tempo suficiente para acompanhar os resultados com o devido cuidado. Assim, os objetivos específicos desta pesquisa, a saber: a) Analisar a importância da comunicação organizacional para o perfil das pequenas empresas brasileiras; e b) Estudar se ferramentas de endomarketing, utilizadas de forma estratégica podem proporcionar melhorias nos processos de comunicação interna, encontram-se satisfatoriamente respondidos e embasados, uma vez que fica clara a importância da comunicação organizacional para o perfil das pequenas empresas brasileiras e que as ferramentas de endomarketing, quando empregadas de forma estratégica, proporcionam significativas mudanças neste cenário. Para responder, de forma definitiva o problema de pesquisa levantado na introdução deste estudo, - a saber: Como as ações de Endomarketing contribuem na melhoria da comunicação interna nas pequenas empresas brasileiras? – o respaldo foi fornecido pelos resultados do estudo de caso e das análises feitas, salientando a contribuição das ações de endomarketing na medida em que são empregadas de forma estratégica, respeitando-se as características e particularidades de cada empresa ou organização, desde que devidamente fundamentadas e apoiadas pelo corpo diretivo destas empresas, acompanhadas por profissionais capacitados a prover seu acompanhamento, assim como eventuais mudanças no perfil de suas aplicações e que sejam simples e fáceis de serem implementadas. Por fim, os estudos possibilitaram uma ampla reflexão sobre o papel da comunicação interna para as pequenas empresas brasileiras e como as ferramentas de endomarketing podem auxiliar na melhoria de certos problemas comuns a este recorte corporativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERJE – Associação Brasileira de Comunicação Empresarial, 2014. Disponível em < <http://www.aberje.com.br/> > . Acesso em 02 set. 2014.



- BEKIN, S. F.: Endomarketing: Como praticá-lo com sucesso. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- BRUM, A. de M. Endomarketing de A a Z: como alinhar o pensamento das pessoas à estratégia da empresa. São Paulo: Integrare, 2010.
- BUENO, W. C. Comunicação Empresarial: Teoria e Pesquisa. Barueri: Manole, 2003.
- CAMARGOS, M. A.; DIAS, A. T. Estratégia, Administração Estratégica e Estratégia Corporativa: uma síntese teórica. São Paulo: Caderno de Pesquisas em Administração, 2003.
- CERQUEIRA, W. Endomarketing: educação e cultura para a qualidade. São Paulo: Qualitymark, 1999.
- CHIAVENATO, I. Recursos Humanos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- COLLIS, J.; HUSSEY, R. Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- CORREIA, P. J. N. Mudança Organizacional no Novo Milênio. Disponível em: . Acesso em 20 maio 2013.
- DAFT, R. L. Organizações: teorias e projetos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- DRUCKER, P. F. Administrando em tempo de grandes mudanças. São Paulo: Pioneira, 1995.
- _____. Práticas de administração de empresas. São Paulo: Pioneira, 2003.
- ENDOMARKETING. Site de trabalhos, artigos e definições sobre endomarketing. Disponível em: . Acesso em: 10 set. 2014.
- EXAME. Revista Exame, 2014. Disponível em: < <http://exame.abril.com.br/>>. Acesso em 02 set. 2014.
- GRÖNNROOS, C. Marketing: gerenciamento e serviços. 2. ed. 5. imp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- GOOLD, M.; CAMPBELL, A. As melhores maneiras de formular estratégias. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- JACOMINI, L. O papel da comunicação nas organizações. Rev. Npi/Fmr. set. 2011. Disponível em: . Acesso: 10 set. 2014.
- JOHNSON, G.; SCHOLLES, K.; WHITTINGTON, R. Explorando a estratégia corporativa: textos e casos. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- KUNSCH, M. M. K. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. São Paulo: Summus, 2003.
- _____. Comunicação organizacional: conceitos e dimensões dos estudos e das práticas. 2. ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão editora, 2008.
- MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. Safári de estratégia: Um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Trad. Nivaldo Montingelli Jr. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- PELISSARI, A. S. Processo de formulação de estratégias em pequenas empresas com base na cultura corporativa e competências gerenciais. Santa Bárbara d'Oeste, 2007.



PIANA, C. F. B.; MACHADO, A. A.; SELAU, L. P. R.; Estatística Básica – Versão Preliminar. Apostila. Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Física e Matemática, Departamento de Matemática e Estatística. Pelotas – RS, 2009.

SILVA, T. E.; GÓIS, I.R; OLIVEIRA J. C. A má comunicação e os prejuízos da empresa. Revista eletrônica de administração, 2009. Disponível em: <http://www.facef.br/realizacao15/ed15_art03.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2014.

WRIGHT, P.; KOLL, M.J. & PARNELL, J. Administração Estratégica. São Paulo. Atlas, 2000.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2ª Ed. Bookman, Porto Alegre, 2001.

YUSOF, S. M.; ASPINWALL, E. A conceptual framework for TQM implementation for SMEs. TQM Magazine, v. 12, n. 1, p. 31-36, 2000.



TEIXEIRA DE FREITAS: UM EDUCADOR DO DIREITO NO IMPÉRIO BRASILEIRO

Autor(es)

CARLOS LINDENBERG RUIZ LANNA

Orientador(es)

THIAGO BORGES DE AGUIAR

INTRODUÇÃO

Com a independência do Brasil em 1822, uma nova ordem constitucional se instalaria a partir da outorga da Constituição Imperial em 1824, por D. Pedro I. O País precisava organizar suas instituições e estabelecer as bases para a construção de uma nação já desvinculada da dependência de sua antiga metrópole portuguesa. Em 1827 foram criadas as Academias de Direito de Olinda e de São Paulo, a fim de que o Brasil pudesse formar os bacharéis para ocupar os cargos burocráticos do Estado, sem a dependência das faculdades de direito da Europa, principalmente a de Coimbra, responsável pela formação de grande parte dos bacharéis brasileiros. Neste contexto histórico, que envolve a construção do estado Brasileiro, destacamos as ações e intenções de Augusto Teixeira de Freitas (1816-1883), como jurisconsulto, fundador do Instituto dos Advogados Brasileiros (1843), autor de Consolidação das Leis Civis (1859) e encarregado pelo Governo Imperial de elaborar o Projeto de Código Civil. Não obstante não tenha conseguido concluir este trabalho e haver falecido pobre e esquecido, Teixeira de Freitas consagrou-se no campo jurídico nacional e em alguns países da América Latina, principalmente na Argentina, que utilizou as ideias de Freitas na confecção de seu primeiro Código Civil. No século XX, várias homenagens foram feitas ao jurisconsulto que se tornou uma espécie de mito na esfera do Direito privado. A presente comunicação visa a investigar a vida de Freitas, suas ações, intenções e legado a fim de verificar se há marcas pedagógicas, bem como se é possível encontrar pontos de interseção entre história do direito e história da educação. A relevância da pesquisa deriva em parte de um ainda escasso material produzido nesse campo de estudo no período imperial. Alexandra Frota Martinez de Schueler e Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi denunciam que “a historiografia da educação há muito vem abordando o processo de silenciamento do passado colonial e imperial” e Marta Maria Chagas de Carvalho, ao se referir à obra “Cultura Brasileira”, de Fernando Azevedo - citada com frequência em trabalhos de pós-graduação em Educação -, aduz que “sua narrativa produz desacertos como ideias fora do lugar e promove a história das instituições escolares no Império como história do que não houve”. Sendo assim, procuramos estudar a história da educação no período imperial em confronto com possíveis ações educativas perpetradas por Teixeira de Freitas, autor da Consolidação das Leis Civis, já que, conforme aduz Luciano Mendes de Faria, havia uma “clara conotação pedagógica pressuposta na ação legislativa”, uma vez que “a lei moldaria o caráter, ordenaria as relações, civilizaria o povo, construiria a nação”.



OBJETIVOS

O objetivo da presente pesquisa é procurar um liame entre história da educação e história do direito no período imperial, identificar possíveis marcas pedagógicas deixadas pelo juriconsulto que lhe pudessem legitimar o qualificativo de 'educador do direito'. Com isso, pretendemos contribuir para o estudo da história da educação, identificando a existência de personalidades que embora tenham se destacado nos estudos historiográficos brasileiros ainda não foram estudadas a partir de um olhar pedagógico.

DESENVOLVIMENTO

Utilizamos a metodologia consistente na análise de obras escritas pelo juriconsulto, além de diversos periódicos editados durante o período imperial, bem como outras fontes diretas publicadas no século XIX e no início do século XX, que fazem alusão a Teixeira de Freitas e à sua participação como advogado e cientista jurídico na construção das bases do Direito Civil brasileiro. Em paralelo, buscamos identificar um possível elo de ligação entre história do direito e história da educação no Brasil oitocentista, já que encontramos referência em fontes sobre história da educação indicando que os alunos eram educados a partir de textos de leis. Utilizamos ainda, como suplemento bibliográfico, obra de autores que desenvolverem trabalhos semelhantes, como Waldir Cauvilla, Thiago Borges de Aguiar, Maria Lucia Spedo Hilsdorf, só para exemplificar, que retrataram sob um viés pedagógico as ações e intenções pedagógicas de personalidades já conhecidas, mas que até então não tinham sido retratadas no campo da história da educação. Embora não tenhamos encontrado nas fontes pesquisadas elementos indicativos de que Augusto Teixeira de Freitas tenha atuado como professor, acreditamos que tal fato não obstaculiza que se lhe atribua o qualificativo de educador, desde que possamos identificar ações e intenções pedagógicas por ele perpetradas, e desde que existam pessoas que, como nós, reconheceram em Freitas a figura de um educador.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Augusto Teixeira de Freitas nasceu na Vila de Cachoeira, BA, em 1816, filho de Antônio Teixeira de Freitas (Barão de Itaparica), e sobrinho de Manoel Teixeira de Freitas (procurador do Senado na Vila de Cachoeira). Bacharelou-se em Direito, em 1837, pela Academia de Olinda. Em Janeiro de 1843, chega do Rio de Janeiro; em agosto deste ano, juntamente com outros advogados, funda o Instituto dos Advogados Brasileiros, em proveito da ciência e da jurisprudência, conforme consta do próprio estatuto da entidade. Em 1854, Nabuco de Araújo, então Ministro dos Negócios da Justiça do Império do Brasil, consulta Teixeira de Freitas se haveria interesse por parte deste em elaborar o Projeto do Código Civil Brasileiro. Em carta-resposta, Freitas afirma que a legislação civil é lacunosa, contém defeitos e afigura-se injusta em vários pontos. O juriconsulto escreve que depois de conhecer as omissões de referida legislação pretendia suprir suas lacunas, corrigir possíveis defeitos e modificá-la de modo a dar cumprimento ao art. 179 § 18 da Constituição do Império, que estabelece o seguinte



mandamento: “organizar-se-á quanto antes um código civil e criminal, fundado nas sólidas bases da justiça e equidade.” Freitas, nesta mesma missiva, formula a proposta de dividir a tarefa em duas etapas. Primeiramente elaboraria a Consolidação das Leis Civis, documento que conteria toda a legislação civil do período colonial ainda vigente e a legislação do período imperial até 1859, ano em que a obra teve a sua primeira edição. Cumprida essa fase, passaria ao trabalho de elaboração do Esboço do Código Civil, cuja análise por comissão constituída pelo Governo imperial foi suspensa em 1865, e o contrato formalmente rescindido em 1872, pelo então Ministro da Justiça Duarte de Azevedo. Esquadrinhamos as fontes em busca de uma justificativa para a rescisão contratual e verificamos que, dentre outras razões, encontrava-se a discordância da visão de Freitas com relação ao trabalho escravo, que na ocasião constituía uma das bases da economia do Império. Na sua obra ‘Consolidação das Leis Civis’, o jurisconsulto deixou de disciplinar o trabalho servil, afirmando se tratar de uma prática vergonhosa. Esse tema também é debatido quando o jurisconsulto ocupava o cargo de presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, em outubro de 1857, e acabou se envolvendo em uma polêmica com os demais conselheiros, quando os advogados da corporação foram consultados sobre o direito de manumissão (alforria de escravo). Curiosamente, neste caso específico, Freitas posiciona-se contrário à alforria, o que nos leva a indagar se o jurisconsulto pretendia encetar mudanças no costume brasileiro, não em hipóteses pontuais, mas a partir da força da lei, de modo que pudesse alcançar a generalidade dos casos e ganhar vigência para toda a sociedade. A questão assume relevância na medida em que os textos de lei eram utilizados como meios para educar e civilizar o aprendiz no período imperial. Sendo assim, nossa pesquisa é direcionada às ações e intenções de Teixeira de Freitas, como jurisconsulto e elaborador de projetos de lei. Trabalhando como codificador e sistematizador das leis também atuou como educador? Ademais, procuramos verificar se há pontos de articulação entre as ações de Freitas e a pedagogia praticada no século XIX, período em que as ações educativas encontravam nas leis uma forma de se desenvolver. Seria, pois, pertinente falarmos na existência de um liame entre história do direito e história da educação? Esse possível diálogo é um dos pontos importantes de nossa pesquisa, na medida em que se pretende verificar se o jurisconsulto também atuou como educador. Impende considerar que a história já descrita sobre Teixeira de Freitas no campo do Direito não nos incompatibiliza com uma pesquisa no campo da Educação, pois como refere Le Goff, “novas leituras de documentos, frutos de um presente que nascerá no futuro, devem também assegurar ao passado uma sobrevivência – ou melhor, uma vida -, que deixa de ser ‘definitivamente passado’”. A presente afirmação de Le Goff nos permite concluir que o passado pode ser reconstruído a partir de novas leituras, análises e interpretações de documentos, e de outras fontes. Nesse diapasão, Antonio Nóvoa também ressalta a importância de “partir à descoberta de novas fontes, desconhecidas ou inexploradas. Este esforço é fundamental para renovar a história da educação”. Sendo assim, à relação essencial presente-passado devemos acrescentar o horizonte do futuro, com novas pesquisas e possíveis imbricações de campos de estudo, já que tem sido recorrente falar em interdisciplinariedade tanto na ciência da educação como na ciência do direito. Ademais, convém ponderar, no contexto de nossa pesquisa, que



não há se confundir o ofício de professor com a figura de um educador, já que educar não se restringe a ministrar instruções em uma instituição de ensino, e encontra possibilidades bem mais amplas para se efetivar. Partindo dessa premissa, passamos a esquadrihar as fontes, partindo de um olhar educativo que lançamos para as ações e intenções de Teixeira de Freitas, de modo a verificar se poderíamos atribuir ao jurisconsulto o qualificativo de educador do Direito no Império do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim das análises, concluímos que Augusto Teixeira de Freitas, além de jurisconsulto mitificado no campo do Direito, em virtude de sua contribuição para o direito privado brasileiro e latino, também laborou como educador, na medida em que influenciou gerações de civilistas com suas ideias, principalmente a relacionada à unificação do direito privado, que embora rechaçada pelo governo imperial foi acolhida pelo (novo) Código Civil brasileiro de 2002. Demais disso, as diversas homenagens ao jurisconsulto baiano ao longo do século XX e XXI acabaram por manter viva a figura de um cientista jurídico, que tem se protraído no imaginário coletivo, prestando-se como referência no estudo da história do direito brasileiro. E, ao nosso juízo, dada a imbricação entre história do direito e história da educação, também uma referência como educador no Brasil imperial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sergio. *Aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- AGUIAR, Thiago Borges de. *Jan Hus: as cartas de um educador e seu legado imortal*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de educação da Universidade de São Paulo, 2010.
- BEVILÁQUA, Clovis. *História da Faculdade de Direito do Recife*, v. 1. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1927.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A configuração da historiografia educacional brasileira*, in: FREITAS, Marcos César de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 239-253.
- CAUVILLA, Waldir. *Alceu, educador*. *Horizontes*, v. 29, n. 2, p. 7-16, jul./dez. 2011.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Instrução elementar no século XIX*, capítulo do livro '500 anos de educação no Brasil', org. Elaine Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria Filho, Cynthia Greive Veiga, Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Estado, cultura e escolarização em Minas Gerais no século XIX*, in *A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República*. Diana Gonçalves Vidal, Maria Cecília Cortez Christiano de Souza (organizadoras). Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 119.
- FREITAS, Augusto Teixeira de. *Consolidação das Leis Civis*, vol. 1, 3.º ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1876.



FREITAS, Augusto Teixeira de. Nova apostila à censura do senhor Alberto de Moraes Carvalho sobre o Projeto do Código Civil Português. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Maemmert, 1859.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. Francisco Rangel Pestana: o educador esquecido. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1988.
LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução: Bernardo Leitão. [et al.]. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MEIRA, Silvio. Teixeira de Freitas: o juriconsulto do império. Vida e obra. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.

NABUCO, Joaquim. Um estadista do Império: Nabuco de Araújo. Sua vida, suas opiniões, sua época. (em três volumes). Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro Editor, 1897.

NÓVOA, António, «Carta a um jovem historiador da educação», *Historia y Memoria de la Educación*, 1 (2015): 23-58. Disponível em [file:///C:/Documents%20and%20Settings/Carlos/Meus%20documentos/Downloads/Novoa%202015%20port%20(1).pdf].

RODRIGUES, João José. Consultas jurídicas ou coleção de propostas. Respondidas pelos primeiros juriconsultos brasileiros. Tomo 1. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1873.

SÁ VIANNA, Manuel A. de S. Teixeira de Freitas: Traços Biographicos. Rio de Janeiro: Typ Hildebrandt, 1905.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa, in *Revista do Departamento de História da UFF, Tempo*, 26, jan., 2009.

Jornal 'Correio Mercantil', n. 207 de 25 de setembro de 1843.

Jornal 'Gazeta do Rio', n. 114, de 21 de setembro de 1822.

Jornal 'O Fluminense', n. 10105 de 02 de janeiro de 1917; n. 10121, de 18 de janeiro de 1917.

Jornal 'O Spectador Brasileiro', n. CCLV, de 5 de abril de 1826.

Jornal Correio Mercantil, n. 289, de 22 de outubro de 1857.



AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE E SUAS REPERCUSSÕES NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES CENTRADA NA ESCOLA

Autor(es)

VANESSA MORAES ABDALA GUARDA

Orientador(es)

ANDREZA BARBOSA

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca apresentar os estudos realizados, por meio da revisão de literatura, acerca dos temas da formação continuada e das condições de trabalho docente, os quais fundamentarão a pesquisa de Mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, a ser desenvolvida por mim e cujo objetivo consiste em analisar a formação continuada de professores na rede municipal de ensino de Piracicaba, considerando as condições de trabalho docente nesta rede.

Sabemos que a sociedade vem sofrendo grandes transformações ao longo do tempo. O cenário educacional brasileiro, nas últimas décadas, também tem passado por diversas mudanças. É no contexto destas mudanças, que surge a preocupação com a formação de professores.

No que concerne à formação continuada de professores, o interesse pelo assunto se difundiu nos últimos anos, havendo uma grande mobilização em torno do assunto. Produções teóricas, organizações de eventos, propostas e investimentos por parte de sistemas de ensino ilustram a atenção e a ênfase para com a formação docente.

Gatti e Barreto (2009) apontam que, recentemente, houve um movimento de reconceitualização da formação continuada, que passa a reconhecer o professor como protagonista desse processo. Segundo as autoras, as propostas de formação, as quais eram inspiradas no conceito de “capacitação”, passam a ser centradas no potencial de auto crescimento do professor e procuram considerar a trajetória percorrida pelo docente em seu exercício profissional. Esta reconceitualização da formação continuada é a base de dois modelos defendidos atualmente, sendo estes o modelo da reflexão sobre a prática e o da formação centrada no fortalecimento institucional.

Reconhecendo a validade dos aspectos aqui levantados, observa-se a tendência atual de se pensar a formação continuada de forma a relacionar os saberes teóricos aos saberes práticos, a partir de programas que partam das necessidades cotidianas dos docentes e que proponham temas e métodos que auxiliem os profissionais a refletir e enfrentar as adversidades vivenciadas na prática e no dia-a-dia das escolas.

Tendo em vista a formação docente enquanto constituição do sujeito e a importância desta formação no contexto da escola, Cunha et al. (2013) defendem que voltar o olhar para a escola básica é assumir uma concepção de formação abarcada pelo trabalho coletivo que visa envolver os sentidos, as demandas da prática cotidiana e as necessi-



dades dos professores com o intuito de que estes, a partir das interações dos processos formativos, possam enfrentar os conflitos e os dilemas presentes em seu trabalho. Segundo Paro (2012), a formação docente em serviço, em sua diversidade de práticas e ações, com a finalidade de elevação intelectual e moral dos educadores escolares, dificilmente terá suas potencialidades concretizadas se não fizer parte de um programa estruturado e constituir-se como elemento de uma política educacional que tenha como objetivo a melhoria da qualidade do ensino.

Pereira (2007) argumenta que é necessário romper com a lógica da escola como somente um espaço de ensinar. Para ele, temos que passar a ver a escola como um espaço de produção de conhecimentos e saberes, onde os educadores tenham participação ativa na concepção e execução dos programas de formação continuada e se constituam enquanto investigadores de suas próprias práticas, analisando, de forma crítica, o que acontece no cotidiano da escola e da sala de aula, individual ou coletivamente.

Também, é necessário destacar que a questão da formação de professores não pode estar dissociada do problema das condições de trabalho que perpassam a carreira docente.

Saviani (2009) chama a atenção para o fato de que não podemos dissociar a questão da formação de professores do problema das condições de trabalho que envolvem a carreira docente, considerando as questões do salário e da jornada de trabalho. Para o autor, as condições precárias de trabalho neutralizam a ação dos professores, mesmo que fossem bem formados e, ainda, atuam como fator de desestímulo à procura pelos cursos de formação docente e à dedicação aos estudos, dificultando uma boa formação. Assim, devido à relevância do tema da formação continuada e da necessidade da reflexão acerca das condições de trabalho docente, na perspectiva da melhoria da qualidade da educação, justifica-se o estudo e o aprofundamento, por meio da revisão de literatura, das discussões e reflexões existentes acerca das condições de trabalho docente e suas articulações com a formação continuada de professores.

OBJETIVOS

A partir da necessidade de se considerar as condições de trabalho docente no estudo da formação de professores, o objetivo deste trabalho foi aprofundar a relação existente entre condições de trabalho docente e formação de professores centrada na escola por meio da revisão de literatura.

DESENVOLVIMENTO

O estudo apresentado baseou-se na revisão de literatura sobre os temas da formação continuada de professores, centrada na escola, e das condições de trabalho docente, com o intuito de obter maior conhecimento, assim como, analisar as contribuições e possíveis lacunas nos estudos e discussões sobre os temas expostos. A revisão de literatura teve início antes da elaboração do projeto de pesquisa, do qual este estudo faz parte, e que, após o ingresso no Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP, teve sua continuidade.



Inicialmente, realizou-se a leitura de artigos, capítulos de livros e resultados de pesquisa sobre os temas citados anteriormente.

Após, a fim de um maior aprofundamento em relação às pesquisas que vêm sendo produzidas a partir dos temas da formação continuada e das condições de trabalho docente, foram consultados o Banco de Dissertações e Teses da Capes e os anais do II Congresso Nacional de Formação de Professores e XII Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores da UNESP.

Algumas das reflexões construídas a partir da revisão de literatura encontram-se brevemente discutidas e apresentadas a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A revisão de literatura realizada possibilitou a análise e o aprofundamento sobre os temas da formação continuada dos professores no contexto escolar, ou seja, centrada na escola, e também sobre as condições de trabalho docente.

Ainda, foi possível analisar as repercussões das condições de trabalho enfrentadas pelos professores nas escolas e a efetivação do processo de formação continuada dos professores.

Nas últimas décadas, o trabalho docente tem passado por diversas mudanças, a partir das reformas educacionais. Tais reformas afetam diretamente a educação escolar. Cada vez mais surgem novas atribuições aos professores, os quais são obrigados a se adaptarem às mudanças do mundo e às cobranças por parte do Estado e sociedade.

Os professores são, em geral, considerados os principais responsáveis pelo desempenho dos alunos, da escola e do sistema no contexto atual de reformas educacionais e de nova regulação educativa. Diante das variadas funções que a escola pública assume, os professores encontram-se muitas vezes diante da necessidade de responder a exigências que estão para além de sua formação profissional. (OLIVEIRA, 2007, p. 3)

Segundo Assunção e Oliveira (2009), diante da ampliação das demandas propostas por políticas recentes, novas competências são esperadas dos professores a fim de exercer suas atividades de forma plena.

O sistema espera preparo, formação e estímulo do sujeito docente para exercer o pleno domínio da sala de aula e para responder às exigências que chegam à escola no grau de diversidade que apresentam e na urgência que reclamam. (ASSUNÇÃO E OLIVEIRA, 2009, p. 355)

Para Pereira (2007) é comum os professores serem culpabilizados pelas mazelas da educação. Segundo o autor, existe uma ideologia na qual considera-se que a educação está ruim devido à má formação docente. Desta forma, seria necessário somente o investimento na formação dos professores para que houvesse a melhoria da educação.

Neste sentido, outros fatores como, por exemplo, promover avanços nas condições de trabalho dos professores, no que concerne à jornada de trabalho, remuneração, número de alunos em sala de aula, condições físicas das escolas, tornam-se irrelevantes.

Paro (2012) destaca que o discurso utilizado pelas autoridades governamentais responsáveis pelos sistemas de ensino, ao dirigirem a atenção sobre a formação dos



profissionais da educação como sendo o problema mais importante da qualidade do ensino fundamental, pode ser uma boa forma de esconder os reais determinantes do fracasso escolar, ou seja, as condições objetivas de trabalho.

Nogueira (2012) defende que uma posição que vincula a formação do professor à qualidade da educação, sem considerar a melhoria da qualidade das condições de trabalho docente, reitera o discurso da culpabilização individual do professor, no qual a qualidade do ensino depende em grande parte do processo de formação docente. Nesta perspectiva, os sistemas públicos de ensino deixam de lado a necessidade da criação de condições de trabalho mais adequadas e de considerá-la como um problema a ser enfrentado. Defende, ainda, que o trabalho do professor é constituído na articulação entre formação e atuação profissional, e que a qualidade de ensino depende em grande parte da formação do professor, porém, não de forma exclusiva, dissociada dos problemas das condições de trabalho.

A precariedade das condições de trabalho docente acaba impossibilitando a efetivação do desenvolvimento da formação continuada centrada na escola, na qual este espaço constitui-se como um lócus de produção de conhecimento e de participação ativa dos professores.

Segundo Pereira (2007, p.90):

Quando as condições de trabalho docente são muito ruins, torna-se praticamente impossível se conceber a escola como um local de produção de conhecimento e saberes. O professor torna-se um mero “dador de aulas”. Não há tempo para o estudo e para a análise da prática docente. A formação continuada, quando existir, será baseada única e exclusivamente em cursos de longa duração, ou no máximo, de especialização. Consequentemente, não seria de se espantar que as pesquisas indicassem que as repercussões da formação docente, seja ela inicial ou continuada, na escola e na sala de aula, sejam pouco efetivas.

Romper com a lógica que concebe a escola como um lugar onde somente se ensina torna-se fundamental. Considerando a importância da formação continuada centrada na escola, torna-se premente entender a escola como lugar também de construção de saberes. No entanto, se as condições de trabalho são desfavoráveis, a possibilidade de surgimento e realização de propostas pouco efetivas – muitas delas baseadas no modelo da racionalidade técnica - aumenta consideravelmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em questão buscou apresentar uma discussão acerca das condições de trabalho docente e suas articulações com a formação continuada de professores centrada na escola.

Assim, percebeu-se que o trabalho docente e a formação de professores centrada na escola estão interligados. Podemos dizer que quando as condições de trabalho dos professores são favoráveis, a escola pode se tornar um lócus privilegiado para a formação docente, na realização de um trabalho coletivo pautado na reflexão e socialização de práticas, assim como, na constituição de espaços de diálogo e interação entre professores.



No entanto, quando as condições de trabalho são adversas - longas jornadas de trabalho, baixa remuneração, elevado número de alunos em sala de aula, condições físicas das escolas precárias, ausência de recursos financeiros e materiais - tornar a escola um local de produção de conhecimento e saberes, fica muito difícil. Não há tempo para o estudo e para a análise da prática docente, há descontinuidade no trabalho, faltam momentos coletivos, o que são essenciais para a efetivação de uma formação continuada centrada na escola e para a constituição deste espaço como lócus de desenvolvimento profissional e pessoal docente.

Este estudo faz parte de uma pesquisa de Mestrado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP, o qual encontra-se em andamento. Assim, sabendo da importância da revisão de literatura na elaboração do trabalho científico, acredita-se que este estudo constitui-se como instrumento de grande relevância para o processo de investigação e desenvolvimento da pesquisa citada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, mai./ago.2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

CUNHA, M. I. O tema da formação de professores: trajetórias e tendências do campo na pesquisa e na ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n.3, p. 609-625, jul./set.2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/aop1096.pdt>

CUNHA, R. C. O. B.; PRADO, G. V. T. Formação centrada na escola, desenvolvimento pessoal e profissional de professores. **Revista Educação PUC-Campinas**, Campinas, n.28, p. 101-111, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/79>

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

NOGUEIRA, A. L. H. Concepções de “trabalho docente”: as condições concretas e os discursos das prescrições oficiais”. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1237- 1254, out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

OLIVEIRA, D. A. Trabalho docente e qualidade da educação: tradições e contradições. Anpae, 2007. Disponível em: http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simp-sio2007/96.pdf

PARO, V. H. Trabalho docente na escola fundamental: questões candentes. **Cadernos de Pesquisa**, v.42, n.146, p.586-611, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v42n146/14.pdf>

PEREIRA, J. E. D. Formação de professores, trabalho docente e suas repercussões na escola e na sala de aula. **Educação & Linguagem**, São Bernardo do Campo, n.15, p. 82-98, jan./jun.2007. Disponível em: <http://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/viewFile/158/168>



PLACCO, V. M. N. S.; ALMEIDA, L. R.; SOUZA, V. L. T. O coordenador pedagógico e a formação de professores: intenções, tensões e contradições. **Estudos e Pesquisas Educacionais**, Fundação Victor Civita, 2011. Disponível em: http://www.fvc.org.br/estudosepesquisas/2010/pdf/Relat%C3%B3rio%20Final%20Coordenadores%20Pedagogicos%20_%20at.pdf

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143-155, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>



A REFORMA DO ESTADO E AS IMPLICAÇÕES NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Autor(es)

OSVALDO ELIAS DE ALMEIDA

Orientador(es)

TÂNIA BARBOSA MARTINS

INTRODUÇÃO

O presente texto é parte integrante da pesquisa de mestrado em curso intitulada “O trabalho docente na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) face à mundialização do capital e Reforma do Estado”. A presente pesquisa se insere no contexto das transformações que vem ocorrendo no ensino superior brasileiro, particularmente com maior intensidade a partir de meados da década de 1990, quando a opção política educacional nacional fomentou um processo de mercantilização da educação.

O objetivo geral da referida pesquisa é compreender o trabalho docente tomando como caso a UNIMEP, considerando a atual fase de desenvolvimento do capitalismo e a Reforma do Estado.

De acordo com o Plano para a Vida e Missão da Igreja Metodista, “a educação, como parte da Missão é o processo que visa oferecer à pessoa e comunidade uma compreensão da vida e da sociedade, comprometida com uma prática libertadora, recriando a vida e a sociedade, segundo o modelo de Jesus Cristo” (PVMI, 2001, p. 26). E o plano específico para a área de vida e trabalho da Igreja Metodista entende educação:

como sendo o processo que visa a oferecer à pessoa e à comunidade uma compreensão da vida e da sociedade, comprometida com uma prática libertadora, recriando a vida e a sociedade segundo o modelo de Jesus Cristo e questionando os sistemas de dominação e morte, à luz do Reino de Deus.” (PVMI, 2001, p. 28)

Nesse processo busca oferecer formação melhor qualificada nas suas diversas fases, possibilitando às pessoas desenvolvimento de uma consciência crítica e seu comprometimento com a transformação da sociedade, segundo a Missão de Jesus Cristo.

OBJETIVOS

A pesquisa que está em fase inicial será desenvolvida a partir da análise documental, de entrevistas com professores do ensino superior de graduação e estudos da literatura com base em três eixos principais: 1) a Reforma do Estado; 2) a Mundialização do Capital; 3) o trabalho docente no ensino superior. Os principais autores que estão orientando o desenvolvimento da pesquisa são: Christian Laval (2004), Francois Chesnais (1996), David Harvey (2006), Luiz Carlos Bresser Pereira (1997); Leda Paulani (2010), José Fiori (2010); João dos Reis Silva Jr e Valdemar Sguissard (2001);



2010), Fernando Cláudio Prestes Motta (1990), István Mészáros (2005), Maurício Tragtenberg (1989), Theodore W. Schultz (1973), Luc Boltanski e Èv Chiapello (2009), Michel F. Engueta (1991) e Gaudêncio Frigotto (1989).

O método de análise baseia-se no Materialismo Histórico Dialético. A intenção é analisar o trabalho docente considerando o contexto histórico atual e as contradições decorrentes das transformações econômicas e políticas.

A compreensão da dinâmica da realidade social exige-se não se perca a ideia de historicidade interdependência dos fenômenos sociais. Diante disso, a análise da política educacional adotada pelo Brasil para o Ensino Superior demanda uma análise dos contornos políticos e econômicos originários do governo Fernando Henrique Cardoso doravante denominado FHC, 1º mandato (1994-1997) e 2º mandato (1998-2002) que por meio do chamado Plano Diretor para a Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), criado pelo então Ministro da Administração e da Reforma do Estado (MARE), Luiz Carlos Bresser Pereira, em 1995, definiu as metas e estabeleceu as diretrizes para a reforma da administração pública brasileira a partir de meados da década de 1990.

A presente comunicação trata da Reforma do Estado no período que passa da burocratização ao modelo gerencialista. O objetivo é mostrar que a Reforma do Estado tem reflexos diretos na adoção de uma nova política educacional.

A burocracia moderna opera do seguinte modo específico: 1. As atividades normais exigidas pelos objetivos da estrutura governada burocraticamente dividem-se de forma estável como deveres oficiais; 2. A autoridade que dá ordens necessárias para a alternância desses deveres é distribuída de forma estável e rigorosamente delimitada por normas referentes aos meios coativos, físicos, sacerdotais ou de outra espécie, do qual podem dispor os funcionários; 3. O cumprimento normal e continuado desses deveres, bem como o exercício dos direitos correspondentes, é assegurado por um sistema de normas; somente podem prestar serviços àquelas pessoas que, segundo as regras gerais, estão qualificadas para tanto. Estes três elementos constituem, no governo público – e legal, a “autoridade burocrática”. No âmbito econômico privado fazem parte da “administração” burocrática. (Max Weber – O que é a burocracia, CFA, p. 9).

DESENVOLVIMENTO

Reforma do Estado e Instituições de Ensino Superior

De acordo com o documento que definiu as diretrizes e estratégias da Reforma do Estado, a ação governamental deveria se direcionar por reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantiriam a concorrência interna e criassem as condições para o enfrentamento da competição internacional. Desse modo, o objetivo principal foi levar à prática, reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantiriam a concorrência interna e criassem as condições para o enfrentamento da competição internacional (PDRE, 1995, p. 11) materializando-se num novo marco regulatório.

Segundo, ainda, o próprio documento tal reforma englobaria toda a estrutura organizacional do Estado formada pelos seus três poderes, o Executivo, o Legislativo e o



Judiciário, como partes componentes do aparelho do Estado em seus três níveis de atuação, a União, os Estados membros e os Municípios.

Evidenciou-se, a partir daí, uma forte tendência do Estado brasileiro a se voltar para uma orientação político-econômica liberal, cujos princípios básicos são: a liberdade econômica (livre mercado) e a mínima participação do Estado nos assuntos econômicos da Nação (Estado mínimo).

Os principais pontos da Reforma demandaram a aprovação de mudanças na Constituição Brasileira para a sua completa implementação o que veio a abranger, também, a revisão de outras leis e normas aliadas à concepção de novos instrumentos de gestão e de formas inovadoras, segundo a concepção do documento, de organização da administração. (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 8 e 9).

A partir dessa visão que sustentou a Reforma do Estado e das metas estabelecidas pode-se verificar que essas, explicitaram gradativamente, o modelo de ensino demandado em função dos ajustes econômicos internacionais em que, não somente o Brasil, mas grande parte dos países da América Latina se viram obrigados a adotar, dada a situação de dependência econômica firmada junto a eles. A década de 1990 foi, portanto, o período no qual foram realizadas as reformas necessárias para responder às expectativas do contexto econômico internacional, tendo como agente catalisador as diretrizes econômicas, que já se delineavam pontualmente, as quais foram devidamente formalizadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e, devidamente ratificadas pelo Banco Mundial e pelo Departamento do Tesouro Americano e, tendo sido apresentadas sob a forma de um conjunto de medidas de política governamental voltadas a ajustar a economia de países da América Latina que vinham sendo deficitárias, de acordo com o entendimento desses organismos internacionais, desde a década de 1980.

Cabe salientar que desde a década de 1970 ampliou-se no Brasil o processo de multinacionalização, conforme a afirmativa de Melo sobre esse período, “grandes somas foram emprestadas e investidas para a realização do Plano Nacional de Desenvolvimento, de 1974, com investimentos em projetos de construção de infraestrutura, tanto urbanas quanto rurais” (MELO, 2004, p. 96).

[2] Dentre as doze metas propostas pela Reforma do Estado destacam-se: 1. Estímulo ao planejamento estratégico em todos os órgãos e entidades, compreendendo a definição de missão, objetivos e metas, conjugada à implantação de indicadores de desempenho e de processos contínuos de melhoria da gestão; 2. descentralização e melhoria no desempenho gerencial na prestação de serviços públicos na área social, mediante implantação de Organizações Sociais, sem vinculação administrativa com o Estado, mas fomentadas com recursos públicos e controladas por contratos de gestão; 3. Fortalecimento da capacidade regulatória do Estado, particularmente sobre os setores produtivos objeto de privatização de empresas estatais, mediante criação de Agências Regulatórias, especialmente nas atividades exploradas por concessão estatal. (Caderno 6, MARE, p. 8 e 9, 1997)



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os autores que sustentam a análise, ora apresentada, partem do pressuposto que a ideologia neoliberal traçada para a “reforma” da escola tem confirmado uma política neoliberal que traz consigo o objetivo de transformá-la em empresa ou quase empresa, desta feita, a educação não passou ilesa a essa vaga e a Universidade Metodista de Piracicaba, igualmente, vem sofrendo os efeitos dessas transformações, no que tange o trabalho docente.

Desde meados dos anos 1990 deu-se início a uma desenfreada expansão das Instituições de Educação Superior que veio a deflagrar a crise econômico-financeira desse setor, fator esse, dentre outros que alcançou também a UNIMEP nos anos 2000.

Boaventura elenca alguns fatores concorrentes para agravar a situação da Instituição:

- Evasão de alunos em função da concorrência e alto custo das anuidades;
- Altos investimentos em construções de altíssimo padrão, como nos campi Taquaral, Lins, Martha Watts no Centro, todos do conhecimento do Conselho Diretor;
- Participação nada feliz no Hospital Samaritano em Campinas/SP;
- Ausência de equipe técnica competente de planejamento à altura do nível e do montante dos recursos em tela;
- Desentendimento entre Diretor Geral e Conselho Diretor no que se refere à velocidade e à natureza das providências saneadoras a serem tomadas para a solução da crise, como no passado, o atrito explicitava o conflito entre uma universidade em busca de sua autonomia e uma mantenedora que buscava controle sobre uma instituição de ensino. (2007:3)

Pires aponta como fatores da crise, entre outros, a:

- Redução de demandantes com poder de compra (seja porque a renda da classe média diminuiu, seja pelo desvio de potenciais alunos para concorrentes mais baratos – e espertos), combinada com custos crescentes de uma instituição que vinha num ritmo acelerado e admirável de qualificação de seu corpo docente e de sua infraestrutura, agravada por investimentos feitos nos últimos anos que não deram, nem vão dar, o retorno inicialmente imaginado. (2007:1)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, é com base nessa realidade que se pretende compreender a política para o trabalho docente na UNIMEP. A análise do histórico da sua constituição e das regulações das relações de trabalho docente na instituição no contexto das transformações no mundo do trabalho e de Reforma do Estado é central para compreender o trabalho docente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOAVENTURA, E. **A crise da UNIMEP à luz da história**. Piracicaba. www.adunimep.org.br/articles.php?id=28 (em 2/2/07)
- BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.



BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle.** In: **Cadernos MARE de Reforma do Estado, Brasília, n. 6, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.**

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Estado e subdesenvolvimento industrializado.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital,** Trad. Silvana FinziFoá, São Paulo: Xamã, 1996.

CORAGGIO, José Luis. **Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção?** (In) TOMASSI, L; WARDE J; HADDAD, S (Orgs). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais.** São Paulo: Editora Cortez, 1996, pp. 75-121.

ENGUITA, M.F. **A ambiguidade da docência: Entre o profissionalismo e a proletarização.** *Teoria & Educação*, Porto Alegre, nº 4, 1991, pp. 41-61.

FERREIRA, M.O.V. **As contribuições da pesquisa sobre profissão docente para a compreensão do futuro da docência: algumas perspectivas de estudos no caso brasileiro.** In: LAMPERT, E (Org.). **Educação na América Latina: encontros e desencontros.** Pelotas: Educat, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Produtividade da Escola Improdutiva,** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público.** Londrina: Planta, 2004.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem para onde vai?** São Paulo: Editora SENAC, 2001.

MOTTA, Fernando Claudio Prestes. **Organização e Poder: Empresa, Estado e Escola.** São Paulo: Editora Atlas S.A, 1990.

PIRES, V. **A natureza e as consequências da crise da UNIMEP.** Piracicaba. www.adunimep.org.br/articles.php?id=47 (em 23/2/07).

SGUISSARD, Valdemar e SILVA JR, João dos Reis. **Novas Faces da Educação Superior no Brasil: Reforma do Estado e mudanças na produção.** São Paulo: Editora Cortez, 2001.

WEBER, Max. **A objetividade do “conhecimento” nas Ciências Sociais.** São Paulo: Ática, 2006.



COMO MELHORAR A EFICIÊNCIA NA CADEIA DE SUPRIMENTOS DOS COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS?

Autor(es)

CARLOS AURÉLIO VALERETTO

Orientador(es)

MARIA RITA PONTES ASSUMPTÃO

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa refere-se a uma abordagem profunda da gestão da cadeia de suprimentos de combustíveis, utilizada por uma transportadora, conveniada a uma importante distribuidora de combustíveis.

O intuito é adequar a utilização dos equipamentos da empresa, (caminhões e carretas tanque), a necessidade de escoamento da distribuidora.

Analisando o cenário nacional, nota-se que a cadeia de suprimentos de combustíveis líquidos recebeu um incremento significativo nos últimos anos devido ao aquecimento da economia, o que resultou em significativo aumento de demanda.

Nos últimos 15 anos nota-se que a frota de veículos no país cresceu mais de 120%, e a infraestrutura nacional, não se modernizou o bastante para garantir o crescente aumento de consumidores, e portanto o setor de distribuição de combustíveis teve que adotar tecnologias e métodos de processos capazes de satisfazer a necessidade do mercado.

Embora o setor de combustíveis apresente um crescente aumento da demanda, nota-se em contra partida a redução da lucratividade das empresas transportadoras. O aumento da concorrência, aliada a falta de planejamento estratégico, na tomada de decisões por parte de distribuidoras e transportadoras completam a rentabilidade da operação.

O caminho para a redução de custos e maximização da rentabilidade operacional que resulte em lucro líquido a empresa transportadora, passa por uma série de análises, cujo objetivo é adequar a capacidade operacional a demanda de escoamento de combustíveis proposto pelas distribuidoras.

Ajustar o processo e evitar o uso de equipamentos em viagens desnecessárias, resultará em benefícios não somente financeiros, mas também sociais e ambientais, pois com a redução do número de viagens desnecessárias, reduzira o número de veículos de grande porte nas ruas e estradas, e com isso reduz-se a emissão de gases poluentes a atmosfera.

A pesquisa bibliográfica utilizada na presente pesquisa, enaltece momentos da história recente do país, (2000 a 2015), abordaremos este tema de uma maneira mais ampla, utilizando a coleta de dados, que de acordo com Mattar (2000), e Malhotra (2001), possibilitará um cenário atual e momentâneo, estabelecendo maiores possibilidades na mensuração de dados, e resultados à nossa pesquisa.



Adotaremos para tanto, as pesquisas exploratórias que segundo Vergara (1988), permite encontrar informações cientificamente produzidas que atendessem as necessidades da pesquisa, e de acordo Marconi e Lakatos (2001) proporcionam a identificação de problemas nas empresas.

Utilizaremos de estudo de caso, que segundo Gil (2009), explora situações cotidianas, que não estão pré-definidas, utilizando pesquisas bibliográficas e documentais que segundo Chizzotti (2001), tem como principal vantagem oferecer ao pesquisador descrições ricas e detalhadas sobre uma realidade específica.

O conjunto de todas essas informações, nos auxiliaram a superar concepções iniciais e nos proporcionarão a geração ou revisão de estruturas teóricas adotadas anteriormente, proporcionando o desenvolvimento da presente pesquisa.

OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho foi realizar uma análise sobre a cadeia de suprimentos de combustíveis líquidos no país, e ainda verificar como atender de maneira eficiente a crescente demanda de mercado de combustíveis líquidos utilizados como fonte energética aos propulsores dos veículos automotores.

Esta análise faz referência ao processo de operação logística, e enfatiza a importância dos combustíveis líquidos na matriz energética nacional, além de descrever a forma de como é realizada o escoamento da produção de combustíveis.

Diante do cenário de aumento na demanda de combustíveis no país, surge a pergunta: Como melhorar a eficiência na cadeia de suprimento de combustíveis?

Para responder a essa pergunta, serão avaliados os relatórios divulgados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), e Instituto Brasileiro de Gás e Biocombustíveis (IBP), relatando a operação de movimentação nacional de combustíveis da base produtora para os centros consumidores.

Podemos afirmar que a cadeia de suprimentos de combustíveis utiliza-se da infraestrutura existente para seu escoamento, e entre os modais de transporte, destaca-se significativamente o uso do modal rodoviário, por meio de caminhões-tanque.

Descreveremos formas utilizadas pelas empresas distribuidoras de combustíveis para atender a crescente demanda de mercado, e com avaliação de novas metodologias e tecnologias, proporemos métodos de como melhorar a eficiência na cadeia de suprimentos dos combustíveis líquidos.

Com o resultado proposto poderá ser reduzidos os custos operacionais, poupando recursos, o que representará aumento de competitividade da empresa no mercado.

DESENVOLVIMENTO

Com o crescimento da demanda por combustíveis e a dificuldade de expansão da infraestrutura nacional, a questão do abastecimento, passou a se tornar uma preocupação, principalmente pelo caráter altamente estratégico que estes produtos possuem, fazendo com que o mercado de combustíveis, obtenha cada vez mais destaque na economia nacional.



Novos investimentos no setor são imprescindíveis para que se tenham condições atender plenamente o mercado, em função do temor acerca do possível comprometimento do atendimento da demanda, gerando um colapso na matriz energética nacional causando o desabastecimento de toda cadeia logística.

É oportuno considerar que parte relevante da demanda por transporte de passageiros se dá na forma de transporte particular. Dos 85 milhões de veículos da frota brasileira, registrados pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), 55,5% são automóveis e apenas 1,1% são ônibus ou micro-ônibus.

Sendo relevante destacar que, segundo levantamento da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), entre 2009 e 2013 foram licenciados 17,8 milhões de caminhões, ônibus, comerciais leves e automóveis.

Com o crescimento da demanda por combustíveis e a dificuldade de expansão da infraestrutura nacional, a questão do abastecimento, passou a se tornar uma preocupação, principalmente pelo caráter altamente estratégico que estes produtos possuem, fazendo com que o mercado de combustíveis, obtenha cada vez mais destaque na economia nacional.

Novos investimentos no setor são imprescindíveis para que se tenham condições de atender plenamente o mercado, em função do temor acerca do possível comprometimento do atendimento da demanda, gerando um colapso na matriz energética nacional causando o desabastecimento de toda cadeia logística.

O trabalho a ser desenvolvido apresentará fatos relevantes no cenário logístico brasileiro, apresentando dados referentes ao crescimento do consumo de combustível no país, destacando formas de distribuição e abastecimento.

Portanto utilizaremos um estudo de caso de uma transportadora de combustíveis que opera no estado de São Paulo, destacando sua atuação na Região Metropolitana de Campinas (RMC), evidenciando sua forma de operação e estratégias de negócio.

Para obter dados conclusivos realizaremos pesquisas teóricas e de campo sobre o tema envolvendo parâmetros e condições atuais, e desejadas evidenciando a utilização dos modais logísticos de transporte na cadeia de produção, comercialização e distribuição de combustíveis líquidos no país, enfatizando de maneira mais abrangente o setor no estado de São Paulo, com destaque significativo para a Região Metropolitana de Campinas.

Após a validação do projeto, espera-se obter uma contribuição na melhoria do processo de Gestão Estratégica na gestão da cadeia de suprimentos de combustíveis em uma transportadora atuante na Região Metropolitana de Campinas.

Verificação de implantação de sistemas gerenciais que permitam eliminar as atividades que não agregam valor ao processo, e realização de viagens desnecessárias.

Realização de análise das variáveis que envolvem a cadeia de suprimentos de combustíveis, visualizando a importância do posicionamento estratégico da companhia sendo vital para expansão de mercado e área de atuação.



Atualmente, o objetivo principal da companhia visa atender os clientes com serviços de qualidade, sendo fundamental, na gestão logística:

Disponibilizar o produto certo, no lugar certo, no tempo exato, nas condições desejadas e ao menor custo possível e se tratando de petróleo e seus derivados. A aplicação do conceito permanece, visto tratar-se de uma carga que, partindo de um ponto de origem, necessita chegar a seu destino no prazo estipulado e com observância do melhor custo-benefício e satisfação do cliente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entretanto para se obter o atingimento de todos esses fatores, uma empresa atuante na distribuição de combustíveis líquidos, só será possível quando se adota um controle eficaz dos processos administrativos e operacionais.

Em se tratando da cadeia de suprimentos de combustíveis, essa situação envolve ainda o uso de tecnologias, como a telemetria, capaz de verificar em tempo real, a localização dos equipamentos, além de acompanhar informações referentes a segurança tais como uso de freio, e consumo de combustível.

Como pode ser observado, para uma boa atuação de uma empresa transportadora vários recursos são necessários para manter as atividades e a estrutura organizacional funcionando perfeitamente.

O escopo de atividades envolve diversos processos, dentre os quais se destacam o transporte e distribuição de combustíveis.

Convém ressaltar, que o correto planejamento logístico associado ao uso de tecnologias, é capaz de disponibilizar informações que permitem obter melhor controle e gerenciamento sobre a frota de veículos e operações da empresa transportadora de combustíveis.

Em virtude da grande dimensão do país, se faz necessário o uso intensivo de tecnologias eficientes e ferramentas logísticas, entre elas a gestão da cadeia de suprimentos, (Supply Chain Management), com o objetivo de transportar, armazenar e atender aos pedidos dentro dos prazos combinados independentemente do lugar visando o menor custo.

BALLOU (1993) afirma que, devido aos estoques mantidos em cada estágio e ao transporte necessário, a distribuição fica mais cara quanto mais longo for o canal de distribuição.

Segundo Christopher (1997), fica evidente que o problema de desenvolvimento de sistema adequado ao custeio orientado para logística é principalmente uma questão de enfoque.

Este problema resume-se na capacidade de focalizar os resultados dos sistemas de distribuição, que em essência tratam do fornecimento de serviço ao cliente, e também identificar os custos específicos associados a estes resultados.

Um dos princípios básicos de custeio logístico, é que o sistema deve refletir o fluxo de materiais, isto é, ele deve ser capaz de identificar os custos resultantes das atividades



de todos os elos da cadeia de suprimento, permitindo, assim, um melhor monitoramento dos custos logísticos.

CHOPRA (2006) apresenta transportes como um fator determinante para o progresso socioeconômico, e o define em dois componentes, a infraestrutura e as operações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em se tratando da cadeia de suprimentos de combustíveis líquidos, a empresa transportadora de combustíveis fica a mercê da distribuidora, pois é ela quem define as quantidades e o prazo de escoamento da produção.

Cabe então a empresa transportadora definir sua estratégia de como atender os pedidos, e em virtude da crescente demanda, avaliando os equipamentos e definindo as rotas a serem utilizadas na viagem.

Observa-se que com a adoção de tecnologias que permitem analisar em tempo real o uso dos equipamentos e assim passarão a ter informações valiosas, pois possibilita identificar gargalos e prover melhorias, adequando as operações de modo a reduzir custos sem comprometer as necessidades de mercado.

No acirrado mercado de atuação, não basta oferecer serviços ou produtos bons ou de qualidade, é necessário saber o que, onde e porque é preciso melhorar, e assim transformar a competitividade no maior diferencial da empresa.

Dessas acepções, espera-se que o objetivo geral desse trabalho seja alcançado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANP. Disponível em . Acesso em 16/08/2015

ANFAVEA. Disponível em . Acesso em 16/08/2015

DENATRAN. Disponível em < <http://www.denatran.gov.br>>. Acesso em 16/08/2015

IBGE. Disponível em . Acesso em 16/08/2015

IBP. Disponível em . Acesso em 16/08/2015

PETROBRAS. Disponível em . Acesso em 16/08/2015

RMC. Disponível em . Acesso em 16/08/2015

BALLOU, Ronald H. Logística Empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 1993

CHRISTOPHER, Martin – Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos – “Estratégia para Redução de Custos e Melhoria dos Serviços.” Ed. Pioneira – São Paulo, 1997 - pág. 13 a 16.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001

CHOPRA, S; MEINDL, P. Gerenciamento da cadeia de suprimentos: Estratégia, planejamento e operação. São Paulo: Prentice Hall, 2006.



- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2009
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2001
- MATTAR, Fauze N. Pesquisa de Marketing. São Paulo: Atlas, 2000
- VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 1998.



CONTEXTO ATUAL DO ENSINO DA MÚSICA ESCOLA E DEMANDAS FORMATIVAS

Autor(es)

VANESSA CRISTINA MEDEIROS

Orientador(es)

GLAUCIA ULIANA PINTO

INTRODUÇÃO

Antes de concluir o ensino superior, tomei conhecimento de que não poderia lecionar o ensino exclusivo de música nas escolas estaduais e municipais, pois a música estaria acoplada à matéria de arte. Segundo a Lei Nº11.769, a música tornou-se conteúdo obrigatório nas escolas de educação básica, desde então uma série de confusões, referente ao papel do professor de música, vem se estabelecendo quanto a sua real função no espaço escolar.

Mesmo sabendo da contribuição que a música pode trazer para a educação, a notícia na qual a música estaria dentro do currículo de artes me deixou um tanto angustiada, e com vários questionamentos, por exemplo: qual é o conteúdo de música exigido no PCN de Artes, referente ao ensino da música e como isso se reflete na construção de um projeto político pedagógico nos cursos de formação que embasem o ensino da música nas escolas? De que maneira a música é ensinada por professores graduados em artes a partir dessa formação que vem se concretizando na escola para que tenha relevância na formação do aluno? Quais elementos formativos são necessários para que o professor de música se constitua autônomo dentro de sua prática?

Outro fato que me preocupa, é que, em consultas bibliográficas, encontra-se pouco material de trabalho com música para alunos a partir de nove anos de idade.

Assim, meus questionamentos a respeito da docência em música fizeram-me optar por trabalhar em um colégio particular, dessa forma, poderia lecionar a matéria da qual tenho mais segurança, no caso a música. Embora, ao iniciar minha atuação docente, constatei que, mesmo estando em um colégio particular, não existia um material sistematizado para o ensino da música. Dessa maneira, se estendiam, para além da graduação, as minhas angústias referentes à escassez de material didático, agora dentro de situações reais de ensino. Associo essa minha preocupação em relação à carência de materiais didáticos, com a falta de clareza sobre o quê ensinar referente à música, e como ensinar, principalmente para alunos a partir de nove/dez anos de idade. Percebo que, por volta dos dez anos de idade, os alunos começam a perder o interesse por cantar, dançar e fazer atividades que antes eram bem vindas. Sendo assim, dentro de um contexto onde não existem, em quantidade suficiente, instrumentos para o planejamento e desenvolvimento das aulas, termino por criar constantemente aulas de diversas formas. Tenho que ter o cuidado em desenvolver algo que tanto possa ser fei-



to, a partir dos instrumentos que temos a mão, quanto que agreguem elementos formativos. Ao mesmo tempo, as atividades devem despertar a atenção e o interesse dos alunos, de modo que participem. Tal trabalho chega a ser extremamente exaustivo, e muitas vezes sem um resultado satisfatório. Penso que, o aprofundamento epistemológico dessas questões possam me auxiliar na superação de alguns obstáculos sobre a minha prática, ou pelo menos entender suas origens e determinações.

OBJETIVOS

A partir das indagações que movem o presente trabalho, o objetivo será identificar e analisar questões do ensino da música diretamente implicadas na prática pedagógica dos docentes musicistas: qual é o conteúdo do ensino de música exigido no PCN de Artes e como isso se reflete na construção de um projeto político pedagógico nos cursos de formação que embasem o ensino da música nas escolas? De que maneira a música é ensinada por professores graduados em artes a partir dessa formação e que vem se concretizando na escola para que tenha relevância na formação do aluno? Quais elementos formativos são necessários para que o professor de música se constitua autônomo dentro de sua prática?

DESENVOLVIMENTO

Nesses termos, como indica Charlot (2001, p. 108) é imprescindível perguntar-se “qual o sentido para um professor ir à escola a cada manhã? [...] Que sentido faz para o professor ensinar coisas, ajudar os estudantes a aprender? [...] O que eu estou fazendo neste mundo?” Freire complementa as palavras de Charlot, dizendo que:

Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê. (1996, p. 39)

A partir das palavras de Freire, o que define a qualidade de uma determinada prática docente depende, também, das razões pelas quais esse professor trabalha e ensina. Ensinar resume-se, deste modo, a uma prática política que deve visar à construção de uma humanidade autocrítica.

Zachner considera que “os atos dos professores podem ajudar a manter e/ou a quebrar o status quo da escolaridade e da sociedade” (1993, p.50). Um professor consciente de sua responsabilidade, no papel de formador e gerenciador de vidas humanas, procurará se desvencilhar da mecanicidade atribuída ao seu ofício. As ideias desenvolvidas até aqui são reafirmadas por Sacristán, quando menciona, para educar é preciso que se tenha um motivo, um projeto, uma ideologia. Isso não é ciência, isso é vontade, é querer fazer, querer transformar. E querer transformar implica ser modelado por um projeto ideológico, por um projeto de emancipação social, pessoal etc.(SACRISTÁN, 2000, p. 86).

O pensamento de Sacristán se afina com uma reportagem exibida pelo programa “Fantástico” dia 7 de julho de 2013: um técnico ambiental e músico amador, chamado Fávio



Chaves, contava sua experiência ligada à inclusão social. Esse técnico ambiental desenvolveu um trabalho de inclusão com jovens do bairro de “Cateura” no centro de Assunção, no Paraguai. Nesse bairro, funciona o lixão da capital do país, segundo a reportagem exibida. O seu projeto tinha como pretensão ensinar crianças e jovens a tocar instrumentos de orquestra, além de levar essas pessoas para um ambiente mais digno. Más a questão era, como conseguir instrumentos, se um bom violino custava trezentos dólares? Foi então que surgiu a ideia de confeccionar instrumentos a partir de materiais recicláveis. No início o maestro começou com apenas alguns instrumentos, mas a procura pelas aulas foi grande e ele se viu obrigado a montar uma orquestra. Hoje essa orquestra viaja pelo mundo inteiro, já se apresentou em diversos países, inclusive no Brasil. Aparentemente, o que moveu Fávio a desenvolver esse projeto foi a vontade de transformar a vida daquelas pessoas, isso não foi ciência. Diante desse cenário, a música, por si só, não mudaria a história desses indivíduos, uma vez que, em tais circunstâncias, integrar uma orquestra, ou mesmo aprender a tocar um instrumento, seria bastante improvável. No entanto, através do trabalho desenvolvido por esse técnico ambiental, e maestro, aqueles jovens puderam ter uma nova interpretação da realidade. Nessas condições, é de se pensar que a orquestra de Fávio Chaves independente de ter um som perfeito, é perfeita da perspectiva social. Vidas foram resgatadas e a música cumpriu seu papel humanizador.

Esse projeto social, desenvolvido em Cateura, é um exemplo do que a música, enquanto experiência social enriquecedora, pode ser e representar, tanto em uma sociedade, como nos processos de desenvolvimento humano. As experiências vivenciadas por aquelas pessoas foram, de certa forma, a condição para a reelaboração de suas realidades. Acredito que dentro do ambiente escolar a música deve cumprir um objetivo semelhante, de modo a apresentar novas possibilidades de experiências e de existência.

ENSINO DE MÚSICA: SUA HISTÓRIA E CONCRETIZAÇÕES POSSÍVEIS

Não é recente o fato de ações serem movidas para a incorporação da música como um componente curricular de educação nas escolas do Brasil. Ao longo da história diversos empreendimentos nessa direção foram se estabelecendo por meio de diretrizes curriculares, leis e outros documentos oficiais. Dessa forma, para que a área de música ganhasse um espaço dentro das leis, que regem a educação nacional, seu percurso histórico foi de grande importância, entretanto, ainda existe um longo caminho a ser percorrido nos dias de hoje. Portanto, tornar concreto o desejo de que a música cumpra o seu papel social dentro da escola, de modo a propiciar os fundamentos para a realização plena do homem em sua trajetória, vários fatores devem ser considerados, tais como: as leis que regem o ensino de música no Brasil atualmente e sua efetivação nas escolas, a formação do profissional em música, e as condições de trabalho existentes. É possível constatar que os documentos oficiais, que envolvem a implementação da música nas escolas, estão em desarmonia com a realidade educacional vigente. Da mesma forma, existem contradições a respeito da formação do professor de música, tanto em respeito aos âmbitos documentais, quanto a sua realidade de trabalho. É possível perceber na fala de diversos autores, entre eles no trabalho desenvolvido



por Filipak, em sua dissertação de mestrado, intitulada “Política Pública Em Educação Musical: Uma *survey* Sobre Os Rumos Da Implementação Da Lei 11.769/08 No Município De Palmeira - PR, que na realidade, os professores são movidos muito mais pela intuição do que pela intencionalidade pedagógica, e que as angústias vivenciadas em sala de aula, e as incoerências de ordem legal, precisam ser apontadas e discutidas. Além disso, também reforça a ideia de que, apesar do ensino de música nas escolas ser lei, muitas vezes não garantem sua aplicabilidade nem sua relevância formativa na formação dos alunos. Diante disso, que resultados são possíveis de serem obtidos na prática, em vista de como a música está estruturada na escola.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa é parte de um trabalho de mestrado em andamento e os delineamentos do caminho a ser percorrido durante sua construção irá considerar principalmente as dificuldades enfrentadas pelo professor de música no cenário educacional brasileiro, com o intuito de compreendê-las e discutir caminhos mais promissores de efetivação dessa prática pedagógica. Analisando o que é proclamado legalmente para o ensino da música, como isso se reflete na formação docente e, conseqüentemente, no trabalho dos professores na escola a partir do relato de suas práticas docentes, identificando dificuldades e demandas, principalmente considerando a atuação no ensino fundamental. Portanto, o trabalho de pesquisa envolverá análises dos documentos oficiais e entrevistas de caráter semiestruturado, que serão realizadas com profissionais que atuam com o ensino de música nas escolas, com turmas de quinto ano. Essas entrevistas têm como intuito investigar, a partir das falas dos entrevistados, em que se baseiam para a organização e estabelecimento dos objetivos para as aulas e as maiores dificuldades enfrentadas no cumprimento da prática docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Penso, dessa maneira, que exista a possibilidade de se criar um repertório de experiências, e uma formação pautada sobre a prática dentro de uma vivência real de ensino. Deste modo, que possa haver propostas de trabalho, e de atividades que norteiem a atividade do professor de modo mais efetivo. Buscando compreender mais profundamente as complexidades da docência em música, é que se poderá construir um caminho de maior autonomia e sucesso na prática docente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Lei Nº 11.769/08 de 18 de agosto de 2008. Diário oficial da União. Seção 1. Brasília. Imprensa Nacional, 2008.
- PIMENTA, SELMA (ORG). Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2001.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 19.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.



FILIPAK, R. Políticas Públicas em Educação Musical: uma survey sobre os rumos da implementação da Lei 11.769/08 no município de Palmeiras – PR. Curitiba: UFP, 2014. 119 f. Programa de Pós-Graduação em Música, Curitiba, 2014.

Orquestra com instrumentos construídos no lixão recupera sonhos de crianças paraguaias. Fantástico. Rio de Janeiro: Globo, 07 de julho de 2013. Programa de TV

SÁCRISTAN, J. G. Tendências investigativas na formação de professores. Revista Da Faculdade De Educação Da UFG, Goiânia, v.25, n.2, p. 81 – 87, jul. – dez. 2000.

ZEICHNER, K.M. O professor como prático reflexivo. IN: _____ A formação reflexiva dos professores: idéias e práticas. Lisboa, Educa, 1993, p. 13-28.



O QUE DIZEM AS ENFERMEIRAS SOBRE A ATUAÇÃO PROFISSIONAL E AS RELAÇÕES COM A FORMAÇÃO INICIAL

Autor(es)

JACQUELINE DE MELLO LIBARDI

Orientador(es)

IDA CARNEIRO MARTINS

INTRODUÇÃO

Na atuação da enfermagem é preciso que se reconheça a existência dos âmbitos preventivos e curativos, assim como, as relações entre saúde e doença, pois a Enfermeira é um dos elementos da equipe responsável por sua atuação.

O âmbito preventivo enfatiza a promoção da saúde, proporcionando a melhoria social e o bem estar do paciente, sendo que a atenção e os cuidados a ele direcionados objetivam fomentar a educação em saúde. A enfermeira tem o papel de humanizar as relações entre a equipe e o indivíduo atendido, sendo ela uma facilitadora nas tomadas de decisões que envolvam a melhoria da condição de saúde e bem estar do paciente. As medidas curativas e o enfrentamento de doenças apresentam como objetivo a promoção da saúde no cuidado de doentes e a educação da equipe de atendimento, com a finalidade de proporcionar uma boa atuação. O presente projeto terá como ênfase esse segundo tipo de conhecimento, a relevância do cuidado humanizado no âmbito curativo, observando-se as relações entre esta atuação e a formação inicial. O foco curativo será direcionado aos cuidados nos hospitais, trataremos sobre o cuidado da enfermeira aos pacientes das enfermarias, pois este é o local onde se dá o maior tempo de internação dos enfermos, com a presença de seus familiares em boa parte do tempo e, também, por se tratar do espaço onde as profissionais de enfermagem assistem à evolução do tratamento junto ao paciente, administrando todos os aspectos nele envolvidos. A Organização Mundial de Saúde – OMS – enfatiza a necessidade de a área hospitalar oferecer um serviço de qualidade para a população, porém os hospitais vêm enfrentando inúmeras dificuldades, como a escassez de recursos humanos, financeiros e materiais, o que vem a dificultar o alcance destes objetivos. Mesmo assim, as instituições hospitalares, no desejo de atingirem uma maior qualidade no cuidado assistencial, buscam estratégias para a elevação dessas metas. (FUGULIN et.al., 1994). As entidades que representam as auxiliares, técnicas e enfermeiras, apresentam o mesmo tipo de preocupação e alertam a sociedade em relação às precárias condições de trabalho destas profissionais, que comprometem a qualidade de atendimento e, por consequência, coloca em risco a vida dos pacientes. Buscando melhorar tais condições, um grupo de médicos e enfermeiros do Hospital Universitário da USP, que iniciaram suas atividades em 1984, adotaram o cuidado integral a seus pacientes, atendendo às necessidades básicas e enfatizando o autocuidado. Após estudos (seis anos mais tarde), implementaram o Cuidado Progressivo ao Paciente – CPP – que previa a classificação de cada



um por complexidade assistencial em cinco categorias: autocuidado ou cuidados mínimos, intermediário, alta dependência, semi-intensivo e intensivo. O sistema é uma avaliação diária dos enfermeiros para remanejamento para o melhor cuidado. Em 1994 eles implementaram ações para aperfeiçoar a assistência ao paciente. Dentre elas, criou-se um “Sistema de Classificação de Pacientes por Complexidade Assistencial” - SCP. (FUGULIN et.al., 1994). Este sistema é um método para monitorar o cuidado individualizado e integral do paciente, permitindo o redirecionamento da equipe (enfermeiras assistenciais e técnicas de enfermagem) para a atuação no cuidado, realizando uma melhor distribuição de pacientes para cada enfermeira, observando-se os recursos materiais necessários e uma reorientação de toda a equipe envolvida nesse processo. A enfermagem é uma arte, a arte do cuidar e o cuidado aos enfermos são históricos. Para Padilha e Borenstein (2006, p.534) “A enfermagem vem desconstruindo e construindo sua história, libertando-se dos antigos paradigmas e introduzindo outros novos. Relaciona-se com a sociedade na qual está inserida e, neste sentido, as práticas socio-culturais e as ações políticas contribuem e influenciam o significado dado à profissão”. A enfermagem é uma das profissões dentro da área da saúde que possui a essência e especificidade voltada ao cuidado do ser humano, do indivíduo, da família e da comunidade, desenvolvendo atividades voltadas a promoção e prevenção de doenças, associada a recuperação e a reabilitação da saúde, atuando sempre em equipes (auxiliares, técnicas e enfermeiras).

Há mais de cinquenta anos a enfermagem no Brasil revisa o conhecimento relativo às suas práticas, reconstrói teorias e modelos para intervenção no âmbito do cuidado, estando estas modalidades voltadas à assistência, referindo-se ao ambiente e ao impacto para o ser humano.

O ensino de enfermagem passou por diversas fases ao longo do tempo, como reflexo as mudanças no contexto histórico da enfermagem e da sociedade em nosso país, com isso o perfil dos enfermeiros apresentava significativas mudanças em decorrência dessa transformação associado ao quadro político-social. (ITO et.al., 2006). Na formação inicial em enfermagem o enfrentamento de tais condições, nem sempre, são suficientemente abordadas de modo a possibilitar a adequada inserção das profissionais no âmbito do trabalho da abordagem curativa. Deste modo, especialmente nos anos iniciais, as dificuldades para a atuação profissional são muitas e estas marcam e tencionam os modos de agir das enfermeiras.

Esses aspectos nos suscitaram as seguintes indagações: Quais são as marcas e tensões encontradas nos discursos das enfermeiras sobre a sua atuação profissional no âmbito curativo? Como as condições de trabalho encontradas neste âmbito influenciam os seus modos de atuação? Quais as relações que estas estabelecem entre estas questões e a sua formação inicial?

Na constituição do referencial teórico abordaremos as idéias de Paulo Freire e, para isso, buscaremos identificar os princípios teóricos de explicitados em seus escritos. Freire foi um dos percursores da Pedagogia Progressista no Brasil, preconizando uma educação multicultural, libertadora, ética e transformadora. Ele evidenciou cuidados



com a educação, propôs a humanização das relações e liberdade aos homens, o que é discutido em um de seus principais livros “Pedagogia do oprimido” (1968). Neste livro ele explica a necessidade de uma pedagogia dialógica, sem arrogância, defendendo a articulação do saber, da vivência, do conhecimento, no qual traduz em um trabalho coletivo, em oposição à pedagogia da classe dominante. Trataremos também nessa edição a educação bancária que compreende os estudantes como depósitos vazios a serem preenchidos por conteúdo do domínio exclusivo do professor. Em seu livro “Educação como prática da liberdade” (2008) Freire nos fala da importância do profissional comprometido com a sociedade, suas ações e reflexões que propiciam a transformação da realidade, sendo por meio desta capacidade de reflexão que se faz um ser da práxis. Trataremos a problematização que supõe a ação transformadora, que parte de situações vividas e que implica uma discussão crítica e propõe que o educador chame os educando a refletir sobre a realidade, para possibilitar a produção de conhecimentos culturais no mundo e com o mundo. Falaremos da liberdade, pois para o autor não há educação sem liberdade de criar, de propor o quê e como aprender, criando e recriando, lançando-se no domínio da história e da cultura. Outra obra que trataremos nesta dissertação é a “Conscientização: teoria e prática da libertação” (1980), no qual nos apoiaremos para trabalhar o conceito conscientização, sendo ela um compromisso histórico no qual o ser humano assume a uma posição de sujeito que pode transformar o mundo.

A seleção que fizemos dos conceitos não foi uma tarefa fácil, pois a diversos conceitos trabalhados por Freire que são importantes para a discussão sobre a formação e a atuação da enfermagem. Porém, a seleção se deu ao entender que sem o diálogo não existe comunicação e interação, a atitude crítica e reflexiva vem por um percurso problematizadora, e para Freire, qualquer forma de aprendizagem sem liberdade não subsiste. A enfermagem deveria buscar uma metodologia crítica e transformadora, os conceitos que apontamos se adequam a esses propósitos, pois o autor uniu de forma feliz a cognição e afetividade, ação e reflexão, a opressão e a liberdade.

OBJETIVOS

Buscar apreender, a partir de depoimentos de egressas dos cursos de ensino superior de enfermagem, as marcas e tensões relacionadas à ação profissional no âmbito curativo, as possibilidades e as dificuldades encontradas nesse campo e as relações que estabelece entre os conhecimentos adquiridos e as experiências vivenciadas na formação inicial e o seu processo de atuação profissional.

DESENVOLVIMENTO

O projeto tem como metodologia duas abordagens, uma bibliográfica e a outra pesquisa de campo, que se dará por meio de entrevistas a partir de um roteiro semiestruturado de abordagem qualitativa. (SALVADOR, 1986).

Para a pesquisa bibliográfica foi realizado o levantamentos de artigos, teses e disser-



tações no Portal da Capes, utilizando-se as bases de dados da Bireme, Lilacs e Scielo. Nessa busca foram utilizadas as palavras-chave: enfermagem, enfermeira, formação inicial em enfermagem, atuação profissional em enfermagem, trabalho em enfermagem, Paulo Freire e suas combinações.

A coleta de dados será realizada por meio entrevistas individuais com roteiros semiestruturados. Conforme Minayo (1996, p.121-122): “A entrevista não estruturada ou também chamada de ‘aberta’ como ‘conversa com finalidade’ onde o roteiro serve de orientação, de baliza para o pesquisador e não de cerceamento da fala dos entrevistados.” Paratal, serão selecionados seis sujeitos, que tenham cursado graduação em enfermagem e que se formaram entre 2011-2014, que não cursaram pós-graduação, que atuem na área curativa, na função assistencial em enfermarias. Ainda, para melhor compreensão do contexto, serão entrevistados três enfermeiros que tenham somente a graduação em enfermagem e outros três que, anteriormente à graduação, cursaram o nível técnico da área. Após a autorização dada pela instituição hospitalar, serão realizados contatos aleatórios com os sujeitos, sendo entrevistados aqueles que se dispuserem primeiro e preencherem os requisitos propostos e assinarem o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido – TCLE. O roteiro será previamente entregue ao entrevistado de modo que ele possa requerer esclarecimentos e também optar por responder ou se recusar a dar respostas à algumas das questões. Ele será composto por dados que identifiquem o sujeito, perguntas sobre a sua trajetória e formação e questões sobre a atuação profissional. Para a análise dos dados obtidos, utilizaremos a Hermenêutica Dialética proposta por Minayo (1996, p. 218) que a apresenta como: Um “caminho de pensamentos”, como uma via de encontro entre a ciências sociais e a filosofia, o “caminho” não determina técnicas de tratamentos de dados mais sim sua compreensão.

Em Minayo (2002) ela nos afirma que esse é considerado como um processo em “espiral”, que inicia-se com uma pergunta, podendo ser respondida com novos questionamentos e dúvidas.

A intenção é de evidenciar as contribuições e os limites da hermenêutica e da dialética na compreensão e na crítica da realidade social. Elas se apresentam como momentos necessários na compreensão da interrelação dos processos de saúde e doença e dos sujeitos neles envolvidos. (MINAYO, 1992).

Com o aprofundamento das duas ideias centrais propostas como o método de abordagem e de análise, e entendendo o método como caminho de pensamento, segundo Minayo (2002), os passos operacionalizados são divididos em três etapas: ordenação dos dados, classificação dos dados e análise final.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As análises estão se iniciando, mas do trabalho realizado podemos apreender que A formação é a base para o desenvolvimento de uma prática com boa qualidade, permitindo aos profissionais cumprir e executar seus objetivos. No entanto o que podemos considerar é que os projetos de leis criados para a formação do curso, juntamente com a luta da Associação Brasileira de Enfermagem - ABEn para melhoria na qualidade prestada, a formação do enfermeiro vem para auxiliar a saúde em nosso país. Com a



formação de profissionais aptos e qualificados para o trabalho o adoecer não será tão sofrido e a assistência será melhorada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que reconhecendo a importância e complexidade do processo de formação, é de fundamental importância a educação continuada de estudos para o aprofundamento das imprecisões teóricas em adaptar as concepções propostas nas Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs para o processo de formação e estratégias de compreensão e apreensão da prática e a realidade social, com suas contradições e seus desdobramentos. Entendemos que o trabalho da enfermeira é de extrema importância sendo ele ligado à assistência ampla de múltiplas dimensões e nas interações na qual o ser humano está inserido. Ressaltamos que é importante consideramos a subjetividade e a objetividade essenciais ao trabalho em saúde, tendo o ser humano como objeto de suas ações e intervenções. O profissional de saúde deve ser, portanto, um educador, transformador, emancipador e libertador, que almeja a mudança de comportamento da clientela, a fim de que esta atinja a qualidade de vida, provocando a transformação e a recriação da realidade instituída.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FREIRE, Paulo. Conscientização teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3ª ed. São Paulo (SP): Moraes; 1980.
- _____. Pedagogia do Oprimido. 31.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- _____. Educação como prática da liberdade. 31.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- FUGULIN, Fernanda Maria Togeiro; SILVA, Sandra Honorato; SHIMIZU, Helena Eri; CAMPOS, Fernando Peixoto Ferraz. Implantação do sistema de classificação de pacientes na Unidade de clínica médica do Hospital Universitário da Universidade de São Paulo. Rev. Med. HU-USP, v.4, n.1/2, p.63-8, jan. /dez. 1994.
- ITO, Elaine Emi; PERES, Aida Maris; TAKAHASHI, Regina Toshie; LEITE, Maria Madalena Januário. O ensino de enfermagem e as diretrizes curriculares nacionais: utopia x realidade. Rev.Esc. Enf. USP; 40(4): p.570-5. 2006.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo-Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1992.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu (org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 27a ed. Petrópolis: Vozes, p.9-29, 1996.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis - Rio de Janeiro. Editora Vozes, 21.ed. 2002.
- PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; BORENSTEIN, Miriam Susskind. História da enfermagem: ensino, pesquisa e interdisciplinaridade. Esc. Anna Nery R Enferm. Dez; 10 (3): 532 - 8. 2006.
- SALVADOR, A. D. Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica. Porto Alegre: Sulina, 1986.



SIMULAÇÃO DO MAPEAMENTO DO FLUXO DE VALOR: ESTUDO E APLICAÇÃO

Autor(es)

DHIOGENES DOS SANTOS SOUSA

Orientador(es)

KLAUS SCHÜTZER

INTRODUÇÃO

O conceito manufatura enxuta (lean manufacturing) foi disseminado na década de 80 por um grupo de pesquisadores do Instituto de Tecnologia Massachusetts (MIT), após estudarem o Sistema Toyota de Produção [1]. Essa filosofia é estruturada sobre a base da completa eliminação de perdas, que também podem ser traduzidas como desperdícios. Ohno afirma que a eficiência total de um sistema só é alcançada quando se produz zero defeito e conseqüentemente 100% de trabalho [2]. São considerados desperdícios quaisquer atividades que não agregam valor ao produto [3], ou seja, quaisquer atividades, necessárias ou não, realizadas durante a produção do produto que não tem valor pelo ponto de vista do cliente [4]. Apesar de alguns tipos de desperdícios não serem possíveis de eliminar da cadeia de processos, esses devem ser reduzidos para aumentar a eficiência dos processos [3]. No STP os desperdícios são classificados, de acordo com sua natureza, em 7 categorias, a saber [2,3]:

Superprodução: Produzir mais do que o necessário ou antes do necessário;

Espera: Intervalo de tempo que o operador ou máquina está ociosa e não está agregando valor;

Transporte;

Super processamento: Submeter o produto a operações e processos no produto que não agregam valor (e.g., inspeção);

Estoque: Manter níveis de estoque acima do necessário;

Movimentação: Movimentos desnecessários dos trabalhadores durante a exceção das atividades;

Fabricação de produtos defeituosos.

O processo utilizado para identificar os desperdícios é denominado Mapeamento do Fluxo de Valor (VSM), esse processo consiste em mapear o sistema de produção afim de identificar e reduzir ou eliminar atividades que não agregam valor ao produto. Essa técnica, hoje em dia, é mundialmente conhecida e muitas empresas a têm implantado com sucesso buscando a eliminação de desperdícios [3]. No entanto, ao mesmo tempo que trabalhos sobre aplicações bem sucedidas do VSM na indústria têm sido publicados, outros têm sido conduzidos buscando melhorar o uso da ferramenta e solucionar as deficiências e limitações do método [4-6]. Entre essas limitações é citado que:

VSM não permite experimentar os estados futuros: Sendo uma ferramenta baseada no uso de lápis e papel, não é possível verificar se o estado futuro desenvolvido apresentará o desempenho esperado. Da mesma forma, não é possível analisar com fidelidade



entre um conjunto de possíveis soluções, qual estado futuro é mais adequado para seguir para implantação. Ou ainda analisar quais os impactos de atrasos de fornecimento de materiais por fornecedores ou o efeito causado pela avaria de algum equipamento [6-12].

VSM não pode ser utilizado diretamente para sistemas complexos: Sistemas de produção complexos com fluxos complexos, com grande variedade de produtos e baixo volume de produção, assim como sistemas de produção com múltiplos fluxos que se interagem ou se fundem, são difíceis, quando não impossíveis, de analisar e aperfeiçoar unicamente por VSM. Dessa forma o VSM torna-se restrito a sistemas que produzem um único produto ou produtos com características próximas, quanto a etapas de fabricação e tempos de ciclo [4-6,8-10,13,14].

Nos trabalhos com enfoque em aperfeiçoamento do VSM, o uso de Simulação de Eventos Discretos (DES) para apoiar o VSM é apontado como solução para diversas limitações e problemas do VSM [8,10,16-18]. Entre os benefícios da integração do VSM e DES, os sistemas podem ser simulados e avaliados por meio de diversos indicadores de desempenho obtidos, dessa forma as incertezas dos resultados das mudanças podem ser solucionadas [8,16]. No entanto, alguns indicadores de desempenho lean são contraditórios, por isso quando se tem múltiplas possíveis soluções (estados futuros) é difícil avaliar qual melhor se adequa às necessidades da empresa [19]. Portanto, em situações como essas é necessário utilizar um método de seleção de soluções para analisar, com base em múltiplos indicadores, os estados futuros desenvolvidos a fim de identificar a melhor solução [20]. Mesmo havendo sido identificado um número considerável de trabalhos conciliando o uso de VSM e DES, a forma como essa integração das ferramentas é realizada não é claramente explicada, pois os trabalhos focam apenas nos resultados alcançados. De semelhante forma, existem trabalhos utilizando métodos de seleção de soluções (PROMETHEE, TOPSIS e Cost-Benefit Analysis) para analisar múltiplos estados futuros [14,17,20], no entanto, alguns desses métodos apresentam alta complexidade o que inviabiliza sua utilização prática [17]. A importância desse trabalho se deve ao fato de que irá demonstrar como sanar esses problemas, facilitando assim a compreensão, por outros profissionais e pesquisadores, de como remediar algumas das limitações da abordagem tradicional do VSM.

OBJETIVOS

Explorar como realizar a integração de VSM, DES e Cost-Benefit Analysis (CBA) para aperfeiçoar a técnica de Mapeamento do Fluxo de Valor.

DESENVOLVIMENTO

Conforme mencionado anteriormente, esse trabalho propõe a integração de VSM, DES e CBA para sanar algumas limitações da abordagem tradicional do VSM. Para realizar essa integração das ferramentas é proposto nesse trabalho, utilizar o método citado a seguir, esse método consiste da integração das fases de aplicação das ferramentas mencionadas. As etapas do método proposto são:



Seleção do produto ou família de produtos
Mapeamento dos processos e criação do mapa do estado atual
Avaliação do estado atual e criação do mapa do estado futuro
Construção e solução do modelo do estado atual
Validação do modelo do estado atual
Construção e solução do(s) modelo(s) do estado futuro
Identificação dos critérios de avaliação
Ponderação dos critérios de avaliação
Compilação dos parâmetros
Análise e atribuição de valores às soluções
Determinação do valor geral das soluções
Comparação das soluções
Estimando incertezas da avaliação
Procurando pontos fracos
Elaboração do plano de implementação

Para validar o método e cumprir com os objetivos propostos nesse trabalho, primeiramente o método será experimentado por meio da aplicação em um sistema de produção hipotético. Por meio desse experimento, os requisitos para cada fase do método serão definidos e a forma de realizar a integração das ferramentas será esclarecida. Posteriormente, diante da validação do método, esse será aplicado em um sistema de produção real e os benefícios dessa integração serão identificados e demonstrados.

A apresentação e justificativa de escolha dos recursos a serem utilizados para a realização do experimento inicial e da aplicação final serão apresentadas nos tópicos a seguir.

SISTEMA DE PRODUÇÃO

O sistema de produção a ser utilizado no experimento inicial será a Estamparia ABC, de Rother e Shook [4]. A escolha desse exemplo para desenvolver o experimento consiste que, sendo o livro fonte o manual para quem deseja aprender a entender e utilizar o VSM, a estamparia ABC representa um exemplo conhecido, o que facilita tanto no desenvolvimento, quanto na compreensão do trabalho. Os dados da Estamparia ABC não serão reproduzidos na apresentação desse trabalho, porém serão utilizados seguindo as informações do livro base, caso seja necessário dados e informações adicionais, esses serão mencionados no contexto do trabalho.

Já o sistema de produção no qual será realizado a aplicação final será o CiP (Center für industrielle Produktivität) do Institut für Produktionsmanagement, Technologie und Werkzeugmaschinen (PTW) da Technische Universität Darmstadt (TUD). O CiP representa um ambiente real de produção com 500 m² que simula todo o fluxo de valor na produção de um cilindro pneumático, incluindo logística de montagem e garantia da qualidade. O PTW e a TUD são parceiras do Laboratório de Sistemas Computacionais para Projeto e Manufatura (SCPM)



da UNIMEP, o que possibilita e permite a realização desse estudo. Dessa forma, devido a impossibilidade da coleta de dados diretamente pelo autor, os dados serão coletados e fornecidos por membros do PTW diretamente envolvidos com o CiP.

SOFTWARE DE SIMULAÇÃO

Para realizar a integração do VSM com DES a ferramenta escolhida foi a Value Stream Mapping Simulation (VSM-S) do software Tecnomatix Plant Simulation 11. Através de uma exploração inicial da ferramenta percebeu-se que ela permite modelar o sistema a ser simulado de forma semelhante a criação do mapa tradicional em papel. Percebeu-se também que essa ferramenta foi desenvolvida justamente para permitir simular fluxos de valores e analisar com a mesma facilidade do processo tradicional, não foi encontrado outro software com característica semelhante. Ainda segundo o fabricante, seus benefícios são [21]:

Interface familiar: requer pouco treinamento;

Fácil e rápido modelamento;

Logica de simulação definida por modelamento gráfico;

Dados e gráficos são integrados, inter-relacionados e melhor compreendidos;

Permite analisar comportamento dinâmico do sistema, fornecendo muito mais informações do que pelo mapa estático.

Devido às características promissoras da VSM-S, essa ferramenta foi escolhida como método de DES para integrar o VSM nesse trabalho. A versão da biblioteca de simulação utilizada para a realização do trabalho será a 11.0.16, portanto pode ocorrer que as ferramentas de modelamento e ANÁLISES A SEREM UTILIZADAS SOFRAM ALTERAÇÕES QUANTO A DISPONIBILIDADE OU MODO DE UTILIZAÇÃO EM VERSÕES DE BANCO DE DADOS DIFERENTES.

Recursos de hardware

Para realização das simulações será utilizado um dos Notebooks Workstation do Laboratório SCPM da UNIMEP. As especificações do equipamento são:

Modelo: Dell Mobile Precision M4700

Processador: Intel Core i7-3840QM 3ª Geração 2.80 GHz

Memória RAM: 32 GB DDR3 1866 MHz

Sistema Operacional: Windows 7 Professional 64 Bits

MÉTODO DE SELEÇÃO DE SOLUÇÕES

Com base em uma pesquisa conduzida, observou-se que os métodos TOPSIS e PROMETHEE, apesar de permitirem análises complexas das múltiplas soluções, exigem auto nível de conhecimento e experiência para serem utilizados, contrastando assim com o uso do VSM. Já o método Cost-Benefit Analysis apresenta benefícios semelhantes, porém relativa facilidade de aprendizado e uso, por isso foi escolhido para ser utilizado nesse trabalho como método de seleção de soluções.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Espera-se como resultado desse trabalho, demonstrar a aplicação de um método que permita sanar limitações da abordagem tradicional do VSM. Tal método deverá ser tão simples quanto o processo tradicional, para que portanto, seja viável para a utilização prática. Devido ao software a ser utilizado haver sido desenvolvido para esse propósito e o método de seleção de soluções ser relativamente fácil de utilizar, acredita-se que o objetivo será alcançado com sucesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações finais serão formuladas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] James P. Womack and Daniel T. Jones, *A máquina que mudou o mundo*, 15th ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- [2] Taiichi Ohno, *Toyota Production System: Beyond Large-Scale Production*. Cambridge: Productivity Press, 1988.
- [3] Shigeo Shingo, *O Sistema Toyota de Produção do ponto de vista da engenharia de produção*, 2nd ed. Porto Alegre: Bookman, 1996.
- [4] Mike Rother and Jhon Shook, *Aprendendo a Enxergar - Mapeando o fluxo de valor para agregar valor e eliminar o desperdício*, 2007th ed. São Paulo: Lean Institute Brasil, 2003.
- [5] Marcelo Braglia, Gianata Carmignani, and Francesco Zammori, "A new value stream mapping approach for complex production systems," *International Journal of Production Research*, vol. 44, no. 18-19, pp. 3929-3952, 2006.
- [6] Yang-Hua Lian and Hendrik Van Landeghem, "Analyzing the effects of Lean manufacturing using a value stream mapping based simulation generator," *International Journal of Production Research*, vol. 45, no. 13, pp. 3037-3058, 2007.
- [7] Wei Xia and Jiwen Sun, "Simulation guided value stream mapping and lean improvement - A case study of a tubular machining facility," *Journal of Industrial Engineering and Management*, vol. 6, no. 2, pp. 456-476, 2013.
- [8] Jon H. Marvel and Charles R. Standridge, "A simulation-enhanced lean design process," *Journal of Industrial Engineering and Management*, vol. 2, no. 1, pp. 90-113, 2009.
- [9] Petter Solding and Per Gullander, "Concepts for simulation based value stream mapping," in *Proceedings of the Winter Simulation Conference*, 2009, pp. 2231-2237.
- [10] Anand Gurusurthy and Rambabu Kodali, "Design of lean manufacturing systems using value stream mapping with simulation," *Journal of Manufacturing Technology Management*, vol. 22, no. 4, pp. 444-473, 2011.
- [11] D. T. Matt, "Adaptation of the value stream mapping approach to the design of lean engineer-to order," *Journal of Manufacturing Technology Management*, vol. 25, no. 3, pp. 334-350, 2014.



- [12] John B. Jensen, Sanjay L. Ahire, and Manoj K. Malhotra, "Trane/Ingersoll Rand Combines Lean and Operations Research," *Interfaces*, vol. 43, no. 4, pp. 325-340, 2013.
- [13] T. J. Roosen and D. J. Pons, "Environmentally Lean Production: The Development and Incorporation of an Environmental Impact Index into Value Stream Mapping," *Journal of Industrial Engineering*, vol. 2013, no. 1, pp. 1-17, 2013.
- [14] Wilfried Sihm and Matthias Pfeffer, "A method for a comprehensive value stream evaluation," *CIRP Annals - Manufacturing Technology*, vol. 62, no. 1, pp. 427-430, 2013.
- [15] Bhim Singh, S.K. Garg, S.K. Sharma, and Chandandeep Grewal, "Lean implementation and its benefits to production industry," *International Journal of Lean Six Sigma*, vol. 1, no. 2, pp. 157-168, 2010.
- [16] Fawaz A. Abdilmalek and Jayant Rajgopal, "Analyzing the benefits of lean manufacturing and value stream mapping via simulation: A process sector case study," *International Journal of Production Economics*, vol. 107, no. 1, pp. 223-236, 2007.
- [17] Jiunn-Chenn Lu, Taho Yang, and Cheng-Yi Wang, "A lean pull system design analysed by value stream mapping and multiple criteria decision-making method under demand uncertainty," *International Journal of Computer Integrated Manufacturing*, vol. 24, no. 3, pp. 211-228, 2011.
- [18] Ki-Young Jeong and Don T. Phillips, "Application of a concept development process to evaluate process layout designs using value stream mapping and simulation," *Journal of Industrial Engineering and Management*, vol. 4, no. 2, pp. 206-230, 2011.
- [19] Raid Al-Aomar, "Handling multi-lean measures with simulation and simulated annealing," *Journal of the Franklin Institute*, vol. 348, no. 7, pp. 1506-1522, 2011.
- [20] Markus P. Roessler, Joachim Metternich, and Eberhard Abele, "Learning to See Clear: Quantification and Multidimensional Assessment of Value Stream Mapping Alternatives Considering Variability," *Business and Management Research*, vol. 3, no. 2, pp. 93-109, 2014.
- [21] Ralph Bauknecht. (2015) Siemens PLM Software Community. [Online]. https://community.plm.automation.siemens.com/siemensplm/attachments/siemensplm/tecnomatixforum%40tkb/153/1/17_Ralph_Bauknecht_Value_Stream_Mapping_Siemens_Simulation_Plant_Simulation_User_Conference_2015.pdf



A NÃO-FETICHIZAÇÃO DO CONCEITO NA DIALÉTICA NEGATIVA DE THEODOR ADORNO

Autor(es)

JUNIOR TAVERNARD

Orientador(es)

BRUNO PUCCI

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe sumariar alguns dos principais conceitos expostos na Dialética Negativa, de Theodor Adorno, publicada em 1966. Analisa, fundamentalmente, a ideia referente à não-fetichização do conceito. A proposta filosófica do filósofo frankfurtiano, notabilizada logo no Prefácio, “consiste num atentado, numa subversão à maneira tradicional de compreensão da dialética”. Constitui-se em um atentado contra a tradição que favoreceu seu aparecimento. Na história da dialética, desde sua vertente grega, foi deduzida como “arte do diálogo”. Um dos grandes articuladores deste método de interlocução foi Platão, nos Diálogos, embora Zenão de Eléia (490-430 a. C.) seja considerado seu principal mentor. A dialética é um método filosófico de investigação da realidade que busca a partir da negação de determinadas ideias concebidas irrefletidamente, forjar um determinado conhecimento (episteme) que mais se aproxime à verdade (alétheia), ou seja, que mais corresponda ou se adeque à realidade. Em Platão, este movimento representa sair do plano sensível rumo à inteligibilidade, mundo dos conceitos e das formas puras do pensar. O que estava em jogo na dialética platônica era a negação de uma crença, de uma correção do pensamento, com vistas a sua positividade. Pode-se afirmar, tanto em termos platônicos quanto hegelianos, que a dialética assumiu o primado de uma negação afirmativa, por mais paradoxal que o termo comporte e possa parecer. Isto porque a dialética sempre irá desaguar em sínteses solucionadoras.

OBJETIVOS

Analisar a ideia de não-fetichização do conceito, tomando por base a Dialética Negativa, de Theodor Adorno.

DESENVOLVIMENTO

Na modernidade, um dos maiores expoentes da Dialética foi Hegel, assumindo a forma de Tese, Antítese e Síntese. A tese é uma afirmação sedimentada a respeito de algo; a antítese, a negação dessa afirmação, a síntese, por sua vez, é uma nova formulação que surge para diluir as aparentes discrepâncias e contradições da tese originante. Essa nova afirmação desencadeará um processo infinito de discussão, mostrando que a tarefa do pensamento é mesmo inacabada. Em Hegel, porém, a Dialética, mais que mera metodologia filosófica, tornou-se em inventário do Espírito. É a história das con-



tradições do pensamento que se materializaram historicamente. Mas essas contradições não estiveram presentes tão só no pensamento, principalmente fazem parte da realidade, pois para Hegel o pensamento e realidade se confundem mutuamente. Daí a frase clássica extraída de sua dialética: “o real é racional, o racional é real”. Pensamento e realidade, para este filósofo, são idênticos. Esta, no fundo, é a proposição da dialética como método propalado por Hegel. A Dialética Negativa (DN), ao contrário, não parte desse lugar comum como nas tradições hegelianas e antigas. Não se trata de uma negação de algo, mas de uma negação radical, a negação da negação, não tendo a menor pretensão de um final sintetizador positivo. A intenção da dialética negativa é subverter a ordem esquemática proposta pelo esquematismo hegeliano. Em Hegel, o que predomina é o conceito que detêm a visão do universal, do espírito Absoluto. Na DN, a predominância está focada no objeto. A DN concentra-se na valorização do objeto e, no entanto, quer ir além dele. Faz a afirmação do sujeito mas busca apreendê-lo concretamente, não só de maneira abstrata. Segue-se daí a natureza multitemática da obra. O método empregado na DN, conforme Adorno, é o constelatório. Constelação é um dos conceitos-chave no pensamento adorniano. Trata-se de um conjunto de estrelas no espaço que moldam uma imagem. A constelação é uma categoria importantíssima na DN, se constituindo como um método. Compreender constelatoriamente a realidade significa aproximar-se do objeto e abordá-lo pelos mais diferentes aspectos e ângulos, dado sua complexidade. Conforme este método, há sempre uma ideia nuclear e outras adjacentes, que circulam em torno do objeto. Nas outras dialéticas, inversamente, o objeto é percebido univocamente. Na DN é necessário a projeção de várias luzes, múltiplos luminares, vários pontos de vista em questão, a fim de que emergja o objeto e seja iluminado. Nesse ínterim, Adorno destaca o papel desempenhado pela filosofia. A filosofia é um saber que opera mediante conceitos, só que não deve ficar detido nestes. Mesmo operando por conceitos, a filosofia precisa transcendê-los. Precisa ir além do conceito (p. 15), pois na fenomenologia de Husserl, antes de o homem filosofar, é um ser colocado no mundo. Esta posição de anterioridade da existência também aparece explicitamente no humanismo de Sartre, que Adorno aqui e ali dialoga. Nessa concepção primária de ser, o homem primeiro existe; ele vive: ele é. Somente depois é que reflexiona a respeito de si e do mundo. Em primeiro plano a existência; em seguida, as reflexões metafísicas sobre ela. Primeiro o contato imediato com a realidade objetiva, depois, com a subjetividade. O solipsismo do cogito não se encaixa nos planos da DN. Ora, mesmo que dialogue com os pressupostos fenomenológicos de Husserl, Adorno não deixa de criticá-los. A intencionalidade de Husserl é frutífera e bem-vinda ao debate acerca do primado do objeto, pois é a consciência que deve dirigir-se a ele, antes de tudo. Ir ao objeto quer dizer que há a necessidade de entender aquilo que o objeto está dizendo à consciência, ao mostrar-se. Só que em Husserl, em seu tracejado essencialista, por trás do objeto há uma essência a ser desvelada. Nesse percurso de ida ao objeto, o sujeito concreto pode ficar preso definitivamente a ele, e perder-se, não voltando a outras questões pungentes que incendeiam a vida, como o sofrimento, a dor e a morte. Questões de ordem capital, desentranhadas de semânticas metafísicas. No horizonte da existência, as angústias humanas são tangíveis e reais. Essa postura de Adorno não desprestigia a finalidade do conceito, apenas



indica que não se pode idolatrá-lo. A função da DN, também, é tentar dizer o indizível, aquilo que o conceito não foi capaz de dar conta, de abranger todas as suas especificidades. Isso não é papel só da metafísica: ver além do que se vê empiricamente. Aquilo que nem sempre é possível extrair diretamente do ente, pelo conceito, cabe ao filósofo apresentar não pela via logocêntrica, mas pela sensibilidade, o que a razão não pode perceber. Como assinalou o prof.^o Bruno Pucci, na disciplina “Tópicos Especiais em Filofia da Educação”, no PPGE da UNIMEP, falar do indizível, segundo ele, “é dizer por meio do conceito o que não se pode dizer pelo conceito”. Eis portanto um dos elementos fundadores da DN a que esse trabalho chegou: dizer o que não se pode dizer somente por conceitos. Esta afirmação, como outras, aparentemente discrepante, aponta numa outra direção. Compete à arte - e não à filosofia -, exprimir esteticamente aquilo mesmo que o conceito não consegue traduzir. A arte (o jogo) traduz o que o conceito não pôde dizê-lo de nenhuma maneira. A filosofia não se identifica com a arte; mas precisa dela para expressar suas aporias. Como salienta PUCCI: “A arte pode ajudar a filosofia a desenvolver um saber alternativo porque ela comporta em seu interior a tensão entre seus dois momentos constitutivos, a mimesis e a racionalidade.” Adorno comparte dessa utopia. Acredita numa dimensão não-conceitual do conceito. No fundo, busca seu desencantamento (desmitologização), expressão que remete a Weber. Na tradição, o conceito foi reificado. Elevado a uma plataforma metafísica, a uma esfera quase sobrenatural. Isso afastou-o da realidade, do mundo da vida (Habermas). Para Adorno, a filosofia utiliza-se de conceitos mas não deve reduzir-se ao conceito (p.18). A dimensão negativa da dialética assegura-se no não-conceitual do conceito. O lugar do conceito é dar sentido ao sujeito para que este não experimente o horror do vazio e do absurdo no mundo. O conceito não é senhor e sim servo da ratio. Aqui surge um outro conceito importante da DN: o de infinitude. Pelo menos é isso que sugere o aforismo (7). O conceito não é infinito. É contingencial e transitório. Dado o mutantismo dos processos históricos e sociais. Ao mesmo tempo que discorre sobre a desmitologização do conceito, vai demovendo com a ideia de infinitude que o sustenta. Fica visível, mais uma vez, a crítica ao espírito absoluto de Hegel, à universalidade das ideias, que visa abarcar o todo sem se prender ao aspecto do particular. Adorno reconsidera esta posição e trata de reformatá-la. O todo só é relevante se for inserido e apreciado no particular. Disso já havia se encarregado Pascal. A filosofia hegeliana, ao contrário, pretende abranger e explicitar todas as coisas. Adorno rompe com essa tendência atrelada à noção de sistema. Razão por que escreve ensaisticamente. O ensaio é uma forma de exposição que não fica amarrada ao modelo de sistemático, muito embora o espírito sistemático seja importante para o desenvolvimento da filosofia. O aforismo, em relação ao conceito, detém autonomia. Adorno considera perigoso tentar enquadrar todas as coisas sob um mesmo ponto de vista conceitual, à maneira escolástica, pois a análise do objeto pode ser prejudicada. Daí a forma aforística de exposição adotada pela DN. Aforismos, de acordo com a abordagem constelatória, são luzes a iluminar o objeto sob diversos prismas, não atendo-se a um aspecto somente. Outro componente a ser mencionado, ainda na DN, é o caráter duplo do conceito.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta pesquisa constatou-se, acentuadamente, que na filosofia adorniana o conceito é detentor de ambiguidades. Ele não é capaz de exprimir definitivamente o ser das coisas, suas “essências” vitais. Assim, deve ser instrumentalizado, às vezes, eristicamente. O conceito é insuficiente em Adorno, da mesma forma como o objeto o é. Novamente a DN ressalta a importância da “não-fetichização” do conceito, quer se dirija na direção do universal, quer na órbita do particular. Como se vê, a polarização dialógica em Adorno avança e retrocede em sua investigação teórica, quando da mobilização de diversos autores da tradição. Ao mesmo tempo, imprime seus caracteres é marcas constitutivas na DN. Mas ela não se dirige para uma síntese absoluta e universal, como subsumida pela filosofia de Hegel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que medida a DN incidiria sobre a educação? Pode ser acoplada à intervenção pedagógica essas lições postuladas por Adorno? Inegavelmente. A Dialética Negativa ajuda-nos, em termos formativos e educacionais, a nos posicionarmos criticamente no tocante ao ultrapassamento do pensamento regido por sistemas e fórmulas conceituais. A reflexão, mesmo em diálogo com o passado, deve levar em conta a autoria do próprio sujeito do conhecimento, como o fez Adorno. Tal pretensão está em sintonia com a filosofia das luzes, ao acentuar o papel da autonomização da razão. Não fazer adesão a correntes ancoradas em sistemas, é outro desdobramento salientado pelo filósofo. A educação que se quer emancipatória e esclarecida, não se move dentro de certos domínios epistemológicos e redutos conceituais. Deve ser dialética, mas uma dialética à maneira da Dialética Negativa, em que o pensamento e realidade não combinam; não são idênticos, como nas demais dialéticas, e não busca a tal da positividade. Mesmo porque o pensamento, em confronto com a realidade, se depara com limitações e perplexidades, não sabendo às vezes descrevê-lo adequadamente. Por isso as outras formas de linguagem, entre elas a arte, fundamentando uma teoria estética. Assim, a educação deve evitar a reprodução de dicotomias e de cometer novas bárbaries, visto que foi a “razão esclarecida” a promotora, na modernidade, das maiores atrocidades. Evita-se, com isso, uma educação repressora e dominadora, numa época em que a técnica ainda obscurece a razão e entorpece os sentidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor. *Dialética Negativa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- PUCCI, Bruno. “Filosofia Negativa e Educação: Adorno”. Disponível em: <http://www.unimep.br/~bpucchi/filosofia-negativa-e-educacao-adorno.pdf>. Acesso em 12/01/2012. Anotações pessoais da disciplina: “Tópicos Especiais em Filosofia da Educação: Teoria Crítica e Educação”, do PPGE - UNIMEP, sob a minisitração do Prof. Dr. Bruno Pucci. (Ago/dez de 2011).



ANALISE CRÍTICA DE ATENDIMENTO AOS ITENS DE MANUTENÇÃO DO MANUAL DE CONTROLE DE PROCESSOS ESPECIAIS NO PROCESSO DE GALVANIZAÇÃO DE CROMO DURO

Autor(es)

CAROLINE KUHL

Orientador(es)

MARIA CELIA DE OLIVEIRA

INTRODUÇÃO

A preocupação com os processos especiais é algo ainda pouco discutida na área acadêmica. Porém de grande importância para as indústrias. Processo especial é um processo onde a qualidade do produto não é totalmente garantida. Isto torna-se um risco para que os problemas só apareçam quando o produto já estiver em uso pelo cliente. (ECSS, 2004).

O AIAG – Automotive Industry Action Group publicou uma série de manuais CQIs (Continuous Quality Improvement) com o propósito de empresas que possuem os processos especiais como Tratamento térmico, Tratamento Superficial e Soldagem tenham um guia de requisitos a serem seguidos para o controle destes processos.

Um dos focos do controle dos processos especiais são os equipamentos de processo. Devido ao receio da capacidade das máquinas atenderem aos requisitos, dentro das condições determinadas (AIAG, 2012).

Os manuais CQIs são muito específicos e detalhados para cada processo especial e por isso os tornam mais robustos e confiáveis. Porém a implementação destes itens pode ser difícil de ser atendida por questões de recursos disponíveis ou até mesmo pela complexidade destes requisitos.

OBJETIVOS

Analisar os benefícios e as dificuldades na implementação dos requisitos do manual CQI 1 em relação a manutenção.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com o objetivo deste artigo, elaborou-se um referencial teórico com a finalidade de se conhecer e analisar os conceitos teóricos que pudessem embasar o desenvolvimento prático. A Figura 1 apresenta a estrutura metodológica deste trabalho de pesquisa.

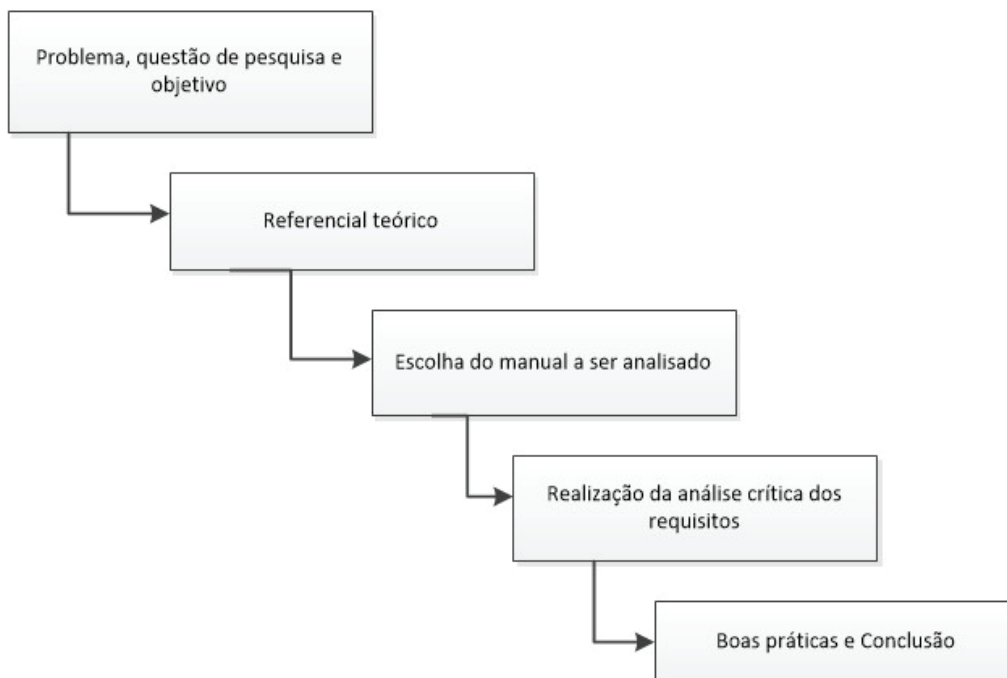


FIGURA 1: Estrutura metodológica do trabalho de pesquisa.

Fonte: elaborado pelo autor

A realização deste estudo se realizou por meio de uma análise documental de maneira qualitativa dos requisitos do manual CQI 11 referentes a manutenção, conforme figura 2

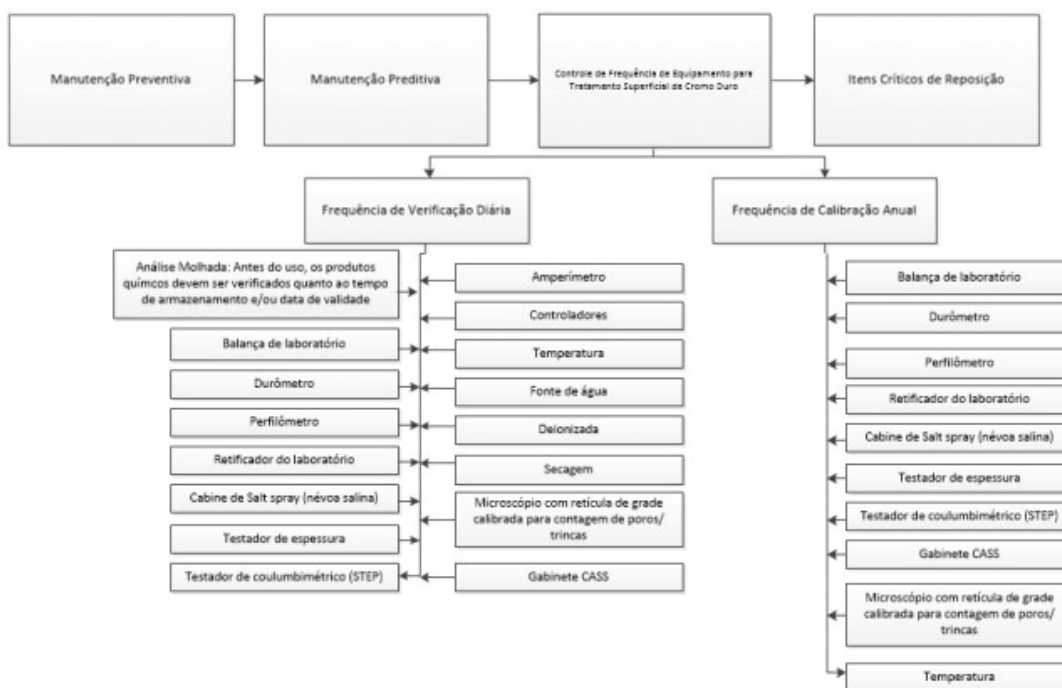


FIGURA 2: Mapeamento de requisitos referentes à manutenção no manual CQI 11.



No decorrer deste trabalho serão apresentados os requisitos de maneira sucinta junto com sua análise crítica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise crítica dos requisitos será dividida em tópicos baseado no mapeamento realizado na figura 2.

Esta análise foi realizada com base em experiência do autor com o a aplicação do manual CQI 11 e também com contato com especialistas do processo de galvanização de cromo duro.

4.1 MANUTENÇÃO PREVENTIVA

O item 1.19 do manual CQI 11 refere-se a manutenção preventiva. Nele a orientação é que haja um processo fechado que rastreie a manutenção desde a solicitação até a conclusão, para avaliação da efetividade do programa de manutenção preventiva. Além disso recomenda-se que os operadores tenham a oportunidade de reportar problemas e que estes problemas também sejam tratados como um processo fechado, ou seja, a partir do momento que o operador relatar o problema de manutenção, iniciar-se o processo de manutenção e este problema deverá ser acompanhado até sua solução.

Para promover o programa de manutenção preventiva a equipe de manutenção deve coletar dados referentes a empresa, como rejeição de qualidade, manutenção periódica, ordens de trabalho, relatórios de programas, entre outros.

A dificuldade em atender este requisito vem da gestão do mesmo. Acompanhar o processo de manutenção do início ao fim é algo complicado, tendo em vista que os recursos disponíveis para a equipe de manutenção são escassos. Para um efetivo atendimento deste item o ideal seria a utilização de um software do qual a notificação de uma manutenção pendente só seria concluída quando realizada por completa. Em relação a participação dos operadores em relatar os problemas, é algo simples de se aplicar e de boa prática, pois os operadores são quem estão constantemente em contato com o equipamento e consegue por instinto perceber alguma alteração por funcionalidade, som ou ritmo do equipamento.

O item 2.10 relata a necessidade de uma manutenção e cuidado com o ambiente da fábrica, visando melhores condições de trabalho que conduzam ao controle e melhoria de qualidade. A preocupação com este ponto é com peças caída no chão, respingos em volta de tanque, iluminação inadequada da fábrica, fumaças, entre outros.

A recomendação do item 2.10 se preocupa com melhores condições ergonômicas, para movimentação de materiais e garantia de produtos livres de impurezas. Deve-se existir uma restauração e a manutenção das condições de organização e limpeza da área de trabalho. A equipe de manutenção pode novamente contar com os operadores, para que relatem a iluminação insuficiente ou qualquer outra inadequação no local. Além também que estas limpezas, e cuidados com matérias sobre o chão pode ser realizado pelo próprio operador. Portanto é indispensável a aplicação de treinamento e padronização com frequência de trocas, limpeza e demais cuidados necessários nos locais de trabalho.



Por ser um manual específico para um determinado processo, ainda existem itens que são focados diretamente para o processo de Galvanização. A seção 6 do manual possui os itens do 6.2, 6.3, 6.4, 6.6, 6.7, 6.8 e 6.9, 6.10, 6.11 referentes a necessidade de manutenção preventiva dos racks, retificadores, barramento, fornos, filtros, outros equipamentos aplicados, termopares/termômetros, alarmes e anodos sucessivamente. Estes itens devem ser testados com uma frequência determinada e trocados também com uma frequência determinada.

Os retificadores são essências para o processo eficaz de cromo, pois como o processo é eletrolítico (necessita de corrente elétrica para acontecer), por isso necessitam receberem manutenções periódicas. Desta maneira garante a qualidade do cromo aplicado.

Os barramentos são as barras que carregam as peças durante todo o processo de cromagem. As empresas comentem o erro de utilizar material inadequado na utilização de barramento e ganchos, pois diversas delas utilizam material de aço, mas a alta amperagem necessária para se ter depósitos rápidos e de qualidade supera a resistividade deste material (Portal da Galvanoplastia, 2013). Por isso a preocupação com barramentos no item 6.4.

Os termopares e termômetros devem ter uma atenção muito grande devido a variação de temperatura ser um quesito muito importante para este processo. Por exemplo, para a fase dos desengraxantes químicos a temperatura elevada traz melhor performance no quesito de eliminação de óleo e outras impurezas. Já no desengraxante eletrolíticos a faixa de temperatura ideal é de 40°C pois os resíduos da etapa anterior são mais solúveis a temperaturas médias (Portal da Galvanoplastia, 2013). O ideal seria que a temperatura fosse verificada constantemente e não apenas relatada quando estivesse fora do nível de especificação. Ou seja a preocupação deveria acontecer antes da temperatura estar fora do nível especificado, no momento que se percebesse uma diminuição ou elevação gradativa da temperatura a equipe de manutenção junto com equipe de processo deveriam tomar medidas para não prejudicar o processo cromo duro. Estes são exemplos da importância de termopares e termômetros receberem manutenção preventiva.

Com isso, a análise do atendimento a estes itens fica clara a real importância para que o processo de galvanização de cromo duro seja eficiente e com peças de ótimas qualidades. Porém, a dificuldade em aplicar a manutenção preventiva destes itens fica em questões de necessidade de recursos monetários, na necessidade de trocas e aplicação de testes e também em recursos humanos, pois para um número elevado de itens a serem verificados com frequência se faz necessário um número maior de mantenedores. Outro problema pode ser pelo processo de galvanização já ser ultrapassado e não ser possível a troca do modelo de termopares, algo que as empresas devem se atentar mais ainda, pois isso pode afetar o resultado da peça final que irá ao cliente.

4.2 MANUTENÇÃO PREDITIVA

No item 1,19 também relata-se a importância da coleta e análise dos dados para a formação de uma manutenção preditiva.



Com os dados de rejeição de qualidade, manutenção periódica, ordens de trabalho, relatórios de programas por exemplo é possível identificar em quais equipamentos são necessários a manutenção preditiva.

Apesar de ser uma manutenção que evita quebras e reduz a necessidade de troca de peças ela ainda é pouco aplicada em empresas pois existe o pensamento de que esta manutenção é uma prática de custo elevado e de trabalho excessivo por realização de Análise vibracional, Termografia ou Ultrassom por exemplo.

Mesmo assim, ainda existe o ponto positivo da disponibilização do equipamento que é monitorado durante a produção sem paradas constantes, como acontece na manutenção preventiva.

4.3 CONTROLE DE FREQUÊNCIA DE EQUIPAMENTOS

Os requisitos 2.14 e 3.1 são referentes a frequências que a verificação e a calibração nos equipamentos devem ser realizados.

Este item recomenda que existe um programa de calibração/manutenção dos instrumentos de medição que complete os critérios para calibração/manutenção, incluindo parâmetros a serem calibrados; metrologias e frequências. Também relata a importância que os equipamentos de testes devem ser verificados/calibrados conforme norma específica do cliente aplicável ou por um padrão de consenso como as normas ASTM, DIN, ISO, NIST entre outros.

A frequência de verificação e calibração deve ser determinada de acordo com cada tipo de equipamento, requisito do cliente aplicável, recomendação do fabricante, dados das calibrações anteriores; histórico de uso e manutenção e até mesmo comparações com periodicidade de equipamentos similares.

A importância da verificação e calibração dos equipamentos são muito importantes, pois desta maneira os equipamentos ficam em condições de uso sempre dentro do valor padrão. Além deles também é ideal a compra de equipamento bom que garanta precisão e confiabilidade, já visando a redução de custos com manutenção e calibração. Porém o problema de calibração ainda está na disponibilidade de liberar os equipamentos na produção para a realização da calibração, ou seja a cooperação da produção para liberação dos equipamentos.

4.4 ITENS CRÍTICO DE REPOSIÇÃO

O item 1.20 sugere a elaboração de uma lista de itens críticos de substituição, ademais assegurar a disponibilidade desses itens com o objetivo de minimizar a parada de produção.

Na maioria das vezes os próprios fornecedores dos equipamentos já disponibilizam os itens críticos do mesmo. O problema em atender este ponto é o custo financeiro, pois ter em estoque todos os itens críticos não é algo barato, como todo estoque gera um custo.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atendimento dos itens dos manuais CQIs são, como relatados neste artigo, de extrema importância para que o processo de galvanização e também de qualquer outro processo especial seja eficiente. As peças que passam por estes processos têm uma confiabilidade maior ao chegar no cliente final.

Assim, este é o objetivo dos manuais CQIs. A padronização e certificação que estes processos sejam confiáveis e robustos.

A manutenção do equipamento é parte indispensável para que este objetivo seja atendido. Não se consegue ter um processo robusto sem equipamentos qualificados.

Porém para indústrias que idealizam ou são exigidas o atendimento a estes manuais o caminho é muito longo. Exige-se colaboração não só da equipe de manutenção, mas também do pessoal de produção e demais setores. Requer treinamento de todos, e mais ainda disponibilidade de recursos muitas vezes esquecidos para o departamento de manutenção.

O atendimento aos itens dos manuais CQIs requer uma mudança cultural dentro da organização, onde todos precisam estar envolvidos e dispostos a fazer sua parte, onde todos entendam que cada função, como por exemplo a manutenção, tem a sua importância para alcançar o sucesso de um processo especial qualificado. O atendimento dos itens dos manuais CQIs são, como relatados neste artigo, de extrema importância para que o processo de galvanização e também de qualquer outro processo especial seja eficiente. As peças que passam por estes processos têm uma confiabilidade maior ao chegar no cliente final.

Assim, este é o objetivo dos manuais CQIs. A padronização e certificação que estes processos sejam confiáveis e robustos.

A manutenção do equipamento é parte indispensável para que este objetivo seja atendido. Não se consegue ter um processo robusto sem equipamentos qualificados. Porém para indústrias que idealizam ou são exigidas o atendimento a estes manuais o caminho é muito longo. . Requer treinamento de todos, e mais ainda disponibilidade de recursos muitas vezes esquecidos para o departamento de manutenção.

O atendimento aos itens dos manuais CQIs requer uma mudança cultural dentro da organização, onde todos precisam estar envolvidos e dispostos a fazer sua parte, que entendam que cada função.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTOMOTIVE INDUSTRY ACTION GROUP. CQI 9 Plating System Assessment. Michigan, 2012.

BOLGENHAGEN, A; et al. Gestão da manutenção de equipamentos em micro e pequenas empresas via web. Revista Qualidade Emergente, 2011, v.2, n.1: 30-45.

CASAGRANDE, D.F.M. et al. Estudo de camadas eletrodepositadas a partir de soluções livres de cianeto. Rem: Rev. Esc. Minas [online]. 2010, vol.63, n.2, pp. 307-313.



ECSS - EUROPEAN COOPERATION FOR SPACE STANDARDIZATION, ECSS-P-001B Space Engineering – Verification. ECSS Secretariate, ESA–ESTEC, Glossary of terms, Noordwijk, The Netherlands, p. 31, 2004.

FILHO, O.B. et al. Desvendando a medição nos ensaios químicos: 1. A curva analítica ou de calibração. Scientia Chromatographica, 2011.

GOMES, A. V. P.; WANKE, P. Modelagem da gestão de estoques de peças de reposição através de cadeias de Markov. Gestão & Produção, São Carlos, v. 15, n. 1, p. 57-72, jan.-abr. 2008.

ISO/TS16949. Sistemas de Gerenciamento da Qualidade; requisitos. Rio de Janeiro, 2009.

LIMA, W. C.; LIMA, C. R. C. SALLES, A. A. Manutenção Preditiva, o Caminho para a Excelência – Uma Vantagem Competitiva. XIII, SIMPEP, Bauru, SP, Brasil, 06 a 08 de novembro de 2006.

MENDES, A. A.; RIBEIRO, J. L. D. Estabelecimento de um plano de manutenção baseado em análises quantitativas no contexto da MCC em um cenário de produção JIT. Production, v.24, n.3, p.675-686, Jul-Set, 2014.

NASCIMENTO, A.W.M. et al. Aplicação de metodologias Seis Sigma no aperfeiçoamento da Galvanoplastia, com homogeneização da camada cromo duro. VI Conferência Brasileira sobre Temas de Tratamento Térmico. Atibaia, SP, Brasil, 17 a 20 de junho de 2012.

PORTAL DA GALVANOPLASTIA. Um breve relato sobre processo de cromo duro. Out. 2013. Disponível em: <<http://www.portaldagalvanoplastia.com.br/galvanoplastia/cromo/breve-relato-processos-cromo-duro.html>>. Acesso em 18 nov. 2014.

QUADROS, D.R.; MARRANGHELLO, M. Manutenção Preditiva em uma empresa no RS: Como vai essa jovem parceria? TECNO-LÓGICA, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 2, p. 84-88, jul./dez. 2011.

SOUZA, C. C.; ARENCIBIA, R.V. Adequação da calibração do micrômetro para externos à NBR ISO/IEC 17025. Horizonte Científico. v.5, n.2, dez. 2011.

WANKE, P. Quadro conceitual para gestão de estoques: enfoque nos itens. Gestão & Produção, São Carlos, v.19, n.4, p.677-687, 2012.



PROCESSOS FORMATIVOS EM CURSOS DE PEDAGOGIA SOBRE A DOCÊNCIA EM MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Autor(es)

NIDIA MIRIAN ROCHA FELIX

Orientador(es)

ROSELI PACHECO SCHNETZLER

INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa, visando elaborar tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP, relaciona dois campos de saber: cursos de pedagogia e docência matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental (EF). Nesse sentido, a pesquisa busca identificar quais conhecimentos, metodologias e reflexões sobre aquela docência tem sido, ou não, promovidos em cursos de Pedagogia. Para tanto, um curso de pedagogia situado na região sul do Estado de Minas Gerais merecerá análise de sua grade curricular e seu plano de ensino da disciplina Metodologia de Ensino de Matemática, bem como, de acompanhamento do 6º período do curso do 2º semestre de 2015 com observações das práticas desenvolvidas pelo professor e de depoimentos e aplicação de entrevistas e ações práticas, visando construir respostas às seguintes questões de investigação: i) Quais conhecimentos, metodologias e reflexões sobre a docência em matemática têm sido, ou não, promovidos em tais cursos. ii) Como o professor estabelece a seleção dos conteúdos, a proposta de mediação das aulas no intuito de atingir os objetivos propostos para a formação da matemática de tal curso? iii) Quais dificuldades o professor enfrenta e como poderiam superá-las? Partindo dessas considerações, alguns pontos relacionados aos objetivos específicos servirão para nortear o desenvolvimento da pesquisa: como tem ocorrido a formação docente para os anos iniciais do EF para a mediação dos conhecimentos matemáticos? Qual é o lugar dos componentes relacionados à Matemática e à Metodologia da Matemática na formação do pedagogo para os anos iniciais do EF no IES investigado? Como conhecimentos, metodologias e reflexões sobre a matemática contribuem para o desenvolvimento profissional dos pedagogos, sujeitos da pesquisa? O planejamento do desenvolvimento da pesquisa implica na elaboração de cinco capítulos, além da introdução e de considerações finais. No primeiro serão contempladas reflexões sobre o histórico de cursos de pedagogia no Brasil, seus objetivos, tendências e problemas, conforme evidenciados pela revisão bibliográfica necessária para tal. No segundo, procurar-se-á abordar a participação da Educação Matemática em Cursos de Pedagogia, apontando tendências, fraquezas e possibilidades para uma melhor capacitação de pedagogos no ensino de matemática para os anos iniciais do EF. No terceiro capítulo, serão aprofundadas razões para o ensino do tema Espaço-Forma nos anos iniciais do EF, apoiando-nos em revisão bibliográfica de pesquisadores da área de Educação Matemática (EM). O quarto capítulo, por sua vez, tratará dos procedimentos metodológicos adotados nesta investigação, os quais envolverão análise de



documentos, observações em sala de aula, bem como entrevistas com sujeitos participantes na mesma. Finalmente, no último capítulo, serão apresentados e discutidos resultados construídos nesta pesquisa que nos permitirão tecer algumas considerações finais sobre o processo de formação inicial de pedagogos para o ensino de matemática nos anos iniciais do EF.

OBJETIVOS

Como objetivos específicos desta pesquisa, pretende-se:

- investigar sobre o processo da formação inicial do pedagogo em relação à aquisição de conteúdos matemáticos;
- identificar concepções dos sujeitos da pesquisa sobre conhecimentos, metodologias e reflexões sobre a docência em Matemática para os anos iniciais do EF;
- relacionar a formação inicial de pedagogos à práticas docentes de Matemática desenvolvida no curso analisado por meio de análises de documentos e de depoimentos dos sujeitos envolvidos; e
- observar que instrumentos são utilizados para a formação do professor que irá mediar os conhecimentos matemáticos e quais as relações com as indicações expostas nos referências que norteiam a formação para o conteúdo de Matemática dentro dos cursos de pedagogia.

DESENVOLVIMENTO

A consideração dos modelos formativos pautados na racionalidade técnica e na racionalidade prática nos permitirá analisar as grades curriculares dos cursos e os planos de ensino da disciplina Metodologia de Ensino da Matemática. Nesse sentido, autores como Schön (1992), Nóvoa (1992), Pimenta (2000), Zabala (1998), Zeichner (1993), além de pesquisadores da área de Educação Matemática como Fiorentini (2003,2005), Skovsmose (2011), Muniz (2010) e Nacarato (2011) dentre outros, nos permitirão construir e interpretar os dados provenientes dos depoimentos dos sujeitos da pesquisa. Como mencionado acima, a pesquisa está inicialmente estruturada por uma revisão bibliográfica, com dois direcionamentos: o primeiro se baseia na consideração sobre o histórico de formação docente, classificado, na atualidade, como pedagogo, buscando reconhecer que profissional é esse? Que ações são inerentes à sua prática? E quais perfis e desafios são atualmente atribuídos às licenciaturas em pedagogia? Para responder a tais questões, contribuições de Brzezinski (2012) e Gatti (2010), como de outros autores que discutem a formação de professores e seus encaminhamentos pedagógicos no atendimento das demandas sociais atuais, serão essenciais. Com relação ao segundo direcionamento, procurou-se revisar as principais linhas de pesquisa e os problemas que envolvem o ensino de conteúdos matemáticos nos anos iniciais do EF. Para tal, foram selecionadas e analisadas teses e dissertações no Banco de Teses da CAPES; levantamento de pesquisas divulgadas no Grupo de Trabalho sobre Educação Matemática (EM) da ANPED no período 2003-2013, em Congressos de Educa-



ção Matemática e consulta a periódicos da área (Zetetike, SBM, RPM, dentre outras). Com relação à revisão das pesquisas na área da EM, nosso levantamento evidenciou alguns temas recorrentes que foram agrupados nas seguintes categorias:

- Blocos de conteúdos para o EF – anos iniciais: Espaço e Formas; Grandezas e Medidas; Tratamento da Informação e algumas pesquisas sobre o tema número e operações. É nessa categoria que vamos centrar esforços investigativos identificando, por meio de observações em sala de aula, como que os conteúdos são dinamizados para os alunos, e como estes absorvem os conteúdos aprendidos.
- Tendências de ensino: envolvendo o lúdico – Jogos e brincadeiras; uso das TICs no ensino da matemática; resolução de problemas; modelagem matemática; história da matemática e a condução de propostas compreensivas para o ensino dessa área do conhecimento como correlação entre teoria e prática; etnomatemática; Educação de Jovens e Adultos. Essa categoria também nos interessa no sentido de usar as propostas de resolução de problemas e modelagem matemática como estratégias didáticas para o processo de construção dos conhecimentos matemáticos, identificando se o professor faz uso das metodologias indicadas como atuais na educação matemática.
- Currículo, reflexões sobre a prática e concepções estruturais de cursos de formação inicial/continuada: propostas de formação de professores para o ensino da matemática nas Licenciaturas em Matemática e em Pedagogia. Essa categoria inclui elementos que contribuirão para a pesquisa, pois vários pesquisadores problematizam a condução normativa dos processos de conhecimento relativos à formação e docência de conteúdos matemáticos. Nas pesquisas revisadas identificamos referências que dão sustentabilidade para o processo formativo docente, como, por exemplo, a importância de reflexões sobre a prática desenvolvida em sala de aula. Dessa forma, em relação às licenciaturas de Pedagogia, em especial sobre a formação para a docência de conhecimentos matemáticos, destaca-se que é preciso conceber a prática docente de Matemática como um processo dinâmico, carregado de incertezas e conflitos, um espaço de criação e reflexão, onde novos conhecimentos são gerados e modificados continuamente (CNE/CES 1302/2001, p.4). Borba (2011), apud Nacarato (2011), comenta que [...] “embora a produção na área de Educação Matemática tenha crescido substancialmente nos últimos anos, ainda é presente a sensação de que há falta de textos voltados para professores e pesquisadores em fase inicial” (2011, pág. 3). Isto reforça o que constatamos na revisão até agora feita, pois compreender os processos pelos quais os conteúdos matemáticos, principalmente os de produção para a sala de aula nos anos iniciais do EF, torna-se uma ação essencial para tempos atuais. Em toda a história da escolarização, nunca se exigiu tanto da escola e dos professores quanto nos últimos anos. O que se percebe é que essa pressão é decorrente, em primeiro lugar, do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e, em segundo lugar, das rápidas transformações no processo de trabalho e de produção cultural. Assim, o professor precisa criar outros modos de aprender a conduzir o processo educativo, compreender que, na relação ensino-aprendizagem, o que se concebia há tempos precisa ser repensado. A educação e o trabalho docente, em face de sua função social, passaram a ser consideradas



peças-chave na formação do novo profissional do mundo informatizado e globalizado. A pesquisa sobre o conhecimento e a formação/desenvolvimento profissional do/a professor/a sempre esteve presente na área de Educação Matemática (EM). Fiorentini (2005) comenta que, a partir dos anos 90, uma nova dimensão, de acordo com as tendências internacionais de pesquisa nessa área, toma fôlego nas discussões apresentadas, concentrando-se em estudos sobre as estruturas dos programas de formação e dos papéis desempenhados pelos diversos participantes; estudos sobre novas experiências ou iniciativas de formação e seus respectivos objetivos; estudos sobre o currículo da formação do professor de matemática visando definir 'Standards de formação', e estudos sobre recursos e políticas de formação do professor. Nesses grandes campos de discussão destacamos a importância de pesquisar a formação de professores que ensinam Matemática nos anos iniciais do EF, amparados pelas tendências nacional/internacional de pesquisas em EM. Buscamos dar ênfase aos processos e às contribuições que essa pesquisa trará quanto à formação inicial, para o ofício de pedagogo que ensina Matemática.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Atualmente estamos escrevendo os dois primeiros capítulos para sistematizar a nossa revisão sobre a formação do pedagogo e das pesquisas na área de EM no Brasil. Em seguida, iniciaremos o capítulo com vistas a fundamentar a importância de se ensinar matemática nos anos iniciais do EF e descrever os conhecimentos e estratégias adequados ao seu ensino, o que nos permitirá interpretar os depoimentos que, a seguir, serão obtidos junto aos sujeitos de pesquisa, isto é, coordenador do curso de pedagogia, professor observado em sala de aula da disciplina Metodologia de Ensino de Matemática e os alunos que compõem a turma do 6º período de Pedagogia do 2º semestre de 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, parece-nos primordial discutir alguns aspectos que, em nosso entender, são essenciais para tal formação. Um desses aspectos diz respeito à criação de um ambiente propício à aprendizagem. Para isso, aproximamo-nos do conceito de "ambientes de aprendizagem" de Skovsmose (2011), pois, mais importante que definir esses ambientes, é buscar suas características. É impossível pensar em tal ambiente se nele não houver o diálogo, fundamental em processos de promoção de conhecimentos em sala de aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BROUSSEAU, Guy. Os diferentes papéis do professor. In. Didática da Matemática: Reflexões Pedagógicas. Trad. Juan Acunã Llorens. Porto Alegre: Artmed, 1996, pág. 48 a 72.
- BRZEZINSKI, Iria. Pedagogia, pedagogos e formação de professores: Busca e movimento. 9ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.



CURI, Edda (2004): Formação de professores polivalentes: uma análise dos conhecimentos para ensinar matemática e das crenças e atitudes que interferem na constituição desses conhecimentos. Tese de Doutorado. PUC/SP. São Paulo.

FIORENTINI, Dario e NACARATO, Adair Mendes. Cultura, formação e desenvolvimento profissional de professores que ensinam Matemática. Campinas, SP: GEPFPM=PRAPEM-FEUNICAMP, 2005.

NACARATO, Adair Mendes. A matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental: tecendo fios do ensinar e do aprender. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2011.

NÓVOA, António. Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PIMENTA, Selma Garrido. Educação, Pedagogia e Didática. In PIMENTA, Selma. G. (org.). Pedagogia ciência e educação? São Paulo: Cortez, 1996.

SKOVSMOSE, Ole. Educação Matemática Crítica: A questão da democracia. Campinas, SP: Papirus, 2011.

TARDIF, Maurice e LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Trad. De João Batista Kreuch. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

VERGNAUD, G. A criança, a matemática e a realidade: problemas do ensino da matemática na escolar elementar. Tradução de Maria Lucia Moro. Curitiba: UFPR Press, 2009.

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar António Zabala; trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZEICHNER, K. M. A formação reflexiva de professores: ideias e práticas. Lisboa- Portugal: Educa, 1993.



MODELO DE TOMADA DE DECISÃO MULTICRITÉRIO PARA PROCESSOS GERENCIAIS UTILIZANDO TÉCNICAS ESTATÍSTICAS DE ANÁLISE MULTIVARIADA

Autor(es)

RENATA PELISSARI INFANTE

Orientador(es)

MARIA CELIA DE OLIVEIRA

INTRODUÇÃO

Com a alta competitividade e rapidez com que as mudanças nos negócios são exigidas pelo cliente ou próprio mercado, as organizações estão cada vez mais engajadas em aumentar sua produtividade e melhorar a qualidade de seus produtos e serviços. Para isso, muitas vezes são necessárias melhorias e, conseqüentemente, mudanças.

Os custos e as limitações financeiras, de tempo e de pessoal envolvidos na implementação de uma mudança, fazem com que seja preciso tomar uma decisão acertiva, escolhendo a alternativa mais adequada dentre as disponíveis. Além disso, dados e métodos quantitativos devem ser utilizados na tomada de decisão para que essa não seja meramente subjetiva.

Para isso, existem diferentes métodos que auxiliam na tomada de decisão. Dentre estes métodos destacam-se os modelos multicritérios AHP (Analytic Hierarchy Process), ELECTRE (Elimination and Choice Translating algorithm) e PROMETHEE (Preference Ranking Method for Enrichment Evaluation), que começaram a surgir na década de 70 e vem sendo aperfeiçoados desde então.

Assim como nas demais áreas, a Engenharia de Produção também vem utilizando estes métodos na busca por decisões gerenciais que permitam minimizar os custos, maximizar a produção e melhorar a qualidade dos produtos e serviços dentre outros objetivos. Independentemente do método utilizado, é importante que a tomada de decisão esteja alinhada aos objetivos estratégicos da organização.

Além disso, as conseqüências da alternativa escolhida devem ser avaliadas antes de serem implementadas. Não se deve implementar uma mudança sem ter a real noção de seus impactos em outros processos e no resultado da organização.

Diante desse cenário, surgem os seguintes questionamentos: como escolher a melhor decisão de forma a aumentar a produtividade da organização, reduzir os custos e melhorar a qualidade de produtos e serviços? Como garantir que a tomada de decisão está alinhada aos objetivos estratégicos da organização? Como avaliar os resultados potenciais e os respectivos impactos antes da implementação da alternativa escolhida?

Assim, a proposta de pesquisa deste projeto é desenvolver um modelo de tomada de decisão com critérios de decisão alinhados aos objetivos estratégicos da organização. A proposta também abrange o desenvolvimento de um processo de simulação para inferência e ava-



liação dos possíveis resultados e impactos da implementação da alternativa escolhida. O modelo ora proposto deverá ser passível de aplicação a todos os tipos de decisões gerenciais, independentemente do tipo de empresa ou de produto.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deste projeto de pesquisa é desenvolver um modelo de tomada de decisão passível de aplicação a todos os tipos de decisões gerenciais, independentemente do tipo de empresa ou de produto, de forma que os critérios de decisão estejam alinhados aos objetivos estratégicos da organização.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Desenvolver um modelo de tomada de decisão utilizando métodos multicritérios e técnicas estatísticas multivariada;

Desenvolver um método para escolha dos critérios de decisão de acordo com o objetivos estratégicos da organização;

Propor um processo de simulação dos resultados potenciais e os respectivos impactos antes da implementação da alternativa sugerida pelo modelo;

Comparar o modelo ora proposto com outros modelos de tomada de decisão;

Propor uma metodologia para a implementação do modelo proposto nas organizações.

Aplicar o modelo proposto e a respectiva metodologia para resolver um determinado problema real de tomada de decisão gerencial na Engenharia de Produção.

DESENVOLVIMENTO

REFERENCIAL TEÓRICO

Decisão é o processo que leva – direta ou indiretamente – à escolha de, ao menos, uma dentre várias diferentes alternativas, todas estas candidatas a resolver determinado problema (Gomes et al., 2009). Uma decisão precisa ser tomada sempre que estamos diante de um problema que possui mais que uma alternativa para sua solução. Mesmo quando, para solucionar um problema, possuímos uma única ação a tomar, temos as alternativas de tomar ou não essa ação (Gomes et al., 2009).

Gomes et al. (2009) acrescenta que decisões são necessárias quando uma oportunidade ou um problema existe, ou quando algo não é o que deveria ser ou, ainda, quando existe uma oportunidade de melhoria ou otimização.

Segundo Tsoukiàs (2008), o marco para a teoria da decisão ocorreu em 1976, quando os autores Keeney e Raiffa expandiram a teoria da decisão com a presença de múltiplos critérios. A partir daí, vem sendo desenvolvidas diversas metodologias de Apoio Multi-critério a Decisão (AMD), que compreendem vários princípios, axiomas e métodos analíticos para ajudar na tomada de decisões num ambiente considerado complexo.

Segundo Roy (1996) existem quatro tipos diferentes de problemáticas, para as quais



os métodos de AMD podem ser aplicados, são elas:

Problemática de escolha: tem por finalidade realizar uma simples escolha de uma alternativa dentre um conjunto de alternativas;

Problemática de classificação: tem por objetivo agrupar (categorizar, classificar) as alternativas em classes ou categorias, tais como “definitivamente aceitável”, “possivelmente aceitável, mas precisa de mais informações”, e “definitivamente inaceitável”;

Problemática de ordenação: tem por objetivo colocar as ações em alguma forma de ordenação de preferência, que não deve ser necessariamente completa;

Problemática de descrição: tem por finalidade esclarecer a decisão por uma descrição, em linguagem apropriada, das ações e de suas conseqüências, e então, o decisor poderá avaliar estas ações.

Deve-se ressaltar que os métodos de apoio multicritério a decisão, não visam encontrar uma solução que seja uma verdade única, representada pela ação selecionada, e sim apoiar o processo de decisão e, portanto, tão importante quanto a qualidade da informação disponível é a forma de tratamento analítico utilizada (Gomes et al., 2009).

Existem diversos tipos de modelos de tomada de decisão multicritério, sendo os principais o AHP, o ELECTRE e o PROMETHEE e suas variações.

O método AHP foi um dos primeiros métodos desenvolvidos no ambiente das decisões multicritério discretas. Este método foi criado em 1980 pelo professor Tomas L. Saaty (Saaty, 1980; Saaty, 1994) sendo um dos mais usados no mundo. Atualmente é um método aplicado em cenários complexos, em que pessoas trabalham em conjunto para a tomada de decisão e onde percepções humanas e julgamentos são necessários.

Para a construção do modelo AHP, um peso é dado para cada um dos critérios. Em seguida os tomadores de decisão avaliam as alternativas de cada critério por comparação, duas a duas. Essas comparações, muitas vezes empíricas, são transformadas em modelos matemáticos, sendo esse o principal diferencial do AHP em relação aos demais modelos multicritérios.

Os métodos de sobreclassificação, ou métodos da família ELECTRE composta pelos métodos ELECTRE I, II, III, IV, IS e TRI, fundamentam-se na construção de uma relação de sobreclassificação que incorpora as preferências estabelecidas pelo decisor diante dos problemas e das alternativas disponíveis. Os métodos da família ELECTRE são destinados a problemas que envolvem seleção e/ou ordenação de alternativas. Os métodos ELECTRE I e ELECTRE II envolvem apenas critérios verdade Já os modelos ELECTRE III, IV, IS e TRI tratam de problemas que são modelados por uma família de pseudocritérios (Vinke, 1992).

O método PROMETHEE foi desenvolvido a partir do ELECTRE com o objetivo de originar um método mais simples considerando que seu precursor requer muitos parâmetros que podem não ter significado ao decisor. Este método consiste em construir uma relação de sobreclassificação de valores (Vincke, 1992).

Os modelos de tomada de decisão multicritério podem ser aplicados em diversas áreas da engenharia de produção (Almeida e Cavalcanti, 2005; Almeida e Costa, 2002; Almeida, 2005; Almeida e Morais, 2006; Almeida e Gusmão, 2010).



A escolha do modelo a ser aplicado depende inicialmente das características do problema, do decisor e do tipo de resultado que se deseja, considerando que hoje existem muitos métodos multicritério disponíveis. Campos (2011) ressalta que deve-se evitar que esta decisão seja influenciada pela popularidade e/ou facilidade de aplicação, visto que a essência do procedimento é a modelagem de preferências eficiente.

O mesmo autor ainda indica que este procedimento é a quinta etapa dentro do processo de decisão, sendo que as etapas precursoras são de grande importância para a escolha do modelo a ser utilizado:

Intervenientes no processo de decisão;

Definição do tipo de decisão em grupo;

Definição das alternativas;

Definição dos critérios.

3. DESENVOLVIMENTO

A pesquisa proposta nesse projeto é caracterizada como teórico quantitativo. Serão considerados como base para a pesquisa, referenciais teóricos e amostras de dados reais coletadas em processos de Engenharia de Produção, em uma organização ainda a ser definida.

Para o desenvolvimento do trabalho aqui proposto, serão utilizadas técnicas de modelagem multicritério para tomada de decisão, análise estatística descritiva e análise multivariada, além de métodos de simulação de processos.

A ideia geral desta proposta baseia-se em uma metodologia que utilize a análise multivariada para agrupar os critérios similares, diminuindo a quantidade de critérios e mantendo apenas os critérios associados aos objetivos estratégicos da organização.

As etapas a serem desenvolvidas neste estudo são descritas a seguir.

ETAPA 1 - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA:

Primeiramente, deve-se realizar a revisão bibliográfica para identificar os modelos multicritérios existentes e utilizados na Engenharia de Produção, definindo assim, o estado da arte do campo de estudo dos modelos multicritérios existentes e utilizados na Engenharia de Produção alinhados aos objetivos estratégicos da organização.

Em seguida, deve-se realizar uma revisão bibliográfica de como as técnicas estatística são utilizadas nos modelos multicritérios. Por último, deve ser feita uma revisão bibliográfica de simulação de processos em engenharia de produção com o propósito de conhecer e entender os métodos existentes.

ETAPA 2 - MÉTODO DE SELEÇÃO DE CRITÉRIOS

Nessa etapa, utilizando as informações da etapa 1, será desenvolvido e proposto um método de definição dos critérios utilizados no modelo multicritério que estejam alinhados aos objetivos estratégicos da organização.



ETAPA 3 - DESENVOLVIMENTO DO MODELO

Desenvolvimento de um modelo multicritério utilizando técnicas estatística e o método definido na etapa anterior.

ETAPA 4 - PROCESSO DE SIMULAÇÃO

Nessa etapa, deve ser proposto um processo de simulação dos resultados potenciais e os respectivos impactos antes da implementação da alternativa sugerida pelo modelo.

ETAPA 5 - VANTAGENS DO MODELO PROPOSTO

O modelo proposto será comparado com os principais modelos de tomada de decisão e demonstrada as vantagens de se utilizar o modelo ora proposto.

ETAPA 6 - APLICAÇÃO

Nessa etapa, depois de escolhida uma organização e um sistema ou processo dessa organização, deve-se aplicar o método e o modelo a serem aprendizados nas etapas 2 e 3. Também deverá ser realizada a simulação conforme, definida na etapa 4, para avaliar os possíveis impactos da implementação da alternativa sugerida pelo modelo e escolhida na tomada de decisão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao final desse trabalho, espera-se o desenvolvimento e a proposta de um modelo de tomada de decisão passível de aplicação a todos os tipos de decisões gerenciais, independentemente do tipo de empresa ou de produto, de forma que os critérios de decisão estejam alinhados aos objetivos estratégicos da organização.

Além disso, espera-se que o processo de simulação proposto seja eficiente na análise dos resultados potenciais e dos respectivos impactos da alternativa sugerida pelo modelo.

Por último, espera-se que a aplicação do modelo e método propostos a um problema real de tomada de decisão gerencial na Engenharia de Produção demonstre as vantagens e ganhos da utilização do modelo ora proposto, além de exemplificar sua utilização, facilitando seu uso para outros problemas reais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desse trabalho, espera-se o desenvolvimento e a proposta de um modelo de tomada de decisão passível de aplicação a todos os tipos de decisões gerenciais, independentemente do tipo de empresa ou de produto, de forma que os critérios de decisão estejam alinhados aos objetivos estratégicos da organização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, A.T. de; Cavalcanti, C.A.V. Modelo multicritério de apoio a decisão para o planejamento de manutenção preventiva utilizando PROMETHEE II em situações de incerteza. Pesquisa Operacional, vol.25, n.2, pp. 279-296, 2005.



Almeida, A.T.; Costa, A.P.C.S. Modelo de Decisão Multicritério para Priorização de Sistemas de Informação com base no Método PROMÉTHÉE. *Gestão & Produção*, vol. 9, n.2, p. 201-214, 2002.

Almeida, A.T. de. Modelagem Multicritério para Seleção de Intervalos de Manutenção Preventiva Baseada na Teoria da Utilidade Multiatributo. *Pesquisa Operacional*, vol. 25, n.1, p. 69-81, 2005.

Almeida, A.T. de; Morais, D.C. Modelo de decisão em grupo para gerenciar perdas de água. *Pesquisa Operacional*, vol.26, n.3, p. 567-584, 2006.

Almeida, A.T.; Gusmão, A.P.H.; Duarte, M.D.O. Modelo de decisão multicritérios para priorização de projetos P&D. XXXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2010.

Campos, V.R. Modelo de apoio à decisão multicritério para priorização de projetos de saneamento. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. EESC/USP, São Carlos, 2011.

Gomes, L.F.A.M.; Gomes, C.F.S.; Almeida, A.T. Tomada de decisão gerencial: o enfoque multicritério. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. Atlas, 2009.

Roy, B. *Multicriteria methodology goes decision aiding*. Kluwer Academic Publishers, 1996.

Saaty, T.L. *The Analytic Hierarchy Process*, New York: McGraw Hill, 1980.

Saaty, T.L. How to make a decision: the analytic hierarchy process. *Interfaces*, vol. 24, n. 6, p.19-43, 1994

Tsoukiàs, A. From decision theory to decision aiding methodology. *European Journal of Operational Research*, vol.187, p. 138-161, 2008.

Vincke, P. *Multicriteria decision-aid*. Wiley, Bruxelles, 1992.



AVALIAÇÃO DA SECREÇÃO INSULÍNICA EM ILHOTAS PANCREÁTICAS IN VITRO ISOLADAS E INCUBADAS SOBRE O SUPLEMENTO NUCLEOCELL

Autor(es)

**HERON SOARES SANTOS
ANDRÉ ALVES LICO MASCARIN
RODRIGO DIAS**

Orientador(es)

CARLOS ALBERTO DA SILVA

INTRODUÇÃO

A literatura científica mostra inúmeros fatores que regulam a secreção de insulina destacando-se os hormônios, os íons, vários fármacos, os co-fatores metabólicos e principalmente os nutrientes, como a glicose e alguns aminoácidos. Há consenso entre diversos pesquisadores que a glicose é o principal substrato secretagogo da insulina. Uma vez captada, pelos transportadores GLUT2 das células β pancreáticas, a hexose é rapidamente metabolizada modificando a relação ATP/ADP, desencadeando despolarizações e consequente secreção da insulina, ou seja, substâncias que atuam modificando a relação ATP/ADP podem ser potenciais secretagogos (HAMBER, 2001). Outros secretagogos também influenciam efetivamente sobre a secreção insulínica, destacando alguns aminoácidos tal como a arginina e leucina e outros substratos metabolizáveis. No aspecto ligado a ação de secretagogo, tem sido demonstrado que o metabólito intermediário da leucina denominado ácido alfa-ketoisocaproico atua como estimulante. No entanto, os nucleotídeos merecem especial atenção, pela possibilidade de serem reguladores citosólicos das vias insulínicas, já que, participam na formação dos ácidos nucleicos participando de processos celulares geradores de energia, tornando relevante a utilização do suplemento nucleocell (MALAISSE-LAGAE, 1984; MENDONÇA, 1998). A sinalização intracelular da insulina começa com a sua ligação a um receptor específico de membrana, uma proteína heterotetramérica com atividade quinase, composta por duas subunidades α e duas subunidades β , que atua como uma enzima alostérica. A ligação da insulina à subunidade α permite que a subunidade β adquira atividade quinase levando a alteração conformacional e autofosforilação, que aumenta ainda mais a atividade quinase do receptor. Uma vez ativado, o receptor de insulina desencadeia respostas no intracelular ativando substratos do receptor de insulina (IRSs), os quais amplificam o sinal formando a cascata sinalizadora. Atualmente, já foram descrito inúmeros substratos do receptor de insulina, porém, merece destacar que quatro desses pertencem à família dos substratos do receptor de insulina, as proteínas IRS. Outros substratos incluem Shc, Gab-1, p60dok, Cbl, JAK2 e APS. As proteínas IRS, uma vez ativadas, criam sítios de reconhecimento para moléculas contendo domínios com homologia a Src 2 (SH2). Dentre estas se destaca a fosfatidilinositol 3-quinase (PI 3-quinase). As funções fisiológicas do IRS-1/2 foram recentemente estabelecidas através da produção de camundongos sem os



genes que codificam o IRS-1 e IRS-2. O camundongo que não expressa IRS-1 apresenta resistência à insulina e retardo de crescimento, mas não é hiperglicêmico (CAVALHEIRA, 2002b; SAAD, 1992). O receptor de insulina, além de ser fosforilado em tirosina, também pode ser fosforilado em serina, o que reduz a transmissão do sinal através da diminuição da capacidade do receptor em se fosforilar em tirosina após estímulo com insulina. Essas fosforilações inibitórias causam feedback negativo na sinalização insulínica e podem provocar resistência à insulina. A PI 3-quinase é importante na regulação da mitogênese, diferenciação celular e transporte de glicose estimulado pela insulina. A enzima PI-3 quinase foi originalmente identificada como um dímero composto de uma subunidade catalítica (p110) e uma subunidade regulatória (p85). A ligação dos sítios YMXM e YXXM (onde Y= tirosina, M= metionina e X= qualquer aminoácido) fosforilados das proteínas IRS ao domínio SH2 da subunidade p85 da PI 3-quinase ativa o domínio catalítico associado. A enzima catalisa fosforilação dos fosfoinosítídeos na posição 3 do anel de inositol produzindo fosfatidilinositol-3-fosfato, fosfatidilinositol-3,4-difosfato e fosfatidilinositol-3,4,5-trifosfato. Atualmente, a PI 3-quinase é a única molécula intracelular considerada essencial para o transporte de glicose. As proteínas alvo conhecidas dessa enzima são a Akt e as isoformas atípicas da aPKC, porém a função destas proteínas no transporte de glicose ainda não está bem estabelecida. Além da ativação da PI 3-quinase, outros sinais também são necessários para que a insulina estimule o transporte de glicose. Essa segunda via envolve a fosforilação do protooncogene Cbl a associado com a proteína adaptadora CAP formando o complexo Cbl-CAP que ao migrar para a membrana celular interage com a proteína CrkII que fica associada com a proteína C3G que é uma proteína trocadora de nucleotídeos que catalisa a troca de GDP por GTP da proteína TC10 ativando-a. Uma vez ativada, TC10 causa um sinal para a translocação da proteína GLUT4, em paralelo à ativação da via da PI 3-quinase (THOMAS e HALL, 1997). A insulina também estimula a mitogen-activated protein (MAP) quinase, que é uma via iniciada com a fosforilação das proteínas IRS e/ou Shc, que interagem com a proteína Grb2. A Grb2 está constitutivamente associada à SOS, proteína que troca GDP por GTP da Ras ativando-a. A ativação da Ras requer a participação da SHP2. Uma vez ativada, Ras estimula a fosforilação em serina da cascata da MAPK que leva à proliferação e diferenciação celulares. A insulina aumenta a síntese e bloqueia a degradação de proteínas através da ativação da mTOR. mTOR controla a translação de proteínas diretamente através da fosforilação da p70- ribossomal S6 quinase (p70rsk), que ativa a síntese ribossomal de proteínas através da fosforilação da proteína. A mTOR também fosforila a PHAS1, que aumenta a síntese proteica via aumento da translação de proteínas (CROSS, 1995).

OBJETIVOS

Neste contexto, o presente estudo teve como objetivo avaliar in vitro a secreção de insulina em ilhotas pancreáticas isoladas e incubadas na presença do suplemento nucleocell, bem como determinar a constante de decaimento da glicemia através do teste de tolerância a insulina (ITT).



DESENVOLVIMENTO

Utilizou-se para o estudo in vitro (ilhotas isoladas) 4 ratos machos da linhagem Wistar pesando entre 250 – 300g provenientes do Biotério da Universidade Metodista de Piracicaba e para o ITT foram utilizados 10 ratos sendo 5 controle e 5 tratados com o suplemento nucleocell durante 7 dias (5 mg/250g). Os ratos foram alojados em gaiolas coletivas contendo 5 animais em sala climatizada ($23\pm 2^{\circ}\text{C}$) com ciclo claro/escuro de 12/12 h recebendo água e ração à vontade. O estudo foi aprovado pela CEUA/UNIMEP sob protocolo 09/2012. Na avaliação da resposta secretória da insulina utilizou-se o isolamento das ilhotas pancreáticas pela técnica da colagenase, onde as ilhotas foram incubadas em solução de Krebs-bicarbonato na presença de diferentes concentrações de glicose (45 min, 37°C , pH 7.4) contendo ou não o suplemento com Nucleotídeos da marca Sponser® Nucleocell – Fit & Well, na concentração de 1,26mg/mL no meio de incubação e a insulina secretada foi avaliada por radioimunoensaio. Para o ITT, os animais foram tratados ou não com o suplemento e a glicemia avaliada com glucometer nos tempos 0; 2,5; 5; 10 e 15 min, após a injeção de insulina 2U/Kg.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da secreção de insulina mostraram que na presença de 2,8 mmol/L de glicose não há diferença entre controle e tratado, coincidindo com a literatura que relata secreção mínima nesta condição. Por sua vez, as ilhotas incubadas em concentrações crescentes da hexose de 5,6; 8,3 e 16,7 mmol/L apresentaram elevação na secreção atingindo 15%, 20% e 31%, respectivamente, indicando ação secretagoga do suplemento (ASHCROFT, 1987; AMMON, 1989). A análise do ITT mostrou pequena elevação de 5% na velocidade de decaimento da glicemia indicando também ação sensibilizadora de tecidos periféricos. Esta mudança na sensibilidade tecidual é de suma importância no conjunto das adaptações inerentes ao controle glicêmico, sendo demonstrando mudanças na atividade de vias bioquímicas em decorrência da elevação na disponibilidade de alguns componentes, com efetiva manifestação mesmo em concentrações glicêmicas próximas a basal ativadora do processo secretório como é o caso de 5,6mmol/L. Na presença de maiores concentrações de glicose, a secreção foi mais efetiva, indicando que o suplemento possa exercer ação potencializadora à ação da hexose (DELATRE, 1981; HABER, 2001; WENHAUS, 1995).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe ressaltar que, as células β pancreáticas, são reguladas de maneira multifatorial e possivelmente os compostos presente no suplemento podem ser eficientes na regulação tanto das dinâmicas secretórias da insulina, quanto da sensibilidade dos tecidos periféricos, determinando com isto um novo perfil onde possa haver maior eficiências das vias insulínicas nos tecidos periféricos sem que uma condição hipoglicêmica possa ser instalada.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASHCROFT, F.M.; ASHCROFT, S.J.H.; HARRISON, D.E. Effects of 2-ketoisocaproate on insulin release and single potassium channel activity in dispersed rat pancreatic β -cells. **J. Physiol.** v. 385. p. 517-529. 1987.
- AMMON, H.P.T.; GLOCKER, C.; WALDNER, R.G.; WAHL, M.A. Insulin release from pancreatic islets of fetal rats mediated by leucine b-BCH, tolbutamide, glibenclamide, arginine, potassium chloride, and theophylline does not require stimulation of Ca^{2+} net uptake. **Cell calcium.** v. 10. p. 141-450. 1989.
- CARVALHEIRA J.B.C.; ZECHIN, H.G.; SAAD, M.J.A. Vias de Sinalização da Insulina. **Arq Bras Endocrinol Metab.** p. 419-25. 2002b.
- DELATTRE, E.; BOSCHERO, A.C.; SANTOS, M.L. Inhibition of insulin release by the aminoglycoside antibiotic sisomycin. **Hormone and Metabolic Research.** v. 13, p. 531-532, 1981.
- HABER, E.P.; CURI, R.; CARVALHO, C.R.O.; CARPINELLI, A.R. Secreção da insulina: Efeito Autócrino da insulina e modulação por ácidos graxos. **Arq Bras Endocrinol Metab.** v. 45. n. 3. Junho. 2001.
- MALAISSÉ-LAGAE, F.; WELSH, M.; LEBRUN, P.; et al. The stimulus-secretion coupling of amino acid-induced insulin release secretory and oxidative response of pancreatic islets to L-asparagine. **Diabetes.** v.33. 1984.
- MENDONÇA, A.C.; CARNEIRO, E.M.; BOSQUEIRO, J.R.; CREPALDI-ALVES, S.C.; BOSCHERO, A.C. Development of the insulin secretion mechanism in fetal and neonatal rat pancreatic B-cell: response to glucose, K^+ , theophylline, and carbamylcholine. **Brazilian Journal of Medical and Biological Research.** p. 841-846. 1998.
- SAAD, M.J.; ARAKI, E.; MIRALPEIX, M.; ROTHENBERG, P.L.; WHITE, M.F.; KAHN, C.R. Regulation of insulin receptor substrate-1 in liver and muscle of animal models of insulin resistance. **J Clin Invest.** v. 90:18. p. 39-49. 1992.
- WEINHAUS, A.J.; PORONNIK, P.; COOK, D.I.; TUCH, B.E. Insulin secretagogues, but not glucose, stimulate an increase in $[Ca^{2+}]_i$ in the fetal rat β -cell. **Diabetes.** v. 44. 1995.



PROPOSIÇÃO DE UM SISTEMA DE INDICADORES PARA AVALIAR UMA LINHA DE USINAGEM BASEADO NA ECÔNOMIA CIRCULAR

Autor(es)

LUIZ VICENTE NETO

Orientador(es)

ANDRE LUIZ HELLENO

INTRODUÇÃO

A competitividade, a mudança, a organização e a estratégia têm sido temas comuns, tanto no meio empresarial como no meio acadêmico. As empresas têm estudado a melhor maneira de serem mais competitivas no mercado global, que enfrenta rápidas mudanças econômicas e sociais (TEONAS BARTZ, SILUK, BARTZ, 2014).

Atendendo às exigências do mercado e mantendo condições competitivas, muitas empresas estão em busca de tecnologias, que possibilitem inovar os seus produtos.

Assim desafio das organizações para o futuro é buscar uma manufatura sustentável assegurando que esta contribua para uma melhor qualidade de vida, sem comprometer as gerações futuras, sendo necessárias melhorias contínuas em seu desempenho econômico, social e ambiental (ZAMCOPÉ et al., 2012).

A manufatura sustentável integra os conceitos de manufatura e sustentabilidade. Manufatura é definida por Kalpakjian (2001, p. 2) como: “[...] o uso de máquinas, ferramentas e mão de obra para a produção de produtos para uso ou venda [...]”, referindo-se normalmente à produção em escala industrial, onde recursos materiais e energéticos são transformados em produtos acabados em larga escala. Sustentabilidade foi inicialmente definida pela Comissão de Brundtland como “[...] “o atendimento às necessidades presentes sem que essas comprometam a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”. (World Commission on Environment and Development, 1987, p. 37).

Analisando a evolução histórica da indústria de manufatura nos últimos 60 anos, Merchant et al. (2005) concluíram sobre a importância do uso da tecnologia nos processos produtivos, pois facilita o gerenciamento e o monitoramento dos processos produtivos em tempo real de fabricação. Também citam a importância da introdução do conceito lean manufacturing, que permitiu a redução de tempos improdutos e do desperdício no consumo de recursos.

Porém, a evolução ocorreu com foco em métricas tradicionais como custo e qualidade, não prevendo a demanda por novas métricas, por exemplo, baseadas na integração de aspectos de sustentabilidade.

A economia circular é um modelo econômico global que desacopla o crescimento econômico do consumo de recursos finitos. Criando sistemas e processos, cujo objetivo é manter os produtos, componentes e materiais em sua maior utilidade no máximo de tempo possível (WIJFFELS, 2013).



Segundo os dados do Ministério do Meio Ambiente, em 2012 foram produzidos cerca de 62 milhões de toneladas de resíduos sólidos no Brasil. Sendo que apenas 2% desse material retorna a cadeia produtiva. Os resíduos não reciclados têm o seguinte destino: (a) – 17,8% acabam em lixões; (b) – 24,2% aterros controlados; (c) 58% acabam sendo depositados em aterros sanitários. A não transformação (reaproveitamento – reciclagem) dos resíduos sólidos custa ao país R\$ 8 bilhões por ano (Brasil, 2012).

Segundo o relatório da Ellen McArthur Foundation, 2012 – organização sem fins lucrativos que estuda e estimula a adoção da economia circular indica que 65 bilhões de toneladas de matéria prima foram inseridos no sistema produtivo do mundo todo em 2010. As projeções do instituto demonstram que até meados de 2020 a quantidade terá subido para aproximadamente 82 bilhões de toneladas por ano.

De acordo com a Ellen MacArthur Foundation, 2012, essa nova forma de pensar as cadeias produtivas traz benefícios micro e macroeconômicos, além de estimular a inovação. Os produtos e materiais passam a ser desenvolvidos para que voltem à cadeia de produção. Com isso, a extração de matéria-prima diminui e os recursos naturais que entram no ciclo produtivo são utilizados por mais tempo, preservando o meio ambiente. A necessidade de reciclar e reaproveitar materiais promove o desenvolvimento de novas relações entre as empresas, que passam a ser também fornecedoras e consumidoras de materiais que serão reincorporados ao ciclo produtivo.

A proposta de pesquisa que guiou este trabalho foi: Como criar a um sistema de indicadores para avaliar uma linha de usinagem baseado na economia circular?

OBJETIVOS

Como objetivo geral, este artigo visa analisar a integração de indicadores da economia circular nas linhas de produção, afim de reciclar e reaproveitar materiais e reincorporar ao ciclo produtivo.

DESENVOLVIMENTO

Os objetivos propostos serão atingidos plenamente com a realização de uma pesquisa bibliográfica abordando economia circular, manufatura sustentável, green manufacturing, sustainable production, environmentally conscious manufacturing, environmentally benign manufacturing e cradle to cradle. Essa pesquisa foi realizada através de livros sobre estes temas, artigos de revistas especializadas (nacionais e internacionais), artigos de congressos e seminários e artigos científicos disponíveis no portal de periódicos da CAPES.

Em paralelo à revisão bibliográfica, o desenvolvimento deste projeto envolve, ainda, as etapas de ensaios preliminares, a partir de visitas técnicas e levantamentos dos juntos as empresas para a elaboração dos indicadores.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

A discussão parcial acerca do objeto de estudo, indicou 06 oportunidades de aplicação da economia circular em uma linha de usinagem, conforme as hipóteses levantadas, que são elas:

- No design, fabricação e distribuição na linha de usinagem - Reduzindo o uso de material, significa usar a menor de material possível (ferramentas, energia, material, fluidos de corte, etc);
- Uso (utilização) - O objetivo desta estratégia é estender a vida útil do produto e melhorar a eficiência do produto para o consumo de recursos. No entanto, se o produto está consumindo recursos, o tempo de vida do produto deve estar de acordo com a eficiência do produto;
- Manutenção e reparação – prolongar a disponibilidade dos sistema;
- Reutilização, redistribuição e revenda – de ferramentas de corte, cavacos fluidos de corte para evitar a aquisição de novos produtos – utilizar todo produto que ainda tenha valor;
- Renovar e remanufaturar - restaurando a sua qualidade e / ou estética: (i) Remanufatura - de volta para especificações originais fabricados; (ii) Remodelação - 'como novo', com a melhoria da qualidade e / ou estética, reduzindo a energia, materiais e resíduos;
- Reciclagem - A reciclagem é o processo de utilização de materiais no fim da sua vida para novos produtos. Os produtos devem ser desenhados para garantir que os materiais podem ser separados e reutilizados no final da sua vida útil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as referências até o presente momento ficou constatada a baixa participação brasileira nas pesquisas relacionadas à economia circular comparativamente aos líderes na área, Estados Unidos e China.

O destaque desses países pode estar associado a fatores como a realidade fabril, produtiva e ao nível tecnológico mais sofisticado e moderno de suas indústrias em relação às do Brasil, o que fortalece a realização de pesquisas na área.

A implantação da economia circular não é uma tarefa que envolve somente as empresas. É necessário que todos os envolvidos no ciclo de vida de um produto entendam seu papel nesse novo modelo. Num mundo onde as relações de produção e comércio são cada vez mais globalizadas, a necessidade de disseminar o conceito de Economia Circular se faz cada vez mais presente e em larga escala, incluindo a população consumidora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTZ, Teonas; CEZAR MAIRESSE SILUK, Julio; PAULA BARTH BARTZ, Ana. Improvement of industrial performance with TPM implementation. Journal of Quality in Maintenance Engineering, v. 20, n. 1, p. 2-19, 2014.



ZAMCOPÉ, Fábio Cristiano; ENSSLIN, Leonardo; ENSSLIN, Sandra Rolin Construção de um modelo para avaliação da sustentabilidade corporativa: um estudo de caso na indústria têxtil. *Gestão e Produção*, v. 19, n. 2, p. 303-321, 2012.

WIJFFELS, Herman. The Circular Economy. In: Symposium Biorefinery for Food, Fuel and Materials 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretária Executiva. Fundo Nacional do Meio Ambiente (2012). Modelo de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbano. Brasília, MMA – FNMA. Disponível em: www.mma.gov.br/port/fnma/doc/gestao.zip - Acesso em 20 agosto 2015.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. Towards the Circular Economy: Economic and Business Rationale for an Accelerated Transition. 2012.

Kalpakjian, S. (2001). Manufacturing engineering and technology. Upper Saddle Rive: Prentice Hall.

World Commission on Environment and Development - WCED. (1987). Our common future. Oxford: Oxford University Press.

Merchant, M. E., Dornfeld, D., & Wright, P. K. (2005). Manufacturing: its evolution and future. Berkeley. Retrieved from <http://escholarship.org/uc/item/36d27692>



ANÁLISE SISTEMÁTICA DA VISÃO BASEADA EM RECURSOS: ESTUDO DE PUBLICAÇÕES DAS BASES DE DADOS WEB OF SCIENCE E SCOPUS

Autor(es)

ARI FERREIRA JUNIOR

Orientador(es)

MARIA RITA PONTES ASSUMPÇÃO ALVES

INTRODUÇÃO

Durante a década de 1990 a Visão Baseada em Recursos (VBR ou do inglês Resource Based View, RBV) começa a ganhar corpo. As estratégias que antes eram discutidas a partir das condições ambientais, passaram a ser formuladas a partir de seus recursos. (BARNEY, 1991)

Barney (1991), coloca que para obter sucesso, as estratégias organizacionais devem ser formuladas a partir de recursos considerados raros e valiosos, que sejam insubstituíveis e de difícil imitação.

Os trabalhos de Barney (1986, 1991), estão fundamentados em pesquisas anteriores sobre o tema, tais como o estudo da economista Penrose (1959), Lippman e Rumelt (1982) e Wernerfelt (1984).

Penrose (1959) trouxe a primeira discussão sobre a influência dos recursos no crescimento das organizações. Lippman e Rumelt (1982), traz a discussão acerca da imitabilidade e ambiguidade dos recursos, tornando-se conceitos importantes dentro da RBV. Wernerfelt (1984) foi o primeiro autor a trazer o termo “Resource Based View” em sua discussão focada nos recursos da organização e não mais nos seus produtos como eram discutidas anteriormente.

OBJETIVOS

Diante do exposto, surge a necessidade do conhecimento das características da produção científica para o tema da RBV. Com isso algumas questões foram consideradas como norteadoras desta pesquisa, tais como: Como está apresentada a produção científica sobre o tema da RBV? Quais os autores mais influentes sobre o tema? Quais os autores mais publicam sobre o tema? Existe uma rede de colaboração e entre os autores?

Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi realizar o mapeamento da produção científica do tema da RBV, bem como a participação dos autores, por meio da análise bibliométrica dos dados encontrados nas bases de pesquisa do Web of Science e Scopus.

DESENVOLVIMENTO

REVISÃO DA LITERATURA

Penrose (1959) propõe que a singularidade prove a base para o crescimento empre-



serial, pois ao criar produtos singulares as organizações desenvolvem capacidades e recursos únicos. A autora argumenta ainda, que o limite do crescimento da empresa não está relacionado ao mercado e sim na capacidade de gerir seus recursos. Tal conceito deu origem à singularidade das empresas.

Wernerfelt (1984) baseado no estudo de Penrose (1959), trouxe o termo Visão Baseada em recursos (RBV) para abordar a criação de vantagem competitiva das organizações por meio da gestão de seus recursos.

Mais estudos sob a ótica da RBV (DIERICKX; COOL, 1989; BARNEY, 1991; PETERAF, 1993), foram realizados para explicar a razão pela qual as empresas possuem diferentes performances em um mesmo segmento, uma vez que ambiente não possui impacto no desempenho das mesmas.

Eisenhardt (2000), afirma que os recursos são elementos fundamentais para a RBV, e podem ser classificados como: recursos físicos específicos (equipamento especializado, localização geográfica, etc.); recursos humanos (expertise dos funcionários, entre outras); e organizacionais (desenvolvimento estratégico, força de venda, etc.), podendo ser usados na obtenção da vantagem competitiva (BARNEY, 1986; WERNERFELT, 1984, 195).

Para Barney (1991), os recursos dentro da RBV são entendidos como os ativos, capacidades, processos organizacionais, conhecimento, informação e atributos controlados pela empresa. Barney (1991) afirma ainda que os recursos geradores de vantagem competitiva devem possuir quatro atributos: ser valiosos; raros; imperfeitamente imitáveis; e de difícil substituição.

Dierickx e Coll (1989) abordam que os recursos geradores de vantagem competitiva para as empresas, podem ser acumulados ao longo do tempo com base em suas escolhas. Como não são negociáveis entre empresas esses recursos tornam-se idiossincráticos, não transferíveis e não imitáveis. (BANDEIRA-DE-MELO; CUNHA, 2001)

Outros estudos contribuíram para o avanço da noção de recurso, admitindo-se que seu valor é dependente de condições ambientais. (FOSS; FOSS, 2005). Neste sentido, Crubellate, Pascucci e Grave (2008), atribuem a evolução conceitual de recursos na RBV aos aspectos vinculados à legitimidade da organização, ou seja, um recurso só terá valor para a organização se ela tiver reconhecimento ao ajustamento pelo ambiente.

Diante deste cenário, Teece, Pisano e Shuen (1997), argumentam que os recursos tratados de forma única, podem não ser suficientes para manter a sustentabilidade da vantagem competitiva. Os autores relatam a importância dos recursos atrelados à Capacidade Dinâmica, onde a capacidade está atrelada ao papel da administração estratégica e a dinâmica vem da renovação de competências para manter a coerência com as mudanças do ambiente.

3 MÉTODO DE PESQUISA

A pesquisa possui abordagem quantitativa de natureza indutiva e dedutiva, uma vez que se busca conhecer as características das publicações sobre o tema da RBV. O tipo da pesquisa é exploratória descritiva e está estruturada por meio das análises sistemática dos conteúdos pesquisados.



Para que a realização da pesquisa, foram definidas as bases de dados Web of Science e Scopus, onde foram pesquisados publicações a partir das palavras chave: “Resource Based View”; “Resource Based Theory” e “RBV”. Na base de dados do Web of Science, utilizou-se dos filtros: “Business Economics”, “Egeneering, Transportation” e “Operation Research Management” e na base Scopus foram aplicados os filtros: “Business, Management and Accounting” e “Engineering”. Não foram adotados filtros cronológicos, permitindo assim o mapeamento total das publicações no decorrer do tempo.

A tabela 1 apresenta os resultados obtidos após a aplicação dos filtros mencionados.

Base de dados	Filtros Utilizados	Palavras Chave	Qtde. Publicações	%
Web Of Science	Business Economics; Engineering;	Resource Based View	3129	47,32
	Transportation e Operation	Resource Based Theory	478	7,23
	Research Management.	RBV	349	5,28
Scopus	Business, Management and Accounting; Engineering.	Resource Based View	1834	27,73
		Resource Based Theory	380	5,75
		RBV	443	6,70
TOTAL			6613	100

Tabela 1: Retorno de pesquisa nas bases Web of Science e Scopus
Fonte: Dados de Pesquisa

Após o levantamento dos artigos publicados, todo o referencial bibliográfico foi exportado para serem processados em um Software específico de análises bibliométricas.

O software utilizado foi o Bibexcel que permite extrair informações para o mapeamento das publicações, tais como: citações entre autores, análise de periódicos, publicações por período, entre outras. (PERSSON, DANELL; SCHNEIDER, 2009)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 APRESENTAÇÃO DAS BASES PESQUISADAS

A base de dados do Web of Science cobre aproximadamente 12.000 periódicos com possibilidade de consulta a cinco coleções: Science Citation Index Expanded (SCI-EXPANDED) Citation Index (SSCI); Arts & Humanities Citation Index (A&HCI); Conference Proceedings Citation Index- Science (CPCI-S) e Conference Proceedings Citation Index - Social Science & Humanities (CPCI-SSH). (PERIÓDICOS CAPES, 2015)

A base de dados Scopus é a base referencial da Editora Elsevier. Essa base indexa títulos acadêmicos revisados por pares, títulos de acesso livre, anais de conferências, publicações comerciais, séries de livros, páginas web de conteúdo científico (reunidos no Scirus) e patentes de escritórios. (PERIÓDICOS CAPES, 2015)



Foram identificados 409 periódicos, contendo 6613 artigos publicados sobre o tema da RBV nas bases pesquisadas. Após uma análise detalhada visando à eliminação de dados duplicados (artigos e Periódicos) por meio do Software Bibexcel, esse número foi reduzido a 3943 artigos.

4.2 EVOLUÇÃO DAS PUBLICAÇÕES

A primeira análise se fez com o foco no número de publicações acerca do tema. O Gráfico 1 demonstra a evolução na publicação de artigos sobre o tema da RBV até julho de 2015.

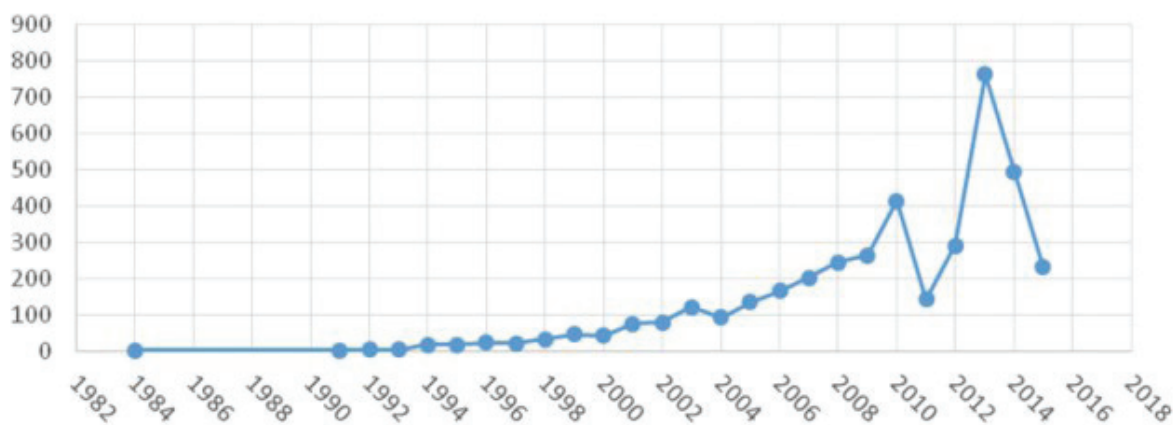


Gráfico 1: Evolução dos artigos por ano
Fonte: Dados de Pesquisa

Ao analisar o Gráfico 1, é possível observar que o primeiro artigo publicado sobre o tema foi em 1984, seguido por um longo período sem publicações, que foram retomadas em 1991 e continuou apresentando pouca ocorrência até o ano 2000, onde pode-se identificar um crescimento no número de publicações. Percebe-se que durante a década de 2000 houve crescimento significativo que atingiu o ápice em 2013 com um total de 763 artigos publicados.

A tabela 2, apresenta os periódicos que mais publicaram sobre o tema pesquisado.



Periódico	Fator de Impacto JCR (2014)	Fator de Impacto JCR (5 anos)	Estrato Qualis - (Engenharias III)	Numero de Publicações RBV	%
STRATEGIC MANAGEMENT JOURNAL	3.341	6.061	-	289	7,33
JOURNAL OF BUSINESS RESEARCH	1.480	2.234	A2	112	2,84
INDUSTRIAL MARKETING MANAGEMENT	1.820	2.379	A2	96	2,43
JOURNAL OF MANAGEMENT	6.071	9.238	-	77	1,95
ORGANIZATION SCIENCE	3.775	6.309	*	77	1,95
INTERNATIONAL JOURNAL OF PRODUCTION ECONOMICS	2.752	3.069	A1	77	1,95
INTERNATIONAL BUSINESS REVIEW	1.713	2.433	*	71	1,80
MANAGEMENT DECISION	1.429	1.665	A2	70	1,78
JOURNAL OF PRODUCT INNOVATION MANAGEMENT	1.696	2.926	*	60	1,52
JOURNAL OF BUSINESS ETHICS	1.326	1.915	B1	59	1,50
INTERNATIONAL JOURNAL OF OPERATIONS & PRODUCTION MANAGEMENT	1.736	2.612	B1	56	1,42
INTERNATIONAL JOURNAL OF TECHNOLOGY MANAGEMENT	0.625	0.702	B1	56	1,42
JOURNAL OF MANAGEMENT STUDIES	3.763	5.883	*	55	1,39
JOURNAL OF WORLD BUSINESS	2.388	3.526	-	54	1,37
RESEARCH POLICY	3.117	4.257	A1	52	1,32
JOURNAL OF OPERATIONS MANAGEMENT	3.818	7.692	-	50	1,27
IEEE TRANSACTIONS ON ENGINEERING MANAGEMENT	1.103	1.526	B1	44	1,12
ACADEMY OF MANAGEMENT JOURNAL	6.448	9.812	-	43	1,09
JOURNAL OF SUPPLY CHAIN MANAGEMENT	3.857	5.180	*	43	1,09
ACADEMY OF MANAGEMENT REVIEW	7.475	10.736	-	41	1,04
JOURNAL OF CLEANER PRODUCTION	3.844	4.167	A2	39	0,99
TECHNOVATION	2.526	3.636	A1	38	0,96
INTERNATIONAL JOURNAL OF PRODUCTION RESEARCH	1.477	1.770	A2	38	0,96
JOURNAL OF BUSINESS VENTURING	3.678	5.305	-	37	0,94
ASIA PACIFIC JOURNAL OF MANAGEMENT	2.091	2.500	-	35	0,89
INDUSTRIAL MANAGEMENT & DATA SYSTEMS	1.226	1.544	-	35	0,89
INTERNATIONAL JOURNAL OF HUMAN RESOURCE MANAGEMENT	0.916	1.375	B1	35	0,89
JOURNAL OF SMALL BUSINESS MANAGEMENT	1.353	2.409	-	34	0,86
JOURNAL OF STRATEGIC INFORMATION SYSTEMS	2.692	3.388	-	34	0,86
SMALL BUSINESS ECONOMICS	1.795	2.401	-	33	0,84
JOURNAL OF INTERNATIONAL MARKETING	3.100	3.540	-	33	0,84
JOURNAL OF THE ACADEMY OF MARKETING SCIENCE	3.818	4.563	*	32	0,81
INFORMATION & MANAGEMENT	1.865	3.105	-	31	0,79
EUROPEAN MANAGEMENT JOURNAL	1.222	1.600	*	31	0,79
SERVICE INDUSTRIES JOURNAL	0.832	0.983	A1	31	0,79
JOURNAL OF INTERNATIONAL BUSINESS STUDIES	3.563	6.067	A1	31	0,79
INTERNATIONAL MARKETING REVIEW	1.865	2.206	*	30	0,76
LONG RANGE PLANNING	2.718	5.765	-	29	0,74
BRITISH JOURNAL OF MANAGEMENT	1.584	2.704	-	28	0,71
MANAGEMENT SCIENCE	2.482	3.399	-	26	0,66
HUMAN RESOURCE MANAGEMENT	1.293	2.705	-	26	0,66
JOURNAL OF BUSINESS & INDUSTRIAL MARKETING	0.750	1.019	*	25	0,63
INDUSTRIAL AND CORPORATE CHANGE	1.260	2.183	-	23	0,58
SUPPLY CHAIN MANAGEMENT-AN INTERNATIONAL JOURNAL	3.500	3.902	-	23	0,58
JOURNAL OF INTERNATIONAL MANAGEMENT	1.648	2.566	*	23	0,58
DECISION SCIENCES	1.347	2.506	-	21	0,53
KNOWLEDGE MANAGEMENT RESEARCH & PRACTICE	0.554	0.902	-	21	0,53
MIS QUARTERLY	5.311	8.490	-	20	0,51
JOURNAL OF MARKETING	3.938	7.421	-	20	0,51
INTERNATIONAL JOURNAL OF LOGISTICS MANAGEMENT	0.946	2.130	-	20	0,51

Tabela 2: Periódicos que mais publicaram sobre o tema RBV

Fonte: Dados de Pesquisa.

Nota: Os periódicos a apresentados como (*) não possuem estrato Qualis para a área de Engenharias III, porém são classificados como A1 na área de Administração.

Por meio da visualização da tabela 2, é possível verificar que apenas 30% dos periódicos apresentam classificação Qualis entre os cinquenta periódicos apresentados e 100% desses periódicos são internacionais. Após identificar essas informações foi realizado uma busca pelos periódicos inseridos na base das pesquisa que possuíssem classificação pela Qualis. A tabela 3 apresenta esses periódicos, totalizando 76 periódicos e 1147 artigos.



13º Congresso de Pós-Graduação

Periódico	Fator de Impacto	Fator de Impacto	Estrato Qualis - (Engenharias III)	Número de Publicações IBV	%
	JCR (2014)	JCR (5 anos)			
INTERNATIONAL JOURNAL OF PRODUCTION ECONOMICS	2.752	3.069	A1	77	6,71
RESEARCH POLICY	2.117	4.257	A1	52	4,53
TECHNOVATION	2.536	3.636	A1	30	3,21
SERVICE INDUSTRIES JOURNAL	0.832	0.983	A1	31	2,70
JOURNAL OF INTERNATIONAL BUSINESS STUDIES	3.569	6.067	A1	31	2,70
EUROPEAN JOURNAL OF OPERATIONAL RESEARCH	2.358	2.911	A1	13	1,13
ACADEMY OF MANAGEMENT ANNALS	7.769	10.866	A1	6	0,52
WORLD DEVELOPMENT	1.965	2.713	A1	3	0,26
AUTOMATION IN CONSTRUCTION	1.812	2.414	A1	2	0,17
SCIENTOMETRICS	2.183	2.316	A1	1	0,09
BUILDING AND ENVIRONMENT	3.341	3.598	A1	1	0,09
JOURNAL OF HAZARDOUS MATERIALS	4.529	5.277	A1	1	0,09
ENERGY AND BUILDINGS	2.084	3.617	A1	1	0,09
PLoS ONE	3.234	2.702	A1	1	0,09
TRANSPORTATION RESEARCH PART E-LOGISTICS AND TRANSPORTATION REVIEW	2.678	3.513	A1	9	0,78
JOURNAL OF BUSINESS RESEARCH	1.480	2.254	A2	112	9,76
INDUSTRIAL MARKETING MANAGEMENT	1.820	2.379	A2	96	8,37
MANAGEMENT DECISION	1.429	1.665	A2	70	6,10
JOURNAL OF CLEANER PRODUCTION	3.844	4.187	A2	39	3,40
INTERNATIONAL JOURNAL OF PRODUCTION RESEARCH	1.477	1.770	A2	38	3,31
EXPERT SYSTEMS WITH APPLICATIONS	2.348	2.571	A2	16	1,39
INTERNATIONAL JOURNAL OF PROJECT MANAGEMENT	2.436	2.758	A2	12	1,05
JOURNAL OF ECONOMIC BEHAVIOR & ORGANIZATION	1.297	1.546	A2	7	0,61
PRODUCTION AND OPERATIONS MANAGEMENT	1.439	2.116	A2	6	0,52
JOURNAL OF THE OPERATIONAL RESEARCH SOCIETY	0.953	1.246	A2	4	0,35
JOURNAL OF INDUSTRIAL ECOLOGY	3.227	3.695	A2	3	0,26
COMPUTERS & INDUSTRIAL ENGINEERING	1.783	2.412	A2	2	0,17
GROUP DECISION AND NEGOTIATION	2.120	1.721	A2	2	0,17
INTERNATIONAL JOURNAL OF INDUSTRIAL ERGONOMICS	1.070	1.308	A2	1	0,09
INTERNATIONAL JOURNAL OF COMPUTER INTEGRATED MANUFACTURING	1.012	1.143	A2	1	0,09
PHYSICS IN MEDICINE AND BIOLOGY	2.701	2.973	A2	1	0,09
IEEE TRANSACTIONS ON BIOMEDICAL ENGINEERING	2.347	2.567	A2	1	0,09
TECHNOLOGICAL FORECASTING AND SOCIAL CHANGE	2.058	2.634	A2	18	1,57
JOURNAL OF BUSINESS ETHICS	1.328	1.525	B1	39	3,34
INTERNATIONAL JOURNAL OF OPERATIONS & PRODUCTION MANAGEMENT	1.738	2.832	B1	36	4,88
INTERNATIONAL JOURNAL OF TECHNOLOGY MANAGEMENT	0.625	0.702	B1	56	4,88
IEEE TRANSACTIONS ON ENGINEERING MANAGEMENT	1.103	1.526	B1	44	3,84
INTERNATIONAL JOURNAL OF HUMAN RESOURCE MANAGEMENT	0.936	1.375	B1	35	3,05
BUSINESS HISTORY	0.732	0.838	B1	16	1,39
PROJECT MANAGEMENT JOURNAL	1.143	1.411	B1	3	0,26
ASIA JOURNAL	1.516	1.430	B1	3	0,26
APPLIED ECONOMICS	0.613	0.679	B1	3	0,26
INTERNATIONAL JOURNAL OF ARTIFICIAL ORGANS	0.962	1.352	B1	3	0,26
UNIVERSIA BUSINESS REVIEW	-	-	B1	2	0,17
JOURNAL OF AIR TRANSPORT MANAGEMENT	0.931	1.328	B1	2	0,17
BIOPROCESS AND BIOSYSTEMS ENGINEERING	1.997	2.028	B1	2	0,17
ROBOTICS AND COMPUTER-INTEGRATED MANUFACTURING	2.305	2.124	B1	1	0,09
Dyna	0.179	0.167	B1	1	0,09
AIRCRAFT ENGINEERING AND AEROSPACE TECHNOLOGY	0.252	0.479	B1	1	0,09
APPLIED ECONOMICS LETTERS	0.303	0.323	B1	1	0,09
CENTRAL EUROPEAN JOURNAL OF OPERATIONS RESEARCH	0.832	0.933	B1	1	0,09
INTERNATIONAL JOURNAL OF CONFLICT MANAGEMENT	0.524	0.631	B1	1	0,09
JOURNAL OF INTELLIGENT MANUFACTURING	1.731	1.912	B1	1	0,09
PHYSIOLOGICAL MEASUREMENT	1.808	1.895	B1	1	0,09
ECONOMIC MODELLING	0.827	0.887	B1	1	0,09
INTERNATIONAL JOURNAL OF ADVANCED MANUFACTURING TECHNOLOGY	1.458	1.693	B1	1	0,09
HUMAN FACTORS AND ERGONOMICS IN MANUFACTURING	-	-	B1	1	0,09
INNOVATION-MANAGEMENT POLICY & PRACTICE	0.513	0.679	B1	15	1,31
RBON-REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO DE NEGÓCIOS	0.054	0.023	B1	9	0,78
INTERFACES (PROVIDENCE)	0.420	0.913	B1	1	0,09
JOURNAL OF KNOWLEDGE MANAGEMENT	1.588	1.899	B2	16	1,39
Gestão & Produção	-	-	B2	9	0,78
BAR - Brazilian Administration Review	-	-	B2	7	0,61
Journal of technology management & innovation	-	-	B2	5	0,44
PRODUCTION PLANNING & CONTROL	1.466	1.733	B3	19	1,66
RAA - Revista de Administração Mackenzie	-	-	B3	8	0,70
Revista de Administração Pública	-	-	B3	4	0,35
Nova Economia	-	-	B3	2	0,17
Revista de Administração Contemporânea	-	-	B4	14	1,22
Korea Trade Review	-	-	B4	8	0,70
Cadernos EBAPE.BR	-	-	B4	7	0,61
CREATIVITY AND INNOVATION MANAGEMENT	1.016	-	B4	5	0,44
REA - Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)	-	-	B4	4	0,35
AFRICAN JOURNAL OF BUSINESS MANAGEMENT	-	-	B5	16	1,39
Innovat	-	-	B5	6	0,52
JOURNAL OF BUSINESS	-	-	B5	1	0,09
TOTAL				1147	100

Tabela 3: Periódicos que contém classificação Qualis.

Fonte: Dados de Pesquisa



Ao analisarmos a tabela 3, podemos verificar que apenas 8 dos 76 periódicos são nacionais e não apresentam fator de impacto no JCR. Com base nos periódicos apresentados, foi possível segmentar os artigos conforme o estrato Qualis, como apresentado na tabela 4:

Classificação Qualis	Periódicos Nacionais	%	Numero de Artigos	%
A1	-	-	267	23,28
A2	-	-	429	37,4
B1	-	-	320	27,9
B2	2	0,026	37	3,23
B3	3	0,039	33	2,88
B4	3	0,039	38	3,31
B5	-	-	23	2,01

Tabela 4: Numero de artigo por estrato Qualis

Fonte: Dados de Pesquisa

Conforme apresentado na tabela 4 o maior numero de publicações esta nos periódicos de estrato A2 com 429 artigos, seguido pelos de estrato B1, com 320 artigos e conseguinte os classificados como A1, com 267 artigos.

Os dados se mostram interessantes uma vez que os três estratos com maior peso (A1, A2 e B1) são os que apresentam maior quantidade de publicações sobre a RBV.

4.4 AUTORES COM MAIOR PRODUÇÃO NO TEMA

Dando continuidade à pesquisa foi realizada a análise dos autores que publicaram sobre o tema, foi possível identificar 419 autores. A tabela 5 apresenta os vinte os autores com maior número de publicação.



Autores	Numero de Publicações sobre o tema RBV	%
Wright, M.	54	1,94
Ketchen Jr., D.J.	41	1,47
Song, M.	27	0,97
Hult, G.T.M.	26	0,93
Barney, J.B.	24	0,86
O'Cass, A.	21	0,75
Ambrosini Veronique	20	0,72
Kim, D.	20	0,72
Urbano, D.	20	0,72
Cavusgil S. Tamer	19	0,68
Bowman, C.	18	0,65
Arend Richard J	17	0,61
Calantone, R.J.	17	0,61
Lockett, A.	17	0,61
Miller, D.	17	0,61
Richey R. Glenn, Jr	16	0,57
Wiengarten, F.	16	0,57
Auh, S.	15	0,54
Sinkovics, R.R.	15	0,54
Combs, J.G.	14	0,50

Tabela 5: Autores com maior produção no Tema VBR

Fonte: Dados de PesquisaNota: A coluna (%) apresenta a porcentagem de publicação dos autores entre os 419 pesquisados

Esses autores juntos totalizam 277 trabalhos publicados, totalizando 7,02% do total de artigos identificados na pesquisa.

4.5 TRABALHOS MAIS CITADOS

Por meio da análise dos trabalhos mais citados foi possível verificar que apenas 327 trabalhos foram citados entre os 3943 artigo constantes da base pesquisada. Ao todo, foram registradas 5150 citações. A tabela 6 apresenta os artigos que possuem 30 ou mais citações.



Dados do Artigo	Quantidade de citações	%
Barney, J.B., "Firm resources and sustained competitive advantage" [1991] <i>Journal of Management</i> , 17 (1), pp. 99-120	457	8,87
Wienerfelt, B., A resource based view of the firm (1984) <i>Strategic Management Journal</i> , 5 (2), pp. 171-180	278	5,40
Teece, D., Pisano, G., Shuen, A., Dynamic capabilities and strategic management [1997] <i>Strategic Management Journal</i> , 18 (7), pp. 509-533	181	3,51
Dierickx, I., Cool, K., Asset stock accumulation and sustainability of competitive advantage [1989] <i>Management Science</i> , 35 (12), pp. 1504-1511	147	2,85
Amit, R., Schoemaker, P., Strategic assets and organizational rent [1993] <i>Strategic Management Journal</i> , 14 (1), pp. 33-46	127	2,47
Peteraf, M.A., The cornerstone of competitive advantage: A resource-based view [1993] <i>Strategic Management Journal</i> , 14 (3), pp. 179-191	115	2,23
Grant, R.M., The resource based theory of competitive advantage: Implications for strategy formulation [1991] <i>California Management Review</i> , 33 (3), pp. 114-135	96	1,86
Penrose, E., (1959) <i>The Theory of the Growth of the Firm</i> , London: Basil Blackwell	91	1,77
Barney, J.B., Strategic factor markets: Expectations, luck and business strategy [1986] <i>Management Science</i> , 32 (10), pp. 1231-1241	69	1,34
Prahalad, C.K., Hamel, G., The core competence of the corporation [1990] <i>Harvard Business Review</i> , 68 (3), pp. 79-91	69	1,34
Eisenhardt, K.M., Martin, J.A., Dynamic capabilities: What are they? [2000] <i>Strategic Management Journal</i> , 21 (10-11), pp. 1105-1121	66	1,28
Priem, R.L., Butler, J.E., Is the resource-based "view" a useful perspective for strategic management research? [2001] <i>Academy of Management Review</i> , 26 (1), pp. 22-	66	1,28
Porter, M., (1980) <i>Competitive Strategy</i> , New York: Free Press	54	1,05
Kogut, B., Zander, U., Knowledge of the firm, combinative capabilities, and the replication of technology [1992] <i>Organization Science</i> , 3 (3), pp. 383-397	44	0,85
Mahoney, J.T., Pandian, J.R., The resource-based view within the conversation of strategic management [1992] <i>Strategic Management Journal</i> , 13 (5), pp. 363-380	43	0,83
Newbert, S., Empirical research on the resource-based view of the firm: An assessment and suggestions for future research [2007] <i>Strategic Management Journal</i> , 28 (43	0,83
Peteraf, M., The cornerstones of competitive advantage: A resource-based view [1993] <i>Strategic Management Journal</i> , 14 (3), pp. 179-191	41	0,80
Nelson, R.R., Winter, S.G., (1982) <i>An Evolutionary Theory of Economic Change</i> , Harvard University Press: Cambridge, MA	40	0,78
Bharadwaj, A.S., A resource-based perspective on information technology capability and firm performance: An empirical investigation [2000] <i>MIS Quarterly</i> , 24 (1), pp	39	0,76
Miller, D., Shamsie, J., The resource-based view of the firm in two environments: The Hollywood film studios from 1936 to 1965 (1996) <i>Academy of Management Jour</i>	38	0,74
Dyer, J.H., Singh, H., The relational view: Cooperative strategy and sources of interorganizational competitive advantage [1998] <i>Academy of Management Review</i> , 23 (37	0,72
Reed, R., DeFillippi, R., Causal ambiguity, barriers to imitation, and sustainable competitive advantage [1990] <i>Academy of Management Review</i> , 15, pp. 88-102	36	0,70
Hall, R., A framework linking intangible resources and capabilities to sustainable competitive advantage [1993] <i>Strategic Management Journal</i> , 14 (8), pp. 607-618	34	0,66
Hall, R., The strategic analysis of intangible resources [1992] <i>Strategic Management Journal</i> , 13 (2), pp. 135-144	34	0,66
Williamson, O.E., (1985) <i>The Economic Institutions of Capitalism</i> , Free Press, New York	33	0,64
Barney, J.B., Is the resource-based "view" a useful perspective for strategic management research? Yes [2001] <i>Academy of Management Review</i> , 26 (1), pp. 41-56	32	0,62
Cohen, W.M., Levinthal, D.A., Absorptive capacity: A new perspective on learning and innovation [1990] <i>Administrative Science Quarterly</i> , 35, pp. 128-152	32	0,62
Conner, K.R., A historical comparison of resource-based theory and five schools of thought within industrial organization economics: do we have a new theory of the!	32	0,62
Eisenhardt, K., Building theories from case study research [1989] <i>Academy of Management Review</i> , 14 (4), pp. 532-550	32	0,62
Grant, R.M., Toward a knowledge-based theory of the firm [1996] <i>Strategic Management Journal</i> , 17 (SPEC. ISSUE), pp. 109-122	32	0,62
Makadok, R., Toward a synthesis of the resource-based and dynamic-capability views of rent creation [2001] <i>Strategic Management Journal</i> , 22 (5), pp. 387-401	32	0,62
Sirmon, D.G., Hitt, M.A., Ireland, R.D., Managing firm resources in dynamic environments to create value: Looking inside the black box (2007) <i>Academy of Management</i>	32	0,62
Formell, C., Larcker, D.F., Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error [1981] <i>Journal of Marketing Research</i> , 18 (1), pp. :	31	0,60

Tabela 6: Artigos com 30 ou mais citações

Fonte: Dados de pesquisa.

Nota: (%) apresenta a representatividade do total de citações.



13º Congresso de Pós-Graduação

Podemos observar que o número de artigos que possuem 30 citações ou mais corresponde à 33 artigos, esses representam 49,18% do total de citações.

Foi possível identificar a força que os trabalhos de Barney(1991), Wernerfelt (1984) e Teece, Pisano e Shuen (1997) possuem dentro das discussões sobre os temas, sendo apresentados como os três trabalhos mais citados.

Penrose (1959) mesmo sendo o referencial para a RBV desponta como o oitavo trabalho mais citados entre a amostra analisada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho investigou o perfil das pesquisas e a evolução das publicações pertinentes ao tema RBV. Para tanto, efetuou-se uma análise bibliométrica em uma amostra de 3943 artigos inseridos nas bases de dados do Web of Science e Scopus. As análises realizadas foram feitas com base em: (I) Apresentação das bases pesquisadas; (II) Evolução das publicações; (III) Análise dos periódicos; (IV) Autores com maior produção no tema; (V) Autores mais citados; (VI) Trabalhos mais citados.

Por meio dos resultados apresentados constatou-se que o tema ganha forças na literatura a partir de 1990, caracterizado pelo crescimento até o ano de 2013, do qual observa-se o período de maior número de publicações.

Devido a limitações do software utilizado para as análises, que não apresenta suporte para análises cruzadas, não foi possível segmentar as citações por períodos, essa informação seria interessante para a identificação de tendências entre as discussões sobre a RBV no decorrer do tempo.

Conclui-se com este trabalho, de maneira geral, um perfil macro das publicações sobre o tema, podendo nortear novos trabalhos. Para o aprofundamento do tema propõem-se novos estudos com novas abordagens metodológicas. A revisão sistemática por exemplo, poderá evidenciar possíveis tendências no decorrer do tempo que explicariam por exemplo a falta de estudos entre os anos de 1984 e 1991 e explicar o crescimento da temática a partir da virada do século. Uma análise de conteúdo (revisão teórica) dos trabalhos investigados poderá demonstrar a RBV sob a ótica dos diferentes autores identificando a contribuição dos mesmos para o desenvolvimento da temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA-DE-MELO, R.; CUNHA, C. J. C. A. A natureza e a dinâmica das capacidades organizacionais no contexto brasileiro: uma agenda para pesquisas sobre vantagem competitiva das empresas brasileiras. Em: ENCONTRA DA ANPAD, 2001, Campinas. Anais Campinas, ANPAD2001.

BARNEY, J. Organizational culture: can it be a source of sustained competitive advantage? *Academy of Management*, v. 11, n.3, p. 656-665, 1986.

BARNEY, J. Firm resource and sustained competitive advantage. *Journal of management, USA*, v.17, n. 1 p. 99-120. 1991.



CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Revistas Qualis. 2015. Disponível em <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/consultalistacompletaPeriodicos.feces> acesso em 30/07/2015.

CRUBELLATE, J. M.; PASCUCCI, L.; GRAVE, P. S. Contribuições para uma visão baseada em recursos legítimos. Revista de Administração de Empresas, v. 48, n. 4, p. 8-19, 2008.

DIERICKX, I.; COOL, K. Asset stock accumulation and sustainability of advantage competitive, Management Science, USA: v. 35, n. 12, p. 1504-1511, 1989

EISENHARDT, K. M.; MARTIN, J. A. Dinamic capabilities: what are they?. Strategic Management Journal, v. 21, n. 10, p. 1105-1121, 2000.

FOSS, K; FOSS, N. J. Resources and transaction costs: how property rights economics furthers the resource based-view. Strategic Management Journal. V. 26, p. 541-553, 2005.

LIPPMAN, S. A.; RUMELT, R. P. Uncertain imitability: An analysis of interfirm differences in efficiency under competition. Bell Journal of Economics, v.13, 1982.

PENROSE, E. The theory of the growth of the firm. Oxford: Oxford University Press, 1959.

PETERAF, M. A. The cornerstones of competitive advantage: a resource based view. Strategic Management Journal, USA, v. 14, n.3, p. 179-191, 1993.

PORTAL PERIÓDICOS CAPES, Consulta de acervos. 2015. Disponível em: http://www.periodicos.capes.gov.br/?option=com_pcollection&mn=70&smn=79&cid=81 Acesso em: 30/07/2015

TEECE, D. J. et al, Dynamic capabilities and strategic management. Strategic Management Journal. USA, v. 18, n. 7, p. 509-533, 1997

WERNERFELT, B. A resource based view of the firm. Strategic Management Journal. USA: v. 5, n. 2, p. 171-180, 1984

WERNERFELT, B. The resource-based view of the firm: ten years after. Strategic Management Journal, v. 16, n. 3 p. 171-174, 1995.



DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E SCM: UM ESTUDO DE CASO NA INDÚSTRIA CALÇADISTA

Autor(es)

ANA LETICIA TOLONI DE MATOS

JOÃO BATISTA DE CAMARGO JUNIOR

Orientador(es)

SILVIO ROBERTO IGNACIO PIRES

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, fatores como redução do ciclo de vida dos produtos e o aumento tanto dos requisitos dos clientes quanto da competição fizeram com que o processo de desenvolvimento de produtos (PDP) assumisse um papel chave em muitas indústrias. Além disso, reduzir custos de desenvolvimento, bem como o time to market tornaram-se essenciais para o sucesso dessas empresas. Por outro lado, o conceito de gestão da cadeia de suprimentos, do inglês Supply Chain Management (SCM), surgiu e ganhou relevância tanto no ambiente empresarial quanto no acadêmico. No entanto, enquanto no meio acadêmico o conteúdo sobre SCM e PDP tenha sido bastante explorado, ainda que isoladamente, e esteja mais desenvolvido em termos de definição de processos, práticas e modelos de referências, apenas recentemente parece surgir uma maior percepção da importância e da necessidade de se tratar os dois temas de forma conjunta e alinhada. Essa percepção é reforçada pelo importante papel desses processos para a competitividade das empresas e do alinhamento das decisões entre eles para garantir a entrega do valor esperado com o lançamento de um novo produto, dentro das expectativas de custo, prazo, qualidade e economia de recursos escassos. Esta pesquisa justifica-se, portanto, pelo relevante papel desempenhado tanto pela SCM quanto pelo PDP para garantir a competitividade das empresas ao longo do tempo e pela forte dependência de alinhamento e integração entre os processos para que os novos produtos e o valor esperado associado a ele seja de fato o valor entregue aos clientes. Além disso, estudos que enderecem a coordenação do PDP e da SCM como fator primordial para levar os novos produtos ao mercado são ainda relativamente raros (HILLET OFTH et al., 2011; PITTA et al., 2012).

OBJETIVOS

Este artigo analisa a integração/alinhamento do processo de desenvolvimento de produtos (PDP) com a gestão da cadeia de suprimentos (SCM) em uma empresa brasileira líder no setor calçadista na América Latina. Para isso foi realizado um estudo de caso exploratório, conduzido através de amostragem intencional com entrevistas semiestruturadas e em profundidade, com executivos que atuam em funções diretamente relacionadas à SCM e ao PDP. Uma versão expandida desse trabalho foi recentemente apresentada no 22o EurOMA,



European Operations Management Association, um dos principais congressos da área de gestão de operações.

DESENVOLVIMENTO

Em concordância com o pioneiro artigo de Fisher (1997), a indústria de calçados, com seus produtos funcionais e/ou inovadores (fashion), normalmente possuem cadeias de suprimentos eficientes e/ou responsivas. Este fato torna a indústria de calçados naturalmente complexa e atrativas para investigação, dadas as características tradicionais e também contemporâneas das cadeias de suprimentos desse setor. Tradicionais pelo fato dos produtos serem manufaturados em fábricas localizadas no Brasil, com emprego de mão de obra intensiva e pelo processo produtivo em si, e contemporâneas por se tratarem de produtos influenciados pela moda, com competidores globais e emprego de práticas modernas de gestão da cadeia de suprimentos. Ainda, a escolha de uma empresa pertencente à indústria de calçados é justificada pelo desenvolvimento relevante apresentado pelo setor com o crescimento da economia brasileira e ao seu papel econômico e social no Brasil. O Brasil é atualmente o terceiro maior produtor de calçados, atrás de China e Índia, com mais de 800 milhões de pares produzidos ao ano de acordo com o Relatório da Indústria do Calçados de 2012 elaborado pela Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados, 2012). Fisher (1997), baseado nas características ou na natureza da demanda, classifica os produtos em duas categorias distintas e cada categoria requer uma organização de SC diferente, o que resulta em dois diferentes tipos de SCs: as cadeias eficientes para produtos funcionais e as cadeias responsivas para produtos inovadores. As SCs eficientes para produtos funcionais se aplicam para produtos com demanda previsível, ciclos de vida longos, usualmente mais de dois anos, baixa variedade e baixos índices de falta de produtos em estoque, do inglês, stock out. A SC para produtos funcionais tem como função básica transformar matéria-prima em componentes, partes ou produtos finais e transportá-los de um elo da cadeia ao próximo, com foco bem claro em redução de custos, baixos níveis de estoque e alta produtividade da cadeia como um todo. Por outro lado, as SCs responsivas para produtos inovadores se aplicam para produtos com demanda pouco previsível, que contam com erros de previsão em torno de 40% podendo chegar a 100%, ciclos de vida curtos, usualmente de três meses a um ano, altas margens de contribuição e grande variedade de produtos ofertados por categoria. As reações incertas do mercado frente às inovações aumentam os riscos de faltas e excessos para cadeias de suprimentos para produtos inovadores. O mais importante nesses ambientes é conseguir ler rapidamente qualquer sinal de mercado e reagir velozmente durante o curto ciclo de vida dos produtos. As decisões críticas a serem tomadas sobre estoques e capacidade estão centradas em onde devem ser posicionados e manter certos níveis de capacidade de produção disponíveis como forma de se proteger de demandas incertas. Além disso, os fornecedores devem ser escolhidos através de atributos como rapidez e flexibilidade e não somente pelo menor custo (Fisher, 1997). A Figura 1 representa as quatro possíveis combinações entre produto e prioridades e sugere qual seria a estratégia ideal para SCM em cada combinação.



	Produtos Funcionais	Produtos Inovadores
CS Eficientes	Combinam	Não combinam
CS Responsivas	Não combinam	Combinam

Figura 1 - Estratégias para a Gestão da Cadeia de Suprimentos.

Fonte: Adaptado de Fisher (1997).

Para Fisher (1997), empresas que possuem produtos inovadores em cadeias de suprimentos eficientes ou produtos funcionais em cadeias de suprimentos responsivas são, provavelmente, aquelas que apresentam problemas. Isso quer dizer que produtos funcionais requerem cadeias de suprimentos eficientes, enquanto produtos inovadores requerem cadeias responsivas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Ellram (2006), o método do estudo de caso vem se tornando mais bem aceito em pesquisas relacionadas à gestão de operações e à cadeia de suprimentos como uma forma legítima e válida de adicionar subsídios a este campo de conhecimento que outros tipos de abordagem não conseguem suprir. Além disso, segundo recomendado por Yin (2009), a empresa foi escolhida de forma intencional. As principais considerações para a escolha da empresa para este estudo de caso foram as seguintes: (1) apresenta unidades de negócios e cadeias de suprimentos com estratégias distintas; (2) possui operações globais, principalmente na América Latina, nos EUA e na Europa; (3) considera o processo de desenvolvimento de produtos como chave para o seu negócio; e (4) demonstrou interesse e disponibilidade para a pesquisa. A empresa trabalha com oito marcas diferentes, divididas em três unidades de negócios. Entre seu portfólio de produtos de calçado há três categorias distintas: (1) calçados esportivos, (2) sandálias de borracha e (3) calçados casuais, produzidos a



partir das solas de sandálias de borracha. A segunda e terceira categorias de produtos pertencem à mesma unidade de negócios.

As três cadeias de suprimentos estudadas possuem um conjunto de características que as distinguem entre si. Considerando a taxonomia proposta Fisher (1997), a categoria de sandálias adota uma estratégia clara de desenvolvimento de produtos inovadores, que são produzidos em cadeias de suprimentos responsáveis. Seu portfólio se caracteriza por possuir produtos de moda, com uma marca líder de mercado, que lança tendências e, portanto, com demanda pouco sensível a preço. Nos últimos anos, houve uma evolução considerável do mix de produtos da marca, em 1993, eram apenas 45 unidades de produto em estoque, do inglês Stock Keeping Units (SKUs) e, em 2013, o portfólio de produtos atingiu a marca de 3 mil SKUs. Dado o foco em inovação em produtos, possui o processo de desenvolvimento de produtos mais estruturado, com fases e momentos de aprovação claramente definidos. Além disso, fornecedores-chaves são desenvolvidos para atender os atributos de desempenho de entrega e flexibilidade, ao invés de menor custo. Nesse caso, o desenvolvimento de produtos e a SCM estão em alguns casos bem integrados/alinhados, enquanto que em outros estão bem direcionados para a integração. Em contrapartida, a categoria de calçados esportivos tem características predominantemente de produtos inovadores que são produzidos em cadeias de suprimentos que tem por objetivo melhorar a eficiência operacional. Por exemplo, quando a empresa faz a opção de buscar fornecedores na China para baixar o custo de produção do calçado, mesmo considerando-se que os lead times são longos, abre-se mão de flexibilidade e agilidade de resposta às possíveis variações na demanda, além de aumentar os riscos de desabastecimento e/ou de excesso de estoques. Observando novamente o trabalho de Fisher (1997), cadeias eficientes para produtos inovadores não combinam, assim como cadeias responsáveis para produtos funcionais também não. Outro aspecto observado está relacionado à maturidade e formalidade do processo de desenvolvimento de produtos. Embora as etapas e aprovações sejam realizadas com a coordenação do gerente de desenvolvimento de produtos, elas não ocorrem com o rigor devido e nem com a participação de todos aqueles que deveriam ser envolvidos, o que causa distorções no PDP, impactando no atingimento das metas e no grau de alinhamento com os outros processos da SCM. Por sua vez, a categoria de calçados casuais é composta por produtos inovadores que são, em sua maioria, produzidos na mesma fábrica com foco em eficiência dos calçados esportivos. Aqui, uma incompatibilidade básica entre o desenvolvimento de produtos e SCM foi identificado em tempo de realinhar a estratégia de produto com a estratégia de produção. Os primeiros projetos foram bastante conturbados, segundo relatos dos entrevistados, no entanto, por se tratar de uma categoria nova de produtos, com poucas pessoas envolvidas, foi possível definir um grupo de trabalho com representantes dos principais processos de negócios para alinhar ou realinhar as etapas, definir papéis e responsabilidades no processo e dar um passo atrás para garantir o sucesso dos projetos de novos produtos. Algumas ações tomadas em direção ao alinhamento de estratégias citadas pelo gerente de desenvolvimento são: (1) limitações aos projetos de novos produtos com complexidade alta; (2) explorar a variedade de produtos com projetos menos complexos; (3) antecipar a participação da engenharia industrial para a fase de protótipo, com o objetivo de identificar possíveis problemas e restrições mais cedo no processo.



Vale destacar ainda que o processo de desenvolvimento de produtos foi reconhecido pela empresa como um dos processos de negócio para a SCM, com forte impacto nos demais processos e que o alinhamento entre eles é fundamental para garantir que a estratégia definida para o novo produto seja de fato atingida. É possível concluir também, pela análise do caso, que existe um esforço considerável para garantir o alinhamento interno entre os processos de negócio, o que reforça as afirmações de Van Hoek e Chapman (2006) de que as empresas industriais ainda pecam no alinhamento entre as áreas funcionais, levantando o questionamento sobre o quão efetivo seria, embora importante, envolver e alinhar os processos de negócios com clientes e fornecedores uma vez que internamente ainda existem conflitos e falta de concordância quanto às estratégias adotadas, planos e prioridades. Por outro lado, quanto melhor alinhados estiverem os processos internos, mais viável se torna o envolvimento de clientes e fornecedores. Dentre as categorias de produtos analisada, a categoria de sandálias já dá alguns passos em busca de alinhamento entre processos com fornecedores chave, muito em função da maturidade do processo de desenvolvimento de produtos, o que facilita a integração e alinhamento com os demais processos para a SCM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de restrita à perspectiva de uma empresa e por ser de natureza qualitativa e exploratória, impedindo a generalização de suas conclusões, a pesquisa foi realizada em uma empresa líder que desenvolve produtos funcionais e/ou inovadores e os produz em cadeias de suprimentos eficientes e/ou responsivas. Isso torna o caso representativo e interessante, considerando o tema que está sendo investigado. Para os gestores, a contribuição está na demonstração dos possíveis problemas que podem surgir a partir do desalinhamento entre estratégias, em particular, de produto e operações. Além disso, que ter um processo de desenvolvimento estruturado é o primeiro passo para potencializar os benefícios da integração entre os processos de negócios internos à organização e externos, com a participação de clientes e fornecedores, em times multifuncionais. Verifica-se que existem ainda muitas oportunidades de estudos e este trabalho recomenda que pesquisas futuras examinem como as diferentes atividades de SCM e PDP influenciam umas as outras, como elas podem ser coordenadas, quais os benefícios que podem ser obtidos por coordená-las e quais são os requisitos para ter sucesso com a coordenação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABICALÇADOS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS. Relatório da Indústria de Calçados 2012. Novo Hamburgo (RS), maio, 2012, no. 251, ano XXII. Disponível em: . Acesso em: 24/10/2014.

ELLRAM, L. M. The implementation of target costing in the United States: theory versus practice. The Journal of Supply Chain Management, Winter, p. 13-25, 2006.



FISHER, M. L. What is the Right Supply Chain for Your Product? Harvard Business Review, pp. 105–116, n.75, mar–apr, 1997.

HILLETOTH, P.; ERIKSSON, D. Coordinating new product development with supply chain management. Industrial Management e Data Systems, Vol. 111, Iss: 2, pp.264 – 281, 2011.

LAMBERT, D.M. The eight essential Supply Chain Management Process. Supply Chain Management Review. Vol. 8, Iss. 6, pp. 18 – 26, 2004.

PITTA, D.; PITTA, E. Transforming the nature and scope of the new product development. Journal of Product e Brand Management, Vol. 21, no. 1, pp. 35 – 46, 2012.

VAN HOEK, R.; CHAPMAN, P. From tinkering around the edge to enhance revenue growth; supply chain – new product development. Supply Chain Management: An International Journal, Vol. 11, No.5, pp. 385 – 389, 2006.

YIN, R. Case study research: design and methods. Sage, Thousand Oaks, CA, 2009.



SISTEMAS DE INFORMAÇÕES LOGÍSTICAS: UM ESTUDO DE CASO DE UMA EMPRESA DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS INTERESTADUAL

Autor(es)

**PAULO ROBERTO AVANCINI
ALEXANDRE TADEU SIMON**

Orientador(es)

ANDRE LUIS HELLENO

INTRODUÇÃO

Muitos problemas são apontados como desencadeadores de uma gestão logística, como atrasos na frota, dificuldades em precisar os momentos exatos em que os produtos se encontram, erros de relatórios, demora no repasse de informações, dados não coincidentes, entre outros. Estas perturbações estão forçando a indústria dos transportes a depender fortemente de informação e tecnologia de comunicação para tornar suas operações mais eficientes e eficazes (Cetinveziz e Bayindir, 2012). Domingos (2012) aponta erros na distribuição da quantidade de materiais; alto fluxo de veículos esperando na fábrica por atrasos; demora na recepção dos materiais; custos de estocagem e transporte e dificuldades para a construção do inventário. A informação é considerada um dos elementos chaves para a obtenção de vantagem competitiva na área de logística. Entretanto, a simples existência de sistemas de informações logísticas não garante a concretização dessa meta (BOWERSOX e CLOSS, 2015).

Diante do exposto, o problema de nossa pesquisa é verificar se os investimentos realizados em Tecnologia de Informações logísticas, em nosso estudo chamada de Telemetria, em uma empresa de Transporte de Passageiros melhoraram os resultados do processo logístico. Para responder a questão se existem poucas publicações, foi realizada uma busca no portal CAPES com as palavras chaves “road transport passenger and global positioning system”, refinando para os últimos 5 anos.

Obteve-se 10 resultados. Destes, Housell (2012) estudou sistemas de localização automática de veículos (AVL) na frota de ônibus da cidade de Londres, Ganesh (2012) pesquisou sistema de Transporte inteligente (ITS), no transporte público da Índia, Velaga et al (2012) estudou a confiabilidade dos dados obtidos por meio do sistema de navegação GPS, sendo os dados obtidos em áreas suburbanas de Londres. Yang (2013) propôs um controle automático de direção baseado em um sensor lateral e um sistema de posicionamento global (GPS). Popov A. (2012) analisou a qualidade da informação em três empresas de transporte de cargas, verificando que a qualidade da informação após a implantação do GPS contribuiu para melhora dos resultados destas empresas.

Na sequência, foi realizada nova busca com as palavras chaves “road transport passenger” e “eletronic data interchange” no portal CAPES, tanto a busca por assuntos como a busca avançada não apresentaram nenhum resultado. Então optou-se por nova busca com as palavras chaves “road transport passenger” e “radio frequency



identification” que resultaram em duas publicações. Hommes (2012) investigou o uso de etiquetas de identificação por rádio frequência e televisão de circuito fechado relacionados a questões éticas sobre o abuso da privacidade dos motoristas.

Outra busca foi realizada com as palavras chaves: “road transport passenger and enterprise resource planning and warehouse management and transportation management and global positioning system and eletronic data interchange and radio frequency identification”, com um refinamento de busca para Transportation, Urban Planning, Transportation Industry, Transportation Management, que resultou em 11 trabalhos sendo que nenhum deles abordou algum sistema de informação logística em empresas de transporte de passageiros rodoviários.

Logo o presente trabalho se justifica pela importância econômica e social que o setor de transporte de passageiros interestadual representa, bem como pela pouca publicação sobre sistemas de informações logísticos no transporte de passageiros interestadual.

OBJETIVOS

Tendo em vista o problema de pesquisa formulado, o objetivo geral deste artigo é verificar se o sistema de Informações Logísticas melhora os indicadores de desempenho de Qualidade, Custos, Atendimento, Moral e Segurança do Trânsito.

Para auxiliar na busca pelo objetivo geral, este estudo irá verificar se o sistema de informações logísticas consegue atender as características propostas pelos autores Bowersox e Closs (2015) de: Disponibilidade, Rigor, Oportuno, Exceção, Flexibilidade, e de Formato apropriado.

Segundo Ngai et al. (2008) os sistemas de informações mais importantes empregados pelas empresas para gerenciar suas operações de logística são: Planejamento de Recursos Empresariais (ERP- Enterprise Resource Planning); Sistema de Gerenciamento de Armazém (WMS - Warehouse Management System); Sistema de Gestão de Transportes (TMS - Transportation Management System); Sistema de Posicionamento Global (GPS - Global Positioning System); Intercâmbio Eletrônico de Dados (EDI - Electronic data interchange) e as tecnologias de identificação automática; e Identificação por Radiofrequência (RFID - Radio Frequency Identification) e código de barras. Meyer, Roest e Szirbik (2010) apontam três características que um sistema de monitoramento e controle deve possuir, de maneira complementar, Bowersox e Closs (2015) indicam seis características necessárias a um SIL para que este seja capaz de atender ao planejamento da empresa. Sendo: Disponibilidade, Rigor, Oportuno, Exceção, Flexibilidade, e Formato apropriado.

DESENVOLVIMENTO

Este artigo pode ser classificado como uma pesquisa de natureza exploratória, e, portanto, descritiva, utilizando uma abordagem de estudo de caso único, com base em dados e/ou métodos de natureza qualitativa (GIL, 2009; BERTO; NAKANO, 2000). Inicialmente, a pesquisa apresenta uma revisão da literatura, apresentadas na tabela 01. Definiu-se como meios de controle, os indicadores de qualidade, custo, atendimento, moral e segurança.

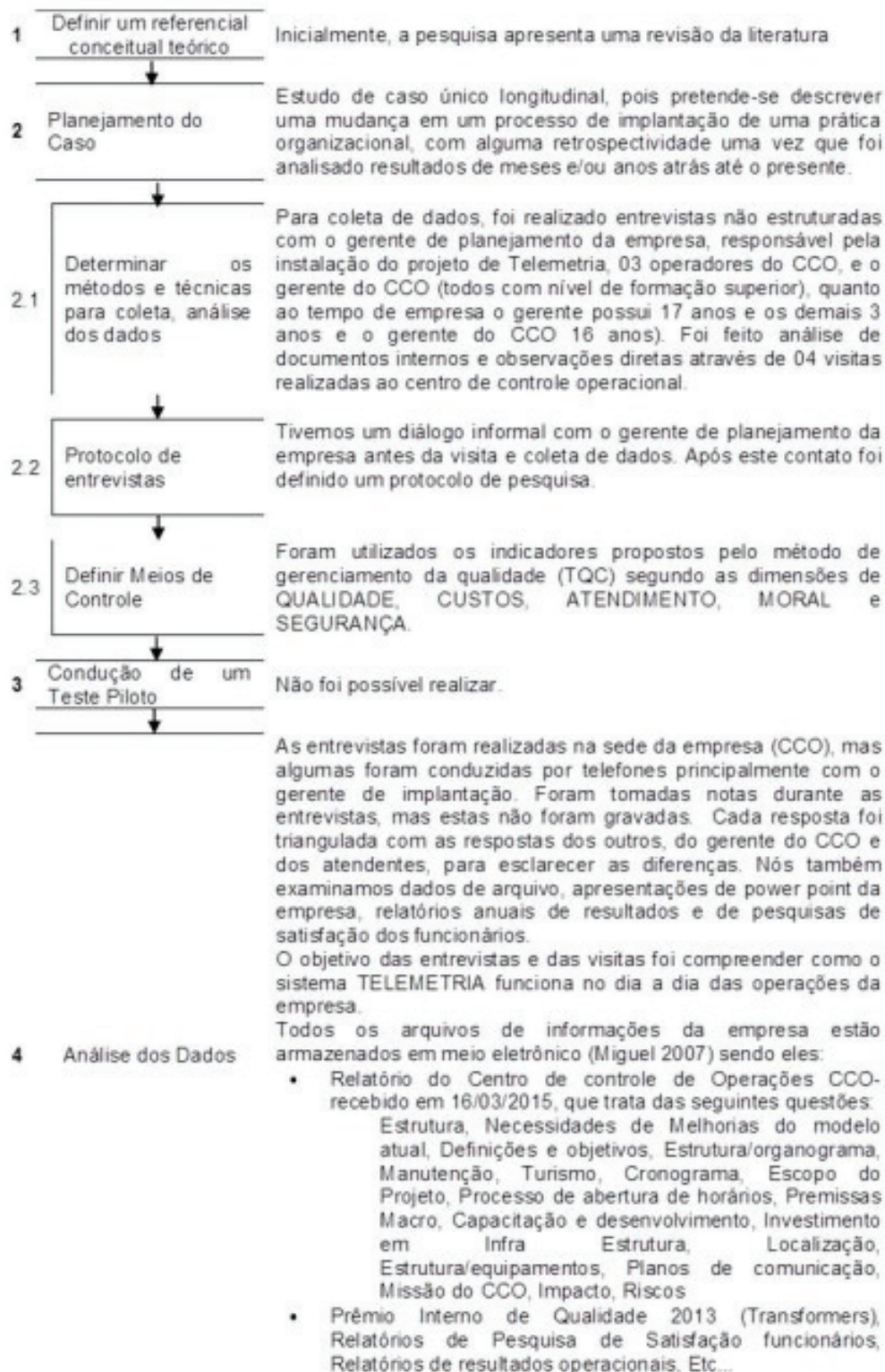


Tabela 01: Etapas da Pesquisa.

Fonte: Adaptado de Miguel (2007)



SISTEMA DE INFORMAÇÕES LOGÍSTICAS (TELEMETRIA)

O projeto começou em agosto de 2009, cujo objetivo foi utilizar as ferramentas de monitoramento remoto de veículos, para prover informações para a empresa, estruturando toda a operação de monitoramento da frota e da operação. Segue a infraestrutura de informações do projeto de Telemetria.

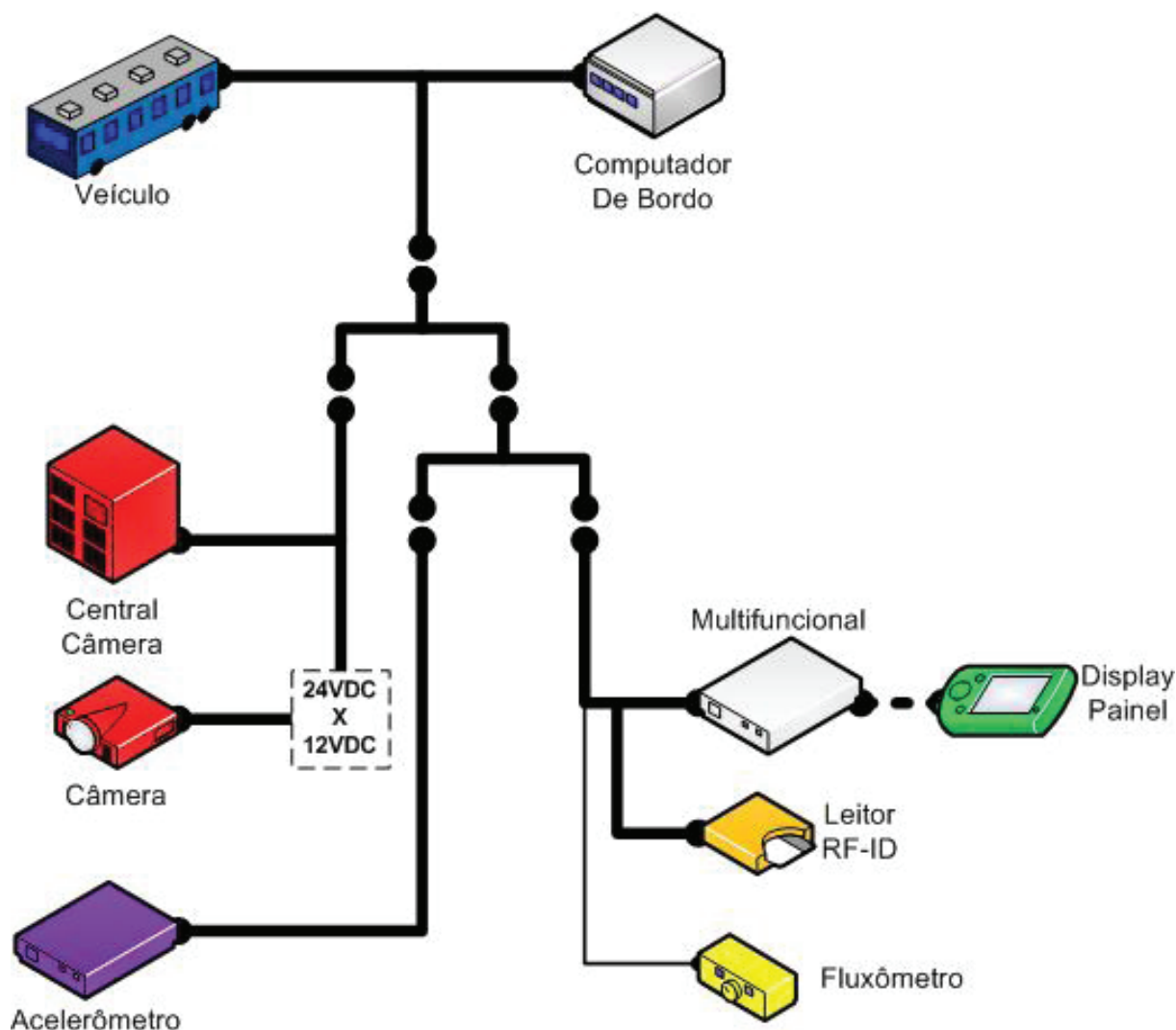


Figura 01: Infraestrutura para o projeto de Telemetria. Fonte: Material de apresentação em seminário interno da qualidade da empresa.

Na sequência será apresentado os principais recursos utilizados no projeto telemetria. Computador de Bordo GPS/GPRS – Permite controlar o consumo instantâneo de combustível, consumo médio, marca km trechos, a Velocidade média, a Autonomia para saber quantos quilômetros o carro roda com o combustível que resta no tanque, cronômetro, e/ou relógio, registro de Temperatura externa e excesso de velocidade.



13º Congresso de Pós-Graduação

Sensores e Atuadores – Itens contemplados para primeira fase de projeto: RPM, Hodometro, ignição, botão de pânico, sensor de chuva (acionamento de limpador parabrisa), sensor porta aberta veículo em movimento.

Câmera - É um dispositivo dotado de mecanismos que capturam imagens em tempo real. Equipamento com processamento embarcado, memória flash e módulo Wi-fi integrado.

Sensor de Fluxo de Combustível - Sensor de fluxo de combustível que faz a leitura do consumo, testado e homologado pela Veltrac quanto ao funcionamento.

DISPLAY DE PAINEL - VISOR QUE CONTÉM INFORMAÇÕES GERADAS PELO MFA E PEA.

Módulo MFA - Monitor de Frotas Advanced, aparelho responsável por captar todas as informações dos periféricos e transmitir aos servidores.

PEA Acelerômetro – Periférico Automotivo Multifuncional de Acelerômetro é um sensor de detecção de impactos, curvas acentuadas e freadas bruscas.

Leitor de cartão de RFID - (Radio-Frequency IDentification) – É um sensor que faz a leitura por radiofrequência de crachás, cartões etc.;

PEA Multi - Periférico Automotivo Multifuncional é um dispositivo que realiza a leitura do Fluxômetro e RFID, gerando os dados no display do painel.

GPS: Sistema de Posicionamento Global (Global Positioning System), é um sistema de navegação por satélite que fornece a um aparelho receptor móvel a posição do mesmo, assim como informação horária, sob todas as condições atmosféricas, a qualquer momento e em qualquer lugar na Terra, desde que o receptor se encontre no campo de visão de quatro satélites GPS.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados do Sistema de Informações Logísticas (Telemetria) foram analisados quanto às dimensões de qualidade, Custos, Atendimento, Moral e Segurança, apresentados a seguir:

Qualidade - Forma de dirigir do motorista - Este indicador nos demonstra o grau de preocupação que o passageiro tem por sua vida e sinaliza positivamente para a empresa que ela está no caminho certo. Este resultado demonstra que o passageiro atribui muita importância a forma de conduzir o veículo, e ao final da viagem, ele atribui uma nota que é a avaliação da viagem realizada. Desta forma, a empresa tem conseguido ficar acima da meta de 77%, conforme demonstrado no gráfico 01.

Custos - De acordo com os documentos internos analisados, o investimento necessário para a realização do projeto foi de aproximadamente 3 milhões de reais, este valor foi amortizado em 4 anos após a implantação de todo o projeto.

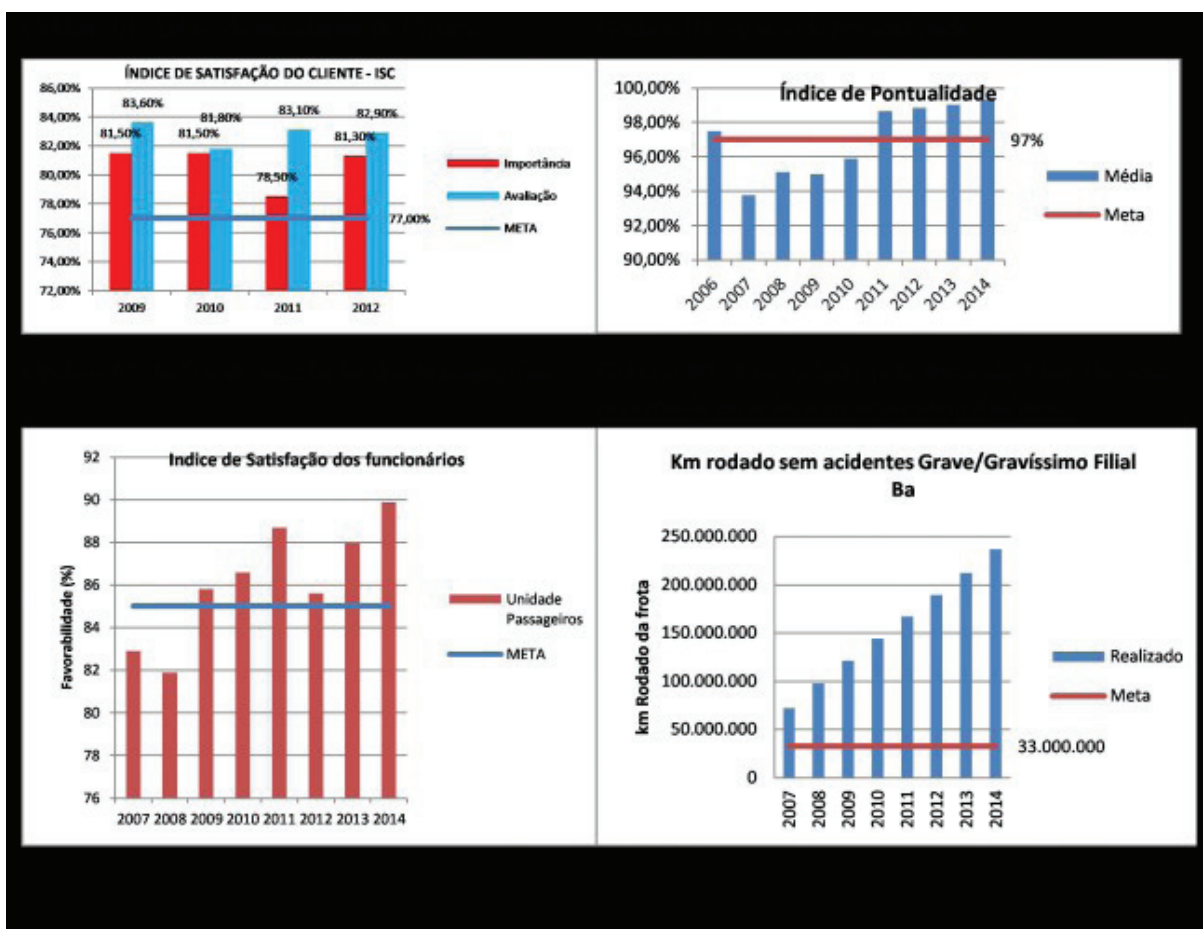
Atendimento - Conseguiu-se uma maior pontualidade dos veículos devido ao maior controle nos horários de saída dos ônibus das garagens, o que pode ser comprovado pelo gráfico 02, Observa-se que antes da implantação do projeto a empresa não conseguia atingir a meta de 97% de pontualidade, mas após 2010 esta foi superada.

Moral – Índice de Satisfação dos funcionários - Como pode ser observado no gráfico



03, a empresa não conseguia atingir a meta de 85% de satisfação antes do projeto (2008), após o início da implantação, ocorrida em 2009, a meta passou a ser atingida, e vem se mantendo num patamar superior a meta.

Segurança - O controle eletrônico de velocidade permitiu o monitoramento de todas as viagens e trechos que possuem rotograma na empresa. A empresa conseguiu também identificar de forma fidedigna a dinâmica do acidente através da análise das imagens do veículo, compondo importante material para o estudo de caso e por consequência evitar pagamento de indenizações indevidas. Como pode ser observado no gráfico 04, a meta da empresa era rodar 33.000.000 quilômetros sem a ocorrência de acidentes grave/gravíssimos o que vem se mantendo acima da meta com a implantação do projeto Telemetria.



Fonte: Autor

Após a implantação do projeto Telemetria foi possível garantir que as informações disponibilizadas tivessem: Disponibilidade, Rigor, fossem Oportuna, apresentassem Exceção, fossem Flexíveis, e tivessem Formato apropriado.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que o objetivo geral deste artigo era explorar como o sistema de Informações Logísticas (Telemetria) melhora os indicadores de desempenho de Qualidade, Custos, Atendimento, Moral e Segurança do Trânsito, neste estudo de caso único, os indicadores foram melhorados com a implantação do sistema de Informação Logística (Telemetria), e os objetivos específicos também foram alcançados. A empresa sob investigação é bem organizada, uma vez que está no mercado há mais de 60 anos logo, os efeitos de uma mudança na qualidade da informação em operações de transporte rodoviário podem ser diferentes em empresas que têm processos menos estruturados. Como limitação deste artigo, um estudo de caso único permite um maior aprofundamento na investigação e é frequentemente utilizado em pesquisa longitudinal. Porém, existe uma limitação no grau de generalização (validade externa) uma vez que existe o risco de um julgamento inadequado em função de ser um evento único (SOUZA, 2005).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTT- Agencia nacional de Transporte Terrestre. Disponível em: <http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/4740/Rodoviario.html>. Acesso 02/04/2015.
- BERTO, R.M.v.S. e NAKANO, D.N. Métodos de Pesquisa na Engenharia de Produção. CD ROM do XVIII ENEGEP, Niterói, 1998.
- BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J. Logística empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimentos. São Paulo: Atlas, 2015.
- CETINCEVIZ, Y. And BAYINDIR, R. (2012), "Design and implementation of an internet based effective controlling and monitoring system with wireless fieldbus communications technologies for process automation – an experimental study", ISA Transactions, Vol. 51, pp. 461-70.
- DOMINGOS, B. S. M. et al. Análise comparativa do sistema de coletas programadas Milk Run em uma indústria de máquinas e equipamentos. In: Encontro Nacional De Engenharia Da Produção – ENEGEP, 32., 2012, Bento Gonçalves, Anais... ABEPRO, 2012.
- FLICK, U. (2009). Introdução à pesquisa qualitativa (3a ed., J. E. Costa, Trad.). São Paulo: Artmed. (Obra original publicada em 1995)
- GANESH K., M. THRIVIKRAMAN, JOY KURI, HARESH DAGALE, G. SUDHAKAR, SUGATA SANYAL - (2012) Implementation Of A Real Time Passenger Information System. [v1] Sun, 3 Jun 2012 13:55:10 GMT (517kb)
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- HOMMES E., HOLMNER M., SCHUTTE M. The Intelligent Number Plate System: protection or violation of motorists' privacy?, Mousaion [0027-2639] Hommes, Erin yr:2012 vol:30 iss:1 pg:65 -86
- HOUNSELL, Nb ; SHRESTHA, BP ; WONG, A. 2012. Data management and applications in a world-leading bus fleet-Transportation Research Part C-Emerging Technologies, 2012 Jun, Vol.22, pp.76-87



MEYER, G. G.; ROEST, G. B.; SZIRBIK, N. B. Intelligent products for monitoring and control of road-based logistics. In: IEEE INTERNATIONAL CONFERENCE ON MANAGEMENT AND SERVICE

MIGUEL, P. A. C. Estudo de caso na engenharia de produção: estruturação e recomendações para sua condução. Produção, v. 17, n. 1, p. 216-229, Jan./Abr. 2007

NGAI, E.W.T., Lai, K.H. and Cheng, T.C.E. (2008), "Logistics information systems: the Hong Kong experience", International Journal of Production Economics, Vol. 113 No. 1, pp. 223-34.

NORONHA, D. P.; FERREIRA, S. M. S. P. Revisões da Literatura. In: Campello, B.S., Cendón, B.v. e Kremer, J.M. Fontes de Informação para Pesquisadores e Profissionais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 191-198, 2000.

POPOVI A., HABJAN A., (2012), "Exploring the effects of information quality change in road transport operations", Industrial Management & Data Systems, Vol. 112 Iss 9 pp. 1307 – 1325

VELAGA, Nr ; QUDDUS, MA ; BRISTOW, AL ; ZHENG, YH IEEE (2012). Map-Aided Integrity Monitoring of a Land Vehicle Navigation System. Transactions On Intelligent Transportation Systems, 2012 Jun, Vol.13(2), pp.848-858

YANG J., (2013), Front Sensor and GPS-Based Lateral Control of Automated Vehicles, IEEE Transactions on Intelligent Transportation Systems, Vol. 14, No. 1, March 2013



PRÁTICAS EXTRACURRICULARES NO ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE, NO SETOR DE ESPORTES E LAZER, DE UM INSTITUTO FEDERAL EM MINAS GERAIS: SUGESTÕES DOS ALUNOS

Autor(es)

EDUARDO PEREIRA RAMOS

Orientador(es)

RUTE ESTANISLAVA TOLOCKA

INTRODUÇÃO

O Lazer é um advento da sociedade urbano-industrial [DUMAZEDIER, 197-?]* se tornou uma preocupação social a partir da divisão existente entre o tempo de trabalho e o de lazer, separação que se estende para a vida de alunos do ensino médio profissionalizante nos institutos Federais que oferecem atividades de lazer para seus alunos. Estes Institutos reconhecem o lazer como direito social, outorgado inclusive, em legislações específicas para a criança, o adolescente e a pessoa com deficiência, dentre outras (BRASIL, 1988, 1989, 1990, 2013). Há indícios de benefícios do lazer para a saúde, qualidade de vida e bem estar de seus praticantes. Para que a oferta de lazer seja efetiva, ela deve ir de encontro aos anseios de seus praticantes, porém pouco se sabe sobre quais as atividades que estes alunos gostariam de participar.

* ABNT NBR 6023 item 8.6.2

OBJETIVOS

Verificar quais atividades discentes do ensino profissionalizante gostariam que fossem desenvolvidas pelo SELA.

DESENVOLVIMENTO

O modo de investigação foi o estudo de caso Gil (2002). Todos os 481 alunos dos cursos técnico em Agropecuária, Alimentos e Informática, foram convidados para participar do estudo, sendo que 370 a ele aderiram. Eles receberam explicações sobre o estudo e em seguida foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Esclarecidas as dúvidas, foi solicitado que os interessados assinassem o TCLE e o questionário foi preenchido na sequência. Este estudo é parte de uma pesquisa de mestrado, aprovada pelo CEP/UNIMEP com Protocolo nº 67/2014. Relata-se aqui a questão sobre as atividades que os discentes gostariam que fossem oferecidas; a partir da análise da distribuição dos dados coletados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os alunos sugeriram 449 atividades, nas quais se observa o predomínio do conteúdo físico esportivo do lazer [DUMAZEDIER, 197-?], embora a questão referia-se ao lazer



em geral. As sugestões foram agrupadas em 20 “categorias”, para melhor apresentar os dados. A atividade mais sugerida pelos alunos foi a “natação” solicitada por 87 (23,5%) alunos. As “lutas” são a segunda opção dos alunos com 43 (11,65) sugestões. A “dança” aparece com 41 (11,1%) e o “futebol” citado em 33 (9%) respostas. O futebol, dança e lutas foram descontinuadas pela instituição assim como o “handebol” com 16 (4,1%) e “atletismo” com 13 (3,6%) sugestões. Na quinta colocação aparecem “salão de jogos” com 22 (6%) sugestões. As categorias “atividades artísticas” e “esportes radicais” foram respostas de 21 (5,7%) alunos, cada uma. A categoria “competição” foi sugerida por 16 (4,4%) alunos. Os “esportes equestres” e a “ginástica” foram sugeridas por 12 (3,3%) alunos. Outra categoria que foi solicitada pelos alunos foram atividades relacionadas ao “ciclismo” com 11 (3,5%) sugestões. O “vôlei” foi sugerido por 10 (2,8%) alunos.

As sugestões dos alunos deixam indícios que precisam ser destacados: o desconhecimento das atividades – é preciso avaliar porque algumas atividades, oferecidas pela instituição, não são conhecidas pelos alunos. É o caso do voleibol, salão de jogos, teatro, música (atividades artísticas), tênis de mesa (esportes de raquete) e competições. Quais estratégias de divulgação a Instituição tem utilizado com relação as atividades extracurriculares? Como a comunidade assimila estas informações? Ou os alunos querem aumentar a prática dessas atividades? Várias atividades foram descontinuadas devido ao contingenciamento de recursos que as Instituições Federais vêm sofrendo e também por que as instalações onde algumas dessas atividades aconteciam se encontram em reformas. Porém grande parte dos alunos querem o retorno dessas atividades ao SELA. É o caso das lutas, dança, futebol, handebol e atletismo. É preciso repensar os critérios utilizados em eventuais cortes das atividades que estão contra os anseios dos alunos estabelecendo-os em acordo com a comunidade e a Instituição. O desinteresse do público que deixa de sugerir atividades no momento em que tem essa possibilidade também chama atenção, quando 28,3% dos alunos não a responderam. Da mesma forma, outros 17 (4,6%) alunos citam “nenhuma” atividade como sugestão. Estes fatos podem indicar uma desvalorização do lúdico dos alunos que deixam de sugerir atividades (CAMARGO, 1998). Enquanto atividades ditas como produtivas, pregadas pelo pensamento capitalista, são valorizadas, atividades de lazer podem ser consideradas como desnecessárias. Quais os valores que os alunos têm em relação às atividades de lazer? Qual a educação para o lazer eles vêm recebendo para desvalorizar essas atividades? Por outro lado, 10 (2,7%) alunos acreditam que as atividades que já são realizadas contemplam suas necessidades e dizem isso nesse momento. Eles foram categorizados como “bom”. O salão de jogos é oferecido aos alunos de maneira muito reduzida e se faz necessário uma otimização deste ambiente para atender as solicitações realizadas pelos alunos, inclusive, nas respostas do aluno 132 “(...) Melhor abertura da sala de jogos.” e do aluno 329 “Que a sala de jogos seja mas [sic] disponível aos alunos...” ampliação de horários e dias de abertura do local assim como ampliação dos equipamentos que ele dispõe acrescentando os conteúdos virtuais do lazer (SCHWARTZ, 2003). Deve se estudar a possibilidade de ampliação das atividades da academia diversificando com mais atividades da área do fitness de acordo com as sugestões dos alunos. Outro ponto a ser destacado foram as atividades



novas sugeridas por grande parte dos alunos. Nota-se que a natação aparece bem à frente das demais escolhas feitas pelos alunos. Contudo a Instituição não dispõe de instalações para que esta atividade seja desenvolvida. Por se tratar de um investimento alto e de elevado custo de manutenção, há de se verificar se estas sugestões, feitas pelos alunos, irão se traduzir em participação em uma eventual inclusão da natação no Programa de atividades extracurriculares desenvolvida pela Instituição ou se trata apenas de um desejo momentâneo dos alunos. É necessário uma análise das possibilidades de recursos da Instituição para a implementação da atividade, assim como financiamentos possíveis e políticas públicas para utilização deste espaço. Outra atividade sugerida pelos alunos foram os esportes radicais, modalidade que emerge entre a juventude, que influenciada pela mídia, busca cada vez mais as tendências e modismos pregados pelos meios de comunicação de massa. O componente do lúdico que motiva seus participantes é a vertigem (CAMARGO, 1998). Os esportes equestres, muito próxima com o curso técnico em agropecuária têm um Setor de Equinocultura (SE) e anteriormente já foram desenvolvidas atividades de modalidades que compõe esta categoria em parceria realizada entre o SELA e o SE. Parcerias assim podem ser firmadas no sentido de desenvolver atividades condizentes com a realidade dos alunos, que despertassem maior interesse deles. Outras sugestões dos alunos, porém com poucas sugestões, foram “ciclismo”, “atividades orientais” e “atividades intelectuais”. Foi criada uma categoria denominada de “outros” para representar as demais atividades que foram citadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas foram às sugestões dos alunos para atividades a serem desenvolvidas, algumas improváveis, outras plausíveis. Olhando atentamente aos dados é possível fazer alguns apontamentos e identificar alguns pontos que podem ser melhorados no Programa de Atividades Extracurriculares, apesar de não ser este o objetivo inicial da pesquisa. Foi solicitado aos alunos que sugerissem atividades “a serem desenvolvidas”, ou seja, que não eram, mas poderiam vir a ser. Entretanto varias atividades que já estavam sendo desenvolvidas foram citadas. O que levanta questionamentos sobre a divulgação que é realizada pelo programa. Como os alunos irão sugerir novas atividades se eles não têm o conhecimento das que estão ativas? Uma estratégia de divulgação dessas atividades se faz necessária para a comunidade escolar. Outra análise pode ser feita com relação à gestão dessas atividades. Este questionário foi aplicado após várias atividades serem descontinuadas pela instituição. Os alunos sugeriram novamente essas atividades. É necessário estabelecer um diálogo com a comunidade para que ações como esta de descontinuidade de atividades assim como implementação de novas atividades sejam tomadas em consonância com os anseios dos alunos. Se observou ainda que alguns alunos sugeriram que o salão de jogos fosse mais acessível. Sugere-se que seja estabelecido, juntamente com a comunidade, a otimização de espaços e equipamentos e o horários das atividades que estão disponíveis no programa de atividades extracurriculares. Também foi possível constatar que grande parte dos alunos deixou de responder a esta questão ou optou por não sugerir atividades. O que pode ser entendido como um preconceito perante atividades lúdicas ou a desva-



lorização do lúdico. Uma política de conscientização e educação para o lazer para a comunidade poderia melhorar este quadro. Dentre as atividades que foram sugeridas e que não são desenvolvidas na Instituição destacam-se a natação e esportes radicais. Contudo mais estudos são necessários para certificar que estas sugestões se mantêm por um período maior de tempo ou representam apenas um modismo. Estudos que tragam mais segurança para os gestores investirem de recursos públicos com segurança assim como as possibilidades financeiras da Instituição para construção de novos espaços e equipamentos de lazer ou possíveis financiamento para viabilizar tais atividades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 20 fev. 2014.

_____. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Brasília, DF, 1989. Disponível em: . Acesso em: 22 mar. 2014.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Brasília, DF, 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm> Acesso em: 25 mar. 2014.

_____. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Brasília, DF, 2013. Disponível em: . Acesso em: 04 jun. 2015.

CAMARGO, L. O. L. **Educação para o Lazer.** São Paulo: Moderna, 1998.

DUMAZADIER, J. **Questionamento teórico do lazer.** Porto Alegre: CELAR, [197-?]

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

SCHWARTZ, G.M. O conteúdo virtual do Lazer: contemporizando Dumazedier. **Licere.** Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 23-31, dez, 2003.



O DIREITO A INFORMAÇÃO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI 13.105/15), E SUA ADEQUAÇÃO CONSTITUCIONAL

Autor(es)

STEFANO BENETTON PIZZOL GRIGOLON

Orientador(es)

JOSÉ ANTONIO REMÉDIO

INTRODUÇÃO

O nosso atual código de Processo Civil data de 1973, sendo criado e sancionado durante o período da conhecida Ditadura Militar, encontra-se completamente desatualizado, sendo que diante da morosidade dos processos judiciais, da falta de atualização do Código diante das novas tecnologias e principalmente em face da incomensurável quantidade de ações ajuizadas, o que exigiu uma resposta estatal objetivando a criação de uma nova Lei que viesse a satisfazer o anseio da população pela boa justiça.

OBJETIVOS

O presente trabalho tem por objetivo analisar o novo Código de Processo Civil e seu direito a informação, juntamente com a adequação deste ao ordenamento jurídico pátrio, verificando os avanços e criticando alguns novos pontos e lacunas deixados pela Lei.

DESENVOLVIMENTO

Tal resposta teve início no ano de 2009, com a nomeação do ministro Luiz Fux, então integrante do Superior Tribunal de Justiça, como presidente de uma comissão para elaboração do anteprojeto do novo código, e após amplo debate jurídico por mais de 5 anos, com a participação entre outros dos juristas Adroaldo Furtado Fabricio, Bruno Dantas, Elpidio Donizete Nunes, Humberto Teodoro Junior, Jansen Fialho de Almeida, José Miguel Garcia Medina, José Roberto Bedaque, Marcus Vinicius Coelho, Paulo Cezar Pinheiro Carneiro e Teresa Aruda Alvim Wambier (relatora dos trabalhos), foi apresentado o Anteprojeto do Código, que, no legislativo, unificou centenas de projetos da mesma matéria e teve milhares de emendas legislativas oferecidas pelas duas Casas do Congresso Nacional. O novo Código foi aprovado em 16 de março de 2015, com um ano de *vacatio legis*, tendo apenas 3 artigos e quatro incisos vetados pelo Chefe do Executivo, sendo que um dos artigos vetados tratava de uma importante inovação do Código, ou seja, a de transformar uma demanda em coletiva e encerrar assim os diversos litígios a respeito da matéria. É considerado o primeiro Código de Processo Civil promulgado sob um regime de direito totalmente democrático, com ampla participação popular, legislativa e jurídica. Dentre as principais mudanças da Lei 13.105/15 (Novo Código de Processo Civil), podemos afirmar que o novo código não trouxe grandes inovações procedimentais,



porém alterou algumas pequenas disposições que merecem ser tratadas com mais profundidade; tivemos a positivação do instituto da mediação e da conciliação (GONÇALVES, 2015); nos artigos 1º §3º, na seção V e no capítulo V estão previstas mudanças significativas em relação à conciliação e à mediação, como dispõe a própria norma fundamental que passou a fundamentar o processo, além do fato de que os mediadores e conciliadores judiciais passaram a ter uma seção exclusiva no Código, o qual também previu que a falta em audiências de conciliação será considerada como um ato atentatório a dignidade da justiça (art. 334, §8º); ademais a contagem de prazos e cronologia de processos foram reformuladas com a nova contagem de prazos do Código de Processo Civil, de forma que somente será computada nos dias úteis, já sendo previsto inclusive o conhecido recesso judiciário que a Ordem dos Advogados do Brasil tanto desejava; por outro lado, o magistrado agora deverá obedecer a uma nova fórmula de julgamento, qual seja, a de julgar cronologicamente os processos por ordem de conclusão, não podendo julgar um processo posterior sem julgar o anterior, somente podendo se eximir de tal julgamento em situações excepcionais; ainda, temos o novo procedimento comum para todas as demandas, independentemente de causa de pedir e valor; com relação a jurisprudência não pode, como regra, ser considerada, ao menos cientificamente, fonte formal de direito, mas apenas fonte não formal ou informativa (GONÇALVES, 2011); com o advento do novo código, o sistema aparentemente tomou os moldes da *common law*, devidamente adaptada ao nosso ordenamento, com uma jurisprudência pacífica capaz de influenciar uma sentença e vincular sua decisão, criando-se ainda a obrigatoriedade de se manter uma jurisprudência uniforme, estável, íntegra e coerente (artigo 926); por fim, entre as principais alterações e por fim o novo código dedica uma seção exclusivamente à prática eletrônica dos atos processuais, o que já vem sendo feito por meio de normas dos tribunais, com fins a agilizar a prestação jurisdicional e aumentar o acesso à justiça. Ao se conceituar informação, não se aborda a quem ela pertence, onde ela se encontra e nem qual a finalidade de sua existência, mas sim os informes são identificados e organizados, isto é, não ficam dispersos ou de difícil manuseio (MACHADO, 2006) Tendo esse aspecto em mente, visualizamos que o Código de Processo Civil é um meio para se obter um fim, qual seja, a satisfação do processo civil e suas decorrências. Essa satisfação passa obrigatoriamente pela necessidade de se informar e principalmente de ser informado a respeito das informações que devem ser utilizadas nos autos. Enquanto que o Código de Processo Civil, por sua vez, restringe o direito de consultar autos as partes e a seus procuradores, o terceiro só tem direito a certidões do dispositivo da sentença e de inventários e partilhas resultantes de separação judicial ou divórcio; e somente o tem quando amparado por interesse jurídico (art. 155, par) a sua norma de informar e ser informado era estranha ao conhecimento dos seus interpretes, na Lei 13.105/15 isso passa a ser uma regra, visto que a publicidade é mecanismo de controle das decisões judiciais. A sociedade tem o direito de conhece-las, para poder fiscalizar os seus juízes e tribunais (GONÇALVES, 2011)

A informação deve ser entendida nesse artigo como a publicidade dos atos processuais em sentido amplo, incluindo-se a fiscalização dos autos, o acesso à justiça e até mesmo a eficiência.



Sendo ainda que a liberdade de informação compreende a procura, o acesso, o recebimento e a difusão de informações ou ideias, por qualquer meio, sem dependência de censura, respondendo cada qual pelos abusos que cometer (SILVA, 2011)

As normas do novo Código a entrarem em vigor trazem a publicidade processual como regra e consagram os mais recentes mandamentos constitucionais a respeito da matéria. No início, no artigo 8º do referido código temos que *“Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.”*, considerando a própria publicidade como um dever do poder judiciário e de sua autoridade encarregada de presidir o processo. Ao adentrarmos na prática eletrônica dos atos processuais, o mandamento legal afirma em seu artigo 193 que *“Os sistemas de automação processual respeitarão a publicidade dos atos, o acesso e a participação das partes e de seus procuradores, inclusive nas audiências e sessões de julgamento, observadas as garantias da disponibilidade, independência da plataforma computacional, acessibilidade e interoperabilidade dos sistemas, serviços, dados e informações que o Poder Judiciário administre no exercício de suas funções.”* Tendo então que observar que a prática processual eletrônica é regra, e por esse mesmo motivo deve obedecer aos princípios processuais; denota-se ainda uma preocupação com a disponibilidade do serviço, que agora não mais deve durar somente o período de abertura dos serviços jurídicos, mas sim um funcionamento por 24 horas diárias, de forma ininterrupta. Adiante, temos ainda o tema da jurisprudência, que passou a ter um peso mais elevado nas decisões judiciais e que, por esse mesmo motivo, deve ter como sentido o de que *“Os tribunais darão publicidade a seus precedentes, organizando-os por questão jurídica decidida e divulgando-os, preferencialmente, na rede mundial de computadores.”* Isso corrobora os parágrafos anteriores relativos aos atos processuais eletrônicos e permitem a sociedade como um todo acompanhar as decisões dos tribunais, de forma simples e direta por meio de qualquer computador com acesso à internet.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A nossa atual Carta Magna data de 1988, tendo sido promulgada em um regime democrático de Direito que tem entre seus inúmeros fundamentos a dignidade da pessoa humana, o acesso a uma justiça célere e um processo que assegure a paridade de armas.

O antigo Código de Processo Civil (ainda em utilização), foi sancionado durante o regime ditatorial brasileiro, não guardando nenhum tipo de limitação de ordem constitucional, visto que não se submetia às disposições daquele momento, o que pode ser visto pela sua forma rígida de condução judicial.

Com a Lei 13.105/15 sendo sancionada em um regime democrático de direito e sob a égide da Constituição de 1988, emergiu-se a obrigatoriedade de tal lei se compactuar com os princípios que em 1973 não existiam, mas que agora se tornaram indispensáveis ao Estado brasileiro.



Isso representa mais do que uma atualização legislativa considerável, ou seja uma quebra com as leis anteriores, e um novo rumo ao nosso ordenamento, pois o código de processo civil é uma das leis mais utilizadas no dia-a-dia jurídico, sendo base para uma infinidade de demandas.

Os elementos de adequação constitucional no novo código de processo civil não foram mais costurados como no código anterior, mas sim colocados de forma nata na legislação, impedindo assim seu conflito aparente.

Podemos ainda visualizar a adequação constitucional da Lei 13.105/15 em outras partes da legislação, como na previsão da razoável duração do processo, a figura do juiz natural, os dissídios internacionais, das capacidades processuais das partes, da valorização da advocacia, o Ministério Público, da má-fé e dos incidentes infundados e desnecessários que quebrem com o prestígio processual.

Por fim, temos que o novo código faz menção expressa à própria Constituição em seus artigos 44 (limites de competência constitucional), 178 (intervenção do Ministério Público), 212, §2º (a penhora e a inviolabilidade do domicílio), 287, III (a juntada de procuração), 525 §12º (execução de título executivo judicial de lei julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal), 535 §3º I e II §5º (expedição de precatório por meio do presidente do tribunal e controle concentrado de constitucionalidade), 910 §1º (a expedição de precatórios), 950 §2º (legitimação das partes processuais), 1029 (recurso extraordinário e especial), 1033 (análise do Supremo Tribunal Federal dos recursos) e 1035 III (repercussão geral e sua análise pelo Supremo Tribunal Federal).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei 13.105/15 veio a materializar os anseios das mais diversas categorias e finalmente positivar os princípios da Constituição de 1988 no Direito Processual pátrio. No âmbito do direito de informação, a Lei deixa bem claro que a liberdade de informação é a regra do nosso ordenamento, somente podendo ser restringida em situações taxativamente previstas e previamente justificadas.

Em síntese, não se admite a figura de um poder judiciário que restringe direitos básicos e constitucionalmente assegurados, assim como não se imagina mais a restrição da informação de nenhuma maneira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GONÇALVES, Rodrigo Zveibel. Novo CPC – Principais mudanças. Disponível em <<http://rodrigozveibel.jusbrasil.com.br/artigos/158655907/novo-cpc-principais-mudancas>>. Acesso em 16 de Abril de 2015.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil** – 1ª parte. 8ª Ed. São Paulo, Ed. Saraiva, 2011.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito a informação e meio ambiente**. São Paulo, Ed. Malheiros, 2006.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo, Ed. Malheiros, 2011.



A COMPREENSÃO FENOMÉLOGICA DO MMA PARA DAR SUPORTE AS ESTRATÉGIAS MERCADOLÓGICAS DO MARKETING ESPORTIVO

Autor(es)

SERGIO RICARDO SIANI

Orientador(es)

ALEXANDRE LUZZI LAS CASAS

INTRODUÇÃO

Vivemos um período de intensa atividade da cultura do espetáculo observada, inicialmente, na década 1960 por Guy Debord em sua obra *Sociedade do Espetáculo*. Um dos traços mais marcantes desta cultura está na sua capacidade de reconfigurar as dimensões estruturantes da sociedade e, de produzir outras formas de culturas e de relações sociais, bem como de imputar novos modelos de experiência humana. Dentre estes modelos identificam-se aqueles propiciados pelos diversos espetáculos, tecnoespetáculos e espetáculos interativos conformatados pela mídia e pela sociedade de consumo configurando-se como mercadorias de uma cultura globalizada ou cultura-mundo descrita por Lipovetyks e Serroy (2011). Neste cenário, destaca-se o esporte MMA - Artes Marciais Mistas que vem conquistando em dimensões globais e em ritmo acelerado, um espaço privilegiado no universo cultural das lutas a partir de sua ampla divulgação pelos artefatos midiáticos das competições promovidas por diferentes agentes do esporte e, de modo mais predominante pelo UFC - *Ultimate Fighting Championship* - a maior organização de MMA do mundo. Originalmente, considerado um esporte de luta e combate praticado pelo gênero masculino convive atualmente com o crescente interesse e participação da mulher; sendo esta inserção considerada um fenômeno social dentro dos esportes de lutas. O MMA é atualmente o legítimo representante da cultura do espetáculo ao fundir lazer, emoção e de modo particular, os negócios. Para prosperarem, os negócios precisam ser muito interessantes e agregar valor pela sua capacidade de tocar a intangibilidade do prazer das pessoas e encantá-las. O MMA vem se configurando nesta perspectiva e também como um bem sucedido esporte de lutas de combate da indústria do entretenimento, como exemplo o UFC que foi comprado por US\$ 2 milhões, e hoje a marca vale US\$ 1,3 bilhões, além de faturar mensalmente algo em torno de US\$ 300 milhões, e seus eventos serem transmitidos para mais de 145 (cento e quarenta e cinco) países em 22 (vinte e dois) idiomas. Desse modo, no mundo de negócios competitivos, o MMA tem servido de ponte para estes ligando diferentes interesses e perspectivas. Para ser bem-sucedido no ultracompetitivo mercado global, as empresas precisam fazer circular seus produtos, suas imagens e marcas para que os negócios e a publicidade se combinem no mecanismo de divulgação que se faz sob a forma de espetáculo. Consequentemente, a publicidade, o marketing, as relações públicas e a promoção são partes essenciais deste espetáculo. (KELLNER, 2004).



OBJETIVOS

Para dar conta deste crescimento, a decisões sobre investimentos destinados ao complexo mercado do marketing esportivo que envolve o MMA, demanda-se das empresas e dos profissionais envolvidos uma compreensão muito refinada sobre as manifestações que este esporte, enquanto fenômeno de massa, tem despertado nas pessoas de diferentes classes sociais, níveis culturais, faixas etárias, nível de escolaridade e gênero, com poder de torná-las consumidores não somente do esporte em si, mas, de todos os artefatos e mercadorias que ele, enquanto espetáculo, gera. Neste universo, o espetáculo é sustentado por diferentes interesses, de natureza tangível e intangível fazendo emergir diferentes atores sociais que se agregam em torno do octógono, dentre eles: lutadores, juízes, agenciadores, empresários, treinadores, torcedores, patrocinadores, público e consumidores, sem contar a diversidade da intangibilidade que estes diferentes atores buscam satisfazer. O presente texto refere-se a uma proposta de estudo que se encontra em fase inicial, cujo objetivo geral é compreender, sob uma visão sociológica, quais fatores estão influenciando a transformação de um evento marginalizado a se tornar em um negócio milionário. Consultando a literatura do marketing esportivo, ao que tudo indica na revisão bibliográfica até então realizada ainda não sistematizou em toda a sua extensão e compreensão, a dimensão dos espetáculos enquanto esporte-mercadoria e, com potencial idealizador de emoções e representações por parte de seus consumidores. O que vale dizer que esta literatura carece de uma reconstrução teórico-epistemológica para avançar compreensão sobre o comportamento do consumidor da contemporaneidade e também para dar conta da pluralidade de compreensão do papel e impactos dos espetáculos no imaginário e na existência das pessoas, contexto no qual o MMA, enquanto esporte de massas, vem se legitimando como forte representante.

DESENVOLVIMENTO

A sociedade contemporânea definida por Debord, na década de 1960 como uma sociedade do espetáculo nos leva a se colocar numa posição privilegiada para se compreender as relações, pois o espetáculo está presente em todas as dimensões da vida social no capitalismo contemporâneo e é fundamental para a articulação entre essas dimensões. Debord (1997) deixa isso bem claro, quando ele afirma que não existe separação entre o processo de acúmulo de capital e o processo de acúmulo de espetáculos. Na sociedade do espetáculo, as relações sociais se dão simultaneamente por meio da produção e do consumo de mercadorias e da produção e do consumo de imagens. Desse modo, o que distingue o modo de produção capitalista de outras formas de vida social é a tendência para a mercantilização de todas as relações sociais. O que define o período histórico a partir do qual a sociedade capitalista transformou-se na sociedade do espetáculo é a mudança quantitativa e qualitativa no processo de produção e consumo de imagens. Com o desenvolvimento, dentro do processo de mercantilização da cultura, das técnicas de reprodução de imagens em larga escala, as imagens passaram a ser essenciais para a existência da sociedade capitalista, transformando-se, elas mesmas, em mercadorias, ou incentivando o consumo de outras mercadorias. Para Bauman (2001) a vida se tornou líquida, caracterizada pela precariedade e vi-



vida em condições de incertezas constantes. Nesta configuração ele identificou o processo de mercantilização das relações ao referir-se a cultura de massa, a mídia especializada e a tendência do esporte e tornar-se “menos um passatempo popular e mais uma atividade bastante competitiva, elitista, “com muito dinheiro envolvido” (p.36). Ao propor uma sociologia do esporte, Bourdieu (2009) circunscreve o surgimento do campo esportivo como um “espaço estruturado e também estruturante”, “como um momento de descontinuidade na história dos esportes” ao pensar a origem das práticas esportivas modernas, demonstrando que existem outras vias “mais sutis, ocultas e até mesmo decisivas no processo de desenvolvimento dos esportes modernos”. Desse modo, Bourdieu (2009) sistematiza uma economia cultural dos bens esportivos pautada na relação entre, de um lado, a oferta – bens esportivos oferecidos aos agentes sobre a forma de prática e consumos – e de outro, a demanda – orientada pelo gosto e das transformações nos estilos de vida. O contexto, anteriormente descrito a partir dos três autores (dentre outros que serão utilizados no estudo pretendido), abriga-se o fenômeno de pesquisa MMA.

Frente ao objetivo proposto, que se assenta sobre uma visão sócio histórica do fenômeno a ser estudado, bem como pela demanda de compreensão de natureza interpretativa e existencial, propõe-se um estudo na perspectiva fenomenológica (HURSSERL,2012). Nesta perspectiva o pesquisador situa a sua análise para além das representações procurando atingir a essência do fenômeno em si mesma. Busca-se assim, segundo Martins (1992) uma compreensão particular daquilo que estuda, sem a pretensão como no positivismo, chegar às generalizações, princípios e leis. Nesse sentido, Martins e Bicudo (1994) sublinham que as descrições são as melhores formas de se ter acesso ao mundo-vida dos sujeitos. Os procedimentos metodológicos do estudo seguirão as orientações de Martins e Bicudo (1994) descritas na análise da estrutura do fenômeno situado, sendo esta é uma das possibilidades da pesquisa fenomenológica, a qual é orientada pelas ideias fundamentais da fenomenologia, e segue os seguintes passos: (a) O primeiro passo consiste na “descrição” das características especiais, que deve retratar e expressar a experiência consciente dos sujeitos integrantes do estudo. (b) o segundo passo é a “redução fenomenológica”, que consiste na crítica reflexiva dos conteúdos obtidos da descrição. (c) o terceiro momento do método é a “interpretação fenomenológica”, quando os procedimentos hermenêuticos (interpretativos). Integrarão o estudo sujeitos que tiveram experiências nos dois momentos do esporte, quando ainda se chamava VALE TUDO, quando ainda não existiam regras e nem tempo para as lutas, e o momento atual do fenômeno MMA. Neste contexto serão abordados, através de entrevistas semiestruturadas, profissionais como: lutadores, técnicos, empresários de lutadores, jornalistas especializados e donos de eventos de MMA.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo pretende responder a questão chave que consiste na busca de compreensão, sob uma visão sociológica, dos fatores que estão influenciando a transformação de um evento marginalizado a se tornar em um negócio milionário no mundo dos esportes. Outro resultado esperado consiste em gerar contribuição teórica, respaldada pela pesquisa empírica, para a literatura do marketing esportivo.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo dos esportes de massa, tal como se caracteriza o MMA, bem como as considerações inerentes à sociedade do espetáculo é assunto que deve integrar a agenda de pesquisa do marketing esportivo, seja pela sua grandeza expressa na atração de grandes investimentos financeiros seja pela sua capacidade de atrair e interferir no modo de vida das pessoas no atual contexto da sociedade moderna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AWI, Felipe. Filho teu não fuge a luta. Rio de Janeiro. Editora Intrinseca, 2012.
- BAUMAN, Z. A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zaar, 2008
- BOURDIEU, J. Pratiques martiales et sports de combat. Acts de la research en ciencias sociales. Paris, v.179, n.6, 2009
- COLTRO, Alex. A fenomenologia: Um enfoque metodológico para além da humanidade. Caderno de Pesquisas em Administração, V.1, n. 11, 1. Trimestre. São Paulo, 2000.
- DARTIGUES, A. O que é a fenomenologia? São Paulo: Ed Moraes, 1992.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, ed.1, 1997.
- HURSSSEL, Edmund. A crise da ciência europeia e a fenomenologia transcendental: uma introdução à filofia fenomenológica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia e o trinfo do espetáculo** (trad. Rosemary Duarte). Revista Líbero, ano VI, vol. 6, no.11, 2004
- LIPOVETSKY, Gilles e SERROY, Jean. **A cultura-mundo, respostas a uma sociedade desorientada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011
- MARTINS J. **Um enfoque fenomenológico do currículo: educação como países**. São Paulo(SP): Cortez; 1992.
- MARTINS J, Bicudo MAV. **A pesquisa qualitativa em Psicologia: fundamentos e recursos básicos**. 2 a ed. São Paulo (SP): Ed. Moraes; 1994.



MARKETING VERDE E CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA NO SETOR AUTOMOTIVO BRASILEIRO

Autor(es)

HYGINO CANHADAS BELLI

Orientador(es)

NADIA KASSOUF PIZZINATTO

INTRODUÇÃO

Existe um discurso sobre a necessidade de utilizar os recursos do planeta sem que haja degradação permanente, de forma que os conceitos de sustentabilidade, preservação ambiental, gestão ecologicamente correta, consciência ecológica e afins, nunca estiveram tanto em evidência. Muitas empresas adotam um posicionamento mercadológico e estratégias de marketing verde, mas são movidas apenas pela oportunidade de mercado.

As atitudes empresariais são verificadas e evidenciadas pela assunção de estratégias do Marketing Verde, ao passo que nas pessoas, essas refletem-se no perfil do consumo e do estilo de vida, sendo que a consciência ecológica ou consciência ambiental, é parte integrante da filosofia de vida de algumas pessoas. O Marketing como disciplina ou como prática, vem incorporando a variante “verde” em virtude das preocupações ambientais que vem permeando as decisões no âmbito dos negócios e sociedade. A gestão do Marketing Verde ou Marketing Ecológico, exige que o composto de marketing seja voltado a um consumidor que se diferencia do consumidor comum (DAHLSTRON, 2011), no que diz respeito aos seus valores e filosofia de vida, assumindo posturas e comportamentos que demonstrem sua consciência ecológica. No setor automotivo, o carro híbrido é o produto verde, para o qual, apesar de sua incipiência no mercado brasileiro, existe uma demanda potencial.

OBJETIVOS

O trabalho tem como objetivo analisar em que medida a consciência ecológica dos consumidores do setor automotivo influencia no processo de decisão de compra de veículos verdes/híbridos a partir de pesquisa bibliográfica.

DESENVOLVIMENTO

Dentre estudos pesquisados sobre marketing verde no setor automotivo, poucos trabalhos no Brasil foram encontrados que tivessem aderência à temática do marketing verde. Dentre eles destacam-se inicialmente o de Teixeira e Calia (2013) que trata da gestão da inovação de produtos mitigadores da poluição e o texto de Carvalho e Hourneaux Jr. (2012), que diz respeito às questões ligadas à sustentabilidade e como elas influenciam na decisão dos consumidores do município de São Paulo. Já Yamaguti (2005) verificou a influência da família na decisão de compra, Carvalho (2006) inves-



tigou o grau de importância dos atributos de eco-design do produto e do emprego de tecnologia de produção eco-eficiente na tomada de decisão de compra de automóveis premium, e por fim, Mendes (2004) apresentou as políticas de controle de poluição atmosférica. As publicações internacionais por sua vez, são inúmeras e bem diversas; isso pode ser explicado pelo fato de que tanto nos Estados Unidos quanto Europa, há mais tempo se discutem e se praticam ações concretas no que diz respeito ao automóvel. Dentre eles, para citar alguns, Griskevicius, Tybur e Van Der Bergh (2010) realizaram um estudo sobre as razões pelas quais as pessoas compravam carros, produtos de limpeza doméstica e máquina de lavar louças com apelos ecológicos. No que diz respeito aos carros, os autores verificaram que o apelo ecológico foi o menos valorizado. Choy e Prizzia (2010) concluíram que independentemente do gênero e da idade, os havaianos comprariam carros híbridos para apoiar a causa ambiental desde que o custo de aquisição fosse o mesmo que o do automóvel convencional. Mitchell e Harrison (2012) mostraram o recente aumento no interesse de compra de veículos verdes no mercado americano a partir dos resultados do estudo de um utilitário esportivo da Ford, sendo que esse tipo de veículo é a preferência do mercado. Bhunnoo, Oogarah-Hanuman e Ramsaran-Fowdar (2011) ilustraram como os lojistas viam o mercado automotivo nas Ilhas Maurício e quais seriam as atitudes para a introdução dos veículos híbridos no mercado. Oliver e Lee (2010) comparam as intenções de compra de carros híbridos entre sul coreanos e americanos verificando similaridades e diferenças. Sangkapichai e Saphores (2009) investigaram os motivos pelos quais os californianos interessam-se por carros híbridos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa foi planejada, estruturada e executada com um perfil exploratório, em que foi realizado um levantamento de grande amplitude de artigos acadêmicos nacionais e internacionais, periódicos, livros, dissertações, teses, documentários em televisão, reportagens de portais especializados e notícias em geral, visando levantar a maior quantidade de informação sobre os temas central e periférico do trabalho, bem como sua classificação conforme a temática encontrada. Para Malhotra (2012) o objetivo de uma pesquisa exploratória é fazer uma busca em um problema ou uma situação para oferecer informações e se obter maior compreensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Pesquisa Exploratória em publicações internacionais demonstrou que os fatores ecológicos foram menos importantes na compra, o que pode ser explicado pela existência de diferentes níveis de comprometimento ecológico. Tal classificação não foi localizada na pesquisa bibliográfica no Brasil para verificar o nível de comprometimento do consumidor no que diz respeito à consciência ecológica e se ela interfere na intenção de compra dos automóveis.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BHUNOO, M. K.; OOGARAH-HANUMAN, V.; RAMSARAN-FOWDAR, R. R., Analyzing the potential market for hybrid cars: a survey of car dealers in Mauritius. *Global Business and Management Research*, Vol. 3, No. 2, 2011 pp. 215-230.
- CARVALHO, A.; HORNEAUX JR, F. H., A sustentabilidade na indústria automobilística: vantagem competitiva ou um sonho distante? *Rev. Adm. UFSM*, Santa Maria, v. 5, Edição Especial, p. 785-798, Dez. 2012.
- CARVALHO, V. A., A influência do fator ambiental na decisão de compra de automóveis premium: um estudo com consumidores brasileiros. Dissertação de Mestrado. UFF, Niterói, 2006.
- CHOY, D.; PRIZZIA, R., Environmental Consumerism and the Role of the Hybrid Auto in Hawaii. *International Management Review* Vol. 6, No. 1, 2010.
- DAHLSTROM, R., Gerenciamento do Marketing Verde. São Paulo, Cengage Learning, 2011.
- GRISKEVICIUS, V.; TYBUR, J. M.; VAN DEN BERGH, B., Going green to be seen: status, reputation, and conspicuous conservation. *Journal of Personality and Social Psychology*, Minnesota, v.98, n.3, p.392-404, mar. 2010.
- MALHOTRA, N. K., Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 4. ed. São Paulo: Bookman, 2012.
- MENDES, F. E., Avaliação de Programas de Controle de Poluição Atmosférica por Veículos Leves no Brasil. Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.
- MITCHELL, L. D.; HARRISSON, D. E., Greenwashing to green innovation in automotives and beyond. *Business Renaissance quarterly*, 2012.
- OLIVER, J. D.; LEE, S. H., Hybrid car purchase intentions: a cross-cultural analysis. *Journal of Consumer Marketing* 27/2 (2010) 96-103.
- SANGKAPICHAI, M.; SAPHORES, J. D., Why are Californians interested in hybrid cars? *Journal of Environmental Planning and Management* Vol. 52, No. 1, January 2009, 79-96.
- TEIXEIRA, I. G. R.; CALIA, R. C., Gestão da inovação, desenvolvimento e difusão de veículos híbridos e elétricos mitigadores da poluição urbana: um estudo de caso múltiplo. *Revista de Administração e Inovação*, São Paulo, v. 10, n.2, p.199-218, abr./jun. 2013.
- YAMAGUTI, C. L., O comportamento do consumidor e a influência da família no processo de decisão de compra de automóveis novos. Dissertação de Mestrado. PUC-SP, São Paulo, 2005.



**GRUPO DE DISCUSSÃO DOCENTE: UM INSTRUMENTO
DE APRENDIZAGEM PARA PROFESSORES QUE ATUAM EM
LICENCIATURA EM MÚSICA NA MODALIDADE EAD**

Autor(es)

CELSO AUGUSTO DOS SANTOS GOMES

Orientador(es)

MARIA NAZARÉ DA CRUZ

INTRODUÇÃO

Com a aprovação da Lei Nº 11.769 de 2008 (BRASIL, 2008), que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de música nas escolas de educação básica no Brasil, observamos pela emergência de várias demandas. Uma dessas demandas é a de se formar os educadores musicais capazes de trabalhar a música com criticidade, ou seja, de praticar a educação musical na educação básica tendo em vista questões, como por exemplo as seguintes destacadas: Quais os valores musico-educacionais para o contexto escolar da educação básica? Quais elementos musicais que devem ser abordados nesse contexto? Como trabalhar as atividades de ensino e aprendizagem da música nesse contexto? Como destaca Karter (2012), para que a música seja inserida nas escolas na atualidade há de se contemplar saberes e fazeres docentes que, se situados com referida contemporaneidade, demandam por uma consciência docente de forma contextualizada com a renovação da educação musical que se iniciou no início do século XX e culminou nas décadas de 1960 e 1970, chegando até os dias atuais. Em decorrência dessa necessidade de se formar educadores com conhecimentos musicais, mas que, sobretudo, tenham a capacidade crítica de pensar e repensar sempre a sua atuação docente na educação básica de forma contextualizada com a atualidade, observamos pela emergência de mais demandas. Dentre essas demandas podemos destacar outras duas: a primeira é a de ‘se refletir sobre o processo de formação desses educadores musicais’, o que implica diretamente na segunda e que se refere à necessidade de ‘pensar a atuação dos formadores desses educadores musicais frente à prática docente nos cursos de licenciatura em música’.

OBJETIVOS

Abraçando essa última demanda como tema de pesquisa, elegemos o seguinte problema para o desenvolvimento de tese de doutoramento: como os formadores de educadores musicais aprendem a ser professores de licenciatura em música na modalidade de educação a distância (EaD)?

DESENVOLVIMENTO

Justificamos a importância de se trabalhar tal problema de pesquisa, pois, como nos mostra Mill (2012), a maioria dos educadores que estão atuando em cursos virtuais tem



desenvolvido seus saberes docentes no cotidiano do trabalho pedagógico virtual. Ainda esse autor mostra que, não só pela ausência no Brasil de cursos de formação inicial para professores de EaD, geralmente a formação do ofício de docente na educação virtual tem se dado por metaformação, ou seja, aprender fazendo ou se ‘formar formando’. Isso indica que essas particularidades de formação, saberes e perfil docente para EaD estão na base das discussões sobre docência virtual, pois dizem respeito ao fazer pedagógico do teletrabalhador docente e à sua identidade profissional. Mill (2012) mostra também que o trabalho prático e reflexivo na EaD, no percurso da metaformação, põe em questão a noção de autonomia docente, o domínio de uma base de saberes docentes, uma visão de todo o processo de produção na educação e na coletividade no trabalho. Tendo em vista tal coletividade, conjecturamos que, com os desafios/dificuldades que esses sujeitos encontraram/encontram em suas atuações nessa modalidade de docência, conhecimentos docentes são constituídos e podem ser potencializados por meio de interações entre seus colegas de trabalho em um grupo de discussão on-line. Portanto, para o desenvolvimento dessa pesquisa tomamos as discussões desses sujeitos, que foram realizadas em ambiente de webconferência, tendo em vista que esse ambiente virtual pode se configurar como um meio para compreender como eles foram aprendendo a ser professores de licenciatura em música na modalidade EaD.

ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Para a realização da pesquisa, propus a formação de um grupo de discussão docente para sete professores do curso de licenciatura em música, que se reuniria semanalmente por meio de uma ferramenta de webconferência chamada de BlackboardCollaborate, disponibilizada no ambiente virtual, denominado sala virtual de professores pela instituição em que realizei a investigação. Propus para os professores alguns horários para a realização das webconferências semanais. Entretanto, pela dificuldade da agenda de todos os professores participarem em um mesmo horário semanal, acabamos constituindo dois grupos de discussão.

Nessa pesquisa, nos apoiamos na perspectiva vygotskyana que concebe que através dos outros constituímos-nos (VYGOTSKY, 2000). Nessa abordagem, chamada de histórico-cultural, a “ação do sujeito é considerada a partir da ação entre sujeitos” (GÓES, 1991, p. 17) e logo, o desenvolvimento psicológico se mostra como um processo de apropriação de formas culturais que acontece historicamente no espaço das interações, ou seja, na intersubjetividade.

Etendemos ser possível analisar e interpretar as interações desenvolvidas entre professores que atuam em um mesmo curso de licenciatura em música na modalidade EaD. Para isso, tomamos alguns procedimentos propostos por Aguiar e Ozella (2006) para organizar e interpretar as falas gravadas em um grupo de discussão constituído pelos professores aqui pesquisados.

Com o objetivo nos instrumentalizar de forma contextualizada com a abordagem histórico-cultural, objetivamos, com tais procedimentos, apreender os sentidos que constituem o conteúdo do discurso dos professores (sujeitos informantes) através de núcleos de significação. Três etapas são utilizadas nessa perspectiva: pré-indicadores, indicadores e núcleos de significação.



OS PRÉ-INDICADORES

A primeira unidade que se destaca, no momento ainda empírico desta pesquisa, é o que Aguiar e Ozella (2006, p. 229) denomina por “palavra com significado”. Tal como entendem esses autores, consideramos inicialmente a palavra sem a intenção de fazer mera análise das construções narrativas, mas com a intenção de fazer uma análise do sujeito. Isso quer dizer que partimos das palavras inseridas no contexto que lhes atribuí significado, compreendendo como contexto, desde a narrativa do sujeito até as condições histórico-sociais que o constituem. Nessa perspectiva, fizemos várias leituras “flutuantes” da transcrição do material gravado, que, aos poucos, permitiram nos familiarizar, destacar e organizar o que Aguiar e Ozella (2006) entendem por pré-indicadores para a construção dos núcleos futuros.

INDICADORES

Seja pela similaridade, pela complementaridade ou pela contraposição dos pré-indicadores, tivemos a constituição dos indicadores. Com uma menor diversidade que os pré-indicadores, os indicadores nos permitiram caminhar na direção dos possíveis núcleos de significação. Segundo Aguiar e Ozella (2006), esses indicadores se mostram como critérios para aglutinação e que não são necessariamente isolados entre si, pois alguns indicadores podem ser complementares pela semelhança do mesmo modo que pela contraposição: “um fato identificado como pré-indicador, ao ser aglutinado, pode indicar o caráter impulsionador/motivador para ação em uma determinada condição” (p. 230).

Tendo em vista que esses pré-indicadores e outros se mostram como conteúdos temáticos junto aos quais os indicadores adquirem algum significado, podemos observar, portanto, que essa aglutinação se constitui o início do processo de análise, pois como mostra Aguiar e Ozella (2006). Nessa etapa, mesmo que ainda empírica e não interpretativa, já temos um início de nuclearização e que será melhor desenvolvida a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O atual estágio desta pesquisa é o da construção dos núcleos de significação, uma ação que, embasados em Aguiar e Ozella (2006), estamos desenvolvendo de posse desse conjunto (os indicadores e seus conteúdos). Estamos, assim, voltando às transcrições das falas dos professores para obtermos uma primeira seleção dos trechos que ilustram e esclarecem os indicadores. Nesse sentido, iniciamos um processo de articulação que se objetiva na organização dos núcleos de significação através de sua nomeação, pois os indicadores, nessa perspectiva, se mostram fundamentais para a identificação dos conteúdos e sua mútua articulação. Os indicadores tendem a revelar e objetivar a essência dos conteúdos expressos pelos sujeitos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa organização dos núcleos, entretanto, se direciona para que possamos passar para a etapa da análise desses núcleos de significação. Um procedimento que almeja explicitar semelhanças e/ou contradições que vão novamente revelar o movimento do sujeito. Segundo os autores supracitados tais contradições não necessariamente estão manifestas na aparência do discurso, sendo apreendidas a partir da análise do pesquisador.

Em consonância a Aguiar e Ozella (2006) e tendo como referência Vygotsky (1998) ao mencionar que um corpo só se revela no movimento Vygotsky, Assim, só avançaremos na compreensão dos sentidos quando os conteúdos dos núcleos forem articulados. Nessa etapa, temos a realização de um momento da análise mais complexo, completo e sintetizador, ou seja, quando os núcleos são integrados no seu movimento, analisados à luz do contexto do discurso em questão, à luz do contexto socio-histórico, à luz da teoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, W. M. e J. OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. Revista Psicologia, Ciência e Profissão, 2006.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008.
- Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Brasília, 2008. Disponível em: . Acesso em: 24 out 2011.
- GÓES, Maria Cecília. A natureza social do desenvolvimento psicológico. Cadernos CEDES, no 24, Campinas: Papyrus, 1991, p.17-24.
- KARTER, Carlos. "Por que Música na Escola?": algumas reflexões. In: JORDAO, G. (Org.) ; ALLUCCI, R. R. (Org.) ; MOLINA, S. A. (Org.) ; TERAHATA, A. M. (Org.) . A Música na Escola. São Paulo: Allucci e Associados Comunicações, 2012. v. 1.
- MILL, Daniel. Docência Virtual: Uma visão crítica. Campinas/SP: Papyrus, 2012.
- VYGOTSKI, Lev S.. Manuscrito de 1929. Educ. Soc., Campinas , v. 21, n. 71, p. 21-44, July 2000 . Available from . access on 23 July 2015. VYGOTSKY, L. Pensament



RELAÇÃO DO LIMIAR DA VARIABILIDADE DA FREQUÊNCIA CARDÍACA COM A ATIVAÇÃO PARASSIMPÁTICA EM REPOUSO DE MULHERES ADULTAS SAUDÁVEIS

Autor(es)

TIAGO VOLPI BRAZ

MÁRCIO ANTÔNIO SINDORF

MOISÉS DIEGO GERMANO

Orientador(es)

CHARLES RICARDO LOPES

INTRODUÇÃO

O limiar da variabilidade da frequência (LiVFC) representa a gradual retirada vagal que ocorre durante um exercício de intensidade progressiva, fenômeno que, em diversas condições, ligeiramente antecede ou coincide com o limiar calculado por meio de parâmetros ventilatórios ou lactato (KARAPETIAN; ENGELS; GRETEBECK, 2008). É um método simples, efetivo e não invasivo para prescrição da intensidade do treinamento aeróbio (DOURADO et al., 2010). Sessões de treinamento com intensidade abaixo do LiVFC podem refletir o predomínio metabólico oxidativo do exercício priorizando a utilização de ácidos graxos circulantes na corrente sanguínea (Buchheit; Gindre, 2006), assim como, acima do LiVFC refletir aumento da atividade simpática e aumento da liberação de catecolaminas (FARQUHAR.; GREANEY, 2015), como por exemplo em treinamentos intervalados de alta intensidade (BUCHHEIT; LAURSEN, 2013). Também pode ser utilizado para definir aptidão cardiovascular (retirada vagal) de praticantes de atividade física e modalidades esportivas durante a sessão de treinamento ou em condições de repouso (BUCHHEIT, 2014).

A variabilidade da frequência cardíaca em repouso (VFCrep) pode ser utilizada para demonstrar a modulação do sistema nervoso simpático e parassimpático e pode prever o comportamento da ativação cardíaca em diferentes tipos de populações. Em Ciências do Movimento Humano, pode ser utilizada para monitoramento da carga de treinamento (Buchheit et al, 2007), auxílio a diagnóstico de condições patológicas (WHITE; RAVEN, 2014) e sobretudo para identificar nível de condicionamento aeróbio e efeito crônico de treinamento (BUCHHEIT, 2014). Atletas de provas de endurance (corrida, ciclismo, triathlon) possuem maior modulação parassimpática da frequência cardíaca em repouso quando comparado a sujeitos saudáveis praticantes de atividade física ou sedentários (ACHTEN; JEUKENDRUP, 2003).

Neste sentido, é possível que sujeitos com maior atividade parassimpática em repouso também apresentem maiores valores de LiVFC, já que uma das principais adaptações do treinamento aeróbio é justamente a bradicardia de repouso causada em consequência do aumento do tônus vagal cardíaco (FARQUHAR.; GREANEY, 2015). Como hipótese inicial para o presente estudo espera-se que as voluntárias analisadas



apresentem correlação do valor do LiVFC com a variável escolhida para representar a atividade parassimpática em repouso.

OBJETIVOS

Verificar se existe relação do limiar da variabilidade da frequência cardíaca com a ativação parassimpática em repouso de mulheres adultas saudáveis.

DESENVOLVIMENTO

Participaram deste estudo, 22 voluntárias adultas saudáveis do gênero feminino com mais de 40 anos. As características da amostra do estudo são apresentadas na tabela 1. Nenhuma voluntária possuía doença cardíaca, pulmonar ou metabólica (ex: hipertensão arterial sistêmica e diabetes). Fumantes e ex-fumantes foram excluídas do estudo, assim como participantes com índice de massa corporal maior que 35 kg/m². Este estudo foi conduzido de acordo com a declaração de Helsinki e todos os procedimentos foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição local cadastrada na plataforma Brasil, conforme parecer no 950.277/2015.

Características das voluntárias (n=22)	Média ± DP
Idade (anos)	51,1± 11,3
Estatura (m)	1,60 ± 0,07
Peso (kg)	70,0 ± 18,3
IMC (kg/m²)	27,8 ± 5,1
RCQ	0,85 ± 0,09
Percentual Gordura (%)	31,6 ± 5,7
Pressão Arterial Sistólica (mmHg)	118,9 ± 11,7
Pressão Arterial Sistólica Diastólica (mmHg)	78 ± 6

Tabela 1: Dados descritivos (média e DP) da amostra analisada no estudo.

Anteriormente ao início do estudo, todas voluntárias foram questionadas sobre a utilização de qualquer substância capaz de alterar a modulação autonômica da frequência cardíaca (ex: álcool, estimulantes, beta bloqueadores, etc.). Nenhuma realizava terapia de reposição hormonal, entretanto, 3 estavam na fase pós-menopausa. Além disto, foram orientadas a não realizarem exercícios e ingerir bebidas alcoólicas e/ou estimulantes 24 horas antes dos testes, realizando uma refeição leve duas horas para o início dos procedimentos. As avaliações foram feitas pelos mesmos avaliadores e sempre no período matutino, tendo em vista evitar efeitos da variação do ciclo circadiano.

No primeiro dia as voluntárias foram avaliadas pela variabilidade da frequência cardíaca em repouso (VFCrep) e no segundo dia pelo teste incremental de caminhada (Incremental shuttle Walk Test, ISWT) proposto por Singh et al. (1992) e com amplo referencial teórico discutido por Parreira et al. (2014). Os dados da frequência car-



díaca na VFCrep e ISWT foram obtidos por meio do monitor de frequência cardíaca Polar RS800CX® (Polar Electro, OY, Kempele, Finlândia). Os intervalos R-R (iR-R) gravados foram transferidos por meio de uma interface para um computador compatível. Em seguida, os sinais da frequência cardíaca foram processados para calcular a VFC usando o software Kubios HRV® (Biomedical Signal Analysis Group, Universidade de Kuopio, Finlândia), calculando-se os valores da VFC com base em iR-R. Todos iR-R com diferença maior que 20% do intervalo adjacente anterior foram automaticamente filtrados, retirando batimentos inadequados e prematuros. Foram obtidas as variáveis SD1 (método não linear da Plotagem de Poincaré) durante o ISWT e RMSSD (raiz quadrada da média dos quadrados das diferenças entre intervalos RR normais adjacentes, expressa em milissegundos) no domínio do tempo para a VFCrep. O índice estatístico RMSSD representa predominantemente o tônus vagal cardíaco e, conseqüentemente, a atividade parassimpática da frequência cardíaca (BUCCHEIT et al., 2014).

Durante a VFCrep as voluntárias permanecerem na posição supinada por um período de 5 minutos e foram orientadas a não conversar e realizar movimentos. Em seguida, a frequência cardíaca foi registrada por mais 10 minutos, durante os quais, mantiveram respiração espontânea, sendo a mesma observada e anotada pelo avaliador. Antes do início dos testes, os indivíduos foram questionados sobre a ocorrência de uma noite normal de sono. Já o ISWT foi realizado em um corredor de 10 m de comprimento marcado por cones, com aumento da cadência em 0,17 m/s a cada minuto e início à 0,5 m/s até a exaustão do indivíduo. O controle da velocidade foi feito por sinais sonoros emitidos pelo software Beat Training & Test® (CEFISE, Nova Odessa, Brasil). Como o protocolo não foi aplicado em indivíduos com doenças crônicas respiratórias, se estendeu para 15 níveis (1.500 m) para minimizar o efeito teto (DOURADO et al., 2010). O LiVFC foi considerado o primeiro estágio do ISWT em que SD1 fosse menor ou igual que 3 ms (LIMA; KISS, 1999).

O tratamento estatístico dos dados foi realizado no software BioEstat 5.0 ®. Foi verificada a normalidade e homogeneidade das variâncias pelo teste de Shapiro-Wilk e Levene, respectivamente. Após assumida a normalidade foi utilizado média e desvio padrão (DP) da média. Em seguida, testou-se o grau de relação das variáveis LiVFC e ativação parassimpática em repouso pelo coeficiente de correlação de Pearson, adotando-se como nível de significância $p < 0,05$. O valor r da correlação foi classificado em $< 0,5$ Leve, 0,5 a 0,7 moderado ou $> 0,7$ forte.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na tabela 2, podem ser verificados os valores descritivos do LiVFC e ativação parassimpática em repouso (RMSSD) para a amostra analisada no presente estudo:



Variáveis	Média ± DP
Ativação parassimpática em repouso (RMSSD ms ⁻¹)	26,6 ± 4,8
LiVFC (Km/h ⁻¹)	8,4 ± 1,7

Tabela 2: Média e desvio padrão das variáveis LiVFC e RMSSD

Legenda: RMSSD = Raiz quadrada da média do quadrado das diferenças entre um intervalo de tempo; LiVFC = Limiar da Variabilidade da Frequência Cardíaca.

Os resultados encontrados da variável RMSSD ($26,6 \pm 4,8$ ms) para a ativação parassimpática em repouso condizem com os valores normativos gerais descritos no Task Force (1996) de 27 ± 12 milissegundos. Os valores de LiVFC no ISWT calculado para o presente estudo ($8,4 \pm 1,7$ km/h) foram superiores aos descritos por Braz et al. (2015) e Dourado et al. (2010). Braz et al. (2015) apresentaram valores de $6,21 \pm 1,64$ km/h em mulheres sedentárias adultas e Dourado et al. (2010) de $5,10 \pm 1,04$ km/h em 7 homens e 3 mulheres sedentárias com idade entre 31 e 83 anos.

Por outro lado, a figura 1 demonstra a relação do limiar da variabilidade da frequência cardíaca (LiVFC) com a ativação parassimpática em repouso (RMSSD) das voluntárias. Foi encontrada uma correlação significativa forte ($r = 0,867$, $r^2 = 0,752$, IC 95% = 0,702 a 0,944) entre as 2 variáveis analisadas, demonstrando existir relação do LiVFC com ativação parassimpática em repouso nas 22 mulheres analisadas no estudo.

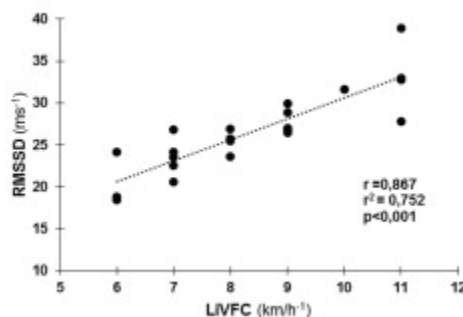


Figura 1: Relação do limiar da variabilidade da frequência cardíaca (LiVFC) com a ativação parassimpática em repouso (RMSSD) nas 22 mulheres analisadas no estudo.

A correlação forte significativa encontrada confirma a hipótese inicial do presente estudo de que existe relação do LiVFC com atividade parassimpática em repouso (RMSSD). De fato, indivíduos com valores de LiVFC elevados apresentam maior condicionamento cardiorrespiratório (KARAPETIAN; ENGELS; GRETEBECK, 2008), associando-se a aumento do tônus vagal cardíaco, redução da frequência cardíaca de marcapasso (intrínseca), menor ativação simpatoadrenal durante o exercício físico e concentrações circulantes mais baixas de catecolaminas em uma mesma carga absoluta de trabalho (ACHTEN; JEUKENDRUP, 2003).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do presente estudo permitem concluir que existe uma forte correlação do limiar da variabilidade da frequência cardíaca com a ativação parassimpática em repouso de mulheres adultas saudáveis. Em estudos futuros, seria importante investigar a hipótese proposta em pesquisa do tipo longitudinal verificando efeitos crônicos do treinamento e possível relação de incremento do LiVFC com aumento de ativação do sistema nervoso autônomo parassimpático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHTEN, J.; JEUKENDRUP, A.E. Heart rate monitoring: applications and limitations. **Sports Medicine**, Auckland, v.33, n.51, p.7-38, 2003.
- BRAZ, T. V. et al. Relação do limiar da variabilidade da frequência cardíaca com a magnitude da carga interna de treinamento em mulheres sedentárias. In: **IX Congresso Internacional de Educação Física e Motricidade Humana. Fronteira em Movimentos na Educação Física: Interface em Educação e Saúde**. Rio Claro: Motriz, v. 21. p. 115, 2015.
- BUCHHEIT, M et al. Effects of increased training load on vagal-related indexes of heart rate variability: a novel sleep approach. **American Journal of Physiology Heart Circ Physiology**, v.287, p.2813-2818, 2004.
- BUCHHEIT, M. et al. Noninvasive assessment of cardiac parasympathetic function: postexercise heart rate recovery or heart rate variability? **American Journal of Physiology Heart Circ Physiology**, v. 293, n.1, p.8-10, 2007.
- BUCHHEIT, M. Monitoring training status with HR measures: do all roads lead to Rome? **Frontiers in Physiology**, v.27, n. 5, p. 73, 2014.
- BUCHHEIT, M.; Gindre, C. Cardiac parasympathetic regulation: respective associations with cardiorespiratory fitness and training load. **American Journal of Physiology Heart Circ Physiology**, v. 291, n.1, p.451-458, 2006.
- BUCHHEIT, M.; LAURSEN, P. B. High-Intensity Interval Training, Solutions to the Programming Puzzle: Part I: Cardiopulmonary Emphasis. **Sports Medicine**, v. 43, n. 5, p. 313-338, 2013.
- DOURADO, V. Z. et al. Reference values for the incremental shuttle walk test in healthy subjects: from the walk distance to physiological responses. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, v.39, n. 2, p.190-197, 2013.
- DOURADO, V. Z.; et al. A Simple Approach to Assess VT During a Field Walk Test. **International Journal of Sports Medicine**, v. 31, n. 10, p. 698-703, 2010.
- FARQUHAR, W. B.; GREANEY, J. L. Autonomic Exercise Physiology in Health and Disease. **Autonomic Neuroscience**, v. 188, p. 1-2, 2015.
- KARAPETIAN, G. K.; ENGELS, H. J.; GRETEBECK, R. J. Use of Heart Rate Variability to Estimate LT and VT. **International Journal of Sports Medicine**, v. 29, n. 8, p. 652-657, 2008.
- LIMA, J. R. P.; KISS, M. A. P. D. Limiar de variabilidade da frequência cardíaca. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Pelotas, v. 4, n. 1, p.29-38, 1999.



LOPES, P. F. F. t al. Aplicabilidade Clínica da Variabilidade da Frequência Cardíaca. **Re-
vista Neurociência**. São Paulo, v. 24, n. 4, p.600-603, 2013.

PARREIRA, V. F. V. et al. Measurement Properties of the Incremental Shuttle Walk Test:
A Systematic Review. **Chest**, v. 145, n. 6, p. 1357–1369, 2014.

SINGH, S. J. et al. Development of shuttle walking test of disability in patients with
chronic airways obstruction. **Thorax**. v.47, n.12, p.1019-1024, 1992.

TASK FORCE. Heart rate variability: Standards of measurement, physiological inter-
pretation and clinical use. **Circulation**. Dallas, v.93, n.5, p.1043-1065, 1996.

WHITE, D. W.; RAVEN, P. B. Autonomic neural control of heart rate during dynamic
exercise: revisited. **The Journal of Physiology**, v. 592, n.12, p. 2491–2500, 2014.



O PROJETO EDUCACIONAL METODISTA EM UM ESTUDO DE CASO: O COLÉGIO AMERICANO DE TAUBATÉ/SP (1890-1894)

Autor(es)

CHRISTIANE GRACE GUIMARÃES DA SILVA

Orientador(es)

MAURO CASTILHO GONÇALVES

INTRODUÇÃO

Foi com minha dissertação de mestrado intitulada *A laicização do ensino. Um debate na imprensa de Taubaté acerca do novo modelo republicano de educação (1891-1905)*, que me deparei pela primeira vez com o tema metodismo/educação. Ao estudar o período do final do século XIX, tendo como fonte principal os periódicos que circulavam na cidade, constatei um conflito entre católicos e protestantes a partir da instalação do Colégio Americano de Taubaté, criado por James Lillbourne Kennedy e que começa suas atividades no dia 05 de março de 1890. Inicia-se então, uma série de discussões encontradas nas páginas de dois jornais de posições antagônicas, o *Jornal do Povo*, criado em 08 de julho de 1888, de tendências declaradamente republicanas e apoiador do Colégio Americano e seu opositor o *Noticiarista* instalado no mesmo ano, que tinha como redator Antônio do Nascimento Castro, vigário da cidade de Taubaté e férreo opositor da atuação dos protestantes. Em última análise, essa contenda apresentada tinha como escopo questões ligadas ao novo modelo republicano de educação, que poderia estar representado (ou não) no modelo pedagógico implantado pelos protestantes e, concomitantemente, na possibilidade de proselitismo realizado dentro do Colégio que poderia ameaçar as estruturas católicas da cidade. Este estudo, circunscrito ao Grupo de Pesquisa História dos Intelectuais e Instituições da Educação Brasileira e com uma proposta de pesquisa de análise de fontes inserida no domínio historiográfico da História Cultural, se propõe a examinar as relações entre o projeto educacional metodista e a instalação do Colégio Americano de Taubaté/SP. Muito se tem pesquisado sobre a atuação dos protestantes no campo da educação no Brasil, especialmente no período de transição entre a monarquia e a república. Segundo Hilsdorf Barbanti (1977), os colégios americanos de confissão protestante se tornaram influentes por conta do “jogo das forças vivas do pensamento político-cultural da época e no entrechoque das diferentes posturas religiosas, políticas e pedagógicas de então” (p.02), o que pode ser facilmente verificável nos jornais que circulavam em Taubaté no final do século XIX. No levantamento bibliográfico, os trabalhos pesquisados que tratam da instalação dos colégios metodistas, de maneira geral citam Taubaté como referência para a difusão do metodismo na região (Camacho, 2001; MESQUITA, 2001; Novaes, 2003; Salvador, 1982; Silva, 2000; CORDEIRO, 2008).



OBJETIVOS

Não é novidade o embate das elites das cidades onde se instalaram colégios de confissão protestante, e não reside aí a importância desta pesquisa, mas estabelecer a relação do projeto educacional metodista em um estudo de caso restrito a uma cidade do interior do Estado de São Paulo que, segundo o *Woman's Missionary Advocate*, periódico publicado pelos metodistas para divulgação e organização do seu projeto missionário, "era uma oportunidade que não poderia ser perdida" (n. 10, Abril 1890), parece contribuir para fomentar os estudos sobre educação protestante metodista. A instalação do Colégio Americano de Taubaté, em 05 de março de 1890, suscitou, meses depois de sua inauguração, uma série de discussões encontradas nas páginas dos jornais que tinham relação com as questões ligadas ao novo modelo republicano de educação que poderia, como já foi dito, estar representado (ou não) no modelo pedagógico implantado pelos protestantes e, evidentemente, na possibilidade do proselitismo realizado dentro do Colégio que ameaçava as estruturas católicas da cidade. Evidentemente, foi intenso o debate iniciado com a vinda dos primeiros missionários protestantes metodistas à Taubaté, visto que estamos falando de uma cidade do interior com fortes influências católicas e que rechaçava qualquer possibilidade de desestabilização de seu Statu quo. A criação do Colégio Americano colocava em questão o significado da escola no seio da sociedade e todas as mudanças referentes à educação que estavam sendo propostas pela República que se instalava no Brasil.

DESENVOLVIMENTO

Nesta pesquisa, os periódicos se apresentam como fonte privilegiada. Segundo Capelato (1994), para uma abordagem adequada do jornal como fonte é preciso primeiramente formular perguntas a respeito do sujeito da enunciação, dos interlocutores diretos, dos leitores, das modalidades e recursos discursivos, mas também da representação da realidade e do "projeto" do jornal, dos caminhos que este apresenta para alcançá-los e a necessidade de fazer emergir a figura dos jornalistas como sujeitos dotados de consciência que podem determinar uma prática política. Luca (2006), indica alguns procedimentos essenciais ao se trabalhar com a imprensa como fonte de pesquisa. Além da necessidade de se localizar as publicações na história da imprensa, é preciso atentar para as características como a periodicidade; inteirar-se da forma de organização interna do conteúdo; caracterizar o grupo responsável pela publicação; identificar os principais colaboradores; identificar o público a que se destinava o periódico e analisar o material de acordo com a problemática escolhida. Esses procedimentos foram adotados para analisar os periódicos utilizados como fonte desta pesquisa. Calorosos debates são publicados nos dois jornais e se estendem por diversos números, não publicados aqui por falta de espaço.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Trata-se então de dois cenários distintos: de um lado um Colégio que representava, para uma elite privilegiada, uma nova postura religiosa, política e pedagógica e para um outro segmento, liderado pelo vigário da cidade, uma ameaça às bases católicas do muni-



cípio. Para Nascimento Castro, a laicidade do ensino advinda com a República, “retirava Deus das escolas” e possibilitava a proliferação desses colégios de confissão não-católica que se apresentavam como renovadores e modernos, mas que eram “verdadeiros antros de perversão” (O Noticiarista, 21/02/1892, nº. 355, p. 01). Esse caráter renovador e moderno atribuído ao Colégio Americano representava o novo modelo de educação propagandeado pelos republicanos, baseado numa escola renovada nos seus métodos, nos processos de ensino, nos programas e na organização didático-pedagógica. Sobre o fechamento do Colégio Americano de Taubaté, Kennedy (1928) descreve o sucesso do Colégio e deixa transparecer claramente seu caráter proselitista, entretanto não se pode cair na ilusão de que, gozando de imensa prosperidade, o Colégio simplesmente fecha suas portas em 1904 e é transferido para São Paulo, onde um ano depois encerra suas atividades. O motivo que levou ao fechamento do Colégio Americano não aparece de forma explícita nas páginas dos jornais ou nos livros publicados pela Igreja Metodista. Entretanto, em conferência realizada em Julho de 1895, na cidade de São Paulo, ficam evidente os problemas financeiros ligados ao fechamento do mesmo. “Tendo, demais, sido trazido ao conhecimento da Junta que o Collegio Americano de Taubaté, removido em fins do anno passado para esta cidade de São Paulo, fechou-se com uma dívida de 7:421\$000, pela qual fez-se pessoalmente responsável o seu diretor Rev. J. L. Kennedy; considerando que este collegio não ser uma empresa particular do Sr. Kennedy mas sim de nossa Conferencia; considerando que os lucros auferidos, se os tivesse havido, não seriam propriedade do seu diretor e sim da Conferencia seus constituinte, e que portanto os prejuízos deveriam ser pelo mesmo motivo acarretados por esta; considerando mais que sem este apoio moral da Conferencia, nem o Sr. Kennedy, nem qualquer um outro em circunstâncias idênticas, chamaria a si a responsabilidade de uma tal empresa, a vossa Comissão vos pede e insta convosco para que soliciteis da Junta Geral de Missões nos Estados Unidos o pagamento desta dívida, votando ella para isso uma verba annual, satisfazendo assim o compromisso que moralmente assumiste”. (p. 22-23) Esta transcrição de parte da Conferência elucida, enfim, os verdadeiros motivos do fechamento do Colégio Americano de Taubaté.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre o final do século XIX e início do XX os protestantes metodistas intensificaram seus projeto missionário no Brasil a partir da proclamação da República e tinham na educação escolar o meio de transformação da sociedade a partir da conversão do maior número de pessoas à causa protestante. O proselitismo protestante metodista está presente tanto nos relatórios apresentados através das conferências realizadas no Brasil como também nos relatórios da *Woman's Missionary Advocate*, periódico cujo conteúdo está sendo estudado por esta pesquisadora para elaboração de sua tese de doutoramento. A difusão do metodismo pelo caminho da educação escolar se deu com a instalação de diversas escolas, cujos estudos mostram, na sua totalidade, uma contenda envolvendo a igreja católica e a instalação dessas instituições de ensino já que os protestantes foram, ora acusados de perverter a ordem existente e usar a educação de maneira proselitista, ora exaltados pela possibilidade de trazer



ao país novas tendências e perspectivas educacionais diante do que era denominado atrasado e conservador no âmbito escolar. A instalação do Colégio Americano de Taubaté fez parte desse projeto missionário metodista, e sua curta duração (1890-1894) não diminuiu sua importância frente aos objetivos traçados pelos metodistas. A intensidade dos debates ocorridos na cidade e posteriormente a notoriedade dada a Eula Kennedy, filha de J. L. Kennedy, nascida em Taubaté, que continuou o trabalho do pai na difusão da educação metodista no Brasil, que retornou à Taubaté sendo homenageada em 1957 como “grande educadora taubateana”, sendo posteriormente agraciada com o título de Cidadã Taubateana e membro da Academia Taubateana de Letras, mostra a permanência desse projeto cultural imposto pelos protestantes nesta cidade e indica a perspectiva de pesquisas na área como contribuição à História da Educação Protestante no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMACHO, Vinícius Maia. 2001. *Os metodistas em Taubaté (1889-1930)*. Monografia de História. Departamento de Ciências Sociais e Letras, Universidade de Taubaté.
- CAPELATO, Maria Helena R. 1994. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp.
- CORDEIRO, Ana Lúcia Meyer. 2008. *Metodismo e educação no Brasil: as tensões com o catolicismo na primeira república*. Tese de doutorado. Ciência da Religião. Universidade Federal de Juiz de Fora.
- HILSDORF BARBANTI, Maria Lucia. 1977. *Escolas Americanas de confissão protestante na Província de São Paulo: Um estudo de suas origens*. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Estudos Pós Graduados em Educação: História e Filosofia da Educação. Faculdade de Educação: Universidade de São Paulo, São Paulo.
- KENNEDY, James L. 1928. *Cincoenta annos de Metodismo no Brasil*. São Paulo: Imprensa Metodista.
- LUCA, Tânia Regina de. 2006. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: Pinsky, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto.
- NASCIMENTO, Esther Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. 2005. *Educar, curar, salvar: uma ilha de civilização no Brasil tropical*. Tese de Doutorado. Estudos Pós Graduados em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
- NOVAES, José Luiz Correa. 2003. *Escola, liberalismo e educação metodista no Brasil*. Revista de Educação do COGEIME, junho, ano 12, nº 22.
- SALVADOR, José Gonçalves. 1982. *História do Metodismo no Brasil*. São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista.
- SCHELBAUER, Anaete Regina; ARAÚJO, José Carlos Souza. 2007. *História da educação pela imprensa*. Campinas, SP: Editora Alínea.
- SILVA, Geoval Jacinto da. 2000. *Porque não contamos o outro lado da História?* Revista de Educação do COGEIME, dezembro, ano 9, nº 17.



Fontes primárias

Actas da 10ª Reunião annual da Brazil Mission Conference 1894-1895. Acervo da Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo (SP)
Woman's Missionary Advocate - Julho de 1889 a Outubro de 1900. Acervo do Centro Cultural Martha Watts / Instituto Educacional Piracicabano da Igreja Metodista (IEP/UNIMEP)

Jornais

O Noticiarista (1891-1894)

Jornal do Povo (1890-1895)



INFLUÊNCIA DO EXERCÍCIO DE NATAÇÃO E DA LASERTERAPIA DE BAIXA INTENSIDADE (LLLT) NA RECUPERAÇÃO DO TECIDO CONJUNTIVO DO MÚSCULO TIBIAL ANTERIOR DE RATAS SUBMETIDAS À CRIOLEÇÃO

Autor(es)

LUANA GOMES DE OLIVEIRA

Orientador(es)

ADRIANA PERTILLE

INTRODUÇÃO

O músculo esquelético é um tecido bastante mutável e possui propriedades importantes de adaptações às diferentes demandas funcionais (CAPITANIO et al., 2006). Ele possui uma plasticidade notável, e após um episódio de lesão, o tecido adulto e saudável pode também ser capaz de se regenerar (CHARGÉ; RUDNICKI, 2004; BLAAUW, SCHIAFFINO, REGGIANI, 2013).

A lesão muscular é um trauma comum que pode levar à dor e limitação, comprometendo atividades laborais e de lazer (DAWOOD; AL-SALIHI; QASIM, 2013) e o processo de regeneração muscular depende de alguns fatores como extensão da lesão, sua natureza e indivíduo lesado. Porém, em toda lesão, três fases estão envolvidas: inflamação, proliferação e remodelação (FERRARI et al., 2005; JARVINEN et al., 2005; TIDBALL, 2005).

Após uma lesão muscular, o músculo lesado necessita ser imobilizado imediatamente. Mas a duração da imobilização não deve ser prolongada (JARVINEN et al., 2007), permitindo desta forma, o retorno à atividade de forma gradual, que induz regeneração e recuperação muscular semelhante aos níveis pré-lesão, uma vez que a imobilização traz consigo diversas alterações musculoesqueléticas, como a hipotrofia muscular e a proliferação do tecido conjuntivo intramuscular (CHINGUI, 2008). É neste contexto que diversas modalidades terapêuticas surgem como grandes aliadas neste processo de reabilitação. O exercício físico é um importante agente terapêutico, mas, a intensidade e o volume ideais e a melhor modalidade de exercício para a regeneração muscular ainda não tem um consenso. O exercício de natação para roedores recruta um grande volume de massa muscular, e adequado aos animais, pois estes possuem capacidade intrínseca de adaptação rápida ao meio aquático (SEO et al., 2014). A intensidade de treinamento na natação considerada moderada envolve sobrecarga abaixo de 5% da massa corporal do animal, durante uma hora por dia, 5 dias na semana em um período de 8 semanas. Algumas formas de lesão (como a criolesão) são realizadas em músculos superficiais, sendo mais utilizado o músculo tibial anterior (TA). Assim, o exercício de natação é uma forma terapêutica de atuar neste tipo de lesão, uma vez que Roy et al. (1985) demonstram que o músculo tibial anterior é muito solicitado durante a natação. Também, com o objetivo de acelerar o processo de reabilitação do tecido lesa-



do, a terapia por laser de baixa intensidade (*Low-Level Laser Therapy - LLLT*) proporciona melhora no reparo tecidual, na resposta inflamatória e no alívio da dor através de efeitos bioquímicos e fisiológicos que atuam nos tecidos. A LLLT tem demonstrado efeitos positivos sobre o reparo muscular, independente da intensidade de energia aplicada (BRUNELLI et al., 2014), favorecendo também o aumento da angiogênese e a formação de miotubos (JARVINEN et al., 2005). Sendo assim, este estudo propõe uma análise da influência do treinamento de natação e da LLLT isolados e associados, na densidade relativa de tecido conjuntivo, aspecto importante para recuperação funcional do músculo lesado.

OBJETIVOS

Analisar a densidade relativa de área de tecido conjuntivo (DATC) do músculo tibial anterior (TA) em ratas submetidas à criolesão e tratadas com exercício de natação e LLLT, isolados ou associados.

DESENVOLVIMENTO

O projeto foi aprovado pela Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA-Unimep) sob o protocolo 01/2015. Foram utilizadas 25 ratas da linhagem Wistar, com idade de 2 meses, adquiridas no Biotério Central da UNIMEP e mantidas no Biotério da Faculdade de Ciências da Saúde (FACIS-UNIMEP), sob temperatura ambiente de $23^{\circ}\text{C} \pm 2^{\circ}\text{C}$, sob ciclo claro/escuro de 12h, com água e ração *ad libitum*. Os animais foram divididos aleatoriamente em 5 grupos, com 5 animais cada grupo: Grupo Seditário (S): animais lesados e mantidos no biotério até a recuperação da lesão (21 dias); Grupo Natação (N): animais lesados e submetidos à natação em dias intercalados até a recuperação da lesão (21 dias); Grupo Laser (LA): animais lesados e submetidos à LLLT em dias intercalados até a recuperação da lesão (21 dias); Grupo Natação + Laser (NLA): animais lesados e submetidos à LLLT e à natação em dias intercalados até a recuperação da lesão (21 dias) e Grupo Controle (CT): animais sem lesão. Os animais foram anestesiados com injeção intraperitoneal de uma mistura de cloridrato de cetamina (1,16 g/10 mL) e cloridrato de xilazina (2 g/100 mL), na proporção de 3:2, em dose de 0,09 e 0,06 mL/100g de massa corporal, respectivamente. Após apresentar sinais de anestesia, a região a ser lesada foi tricotomizada e o músculo tibial anterior direito exposto. Para a lesão foi utilizada uma barra metálica de 1cm x 0,5cm resfriada em nitrogênio líquido por 30 segundos. A haste metálica resfriada foi pressionada sobre o ventre muscular do músculo tibial anterior por 10 segundos, sendo imersa novamente em nitrogênio líquido por 30 segundos, e pressionada novamente no músculo no mesmo lugar anteriormente pressionado por mais 10 segundos, segundo o protocolo de Miyabara et al. (2006). Após o procedimento de lesão a fáscia muscular e a pele foram suturadas e os animais foram alojados individualmente em gaiolas com ração e água *ad libitum* até sua recuperação. Os animais foram submetidos ao exercício de natação 3 vezes por semana, em dias intercalados, com adaptação prévia ao meio aquático. O treinamento foi realizado em um aquário com sistema de aquecimento térmico e de drenagem de água, para troca da mesma conforme necessário. A temperatura da água



foi controlada por meio de um termômetro, a fim de mantê-la em $30^{\circ} \text{C} \pm 2^{\circ} \text{C}$. As sessões de treinamento foram realizadas sempre no período da manhã, e após o término do treinamento, os animais foram secados com jato de ar quente e realocados em suas respectivas gaiolas. Para o protocolo de laserterapia de baixa intensidade, foi utilizado o laser de baixa intensidade de diodo AsGaAl com comprimento de onda de 830nm, potência de 30mW e densidade de energia de $20 \text{J}/\text{cm}^2$ (PERTILLE, MACEDO, OLIVEIRA, 2012). Os animais foram submetidos à aplicações pontuais (em um único ponto) acima da área lesada. O tratamento foi iniciado 24 horas após a lesão, 3 vezes na semana, em dias intercalados. Os animais receberam no total, 9 sessões de tratamento (até o 21º dia após a lesão). Ao término dos protocolos de treinamento e tratamento da lesão (21 dias), os animais foram anestesiados com injeção intraperitoneal de uma mistura de cloridrato de cetamina (1,16 g/10 mL) e cloridrato de xilazina (2 g/100 mL), na proporção de 3:2, em dose de 0,09 e 0,06 mL/100g de massa corporal, respectivamente. Após sinais de anestesia geral, os animais foram perfundidos com tampão PBS (perfusão cardíaca) e o músculo tibial anterior direito retirado e fixado em suporte de madeira com tragacanth gum, imerso em isopentano à -80°C por 40 segundos e imediatamente colocado em nitrogênio líquido à -196°C . Para obtenção dos cortes, os músculos foram seccionados transversalmente utilizando um micrótomo criostato (modelo HYRAX C 25 - Zeiss). Cortes transversais seriados com espessura variando entre 8 e 12 μm foram coletados para a Coloração com Hematoxilina e Eosina (HE). As áreas de densidade relativa de área do tecido conjuntivo foram mensuradas por meio do sistema de análise de imagens Image Pró-Plus 6.2 (Media Cybernetics®). As lâminas foram observadas ao microscópio óptico com câmera acoplada, com objetiva de 20x. A análise estatística foi realizada através do programa BioEstat versão 5.3. Foi realizado o teste de múltiplas variâncias ANOVA-F seguido do teste de Tukey-HSD. Foi adotado um valor de $p < 0,05$ para significância estatística.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos indicaram que o exercício de natação isolado e o grupo sedentário (N e S) não foram beneficiados na prevenção de fibrose, uma vez que ambos obtiveram valores de DATC significativamente superiores ($p < 0,05$) quando comparados ao grupo CT (Tabela 1). Os grupos tratados com LLLT de forma isolada ou associado à natação (LA e NLA) apresentaram valores similares ao grupo CT. Assis et al. (2013) em estudo experimental observaram a eficácia do LLLT de 808 nm (potência de 30 mW, densidade de energia de $180 \text{J}/\text{cm}^2$) na regeneração muscular após criolesão. Os animais foram divididos em três grupos sendo: controle, lesados sem intervenção e lesados com aplicação de laser. Imediatamente após a lesão os animais foram submetidos à irradiação por laser, tendo duração de quatro dias consecutivos. Assim foi possível observar em apenas quatro aplicações, a diminuição da área da lesão quando comparados ao grupo lesado sem intervenção, e a presença de fibras musculares em processo de regeneração. Isso ocorre pela modulação da fase inflamatória produzida pelo LLLT. Devido à inibição da expressão gênica de citocinas pró-inflamatórias, e a redução da prostaglandina circulante, há a diminuição dessa fase, e consequentemente a aceleração do



processo de regeneração (Fillipin et al., 2005; Gavish et al., 2006; Assis et al., 2012). O LLLT provoca modificações bioquímicas, bioelétricas e bioenergéticas atuando no aumento do metabolismo, na proliferação e maturação celular, na quantidade de tecido de granulação e na diminuição dos mediadores inflamatórios, levando à cicatrização, pois permite a liberação de fatores de crescimento e síntese de colágeno (LINS et al., 2010) Em estudo que avaliou histologicamente a resposta de tecidos epitelial, conjuntivo e ósseo submetidos à LLLT em um modelo experimental de reprodução alveolar, foi observado que os tecidos epitelial e conjuntivo mostraram renovação celular atípica e acelerada durante o período de irradiação e neoformação acelerada do tecido ósseo, mesmo que de igual padrão ao grupo controle, sugerindo que os tecidos epitelial e conjuntivo reagiram à estimulação de LLLT com renovação celular constante (SILVA et al., 2007). Moreira et al., 2011 analisaram os efeitos da LLLT na expressão de colágeno após lesão muscular em modelo experimental animal e observaram que após 14 dias de tratamento após a lesão, a LLLT promoveu maior deposição de fibras colágenas, sugerindo que esta terapia seja efetiva na síntese de colágeno. Concordando com estes achados, no presente estudo a LLLT isolada ou associada ao exercício de natação, apresentou melhora na regeneração muscular e valores de DATC semelhantes ao grupo CT, que não foi submetido à lesão.

Tabela 1: Análise comparativa da densidade de área do tecido conjuntivo (DATC) dos grupos Controle (CT), Sedentário (S), Laser (LA), Natação (N) e Natação + Laser (NLA).

Grupos	DATC (%)
CT	14,1 ±4,3
S	22,3 ±8,8 *
LA	20,5 ±6,1
N	21,5 ±6,9 *
NLA	19,4 ±6,2

* Difere de CT (p>0,05)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A terapia a laser de baixa intensidade favoreceu a melhor organização do tecido conjuntivo durante a regeneração muscular.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, L.; MORETTI, A.I.S.; ABRAHAO, T.B. et al. Low-level laser therapy (808 nm) reduces inflammatory response and oxidative stress in rat tibialis anterior muscle after cryolesion. *Lasers Med Sci.*, v.44, n.9, p.726-35, 2012.
- ASSIS, L.; MORETTI, A.I.S.; ABRAHAO, T.B. et al. Low-level laser therapy (808 nm) contributes to muscle regeneration and prevents fibrosis in rat tibialis anterior muscle after cryolesion. *Lasers Med Sci.*, v.28, n.3, p. 947-955, 2013.
- BLAAUW, B.; SCHIAFFINO, S.; REGGIANI, C. Mechanisms modulating skeletal muscle phenotype. *Comprehensive Physiology*, v.3, p.1645-1687, 2013.
- BRUNELLI, R.M.; RODRIGUES, N.C.; RIBEIRO, D.A.; FERNANDES, K.; MAGRI, A.; ASSIS, L.; PARIZOTTO, N.A.; CLIQUET JR, A.; RENNO, A.C.M.; ABREU, D.C.C. The effects of 780-nm low-level laser therapy on muscle healing process after cryolesion. *Lasers Med Sci*, v.29, n.1, p.91-96, 2014.
- CAPITANIO, M.; CANEPARI, M.; CACCIAFFESTA, P.; LOMBARDI, V.; CICCHI, R.; MAFFEI, M.; PAVONE, F.S.; BOTTINELLI, R. Two independent mechanical events in the interaction cycle of skeletal muscle myosin with actin. *Proc Natl Acad Sci USA*. v. 103, n. 1, p. 87-92, 2006.
- CHARGÉ, S.B.; RUDNICKI, M.A. Cellular and molecular regulation of muscle regeneration. *Physiological Reviews*, v. 84, n.1, p. 209-238, 2004.
- CHINGUI, L.J.; BRAQUINHO, R.P.; SEVERI, M.T.M.; SILVA, C.A. Comportamento quimio-metabólico do músculo sóleo na fase aguda da imobilização articular. *Fisiot Pesq* v.15, n.2, p.194-9, 2008.
- DAWOOD, M.S.; AL-SALIHI, A.R.; QASIM, A.W. Laser therapy of muscle injuries. *Lasers Med Sci*, v.28, n.3, p.735-742, 2013.
- FERRARI, R.J.; PICCHI, L.D.; BOTELHO, A.P.; MINAMOTO, V. Processo de regeneração na lesão muscular: uma revisão. *Fisioter Mov*, v.18, n.2, p.63-71, 2005.
- Fillipin, L.I.; Mauriz, J.L.; Vedovelli, K.; Moreira, A.J.; Zettler, C.G.; Lech, O.; Marroni, N.P.; Gonzalez-Gallego, J. Low-level laser therapy (LLLT) prevents oxidative stress and reduces fibrosis in rat traumatized Achilles tendon. *Lasers Surg Med*, v. 37, n. 4, p. 293-300, 2005.
- Gavish, L.; Perez, L.; Gertz, S.D. Low-level laser irradiation modulates matrix metalloproteinase activity and gene expression in porcine aortic smooth muscle cells. *Lasers Surg Med*, v. 38, p. 779-86, 2006.
- JÄRVINEN, T.A.H.; JÄRVINEN, T.L.N.; KÄÄRIÄINEN, M.; KALIMO, H.; JÄRVINEN, M. Muscle injuries: biology and treatment. *Am J Sports Med*, v.33, n.5, p. 745-764, 2005.
- JÄRVINEN, T.A.H.; JÄRVINEN, T.L.N.; KÄÄRIÄINEN, M.; AÄRIMAA, V.; VAITTINEN, S.; KALIMO, H.; JÄRVINEN, M. Muscle injuries: optimizing recovery. *Best Practice Research Clinical Rheumatology*, v. 21, n. 2, p. 17-331, 2007.
- LINS, R.D.A.U.; LUCENA, K.C.R.; GRANVILLE-GARCIA, A.F.; DANTAS, E.M.; CATÃO, M.H.C.V.; NETO, L.G.C. Efeitos bioestimulantes do laser de baixa potência no processo de reparo. *An Bras Dermatol*, v.85, n.6, p.849-855, 2010.



MIYABARA, E.H.; MARTIN, J.L.; GRIFFIN, T.M.; MORISCOT, A.S.; MESTRIL, R. Overexpression of inducible 70 kDa heat shock protein in mouse attenuates skeletal muscle damage induced by cryolesioning. *Am J Physiol Cell Physiol*, v.290, n.4, p. C1128-38, 2006.

MOREIRA, F.F.; OLIVEIRA, E.L.P.; BARBOSA, F.S.; SILVA, J.G. Laserterapia de baixa intensidade na expressão de colágeno após lesão muscular cirúrgica. *Fisiot Pesq*, v.18, n.1, p.37-42, 2011.

PERTILLE, A.; MACEDO, A.B.; OLIVEIRA, C.P.V. Avaliação da regeneração muscular em animais idosos após tratamento com laser de baixa intensidade. *Rev Bras Fisioter*, v.16, n.6, p.495-501, 2012.

ROY, R.R.; HIROTA, W.K.; KUEHL, M.; REGGIE EDGERTON, V. Recruitment patterns in the rat hindlimb muscle during swimming. *Brain Research*, v. 337, p. 175-178, 1985.

SEO, D.Y.; LEE, S.R.; KIM, N, KO, K.S.; RHEE, B.D.; HAN, J. Humanized animal model for clinical implication. *Pflugers Archives*, v.466, n.9, p.1673-87, 2014.

SILVA, E.M.; GOMES, S.P.; ULBRICH, L.M.; GIOVANINI, A.F. Avaliação histológica da laserterapia de baixa intensidade na cicatrização de tecidos epitelial, conjuntivo e ósseo: estudo experimental em ratos. *Revista Sul-Brasileira de Odontologia*, v.4, n.2, p.29-35, 2007.

TIDBALL, J.G.; VILLALTA, S.A. Regulatory interactions between muscle and the immune system during muscle regeneration. *American Journal of Physiology Integrative and Comparative Physiology*, v. 298, p. R1173-R1187, 2010.



AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS E A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

Autor(es)

MARCUS BOVO DE ALBUQUERQUE CABRAL

Orientador(es)

JORGE LUIS MIALHE

INTRODUÇÃO

Uma das finalidades precípua do Direito Internacional dos Direitos Humanos é a busca da proteção de grupos vulneráveis às falhas e omissões dos Estados. Após a 2ª Guerra Mundial essa busca foi fortalecida com a intensa atuação das Organizações Não-Governamentais, o que será propedeuticamente analisado no presente ensaio.

OBJETIVOS

O objetivo do presente estudo é apreciar o surgimento e o fortalecimento das Organizações Não-Governamentais na busca da conscientização e/ou da prestação de serviços na área de direitos humanos, inclusive em questões relativas ao direito de acesso à informação, notadamente no âmbito internacional.

Para tanto, utilizar-se-á de bases metodológicas indutivas, tendo em vista que serão apreciadas algumas experiências concretas de construção e aprimoramento não só do Direito Internacional dos Direitos Humanos, como também das ONGs.

DESENVOLVIMENTO

3.1 DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS

O termo 'Organização Não-Governamental' surgiu ao final da 2ª Guerra Mundial e foi consagrado pelos Estados fundadores da ONU, que o inseriram no art. 71 da Carta das Nações Unidas, restringindo sua atuação à esfera de competência da ECOSOC.

Em 1946, o ECOSOC regulamentou o mecanismo de consulta com as ONGs, definindo-as como todas aquelas não estabelecidas por acordo intergovernamental. A definição restringiu-se às ONGs internacionais, vistas como prioritárias no processo de relacionamento com o conselho. Apenas em 1996, através da Resolução 1996/31, o ECOSOC expandiu sua definição, passando a englobar também as Organizações não estabelecidas por entidades governamentais, e não só as não intergovernamentais. Por sua abrangência, a definição do ECOSOC tem sido objeto de grande controvérsia. O problema começa pela própria expressão, que define pela negação. Ademais, a expressão traz a marca da polissemia e, portanto, da possibilidade de usos diferenciados, por grupos diversos.

A ausência de um estatuto jurídico internacional que regulamente as ONGs contribui para essa dificuldade na definição.



No Brasil, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG exclui entidades assistencialistas tradicionais e organizações representativas, como sindicatos, associações de moradores e associações de profissionais, procurando ressaltar a sua autonomia frente ao Estado, aos partidos políticos e às igrejas.

Essa visão atual mais restritiva do que seriam as ONGs ressalta que o termo vem assumindo significado diferente de seu emprego original pelas Nações Unidas.

Para definir ONGs, a doutrina possui duas escolas: (i) a primeira, mais tradicional e influenciada pelas resoluções iniciais da ECOSOC, preocupa-se quase que exclusivamente com as grandes organizações internacionais; (ii) a segunda, mais atual, reflete as sensíveis modificações observadas nos tipos e modos de operação das ONGs, com o desenvolvimento de coalizões, redes temáticas etc.

A 1ª escola, em linhas gerais, estabelece cinco critérios para definir as ONGs: (i) natureza privada; (ii) composição internacional; (iii) ausência de fins lucrativos; (iv) estrutura corporativa e (v) existência de meios administrativos.

Já os defensores da 2ª escola caracterizam as ONGs como associações transnacionais, com os seguintes elementos de definição: caráter formal, ideal de permanência, busca da autogestão e atuação em áreas sociais, além da finalidade não-lucrativa e da separação em relação ao Estado.

Há duas grandes categorias de ONGs: prestação de serviços e conscientização, que podem se combinar. A prestação de serviços – que substitui a ação do Estado ou a complementa – reúne o maior número de organizações em áreas como assistência humanitária.

As atividades de conscientização apoiam-se em campanhas junto à sociedade e manifestam-se na pressão sobre Estados e organizações intergovernamentais, em relação aos quais as ONGs procuram se posicionar como elementos de informação e de monitoramento.

No plano internacional humanitário, as ONGs costumam atuar segundo quatro modelos básicos:

1. Manutenção da sede em apenas um país, com envio de seus integrantes para onde for necessário;
2. Manutenção de representantes em diferentes países, com subordinação à sede;
3. Criação de escritórios nacionais, integrados e dirigidos por representantes locais;
4. Execução de atividades somente por intermédio de organizações locais.

3.2 HISTÓRICO

Possível serem destacadas três gerações de ONGs:

I. 1ª geração: relacionada com a assistência social e humanitária, teve origem em grupos religiosos no século XVI. Procuravam auxiliar vítimas de conflitos ou desastres naturais, atuando simultaneamente como missionários em prol do cristianismo;

II. 2ª geração: A expansão do colonialismo, nos séculos XVIII e XIX, deu grande impulso aos missionários, pioneiros na educação e na medicina modernas nas regi-



ões em que atuaram, servindo também aos interesses das administrações coloniais; III. 3ª geração: Ao longo do século XX, outros interesses começaram a unir os indivíduos. Comércio, ciência, educação, saúde, escravidão, trabalho, proteção das mulheres e crianças inspiraram o crescimento do movimento associativo.

O aumento do número de organizações privadas em geral, a partir do século XIX, resulta de vários fatores:

1. Articulação e discussão dos ideais iluministas do século XVIII, que contribuíram para o conceito de sociedade civil;
2. Revolução industrial, que viabilizou progressos nas comunicações, bem como a ampliação do contingente de pessoas com tempo, educação e recursos disponíveis para participar das entidades;
3. Tentativas de institucionalizar a solidariedade entre os trabalhadores (sobretudo após o Manifesto Comunista) através da Liga dos Justos e a Associação Internacional dos Trabalhadores.

Ao final da 1ª Guerra Mundial, surgiram centenas de organizações internacionais e dezenas de organizações intergovernamentais, dentre elas a Liga das Nações.

Pouco antes da 2ª Guerra Mundial, o relacionamento das organizações privadas com a Liga foi restringido. Como consequência, as organizações privadas não tiveram participação direta nas reuniões que prepararam a Conferência de São Francisco, durante a 2ª Guerra Mundial.

3.3 DIREITO À INFORMAÇÃO E O PARLAMENTO EUROPEU

O Parlamento Europeu é a única instituição da União Europeia composta por representantes eleitos pelos cidadãos, visando legitimar as decisões do mencionado bloco econômico.

Uma das comissões internas do Parlamento Europeu é a Comissão de Petições, a qual recebe queixas e sugestões de cidadãos europeus e ONGs.

Neste sentido, oportuno questionar: A sociedade civil possui acesso, de fato, ao Parlamento Europeu? Os representantes eleitos são verdadeiramente comprometidos na promoção das sugestões e queixas formalizadas? Qual a legitimidade das decisões no bloco europeu?

A Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos e Liberdades Fundamentais (Roma 1950) prevê em seu art. 10 a liberdade de expressão e de informação como um direito humano fundamental, o qual foi ampliado em 1981 e 2002, culminando em 2005 com a apresentação de um projeto de Convenção Europeia sobre o Acesso a Documentos Oficiais ao Comitê Gestor de Direitos Humanos do Conselho da Europa.

A Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia, adotada em 2000, estipula em seu art. 42 o direito de acesso a documentos mantidos pelas instituições da União Europeia. Originalmente mero documento político, a Carta adquiriu força de lei em virtude do art. 6º do Tratado de Lisboa, em vigor desde 2009.

A multiplicação das organizações internacionais intergovernamentais constituídas após o fim da 2ª Guerra Mundial teve como consequência o reconhecimento crescen-



te do papel que podem desempenhar as ONGs como aglutinadoras das forças sociais para a construção de uma sociedade civil global.

Atualmente, a regra geral é que os órgãos das instituições internacionais competentes em matéria de proteção dos direitos humanos e de direito do meio ambiente admitem representações de ONGs como observadoras.

Paralelamente a essa evolução do processo de participação de ONGs, o direito à informação e a participação do público no processo de decisão e de acesso à justiça em matéria ambiental têm sido ampliados nas relações internacionais, sobretudo em virtude da aplicação dos mecanismos previstos na Convenção de Aarhus sobre acesso à informação, participação do público no processo de tomada de decisão e acesso à justiça em matéria ambiental (1998).

Neste sentido, a accountability é essencial para melhorar o controle e a participação nas políticas públicas, assim como forma de legitimação dos próprios Administradores. Para a OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico pode-se entender o termo como a obrigação de demonstrar que determinada ação está sendo conduzida de acordo com as regras e padrões acordados e que seus resultados estejam sendo reportados honesta e apuradamente. Trata-se de um processo democrático amplo que contém distintas etapas: informação correta e transparente aos cidadãos; prestação de contas dos governantes e sua responsabilização em sentido estrito.

3.4 A COMISSÃO DE PETIÇÕES DO PARLAMENTO EUROPEU

O Parlamento representa 500 milhões de cidadãos da União Europeia, tendo o direito de petição sido estabelecido pelo Tratado da União Europeia de 1992, com ampliação em 1999 pelo Tratado de Amsterdã.

A Comissão de Petições possui a prerrogativa de instruir e apreciar as petições apresentadas, em busca de uma União Europeia mais democrática. Apesar dos esforços, podem ser consideradas as seguintes fragilidades no sistema:

- a. as petições não são apreciadas em um prazo razoável, havendo morosidade, o que compromete a credibilidade do instituto e da Instituição;
- b. direito à informação está sendo violado, vez que não há acesso de terceiros às petições indeferidas e aos motivos que ensejaram o indeferimento, o que diminui a credibilidade da instituição e impede a criação de um canal para que pessoas com problemas semelhantes se identifiquem.

Já as virtudes são:

- a. a Comissão de Petições, apesar de suas limitações, é o melhor órgão do Parlamento Europeu para que os anseios da sociedade civil sejam levados;
- b. a opinião da Comissão de Petições é requisitada com frequência pelas demais Comissões do Parlamento, em virtude das inúmeras petições dos cidadãos.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os direitos humanos fundamentais somente se concretizam quando há uma simbiose de conteúdos e práticas, de forma que a ampliação dos direitos de cidadania esteja acompanhada do fortalecimento da sociedade civil.

Parte deste fortalecimento é obtido através das ações das ONGs, as quais buscam suprimir as demandas e encontrar soluções para os males que acometem a humanidade. Desta forma, as ONGs funcionam como instrumento de participação da sociedade civil, vez que a união e a organização possibilitam um ganho de força e de visibilidade, inclusive internacional, vez que há um crescente declínio das formas tradicionais de participação.

O direito pode ser utilizado como ferramenta de dominação ou como instrumento de libertação contra-hegemônica. Daí a importância das ONGs nessas interlocuções e constatações domésticas e internacionais, intermediando a relação indivíduos x Estados. As ONGs devem ser encaradas como estruturas voluntárias da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício da democracia implica também na prestação de contas e boa governança. A sociedade tem o direito (dever) de perquirir os atos de seus líderes e de participar de um debate pleno e aberto sobre tais atos.

O cidadão precisa ser capaz de avaliar o desempenho do governo, o que depende do acesso à informação sobre questões de interesse público. Assim, o direito à informação é uma ferramenta essencial de combate à corrupção e de atos ilícitos.

É necessária uma concepção ampliada de cidadania, que deve ser entendida como um fenômeno que associa movimentos sociais, solidariedade e sociedade civil.

As ONGs surgem como um caminho para fomentar o processo democrático. Nos últimos anos, essas Organizações ultrapassaram as fronteiras e ganharam visibilidade internacional, sendo reconhecidas como atores globais, influenciando decisões importantes, auxiliando na divulgação de dados e denunciando abusos.

Finalmente, é imperioso destacar que o Direito deve possibilitar aos indivíduos a percepção de que a necessidade deva ser suplantada pela reivindicação e por sua satisfação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais <http://www.abong.org.br/>. Acesso em 17 de agosto de 2015.

BRASIL – legislação <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 17 de agosto de 2015.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. AYALA, Patryck de Araújo. Cooperação internacional para a preservação do meio ambiente: o direito brasileiro e a convenção de Aarhus. Revista de Direito GV disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322012000100012. Acesso em 17 de agosto de 2015.



MIALHE, Jorge Luís. CARVALHO, André Ricardo. O direito ao meio ambiente sadio e as ONGs: participação democrática na tutela ambiental.

MIALHE, Jorge Luís. SABADIN, Aline Pecorari da Cruz. A crise da cidadania na união europeia: direito à informação, as ONGs e o hiato entre a sociedade civil e a comissão de petições. ONU <http://www.un.org/documents/ecosoc/res/1996/eres1996-31.htm>. Acesso em 17 de agosto de 2015.

PORTUGAL. Gabinete de Documentação e Direito Comparado. <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhregionais/conv-tratados-04-11-950-ets-5.html>. Acesso em 17 de agosto de 2015.

RAMOS, André de Carvalho. Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional. São Paulo. Saraiva. 5ª Ed. 2015.

TAVARES, Ricardo Neiva. As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas. UNIÃO EUROPEIA http://europa.eu/eu-law/decision-making/treaties/pdf/treaty_of_amsterdam/treaty_of_amsterdam_pt.pdf Acesso em 17 de agosto de 2015.



TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: BASES LEGAIS

Autor(es)

FATIMA APARECIDA MEDICI

Orientador(es)

TÂNIA BARBOSA MARTINS

INTRODUÇÃO

Este texto é parte de minha pesquisa de Mestrado intitulada “Política de Educação e Tecnologia na rede Estadual de São João da Boa Vista: o Gestor e o Professor”, que tem como objetivo analisar a Política de Educação e Tecnologia na rede Estadual de São João da Boa Vista, tendo como referência as ações do Gestor e do Professor.

Nos últimos anos foram criados uma série de ações e todo um arcabouço jurídico para implementar o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nas escolas. Nacionalmente, podemos destacar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, o Plano Nacional de Educação implantado pela Lei Federal 13.005 de 2014 e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica de 2013. Ações, Programas e Projetos que visam o uso das TICs estão sendo criados pelo Governo Federal em parceria com demais entes federativos e são destinados a todos os níveis educacionais. Dentre os programas que preconizam o uso das TICs destacam o PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores (2009), PRODOCÊNCIA – Programa de Consolidação das Licenciaturas(2006), Programa Novos Talentos (2010), UAB – Universidade Aberta do Brasil (2005), PROINFO – Programa Nacional de Informática na Educação (1997), Programa Banda Larga nas Escolas (2008), Programa um Computador por Aluno (2010), Tabletes para Professores do Ensino Médio (2012), TV ESCOLA (1995), Portal do Professor (2007) e a Plataforma Freire (2009).

O Governo Estadual de São Paulo inseriu programas e ações nas Escolas Estaduais conduzidas pela Secretaria do Estado. Nos últimos dez anos destacam-se: Projeto São Paulo Faz Escola com o Programa Ler e Escrever e a Proposta Curricular do Estado de São Paulo e o Programa Acesso Escola, implantados em 2008; Escola Virtual de Programas Educacionais da Educação do Estado de São Paulo (EVESP), criada em 2011 e a Plataforma on-line Currículo Mais (+) articulada com o Currículo do Estado de São Paulo, lançada em 2014 e o Projeto Aventura Currículo Mais implantado em 2015. Além disso, as escolas estaduais desde 2008 foram equipadas com aparelho de Data Show e gradativamente desde 2013 estão recebendo 01 lousa digital para que tais instrumentos sejam utilizados como mais um instrumento tecnológico.

Apesar dessas ações e programas, observam-se que várias escolas não têm acompanhado o desenvolvimento tecnológico. Vários autores mostram que existem desafios que vão desde a formação de professores a aspectos de infraestrutura (Salles, 1992; Fonseca, 1992; Moraes, 1993 e Oliveira (1997). É com base nessa realidade que a pes-



quisa referida visa analisar as políticas educacionais que preconizam o uso das tecnologias no município de São João Boa Vista considerando as ações dos gestores e professores.

OBJETIVOS

O presente texto consiste em apresentar parte de nossos esforços de compreender as bases legais que preconizam o uso das TICs. Para isso, descrevemos o tratamento das TICs no Plano Nacional de Educação 2014-2014, implantado pela Lei 13.005 de 25 de junho de 2014.

DESENVOLVIMENTO

A pesquisa que está em fase inicial será desenvolvida a partir de estudos da literatura sobre TICs e de análise de documentos oficiais. Além disso, serão desenvolvidas entrevistas com gestores e professores a fim de compreender como estes agentes atendem às políticas públicas nacionais, estaduais e locais para o uso das TICs. A análise terá como referência o Materialismo Histórico Dialético, especialmente, os livros *A Ideologia Alemã* e *O Capital*, de Karl Marx que dispõem de uma teoria capaz de contribuir com a análise das transformações da sociedade tecnológica, das políticas educacionais e do trabalho dos Gestores e Professores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E AS TECNOLOGIAS

No âmbito educacional a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, apresenta-se como um marco importante na educação brasileira, uma vez que ela prevê a inclusão das Tecnologias da Informação e Comunicação no desenvolvimento no processo educacional. Em especial os artigos 32, 35, 36, 39, 43 e 62-A, tratam de aspectos que objetivam a formação básica do cidadão mediante a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos e da formação de professores relacionando com aspectos técnico-pedagógicos para que estes relacionem a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. A LDB aponta ainda a importância das TICs na educação profissional e na educação superior e preconiza investigações científicas que visem o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, à difusão da cultura e o desenvolvimento do homem e do meio que ele vive. As novas tecnologia e informação estão sendo inseridas em diversos documentos educacionais com o objetivo de contribuir com a construção de uma nova práxis da educação.

O Plano Nacional de Educação<!--[if !supportFootnotes]-->[1]<!--[endif]--> em conformidade com a LDB, implantado pela Lei 13.005/2014, é um mecanismo de planejamento do Estado brasileiro que visa orientar a execução e o aperfeiçoamento de políticas públicas educacionais. Nesse novo texto, estão definidos os objetivos e metas para o ensino de todos os níveis – infantil, básico e superior – que devem ser desenvolvidos nos próximos dez anos – 2014 a 2024.



O caminho percorrido até a promulgação da Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, que implanta o PNE é marcado por reivindicações da sociedade com propostas de um documento que traduza os anseios da sociedade civil e política, visando à construção de um sistema nacional de educação.

Diante do reconhecimento dessa necessidade as TICs foram contempladas no Documento Final da Conferência Nacional de Educação (CONAE), cujas considerações serviram de parâmetro para a elaboração das metas e estratégias de ação do PNE 2014-2024.

O Documento-Referência da CONAE, consolidou valores e posições referentes aos aspectos culturais, políticos e econômicos, apontando novas perspectivas para a organização da educação nacional no novo PNE, notadamente no que diz respeito a “construção de novas estratégias pedagógicas, produção de materiais didáticos e a implementação de novas metodologias e tecnologias educacionais”. (CONAE, 2014, p. 35)

E educação é uma prática social cada vez mais ampla e presente na sociedade contemporânea, pois vêm-se multiplicando os ambientes e processos de aprendizagem formais e informais, envolvendo práticas pedagógicas e formativas em instituições educativas, no trabalho, nas mídias, nos espaços de organização coletiva, potencializados pelas tecnologias de comunicação e informação. (CONAE, 2014, p. 40)

As vinte metas apresentadas, também não apresentam novidades para a educação brasileira, pois estão relacionadas com diretrizes já previstas na Constituição Federal/88 e na LDB/96. Das 20 metas em 11 observam-se estratégias que apontam as TICs como estratégias de articulação e mediação nas práticas pedagógicas, atividades didáticas, melhoria de qualidade de ensino e formação dos educadores.

Especialmente nas metas 2, 3 e 4, que tratam da universalização do ensino básico a partir dos 4 anos de idade, o PNE aponta algumas estratégias que utilizam as TIC como articuladoras, mediadoras e estimuladoras das práticas pedagógicas, das atividades didáticas entre a escola e a comunidade e da participação dos adolescentes.

É necessário destacar que tais estratégias não garantem a infra-estrutura das instituições escolares, bem como recursos materiais e tecnológicos que possibilitem o desenvolvimento de Programas e Projetos articulados em dimensões como ciência e tecnologia.

O maior desafio relacionado a essas estratégias é de que forma e quando, objetivamente as TIC serão implantadas e implementadas para assegurar a universalização e aprendizagem das crianças no Ensino Fundamental e Ensino Médio, considerando as novas metodologias de ensino, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva.

A meta 5 que visa alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental, orienta a utilização das TICs em: I) promoção do desenvolvimento de tecnologias educacionais; II) a formação de professores com a utilização de novas tecnologias; e III) a divulgação de propostas pedagógicas inovadoras que envolvam as TICs. Nessas metas, as TIC devem ser abordadas de maneira articulada com todos os atores da escola e em todos os espaços pedagógicos, considerando as especificidades da educação e do ambiente comunitário. Além disso, as tecnologias educacionais devem se relacionar com métodos e propostas pedagógicas. Portanto, as TICs possuem sig-



nificativa centralidade no PNE passando, inclusive, por recomendações em relação a formação inicial e continuada de professores e gestores.

A partir da abertura política e processo de redemocratização do país especialmente, com a Constituição Federal de 1988, os Planos de Educação se tornam lei e com autonomia estabelecida pela LDB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A breve exposição sobre o Plano Nacional de Educação 2014-2024, implantado pela Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, direcionado ao uso das TICs demonstra o esforço por parte do governo em articular ensino e tecnologias.

A proposta do PNE concebe avanços em direção a uma prática pedagógica vinculada com as TICs, envolvendo a participação da escola, e da sociedade. No entanto, apesar da centralidade as TICs no Plano Nacional de Educação, os contextos escolares enfrentam desafios de várias naturezas para se adequar as determinações oficiais e transformações na sociedade. É considerando essa realidade que a referida pesquisa se desenvolve tendo como objetivo contribuir com a análise das políticas educacionais que preconizam as tecnologias de informação e comunicação no município de São João da Boa Vista, considerando as ações dos gestores e professores. Portanto, conhecer as ações dos gestores e professores em relação à implantação das TICs permitirá observar em que medidas as determinações oficiais que supõem uma revolução tecnológica são acompanhadas de condições objetivas para a implantação das TICs com base em concepções críticas e humanizadoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVARENGA, C.; AQUINO, R; BARROS, J; RIBEIRO, N. **A comunicação no Plano Nacional de Educação do Brasil: uma aproximação crítica.** Cuadernos.info, 35, 69-81. doi:10.7764/cdi.35.3651
- BONILLA, M.; PRETTO, N.. **Políticas Brasileiras de Educação e Informática.** Tese Doutorado em Educação. FAGED/UFBA. 2000.
- BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da educação Básica.** Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- BRASIL. [Plano Nacional de educação (PNE)]: **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano nacional de Educação PNE) e dá outras providências.** – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.
- CONAE 2014: Conferência Nacional de educação: documento – referência / [elaborado pelo] Fórum Nacional de Educação** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva Adjunta, [2013]. 96p.
- FONSECA, Marília. **O Banco Mundial e a Educação a Distância.** In: PRETTO, Nelson de Luca (org.). **Globalização & Educação: mercado de trabalho, tecnologias de**



comunicação, educação a distância e sociedade planetária. Ijuí : Ed. Unijuí, 1999. p. 59-77. (Coleção livros de bolsa. Série terra semeada).

MORAES, Maria Candida. **Informática educativa no Brasil: um pouco de história...** In: Em Aberto. Brasília, ano 12, n. 57, jan./mar. 1993. p. 17-26.

OBSERVATÓRIO DO PNE – **Metas do PNE**, disponível em: <http://www.observatorio-dopne.org.br/>. Acessado em 25 de julho de 2015.

OLIVEIRA, Ramon de. **Informática Educativa**. Campinas, SP : Papirus, 1997. 176 p.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Currículo Mais**. Disponível em <http://curriculomais.educacao.sp.gov.br> Acesso em 14 fev. 2015.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Escola Virtual de Programas educacionais**. Disponível em <http://www.educacao.sp.gov.br/evesp/cursos/> Acesso em 28 fev. 2015.

SALLES, Fernando C. **A proposta CEPAL-OREALC: progresso técnico, cultura, política e educação**. PERSPECTIVA, ano 10,n.18, ago./dez. 1992, Florianópolis. P.107-132.

SHIROMA, E. O; EVANGELISTA, O.; MORAES, M. C. M.,. **Política Educacional**. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.



EFEITO DE DIFERENTES SESSÕES DE TREINAMENTO DE FORÇA SOBRE O CURSO TEMPORAL DA RECUPERAÇÃO DE PARÂMETROS DE PERFORMANCE NEUROMUSCULAR

Autor(es)

MOISÉS DIEGO GERMANO

TIAGO VOLPI BRAZ

MÁRCIO ANTÔNIO GONSALVES SINDORF

Orientador(es)

CHARLES RICARDO LOPES

INTRODUÇÃO

O treinamento de força (TF) é um dos métodos mais eficientes de condicionamento físico, e tem sido utilizado com objetivos de aumento da força e massa muscular, redução da gordura corporal, combate às doenças metabólicas e melhora da performance esportiva. No entanto, o TF possui três diferentes manifestações de força em função de suas respectivas características de manipulação de suas variáveis, como a potência, a força máxima e a resistência de força (CORMIE, McGUIGAN e NEWTON, 2011; MENEGHEL et al. 2014). A partir disso, a literatura tem apresentado um vasto número de estudos que investigaram os diversos efeitos adaptativos da intensidade, do volume de séries, repetições e exercícios, dos diferentes tempos e tipos de pausas entre séries e exercícios, das ações musculares, da ordem dos exercícios e da velocidade de execução do movimento (CAMPOS et al, 2002; BARROSO, TRICOLI e UGRINOWITSCH, 2005, CORMIE, McGUIGAN e NEWTON, 2011; MENEGHEL et al. 2014, LOPES et al, 2014). Contudo, poucos estudos tem objetivado investigar os efeitos de diferentes manifestações de força no curso temporal da recuperação de parâmetros de performance neuromuscular (LOPES et al, 2014). A partir disso, a hipótese inicial do presente estudo será que sessões com características neuromusculares não apresentem diminuição na performance, enquanto que sessões com características metabólicas apresentem diminuição da performance neuromuscular. Contudo, espera-se que a restauração da performance seja rápida em sujeitos experientes em treinamento de força.

OBJETIVOS

O objetivo do presente estudo foi investigar o efeito de uma sessão de potência, força máxima e resistência de força no curso temporal da recuperação de parâmetros de performance neuromuscular.

DESENVOLVIMENTO

Participaram do presente estudo 10 homens fisicamente ativos e estudantes de educação física (idade $24,4 \pm 4,8$ anos; massa corporal $89,0 \pm 9,6$ kg; estatura $180,0 \pm$



0,1 cm; % gordura $10,9 \pm 2,2$). Todos os voluntários realizavam rotinas diárias de exercícios de força e com experiência de $2,2 \pm 1,4$ anos. Os critérios de inclusão para participação no presente estudo foram: (a) ter no mínimo um ano de experiência no treinamento de força; (b) realizar sessões de treinamento de força maior ou igual a três vezes por semana; (c) não ter sofrido nenhuma lesão que possa interferir no estudo; (d) não estar utilizando nenhum recurso ergogênico; (e) não fazer uso de esteróides anabolizantes. Os participantes foram informados sobre a proposta do estudo, assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e responderam questionário de avaliação de saúde. O referido estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Plataforma Brasil sob o número 32108514.1.0000.5490.

DESENHO EXPERIMENTAL

Uma semana antes da realização das sessões experimentais, foram realizados três encontros com intervalo de 24 horas, sendo destinado um encontro para a realização do teste de 1RM para exercícios de membros superiores (supino reto, desenvolvimento, remada, rosca direta), um encontro destinado para a realização do teste de 1RM para exercícios de membros inferiores (agachamento, leg press, cadeira extensora e mesa flexora), e um encontro para a familiarização dos exercícios de saltos verticais (Squat Jump e Counter Movement Jump), respectivamente. Nas três semanas subsequentes, todos os voluntários realizaram aleatoriamente e de maneira cruzada (cross-over) três sessões de treinamento com diferentes manifestações de força (potência, força máxima, resistência de força), e com intervalo de uma semana entre sessões. O desempenho neuromuscular de membros superiores (teste 1RM supino) e inferiores (Squat Jump) foram avaliados nos momentos imediatamente após a sessão, 24 h, 48 h e 72 h após cada sessão de treinamento.

SESSÕES DE TREINAMENTO

Todos os sujeitos de forma randomizada realizaram três sessões de treinamento com diferentes manifestações de força em semanas separadas. As três sessões tiveram os mesmos exercícios (supino reto, desenvolvimento, remada, rosca direta, agachamento, leg press, cadeira extensora e mesa flexora) e a mesma ordem de execução, mas com diferentes manipulações de suas variáveis de acordo com as características de treinamentos de força máxima (F), potência (P) e resistência de força (RM). A sessão F foi composta por três séries de 4RM com intervalo de quatro minutos entre séries e exercícios. A sessão P foi composta por três séries de seis repetições a 60% de 1RM, com intervalo de quatro minutos entre séries e exercícios, e velocidade normal nas ações excêntricas e rápida nas ações concêntricas. A sessão de RM foi composta por três séries de 15RM com intervalo de um minuto entre séries e 2 minutos entre exercícios, e diminuição da intensidade em ± 5 a 10% a cada série, a fim de manter o número de repetições proposto.

AVALIAÇÃO DA PERFORMANCE NEUROMUSCULAR

Teste de 1RM



A determinação da força máxima voluntária dinâmica para a prescrição da intensidade da sessão de potência foi realizada pelo teste de 1RM para todos os exercícios que compreenderam as sessões de treinamento, sendo dividido em dois encontros com intervalo de 24 horas no momento pré-sessões de treinamento. Em adição, foi repetido o mesmo teste de 1RM somente para o exercício supino reto nos momentos imediatamente após, 24, 48 e 72 h após cada sessão de treinamento. O teste compreendeu todos os procedimentos descritos pro Brown e Weir (2001).

TESTE DE SALTO VERTICAL

Foi realizado teste de salto vertical por meio do Squat Jump para mensurar o efeito da sessão de treinamento na performance de membros inferiores, nos momentos pré-sessões de treinamento, imediatamente após, 24, 48 e 72 horas após cada sessão de treinamento. Foi utilizado um acelerômetro (Myotest® – Myotest Inc., Switzerland) (CARDINALE, NEWTON e NOSAKA, 2011), posicionado no voluntário do lado esquerdo do corpo de forma fixa em uma banda elástica em torno de seu quadril. Após o sinal sonoro, os sujeitos realizaram o salto com objetivo de atingir a maior altura possível. Cada sujeito realizou três saltos consecutivos, e o dispositivo Myotest forneceu dados de altura de salto (cm), potência (W), força (N/kg), velocidade (cm/s).

AVALIAÇÃO DA CARGA LEVANTADA NA SESSÃO

Em cada sessão foi determinado o volume da carga total levantada (Load) (séries x repetições x carga externa [kg]).

ANÁLISE ESTATÍSTICA

A normalidade e homogeneidade das variâncias foram acessadas pelo teste de Shapiro Wilk e Levene, respectivamente. Os dados estão expressos em média e desvio padrão da média. ANOVA (2 – Way) foi aplicada para comparar o curso temporal da recuperação neuromuscular entre as três sessões de treinamento. Em adição foi utilizado um pós-teste de Bonferroni para comparar médias replicadas quando necessário. Na comparação do curso temporal da recuperação intra sessões de treinamento (Pré; Imediatamente Após; 24h, 48h e 72h) foi utilizado ANOVA (1 – Way) com fator de correção medidas repetidas. O post test de Tukey foi aplicado para comparar médias replicadas pelas linhas quando necessário. A significância utilizada foi de 5%.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados do curso temporal dos parâmetros de performance neuromuscular entre e intra sessões de treinamento para cada sessão ao longo de 72 h estão expressos na tabela 1 e figura 1, respectivamente. Foi observada diferença significativa dos parâmetros de altura de salto, potência e 1RM Supino no momento Pós da sessão de treinamento de potência em comparação ao momento Pós da sessão de treinamento de resistência muscular ($p < 0,001$) e do momento Pós da sessão de treinamento de força máxima em comparação ao momento Pós da sessão de treinamento de resistência muscular ($p < 0,001$). Não foram observadas diferenças significantes em nenhum



dos outros momentos entre sessões de treinamento ($p > 0,05$). No mesmo sentido, na comparação intra sessões de treinamento, não foi observada alteração significativa no tempo de curso de nenhum dos parâmetros de performance neuromuscular investigados após sessão de treinamento de força máxima e potência ($P > 0,05$). Foi observada diminuição significativa da performance dos parâmetros altura de salto (36.8 ± 7.3 cm x $28.1 \pm 4,4$ cm, potência (46.2 ± 11.0 W/kg x $37,6 \pm 2.6$ W/kg) e 1RM supino (94.0 ± 14.1 kg x 78.6 ± 12.1) no momento Pós sessão de resistência de força em comparação ao momento pré ($P < 0,05$). Não foi observada alteração significativa no tempo de curso da performance de parâmetros de performance neuromuscular no momento 24h em detrimento ao momento pré sessão de resistência de força ($P > 0,05$). Por outro lado, foi observada alteração significativa no momento Após em comparação ao momento 24h, respectivamente nos parâmetros altura de salto (28.1 ± 4.4 cm x 31.1 ± 5.7 cm 24 h), potência (37.6 ± 2.6 W/kg x 43.8 ± 4.4 W/kg) e 1RM supino (78.6 ± 12.1 kg x 94.0 ± 14.1 kg) ($P < 0,05$). Em adição, houve diferença significativa no momento Após em comparação aos momentos 48 e 72h após sessão de resistência muscular, respectivamente nos parâmetros altura de salto (28.1 ± 4.4 cm x 31.3 ± 6.5 cm; 32.9 ± 6.1 cm) e 1RM supino (78.6 ± 12.1 kg x 95.7 ± 14.9 kg; 97.1 ± 13.7 kg) ($P < 0,05$).

Nossos principais achados indicam que o tempo de curso da recuperação de parâmetros de performance após sessão de resistência muscular é diferente do tempo de curso após sessões de força e potência. A sessão de resistência muscular induziu a diminuição significativa da performance no momento Após a sessão de treinamento, enquanto que as sessões de potência e força não apresentaram diminuição em nenhum momento. Contudo, foi verificado que o intervalo de recuperação de 24h após a sessão de treinamento de resistência muscular foi suficiente para restaurar a performance de parâmetros neuromuscular a níveis pré-treinamento.

Os indivíduos treinados que foram avaliados no presente estudo, apresentaram tais resultados após a sessão de resistência muscular provavelmente, pela fadiga aguda induzida pelo alto volume de trabalho da maquinaria contrátil, associado a um intervalo curto de recuperação entre séries (1min), o que é característica de sessões de treinamento de resistência muscular. Por outro lado, o desempenho neuromuscular retornou aos valores pré-exercício no período de 24h, assim, não necessitando de intervalo de recuperação maior que 48 horas. Já as sessões de força e potência, não possuem característica metabólica, mas característica neuromuscular, com um volume de repetições pequeno, alta intensidade e alto tempo de recuperação entre séries, o que resulta em reduzido potencial de induzir dano muscular.

Alguns estudos tem objetivado investigar o tempo de curso da recuperação neuromuscular (MACMASTER et al. 2003; JUDGE e BURKE, 2010; LOPES et al. 2014). Contudo, a maioria dos estudos investigou a partir da realização de apenas um exercício, e não comparam entre diferentes manifestações de força. A partir disso, esses estudos tem apresentado recuperação neuromuscular com intervalos de 3h, 24h, 33h, 48h e 72h (RAASTAD e HALLÉN, 2000; IDE et al. 2011; LOPES et al. 2014). Certamente, a diferença na manipulação dos protocolos de treinamento entre os estudos (intensidade, volume, pausa entre séries, grupamento muscular envolvido, escolha e ordem dos exercícios e entre outros), contribui para a discrepância dos valores encontrados.



Em um recente estudo publicado pelo nosso grupo de pesquisa (LOPES ET AL, 2014), 8 sujeitos fisicamente ativos realizaram de maneira randomizada dois protocolos repetidos de exercício de força, com diferença apenas no intervalo entre as duas sessões. 4 sujeitos realizaram em uma semana duas sessões de exercício de força com intervalo de 24 horas, enquanto outros 4 sujeitos realizaram duas sessões de exercício de força com intervalo de 48 horas. Após uma semana de intervalo, os grupos foram invertidos.

A sessão de exercício de força consistiu na realização de cinco séries de 10 repetições com intensidade de 70% de 1RM, com 1 minuto de pausa passiva entre as séries e 2 minutos entre exercícios. A ordem dos exercícios foi: supino reto, supino inclinado e supino declinado, e mensurado a potência (W/kg), a força (N/kg) e velocidade (cm/s). Os resultados apresentaram diminuição significativa da performance de todos os parâmetros neuromusculares após a sessão, mas com retorno a valores pré-exercício em 24h após a sessão, o que vai totalmente de encontro ao presente estudo, principalmente porque investigou o mesmo tipo de população, os fisicamente ativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos resultados sugerem que capacidades físicas com características neuromusculares como força e potência não possuem capacidade de induzir diminuição da performance neuromuscular em nenhum momento após a sessão. Por outro lado, a capacidade de resistência muscular, principalmente por possuir maior demanda metabólica e contrátil, diminui significativamente a performance de parâmetros neuromusculares após a sessão. Contudo, em sujeitos fisicamente ativos e experientes em treinamento de força, o intervalo de 24h após a sessão é eficiente na recuperação da performance a níveis pré-sessão de treinamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barroso R, Tricoli V, Ugrinowitsch C. Adaptações neurais e morfológicas ao treinamento de força com ações excêntricas. *R Bras C Mov.* (2005); 13(2): 111-122.
- Brown LE, Weir JP. ASEP - Procedures recommendation I: accurate assessment of muscular strength and power. *J Exerc Physiol.* 2001;4(1):1-21.
- Campos G E R, Luecke T J, Wendeln H K et al. Muscular adaptations in response to three different resistance-training regimens: specificity of repetition maximum training zones. *Eur J App Physiol.* (2002); 88: 50-60.
- Cardinale M, Newton R, Nosaka K. *Strength and Conditioning Biological Principles and Practical Applications.* Chichester, UK: Wiley-Blackwell, 2011.
- Cormie P, McGuigan M R, Newton R V. Developing maximal neuromuscular power. Part 1: Biological basis of maximal power productions. *Sports Med.* (2011); 41 (1): 17-38.
- Ide BN, Leme TC, Lopes CR, Moreira A, Delchechi CJ, Serraipe MF, et al. Time course of strength and power recovery after resistance training with different movement velocities. *J Strength Cond Res.* 2011;25(7):2025-33.



Judge LW, Burk JR. The effect of recovery on strength performance following a high-intensity bench press workout in males and females. *Int J Sports Physiol Perform.* 2010;5(2):184-96.

Mclaster JR, Bishop PA, Smith J, Wyers L, Dale B, Kozusko J, et al. A series of studies—a practical protocol for testing muscular endurance recovery. *J Strength Cond Res.* 2003;17(2):259-73.

Meneghel A J, Verlengia R, Cris H et al. Muscle Damage of resistance trained men after two bouts of eccentric bench press exercise. *J Strength Cond Res.* (2014); 28(10): 2961-2966.

Raastad T, Hallén J. Recovery of skeletal muscle contractility after high- and moderate-intensity strength exercise. *Eur J Appl Physiol.* 2000;82(3):206-14.



FATORES DETERMINANTES E RESULTANTES DA CAPACIDADE DE INOVAÇÃO DAS EMPRESAS: ESTUDO DE CASO “RESERVA”

Autor(es)

**MARIANA MUNIS DE FARIAS
ROSANA BORGES ZACCARIA**

Orientador(es)

GUSTAVO BENEVIDES

INTRODUÇÃO

Evoluções tecnológicas constantes, árdua concorrência local e global, consumidores cada vez mais informados e exigentes, escassez de recursos naturais, crises econômicas globais: são inúmeros os fatores que tornam o mundo atual extremamente complexo. Todas essas transformações vêm ocorrendo de forma muito rápida.

Taillard e Glaveanu (2012) afirmam que a capacidade de inovação tornou-se algo cada vez mais estratégico e primordial para as empresas e o cenário global atual exigirá cada vez mais das organizações criatividade, empatia, dinamismo e de rigor.

Empresas criativas têm mais chances de criar técnicas inovadoras para melhorar a sua situação e ganhar vantagem competitiva sobre os concorrentes (SLATER *et al.*, 2010).

A grife carioca de vestuário masculino “RESERVA” foi eleita pela revista estadunidense “Fast Company” como uma das empresas mais inovadoras do mundo em 2015, sendo a única companhia brasileira mencionada pela publicação, estando entre as empresas mais inovadoras da América Latina.

A divulgação desse prêmio incentivou a elaboração do presente artigo, o qual visa apresentar um estudo de caso do GRUPO RESERVA, avaliando os Fatores Determinantes e Resultantes da Capacidade de Inovação propostos por Valladares *et al.* (2014).

OBJETIVOS

O objetivo geral deste artigo é avaliar se os Fatores Determinantes e Resultantes da Capacidade de Inovação propostos por Valladares *et al.* (2014) aplicam-se à empresa RESERVA.

DESENVOLVIMENTO

METODOLOGIA DE ESTUDO

O presente artigo baseia-se em uma pesquisa exploratória e qualitativa. De acordo com Mattar (1996, p. 19), a pesquisa exploratória permite o uso de métodos amplos e versáteis, como levantamentos, estudos de caso e observação informal.

Para este estudo, foram realizados levantamentos bibliográficos de fontes secundárias e um estudo de caso.



O levantamento de fontes secundárias foi realizado a partir de dados obtidos em: (1) artigos nacionais e internacionais, encontrados nas plataformas *Scielo*, *Capes* e *Google Scholar*, submetidos de 2010 a 2015, cujas palavras chaves fossem criatividade, inovação e marketing e (2) materiais disponibilizados na Internet provenientes de fontes secundárias pela empresa analisada.

REFERENCIAL TEÓRICO

Criatividade *versus* Inovação e Capacidade de Inovação

A criatividade e a inovação tornaram-se primordiais num ambiente que exige das empresas manter e desenvolver posições competitivas. (HOUMAN e KRAGH, 2013).

Toaldo e Luce (2011) alegam que a criatividade e a inovação são processos organizacionais contínuos e concomitantes, que prosseguem durante todas as fases de introdução e uso de ideias novas. Para que uma empresa gere inovação, ela necessita estimular primeiramente a criatividade, principalmente de seus colaboradores.

A inovação é fruto da criatividade e indica que algo foi inventado, descoberto e projetado, por antecedência. A transformação da criatividade em inovação é, na maioria das vezes, um processo de converter ideais individuais em ideais coletivos, onde as ideias novas necessitam ultrapassar os limites do desejo individual e passe a ser em prol de uma organização (TOALDO e LUCE, 2011).

Não há inovação sem pessoas. Taillard e Glaveanu (2012) alegam que nem os algoritmos mais sofisticados são capazes de competir com a criatividade humana. Para Smith *et al.* (2008), todos os fatores coletivamente, pessoas e processo de inovação, fazem parte de algo denominado como cultura organizacional. Logo, para que haja inovação numa empresa, faz-se necessário que seu ambiente seja propício para isso.

FATORES DETERMINANTES E RESULTANTES DA CAPACIDADE DE INOVAÇÃO

Os Fatores congruentes que determinam e resultam da Capacidade de Inovação das empresas, de acordo com Valladares *et al.* (2014) são oito, os quais estão descritos abaixo:

Liderança Transformadora: é responsável por tornar os funcionários de uma empresa mais conscientes da importância e do valor do trabalho, acionando suas necessidades superiores e levando-os a transcender seus interesses pessoais em prol da organização.

Intenção Estratégica de Inovar: é o grau com o qual a corporação está disposta a assumir riscos para favorecer a mudança, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, e a competir agressivamente a fim de vantagem competitiva para sua empresa;

Gestão de Pessoas para Inovação: é a promoção da concessão de liberdade ou autonomia de atuação aos empregados, estabelecendo metas desafiadoras, permitindo que decidam como alcançá-las e favorecendo a autorrealização e o comprometimento com os objetivos da organização.



Conhecimento do cliente com o mercado: habilidade para detectar os eventos, necessidades, expectativas, mudanças significativas e tendências do cliente e do mercado. Perceber as mudanças do mercado na frente dos seus competidores fornece vantagem competitiva à empresa.

Gestão estratégica da tecnologia: é a gestão do processo de criação e desenvolvimento de tecnologias, tendo em vista à criação de valor.

Organicidade da Estrutura Organizacional: grau com o qual a estrutura é caracterizada pela concessão de autonomia, controles flexíveis, comunicação horizontal fluida, valorização do conhecimento e da experiência e informalidade nas relações pessoais. = **Gestão de Projetos:** Planejamento, provisão dos recursos, execução e controle do processo de inovação. Possui minuciosa avaliação dos projetos, análise e planejamento projetando, principalmente, ganhar compreensão, compromisso e apoio tanto corporativo, quanto do pessoal que estará engajado no projeto.

Desempenho em Inovação: Organizações inovadoras são aquelas que mostram comportamento inovador consistente ao longo do tempo.

SOBRE A RESERVA

A ideia de abrir um negócio segmentado na moda masculina surgiu em 2004, quando os sócios da RESERVA, Rony Meisler e Fernando Sigal, vislumbraram uma oportunidade num momento de lazer: estavam na academia e repararam que cinco homens exercitavam-se com bermudas idênticas. Após esse evento, desenvolveram dois modelos de bermuda com a frase “seja você mesmo, mas nem sempre o mesmo”, e venderam 200 unidades em 3 dias entre amigos.

Em 2006, o que era considerado *hobby*, virou a atividade principal. Rony demitiu-se de uma multinacional e Fernando utilizou a casa da mãe como “Centro de Distribuição” das roupas. Surge, a partir de então, a marca “RESERVA”, nome que faz referência a uma das mais belas praias do Rio de Janeiro, com sua icônica logomarca do pica-pau. Nesse mesmo ano, os sócios realizaram o primeiro desfile da marca no Fashion Rio e abriram a primeira loja em Ipanema (RJ).

A RESERVA criou a “Experiência Reserva”, um modelo de atendimento que fez a marca ficar muito famosa nos anos seguintes. Ela surgiu para que os clientes se sentissem “em casa”, com música eletrônica mais alta, cerveja gelada à vontade, e atendentes entusiásticos que iniciam diálogo descontraído e menos formal que as outras marcas do mercado. No mesmo ano, também foi aberta sua segunda loja.

Em 2014, a marca fez parceria com a WWF Brasil, BRAZIL FOUNDATION e ANISTIA INTERNACIONAL, ao focar o bom exemplo e criando a campanha “REBELDES COM CAUSA”, estimulando o empreendedorismo social no país e no mundo.

O Projeto é uma homenagem da Reserva ao crescente número de empreendedores sociais que estão no Brasil, mostrando o discurso da consciência socioambiental na prática. É com essas pessoas que marca quer falar: jovens engajados para o bem, que com ética, seriedade e muito afeto, dedicam suas vidas para causas sociais e que, consequentemente, transformaram seu entorno. A Reserva divulgou nas redes sociais onze iniciativas sociais, para captar recursos que apoiem os projetos dos mesmos.



O sócio Rony ganhou o título de *Gentleman of the Year* pela *Fashion for Development* (F4D), por suas iniciativas sociais. Além disso, a marca possui 99% da sua produção no mercado brasileiro, com o intuito de empregar mais a cadeia têxtil do país. Concomitantemente, o Grupo alcançou a marca de 40 lojas, 1.200 multimarcas e 2 milhões de fãs no FACEBOOK.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A cultura organizacional da RESERVA está refletida em dois fatores da capacidade de inovação adotados pela empresa – a liderança transformadora e gestão de pessoas para inovação – e postos em prática pelos sócios Rony Meisler e Fernando Sigal. Ambos alegam, em entrevista para o jornal “Conta Corrente – Globo News” que o modelo de gestão da empresa vai muito além do que ela vende: ele é fundamentado no que a empresa acredita.

A RESERVA é uma marca que conhece muito bem seu cliente e consumidor, bem como o mercado com o qual atua. Em toda comunicação integrada de marketing da empresa (desde as redes sociais, até o ponto de venda), além de refletir seus valores e da liberdade de expressão, assume que suas roupas são feitas para o homem brasileiro “de verdade”: que tem preguiça de acordar cedo, que prefere tomar cerveja e comer pizza a malhar, que não segue os padrões impostos pela sociedade.

Os valores da RESERVA estão estampados em toda sede da empresa, localizada em São Cristóvão, na capital do Rio de Janeiro, através do “Manifesto RESERVA”: frases que resumem a cultura organizacional da empresa e tudo aquilo que a marca pensa, como “O sorriso é o novo pretinho básico”, “Somos nós mesmos, mas nem sempre somos os mesmos”.

A RESERVA efetua os serviços de criação todos dentro da empresa, desde as vitrines, catálogos, revistas, estampas de camiseta, novas coleções, até a manutenção das redes sociais, artes que serão veiculadas nas mídias, entre outros. Portanto, a sede da empresa conta com áreas de convivência que estimulam a criatividade e inovação, com sofás, pufes, mesa de pebolim, saco de boxe, rede, televisão, videogame, balanço, mesas, um canto com micro-ondas, cafeteira, gerando assim um ambiente mais descontraído. Há também um auditório decorado com sofás-camas feitos de pallets, onde os brainstorm mais criativos são feitos ali.

Observa-se que a empresa atua fortemente com o fator organicidade da estrutura organizacional, ao adotar um escritório horizontalizado, sem portas ou divisórias entre os setores, os quais permitem fluir mais a comunicação entre os colaboradores.

Quanto aos fatores de gestão estratégica da tecnologia e gestão de projetos, nota-se que a empresa tem inovado a cada ano na criação e desenvolvimento de tecnologias, tendo em vista à criação de valor, onde, ao mesmo tempo em que cresceu em quantidade de lojas, franquias e multimarcas, manteve a preocupação sempre em perpetuar a essência da RESERVA. Por fim, ao avaliar toda história de evolução e crescimento da empresa, desde sua fundação, até os dias de hoje, nota-se que há uma preocupação do GRUPO RESERVA em manter um comportamento inovador consistente ao longo do tempo, em cada coleção, a cada ano que passa, onde sempre está disposta a assu-



mir riscos para favorecer a mudança, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, e a competir agressivamente a fim de vantagem competitiva para sua empresa, preenchendo os requisitos para dois fatores de inovação: a intenção estratégica de inovar e o desempenho em inovação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Criatividade e Inovação tornaram-se elementos fundamentais para sobrevivência e sucesso das organizações pós-modernas e vêm ganhando espaços maiores nas discussões empresariais, devido aos novos desafios impostos pelo mercado para a competição e diferenciação.

Nota-se que para que uma empresa torne-se criativa e inovadora, é essencial que sua cultura, seus valores e, conseqüentemente, sua liderança e a forma de gerenciar pessoas, tenham inovação e criatividade em seu DNA, seu alicerce.

A RESERVA enquadra-se em todos os Fatores Resultantes e Determinantes da Inovação propostos por Valladares *et al.* (2014). Observa-se que a criatividade e inovação geradas pela marca são frutos da cultura e visão propícias para criar e inovar, as quais refletem na forma de liderar as pessoas. Tratar as pessoas como o centro do negócio fez a diferença para a RESERVA ganhar o prêmio supracitado e crescer ano os ano. Investir em novas áreas, mantendo o alicerce de seu DNA, e entender também profundamente seus consumidores e mercado também auxiliou a RESERVA a obter grande visibilidade como empresa inovadora.

Este artigo aplicou apenas aos Fatores Resultantes e Determinantes da Inovação propostos por Valladares *et al.* (2014), abrindo novas possibilidades de estudos futuros com base no assunto, dentre eles a aplicação dos Oito Fatores Determinantes e Resultantes da Capacidade de Inovação proposto por Valladares *et al.* (2014), aplicado em outras empresas de outros setores brasileiros, analisar como a cultura organizacional da RESERVA impacta na estratégia de criatividade e inovação da empresa, ou se o consumidor final avalia a RESERVA como uma empresa criativa e inovadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURROUGHS, J. E.; DAHL, D. W.; MOREAU, C. P.; CHATTOPADHYAY, A.; GORN, G. J. Facilitating and Rewarding Creativity During New Product Development. *Journal of Marketing*, v. 75, pp. 53 –67, Jul. 2011.

HOUMAN, A.; KRAGH, H. Managing creativity in business market relationships. *Industrial Marketing Management*, v. 42, pp 82–85, 2013.

KUAZAQUI, E. A DISCUSSION ON ENTREPRENEURSHIP, CREATIVITY AND INNOVATION APPLIED TO INTERNATIONAL MARKETING. *Global Business and Technology Association*, v. 8, pp. 272-295, 2014.

MATTAR, F. N. Pesquisa de marketing. São Paulo: Atlas, 1996.

RESERVA. Material produzido pelo departamento de Serviço de Atendimento ao Cliente. RESERVA, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: . Acesso em: 5 jun. 2015.



SLATER, S. F., HULT, G. T. M., OLSON, E. M. Factor Influencing the Relative Importance of Marketing Strategy Creativity and Marketing Strategy Implementation Effectiveness. *Industry Marketing Management*, v. 39, pp. 551-559, 2010.

SMITH, M. K.; BUSI, M.; BALL, P. D.; MEER, R. Factors influencing an organisation's ability to manage innovation: a structured literature review and conceptual model. *International Journal of Innovation Management*, v. 12, n. 4, pp. 655-676, 2008.

VALLADARES, P. S. D. A.; VASCONCELLOS, M. A.; SERIO, L. C. Capacidade de Inovação: Revisão Sistemática da Literatura. *Revista de Administração Contemporânea (RAC)*. Rio de Janeiro, v. 18, n. 5, pp. 598-626, Set./Out. 2014.

TAILLARD, M.; GLAVEANU, V. Creativity and Marketing: Interview With Marie Taillard. *Europe's Journal of Psychology*, v.8, n. 4, pp. 519-522, 2012.

TOALDO, A. M. M.; LUCE, F.B. Processo de Estratégia de Marketing – a Criatividade como um de seus resultados. *Revista de Administração FACES Journal*, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, pp. 57-71, jan./mar, 2011.

ZAMPETAKIS, L. A. Sales force management practices in organizations with a supportive climate towards creativity. *Journal of Strategic Marketing*, v. 22, n. 1, 2014.



TRANSIÇÃO DE CARREIRA COM BASE NOS ESTUDOS DOS SETÊNIOS E MENTORING

Autor(es)

MARAI DE FREITAS MAIO VENDRAMINE

Orientador(es)

DALILA ALVES CORRÊA

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma proposta de estudo sobre carreira profissional, com a utilização dos estudos biográficos da Antroposofia no processo de *mentoring*. Trata-se de uma proposta de pesquisa que será desenvolvida a partir de 2017. A carreira tem sido um processo crescente quanto a responsabilidade própria dos profissionais e não mais exclusividade das empresas; salvo exceções. A gestão de carreira passa por transformações culturais (DUTRA, 2013). Em geral, as pessoas se deparam com desafios “tecnoeconômicos, políticos e ou culturais/espirituais – ou todos os três” (CHARMER, 2010, p. 179), os quais impõem mudanças, desapegos aos velhos padrões e preenchimentos correspondentes à nova realidade. Em virtude desse cenário faz-se necessário a existência de estudos científicos que estimulem posturas e ações de planejamento de desenvolvimento profissional. A carreira inicial, se planejada e estruturada pode remeter à possível idealização de carreira complementar ou segunda carreira (QUISHIDA, 2007; DE COEN, 2012; SOLINGE, 2012) como preparo à transição e opção aos possíveis entraves e mudanças que ocorrem com profissionais ao longo de suas trilhas profissionais. As mudanças interior e exterior ocorrem a cada sete anos de acordo com os estudos da Antroposofia (BURKHARD, 2010). Segundo Louis (1980) a transição de carreira representa mudança de emprego, profissão e cargos. O cenário de planejamento de carreira pode ser eficaz quando da introdução de *mentoring*, pois remete a análise de valores e sonhos profissionais muitas vezes antigos e guardados por motivos até desconhecidos. A caminhada na carreira é um fluxo que se depara com tendências do novo século, com novas ideias e exigências da organização do trabalho e remete aos profissionais, novas práticas, reparos e planejamentos, conforme Stone (2005). Diante do que foi exposto de forma sucinta, os questionamentos que se pretende trabalhar nesta pesquisa são: (a) Os brasileiros têm o hábito de planejar suas carreiras nos momentos profissionais iniciais? (b) Como os profissionais dos 35 aos 42 anos e a partir dos 49 anos de idade enfrentam as mudanças nas transições de suas carreiras diante de fatos não planejados; como por exemplo, desligamentos ou extinção do próprio cargo? (c) Em algum momento profissional uma segunda carreira é considerada como nova rota de atuação?

OBJETIVOS

Geral: Analisar como os profissionais lidam e tomam decisões nas transições de suas carreiras e propor a utilização dos setênios; na visão antroposófica no processo de



mentoring como ferramenta de suporte ao autoconhecimento no planejamento e nos ciclos de carreira.

Específicos:

a) Analisar o grau de planejamento de carreira nos momentos que antecedem as transições dentro dos ciclos de idades (setênios), b) Apurar o grau de interesse pela formação e planejamento futuro de uma segunda carreira, c) Correlacionar os setênios nos momentos de decisão e transição de carreira, d) Descrever os benefícios do processo de *mentoria* na decisão profissional e nas transições de carreira.

DESENVOLVIMENTO

Enquanto proposta de estudo, projeta-se que o seu desenvolvimento ocorrerá através do método qualitativo por ser uma “autoridade na esfera da pesquisa fundamental, no trabalho de elaboração teórica ou conceitual” (POUPART, *et al.*, 2014, p. 95). Serão realizadas entrevistas individuais, semiestruturadas em profundidade (GODOI *et al.*, 2010). Os atores sociais serão profissionais com idades de 21 aos 28 anos (pessoas em estágio de carreira inicial), dos 35 aos 42 (pessoas em possibilidade de transição de carreira) e, a partir dos 49 anos de idade (pessoas na maturidade da carreira), conforme classificação dos setênios proposta por Burkhard (2010). O início em qualquer atividade profissional quer seja como empregado de uma empresa, autônomo ou dono do próprio negócio é geralmente precedido em maior escala por influências externas. Dutra (2002, p. 101) comenta que os profissionais brasileiros não valorizam a realização de um plano de carreira por falta de “estímulos ao longo da vida”. Outro cenário de surpresa refere-se aos profissionais que são desligados e ou aposentados cujos contratos psicológicos; ao que Rousseau (1989) denominou de expectativas implícitas que transpõem os acordos escritos, não estão claros e que, nesses momentos se veem na iminência forçada da transição de carreira. Até a década de 80, a carreira era basicamente verticalizada e nas últimas décadas, as empresas se viram na necessidade da realização de mudanças internas, tais como diminuição dos níveis hierárquicos e novos métodos de trabalho, alterando o sentido da carreira denominado por Dutra (2004, p. 65), como a “capacidade para assumir atribuições e responsabilidades em níveis crescentes de complexidade” e, para Malvezzi (1999, p. 66) “a mobilidade entre as atividades profissionais na vida de um indivíduo [...] que reflete seu crescimento psicológico, profissional e econômico, sua estagnação e sua marginalização”. Hoje, há uma nova conotação voltada a qualidade de vida profissional que significa que, cada vez mais, as pessoas irão tomar decisões nas suas carreiras considerando fortemente o contexto social e valores éticos, segundo Dutra *et al.*, (2013). A questão de valores, por exemplo é apontada por estes autores, na referência das gerações que começaram a entrar no mercado de trabalho a partir de 2000, denominadas de Y ou Z. Escolhas ou novos rumos de carreira são decisões tomadas diante de um leque de variáveis e a coerência está em lançar mão preferencialmente, de processos que combinam ou que possuem sinergia com a personalidade do indivíduo. Uma das propostas para o autoconhecimento é o trabalho com os setênios, utilizados pela Antroposofia palavra esta



que, “etimologicamente vem do grego e significa conhecimento do ser humano... [...] ciência voltada ao conhecimento do homem, da natureza e do universo” (OLIVEIRA, 2006, p.17 e 7). Rudolf Steiner caracterizava a Antroposofia; criada por ele no início do século XX, como “um método de conhecimento da natureza do ser humano universal”, (SILVA, 2007, p. 23) com fundamentos concretos (*nous*) e epistemológicos. O estudo sobre os marcos que ocorrem a cada sete anos na vida das pessoas é abordado desde o século VII por Sólon; 650 a.C., conforme Leão (2012) e, na Antroposofia através dos estudos da biografia, trazendo à tona questões sobre responsabilidade, missão, potenciais, dificuldades e motivos das situações que se repetem na vida do ser humano, conforme Burkhard (2010). É importante a clareza sobre a autocompreensão de vida diante dessas análises pois, segundo Myss (2003) as pessoas que conhecem sua missão ou o propósito da sua vida; e um dos propósitos é a carreira, possuem maior capacidade racional para tomar decisões diante de situações favoráveis ou mesmo até em períodos difíceis. Segundo Burkhard (2010) as mudanças biológicas que ocorrem com os seres humanos à medida do envelhecimento são da natureza e não significa que o término da carreira ou da produtividade chegou ao fim. A elasticidade na expectativa de vida de outrora, sugere que o ser humano expanda seus conhecimentos sobre si para poder desfrutar da sua velhice de forma plena e saudável. Segundo Burkhard (2010, p.18), “para o grego, quanto mais velho se tornava o indivíduo, mais valor se lhe atribuía”. A carreira pode ser melhor planejada quando respaldada por processo de mentoring; principalmente, no início da trilha profissional ou diante dos momentos de dúvidas sobre que carreira prosseguir. É um conceito que se alinha ao autoconhecimento pessoal, pois trata de valores, sonhos e desejos do futuro. O mentoring “traz, como valor agregado, a contextualização e o desenho de projetos de vida e carreira, dando suporte ao desenvolvimento global do ser humano”, segundo Bernhoeft (2001, p. 45). Para Gueiros (2007), o mentor é um profissional que trabalha com o mentorado envolvendo encorajamento para desafios, possibilidades em carreiras alternativas e competências importantes para a carreira. Ramakrishnan, *et al.*, (2006, p. 4) comentam que o mentor “apoia e ajuda a motivar pessoas menos experientes para chegar ao seu verdadeiro potencial”. Pode-se observar processo de tutoria no ambiente de trabalho envolvendo funcionários com maior experiência e conhecimentos como responsáveis pelo aprendizado de funcionários menos experientes. Tanto o processo biográfico como mentoring promovem mudanças externa e interna; esta última, considerada por Scharmer (2010), pontos desconhecidos e fontes de origem da nossa percepção. Nossas ações representam padrões habituais e novas direções requerem o abandono do antigo e a reposição reconhecida do novo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo pretende responder as seguintes questões anteriormente propostas, de modo a analisar: a) o nível de realização do planejamento de carreira idealizado pelo próprio indivíduo, b) as escolhas de carreira voltadas à status ou representação de sonhos, c) como ocorrem as transições profissionais e, c) se uma segunda carreira é uma opção complementar que beneficia nos momentos de transição profissional.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto contemporâneo nas organizações afeta a administração da carreira dos profissionais. Aprendizados técnicos, educacionais e socioculturais são aspectos que instigam a necessidade de autoconhecimento e racionalidade nas escolhas, progressão e transição da carreira. A utilização dos setênios no processo de mentoria nos momentos profissionais e pessoais de busca do verdadeiro mundo, nos momentos de transformações e de novas decisões se conhecidos previamente, podem alavancar o progresso na carreira com maior domínio e sabedoria. A Antroposofia na administração, particularmente na carreira profissional é assunto que merece compor agenda de pesquisa desta área, dado que esta ciência propicia visão integrada e que considera as mudanças do pensar, do sentir e do querer que ocorrem a cada período com as pessoas; pautas importantes no planejamento individual de carreira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNHOEFT, Rosa Elvira Alba. *Mentoring: Abrindo Horizontes, Superando Limites, Construindo Caminhos*. São Paulo: Editora Gente, 2001.
- BURKHARD, Gudrun. *Tomar a Vida nas Próprias Mãos: Como Trabalhar na Própria Biografia o Conhecimento das Leis Gerais do Desenvolvimento Humano*. São Paulo: 4ªed. Antroposófica, 2010.
- DE COEN, An *et al.* Article. In: *Business and Economics – Katholieke Universiteit Leuven*. The Impact of Age on the Reservation Wage: The Role of Employability. Total pages: 37. Belgium, 2012.
- DUTRA, Joel Souza *et al.* *Desafios da Gestão de Carreira*. São Paulo: Editora Atlas, 2013.
- *Competências: Conceitos e Instrumentos para a Gestão de Pessoas na Empresa Moderna*, São Paulo: Atlas, 2004.
- *As Pessoas na Organização*. São Paulo. Editora Gente, 2002.
- *Administração de Carreira*. São Paulo: Atlas, 1996.
- GODOY, Chistiane Kleinübing, *et al.*, (organizadores). *Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: Paradigmas, Estratégias e Métodos*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- GUEIROS, Mônica Maria Barbosa. Monografia. In: *Administração, pela Universidade da Bahia. Aprendendo nas Teias da Mentoria: Um Estudo sobre as Interações de Desenvolvimento Profissional Construídas pelos Dirigentes Educacionais em Faculdade de Ensino Superior Privada*. Nº p. 177. Salvador: 2007.
- LEÃO, Delfim F.; BRANDÃO, José Luis Lopes. *Vidas Paralelas: Sólon e Públicola – tradução do grego*. Coimbra, Portugal: Editor Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, ed. 1º/2012.
- LOUIS, Merryl Reis. *Career Transitions: Varieties and Commonalities*. *Academy of Management Review*, V. 5, N-3, p. 329-340. 1980.
- MALVEZZI, Sigmar. *Empregabilidade e Carreira*. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*. Vol. 2. p. 55-72. São Paulo, dez. 1999.



- MOGGI, Jair *et al.* Assuma a Direção da Sua Carreira. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- MYSS, Caroline. Contratos Sagrados: Despertando nosso Potencial Divino – tradução de Anna Maria Lobo. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- OLIVEIRA, Francine Marcondes Castro. Dissertação Mestrado. In: Pedagogia - Universidade Federal do Paraná. A Relação entre o Homem e Natureza na Pedagogia Waldorf. Nº p.170. Curitiba: 2006.
- POUPART, Jean *et al.* A Pesquisa Qualitativa: Enfoques Epistemológicos e Metodológicos. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- QUISHIDA, Alessandra. In: Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo. Adaptação à Transição de Carreira na Meia-Idade: Um Estudo Exploratório sob o Enfoque do Locus de Controle, p. 101. São Paulo, 2007.
- RAMAKRISHNAN R.; SARAVANARAY, M.G. Mentoring Faculties. Presented at Christ College, Bangalore on Nov: 2006.
- RIBEIRO, Marcelo Afonso; SILVA, Lucy Leal Melo. Compêndio de Orientação Profissional e de Carreira: Perspectivas Históricas e Enfoques Teóricos Clássicos e Modernos, V. 1. São Paulo: Editora Vetor, 2011.
- SHARMER, C. Otto. Teoria U: Como Liderar pela Percepção e Realização do Futuro Emergente. Tradução Edson Furmankiewicz. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- SILVA, Ana Maria Marques. Dissertação Mestrado. In: Administração e Planificação da Educação –Universidade Portucalense. A Pedagogia Waldorf: Um Contributo para a Educação em Portugal. Nº p. 170. Portugal, 2007.
- SOLINGE, Hanna Van. Article. In: Netspar Discussion Papers. Explaining Transitions into Self-Employment After (Early) Retirement. Total pages: 24. Year 2012. Available at: <http://ssrn.com/abstract=2162452>. Oct 1, 2014, 9am.
- STEINER, Rudolf: Minha Vida. São Paulo: Antroposófica, 2006.
- STONE, Katherine V.W. Rethinking Labor Law: Employment Protection for Boundaryless Workers. Research Paper, N. 5-17. Presented at the Workshop on the Scope of Labor Law: Re-Drawing the Boundaries of Protection, Bellagio Study and Conference Center. Italy, May, 2005.



A APLICABILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS FRENTE ÀS DIFERENÇAS RELIGIOSAS E CULTURAIS

Autor(es)

MARICE COSTA PORTO DE MORAES

Orientador(es)

RUI DÉCIO MARTINS

INTRODUÇÃO

O direito Internacional dedica-se cada vez mais a proteção dos direitos humanos, o que para isso, para o sucesso dessa busca, é necessário que os países signatários dos tratados internacionais nesse sentido, cumpram sua parte obedecendo-as.

Cabe também aos órgãos competentes nessa área, buscarem mesmo nos países que não são signatários dos tratados sobre direitos humanos, apoio e solidariedade em busca da paz mundial.

Apesar de o direito à vida estar entre os direitos fundamentais, o qual deve ser tratado com primazia, existem outros direitos que também devem ser respeitados, assim como a dignidade da pessoa humana e liberdade de religião.

OBJETIVOS

Portanto o presente trabalho tem por objetivo demonstrar que mesmo sendo o direito a vida o mais imperioso, muitas vezes esse direito esbarra-se na crença cultural e religiosa de alguns povos.

Pois no meio internacional temos uma pluralidade de culturas, ocorrendo assim uma mistura de cultura, religião e a luta por uma vida melhor e mais digna.

De acordo com a ordem natural, observa-se que a vida é o direito mais protegido, pois os demais são secundários, sem a vida não existe necessidade de se ter os demais direitos, porém existem opiniões contrárias.

O autor Rodrigo Santos Neves, em seu artigo sobre o direito à vida e à saúde diante da liberdade religiosa, conclui dizendo que “Não há direitos absolutos, nem o direito à vida. Além do direito à integridade física, também são tuteladas a integridade psíquica e a liberdade de crença. A pessoa no gozo de suas faculdades mentais pode decidir se será ou não submetida ao referido tratamento, sob pena de violação do seu direito de crença, e conseqüentemente, da sua dignidade humana”.

DESENVOLVIMENTO

Tanto assim que muitas vezes o direito a liberdade religiosa e a cultura dos povos atinge o direito à vida e a dignidade da pessoa humana. Nesses casos, a discussão é mundial e gira em torno do que deve prevalecer o que está longe de ter um consenso, tanto a nível Brasil, como a nível mundial.



Apesar de todo esforço da comunidade internacional em angariar cada vez mais Estados para aderirem aos tratados internacionais de direitos humanos, na maioria das vezes esbarra-se em divergências entre o que dispõe os tratados e a cultura do Estado, criando dificuldades em maiores adesões.

Um grande exemplo é o caso dos países que consideram como parte da sua cultura a necessidade da circuncisão feminina, sendo esta para eles uma prática comum e preparatória para o casamento.

Enquanto para a comunidade internacional essa prática atinge vários tratados internacionais de direitos humanos e nesses países essa é uma prática enaltecida.

Fora a afronta à dignidade da pessoa humana, por ser uma prática sem o consentimento da mulher, mesmo porque na idade em que são submetidas a isso nem mesmo tem a consciência do que está ocorrendo, existe a violação do direito à vida e a sua dignidade.

Essa afronta existe, porque na maioria das mulheres essa prática é realizada sem qualquer preparo de higiene e acompanhamento médico. É realizada em quartos escuros e muitas vezes no meio do mato, colocando em risco a vida da mulher, o índice de mortes é bem alto por decorrência de hemorragias durante a prática ou até mesmo de complicações devido infecções e falta de cuidados médicos.

Devemos ainda levar em consideração a discriminação ocorrida na diferenciação entre homens e mulheres, essa prática existe sob a alegação que somente o homem pode sentir prazer no sexo, cabe a mulher apenas servi-lo e realizar seus desejos, afrontando a igualdade tão almejada pelo mundo afora entre homens e mulheres.

Existem vários relatos de meninas que ao serem obrigadas a casar nesses países com idade ainda tenra, fugiram para outros países, muitas vezes até acobertadas pelas mães e avós que passaram pela mesma situação.

E devido a forte cultura existente na criação dessas meninas elas acreditavam que realmente a prática da circuncisão era necessária, somente descobrem que é absurda e até criminosa depois de viverem e conviverem com outras culturas.

A Inglaterra, que tem muitos imigrantes africanos, tem criado dificuldades para que se realizem essa prática entre eles, no país é totalmente proibido, mas os Africanos enviam suas meninas para férias na África e lá passam pela circuncisão, este país como meio de ajudar a coibir essa afronta as mulheres utiliza-se de meios possíveis, como por exemplo punindo quem transporta essas meninas para essa ao país africano para finalidade.

Nos Estados Unidos vem ocorrendo a mesma circunstancia, tanto que já apelidaram de “férias do corte”.

A ONU, tem também desempenhado um papel importante na tentativa de acabar com essa prática de maneira que se proteja a vida de muitas meninas que morrem, tanto pela circuncisão como pelas suas consequências.

Tanto assim, que aprovou uma resolução que proíbe a circuncisão feminina, a qual foi assinada por 194 países, procedimento que visa coibir a mutilação por todos os



países. Diz ainda a ONU, que mais de 10 mil comunidades em 15 países, de 2008 para cá deixaram de praticar a mutilação, sendo um grande avanço.

Além dessa prática, outras dificuldades de universalizar os direitos humanos existem, não há como conseguir que todas as pessoas sejam iguais e com pensamentos iguais, os valores são diferentes em cada cultura.

Um outro exemplo é o caso do Irã, um país com culturas diferenciadas e com difícil acesso a mudanças, o caso mais emblemático e que ficou marcado é o da Iraniana que já viúva foi acusada de manter relações ilícitas com dois homens, prática essa que devido ao desenvolvimento social e a modernização da cultura na maioria dos países deixou de ser crime há muito tempo.

Mas no Irã, é um crime e grave, fato que levou a acusada a pena de morte por apedrejamento, uma outra situação que os tratados tentam abolir, a pena de morte, principalmente de maneira que cause sofrimentos desnecessários e por meios cruéis.

Um dos filhos dessa Iraniana, divulgou uma carta endereçada a ONU, na tentativa de salvar sua mãe, vários países tentaram salvá-la inclusive o Brasil até mesmo oferecendo asilo a ela, o que não foi aceito pelo Irã.

Dos exemplos acima, depreendemos que é difícil julgar quem está certo ou errado, mesmo tratando-se de vida e dignidade humana, a sociedade é composta de valores, os quais são formados pelo modo como são criados a cultura em que estão inseridos e também conta a personalidade de cada ser humano.

A concepção do que é certo ou errado é mutável, algumas pessoas consideram algumas atitudes erradas e outras consideram a mesma atitude certa, mesmo porque não há como diante de uma sociedade tão eclética termos opiniões iguais sobre os conceitos e valores.

Fica assim difícil o julgamento de todas as formas de culturas de uma mesma maneira, há de se considerar as desigualdades, até mesmo para se alcançar uma sociedade mais justa, a visão dos fatos são diferentes para cada ser humano.

Assim surge a teoria do relativismo cultural, teoria que tenta amenizar a situação de maneira que ocorram adaptações nas regras dos direitos internacionais em casos de culturas diferentes.

Para os relativistas a noção de direito e direitos fundamentais deve ser relacionada com o sistema político, econômico, cultural, social e moral de cada país, seria isso necessário para que haja respeito as diferenças culturais que ocorre em cada sociedade.

Mas essa não é a corrente atualmente adotada pelos ativistas dos direitos humanos internacionais, a corrente adotada é a Universalista onde defende-se direitos e deveres iguais.

Essa é uma situação longe de ser resolvida, principalmente em termos internacionais, se dentro de um mesmo país já existem muitas discussões sobre isso, o que dirá quando envolvem vários países com culturas totalmente diferentes e diversificadas.

A nível de Brasil, que é um país laico, enfrentamos o direito à liberdade religiosa. Estamos falando se deve haver o relativismo quando o direito a crença põe em risco uma vida, o que deve prevalecer, a liberdade de escolha e decisão da pessoa que está em dificuldades, da família ou o direito a vida?



Estamos falando no caso da religião Testemunha de Jeová, a qual acredita que a pessoa que realizar a transfusão de sangue, será extirpada de seu povo e não será possível entrar no paraíso.

Segundo Rodrigo Santos Neves, em seu artigo sobre o direito à vida e à saúde diante da liberdade religiosa, diz que diante da possibilidade de gozo de uns anos a mais de vida ou de viver eternamente no paraíso, os seguidores dessa religião preferem manter suas convicções religiosas.

Continua dizendo, que, se uma mulher ao ser transfundida e não mais acolhida em seu meio social por ser considerada imunda, a sua vida foi preservada, e a sua dignidade? Nesses casos, a crença é tão forte que o ser humano que assim acredita, não aceita a transfusão em qualquer situação, nem mesmo se estiver entre a vida e a morte.

Mas, na realidade quando isso ocorre, o entendimento tanto da ética médica como de nossos tribunais, é que a vida tem o valor acima de tudo, deve ser salva em qualquer situação, são milhares de decisões judiciais nesse sentido em nossos Tribunais.

Interessante, que na pesquisa realizada, foi possível perceber que existem hospitais próprios para essa crença, onde há a promessa de que em qualquer situação durante o procedimento médico não ocorrerá à transfusão.

Outra situação bem conflitante é em relação aos indígenas que tem uma cultura bem diferenciada dos homens brancos, mas estão dentro do mesmo território e abrangidos pelas mesmas leis.

É claro que, em relação a eles já existe um certo relativismo, vieram de um mundo selvagem de disputa por sobrevivência na selva e muitas vezes o que é certo para nós homens brancos está errado para eles e outras vezes o que está certo para eles está errado para nós.

Esse comportamento diferenciado, muitas vezes não é compatível com as leis vigentes, mas eles também não têm a consciência de que determinada atitude é crime, pois no mundo deles é natural e inofensivo.

Enquanto eles estão isolados, em suas aldeias e não participam da vida nas cidades, as regras deles prevalecem, mas a partir do momento em que estão dentro de uma sociedade civilizada, devem se render a essas regras impostas pela sociedade.

Mas, como muitas vezes para eles é difícil à compreensão do certo e do errado, aí nesse caso é utilizada a relativização das normas para uma melhor adequação já que é impossível impedir a convivência.

Já que cada vez mais estão sendo civilizados e aprendendo a cultura do homem branco, essa transição é necessária. Apesar de que se possível for, o ideal seria manter a cultura indígena.

O caso de maior repercussão é a prática do infanticídio indígena de forma natural, e ao que se sabe existe um respeito do Estado à cultura deles, ou seja, em nosso país o infanticídio é crime, mas os indígenas ao praticarem não são punidos.

Na cultura indígena é comum o infanticídio de crianças que nascem com problemas físicos ou mentais, acreditam que se esse conviver com eles trará coisas ruins.



Caso os pais, não matem seus próprios filhos, sofrerão discriminação dentro da aldeia, esse é um problema importante a ser enfrentado diante do relativismo cultural. A cultura desses povos é bem antiga e tradicional, mas ao que se sabe isso na realidade ocorria porque a sobrevivência de um ser doente dentro de uma comunidade totalmente selvagem, poderia prejudicar o grupo todo ou até mesmo a própria criança quando adulta não seria possível a caça a locomoção dentro das condições oferecidas na mata selvagem.

Ocorre que, atualmente a maioria de nossos índios estão civilizados, não dependem mais da caça para sobrevivência, não precisam correr dos predadores e tem acesso a medicina do homem branco.

Apesar de entender que a questão cultural é forte em todas as situações aqui colocadas, ainda assim acredito que se a busca pelo direito maior que é a vida deverá sempre ser buscado, não faz sentido os demais direitos, os secundários sem a vida.

Mesmo porque, muitos deram à vida para que essas conquistas viessem e se propagassem a nível internacional, portanto não há que se abrir mão da vida de qualquer ser humano, mesmo diante de uma forte cultura ou religião.

O respeito a essas situações devem ocorrer, não é possível também a invasão repentinamente, talvez seja o caso de ações afirmativas para a conciliação do direito a liberdade religiosa e cultural de maneira que sempre seja respeitada a vida.

<http://www.pordentrodaafrica.com>

Revista de Direito Constitucional e Internacional,2013,pag.157

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente trabalho visa pesquisar o conflito que existe entre os tratados de direito internacional que protegem os direitos humanos e a diversidade cultural e religiosa que os afrontam.

A pesquisa deve também abranger a discussão de qual direito deve ser respeitado na maioria das discussões existentes sobre o assunto.

O que quer se desvendar é qual direito deve prevalecer nessas situações em diversos pontos de vista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que quer se desvendar é qual direito deve prevalecer nessas situações em diversos pontos de vista.

Deverá ainda colher sustentações capazes de convencer a opinião emitida e defendida em de cada situação, seja em defesa aos direitos humano ou ao livre direito a cultura e religião.

A discussão sobre esse assunto, enriquece a pesquisa, pois serão colhidos diversos pontos de vista, com argumentos diferentes, o que pode num futuro chegar-se a um aponto comum de respeito a ambos.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PIOVESAN, Flávia, Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 14^a Ed. Saraiva, 2014

PIOVESAN, Flávia, Temas de Direitos Humanos, 7^a Ed., Saraiva, 2014

COMPARATO, Fábio Konder, A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos, 8^a Ed., Saraiva, 2013

MORAES, Alexandre, Direitos Humanos Fundamentais, 9^a Ed. Atlas, 2011

RAMOS, André de Carvalho, Processo Internacional de Direitos Humanos, 4^a Ed., Saraiva, 2015

LENZA, Pedro, Direito Constitucional Esquematizado, 17^a Ed., Saraiva, 2013.

BILACCHI Jr, Gilberto Vaciles, Revista de Direito Internacional 2011, Vol.76, Revista dos Tribunais.

NEVES, Rodrigo Santos, Revista de Direito Internacional 2013, Vol.82, Revista dos Tribunais.

BONAVIDES, Paulo, Curso de Direito Constitucional, 22^a Ed., Malheiros.

SCARLET, Ingo Wolfgang, Eficácia dos Direitos Fundamentais, 11^a Ed., Livraria do Advogado.

<http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/viewFile/3862/2526>

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2014/06/crescem-os-numeros-de-circuncisao-feminina-nos-estados-unidos-4536510.html>

<http://www.pordentrodaafrica.com/ciencia/a-circuncisao-feminina-e-um-crime-que-clama-por-justica-diz-waris-dirie>



ALINHAMENTO ENTRE ESTRATÉGIA EMPRESARIAL E ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO EM UMA EMPRESA TEXTIL DE PEQUENO PORTE

Autor(es)

VINICIUS SERVELIN PIZZOL

Orientador(es)

JOSÉ ROBERTO SOARES RIBEIRO

INTRODUÇÃO

Toda empresa possui e pratica uma estratégia para competir e enfrentar seus concorrentes no mercado. Esta estratégia deveria ser seguida por todas as funções administrativas, entre elas pela função de produção. Ocorre que muitas vezes este seguimento ou alinhamento não ocorre, o que reflete na perda de competitividade da empresa. Dentro desta contextualização, este artigo trata da observação do alinhamento entre a estratégia empresarial e a estratégia de produção em uma empresa têxtil de pequeno porte. O objetivo geral deste trabalho foi analisar se há um alinhamento entre essas estratégias e fornecer à empresa foco soluções de melhoria para que o mesmo aconteça. Houve contribuição para a organização objeto de estudo, já que se foi possível demonstrar a empresa o não alinhamento entre as estratégias. Outro benefício do trabalho foi à definição clara do objetivo estratégico da empresa podendo assim alinhá-lo à produção. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa diagnóstica e teórico-prática, cujos dados foram levantados através de pesquisa bibliográfica, pesquisa participante e entrevista estruturada com gestores da empresa. A análise dos dados foi feita comparando a teoria com a prática.

OBJETIVOS

O objetivo geral é verificar a existência de alinhamento entre a estratégia empresarial e a estratégia de produção em uma empresa têxtil de pequeno porte

DESENVOLVIMENTO

O passo inicial no planejamento estratégico é estabelecer preliminarmente os objetivos e estratégias que a empresa ou grupo deseja seguir” (BETHLEM, 2009, p.22). É importante que toda empresa tenha traçado o seu objetivo de maneira a que todos envolvidos consigam visualizar sua missão e visão. Estratégia é essencialmente, um plano de ação para coordenar recursos e compromissos de uma empresa, a fim de aumentar seu desempenho” (LONGENECKER et. al, 2007, p.60). O papel da função produção em relação a estratégia da empresa, se comporta de três maneiras: a primeira influência é a implementação da estratégia empresarial, onde a produção tem o objetivo de colocar em prática a estratégia onde se é possível ver como a produção se comporta na prática. A segunda função da produção é o apoio para estratégia empresarial, onde desenvolve suas capacitações de maneira que a empresa aprimore e re-



defina seus objetivos. E por fim a função produção do impulsionamento da estratégia empresarial, onde se dá uma vantagem única a longo prazo para a empresa (SLACK et al, 2009, p.37) Para que haja alinhamento perfeito entre as estratégias, é necessário que as empresas possuam em sua estratégia operacional o objetivo de desempenho traçado, onde Slack et. al (2009, p.39) destaca a importância dos stakeholders como papel fundamentais na elaboração desse objetivo, e acrescenta que existem cinco tipos de objetivos de desempenho: objetivo qualidade; objetivo velocidade; objetivo confiabilidade; objetivo flexibilidade; e por fim, objetivo custo. Funcionários com pouco conhecimento sobre manufatura e fornecimento de serviços cujo foco central das estratégias em geral é puramente por aplicações financeiras e de curto prazo, é o motivo pelo qual muitas empresas enfrentam dificuldades para formar estratégias de operações, onde estratégias a longo prazo como investimento em tecnologia, é em algumas vezes motivo de corte de custo e solução rápida (BROWN, 2005, p.54). É necessário que os empreendedores não tenham ideias distorcidas sobre a função produção. Uma estratégia para menor custo total deixa de fora as dimensões do tempo e da satisfação do cliente, que normalmente deve ser considerada também. Porque o custo e o tempo e os clientes estão todos envolvidos, temos que concluir que o que é uma “boa” para a empresa A pode ser uma planta regular ou ruim para a sua concorrente, a empresa B, que é do mesmo setor, mas persegue uma estratégia diferente, por exemplo. (SKINNER, 1969). Para que a empresa garanta sua vantagem competitiva através da sua estratégia, é necessário que ela mantenha seu custo, qualidade e logística em níveis aceitáveis, destacando um item dos demais (item considerado estratégico para a empresa) onde, não é viável se ter a predominância de todos. Considerada a região polo de confecções infantis, Tietê/ Cerquillo reúnem 76 mil habitantes e 150 confecções que empregam em torno de 1,5 mil empregos diretos, onde o setor representa 42,02% da atividade industrial desses municípios. (de acordo com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento de São Paulo). Além desses fatos, a região possui um número excessivo de mão de obra especializada além de inúmeras oficinas de costura (terceirização). A empresa estudada está localizada na cidade de Tietê-SP, dentro do polo de confecções infantis. É uma empresa de pequeno porte criada por duas irmãs no ano de 2003 com o intuito da fabricação da moda feminina. Com o passar dos anos, a moda masculina foi implementada no seu mostruário. A empresa trabalha sobre pedidos feitos através de representações em todo o país. Possuem em sua planta apenas vinte funcionários chave, onde tem 90% de sua produção terceirizada, já que a região fornece muita mão de obra (oficinas) capacitada. Seu principal processo é a costura (totalmente terceirizada), além do corte (interno) e acabamento (parte interna parte terceirizado). A empresa trabalha com fornecedores nacionais e internacionais, mas seus maiores fornecedores estão localizados na região de São Paulo. Seu produto principal está voltado para uma linha diferenciada de roupas, onde as peças são mais trabalhadas envolvendo um custo maior na sua confecção. São produtos confeccionados na sua maior parte manuais. A empresa também é caracterizada por possuir produtos com qualidade que procedem de matérias primas de alta qualidade. Seus clientes são caracterizados por lojas de varejo em geral, uma vez que a empresa não fornece para atacadistas ou lojas de departamento. Possui clientes em todo Brasil, porém a maioria está localizada no



estado de São Paulo. Segundo dados da Associação Comercial e Empresarial de Tietê (ACET), a produção do setor têxtil deve cair 5,7% em 2015, onde tal resultado pode ser associado a manutenção do ritmo aquecido das exportações desde o final de 2014. Ainda nessa linha, a Associação Comercial de São Paulo através do Diário do Comércio diz que 150 confecções fecharam as portas nesse ano. Através desses dados apresentados, confirma-se a grande importância desse trabalho nesse setor tão afetado. Foi realizada uma entrevista com os gestores da empresa onde foi feita perguntas presencialmente em forma de debate tendo sido obtidos os seguintes dados: A confecção tem o objetivo de sua produção voltada para a manufatura de produtos com qualidade e com diferenciação no quesito inovação. Para isso, investe em matéria prima de qualidade e mão de obra capacitada. A negociação com seus fornecedores parte do princípio da qualidade em seguida do custo. Não é flexível nas entregas e também não possui sua estratégia focada no preço de seu produto. Trabalha em um sistema make to order com um prazo de entrega de 30 a 40 dias. Sua produção gira em torno de 70.000 peças por coleção, onde em 2015 não está encontrando o mesmo desempenho. Possui em seu layout algumas máquinas obsoletas, porém de pouco uso, uma vez que a empresa tem grande parte de sua produção terceirizada. A empresa não possui um sistema formalizado de PCP, e as ordens de compra e de produção são realizadas através de análise de tabelas de vendas com tabelas de produto acabado. Auxilia nesse processo e em muitos outros os pacotes Office (word e excel). A empresa não possui uma estratégia empresarial definida e bem apresentada aos envolvidos na organização. Essa estratégia está presente apenas de forma subjetiva a todos. Quanto à estratégia de produção, a empresa também não possui definida formalmente. Sua produção é baseada conforme já colocado, em análise de tabelas de vendas. Os gestores de produção incentivam sua equipe a trabalhar com produtividade, flexibilidade nas tarefas e rapidez nos processos, além de corte de gastos com a produção. Existem apenas dois gestores de produção que abastecem os terceirizados e os operadores internos. Eles também são responsáveis em conferir a qualidade e a eficiência do processo. O que acontece com muita frequência na empresa estudada é que os empreendedores possuem opinião forte na linha de produção, não sendo sempre a melhor decisão a ser tomada. Essa influência também pode ser observada nas tomadas de decisões em longo prazo, como por exemplo, investimento em novas máquinas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos dados coletados, é possível constatar que a empresa estudada não possui um alinhamento entre a estratégia empresarial e a estratégia de produção. Porter (2004) afirma a importância do planejamento estratégico para uma empresa, o que não está definido na organização estudada. Foi possível também observar que a empresa parte de um princípio como estratégia competitiva: a qualidade, diferenciação e inovação de seus produtos. Para ter a estratégia voltada para qualidade, é necessário que a empresa tenha seus produtos em conformidade com aquilo que é apresentado ao cliente. Slack, Chambers, Johnston (2009, p.40) acrescenta que a qualidade dentro da operação torna mais fácil o trabalho interno facilitando a vida das pessoas envolvidas, além disso, qualidade reduz custo com defeitos e aumenta confiabilidade perante aos clientes. No



que se diz respeito à diferenciação e inovação, é necessário que a empresa tenha investimento em novas tecnologias e novas ideias. Contudo, conforme observou-se com os dados coletados, a empresa não possibilita o necessário em investimento em longo prazo capaz de proporcionar vantagem competitiva ou ter sua estratégia em inovação e diferenciação. O investimento vai além de apenas matéria prima e mão de obra. Slack, Chambers, Jhonston (2009, p. 22) aborda o planejamento e controle da produção como uma “atividade de decidir sobre o melhor emprego dos recursos de produção, assegurando, assim, a execução do que foi previsto”. Contudo, o papel do PCP é colocar em prática aquilo que foi planejado estrategicamente e produtivamente da melhor forma possível para se alcançar a eficiência na produção, objetivando a eficácia do produto final. Antes disso, precisa ter formalizada e difundida uma estratégia empresarial, a qual será desdobrada ou traduzida em uma coerente estratégia de produção. “Uma vez que a função produção entendeu seu papel dentro do negócio e determinou os objetivos de desempenho, ela precisa formular um conjunto de princípios gerais que guiarão seu processo de tomada de decisão”. (SLACK et. al, 2009, p. 59). Contudo, vale ressaltar a importância da reestruturação da empresa. Neste caso, recomenda-se um trabalho de reeducação que pode ser apresentado por um consultor. Além disso, a utilização de ferramentas para a qualidade, tais como a ferramenta 5’s podem possibilitar que a “casa” seja colocada em ordem, possibilitando, por exemplo, um lay out melhor além do descarte de itens obsoletos tais como as máquinas conforme mencionado

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi apresentar a estratégia empresarial utilizada em uma empresa têxtil, abordando a estratégia de produção utilizada podendo observar o não alinhamento entre ambas. Além disso, foram apresentadas propostas de melhoria para a empresa abordando sua realidade e comparando-a com as visões dos diversos autores utilizados nesta pesquisa. Resumidamente, a empresa estudada não possui uma sistemática de planejamento estratégico estruturado, onde a falta de cultura para isso por parte dos gestores pode ter influência sobre a mesma, e consecutivamente o desalinhamento da produção versus estratégia pode ser observado. As reuniões com frequência podem se tornar grande ferramenta de ajuda no processo de desenvolvimento da estratégia. Através delas poderá ser possível a participação de todos os envolvidos, além de possibilitar a troca de ideias. A empresa deve adotar um sistema de produção que traga maior eficiência no processo produtivo, uma vez que foi constatado que o estoque em cada fase final de coleção é alto. Isso faz com que a empresa tenha maior custo com estoque além da desvalorização do produto. Assim, pode-se concluir que empresa estudada não possui sua produção alinhada à sua estratégia. Isso pode ser notado devido aos casos expostos nesse trabalho. Porém, apesar disso, a empresa é muito competitiva no mercado, possui uma cartela de clientes satisfatória com produtos de qualidade esperada. Tem sua fraqueza nos processos produtivos onde a sobra e a perda podem ser visualizadas, além do foco acerca da estratégia empresarial ser distorcido.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Associação Comercial e Empresarial de Tietê. Disponível em <http://www.acet.com.br/> Acessado em 01/07/2015 às 19h30min. ARBIX, Glauco. Estratégia de Inovação para o Desenvolvimento. Revista de Sociologia da USP, v.22, n.2, 2010. Disponível em Acessado em 29/06/2015 às 19h18min. BETHLEM, Agrícola de Souza. Estratégia Empresarial: Conceitos, processos e administração estratégica. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BETHLEM, Agrícola de Souza. Estratégia Empresarial: Conceitos, processos e administração estratégica. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BREMER, Carlor Frederico; LENZA, Rogério de Paula. Gestão e Produção: um modelo de referência para gestão da produção em sistemas de produção Assembly to order – ato e suas múltiplas aplicações. v. 7, n.3, 2010. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/gp/v7n3/v7n3a05>> Acessado em 29/06/2015 às 19h43min.

BROWN, Steve; LAMMING, Richard; BESSANT, John; JONES, Peter. Administração da produção e operações: Um enfoque estratégico na manufatura e nos serviços. 2.ed. Rio Janeiro: Elsevier, 2005.

Diário do Comércio. Disponível em < www.dcomercio.com.br/categoria/negocios/150_confecoes_fecharam_as_portas_em_sao_paulo_neste_ano> Acessado em 29/06/2015 às 21h10min.

PORTER, Michael. Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. Rio de Janeiro: 2004, Elsevier – 7ªed. PIRES, Silvio. Gestão Estratégica da Produção. Piracicaba: Editora Unimep, 1995.

SILVA, Eliciane Maria; SANTOS, Fernando C. Almada. Análise do alinhamento da estratégia de produção com a estratégia competitiva na indústria moveleira. Prod. v.15. n.2, São Paulo, 2005. Disponível em Acessado em 10/06/2015.

SKINNER, W. Manufacturing – missing link in corporate strategy. Harvard Business Review, Boston, v.47, n.3, p.136 – 145, May/June 1969.

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JHONSTON, Robert. Administração da Produção. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.



PRESENÇA DO DIREITO INTERNACIONAL NO PLANO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – 3

Autor(es)

RUI DECIO MARTINS

CLARA MAGALHÃES MARTINS

Orientador(es)

RUI DÉCIO MARTINS

INTRODUÇÃO

Justifica-se o trabalho pois o PNDH-3 apresenta-se como uma obra que visa praticamente esgotar a discussão e aplicação dos Direitos Humanos no Brasil. Para tanto estrutura-se 6 (seis) eixos Orientadores e 25 (vinte e cinco) Objetivos Estratégicos. No corpo do trabalho podem ser identificados diversos órgãos e/ou instituições internacionais que atuam direta ou indiretamente na temática dos Direitos Humanos no plano internacional, mas que influenciam sobremaneira o tratamento que se deve dar aos Direitos Humanos no Brasil.

Por vezes, no próprio texto do PNDH-3 apresentam-se lacunas quanto à participação ou influência de organismos internacionais e de outros institutos de Direito Internacional.

Todavia, por mais elaborado e detalhado que esteja o texto do PNDH-3, o mesmo apresenta uma lacuna que certamente prejudicará a compreensão de seus objetivos por parte dos diversos operadores do PNDH-3, sejam pessoas naturais, sejam ONG's, repartições públicas das três esferas federativas, ou mesmo, todo e qualquer ente ou pessoa que deseje estudar, entender e aplicar o conteúdo do PNDH-3. Trata-se, aquele vazio, de um desconhecimento generalizado sobre os temas relacionados ao Direito Internacional por grande parte daquelas pessoas acima citadas.

A presente proposta visa suprir essa lacuna fornecendo as informações necessárias ao bom entendimento e conhecimento dos institutos de Direito Internacional elencados no Plano.

Certamente, a leitura atenta do PNDH-3 acompanhada do estudo em paralelo dos temas de Direito Internacional - trará uma compreensão mais abrangente que certamente complementarará a excelência do conteúdo no PNDH-3.

A obra pretende ser uma espécie de guia para auxiliar a leitura e compreensão do PNDH-3, no tocante às questões de Direito Internacional ali contidas.

Referido Projeto pretende fornecer subsídios a serem acrescentados ao Plano Nacional de Direitos Humanos – 3, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Esse PNDH-3 apresenta-se contendo uma série de ações a serem executadas por diversos órgãos da Administração Pública e que envolvem temas, legislação ou instituições que pertencem ao campo de estudos do Direito Internacional.



Em função disso, os operadores daquele plano quase certamente não são pessoas afeitas às questões do Direito Internacional. Eis aí, portanto, a contribuição da Pesquisa: fornecer uma “cartilha” contendo as explicações sobre os institutos de direito internacional e com isso facilitar a compreensão daqueles que operarão o Plano permitindo-lhes realizar um trabalho mais efetivo e produtivo.

O trabalho a ser desenvolvido parte dos itens identificados no PNDH-3 abaixo descritos e, então, tecer singelos comentários sobre cada um deles sob o prisma do Direito Internacional utilizando preferencialmente bibliografia nacional recorrendo a obras estrangeiras quando for necessário para completar uma dada informação. Com isso o próprio PNDH-3 estará mais adequado para que os múltiplos operadores possam ter uma compreensão mais nítida e técnica dos institutos de direito internacional ali contidos.

OBJETIVOS

A presente pesquisa objetiva criar uma obra (na forma de livro, cartilha, ou outro tipo) que verse sobre a presença de diversos institutos pertinentes ao Direito Internacional como auxiliar à compreensão dos institutos de Direito Internacional contidos no PNDH-3, editado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil em 21 de dezembro de 2009, pelo Decreto nº 7.037.

DESENVOLVIMENTO

A presente pesquisa objetiva criar uma obra (na forma de livro, cartilha, ou outro tipo) que verse sobre a presença de diversos institutos pertinentes ao Direito Internacional como auxiliar à compreensão dos institutos de Direito Internacional contidos no PNDH-3, editado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil em 21 de dezembro de 2009, pelo Decreto nº 7.037.

Justifica-se o trabalho pois o PNDH-3 apresenta-se como uma obra que visa praticamente esgotar a discussão e aplicação dos Direitos Humanos no Brasil. Para tanto estrutura-se 6 (seis) eixos Orientadores e 25 (vinte e cinco) Objetivos Estratégicos.

No corpo do trabalho podem ser identificados diversos órgãos e/ou instituições internacionais que atuam direta ou indiretamente na temática dos Direitos Humanos no plano internacional, mas que influenciam sobremaneira o tratamento que se deve dar aos Direitos Humanos no Brasil.

Por vezes, no próprio texto do PNDH-3 apresentam-se lacunas quanto à participação ou influência de organismos internacionais e de outros institutos de Direito Internacional.

Todavia, por mais elaborado e detalhado que esteja o texto do PNDH-3, o mesmo apresenta uma lacuna que certamente prejudicará a compreensão de seus objetivos por parte dos diversos operadores do PNDH-3, sejam pessoas naturais, sejam ONG's, repartições públicas das três esferas federativas, ou mesmo, todo e qualquer ente ou pessoa que deseje estudar, entender e aplicar o conteúdo do PNDH-3. Trata-se, aquele vazio, de um desconhecimento generalizado sobre os temas relacionados ao Direito Internacional por grande parte daquelas pessoas acima citadas.



A presente proposta visa suprir essa lacuna fornecendo as informações necessárias ao bom entendimento e conhecimento dos institutos de Direito Internacional elencados no Plano.

Certamente, a leitura atenta do PNDH-3 acompanhada do estudo em paralelo dos temas de Direito Internacional - trará uma compreensão mais abrangente que certamente complementarará a excelência do contido no PNDH-3.

A obra pretende ser uma espécie de guia para auxiliar a leitura e compreensão do PNDH-3, no tocante às questões de Direito Internacional ali contidas.

Referido Projeto pretende fornecer subsídios a serem acrescidos ao Plano Nacional de Direitos Humanos – 3, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Esse PNDH-3 apresenta-se contendo uma série de ações a serem executadas por diversos órgãos da Administração Pública e que envolvem temas, legislação ou instituições que pertencem ao campo de estudos do Direito Internacional.

Em função disso, os operadores daquele plano quase certamente não são pessoas afeitas às questões do Direito Internacional. Eis aí, portanto, a contribuição da Pesquisa: fornecer uma “cartilha” contendo as explicações sobre os institutos de direito internacional e com isso facilitar a compreensão daqueles que operarão o Plano permitindo-lhes realizar um trabalho mais efetivo e produtivo.

O trabalho a ser desenvolvido parte dos itens identificados no PNDH-3 abaixo descritos e, então, tecer singelos comentários sobre cada um deles sob o prisma do Direito Internacional utilizando preferencialmente bibliografia nacional recorrendo a obras estrangeiras quando for necessário para completar uma dada informação.

Com isso o próprio PNDH-3 estará mais adequado para que os múltiplos operadores possam ter uma compreensão mais nítida e técnica dos institutos de direito internacional ali contidos.

DO PLANO GERAL DA OBRA – Apresenta um paralelismo entre as Estratégias e Objetivos Estratégicos e as instituições de Direito Internacional, a seguir demonstrado:

Plano Nacional de Direitos Humanos III

LOCALIZAÇÃO DOS INSTITUTOS DE DIREITO INTERNACIONAL NO PNDH-3

PAG. LOCALIZAÇÃO

I - APRESENTAÇÃO

12 - Metas do Milênio (ONU)

13 - Conv. ONU sobre pessoas com deficiências

II - PREFÁCIO

15 - DUDH

- Conf. Viena da ONU (1993)

III - EIXO ORIENTADOR I – DIRETRIZ 1



28 - Alto Comissariado das NU para os Direitos Humanos

IV - DIRETRIZ 2 – OBJETIVO ESTRATÉGICO I

32 - comunidade lusófona

32 - Agenda Sul-Sul de cooperação bilateral em DH

V - DIRETRIZ 2 – OBJETIVO ESTRATÉGICO II

33 - Observatório sobre democracia do MERCOSUL

- Centro Mercosul de Promoção do Direito do Mercosul

VI - DIRETRIZ 3 – OBJETIVO ESTRATÉGICO II

36 - Mecanismo de Revisão Periódica (RPU)

37 - Comissão interamericana de direitos humanos

- Corte Interamericana de DH

VII - EIXO ORIENTADOR II – DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS

41- Amartya Sen

VIII - DIRETRIZ 4 – OBJETIVO ESTRATÉGICO I

46 - tratados e convenções internacionais

IX - DIRETRIZ 4 - OBJETIVO ESTRATÉGICO IV

53 - LACUNA – ver na ONU sobre cidades e urbanismo – Convenção

X - EIXO ORIENTADOR III – UNIVERSALIZAR DIREITOS EM UM CONTEXTO DE DESIGUALDADES

63 - DuDH

- Genocídio - quanto ocorreu

- Como, quem praticou?

- Problema da definição

- Antes da lei internacional

XI - EIXO ORIENTADOR III – UNIVERSALIZAR DIREITOS EM UM CONTEXTO DE DESIGUALDADES

64 - Pactos e convenções

XII - DIRETRIZ 7 - OBJETIVO ESTRATÉGICO I

65 - E para os nascidos no exterior?

XIII - DIRETRIZ 7 - OBJETIVO ESTRATÉGICO III

73 - sobre ciganos: quem são? Nacionalidade? Direitos? Legislação.

XIV - DIRETRIZ 7 - OBJETIVO ESTRATÉGICO VI

81 - Trabalho decente (OIT)

- Discorrer sobre OIT



XV - IDEM - OBJETIVO ESTRATÉGICO VII

84 - Convenção sobre trabalho escravo

XVI - IDEM - OBJETIVO ESTRATÉGICO VIII

87 - UNESCO

XVII - DIRETRIZ 8 - OBJETIVO ESTRATÉGICO I

90 - Convenção sobre os direitos das crianças da ONU

91 - Comitê sobre direitos das crianças

- Comitê sobre direitos econômicos, Sociais e Culturais

XVIII - IDEM - OBJETIVO ESTRATÉGICO III

94 - Relatório Mundial de Violência contra a criança da ONU

XIX - IDEM - OBJETIVO ESTRATÉGICO VI

100 - Trabalho infantil: erradicação - Convenções da OIT (LACUNA)

XX - DIRETRIZ 9 - OBJETIVO ESTRATÉGICO II

108 - LACUNA - Convenções da ONU sobre Povos indígenas

XXI - IDEM - OBJETIVO ESTRATÉGICO III

110 - Ver convenções da ONU sobre direitos das mulheres

XXII - DIRETRIZ 10 - OBJETIVO ESTRATÉGICO II

114 - LACUNA - UNESCO

XXIII - IDEM - OBJETIVO ESTRATÉGICO III

115 - LACUNA - Pessoa idosa - Convenção da ONU

XXIV - IDEM - OBJETIVO ESTRATÉGICO IV

117 - LACUNA - Conv. Guatemala - OEA Pessoas c/ deficiência física

XXV - DIRETRIZ 14 - CAPUT

151- Tortura : ver conv. ONU e OEA

XXVI - IDEM - OBJETIVO ESTRATÉGICO III

156 - Mecanismo Preventivo Nacional

- Protocolo facultativo à Conv. Contra a tortura e outros tratamentos

157 - Lei 9455/97 - comprar com DI

XXVII - DIRETRIZ 16 - OBJETIVO ESTRATÉGICO II

170 - LACUNA - Conv. ONU Tratamentos dos presos



XXVIII - DIRETRIZ 17 - OBJETIVO ESTRATÉGICO III

- 178 - Justiça Restaurativa
- IDH Índice de desenvolvimento Humano

XXIX - DIRETRIZ 17 - OBJETIVO ESTRATÉGICO IV

- 178 - LACUNA – ver declarações de direitos

XXX - EIXO ORIENTADOR V - OBJETIVO ESTRATÉGICO II

- 188 - Mostra Cinema e Direitos humanos na América do Sul
- Semana direitos humanos

**XXXI - EIXO ORIENTADOR VI – DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE
(TEXTO)**

- 212 - CEJIL
- Human Rights Watch/América

XXXII - IDEM

- 213 - Cifra incalculável de exílios e refugiados políticos

XXXIII - DIRETRIZ 25 - OBJETIVO ESTRATÉGICO I

- 219 - Conv. Sobre imprescritibilidade dos crimes de guerra (1968)
- Conv. Para proteção de todas as pessoas contra desaparecimentos forçados (2006)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa terá como resultado oferecer um rol completo de informações atrelando o Direito Internacional aos itens do PNDH-3 que versem sobre instituições e organismos relacionados ao Direito das Gentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Direito Internacional permeia todas as atividades humanas e dos Estados, quer no âmbito interno, quer no externo.

O oferecimento dessa pesquisa trará uma luz aos operadores do PNDH-3 que sentir-se-ão mais qualificados para cumprir suas tarefas sempre que envolverem questões atreladas aos institutos não só do Direito Internacional como também no âmbito das Relações Internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ACCIOLY, Hildebrando. Manual de Direito Internacional público. São Paulo: Saraiva.
AMARAL JUNIOR, Alberto. Introdução ao direito internacional público. São Paulo: Atlas, 2010.



BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SEDH/PR, 2010.

BROWNLIE, Ian. Princípios de direito internacional público. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

DINH, Nguyen Quoc. Droit International public. Paris: L.G.D.J., 1999.

MAZZUOLLI, Valério de Oliveira. Curso de direito internacional público. São Paulo: RT

REZEK, José Francisco. Elementos de direito internacional público. São Paulo: Saraiva.

SILVA, Roberto Luiz. Direito internacional público. Belo Horizonte: Del Rey.

VARELLA, Marcelo D. Direito internacional público. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Anuário Brasileiro de Direito Internacional=Brazilian Yearbook of International Law = Annuaire Brésilien de droit International. (coord. Leonardo Nemer Caldeira Brandt) div. Vol. Belo Horizonte: CEDIN, 2006.

BRANDT, Leonardo Nemer Caldeira. A Corte Internacional de Justiça e a construção do Direito Internacional. Belo Horizonte: O Lutador, 2005.

_____. (org.) Comentário à Carta das Nações Unidas. Belo Horizonte: CEDIN, 2008.

CRETELLANETO, José. Teoria Geral das Organizações Internacionais. São Paulo: Saraiva.

DUPUY, Pierre-Marie. Droit international public. 8ª ed. Paris: Dalloz, 2006.

MIALHE, Jorge Luis (org.) Direito das relações internacionais. Ensaio históricos e jurídicos. Campinas: Ed. Millennium, 2007.

NASCIMENTO, Amós. (org.) Brasil. Perspectivas internacionais. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2002.

SEITENFUS, Ricardo. Manual das Organizações internacionais. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

_____. Relações internacionais. Barueri: Ed. Manole, 2004.

SITES

ONU – WWW.un.org

OEA – WWW.oas.org

TPI – WWW.icc-cpi.int

Corte Int.am. DH- WWW.corteidh.org.cr

Academia de DI – WWW.hagueacademy.nl

Comissão in.am. DH – WWW.oas.org

Inst. D.I – WWW.idi-iil.org

Mercosul – www.mercosur.int

ONU centros de inf. WWW.unic.org



VISÃO BASEADA EM RECURSOS: A FUSÃO ENTRE A AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA E A RUMO LOGÍSTICA SA

Autor(es)

DIOGO FERRAZ

Orientador(es)

MARIA RITA PONTES ASSUMPÇÃO ALVES

INTRODUÇÃO

A desregulamentação do setor sucroalcooleiro, a partir do final da década de 1990, alterou a gestão industrial e estratégica de suas empresas. Para Vian (2002), houve diversificação da produção, formação de grupos comerciais e terceirização dos processos. Entretanto, novas perspectivas estratégicas foram traçadas nos últimos cinco anos e outras estratégias começam a se desenvolver. Existe crescente preocupação com o escoamento do açúcar no Brasil. O setor sucroalcooleiro busca diversificar sua matriz de transporte para maior eficácia no transporte de seus produtos. Segundo Penrose (1959), a compreensão que o conjunto de recursos da empresa a torna única tem sido foco de diversos estudos para análise do ambiente interno das firmas. A empresa é uma combinação de recursos, sendo esta combinação o que a diferencia de seus concorrentes, podendo resultar em vantagem competitiva. A VBR busca identificar os motivos pelos quais as empresas se diferenciam e como alcançam e sustentam a vantagem competitiva. A combinação distinta dos recursos que a empresa usa para elaboração e disponibilização de um produto ou serviço ao mercado garante a heterogeneidade entre as empresas de um mesmo setor. Esta heterogeneidade sustenta a vantagem competitiva das empresas, quando estes recursos organizados criam capacidades dinâmicas (WERNERFELT, 1984). Recursos são bens físicos que a empresa compra, aluga ou produz e as pessoas contratadas de forma semipermanente (BARNEY, 1991). Barney (1991) defende a sustentabilidade da vantagem competitiva quando os benefícios da estratégia não podem ser replicados por outras empresas. O autor define quatro critérios para que os recursos da empresa propiciem vantagem competitiva. O valor, que permite que a estratégia eleve a eficiência e a eficácia da empresa. A raridade, que torna a empresa única. A dificuldade em imitar, para que recursos não possam ser copiados. E, a difícil substituição, que evita que seus rivais possam adotar recursos similares. Segundo Teece et al. (1997), o caminho percorrido pela empresa define suas competências centrais, baseadas na capacidade dinâmica de combinação de seus recursos. Para que a empresa responda de forma inovadora, ela deve desenvolver sua habilidade organizacional em manter suas capacidades dinâmicas. A integração dos ativos da empresa e a capacidade de construir e reconfigurar novos recursos, aumentam a capacidade de respostas ao ambiente turbulento, pela geração de conhecimento.



OBJETIVOS

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a estratégia logística do setor sucroalcooleiro. Para isso, utilizou-se a Visão Baseada em Recursos (VBR) como arcabouço teórico.

DESENVOLVIMENTO

A revisão bibliográfica apresentou-se como método propício para o presente trabalho. A literatura foi pesquisada em artigos científicos nacionais e internacionais. Livros especializados sobre o tema também foram utilizados. Após revisão teórica, buscou-se aplicar este conhecimento na conjuntura atual do setor sucroalcooleiro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O SETOR SUCROALCOOLEIRO

O Brasil é o maior produtor e exportador de açúcar no mundo, o que corresponde a proximamente 50% da produção mundial (UNICA, 2015). A indústria sucroalcooleira se diferencia de outros setores pela concomitante produção de açúcar e etanol e pela desregulamentação do setor (MORAES, 1999).

A cana de açúcar é cultivada em mais de nove milhões de hectares, em todas as unidades da federação. A produção de açúcar foi de 37,71 milhões de toneladas, tendo importância no mercado internacional. As exportações do açúcar alcançaram 26,629 milhões de toneladas, sendo 94% exportada pelo Centro-Sul brasileiro (UNICA, 2015). Dados do IBGE (2014) mostram que o setor sucroalcooleiro representa cerca de 8% do Produto Interno Bruto – PIB agrícola do Brasil, e praticamente um terço do paulista (35%).

ESCOAMENTO DO AÇÚCAR

O crescimento da produção sucroalcooleira evidencia a importância da logística sobre o escoamento da produção. A produção de açúcar cresceu em média 3% a.a. entre 2009 e 2014. No mesmo período, a exportação da commodity cresceu em média 3,2% a.a. Estima-se que 14 milhões de toneladas sejam incorporadas à produção até 2025 (UNICA, 2015).

Deste montante, sete milhões de toneladas serão destinados à exportação. Neste sentido, justifica-se a preocupação do setor sucroalcooleiro em diversificar a matriz de transporte, utilizando o modal ferroviário em detrimento ao modal rodoviário. Entretanto, o setor competirá com outras commodities que também possuem potencial de crescimento para os próximos anos e utilização da capacidade de transporte ferroviário até os portos. A Figura 1 compara o crescimento das exportações de açúcar e do agregado de soja, milho e farelo de soja, apresentando a expectativa de crescimento para 2025.

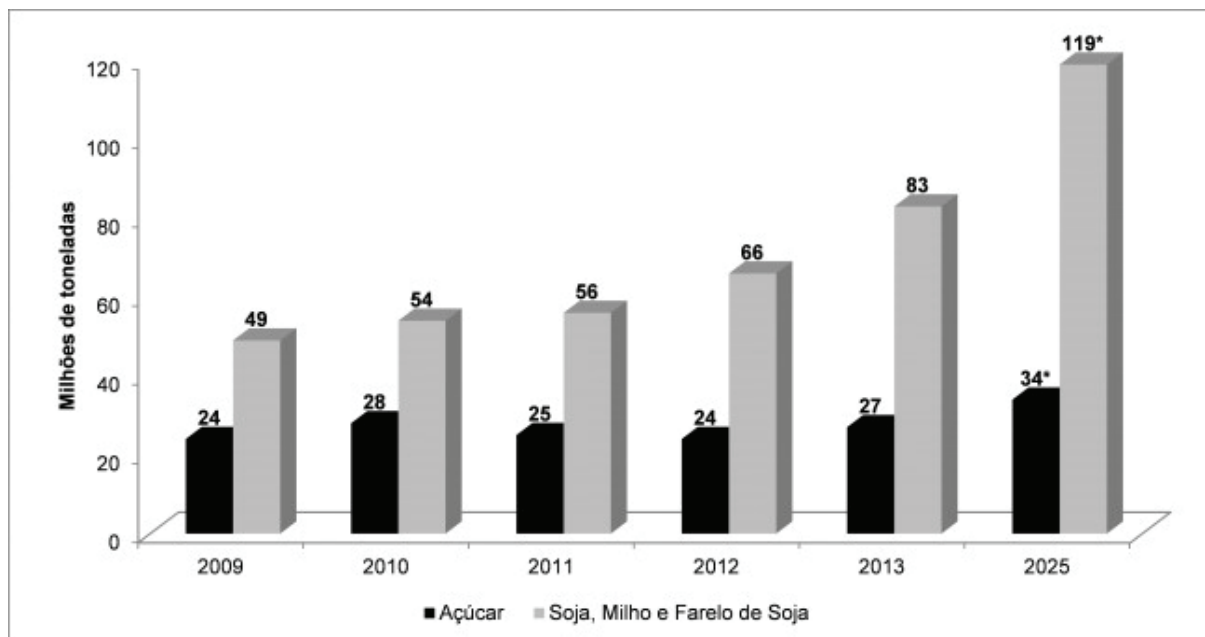


Figura 1 – Evolução da produção de açúcar e álcool. Brasil, 1990 a 2014

(*) Estimativas da quantidade exportada.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da UNICA (2015).

As exportações de commodities evidenciam que o gargalo na infraestrutura de transporte poderá se agravar nos próximos dez anos. Além disso, o açúcar ainda possui grande potencial de utilização no modal ferroviário, pois apenas 35% das exportações chegaram por ferrovia aos portos de Santos e Paranaguá (UNICA, 2015).

Mesmo com as vantagens do modal ferroviário, Caixeta Filho et al. (2015) explica a preferência do modal rodoviário pela flexibilidade no atendimento “door-to-door”. Para Gomes e Seregati (2009) a ferrovia possui vantagem de utilizar maior número de contêineres, o que facilita o processo de descarregamento nos portos. Embora Janotti et al. (2012) explicitem a falta de vagões e investimento no setor férreo brasileiro, o que pode causar gargalo logístico.

A decisão logística atinge a estratégica das empresas e a quantidade exportada dos produtos, pois a capacidade de carga de um caminhão (máximo 35 toneladas) é inferior à capacidade de carga de um vagão de trem (em média 130 toneladas) (CAIXETA FILHO et al., 2015). Existem composições com 320 vagões que podem desempenhar função de estoque em trânsito, o que facilita o carregamento nos navios graneleiros no porto.

Gomes e Seregati (2009) chamam atenção para o baixo investimento no Porto de Santos, que não acompanhou o ritmo das exportações do açúcar brasileiro. Este fato gera espera no descarregamento, o que aumenta o custo dos fretes rodoviários. O Porto de Santos é o mais importante terminal para exportação do açúcar no Brasil. A exportação do açúcar dos portos de Santos e Paranaguá representam 90% das exportações.

Esta breve caracterização da logística evidencia os desafios que a decisão estratégica do setor enfrenta. Na próxima seção será apresentada uma alternativa encontrada pelo maior grupo sucroalcooleiro do Brasil.



RUMO LOGÍSTICA SA E AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA (ALL): UMA NOVA JOINT VENTURE

O Grupo Cosan SA tem participação estratégica nas exportações de açúcar no Brasil. Em 2008, o grupo iniciou a estratégia de diversificação de seus negócios, constituindo novas empresas no cenário nacional.

A empresa Rumo Logística SA é líder mundial na logística de exportação de açúcar. A empresa possui o mais moderno terminal logístico do país, além de outros cinco terminais de transbordo do modal rodoviário para o ferroviário localizados estrategicamente (COSAN, 2014). Nos últimos anos a empresa investiu em 50 locomotivas de alta performance, que possuem o dobro da capacidade das locomotivas usuais e um quarto do custo de manutenção quando comparada as locomotivas geralmente utilizadas. Adquiriu 1.240 vagões especiais para transporte de commodities e construiu 260 km de malha ferroviária, o que correspondeu ao investimento total de R\$ 1,1 bilhão. Possui ainda dois berços e 11 armazéns no Porto de Santos.

Estes recursos proporcionaram vantagens competitivas frente aos concorrentes, pois houve duplicação do volume transportado pelo modal ferroviário entre 2010 e 2014, passando de 2,7 para 5,3 milhões de toneladas; diminuição no tempo de descarga, que caiu de 20 minutos para 50 segundos por vagão; capacidade de carregamento de 500 vagões/dia; capacidade estática de armazenamento de 700 mil toneladas de produtos; a moega no Porto de Santos descarrega 12 vagões simultaneamente; interligação dos armazéns da empresa no Porto de Santos, com capacidade total de 500 mil toneladas; construção de 3 shiploaders com capacidade de elevação de 6 mil toneladas/hora e; desenvolvimento de equipamento (ecoloading) que possibilita carregamento de navios em dias de chuva.

A estratégia do Grupo Cosan demonstra preocupação com a diversificação da matriz de transporte sucroalcooleira, sobretudo, para o açúcar exportado. Em 2014, a empresa Rumo anunciou uma nova joint venture com a América Latina Logística – ALL, aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Esta operação é importante para a logística agroindustrial, pois a ALL é líder independente na logística da América Latina, com operações ferroviárias em 12,9 mil Km de ferrovias. Segundo a ALL (2015), a empresa possui 966 locomotivas, 27.748 vagões em operação, 70 road railers (carretas bimodais que trafegam em ferrovias e rodovias) e cerca de 1.000 veículos próprios e agregados, além do know-how no transporte ferroviário. As concessões da ALL se estendem pelos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o que representa 80% do PIB brasileiro, atendendo os quatro principais portos brasileiros.

A nova joint venture é uma importante estratégia para o setor sucroalcooleiro e agroindustrial do Brasil. Com a falta de investimento e vagões disponíveis, a nova empresa poderá modificar o gargalo de infraestrutura, aumentando a capacidade e a eficiência de transporte ferroviário para a cadeia produtiva. Segundo a Cosan (2015), estimam-se R\$ 9 bilhões em investimentos até 2022.

Por outro lado, a Rumo Logística SA poderá combinar seus recursos com a ALL, no intuito de gerar vantagem competitiva sobre seus concorrentes. As empresas do Grupo Cosan poderão ser beneficiadas, apesar das restrições do CADE, diminuindo os custos logísticos e elevando a eficiência operacional de escoamento da produção.



A Raízen se destaca no transporte multimodal, utilizando refinarias, terminais primários e secundários, hidrovias, dutos, cabotagem e ferrovia em todas as regiões brasileiras. Para o transporte do açúcar e etanol há predominância do modal rodoviário (68%), seguido pelo ferroviário (24%), dutoviário (4%) e aquaviário (4%) (COSAN, 2014). Entretanto, até 2019, a estratégia da empresa é diminuir o transporte com caminhões para 50%, aumentando a presença do transporte ferroviário (38%) e dutoviário (7%) (COSAN, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão teórica sobre Visão Baseada em Recursos auxiliou no processo de reflexão sobre a estratégia do setor sucroalcooleiro. Verificou-se que o Grupo Cosan tem demonstrado preocupação com o escoamento do açúcar no Brasil. Neste aspecto, verificou-se que a associação entre as empresas Rumo Logística SA e a América Latina Logística (ALL) pode constituir uma nova fase na logística de commodities no Brasil. A combinação dos recursos desta empresa pode gerar heterogeneidade quando comparada a estratégia de seus concorrentes, podendo gerar vantagem competitiva para o transporte do açúcar.

O presente estudo não esgota a reflexão sobre o tema. Estudos futuros podem utilizar estudo de casos para analisar com maior profundidade a relação entre estas empresas, gerando melhor reflexão sobre as vantagens competitivas proporcionadas ao setor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALL – América Latina Logística. Disponível em: Acesso em: 21 novembro 2014.
- BARNEY, J. B. Firm resources and sustained competitive advantage. *Journal of Management*, v. 17, n. 1, p. 99– 120, 1991.
- CAIXETA-FILHO, J. V.; MARTINS, R. S. *Gestão logística do transporte de cargas*. São Paulo: Atlas, 2015.
- GRUPO COSAN. Disponível em: . Acesso em: 10 nov. 2014.
- GOMES, C. R.; SEREGATI, E. P. As implicações no transporte de açúcar a granel no porto de santos: “empresa a”. *Internext – Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM, São Paulo*, v. 4, n. 2, p.32-47, jul./dez. 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estatística*. Disponível em: Acesso em: 09 out. 2014.
- JANOTTI, P. R.; RODRIGUES, I. C.; RODRIGUES, A. M., REBELATO, M.G. A Logística do Açúcar e do Etanol entre Usinas Paulistas e o Porto de Santos: um estudo comparativo entre agentes comerciais. *Revista de Administração. UNIMEP*. v.10, n.2, Mai/Ago. – 2012.
- MORAES, M. A. F. D. A desregulamentação do setor sucroalcooleiro do Brasil. Piracicaba, 1999. Tese de doutorado — Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo.
- PENROSE, E. T. *The theory of the growth of the firm*. New York: Wiley, 1959.



TEECE, D. J.; PISANO, G. e SHUEN, A. Dynamic capabilities and strategic management. Strategic Management Journal, v.8, n.7, p.509-533, 1997.

UNIÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DE SÃO PAULO (UNICA). Estatística. Disponível em: Acesso em: 09 out. 2014.

VIAN, A. C. F. Inércia e mudança institucional: estratégias competitivas do complexo canavieiro no Centro-Sul do Brasil. 289p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

WERNERFELT, B. A resource-based view of the firm. Strategic Management Journal, n. 5, p. 171- 180, 1984.



EXERCÍCIOS ACERCA DA DIALÉTICA E DA HISTÓRIA

Autor(es)

ARARY LIMA GALVÃO DE OLIVEIRA

Orientador(es)

JOSÉ MARIA DE PAIVA

INTRODUÇÃO

Uma ideia de Kierkegaard conquistou a fama entre os estudantes de filosofia, uma que diz algo como: de que adianta construir um castelo quando se mora na pocilga ao lado (KIERKEGAARD. 1979 p. 351). O castelo seria o sistema de Hegel que abrange tudo, já o habitante da pocilga, o indivíduo. Os admiradores do filósofo de Copenhague desde então repetem incansavelmente essa advertência para o filosofar. Além de demarcar este território de edificação filosófica, Kierkegaard ainda chama a atenção para a reflexão sobre a relação indivíduo e atmosfera, homem e circunstância, sujeito e mundo onde se situa o ponto de partida das filosofias chamadas existencialistas, o ser no mundo. Pouco se fala, porém, da intervenção do sujeito no filosofar, para ser exato, da intervenção no próprio filosofar. A sugestão é especular um pouco sobre a ação do indivíduo que é sujeito e objeto da filosofia. Isto não quer dizer que seja uma mera espécie de confessor, é um filosofar, mas um filosofar que não deixa de falar de si mesmo ou de falar das coisas sem se esconder na “neutralidade”. Identificando o “eu” e o “pensar” temos uma filosofia com a marca suja da vida, usurpando as palavras do poeta Manuel Bandeira.

OBJETIVOS

Quando Kierkegaard escolhe criticar Hegel, concentra-se em afirmar o sujeito, porque aí se expressa o drama do homem que não pode ser resolvido pela filosofia, tampouco por qualquer outra atividade racional. O filosofar é uma atividade limítrofe, às vezes mais rápida, às vezes mais lentamente, avança pela aventura humana até se deparar com o fim da linha. Com o abismo, com o absurdo porque não pode ser compreendido, nem dito, resta-lhe apenas dar voltas e fitar a profundidade. Um filósofo antes de tudo tem de ser um homem, já disse Unamuno (2013 p.32), o sujeito para compreender aquilo que Kierkegaard fala é o homem. O homem que está dado como ser existente, como aquilo que existe anterior a qualquer significado ou sentido, a filosofia aponta para o abismo a frente e a dialética é a tensão da corda que se estica do sujeito ao incerto. Talvez abismo, talvez salvação. A realidade é maior que qualquer saber. A incerteza alguns chamarão fé, outros chamarão paixão, não importa agora. Importa a ponta do lado de cá, somente a do lado de cá, pois não havendo necessidade histórica, sendo o sujeito autor de seu destino é esta responsabilidade que interessa agora e tudo aquilo que de alguma maneira compõe este instante. Antes de falar diretamente da dialética é conveniente fazer uma observação fundamental. Em nenhum momento o objetivo desta reflexão constitui uma tentativa de



negação de uma compreensão materialista histórica, política do mundo. A finalidade é sugerir uma investigação de outras maneiras complementares de se observar a história. Sartre, na mesma direção, afirma que deve agradar a todo marxista a afirmação de que a existência precede a essência.

DESENVOLVIMENTO

O olhar de Hegel sobre a coisa é tão enfático que de enfatizar extrapola a coisa. Mas não se desinteressa, é que seu interesse de tão grande não é imediato, extrapola a ele mesmo, nem a coisa nem o sujeito, mas o seu processo que atentamente o olhar de Hegel tenta captar, num processo de realização contínuo que vai da perfeição do conceito/ideia a sua manifestação sensível. Kierkegaard, denuncia a dialética dele por considerá-la construída ao renegar a particularidade da existência. A verdade não é apenas um processo em que as coisas se realizam, mas sobretudo a forma em que as coisas são percebidas, experimentadas no sujeito. O sujeito no pensamento hegeliano é apenas um momento da realização dialética. Um momento, toda a angústia da tomada de decisões se evanece pelas frestas da história, Kierkegaard não admite. Nem Unamuno, que afirma o seu narcisismo transcendental neste sentido, não aceita que a vida se resuma a um certo tempo do nascimento até a dissolução na morte, isto é pouco, e embora o filósofo de Salamanca dê de ombros para razões que fundamentem sua revolta, o que ele faz é trilhar a dialética interior defendida por Kierkegaard, olhar para o processo que se realiza no sujeito e não para o sujeito que está situado no processo. Com calma um deles diria, o sujeito não é parte da dialética, é sua condição! As traduções dos textos de Kierkegaard apresentam o termo indivíduo, inclusive as traduções realizadas por Álvaro Valls, maior especialista no filósofo dinamarquês no Brasil. Teimosamente, porém, tenho insistido na palavra sujeito, porque quero enfatizar a categoria onde as sensações, entendimento, epifanias e intuições se dão. Noto no termo indivíduo uma caracterização da parte e no sujeito uma caracterização da base a partir da qual se dá a interioração. E indivíduo ainda, me soa como algo isolado, não da maneira que compreendo aquilo que o Kierkegaard tenta explicar. A tradução deve estar correta, acontece que quero evidenciar que o sujeito está em relação, uma relação com o incerto, não há garantias de que exista algo que justifique ou salve, mas é com esta possibilidade que ele está em eterna relação. Frequentemente se apresenta como uma convergência do pensamento existencial e hegeliano a categoria de consciência infeliz. Um processo em que a consciência entra em contato com a singularidade da consciência. O objeto na sua singularidade se ressentido porque ele é em si mesmo o sujeito e, portanto, a busca por uma essência se desfaz no próprio projetar da consciência. Este movimento dialético da filosofia esbarra na crítica ao princípio de identidade, e que só faz sentido se compreender que a contradição não exclui a identidade mas afirma-a na forma de tensão. Kierkegaard estabelece sua dialética nestes termos e reage a Hegel porque este situa a consciência infeliz como a manifestação da imediatidade, da falta de mediação da dialética, Kierkegaard, por sua vez, paralisa a dialética nos seus paradoxos, farratamente encontrados na condição humana. A mediação da dialética, porém, se sal-



va o método em sua correção técnica estremece o existencialista por afirmar então o sujeito como parte do absoluto, e isso o cristianismo kierkegaardiano não tolera. O homem é, enquanto pressuposto, para o dinamarquês uma esfera separada do absoluto. O indivíduo absoluto não é uma categoria por natureza absoluta, mas o que resta do homem caído, do pecador, e que, portanto, é o que absolutamente resta, desligado do seu Criador tem de escolher o que fazer, se atirar ao encontro Dele, ou não? Portanto o mundo não é como afirma Adorno, o erro da dialética de Kierkegaard que não percebera que o sujeito não era absoluto, mas mediatizado pela sociedade, o mundo na dialética deste é o encerramento em si das possibilidades. Para entender esta mediação, ou a falta dela já que falo de Kierkegaard, é preciso falar aqui sobre a escolha. Esta é para Kierkegaard a contingência ação de escolher, a escolha na sua identidade, no seu objeto, porque a escolha enquanto conceito é abstrata por completa. A escolha é a projeção do homem, a dialética, portanto não se dá entre o homem e o mundo, mas do homem para o absoluto. Carece, pela natureza do seu pensamento, uma definição da realização de uma síntese dialética para Kierkegaard, se não carecesse não faria o menor sentido todo seu percurso filosófico. Paradoxo e absurdo serão as palavras usadas para se referir ao vão insondável entre o sujeito e o absoluto. Mas faz sentido? Somente se contar com um esforço do leitor e com o esforço do filósofo, não da filosofia, é preciso sensibilizar-se, estar disposto à intuição, ou mais precisamente a percepção intuitiva, irrefletida de sua existência, tomá-la enquanto um dado, um ponto de partida. Para este pensamento é mais importante aquilo que permanece para muito além da margem especulativa. É um pensamento da falta. É um rodear o abismo. Deste nada se consegue dizer, mas é possível anunciar sua existência e seu perigo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O hegelianismo é a mais ampla totalização filosófica, onde o, como diz Sartre, o saber alcança a sua maior dignidade, não olha o Ser de fora, incorpora e o dissolve em si mesmo, o espírito, objetivo se aliena, retorna e se realiza através da própria história (2002). Kierkegaard insiste em que neste processo resta ainda um homem. Este homem pode ser descrito e incluído nesse processo descrito acima. No entanto se considerarmos a existência de um homem que sinta, que seja de carne e osso, estremeça e se indigne talvez haja espaço para uma outra direção do filosofar, uma pesquisa que observe no sujeito o frêmito da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O paradoxo é o absurdo. Talvez não seja a questão o acerto da dialética – considerando já a carência de síntese e de mediação. A questão pode ser até onde a filosofia pode ir? Até parece ser bem razoável que a filosofia não alcance uma resposta significativa para a vida. Pode ser que alguém coloque a questão de que este beco seja apenas próprio a religiosidade, pode ser que seja correta a consideração, no entanto, Camus no seu livro o Mito de Sísifo apresenta o dilema de um ponto de vista operário-pagão. Do trabalho alienado como um castigo do Olimpo a Sísifo.



“Se esse mito é trágico, é que seu herói é consciente. Onde estaria, de fato, a sua pena, se a cada passo o sustentasse a esperança de ser bem-sucedido? O operário de hoje trabalha todos os dias de sua vida nas mesmas tarefas e esse destino não é menos absurdo. Mas ele só é trágico nos raros momentos em que se torna consciente. Sísifo, proletário dos deuses, impotente e revoltado, conhece toda a extensão de sua condição miserável: é nela que ele pensa enquanto desce”. (CAMUS. 1989, p. 86)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W. **Kierkegaard**. Trad. Álvaro L. M Valls. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Antologia Poética**. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- BANDEIRA, Manuel. **Estrela da Vida Inteira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BEAUFRET, Jean. **Introdução às filosofias da existência**. Trad. Salma Tannus Mu-chail. São Paulo: Duas Cidades, 1976.
- CAMUS, Albert: **OmitodeSísifo**:RJ., trad Mauro Gama, Editora Guanabara, 2ª edição, 1989.
- GILES, Thomas Ransom. **História do existencialismo e da fenomenologia**. São Paulo: EPU, 1989.
- KIERKEGAARD, Soren Aabye. Os Pensadores: **Diário de um sedutor ; Temor e tremor ; O desespero humano**. Traduções de Carlos Grifo, Maria José Marinho, Adolfo Casais Monteiro. São Paulo – SP. Abril Cultural. 1979.



**BIG DATA E CLOUD COMPUTING PERSPECTIVAS DE USO EM
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO: UMA ANÁLISE
BIBLIOMÉTRICA DE 2004 - 2014**

Autor(es)

**IVAN MENERVAL DA SILVA
FERNANDO CELSO CAMPOS**

Orientador(es)

FERNANDO CELSO CAMPOS

INTRODUÇÃO

Buscar vantagem competitiva tem relação direta com a formulação da estratégia e o modo como ela foi traduzida em planos, porém, tudo dependente de informação. De acordo com Kotler (p. 139, 2010),

Um dos produtos finais da gestão estratégica, salientado por Ansoff e McDonnell (1993), consiste em um potencial de cumprimento futuro dos objetivos da empresa. Em uma empresa isso envolve:

Recursos (financiamento, pessoas, informação e materiais);

Produtos finais (bens e/ou serviços desenvolvidos) de rentabilidade futura comprovada;

Um conjunto de regras de comportamento social que permitam à organização continuar a alcançar seus objetivos.

Segundo Almeida e Costa (2003)

Na área de sistemas de informação, o profissional de Engenharia de Produção leva em consideração vários fatores para buscar a maximização de resultados favoráveis para uma organização. A questão da definição da informação já representa de forma concreta como desenhar o Sistema de Informação, que deve ser voltado para a visão da organização, suas estratégias e os resultados esperados pelo sistema de produção. Tem-se a informação como elemento básico para o funcionamento do sistema de produção. Segundo Fleury (2003) Os sistemas de produção não estão mais necessariamente concentrados num local, mas dispersos pelo mundo envolvendo diferentes tipos de empresas e sistemas, exigindo uma enorme capacidade de coordenação agilidade, flexibilidade e eficiência. Dentro destes novos desafios destacam-se como ferramentas essenciais o *Big Data* e a *Cloud Computing*.

1.2 BIG DATA: PERSPECTIVAS GERAIS

No auxílio do entendimento dos processos de negócios das organizações que podem estar atualmente funcionando bem, mas sem a visão da realidade, a indicação do uso dos dados e recursos do *Big Data*.



A justificativa para o estudo e a aplicação do *Big Data* é procurar atender a crescente busca de eficiência e eficácia no uso de ferramentas de TI, para obter recompensa significativa e se diferenciar dos concorrentes. É relevante que os líderes das organizações, principalmente os profissionais de TI se concentrem na demanda de informações que constituem o *Big Data*. De acordo com a IBM (2013), o *Big Data*, pode ser caracterizado por: Volume, Variedade, Velocidade, Veracidade e Valor. *Volume* refere-se à maior quantidade de dados sendo gerado a partir de uma variedade de fontes. *Variedade* refere-se o uso de vários tipos de dados para analisar uma situação ou evento. *Velocidade* é o tempo para resolução de algum problema, como tratamento de dados, sua obtenção, atualização e gravação, devendo ser feito em tempo hábil, muitas vezes feito em tempo real. *Veracidade* é a confiabilidade dos dados, ela garante o máximo possível de consistência nos dados. *Valor* é o benefício do investimento, o uso de *Big Data* exige um investimento que deve gerar retorno para as empresas como na melhoria da qualidade dos serviços e aumento da receita. As empresas que dominam a disciplina emergente do gerenciamento de *Big Data* podem obter recompensas significativas e se diferenciar de seus concorrentes (CHEN, 2012). Para o *Big Data* alcançar o máximo de sua funcionalidade ele faz intenso uso da *Cloud Computing* termo que será tratado a seguir.

1.3. COMPUTAÇÃO EM NUVEM (*CLOUD COMPUTING*)

Também conhecida por *Cloud Computing*, a Computação em Nuvens é definida por Taurion (2010), como: “um termo usado para descrever um ambiente de computação baseado em uma rede massiva de servidores, sejam virtuais ou físicos. *Cloud computing* hospeda as *Cloud applications*, aplicações estas que estão residentes nesta nuvem (*Cloud*). *Cloud computing* pode ser visto como o estágio mais evoluído do conceito de virtualização”. Segundo esse mesmo autor, o benefício da *Cloud Computing* é evitar a preocupação com instalações e configurações de softwares, já que a ideia é de que serão utilizados os aplicativos e softwares, todos online, sem a necessidade de máquina robusta, É necessário apenas uma conexão com internet para poder acessar a nuvem. A computação em nuvem será capaz de trazer, a quem utilizar todos os serviços necessários como processamento, armazenamento e infraestrutura. O usuário vai pagar apenas pelos serviços utilizados. A arquitetura da computação em nuvem é composta por três camadas de acordo com Dikaiakos (2009). A camada mais baixa é a da infraestrutura que disponibiliza serviços para armazenamento e de redes por meio dos provedores de infraestrutura. A camada de plataforma é mais abstrata e disponibiliza serviços para desenvolvimento e manutenção de aplicações. A camada de aplicação disponibiliza aplicações e serviços aos usuários finais. A convergência entre os modelos disponibilizados na *Cloud Computing* e as vantagens competitivas geradas pelo *Big Data* serviram de ponto de partida para análise bibliométrica apresentada na sequência.

OBJETIVOS

Este estudo tem como finalidade facilitar o entendimento do estado atual do conhecimento e as lacunas existentes entre *Big Data*, *Cloud Computing* e a Engenharia de Produção; identificando em fontes de conhecimento relevantes, o estágio atual das



pesquisas em *Big Data e Cloud Computing*, por meio da realização de um estudo bibliométrico sobre a literatura existente sobre ambos entre os anos 2004 – 2014. Para garantir a consistência dos dados e sua relevância e integridade, foram analisadas apenas as publicações que continham as palavras-chaves *Big Data e Cloud Computing* inseridas em seu título e tópicos relacionados à Engenharia no seu texto. A escolha destas palavras chaves se destina a concentrar a pesquisa no foco de interesse que é o *Big Data, Cloud Computing* e Engenharia de Produção. Salienta-se que a omissão de palavras que não contém o termo estudado é fato comum em estudos bibliométricos. Os dados coletados foram exportados em formato de arquivo TXT e analisados utilizando-se os recursos de planilha eletrônica (MS-Excel 2013).

Inicialmente foram recuperados os registros contendo o termo de pesquisa no título:

1297 registros sobre *Big Data*;

3071 registros sobre *Cloud Computing*;

20 registros sobre *Big Data e Cloud Computing* no mesmo título.

Totalizando 4388 registros relativos a journal's que integram a base *Web of Science*. Realizou-se a leitura dos títulos e resumo dos artigos para verificar o seu real alinhamento com a investigação em ação. A partir disso foram relacionados, depois de serem removidas as duplicatas e títulos que não continham a palavras chave, o número total de 3594 registros.

1102 registros sobre *Big Data*;

2473 registros sobre *Cloud Computing*;

19 registros sobre *Big Data e Cloud Computing* no mesmo título.

Destaca-se, que o número de registros que contém os termos *Big Data e Cloud Computing* foram 19 registros.

Os gráficos e tabelas, na próxima seção, foram gerados utilizando como origem a base de dados *Web of Science*.

DESENVOLVIMENTO

Figura 2. Publicações contendo *Big Data e Cloud Computing* no título entre 2004-2014. As publicações contendo o termo *Big Data e Cloud Computing* no mesmo título (Fig.2) tem início a partir de 2011; a pesquisa bibliométrica realizada revelou que foram poucos os artigos contendo os termos estudados no período. Isso pode apontar uma oportunidade de pesquisa para aprofundar o conhecimento sobre ambos os termos. Segundo Schadt(2011) O ambiente que proporcionar o menor custo, e que for mais fácil de usar e trazer o resultado em menor tempo para resultados vão dominar a indústria. O grande desafio proposto por este artigo é combinar a solução computacional de acordo com os grandes problemas computacionais de *Big Data*.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa Bibliométrica realizada na base *Web of Science* tendo como foco artigos contendo o termo *Big Data e Cloud Computing* no título, apontam para os seguintes resultados: Na área de Engenharia de Produção existem algumas lacunas, o que abre novas perspectivas sobre a Pesquisa envolvendo o uso do Big Data, a saber:

A pequena quantidade de artigos existente, o que pode indicar um campo em *início* de pesquisas;

Analisar se a combinação de sistemas torna mais difícil o gerenciamento do *Big Data* com foco no processo decisório em Engenharia de Produção;

Identificar em quais áreas específicas as pesquisas sobre *Big Data e Cloud Computing* e Engenharia de Produção são ainda incipientes;

A necessidade da Engenharia de Produção em obter dados estruturados e não estruturados para tomada de decisão;

Os novos desafios estratégicos para a competitividade empresarial envolvendo novas e modernas ferramentas que proporcionem a Engenharia de Produção um lugar de destaque no cenário de desenvolvimento global.

O Brasil se destaca no uso *Big Data* através de soluções para “garimpar” conteúdos com a agilidade e a eficiência necessárias à tomada de decisões com o objetivo de aumentar a produtividade dos negócios no segmento petrolífero

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contribuição deste artigo é demonstrar uma oportunidade de pesquisa envolvendo Engenharia de Produção a partir de *Big Data e Cloud Computing*;

A tendência que a pesquisa bibliométrica apontou é que, a partir de 2013, os modelos de serviços de *Cloud Computing* estão mais atentos ao *Big Data*. Esta nova realidade pode vir a contribuir para a criação de serviços que ofereçam maior facilidade no uso dos dados estruturados e não estruturados existentes no *Big Data* auxiliando a tomada de decisão em Engenharia de Produção. Esses novos tipos de serviços mediados por tecnologia necessitam do desenvolvimento de estratégias que os tornem cada vez mais seguros e acessíveis. Estudos futuros se fazem necessários para lançar bases sólidas de conhecimento trazendo para um número maior de organizações os benefícios que o *Big Data* e a *Cloud Computing* podem oferecer; Proporcionando auxílio aos Engenheiros de Produção que buscam novas perspectivas de aprimoramento no mundo globalizado de tecnologia e novos sistemas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSOFF, H. I.; McDONNELL, E. J. Implantando a administração estratégica. São Paulo: Atlas, 1993.

BEUREN, I. M. Gerenciamento da Informação: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial. São Paulo: Atlas, 2000.



- BOYD, Danah; CRAWFORD, Kate. Six provocations for *Big Data*. In: Symposium on the Dynamics of the Internet and Society. Oxford Internet Institute, 2013.caso
- CAI, J.; XIANGDONG, L.; XIAO, Z.; LIU, J.; Improving supply chain performance management: A systematic approach to analyzing iterative KPI accomplishment. *Decision Support Systems*, v. 46, n. 2, p. 512-521, 2009.
- CHANG, F.; DEAN, J.; GHEMAWAT, S.; HSIEH, W.; WALLACH, D.; BURROWS, M.; CHANDRA, T.; FIKES, A.; GRUBER, R. Big table: A distributed Storage System for Structured Data. In *ACM Transaction on Computer Systems Vol 26m No 2, Artigo 4*, 2008
- CHEN, H. 2011b. Smart Health and Wellbeing, *IEEE Intelligent Systems (26:5)*, pp. 78-79.
- CHEN, H.; CHIANG, R.H.L.; STOREY, V. C. Business Intelligence and Analytics: From *Big Data* to Big Impact. *MIS Quarterly*, v. 36, n. 4, p. 1165-1188, 2012.
- CHEN, H. 2012. *Dark Web: Exploring and Mining the Dark Side of the Web*, New York: Springer.
- CHEN, H., Reid, E., Sinai, J., Silke, A., and Ganor, B. *Terrorism Informatics: Knowledge Management and Data Mining for Homeland Security*, New York: Springer. . (eds.). 2008
- CHIANG, R. H. L., Goes, P., and Stohr, E. A. Business Intelligence and Analytics Education and Program Development: A Unique Opportunity for the Information Systems Discipline, *ACM Transactions on Management Information Systems (3:3)*, forthcoming. . 2012
- CHRISTENSEN, C. *The innovator's dilemma: when new technologies cause great firms to fail*. Harvard Business Press, 1997.
- COSTA, L. H. M. K.; AMORIN, M. D.; CAMPISTA, M.E.M.; RUBINSTEIN,M.G; FLORISSI,P; DUARTE,O.C.M.B. Grandes massas de dados na nuvem: desafios e técnicas para inovação. In: Minicurso do XXX Simpósio Brasileiro de Redes de Computadores e Sistemas Distribuidos (SBRC); 2012.
- DAVENPORT, T. H. 2006. Competing on Analytics, *HarvardBusiness Review (84:1)*, p. 98-107.
- IBM, *Big Data* : at the speed of business, 2013 Em: < <http://www-01.ibm.com/software/data/bigdata/what-is-big-data.html>> Acesso em 12 de Novembro 2013.
- IBM- What is *Big Data* ? Bringing *Big Data* to enterprise, 2011 www.ibm.com/software/data/bigdata Acesso em 13 novembro de 2013
- ISACA 2000, Executive Summary. ISACA – Information Systems Audit and Control Association & Foundation, 3rd Edition, 2000.
- ISACA, *Big Data* : Impactos e Benefícios, ISACA, 2013 Em: Acesso em 12 de Junho 2013.
- LAINHART IV, John W. CobiT™: a methodology for managing and controlling information and information technology risks and vulnerabilities. *Journal of Information Systems*, v. 14, n. s-1, p. 21-25, 2000.
- MACIAS-CHAPULA, César A.; RODEA-CASTRO, Irma P.; NARVAEZ-BERTHELENOT, Nora. Bibliometric analysis of AIDS literature in Latin America and the Caribbean. *Scientometrics*, v. 41, n. 1-2, p. 41-49, 1998.
- MCAFEE, A.; BRYNJOLFSSON, E.; *Big Data* The Management Revolution – Exploiting vast new flows of information can radically improve your company's performance. But first you llhaveto change your decision-making culture. *Business Review*, edição outubro 2012.



McAfee, A., Brynjolfsson, E., Davenport, T. H., Patil, D. J., & Barton, D. (2012). *Big Data . The management revolution. Harvard Bus Rev*, 90(10), 61-67.

MCAFEE, Andrew *et al. Big Data . The management revolution. Harvard Bus Rev*, v. 90, n. 10, p. 61-67, 2012.

MANYIKA, J., CHUI, M., BROWN, B., BUGHIN, J., DOBBS, R., ROXBURGH, C., & BYERS, A. H. *Big Data : The next frontier for innovation, competition and productivity. McKinsey Global Institute*, 2011.

MINTZBERG, H.; QUINN. O processo da estratégia. 3º ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

SANTOS, G. S.; CAMPOS, F. C. Governança na oferta de serviços: modelo de outsourcing para provedores de tecnologia da informação - São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, I. M.; CAMPOS, F. C. NEW PERSPECTIVES USING BIG DATA: A STUDY OF BIBLIOMETRIC. 11º CONTECSI – International Conference on Information Systems and Technology Management. USP, 2014.

SOUSA F. R. C., MOREIRA L. O., MACÊDO J. A., MACHADO J. C Gerenciamento de Dados em Nuvem: Conceitos, Sistemas e Desafios 1 2 Universidade Federal do Ceará (UFC), 2009

SCHADT, EE ; LINDERMAN, MD; SORENSON, J; LEE, L;NOLAN, GP Cloud and heterogeneous computing solutions exist today for the emerging Big Data problems in biology *Nature Reviews Genetics* 12.3 (2011): 224-224.

SCHRAGE M. **Big Data's Dangerous New Era of Discrimination** Harvard business review 2014

TAURION C. Cloud Computing: Computação em Nuvem: transformando o mundo da tecnologia da informação. Rio de Janeiro: Editora Brasport, 2009.

TAGUE-SUTCLIFFE, Jean. An introduction to informetrics. *Information processing & management*, v. 28, n. 1, p. 1-3, 1992.

TRKMAN, P, MCCORMACK, K., DE OLIVEIRA, M. P. V., LADEIRA, M. B. The impact of business analytics on supply chain performance. *Decision Support Systems*, v. 49, n. 3, p. 318-327, 2010.



SIMULAÇÃO DO PROCESSO DE USINAGEM UTILIZANDO O CONCEITO DE FÁBRICA DIGITAL

Autor(es)

FELIPE ALVES DE OLIVEIRA PERRONI

Orientador(es)

DR.-ING. KLAUS SCHÜTZER

INTRODUÇÃO

Desde algum tempo o mercado globalizado exige de vários setores industriais a produção de produtos novos e personalizados sempre em ciclos cada vez menores. A fim de lidar comercialmente com o produto e a produção cada vez mais complexos, novos procedimentos e instrumentos são utilizados (Digitale Fabrik Grundlagen, 2008). Esses desafios exigem desses setores uma integração digital e inteligente de todo o ambiente produtivo, oferecendo suporte tanto para a simulação, quanto para a otimização de processos através do desenvolvimento de modelos digitais dos meios de produção. (KAGERMANN, WAHLSTER e HELBIG, 2013)

Com isso o conceito de Fábrica Digital suporta uma paralelização antecipada do processo, o mais próximo do real possível, o processamento digital do desenvolvimento do produto e o planejamento da produção desde o Start up até operação na simulação virtual, incluindo holisticamente o gerenciamento integrado de dados (Digitale Fabrik Grundlagen, 2008).

Fábrica digital é definida como o modelamento de uma fábrica com o uso de um conjunto de softwares dentro de uma grande rede digital de modelos, métodos e ferramentas, incluindo a simulação e visualização 3D, para o planejamento de processos de fabricação e montagem (BRACHT e MASURAT, Maio 2005), planejamento e otimização da produção (YANG, ZHANG, et al., 2008), implementação, controle e melhoria contínua de todos os processos essenciais e recursos fabris do produto (Digitale Fabrik Grundlagen, 2008).

Dentro do conceito de Fábrica Digital uma das maiores dificuldades encontradas para o seu uso está na fase de implementação, pois esta afeta as estruturas e procedimentos. Portanto, pode provocar mudanças nos processos de produção, assim como monitoramento e controle auxiliado por computador presentes nas operações (BRACHT e MASURAT, Maio 2005).

O foco desse trabalho dentro do conceito de Fábrica Digital está na área de simulação da manufatura para processos de usinagem com máquinas multi-eixos, tais como centros de usinagem com 4 ou 5 eixos que permitem usinagem de superfícies complexas e peças com vários planos de trabalho e diversos processos de fabricação.

Porém, a usinagem de peças com máquinas multi-eixos é complexa, pois é necessário que o programador tenha o conhecimento sobre toda a estrutura da máquina ferramenta, dispositivos de fixação, cursos e distâncias entre peça e eixos rotativos (GOMES, SILVA e SOUZA, 2005).



Portanto, a simulação auxilia como instrumento de análise de colisões, trajetórias de ferramentas e tempo de usinagem. Para o processo de criação desse ambiente existem diversos softwares que auxiliam na visualização, correção e otimização do processo. O Real NC® e o NX® com módulo MTB® (Machine Tool Builder), softwares Siemens, auxiliam no planejamento e otimização da produção, oferecem diversos modelos de controladores mais realistas para interpretar códigos G, possibilitando realizar interpolações e planejamento de trajetória de ferramenta, onde permitem criar controladores complexos na necessidade de simular sistemas de máquinas-ferramentas altamente customizadas e utilizadas para produção de larga escala (Tecnomatix - Part Planning and Validation, 2014) (NX - Validação do programa do chão de fábrica, 2014).

1.1 Fábrica Digital

A Fábrica Digital tem como principal foco uma antecipação e total integração do desenvolvimento e planejamento do produto, da concepção e Start-up da planta, ajustada cuidadosamente para todos os processos produtivos, para com isso alcançar uma redução do Time-to-market, Time-to-Volume e Time-to-customer. (KÜHN, 2006)

A Fábrica Digital é representada a partir de um conceito, utilizando ferramentas digitais disponíveis para planejamento, modelamento e simulação, onde o seu núcleo essencial é um banco de dados único para todos os aplicativos e integrado com a fábrica real. (KÜHN, 2006)

Sua definição segundo a Norma VDI-4499 é: “A Fábrica Digital é o termo genérico para uma ampla rede de modelos digitais, métodos e ferramentas, entre outros a Simulação e Visualização 3D, que são integrados através de um contínuo gerenciamento de dados. Seu objetivo é o planejamento integrado, avaliação e contínua melhoria de todas as estruturas importantes, processos e recursos da fábrica real em conexão com o Produto” (Digitale Fabrik Grundlagen, 2008).

Fábrica Digital é um termo abrangente que inclui a fábrica virtual e a sua integração com a fábrica real, como mostra a Figura 1.

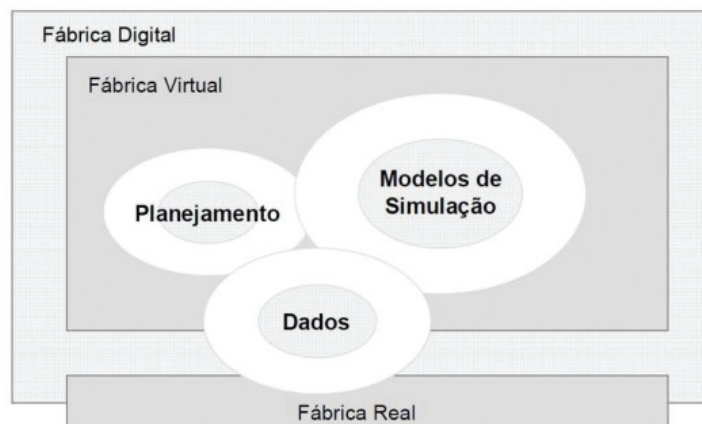


Figura 1: A integração entre a fábrica virtual e a real dentro do conceito de Fábrica Digital (KÜHN, 2006)



Os focos principais da tecnologia de Fábrica Digital para o ciclo de desenvolvimento do produto podem ser divididos em três categorias: redução de tempo, aumento de qualidade e redução de custos. Para alcançar esses objetivos é necessário um apropriado grau de maturidade ainda na fase de planejamento da produção (STONE, K., 2012) ou seja, adquirir maior exatidão dos dados antes mesmo da implantação da produção. Na construção desse ambiente a Fábrica Digital é muito mais do que a soma de ferramentas de planejamento individuais e metas (KÜHN, 2006), ela auxilia na realização dos seguintes métodos avançados:

Integração do planejamento e desenvolvimento do produto (KÜHN, 2006) (BALLARD, KOSKELA, et al., 2001)

Tomada rápida de decisões sobre investimento baseando em dados seguros do planejamento, no que diz respeito à eficiência, flexibilidade e redução dos tempos (Time-to-Market) (KÜHN, 2006) (STONE, K., 2012);

Melhoria na transparência e visualização dos processos (STONE, K., 2012) (VOLKMANN, J. W.; CONSTANTINESCU, C. L., 2011);

Redução do custo de implementação de um produto, por meio da redução de experimentos reais e prevenção de erros (STONE, K., 2012) (HALLER, SCHILLER e HAR, 2005).

Início da produção rápida e segura (Time-to-Volume) (KÜHN, 2006)

Garantir a produção e a cadeia de suprimentos uma otimização Holística (Time-to-Customer) (KÜHN, 2006)

Portanto, a função da Fábrica Digital é o auxílio para o planejamento da produção, garantindo assim uma boa eficiência na implementação e fabricação de um novo produto, fazendo isto de forma antecipada e com informações seguras (CHEN, D.; KJELLBERG, T.; ASTRID, A., 2009).

A tecnologia da Fábrica Digital também possibilita o mapeamento de uma fábrica virtual de produtos, processos e instalações da planta em modelos. Baseado nos produtos e processos virtuais é realizada a prévia da produção para melhorias, onde um processo simulado maduro está disponível para implantação na fábrica real, em grande parte livre de erros (KÜHN, 2006).

Dentro do conceito de Fábrica Digital uma das maiores dificuldades encontradas para o seu uso está na fase de implementação, pois esta afeta as estruturas e procedimentos. Portanto, o procedimento de implementação pode provocar mudanças nos processos de produção, assim como no monitoramento e controle auxiliado por computador presentes nas operações (BRACHT e MASURAT, Maio 2005).

No Brasil, a empresa que vem adquirindo resultados significativos com a implantação da Fábrica Digital é a Volkswagen. No mercado automotivo, onde a pressão por lançamentos é constante, os carros devem chegar mais rápido, com qualidade e preço que garantam rentabilidade à montadora e a associados (PAVANI, 2007)



1.2 Simulação de Usinagem

A realização da usinagem de peças complexas com centros de usinagem multi-eixos não é fácil, pois todo o processo de usinagem leva em consideração o modelo CAD, o qual influencia no programa CAM, na trajetória da ferramenta e conseqüentemente na qualidade superficial da peça usinada (GOMES, SILVA e SOUZA, 2005).

O processo tradicional utilizando sistemas CAM para máquinas multi-eixos tem como conseqüência de alto risco de colisão, alto tempo de ajuste do programa e, portanto, maior tempo de máquina parada para testes, por isso, o desenvolvimento e aplicação de uma máquina-ferramenta virtual se torna necessário. A simulação de usinagem utilizando a máquina-ferramenta virtual permite ao programador visualizar toda a trajetória da ferramenta, analisando as possíveis falhas na programação além da otimização do processo de usinagem. (MIRALLES, 2009)

Na simulação de máquinas-ferramentas existem dois tipos, a simulação cinemática e a simulação dinâmica.

A simulação cinemática somente simula os movimentos, limites e velocidades da máquina-ferramenta, permitindo uma visualização próxima do real, do posicionamento da peça dentro da área de trabalho em relação aos eixos, dispositivos de fixação e o comportamento durante usinagem, sem nenhum parâmetro dinâmico, que interferem no tempo de usinagem da máquina real. A simulação dinâmica além movimentação de eixos e velocidades, mas também nas acelerações, Jerk e outros parâmetros que atuam no comportamento dinâmico da máquina. Com isso é possível analisar além dos possíveis problemas do programa NC, determinar o tempo real de usinagem da máquina (MIRALLES, 2009).

OBJETIVOS

Desenvolvimento e documentação de um método para a construção de máquinas ferramentas digitalmente dentro do conceito de Fábrica Digital obtendo um modelo digital que represente integralmente a máquina ferramenta real, chamado de modelo "As Built" e apropriado para simulação real de processos produtivos.

DESENVOLVIMENTO

Para a realização desse trabalho de mestrado, será utilizado o Software NX® com módulo MTB® ou Real NC®, softwares que possibilitam a construção de um ambiente virtual de simulação de usinagem e portanto o desenvolvimento do método. Para construção do método será necessário:

Ampla revisão bibliográfica sobre os temas relacionados.

Levantamento de dados com as empresas.

Aprendizado na construção da simulação nos softwares para o desenvolvimento do método.

Para construir e validar o método serão realizadas as etapas:

Primeiramente será construído o modelo geométrico, ou importado para o software, se o modelo for disponibilizado pelo fabricante do centro de usinagem.



Definição dos parâmetros cinemáticos do modelo e verificação com o modelo real.

Definição dos parâmetros dinâmicos.

Inserção dos subprogramas e rotinas para leitura dos programas NC.

Com programa NC realizar a verificação dos tempos de usinagem e comparar com a máquina real para que seja realizada a calibração da máquina virtual em função da máquina real.

Otimização do processo de usinagem, considerando otimização de processo, de trajetória de ferramenta ou se possível de ferramentas.

Revalidação do programa NC otimizado na máquina-ferramenta virtual.

Implantação do programa NC otimizado na fábrica real.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesse projeto de mestrado é esperado que seja criado um modelo de máquina ferramenta digital “As Built”, que é um modelo digital que representa integralmente a máquina ferramenta real, com um dos softwares previamente apresentados. Por esse processo realizar toda a documentação do processo para a criação de um método para a construção de máquinas ferramentas digitalmente, dentro do conceito de Fábrica digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho de mestrado ainda está em fase inicial, onde a etapa de construção do modelo para o projeto já está sendo executada, porém para realização da capacitação, nos dois softwares, já foram construídos alguns modelos, que porém mesmo estes ainda não foram validados totalmente com a máquina real, pois toda a cinemática funciona corretamente, porém a dinâmica ainda não foi avaliada, não podendo ser considerados modelos “As Built”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLARD, G. et al. Production System Design: Work Structuring Revisited, January 2001.

BRACHT, U.; MASURAT, T. The Digital Factory between vision and reality. Computers in Industry. [S.l.]: [s.n.], v. 56, Maio 2005. p. 325-333.

CHEN, D.; KJELLBERG, T.; ASTRID, A.,. Software Tools for the Digital Factory - An Evaluation and Discussion. Proceedings of 6th International Conference on Digital Enterprise Technology. Berlin: [s.n.]. 2009.

DIGITALE Fabrik Grundlagen. 4499, VDI-Richtlinien, Fevereiro 2008.

GOMES, J. O.; SILVA, A. S. A.; SOUZA, G. O. Desenvolvimentos necessários para o fre-samento em 5 eixos simultâneos. 3º Encontro da cadeia de Ferramentas, Moldes e Matrizes, São Paulo, 10 a 12 agosto 2005.

HALLER, E.; SCHILLER, E. F.; HAR, I. Impact of the Digital Factory on the Production Planning Process. Integrating Human Aspects in Production Management, Boston, 2005.



KAGERMANN, H.; WAHLSTER, W.; HELBIG, J. Recommendations for Implementing the Strategic Initiative Industrie 4.0. [S.l.]: acatech, 2013.

KÜHN, W. Was ist eine Digitale Fabrik. Digitale Fabrik. Munique: Carl Hanser, 2006. ISBN ISBN-13: 978-3-446-40619-3.

MIRALLES, C. E. Análise de Estratégias de Corte no Fresamento com 5 eixos. UNIMEP - UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA. Santa Bárbara d'Oeste, SP. 2009.

NX - Validação do programa do chão de fábrica, 23 agosto 2014. Disponível em: . PAVANI, L. E. 3. S. 2. Usando simulação 3D, a Volkswagen reduziu em 1 milhão de reais os custos de desenvolvimento de novos veículos – e isso é só o começo. Info Corporate, v. 36, Setembro 2007.

SILVA, A. S. A. Desenvolvimento Integrado CAD/CAM de Componentes para turbina a Gás. Dissertação de Mestrado – Instituto Tecnológico da Aeronáutica. São José dos Campos - SP. 2006.

STONE, K.. Four Decades of Lean: A Systematic Literature Review. International Journal of Lean Six Sigma, March 2012. 112-132.

TECNOMATIX - Part Planning and Validation, 23 agosto 2014. Disponível em: . VOLKMANN, J. W.; CONSTANTINESCU, C. L.,. Digital Factory Economics. Proceedings 7th International Conference on Digital Enterprise Technology. Athens: [s.n.]. 2011.

WANG, Q. H. . L. J. R. . Z. R. R. Graphics-assisted approach to rapid collision detection for multi-axis machining. Int J. Adv. Manuf. Technol., v. 30, p. 853-863, 2006.

YANG, T. et al. Research on Plant Layout and Production Line running Simulation in Digital Factory Environment. Workshop on Computational Intelligence and Industrial Application, Wuhan, 2008.



MAPEAMENTO DE INSTITUIÇÕES QUE ATUAM NA ÁREA DE ONCOLOGIA NO MUNICÍPIO DE PIRACICABA-SP

Autor(es)

LIA CARLA GORDON LEME
ISABELLA DE OLIVEIRA FREGUGLIA
JÉSSICA ELOÁ POLETTTO

Orientador(es)

RUTE ESTANISLAVA TOLOCKA

INTRODUÇÃO

Uma das principais causas de morbidade e mortalidade no mundo atualmente é o câncer. Em 2012, havia 14,1 milhões de novos casos de câncer, 8,2 milhões de mortes por câncer e 32,6 milhões de pessoas que vivem com câncer no mundo (WHO, 2015). No Brasil, a portaria nº 874 inovou a abordagem das neoplasias levando em consideração o conceito do câncer como um problema de saúde pública para estabelecer bases de uma ampla Política Nacional de Atenção Oncológica a qual teria dois como principais objetivos: promover a qualidade de vida e da saúde da sociedade; organizar linhas de cuidado de atendimento (promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e cuidados paliativos). De acordo com o Instituto Nacional de Câncer no Brasil (INCA, 2014), em 2015 poderão surgir cerca de 576 mil novos casos. O desenvolvimento da maioria dos cânceres requer múltiplas etapas que ocorrem ao longo de muitos anos. Entretanto, alguns tipos de câncer podem ser evitados pela eliminação da exposição aos fatores determinantes. A adoção de estilos de vida mais saudáveis é uma dessas medidas e inclui a atividade física. Mais de 30% das mortes por câncer poderiam ser evitadas por mudanças nos fatores de risco, incluindo a falta de atividade física (WHO, 2015). Na literatura o termo atividade física é definido como qualquer movimento realizado pela contração do músculo-esquelético, aumentando o gasto energético quando comparado ao repouso (LAZZOLI et al., 1998). Já o termo exercício físico se refere como sendo a prática regular, periodizada e orientada das atividades físicas. É um estímulo externo que gera estresse ao organismo e realiza o trabalho mecânico corporal (GUYTON, HALL, 1997). Um programa de exercício físico tem um grande potencial em oferecer uma melhora na saúde e a redução da mortalidade na população (WANNER et al., 2014). O exercício físico pode influenciar positivamente um ou mais sistemas biológicos importantes na defesa anticancerígena (FAIREY et al., 2002). O sistema imunológico pode ser estimulado pela prática de exercício físico. Pelo fato dessa prática gerar estresse ao organismo, ela causa processo inflamatório nos músculos e aumento de temperatura devido ao trabalho de contração muscular, ativando o sistema de defesa do corpo (TERRA et al., 2012). Woods et al. (1999) sugerem que o exercício físico com intensidade moderada realizado regularmente pode ajudar o fortalecimento do sistema imunológico, auxiliando dessa forma a redução da ocorrência de câncer. Em contraste, repetições de séries exaustivas pode diminuir as funções



do sistema imunológico, prejudicando-o e elevando a susceptibilidade ao câncer. De acordo com Saço e Ferreira (2010), no Brasil há uma necessidade de divulgação e incentivo à atividade física como um meio de prevenção às doenças e de implantação de programas capazes de atender às especificidades das pessoas acometidas pelo câncer. Conforme observado na literatura, a prática de atividades físicas pode auxiliar na recuperação de pacientes pós-tratamento de câncer e também em pacientes durante o tratamento, porém no Brasil há falta de mais estudos na área e como consequência leva a uma dificuldade de comprovação destas informações.

OBJETIVOS

Assim o objetivo desse estudo foi mapear instituições no município de Piracicaba-SP que atendam pacientes com câncer e verificar interesse na realização de programas de exercícios físicos.

DESENVOLVIMENTO

Trata-se de um estudo de campo (SEVERINO, 2007) realizado em instituições que atuam com câncer na cidade de Piracicaba – SP. Foram incluídas no estudo instituições que apresentavam informações disponibilizadas nas páginas da web em 2015 e estavam localizados no município de Piracicaba - SP. Primeiramente, foram realizados contatos por telefone com o responsável pela instituição. Posteriormente, foi agendada e realizada uma visita nos locais de funcionamento de cada instituição. Questões sobre a quantidade de pacientes que frequentavam, a faixa etária do público atendido, funcionamento da instituição e oferecimento de programas de exercício físico foram averiguadas e relatadas através de uma ficha preenchida no momento da visita. Para fins deste estudo foi utilizado o termo e conceito do exercício físico. Nas instituições que demonstraram interesse, foi enviado o projeto temático. O Comitê de Ética em pesquisa da Universidade Metodista de Piracicaba (CEP – UNIMEP) concedeu a aprovação do estudo através do projeto temático, que está ligado a este estudo, intitulado “Efionco: exercício físico e oncologia” aprovado com o parecer nº 93/2015.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao todo participaram do estudo sete instituições sendo cinco organizações não governamentais e dois centros de tratamento oncológico inseridos em hospitais. Alguns pacientes que são atendidos por essas instituições residem no município de Piracicaba-SP, porém há também pacientes atendidos que residem em outros municípios. Nenhuma das instituições oferecem algum tipo de programa de exercício físico. Apenas três instituições demonstraram interesse em desenvolver um programa de exercício físico, sendo uma organização não governamental e dois centros de oncologia inseridos em hospitais. De acordo com Seixas et al (2010), o exercício físico pode estar relacionada com diferentes aspectos da qualidade de vida de pacientes oncológicos e com isso um programa de exercício físico seria uma estratégia para auxiliar na melhora dessa. Estudos mostram que o exercício físico pode promover benefícios em pacientes



com câncer nas diferentes fases da patologia e em diferentes aspectos. Saço e Ferreira (2010) sugerem que para o sucesso de um programa de exercício físico junto a pacientes oncológicos é necessário que essa prática seja inserida ao repertório cultural da vida, ou seja, no dia-dia dessas pessoas. Atualmente, Canadá é um dos países em que há uma grande conscientização sobre os benefícios que o exercício físico oferece ao paciente com câncer. Algumas instituições canadenses desenvolvem pesquisas na área e oferecem programa de exercício físico para pacientes ou sobreviventes do câncer. Peddle-McIntyre et al. (2012) realizou um estudo com idosos canadenses pacientes de câncer de pulmão e um programa de treinamento de força muscular aeróbico e de resistência. Este foi realizado duas vezes na semana durante 10 semanas e resultados encontrados mostraram que os participantes obtiveram uma melhora na força e resistência muscular e melhora no desempenho físico. Wong et al (2012) investigaram um programa de exercícios cardiovascular e de força realizado duas vezes na semana por dozes semanas com adultos com câncer de mama. Os resultados obtidos mostraram uma melhora na qualidade de vida, nível de atividade física e a diminuição nos sintomas e dores. Outro país, em que há instituições que oferecem e realizam pesquisas de programas de exercício físico para pacientes oncológico são os Estados Unidos da America. O estudo conduzido por Battaglini et al (2009) verificou que um programa de exercícios aeróbico e de força muscular realizado por três a quatro sessões por semana durante três a cinco semanas em pacientes adultos norte-americanos, com leucemia mielogenica aguda auxiliou uma melhora na resistência cardiovascular, redução da fadiga e manutenção da qualidade de vida. Um estudo piloto realizado por Chao et al. (2010) com pacientes crianças e adolescentes com leucemia linfóide aguda constatou uma melhora da fadiga após uma intervenção com um programa de exercícios aeróbicos. Este ocorreu durante seis semanas, com aplicação de três sessões por semana, de 30 minutos cada sessão sendo realizados em casa. Resultados mostraram uma melhora da fadiga em crianças e adolescentes norte-americanos. No Brasil, ainda são poucas as instituições que oferecem e realizam pesquisa um programa de exercício físico aos pacientes oncológicos, porém pesquisas vem sendo realizadas na área. Motta e Enumo (2004) analisaram crianças com câncer que estavam hospitalizadas sendo a maioria em tratamento quimioterápico. Assim observaram que devido às condições estressantes encontradas nesse ambiente é necessário a inclusão de atividades lúdicas às rotinas destas crianças. Reis et al (2012) avaliaram o impacto de dois programas de exercício físico sobre os níveis de fadiga e desempenho físico de pacientes adultos com câncer com duração de 16 semanas. Os dados obtidos mostraram uma melhora no desempenho físico e na redução dos níveis de fadiga dos participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo pode-se concluir que há uma carência de oferta de programas de exercício físico para pacientes com câncer no município de Piraciaba-SP. Portanto é importante a realização de novos estudos sobre programas de exercícios físicos e pacientes com câncer para auxiliar na prevenção da doença quanto como coadjuvante de tratamentos. Assim os resultados possam nortear a implantações de programas de exercícios físicos em instituições que atuam com pacientes com câncer.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATTAGLINI, C. L. et al. The Effects of an Exercise Program in Leukemia Patients Integrative Cancer Therapies v. 8, n. 2, p. 130-138, 2009.
- CHAO, H. Y. et al. A Pilot Study to Examine the Feasibility and Effects of a Home-Based Aerobic Program on Reducing Fatigue in Children With Acute Lymphoblastic Leukemia. *Cancer Nursing*, v. 34, n. 01, p. 03-12, 2011.
- FAIREY, A. S. et al. Physical Exercise and Immune System Function in Cancer Survivors. *Cancer*. v. 94, n 2, 2002
- GUYTON, A. C.; HALL J. E. *Tratado de Fisiologia Médica*. 9 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1997.
- INCA (Instituto Nacional do Câncer). Estimativa 2014 incidência de câncer no Brasil, 2014. Disponível em: <http://www.inca.gov.br/estimativa/2014/> . Acesso em 10 Ago 2014.
- LAZZOLI, J. K. et al. Atividade física e saúde na infância e adolescência. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, v. 4, n. 4, p. 107-109, Jul/Ago 1998.
- MOTTA, A.B., ENUMO, S.R.F. Brincar no Hospital: estratégia de enfrentamento da hospitalização infantil. *Psicologia em Estudo: Maringá*, v. 9, n. 1, p. 19-28, 2004.
- PEDDLE-MCINTYRE, C. J. et al. Feasibility and preliminary efficacy of progressive resistance exercise training in lung cancer survivors. *Lung Cancer*, v. 75, n. 1, p. 126-132, 2012.
- REIS, F. et al. O impacto de dois diferentes programas de exercício físico na performance física e na fadiga relacionada ao câncer. *Acta Fisiatr*. v. 19, n. 4, p.198-202, 2012
- SAÇO LF, FERREIRA EL. Mulheres com câncer e sua relação com a atividade física. *R. bras. Ci. e Mov* v.18, n. 4, p.11-17, 2010.
- SEIXAS, J. R et al. Atividade Física e Qualidade de Vida em Pacientes Oncológico durante o Período de Tratamento Quimioterápico. *Revista Brasileira de Cancerologia* v. 56, n. 3, p. 321-330, 2010.
- SEVERNINO, A.J. *Metodologia da Pesquisa Científica: revista e atualizada São Paulo: Cortez*, 2007. 23ed.
- TERRA, R. et al. Efeito do exercício no sistema imune: resposta, adaptação e sinalização celular. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, v. 18, n. 3, p. 208-214, Mai/Jun 2012.
- WANNER, M. Et al. Impact of different domains of physical activity on cause-specific mortality: A longitudinal study. *Preventive Medicine* 2014; 62:89-95
- WHO (World Health Organization). *Cancer Fact sheet N°297*, 2015. Disponível em: acesso em 07/05/2015
- WONG, P. et al. Effect of exercise in reducing breast and chest-wall pain in patients with breast cancer: a pilot study. *Current Oncology*. v.19. n. p. 129 -135, 2012
- WOODS, J.A et al. Exercise and cellular innate immune function. *Med Sci Sports Exerc* v.31, n.1, p.57-66, 1999



DESENVOLVIMENTO DE UM MÉTODO PARA MIGRAÇÃO DE UMA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA PARA OS REQUISITOS DO PROGRAMA INDUSTRIE 4.0

Autor(es)

RODRIGO AGUIAR DE JESUS

Orientador(es)

KLAUS SCHÜETZER

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a demanda por produtos e serviços personalizados para cada cliente traz continuamente novos desafios para as indústrias. Com isso a variedade de produtos aumenta e a quantidade produzida tende a ser menor para cada lote. Para atender essa demanda, tecnologias inovadoras e um preço competitivo são de extrema importância para se manter no mercado global (Anderl & Picard, 2014). Uma das iniciativas de pesquisa da Alemanha criada em 2012 é o Programa *Industrie 4.0* (Indústria 4.0) que vem chamando atenção de empresas em todo o mundo, por implicar no que pode ser chamado de 4ª Revolução Industrial.

Este programa tem como foco o que vem sendo chamado pelo mundo como Smart Factory ou Fábricas Inteligentes. Trata-se de uma integração completa entre produto, processo e demais áreas de uma indústria, onde todas as áreas “conversam” entre si. “Numa fábrica inteligente, trabalhadores, máquinas, produtos e matérias-primas se comunicam de forma tão natural quanto pessoas numa rede social” (Kagermann, 2013). A abordagem fundamental da *Industrie 4.0* consiste em utilizar as capacidades dos sistemas físicos cibernéticos, de modo a fornecer inteligência e comunicação para sistemas técnicos sendo então chamados de sistemas inteligentes. Estes sistemas são utilizados para monitoramento de condições e integridade estrutural, também realizar diagnósticos e controle remotamente, de forma que esses sistemas são o “núcleo” para produtos inteligentes, fábricas inteligentes, redes inteligentes, logística inteligente e até mesmo uma cidade inteligente. A intenção dos sistemas inteligentes é o estabelecimento de novos processos de maior valor agregado para aumentar e melhorar a flexibilidade, adaptabilidade e eficiência dos processos de negócio (Anderl, 2014).

Assim como os demais setores industriais o setor automotivo também vem enfrentando desafios semelhantes, tais quais a modularização dos produtos, produção eficiente, enxuta e de baixo custo, tendo em vista a grande competitividade estabelecida, e a própria exigência do mercado.

De fato, a intensificação da concorrência na indústria automobilística tem sido marcada pela utilização mais intensa da tecnologia (especialmente da microeletrônica) (Vickery, 1996; Fine et al., 1996), pela redução do tempo do ciclo de desenvolvimento de produto (Fujimoto, 1999; Fujimoto; Takeishi, 2001), pela ampliação da diversidade de modelos (e dos seus atributos) e pela segmentação dos mercados previamente existentes (NRC, 2003; OECD, 2004; DOC, 2005). Essa corrida tecnológica, que não se limita às montadoras e aos fabricantes de autope-



ças, poderá ter implicações bastante significativas para o automóvel e para a indústria automobilística de uma maneira geral (McAlinden et al., 2000; NRC, 2003, 2005; NAS, 2004). Nesse cenário, é imperativo que a indústria automotiva tenha uma elevada capacidade de adaptação, tendo em vista a sua sobrevivência, ressaltando a necessidade de enquadrar-se nas novas tecnologias e desafios propostos pelo programa *Indústria 4.0*. Esse trabalho busca desenvolver uma metodologia para minimizar os impactos da reestruturação que será causada com a migração em uma indústria automotiva, para se enquadrar nos requisitos do programa *Indústria 4.0*, de forma a oferecer um guia prático para as indústrias deste setor de como atravessar essa transição.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

INDUSTRIE 4.0

De acordo com Hermann, Pentek, & Otto, 2015 "*Indústria 4.0* é um termo coletivo para as tecnologias e conceitos de organização da cadeia de valor. Dentro de uma fábrica inteligente de estrutura modular da *Indústria 4.0*, CPSs (Sistemas físico Cibernético) monitoram processos físicos, e criam uma cópia virtual do mundo físico de modo a tomar decisões descentralizadas. Através da IoT (Internet das Coisas), CPSs comunicam-se uns com os outros e cooperam com os seres humanos em tempo real. Via a IoS (Internet de Serviços), tanto os serviços internos como os que estão fora da organização são oferecidos e utilizados pelos participantes da cadeia de valor." O termo "*Indústria 4.0*" veio a público em 2011, quando uma iniciativa chamada "*Indústria 4.0*" – originada na associação de representantes da área de negócios, do governo e das universidades - promoveu a ideia como uma abordagem para o reforço da competitividade da indústria manufatureira alemã (Kagermann, Lukas, e Wahlster, 2011). O governo federal alemão apoiou a ideia, anunciando que o programa *Indústria 4.0* será uma parte integrante da sua "Estratégia de alta tecnologia para a Alemanha de 2020" uma iniciativa visando à liderança em inovação tecnológica (Kagermann et al., 2013, p. 77). Foi então formado o "Grupo de Trabalho *Indústria 4.0*", que desenvolveu as primeiras recomendações para a implementação, que foram publicados em abril de 2013. Os conceitos implícitos dentro do programa *Indústria 4.0* também vem sendo pesquisados por outros países desta forma segundo (Hermann, Pentek, & Otto, 2015). Na literatura pesquisada foram identificados quatro componentes básicos que caracteriza a *Indústria 4.0*; são eles: Sistemas físicos cibernéticos, Internet das coisas, Internet de serviços e fábricas inteligentes (Lucke, Constantinescu, & Westkämper, 2008)

SISTEMAS FÍSICOS CIBERNÉTICOS (CPS)

Sistemas Físicos Cibernéticos são "integração da computação com processos físicos" (Hermann, Pentek, & Otto, 2015).

"Computadores e redes integradas monitoram e controlam os processos físicos, geralmente com loops de realimentação onde os processos físicos afetam o a computação (virtual) e vice-versa" A tecnologia baseia-se na disciplina mais antiga (mas ainda muito jovem) de sistemas embarcados, computadores e softwares incorporados em dispositivos cuja missão principal não é a computação, mas sim dispositivos que



interagem com tal tecnologia como automóveis, brinquedos, dispositivos médicos e instrumentos científicos. O CPS integra a dinâmica dos processos físicos com as do software e a rede, fornecendo abstrações e modelagem, design e técnicas de análise para o todo o conjunto integrado. (Lee, 2008).

INTERNET DAS COISAS (IOT)

“A internet das coisas compreende a comunicação de sistemas inteligentes usando endereços IP. Isso se tornou possível devido a próxima geração IPv6 (Internet Protocol versão 6) que suporta um espaço de endereço IP de 128 bits contra 32 bits da versão anterior IPv4, criando assim um número de endereços quase ilimitados. Isso permite que cada objeto físico possa ser equipado com um endereço IP único na rede.” (Anderl, 2014)

A Internet das coisas permite que “coisas” e “objetos”, como RFID, sensores, atuadores, telefones celulares, que, através de esquemas de endereçamento único, (...) interagem uns com os outros e cooperaram com os seus componentes vizinhos “inteligentes”, para chegar a objetivos comuns” (Giusto, Lera, Morabito, e Atzori, 2010, p. V). Com base na definição do CPS dada acima, “coisas” e “objetos” podem ser entendidos como Sistemas Físico Cibernéticos. Portanto, a IoT pode ser definida como uma rede em que os CPS cooperam uns com os outros através de esquemas de endereçamento únicos. Internet de serviços (IoS)

INTERNET DOS SERVIÇOS

A Internet de Serviços (IOS) permite que os fornecedores de serviços ofereçam os seus serviços através da internet. [...] O IoS consiste de colaboradores, uma infraestrutura de serviços, modelos de negócios e os próprios serviços. Os serviços são oferecidos e transformados em serviços de valor agregado por vários fornecedores; este por sua vez é comunicado aos usuários, bem como os consumidores e são acessados por eles através de vários canais. (Buxmann, Hess, & Ruggaber, 2009, p. 341). Esta evolução permite uma nova forma de variação dinâmica na distribuição das atividades da cadeia de valor individual (Plattform *Industrie 4.0*, 2013).

No futuro, o conceito acima deve ser transferido de fábricas individuais a toda a cadeia de fornecedores e clientes. Fábricas podem ir um passo além e oferecer tecnologias de produção especiais em vez de apenas um tipo de produção. Estas tecnologias de produção especiais serão oferecidas através da IoS e podem ser usadas para fabricar produtos customizados ou ainda compensar as capacidades de produção que estão ociosas. (Scheer, 2013).

OBJETIVOS

O programa *Industrie 4.0* já é realidade, de forma que todas as indústrias deverão enquadrar-se neste conceito nos próximos anos, se pretendem continuar competitivas no mercado. No entanto implementar a visão da *Industrie 4.0* implicará em um processo evolucionário que vai avançar em ritmos diferentes em cada empresa e setor. O objetivo de uma estratégia de migração seria melhorar gradualmente as atuais ins-



talações (que são suscetíveis a permanecer em uso por um tempo considerável) e prepará-los para a conversão para *Indústria 4.0*. No entanto, a heterogeneidade, longa durabilidade e natureza individual das instalações das fábricas existentes deve dificultar o desenvolvimento de normas comuns para as soluções de segurança da Informação. A solução é uma avaliação do estado atual das instalações existentes, a definição de uma estratégia de migração e também o desenvolvimento de um modelo de processo padronizado que permita soluções de segurança individuais para serem implementadas rapidamente, de forma pragmática e econômica. Este processo pode ser alcançado através da adaptação dos protocolos de segurança da informação existentes, com base na definição de metas de segurança individuais, de uma análise da situação, a fim de identificar os pontos fracos e ameaças e subsequente estabelecimento de uma lista de medidas e em seguida, ser implementada. (Kagermann, 2013)

DESENVOLVIMENTO

O método a ser utilizado para atingir os objetivos da pesquisa proposta ocorrerá em quatro etapas conforme descrição abaixo.

Etapa 1: Essa etapa consiste na realização uma pesquisa aprofundada e revisão bibliográfica sobre os temas relacionados ao trabalho a ser desenvolvido.

Tal revisão será realizada baseada em diversos livros e periódicos indexados.

Etapa 2: Nesta etapa com a cooperação de uma empresa do setor automotivo parceira será realizada uma análise nas principais áreas envolvidas na migração da tecnologia, visando identificar pontos vulneráveis e passíveis de projetos pilotos que possam validar o conceito da *Indústria 4.0*.

Etapa 3: A terceira etapa consiste em elaborar um relatório com todas as análises feitas na etapa 2 de forma a sugerir metodologias baseada nas pesquisas realizadas na etapa 1, que possam ajudar no processo de migração bem como na implantação de projetos pilotos.

Etapa 4: Nesta etapa, será realizada uma discussão intermediária com o orientador para validar as metodologias de migração apontadas no relatório.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O trabalho desenvolvido por Kagermann, 2013 para a migração que ocorrerá nas indústrias, é abrangente, no entanto trata-se de um modelo genérico, sendo que há poucos projeto específico que trabalhe na migração do setor automotivo, que, como já citado, é um setor que possui características e complexidades próprias. O resultado esperado desse trabalho é que o guia orientativo gerado venha auxiliar as indústrias automobilísticas a se enquadrar nos requisitos do programa *Indústria 4.0* e implementar essa tecnologia de forma gradativa e eficiente minimizando os impactos da transição que ocorrerão durante essa migração e a implementação das novas tecnologias.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Futuramente trabalhos específicos para operações específicas dentro da indústria automotiva serão desenvolvidos a fim de eliminar as lacunas deixadas por este trabalho que tende a ser abrangente, não levando em consideração todos os tipos de processos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anderl, R. (2014). *Industrie 4.0 - Advanced Engineering of Smart*. *Seminário Internacional de Alta Tecnologia*. Piracicaba: UNIMEP.
- Anderl, R., & Picard, A. (2014). *Integrated Component Data Model for Smart*. *Seminário Internacional de Alta Tecnologia*. Piracicaba: UNIMEP.
- Bauernhansl. (2014). *Industrie 4.0 in Produktion, Automatisierung und Logistik: Anwendung, Technologien und*. *Hompel and B. Vogel-Heuser*.
- Broy, M. (2010). *Cyber-Physical Systems. Innovation durch Software-intensive eingebettete*. Berlin Heidelberg: acatech DISKUTIERT.
- Buxmann, P., Hess, T., & Ruggaber, R. (2009). *Internet of Services*. *Business & Information Systems Engineering* 5, 341-342.
- CHIAVENATO, I. (1999). *Introdução à teoria geral da administração*. Rio de Janeiro: Campus.
- DOC. (2005). *The Road Ahead for the U.S*. Washington: U.S. DEPARTMENT OF COMMERCE.
- FUJIMOTO, T. (1999). *The Evolution of a Manufacturing System at Toyota*. New York: Oxford University Press.
- FUJIMOTO, T., & TAKEISHI, A. (2001). *Automobiles: Strategy-Based Lean production*. Tokyo: the University of Tokyo.
- Hermann, Pentek, & Otto. (Fevereiro de 2015). *Design Principles for Industrie 4.0 Scenarios*.
- Kagermann, H. W. (2013). *Recommendations for implementing the strategic initiative Industrie 4.0: Final report of the Industrie 4.0 Working Group*. acatech - National Academy of Science and Engineering.
- Lee, E. A. (2008). *Cyber Physical Systems: Design Challenges*. *1th IEEE Symposium on Object Oriented Real-Time Distributed Computing (ISORC)*, (pp. 363-369).
- NRC. (2003). *Personal Cars and China*. NATIONAL RESEARCH COUNCIL.
- Plattform Industrie 4.0*. (s.d.). Acesso em 5 de Fevereiro de 2015, disponível em <http://www.plattform-i40.de/>.
- Scheer, A. W. (2013). *Industrie 4.0: Wie sehen Produktionsprozesse im Jahr 2020 aus?*
- Taylor, G. R. (s.d.). *The Transportation Revolution, 1815-1860*.
- VICKERY, G. (1996). *Globalization in the Automobile Industry*. Paris: OECD Globalization of Industry.
- Womack, J. P., & Jones, D. T. (1997). *A máquina que mudou o mundo* (15 ed.). Rio de Janeiro: Campus.



PROPOSTA DE MÉTODO DE APRENDIZAGEM DE DESENHO TÉCNICO PARA O ENGENHEIRO DO SÉCULO 21

Autor(es)

ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA CAMPOS

Orientador(es)

ANDRE LUIS HELLENO

INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

O Desenho Técnico é uma disciplina que esta alocada em todos os currículos básico de todas as engenharias. Englobando um conjunto de metodologias e procedimentos necessários ao desenvolvimento envolvido no desenho técnico e projetos, como também conceitos e ideias no que se refere às especificações técnicas de produtos e sistemas. Quanto ao ensino evoluiu drasticamente nas últimas décadas, gerando inúmeros métodos de ensino, desde a tradicional prancheta, comumente usado em escola técnica, até híbrido tipo desenho CAD 3D (Computer-Aided Design).

OBJETIVOS

2. OBJETIVO DO TRABALHO

O trabalho tem por objetivo analisar os atuais métodos de ensino, com o uso criativo de conhecimentos e de ideias de uma variedade de artes e ciências, com ênfase no usos de novas tecnologias. O objetivo da disciplina Desenho Técnico é formar graduados objetivando a melhoria de sua visualização tridimensional e espacial e capazes de aplicarem criativamente as novas tecnologias, ciências e soluções de desenho e projeto em sistemas funcionais. Além disso, facilitar a utilização em diversas fases do ciclo de vida de um produto, em diferentes lugares e contextos, como produtos industriais, design de produto, gestão de produção, controle de qualidade, projetar e criar produtos e sistemas amigáveis e seguros, entre outros.

2.1. Objetivos Específicos

Considerando o nível de aprendizado, a disciplina de Desenho Técnico pretende atender as necessidades atuais e emergentes para os gestores em relação às exigências da indústria metal mecânica e empresas no cenário mundial. Durante o oferecimento da disciplina os alunos serão treinados para reconhecer e compreender às problemáticas de cada tópico desenvolvido. Este conhecimento não foi integrado no ensino superior e o objetivo específico deste estudo destina-se a preencher esta lacuna. Será observado o resultado da aplicação de um novo método a ser aplicado após o levantamento dos dados obtidos através de questionários e depois quantificado e analisados.



Dentro deste contexto que se insere o problema a ser investigado na presente dissertação de mestrado, a qual propõe a avaliação de um material de apoio, de interesse didático, formulado no sentido de auxiliar a aprendizagem da referida disciplina para os alunos dos cursos de engenharia.

DESENVOLVIMENTO

3. Metodologia

Para analisar a evolução do processo de desenvolvimento das ferramentas de informática e dos sistemas de informação nas últimas duas décadas, os processos e métodos de representação gráfica utilizados pelo Desenho Técnico, no contexto industrial global tiveram profundas mudanças, passando pelas seguintes etapas: representação a mão livre, régua T e esquadro, desenho definitivo na prancheta, programas de desenho 2D assistido por computador e, atualmente, sistema de modelação geométrica 3D. O desenho a mão livre (rascunho, croqui ou esboço) é uma ferramenta fundamental nos primeiros passos do projeto, em que o produto é idealizado e concebido, utilizando o recurso de pranchetas móveis ou mesas escolares, conforme figura 1.

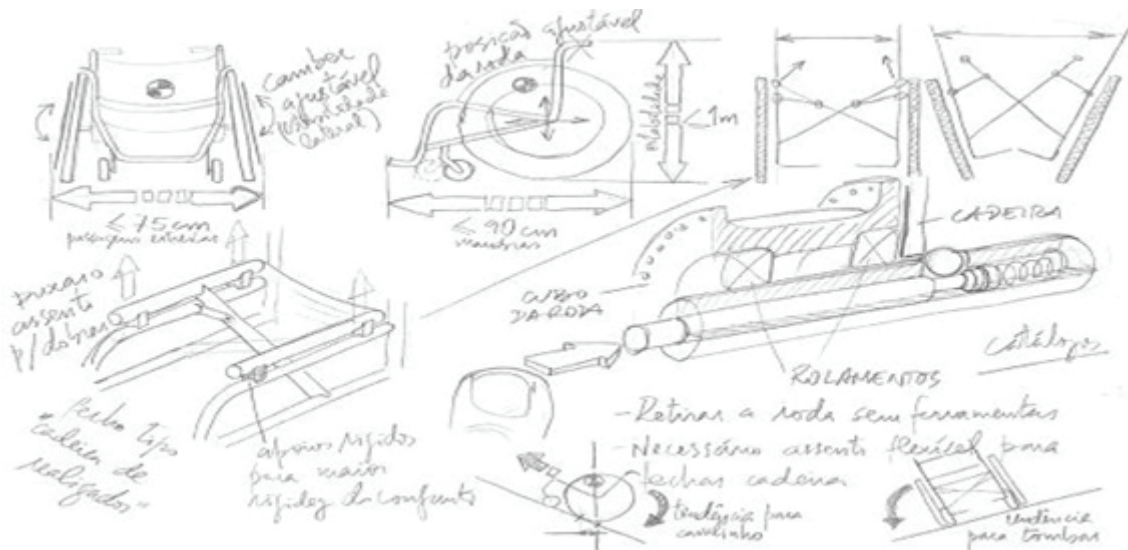


FIGURA 1 - Exemplo de Esboço na fase inicial do Projeto de uma cadeira de Rodas. Adaptado de www.dem.ist.utl.pt/~m_desI/Intro.htm

No processo do desenho definitivo, os equipamentos usados são a prancheta, régua paralela, esquadro, compasso ou tecnógrafo e os recursos de régua de aplicações para cada necessidade do projeto. Além disso, para representar as variações de espessuras de linhas no desenho executados, existia 18 (dezoito) tipos lápis ou lapiseiras (grafite) segundo a norma NBR 8403/1984 e no desenho definitivo o uso de canetas nanquim com a escala de variação de 0,2 - 0,3 - 0,4 - 0,5 - 0,6 - 0,8 - 1,0 e 1,2 mm de espessura conforme exemplifica a figura 2.

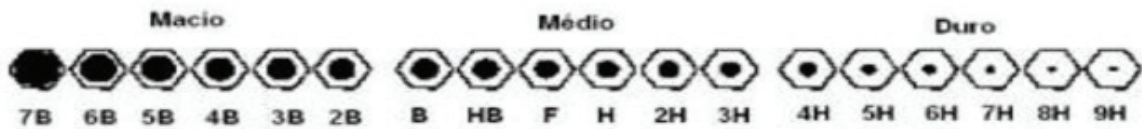


FIGURA 2 – Representação dos equipamentos utilizados no Desenho Técnico

Atualmente o desenho é executado através da ferramenta CAD/CAE, utilizando-se na área de engenharia os softwares Solid Works, Autodesk Inventor e Solid Edge. Na organização do ensino e elaboração de textos da área de Desenho Técnico aplica-se o pensamento criativo e a visualização espacial de transmitir ideias, formas e conceitos através de desenhos (croqui) para o desenvolvimento da capacidade de expressão e representação gráfica na sua utilização. Executar desenho a mão livre é uma das qualidades esperada na vida profissional do engenheiro. Com a modelação geométrica (CAD), protótipos virtuais são facilmente executados e convertidos para outros programas computacionais de outras aplicações de engenharia, onde passa-se à elaboração e representação geométrica e técnica do produto e sistema obedecendo as normas vigentes, com a execução de desenhos de detalhes de fabricação, utilizando as projeções ortogonais, cortes, cotação, tolerância e documentação técnica para que possa o desenho ter utilidade para a sua fabricação. No projeto desenhado por estas ferramentas podem ser verificados folgas e interferências entre os componentes do produto. O Desenho Técnico é utilizado em muitos produtos de uso na sociedade, desde automóveis, televisores, brinquedos até máquinas industriais, facilitando sobremaneira a qualidade de vida desta sociedade.

Para auxiliar no desenvolvimento da avaliação do material de apoio para a disciplina de Desenho Técnico será elaborado um questionário que abordará as seguintes problemáticas:



1- Elaborar um questionário sobre as exigências da indústria.

Após obter os resultados desta pesquisa e observar os resultados e apreciação deste material e registrar paralelamente o aproveitamento acadêmico dos alunos envolvidos nas atividades propostas no material aplicado será elaborado um parecer de ensino que se adeque as necessidades levantadas.

2- Elaborar um questionário para analisar o nível de aprendizado em desenho técnico. Após aplicar o questionário aos alunos será verificado as carências de informação de conhecimento sobre a matéria de Desenho Técnico, antes e depois de ministrada a disciplina.

3- Pesquisa Bibliográfica

O trabalho abordará uma revisão de literatura sobre o ensino de desenho técnico e a evolução da tecnologia relacionada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

4. Resultados Obtidos e Discussão

Por meio dos resultados obtidos no referido trabalho deverá apresentar um panorama geral da atual situação do ensino da disciplina de Desenho Técnico nas Engenharias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões diretamente relacionadas ao assunto científico e característica desenvolvidos serão aplicados nas disciplinas da área de desenho técnico e CAD, vindo ao encontro das necessidades das engenharias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GERSON, H. B. P. Aplicação de novas tecnologias no ensino e aplicação do desenho. 1995. Dissertação (Mestrado), Departamento de Construção Civil e Urbana, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GERSON, H. B. P. Uma comparação crítica entre os cursos de desenho que utilizam o computador. In: XXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA – COBENGE, 1998. Anais. ESTEPHANIO, C. Desenho Técnico: uma linguagem básica. 2 ed., Rio de Janeiro: C. Estephanio, 1994. 294 p.

FRENCH, T. E. e VIERCK, C.. Desenho técnico e tecnologia gráfica. 2.ed., São Paulo, Globo, 1989.

Norma NBR 8403/1984.



EDUCAÇÃO INFANTIL E PREVENÇÃO DA OBESIDADE: UMA CONSTRUÇÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLA

Autor(es)

MARTA AURORA MOTA E AQUINO

Orientador(es)

RUTE ESTANISLAVA TOLOCKA

INTRODUÇÃO

Atualmente, muitas crianças, influenciadas pelos hábitos de vida de uma sociedade pós-moderna, sofrem com a questão da obesidade devido a vários fatores, sendo os principais a má alimentação e o sedentarismo. A obesidade infantil é hoje encarada como uma doença grave que afeta a qualidade de vida presente e futura de milhares de crianças. Assim, se tratando de doença, a melhor solução é a prevenção, e na escola a possibilidade de formação de hábitos é muito grande, mas pouco se sabe sobre a importância que professores de escolas infantis do Norte de Minas dão ao movimento na prevenção da obesidade e poucos são os instrumentos para coleta destes dados.

OBJETIVOS

O objetivo deste estudo foi construir um questionário para validar a percepção de professores em relação à obesidade.

DESENVOLVIMENTO

MÉTODOS

Tal questionário foi elaborado seguindo-se as instruções de Severino (2007), contendo questões sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo. O questionário foi testado em um projeto piloto, com 07 (sete) professores em Montes Claros, MG

RESULTADOS E DISCUSSÕES

RESULTADOS

O questionário refere-se à obesidade, contendo 50 questões, sendo uma discursiva, para conhecer o nível conceitual do professor acerca da obesidade. As demais questões são objetivas, com respostas numéricas em forma de escala likert, divididas se em três blocos que além de itens apontados, contém um espaço para inserção de outro item, se o respondente assim o desejar.

O primeiro bloco contém 15 itens sobre relações entre obesidade e características diversas e questiona a frequência desta característica em pessoas obesas e quan-



tidade de pessoas com esta característica que são conhecidas pelo respondente. O segundo bloco, contém 16 itens relativos a atividades relacionadas à prevenção da obesidade e questiona a importância e a frequência da realização destas atividades na escola.

O último bloco apresenta 17 itens sobre atividades a serem realizadas fora da escola para prevenir a obesidade e também questiona a importância e a frequência da realização destas atividades.

Os questionários deverão ser preenchidos conforme instruções presentes nos cabeçalhos.

O estudo piloto foi aplicado com sete professores, com curso superior; experiência de seis meses a três anos de trabalho neste nível de ensino. Após esta aplicação foram modificados dois itens, que não haviam sido bem entendidos: o termo "Estigma" foi substituído por "Bullying", uma professora não sabia o que era "Estigma Social". A outra questão de número 39 (trinta e nove) a professora não entendeu qual era sua atividade preferida, ela queria saber qual atividade e se era do cotidiano. A questão permaneceu como estava, pois poderia ser qualquer atividade de sua preferência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim o referido instrumento mostrou-se adequado para medir o que pretendia, sendo de fácil utilização e foi enviado ao comitê de ética em pesquisa da UNIMEP. Pretende-se aplicá-lo a todos os professores da rede municipal de ensino infantil daquela cidade, para validação do mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J.G. B. Atividade Física em crianças: Promovendo a Saúde do adulto. *Revista de Saúde Materno Infantil*. Recife, 2003 v.3, n.1, p.5-6.

BRASIL, Ministério da Saúde Portaria n.710, de 10 de Julho de 1999. Aprova a Política Nacional de Alimentação e Nutrição Brasileira *Diário Oficial de União*, Brasília, DF, 1999.

BRASIL- Lei n.8.080, de 19 de setembro de 1990. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. *Referência Curricular para Educação Infantil*, v.3 Brasília, 1998

BARUKI, S.B.S et al. **Associação entre estado nutricional e atividade física em escolares da Rede Municipal de Ensino em Corumbá-MS**. Ver. Bras. Med. Esporte, São Paulo, v. 12, n.2, 2006. p.90-4..

BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola. 2008.135p. (Série Estratégias de Ensino, n. 8).

DIETZ-H.W. **The obesity epidemic in Young Children**. *BMJ*. V. 322, n. 7282 2001. p. 313-4,



ENGEL G.I. **Educar**. Curitiba, 2000. 16 p. 181-19, . Editora da UFPR. ENGEL, G.I. Pesquisa-ação. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/er/n16/n16a13.pdf>. Acesso em: 04 de junho 2015.

FREITAS, A.S e Souza. **Obesidade Infantil: de Hábitos Alimentares Inadequados**. Revista Saúde e ambiente, 2009, v.4.n.2, pp 09-04 Disponível em http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2009/artigos_teses/2009/Biologia/obesidadeinfantil.PDF. Acessado em 15 de janeiro de 2015.

GIULIANO. R e CARNEIRO E.C. **Jornal de Pediatria**, vol. 80,n.1 ,2004.p.18-

JUZWIAK, C.R.; PACHGOAL. **Nutrição para Crianças Fisicamente Ativas**. Nutrição, Saúde e Desempenho. São Paulo, ed.11, 221. p. 32-37...

WALLON, H. (1941-1995). **A evolução Psicológica da Criança**. Lisboa, Edição 70.

MELLO, M. A. **A atividade mediadora nos processos colaborativos de educação continuada de professores: Educação Física**. Tese de Doutorado apresentada no programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos-UFUSCAR, 2001.

MUKHINA, V.. **Psicologia da Idade pré-escolar**. São Paulo, 1996, Martins Fontes, p. 46.

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. **Fundamento da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas 1 ed.1985.

MARQUES, A. T; GAYA. A. **Atividade Física, aptidão física, e educação para aSaúde: estudos na área pedagógica em Portugal e no Brasil**. Revista Paulista de Educação Física, São Paulo: V.B, n.1 Jan-junho, p.83,1999.

OLIVEIRA, S.L. **Tratado de Metodologia Científica: PROJETO DE PESQUISA, TGI, TCC, monografia, dissertação e teses**. São Paulo: Pioneira, 1997.

Psicológicos: **Maturidade Emocional, Auto - Conceito, Locus de Ansiedade**. Disponível em <http://WWW.Scielo.BR/pdf/prc/v18n1/24815.Pdf>. Acesso em 12 de Janeiro 2015.

RODRIGUES, Lúcia Gomes. **Obesidade Infantil: Associação do Grau de Adiposidade com Fatores de Risco para Doenças Cardiovasculares**. Dissertação de Mestrado Rio de Janeiro: Pós-graduação em saúde da criança/Instituto Fernandes Figueiredo (Iff/Fio Cruz), p. 193,1998.

SILVA, S. C. S. da. **Tratado de Alimentação Nutrição e Dietaterapia**, São Paulo – SP. Editora Roca, 2007.

SANTOS, S.M.P. Brinquedoteca: **Acriança oadulto eolúdico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
SEVERINO, A.J. **Metodologia do Trabalho Científica**. 23. Ed. rev. E atual. São Paulo: Cortez, 2007.

TOLOCKA, R.E; Oliveira, C.B. **Brincar e prevenir obesidade infantil**. Jornal da associação Paulista de Medicina – Regional de Piracicaba, p.7-8, 05 Abr./2012. Acesso em 19/01/2015 em <http://WWW.APmpiracicaba.com.br/UP-load/jornal/arquivos/Arquivo-jornal-132.Pdf>.

OLIVEIRA, S.L. de **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo: pioneira, 2002.



KURT.L, 1890-1947, *Adventures in the Independence-Roald lip pitStoichiometry*
vol.10 n.1 (Feb., 1947), pp.87-97.

Vygotsky, L.S. *A construção do Pensamento e da Linguagem*. São Paulo: Martins
Fontes, 2001.



ANALISAR SE OS CONSUMIDORES PERCEBEM AS INOVAÇÕES IMPLEMENTADOS NOS AUTOMÓVEIS: UM ESTUDO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA DO PARANÁ

Autor(es)

RONIE GALEANO

Orientador(es)

CHRISTIANO FRANÇA DA CUNHA

INTRODUÇÃO

O automóvel tem grande expressão simbólica e econômica em nosso país. Sua participação na vida social é tão relevante que as famílias chegam a mudar seu comportamento social devido a participação do automóvel em suas vidas. Gera independência e ao mesmo tempo aproximação entre os membros da mesma família. O automóvel, desta forma, torna-se um instrumento de investigação de comportamentos da família e da sociedade em geral. O segmento é tão forte na nossa sociedade que leva as empresas a adotarem diferentes estratégias dependendo do segmento, perfil e modelos preferidos dos clientes, de acordo com as suas experiências de compra. Considerado uma vitrine, o carro consegue atribuir fortes relações com os valores da família (SUAREZ E CASOTTI, 2015). Com a economia mundialmente globalizada e discussões econômicas e governamentais em prol de um desenvolvimento sustentável, os produtos novos são alvo não só de países desenvolvidos, mas também de países emergentes como o Brasil e o bloco econômico chamado BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Segundo a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (FENABRAVE), a indústria automobilística passa por um momento de incertezas e turbulências e aponta, para este ano, um crescimento nulo devido ao aumento de impostos, inflação alta, PIB (Produto Interno Bruto) próximo de zero, um déficit na balança comercial e cortes do governo. Somado a tudo isso, os investimentos não acontecerão no mesmo ritmo de anos anteriores (FENABRAVE, 2015). Este trabalho justifica-se por dois aspectos relevantes. O primeiro refere-se a importância do setor automobilístico para a economia do país, pois o Brasil obteve ótimos resultados no setor **nos últimos anos. Foram produzidos 3.736.629 veículos entre automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus em 2013. O segundo refere-se ao Paraná que será o foco deste estudo que alcançou o ranking de terceiro maior produtor em 2013 com 13,7% total da produção e o primeiro a licenciar mais veículos na região sul do país com 303.666 unidades. Foi o estado que teve a segunda maior participação em licenciamentos de veículos entre os anos de 2000 a 2013 com 12% de licenciamentos. O setor movimenta uma grande cadeia produtiva como fabricantes, fornecedores de matéria-prima, autopeças, distribuidores, postos de combustível, seguradoras, oficinas mecânicas, borracharias, agências de comunicação e publicidade, entre outros, gerando renda, emprego e movimentando a economia. Para se ter uma ideia, o setor de autopeças faturou 4,9% do faturamento**



total das montadoras. O setor foi responsável por mais de trinta e cinco milhões de dólares na participação do PIB brasileiro e gerou cerca de 153.000 empregos diretos (ANFAVEA, 2014).

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Analisar se os consumidores percebem as inovações implementadas nos automóveis.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Específicos:

1. Criar um modelo dos fatores que podem afetar a percepção de inovação dos consumidores;
2. Melhorar a compreensão sobre a influência dos diferentes segmentos dos consumidores na percepção de inovação;
3. Propor ajustes estratégicos para aumentar a percepção de inovação dos diferentes segmentos de consumidores.

DESENVOLVIMENTO

O presente trabalho refere-se a um projeto de tese de doutorado no qual já foi realizada a qualificação e a submissão a um pré teste e encontra-se na fase de coleta de dados por meio do google docs.

Será utilizada a modelagem de equações estruturais (*Structural Equations Modeling - SEM*). Para Klem (2002), esta técnica oferece ao pesquisador a possibilidade de investigar quão bem as variáveis preditoras (*predictors*) explicam a variável dependente (*criterion*) e, também, qual das variáveis preditoras é a mais importante. Uma das características básicas da SEM é que se pode testar uma teoria de ordem causal entre um conjunto de variáveis. No caso da presente tese, pretende-se investigar se a inovação de produtos potencializa a venda (visão da empresa) e atende as expectativas dos clientes (visão dos consumidores). Por exemplo, a teoria propõe que a inovação de produtos potencializa as vendas e que a inovação dos produtos é almejada pelos clientes (um dos principais fatores que motiva a compra de um produtos). É possível verificar tal relação causal com o uso da modelagem de equações estruturais (MARUYAMA, 1998). Para estruturar e sistematizar a escolha da **população e amostra** da pesquisa foi adotado o procedimento recomendado por Malhotra (1993), vide abaixo:

Definição da população e amostra: O primeiro passo foi definir a população da pesquisa, que foi assim constituída: a amostra deste estudo será realizada nas regiões norte, sul, leste e oeste no estado do Paraná, Brasil. Sendo que serão enviados 4000 questionários em parceria com a Fenabreve-Pr.

Técnica de amostragem: a técnica para a escolha da amostra foi de natureza não probabilística. Embora as considerações estatísticas sejam desfavoráveis para este procedimento e não recomendáveis quando se trata de um estudo descritivo, existiu



a favorabilidade operacional, que foi o fator decisivo para a escolha desta técnica. Os questionários foram elaborados por meio do Google Docs e serão enviados por e-mail para diversas bases de clientes da Fenabrave-Pr e pelo próprio pesquisador.

Tamanho da amostra: Para a definição do tamanho da amostra, os autores basearam-se na média das amostras utilizadas em estudos similares, ficando em torno de 4000 elementos (OLIVER e SWAN, 1989, WESTBROOK e OLIVER, 1991; SPRENG, MACKENZIE e OLSHAVSKY, 1996).

Fonte: Esquema proposto pelo autor com base em Parasuraman e Colby (2015).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pressupostos:

- P1: Os carros com maior potência tem um maior grau de inovação em sua produção;
- P2: Os carros com maiores preços tem um maior grau de inovação em sua produção;
- P3: Quanto maior a renda dos consumidores há uma aumento da probabilidade de compra de carros de maior potência;
- P4: Quanto maior o número de carros possuídos pela família (esposa, marido e filhos) dos consumidores maior a exposição destes a marcas diferentes e níveis de inovação diferentes;
- P5: Quanto maior a idade do consumidor menor o seu uso de inovação.

HIPÓTESES:

- H1: O aumento de potência do carro aumenta a percepção de inovação, pois de acordo com P1, os carros tem maior inovação e por isso tem maior possibilidade de ter esta inovação percebida;
- H2: O aumento dos preços dos carros comprados tem uma relação direta e positiva com o aumento da percepção da inovação, pois os carros mais caros tem um potencial maior de terem inovação em sua produção, conforme P2, o que aumenta a possibilidade desta sua percepção ;
- H3: Existem diferenças regionais entre as percepções de inovação
 - H3a: Norte do Paraná?
 - H3b: Sul do Paraná?
 - H3c: Oeste do Paraná?
 - H3d: Leste do Paraná?
- H4: Quanto maior a renda, maior a probabilidade de compra de carros de maior potência, de acordo com o P3, o que, de acordo com o P1, teria maior inovação, o que amplia a possibilidade de percepção desta inovação pelos consumidores;
- H5: Quanto maior o número de carros que a família (esposa, marido e filhos) do consumidor tem, maior a sua exposição a diferentes níveis de inovação, de acordo com P4, o que aumenta a percepção de inovação deste;
- H6: Existe uma diferença de percepção de inovação entre os gêneros, sendo que o gênero X tem uma maior percepção;



H7: Quanto maior a idade do consumidor menor o seu uso de inovação, de acordo com o P5, o que faz com que este seja exposto a menor número de inovações e assim tenha uma menor percepção de inovação das tecnologias dos carros.

Utilização do modelo Technology Readiness Index de Parasuraman e Colby (2015) que propõe medir quatro escalas em relação a utilização da tecnologia, são elas: Otimismo, inovatividade, desconforto e insegurança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se com esta pesquisa proporcionar ao segmento automobilístico novas formas para criar estratégias de marketing com o objetivo de ter uma melhor competitividade no mercado de automóveis no Estado do Paraná e novas pesquisas futuras a nível Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. Anuário da Indústria Automobilística Brasileira - *Brazilian Automotive Industry Yearbook*, 2015. Disponível em: <http://www.anfavea.com.br/anuario.html>. Acesso em 05 de junho de 2015.

BAHIA, Luiz Dias; DOMINGUES, Edson Paulo. Estrutura de inovações na indústria automobilística brasileira. IPEA: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2010.

COHEN, Morris A.; ELIASHBERG, Jehoshua; HO, Teck H. An anatomy of a decision-support system for developing and launching line extensions. **Journal of Marketing Research**, p. 117-129, 1997.

FENABRAVE – Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores, 2015. Disponível em: <http://www3.fenabrave.org.br:8082/plus/modulos/listas/index.php?tac=indices-e-numeros&idtipo=1&layout=indices-e-numeros>. Acesso em 05 de junho de 2015.

HAIR, J. *Análise multivariada de dados*. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

KLEM, L, Structural equation modeling. In: GRIMM, L. G.; YARNOLD, P. R. (Orgs), **Reading and understanding more multivariate statistics**. Washington: American Psychological Association, 2002.

MALHOTRA, N. K. Marketing research : an applied orientation. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1993.

MARUYAMA, G. M. **Basics of structural equation modeling**. London : Sage Publications, 1998.

OLIVER, R. L.; SWAN, J. E. Equity disconfirmation perceptions as influences on merchant and product satisfaction. **The Journal of Consumer Research**, v. 16, p. 372-383, Dec. 1989.

SPRENG, R. A.; MACKENZIE, S. B.; OLSHAVSKY, R. W. A reexamination of the determinants of consumer satisfaction. *Journal of Marketing*, v. 60, p. 15-32, July 1996.

STATISTICAL OFFICE OF THE EUROPEAN COMMUNITIES. **Oslo manual: Guidelines for collecting and interpreting innovation data**. Publications de l'OCDE, 2005.



SUAREZ, Maribel Carvalho; CASOTTI, Leticia Moreira. Transcending Individual Approach of Consumption: an Investigation of Automobile Meanings by The Household Perspective. **BBR-Brazilian Business Review**, v. 12, n. 2, p. 87-109, 2015.

WESTBROOK, R. A.; OLIVER, R. L. The dimensionality of consumption emotion patterns and consumer satisfaction. **Journal of Consumer Research**, v. 18, p. 84-91, June 1991.



O PROFESSOR SUPERVISOR NO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID) E SUA CONSTITUIÇÃO COMO COFORMADOR DE PROFESSORES

Autor(es)

FRANCISCO JOSÉ DE LIMA

Orientador(es)

RENATA CRISTINA OLIVEIRA BARRICHELO CUNHA

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a formação de professores tem se constituído como campo de investigação bastante fecundo, despertando o interesse de estudiosos e pesquisadores que, de várias perspectivas, se propõem a analisar, refletir e compreender trajetórias de formação docente, desenvolvimento de saberes e embates presentes nos espaços de formação (TARDIF, 2002; ANDRÉ, 2010; BARRETO, 2010; CUNHA, 2013). Neste cenário, destaca-se o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) que é gerenciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e se constitui como uma política pública de valorização do magistério para a Educação Básica pública, viabilizado por meio da distribuição de bolsas a três segmentos: licenciandos, professores da escola básica da rede pública e professores de instituições de ensino superior. No âmbito do programa o professor supervisor é um “docente da escola pública que está integrado(a) ao projeto de trabalho e recebe os licenciandos, acompanha e supervisiona as atividades dos bolsistas na escola” (GATTI; BARRETO e ANDRÉ, 2011, p.129) e deve “elaborar, desenvolver e acompanhar as atividades dos bolsistas de iniciação à docência e participar de seminários de iniciação à docência do PIBID promovidos pelo projeto do qual participa” (CAPES, 2014). Nestes termos, a interação entre o professor supervisor (professor experiente) e os licenciandos (professores em processo de formação inicial), possibilita o estabelecimento do diálogo sobre a docência, a cultura e a prática educativa, que se encontram permeadas por diferentes concepções, dilemas, desafios e tensões. A partir dessa interação e partilha de experiências, a prática educativa pode ser compreendida como cultura compartilhada num processo de diálogo constante (SACRISTÁN, 2002). Assim, o trabalho desenvolvido na instituição escolar, subsidiado pela vivência de casos concretos, realizado a partir da combinação do conhecimento teórico e metodológico dos professores das instituições de ensino superior e com o conhecimento prático e vivencial dos professores das escolas de educação básica, podem possibilitar aprendizagem contínua da docência como profissão que exige aperfeiçoamento profissional. A revisão da literatura realizada até o momento, evidencia que são poucos os estudos que tratam sobre o professor supervisor e discutem a sua constituição como coformador em seu contexto de atuação.



OBJETIVOS

Compreender como os professores supervisores vão se constituindo como coformadores na relação com os licenciandos e docentes da IES, além de compreender o desenvolvimento do trabalho desses supervisores.

DESENVOLVIMENTO

A pesquisa se encontra em andamento e está sendo desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, campus de Cedro e foram entrevistados três professores supervisores, (identificados por PS1, PS2 e PS3), os quais atuam em escolas públicas estaduais diferentes. As entrevistas foram consideradas pertinentes, pois embora sejam instrumentos flexíveis para o levantamento das informações, elas não implicam “uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se inserem como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores” (MINAYO, 2002, p.57). Para a realização de cada uma das entrevistas foi agendado data, local e horário da conveniência do entrevistado com base em um roteiro previamente preparado. O contato inicial exigiu a apresentação do entrevistador e a explicitação da finalidade da pesquisa, bem como a solicitação da permissão para audiogravação, conforme recomendado por Szymansky (2011).

As entrevistas ocorreram nos meses de janeiro e fevereiro de 2015 e, logo em seguida, foram transcritas para análises posteriores. A abordagem teórica que fundamentará a análise dos dados será a histórico-cultural considerando-se as contribuições de Vygotsky.

Nessa concepção de desenvolvimento humano, defendida, o indivíduo é compreendido como sujeito inserido num processo histórico e cultural que se desenvolve na interação com o outro e, ao mesmo tempo, produz cultura e é produzido por ela (VYGOTSKY, 2007).

O Comitê de Ética em Pesquisa da UNIMEP aprovou o projeto de pesquisa sob o protocolo de número 66/2015, destacando que o projeto está de acordo com a Resolução número 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/MS, de 12/12/2012.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos limites dos dados analisados até o momento, é possível socializar com base nessa primeira etapa do trabalho, que o diálogo entre professores supervisores e licenciandos possibilita análise do cotidiano escolar, bem como observação e reflexão sobre experiências metodológicas oriundas da prática docente desenvolvidas na sala de aula.

Os enunciados abaixo, extraídos das entrevistas, evidenciam como os professores supervisores valorizam a reciprocidade com os bolsistas, assumindo a possibilidade de interlocução como espaço para a aprendizagem da docência. ... é uma troca que acaba não favorecendo a um grupo específico, mas a grupos diferentes que tem como ponto comum a melhoria do ensino. E é claro que se a minha formação como professor melhora, possivelmente, a minha atuação em sala de aula também vai melhorar. É claro que isso não é regrado, mas possivelmente isso pode acontecer (PS, 1).



“...como conheço a realidade dos alunos passo para os bolsistas. Eles são muito criativos, trazem muita coisa que eu aprendo com eles e eles pedem muita sugestão. Professor, na tua opinião, o que é que tu achas que devemos fazer? Será que dessa forma? (PS, 2) Embora os resultados e análises ainda sejam parciais, estes permitem observar a atuação de diferentes sujeitos no âmbito do PIBID, desencadeando formação continuada do professor supervisor a partir de um trabalho colaborativo capaz de contribuir para o desenvolvimento da iniciação à docência e do professor da escola básica, na mutualidade vivida no contexto do Programa.

Sobre as possibilidades formativas experimentadas no PIBID com diferentes interlocutores, os enunciados abaixo explicitam a compreensão de professores supervisores quando evidenciam que ... nessa relação você acaba trabalhando a formação inicial de professores, a formação continuada de professores supervisores, coordenadores de área e de gestão, mas você também acaba trabalhando a melhoria da aprendizagem desses alunos na escola (PS, 1).

A gente está em formação continuada. A gente vai aprendendo para poder passar para eles (Bolsistas ID). A gente está aberta a qualquer possibilidade para melhorar... Aprender a ensinar (PS, 3).

Até este momento da pesquisa, infere-se que o professor supervisor, como protagonista e partícipe no processo de formação inicial, contribui para a construção da identidade do futuro professor e para o enriquecimento didático-metodológico dos sujeitos envolvidos nas ações.

Os enunciados abaixo, extraídos das entrevistas, enfatizam a participação do professor supervisor na formação do bolsista ID, que, a partir de sua experiência no magistério e saberes construídos, pode contribuir com a iniciação à docência. ... como professora supervisora posso dar assistência aos bolsistas ID. (...) a experiência que eu vivi lá [PIBID] eu acabo trazendo para minha prática profissional, principalmente para prática da supervisão. Com a minha experiência como professora supervisora posso ajudar aos bolsistas ID a compreender ainda mais o que acontece no dia a dia da escola (PS, 3).

...os bolsistas, sob a orientação dos professores supervisores e coordenadores de área, trabalham muito a ludicidade, material concreto, como fazer na prática. Os bolsistas são muito dinâmicos e todos os alunos que participam gostam muito do trabalho deles (PS, 1) Em outras palavras, o Programa caracteriza a escola como lugar e espaço para aprender e ensinar a docência, ajustando as necessidades prementes ao contexto, valorizando a promoção e a troca de experiências como possibilidades de formação e autoformação capazes de beneficiar o bolsista de iniciação à docência e o professor da escola básica em sua formação continuada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luz da revisão de literatura, percebe-se que o PIBID, como uma das reformas para educação na última década, tem trilhado o “princípio metodológico da ação-reflexão-ação como referencial teórico para desenvolver competências na atuação docente” (BRAZ e RUIZ, 2013, p.15).



O professor supervisor em seu fazer, propõe ações que articulam teoria e prática com a realidade local da escola, gerando a integração de ambientes formativos que permitam ao futuro professor experimentar as nuances da realidade escolar, as quais enfrentarão depois de formado.

Portanto, a atuação cotidiana do professor pressupõe o contato com diferentes saberes, experiências e alternativas metodológicas, os quais podem desencadear melhorias na prática de ensino do professor, merecendo atenção à reflexão sobre a própria experiência, se fazendo necessário reconhecer que aprender a ensinar se prolonga durante toda a carreira do professor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRÉ, M. Formação de professores: a constituição de um campo de estudos. Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 174-181, set./dez. 2010.
- BARRETTO, E. S. S. Trabalho docente e modelos de formação: velhos e novos embates e representações. Cadernos de Pesquisa, v.40, n.140, p. 427-443, maio/ago. 2010.
- BRASIL. Portaria nº 096, de 18 de julho de 2013 da CAPES. Regulamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência. CNE/MEC. Disponível em: <http://www.capes.gov.br>. Acessado em 30 de maio de 2014.
- BRAZ, A. M. G. RUIZ, C. A. L. O projeto formativo do PIBID/UERN. In.: BRAZ, A. M. G. RUIZ, C. A. L. (Orgs) Formação docente no PIBID/UERN. Mossoró: UERN, 2013.
- CUNHA, M. I. O tema da formação de professores: trajetórias e tendências do campo na pesquisa e na ação. Educação e Pesquisa, São Paulo, nº 3, jul./set., 2013.
- GATTI, B.; BARRETTO, E. S. S.; ANDRÉ, M. Políticas de formação inicial de professores. In: Políticas docentes no Brasil: um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011. p.89-136.
- MINAYO, M. C. (Org.) Pesquisa social. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SACRISTÁN, J. G. Tendências investigativas na formação de professores. In PIMENTA, S. G. & GHEDIN, E. (Orgs). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.
- SZYMANSKY, H. (Org). A entrevista na educação: a prática reflexiva. Brasília: Liber Livros, 2011.
- TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.
- VYGOTSKI, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.



VISÃO BASEADA EM RECURSOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Autor(es)

DIOGO FERRAZ

Orientador(es)

MARIA RITA PONTES ASSUMPÇÃO ALVES

INTRODUÇÃO

A Tecnologia da Informação – TI e os Sistemas de Informação – SI deixam de serem ferramentas do fluxo de informação para tornarem-se suporte às competências centrais das empresas (WEI e WANG, 2011). Estas ferramentas fortalecem a capacidade de resposta, quando utilizadas efetivamente para coleta, processamento e difusão de informações, reforçando o conhecimento das empresas. O período analisado foi de 2004 a 2015. A contribuição deste artigo é facilitar a realização de revisão teórica e verificar os métodos utilizados no tema.

Segundo Penrose (1959), a empresa é uma combinação de seus recursos, sendo esta combinação o que a diferencia de seus concorrentes, podendo resultar em vantagem competitiva. A VBR busca identificar os motivos pelos quais as empresas se diferenciam e como alcançam e sustentam a vantagem competitiva (WERNERFELT, 1984). Recursos são bens físicos que a empresa compra, aluga ou produz e as pessoas contratadas de forma semipermanente (BARNEY, 1991).

Barney (1991) defende a sustentabilidade da vantagem competitiva quando os benefícios da estratégia não podem ser replicados por outras empresas. O valor, que permite que a estratégia eleve a eficiência e a eficácia da empresa. A raridade, que torna a empresa única. A dificuldade em imitar, para que recursos não possam ser copiados. E, a difícil substituição, que evita que seus rivais possam adotar recursos similares.

A literatura tem analisado como a TI e os SI influenciam o desempenho das firmas. Bharadwaj (2000) destaca três categorias de recursos associados a TI. A infraestrutura compreende os ativos físicos (hardware, software, banco de dados, entre outros). Segundo Tarafdar e Gordon (2007), estes recursos formam uma plataforma para o sistema de informação transformar, transferir, armazenar e recuperar as informações. A segunda categoria é constituída pelos recursos humanos com habilidades técnicas para uso efetivo dessas ferramentas. Já a terceira é resultante deste uso: os ativos intangíveis que a TI proporciona, especialmente, o conhecimento utilizado. Este conhecimento não se limita às fronteiras da empresa (o conhecimento entre suas unidades de negócio), mas, segundo Tarafdar e Gordon (2007), advém também da gestão de parcerias. Os recursos de TI podem ter um papel importante na criação de valor dos negócios, especialmente quando há alinhamento do uso dos SI com a estratégia (RIVARD et al., 2006). Por exemplo, o uso de ERP (Enterprise Resource Planning) é mais efetivo



quando sua implementação adequa-se à estratégia de operações. Aslan et al. (2012) discutem a aplicabilidade deste sistemas às empresas que possuem pedidos atendidos por encomenda (Make-To-Order). O ERP cria valor por atender com precisão e rapidez estes pedidos.

Bulchand-Gidumal e Melián-González (2011) destacam que a TI apenas é recurso competitivo se seu uso é efetivo. O serviço ao cliente pode gerar vantagem quando existe diferenciação pela clareza nas informações e agilidade no atendimento. Isto porque as operações exigem que os funcionários interajam com os clientes, respondendo perguntas que requerem efetividade nas informações. Neste aspecto, os SI e a plataforma tecnológica podem tornar este serviço mais eficaz (TARAFDAR E GORDON, 2007).

Ray et al. (2004) chamam atenção para o gerenciamento de informações no serviço ao cliente, desenvolvido por meio das competências gerenciais. Ao longo do tempo, desenvolve-se conhecimento da aplicação de TI sobre os negócios. Esta interação gera recursos intangíveis que são custosos de imitar e difíceis de substituir (WERNERFELT, 2013).

Os recursos da TI também são importantes na gestão da cadeia de suprimentos, pois a informação é o mais importante recurso na competitividade geral desta cadeia (NGAI et al., 2011). A capacidade da empresa em integrar-se às suas cadeias de suprimento é associada com a sua habilidade em identificar, utilizar e assimilar recursos e informações além de suas fronteiras organizacionais. A informação é compartilhada com parceiros da empresa em uma cadeia de suprimentos digital (WU et al., 2006).

Dong et al. (2009) e Ngai et al. (2011) encontraram redução de custos e geração de receitas quando a TI é utilizada na cadeia de suprimentos. O melhor desempenho ocorreu pela sinergia entre fornecimento, produção e entrega, que foi possível pelo compartilhamento de informações. O melhor desempenho se deu pela maior acuracidade na previsão da demanda e, conseqüentemente, maior robustez no planejar a produção. Isto fortaleceu a integração na cadeia de suprimentos e a flexibilidade na oferta para atender a demanda.

Dong et al. (2009) indicam que as empresas precisam direcionar esforços para a implantação de SI na cadeia de suprimentos. Este sistema melhoraria o fluxo de informações e a alocação de recursos, reduzindo esforços desnecessários e tornando o suporte aos parceiros mais eficiente. Por exemplo, a redução de custo de armazenagem, gerada pela previsão de demanda mais eficaz, é fruto do compartilhamento de informações da cadeia, tornando-a mais eficiente (CHENGALUR-SMITH et al., 2012). Os concorrentes teriam dificuldade em imitar estas capacidades, dado que elas se desenvolvem ao longo do tempo e estão enraizadas nas rotinas organizacionais.

Estudos sugerem que a TI auxilia as competências centrais da firma, influenciando o desempenho da organização (WADE e HULLAND, 2004), dos recursos humanos (FINK e NEUMANN, 2009), da logística (LAI et al., 2010), da sua interação com ativos tecnológicos (NEVO et al., 2011), da sobrevivência das empresas de software (LI et al., 2010), do sucesso no comércio eletrônico (MONTEALEGRE, 2002), da vantagem competitiva (BHATT e GROVER, 2005) e do suporte às competências centrais da firma (RAY et al., 2004). Desse modo, a literatura demonstra que os recursos de TI e os SI



podem ser utilizados como suporte às competências centrais. Mais importante, são ferramentas que diferenciam operações e processos dentro da empresa e suas relações com parceiros.

OBJETIVOS

O objetivo deste artigo é responder quantos artigos, sob a abordagem da VBR, entendem as TI e os SI como recursos competitivos? Esta questão pode ser respondida apresentando resultados de uma revisão sistemática da literatura.

DESENVOLVIMENTO

A revisão sistemática da literatura agrega fatos que direcionam a pesquisa, proporcionando síntese em um determinado tema de forma metódica, explícita e replicável (TRANFIELD et al., 2003).

A revisão sistemática se mostrou como método propício para este artigo, pela possibilidade em avançar no conhecimento sobre a importância dos recursos de TI e SI sobre a estratégia das firmas. O estudo focou trabalhos cujo arcabouço teórico tenha sido a VBR.

Diferente da revisão teórica tradicional, este método pode ser replicado por outros pesquisadores, o que evita viés na análise, torna os dados mais confiáveis e as conclusões mais elaboradas (TRANFIELD et al., 2003).

As palavras-chave (information technology ou information systems e resource based view), descritas no protocolo da pesquisa, foram utilizadas para mapear os artigos publicados na base de dados do Science Direct.

O critério de busca por combinação de palavras-chave ocorreu pelo título, resumo e palavras-chave, conforme proposto por Sordi (2013). O domínio foi contido por journals relevantes para as áreas de conhecimento em Engenharias III e na Ciência da Computação. As áreas de pesquisa foram: Business, Management and Accounting; Computer Science; Engineering. Foram selecionados 251 artigos. Deste total, 13 artigos foram excluídos por estarem duplicados.

Para garantir relevância e qualidade da amostra (4º passo do Protocolo), utilizou-se como critério o Web Qualis "A1" e "A2" em "Engenharias III". Na ausência do Web Qualis, o fator de impacto da revista, também conhecido como Journal of Citation Report (JCR), foi o critério de seleção.

Foram excluídos artigos com baixo JCR ou por ter sido a única publicação no journal com a combinação das palavras-chave, no período analisado. A análise considerou um total de 35 artigos, representando 15% do universo inicial.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para Sordi (2013), a seleção de artigos publicados em journals com alto fator de impacto garante a representatividade e relevância internacional dos estudos. Por este motivo, a amostra de 35 artigos reflete um grande número de citações. A média geral da amostra foi de 7,5 citações por ano. Observa-se que mais de um terço da amostra (13 artigos)



foram muito citados, com média 2,28 vezes maior do que a média da amostra geral. A VBR é utilizada para averiguar a importância da TI e dos SI sobre o desempenho da empresa (40%), cadeia de suprimentos (14,3%), infraestrutura de TI (8,6%), e-business (5,7%), logística (5,7%) e outras áreas.

Tomando o ano de 2004 como base igual a 100, o número de publicações caiu para um terço entre 2012 e 2013. Em 2014 a queda foi ainda maior (33%). O mesmo ocorreu com o número de citações. Apenas em 2005 o número de citações foi maior do que 2004 (base). Para os anos subsequentes, a VBR foi menos citada, chegando a 4% em 2013. A Figura 1 ilustra a distribuição de citações e publicações para o período.

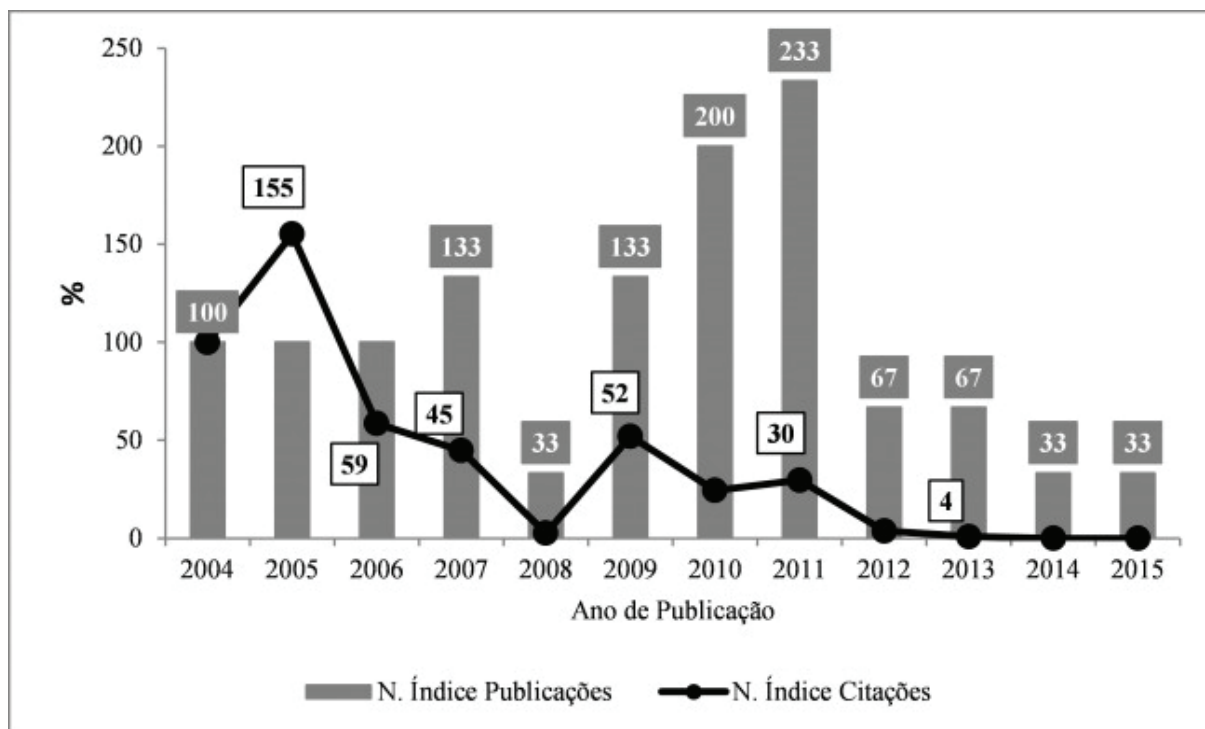


Figura 1 – Número índice da distribuição de publicações e citações

A queda nas publicações não é um fenômeno exclusivo da VBR para a TI, mas na utilização geral desta teoria (RONDA-PUPO e GUERRAS-MARTIN, 2012). Esta queda pode estar ligada às diversas críticas que a VBR enfrenta. Existe dificuldade em comprovar que determinados recursos oferecem vantagem competitiva às firmas, sobretudo, as variáveis intangíveis via modelos empíricos (HOSKISSON et al., 1999). O desafio para estudos futuros é utilizar modelos que comprovem os pressupostos da VBR.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A VBR demonstrou que a TI e os SI podem melhorar o desempenho da empresa, sobretudo, quando existe alinhamento estratégico. O desafio que se coloca para este campo de pesquisa é utilizar modelos empíricos para comprovar os pressupostos teóricos.



Um limitante deste trabalho foi pesquisar em um único banco de dados, excluindo teses, dissertações, livros especializados. Defende-se que os recursos de TI e os SI sejam pensados em um contexto mais amplo, a fim de estarem alinhados estrategicamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASLAN, B.; STEVENSON, M. e HENDRY, L. C. Enterprise Resource Planning systems: an assessment of applicability to Make-To-Order companies. *Computers in Industry*, v.1, n.63, p.692-705, 2012.

BARNEY, J. B. Firm resources and sustained competitive advantage. *Journal of Management*, v.17, n.1, p.99-120, 1991.

BHARADWAJ, A. A resource based perspective on Information Technology capability and firm performance: an empirical investigation. *MIS Quarterly*, v.24, n.1, p. 169-196, 2000.

BHATT, G.D. e GROVER, V. Types of information technology capabilities and their role in competitive advantage: an empirical study. *Journal of Management Information Systems*, v.22, n.2, p. 253-277, 2005.

BULCHAND-GIDUMAL, J. e MELIÁN-GONZÁLEZ, S. Maximizing positive influence of IT for improving organizational performance. *The Journal of Strategic Information Systems*, v.20, n.4, p.461-478, 2011.

CHENGALUR-SMITH, I.; DUCHESSI, P.; GIL-GARCIA, J. R. Information sharing and business systems leveraging in supply chains: an empirical investigation of one web-based application. *Information & Management*, v.49, n.1, p.58-67, 2012.

DONG, S.; XU, S. X. e ZHU, K. X. Information technology in supply chains: the value of IT-enabled resources under competition. *Information Systems Research*, v.20, n.1, p.18-32, 2009.

FINK, L. e NEUMANN, S. Exploring the perceived business value of the flexibility enabled by information technology infrastructure. *Information & Management*, v.46, n.2, p. 90-99, 2009.

HOSKISSON, R. E.; HITT, M. A.; WAN, W. P. e YIU, D. Theory and Research in Strategic Management: swings of a pendulum. *Journal of Management*, v.25, n.3, p.417-456, 1999.

LAI, K. e WONG, C. W. Y e CHENG, T.C.E. Bundling digitized logistics activities and its performance implications. *Industrial Marketing Management*, v.39, n.2, p.273-286, 2010.

LI, S.; SHANG, J.; e SLAUGHTER, S. A. Why do software firms fail? Capabilities, competitive actions and firm survival in software industry from 1995 to 2007. *Information Systems Research*, v.21, n.3, p.631-654, 2010.

MONTEALEGRE, R. A process model of capability development: lessons from the electronic commerce strategy at Bolsa de Valores de Guayaquil. *Organization Science: A Journal of the Institute of Management Sciences*, v.13, p.514-531, 2002.

NEVO, S. e WADE, M. Firm-level benefits of IT-enabled resources: a conceptual extension and an empirical assessment. *Journal of Strategic Information Systems*, v.20, n.1 p.403-418, 2011.



NGAI, E. W. T.; CHAU, D. C. K e CHAN, T.L.A. Information technology, operational, and management competencies for supply chain agility: findings from case studies. *The Journal of Strategic Information Systems*, v.20, n.3, p. 232-249, 2011.

PENROSE, E. T. *The theory of the growth of the firm*. New York: Wiley, 1959.

RAY, G.; BARNEY, J. B.; MUHANNA, W. D. Capabilities, business processes, and competitive advantage: choosing de dependent variable in empirical tests of the resource-based view. *Strategic Management Journal*, v.25, n.1, p.23-37, 2004.

RIVARD, S., RAYMOND, L. e VERREAULT, D. Resource-based view and competitive strategy: An integrated model of the contribution of information technology to firm performance. *Journal of Strategic Information Systems*, v.15, p.29-50, 2006.

RONDA-PUPO, G. A. e GUERRAS-MARTIN, L. A. Dynamics of the evolution of the Strategy concept 1962-2008: a co-word analysis. *Strategic Management Journal*, v.33, n.1, p.162-188, 2012.

SORDI, J. O. *Elaboração de pesquisa científica: seleção, leitura e redação*. São Paulo: Saraiva, 2013.

TARAFDAR, M. e GORDON, S. R. Understanding the influence of information systems competencies on process innovation: a resource based view. *The Journal of Strategic Information Systems*, v.16, p.353-392, 2007.

TRANFIELD, D.; DENYER, D. e SMART, P. Towards a Methodology for Developing Evidence-Informed Management Knowledge by Means of Systematic Review. *British Journal of Management*, v.14, n.3, p.207-222, 2003.

WADE, M. e HULLAND, J. The resource-based view and information systems research: review, extension, and suggestions for future research. *MIS Quarterly*, v.28, n.1, p. 107-142, 2004.

WEI, S. Y. e WANG, Q. Making sense of a market information system for superior performance: the roles of organizational responsiveness and innovation strategy. *Industrial Marketing Management*, v.40, n.2, p.267-277, 2011.

WERNERFELT, B. A resource-based view of the firm. *Strategic Management Journal*, n.5, p.171- 180, 1984.

WU, F.; YENIYURT, S.; KIM, D.; CAVUSGIL, S. T. The impact of information technology on supply chain capabilities and firm performance: a resource-based view. *Industrial Marketing Management*, v.35, n.4, p.493-504, 2006.



PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO (FCS) EM PROJETOS LEAN MANUFACTURING

Autor(es)

GUILHERME GORGULHO

Orientador(es)

CARLOS ROBERTO CAMELLO LIMA

INTRODUÇÃO

De acordo com o Project Management Institute (2013) projeto pode ser definido como um esforço temporário, com o intuito de gerar um produto, serviço, ou ainda um resultado exclusivo. A característica de ser temporária indica um início e fim definidos. Todos os projetos, sem exceção, necessitam alcançar os objetivos com o intuito de atingir o término do mesmo.

Desde o final da década de 1960 pesquisadores de gerenciamento de projetos têm como objetivo identificar quais os fatores que levam os projetos ao sucesso, e chegaram à conclusão que têm sido um desafio, pois cada projeto tem sua própria característica, mesmo sendo semelhantes. Apesar de décadas de experiência individual e coletiva sobre gerenciamento de projetos, apesar do rápido crescimento no número de membros de gerenciamento de projetos em organizações, apesar do aumento no valor do projeto de trabalho na indústria, os resultados do projeto continuam a decepcionar os interessados (KERNZER, 2001; COOKE-DAVIES, 2002 e MESKENDAHL, 2010).

Sucesso em um projeto significa que certas expectativas de um determinado participante foram solicitadas, seja o gestor da alta administração, especialista de melhoria contínua, técnicos de produção, supervisores, ou até de funcionários diretos. Entretanto, estas expectativas podem ser diferentes para cada participante (SANVIDO, V. et. al, 1990).

De modo geral, existem diferentes projetos que têm características específicas semelhantes, porém os objetivos, stakeholders, ambiente, e riscos são os fatores que determinam diversas combinações de critérios de sucesso e seus fatores (CSERHÁTI e SZABÓ, 2014).

Segundo Chan et al. (2004) a abordagem FCS foi estabelecida e popularizada nos últimos anos, entretanto a maioria dos estudos focam no triângulo de ferro, que é composto por custo, qualidade e cronograma como sendo critérios para avaliar o sucesso de um projeto.

OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é identificar os FCS de comum consenso entre os colaboradores de uma empresa automotiva para avaliar projetos de manufatura enxuta nos setores de produção. Esta abordagem se torna imprescindível para as empresas que possuem a metodologia de melhoria contínua, sendo que a maioria das empresas estão incluídas neste aspecto.



DESENVOLVIMENTO

A abordagem empreendida para este trabalho constou de dois componentes, uma revisão da literatura, discutido na seção anterior, e uma proposta de avaliação dos Fatores Críticos de Sucesso (FCS) em projetos de lean manufacturing. Posteriormente a avaliação será aplicada em um projeto piloto, com intuito de desenvolver uma auto-avaliação dos projetos lean manufacturing, e permitir a discussão e o feedback entre os stakeholders.

Com a finalidade de estruturar e desenvolver uma aplicação para avaliar os fatores de sucesso em projeto de lean manufacturing, a metodologia proposta foi dividida em quatro fases:

1. Brainstorming: com a iminente necessidade de identificar se os projetos de lean manufacturing estão estruturados de forma correta, e se possuem as respectivas sustentabilidades, o primeiro passo para desenvolver a avaliação é a realização de um brainstorming. Esta técnica pode ser definida como uma dinâmica em grupo com os stakeholders envolvidos com o intuito de explorar a criatividade dos indivíduos;
2. Fatores Críticos de Sucesso - FCS: os fatores foram definidos posteriormente ao brainstorming, com a finalidade de suportar a melhoria contínua na organização. Por meio destes fatores de sucesso, pode-se estabelecer transparências nas informações, redução de custos e desperdícios no sistema de produção;
3. Avaliação: etapa com o intuito de elaborar uma avaliação estruturada para permitir que os colaboradores, desde o nível operacional até o estratégico, possam projetar e desenvolver a cultura da melhoria contínua na organização. Essa metodologia é composta por um questionário de auto-avaliação, além dos projetos principais da unidade de produção com seus respectivos Key Performance Indicators (KPIs). Todas as informações contidas serão disponibilizadas para todos os stakeholders em um dashboard;
4. Aplicação - Projeto Piloto: esta última etapa refere-se à validação da metodologia dos Fatores Críticos de Sucesso em uma unidade produtiva. Os Fatores Críticos de Sucesso foram desenvolvidos com a finalidade de tornar a melhoria contínua mais robusta, trazendo como benefícios um maior planejamento e controle dos processos de forma eficiente.

MANUFATURA ENXUTA (A1)

A metodologia manufatura enxuta é denominada “A1” na empresa abordada, sendo baseada, em um programa de qualidade consistente entre os colaboradores, além de realizações de kaizens, com intuito de eliminar custos do processo. Para o cliente da empresa ficar satisfeito em relação à qualidade, custo e entregas a metodologia A1 prega uma mescla de quatro componentes: comprometimento dos colaboradores; eliminação de desperdícios; processos sem falhas e sincronismo com o cliente.

APLICAÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

A ausência de uma metodologia para avaliar os projetos de lean manufacturing, fez com que todos os especialistas de melhoria contínua da empresa estudada, embasados na



metodologia A1, se reunissem com o intuito de definir alguns fatores de sucesso perante a seus projetos. Procurou-se estabelecer os fatores críticos de sucesso em comum acordo e aplicáveis em qualquer segmento de produção. Procurou-se também constituir os fatores de sucesso de maneira que possam ser aplicados em qualquer projeto. Os fatores de sucesso foram divididos em oito fatores, sendo eles: disposição para mudar, visão do processo, organização A1, planejamento de workshops, ferramentas e métodos, qualificação, comunicação e indicadores. Estes fatores de sucesso têm como finalidade suportar a produção, assim como, os objetivos da metodologia A1. A implementação dos oito fatores críticos de sucesso servirão futuramente como base para realizar a avaliação dos FCS que serão discutidos posteriormente.

PROPOSTA DE AVALIAÇÃO

A proposta de avaliação pode ser denominada como review, e foi desenvolvido com a finalidade de permitir que funcionários, desde o nível operacional até o estratégico, possam de forma independente projetar e desenvolver a cultura de melhora contínua na organização, além de representar a metodologia A1. Esta avaliação é aplicada nos processos internos abrangendo projetos das áreas indiretas e da área de suporte (diretos) com a finalidade de identificar o potencial e sugerir novas ideias e recomendações para as atividades. Porém, as atividades devem ser seguidas de um plano robusto de aplicação, a fim de verificar e documentar a sustentabilidade das atividades. A sistemática por trás deste review é baseada nos oito fatores de sucesso listados anteriormente, sendo que cada fator avaliado é avaliado em relação a procedimentos e sucesso a longo prazo de acordo com três estágios de maturidade (baixo, médio e bom). No momento do review a participação dos colaboradores abrange tanto chefia e supervisão, especialista de melhoria contínua da unidade de produção, como outros colaboradores que o avaliador julgar necessário. O avaliador é caracterizado por um colaborador de caráter externo que tem como objetivo elaborar, preparar e conduzir a revisão. Porém, os colaboradores designados a serem avaliadores externos necessitam possuir treinamento sobre a metodologia, pois são responsáveis por conduzir a revisão de toda as unidades de produção da fábrica. A periodicidade de avaliação dos fatores de sucesso nas áreas produtivas é de uma vez por ano, este tempo é ideal para o segmento se preparar para o próximo review e poder realizar as ações (lições aprendidas), que foram designadas na última avaliação. A metodologia A1 review pode ser considerada como uma autoavaliação, que permite a discussão entre os stakeholders sobre os fatores de sucesso, com o propósito de avaliar os possíveis e eventuais feedbacks. As ações e prioridades que ocorrerem no desenvolvimento do review são definidas e discutidas em comum consenso com todo o grupo, porém a elaboração e condução do review são feitas somente por pessoas qualificada e habilitadas. A análise da cadeia de valor incluindo a entrada e saída de materiais (sistema logístico), com intuito de representar e respeitar a transferência do fluxo de material é o primeiro passo para o desenvolvimento desta metodologia. Duas semanas antes de ser realizado o A1 review, o setor de melhoria central (A1) é designado a indicar um responsável para realizar a condução da avaliação. O especialista em melhoria contínua do segmento a ser avaliado deve preparar os seguintes mate-



riais: informar as informações principais do setor, preencher com o chefe de produção ou outras pessoas que julgar necessário o questionário de auto avaliação, indicadores atuais do segmento, além do mapeamento da cadeia de valor atual (VSM) e ideal (VSA). Concluída a avaliação das perguntas de qualquer bloco, os valores das mesmas são utilizados para se calcular a média de cada FCS a fim de se determinar o valor médio de todos fator de sucesso. Os fatores de sucesso são classificados, por meio de três estágio de maturidade diferentes: a) baixo: $0 < \text{Média FCS} \leq 1,66$ b) médio: $1,66 < \text{Média FCS} \leq 3,33$; c) Bom: Médica FCS $> 3,33$.

A segunda parte da avaliação é dedicada exclusivamente entre os oito fatores críticos de sucesso em projetos lean manufacturing definidos anteriormente, levando em consideração o estágio de maturidade. Novamente na segunda parte do review os gráficos de barras horizontais são introduzidos, divididos nos FCS definidos anteriormente, sendo a base de dados destas barras a pontuação referente ao questionário aplicado na fase de pré-avaliação. Esta fase do review se torna importante, pois verifica-se em que fator de sucesso o segmento necessita de um plano de reação robusto.

O início da realização do review é caracterizado pela de um plant tour no chão de fábrica, com o intuito de verificar a cadeia de valor para se ter uma impressão do funcionamento do segmento a ser analisado. Sendo a pessoa responsável por conduzir o review, posteriormente à visita na fábrica, deve-se apresentar aos stakeholders a agenda do review, e também os projetos que estão sendo desenvolvidos com o intuito de avaliar os mesmos. Outra característica do review é de ser um workshop aberto a discussões relacionados ao tema, assim com um feedback ao final. No fechamento do review, as prioridades e os próximos passos deverão ser definidos juntamente com os gestores do segmento, com o propósito de ser elaborar um plano com prazos e responsáveis. A sustentabilidade deve ser realizada pela mesma pessoa que conduziu o review.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Posteriormente ao desenvolvimento de um sistema estruturado para avaliação de projetos de lean manufacturing, partiu-se para aplicação em um projeto piloto. Em um primeiro momento a pessoal responsável por conduzir o review, juntamente com os colaboradores do segmento responderam o questionário proposto. De acordo com o questionário respondido, os oito fatores críticos de sucesso tiveram seus fatores contidos nos três estágios de maturidade variando entre 1,3 e 3 de média. Dentre os Fatores Críticos de Sucesso pode-se citar que o Planejamento de Workshops; Organização e Disposição para Mudar são classificados como os melhores fatores do segmento analisado. Workshops são realizados regularmente com o intuito de eliminar desperdícios (projeto de setup, manutenção, qualidade bem definidos). A organização também é outro fato positivo, pois a cultura que a alta administração criou ao longo dos anos surge resultados, como, por exemplo, equipes de trabalho definidas por turno e as obrigações dos colaboradores claramente definidas. E os colaboradores do segmento estão sempre dispostos a mudar o pensamento sobre determinadas situações e eventos, utilizando o pensamento “fora da caixa” com o propósito de procurar possíveis alternativas de trabalho e novas ferramentas. Em compensação entre os piores fatores, e que necessitam ser intensificados ao longo do próximo review são: Comunicação e Ferramentas e Métodos. A comunicação



no segmento analisado deixa a desejar principalmente nas atividades de shopfloor management, na qual os prazos das ações não são obedecidos, e também, as informações não são repassadas entre os colaboradores. A troca de turno entre os líderes de produção é um fator que necessita ser intensificado, pois informações sobre processo, máquina e qualidade são deixados de ser informados causando uma demora na tomada de decisão. Já o fator de sucesso denominado ferramentas e métodos, obteve-se o segundo pior fator devido ao número de funcionários e equipes em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão de projetos de lean manufacturing mostra que devido à concorrência no mercado competitivo atual, os projetos devem estar nas restrições de orçamento, cronograma e qualidade sendo essencial para o sucesso do projeto. Em contrapartida, a avaliação destes projetos metodologia desenvolvida neste presente trabalho tem como objetivo elaborar e mapear os Fatores Críticos de Sucesso com intenção de avaliar qual precisa ser melhorado.

Esta avaliação se torna uma metodologia que pode ser altamente utilizada em qualquer tipo de organização industrial, que se tenha as ferramentas do lean difundidas em sua cultura. As informações contidas no dashboard do resultado final da avaliação fornecem aos stakeholders uma visão geral do setor que foi avaliado abrangendo todas as áreas diretas, e também de suporte. A definição dos Fatores Críticos de Sucesso (FCS), assim como o questionário que foi elaborado neste trabalho, foram desenvolvidos por uma equipe de colaboradores que têm o lean thinking como cultura na rotina diária da organização. É imprescindível que as organizações tenham setores denominados como melhoria contínua, por exemplo o programa A1 difundido neste trabalho para solucionar problemas recorrentes da produção, com intuito de eliminar quaisquer tipos de desperdícios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COOKE-DAVIES, T. The “real” success factors on projects. *International Journal of Project Management*. p. 185–190. 2002.
- CSERHÁTI, G.; SZABÓ, L. The relationship between success criteria and success factors in organizational event projects. *International Journal of Project Management*. p. 613–624. 2014.
- KERZNER, H. *Project Management. Systems Approach to Planning, Scheduling and Controlling*. 7. ed. Canada: John Wiley & Sons Inc. 2001.
- MESKENDAHL, S. The influence of business strategy on project portfolio management and its success – A conceptual framework. *International Journal of Project Management*. p. 807–817. 2010.
- PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. *Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos: guia PMBOK*. 4. ed. 2013.
- SANVIDO; V. E. et al. Critical success factors for construction projects. *Journal of Construction Engineering and Management*. p. 94-111. 1982.



IMPORTÂNCIA, FREQUÊNCIA E INTENSIDADE DE ATIVIDADES OFERECIDAS POR PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM INSTITUIÇÕES INFANTIS

Autor(es)

VITOR ANTONIO CERIGNONI COELHO

Orientador(es)

RUTE ESTANISLAVA TOLOCKA

INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB estabelece em seu artigo 29 que a Educação Infantil “tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança” (BRASIL, 1996).

Após a LDB definir que uma das metas da Educação Infantil seria promover o desenvolvimento integral das crianças, vários outros documentos ligados a esta etapa da Educação Básica passaram a valorizar este objetivo, como os Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil (BRASIL, 1998) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010). Estes documentos consideram a criança como um “ser completo, total e indivisível”, incentivam os professores e demais profissionais que atuam nestas instituições a realizar atividades para desenvolver e estimular os diferentes aspectos cognitivos, motores, afetivos e sociais das crianças. Entretanto pensar a Educação Infantil conforme previsto na LDB e nestes documentos ainda esta distante da realidade encontrada e observada nas creches e pré-escolas brasileiras, conforme os dados observados pelo Relatório Final intitulado “Educação Infantil no Brasil: avaliação qualitativa e quantitativa” solicitado pelo Ministério da Educação organizado por Campos et al. (2010) com o objetivo de avaliar a qualidade das instituições de Educação Infantil nas seis regiões brasileiras, entre elas, creches e pré-escolas. Este relatório apresenta um estudo realizado em 150 estabelecimentos de ensino infantil que utilizou duas escalas de pontuação com indicadores de qualidade (inadequado, básico, bom e excelente), os pesquisadores identificaram que a maioria das creches apresentam níveis inadequados de qualidade e as pré-escolas níveis básicos de qualidade, os maiores problemas encontrados foram nas atividades realizadas com crianças, seguido dos cuidados pessoais e estrutura dos programas educacionais. O relatório recomenda com urgência políticas públicas que melhorem a qualidade das instituições infantis oferecendo melhores condições de infraestrutura, orientação e formação continuada e melhorias nas oportunidades de aprendizagem oferecidas as crianças. Após este relatório final, realizado em 2010, outros estudos sobre a qualidade da Educação Infantil Brasileira foram publicados, como as pesquisas de Kagan (2011) e Campos et al. (2011) que ao utilizarem os dados do relatório, discutiram o impacto negativo destes dados no desenvolvimento integral das crianças a longo prazo e recomendaram mudanças na Educação Infantil brasileira como: programar as atividades respeitando o ser criança, capacitar os profissionais



quanto a conhecimentos sobre a infância e modificar as práticas pedagógicas. Outro aspecto apontado pelo relatório é que dentre as atividades que deveriam ser oferecidas e realizadas com as crianças da Educação Infantil, aquelas referentes as possibilidades de movimento e atividade física foram as que apresentaram os menores índices de ocorrência em relação às outras atividades avaliadas (CAMPOS et al. 2010). Para o autor uma das maiores dificuldades na Educação Infantil esta nas atividades planejadas, propostas e realizadas pelos profissionais podendo prejudicar o desenvolvimento infantil.

OBJETIVOS

Verificar a importância, frequência e intensidade de atividades oferecidas por profissionais que atuam em instituições infantis. E discutir a relevância dada pelos profissionais as atividades físicas realizadas com as crianças nestas instituições.

DESENVOLVIMENTO

Este estudo se caracteriza como pesquisa de campo, realizada com 22 profissionais que atuam com crianças entre 4 e 5 anos de idade da cidade de Palmas, capital do Estado do Tocantins.

Os profissionais foram convidados a participar de um evento em parceria com o município de Palmas e durante sua realização foram convidados aleatoriamente a responderem ao questionário, posteriormente retornavam ao evento e continuavam participando do mesmo.

O questionário era composto de duas partes uma referente ao perfil profissional e outra parte com 15 atividades, na qual para cada atividade o profissional deveria indicar a importância em uma escala de 6 possibilidades (0 = Prejudicial; 1 = Não é desejável; 2 = Não é importante; 3 = Importante; 4 = Muito importante; 5 = Essencial), a frequência em uma escala de 5 possibilidades (1 = Nunca; 2 = Menos de uma vez na semana; 3 = Uma vez na semana; 4 = Poucas vezes por semana e 5 = Todo dia) e por último a intensidade com uma escala de 3 possibilidades (1 = pouco; 2 = desejável; 3 = muito). Foi realizado o Teste de Consistência de Alfa de Crombach que apontou que o questionário é confiável.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa - CEP de uma Universidade com o parecer 70/2014. Os participantes do estudo deram seu consentimento livre esclarecido por escrito.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com relação ao perfil profissional verificou-se que 82% dos participantes eram do sexo feminino e apenas 8% do sexo masculino, a média de idade dos profissionais é de 37,5 anos e tempo médio de atuação na educação básica é de 8 anos. Entre os profissionais dez (9) apresentam pós-graduação, cinco (5) pedagogia, três (3) possuem outra graduação, outros três (3) segundo grau e dois (2) possuem mestrado. Referente ao nível de importância, frequência e intensidade de cada uma das 15



atividades sendo Q6 “prática de cálculos e leitura”; Q7 “andar de bicicleta e equipamentos com rodas, tais como skate, patins, patinete”; Q8 “pintar e fazer trabalhos manuais”; Q9 “jogos com bolas”; Q10 “resolver problemas”; Q11 “brincar no parque”; Q12 “conversar com amigos”; Q13 “jogos interativos e computadorizados”; Q14 “atividades com equipamentos eletrônicos, tais como vídeo games, tablet, celulares”; Q15 “participação em jogos com movimento e com amigos”; Q16 “nadar e brincar na água”; Q17 “assistir TV”; Q18 “participação em aulas de Educação Física”; Q19 “tomar banho”; Q20 “brincar livremente de lutas, dança e esporte”. Observa-se que em relação a importância das 15 atividades 11 foram consideradas essenciais para maioria (50% ou mais) dos profissionais sendo Q6, Q8, Q9, Q10, Q11, Q12, Q15, Q16, Q18, Q19, Q20. As outras atividades Q7, Q13, Q14, Q17 foram consideradas, pela maioria, como importantes. Teoricamente uma atividade considerada essencial para a criança deve ocorrer ou ser oferecida mais vezes no espaço das instituições infantis, porém no que se refere a frequência dos acontecimentos das atividades ditas essenciais apenas as Q6, Q8, Q12, Q19 são oferecidas diariamente. Estas atividades de leitura, escrita, pintura, trabalhos manuais e tomar banho são atividades que retratam o modelo atual da Educação Infantil brasileira dada a ênfase em atividades escolarizantes e de cunho assistencial conforme apontados por Tolocka et al. (2009) e Faria et al. (2010). As atividades de movimentação corporal como Q7 “andar de bicicleta e equipamentos com rodas, tais como skate, patins, patinete”; Q9 “jogos com bolas”; Q11 “brincar no parque”; Q15 “participação em jogos com movimento e com amigos”; Q16 “nadar e brincar na água” Q18 “participação em aulas de Educação Física” e Q20 “brincar livremente de lutas, dança e esporte”. Embora elas tenham sido incluídas como essenciais pela maioria a frequência que ocorrem nas instituições é nunca ou poucas vezes. E a sua intensidade foi considerada pela maioria como desejável. Isto implica pensar que nem sempre algo importante é efetivamente incorporado as ações práticas dos profissionais. Estudos como de Iza e Mello (2009) e Andrade Filho (2013) criticam sobre a falta de tempo e espaço destinados nas instituições infantis para as atividades físicas e práticas motoras nos ambientes da Educação Infantil fato este que corrobora com a avaliação feita por Campos et al. (2010) no relatório final de qualidade da Educação Infantil. Associado a esta falta de movimento na infância as pesquisas alertam para o sedentarismo infantil e doenças relacionadas como obesidade, problemas de crescimento, doenças cardíacas, respiratórias e desordem motoras (SIMON et al. 2009; KOHL et al. 2012). As atividades de Q7 “andar de bicicleta e equipamentos com rodas, tais como skate, patins, patinete” e Q16 “nadar e brincar na água” nunca acontecem para 70% dos profissionais. No entanto ao verificar a intensidade os profissionais dizem que andar de bicicleta ocorre dentro de um nível desejável, já nadar é pouco realizada. As habilidades motoras de locomoção de nadar e pedalar são consideradas fundamentais para o desenvolvimento motor infantil conforme Xavier Filho e Manoel (2002), mas pobre são as possibilidades e o incentivo para este tipo de prática nas instituições escolares, principalmente no ensino infantil. Estas atividades demandam equipamentos próprios e específicos que podem oferecer possíveis restrições no interior das escolas. Sobre as atividades relativas a computadores, jogos interativos, uso de celula-



res e tablets os profissionais dizem nunca realizar, no entanto a TV aparece como uma atividade mais frequente cinco profissionais dizem assistir todo dia, 7 dizem assistir alguns dias da semana e outros sete ao menos uma vez na semana. “Assistir TV” não foi considerado como uma atividade essencial, mesmo sabendo que muitos estudos criticam o tempo de permanência de crianças em frente a TV e normalmente associado a falta de atividade física, obesidade e má alimentação, seja em casa ou na escola, como Borges et al. (2007) e Rinaldi et al. (2008). Com relação a intensidade a maioria considera as atividades em nível desejável Q6, Q7, Q8, Q9, Q10, Q11, Q12, Q17, Q18, Q20, com exceção das atividades Q13, Q14, Q15, Q16 e Q19. Entretanto o que chama atenção é a atividade Q15 referente a movimentação corporal que foi considerada essencial, metade dos profissionais dizem que ela ocorre todo dia, mas a maioria entende que sua intensidade é muito, isto provoca uma reflexão contraditória, pois os estudos apontam para falta de movimentação nas instituições infantis e os profissionais que atuam nestes locais consideram que esta atividade ocorre mais vezes do que o necessário. Supõe-se que ela pode ser substituível. As ações motoras que surgem de jogos e brincadeiras com bolas e de movimentação com os colegas são diversas, as possibilidades de correr, saltar e arremessar estimulam as habilidades básicas das crianças (Barela, 2013) e rompem com a lógica escolarizante beneficiando outros aspectos do desenvolvimento, não apenas cognitivo, mas podem promover e potencializar o desenvolvimento infantil contribuindo com a socialização, criatividade, imaginação, estímulos afetivos e emocionais entre as crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se, dentre as atividades adotadas nesta pesquisa, que ainda os profissionais que atuam em instituições infantis atribuem maior concordância entre importância, frequência e intensidade a ações que promovam a escolarização e os cuidados necessários com as crianças em detrimento de atividades que estimulem o desenvolvimento integral. Embora os participantes considerem as atividades que promovem o movimento, a atividade física e as possibilidades de brincar necessárias, essenciais e importantes eles se contradizem ao expressar a frequência e a intensidade da ocorrência destas atividades no cotidiano das instituições que trabalham. Entende-se que as atividades físicas e as possibilidades de movimentação na infância são fundamentais para potencializar o desenvolvimento das crianças e são atividades naturais desta faixa etária e podem estar associadas a muitas outras atividades estimulando o desenvolvimento integral das crianças, acredita-se que ainda são necessárias pesquisas que relacionem estas atividades com as possibilidades de promoção do desenvolvimento infantil e estudos que possam compreender que atividades as crianças fazem não só no ambiente escolar, mas fora dele também.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE FILHO, N. F. Observação compreensivo-crítica das experiências de movimento corporal das crianças na educação infantil. Revista Movimento, Porto Alegre, v. 19, n. 01, p. 55-71, 2013.



- BARELA, J. A. Fundamental motor skill proficiency is necessary for children's motor activity inclusion. *Motriz: Revista de Educação Física*, v. 19, p. 548-551, 2013.
- BORGES, C. R. et al. Influência da televisão na prevalência de obesidade infantil em Ponta grossa, Paraná. *Cienc Cuid Saude*. V.6, n(3), p.305-311, 2007.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 10 mar 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura. Secretaria de Educação Básica. Referencial curricular nacional para a educação infantil. 1998. Brasília. v.1. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 10 jun 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. 2010. Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=9769&Itemid Acesso em: 20 abr 2013.
- CAMPOS et al. Educação Infantil no Brasil: avaliação qualitativa e quantitativa. Relatório Final. Fundação Carlos Chagas/ MEC, 2010.
- CAMPOS et al. A qualidade na Educação Infantil: Um estudo em seis capitais Brasileiras. *Cadernos de Pesquisa*, v.41, n.142, 2011.
- FARIA, M. C. M. et al. Atividades motoras cotidianas e suas influências no desenvolvimento de pré-escolares. *Revista Movimento*. v. 16, n. 1, p. 113-130, 2010.
- IZA, D.F.V.; MELLO, M.A. QUIETAS E CALADAS: as atividades de movimento com as crianças na Educação Infantil Educação. *Educação em Revista*. Belo Horizonte: v.25, n.2, p.283-302, 2009.
- KAGAN, S.L. Qualidade na educação infantil: Revisão de um estudo Brasileiro e recomendações. *Cadernos de Pesquisa*, v.41 n.142, 2011
- KOHL, H. W. et al. The pandemic of physical inactivity: global action for public health. *Lancet*, v. 380, n.9838, p. 294-305, 2012.
- RINALDI, A. E. M. et al. Contribuições das práticas alimentares e inatividade física para o excesso de peso infantil. *Revista Paulista de Pediatria*. V.26, n. 3, p.271-7, 2008.
- SIMON, V. G. N. et al. Prevalência de sobrepeso e obesidade em crianças de dois a seis anos matriculadas em escolas particulares no município de São Paulo. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*. v.19, n.2, pp. 211-218, 2009.
- TOLOCKA, R. E. et al. Como brincar pode auxiliar no desenvolvimento de crianças pré-escolares. *Licere*. v. 12, n. 1, p. 30 - 51, 2009.
- XAVIER FILHO, E. ; MANOEL, E. de J. . Desenvolvimento do comportamento motor aquático: Implicações para a pedagogia da natação. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, São Paulo, v. 10, n.2, p. 85-94, 2002.



PERCEPÇÃO DE DESCONFORTO, ATRAVÉS DO DIAGRAMA DE CORLETT, NA POSIÇÃO SENTADA DE ESCOLARES

Autor(es)

CLAUDIO NOVELLI

VALTER ROBERTO DE MORAES

RAUL MARCEL CASAGRANDE

KELMERSON HENRI BUCK

HELEISE FARIA DOS REIS DE OLIVEIRA

GUSTAVO CELESTINO MARTINS

FERNANDA TURRIONI COSTA

FABIO DA SILVA FERREIRA VIEIRA

ANDERSON EVARISTO DA SILVA

LEANDRO BORELLI DE CAMARGO

Orientador(es)

GUANIS DE BARROS VILELA JUNIOR

INTRODUÇÃO

Grieco (1986) dispôs sua atenção para as posturas fixas, ou como o autor mesmo relatam imutáveis, tendo estas se tornado cada vez mais problemática por conta dos escritórios eletrônicos e locais de trabalho, onde os movimentos são limitados ou estereotipados. Chaffin et al. (2006) relatam que já em 1980 o centro de controle de doenças recomendava uma pausa de pelo menos 15 minutos a cada duas horas trabalhadas para trabalhadores com baixa demanda de visualização de vídeo e pelo menos 10 minutos para cada hora para trabalhadores com alta demanda do mesmo serviço. Geralmente a postura da pessoa sentada depende não somente do design da cadeira, mas também do hábito de cada pessoa sentar e da tarefa a ser desempenhada. A postura sentada com rotação da pelve anteriormente é adotada quando a mesa de trabalho ou parte dela é utilizada para a realização de um trabalho, enquanto posições com rotação posterior são assumidas em cadeiras com encosto mais alto e são utilizados preferencialmente para apoio das costas. Desta forma a altura e inclinação do assento da cadeira e a posição, forma, inclinação do encosto e a presença de tipos de apoios combinados influenciam no resultado da postura. Porém não é somente importante uma boa cadeira, ela deve ser funcionalmente adaptada ao trabalhador e a tarefa que será realizada. Quando levamos em consideração a posição sentada no trabalho, mesmo pequenas mudanças nas dimensões e no espaço de trabalho, podem afetar consideravelmente a postura adotada (et al.,2006).

Estudos ao longo do tempo tem indicado um aumento de dor lombar em sujeitos que trabalham predominantemente sentados (HULT, 1954a,b; LAWRENCE, 1955; KROEMER e ROBINETTE, 1969; PARTRIDGE e ANDERSON, 1969; GRIECO, 1986; BENDIX, 1987). Muitos desses estudos mostram um aumento na sintomatologia das costas,



em sujeitos com dor nas costas quer permanecem por longos períodos na posição sentada. Outros estudos, no entanto, não tem achado nenhuma indicação de aumento do risco de dor lombar em sujeitos que trabalham predominantemente sentados (BRAUN, 1969; WESTREIN, 1973; BERGQUIST-ULLMAN e LARSSON, 1977; SVENSSON e ANDERSSON, 1983). Ainda nos estudos de Kesley (1975a,b) e Kesley e Hardy (1975) encontraram que homens que trabalham mais da metade do seu dia num carro tem três vezes mais chances de desenvolver hérnia de disco ciática, porém não foi possível estabelecer se isto deve-se à postura ou à vibração ou ainda a combinação dos dois componentes. De acordo com Bracciali e Vilarta (2000); Ainhagne e Santhiago (2009), levando em consideração que os estudantes passam um período de quatro a seis horas em escolas, torna-se importante discutir e alertar para alguns problemas encontrados nesse ambiente, sendo a maior parte deste na posição sentada. Nos estudos realizados por Ainhagne e Santhiago (2009), foi mencionado que do nascimento até os 20 anos, e principalmente dos 7 aos 14 anos são desenvolvidas as deformidades ósseas, sendo esse último um bom período para correções posturais.

OBJETIVOS

Analisar a percepção subjetiva de desconforto de um dia comum em uma escola.

DESENVOLVIMENTO

MATERIAIS E MÉTODOS: 22 sujeitos com 10 – 11 anos de idade, alunos de uma escola particular, os quais responderam um diagrama de percepção de desconforto de Corlett, para identificação dos pontos e a intensidade desse desconforto, sendo 1 para nenhum desconforto e 5 para intolerável desconforto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Não há, na literatura científica da área, qualquer outro trabalho realizado com análise de COP sentado que permita comparação com este. Assim, a discussão dos resultados se apresenta como hipóteses. A partir dos resultados percentuais de Percepção de Desconforto nas diferentes regiões do corpo, destacam-se alguns resultados que podem ser indicativos de potenciais problemas, dada a faixa etária dos sujeitos (10-11 anos), são eles: 1) 78,57% dos sujeitos relataram ter pelo menos *algum nível de desconforto*, percentual que pode ser considerado elevado. 2) A mão direita é a região onde os sujeitos relataram mais desconforto com 36,3% dos mesmos. A nuca é a segunda região do corpo mais afetada pelo desconforto, pois apresentou 22,6% (de *algum desconforto*, *moderado desconforto* e *bastante desconforto*). Entretanto, 14,28% dos sujeitos relataram sentir *bastante desconforto*, especialmente na nuca, região pélvica, mão esquerda e mão direita. 3) Felizmente, nenhum dos sujeitos relataram ter intolerável desconforto. Os resultados evidenciam a necessidade de propostas de intervenção, especialmente no ambiente escolar, por exemplo, referentes a pausas regulares, com pequenas caminhadas e exercícios de alongamento, uma vez que cerca de quatro horas na posição sentado no ambiente escolar provavelmente impacta no sentido de instigar compensações posturais.

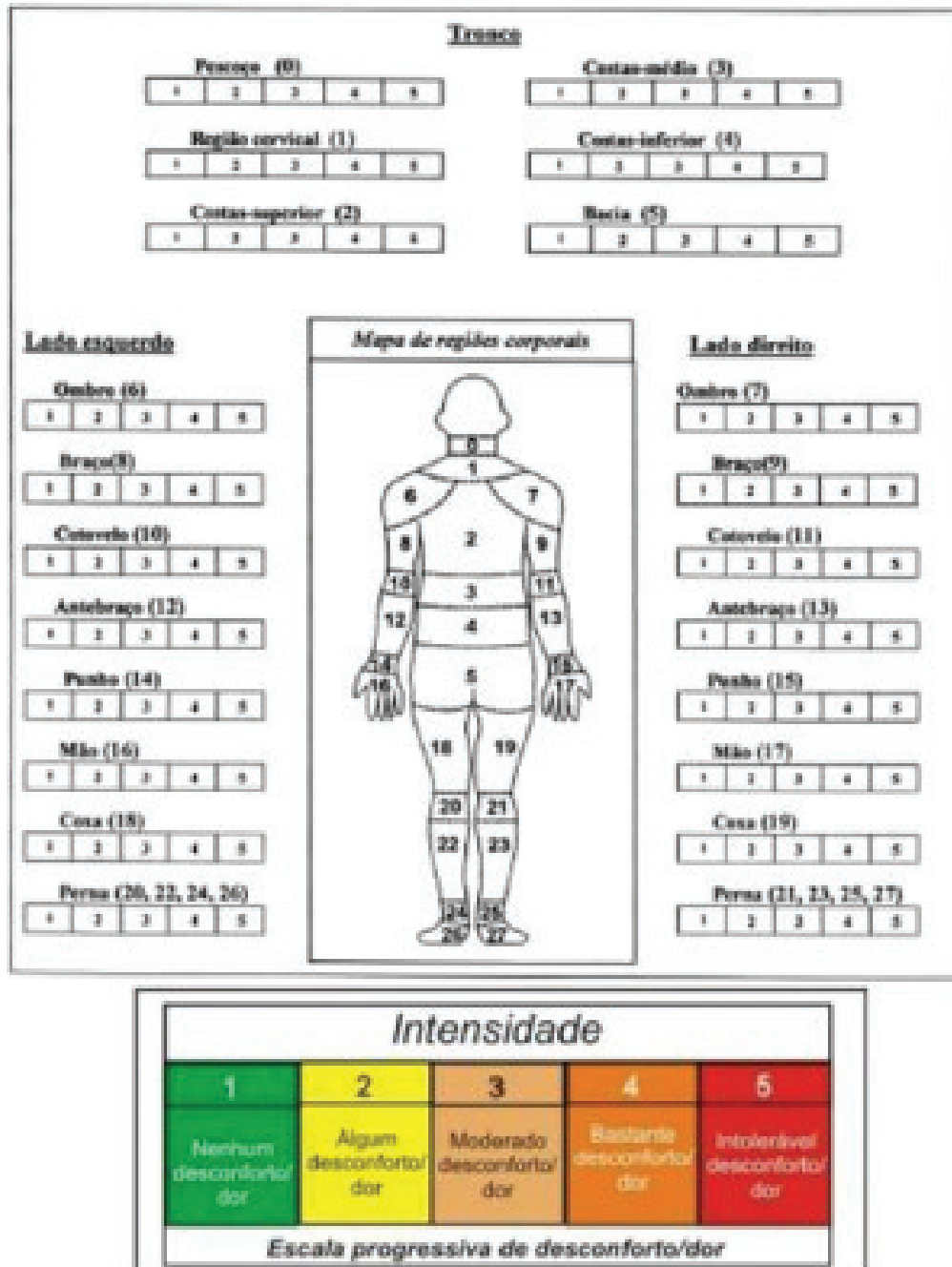


Figura 1 – Diagrama de Corlett

Fonte: <http://pt.slideshare.net/ergostore/e-corlett>



Variável	Média	Desvio Padrão
Estatura (m)	1,38	±0,05
Massa Corporal Total (kg)	34,68	±7,42
Distância do centro do banco até a borda anterior da mesa (m)	0,38	±0,01
IMC (kg/m ²)	17,87	±2,87

Tabela 1. Caracterização da amostra. Variáveis antropométricas. Os dados são apresentados como média±1desvio padrão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A variável perceptiva de desconforto utilizada trás à tona potenciais problemas que provavelmente influenciaram as estratégias adotadas pelos sujeitos na execução das tarefas e no comportamento do COP durante as mesmas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AINHAGNE, M.; SANTHIAGO, V. Cadeira e mochilas escolares no processo de desenvolvimento da má postura e possíveis deformidades em crianças de 8-11 anos, **Colloquium Vitae**, Vol. 01, nº 01, 2009.
- BENDIX, T. Adjustment of the seated workplace – with special reference to heights and inclinations of seat and table, **Laegeforeningens Forlag**, 1987.
- BERGQUIST-ULLMAN, M.; LARSSON, U.; Acute low back pain in industry. **Acta Orthop. Scand.**, 170, 1-117, 1977.
- BRACCIALLI, L. M. P.; VILARTA, R. Aspectos a serem considerados na elaboração de programas de prevenção e orientação de problemas posturais, **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, Vol.14, nº 2, jun/dez, 2000.
- BRAUN, W. Ursachen des lumbalen Bandscheiberverfalls, **Die Virbelsau in Forschung und Praxis**, 43, 1-92, 1969.
- CHAFFIN, B.; ANDERSSON, G.; MARTIN, B.J. *Occupational biomechanics*. 4 ed., New York: Wiley-Interscience, 2006.
- GRIECO, A., Sitting Posture: An old problem and a new one, **Ergonomics**, 29, 345-362, 1986



HULT, L. Cervical, Dorsal and Lumbar Spine Syndromes, **Acta Orthop. Scand.**, Suppl, 17, 1-102, 1954a.

HULT, T., The monkeyfors Investigation, **Acta Orthop. Scand.**, Suppl., 16, 1-76, 1954b.

KESLEY, J. L.; An epidemiological Study of acute herniated lumbar intervertebral discs, **Rheumatol. Rehabil.**, 14, 144-145, 1975a.

KESLEY, J. L.; An epidemiological study of the relationship between occupations and acute herniated lumbar intervertebral discs, **Int. J. Epidemiol.**, 4, 197-204, 1975b.

KESLEY, J. L.; HARDY, R.J.; Driving motors vehicles as a risk factor for acute herniated lumbar intervertebral, **Am. J. Epidemiol.**, 102, 63-73, 1975.

KROEMER, K. H. E.; ROBINETTE, J.C.; Ergonomics in the design of office furniture, **Ind. Med. Surg.**, 38, 115, 1969.

LAWRENCE, J. L.; Rheumatism in coal miners, Part III: occupational factors, **Br. J. Ind. Med.**, 12, 249-261, 1955.

PARTRIDGE, R. E.; ANDERSON, J. A.; Back pain in industrial workers, **Proceedings of the international rheumatology congress**, Czechoslovakia, 1964, abstract 284.

SVENSSON, H. O.; ANDERSSON, G. B. J.; Low back pain in 40-47 year old man: work history and work environment factors, **Spine**, 8, 272-276, 1983.

WESTREIN, C. G.; Low back sick-listing: a nosological and medical insurance investigation, **Scand. J. Soc. Med.**, Suppl. 7, 1-116, 1973.



CONTRIBUIÇÕES DO MARKETING PARA UNIDADES DE INFORMAÇÃO

Autor(es)

FABIO FERREIRA COELHO BRAGANCA

Orientador(es)

ROSANA BORGES ZACARRIA

INTRODUÇÃO

Devido às constantes mudanças na economia mundial, as organizações têm buscado alternativas criativas e inovadoras para se posicionarem no mercado de maneira eficiente, competitiva, gerando valor e com menor impacto sobre o meio ambiente. Através da combinação de estratégias de marketing as organizações podem aprimorar diversas dimensões da gestão: aperfeiçoar processos, melhorar as formas de relacionamento com seus stakeholders, planejar produtos e serviços mais eficientes e agregar valor à imagem da empresa.

A referência ao marketing está normalmente associada ao conjunto de atividades que se destinam a otimizar o lucro da empresa, assegurando a sua sobrevivência e expansão. Apesar dessa associação comercial e empresarial, o marketing também tem uma importante vertente não lucrativa, sendo progressivamente adotado nas instituições públicas como uma ferramenta para gerir e aperfeiçoar os serviços, produtos ou colaborando para o posicionamento da imagem da instituição.

Se qualquer empresa pode servir-se do marketing para a sua sobrevivência e competitividade, a mesma realidade se aplica às instituições e organizações sem fins lucrativos. Neste contexto estão as unidades de informação: arquivos, centros de documentação, memoriais, museus, bibliotecas e as demais unidades de serviço de documentação.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento deste artigo, foi realizada a técnica de pesquisa bibliográfica sobre marketing, criatividade e inovação aplicado à gestão de unidades de informação, principalmente em arquivos. Para Marconi e Lakatos (2002), a pesquisa bibliográfica envolve o levantamento, localização, obtenção e cadastramento das fontes bibliográficas. Assim, pode-se verificar a produção científica recente sobre o tema, os principais pesquisadores e os conceitos utilizados.

A pesquisa bibliográfica na base de periódicos da Capes identificou artigos importantes para o objeto de estudo, bem como autores de referência nas áreas de marketing, estratégia e gestão de unidades de informação.

Com base nos artigos arrolados na pesquisa bibliográfica, buscou-se relacionar os conceitos de marketing à área de gestão de unidades de informação, com o objetivo trazer as contribuições para a gestão de unidades de informação.

A principal contribuição do trabalho é oferecer às unidades de informação práticas e estratégias de marketing para a gestão de: arquivos, bibliotecas, museus, memoriais, centros de documentação.



OBJETIVOS

Após definição conceitual de marketing pergunta que se pretende responder neste trabalho é: Quais as práticas e estratégias de marketing podem ser adotadas e desenvolvidas em unidades de informação?

DESENVOLVIMENTO

MARKETING EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO

Várias definições são encontradas na literatura para o termo marketing, nas mais diversas áreas do conhecimento, e seu significado evoluiu muito ao longo dos tempos.

Para Richers (1994), marketing são as atividades sistemáticas de uma organização humana, voltadas para a busca de realização de trocas com seu ambiente visando benefícios específicos. A partir do conhecimento e do estudo das motivações que levam ao consumo, as organizações procuram produzir bens e serviços que atendam ao chamado público alvo. Assim, por meio do marketing, tais organizações conquistam e fidelizam seus clientes.

Segundo Kotler e Andreasen (1996), o marketing é uma atividade que identifica as necessidades e desejos dos clientes de uma organização, determina qual o seu melhor alvo de mercado e os produtos, serviços e programas apropriados para servir esse mesmo mercado. Ou seja, qualquer organização que atue no mercado deve estar atenta às necessidades dos seus utilizadores reais e dos seus utilizadores potenciais, ajustando-se a si e aos seus produtos em função dessas necessidades de modo a assegurar a sua satisfação.

O marketing, de acordo com Limeira (2003), cria continuamente valor para o cliente e gera vantagem competitiva duradoura para a empresa, por meio da gestão estratégica das variáveis: produto, preço, promoção e praça.

Apesar da associação mercadológica, o marketing abrange organizações não comerciais. As instituições públicas podem desenvolver suas atividades oferecendo serviços à população podem utilizar-se das ferramentas de marketing na gestão de suas atividades, na comunicação e no relacionamento com seus públicos. O lucro, a rigor, não é comercial mas em posicionamento de imagem.

Toda organização está inserida em um ambiente e estabelece relações de troca para a obtenção de recursos e para transformá-los em produtos ou serviços e distribuí-los de forma a atender seus mercados alvo. O objetivo é sempre a satisfação das necessidades dos clientes e a gestão eficiente dos recursos disponíveis (SOUZA, 1993). Assim, o marketing atua como estratégia de gestão.

O sentido de “lucro” para o arquivo público é diferente do significado para uma empresa. O arquivo público deve realizar uma gestão financeira eficiente para dar conta do funcionamento da instituição. Não faz parte das atividades da instituição a realização de transações comerciais com objetivo de lucro financeiro. O lucro, no caso de uma unidade de informação, é o resultado de suas atividades que geraram benefícios para a instituição, seja na ampliação no rol de suas atividades, no aumento de atendimento



e diversificação de seu público, no sucesso dos serviços e produtos disponibilizados e nas relações estabelecidas com seu público de interesse.

O marketing, no caso das instituições públicas, cujo lucro financeiro não faz parte de seus objetivos, implica numa atitude ou filosofia de gestão que tem sua devida consideração na satisfação das necessidades e desejos dos utilizadores do serviço. O marketing pode, pois, ajudar no relacionamento entre o arquivo e o seu mercado, constituído tanto pelos utilizadores reais como pelos utilizadores potenciais, pois as suas técnicas destinam-se a detectar (reconhecendo ou antecipando) as necessidades ou desejos dos utilizadores, contribuindo para a sua satisfação através da criação e da oferta no mercado de um produto ou serviço certo, no momento certo, no local certo e ao preço certo (nos poucos casos em que este último elemento é aplicável no âmbito dos arquivos públicos), e usando os meios de comunicação adequados. (PINTO e BARRULAS, 2004).

A utilização da Comunicação Integrada de Marketing (CIM) como estratégia contribui para a cultura de acesso à informação, posiciona os utilizadores (reais e os potenciais) sobre a existência do próprio arquivo e dos serviços oferecidos, o que contribui para a formação e fidelização de público.

As unidades de informação possuem um mercado próprio. Tal como qualquer outra organização, lucrativa ou não lucrativa, têm necessidades de aprimorar técnicas, processos, produtos, serviços e o relacionamento com o seu público. É notável como os componentes de marketing podem auxiliar os arquivos na gestão de suas atividades. No entanto, é preciso que o gestor do arquivo conheça o marketing e saiba fazer uso de suas ferramentas e estratégias.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A produção acadêmica que se propõe a abordar os conceitos de marketing em unidades de informação ainda é muito pequena no Brasil. Em periódicos acadêmicos internacionais percebem-se que a produção é mais consistente, com abordagens mais aprofundadas sobre o papel do marketing e suas estratégias empregadas na gestão da informação. Para que o marketing e suas ferramentas sejam bem utilizadas é fundamental que o profissional de arquivo entenda o seu papel como gestor de informação estratégica. Se o profissional de arquivo deseja marcar presença na política geral do órgão ou da empresa a que se serve, deve ser capaz não só de reproduzir conhecimentos profissionais técnicos, mas também de pensar em termos de empresa. Precisa aproximar-se das técnicas de gerenciamento, da psicologia, da informática, da gestão financeira, das ferramentas do marketing etc. (CARUCCI apud BELLOTTO, 2006).

Os arquivos públicos existem com a função precípua de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originados na área governamental, transferindo-lhes informações de modo a servir à administração, ao cidadão e à história. E, assim como as bibliotecas, os museus e os centros de documentação, têm por finalidade difundir informação. Disponibilizar a informação e democratizar o acesso a ela é uma meta que deve ser buscada por todas as unidades de arquivo as quais devem ter no usuário um de seus principais focos de atenção. O sucesso de um órgão de informação depende,



em grande parte, do conhecimento que ele possui das necessidades de informação dos indivíduos que se utilizam dos serviços oferecidos.

Numa política de gestão integrada de documentos e arquivos, necessária para uma administração eficiente, o profissional de arquivos deve-se utilizar de recursos, práticas e estratégias de gestão, promovendo a inovação nas diversas etapas.

O Arquivo Nacional e o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), através de legislação e normativas, disponibiliza orientações técnicas que auxiliam o profissional e as instituições arquivísticas na adoção de políticas de gestão e acesso à informação que servem de base para o aprimoramento da gestão de unidades de informação. O Arquivo do Estado de São Paulo, listou 11 benefícios da gestão documental eficiente:

- 1 - Agilizar e garantir o acesso pleno aos arquivos e às informações;
- 2 - Assegurar o pleno exercício da cidadania;
- 3 - Promover a transparência das ações administrativas;
- 4 - Garantir a eficiência no planejamento, execução, controle e avaliação das ações governamentais;
- 5 - Agilizar o processo de tomada de decisões;
- 6 - Controlar o fluxo de documentos e a organização dos arquivos;
- 7 - Racionalizar a produção de documentos;
- 8 - Normalizar os procedimentos para avaliação, transferência, recolhimento, guarda e eliminação de documentos;
- 9 - Agilizar a recuperação dos documentos e das informações;
- 10 - Assegurar a eliminação criteriosa dos documentos desprovidos de valor
- 11 - Preservar o patrimônio documental considerado de guarda permanente;

A atividade técnica de tratamento documental é necessária e o papel do profissional de arquivo neste nível de trabalho já está consolidado. Há a necessidade de desenvolver competências para a gestão documental com foco numa administração moderna e eficaz, que dê conta de toda cadeia documental, acompanhando o ciclo de vida dos documentos, promovendo a sua eliminação segura ou a sua guarda em arquivo permanente, mas também promover a inovação nos processos, no uso e no acesso à informação, com produtos e serviços que atendam às necessidades de seus usuários. Ou seja, o profissional de arquivo deve equilibrar competência técnica e visão estratégica de negócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Soluções práticas de gestão e estratégia de marketing podem ser aplicadas em unidades de informação em várias dimensões: na busca de novas práticas profissionais, no aprimoramento das técnicas e processos, na melhoria da estrutura física e organizacional, no investimento em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias da informação, nas estratégias de marketing voltada para produtos, serviços e relacionamento com seu público, influenciando no reposicionamento da imagem da instituição.



Trazer não só as concepções da área administrativa, como implementar práticas e estratégias de gestão em unidades de informação, em especial nos arquivos, é um desafio. Muitos estudos precisam ser engendrados para maior aprofundamento no tema, não só no campo da transposição de conceitos, mas com estudos de caso sobre a implementação das estratégias e ferramentas de marketing e seus resultados em unidades de informação. Mesmo com limitações, no que se refere a escassez de estudos de caso, considera-se este trabalho uma tentativa inicial de explorar o marketing em unidades de informação, apresentando reflexões importantes sobre a temática com apontamentos e sugestões para novos estudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jobson Santos de; SILVA, Helane Albuquerque da; FREIRE, Gustavo Araújo de. Marketing arquivístico: uma análise curricular do curso de graduação em arquivologia da Universidade Federal da Paraíba. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 7, n. 2, 2010.

AMARAL, S. A. Marketing da Informação: entre a promoção e a comunicação integrada de marketing. Informação e Sociedade: estudos, João Pessoa, v. 18, n. 1, p. 31-44, jan./abr. 2008.

AMARAL, S. A. Marketing em Unidades de Informação: o desafio da sociedade da informação. Brasília, DF: [s.n.], 2003. Disponível em: . Acesso em: 21 nov. 2014.

AMARAL, S. A. O profissional da informação e as técnicas de marketing. Brasília, DF: [s.n.], 2002. Disponível em: . Acesso em: 21 nov. 2014.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Manual do I Encontro com Câmaras Parceiras. APESP. 21 de agosto de 2013.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. 4. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 227.

HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

KOTLER, P. Marketing para organizações que não visam lucro. São Paulo: Atlas, 1978.

KOTLER, P; ANDREASEN, A.R. Strategic marketing for nonprofit organization. 5Th Ed. New Jersey: Prentice Hall, 1996.

LIMEIRA, Tânia M. V. Fundamentos de marketing. In Dias, S. R. (ORG) Gestão de Marketing. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Juscelândia Nascimento; CÂNDIDO, Gesivaldo Ataíde. Características e Práticas Gerenciais de Empresas Inovadoras: Um Estudo de Caso numa Empresa do Setor Têxtil do Estado da Paraíba. XXV Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica. Brasília (DF). 22-24 de outubro de 2008. ANPAD.



RICHERS, R. O que é marketing. 15 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos, 27).

PINTO, Maria Leonor; BARRULAS, Maria Joaquina. A disciplina de marketing e a prática do bibliotecário: estudo de caso em bibliotecas da RBNB. In: Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. 2004. Portugal.

SILVA, Antonio Felipe Galvão da. Marketing em unidades de informação: revisão crítica. Revista de Biblioteconomia de Brasília, v. 2324, n. 1, 1999.

SOUZA, T. Uma estratégia de marketing para cooperativas de artesanato: o caso do Rio Grande do Norte. Revista de Administração de Empresas, v. 33, n.1, p.30-38, 1993. Disponível em: . Acesso em: 21 nov. 2014.



A PESQUISA-AÇÃO-PARTICIPATIVA: UMA ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES DA REVISTA “PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL”

Autor(es)

AUREA CRISTINA BASTOS DA COSTA PEREIRA

Orientador(es)

MARIA GUIOMAR CARNEIRO TOMMASIELLO

INTRODUÇÃO

São várias as metodologias a serem aplicadas em pesquisas de educação ambiental, que variam de acordo com os objetivos, características dos projetos e também em função das concepções de educação ambiental, assumidas pelo pesquisador.

Estas podem ser, de acordo com Tozoni-Reis (2008): i) disciplinatória; ii) ingênua-imobilista; iii) conteudista-racionalista; iv) crítica-transformadora.

Contudo, no caso de uma concepção de pesquisa crítica-transformadora, a pesquisa-ação-participativa (para enfatizar o caráter participativo) tem sido apresentada por especialistas (TOZONI-REIS, 2006; TOLEDO e JACOBI, 2013) como uma metodologia bastante pertinente na investigação de fenômenos socioambientais, uma vez que apresenta coerência entre os métodos de investigação de âmbito educativo e os propósitos da educação ambiental, ou seja, o ato investigativo está comprometido, profundamente, com o ato educativo crítico, transformador e emancipatório.

Em pesquisas de revisão bibliográfica de trabalhos apresentados na ANPED Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação e na ANPPAS Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade a pesquisa-ação e as pesquisas participantes tanto foram temas de pesquisa como metodologias reconhecidas como sendo as mais apropriadas à construção de conhecimentos em Educação Ambiental. (AVANZI, CARVALHO, FERRARO JR, 2009; PATO, SÁ, CATALÃO, 2009)

Isso por que a pesquisa-ação-participativa se fundamenta na preocupação de garantir a participação dos grupos sociais no processo de tomada de decisões sobre temas que lhes dizem respeito, com vistas à transformação social, portanto, o pesquisador não se limita a fazer consultas à população, de acordo com Toledo e Jacobi (2013). Para esses autores,

[...] a pesquisa-ação, assim como outras metodologias participativas, surge diante da insatisfação para com métodos clássicos de pesquisa. Remete ainda à necessidade de promover maior articulação entre a teoria e a prática na produção do conhecimento e solução de problemas. (TOLEDO, JACOBI, 2013, P.155)

Tozoni-Reis (2008, p.166) esclarece que a pesquisa-ação-participativa em educação ambiental tem como princípios teórico-metodológicos,

[...] a participação, o processo coletivo, a conscientização e, para ter relevância científica e social, refere-se também à articulação radical entre teoria e prática. Dito de



outra forma: a pesquisa-ação-participativa em educação ambiental é práxis social. Para a autora, o fenômeno educativo é investigado no próprio processo de educar e ao se tornarem participantes de um projeto de Educação Ambiental deixam de ser “objetos” de pesquisa para se realizarem como “sujeitos”. Segundo Brandão (2005), a pesquisa-ação participativa é um processo que envolve a “realidade concreta da vida cotidiana” em processos educativos coletivos e sociais.

Por meio da Pesquisa-Ação-Participativa em Educação Ambiental nos tornamos sujeitos da pesquisa, trilhando caminhos essenciais de incentivo, de diálogo, de questionamento e apropriação do conhecimento, uma vez que esta valoriza a participação das pessoas envolvidas no projeto de pesquisa.

Diante do exposto, interessou-nos investigar as pesquisas que têm como interesse e como metodologia a pesquisa-ação em um periódico -Pesquisa em Educação Ambiental - destinado à divulgação de trabalhos de pesquisa em Educação Ambiental, cuja missão é contribuir para a consolidação e fortalecimento deste campo de pesquisa. A revista tem classificação B1 no Qualis /Capes.

Há diversas modalidades de pesquisa-ação sendo que outros termos são adicionados ao vocábulo, dependendo da intencionalidade, da natureza da intervenção: participante; participativa; integral; sistêmica; colaborativa; comunicacional; existencial; educacional; crítico-colaborativa; emancipatória.

OBJETIVOS

O objetivo da investigação, de caráter bibliográfico/documental, foi o identificar e analisar a produção acadêmica em educação ambiental que adota a metodologia da pesquisa-ação, para investigar aspectos e dimensões que vêm sendo privilegiados e/ou omitidos.

DESENVOLVIMENTO

Foram identificados 20 artigos de educação ambiental que apresentaram o termo pesquisa-ação ou no título, ou no corpo do texto, publicados em uma revista científica que prioriza a divulgação de resultados de pesquisa em educação ambiental, que é a revista “Pesquisa em Educação Ambiental”. Foi utilizada a palavra-chave: pesquisa-ação. No caso dos autores terem utilizado outras denominações para a pesquisa-ação, tais como pesquisa-ação-participativa, pesquisa-ação-colaborativa, entre outras, os trabalhos foram também selecionados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Das análises realizadas na Revista Pesquisa em Educação Ambiental a partir da palavra-chave: *pesquisa-ação* foram encontrados 20 artigos, sendo que dentre estes um não faz menção à pesquisa-ação no texto, porém foi identificado por ter na relação bibliográfica um artigo sobre pesquisa-ação (o título do artigo é Projetos de educação ambiental em escolas: a necessidade da sistematização para superar a informalidade e o improvisado). A análise demonstrou que grande parte dos trabalhos em Educação Ambiental cita a palavra pesquisa-ação como uma das possíveis metodologias da edu-



cação ambiental, os autores fazem considerações/reflexões sobre a metodologia, citam exemplos, mas poucos trazem dados obtidos a partir de pesquisas realizadas no âmbito da pesquisa-ação. A análise possibilitou, em relação ao tema pesquisa-ação, classificar os 19 artigos a partir de 4 categorias: 1- reflexões sobre a pesquisa-ação em educação ambiental, 2- aprofundamentos teóricos sobre a pesquisa-ação-participativa, 3- uso da pesquisa-ação em práticas de educação ambiental, 4- análise de trabalhos apresentados em eventos.

I- REFLEXÕES SOBRE A PESQUISA-AÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Oito trabalhos trazem relatos e/ou reflexões sobre o uso da pesquisa-ação em projetos de educação ambiental, sendo que muitos deles só citam a pesquisa-ação não trazendo dados que possam colaborar com a pertinência do uso dessa metodologia. São os seguintes: Processos coletivos de formação socioambiental: para além das palavras, mas a partir de suas raízes; A pesquisa em educação ambiental em diferentes áreas do conhecimento – algumas reflexões; Pesquisa em Educação: desafios contemporâneos; A pesquisa em educação ambiental e questões metodológicas: relato do grupo de discussão de pesquisa no VI EPEA ; TEIA-USP – laboratório de educação e ambiente / Universidade de São Paulo; Pesquisa sobre educação ambiental no contexto escolar: a imersão nos ambientes educativos; O perfil dos educadores ambientais participantes do CESCAR: a relação entre as trajetórias de vida e os processos de formação dos representantes das instituições parceiras e dos participantes dos processos formativos; Dialogar e digladiar: entre a conflagração e a constituição do campo da pesquisa sobre políticas públicas de educação ambiental.

II- APROFUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE A PESQUISA-AÇÃO-PARTICIPATIVA

Quatro artigos fazem um aprofundamento teórico-metodológico da pesquisa-ação-participativa. São os seguintes: A construção coletiva do conhecimento e a pesquisa-ação participativa: compromissos e desafios; Pesquisa-ação em Educação Ambiental ; Notas sobre Educação Ambiental e Intervenções Sociais ; Educação Ambiental Crítica: pesquisa-ação, participação, silêncios e “silenciamentos”.

III- USO DA PESQUISA-AÇÃO EM PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Quatro artigos trazem dados sobre a construção de conhecimentos a partir da pesquisa-ação em práticas de Educação Ambiental. São eles: Percepção, cognição e aprendizagem socioambiental em unidade de conservação; Formação de educadores ambientais na tessitura de um grupo de pesquisa; Aspectos linguísticos e educação ambiental na aprendizagem infantil; Pesquisa e Implementação de Programas de Educação Ambiental em ONGs: o Caso do IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas.

IV- ANÁLISE DE TRABALHOS APRESENTADOS EM EVENTOS

Três artigos fazem uma análise de trabalhos apresentados em eventos. Entre eles há pesquisas e atividades de educação ambiental nas quais a pesquisa-ação é utilizada como metodologia e/ou como tema. São eles: Cenário temático da pesquisa em educação am-



biental no contexto da ANPEd; Um olhar para a produção de pesquisa em educação ambiental a partir do GT Ambiente, Sociedade e Educação, da ANPPAS; Formação de professores na área de Educação Ambiental: uma análise dos anais da ANPEd (2009-2011). Os artigos que trazem aprofundamentos e reflexões sobre a pesquisa-ação em atividades de educação ambiental sugerem essa metodologia pela possibilidade de intervenção da realidade e de desencadeamento de processos de aprendizagem, além de contribuir com a produção de novos conhecimentos. Consideram que em uma abordagem crítica de Educação Ambiental, a pesquisa-ação é uma forma de pesquisa social, que promove o enfrentamento da crise ambiental e social. A pesquisa-ação em Educação Ambiental mostra pertinência e relevância especialmente em pesquisas nas quais o conceito de educação ambiental é um ato político, transformador e emancipatório. A baixa utilização da pesquisa-ação pode estar relacionada, segundo Guido e Tavares Jr (2009) com a resistência dos pesquisadores a adentrar os espaços escolares dada a possibilidade da não aceitação da escola em ser pesquisada, da resistência oferecida pelos professores em cooperar com as pesquisas, das dificuldades encontradas pelos pesquisadores com os processos necessários aos Comitês de Ética em Pesquisa, entre outros motivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados permitem concluir que poucos pesquisadores fazem uso da pesquisa-ação-participativa, apesar de anunciarem que optam por uma concepção de educação ambiental crítica. Há mais trabalhos que discutem a pesquisa-ação, que refletem sobre a temática, do que aqueles que a utilizam em atividades e ações de educação ambiental.

A pesquisa-ação seria permitiria a ação de grupos e movimentos sociais porque prioriza a problematização dos temas socioambientais, o que daria mais qualidade à ação, segundo JANKE, TOZONI-REIS (2008). As autoras consideram que essa metodologia

[...] produz novos conhecimentos para os grupos envolvidos, construindo a noção de cidadania de forma consciente e elaborada, possibilitando a ampla estruturação dos princípios da educação ambiental: participação efetiva de toda a comunidade na melhoria do ambiente; articulação entre o conhecimento científico e o senso comum; estruturação da práxis, isto é, busca pela complementaridade entre reflexão e ação; consciência da intencionalidade política da ação ambiental; e garantia da continuidade do processo educativo. (JANKE, TOZONI-REIS 2008, p.151).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVANZI, Maria Rita; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio. Um olhar para a produção de pesquisa em educação ambiental a partir do GT Ambiente, Sociedade e Educação, da ANPPAS. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 4, n. 2, p. 79-93, 2009.

BRANDÃO, C. R. Pesquisa participante. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio (Coord.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos edu-**



- cadores.** Brasília: MMA/Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 259-266.
- GUIDO, Lucia de Fátima Estevinho; JÚNIOR, Melchior José Tavares. Pesquisa sobre educação ambiental no contexto escolar: a imersão nos ambientes educativos. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 4, n. 2, p. 175-189, 2009.
- JANKE, Nadja; TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Produção coletiva de conhecimentos sobre qualidade de vida: por uma educação ambiental participativa e emancipatória. **Ciência & Educação**. 2008, vol.14, n.1, pp. 147-157.
- PATO, Claudia; SÁ, Lais Mourão; CATALÃO, Vera Lessa. Mapeamento de tendências na produção acadêmica sobre educação ambiental. **Educação em Revista**, v. 25, n. 2, p. 213-233, dez. 2009.
- TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Pesquisa-ação em Educação Ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 3, n. 1, p. 155-169, 2008
- TOLEDO, Renata Ferraz, JACOBI, Pedro Roberto. Pesquisa-ação e educação: compartilhando princípios na construção de conhecimentos e no fortalecimento comunitário para o enfrentamento de problemas. **Educação e Sociedade**. v. 34, n. 122, p. 155-173, jan.-mar. 2013.



O ENSINO DOS MOVIMENTOS DA TERRA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS DO PNLD

Autor(es)

MICHEL PASCHINI NETO

MARIA GUIOMAR CARNEIRO TOMMASIELLO

Orientador(es)

MARIA GUIOMAR CARNERIO TOMMASIELLO

INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é analisar nos tópicos de Astronomia de coleções de livros didáticos de ciências do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) o item 'a Terra e seus movimentos' com o intuito de verificar se os textos e as figuras contribuem para a compreensão desse tema. Quando falamos dos movimentos da Terra e dos fenômenos deles resultantes, estamos nos referindo ao chamado "modelo Sol-Terra" (SEBASTIÁ, 2004, p.8), que, em última instância, está relacionado ao sistema cosmológico heliocêntrico. No modelo Sol-Terra, nosso planeta possui vários movimentos, mas somente são destacados os dois mais significativos para a vida na Terra: o de rotação e o de translação. Os fenômenos que derivam desses movimentos são o dia e a noite e as estações do ano, respectivamente. Estudos mostram uma série de problemas quanto ao ensino-aprendizagem desse tópico da Astronomia. Por exemplo, as crianças chegam à escola com informações da natureza que fazem com que "interpretem a realidade baseada em suas experiências perceptivas" (LIU, 2005, p.3) que, segundo Vosniadou e Brewer (1992), não estão de acordo com as explicações dadas pela Ciência. Disso resulta que essas crianças não conseguem ver a Terra como um corpo cósmico (VOSNIADOU e BREWER, 1992), já que, quando olham para a natureza, suas cognições captam uma Terra estática com todo o céu girando ao seu redor. Quando chegam à escola, as crianças ouvem o professor lhes transmitir que a Terra possui movimentos, informação que entra em conflito com o que percebem diariamente na natureza. Ao passar essa informação sem um trabalho adequado, o professor acaba causando mais problemas, já que não está apto a trabalhar esse tema. Essa falta de preparo se deve, geralmente, ao fato dele ser formado em Biologia e/ou Ciências, cursos que normalmente não têm no currículo a Astronomia (PUZZO et. al 2004). O despreparo do professor faz com que transma o tema dos movimentos da Terra de forma impositiva sem a possibilidade de qualquer argumentação dos alunos e, o que é pior, sem apresentar provas da Terra se mover no espaço. Este tipo de situação gera um 'dogma científico', ou como diz Caniato (1989, p.76) um "ato de fé em nome da ciência".

OBJETIVOS

O objetivo de nosso trabalho é analisar através de critérios pré-estabelecidos o tema "A Terra e seus movimentos" de 3 coleções de livros didáticos do ensino fundamental



aprovadas pelo PNLD com o intuito de verificar se os textos e as figuras sobre os movimentos de rotação e de translação terrestres conseguem transmitir clareza e entendimento adequados para professores e para alunos sobre os fenômenos do dia e da noite e das estações do ano.

DESENVOLVIMENTO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa em que analisamos o tema a Terra e seus movimentos em três coleções de ciências do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2014. Escolhemos esse livros, pois segundo Vasconcelos e Souto (2003), eles vêm realizando progressos significativos no que diz respeito, por exemplo, à correção de erros conceituais e a constante atualização de conteúdos. Isso se deve à avaliação feita por especialistas das áreas de Ciências da Natureza. Sendo esses livros, em princípio, os melhores, poderiam ser uma excelente base de pesquisa para atingirmos nossos objetivos. As coleções analisadas são: Jornadas.cie; Companhia das Ciências; e Vontade de Saber Ciências. Utilizamos na análise uma adaptação das categorias, dos critérios de análise e de escala semântica de compreensão dos critérios desenvolvidos por Bandeira, Stange e Santos (2012). As categorias, os critérios de análise e a escala semântica definidos para este trabalho estão descritos:

Categorias	Critérios de análise	
Conteúdos (aspectos teórico-metodológicos)	Clareza e linguagem conceitual	
	Considerações das ideias prévias dos alunos	
	Conteúdo apresentado de maneira adequada	
Recursos Visuais	Apresentação de objetos gráficos	
	Veracidade das ilustrações	
	Coerência científica	
Escala Semântica	Critérios de análise	
	Totalmente satisfatório	Quando o texto apresenta todos os critérios a contento
	Satisfatório	Quando se aborda o critério de forma coerente, mas com pequenas ressalvas
	Insatisfatório	Quando algum critério não é apresentado adequadamente, mas mesmo assim é praticável
	Totalmente insatisfatório	Quando o critério abordado não está presente

Quadro 1- Categorias de Análise, Critérios de Análise e Escala Semântica*

* Adaptadas de Bandeira, Stange e Santos (2012, p.4)



De acordo com Bandeira, Stange e Santos (2012, p.5), a categoria Conteúdos – aspectos Teórico-metodológicos tem por intenção verificar “a precisão conceitual, adequação ao aluno, interação das ideias prévias do aluno com o conhecimento científico, nível de contextualização”. Ainda segundo Bandeira, Stange e Santos (2012, p.6), a categoria Recursos visuais “envolve todos os aspectos relacionados às ilustrações, diagramação de imagens, coerência das figuras com o texto entre outros”. Para avaliarmos cada critério, também, nos apossaremos da escala semântica sugeridas por Bandeira, Stange e Santos (2012, p.6), que são: “totalmente insatisfatório, insatisfatório, satisfatório e totalmente satisfatório”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

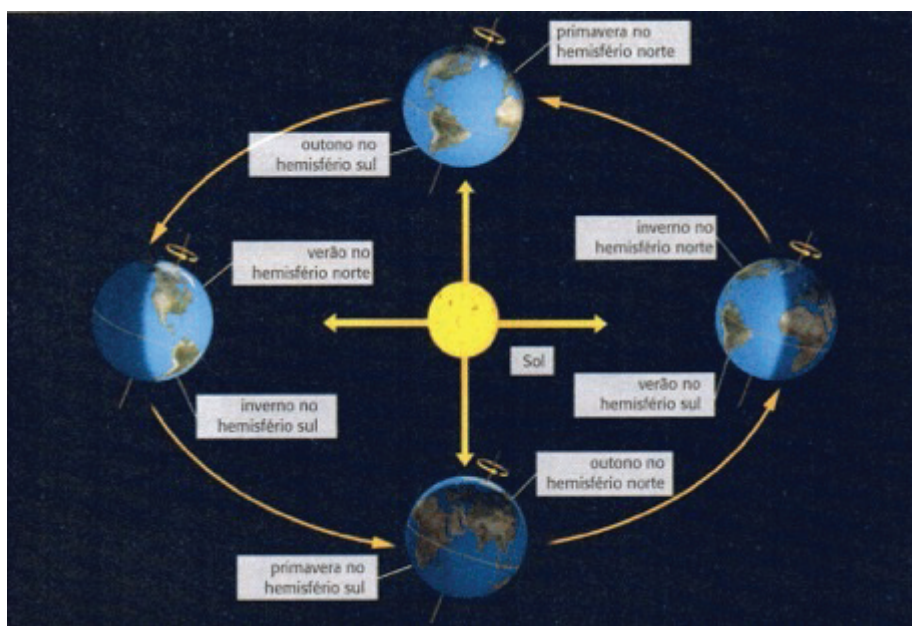
Durante a análise das coleções, vimos que elas trabalham o modelo Sol-Terra. Verificamos ainda que esse tema é apresentado de modo bem sucinto nas coleções, tanto que ele é abordado somente em três páginas de cada livro. Todos os autores apresentam figuras para complementarem o texto. A seguir apresentamos a análise das coleções.

Coleção	Categoria	Critérios de análise	Escala semântica
Companhia das Ciências	Aspectos teórico-metodológicos	Clareza conceitual	Satisfatório
		Considerações das ideias prévias dos alunos	Totalmente insatisfatório
		Conteúdo apresentado de maneira adequada	Satisfatório
	Recursos visuais	Apresentação de objetos gráficos	Satisfatório
		Veracidade das ilustrações	Insatisfatório
		Coerência científica	Insatisfatório
Vontade de Saber Ciências	Aspectos teórico-metodológicos	Clareza conceitual	Satisfatório
		Considerações das ideias prévias dos alunos	Totalmente insatisfatório
		Conteúdo apresentado de maneira adequada	Satisfatório
	Recursos visuais	Apresentação de objetos gráficos	Insatisfatório
		Veracidade das ilustrações	Insatisfatório
		Coerência científica	Insatisfatório
Jornadas.cie	Aspectos teórico-metodológicos	Clareza conceitual	Insatisfatório
		Considerações das ideias prévias dos alunos	Totalmente insatisfatório
		Conteúdo apresentado de maneira adequada	Insatisfatório
	Recursos visuais	Apresentação de objetos gráficos	Insatisfatório
		Veracidade das ilustrações	Insatisfatório
		Coerência científica	Insatisfatório

Quadro 2 – Análise dos textos sobre o modelo Sol-Terra das coleções de Ciências do PNLD.



Os resultados de nossa análise são motivos de preocupação devido a grande quantidade de “insatisfatório”. Especialmente pelo fato das três coleções serem do PNL D, i.e., coleções que foram verificadas por especialistas, antes de serem distribuídas às escolas. Por falta de espaço, não faremos uma discussão de todos os problemas detectados. Sendo assim, destacaremos alguns pontos em comum observados nas coleções que, acreditamos, sejam importantes para o conhecimento do modelo Sol-Terra. Um problema que consideramos clássico que se mantém ainda hoje nos textos sobre o tema é a questão da inclinação do eixo de rotação da Terra. Os autores não conseguiram abordar claramente como é a inclinação desse eixo. Por exemplo, Godoy e Ogo (2012, p.254), dizem na coleção Vontade de Saber Ciências que “apesar de parecer ter forma esférica, o planeta Terra é achatado nos polos e possui um eixo de rotação inclinado cerca de 23,4º em relação ao seu plano orbital”. Editora Saraiva (2012, p.44) na coleção Jornadas.cie, diz “o eixo de rotação da Terra é inclinado em relação ao plano da eclíptica”. O correto seria dizer que o eixo de rotação da Terra está inclinado cerca de 23,5º em relação a uma reta perpendicular ao plano de sua órbita. Outro problema sério que continua a se perpetuar é sobre a órbita da Terra. Todos os desenhos das coleções mostram a órbita como se fosse uma elipse extremamente excêntrica, o que não condiz com a verdade. A órbita da Terra é sim uma elipse, mas de excentricidade muito pequena. Tão pequena que se a desenhassemos, ela seria quase uma circunferência. O que acontece com esses desenhos é que “para se ter a perspectiva da Terra orbitando o Sol vista pela linha do Equador, tem-se que aumentar significativamente a excentricidade da órbita” (TOMAZELLO e PASCHINI NETO, 2010, p.5). Negrão (2015, p.1) vai nessa direção quando diz que a órbita da Terra nos livros didáticos “é feita em perspectiva, dando a impressão de uma elipse pronunciada, isto é, de uma grande excentricidade”. O que é preocupante, e que nenhum dos autores ao menos cita no texto ou na figura, é que a órbita da Terra é uma elipse de baixa excentricidade ou, em palavras mais simples, quase uma circunferência. Deste problema resulta a concepção alternativa que ainda encontramos de que as estações do ano ocorrem devido à proximidade e ao afastamento da Terra em relação ao Sol.



Quadro 3 – Figura que representa a Terra em sua órbita ao redor do Sol.**

** Editora Saraiva (2012, p.45)



Outra questão que chama à atenção é que em nenhum momento do texto os autores mencionam as ideias prévias dos alunos, algo que deve ser buscado pelo docente a todo o momento como uma forma de partir de onde o aluno sabe para produzir um conhecimento mais significativo. Pois, de acordo com Vygotsky (1998, p.110), “o aprendizado das crianças começa muito antes delas frequentarem a escola, qualquer situação de aprendizado com a qual a criança se defronta na escola tem sempre uma história prévia...” Por último, gostaríamos de mostrar uma preocupação que não parece ser a de nenhum dos autores dos livros, que é a falsa simplicidade do modelo heliocêntrico. Estes afirmam com convicção que a Terra está se movimentando no espaço em torno do Sol. Entretanto, nossa cognição não consegue captar esses movimentos terrestres. Quem é que consegue perceber que a Terra orbita o Sol a mais de 100.000 km/h? Ou seja, os autores ensinam algo que não é percebido pelos sentidos e afirmam esse conhecimento como sendo uma verdade que deve ser aceita, já que é isso que a Ciência mostra como correto. No entanto, um dos aspectos da Natureza da Ciência é que, segundo Vásquez-Alonso et. al. (2008), se usem métodos para validar o conhecimento, ou seja, que se apresentem provas sobre o conhecimento que se julga verdadeiro. O que estamos querendo dizer com tudo isso é que em nenhum momento os autores apresentaram provas de que a Terra se move no espaço. Há quem diga que as estações do ano e o dia e a noite são provas da movimentação da Terra, mas não são. Esses fenômenos são apenas consequências e não provas. Os autores poderiam pelo menos mencionar que existem provas e citar algumas delas, tais como a paralaxe estelar e a aberração estelar para o movimento de translação e o experimento do Pêndulo de Foucault e os ventos alísios para o movimento de rotação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que o objetivo tenha sido cumprido, já que, por meio de categorias e critérios previamente estabelecidos, conseguimos verificar vários aspectos dos textos e apontar algumas questões problemáticas. Concluimos, de maneira geral, que há vários problemas referentes a esse único tema do conjunto de conteúdos de Astronomia contidos nos livros didáticos. Problemas que consideramos preocupantes, já que, há muito tempo, vários autores os vêm discutindo e, principalmente, propondo soluções, mudanças de enfoque. Não menos preocupante é o fato de essas coleções terem sido avaliadas por especialistas que, em princípio, não deveriam negligenciar equívocos tão marcantes que levam professores e alunos a terem visões errôneas dos movimentos e fenômenos terrestres. Por este motivo, apesar de concordarmos com Leite e Hosoume (2009, p.5) quando dizem que “o ensino de astronomia na educação fundamental teve avanço considerável em termos de qualidade conceitual e temático, indicando que a reforma educacional no âmbito da proposição em livros didáticos, foi significativa”, não podemos fechar os olhos para os erros graves contidos somente nesse tema da Astronomia. Para finalizar, gostaríamos de apontar o problema que, talvez, seja o menos conhecido e o que nos vem chamando a atenção há algum tempo, que é o problema das provas dos movimentos da Terra. Esse é um problema amplo que não é possível ser tratado com profundidade neste trabalho. Os autores das coleções apresentam os movimentos da Terra sem mostrar as provas. Quando o professor



lê e baseia suas aulas nos textos dessas coleções que não apresentam evidências claras dos movimentos da Terra, eles (assim como os autores) estão contribuindo para a sustentação de um dogma científico que, como mostramos há pouco, não faz parte da Natureza da Ciência, além de fazer com que os alunos sejam incapazes “de usar provas e argumentos a favor da esfericidade da Terra ou da centralidade do Sol” (SOLBERS, 2011, p.206). Acreditamos que esse fato traz consequências negativas para o ensino-aprendizagem da Astronomia e para o das Ciências de modo geral, pois os alunos, ainda segundo Soubers (2001, p.206) acabam aceitando essas proposições dos movimentos terrestres “devido à autoridade do professor, do livro texto e, da mesma forma, do que ouvem”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, A.; STANGE, C.E.B.; SANTOS, J.M.T. Uma proposta de critérios para análise de livros didáticos de ciências naturais na educação básica. III Simpósio Nacional de Ensino de Ciências e Tecnologias, 2012.

CANIATO, R. A terra em que vivemos. Projeto de Ciências Integradas: textos e atividades, v.1. Papyrus Editora. Campinas, SP. 1989. 86p.

EDITORA SARAIVA. Jornadas.cie. 6o ano. 2.ed. Organizadora Editora Saraiva: obra concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Saraiva; Editora responsável Maria Rosa Carnevalle, São Paulo, SP. 2012.

GODOY, L.; OGO, M. Vontade de saber ciências. 6o ano. 1.ed. FTD. São Paulo, SP, 2012.

LEITE, C.; HOSOUME, Y. Programa nacional do livro didático e a astronomia na educação fundamental. Enseñanza de las ciencias, Barcelona, número extra, CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE INVESTIGACIÓN EM DIDÁCTICA DE LAS CIENCIAS, 8. Anais. p.2165-2170. 2009. Disponível em: . Acesso em: 25 de mar. de 2010.

LIU, S. C. From geocentric to heliocentric modelo f the universe, and the alternative perspectives. Asia-Pacific Forum on Science Learning and Teaching. v.6. 2005.

NEGRÃO, O. B. M., Movimentos da Terra e clima. Disponível em: . Acesso em: 25 ago. 2015.

PUZZO, D.; TREVISAN, R. H.; LATARI, C. J. B. Astronomia: a investigação da ação pedagógica do professor. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM ENSINO DE FÍSICA. 9. Atas... out. 2004, Jaboticatubas-MG. Disponível em: . Acesso em: 11 de out. de 2009.

SEBASTIÀ, B. M. La enseñanza/aprendizaje del modelo Sol-Tierra: análisis de la situación actual y propuesta de mejora para la formación de los futuros profesores de primaria. Revista Latino-Americana de Educação em Astronomia, São Carlos, n.1, p.7-32, 2004.

SOLBERS, J; PALOMAR, R. Por qué resulta tan difícil la comprensión de la astronomia a los estudiantes?. Dicáctica de las Ciencias Experimentales y Sociales, n.25, 2011. p.187-211.

TOMAZELLO, M. G. C; PASCHINI NETO, M. As estações do ano em livros didáticos de ciências do ensino fundamental. V Simpósio de práticas educativas na educação básica. 2010.



USBERCO, J. et. al. Companhia das ciências. 6o ano. 2.ed. Ed. Saraiva, São Paulo, SP. 2012.

VASCONCELOS, S. D.; SOUTO, E. O livro didático de ciências no ensino fundamental – proposta de critérios para análise do conteúdo zoológico. Ciência & Educação. v.24, p.535-585.1992

VÁZQUEZ-ALONSO, V. et. al.. Consensos sobre a natureza da ciência: a ciência e a tecnologia na sociedade. Química Nova na Escola, n.27, fev. 2008. p.34-50.

VOSNIADOU, S.; BREWER, W. F. Mental models of the earth: a study of conceptual change in childhood. Cognitive Psychology, v.24, p.535-585. 1992.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.



ASPECTOS DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL SOB O PRISMA DA INIMPUTABILIDADE COMO CLÁUSULA PÉTREA, ARGUMENTOS FAVORÁVEIS E CONTRAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Autor(es)

RAFAEL VALENTIM MILANEZ

Orientador(es)

JOSÉ LUIS GAVIÃO DE ALMEIDA

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se originou da relevância do tema e pela atualidade da discussão, especialmente pelo marco definidor da imputabilidade penal, consubstanciado pelas crises sociais.

Em nossa legislação o marco definidor da capacidade do indivíduo para exercício de forma plena dos direitos e garantias legais, para contrair obrigações e deveres, é no exato momento em que completa 18 anos de idade, isto é, atinge a maioridade.

Referida idade é determinada em razão de entender-se que a pessoa já possui o condão de perceber, raciocinar e se comportar de maneira plausível na sociedade, em outras palavras, reúne condições de autodeterminar e impulsionar sua própria vida de maneira independente, sabendo dos riscos de seus atos.

Na esfera criminal o marco definidor da maioridade penal é o mesmo da imputabilidade penal, ou seja, aos 18 anos de idade, conforme disposição do artigo 228 da Constituição Federal. Os menores de dezoito anos respondem por ato infracional nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, pois é este regulamento que prevê sanções aos inimputáveis menores de 18 anos.

A imputabilidade penal, por seu turno, não está vinculada à maioridade civil, nem com qualquer outra legislação, sendo facultado ao legislador, se o caso, aumentá-la ou diminuí-la, pois a Constituição apenas proíbe a redução abaixo de 18 anos.

Assim, com o advento da Carta Magna de 1988, a inimputabilidade penal é elevada à condição de garantia constitucional por força do artigo 228 da Constituição Federal, portanto, vedada qualquer alteração na esfera infraconstitucional.

Alguns sustentam ser direito e garantia individual, amparados, ainda, pelo parágrafo 4º do artigo 60, da Constituição Federal, portanto, não podendo ser alterado por emenda à Constituição.

Contudo, atualmente, está em pauta legislativa algumas propostas de emendas constitucionais visando a redução da maioridade penal para a idade de 16 anos, gerando debates e opiniões totalmente diversas desde as casas legislativas até nos ambientes sociais. Os que são a favor apresentam uma gama relevante de argumentos, enquanto os que são contra, da mesma forma, oferecem justificativas proeminentes, portanto, trata-se de assunto que envolve políticas públicas e muito estudo e debate antes de qualquer decisão, tendo em vista que o resultado dependerá de prestações efetivas da administração e esta pode não ter condições de suportar.



OBJETIVOS

A finalidade do trabalho é pesquisar as principais questões em debates como os argumentos favoráveis e os argumentos contrários à redução da imputabilidade penal, sopesando a matéria constitucional e as políticas públicas com fito de esclarecer as visões de determinados grupos e conceber maior possibilidade de análise e entendimento sobre o assunto, contribuindo com o desenvolvimento acadêmico e social.

DESENVOLVIMENTO

O trabalho se desenvolveu, inicialmente e mais precisamente, através de questionamentos aos colegas da área jurídica sobre a opinião e articulações sobre o assunto, bem como de pesquisas na internet, em diversos sites, com a finalidade de obter os mais atuais argumentos e pontos debatidos ou contestados. Sem deixar de lado a leitura de doutrinas, jornais e demais notícias.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O fruto do trabalho se refere aos plausíveis argumentos apresentados pelos defensores de seu julgamento sobre o assunto, num contexto que abrange questões formais e materiais.

No quesito formal se afere com maior relevância a emanada de ordem constitucional, mais precisamente no artigo 228, sendo que qualquer emenda tendente a abolir do texto constitucional a fixação da idade penal ou a que pretenda reduzir a idade de responsabilização penal, será flagrantemente inconstitucional e vedada expressamente pelo artigo 60, § 4º, IV, da Constituição Federal, em razão dos menores estarem diante de uma responsabilização de ordem especial (ECA), como tutela de seus direitos subjetivos e indiretamente de liberdade e desenvolvimento pessoal e social, consubstanciado em cláusula pétrea.

Por outro lado, no aspecto material, verifica-se a atuação de vários grupos e instituições aduzindo e apresentando seus entendimentos, publicando nas redes sociais e até mesmo comparecendo nas votações no Congresso Nacional.

Merece destaque o Movimento do Ministério Público Democrático, associação civil sem fins econômicos nem corporativos, de âmbito nacional, que congrega membros do Ministério Público da ativa e aposentados, isto é, instituição que trabalha com menores infratores, vindo a público externar sua total contrariedade à redução da maioridade penal que propõe a redução da idade mínima para a responsabilização penal.

Os argumentos favoráveis à redução da maioridade penal são basicamente apoiados na insatisfação social com a constante criminalidade e impunidade, a crise política vivenciada e a tese de total capacidade desses menores infratores para cometimento e responsabilidade de seus atos.

Neste sentido, independentemente da posição favorável ou contra à redução da maioridade penal, a questão de políticas públicas vem à tona inevitavelmente. Pois, aqueles que são contra a redução apresentam este argumento como sendo um problema da administração pública. Da mesma forma, aqueles que são favoráveis à redução, não abrem mão, também, de afirmarem ser do ente estatal referido problema.

Os direitos e garantias da sociedade, especialmente da criança e adolescente está elei-



ta no corpo da Carta Magna, como por exemplo no artigo 227. Dessa forma, o Estado como garantidor deve se estruturar e agir distinguindo entre o que o governo pretende fazer em paradigma com a atual situação. A política pública é uma ação positiva do Estado com objetivos a serem alcançados em prol do interesse comum, independentemente de seus impactos serem em curto prazo, ou com projeções em longo prazo.

Apesar de toda essa responsabilidade do Estado, temos no Brasil um método tradicional e falho de solucionar todos os problemas sociais, através da Lei. Surgindo um problema num determinado espaço territorial, o remédio encontrado é a confecção de lei, ou até mesmo com o agravamento da punição. Sabemos que a mídia influencia bastante o legislador nesse aspecto. Muitas vezes manipulados ou influenciados por sensacionalismo nos meios de comunicação.

Em outras palavras, somos uma sociedade carecedora da atuação estatal na esfera referente às políticas públicas. Nunca enfrentamos o problema em suas raízes, somente elaboramos uma lei para punir ou regular a questão na esfera final como um “dever ser” negativo, sob pena de alguma sanção.

Transportando ao tema em estudo, é mais que evidente que nossa sociedade sofre com enormes problemas sociais, sendo um deles a violência, e não vislumbramos qualquer solução a curto, médio e longo prazo. Quiçá disso, não bastasse a omissão do Estado.

Assim sendo, em razão desse aumento na criminalidade, conseqüentemente, esse fator atingiu os menores de 18 anos, ou seja, menores cometendo vários crimes das mais variadas formas e gravidade, vem à tona, o debate de como resolver esse problema de longa data.

Uma solução imediata seria a redução da maioridade penal, conforme a opinião pública, motivando vários projetos de emendas à constituição. Contudo, estaríamos novamente se aventurando no método legal como o melhor remédio para os problemas sociais.

Independente da redução da idade penal, não é de se olvidar que esse problema social se refere às políticas públicas, de um lado da moeda estão os direitos dos cidadãos de terem uma vida digna com qualidade - segurança - e de outro lado estão as atuações estatais para fornecer estes direitos.

Nesse sentido, conclui-se que a punição não é o único e melhor remédio para a violência cometida pelos jovens, criar lei não vai reduzir a criminalidade. Ainda que se considerasse adequada essa medida, os problemas sociais de segurança persistiriam e os alcances e medidas que o Estado poderia tomar para resolver, novamente, ficarão inertes.

Partindo disso, é evidente que o Estado está quedando omissivo e mascarando uma solução do problema, em outras palavras, deixa de aplicar e atuar no caminho a ser percorrido pelas prestações positivas das políticas públicas, isto é, não observa o estágio em que nos encontramos, não trilha projetos e planejamentos e muito menos executa atividades para resolução efetiva.

Em suma, é irrefragável que a redução da imputabilidade penal não servirá de solução para nossos problemas sociais.

A própria falta de políticas públicas coloca o Estado numa posição insustentável para garantir até mesmo esse pleito de redução, pois atualmente, nossa população carce-



rária é uma das maiores do mundo e não temos presídios suficientes para os atuais delinquentes encarcerados. Vale registrar, que está em discussão no Supremo Tribunal Federal a possibilidade de recebimento de indenizações por danos morais os presos que se sujeitam às celas lotadas em condições precárias. Estamos num patamar deplorável de administração pública. Aonde teremos que bancar os custos de mais presidiários e como se não bastasse, teremos que, eventualmente, pagar a referida indenização.

Evidentemente, políticas públicas sociais, educacional, preventiva, assistência social, são medidas que, se aplicadas no ambiente da sociedade, terão o condão, efetivamente, de reduzir não só a violência, mas resolverá inúmeros problemas enfrentados hoje. Sem entrar no mérito do sistema de aplicação da pena e sua benesses, é evidente que em determinados casos, é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, mas isso vai além desse regramento, pois nos próprios crimes cometidos “por maiores de 18 anos de idade” carece de sanção adequada e proporcional.

Ao abrirmos o leque de possibilidades para a solução do problema da segurança social, a meu ver, a mais importante e fundamental é na educação com qualidade. Mas me refiro, não só às disciplinas escolares, e sim, uma educação social, comportamental, aonde se deve privilegiar o respeito, o tratamento isonômico, resgatar a importância do professor, o envolvimento da sociedade, buscar a paz social, sobretudo a valorização da escola como instrumento capaz de humanizar e de produzir mudança social. É de se pensar profundamente na seguinte frase de Paulo Freire: “Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica.” Enfim, somente com investimentos massivos e estruturados neste campo das políticas públicas, se valendo do remédio “educação” é que se poderá propiciar uma mudança significativa em paradigma ao atual modo de funcionamento do sistema educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática referente à redução da idade penal é antiga e está forte debate atualmente. Assim, pretendeu-se, neste trabalho, analisar alguns aspectos e pontos favoráveis e contras tal medida. Tecendo maiores comentários à respeito da inimputabilidade penal como cláusula pétrea e num contexto das políticas públicas.

Diante de tais explanações é evidente que a nossa maior dificuldade e que está longe de ser resolvida é a segurança pública, sendo que apresento como a melhor saída, ainda que brevemente, uma educação diferenciada, baseada nos valores morais e sociais, ressaltando o respeito alheio e ao professor.

Portanto, a única maneira de manutenção e equilíbrio é através de uma regulação social do sistema, uma prestação mais positiva do Estado através de órgãos reguladores que devem localizar, identificar as perturbações, analisar sob a hermenêutica social e tratar dos problemas que causam desequilíbrio, com um projeto final capaz de executar ordens coerentes que surtam efeitos.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cidadania, Direitos sociais e Políticas Públicas. Organizadores: Maria Baroni Cecatto; Mirta Lerena; Mônia Clarissa Hannig Leal; Orides Mezzaroba – São Paulo: Conceito Editorial, 2011.
- Silva, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 37ª ed. Editora Malheiros, São Paulo, 2013.
- Silva, José Afonso da. Comentário contextual à Constituição. 2ª edição. Ed. Malheiros: São Paulo, 2006.
- <http://revistas.es.estacio.br/index.php/juresvitoria/article/view/257/344>
- <http://www.mprs.mp.br/infancia/doutrina/id205.htm>
- <http://justificando.com/2015/04/09/promotores-de-justica-divulgam-nota-em-repudio-a-reducao-da-maioridade-penal/>
- <http://fatoonline.com.br/conteudo/1561/delinquencia-juvenil-reducao-da-maioridade-penal-ou-politicas-publicas-de-prevencao>
- <http://emporiododireito.com.br/politicas-publicas-educacionais-ou-porque-sou-contra-a-reducao-da-maioridade-penal-por-renato-duro-dias/>
- <https://18razoes.wordpress.com/quem-somos/>
- http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PoliticasPublicas.pdf
- <http://www.conjur.com.br/2015-abr-13/mp-debate-reflexoes-maioridade-penal-luz-direitos-fundamentais>
- <http://www.editoraforum.com.br/ef/index.php/noticias/reducao-da-maioridade-penal-veja-5-argumentos-contras-e-5-a-favor/>
- <http://www.politize.com.br/noticias/5-argumentos-a-favor-e-contra-a-reducao-da-maioridade-penal-3/>
- <http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=323>
- <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/03/31/veja-cinco-motivos-a-favor-e-cinco-contra-a-reducao-da-maioridade-penal.htm>
- <http://www.portalcarreirajuridica.com.br/noticias/reducao-da-maioridade-penal>



A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Autor(es)

MAURICIO MUELAS EVANGELISTA CASADO

Orientador(es)

EVERALDO TADEU QUILICI GONZALES

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda o direito da propriedade intelectual, e sua função social prevista no nosso ordenamento jurídico, e sua evolução.

No nosso ordenamento jurídico, o legislador constitucional, fez previsão no capítulo “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, no artigo 5º no seu inciso XXII, garantindo o direito à propriedade ao seu titular, desde que atenda sua função social, conforme inc. XXIII, bem como, nos incisos XXVII e XXVIII que prevê uma garantia ao direito autoral, e no inciso XXIX, sobre a propriedade intelectual. Além de outros princípios, direitos e garantias constitucionais, tais como, o da supremacia do interesse público sobre o interesse particular, daí sua relevância.

Passaremos a analisar definições doutrinárias nacionais e internacionais, para definir o direito à propriedade, limites e extensões, bem como, sua função social, mais especificamente, da propriedade industrial, previsto na nossa Constituição.

OBJETIVOS

O objetivo do presente trabalho é rever os direitos e deveres do titular da propriedade intelectual, especialmente a propriedade industrial, bem como a limitação imposta pelo Estado sobre este direito, a fim de preservar o interesse social, e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

Ainda, abordamos a questão da licença compulsória de patentes, prevista na própria Lei 9279/96 – lei de propriedade industrial, como remédio a fim de garantir a função social da propriedade industrial caso o seu detentor não faça uso da mesma de forma à favorecer a coletividade.

As questões levantadas se referem a proteção da propriedade para o seu detentor, seus limites e extensões, a função social da propriedade intelectual prevista na Constituição, e o instituto da licença compulsória como dispositivo legal garantidor para que seja atingida a função social da propriedade industrial, e ainda, uma exposição de um caso prático de licença compulsória aplicada sobre um medicamento importante de grande relevância saúde dos cidadãos brasileiros.

DESENVOLVIMENTO

Para o desenvolvimento do presente trabalho, foi utilizada para o presente estudo doutrinas pátria da área do direito civil, constitucional, direito comercial, mais espe-



cificamente e propriedade intelectual, bem como, a legislação vigente no país, bem como, tratados internacionais qual o Brasil fez parte, jornal de circulação nacional e sítios da internet que aborda o presente tema.

O método e procedimento adotado, foi o levantamento de bibliografia básica para definição de conceitos sobre propriedade e sua função social, propriedade intelectual, propriedade industrial e direito autoral, bem como, legislação vigente referente a própria propriedade industrial e o instituto da licença compulsória, ainda, tratados internacionais qual o Brasil faz parte, qual regula a propriedade intelectual. Ainda, foi feito pesquisa em sítios de internet de órgão especializados sobre o tema, e de jornal de grande circulação, estes últimos para levantamento de estudo de caso.

Com os levantamentos dos dados supracitados do caso em estudo, os mesmos foram analisados com base em estatística levantada, sobretudo à respeito à economia do governo com a compra de medicamentos qual foi aplicado o instituto da licença compulsória, com isso, podemos chegar a conclusão que a licença compulsória sobre patentes é um remédio a fim de assegurar a função social da propriedade industrial, para que a coletividade seja beneficiada em detrimento do detentor da patente em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O direito à propriedade desde o código Napoleônico traz o conceito que se trata de um direito absoluto, exclusivo e perpétuo. Com o tempo, esse direito absoluto foi relativizado em detrimento da sua função social. No Brasil, na nossa Constituição há previsão expressa do direito à propriedade como um direito fundamental, desde que respeitada sua função social, perfeitamente aplicável também à propriedade intelectual, sobretudo à propriedade industrial.

Com o passar do tempo, este conceito foi evoluindo, para que a propriedade fosse vinculada à sua função social, ou seja, o titular do direito deixou de ter apenas direitos sobre a propriedade, passando a ter obrigações perante a sociedade.

No nosso ordenamento jurídico, no artigo 5º da nossa Constituição Federal é previsto no seu inciso XXII garantia ao direito de propriedade do seu titular, desde que atenda sua função social, conforme inc. XXIII, bem como, nos incisos XXVII e XXVIII que preveem uma garantia ao direito autoral, e no inciso XXIX, sobre a propriedade intelectual, todos do mesmo artigo constitucional. Além de outros princípios, direitos e garantias constitucionais, tais como, o da supremacia do interesse público sobre o interesse particular.

Sobre a propriedade, o renomado civilista, Silvio Rodrigues, em sua obra, nos ensina acerca do direito à propriedade, mencionando que costuma-se dizer que se trata de um direito exclusivo, perpétuo e absoluto, este último no sentido de que o titular pode exercer amplo poder jurídico sobre a sua propriedade, usando, desfrutando-a da maneira que melhor lhe aprouver.

José Afonso da Silva, em sua obra, nos ensina que o direito da propriedade fora inicialmente concebido como uma relação entre uma pessoa e uma coisa, de caráter absoluto, natural e imprescritível, teoria esta que mais tarde caiu por terra, haja vista a impossibilidade de haver relação jurídica entre uma pessoa e uma coisa. Segundo



o ilustre constitucionalista, mas adiante, passou-se a entender que o direito de propriedade como uma relação entre indivíduo, como sujeito ativo, e um sujeito passivo universal integrado por todas as pessoas, o qual tem o dever de respeitá-lo.

De acordo com Rodrigues, em linhas gerais, a evolução histórica do direito de propriedade se manifesta em uma redução dos direitos do proprietário em detrimento da sociedade. Apesar do caráter absoluto defendido pelo doutrinador, o mesmo reconhece que o domínio do proprietário sempre sofreu restrições, e a com a evolução profunda dos nossos dias, citando Léon Duguit, que entende que a propriedade não é um direito subjetivo do proprietário, mas a função social do detentor da riqueza, devendo gerir a coisa, para o seu melhor rendimento e interesse de todos. Tendência esta que repercutiu no Brasil, pois o legislador constitucional determinou que o uso da propriedade fosse condicionado ao bem estar social.

Entendimento compactado por Marcelo Augusto Scudeler, qual nos ensina que a expressão da função da propriedade foi difundida por Duguit, no sentido de que a propriedade é um instituto jurídico que se constitui para responder a uma necessidade de natureza econômica, sendo que a mesma evolui juntamente com as necessidades econômicas, transformando-se com esta evolução, a natureza da propriedade, e ainda que o proprietário deve se comportar e ser considerado como um funcionário quanto a gestão de seus bens.

Sobre a propriedade intelectual, é importante compreender, que a mesma pode ser dividida entre o direito autoral, e a propriedade industrial, sendo que o primeiro é resultante de um direito imaterial que decorre de um trabalho intelectual, tais como, obras literárias, livros, revistas, artigos, textos, artísticas, música, filmes, peças teatrais, ou seja, criação estética.

Enquanto que no segundo é a invenção técnica, atividade empresarial organizada que tem por objetivo a produção, gerando serviços importantes para o sustento de pessoas da sociedade, instrumentos que permite a titularidade e exclusividade da propriedade, o primeiro se trata de uma posição jurídica que garante a recuperação de investimentos, pesquisa e desenvolvimento.

Na Constituição Federal, no seu artigo 3º, preveem os objetivos da República Federativa do Brasil que são de construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza reduzindo as desigualdades sociais; promover o bem de todos sem nenhum tipo de preconceito. Objetivos esses que podemos interpretar como sendo direitos à dignidade da Pessoa Humana. Ainda, na nossa Constituição, no artigo 5º e seus incisos, preveem a inviolabilidade e garantia ao direito de propriedade, caput in fin e inciso XXII, e que a propriedade atenderá a sua função social, no inciso XXIII.

Zanin e Tejerina-Velazquez, em comentário ao inciso XXIII do artigo 5º da CF/88, dizem que a função social trazida pela nossa Constituição Federal impõe limites ao direito patrimonial a ponto de impor ao particular a perda da propriedade e dos direitos dela decorrentes em favor do interesse público, pois este sempre prevalecerá sobre o particular.



Sobre o direito à propriedade e sua função social, o Supremo Tribunal Federal já se manifestou no sentido de que o direito à propriedade não se reveste de caráter absoluto, pensando sobre o mesmo grave hipoteca social, e quando descumprido sua função social legitimado está a intervenção estatal.

Ainda, na nossa Constituição Federal, em seu inciso XXIX do artigo 5º, preveem que o direito aos autores de inventores de propriedades industriais o privilégio temporário de uso exclusivo de tal invento, bem como, criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, período este previsto em lei infraconstitucional, proteção esta objetivando o interesse social e desenvolvimento do País, tanto na área da tecnologia como econômica. Tal limitação temporal está prevista na legislação infraconstitucional, no artigo 40 da Lei 9.279/96, que prevê o prazo para patente de invenção de 20 anos, e para modelo de utilidade o prazo de 15 anos, contados da data do depósito no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual – INPI, prazos estes que a propriedade industrial estará protegida.

Ainda, como limitação do direito à propriedade, a Lei de Propriedade Industrial, nº Lei. 9.279/96 traz na sua seção III, o instituto da licença compulsória, com forma da propriedade intelectual atingir sua função social.

Ainda, na lei de propriedade industrial há ainda previsão para a licença compulsória das patentes, no caso de emergência nacional ou interesse público, prevista no seu artigo 71, sendo que tanto a emergência nacional quanto o interesse público podem ser declarados por ato do Poder Executivo Federal.

No caso de emergência nacional, que não deixa de ser interesse público, temos o caso da licença compulsória do Efavirenz, utilizado tratamento do HIV (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - SIDA) mais conhecida como doença da Aids.

Tendo em vista o alto custo do medicamento, e sua importância para o tratamento da referida moléstia, sendo tal medicamento utilizado por 38% dos infectados no ano de 2007, ano em que o governo licenciou compulsoriamente tal medicamento tendo em vista seu alto custo, o que prejudicava em demasia a população, que necessitava do mesmo para o tratamento de tão grave doença. <!--[if !supportFootnotes]-->[viii]<!--[endif]-->Ainda, de acordo com o jornal o Estadão, em notícia veiculada em 08 de maio de 2012, o governo já havia economizado R\$ 30 milhões, somente no primeiro ano após o licenciamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito à propriedade está salvaguardado na nossa legislação, tanto na nossa constituição, quanto na legislação infraconstitucional, porém não tem mais o caráter absoluto, exclusivo e perpétuo de outrora.

Tal direito vem com o tempo sendo relativizado, sobremaneira, porque o interesse individual não pode se sobressair ao da coletividade, devendo ser respeitado assim sua função social.

A função social da propriedade é inerente ao próprio direito, sendo que seu titular deve respeitá-lo, sob pena de ser sancionado, podendo perder o seu direito.



No caso da propriedade intelectual, a nossa Constituição Federal garante este direito aos seus titulares de forma temporária visando sua função social, que é o interesse da coletividade e a desenvolvimento econômico e tecnológico do País.

É importante que haja esta proteção do Estado, mesmo que de forma temporária, para que haja investimentos, e os autores e inventores desenvolvam novas obras e inventos, para que ocorra o desenvolvimento da economia e de novas tecnologias, que acaba por beneficiar a todos em todas as áreas, seja da saúde, educação, cultura, informação, tecnologia, visando também erradicar a pobreza diminuindo com as desigualdades, atingindo assim sua função social também desta forma.

Contudo, o titular da propriedade não poderá se aproveitar desta garantia dada pelo o Estado, abusando desse direito, pois deverá respeitar sempre sua função social.

Conforme vimos na Lei 9279/96, no caso da Propriedade Industrial existe um remédio para este tipo de abuso de direito denominado licença compulsória, podendo ser aplicado tal instituto nos casos de emergência nacional e interesse público, ou ainda, dependência de uma patente em relação à outra, neste último caso, quando o objeto da patente dependente constitui substancial progresso técnico em relação à patente anterior, e o titular da propriedade industrial em questão não realizar acordo com o titular da patente dependente para exploração da patente anterior. Logo, podemos concluir que o direito individual à propriedade é resguardado por nosso ordenamento jurídico, inclusive como direito fundamental previsto na CF/88, deverá sempre atingir sua função social, não podendo obstar o bem estar social, nem o desenvolvimento tecnológico e econômico da nação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RODRIGUES, Silvio. Direito Civil: Direito das coisas, volume 5, 28ª Ed. ver. E atual. De acordo com o novo Código Civil (Lei n. 10.406, de 10 -1-2002). – São Paulo: Saraiva, 2003, p 78.

DA SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional, São Paulo: Ed. Malheiros, 2000, p. 274. Ob. Cit., p. 89.

SCUDELER, Marcelo Augusto. Propriedade Intelectual, Setores Emergentes e Desenvolvimento. Organizador: Victor Hugo Tejerina Velázquez. Equilíbrio editora - Piracicaba, SP, 2007p. 43/44.

BARRAL, Welber. PIMENTEL, Luiz Otávio. (organizadores). Propriedade Intelectual e desenvolvimento. - Florianópolis: Fundação Boitex, 2006. p. 11/12.

ZANIN NETO, Armando. TEJERINA-VELÁZQUEZ, Victor Hugo. Direitos humanos, propriedade intelectual e desenvolvimento/Coordenação Victor Hugo Tejerina Velázquez, Everaldo Tadeu Quilici Gonzalez. – Curitiba: Juruá editora, 2012, p. 247/251.

Fonte: STF, ADIn 2.213-MC < www.stf.jus.br>. Internacional Centre for Trade and Sustainable Development. <<http://www.ictsd.org>>, acesso em 07.08.14.

ESTADÃO.<<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,quebra-de-patente-do-efavirenz-e-renovada-imp,-869977>> , acessado em 07.08.14.bb



CARACTERIZAÇÃO DA REGRA DE PROPORCIONALIDADE

Autor(es)

**ANGELINA CORTELAZZI BOLZAM
RAFAEL FERNANDO DOS SANTOS**

Orientador(es)

RICHARD PAULO PAE KIM

INTRODUÇÃO

A premente e inarredável necessidade de estratificar-se os termos e conceitos, uniformizar-se a abordagem e dar rigor metodológico de efetiva ciência ao Direito é que motivam a elaboração do presente artigo, que carrega além deste escopo primeiro, ou melhor, com este escopo primeiro, a subsequente intenção de aferir o significado da tão falada proporcionalidade, bem como perquirir a ocorrência (ou não) de sinonímia e identidade com a razoabilidade.

OBJETIVOS

Pretende-se, pois, a partir da justa definição, aquilatar sua utilização (da proporcionalidade e mesmo da razoabilidade), na eventual solução da colisão de princípios e na subsunção de regras no âmbito de incidência dos direitos fundamentais. Nutre-se assim, mesmo que sem a condição exauriente, a pretensão de buscar as balizas na correta compreensão dos institutos, bem assim, conferir rigor metodológico na utilização dos termos.

DESENVOLVIMENTO

As pretensões contidas na elaboração do presente artigo, consistentes na busca e formulação de um tratamento conceitual adequado aos institutos da proporcionalidade e da razoabilidade, bem como a procura pela correta compreensão destes mecanismos na aplicação do direito, e fala-se em direito enquanto ciência, reveladora cada vez mais da carência de rigor conceitual dos seus termos no aspecto dogmático, é que justificam as considerações que se pretende trazer.

A pretensão de buscar a exata definição dos termos se apresenta tanto como escopo do trabalho, quanto elemento justificador da sua pertinência, já que não parece mesmo aceitável que se veja, no plano positivado do direito, oscilações e mesmo tergiversações interpretativas que terminam, no mais das vezes, descaracterizando o instituto pelo qual pretendeu-se justificar a adoção de determinada decisão judicial ou opção legislativa.

Marcadas as intenções primeiras e norteadoras, de bom alvitre a segunda marcação de cunho limitador da abordagem pretendida, eis que se quer contemplar a proporcionalidade e a razoabilidade, com o já propagado rigor conceitual, no âmbito dos



direitos fundamentais. Daí assinalar-se, portanto, que importa para o presente estudo muito mais que a definição corrente que possa atribuir à proporcionalidade e à razoabilidade, pois o que se quer saber, em verdade, é o efeito que terão na coexistência dos direitos fundamentais. Ou seja, qual a repercussão, quer na atuação do Poder Judiciário, na interpretação e alcance daqueles direitos constitucionalmente fixados, quer no comportamento dos demais Poderes da República, agindo na execução dos inafastáveis desígnios constitucionais ou na produção do quadro legal vigente, sempre capaz de tocar a esfera de direitos fundamentais.

Em resumo, portanto, se quer perquirir como devem se comportar os Poderes da República na órbita dos direitos fundamentais e seus conflitos, em vista da proporcionalidade e da razoabilidade.

Marcados os limites e pretensões do presente estudo, assinala-se que seu desenvolvimento passará pela verificação singela e quase perfunctória da definição de direitos fundamentais; a possibilidade de eventual conflito entre direitos de matriz constitucional e, portanto, a necessidade de elementos que auxiliem a coexistência de tais “direitos” e orientem, destarte, a prática do foro, a elaboração das leis e a própria execução.

Uma vez apresentados estes elementos, pretende-se trazer a proporcionalidade e a razoabilidade, já com seus conceitos e definições bem recolhidos, como efetivos instrumentos ao alcance do intérprete na coexistência e aplicação dos direitos fundamentais, por fim, para que não se perca o conteúdo prático que toda abordagem teórica precisa ter, intenciona-se analisar os efeitos que teria a correta aplicação da regra proporcionalidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o desenvolvimento da pesquisa foi retratado uma abordagem acerca dos direitos fundamentais e o tratamento que se dá quando nos deparamos com uma colisão entre eles quando pertencentes a sujeitos diversos.

Neste contexto, foi retratado uma das obras do Prof. Robert Alexy em que se pontua justamente as indagações acerca de como a colisão pode ser resolvida através do regra da Proporcionalidade

Diante disso, partimos nosso estudo para o deslinde dos subprincípios que cercam o da proporcionalidade, quais sejam: adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito.

Por fim, partimos para a discussão da efetiva aplicação da regra da proporcionalidade, quando da solução dos conflitos e colisões de direitos fundamentais. E a resposta que se oferta é que o caso em concreto é que dará os liames que poderão ser utilizados para se saber qual dos mandamentos de otimização deve prevalecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciou-se com as considerações trazidas acima que para conferir o grau de previsibilidade no cotejo das normas que restrinjam direitos fundamentais, e mesmo nas



omissões estatais relativas aos tais direitos, é necessário buscar o significado correto e técnico da proporcionalidade, apurando-se nesse propósito, que a proporcionalidade não se confunde com mera exigência de razoabilidade, que também não se qualifica, na órbita da teoria dos direitos fundamentais de Robert Alexy, como um princípio, termo consagrada na matéria tratada. Ficou demonstrado assim, que a proporcionalidade que se pretende aplicável, é aquela levada a efeito mediante um processo lógico e fundamentada, que se baseie nas três sub-regras da proporcionalidade, evitando assim, uma fundamentação pressuposta e trazendo o almejado equilíbrio e confiabilidade no tratamento dos direitos fundamentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. Tradução: Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2015.

ÁVILA, Humberto. A distinção entre princípios e regras e a redefinição do dever de proporcionalidade. São Paulo: Malheiros, Revista Diálogo Jurídico. Salvador, CAJ- Centro de Atualização Jurídica, vol. I, n. 04, jul, 2001. Disponível em: <<http://www.direitopublico.com.br>> Acesso em: 25 de junho de 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 12 ed. rev. atual e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SILVA, Luís Virgílio Afonso da. O proporcional e o razoável. Revista dos Tribunais. São Paulo, vol. 798, p. 21-50, abr. 2002.



**“CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA COMO PATRIMÔNIO COLETIVO
DA SOCIEDADE CIVIL” – A IDENTIDADE DA UNIMEP NO
MOVIMENTO DE SUA POLÍTICA ACADÊMICA**

Autor(es)

LUIS DE SOUZA CARDOSO

Orientador(es)

ROSELI FISCHMANN

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se inscreve no contexto dos estudos sobre a formação da identidade e do sentido das universidades brasileiras, privilegiando um recorte do segmento das particulares, privadas, de natureza comunitária e confessional. No específico o caso de estudo é o da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), por meio do seu processo/movimento de formulação/construção e implantação da Política Acadêmica (que corresponde ao Projeto Pedagógico Institucional – PPI). Consideramos esse processo/movimento no contexto de sua historicidade.

De acordo com o que é próprio do documento da Política Acadêmica da UNIMEP o mesmo propõe ser “um sistema de valores e ações que devem orientar a vida universitária e sua relação com a sociedade” (UNIMEP, 1992) e expressa a dimensão ética do seu Projeto Pedagógico na “construção da cidadania como patrimônio coletivo da sociedade civil (...) compreendida como a utopia a ser buscada no universo unimepiano” (UNIMEP, 1992).

A pesquisa se desenvolve no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), na Linha de Pesquisa “Políticas e Gestão Educacionais”, visando à obtenção do doutorado em Educação pelo seu autor.

A mesma se justifica por não haver suficientes investigações historiográficas, analítico-qualitativas, a respeito da UNIMEP e no período propõe analisar, sob o foco da Política Acadêmica. Mas, também, o movimento da Política Acadêmica carece ser mais bem explicado e compreendido nos seus detalhes, o que pode vir a demonstrar as peculiaridades da UNIMEP, no contexto universitário brasileiro, como um caso específico, *sui generis*, e possivelmente único nesse aspecto da construção de sua Política naquele período em que se realizou, posto que foi um movimento instituinte, fundante, identitário, estruturante e definidor dessa Universidade.

OBJETIVOS

Esta pesquisa pretende ser uma contribuição ao avanço da historiografia da UNIMEP em particular e num sentido mais amplo contribuir com o (re)pensar a Universidade brasileira, no que significa seu sentido e razão de ser.

Propusemos cinco perguntas epistemologicamente entrelaçadas e que nos conduzem ao problema da pesquisa:



- 1) Como se deu e o que significou o processo/movimento de construção/formulação e implantação da Política Acadêmica da UNIMEP?
- 2) Qual a concepção ou concepções de Universidade que podem ser identificadas na Política Acadêmica?
- 3) Por que a definição da Política Acadêmica é vista como institucionalização da UNIMEP?
- 4) Como a Política Acadêmica dialoga com a natureza da UNIMEP, Universidade particular-privada, confessional, com espírito público e comunitário?
- 5) E, por fim, que contribuições a historiografia da UNIMEP e suas experiências concretizadas na Política Acadêmica trouxeram ou trazem para a reflexão e o avanço da Universidade brasileira?

Essas perguntas nos colocaram diante do problema fundamental, sintetizado na indagação a respeito do significado e do sentido da Política Acadêmica na construção da identidade da UNIMEP e o que ela propõe ser como Universidade?

DESENVOLVIMENTO

A pesquisa parte dos dados relacionados ao tema (fontes da pesquisa), ou seja, das informações resultantes do levantamento de documentos textuais ou orais (e estes posteriormente transformadas em texto pelo processo de transcrição) obtidos no decorrer da mesma. Isso inclui: 1) a literatura: além daquela de apoio que a pesquisa exige, dentro das suas opções teórico-metodológicas e na discussão dos conceitos correlacionados, nos referimos aqui mais precisamente à literatura resultante de pesquisas anteriores a respeito do tema, que seja do interesse e tenha relevância aos nossos objetivos (são teses, dissertações, monografias, artigos publicados em periódicos acadêmicos ou de cunho jornalístico); 2) os documentos de arquivo: em particular aqueles relacionados ao tema, que compõem o acervo inativo da UNIMEP; 3) os documentos institucionais publicados pela UNIMEP (políticas, estatutos, regimentos, portarias, etc.), pela Igreja Metodista ou outras entidades no campo da educação superior, e a legislação do país no que couber; 4) as entrevistas com agentes participantes do processo/movimento de construção/formulação da Política Acadêmica da UNIMEP. Em relação aos documentos de arquivo, aqui reside um ponto de maior atenção, na delimitação do período a ser observado no levantamento das fontes/dados. Os arquivos institucionais disponibilizam uma ampla oferta de documentos o que exige tomarmos as devidas precauções para nos concentrarmos naquilo que é necessário, tem relevância e oferece suficiência aos objetivos da presente pesquisa. Para isso estabelecemos o trabalho de recolha e seleção dos documentos em três fases: Fase 1: levantamento exploratório inicial, realizado nos arquivos da Reitoria e da Vice-Reitoria Acadêmica da UNIMEP, com delimitação aos anos 1978 a 2005. Nesse levantamento relacionamos 345 documentos, que totalizam 2.446 páginas. Fase 2: realizamos uma primeira leitura dos documentos obedecendo sua sequência cronológica; nessa leitura constatamos que havia alguns documentos que estavam repetidos e outros que realmente não interessavam à pesquisa. Com esse trabalho chegamos a uma delimitação de 263 documentos, correspondentes a 1.453 páginas.



Fase 3: nesta fase já havíamos delimitado mais precisamente o tempo de abrangência da investigação, com atenção para os anos de 1987 a 1994 e, dentro desse período, com sintonia especial nos anos de 1990 a 1993, fulcro da pesquisa. Nesse sentido revisamos os documentos novamente. Também já havíamos detectado a necessidade preparar os documentos digitalizados como “PDF imagem” para formatos como DOC, TXT ou PDF texto, compatíveis para análise com o software Atlas.ti, versão 7, que estamos utilizando no processo de análise qualitativa e construção da teoria substantiva, pela metodologia da Teoria Fundamentada – *Grounded Theory* (GLASSER & STRAUSS, 1967; CHARMAZ, 2009; TAROZZI, 2011; ARIAS, 2012). Isso exigiu-nos um trabalho mais detalhado e preciso na leitura dos documentos e uma seleção mais refinada daquele conjunto de documentos, a fim de identificar o que realmente seria necessário, relevante e suficiente para o desenvolvimento da pesquisa. Esse trabalho resultou num numa seleção final de 112 documentos, abrangendo 955 páginas. Em relação as entrevistas, delimitamos o conjunto de entrevistas semiestruturadas intensivas em cinco (5) participantes, que atuaram direta ou indiretamente no processo/movimento de construção/formulação e implantação da Política Acadêmica da UNIMEP. A abrangência da população em termos de suas funções foi: dois (2) dirigentes (ex-Reitor e ex-Vice-Reitor Acadêmico), sendo o ex-Vice-Reitor Acadêmico o responsável principal pelo processo, e três (3) docentes, assessores do processo, sendo dois (dois) oriundos da área de Psicologia e um (1) oriundo da área de Engenharia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultados preliminares da pesquisa temos o seguinte:

Uma síntese desse processo/movimento em estudo foi formulada no documento intitulado “Momentos do Processo da Política Acadêmica” (UNIMEP, 1994), que considerou as discussões antecedentes, o desenvolvimento de sua formulação, a aprovação e o começo da implantação do documento, abrangendo um espectro de tempo que vai de 1987 a meados de 1994. Dentro desse período, pelas primeiras observações que fizemos, podemos considerar como núcleo central do processo/movimento os anos de 1990 (I Fórum de Política e Avaliação Acadêmicas), 1991 (II Fórum de Política e Avaliação Acadêmicas; discussão e aprovação no Conselho de Coordenação de Ensino Pesquisa e Extensão – CEPE, do Projeto da Política Acadêmica), 1992 (III Fórum de Política e Avaliação Acadêmicas; aprovação da Política Acadêmica no Conselho Universitário em 24 de abril e no Conselho Diretor da Mantenedora em 29 de abril; compreensão e assimilação da Política Acadêmica pelo corpo social da Universidade; começo da reorientação dos projetos pedagógicos das Unidades e Subunidades, tendo em vista as contribuições da avaliação no III Fórum e as categorias da Política Acadêmica) e 1993 (Reorientação/elaboração dos Projetos Pedagógicos das Unidades e Subunidades; definição de programas para desenvolvimento da Política Acadêmica). Considerando esse período acima mencionado decidimos não descartar a possibilidade de consulta a alguns documentos anteriores ou posteriores àqueles anos, que podem nos oferecer uma visão mais ampla do processo, naqueles aspectos que isso seja necessário. Assim sendo, é possível que sejam aproveitadas algumas fontes/dados de anos anteriores ou posteriores, visto que já os temos todos digitalizados e dis-



poníveis para a pesquisa. Em que pese termos claro a demarcação do núcleo central do processo/movimento de construção/formulação e implantação da Política Acadêmica nos anos 1990 a 1993, consideramos que recuar e avançar um pouco esse período poderá ser benéfico a fim de encontrarmos mais elementos que contribuam para explicar e compreender a Universidade pelo viés de sua Política Acadêmica. Devemos destacar que a presente pesquisa não levanta hipóteses preliminares, considerando a metodologia adotada, baseada na Teoria Fundamentada – *Grounded Theory*, que “é um método geral de análise comparativa (...) e um conjunto de procedimentos capazes de gerar uma teoria fundamentada nos dados” (GLASSER & STRAUSS, 1967). O objetivo dessa metodologia é fazer emergir uma teoria substantiva, enraizada, embasada, entranhada ou fundamentada nos dados de pesquisa, conjugando pesquisa empírica e reflexão teórica. Dentre as três principais perspectivas metodológicas da Teoria Fundamentada (Glasseriana, Strussiana e Construtivista), optamos pelas recomendações da perspectiva construtivista, de Kathy Charmaz (2009), por seus pressupostos onto-epistemológicos que procura compreender os fenômenos sociais e a realidade a partir do significado atribuído por seus atores. Essa postura corresponde ao “construtivismo social” que considera o contexto e a relação dos atores com este, somado ao significado que os atores atribuem ao evento ou fenômeno social estudado. Para Charmaz nenhuma construção teórica pode explicar fielmente a realidade, pelo que entende que a Teoria Fundamentada é mais bem uma interpretação, uma construção desta realidade. Nessa perspectiva construtivista o observador e o objeto observado são parte de uma mesma realidade co-construída pelos atores sociais envolvidos nela, inclusive o pesquisador (ARIAS, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados, em andamento, tem se mostrado promissora, na medida em que considera parte significativa da história da UNIMEP, na qual se forjou e consolidou a identidade dessa Universidade e de cujo período ainda não existem suficientes pesquisas sistematizadas. Pelo que já pudemos apreender da incursão na história da UNIMEP e da construção de sua Política Acadêmica, percebe-se que estamos diante do caso de Universidade particular e confessional, que se autodefine de espírito público e comunitário, que buscou aprofundar sua vocação no campo da educação superior; considerando sua natureza universal, os desafios da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, como produtora e socializadora de conhecimento. O interesse contínuo pela autoavaliação e avaliação externa esteve fortemente enraizado nesse processo de construção e operação da Política Acadêmica. Reconhecemos também que a UNIMEP procurou um caminho autocrítico, dialético, enfrentando os conflitos e as contradições que lhe são inerentes como instituição privada, perseguindo a diferenciação e almejando ser uma Universidade contraideológica (SEVERINO, 1986) e contrarreprodutivista, não acomodada ao *status quo* e à ideologia vigente, por isso, uma Universidade inquieta, contestadora, irreverente, inconformada, insatisfeita, marcada pela crise, em busca de um devir utópico. Por outro lado os dados estão a revelar que o processo de construção da Política Acadêmica, assim como da identidade e sentido da UNIMEP, esteve calcada numa conduta aberta à participação, coletivista, construtivista (no sentido de cons-



truir coletivamente) e ao exercício da democracia participativa na Universidade. Como mencionamos a análise dos dados está em andamento e, portanto, outros aspectos podem ser desentranhados dos dados, (re)construindo assim as perspectivas de sentido presentes no processo e fenômeno em estudo, na busca de alcançarmos a teoria substantiva em base de uma *core category* (nos termos da metodologia da Teoria Fundamentada), que possam dar conta de explicar e compreender o fenômeno UNIMEP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIAS, Crucita Delgado. **La Teoría Fundamentada**: decisión entre perspectivas. Bloomington: AuthorHouse, 2012.
- BOAVENTURA, Elias. UNIMEP: caminhando pelos descaminhos – um relato de experiência. In: **Revista de Educação do Cogeime**. Piracicaba: Cogeime, Vol. 13, n. 24, p. 71-79, 2004. Disponível em: 22/05/2015.
- CARVALHO, Maria Irma Rochitti de. **A administração participativa e a política acadêmica da UNIMEP**. 106 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade metodista de Piracicaba, 1993.
- CHARMAZ, Kathy. **A construção da teoria fundamentada** – guia prático para análise qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ELIAS, Beatriz Vicentini. **Além das crises, esperança** – Almir de Souza Maia: Educação como compromisso. ed. 1. Piracicaba: Editora Equilíbrio, 2008.
- FLEURI, Reinaldo Matias. **Educação popular e Universidade**: contradições e perspectivas emergentes nas experiências de extensão universitária em educação popular da Universidade Metodista de Piracicaba (1978-1987). 386 p. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) – Departamento de Filosofia, Doutorado em Filosofia da Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.
- GLASSER, Barney G. & STRAUSS, Anselm L. **The Discovery of Grounded Theory**: Strategies for Qualitative Research. Chicago/Nova York: Aldine de Gruyter, 1967.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. **Educação, ideologia e contra-ideologia**. São Paulo: E.P.U., 1986.
- SILVA JUNIOR, João dos Reis. **A formação da Universidade Metodista de Piracicaba**: um estudo histórico sobre administração universitária. 266 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-graduados em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.
- _____. Unimep: Haverá um modelo confessional de universidade brasileira? In: MOROSINI, Marília Costa. **A Universidade no Brasil**: concepções e modelos. ed. 2. Brasília: INEP, 2006. pp. 201-215. Disponível em: 25/06/2015.
- TAROZZI, Massimiliano. **O que é a Grounded Theory?** - Metodologia de pesquisa e de teoria fundamentada nos dados. Petrópolis: Vozes, 2011.
- UNIMEP. **Em busca de uma Política Acadêmica** – Documentos finais dos Fóruns de Política e Avaliação Acadêmicas de 1990 e 1991. Piracicaba: Editora Unimep, 1991.
- _____. **Política Acadêmica**. 1ª ed. Piracicaba: Editora Unimep, 1992.
- _____. **Momentos do Processo da Política Acadêmica**, 1994. (mimeo)

13^a MOSTRA
ACADÊMICA
UNIMEP
27 a 29 de outubro
de 2015

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE:
inserção, participação e responsabilidade social



XIV Jornada Wesleyana

13^a MOSTRA
ACADÊMICA
UNIMEP
27 a 29 de outubro
de 2015

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE:
inserção, participação e responsabilidade social

XIV Jornada Wesleyana





SUMÁRIO

A PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA EM CONCHAS – SP; ENTRE A PROFANAÇÃO E A ROMANIZAÇÃO DO CATOLICISMO INTERIORANO	635
ALEXANDRE DE GUSMÃO: ESCOLA DE BELÉM, JESUS NASCIDO NO PRESÉPIO.....	636
CAMINHOS PERCORRIDOS PELA RELIGIOSIDADE EM CONCHAS – SP	637
EMIL CIORAN E A GENEALOGIA DO FANATISMO	638
PROPOSTA ULTRAMONTANA NO SÉCULO XIX	639
EDUCAÇÃO E CONFSSIONALIDADE: CONTRIBUIÇÃO PARA UMA FORMAÇÃO CIDADÃ.....	640
UM ESTUDO DE CASO SOBRE O TRABALHO REALIZADO NA DISCIPLINA TEOLOGIA E CULTURA NA UNIMEP:O TRATAMENTO PEDAGÓGICO DO CONCEITO DE CIÊNCIA DA RELIGIÃO.....	641
O CONCEITO DE CONFSSIONALIDADE NA VIDA PRÁTICA E NA PRÁXIS DA UNIMEP: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DO CENTRO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA NA DÉCADA DE 80	642
EXPERIÊNCIA DA DISCIPLINA TEOLOGIA E CULTURA: O OLHAR DO CURSO DE DESIGN GRÁFICO DA MÍSTICA NO CONTEMPORÂNEO:	643
EM TORNO DO PENSAMENTO DE EDITH STEIN.....	644
A INFLUÊNCIA DA UNIMEP NA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA DA CIDADE DE TIETÊ E AS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO.....	645

13^a MOSTRA
ACADÊMICA
UNIMEP
27 a 29 de outubro
de 2015

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE:
inserção, participação e responsabilidade social

XIV Jornada Wesleyana





A PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA EM CONCHAS – SP; ENTRE A PROFANAÇÃO E A ROMANIZAÇÃO DO CATOLICISMO INTERIORANO

Autor(es)

FÁBIO FALCÃO OLIVEIRA

RESUMO

Na cidade de Conchas-SP, no final do Século XIX ocorreu uma manifestação religiosa que enraizou-se no campo cultural. A fé, naquela localidade levou os indivíduos a uma valorização interiorana. No ano de 1890 na cidade Conchas-SP surgiu a necessidade de se construir uma *Capela de Bom Jesus de Conchas* que marcaria a sociedade vigente propagando os ritos da Igreja Católica. A cidade era pequena, não tinha Capela, mas teve a atenção de Leão XIII cuja dimensão história repercutiu na carta de 1896 que em resposta a D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcante autorizava todo e qualquer tipo de manifestação de fé. Existiu esta preocupação por causa da propagação cultural no final do século XIX naquela região. Cumpre-se a necessidade de haver uma investida ultramontana que conservaria a tradição católica já que a cidade de Conchas-SP tinha grande excedente cultural. Quinze anos depois se inicia um projeto cuja dimensão atingiria não apenas os corredores clericais interioranos da cidade de Conchas-SP, mas também, a população que já estava mergulhada numa forma de catolicismo cultural. Para conservar a tradição católica houve uma investida ultramontana no interior de São Paulo com apoio da *Pia União das Filhas de Maria da congregação de Conchas* (Associação) que se firmaram nesta cidade desde 1905: fundada pelo P. Sandoval Pacheco no dia 5 de março de 1916, a Associação se estabeleceu e atou na cidade de Conchas-SP. Sobre a Associação encontramos apenas uma Ata datada com o ano de 1934. Era no dia-a-dia que a tradição católica era perpetuada sendo escrita e redigida pelo Cônego João Quirino de Almeida que ocupou o lugar do antigo fundador. Esta apresentação tem como finalidade levantar um debate sobre a Pia União das Filhas de Maria, organização fundada no século XIX. A forma de abordagem destaca-se no intento de refletir sobre as *Ata Da Pia União Das Filhas De Maria [escrita e dirigida por João Quirino de Almeida]. Igreja de Conchas, 1934 – 1940* como o processo de romanização se estabelecia. Nas *Ata Da Pia União Das Filhas De Maria* da cidade de Conchas-SP vamos entender como era a sua abordagem de mundo, como elas atendiam as alunas e de que maneira ensinava a “pia religião” definindo-se no eixo ultramontano. Assim apresentaremos como a tradição cristã invocava o “*enthousiasmo*” como forma de carisma e prática religiosa e de que maneira a Pia União das Filhas de Maria tinha como finalidade perpetuar esse carisma, por via da proposta ultramontana da Igreja conservando a doutrina e a moral.



ALEXANDRE DE GUSMÃO: ESCOLA DE BELÉM, JESUS NASCIDO NO PRESÉPIO

Autor(es)

FÁBIO FALCÃO OLIVEIRA

RESUMO

O Brasil colonial teve de maneira significativa a participação ativa dos jesuítas que direcionaram desde 1549 um projeto educativo. Com o Padre Nóbrega da Companhia de Jesus, a iniciativa catequética obteve o estabelecimento de uma via de formação pedagógica e disciplinar que se finalizou na prática docente. A Companhia de Jesus forma uma pedagogia com caráter inteiramente instrutivo e disciplinar que leva seus padres a uma forma prática de ver o mundo. Havia muitos jesuítas que podemos chamar de iniciadores da educação nas terras brasílicas, mas aqui, destacamos no âmbito da Companhia de Jesus, Alexandre de Gusmão (1629-1724). Alexandre de Gusmão escreveu muitas obras importantes no Brasil colonial; suas cartas, entre tantas serventias, também enquadram-se como documentos para analisarmos sua prática pedagógica e política na colônia brasílica. Tendo uma vida produtiva, ocupou por uma vez o cargo de vice-Provincial (1693/1694) e duas de Provincial (1684/1687, 1694/1697). Entendemos que Alexandre de Gusmão apresenta-se no seu modelo final quando funda o Seminário de Belém da Cachoeira no ano de 1686, que se localiza na cidade de Cachoeira, hoje a localidade é conhecida como “recôncavo baiano”. Mas algumas das particularidades deste Seminário de Belém da Cachoeira podem ser vistas de maneira clara em duas obras deste jesuíta. A *Escola de Belém* de 1678 e a *Arte de Criar Bem os Filhos na Idade da Puerícia* de 1685. Nesta apresentação, vamos perspectivar a *Escola de Belém* de 1678 e apresentaremos como a visão do autor colonial entende o mistério da natividade do nascimento de Cristo e aplica numa proposta educativa. Alexandre de Gusmão deixa claro que o mistério de Belém o inspirou a abrir uma escola com intuito de cuidar das crianças nos seus primeiros anos. Para entendermos todas as intenções do Seminário de Belém de Alexandre de Gusmão devemos perceber na obra *Escola de Belém*, como as analogias e metáforas constroem uma *práxis* educativa e o aproxima da religião cristã pautado nas *Normas Complementares*. Para Alexandre de Gusmão, catequizar era importante, mas educar nos bons costumes era mais do que isso; era preparar o indivíduo para tornar-se bom homem e cidadão. Na obra *Escola de Belém* que o autor colonial consegue configurar o sentido da boa criação firmando nos bons costumes. Alexandre de Gusmão acreditava que a prática pedagógica era o verdadeiro modelo iniciador do caráter dos indivíduos. Educar crianças é possibilitar que elas, no futuro próximo, promovessem as terras de Portugal, Metrôpole europeia. Alexandre de Gusmão apresenta-se como indivíduo que se constitui numa prática que valoriza a mística do fundador da Companhia de Jesus. Com esta imagem bem definida, ele tem inspiração em construir um Seminário e oferece um discurso que perspectiva os bons costumes, vicionada pela obra *Escola de Belém*.



CAMINHOS PERCORRIDOS PELA RELIGIOSIDADE EM CONCHAS – SP

Autor(es)

DANIELE APARECIDA PEREIRA DA ROCHA
MARIA LUCIA ANDROSZCZUK MARQUES

Orientador:

Dr. FÁBIO FALCÃO OLIVEIRA

RESUMO

Esta apresentação se configura como resultado de pesquisa do projeto de iniciação científica do curso de pedagogia da Faculdade de Conchas-SP, intitulada *Memória, Cultura e Educação na Construção da Identidade Religiosa na Cidade de Conchas-SP*, orientado pelo professor Dr. Fábio Falcão Oliveira.

Nesse trabalho iremos discorrer os resultados obtidos sobre a construção da identidade religiosa na cidade de Conchas, localizada no interior do Estado de São Paulo no século XIX.

Para situarmos a religiosidade do período um estudo foi necessário que abordássemos como a Igreja Católica estava posicionada perante o mundo na fé. Para isso, tivemos que conhecer o movimento ultramontano que atestava a importância da Igreja Católica no decorrer do século.

Conforme carta de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho no ano de 1902, o Papa Leão XIII, aprovava a construção de uma Capela, bem como, os ritos religiosos que seriam ministrados na Capela Nossa Senhora da Conceição dos Pereiras que à época pertencia a freguesia de Pereiras.

A partir deste momento a Câmara Municipal de Conchas-SP por via do registro das Atas cunha a expressão “fábrica”, chamando o cônego, o padre ou qualquer outro a serviço da Igreja como alguém que fabrica Cristão. As capelas eram consideradas como “fabricas de cristãos” e o Governo Providencial do Império do Brasil provia os recursos para as despesas decorrentes.

No ano de 1889 o Brasil torna-se independente da Coroa Portuguesa. Ocorre uma transição onde a Igreja se desvincula do poder financeiro Imperial passando a ser dependente economicamente dos cristãos e de um poder maior dentro da própria Igreja Católica. No ano de 1892 no dia 10 de outubro, num ato de reverência ao sagrado, uma das primeiras famílias que chegaram em Conchas, doou um terreno para construção da primeira Igreja da cidade, e, nos anos seguintes foi edificada, com a ajuda dos fiéis, a Igreja de Bom Jesus de Conchas. Inicia-se também uma proposta ultramontana que se instalava naquela localidade.

Também pudemos verificar as dificuldades enfrentadas pelos responsáveis pela Igreja da época, para transformar uma pequena capela em uma Igreja com tal magnitude que se apresenta hoje. Consideramos ao final, que os estudos sobre a religiosidade na cidade de Conchas-SP, deixam evidente o caminho percorrido pela Igreja Católica. Entendemos que o processo de implantação do catolicismo foi se concretizando aos poucos do período colonial ao período imperial e continuou, com muita dificuldade após a Independência do Brasil. Daquele período até 1899, a Igreja católica foi conquistando seu espaço econômico e espiritual entre seus fiéis com sua doutrina ultramontanista.



EMIL CIORAN E A GENEALOGIA DO FANATISMO

Autor(es)

JUNIOR TAVERNARD

RESUMO

Este trabalho demarca o itinerário filosófico e conceitual de Emil Cioran, tal como delineado no Breviário de Decomposição (1949), texto de maior notoriedade do filósofo. Nele, mostra sua filiação ao Pirronismo antigo, à natureza aforismática e paradoxal de Nietzsche e sua predileção lacônica e ensaística por Pascal e Montaigne, numa longa jornada que o conduziu ao niilismo cósmico e ao ceticismo epistemológico. Neste ensaio, mobiliza uma aporia extremamente instigante. Que aporia seria esta? A questão relativa ao fanatismo. O fanatismo é, para ele, um fenômeno a ser investigado filosoficamente. E como tal, decorre da ordem do fisiologismo (linguagem), das paixões e ardores humanos. Do religioso ao político, do filósofo moral às ideologias políticas arquitetadas, tudo no homem cheira à crença. Tudo nele o precipita a atitudes tresloucadas, fanáticas, e surreais. As ideias foram fetichizadas pelos jogos de linguagem; as crenças e ideologias, beatificadas em nome de um “tipo ideal” de “Verdade”. Ora, aponta Cioran, “quem ama indevidamente um deus obriga os outros a amá-lo”. O problema não é ter uma religião, filosofia ou crença. O centro de gravidade reside em sua imposição arbitrária e fanática, tornando o outro desprovido de si, já que será refeito à imagem daquilo que querem que pareça. Eis aí uma postura extremista e autoritária, na perspectiva de Cioran. Nessa ótica, caberia sim, talvez (por que não?), a exemplo, o movimento profético do judaísmo, ora querendo converter os “impuros” de outra margem confessional, ora se “exclusivizando” de tal forma, a ponto de julgarem-se superior a eles; anatematizando-os até, como no caso lendário e parabólico de Jonas. Tanto uma postura quanto outra enquadram-se no catálogo do fanatismo que Cioran explora densamente no Breviário. Mas o fanatismo não restringe-se ao contorno religioso. Restringi-lo à esfera religiosa seria uma atitude fanática e alienante, também. E isso não romperia com este ciclo. A filosofia também o é, como qualquer ideologia reinante, até mesmo a ciência, quando defende posturas indefensáveis, exclusivistas e etnocêntricas; apegando-se às suas ‘verdades’ dogmaticamente. Somente a partir desse enquadramento é que o pensamento de Cioran adquire significação e sentido, em paralelo com o aparato linguístico, hipoteticamente, inferido no percurso genealógico do fanatismo. Ao debulhar os ensaios de Cioran, deparamo-nos, talvez, com a figura mais antípoda de toda a filosofia contemporânea. O que são convicções?, certamente objetaria em sua “gnosologia cética”. Convicções são prisões. Quer religiosas, políticas ou filosóficas. É isso que tergiversa o Breviário, particularmente, a “Genealogia do fanatismo”, objeto analítico deste trabalho acadêmico. Aqui e ali, o ceticismo cioraniano coloca em xeque o fenômeno linguístico, classificando-o menos como engenhosidade humana e mais como derivação do fisiologismo. A linguagem é princípio fundador que engendra todos os males, querelas e desavenças no mundo. O fenômeno do fanatismo, em todos os seus planos, tempos e lugares, decorre do fato de o homem ser, naturalmente, um ser de linguagem. E nossa animalidade tende, naturalmente, ao fanatismo. Nesse ínterim do Breviário, Cioran faz um convite, somente possível pela boca de um filósofo cético: o apelo à afasia. A afasia, em Cioran, poria um ponto final ao problema intrínseco ao fanatismo.



PROPOSTA ULTRAMONTANA NO SÉCULO XIX

Autor(es)

CYNTHIA FRANCO MACHADO

LILIAN ALMEIDA

Orientador:

PROF. DR. FÁBIO FALCÃO OLIVEIRA

RESUMO

Esta apresentação faz parte dos resultados obtidos no Projeto de Iniciação Científica realizado na Faculdade de Conchas-SP, intitulada “Memória, Cultura e Educação na Construção da Identidade Religiosa na Cidade de Conchas-SP”. Esta pesquisa visa entender como identificar a construção da tradição religiosa, cultural e educativa no interior de São Paulo e de que maneira se apresentou no século XIX. Nesta presente apresentação abordaremos os resultados de pesquisa perspectivando apenas o movimento denominado “ultramontano” que também pode ser chamado de “romanização” que se firmou na Igreja Católica no século XIX. O ultramontanismo foi caracterizado como um movimento radical, autoritário, centralizador, hierárquico e reformador. Esse movimento efetivado na Igreja Católica foi transferido para as dioceses, locais onde são delegados por outros líderes que acabam tendo outras vertentes. Por tal motivo faz-se necessário uma nova abordagem desse processo em diversas regiões do Brasil. O episcopado brasileiro aderiu e conseguiu criar uma Igreja centralizada e hierarquizada. Apesar de os bispos reformadores terem tido muitas dificuldades para implantar o ultramontanismo (catolicismo romanizado), obtiveram sucesso em suas investidas e o ultramontanismo passou a ser visto como quase sempre infalível na abrangência nacional. A própria razão do nome indica claramente esse esforço no sentido de se resgatar o primado de Roma sobre o mundo ocidental, irradiando a nova doutrina para além das montanhas, isto é, das fronteiras eclesiais e espirituais do mundo romano; mas que reafirmasse em contrapartida, a autoridade do Papa e dos fundamentos eclesiais estabelecidos pelo Direito Canônico e consagrado nas bulas para todos os povos e culturas onde houvessem indivíduos que professassem a fé católica. Por fim, entendemos que o processo de romanização estabelece uma proposta na forma como a tradição do dogma se firma no Brasil por via do legado de Roma. Percebemos que todo esforço para fomentar a proposta ultramontana apresenta-se na forma como os sacerdotes viabilizam a igreja diante do mundo, seus fatores, sua forma clerical, suas estratégias e dimensões. Entendemos que este movimento da História da Igreja Católica estabeleceu-se como o maior movimento desde a Reforma Protestante cujo fundamento apresenta-se original e fixo no eixo de Roma



EDUCAÇÃO E CONFSSIONALIDADE: CONTRIBUIÇÃO PARA UMA FORMAÇÃO CIDADÃ

Autor(es)

ISMAEL FORTE VALENTIN

RESUMO

A Educação confessional está imbricada com a história do Brasil desde a sua colonização. A Educação Metodista é inserida nessa história a partir da segunda metade do século XIX. Há mais de um século a Igreja Metodista tem exercido uma dimensão da missão ao contribuir com a formação das pessoas e de profissionais para atuarem em diferentes áreas. O resumo aqui apresentado está vinculado a um Projeto de Pesquisa, o qual tem por objetivo compreender o conceito de confessionalidade educacional Metodista, seus pressupostos e como se materializa na Unimep. O Projeto está em fase inicial de desenvolvimento e utiliza como metodologia uma revisão bibliográfica, bem como documental a fim de identificar os elementos objetivados. Como questão embrionária, pergunta-se: qual a contribuição da educação confessional para a formação do cidadão brasileiro? A partir do recorte da Reforma Protestante e a Reação da Igreja Católica, a partir do século XVI, a Educação ocupará importante lugar na história da Igreja. As Igrejas Cristãs, tanto oriundas da Reforma como a Católica, investiram na área educacional. Esses segmentos religiosos entendem que educar faz parte da missão. A educação é parte integrante do processo de desenvolvimento do ser humano frente às mudanças que a Europa vivia. No processo de expansão da Igreja Cristã pelas Américas, observamos a presença de escolas, primeiramente preocupadas em ensinar as letras e os princípios da fé cristã, culminando com o estabelecimento de grandes e importantes Instituições de Ensino. Um exemplo típico da influência da educação no berço da Modernidade está nas origens da Igreja Metodista. É no contexto universitário inglês, em especial em Oxford, que vemos surgir o movimento embrionário dessa Igreja. Desde a atenção às crianças, na maioria filhos dos trabalhadores das minas, até as discussões filosóficas e teológicas no ambiente universitário, os Metodistas se faziam presentes. Os estudos referentes às atividades missionárias protestantes no Brasil a partir da segunda metade do século XIX apontam para a presença da escola como parte do projeto de implantação das Igrejas Reformadas, além da Igreja Católica. Assim como outras denominações, a ação missionária metodista no Brasil depositava na educação formal significativa importância. Particularmente, As Instituições Metodistas de Ensino, desde a sua origem conjugam a prática educacional e a confissão religiosa, ou seja, a confessionalidade. Com o seu processo de nacionalização, consolidado em 1930, a Igreja Metodista vivencia a construção de sua identidade missionária. Ao longo de cinco décadas, esta denominação procura estabelecer bases institucionais e conceituais missionárias. Nessa direção, o Plano para a Vida e Missão da Igreja (PVMI), define educação secular como o “processo que oferece formação melhor qualificada nas suas diversas fases, possibilitando às pessoas desenvolvimento de uma consciência crítica e seu comprometimento com a transformação da sociedade, segundo a Missão de Jesus Cristo” (PVMI, 1982, p. 25). Com essa definição, as escolas vinculadas à Igreja Metodista, tomam (em tese) por base os valores cristãos em sua ação acadêmica e administrativa, promovendo uma dimensão de cidadania com vistas à construção de uma sociedade justa, honesta e solidária.



**UM ESTUDO DE CASO SOBRE O TRABALHO REALIZADO NA DISCIPLINA
TEOLOGIA E CULTURA NA UNIMEP: O TRATAMENTO PEDAGÓGICO
DO CONCEITO DE CIÊNCIA DA RELIGIÃO**

Autor(es)

ROSA GITANA KROB MENEGHETTI

CARLOS BRUNO DE CASTRO

RESUMO

O objetivo do Projeto é relatar sobre a experiência de ensino e aprendizagem realizada na disciplina Teologia e Cultura em diversos Cursos da Universidade Metodista de Piracicaba e contribuir para o aprofundamento da fundamentação teórica que embasa o trabalho realizado. A disciplina é considerada uma das disciplinas Gerais na estrutura dos currículos dos Cursos. Os objetivos do Projeto são (1) relatar sobre a experiência de ensino e aprendizagem realizada na disciplina Teologia e Cultura em diversos Cursos da Universidade Metodista de Piracicaba, (2) contribuir para o aprofundamento da fundamentação teórica que embasa o trabalho realizado e (3) perguntar pelos resultados do trabalho que já vem sendo realizado. Assim, numa instituição educacional cuja mantenedora está vinculada a uma confessionalidade religiosa, incluir a discussão sobre a importância e o significado do tema da religiosidade/espiritualidade é ação entendida como compromisso e responsabilidade na formação para a cidadania. O trabalho da disciplina realizado com os alunos toma em consideração a concepção de que o ser humano é dinâmico e criativo, capaz de pensar e raciocinar, inventivo e também lógico, aprendente, participante e, portanto inconcluso e em permanente processo. No dizer de Boff, um ser complexo que se manifesta para o que o autor chama de externo, isto é, suas relações com a sociedade, com as instituições, com os outros e com as idéias e objetos que o cercam e com os quais ele interage; mas também é um ser voltado para o seu interior, aliás, é o único ser capaz de voltar-se para si e dialogar consigo mesmo nos exercícios mais interessantes de busca por valores, princípios morais e éticos, enfim. Mas, mais do que isso, o ser humano é um ser de profundidade, no dizer, também de Boff, um “ser de profundidade”. Aqui, neste lugar, é possível localizar seu anseio pela questão da espiritualidade e é aqui, neste “lugar da profundidade” que são tecidas as experiências da religiosidade, elemento constitutivo desta discussão. Para realizar o levantamento dos depoimentos dos alunos ouvidos, as respostas foram categorizadas a partir da pergunta sobre as contribuições da Teologia e Cultura para: o desenvolvimento do raciocínio e do pensamento lógico-reflexivo; a desmistificação de tabus e preconceitos em relação às religiões e crenças de maneira geral; a liberdade de expressão dos alunos em relação às diferentes práticas religiosas; o desenvolvimento do respeito às diferenças religiosas (credos, crenças diferentes); a ampliação dos conhecimentos gerais; a importância para a formação pessoal dos(as) alunos(as); e a importância para a formação profissional dos(as) alunos(as). A hipótese levantada é que a desmistificação sobre as questões da religiosidade auxilia as pessoas na sua compreensão como ser humano e como profissional.



O CONCEITO DE CONFSSIONALIDADE NA VIDA PRÁTICA E NA PRÁXIS DA UNIMEP: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DO CENTRO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA NA DÉCADA DE 80

Autor(es)

ROSA GITANA KROB MENEGHETTI

FERNANDO CÂNDIDO LARIOS RODRIGUES

RESUMO

Desde sua fundação a UNIMEP preocupou-se em manter um espaço de pesquisa e reflexão relacionado à questão da confessionalidade, no intuito de estimular o diálogo entre a Universidade e a Igreja, sua Mantenedora. Em razão deste posicionamento foi fundado o Centro de Filosofia e Teologia no final da década de 80. Para Wesley, iniciador do movimento metodista, a educação faz parte do que ele mesmo e os seus biógrafos chamam de teologia prática. A partir do estudo de sua obra, é possível afirmar que tanto a identidade institucional da Igreja quanto a da Escola precisam ser preservadas, sob pena de comprometer as finalidades de ambas. O conceito de confessionalidade, assim, torna-se fundamental para que não haja comprometimento das duas naturezas: a eclesial e a educacional. No que se refere ao espaço da educação formal, quando se fala de confessionalidade não se está falando de Metodismo no sentido estrito, mas de confessionalidade como reconhecimento de uma espiritualidade que constitui os seres humanos e que se coloca em forma de cuidado com as pessoas e de compromisso com a vida em sociedade, conforme o documento Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista: É importante ressaltar que mesmo se tratando de uma instituição com mantenedora confessional, a orientação dada ao cotidiano da vida universitária é não denominacional sendo, ao contrário, reforçado e valorizado o caráter ampliado das práticas religiosas entendidas, todas, como formas de vivência da espiritualidade humana. Ao longo dos anos, conforme farta documentação encontrada nos arquivos da FCR - Faculdade de Ciências da Religião, que sucedeu institucionalmente o Centro de Filosofia e Teologia na reestruturação interna da UNIMEP ocorrida na década de 90, várias situações vivenciadas pela Universidade, alteraram o quadro descrito, entre elas o fechamento, em 2010, da FCR que foi substituída pelo Grupo de Área de Ciências da Religião, vinculado à Faculdade de Ciências Humanas – FCH. Os arquivos e documentos são registros das atividades e da trajetória de entidades e pessoas e tornam-se essenciais para a gestão dos processos institucionais. Constituem-se em patrimônio de indubitável valor para a memória histórica de indivíduos, instituições e grupos sociais. O registro da história é sempre a preservação de um espelho da sociedade como forma de cada pessoa, grupo ou instituição social se rever quantas vezes forem necessárias, a fim de que o elo da construção do processo humano seja percebido e compreendido a partir das ações dos homens e das mulheres em sua inserção social. O Projeto propõe-se no primeiro momento a organizar o material existente de modo que ele possa servir de fonte de pesquisa para a coleta das informações desejadas. No segundo momento, a partir da sistematização do conceito de confessionalidade, o interesse da pesquisa se volta para as ações práticas realizadas pelo CFT e pela FCR no âmbito da confessionalidade. A hipótese levantada pela proponente, é que o conceito de práxis de Paulo Freire perpassa as ações do CFT e da FCR.



EXPERIÊNCIA DA DISCIPLINA TEOLOGIA E CULTURA: O OLHAR DO CURSO DE DESIGN GRÁFICO

Autor(es)

ROSA GITANA KROB MENEGHETTI

RESUMO

Na Disciplina de Teologia e Cultura, ministrada no 3º. Semestre do Curso de Tecnologia em Design Gráfico, os objetivos propostos para o trabalho foram, entre outros, compreender a Teologia enquanto um campo de conhecimento fundamental e necessário ao entendimento e posicionamento do ser humano no mundo contemporâneo, bem como auxiliar os alunos a verem a Teologia como parte integrante da produção cultural da sociedade. Foi fundamental, igualmente, levar os alunos a perceberem que as diferentes épocas e lugares, possibilitaram a formação de diferentes culturas, o que permitiu localizar então tais culturas como produtoras de conceitos próprios e específicos, relativamente à abordagem sobre o Transcendente. A partir deste lugar a Disciplina, que compõe com outras, o conjunto das Disciplinas Gerais do currículo dos Cursos da UNIMEP, contribuiu para a formação geral dos alunos, sinalizando a eles o modo como um curso universitário pode e deve, além de prepará-los para o desempenho técnico de sua profissão no mercado de trabalho, auxiliar na formação humana do profissional em qualquer área de saber. Como a Disciplina propõe-se a realizar estudos sobre o conceito de religiosidade e a importância das religiões no conjunto das sociedades, e como há um interesse especial na Disciplina em desenvolver com os alunos a prática da pesquisa, o pressuposto para esta ação foi entender que os(as) alunos(as) são seres aprendentes, numa sociedade também aprendente, capazes de formular compreensões sobre a realidade e traduzi-las, em formatos diversos. No caso especial do Curso de Tecnólogo em Design Gráfico, estas compreensões foram construídas a partir da matéria prima do próprio curso, ou seja: textos, gravuras, pinturas e outros. Para tanto, foi necessário que a sala de aula se tornasse um espaço onde fosse possível acionar todos os canais disponíveis para a percepção dos fenômenos: a leitura, a audição, a visão, o raciocínio, o conhecimento teórico, a capacidade de síntese, o pensamento lógico, o gosto, o prazer e tantos outros elementos que constituem a complexidade da natureza humana. No caso de Teologia e Cultura, por ser uma Disciplina que se reveste de potencial também subjetivo, tornou-se fundamental abrir o espaço livre e descontraído para discussão junto aos alunos, e para a experiência da afetividade, no sentido de tornar a sala de aula um lugar de estudo e pesquisa e, especialmente, um lugar de bem estar. O trabalho de avaliação proposto na Disciplina, então, tratando-se de um curso que lida com as questões da imagem foi, exatamente, solicitar aos alunos que selecionassem uma religião-tema, dentre as diversas mencionadas em sala de aula e que ilustrassem suas pesquisas (trabalho acadêmico formal), traduzindo o conteúdo em um trabalho com imagens que buscasse, na forma da linguagem escolhida, traduzir os aspectos fundamentais da religião estudada. Os diversos trabalhos apresentados nos painéis de exposição ilustram a proposta do trabalho e demonstram o interesse e cuidado dos alunos em selecionar técnicas de representação de suas ideias.



DA MÍSTICA NO CONTEMPORÂNEO: EM TORNO DO PENSAMENTO DE EDITH STEIN

Autor(es)
EDIVALDO JOSÉ BORTOLETO

RESUMO

Quando da emergência da modernidade marcada pelo signo da afirmação da razão, da experiência e da Matemática enquanto *mathesis universalis*, tanto em Descartes quanto em Leibniz, e pelo signo da ruptura daquela com o horizonte da medievalidade, uma razão mística foi sendo constituída e formulada por Tereza D'Ávila e João da Cruz, expressões da mística barroca. Os sistemas de Descartes, Spinoza e Leibniz – sistemas da Era Barroca – estão em homologia com a Arte, a Música, a Arquitetura, a Literatura e a Mística Barrocas. A tradição Escolástica, na forma da Segunda Escolástica, ficou à margem do desenvolvimento do pensamento moderno como um pensamento adstrito aos muros da Igreja, dos Conventos e dos Seminários. “Pero – como afirma Edith Stein - la separación total de la filosofía moderna de la verdad revelada tuvo consecuencias aún de mayor peso”. (*Ser Finito y Ser Eterno: Ensayo de una ascensión al sentido del ser*, 1994: 23). Edith Stein, na emergência do século XX aproximará, em forma de diálogo, as duas grandes tradições do pensamento ocidental: a da Ilustração alemã (Fenomenologia) e a da Escolástica Barroca em *Ser Finito e Ser Eterno*. Esta obra está na confluência destas duas tradições em um horizonte onde a imagem do homem, a questão da linguagem, a questão do conhecimento, e o tema da ética se constituem nos temas e problemas fundamentais da filosofia contemporânea. Portanto, à maneira de Tereza D'Ávila e João da Cruz, Edith Stein também apresenta o tema da razão mística no contemporâneo. O trabalho busca explicitar – sob forma de pesquisa teórica - a relevância da razão mística no contemporâneo, entre tantas outras razões, como forma de reorientação da Filosofia àquilo que Edith Stein chamará *reductio ad mysterium*. A totalidade da obra *Ser Finito y Ser Eterno* está na inspiração desta pesquisa, principalmente a “*Intruducción: la cuestión del ser*” e o capítulo “*Acto y potencia en cuanto modos de ser*”. Por outro, em diálogo com a obra de Ramón Xirau *Ensaio Crítico e Filosófico* e a obra de Tomás de Aquino *Suma Contra os Gentios* (volume II), se quer olhar para a razão mística como um caminho obscuro: “Sin embargo, aun el camino de la fe es un camino oscuro” diz Edith Stein (1994: 77). Isto está em concordância com o que Ramón Xirau diz de São João da Cruz: “toda poesia verdadeira se aproxima do sagrado”, (1975: 26) e, com o que Tomás de Aquino diz no capítulo LXV da *Suma Contra os Gentios*: “Porque Deus rege as coisas por sua providência, conserva-as também no ser”. (1996: 490).



A INFLUÊNCIA DA UNIMEP NA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA DA CIDADE DE TIETÊ E AS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Autor(es)

STEFANO BENETTON PIZZOL GRIGOLON

RESUMO

Este trabalho tem por escopo analisar a formação propiciada pela Universidade Metodista de Piracicaba, juntamente com Colégio Piracicabano e sua influência na cidade de Tietê, estado de São Paulo, da sua fundação como instituição de ensino superior aos dias atuais, juntamente com os desafios futuros. Inicialmente, o Colégio Piracicabano atraía estudantes abastados das cidades do seu entorno e região que não desejavam estudar na Capital estadual e que buscavam primordialmente uma educação superior em áreas consideradas socialmente atrativas, como a Pedagogia. Com o passar do tempo o Colégio Piracicabano se desmembra e forma então a Universidade Metodista de Piracicaba, que mantém o prestígio de seu antecessor e continua sua trajetória de formação superior. Nesse contexto, a cidade de Tietê, distante aproximadamente 45 quilômetros da cidade de Piracicaba sempre foi um dos municípios que tinha como base de formação à Universidade Metodista de Piracicaba. Apesar da distância, os estudantes da cidade de Tietê puderam aproveitar o florescimento e crescimento da Universidade nos mais diversos cursos, dos quais se destacam o curso de Pedagogia, Jornalismo (Comunicação Social), Ciências Biológicas e Direito, referências regionais de qualidade e que formaram profissionais de destaque em suas áreas de atuação, em nível municipal, estadual e nacional. Ademais, um dos indicadores de qualidade da UNIMEP e também um dos motivos que fez com que esta instituição fosse reconhecida no município de Tietê foi a liberdade de ensino, de onde a UNIMEP se destacou no combate a ditadura militar, que assolava a o País, além dos próprios alunos e ex-alunos que faziam questão de criar uma publicidade ainda que involuntária a universidade, herdada da qualidade e comprometimento da *Casa* para com estes. Do analisado, é possível constatar que a Universidade Metodista de Piracicaba foi uma das maiores responsáveis pela formação universitária Tieteense. Atualmente os desafios da Universidade se multiplicaram, principalmente no que diz respeito a captação de novos estudantes de Tietê. O grande número de faculdades abertas na última década e a busca por comodidade e baixos custos causou um grande êxodo de alunos para outras instituições de ensino de região e está diretamente ligado a uma menor procura pelos alunos de Tietê à UNIMEP. Portanto, é imperiosa á necessidade da Universidade de criar uma política de atração de novos alunos, focada na qualidade que já lhe é tradicional e na publicidade local, com vistas a aumentar novamente sua influência no município de Tietê e contribuir com o crescimento regional.